



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3057

Segunda-feira - 17 de Fevereiro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Cordilheira Alta	331	Jaraguá do Sul	942
Água Doce	6	Coronel Freitas	335	Joaçaba	962
Águas de Chapecó	20	Coronel Martins	336	José Boiteux	968
Águas Frias	23	Correia Pinto	339	Lages	969
Águas Mornas	25	Corupá	343	Laguna	970
Alfredo Wagner	27	Cunha Porã	347	Lajeado Grande	974
Alto Bela Vista	28	Curitibanos	354	Lauro Muller	975
Anchieta	32	Descanso	384	Lebon Regis	978
Angelina	48	Dionísio Cerqueira	394	Lindóia do Sul	979
Antônio Carlos	51	Dona Emma	397	Lontras	982
Apiuna	52	Doutor Pedrinho	400	Luiz Alves	984
Arabutã	76	Entre Rios	402	Luzerna	997
Arroio Trinta	79	Ermo	425	Macieira	998
Atalanta	89	Erval Velho	427	Mafrá	1001
Aurora	90	Forquilha	432	Maracajá	1003
Balneário Arroio do Silva	91	Fraiburgo	434	Maravilha	1026
Balneário Gaivota	94	Galvão	440	Massaranduba	1029
Balneário Rincão	95	Garopaba	445	Matos Costa	1032
Bandeirante	98	Garuva	450	Meleiro	1034
Barra Bonita	99	Gaspar	487	Modelo	1041
Barra Velha	103	Governador Celso Ramos	489	Mondaí	1045
Bela Vista do Toldo	108	Grão Pará	509	Monte Carlo	1046
Belmonte	110	Gravatal	510	Monte Castelo	1048
Benedito Novo	111	Guaraciaba	521	Morro da Fumaça	1050
Biguaçu	112	Guaramirim	526	Navegantes	1051
Blumenau	123	Guarujá do Sul	531	Nova Erechim	1090
Bom Jardim da Serra	137	Guatambú	533	Nova Itaberaba	1092
Bom Jesus do Oeste	146	Herval d'Oeste	542	Nova Trento	1093
Bom Retiro	147	Ibiam	550	Nova Veneza	1103
Botuvera	148	Ibicaré	832	Novo Horizonte	1106
Braço do Trombudo	150	Ilhota	835	Orleans	1109
Brunópolis	151	Imarui	836	Ouro	1113
Brusque	152	Imbituba	837	Ouro Verde	1117
Caçador	190	Imbuia	846	Palhoça	1118
Caibi	194	Iomerê	847	Palma Sola	1165
Camboriú	196	Ipira	876	Palmeira	1169
Campo Alegre	202	Iporã do Oeste	877	Palmitos	1170
Campo Erê	212	Ipuacú	878	Papanduva	1171
Campos Novos	228	Iraceminha	880	Paraíso	1172
Canelinha	248	Irani	881	Passos Maia	1173
Canoinhas	252	Iratí	884	Paulo Lopes	1176
Capinzal	269	Irineópolis	885	Penha	1177
Catanduvas	272	Itá	893	Peritiba	1207
Caxambu do Sul	275	Itaiópolis	895	Pescaria Brava	1211
Celso Ramos	279	Itapema	896	Pinhalzinho	1212
Chapadão do Lageado	282	Itapoá	900	Pinheiro Preto	1213
Chapecó	320	Ituporanga	908	Piratuba	1217
Cocal do Sul	329	Jaborá	938	Planalto Alegre	1218
Concórdia	330	Jacinto Machado	941	Pomerode	1219

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3057

Segunda-feira - 17 de Fevereiro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Ponte Alta do Norte.....	1239	São Carlos	1331	Timbé do Sul	1606
Ponte Serrada	1242	São Cristóvão do Sul.....	1431	Timbó	1609
Porto Belo.....	1246	São Domingos.....	1432	Três Barras	1630
Porto União.....	1249	São Francisco do Sul.....	1439	Treze de Maio	1631
Presidente Castello Branco.....	1250	São João Batista.....	1494	Treze Tilias	1632
Presidente Getúlio	1251	São João do Oeste	1512	Trombudo Central.....	1668
Presidente Nereu.....	1254	São João do Sul	1513	Tunápolis	1669
Princesa	1255	São Joaquim	1514	Turvo	1671
Quilombo.....	1263	São José.....	1515	União do Oeste	1683
Rancho Queimado.....	1266	São José do Cedro.....	1524	Urussanga	1685
Rio do Campo	1267	São Lourenço do Oeste.....	1525	Vargeão.....	1699
Rio do Oeste.....	1269	São Miguel da Boa Vista	1537	Vargem	1700
Rio do Sul.....	1270	São Miguel do Oeste.....	1538	Vargem Bonita	1701
Rio Negrinho.....	1277	Saudades.....	1580	Videira.....	1702
Romelândia.....	1285	Schroeder	1582	Witmarsum	1711
Santa Cecília	1286	Seara	1584	Xanxerê.....	1713
Santa Helena	1287	Serra Alta	1587	Xavantina	1749
Santa Terezinha do Progresso	1288	Sombrio.....	1588	Xaxim	1750
Santo Amaro da Imperatriz	1294	Sul Brasil	1600	Zortéa	1752
São Bernardino	1311	Tigrinhos	1602		
São Bonifácio	1330	Tijucas	1604		

Associações

AMMOC	1754
-------------	------

Consórcios

ARIS	1755
CIGA	1755
CIMVI.....	1759
CINCATARINA	1761
CIS/AMAUC.....	1766
CIS/AMFRI.....	1767
CIS/AMUREL	1773
CIS/AMVI	1774
CISNORDESTE	1775
CODEPLAN.....	1776
CVC.....	1776
CONDER.....	1784
CIASS.....	1785



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 05 DE 22 DE JANEIRO DE 2020**

Publicação Nº 2359633

DECRETO Nº 000005/20 de 22 de Janeiro de 2020

Abre crédito adicional - extraordinário - reabertos suplementação no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 06- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.036 – Segurança Pública

136 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações Diretas 600,00

Total: 600,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superavit Financeiro 600,00

Total: 600,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

DECRETO 06 DE 22 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359678

DECRETO Nº 000006/20 de 22 de Janeiro de 2020

Abre crédito adicional - extraordinário - reabertos suplementação no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$1.466.111,90 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 02- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.074 – Participação em Consorcios Publicos Intermunicipais

142 - 4.4.71.00.00.00.00.00.00.03.0000.000000 – Transferências a consórcios públicos 5.000,00

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 02- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.074 – Participação em Consorcios Publicos Intermunicipais

143 - 3.3.71.00.00.00.00.00.00.03.0000.000000 – Transferências a consórcios públicos 1.690,00

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.004 – Construções e Ampliações de Creches

140 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0001.000000 - Aplicações Diretas 38.000,00

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.004 – Construções e Ampliações de Creches

141 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0037.000082 - Aplicações Diretas 350.000,00

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.016 – Remuneração dos Profissionais do Magistério - FUNDEB

26 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000 - Aplicações Diretas 429.947,71

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.016 – Remuneração dos Profissionais do Magistério - FUNDEB

145 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000 - Aplicações Diretas 108.368,10

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.036 – Segurança Pública

149 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0010.000000 - Aplicações Diretas 3.100,69

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.036 – Segurança Pública

150 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0011.000000 - Aplicações Diretas 13.556,56

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.036 – Segurança Pública

151 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0012.000000 - Aplicações Diretas 2.948,84

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 06 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.037 – Serviços Urbanos e Utilidade Pública

139 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações Diretas 350.000,00

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 07 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

1.106 – construção de Quadra Coberta

144 – 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 – Aplicações Diretas 30.500,00

Órgão 07 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

2.109 – Manutenção do Fundo do Idoso

137 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações Diretas 80.000,00

Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade 01- FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

2.124 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

129 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas 43.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1.113 – Revitalização do Lageado

138 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Total: 1.466.111,90

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.016 – Remuneração dos Profissionais do Magistério - FUNDEB

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000 - Aplicações Diretas 108.368,10

Órgão 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.016 – Remuneração dos Profissionais do Magistério - FUNDEB

27 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000 - Aplicações Diretas 429.947,71

Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade 01- FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

2.124 – Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

130 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas 43.000,00

Superávit Financeiro 884.796,09

Total : 1.466.111,90

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmória
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2020

Publicação Nº 2360461

DECRETO N. 022/2020 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

"DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILSON VERONA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC em exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Água Doce;

CONSIDERANDO o grave acidente automobilístico ocorrido no dia 14.02.2020 na Rodovia BR-153, em Água Doce - SC e que vitimou um servidor público municipal e dois jovens deste Município;

CONSIDERANDO a comoção social na cidade de Água Doce pelo ocorrido,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 03 (três) dias, em homenagem póstuma ao falecimento de Wellington Felipe Alves de Araújo, Matheus Bueno de Andrade e do servidor público municipal, Adilson Pereira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de fevereiro de 2020.

VILSON VERONA

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2020

Publicação Nº 2358469

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2020

PREGÃO PRESENCIAL 8/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 10/2020, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 8/2020", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a eventual e futura contratação de serviços de manutenções, incluindo reparos, instalações, pinturas, instalação e adequação de divisórias, marcenaria em geral, azulejista ou ladrilhista, por hora trabalhada, destinados a manutenção dos prédios públicos municipais e de órgãos conveniados, o qual será processado e julgado no dia 03 de março de 2020 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 14 de fevereiro de 2020

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020 - FMS

Publicação Nº 2358461

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 3/2020

PREGÃO PRESENCIAL 3/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 3/2020, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2020", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de Veículo Pick-up Cabine Dupla 4x4 (Diesel), através de Proposta de Aquisição de Equipamento e Material Permanente nº. 11.430.533000/1190-09 do Ministério da Saúde, o qual será processado e julgado no dia 02 de março de 2020 às 08h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 14 de fevereiro de 2020

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020 - FMS

Publicação Nº 2358465

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 4/2020
PREGÃO PRESENCIAL 4/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 4/2020, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 4/2020", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de equipamentos para utilização pelo setor de Vigilância Sanitária do município, o qual será processado e julgado no dia 02 de março de 2020 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 14 de fevereiro de 2020

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

Publicação Nº 2358467

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 9/2020
PREGÃO PRESENCIAL 7/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 9/2020, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 7/2020", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a eventual e futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de fornecimento e instalação de películas de proteção solar (insulfilm) em portas, janelas, vidros e vidraças de imóveis pertencentes ao município e naqueles utilizados por órgãos da administração municipal, o qual será processado e julgado no dia 03 de março de 2020 às 08h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 14 de fevereiro de 2020

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL**001/2020 CONT. PREST. SERVIÇO**

Publicação Nº 2358861

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 001/2020.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: INAUTEC - INFORMATICA.

OBJETO: ATENDIMENTO COM O SETOR DE TI, SERVIÇOS RELACIONADOS À REDE INTERNA. MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS, E OUTROS EQUIPAMENTOS RELACIONADOS.

VALOR: R\$ 4.276,80 (Quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais) DIVIDIDO EM (DOZE) PARCELAS DE R\$ 356,40 (Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Quarenta Centavos). MENSAIS, QUE DEVEM SER PAGOS ATÉ O DIA 05 (Cinco) DE CADA MÊS.

SIGNATÁRIOS: ANTONIO BARBOSA, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E RICARDO CAVALLI JUNIOR PELA INAUTEC - INFORMATICA

VIGÊNCIA: COM INÍCIO EM 02/02/2020 A 31/12/2020.

002/2020 CONTRATO

Publicação Nº 2358866

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

CONTRATO N.º 002/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: FM SOLUÇÕES EM IMPRESSÕES ME LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAN E TRANSFORMADORES.

VALOR: R\$ 3600,00 (Três mil e seiscentos reais) DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R\$ 300,00 (Trezentos Reais). MENSAIS, COM FRANQUIA DE 5000 CÓPIAS, AO QUE SE EXEDER COBRARA R\$ 0,06 (Seis Centavos) POR PAGINA IMPRESSA.

SIGNATÁRIOS: ANTONIO BARBOSA, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E MAICOM ROBERTO DALCIN, PELA FM SOLUÇÕES EM IMPRESSÕES ME LTDA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 01/02/2020 A 31/12/2020.

003/2019 TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2358851

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

TERMO ADITIVO N.º 003/2019 AO CONTRATO 007/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM.

OBJETO: TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2017.

VALOR: O VALOR FICA MANTIDO O CONTRATUAL R\$ 25.740,00 (Vinte e cinco mil setecentos e quarenta reais) SENDO DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R\$ 2.145,00 (Dois mil cento e quarenta e cinco reais) MENSAIS.

SIGNATÁRIOS: EVANDRO CARLOS ZANATTO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E FERNANDO LOPES DE LIMA, RÁDIO TROPICAL FM.

VIGÊNCIA: O PRAZO PASSA SER DE 31/12/2019 A 31/12/2020.

004/2019 TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2358837

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

TERMO ADITIVO N.º 004/2019 AO CONTRATO 006/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2017.

VALOR: O VALORE É R\$ 23.256,84 (Vinte e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) SENDO DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS MENSAIS. QUE SERÃO REAJUSTADOS APARTIR DE 04/07/2020 PELO ÍNDICE DO IJP-M ACOMULADO NO PERÍODO.

SIGNATÁRIOS: EVANDRO CARLOS ZANATTO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E ERNESTO MUNIS SOUZA, PELA BETHA SISTEMAS LTDA.

VIGÊNCIA: O PRAZO PASSA SER DE 31/12/2019 A 31/12/2020.

005/2019 TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2358847

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

TERMO ADITIVO N.º 005/2019 AO CONTRATO 003/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

OBJETO: TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2019.

VALOR: R\$ 3.3600,00 (Três mil trezentos e sessenta reais) SENDO DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R\$ 280,00 (Dois mil cento e quarenta e cinco reais) MENSAIS.

SIGNATÁRIOS: EVANDRO CARLOS ZANATTO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E GILSONI LUNARDI ALBINO, CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: O PRAZO PASSA SER DE 31/12/2019 A 31/12/2020.

006/2019 TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2358843

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

TERMO ADITIVO N.º 006/2019 AO CONTRATO 005/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: WILLIAN & ARTHUR INFORMATICA LTDA - ME

OBJETO: TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2019.

VALOR: O VALOR DO PRESENTE TERMO ADITIVO É R\$ 7800,00 (Sete e Oitocentos Reais), SENDO 12(DOZE) PARCELAS DE R\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais) MENSAIS.

SIGNATÁRIOS: EVANDRO CARLOS ZANATTO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E WILLIAN PERONDI, PELA WILLIAN & ARTHUR INFORMATICA LTDA - ME.

VIGÊNCIA: O PRAZO PASSA SER DE 31/12/2019 A 31/12/2020.

007/2019 EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 2358821

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

CONTRATO N.º 007/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: MILENIUM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: PROVIMENTO DE ACESSO À INTERNET DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA.

VALOR: DE R\$ 2376,00 (Dois mil trezentos e setenta e seis reais). QUE SERÁ DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R\$ 198,00 (Cento e Noventa e Oito Reais). MENSAIS.

SIGNATÁRIOS: EVANDRO CARLOS ZANATTA, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E PAULO HENRIQUE ZATTERA, PELA MILENIUM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 31/12/2019 A 31/12/2020.

007/2019 TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2358827

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC

TERMO ADITIVO N.º 007/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 004/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: INFO DIGITALLES.

OBJETO: TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 004//2019.

VALOR: O PRESENTE TERMO É DE R\$ 7.714,44 (Sete Mil Setecentos e Quatorze Reais e Quarenta e Quatro Centavos) QUE SERÁ DIVIDIDO EM 12 (Doze) PARCELAS DE R\$ 642,87 (Seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos) MENSAIS.

SIGNATÁRIOS: EVANDRO CARLOS ZANATTO E JOSÉ DA SILVA, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E ERNESTO MUNIS SOUZA, PELA : INFO DIGITALLES.

VIGÊNCIA: O PRAZO PASSA SER DE 31/12/2019 A 31/12/2020.

PORTARIA 001/2020

Publicação Nº 2358627

PORTARIA N.º 002/2020 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

ATRIBUI FUNÇÃO DE TESOUREIRO A SERVIDOR COMISSIONADO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce SC, do Município de Água Doce SC, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Artigo 1.º Atribuir a função de Tesoureiro, Servidor Público Municipal Comissionado da Câmara de Vereadores do Município de Água Doce, Senhor EILSON CHAVES DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade, (RG) n. 3.152.113, inscrita no Cadastro de Pessoa Física, (CPF/MF) sob n. 017.461.729-16, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Legislativo, CC-03, sem a percepção do adicional da função em seu vencimento.

Artigo 2.º O prazo inicia-se no dia 07 de janeiro de 2020, até o dia 31 de dezembro de 2020.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/01/2019.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 07 de Janeiro de 2020

Antônio Barbosa

Presidente da Câmara Municipal de Água Doce SC

PORTARIA 002/2020

Publicação Nº 2358637

PORTARIA Nº 001/2020 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

NOMEIA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antônio Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016 e Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010 e demais normas legais aplicáveis à matéria.

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR LEGISLATIVO, Nível CC – 03, Anexo III da Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016, e Lei Complementar nº 065/2010, o senhor EILSON CHAVES DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º 3152113, inscrito no CPF sob o n.º 017.461.729-16, residente e domiciliado na Linha Paiol do Campo – Assentamento 01 de agosto, no Município de Água Doce –SC.

Artigo 2º Comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos, para que proceda os atos necessários a inclusão do funcionário ora nomeado.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução desta portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/01/2020.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 07 de janeiro de 2020

Antônio Barbosa

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC

PORTARIA 003/2020

Publicação Nº 2358640

PORTARIA Nº 003/2020 DE 15 DE JANEIRO DE 2020

NOMEIA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016, e Resolução nº 115/2018 de 29/10/2018, e demais normas legais aplicáveis à matéria.

Resolve:

Art. 1.º Nomear para o cargo de provimento em comissão de Advogado, Nível CC – 04, conforme Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016, e Resolução nº 115/2018 de 29/10/2018, a Senhor TIAGO GRANDO, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31404, portadora da Carteira de Identidade nº 4.434.525 SSP/SC nascido em 01/02/1986, inscrito no CPF sob nº 053.888.819-97, residente e domiciliado na Rua Tiradentes , 456, centro, Município de Água Doce, SC.

Art. 2.º Comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos, para que proceda os atos necessários a inclusão do funcionário ora nomeada.

Art. 3.º As despesas decorrentes com a execução desta portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/01/2020.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 15 de Janeiro de 2020

ANTÔNIO BARBOSA

Presidente da Câmara Municipal do Município de Água Doce SC

PORTARIA 004/2020

Publicação Nº 2358641

PORTARIA N.º 004/2020 DE 21 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO ODIN GUSTAVO MENDES CORRÊA ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO BARBOSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce SC CNPJ sob nº 04.405.472/0001-85 e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016 e a Lei Complementar nº 015/99 de 28/12/1999, denominada de Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1.º Conceder férias do dia 21-01-2020 a 19-02-2020, ao servidor público efetivo do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, sendo ele Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, ocupante do cargo de Técnico Legislativo Administrativo, nível CE-02, do Quadro de Pessoal, criado pela Resolução nº 091/2016 de 19/04/2016 , Lei Complementar nº 015/99 de 28-12-1999 , referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício.

Artigo 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21-01-2020.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, 21 Janeiro de 2020

Antonio Barbosa
Presidente

PORTARIA 005/2020

Publicação Nº 2358643

PORTARIA N.º 005/2020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Antonio Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce SC, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Artigo 1.º Designar para atuarem como pregoeiros em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC, os servidores da Prefeitura do Município de Água Doce:

(a) Cristiano Savaris da Silva;

(b) Gláucia Regina Varaschin.

Parágrafo único: Em cada certame licitatório um pregoeiro irá atuar, ficando os demais fazendo parte da equipe de apoio.

Artigo 2.º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC, os seguintes servidores da Prefeitura do Município de Água Doce, SC:

- (a) Heloisa Beal Verona;
- (b) Evandra Regina Macagnan;
- (c) Ciles Paulo Moraes Junior

Artigo 3.º A execução da presente portaria não terá nenhum ônus para a Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC.

Artigo 4.º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, parte destinada à Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 5.º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Artigo 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 13 de fevereiro de 2020

ANTONIO BARBOSA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC

001/2020 RGF ANEXO 1

Publicação Nº 2358691

Município de AGUA DOCE - SC - Poder Legislativo
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL		LIQUIDAÇÕES												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis Obrigações Patronais Benefícios Previdenciários Pessoal Inativo e Pensionista Aposentadorias, Reserva e Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários Obrigações com terceiros (bônus, ou contrapelo forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorretos de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração Despesas de Exercícios Anteriores da período anterior ao da apuração Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados Abono de permanência		45.260,39	53.744,29	56.136,56	56.136,55	67.500,42	67.815,27	56.866,78	56.136,55	56.260,42	56.136,55	53.019,15	78.127,15	702.510,08	0,00
		45.260,39	53.744,29	56.136,56	56.136,55	67.500,42	67.815,27	56.866,78	56.136,55	56.260,42	56.136,55	53.019,15	78.127,15	702.510,08	0,00
		35.608,54	42.800,60	44.889,07	44.889,07	54.383,82	56.505,11	44.889,07	44.889,07	44.889,07	44.889,07	42.364,86	62.784,35	563.761,70	0,00
		9.651,85	10.943,69	11.247,49	11.247,48	12.786,60	11.310,16	11.897,71	11.247,48	11.371,35	11.247,48	10.654,29	15.342,80	138.748,38	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		45.260,39	53.744,29	56.136,56	56.136,55	67.500,42	67.815,27	56.866,78	56.136,55	56.260,42	56.136,55	53.019,15	78.127,15	702.510,08	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		35.782.134,26	-												
(i) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		0,00													
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		35.782.134,26	1,96												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + II b)		702.510,08													
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		2.145.728,06	6,00												
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		2.038.441,66	5,70												
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1.931.156,25	5,40												

AGUA DOCE, 31/12/2019

EVANDRO CARLOS ZINATTO _____ NILZA APARECIDA MENDES
PRESIDENTE CPF Nº 01862838-9 CONTADORA CRC/SC Nº 018683

FONTE:



002/2020 RGF ANEXO 2

Publicação Nº 2358697

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	237.573,82	447.153,08	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	237.573,82	447.153,08	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	239.343,82	458.067,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.770,00	10.913,92	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-237.573,82	-447.153,08	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	3.620,15	6.585,29	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

AGUA DOCE, 31/12/2019

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF N° 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

FONTE:

003/2020 RGF ANEXO 3

Publicação N° 2358704

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

AGUA DOCE, 31/12/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF N° 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7



004/2020 RGF ANEXO 4

Publicação Nº 2358707

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/12/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

005/2020 RGF ANEXO 5

Publicação Nº 2358714

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AGUA DOCE, 31/12/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO PRESIDENTE CPF Nº 01662838948	NILZA APARECIDA MENDES CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7
---	--

006/2020 RGF ANEXO 6

Publicação N° 2358716

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6 R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	35.762.134,26	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	702.510,08	1,96
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	2.145.728,06	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	2.038.441,66	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=>	1.931.155,25	5,40
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/12/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF N° 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 026 - 2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358613

DECRETO Nº 026/2020 De 14 de fevereiro de 2020	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, III e VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.054/1994 e IN nº 14/2012 do TCE/SC, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º A concessão e a aplicação de recursos na modalidade de REGIME DE ADIANTAMENTO, para realização de despesas miúdas de pronto pagamento, em atendimento das atividades do Poder Executivo Municipal, bem como, do Fundo Municipal de Saúde de Águas de Chapecó, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, instituído pela Lei Municipal nº 1.054/1994 e pela IN nº 14/2012 do TCE/SC, será concedida aos servidores a seguir relacionados:

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Luiz Carlos Comel / secretário / matrícula nº 10.798

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Michel Eichelberger / secretário / matrícula nº 10.522
- Geberton Odirlei Bertoldi / chefe de setor / matrícula nº 10.373
- Rodrigo Fabiano Beling / professor / matrícula nº 10.839

Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde:

- Simone Ávila dos Santos / secretária / matrícula nº 10.738
- Daniel Trevisan / motorista / matrícula nº 389
- Leandro Kesler / motorista / matrícula nº 10.678
- Pedro Valmir Bortoli / motorista / matrícula nº 10.711
- Sandro Lauschner / motorista / matrícula nº 10.688

Art. 2º A concessão de adiantamento será feita mediante requisição expedida pelos responsáveis nomeados no art. 1º, por meio do preenchimento do formulário "REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTO", modelo anexo único deste Decreto.

Parágrafo único. A requisição de adiantamento será protocolada junto ao gabinete, e seu deferimento dependerá de expressa declaração da existência de dotação orçamentária, de parte do setor de contabilidade, bem como, da autorização do Prefeito.

Art. 3º A comprovação da despesa e a prestação de contas obedecerão expressamente às exigências da Lei Municipal nº 1.054, de 03 de novembro de 1994 e a IN nº 14, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 003, de 02 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se.

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 026/2020)
REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO Nº XX/XXXX

PREFEITURA E/OU FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Responsável pelo Adiantamento: XXXX
Cargo/Função: XXX

Senhor Prefeito,

Em conformidade com a IN nº 14/2012, de 13 de junho de 2012, em especial o Capítulo II e Lei Municipal nº 1054, de 03 de novembro de 1994, dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar a liberação de recursos na modalidade de REGIME DE ADIANTAMENTO para realização de despesas miúdas de pronto pagamento, para atendimento das atividades da Prefeitura e/ou Fundo Municipal de Saúde de Águas de Chapecó, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, no valor, dotação orçamentária e finalidade abaixo especificada.

Modalidade:	ADIANTAMENTO
Valor Requisitado:	R\$ XXX,XX (XXXXX)
Prazo de Aplicação:	60 (sessenta) dias do recebimento dos recursos
Agência:	XXXX-X
Conta Corrente:	XXXX-X

Águas de Chapecó/SC, XX de XXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXX
Matrícula nº XXXX

INDICAÇÃO	DE	RECURSOS	ORÇAMENTÁRIOS
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Projeto Atividade:	XXXX	Elemento de Despesa: XXXXX	FR 01.00

Declaro, em conformidade com o orçamento anual do exercício de XXXX, que há disponibilidade de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA para realização das despesas requisitadas, no Projeto/Atividade indicado anteriormente.

Águas de Chapecó/SC, XX de XXXXXXX de XXXX.

(NOME DO CONTADOR GERAL)
Contador (Nº DO REGISTRO)

AUTORIZAÇÃO Em conformidade com os despachos supra, AUTORIZO a realização da despesa relativa a esta requisição, obedecendo-se as modalidades aplicáveis.

Águas de Chapecó/SC, XX de XXXXXXX de XXXX.

(NOME DO PREFEITO)
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027 - 2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358876

DECRETO Nº 027/2020 De 14 de fevereiro de 2020	DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, demais disposições legais vigentes e,	

CONSIDERANDO, a programação do Carnaval Regional de Águas de Chapecó 2020, que acontecerá no período de 20 a 24 de fevereiro, que envolve a Administração Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 24 de fevereiro de 2020, não havendo nesta data, expediente nas Secretarias, Departamentos e Setores Municipais.

Parágrafo único. Ficam excepcionados do disposto no caput desde artigo, as Secretarias, Departamentos e Setores que, pela natureza das atividades, não possam deixar de atender ao público, tais como serviços básicos de saúde, coleta de lixo e limpeza pública.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06-2020 - EDITORA POLO FOZ EIRELI-ME

Publicação Nº 2359503

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	06/2020
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:	EDITORA POLO FOZ EIRELI-ME
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ EM JORNAL SEMANAL
Valor:	R\$5.684,80 (cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).
Vigência	Início: 14/02/2020 Término:31/12/2020
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 14 de fevereiro de 2020.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07-2020 - REFILMAQ SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI

Publicação Nº 2359523

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	07/2020
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:	REFILMAQ SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO EIRELI
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORES DE DOCUMENTOS
Valor:	R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais)
Vigência	Início: 14/02/2020 Término:31/12/2020
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 14 de fevereiro de 2020.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08-2020 - BANXAP BANHEIROS MOVEIS EIRELI-EPP

Publicação Nº 2359532

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	08/2020
CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
CONTRATADO:	BANXAP BANHEIROS MOVEIS EIRELI-ME
Objeto:	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 24 BANHEIROS QUÍMICOS (SQP-SANITÁRIO QUÍMICO PORTÁTIL) PARA USO NO CARNAVAL REGIONAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ 2020.
Valor:	R\$9.000,00(nove mil reais).
Vigência	Início: 14/02/2020 Término:28/02/2020
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 14 de fevereiro de 2020.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº64/2020

Publicação Nº 2359550

DECRETO Nº 64/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº20/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo Licitatório nº 20/2020, na modalidade de "Dispensa por Limite" nº 10/2020, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos em Informática no valor global de R\$ 13.125,00 (treze mil, cento e vinte e cinco reais), proposta apresentada em favor do proponente: Inforsul Serviços e Tecnologias de Informática Ltda no valor de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), Maykelen Lanzarin Pegorini Vicente 06787914903 no valor de R\$8.925,00 (oito mil, novecentos e vinte e cinco reais), para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 14 de fevereiro de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE Nº10/2020

Publicação Nº 2359546

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 20/2020

Edital: Dispensa por Limite Nº.: 10/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMÁTICA

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº20 /2020 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº10 /2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMÁTICA,

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 14 de fevereiro de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO RP Nº8/2020

Publicação Nº 2359219

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 19/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 8/2020

Tipo : Menor preço - TOTAL POR LOTE

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS (EXAMES LABORATORIAIS)

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 03 de março de 2020.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 03 de março de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (049) 3332-0019 ou no site www.aguasfrias.sc.gov.br.

Águas Frias -SC, 14 de fevereiro de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA

PREFEITO

Águas Mornas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – CDI, ÁGUAS MORNAS

Publicação Nº 2360407

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – CDI, ÁGUAS MORNAS

PROCESSO DE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas; Toni Jochem, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Integrado – CDI; e Carlos S. Thiago de Carvalho, Coordenador do Grupo Técnico, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, em consonância com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), com o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Integrado (Decreto Nº 048/2019) e com o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo (Decreto Nº 061/2019), convocam os senhores conselheiros para a reunião do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – CDI, de Águas Mornas, a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2020 (sexta-feira), com início às 19h30min, tendo como local o Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Prefeito José Higino Martins, nº 42, centro, Águas Mornas-SC, com a seguinte pauta:

Apresentar/discutir as propostas – inclusive as colhidas na Consulta Pública – para a revisão do Plano Diretor Participativo, parte integrante da Etapa 3 (Formulação de propostas para revisão do Plano Diretor Participativo) através de Oficina de Planejamento entre o Grupo Técnico e o Conselho de Desenvolvimento Integrado – CDI.

Ficam assim convocados todos os conselheiros devidamente nomeados pelo Decreto nº 011/2019 e convidados os demais interessados em participar da mencionada reunião por trata-se de reunião pública (Art. 11, § 4º, do Decreto Nº 048/2019).

Nestes termos, é expedido o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial do Município, nas redes sociais e afixado na sede da Prefeitura, em outros locais públicos, de forma a ser dado ao mesmo a mais ampla divulgação.

Atenciosamente,

Omero Prim
Prefeito Municipal

Toni Jochem
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Integrado

Carlos S. Thiago de Carvalho
Coordenador do Grupo Técnico

Águas Mornas, 14 de fevereiro de 2020.

OBS.: Para mais informações: 3245-7252 ou através da seguinte conta de e-mail: adm@aguasmornas.sc.gov.br com o Secretário Municipal de Administração, Toni Jochem.

MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – CDI,
de Águas Mornas, nomeados pelo Decreto nº 011/2019:

I – da Macrozona Urbana:

- a) Francisco Prim, como titular;
- b) Carlos Augusto Imich Medeiros, como suplente;

II – da Macrozona Rural:

- a) Luciane Hillnee, como titular;
- b) Leonésio Antônio Bruch, como suplente;

III – da Macrozona Vila Nova:

- a) Paulo César Jochem, como titular;
- b) Paulo César da Paz, como suplente;

IV – da Macrozona do Parque da Serra do Tabuleiro:

- a) Francisco José Inkel, como titular;
- b) Daniel Weber, como suplente;

V – do Poder Executivo:

- a) Toni Vidal Jochem, como titular;
- b) Carlos S. Thiago de Carvalho, como suplente;

VI – do Poder Legislativo:

- a) Marcelo Steinbach, como titular;
- b) Jorge Fernando Salm, como suplente;
- c) Sandro Sens, como titular;
- d) Marcelo Kuhn, como suplente;

VII – das Igrejas:

- a) Osvaldo Prim, representando a Igreja Católica, como titular;
- b) Osni Pedro Jasper, representando a Igreja Católica, como suplente;
- c) Adamir Simon, representando a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, como titular;
- d) Ronei Hausmann, representando a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, como suplente;

VIII – das Associações de Moradores:

Obs.: Entidade(s) inativa(s).

IX – das Associações Desportivas:

- a) Marciano Dionei Kirchner, representando da Associação Comunitária, Assistencial e Recreativa Fazenda, como titular;
- b) Davi Francisco Jochen, representando da Associação Comunitária, Assistencial e Recreativa Fazenda, como suplente;

X – dos Conselhos Comunitários:

- a) Juarez Alexandre Kuhn, representando do Conselho Comunitário de Santa Cruz da Figueira, como titular;
- b) Flávio Heinz, representando do Conselho Comunitário do Rio Miguel, como suplente;

XI – das Entidades Sindicais:

- a) Jonas Vanbommel, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Mornas, como titular;
- b) Cilene Bauer Rassweiler, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Mornas, como suplente;

XI – das Entidades Empresariais:

- a) Osvanir Maria Sens Abreu, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, como titular;
- b) José Evaldo Schmitz, representando a Cooperativa Agrícola Viver o Agronegócio – VIVAGRO, como suplente;

XII – das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa:

- a) João Villanova Gallardo, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, como titular;
- b) Jean Schmitz, representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, como suplente;

XIII – das Organizações Não Governamentais (ONG):

- a) Sidnei Nicolau Medeiros, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, como titular;
- b) Mário Tadeu de Abreu, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, como suplente;

XIV – das Associações de Pais e Professores da Rede Estadual:

- a) Fernanda Medeiros Hillesheim, como titular;
- b) Jane Bauer Argenta, como suplente;

XV – das Associações de Pais e Professores da Rede Municipal:

- a) Kenneth Hecht Mayrink, como titular;
- b) Jair Hillesheim, como suplente;

XVI – do Conselho de Segurança Municipal (CONSEG):

Obs.: Entidade inativa (Informação da Delegacia de Polícia Civil).

XVII – do Conselho de Educação Municipal:

- a) Sandra Tereza Hinckel Lopes, como titular;
- b) Daiana de Paula Farias, como suplente;

XVIII – do Conselho de Saúde ou Assistência Social ou Conselho Tutelar:

- a) Iana Pitan, representando o Conselho Mun. de Assistência Social, como titular;
- b) Raquel Mees Steffens, representando o Conselho Tutelar, como suplente.

Alfredo Wagner

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº01/2020

Publicação Nº 2359083

Aviso de Resultado do Tomada de Preço nº01/2020
Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

O Município de Alfredo Wagner HOMOLOGA E AJUDICA o Tomada de Preço nº01/2020, no dia 14 de fevereiro de 2020, Referente a Contratação de empresa para a Reforma do Banheiro e construção de uma sala no Imóvel da Escola Reunida Balcino Matias Wagner de ensino Fundamental. O valor do certame foi de R\$ 66.237,97 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos). Informações pelo site: alfredowagner.sc.gov.br.

Alfredo Wagner, em 14 de Fevereiro de 2020.
Naudir Antônio Schmitz
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº03/2020

Publicação Nº 2359085

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Tomada de Preço/ Menor preço Global

Data de Abertura: 04 de Março de 2020.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Referente a Contratação de empresa para construção de Quadra Coberta com Vestiário, padrão FNDE, com valor máximo de R\$ 582.308,59 (quinhentos e oitenta e dois mil trezentos e oito reais cinquenta e nove centavos).

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Licitações.

Alfredo Wagner, em 14 de fevereiro de 2020.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 2963 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358547

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMAN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 801, de 12 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 844.162,38 (oitocentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

4000	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
4001	Gerência de Agricultura e Meio ambiente
20	AGRICULTURA
608	Promoção da Produção Agropecuária
11	Mecanização Agrícola
1.7	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 307.937,38
4.4.90.00.00.1.0327	Aplicações Diretas
	R\$ 536.225,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Excesso de Arrecadação no Vínculo Abaixo:

"0.1.0327" - Rec. Vinc. - CONVÊNIO/UNIÃO - Máquinas/Equipamentos

E Superávit do exercício de 2019, no vínculo abaixo:

"0.1.0100" – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de fevereiro de 2020.

CATIA TESSMAN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

DECRETO 2964 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358544

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 801, de 12 de dezembro de 2019

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 144.067,75 (cento e quarenta e quatro mil, sessenta e sete reais, setenta e cinco centavos), na seguinte ação orçamentária:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
34	Atendimento Eq-itativo e Universalizado
1.26	Aquisição de Veículos, Mobiliário e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.3.0412	Aplicações Diretas
	R\$ 32.583,10
4.4.90.00.00.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 11.500,00
4.4.90.00.00.1.0605	Aplicações Diretas
	R\$ 99.984,65

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2019, no vínculo abaixo:

- a) "0.1.0100" - Recursos Ordinários;
- b) "0.1.0312" - Rec. Vinculados à Saúde - Cofinanciamento Estadual, e

Excesso de Arrecadação no vínculo abaixo:

- a) "0.1.0605" - Rec. Vinculados - Convênios/Estado - Saúde

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 13 de fevereiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 FMS

Publicação Nº 2358542

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR2/2020 FMS, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de veículo tipo Van – CONVÊNIO SCC5770/2019 – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA 23208

Data de entrega dos envelopes: 05/03/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 05/03/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <https://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9276 ou e-mail saude@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 13 de fevereiro de 2020

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 13/2020

Publicação Nº 2358536

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR13/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de Caminhão Caçamba Novo, de acordo com o convênio 893717/2019 firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - e o Município de Alto Bela Vista.

Data de entrega dos envelopes: 05/03/2020 às 13:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Data de abertura dos envelopes: 05/03/2020 às 14:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 12 de fevereiro de 2020

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 14/2020

Publicação Nº 2358541

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR14/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de escavadeira Hidráulica Nova de acordo com Convênio Nº 887795/2019, publicado na página 36 do DOU do dia 20 de janeiro de 2020

Data de entrega dos envelopes: 02/03/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 02/03/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 12 de fevereiro de 2020

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 15/2020

Publicação Nº 2358540

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR15/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada com recursos provenientes do Convênio Nº 892333/2019, publicado na página 91 do DOU do dia 20 de janeiro de 2020 .

Data de entrega dos envelopes: 02/03/2020 às 13:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 02/03/2020 às 14:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao

Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 12 de fevereiro de 2020

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 005/2020 - PMA

Publicação Nº 2358810

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****MINUTA DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2020.**

O **Município de Anchieta/SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Anchieta nº 838, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.687/0001-22, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Srº **Ivan José Canci**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e na **Resolução/CD/FNDE nº 025/2012 e na Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013 de 17/06/2013**, através da Secretaria Municipal de Educação, informa aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais do Município, interessados em fornecer produtos alimentícios destinado ao atendimento do Programa Nacional de alimentação Escolar – PNAE para elaboração da Merenda Escolar, que estará recebendo a documentação e projetos de venda até o dia **10 de Março de 2020, às 08h30min**, no Setor da Educação, junto a Prefeitura Municipal. Informações pelo telefone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras e Licitações e/ou Sec. Municipal de Educação, sito a Av. Anchieta, 838, Anchieta-SC nos horários: 07h30min –11h30min e 13h00min -17h00min de segunda a sexta-feira.

RELAÇÃO DOS ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E VALORES A SEREM ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	300	KG	ABACATE: DE 1ª QUALIDADE, SEM RACHADURA, MACHUCADURA E SEM MOFOS E BATIDAS, COLORAÇÃO PRÓPRIA, TAMANHO PADRÃO (MÉDIO), COM MAIS OU MENOS 500G CADA UNIDADE, COM GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO.	3,51	1.053,00
02	60	KG	ABOBRINHA ITALIANA: MÉDIA (50 A 150G), FIRME, CASCA BRILHANTE, SEM FUROS E RACHADURAS OU MANCHAS ESCURAS.	3,15	189,00
03	60	PCT	ACÚCAR MASCADO: COM COLORAÇÃO PRÓPRIA E UNIFORME, EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, LACRADA E ATÓXICA DE 1KG COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	10,68	640,80
04	1300	PÉS	ALFACE: COM FOLHAS LISAS OU CRESPA, FIRMES, VIÇOSAS DE COR VERDE BRILHANTE, DE TAMANHO UNIFORME E TÍPICO DA VARIEDADE, LIVRE DE RESÍDUOS. ACONDICIONADAS EM SACOS PLÁSTICOS LIMPOS OU CAIXAS PLÁSTICAS LIMPAS.	2,20	2.860,00
05	600	KG	BANANA PRATA: 1ª QUALIDADE, COM GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE SABOR CARACTERÍSTICO, TAMANHO E COLORAÇÃO COM POLPA FIRME E INTACTA.	3,56	2.136,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta – SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

06	300	KG	BATATA INGLESA: GRAÚDA, PADRÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE. LAVADA, LISA, COMPACTA E FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECIAL PARA ALIMENTO.	3,05	915,00
07	500	KG	BATATA DOCE: VARIEDADE BRANCA E AMARELA, DE 1ª QUALIDADE, SEM BROTO, RACHADURAS OU CORTES NA CASCA, MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS DEVE ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECIAL PARA ALIMENTO.	2,77	1.385,00
08	200	KG	BETERRABA: PADRÃO MÉDIO E UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FOLHAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, SEM TERRA ADERIDA À SUPERFÍCIE.	3,00	600,00
09	550	KG	BOLACHA CASEIRA (NATA, MILHO, CHAMPAGNE, MANTEIGA) DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS EM QUANTIDADES IGUAIS. DEVE CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INSPEÇÃO SANITÁRIA.	23,50	12.925,00
10	600	UN	CUCA CASEIRA: COM PESO DE 600G RENDENDO 10 FATIAS DEVIDAMENTE EMBALADA, INFORMAÇÃO RÓTULO NUTRICIONAL E INSPEÇÃO SANITÁRIA.	8,52	5.112,00
11	600	UN	PÃO CASEIRO: COM PESO DE 600G RENDENDO 10 FATIAS DEVIDAMENTE EMBALADO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL NO RÓTULO E INSPEÇÃO SANITÁRIA.	6,63	3.978,00
12	150	MAÇO	BRÓCOLIS: FIRME E INTACTO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E S/ MANCHAS.	3,93	589,50
13	150	KG	CEBOLA: MÉDIA, PADRÃO UNIFORME, DESENRESTADA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA E MECÂNICA, SEM PERFURAÇÕES E CORTES, SEM MANCHAS COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTA DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS.	3,75	562,50
14	200	KG	CENOURA: NOVA, PADRÃO MÉDIO E UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA, FIRME E SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA.	3,26	652,00
15	150	MAÇO	COUVE-FLOR: NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS.	4,14	621,00
16	300	KG	FEIJÃO PRETO: TIPO 1, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE. SEM PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS, CARUNCHADOS, TORRADOS E SEM SUJIDADES.	5,42	1.626,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

17	600	KG	LARANJA DOCE: TIPO LARANJA LIMA, COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO COR, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECIAL PARA ALIMENTO.	2,50	1.500,00
18	600	KG	LARANJA COMUM: COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO COR, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECIAL PARA ALIMENTO.	2,37	1.422,00
19	1000	UN	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO: LEITE NA SUA FORMA INTEGRAL COM SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, COM VALIDADE DE 5 DIAS. DEVIDAMENTE ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES, SEM PERIGO DE VAZAMENTO. QUANTIDADE DE 1 LITRO. DEVE CONSTAR INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E RÓTULO IDENTIFICANDO PRAZO DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	3,12	3.120,00
20	180	KG	MANDIOCA: IN NATURA, DESCASCADA, EMBALADO EM EMBALAGEM ESPECIAL DE NO MÁXIMO 2KG CADA, SEM SUJIDADES, PARASITAS OU LARVAS.	6,04	1.087,20
21	400	KG	REPOLHO VERDE: GRAUDO, PODADO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS (UNIDADES APROXIMADAMENTE 1KG A 1,5KG).	2,59	1.036,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

22	400	KG	TANGERINA: DE PRIMEIRA. DAS VARIEDADES: MEXERICA OU PONKAN. CLASSE: 78 (MENOR DIÂMETRO DE 78 MM E MAIOR DIÂMETRO DE 82 MM); COLORAÇÃO C 4; CATEGORIA I. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE BEM DEFINIDAS (COR, TEXTURA, SABOR), AROMA LEVEMENTE PERFUMADO, ESTAR FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, SÁDIA, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. DEVERÁ APRESENTAR-SE BEM FORMADOS, SEM MANCHAS, SEM ATAQUE DE PRAGAS E DOENÇAS, SEM RACHADURAS E DANOS MECÂNICOS. O VEÍCULO DE ENTREGA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. AS FRUTAS E HORTALIÇAS DEVERÃO SER PROCEDENTES DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÃS E SATISFAZER AS SEGUINTE CONDIÇÕES MÍNIMAS: -SEREM FRESCAS; -NÃO ESTAREM GOLPEADAS E DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA QUE AFETAM SUA APARÊNCIA, A POLPA E O PEDÚNCULO (QUANDO HOVER) DEVERÃO SE APRESENTAR INTACTOS E FIRMES; -SEREM TRANSPORTADAS EM CAIXAS DE POLIETILENO VAZADAS. OS ALIMENTOS NÃO DEVEM ESTAR EM CONTATO COM PAPEL NÃO ADEQUADO (RECICLADO, JORNAIS, REVISTAS E SIMILARES), PAPELÃO OU PLÁSTICO RECICLADO.	2,85	1.140,00
23	250	MAÇO	TEMPERO VERDE: TENRO E FRESCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS (MAÇO DE 200G).	2,99	747,50
24	12	KG	ALHO: SUBGRUPO NOBRE, TIPO ESPECIAL, CLASSE 4, SEM RÉSTIA, BULBO INTEIRO E SÃO, SEM BROTO, SEM GRÃOS CHOCHOS, ARDIDOS, MANCHADOS OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. LIVRE DE RESÍDUOS, FERTILIZANTES. ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM PRÓPRIAS PARA ALIMENTOS.	24,01	288,12
25	60	PCT	AMENDOIM, DESCASCADO, SELECIONADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE PACOTE DE 500 GR.	4,90	294,00
26	50	KG	TOMATE, LIMPOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, E NÃO DEVE CONTER MANCHAS, NÃO PODEM ESTAR MURCHOS. LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	4,92	246,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

27	200	KG	LARANJA DE UMBIGO , COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, APRESENTANDO COR, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE.	7,04	1.408,00
28	100	PÉS	ALMEIRÃO , PRODUTO FRESCO; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; ISENTO DE ENFERMIDADES, RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; NÃO DEVE APRESENTAR FOLHAS AMARELADAS; FOLHAS TENRAS, BRILHANTE, DE COR VERDE VIVO; SEM DANOS FÍSICOS E/OU MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. PRODUTO DEVE ESTAR COM AS LEIS ESPECÍFICAS VIGENTES.	4,00	400,00
29	90	KG	ABÓBORA CABOTIÁ GRANDE SELECIONADA FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	4,48	403,20
30	20	PCT	PIPOCA DE BOA QUALIDADE PCT 500 GRs.	3,40	68,00
31	200	KG	FARINHA DE MILHO COLONIAL PACOTE DE 1 KG. DE BOA QUALIDADE.	3,27	654,00
32	700	PCT	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS, DIVERSOS SABORES (MORANGO, PÊSSEGO, COCÔ, SALADA DE FRUTAS, FRUTAS VERMELHAS) EMBALAGEM DE 900 ML. DEVE CONSTAR INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E RÓTULO IDENTIFICANDO PRAZO DE VALIDADE E PROCEDÊNCIA.	4,16	2.912,00
33	240	KG	BERGAMOTA , GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM RACHADURAS E MACHUCADURAS, DE BOA QUALIDADE.	2,85	684,00
34	60	KG	PEPINO SALADA VERDE, FIRME, VIÇOSO, TEXTURA E CONSISTÊNCIA VEGETAL FRESCO, LIVRE DE DETERIORAÇÃO.	3,96	237,60
35	150	KG	CHUCHU : DE COR VERDE ESCURA, DE TAMANHO "MÉDIO" (PESO MAIOR QUE 250G E MENOR OU IGUAL A 449G), "EXTRA A" NÃO SERÃO TOLERADOS OS DEFEITOS EXTERNOS E INTERNOS QUE PREJUDIQUEM O CONSUMO OU RENDIMENTO COMO BROTADO, DANO PROFUNDO, DEFEITO GRAVE DE FORMATO, MURCHO E PODRIDÃO. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR FRESCO, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA E NO PONTO DE CONSUMO.	3,17	475,50

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

36	800	UN	MILHO VERDE: EM ESPIGA DESCASCADOS, LIMPOS E ÍNTEGROS. NÃO PODE ESTAR PASSADO OU DURO DE MAIS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS ESPECIAIS PARA ALIMENTOS.	1,00	800,00
37	20	KG	MORANGO DE 1ª QUALIDADE, EMBALADOS EM EMBALAGENS PRÓPRIAS PARA ALIMENTOS. NÃO PODEM ESTAR BATIDOS, DEVEM ESTAR ÍNTEGROS.	18,61	372,20
38	10	KG	QUEIJO COLONIAL APRESENTAÇÃO PEÇA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, PEÇA ÍNTEGRA, SEM DEFORMAÇÕES, IMPUREZAS OU BOLOR. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE.	24,89	248,90
39	150	UN	SUCO DE UVA 100% NATURAL: TIPO COLONIAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM: GARRAFA DE VIDRO, CONTENDO 1,5 LITRO DO PRODUTO. DEVERÁ CONSTAR ROTULAGEM COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DO PRODUTO E FICHA TÉCNICA. RENDIMENTO MÍNIMO EM CADA 500 ML – 2 LITROS DE SUCO PRONTO.	16,55	2.482,50
40	20	KG	CARNE BOVINA; MUSCULO SEM OSSO; 2ª QUALIDADE; CORTE; PEÇA INTEIRA; DE 0º A 7ºC; LIMPA; ASPECTO; PRÓPRIO DA ESPÉCIE; NÃO AMOLECIDA; NEM PEGAJOSA; COR; PRÓPRIA DA ESPÉCIE; VERMELHA BRILHANTE OU PURPURA; SEM MANCHAS ESVERDEADAS; DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA.	16,89	337,80
41	50	KG	FRANGO CONGELADO (KG). SENDO TOLERADA A VARIAÇÃO DE ATÉ 8% NO PESO LÍQUIDO DO PRODUTO DESCONGELADO EM RELAÇÃO AO PESO CONGELADO. INSPECIONADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (SIF ou SIE).	10,07	503,50
42	120	KG	POLPA DE FRUTA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CONGELADA. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL COM PESO DE 100G MANTER SOB CONGELAMENTO. SABORES: ABACAXI, LARANJA, MARACUJÁ, MORANGO E MANGA.	24,22	2.906,40
				TOTAL R\$:	61.619,22

LOTE II: ALIMENTOS ORGÂNICOS

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	40	KG	ABACATE: ALIMENTO ORGÂNICO DE 1ª QUALIDADE, SEM RACHADURA, MACHUCADURA E SEM MOFOS E BATIDAS, COLORAÇÃO PRÓPRIA, TAMANHO PADRÃO (MÉDIO), COM MAIS OU MENOS 500G CADA UNIDADE, COM GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO.	4,56	182,40
02	100	PÉS	ALFACE: ALIMENTO ORGÂNICO, COM FOLHAS LISAS OU CRESPA, FIRMES, VIÇOSAS DE COR VERDE BRILHANTE, DE TAMANHO UNIFORME E TÍPICO DA VARIEDADE, LIVRE DE RESÍDUOS. ACONDICIONADAS EM SACOS PLÁSTICOS LIMPOS OU CAIXAS PLÁSTICAS LIMPAS.	2,86	286,00
03	20	PCT	AMENDOIM, ALIMENTO ORGÂNICO, DESCASCADO, SELECIONADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. PACOTE DE 500 GRAMAS.	6,37	127,40

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta – SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

04	100	KG	BANANA PRATA: ALIMENTO ORGÂNICO, 1ª QUALIDADE, COM GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE SABOR CARACTERÍSTICO, TAMANHO E COLORAÇÃO COM POLPA FIRME E INTACTA.	4,63	463,00
05	50	KG	BERGAMOTA: ALIMENTO ORGÂNICO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM RACHADURAS E MACHUCADURAS, DE BOA QUALIDADE.	3,70	185,00
06	60	KG	BETERRABA: ALIMENTO ORGÂNICO, PADRÃO MÉDIO E UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FOLHAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, SEM TERRA ADERIDA À SUPERFÍCIE.	3,90	234,00
07	60	UN	BRÓCOLIS: ALIMENTO ORGÂNICO, FIRME E INTACTO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E S/ MANCHAS.	5,11	306,60
08	60	KG	CENOURA: ALIMENTO ORGÂNICO NOVA, PADRÃO MÉDIO E UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA, FIRME E SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA.	4,24	254,40
09	60	UN	COUVE-FLORES: ALIMENTO ORGÂNICO NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS.	5,38	322,80
10	200	KG	LARANJA COMUM: ALIMENTO ORGÂNICO COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA PARA CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO COR, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORME, SEM MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES, SUJIDADES, FERRUGEM OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM ALTERAR SUA APARÊNCIA E QUALIDADE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECIAL PARA ALIMENTO.	3,08	616,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

11	100	KG	TANGERINA: ALIMENTO ORGÂNICO. DE PRIMEIRA. DAS VARIEDADES: MEXERICA OU PONKAN. CLASSE: 78 (MENOR DIÂMETRO DE 78 MM E MAIOR DIÂMETRO DE 82 MM); COLORAÇÃO C 4; CATEGORIA I. DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE BEM DEFINIDAS (COR, TEXTURA, SABOR), AROMA LEVEMENTE PERFUMADO, ESTAR FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, SADIÀ, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. DEVERÁ APRESENTAR-SE BEM FORMADOS, SEM MANCHAS, SEM ATAQUE DE PRAGAS E DOENÇAS, SEM RACHADURAS E DANOS MECÂNICOS. O VEÍCULO DE ENTREGA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. AS FRUTAS E HORTALIÇAS DEVERÃO SER PROCEDENTES DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS E SATISFAZER AS SEGUINTE CONDIÇÕES MÍNIMAS: -SEREM FRESCAS; -NÃO ESTAREM GOLPEADAS E DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA QUE AFETAM SUA APARÊNCIA, A POLPA E O PEDÚNCULO (QUANDO HOVER) DEVERÃO SE APRESENTAR INTACTOS E FIRMES; -SEREM TRANSPORTADAS EM CAIXAS DE POLIETILENO VAZADAS. OS ALIMENTOS NÃO DEVEM ESTAR EM CONTATO COM PAPEL NÃO ADEQUADO (RECICLADO, JORNAIS, REVISTAS E SIMILARES), PAPELÃO OU PLÁSTICO RECICLADO.	3,70	370,00
12	70	MAÇO	TEMPERO VERDE: ALIMENTO ORGÂNICO, TENRO E FRESCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS (MAÇO DE 200G).	3,89	272,30
				TOTAL R\$:	3.619,90

Anchieta/SC, 13 de Fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2359774

Anchieta (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Ilma. Senhora
Danimar Ercego

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para tratar da contratação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da qual prestou provas do Processo Seletivo nº 003/2019. A contratação se dá em substituição a titular Sidiane Lagni - Auxiliar de Serviços Gerais da Unidade Básica de Saúde do Centro, a qual encontra-se afastada em Auxílio Doença.

Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática o direito da contratação pra a qual foi convocada.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2019, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - l) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - m) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - n) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>;
 - x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Danimar Ercego

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2359767

Anchieta (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Ilmo. Senhor
Mauricio Câmara Bonamigo

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para tratar da contratação para o cargo de Motorista ACT, da qual prestou provas do Processo Seletivo nº 003/2019. A contratação se dá em virtude de substituição de servidores afastados por problemas de saúde, bem como servidores em gozo de férias.

Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática o direito da contratação pra a qual foi convocada.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2019, Vossa Senhoria foi aprovado e consequentemente classificado para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - l) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - m) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - n) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>;
 - x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor
Mauricio Câmara Bonamigo

DECRETO Nº 023/2020

Publicação Nº 2359063

DECRETO Nº. 023/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 13.524,56 (treze mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 13.524,56 (treze mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 13.524,56 (treze mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIOS, RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E AFINS
(157) 4.4.90.00.00.00.00.2279 -Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0019.2.013 – ADM. GERAL BENS E SERV. SISTEMA DE ESGOTO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
(173) 3.3.90.00.00.00.00.1801 -Aplicações Diretas R\$ 3.524,56

Total R\$ 13.524,56

Art. 3º Para atendimento da abertura dos Créditos constantes deste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 13.524,56 (treze mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos) concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
BCO BRASIL - LEI 7525- FEP- 22.118-X COD. REDUZIDO 62936	279/2279	R\$ 10.000,00
PM AHT CONV. 796261-2013 - 12.461-3 COD. REDUZIDO 67077	801/1801	R\$ 3.524,56
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 13.524,56

a tabela abaixo:

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta em Exercício (SC), 14 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 024/2020

Publicação Nº 2359310

DECRETO Nº. 024/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando Ofício 05/2020, expedido pela Direção da Escola de Educação Básica Professor Osni Paulino da Silva;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "h" do inciso II, Art. 1º do Decreto nº 126/2019, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

II – Entidades não governamentais:

h) Representantes da Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Professor Osni Paulino da Silva: Juliane C. P. Chistoff (titular) e Ilse Piccoli Meotti (suplente).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 14 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÁ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 025/2020

Publicação Nº 2359444

DECRETO Nº. 025/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o dia nos dias 24/02, segunda-feira e 25/02, terça-feira, foram estabelecidos como ponto facultativo nacional, em virtude das festividades do Carnaval, conforme Portaria 679, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia com o cronograma de feriados nacionais e pontos facultativos no ano de 2020.

Considerando não haver prejuízo ao interesse público o estabelecimento de ponto facultativo municipal no dia 24 de fevereiro de 2020, segunda-feira, e no dia 25 de fevereiro de 2020, terça-feira, pois será mantido o atendimento aos serviços públicos emergenciais em regime de plantão;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais da Prefeitura de Anchieta no dia 24 de fevereiro de 2020, segunda-feira, e no dia 25 de fevereiro de 2020, terça-feira.

Art. 2º Os serviços emergenciais na área da saúde pública serão atendidos na Unidade de Pronto Atendimento pelos profissionais de saúde em regime de plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta/SC, 14 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

LEI Nº 2.483/2020

Publicação Nº 2359269

LEI Nº 2.483/2020

RATIFICA A 1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRAND DO SUL – DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, do Consórcio Público denominado de CONSÓRCIO INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD, firmado entre este Município e o Consórcio, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.380/2004.

Art. 2º. O texto consolidado do Protocolo de Intenções, está publicado nas páginas nº 2982/2996 da Edição nº 3004 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 16 de dezembro de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1576525173_edicao_3004_assinada.pdf).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta – SC, 11 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 107/2020

Publicação Nº 2359765

PORTARIA nº. 107/2020

De, 14 de fevereiro de 2020.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e e em conformidade com a Lei Complementar nº 032/2011,

RESOLVE

Alterar Portaria nº 287/2019,

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº. 287/2019 de 01/07/2019 a qual nomeava a servidora pública municipal, senhora Fernanda Segalin para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Imprensa, lotada no Gabinete do Prefeito, para a partir desta data exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora de Planejamento, lotada no Gabinete do Prefeito, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 14 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 108/2020

Publicação Nº 2359248

PORTARIA Nº 108/2020.
De, 14 de fevereiro de 2020

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício CPPA nº 051/2020, solicitando a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 483/2019;

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 483/2019.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.
Em, 14 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 109/2020

Publicação Nº 2359250

PORTARIA Nº 109/2020.
De, 14 de fevereiro de 2020

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício CPPA nº 050/2020, solicitando a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 484/2019;

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 484/2019.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.
Em, 14 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 110/2020

Publicação Nº 2359252

PORTARIA Nº 110/2020.
De, 14 de fevereiro de 2020

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício CPPA nº 049/2020, solicitando a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 485/2019;

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 485/2019.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.
Em, 14 de fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

TOMADA DE PREÇOS 004/2020-PM

Publicação Nº 2359381

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Tomada de Preços 004/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços – Tipo Menor Preço Global, para: Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e mão de obra necessária, para Paving com Pedras Polidricas, nos Trechos das Ruas situadas nas Comunidades de Linhas João Café Filho, São Roque, Prateleira, São Marcos e Servidão Pública João Bucchi, no Interior do Município de Anchieta/SC, totalizando uma área de 6.663,51 m². Pagas Recursos com do FEP, e do Financiamento, Contrato Nº2623.0527382-85/2019, CEF/MUNICÍPIO. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 12/03/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 14 de Fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº002/2020**

Publicação Nº 2358838

DECRETO LEGISLATIVO Nº002/2020
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO
PREFEITO MUNICIPAL PARA SE AUSENTAR DO PAÍS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Edilidade da Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art.1º Fica aprovado de acordo com o art.37, II em combinação com o art. 82, parte final, ambos da Lei Orgânica Municipal, a fim de que seja expedido o respectivo Decreto Legislativo, a teor do dispositivo no art. 243, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal, o incluso pedido de autorização do Prefeito Municipal para ausentar do País, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2020 (sábado e domingo), pois estará em viagem para Argentina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta- SC, aos 13 de fevereiro de 2020.

NERI GASPAR

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 012/2020

Publicação Nº 2358576

DECRETO Nº 012/2020
CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Angelina, art. 17 item II, art. 60 item VI; e considerando o requerimento do interessado.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar Julia Hugem Kull do cargo de provimento efetivo de Professor do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina a partir de 01/02/2020.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 03 de fevereiro de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2020

Publicação Nº 2358569

Portaria Nº 025 /2020

“CONTRATA PROFESSOR TEMPORARIAMENTE.”

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina no uso das suas atribuições, de acordo com o art. 311 da Lei Complementar Municipal Nº 021/2013, de 23/12/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar Cibelle Marian Steinick, para exercer o cargo de Professor nível/referência (1020-2-A), com carga horária semanal de 20 (vinte) horas e vencimento mensal de R\$ 1.754,49 (um mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), com início em 06/02/2020 e término em 16/12/2020, desenvolvendo suas atividades no Centro Municipal de Educação Infantil de Barra Clara.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 05 de fevereiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2020

Publicação Nº 2358572

Portaria Nº 026 /2020

“CONTRATA PROFESSOR TEMPORARIAMENTE.”

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina no uso das suas atribuições, de acordo com o art. 311 da Lei Complementar Municipal Nº 021/2013, de 23/12/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar Camila Walter, para exercer o cargo de Professor nível/referência (1020-2-A), com carga horária semanal de 20 (vinte) horas e vencimento mensal de R\$ 1.754,49 (um mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), com início em 06/02/2020 e término em 16/12/2020, desenvolvendo suas atividades no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 05 de fevereiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2020

Publicação Nº 2358574

PORTARIA Nº 027/2020

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221;

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio á servidora Neiva Regina Koerich Coelho Possamai, matrícula funcional nº 626 ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 06/02/2020 à 03/05/2020, referente ao período aquisitivo de 01/06/2007 à 31/05/2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 06 de fevereiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030/2020

Publicação Nº 2358782

PORTARIA Nº 030/2020

REVOGA PORTARIA.

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 029/2017 de 20/02/2017 que concede Gratificação de Motorista do Transporte Escolar ao servidor Celso Hilleshein a partir do mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 14 de fevereiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2020

Publicação Nº 2358784

PORTARIA Nº 031/2020

Concede Função Gratificada.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1210/2015 de 31/08/2015,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação de Motorista do Transporte Escolar ao servidor Hélio Werlich ocupante do cargo de Agente Operacional do quadro de pessoal a partir do mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 14 de fevereiro de 2017.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2020

Publicação Nº 2358787

PORTARIA Nº 032/2020

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 155 e 156 da Lei Complementar nº. 021/2013 de 23.12.2013 e Legislação Federal pertinente, e;

Considerando avaliações e laudo técnico pericial realizado pela empresa devidamente contratada Qualitá Sergurança e Saúde Ocupacional tendo como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho o Sr. Osair Fernandes Rosa, inscrito no CREA/SC Nº 47277-1;

RESOLVE

Art. 1º. – Conceder Adicional de Insalubridade de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do salário mínimo nacional aos servidores;

SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Arley Irineu de Souza – Auxiliar de Manutenção e Conservação I.
- Emerson Schaffer – Auxiliar de Manutenção e Conservação I.
- Murilo José Alflen – Auxiliar de Manutenção e Conservação I.
- Sérgio Hames – Operador de Máquina.

Art. 2º - Conceder Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento) sobre o valor do salário mínimo nacional aos servidores;

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Suelen Dutra – Enfermeiro.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da posse dos servidores no mês de fevereiro de 2020.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 14 de fevereiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020

Publicação Nº 2356755

MUNICÍPIO DE ANGELINA/SC - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas do dia 03 de março de 2020 estará recebendo propostas para aquisição de equipamentos/materiais permanentes para uso da Secretaria Municipal de Educação. O edital encontra-se à disposição no Setor de Licitações e no endereço: www.angelina.sc.gov.br. Angelina/SC, em 17 de fevereiro de 2020. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 097/2020

Publicação Nº 2359589

PORTARIA Nº 097/2020
Concede licença maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 180 dias à servidora RAQUEL PETRY LOHN LOHN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALISTA - ARTES, a partir de 08 de fevereiro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/02/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 14 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 17 de fevereiro de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 07/2020 - PP 08/2020

Publicação Nº 2358537



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 8/2020, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, conforme quantitativos e condições a seguir:

110469 - PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, MAGNÉTICO, COM ESPAÇO PARA GUARDAR DOIS MARCADORES, APAGADOR PRETO DE PLÁSTICO COM FELTRO 100% LÃ, ÓTIMA PAGABILIDADE E DURABILIDADE, TAMANHO APROXIMADO 143X50X28MM	LYKE	40	R\$2,5500	R\$ 102,00
3	APONTADOR DE METAL PARA LAPIS, FORMATO RETANGULAR	LYKE	200	R\$0,5000	R\$ 100,00
5	BLOCO PARA DESENHO ESCOLAR, 140G/M2, FORMATO A4, COM 20 FOLHAS NA COR BRANCA	NEO MUNDI	100	R\$2,5000	R\$ 250,00
6	BORRACHA BRANCA OVAL - BORRACHA NATURAL, COM TAMANHO APROXIMADO DE 50 X 28 MM, ESPESURA APROXIMADA DE 11MM E PESO APROXIMADO DE 19 GRAMAS. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA.	MERCUR	500	R\$0,6900	R\$ 345,00
8	CADERNO BROCHURA CALIGRAFIA, COM 40 FOLHAS, FORMATO 210MMX150MM (NÃO RECICLADO)	NEO MUNDI	500	R\$0,8000	R\$ 400,00
9	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS (CAPA DURA) - CADERNO UNIVERSITÁRIO COM 10 MATÉRIAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 27,5X40CM E FECHADO 27,5X20CM. MIOLO COM 200 FOLHAS EM OFFSET 56G EM 1X1 COR, SENDO 20 FOLHAS POR MATÉRIA, MAIS 01 FOLHA DE APRESENTAÇÃO E 10 DIVISORES DE MATÉRIAS, EM OFFSET 63G COM IMPRESSÃO 1X1 COR. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COR 4X0 EM PAPEL COUCHÉ BRILHO 120GR COM LAMINAÇÃO BOPPBRILHO NA PARTE EXTERNA ENVOLTO EM PAPELÃO 1,5MM EM COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120G. ACABAMENTO: ESPIRAL METÁLICO. COM ARTE, CRIAÇÃO E PROVA PRINT DO LAYOUT, TODOS POR CONTA DO FORNECEDOR.	PANAMERICANA	300	R\$8,9000	R\$ 2.670,00
18	CANETA MARCA TEXTO AMARELO CLARO, COM SELO DO INMETRO	NEO MUNDI	100	R\$0,7000	R\$ 70,00
19	CANETA MARCA TEXTO VERDE CLARO, COM SELO DO INMETRO	NEO MUNDI	100	R\$0,7000	R\$ 70,00
20	MARCADOR PARA RETROPROJETOR COM DUAS PONTAS, CANETA PERMANENTE COM PONTA FINA EM UM LADO E PONTA GROSSA EM OUTRO. COM INDICAÇÃO DAS PONTAS NO CORPO DA CANETA. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 130 MM, COM 1 CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO. MARCADOR INDICADO PARA ESCRITA EM LÂMINAS DE RETROPROJETOR, BRINQUEDOS, MAMADEIRAS, PLÁSTICOS, VIDROS, PAPEL, CD, DVD, MADEIRA E OUTROS MATERIAIS.	NEO MUNDI	300	R\$1,1000	R\$ 330,00
33	EXTRATOR DE METAL NIQUELADO E REFORÇADO (PARA CLIPS)	VISION	20	R\$0,7500	R\$ 15,00
34	FITA CREPE NA COR BRANCA, PAPEL CREPE SATURADO COBERTO COM ADESIVO A BASE DE BORRACHAS E RESINAS SINTÉTICAS. COM ALTO PODER DE ADESÃO. FITA MEDINDO NO MÍNIMO 45MM (LARGURA) X 50M (COMPRIMENTO)	NEO MUNDI	400	R\$5,4400	R\$ 2.176,00
35	FITA ADESIVA DUPLA FACE MEDINDO 12MMX30M	NEO MUNDI	200	R\$2,1000	R\$ 420,00
36	FITA ADESIVA DUPLA FACE MEDINDO 19MMX30M	NEO MUNDI	200	R\$3,9000	R\$ 780,00
37	FITA ADESIVA TRANSPARENTE ESTREITA - NAS MEDIDAS 12MM X 50M, COM CORTE FÁCIL, DESENLAMENTO SUAVE, ADESÃO INSTANTÂNEA, COM NO MÍNIMO 40 MICRAS DE ESPESURA.	NEO MUNDI	300	R\$0,5400	R\$ 162,00
38	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA, NAS MEDIDAS 45MM X 45MM, COM CORTE FÁCIL, DESENLAMENTO SUAVE, ADESÃO INSTANTÂNEA. COM NO MÍNIMO 40 MICRAS DE ESPESURA.	NEO MUNDI	250	R\$1,8500	R\$ 462,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

40	GRAMPEADOR DE MESA EM METAL, COM BASE DE NO MINIMO 16 CM, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MINIMO 25 FOLHAS.	LYKE	50	R\$11,5000	R\$ 575,00
44	LÁPIS GRAFITE RECICLADO COM CORPO REDONDO, PRODUZIDO COM PAPEL RECICLADO. COMPRIMENTO MINIMO DE 173 MM DIÂMETRO MINIMO DE 6MM. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA.	DGW	2000	R\$0,7000	R\$ 1.400,00
46	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, PRODUZIDOS EM RESINA TERMOPLÁSTICA, COM PONTA DE FIBRA SUBSTITUÍVEL, REDONDA DE NO MINIMO 03MM. MARCADORES COM RECARGA SUBSTITUÍVEL, DE NO MINIMO 5,5 ML, O MARCADOR DEVE EXIBIR EM SEU CORPO A INSTRUÇÃO DE COMO FAZER A RECARGA. DIMENSÕES MINIMAS DE CADA MARCADOR: 130 MM DE COMPRIMENTO E 21 DE LARGURA, MARCADORES DISPONÍVEIS NAS CORES PRETO, VERDE, VERMELHO, LARANJA E VIOLETA. CONTER FICHA TÉCNICA NA PROPOSTA.	NEO MUNDI	1500	R\$5,9000	R\$ 8.850,00
47	REFIL PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO, CONTENDO NO MINIMO 5,5 ML DE TINTA. MARCADORES DISPONÍVEIS NAS CORES AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO, LARANJA E VIOLETA. AS CORES SERÃO INFORMADAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	NEO MUNDI	1500	R\$1,6000	R\$ 2.400,00
50	PAPEL ALMACO C/ PAUTA - PACOTE COM 400 FOLHAS	MÁXIMA	30	R\$26,4000	R\$ 792,00
65	PERFURADOR DE METAL PARA PAPEL, COM 2 FUROS E CAPACIDADE PARA 40 FOLHAS	LYKE	50	R\$19,9000	R\$ 995,00
66	PINCEL ATÔMICO COM PONTA GROSSA CHANFRADA, RECARREGÁVEL	NEO MUNDI	754	R\$1,1000	R\$ 829,40
67	PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 10 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25CM) COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA PINTURA EM GERAL.	DGW	100	R\$1,0000	R\$ 100,00
68	PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 20 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25CM) COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA PINTURA EM GERAL.	DGW	100	R\$2,2000	R\$ 220,00
69	PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 04 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25CM) COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA PINTURA EM GERAL.	DGW	100	R\$0,9000	R\$ 90,00
70	PINCEL ESCOLAR - NÚMERO 08 COM CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO (APROXIMADAMENTE 25CM) COM CERDAS BRANCAS EM FORMATO CHATO. IDEAL PARA PINTURA EM GERAL.	DGW	100	R\$0,9500	R\$ 95,00
73	PORTA DUREX ROLO GRANDE	LYKE	10	R\$9,0000	R\$ 90,00
86	TINTA FACIAL, TORRE COM 6 POTES DE 4 GR, NAS CORES AZUL, PRETO, VERMELHO, VERDE, AMARELO E BRANCO ATÓXICO, ESPECIAIS PARA PINTURA DE ROSTO DE CRIANÇA, APROVADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, A BASE DE VASELINA COM CHEIRO DE TUTTI FRUTTI	Rostinho Pintado	70	R\$7,5000	R\$ 525,00
89	TESOURA GRANDE COMPRIMENTO MINIMO DE 20,5 CM, LÂMINA DE 20,5 CM, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRAVAÇÃO DA MARCA DO PRODUTO, CABO EMBORRACHADO COM FORMATO ANATÔMICO. LAMINA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,4MM.	NEO MUNDI	30	R\$2,8000	R\$ 84,00
96	BALAO DE LATEX, LISO, TAMANHO 7, PACOTE COM 50 UNIDADES	NEWBALL	50	R\$4,5000	R\$ 225,00
97	ELÁSTICO DE BORRACHA/LÁTEX; Nº18, NA COR BEGE. EMBALAGEM CONTENDO 50 ELÁSTICOS DE BORRACHA.	MAMUTH	10	R\$1,6500	R\$ 16,50
98	CADERNO DE DESENHO MEDINDO APROXIMADAMENTE 40X27,5CM ABERTO E 20X27,5 FECHADO, MIOLO COM 48 FOLHAS (96 PÁGINAS) EM OFF SET 63G, CAPA EM PAPEL CARTÃO TRIPLEX 250 G	PANAMERICANA	500	R\$2,1000	R\$ 1.050,00
Total Fornecedor:				R\$ 26.689,40	

157538 - MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
45	LAPISEIRA COM CORPO EMBORRACHADO NAS CORES AZUL OU PRETO, GRIP ANTIDESLIZANTE, COM BORRACHA E TAMPANO TOPO, PARA GRAFITE Nº 0.7	TRIS	50	R\$3,2000	R\$ 160,00
59	PAPEL KRAFT PURO, LISO, PARDO, DE 80GR, DE 1,20M DE LARGURA, PESO 20KG, COM 1 LADO ACETINADO (ENVERNISADO)	DICAPEL	12	R\$110,0000	R\$ 1.320,00
77	T.N.T. MEDINDO 1,4 METROS DE LARGURA ROLO DE 50 METROS.	LEAL	300	R\$36,8800	R\$ 11.064,00
79	TRANSPARENCIA PARA IMPRESSAO A LASER , CAIXA COM 100 UNIDADES	MASTERPRINT	5	R\$62,0000	R\$ 310,00
80	TRANSPARENCIA PARA RETROPOJETOR, CAIXA COM 50 UNIDADES	MASTERPRINT	8	R\$52,0000	R\$ 416,00
83	PAPEL OPALINE 180GR, EM EMBALAGEM COM 50 FOLHAS, CORES DIVERSAS	USA	8	R\$12,5000	R\$ 100,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

84	DICIONÁRIO 2 EM 1 (INGLÊS E PORTUGUÊS) - DICIONÁRIO PORTUGUÊS COM SIGNIFICADO EM PORTUGUÊS E DICIONÁRIO INGLÊS COM A TRADUÇÃO EM PORTUGUÊS E PORTUGUÊS COM A TRADUÇÃO EM INGLÊS. COM DIVISÃO SILÁBICA, CLASSE GRAMATICAL E SIGNIFICADO OU TRADUÇÃO. 1º EDIÇÃO NÃO INFERIOR A 2013, COM NO MÍNIMO 756 PÁGINAS. MIOLO PRODUZIDO EM PAPEL OFFSET 63 G/M². TAMANHO MINIMO DE 13,3 X 10 CM. ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES CONFORME NOVA ORTOGRAFIA, COM PRONOMES DE TRATAMENTO, ABREVIATURAS COMUNS, DICAS DO AUTOR, INICIAIS DAS PALAVRAS EM LETRA MAIÚSCULA, NOMES NA FORMA COLETIVA, CONJUNÇÃO DOS VERBOS, VERBOS REGULARES, VERBOS IRREGULARES DA LÍNGUA PORTUGUESA. NA LÍNGUA PORTUGUESA DEVERÁ POSSUIR MAIS DE 230.000 PALAVRAS E MAIS DE 20.000 VERBETES E NA LÍNGUA INGLESA DEVERÁ POSSUIR MAIS DE 145.000 PALAVRAS E MAIS DE 20.000 VERBETES.	RIDELL	300	R\$21,0000	R\$ 6.300,00
85	MEU PRIMEIRO DICIONÁRIO ILUSTRADO DA LÍNGUA PORTUGUESA, EDIÇÃO ATUALIZADA, COM PÁGINAS COLORIDAS, SENDO SEU MIOLO PRODUZIDO EM PAPEL BRANCO OFFSET 75G/M2, TAMANHO APROXIMADO DE 12 X 17 CM, CONTENDO ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES, DIAS DA SEMANA, ESTAÇÕES DO ANO, VERBETES ORGANIZADOS EM ORDEM ALFABETICA, DEVERÁ CONTER VERBETES COM AS LETRAS K, W E Y. OS VERBETES DEVERÃO SER RICAMENTE ILUSTRADOS PARA PERMITIR SUA FÁCIL COMPREENSÃO, DESENVOLVIDO PARA ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS.	RIDELL	300	R\$21,0000	R\$ 6.300,00
91	LÁPIS DE COR - COM 12 CORES COM O TAMANHO DE 175MM X 8MM DE DIÂMETRO DE BOA QUALIDADE. COMPOSIÇÃO DO LÁPIS: MADEIRA, PIGMENTO, CARGA INERTE, CERAS E AGLUTINANTES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETROE COM CERTIFICADO FSC, APRESENTADOS NA PROPOSTA.	FIX COLOR	100	R\$4,5000	R\$ 450,00
Total Fornecedor:			R\$ 26.420,00		
160369 - JS SIMOES EIRELI ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
4	BLOCO PARA DESENHO ESCOLAR, 140G/M2, FORMATO A4, COM 20 FOLHAS NA COR CREME	FILIPAPER	100	R\$4,7900	R\$ 479,00
11	CANETA DE PONTA RETRATIL AZUL Nº 0.7 - CORPO TRANSPARENTE COM GRIP EMBORRACHADO	CIS	100	R\$1,4600	R\$ 146,00
25	COLA BRANCA LAVÁVEL, TUBO CONTENDO NO MINIMO 100G, FRASCO RETANGULAR FEITO DE MATERIAL RECICLADO (PET), O FRASCO DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO DA COLA COM FACILIDADE ATRAVÉS DE ROSQUEAMENTO DO BICO. TUBO COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO QUE DEVERÁ SER APRESENTADO NA PROPOSTA.	ACRILEX	350	R\$2,3400	R\$ 819,00
29	ENVELOPE KRAFT MEDINDO 28CMX21CM	SCRITY	1500	R\$0,1200	R\$ 180,00
41	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 CAIXA COM 5.000 GRAMPOS	BRW	30	R\$2,6900	R\$ 80,70
57	PAPEL DUPLA FACE MEDINDO 48CMX66CM, SENDO 204 UNIDADES NA COR AMARELA, 214 UNIDADES NA COR AZUL, 204 UNIDADES NA COR LARANJA, 204 UNIDADES NA COR PRETA, 194 UNIDADES NA COR ROSA BEBE, 224 UNIDADES NA COR VERDE E 224 UNIDADES NA COR VERMELHA GRAMATURA DE 120G/M2	VMP	1468	R\$0,5900	R\$ 866,12
61	PASTA POLIONDA COM 20MM DE ESPESSURA	ALAPLAST.	50	R\$1,4400	R\$ 72,00
64	PERCEVEJO LATONADO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	BRW	50	R\$1,2800	R\$ 64,00
71	PISTOLA PROFISSIONAL PARA COLA QUENTE, CORPO DA PISTOLA NA COR AZUL BIVOLT(110/220), COM PONTA ISOLANTE PARA REFIL FINO, COM SELO DO INMETRO, COM POTENCIA DE 7W, COM GATILHO QUE PERMITE FLUXO CONTINUO DA COLA, UTILIZA COLA HOT MELT 7,5MM. COM GARANTIA DE 2 ANOS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM 2 BASTÕES DE COLA ACOPLADOS A EMBALAGEM. APRESENTAR NA PROPOSTA FICHA TECNICA DO PRODUTO E INMETRO.	TILIBRA	150	R\$27,7500	R\$ 4.162,50
76	RÉGUA ESCOLAR DE SILICONE FLEXÍVEL COM 30CM. A RÉGUA DEVE POSSUIR NO MINIMO ESCALA COM 30 CENTÍMETROS. MEDINDO NO MINIMO 35MM DE LARGURA E 315 MM DE COMPRIMENTO. DEVERÁ POSSUIR EXCELENTE FLEXIBILIDADE.	BRW	200	R\$1,9000	R\$ 380,00
78	TINTA RELEVO EM TUBO DE 35ML	ACRILEX	700	R\$2,5700	R\$ 1.799,00
88	FITA LARGA EM CETIM ROLO COM 100 METROS, SENDO 48 UNIDADES NA COR ROSA, 48 UNIDADES NA COR AZUL, 50 UNIDADES NA COR BRANCO, 49 UNIDADES NA COR VERDE, 48 UNIDADES NA COR AMARELO, 60 UNIDADES NA COR VERMELHO	CENTRAL	303	R\$16,0000	R\$ 4.848,00
90	TESOURA GRANDE DE PICOTAR, CABO DE POLIPROPILENO,LAMINA DE INOX, TAMANHO TOTAL DE 18 A 21 CM, PROFISSIONAL (PICOTA PAPEL E TECIDO)	CLASSE	30	R\$23,0000	R\$ 690,00
92	PEN DRIVE CAPACIDADE 16GB, SISTEMAS MINIMOS OPERACIONAIS COMPATIVELIS: MICROSOFT WINDOWS E LINUX	SANDISK	25	R\$20,9000	R\$ 522,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

95	MASSA DE MODELAR - SOFT COM 12 CORES MASSA DE MODELAR CONJUNTO: ESTOJO COM 12 CORES COM PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 200G, A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREAIS, ÁGUA, GLÚTEN CLORETO DE SÓDIO, PROPIL PARABENO, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MASSA COM TEXTURAS SUPERMACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÍVEIS, QUE NÃO ESFARELA PRODUTO ATÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, PODE SER REAPROVEITADO, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DE IDADE COM VALIDADE DE 24 MESES. COM CERTIFICADO DO INMETRO. DEVERÁ SER COMPROVADO O INMETRO NA PROPOSTA.	ACRILEX	80	R\$2,6300	R\$ 210,40
----	--	---------	----	-----------	------------

Total Fornecedor: R\$ 15.319,22

171298 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	ALFINETE CABEÇA COLORIDA TAMANHO 19MM CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	35	R\$1,3500	R\$ 47,25
21	CARTOLINA 180 G/M2, NO TAMANHO 50X66 CM	EMBALATRENTA	1500	R\$0,3900	R\$ 585,00
22	CLIPS NIQUELADO CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO 2/0	CLIPS NEW	20	R\$1,2400	R\$ 24,80
23	CLIPS NIQUELADO CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO 3/0	CLIPS NEW	20	R\$1,2400	R\$ 24,80
27	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA - EMBALAGEM DE 18ML - COMPOSIÇÃO: VEÍCULO AQUOSO, RESINA E TITÂNIO. CARACTERÍSTICAS: CONTÉM ESFERA DE AÇO PARA CORREÇÕES RÁPIDAS E PRECISAS	RADEX	50	R\$0,8000	R\$ 40,00
28	CORRETIVO LÍQUIDO EM FORMA DE CANETA EM EMBALAGEM DE 8ML, COM PONTA DE METAL E REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA	JOCAR	100	R\$2,6000	R\$ 260,00
30	ENVELOPE KRAFT TAMANHO 34CMX24CM	IPECOL	1000	R\$0,1600	R\$ 160,00
53	PAPEL CELOFANE FOLHA MEDINDO 85CMX1M SENDO 170 UNIDADES NA COR AMARELA, 210 UNIDADES NA COR AZUL 210 UNIDADES NA COR VERDE E 220 UNIDADES NA COR VERMELHA	VMP	810	R\$0,7000	R\$ 567,00
55	PAPEL CREPOM CORES A PEDIDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	VMP	980	R\$0,5400	R\$ 529,20
56	PAPEL DOBRADURA MEDINDO 48CMX66CM, SENDO 285 UNIDADES NA COR AMARELA, 320 NA COR AZUL, 285 UNIDADES NA COR LARANJA, 320 UNIDADES NA COR VERDE E 290 UNIDADES NA COR VERMELHA	VMP	1500	R\$0,3100	R\$ 465,00
72	PISTOLA PROFISSIONAL PARA COLA QUENTE, CORPO DA PISTOLA NA COR AZUL, BIVOLT (110/220), COM PONTA ISOLANTE PARA REFIL GROSSO, COM SELO DO INMETRO, COM POTENCIA DE 16W, COM GATILHO QUE PERMITE FLUXO CONTINUO DA COLA, UTILIZA COLA HOT MELT 11,5MM. COM GARANTIA DE 2 ANOS. EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM 2 BASTÕES DE COLA ACOPLADOS A EMBALAGEM. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DO PRODUTO E INMETRO.	VMP	80	R\$13,3800	R\$ 1.070,40
74	REFIL FINO DE COLA QUENTE, APROXIMADAMENTE 30CM	RENDICOLLA	1500	R\$0,2000	R\$ 300,00
75	REFIL GROSSO DE COLA QUENTE, APROXIMADAMENTE 30CM	RENDICOLLA	800	R\$0,5200	R\$ 416,00
81	CALCULADORA DE MESA COM 8 DÍGITOS - TAMANHO MÍNIMO DE 9X12 CM	BRW	10	R\$8,6000	R\$ 86,00
93	PASTA AZ OFÍCIO, TAMANHO 34,5X28,5X7,3CM, RESISTENTE, COM ACABAMENTO PERFEITO, FERRAGEM DE ALAVANCADE ALTA PRECISAO E NIQUELADA, COM VISOR, ETIQUETA EXTERNA PARA IDENTIFICAÇÕES	FRAMA	30	R\$6,5000	R\$ 195,00

Total Fornecedor: R\$ 4.770,45

181218 - JONAS SCHUTZ

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
7	CADERNO 1/4 BROCHURA (CAPA DURA) CADERNO ESCOLAR MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X28 CM ABERTO, 14X20 CM FECHADO, MIOLOCOM 48 FOLHAS (96 PÁGINAS) EM PAPEL OFFSET 56 G COM IMPRESSÃO EM 1X1 COR. CAPA EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 120 G, COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA, ENVOLTO EM PAPELÃO 1,5 MM E COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120G. ACABAMENTO DOBRADO, COSTURADO E MIOLO COLADO A CAPA.	PANAMERICANA	300	R\$1,6300	R\$ 489,00
31	ENVELOPE PEQUENO PADRÃO PARA CARTA, FORMATO 16CMX11CM, SENDO 100 UNIDADES NA COR AMARELA, 500 UNIDADES NA COR BRANCA, 200 UNIDADES NA COR LARANJA, 100 UNIDADES NA COR VERDE E 100 UNIDADES NA COR VERMELHA	FORONI	1000	R\$0,1900	R\$ 190,00
94	PASTA CATÁLOGO, CAPA PERCALUX COM 50 FOLHAS PLÁSTICAS	ACP	50	R\$23,7500	R\$ 1.187,50

Total Fornecedor: R\$ 1.866,50

189723 - L&S COMERCIAL

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
26	COLA GLITTER EM TIBO CONTENDO NO MÍNIMO DE 35 ML.	ACRILEX	900	R\$1,9000	R\$ 1.710,00
43	GUACHE, TUBO DE TEMPERA GUACHE, COM CORES VIVAS E SOLÚVEL EM ÁGUA. FRASCO CONTENDO TAMPAS COM ROSCA E BICO DOSADOR, TIPO ABRE E FECHA, COM NO MÍNIMO 200 ML CADA FRASCO. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADO NA PROPOSTA	Splash Color	830	R\$2,9300	R\$ 2.431,90
48	TINTA ESPECIAL PARA QUADRO BRANCO PARA RECARREGAR MARCADOR DE QUADRO BRANCO, CONTENDO 500ML NA COR PRETO	FLIX	50	R\$55,0000	R\$ 2.750,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

49	RESMA PAPEL A4 - PACOTE DE PAPEL SULFITE BRANCO, TAMANHO A4 (210X297MM) GRAMATURA DE 75 G/M2. EMBALAGEM COM 500 FOLHAS. PRODUTO COM SELO FSC	RINNO	1000	R\$15,4000	R\$ 15.400,00
54	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE EM ROLO MEDINDO 45CMX10M	PLAVITEC	80	R\$14,6500	R\$ 1.172,00
87	FITA BEBÊ EM CETIM ROLO COM 100 METROS, SENDO 48 UNIDADES NA COR ROSA, 48 UNIDADES NA COR AZUL, 50 UNIDADES NA COR BRANCO, 49 UNIDADES NA COR VERDE, 48 UNIDADES NA COR AMARELO, 60 UNIDADES NA COR VERMELHO	MERITA	303	R\$13,9800	R\$ 4.235,94
Total Fornecedor:			R\$ 27.699,84		
192252 - EDUARDO BASTOS ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
10	ARQUIVO MORTO, ONDA DUPLA, DEVE ACONDICIONAR FOLHAS TAMANHO A4 OU OFICIO SEM AMASSAR OU DANIFICAR A FOLHA, FABRICADO EM KRAFT ONDA DUPLA, COM NO MINIMO 5MM DE PAREDE. COM ENCAIXE INTERNO DA TAMPA DE FORMA PERMITIR A ARMAZENAGEM COM ECONOMIA DE ESPAÇO	SD	150	R\$1,3600	R\$ 204,00
12	CANETA DE PONTA RETRATIL AZUL Nº 1.0 - CORPO TRANSPARENTE COM GRIP EMBORRACHADO	JOCAR	100	R\$1,6900	R\$ 169,00
13	CANETA DE PONTA RETRATIL PRETA Nº 1.0 - CORPO TRANSPARENTE COM GRIP EMBORRACHADO	JOCAR	100	R\$1,6900	R\$ 169,00
14	CANETA DE PONTA RETRATIL VERMELHA Nº 1.0 - CORPO TRANSPARENTE COM GRIP EMBORRACHADO	JOCAR	100	R\$1,6900	R\$ 169,00
15	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, CANETA COM ESCRITA MÉDIA 1,0MM. CORPO PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE, COM FURO DE RESPIRO E COM FORMATO SEXTAVADO. A PONTA DEVERÁ SER EM FORMATO AGULHA. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADA NA PROPOSTA.	COMPACTOR	900	R\$0,4000	R\$ 360,00
16	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, CANETA COM ESCRITA MÉDIA 1,0MM. CORPO PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE, COM FURO DE RESPIRO E COM FORMATO SEXTAVADO. A PONTA DEVERÁ SER EM FORMATO AGULHA. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADA NA PROPOSTA	COMPACTOR	500	R\$0,4000	R\$ 200,00
17	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, CANETA COM ESCRITA MÉDIA 1,0MM. CORPO PRODUZIDO EM RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSPARENTE, COM FURO DE RESPIRO E COM FORMATO SEXTAVADO. A PONTA DEVERÁ SER EM FORMATO AGULHA. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, QUE DEVERÁ SER COMPROVADA NA PROPOSTA	COMPACTOR	500	R\$0,4000	R\$ 200,00
32	ESTILETE LARGO, CORPO TOTALMENTE EM METAL, COM LAMINA DE METAL E TRAVA DE SEGURANCA	JOCAR	50	R\$3,3300	R\$ 166,50
39	FOLHA DE E.V.A, TAMANHO 40X60CM, APROXIMADAMENTE 2MM DE ESPESSURA, CORES ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	DUB FLEX	5000	R\$0,8400	R\$ 4.200,00
51	PAPEL CAMURÇA, FOLHA MEDINDO 40CMX60CM, CORES CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	RST	3000	R\$0,5800	R\$ 1.740,00
52	PAPEL CARTÃO FOLHA MEDINDO 48X66CM CORES A PEDIDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	VMP	3000	R\$0,6800	R\$ 2.040,00
58	PAPEL LAMINADO, FOLHA MEDINDO 49CMX59CM, NAS CORESPRATA E DOURADO, SENDO 329 FOLHAS DE CADA COR	VMP	658	R\$0,5500	R\$ 361,90
60	PASTA CATÁLOGO, CAPA DURA COM 20 FOLHAS PLÁSTICAS	ACP	100	R\$5,6000	R\$ 560,00
82	PAPEL CASCA DE OVO 180GR, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	USAPEL	12	R\$8,4500	R\$ 101,40
Total Fornecedor:			R\$ 10.640,80		
Total Geral:			R\$ 113.406,21		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

- a) Edital de Presencial nº 8/2020 e seus anexos;
b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 13/02/2021.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Todos os itens licitados deverão ser entregues pelos participantes vencedores nas Escolas Municipais, CEIS e Secretaria de educação e Cultura localizadas:

Local	Distância aproximada, partindo do Prédio da Prefeitura
Escola Básica Subida Estrada Geral Subida	17 Km
Escola Básica Professor Wadislau Schmidt Estrada Geral Vargem Grande	6 Km
Escola Básica Professora Albertina Kreusch Caprale Estrada Geral Santa Rosa	36 Km
Escola Básica Municipal Victoria Ceruti Petters Loteamento Helena Morro, Centro	2 Km
Escola Isolada Edegar Brandes Ribeirão Basílio	3 Km
Escola Isolada Capela São Pedro Comunidade São Pedro	10 Km
Escola Isolada Padre Agostinho Vorgerd Ribeirão Carvalho	13 Km
Centro de Educação Infantil Caroline do Nascimento	1 Km
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna	1 Km

4.2 Para todos os efeitos a entrega deve ser feita em até 20 (vinte) dias após emissão de ordem de compra feita pela Secretaria de Educação e Cultura.

4.3 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.4 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.5 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.6 Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.7 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.8 A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato.

4.9 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.10 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.11 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.12 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.13 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 79.373.767/0001-16 – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA. Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.1.3 O pagamento será feito por depósito na conta de titularidade da licitante cadastrada no banco de dados deste município.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2020.

Dotação
141.4.1.2048.3339030150000000000.1190000
141.4.1.2048.3339030160000000000.1190000
192.4.1.2048.3339030150000000000.1360000
192.4.1.2048.3339030160000000000.1360000
214.4.1.2047.3339030150000000000.1010000
214.4.1.2047.3339030160000000000.1010000
259.4.1.2048.3339030150000000000.1010000
259.4.1.2048.3339030160000000000.1010000
267.4.1.2047.3339030150000000000.1360000
267.4.1.2047.3339030160000000000.1360000
71.4.1.2047.3339030150000000000.1190000
71.4.1.2047.3339030160000000000.1190000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.13.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 **No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.**

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 14 de fevereiro de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA
PAULO ROBERTO ZIMMER
Contratada

MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME
CARLOS AUGUSTO RAUEN
Contratada

JS SIMOES EIRELI ME
EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR
Contratada

JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA
ANDREI SCHMITZ
Contratada

JONAS SCHUTZ
JONAS SCHUTZ
Contratada



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

L&S COMERCIAL
ADEMIR LAURINDO
Contratada

EDUARDO BASTOS ME
EDUARDO BASTOS
Contratada

DECRETO N° 3446/2020

Publicação N° 2358875



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

DECRETO N° 3446/2020

De 31/01/2020

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM N° 021/2020 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E GERENCIAMENTO NO USO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar N° 187/2019, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Apiúna:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovada a Instrução Normativa CGM nº 021/2020, de responsabilidade da Controladoria Municipal, que dispõe sobre os Procedimentos de Controle e Gerenciamento no uso da Frota de Veículos e Máquinas da Administração Municipal e da outras providências, fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Caberá à Controladoria do Município prestar orientações às situações não contempladas pela Instrução Normativa CGM nº 021/2020, devendo as mesmas serem de observância obrigatória.

Parágrafo Único É de responsabilidades comuns a todos os órgãos da administração direta ou indireta manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de Janeiro de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 021/2020

Dispõe sobre os Procedimentos de Controle e Gerenciamento no uso da Frota de Veículos e Máquinas da Administração Municipal.

A Controladoria Geral do Município de Apiúna, de acordo com as atribuições que lhe conferem o artigo 4º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 187/2019, de 13 de março de 2019, artigo 21 do Regimento Interno da CGM, parte integrante do Decreto nº 3224/2019 de 26 de abril de 2019, e,

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar o uso da frota de veículos e máquinas do Município;

Considerando a necessidade de regulamentar procedimento para o uso e abastecimento dos veículos e política disciplinar para os condutores;

Considerando a necessidade de fortalecer o sistema de controle interno, no âmbito do Município;

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos expressamente no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e a imperiosa existência de regras claras e transparentes quanto ao uso do patrimônio público por seus agentes.

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina as normas de gerenciamento, uso e controle da frota de máquinas e veículos automotores próprios e/ou alugados no âmbito do Poder Executivo e no que se aplicar no âmbito do Poder Legislativo do Município de Apiúna.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

CAPÍTULO II DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 2º A frota de veículos próprios do Município de Apiúna portarão seu número de patrimônio afixado na coluna lateral do veículo;

Parágrafo único – Nos veículos em que não for possível afixar seu número de patrimônio na coluna lateral, o mesmo deverá ser fixado em outro local visível e seguro do veículo;

Art. 3º Os veículos serão identificados:

I. Nas suas portas dianteiras, por meio de adesivos contendo um dos símbolos oficiais definidos pela Lei Orgânica Municipal, tais como a bandeira e o brasão.

II. Na sua parte traseira haverá um adesivo contendo a frase “Como estou dirigindo?” e o número de telefone da Ouvidoria Municipal para eventual comunicação do interessado.

III. Na parte inferior direito do para brisa de veículos e caminhões deverá constar adesivo contendo a frase “Proibido carona”.

§ 1º A identificação nos equipamentos e nas motocicletas deverão ter proporções que sejam possíveis a fácil identificação do Município de Apiúna.

§ 2º A critério do Secretário Municipal correspondente, a identificação de certos veículos sob sua jurisdição poderá ser dispensada nos casos em que essa identificação possa comprometer os resultados de fiscalização ou a apuração de denúncias.

CAPÍTULO III DA SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS

Art. 4º A solicitação de uso dos veículos para utilização de servidores não ocupantes de cargo de motorista, sempre que possível, deverá ser feita com antecedência mínima de 24 horas ao responsável pela Frota da Prefeitura ou do Fundo Municipal de Saúde, conforme o caso.

§ 1º A solicitação deverá ser preferencialmente mediante e-mail ou ofício, devendo constar os seguintes dados:

- I. Identificação do nome, cargo e telefone do servidor responsável;
- II. Quantidade de servidores que irão à viagem;
- III. Destino, finalidade, dia e horário de saída e de chegada.

§ 2º A disponibilização de veículo deverá ser confirmada preferencialmente por e-mail pelo responsável da frota da respectiva área solicitada.

§ 3º No caso da necessidade do cancelamento do uso do veículo, o solicitante deverá contatar o setor de frotas o mais breve possível, podendo ser via telefone, permitindo com isto, a realocação do veículo para outro serviço;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 4º O setor de frotas ao verificar compatibilidade de horário, destino e tempo de permanência, poderá alocar veículos de serviço de forma compartilhada para atendimento de setores distintos.

§ 5º Para utilização de veículos aos finais de semana, o servidor deverá apresentar ao responsável da garagem comprovação da autorização de utilização do veículo.

CAPITULO IV DO USO DE VEÍCULOS

Art. 5º O servidor que fizer uso de veículo ou máquina da frota municipal fará o registro em diário de bordo nos moldes do Anexo I e II desta Instrução Normativa, contendo a identificação do motorista, data, horário de saída e retorno, hodômetro ou horímetro de saída e retorno, bem como o seu destino e/ou cidade.

Art. 6º O servidor e o setor de frotas da respectiva área deverão verificar as condições do veículo no ato da retirada e de sua entrega, quanto à limpeza, documentação, mecânica, sistema elétrico, entre outros itens de segurança.

Parágrafo Único – No caso de constatação de anormalidades:

- I. Serão regularizadas antes da viagem, quando possível;
- II. Em não sendo possível a regularização em momento anterior à viagem, desde que a ocorrência não coloque em risco as pessoas, os bens e o cumprimento da lei, as inconformidades constarão do registro que precede a viagem e serão regularizadas no retorno pelo setor de frotas;
- III. Ocasionarão a suspensão da viagem com o veículo e a adoção de providências pelo setor de frotas.

Art. 7º Visando atender aos princípios da Administração Pública, sob pena de responsabilidade funcional do condutor e de quem haja autorizado tal transporte, é vedado o uso de veículos da frota municipal para:

- I. Fazer transporte de servidor público, da residência para o trabalho e vice-versa, salvo em casos de necessidade ao cumprimento dos serviços a que se destina o veículo.
- II. O transporte nos veículos oficiais, de pessoas estranhas aos mesmos, exceto nos casos de emergências que envolvam risco à vida e quando da necessidade ao cumprimento dos serviços a que se destina o veículo;
- III. A retirada ou dano a identificação do veículo pelo condutor.
- IV. Servir de transporte para passeio ou excursão de qualquer natureza;
- V. Ceder à direção a terceiros;
- VI. Ser conduzido e/ou utilizado por servidor público quando afastado, por qualquer motivo, do exercício da respectiva função.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Art. 8º Aos condutores será atribuída à responsabilidade pelo cometimento de infração de trânsito, e implicará no pagamento da multa por parte do condutor infrator, bem como civil e penalmente em caso de imperícia, imprudência e negligência.

CAPITULO V

DO MONITORAMENTO E PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE BORDO

Art. 9º No final de cada mês, o motorista ou operador deverá encaminhar o Diário de Bordo devidamente preenchido e sem rasuras por completo ao responsável pela frota da respectiva área, para arquivo e retirar outro Diário de Bordo em branco para o uso no mês seguinte.

§ 1º Quando o veículo for utilizado por mais de um motorista ou operados, a responsabilidade de recolha e fornecimento dos diários de bordo é do responsável pelo setor de frotas da respectiva área.

§ 2º É de responsabilidade do servidor que fizer uso de veículo ou máquina a obrigatoriedade do uso e do correto preenchimento do diário de bordo.

§ 3º A falta de preenchimento ou do preenchimento incorreto deverá ser notificado pelos Secretários Municipais responsáveis pelos veículos, sendo de responsabilidade solidária quanto à omissão deste para o correto preenchimento do diário de bordo;

Art. 10. O responsável pelo setor de frota deverá conferir os Diários de Bordo, e se constatada anotações de defeitos e/ou irregularidades no veículo, deverão ser remetidas cópias aos respectivos Secretários a que o veículo pertence para programação de manutenção e/ou regularização do mesmo.

CAPITULO VI

DO ACIDENTE DE TRANSITO

Art. 11. O condutor de veículo pertencente à frota municipal de Apiúna, quando se envolver em acidente de trânsito, com ou sem vítima, deverá adotar os seguintes procedimentos, ainda no local:

- I. Comunicar o ocorrido ao órgão onde o servidor e o veículo envolvido estiverem lotados;
- II. Solicitar a presença de viatura da polícia de trânsito responsável, a fim de proceder à ocorrência do acidente comunicando necessariamente, tratar-se de “veículo oficial”;
- III. Acompanhar a autoridade de trânsito responsável pela ocorrência, prestando as informações necessárias a garantir a veracidade, lisura dos dados levantados e características do acidente;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

§ 1º No caso de acidente de trânsito com vítima, o condutor não deverá realizar alterações na cena do acidente, somente poderá ser procedido com a remoção do veículo com autorização do órgão de trânsito responsável ou pelo Corpo de Bombeiros.

§ 2º No caso de acidente de trânsito sem vítima, o condutor do mesmo deverá acionar o órgão de trânsito responsável e realizar a remoção do veículo sobre pista somente após a autorização do mesmo, conforme determina o Art. 178 da CTB e se possível, deverão ser fotografados antes de qualquer alteração na cena para provas futuras.

CAPÍTULO VII DO CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Art. 12. O abastecimento dos veículos deverá ser realizado em postos credenciados pela Administração Pública e vencedores de processo licitatório, cujo combustível deverá ser compatível com o licitado.

Art. 13. O condutor ficará responsável pelo abastecimento do veículo, o qual deverá verificar a necessidade assim que proceder a sua retirada.

§ 1º O condutor de veículos com combustível S500 e S10, deverá ser solicitada autorização no setor de frotas da respectiva área antes de proceder ao posto credenciado, exceto os veículos da Secretaria de Saúde.

§ 2º Ao realizar o abastecimento no posto credenciado, o condutor do veículo ou máquina deve informar os dados corretos da quilometragem ou hodômetro, conforme o caso.

Art. 14. Todos os veículos e máquinas que compõem a frota municipal devem ser cadastrados em sistema informatizado de controle de frota do município, sendo vedado o pagamento de nota fiscal de combustível sem a mesma estar devidamente registrada no sistema.

§ 1º Mensalmente o setor de frotas deverá emitir relatórios em sistema informatizado de consumo de combustível para conferência e controle, relatando qualquer anomalia ao superior imediato.

§ 2º As notas de abastecimento do veículo e máquinas, devem ser analisadas mensalmente pelo responsável da frota, verificando preços conforme cláusula contratual de licitação.

§ 3º O cupom fiscal emitido pelo posto de combustíveis no momento do abastecimento deverá ser assinado pelo motorista responsável pelo abastecimento e anotado de forma legível seu nome.

Rua Quintino Bocaiuva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

CAPÍTULO VIII LICENCIAMENTO DO VEÍCULO

Art. 15. O setor de frotas deve emitir e providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos automotores em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo CONTRAN, bem como a devida quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

CAPÍTULO IX MANUTENÇÃO DO VEÍCULO

Art. 16. É de responsabilidade dos Setores de Frotas da Prefeitura e da Secretaria de Saúde, manterem a frota de veículos do Município revisada preventiva e corretivamente, com vista a minimizar a ocorrência de falhas mecânicas e melhorar a gestão da frota, comunicando com antecedência ao Secretário responsável pelo veículo.

Art. 17. Qualquer manutenção da frota com ou sem a compra de peças e componentes deverá ser obrigatoriamente precedida além das disposições da Lei nº 4.320/64 em relação ao prévio empenho e outras normas legais, nos moldes da orientação formulada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, constante em seu pré-julgado nº 803 ou outro que venha a substituir.

§ 1º No orçamento de peças e componentes da empresa vencedora da licitação para prestação dos serviços deverá constar expressamente a descrição completa da peça, inclusive com seu código de referencia também conhecido como *number part* ou *part number* de modo a possibilitar a correta identificação do produto.

§ 2º O orçamento deverá ser comparado com o relatório do sistema "on line" de orçamentação eletrônica do município, quando este possuir, para a devida consulta a catálogo dos valores de peças automotivas e análise de preços de mercado das peças orçadas.

§ 3º Deverá também ser juntado pelo setor de frotas à respectiva compra outros orçamentos de fornecedores de peças, compondo o processo de compra com no mínimo 03 orçamentos, para que a Administração decida e aprove a que melhor lhe convier.

§ 4º Uma vez aprovado pela Administração o orçamento de peças e componentes da marca ou do fornecedor "X", o particular poderá proceder à aquisição para execução dos serviços.

§ 5º Os serviços de manutenção e compra de peças de que trata o *caput*, quando realizadas por empresa contratada especialmente para este fim, deverão ser precedidos de avaliação do servidor ocupante do cargo de mecânico do município, atestando a necessidade dos serviços indicados pela oficina, constantes do orçamento, bem como a compatibilidade do tempo de mão de obra para execução de cada serviço.

Art. 18. Os orçamentos emitidos pelas empresas fornecedoras deverão ser elaborados nos moldes do Anexo III desta instrução normativa, e serão validados levando-se em consideração os seguintes fatores:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

- I - timbre da empresa;
- II - data;
- III - código das peças;
- IV - assinatura do responsável;
- V - valores compatíveis com o mercado;
- IV - compatibilidade das peças com o veículo.

Parágrafo único – No caso de orçamentos recebidos do e-mail oficial dos fornecedores poderá ser dispensada a assinatura do responsável.

Art. 19. A verificação dos orçamentos referentes a tempo de serviço de mão de obra para manutenção dos veículos será também realizada pelo setor de frota, com auxílio dos servidores ocupantes do cargo de mecânico.

§ 1º Os mecânicos do Município deverão ainda, verificar, acompanhar e fiscalizar se os serviços foram executados adequadamente e se as peças utilizadas estão conforme consta no contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços de manutenção da frota, e atestarão a conformidade mediante carimbo e assinatura no verso das notas fiscais de prestação de serviços e fornecimento de peças.

§ 2º O cumprimento do parágrafo anterior pela Secretaria de Saúde poderá ser realizada pelo servidor responsável do setor de frota, com auxílio dos servidores ocupantes do cargo de mecânico.

Art. 20. As peças substituídas consideradas sucatas deverão ser devolvidas ao Município.

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. A qualquer cidadão é facultado denunciar o uso irregular de veículo pertencente à frota que atende a Prefeitura de Apiúna e suas entidades vinculadas, ligando para o número de telefone afixado no próprio veículo, ou acessando a Ouvidoria Municipal através do site oficial da Prefeitura.

Art. 22. É de responsabilidades comuns a todos os órgãos da administração direta ou indireta manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

Art. 23. A eventual ausência de disposição nesta Instrução Normativa a cerca das demais exigências legais aplicáveis não desobriga o órgão do seu cumprimento.

Art. 24. Integra a presente Instrução Normativa os seguintes anexos:

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Anexo I – Diário de Bordo para Veículos;

Anexo II – Diário de Bordo para Máquinas;

Anexo III – Modelo de orçamento de peças e componentes;

Art. 25. Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

Apiúna, 31 de Janeiro de 2020.

Maicon Rodrigo Bernardi
Controlador Geral do Município

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

ANEXO I

DIÁRIO DE BORDO PARA VEÍCULOS

MÊS:		ANO:		VEÍCULO:		DIÁRIO DE BORDO PARA VEÍCULOS		PLACA:	
Dia	Hora Saída	KM Saída	KM Chegada	Destino	Hora Chegada	KM Chegada	Nome/Assinatura do Motorista		
01	:				:				
02	:				:				
03	:				:				
04	:				:				
05	:				:				
06	:				:				
07	:				:				
08	:				:				
09	:				:				
10	:				:				
11	:				:				
12	:				:				
13	:				:				
14	:				:				
15	:				:				
16	:				:				
17	:				:				
18	:				:				
19	:				:				
20	:				:				
21	:				:				
22	:				:				
23	:				:				
24	:				:				
25	:				:				
26	:				:				
27	:				:				
28	:				:				
29	:				:				
30	:				:				
31	:				:				

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

ANEXO II

DIÁRIO DE BORDO PARA MÁQUINAS

MÊS:		ANO:		MÁQUINA:		DIÁRIO DE BORDO PARA MÁQUINAS				
Dia	Hora Saída	Horímetro Saída	ANO:	MÁQUINA:	Destino	Hora Chegada	Horímetro Chegada	Nome/Assinatura do Motorista		
01	:					:				
02	:					:				
03	:					:				
04	:					:				
05	:					:				
06	:					:				
07	:					:				
08	:					:				
09	:					:				
10	:					:				
11	:					:				
12	:					:				
13	:					:				
14	:					:				
15	:					:				
16	:					:				
17	:					:				
18	:					:				
19	:					:				
20	:					:				
21	:					:				
22	:					:				
23	:					:				
24	:					:				
25	:					:				
26	:					:				
27	:					:				
28	:					:				
29	:					:				
30	:					:				
31	:					:				

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

ANEXO III

MODELO DO ORÇAMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES

TIMBRE DA EMPRESA

Nome da Empresa:	
CNPJ:	Telefone:
Endereço:	
Contato do responsável:	

INFORMAMOS ABAIXO ORÇAMENTO PARA CONserto DO VEICULO

Descrição do veículo:		
Placa:	KM:	Modelo:

Quantidade	Número de Referencia	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
02	8587219	Amortecedor dianteiro	R\$ 387,53	R\$ 775,06
01	1903628	Filtro de óleo	R\$ 61,66	R\$ 61,66
04	85391110	Lâmpada Original Osram	R\$ 32,60	R\$ 130,40
Total de peças:				R\$ 967,12

***Dados fictícios**

DATA DO ORÇAMENTO

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2020

Publicação Nº 2353260

MUNICIPIO DE APIÚNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 05/2020

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA. Contratada: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO EM ALVENARIA, PISO DE CONCRETO ARMADO, SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS DO GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS NA ESCOLA PADRE AGUSTINHO VORGERD - RIBEIRÃO CARVALHO. AREA DE 520M² Vigência : Início: 11/02/2020 Término: 31/12/2020. Valor R\$: 189.192,03 (Cento e Oitenta e Nove Mil, Cento e Noventa e Dois Reais e Três Centavos). Dotação: 134 - 04.001.1043.3449051990000000000.0136000 0. Dotação: 292 - 04.001.1043.3449051990000000000.01620100. Data: 11/02/2020. JOSÉ GERSON GONÇALVES - Prefeito.

EXTRATO DE RESULTADO TP 05/2020

Publicação Nº 2353271

MUNICIPIO DE APIÚNA

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 05/2020

O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento do Tomada de Preços nº 05/2020, homologado em 11/02/2020, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO EM ALVENARIA, PISO DE CONCRETO ARMADO, SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS DO GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS NA ESCOLA PADRE AGUSTINHO VORGERD - RIBEIRÃO CARVALHO. AREA DE 520M², na qual declara vencedora a empresa: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ: 14.770.128/0001-49. Valor Total: R\$189.192,03.

Data: 11/02/2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES - Prefeito.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 067/2020

Publicação Nº 2358728

PORTARIA Nº. 067/2020

Concede Adicional por Tempo de Serviço aos Servidores e dá outras providências.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, nos termos do art. 80 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, art. 32 da Lei Complementar 158, de 29 de dezembro de 2014 e art. 29 da Lei Complementar 155, de 29 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO), aos seguintes servidores:

SERVIDOR	CARGO
ADAIR LOSCH	OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIÁRIAS
ADRIANE MÜLLER	PROFESSORA III
ADRIANI LENISE VERUCK KRÜTZMANN	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
ALCIDES GHERKE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
ANA PAULA GÜNTHER MORI WAZLAWICK	FARMACÊUTICA
ANDRÉ LUIS WENTZ	MOTORISTA
ANDÉIA BERENICE SCHEIFLER ADAMY	PROFESSORA III
ANDRÉIA SCHAEFER VERUCH	PROFESSORA III
CARLA ARLETE KUSSLER	PROFESSORA III
CARLA PETRY	ENFERMEIRA
CARLA SANDRA COZER MORCHE	AUXILIAR ADMINISTRATIVA
CELIO LOURENÇO VIVAN MERLO	ODONTÓLOGO
CLAUDIR VERUCH	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
CLÉIA LUCIANE SCHATZ DE CASTRO	PROFESSORA III
CRISTIANE PETRY DELALIBERA	ENFERMEIRA
DANIELA LAMB	TECNICA EM ESPORTES
DARLI CRISTIANE DINNEBIER	AGENTE DE CRECHE
DEISE MORCHE	AUXILIAR ADMINISTRATIVA
DELSI DRIEMEIER	TESOUREIRA
DILMAR ILOI TIEMANN	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRLETE MARLEI BERNER	PROFESSORA III
DONATO HEINRICHS	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
DULCI DRIEMEIER LÖSCH	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ELIANE SALETE ZWIRTES PATZLAFF	PROFESSORA III
ELISEO KROHN	MOTORISTA
ELMA RICHTER	POFESSORA III
EVA DE LOURDES PITTAN JACOVAS	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
FELIPE PATZLAFF	AUXILIAR CONTABILIDADE
FRANCLY CUPRINSKI	ODONTOLOGO
GILMAR COUSSEAU	FISCAL VIGILANCIA SANITÁRIA
ILÁRIO NEUKAMP	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
INDIRIANA GLENDI FEDRIZZI PATZLAFF	PROFESSORA III
IVETE IVONEIDE DEUNER	PROFESSORA III
JAIR FASSBINDER	AGENTE DE CONTROLE INTERNO
JAIR ROBERTO DEUNER	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
JANETE LINO TEIXEIRA PETRY	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
JOSIANE BIAVASCHI DE SOUZA	FONAUDIÓLOGA
JULIANE SALETE MUNARETTO DA CAMPO CAMILLO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
KELIN RAUSCHKOLB EINSWEILER	PROFESSORA III
LAURI BRAUN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LEILA ANA MATIELLO	ENGENHEIRA CIVIL
LEILA CRISTINA PICHETTI LUECKEMEIER	PROFESSORA III
LEOCIR CLAUDÉRIO ROHDE	MOTORISTA
LIANE GESSI LAUX DÖRZBACHER	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
LISE MARA AREND	PROFESSORA III
LORECIR LOURDES COLDEBELLA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
LUANA VANESSA KOCHENBORGER	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO

LUCIA BERNARDETE PATZLAFF	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
LUCIA LINO TEIXEIRA LUCKEMEIER	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
LUIS HENRIQUE HÜBNER	MÉDICO
LUISINHO MERTINS	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
MARA ESTER KUNZ	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
MARCELO MORCHE	FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS
MARCELO RICARDO KIEKOW	MOTORISTA
MARCIA BOCK	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
MARCIA SCHEER	PSICOLOGA
MARCIO MALAKOWSKI	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
MARLENE WEIMER WILTGEN	PROFESSORA III
MARLISE NELCI BLOS ROCKENBACH	PROFESSORA III
MARLI EINSWEILER SCHNEIDER	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
MARTA HELENA SUZIN MARINI FERRI	PROFESSORA III
MAURO ANDERSON MÜLLER	OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
MICHAEL MEDEIROS	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
NADIA KUSSLER ZOLET	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
NATALIA GHERKE	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
NEIDE COUSSEAU SONNTAG	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
NOELI EINSWEILER	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
PAULO FRITSCH	MOTORISTA
RAFAEL SUZIN MARINI	ODONTÓLOGO
ROSA OST STEFFEN	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
ROSANE DALL AGNOL AREND	PROFESSORA III
ROSANGELA PRESOTTO VANI	MEDICA VETERINARIA
ROSE CRISTIANE SCHRAMMEL FASSBINDER	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
ROSELENE DIETRICH WEIRICH	PROFESSORA III
ROSELI DRESSSEL ZUHL	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO
ROSEMERI DULSE HOFFMAN KASTER	ATENDENTE DE BIBLIOTECA
RÚBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW	PROFESSORA III
SABRINA MORES	ASSISTENTE SOCIAL
SAULO LAUDIR SCHLIECK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
SÍLVIA DE SOUZA SANGADINHO DA ROCHA	NUTRICIONISTA
SÍLVIA PETRY KLAUS	AGENTE DE SERVIÇO SOCIAL
SIMONE FABIANA KERN	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
VANDERLEI VORTMANN	MOTORISTA
VILSON LUIS FIAMETTI	MOTORISTA
WAGNER ROEGELIN	MOTORISTA
ZULEICA SORGETZ PASTORE	PROFESSORA III

Art. 2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de janeiro de 2020.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã (SC), 14 de janeiro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 068/2020

Publicação Nº 2358732

PORTARIA Nº 068/2020

REVOGA PORTARIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA, a partir do dia 13 de fevereiro de 2020, a portaria nº 066/2020 de 13 de fevereiro de 2020 que disciplinou a jornada de trabalho da servidora SOLANGE PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 043.774.749-28, ocupante do cargo de Agente de Copa e Higienização.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 13 de fevereiro de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação



Arabutã/SC, 14 de fevereiro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO N° 1967

Publicação N° 2359736

DECRETO N° 1967, de 13 de fevereiro de 2020.

Nomeia Tesoureiro do IPREARROIO, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 793/99 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Nomear a senhora Muriel Ferreira da Silva Corrêa, servidora pública municipal, detentora do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o cargo de Tesoureiro do IPREARROIO - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta, nos termos da Lei Municipal nº 793/99 e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. A nomeação se dá em virtude da Concessão da Licença Maternidade da Tesoureira Taise Marta Pazin.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de fevereiro de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1968

Publicação Nº 2359737

DECRETO Nº 1968, de 14 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a Metodologia de Avaliação dos Servidores Públicos Ocupantes de Cargos Efetivos em Estágio Probatório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei nº 1.713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º. A AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA tem por finalidade promover o processo de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório, e ainda:

I - estimular a melhoria da qualidade e o aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho, com vistas ao aumento da produtividade nas unidades e nos serviços prestados pela Administração;

II - propiciar instrumentos para desenvolver capacitação profissional e maximizar o aproveitamento do potencial dos servidores;

III - subsidiar ações da área de recursos humanos (lotação, mobilidade, treinamento e desenvolvimento de servidores);

IV - contribuir para a indicação de servidores para o exercício de funções comissionadas.

Parágrafo único. A abertura do processo de avaliação será realizado por ato do Departamento Pessoal, caso o mesmo não esteja provido, será iniciado por ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. Iniciado o exercício das atividades funcionais, o servidor detentor de cargo de provimento efetivo passará a cumprir estágio probatório, de natureza teórica e prática, de trinta e seis meses, sendo avaliado seu efetivo exercício.

§1º - Entende-se por efetivo exercício os dias realmente laborados, incluídos os descansos semanais e as férias.

§2º - São expressamente excluídos do computo dos dias para avaliação do estágio probatório, as seguintes licenças e dias não trabalhados:

I - por motivo de doença de pessoa da família;

II - para provimento de cargo comissionado;

- III - para tratamento de saúde;
- IV - para prestação de serviço militar;
- V - por motivo de afastamento do cônjuge;
- VI - para exercer atividade política;
- VII - para participar de pleito eleitoral;
- VIII – para gozo de licença maternidade;
- IX – para gozo de licença paternidade.

§3º - Durante o período de avaliação do estágio probatório o servidor não poderá licenciar-se para tratar de assuntos particulares.

§4º - A avaliação das atividades está expressamente vinculada ao cargo de provimento efetivo, preenchido em face da realização do concurso público, ficando proibido contar no período obrigatório de avaliação:

- I – o tempo de serviço prestado a outras entidades, públicas ou privadas;
- II – o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Arroio Trinta, em cargo diverso;
- III – o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Arroio Trinta, em função semelhante, porém em contratação pelo regime celetista ou em caráter temporário;
- IV – o tempo de serviço prestado à Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal em caráter comissionado, inclusive no Município de Arroio Trinta.

Art. 3º. Durante o estágio probatório o servidor será obrigatoriamente avaliado pela COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CAD DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, instituída para esta finalidade, por indicação e nomeação do Prefeito Municipal.

§1º - A CAD será formada por 3 (três) servidores detentores de cargo de provimento efetivo, já possuidores de estabilidade, assegurada a participação de um servidor efetivo de nível hierárquico igual ou superior ao do servidor avaliado.

§2º - O mandato da CAD terá a duração de 3 (três) anos, devendo seus membros reunirem-se a cada 01 (um) ano para promoverem discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório.

§3º - Compete a CAD contatar com as chefias imediatas dos servidores para coletar os dados de avaliação.

§4º - Os chefes imediatos e os Secretários Municipais participarão das reuniões de avaliação dos servidores.

§5º - Os membros que formarão a CAD não serão remunerados.

§6º - Não poderão participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau do servidor avaliado.

Art. 4º. O servidor que se encontra avaliado deverá receber instrumento informativo no qual conste os fatores e a forma de avaliação, assinar sua avaliação anual tendo a possibilidade

de recorrer administrativamente à CAD, quando não estiver de acordo com sua avaliação, na forma do art. 8º deste Decreto.

SEÇÃO I

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO

Art. 5º. Serão observados os seguintes requisitos para o efeito de avaliação de desempenho funcional:

I - Produtividade no trabalho: capacidade do servidor produzir resultados adequados às atribuições do respectivo cargo, estabelecimento de objetivos e metas de trabalho priorizando ações de maneira a alcançar os resultados previstos.

II - Qualidade e eficiência no serviço: capacidade do servidor de desenvolvimento normal das atividades de seu cargo com exatidão, ordem e esmero, dentro das metas e atribuições estabelecidas.

III - Iniciativa: ação independente do servidor na execução de suas atividades, apresentação de sugestões objetivando a melhoria do serviço e iniciativa de comunicação a respeito de situações de interesse do serviço que se encontrem fora de sua alçada, ações diante de eventual ausência de normas, de orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como a adaptação às mudanças nos objetivos e rotinas a que vem sendo submetido.

IV - Assiduidade: maneira como o servidor cumpre o expediente, frequência e permanência no local de trabalho, exercendo o respectivo cargo e os compromissos profissionais assumidos, sem faltas ou ausências injustificadas;

V - Pontualidade: maneira como o servidor observa os horários de trabalho, observando os horários estabelecidos pela Administração Municipal, para a entrada e saída dos locais de trabalho e para a realização de reuniões palestras treinamentos e outros eventos, evitando atrasos injustificados e saídas antecipadas;

VI - Relacionamento: habilidade do servidor para interagir com os usuários do serviço, ou órgãos externos. Nível de integração com os colegas, chefes e o público em geral, buscando a convivência harmoniosa necessária à obtenção de bons resultados;

VII - Interação com a equipe: cooperação e colaboração do servidor na execução dos trabalhos em grupo;

VIII - Interesse: ação do servidor no sentido de desenvolver-se profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, e mostrando-se receptivo às críticas e orientações;

IX - Planejamento e Organização: Ação do servidor em planejar e organizar as atividades diárias no seu trabalho;

X - Zelo pelo patrimônio público: cuidado com materiais e equipamentos dos quais faz uso ou colocados sob sua responsabilidade em relação à sua manutenção, cuidado, economia e conservação;

XI - Disciplina e idoneidade: atendimento pelo servidor às normas legais, regulamentares e sociais e aos procedimentos da unidade de serviço de sua lotação.

Art. 6º. O aferimento da avaliação será realizado a cada 1 (um) ano, observando-se para cada um dos requisitos constantes do art. 5º, os seguintes pontos:

PONTUAÇÃO ESTABELECIDA POR FATOR DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Fatores	Insuficiente	Regular	Bom	Ótimo
	I	R	B	O
Produtividade no Trabalho	45	90	135	180
Qualidade e Eficiência no serviço	25	50	75	100
Iniciativa	30	60	90	120
Assiduidade	12,5	25	37,5	50
Pontualidade	12,5	25	37,5	50
Relacionamento	20	40	60	80
Interação com a Equipe	20	40	60	80
Interesse	30	60	90	120
Planejamento e Organização	20	40	60	80
Zelo pelo Patrimônio Público	15	30	45	60
Disciplina e Idoneidade	20	40	60	80
TOTAL	250	500	750	1000

Parágrafo único. Todos os atos de insubordinação deverão ser anotados pela chefia imediata do servidor e serem prontamente encaminhados à CAD.

Art. 7º. A forma de avaliação constante neste Decreto corresponderá a avaliação do estágio probatório referente a nota auferida para cada avaliação anual, Anexo I.

§1º - A nota da avaliação correspondente a cada ano será obtida com a seguinte fórmula matemática:

$$NA = \frac{\text{TOTAL DE PONTOS}}{100}$$

Onde, NA = nota da avaliação anual:

§2º - A média final do estágio probatório será apurada aplicando-se a seguinte fórmula matemática, Anexo II:

$$NF = \frac{NA\ 1 + NA\ 2 + NA\ 3}{3}$$

Onde, NF = Nota final:

NA 1 = correspondente a primeira avaliação anual, na forma do disposto no §1º do art. 7º.

NA 2 = média correspondente a segunda avaliação anual, na forma do disposto no §1º do art. 7º.

NA 3 = média correspondente a terceira avaliação anual, na forma do disposto no §1º do art. 7º.

§3º - Será considerado aprovado no estágio probatório e portanto, estável, o servidor que obtiver média final de no mínimo, 7 (sete), apurada na forma do §2º.

§4º - Aquele que não alcançar a média definida no §3º deste artigo será exonerado, sendo-lhe assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 8º. Após o registro da nota final a CAD deverá dar ciência por escrito ao servidor, assegurando-lhe o direito de ampla defesa através da apresentação de recurso.

§1º - A cientificação será efetuada mediante a aposição, nos autos, da assinatura do servidor ou, na impossibilidade de assim proceder, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio idôneo, certificando-se nos autos.

§2º - O recurso será interposto por petição escrita, que poderá ser acompanhada dos documentos que o servidor julgar convenientes.

§3º O servidor terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da ciência para apresentar o recurso disposto no *caput*.

§4º Não será conhecido o recurso que for interposto fora do prazo.

§5º Protocolado o recurso a CAD terá dez dias para apreciá-lo e julgá-lo, não cabendo da decisão final da Comissão qualquer recurso administrativo.

§6º - Caso a CAD necessitar de dilatação do prazo para realizar o julgamento o mesmo deverá ser amplamente justificado e anexado nos autos do processo de avaliação.

Art. 9º. Na contagem dos prazos exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento, considerando-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente.

Art. 10. Concluído o processo administrativo pela CAD, esta encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal relatório contendo os resultados da avaliação para homologação, e se for o caso deflagrar a expedição do ato de exoneração.

Parágrafo único. A exoneração, em face da desaprovação no estágio probatório não gera nenhum tipo de indenização funcional, sendo pagas a termo, as seguintes parcelas:

I – vencimento proporcional aos dias trabalhados, no mês de competência da exoneração;

II – férias proporcionais;

III – 1/3 constitucional de férias proporcionais;

IV – gratificação natalina proporcional.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Compete à CAD resolver os casos omissos e/ou excepcionais, e expedir instruções complementares.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1952 de 02 de dezembro de 2019.

Arroio Trinta – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Cláudio Spricigo
Prefeito Municipal

ANEXO I
FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

IDENTIFICAÇÃO	
Nome: _____	
Cargo: _____ Matrícula: _____	
Admissão: ____/____/____.	
Lotação: _____	
Chefia Imediata: _____	
Data da Avaliação: ____/____/____.	
CONCEITUAÇÃO	
<p>Com base no quadro abaixo, preencha, para cada fator avaliado, o campo denominado GRAU, de acordo com as seguintes definições:</p> <p>Insuficiente (I) - o desempenho do servidor nunca é dentro do esperado;</p> <p>Regular (R) - o desempenho do servidor é, algumas vezes, abaixo da média esperada;</p> <p>Bom (B) - o desempenho do servidor frequentemente atende às expectativas;</p> <p>Ótimo (O) - o desempenho do servidor é sempre acima do esperado.</p>	
FATORES	GRAU
<u>Produtividade no trabalho</u> : capacidade do servidor produzir resultados adequados às atribuições do respectivo cargo, estabelecimento de objetivos e metas de trabalho priorizando ações de maneira a alcançar os resultados previstos.	(____)
<u>Qualidade e eficiência no serviço</u> : capacidade do servidor de desenvolvimento normal das atividades de seu cargo com exatidão, ordem e esmero, dentro das metas e atribuições estabelecidas.	(____)
<u>Iniciativa</u> : ação independente do servidor na execução de suas atividades, apresentação de sugestões objetivando a melhoria do serviço e iniciativa de comunicação a respeito de situações de interesse do serviço que se encontrem fora de sua alçada, ações diante de eventual ausência de normas, de orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como a adaptação às mudanças nos objetivos e rotinas a que vem sendo submetido	(____)
<u>Assiduidade</u> : maneira como o servidor cumpre o expediente, frequência e permanência no local de trabalho, exercendo o respectivo cargo e os compromissos profissionais assumidos, sem faltas ou ausências injustificadas;	(____)

<u>Pontualidade:</u> maneira como o servidor observa os horários de trabalho, observando os horários estabelecidos pela Administração Municipal, para a entrada e saída dos locais de trabalho e para a realização de reuniões palestras treinamentos e outros eventos, evitando atrasos injustificados e saídas antecipadas;	()
<u>Relacionamento:</u> habilidade do servidor para interagir com os usuários do serviço, ou órgãos externos. Nível de integração com os colegas, chefes e o público em geral, buscando a convivência harmoniosa necessária à obtenção de bons resultados;	()
<u>Interação com a equipe:</u> cooperação e colaboração do servidor na execução dos trabalhos em grupo;	()
<u>Interesse:</u> ação do servidor no sentido de desenvolver-se profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, e mostrando-se receptivo às críticas e orientações;	()
<u>Planejamento e Organização:</u> Ação do servidor em planejar e organizar as atividades diárias no seu trabalho;	()
<u>Zelo pelo patrimônio público:</u> cuidado com materiais e equipamentos dos quais faz uso ou colocados sob sua responsabilidade em relação à sua manutenção, cuidado, economia e conservação;	()
<u>Disciplina e Idoneidade:</u> atendimento pelo servidor às normas legais, regulamentares e sociais e aos procedimentos da unidade de serviço de sua lotação.	()

OBSERVAÇÕES: _____

NA: _____ =

100

 Membro da Comissão

 Membro da Comissão

 Membro da Comissão

De acordo do servidor: [] SIM [] NÃO

 Assinatura do Servidor Avaliado

**ANEXO II - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO -
MÉDIA FINAL**

IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	_____
Cargo:	_____ Matrícula: _____
Admissão:	____/____/____.
Lotação:	_____
Chefia Imediata:	_____
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL: ____/____/____.	

FÓRMULA PARA AVALIAÇÃO

$$NF = \frac{NA\ 1 + NA\ 2 + NA\ 3}{3}$$

Onde, NF = Nota final:

NA 1 = correspondente a primeira avaliação anual, na forma do disposto no §1º do art. 7º.

NA 2 = média correspondente a segunda avaliação anual, na forma do disposto no §1º do art. 7º.

NA 3 = média correspondente a terceira avaliação anual, na forma do disposto no §1º do art. 7º.

$$APLICAÇÃO: NF = \frac{(\quad) + (\quad) + (\quad)}{3} = \quad$$

() Média igual ou superior a 7,0 (sete) – Servidor Estável

() Média inferior a 7,0 (sete) = o servidor não alcançou a média final mínima para adquirir a estabilidade. Deverá ser comunicado por escrito para ser-lhe aberto prazo de recurso.

PRAZO FINAL PARA PROPOSITURA DO RECURSO = ____/____/____

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Assinatura do Servidor (a) Avaliado

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

Publicação Nº 2359394

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020
PARA REGISTRO DE PREÇO
MULTIENDIDADE

O Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 6/2020, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Julgamento: Menor Preço Por Item. Entrega dos envelopes e documentos de credenciamento até dia 3 de março de 2020, às 9h00min e abertura/sessão às 9h15min no mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra do edital junto ao departamento de Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de Novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta - SC, pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br, pelo site www.atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3535-0015. Atalanta, 17 de fevereiro de 2020.

Juarez Miguel Rodermel – Prefeito Municipal

Aurora**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 07/2020**

Publicação Nº 2359601

PORTARIA Nº 07 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020**JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO
PODER LEGISLATIVO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Joanice Jasper – Secretária Executiva da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 12 e 13 de fevereiro de 2020, devidamente comprovada por atestado.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 14 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO NIEHUES FERMINO

Presidente

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 009/2020 - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 2359776

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 009/2020

Data: 14 de fevereiro de 2020.

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2018

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 003/2018.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 003/2018, homologado pelo Decreto nº 19, de 15 de fevereiro de 2019, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vaga temporária, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 003/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 17 de fevereiro de 2020 e 18 de fevereiro de 2020, no horário das 12h às 18h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2018:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 18 de fevereiro de 2020, no horário das 12h às 18h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Enfermeiro

Inscrição	Nome	Posição
144850	Bruna Espindula David Trindade	3º Lugar

Enfermeiro - ESF

Inscrição	Nome	Posição
146314	Lilian Leticia Pereira Colares	146314

Balneário Arroio do Silva/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2020

Publicação Nº 2359921

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Administrativo nº: 000254/2020.

Inexigibilidade de Chamamento Público nº: 001/2020.

Data do Processo: 06 de fevereiro de 2020.

Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público.

Fundamento Legal: Artigo 31, caput, da Lei nº 13.019/2014, com alterações da Lei nº 13.204/2015; Decreto Municipal nº 62/2017.

Objeto da Parceria: Parceria entre o Município de Balneário Arroio do Silva e a Associação Recreativa Cultural e Carnavalesca Unidos do Arroio, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente no atendimento de despesas com a organização e realização do desfile carnavalesco de sua Escola de Samba, no evento "Carnarroio 2020", a ser realizado entre os dias 21 e 25 de fevereiro de 2020, neste Município.

Organização da Sociedade Civil Proponente: Associação Recreativa Cultural e Carnavalesca Unidos do Arroio, associação civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública através da Lei Municipal nº 680, de 20 de dezembro de 2010 e devidamente cadastrada no Conselho Municipal de Cultura sob a matrícula nº 001/2017.

CNPJ:12.778.698/0001-50.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Tipo de Parceria: Fomento.

Justificativa:

Com fundamento no art. 32 da Lei nº 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre o Município de Balneário Arroio do Silva e a Associação Recreativa, Cultura e Carnavalesca Unidos do Arroio, cujo objeto é o repasse financeiro na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para fins de celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente no atendimento de despesas com a organização e realização do desfile carnavalesco de sua Escola de Samba, no evento "Carnarroio 2020", a ser realizado entre os dias 21 e 25 de fevereiro de 2020, neste Município.

O carnaval é uma festa popular realizada em todo o país e se caracteriza pela imensa e contagiante alegria. O município de Balneário Arroio do Silva possui uma tradição muito forte na realização da festa carnavalesca e, com isso, promoveu grandes desfiles nos últimos anos. Assim, a realização do Carnarroio busca demonstrar às tradições culturais de nosso país, através do desfile das escolas de samba e dos blocos carnavalescos.

Além disso, o Carnarroio é marcado ainda pela realização de shows artísticos promovidos para divertir a população e o público turístico que, nesta conhecida data, se desloca para o município para prestigiar o tradicional evento. Neste período, se estima que o número de turistas presentes em nossa cidade chega a 100.000 pessoas.

Para realização acima referida, se faz necessário que seja elaborado o devido processo de inexigibilidade de chamamento público, conforme aludido na Lei nº 13.019/2014, haja vista que as metas da parceria só podem ser atingidas pela organização da sociedade civil proponente, que em regime de mútua cooperação, colabora com a realização do já tradicional carnaval da cidade, que é de responsabilidade do Município de Balneário Arroio do Silva, e se trata de um evento de grande importância tanto no cenário turístico local, quanto regional, como também, no cenário econômico causando expressivos impactos positivos em uma série de setores, com destaque para o Turismo.

Destaca-se, ainda, que a Associação Recreativa, Cultura e Carnavalesca Unidos do Arroio é uma associação civil, sem fins lucrativos, sediada no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 680/2010, e devidamente cadastrada no Conselho Municipal de Cultura sob a matrícula nº 001/2017. A entidade tem como finalidade: a) estimular a integração e solidariedade entre seus associados; b) estimular e apoiar as manifestações e iniciativas em favor da comunidade; c) defender os interesses dos associados; d) incentivar a educação e a cultura em todas as suas formas; e) aprimoramento moral, educativo, recreativo, artístico, científico, cívico, cultural e religioso da nossa cidade, por todos os meios lícitos e possíveis; f) difundir obras de caráter social e beneficente e de natureza educacional e cultural para as crianças, assistindo a todos sem distinção de idade ou classe social; g) promover o desenvolvimento comunitário de assistência à saúde e educação através de convênios; h) participar dos desfiles de carnaval de rua nesta e outras cidades.

É importante ressaltar, que as atividades realizadas pela entidade no evento "Carnarroio 2019", não tem como finalidade o lucro ou resultado econômico para a referida associação, sendo as suas ações de interesse público, valorizando, por conseguinte, o turismo como ferramenta de desenvolvimento social e econômico para o Município e região.

Quando o Município de Balneário Arroio do Silva celebra este tipo de parceria, está cumprindo sua função de fomento às políticas de incentivo ao turismo. Além de estar divulgando o destino, atrai visitantes e gera um impacto positivo na economia local e regional. Sob o ponto de vista turístico, tem como objetivo divulgar e promover as potencialidades turísticas do município e região.

Ao se considerar que eventos como este geram impacto positivo na economia local e regional, releva-se também além dos impactos diretos da realização do evento, o chamado efeito "multiplicador do turismo" que se estende pela hotelaria, restaurantes, postos de combustíveis, lojas e outros serviços, gerando um resultado significativo, durante os dias de evento.

Nesse sentido, aliás, os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma

forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

Vale destacar, que a Associação Recreativa, Cultura e Carnavalesca Unidos do Arroio já contou com o apoio do Município de Balneário Arroio do Silva em outras edições do evento “Carnarroio”, sendo que no ano de 2019 foi firmado o Termo de Fomento nº 001/2019, originado do Processo Administrativo nº 000089/2019 - Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2019, inexigindo-se a realização de chamamento público, consoante previsão contida no artigo 31, caput, da Lei nº 13.019/2014.

Desta forma, com a vigência da Lei nº 13.019/2014, a qual trouxe um novo regime jurídico às parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, vislumbra-se que a parceria pretendida é incompatível com a realização de procedimento de seleção – chamamento público, vez que o objeto da parceria possui natureza singular e suas metas só podem ser atingidas pela Associação Recreativa, Cultura e Carnavalesca Unidos do Arroio, em regime de mútua cooperação com o Município de Balneário Arroio do Silva.

Assim sendo, o presente pedido fundamenta-se no artigo 31, caput, da Lei nº 13.019/2014, o qual prevê:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: [...] (sem grifos no original)

Portanto, verifica-se que o dispositivo legal acima exposto, que trata da inexigibilidade de chamamento público, autoriza o administrador público a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público, no caso a organização e a realização do desfile carnavalesco de Escola de Samba, já realizado em anos anteriores e já consagrado em sua área ou tipo.

No caso em exame, foi solicitado o apoio financeiro para fins de celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente no atendimento de despesas com a organização e realização do desfile carnavalesco de sua Escola de Samba, no evento “Carnarroio 2020”, a ser realizado entre os dias 21 e 25 de fevereiro de 2020, neste Município. O desfile carnavalesco da Escola de Samba a ser organizado pela Associação Recreativa, Cultura e Carnavalesca Unidos do Arroio, será realizado no dia 23 de fevereiro de 2020, domingo de carnaval, e integrará a programação oficial do “Carnarroio 2020”.

Se observa, ainda, que o Plano de Trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada, possuindo viabilidade de execução. Não obstante, o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho é adequado e permite a sua efetiva fiscalização.

É importante destacar também, que a Associação Recreativa, Cultura e Carnavalesca Unidos do Arroio desenvolve suas atividades há alguns anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Município e OSC) na realização do objeto, em mútua cooperação, desta parceria.

Se observa pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo, o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

Os recursos a serem repassados para consolidação desta parceria são provenientes do Orçamento do Município de Balneário Arroio do Silva, para o ano de 2020 (Lei Municipal nº 997/2019).

Além disso, ressalta-se que a Comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais do Município de Balneário Arroio do Silva, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Assim, julgo que o caso em apreço se coaduna à hipótese de inexigibilidade de chamamento público, prevista no artigo 31, caput, da Lei nº 13.019/2014.

Balneário Arroio do Silva/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Assessoria Jurídica: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31, caput, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações. Balneário Arroio do Silva/SC, 14 de fevereiro de 2020.

DANIEL MENEZES DE CARVALHO RODRIGUES
oab/sc nº 19.664 - Assessora Jurídica

Autorização: Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da Justificativa, nos termos do art. 32, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 13.019/2014, e após cinco dias a contar da publicação, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento. Balneário Arroio do Silva/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

AVISO DE REPROVAÇÃO DE AMOSTRA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020 PREGÃO PRESENCIAL 002/2020

Publicação Nº 2359514

AVISO DE REPROVAÇÃO DE AMOSTRA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020
PREGÃO PRESENCIAL 002/2020

O Pregoeiro da Prefeitura do Município de Balneário Gaivota/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando as amostras apresentadas pela empresa vencedora na etapa de lances; conforme consta no Termo de Referência do edital supramencionado, por fim, o comunicado emitido pelo Técnico responsável EM ANEXO, após Análise das Amostras referentes ao Pregão Presencial nº 002/2020, torna público a Reprovação dos Itens 02, 04 e 14 da licitante relacionada abaixo:

02	Bocal de porcelana reforçado E-27
04	Luminária aberta publica E-27, padrão CELESC em alumínio, foco regulável, medindo 34x28cm com bocal de porcelana, 2 fios (positivo/negativo) flexível de 1,5mm, com suporte em alumínio com 2 parafusos sextavados de 5mm, fixado por 4 rebites, sendo um em cada canto.
14	Refletor retangular alumínio 400 W bocal E-40 pesado e alça em alumínio.

Empresa MASTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO - EIRELI, CNPJ: 27.927.653/0001-77, sendo reprovadas as amostras referentes aos lotes 01 e 03, por estarem em desconformidades com as especificações contidas no Edital.

Fica intimada a proponente MASTER LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUÇÃO - EIRELI a prestar informações e justificativas no prazo de 3 (três) dias, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO nos referidos lotes 01 e 03.

Balneário Gaivota/SC, 14 de fevereiro de 2020.

MARCUS VINICIUS DA CUNHA
PREGOEIRO OFICIAL

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 07/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

Publicação Nº 2359761

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 07/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, SC, Sr. Ronaldo Pereira da Silva, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 8.666/93, considerando que em razão da necessidade de sanar falhas encontradas no Edital em epigrafe, a conveniência de uma melhor adequação na forma de julgamento e documentos de habilitação do presente e com vistas a dar uma ampla publicidade numa próxima licitação, RESOLVE REVOGAR o Edital da Licitação do Processo Licitatório nº 07/2020. Pregão Presencial nº 04/2020, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo pertinente para a prestação de serviço de transporte de alunos da Rede Estadual e Municipal de Ensino, durante o exercício de 2020. Balneário Gaivota, 14 de fevereiro de 2020. RONALDO PEREIRA DA SILVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01-2020

Publicação Nº 2359385

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020
CREDOR: JUAREZ SILVA DOS SANTOS
CPF: 795.815.019-91

OBJETO: A presente dispensa tem por objeto a locação uma casa de alvenaria de 211,44 m² aproximadamente, localizada na localidade de Rua Nova, neste Município. A qual servirá para o funcionamento do Centro de Educação Infantil, na comunidade. Tal locação servirá para o exercício de 2020. Iniciando -se no mês de Fevereiro e Término em 31 de Dezembro de 2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 27.426,00 (vinte e sete mil e quatrocentos e vinte e seis reais).

BASE LEGAL: inciso x do artigo 24 da lei 8.666/93, e alterações posteriores.

Balneário Gaivota, 13 de Fevereiro de 2020.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/PMBR/2020

Publicação Nº 2359332

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/PMBR/2020.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 015/PMBR/2020, que tem como objeto: o Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais de Expediente, Limpeza, Higiene, Copa e Cozinha, Gás, Gêneros Alimentícios, Material Escolar e Suprimento de Informática, para atendimento as Diversas Secretarias do Município de Balneário Rincão, Fundo Municipal de Saúde, Samae e Polícia Militar, fica retificado o edital conforme especificado abaixo:

Fica incluso no Item 06 – DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 01): para os itens: 97, 98, 99, 105, 106, 107, 124, 125, 126 e 133, a exigência da Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa licitante, assim como o registro na ANVISA dos citados produtos. Fica incluso no Item 07 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPES Nº. 02) – Subitem – 7.1.6 – os seguintes documentos: para o item 136: a exigência do Certificado da ANP atualizado – Portaria Anp Nº. 297 De 18/11/2003. (Agência Nacional Do Petróleo), Licença de Operação emitida pela sede da empresa Participante - Legislação Ambiental e demais Normas. Certificado de Regularidade – CR emitido pelo IBAMA atualizado da Filial Participante da Licitação – Conforme Instrução Normativa IBAMA Nº. 06 De 15/03/2013. (conforme o caso). Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA e o Alvará de Localização emitido pela Prefeitura Municipal sede da empresa licitante. Feita a retificação do Edital, fica prorrogado para as 10h00min (dez horas) do dia 06(seis) do mês de março do ano de dois mil e vinte (06/03/2020 as 10h00min), a abertura do certame, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 09h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Sendo assim as empresas licitantes que não utilizarem as marcas pré-aprovadas deverão apresentar amostras dos itens: Nºs: 05,11, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 40, 41, 42, 43, 44, 55, 67, 68, 101, 102, 103, 104, 120, 121, 122, 138, até três dias antes da licitação, ou seja, até: 02/03/2020, para que o setor competente, através do responsável, teste-os e aprove ou não, sob pena de desclassificação. O relatório de análise das amostras será publicado no diário oficial eletrônico até o dia 05/03/2020. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 14 de fevereiro de 2020.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - LAJECRIL

Publicação Nº 2359518

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 062/PMBR/2018. LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, O PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 26/12/2019, por mais 10 (dez) meses, ou seja, de 26/12/2019 até 26/10/2020 e o PERÍODO DE VIGÊNCIA que prevê o termino em 31/12/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2019 até 31/12/2020, face ao interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 17/12/2019 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Michele Cascemicholsi

ATA 001/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/FMS/2020

Publicação Nº 2359941

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 14/02/2020		Válido até: 14/02/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÕES DE AMBULÂNCIAS DE REMOÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE EM DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO COM AMBULÂNCIA, PARA ATENDIMENTO PARCELADO A DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO, COM AS DECORRENTES REMOÇÕES DE PACIENTES, QUE SE FIZEREM NECESSÁRIA, ATE LOCAIS DE PRONTO SOCORRO PROXIMOS AO EVENTO.	HR	LAN LOCAÇAO TRANS E ASSIST EMERGENC (504)		0	160,0000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020 Data do Registro: 14/02/2020 Válido até: 14/02/2021

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÕES DE AMBULÂNCIAS DE REMOÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 1/2020****PROCESSO N° 4/2020**

(504) - LAN LOCAÇÃO TRANS E ASSIST EMERGENC

Balneário Rincão, 14 de Fevereiro de 2020.

Bandeirante

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 FMS

Publicação Nº 2359599

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2020
CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante informa que, encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÕES DE CIRURGIAS ELETIVAS, DESTINADAS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC, CONFORME TABELA DE PRESTADORES, PROCEDIMENTOS E VALORES CIS AMEOSC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação a partir da publicação do presente extrato até as 08h00min do dia 09/03/2020, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antonio.

O Edital estará disponível no endereço www.bandeirante.sc.gov.br.
Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br

Bandeirante/SC, 14 de fevereiro 2020.
NEURI BIAZZI – Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante

Barra Bonita**PREFEITURA****5ª CHAMADA PROCESSO SELETIVO 002/2019**

Publicação Nº 2359619

5ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO Nº002/2019**CHAMADA EMERGENCIAL****QUADRO DE VAGAS DA 5ª CHAMADA**

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, no uso de suas atribuições, torna público o quadro de vagas da 4ª Chamada do Processo seletivo nº 002/2019. A escolha irá ocorrer no dia 17/02/2020 às 8h e 30min nas dependências da Secretaria de Educação, localizada na Av. Buenos Aires, Nº600.

VAGA	HORAS	ESCOLA
LÍNGUA PORTUGUESA	10	EBM Olavo Bilac

Barra Bonita 14/02/2020

Moacir Piroca Maria Inês G. Cecchin

Prefeito Municipal secretária de educação

4ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO Nº002/2019**CHAMADA EMERGENCIAL****QUADRO DE VAGAS DA 4ª CHAMADA**

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, no uso de suas atribuições, torna público o quadro de vagas da 4ª chamada do Processo seletivo nº 002/2019. A escolha irá ocorrer no dia 11/02/2020 às 8h e 30min nas dependências da Secretaria de Educação, localizada na Av. Buenos Aires, Nº600.

VAGA	HORAS	ESCOLA
GEOGRAFIA	15	EBM Olavo Bilac
HISTÓRIA	15	EBM Olavo Bilac

Barra Bonita 07/02/2020

Moacir Piroca Maria Inês G. Cecchin

Prefeito Municipal secretária de educação

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu,, brasileira, casada, portadora do CPF: residente e domiciliada no município de Barra Bonita – SC, venho por meio deste, comunicar que não administrarei as 4 aulas (duas excedentes) de língua portuguesa do 6º ano do Ensino Fundamental, da EBM Olavo Bilac, sendo que já tenho 32 aulas de língua inglesa, perfazendo uma carga horária de 40h semanais.

Barra Bonita/...../.....

EDITAL PREGÃO Nº27/2020

Publicação Nº 2359197

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020

EDITAL DE PREGÃO RP Nº 27/2020

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial Registro de Preço, objetivando a prestação de Serviços para pessoas com deficiência intelectual, Múltipla e com Transtorno de Espectro Autista do Município de Barra Bonita/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 05 de março de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av. Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 14 de fevereiro de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito



PORTARIA N.º 102, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2358549

PORTARIA N.º 103, de 14 de fevereiro de 2020.

“Admite servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Edital nº002/2019.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora, Patricia Maria Vani Zanotti, CPF nº068.198.999-80, para ocupar o cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 15 horas semanais, pelo período de 14 de fevereiro até o final do ano letivo de 2020, para atuar na disciplina de Historia, junto a Escola Olavo Bilac, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 14 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º 103, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2359391

PORTARIA N.º 103, de 14 de fevereiro de 2020

“Admite servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº 039/2011, de 07 de novembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Edital nº003/2019.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora, Gisele Medeiros, CPF nº009.102.200-26 para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em substituição a servidora licenciada, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 14 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º104, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359407

PORTARIA N.º104, de 14 de fevereiro de 2020.

“Contrata servidora para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público e da outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e em conformidade com a Lei nº 339/2003 de 26 de fevereiro de 2003, e Processo Seletivo edital 003/2019,
Resolve,

Art.1º. Fica contratada a senhora, Maria Elia de Paula, brasileira, CPF nº307.614.448-07, residente e domiciliada no município de Barra Bonita para ocupar o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar na Micro área 04(Linhas Alto Caçador, Cruz e Souza e São Judas Tadeu) pelo período em que permanecer o Programa “Saúde da Família” Instituído pelo Governo Federal, sob regime estatutário e regime Geral de Previdência Social.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 14 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e, publicada na forma da Lei.

PORTARIA Nº 105, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359408

PORTARIA Nº 105, de 14 de fevereiro de 2020

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0(duas) diárias ao servidor Davi Zacaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº26/2020 e Roteiro de Viagem nº27/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº027//2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 14 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 106, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359389

PORTARIA Nº 106, de 14 de fevereiro de 2020.
Convoca servidor em férias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e conforme consta no paragrafo 4º do Art.87, da Lei Complementar 037/2011.

Resolve.

Art.1º. Fica convocado a voltar as suas atividades o servidor Roger Tesser, que se encontra em férias a partir de 14.02.2020, sendo que o período interrompido será usufruído em data a ser definida posteriormente.

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 14 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

79º EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 002//2015 32ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº002/2015

Publicação Nº 2359795

79º EDITAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 002//2015
32ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº002/2015
Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 002/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, e Prova Prática, através do Decreto nº 1088/2016, de 07 de março de 2016, e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016, prorrogado pelo Decreto 1225, de 06 de março de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados, a 32ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 002/2015, para os seguintes cargos:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Nível Superior
Professor de Educação Infantil
Professor de Educação Física
Psicopedagogo

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 002/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 002/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.
- Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 002/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- Para os cargos de professor, deverão apresentar curso superior com licenciatura específica para o cargo;

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames: (com vencimento no prazo máximo de 60 dias)

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA, (com laudo)
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião; (Cópia)

- vacina anti-rubéola.(Cópia)

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (realizado com vencimento no prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (realizado com vencimento no prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos aos cargos de professores de educação física e cargos com função de Cozinheira, Zelador, Pedreiro, Carpinteiro, Eletricista, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Máquinas, Mecânico, Soldador, Vigia, Segurança Escolar, Coveiro, Calceteiro, Roçador, Padeiro serão acrescidos exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia, com laudo (realizado com vencimento no prazo máximo de 30 dias).

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescidos os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias:
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);
- NX2 (fungus e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Prefeitura ou por e-mail leis@barravelha.sc.gov.br, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 198, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Nível Superior

Professor de Educação Infantil

88º Elisane Mendonca

89º Raquel Miriele Pereira

90º Debora Da Silva

91º Rosangela Carmen Kruger

Professor de Educação Física

20º Gabriela Alves Dos Santos

21º Ana Katarina Oliveira Amaral

22º Jaqueline Stiegler

23º Clarice De Almeida Castro

Psicopedagogo

7º Calandra Cristina Hein

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 02/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 02/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 14 de fevereiro de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN MARILANDI PIRES
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração e Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2020 PMBV

Publicação Nº 2359696

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020-PMBV

Contratada: LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: Contratação de serviços de locação de horas de 01 (uma) máquina motoniveladora, modelo compatível com Caterpillar 120 H ou Komatsu GD 55, e 01(uma) máquina escavadeira hidráulica, modelo compatível com PC 150, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital.

Valor da Ata: R\$ 561.600,00 (quinhentos e sessenta e um mil e seiscentos reais)

Data de Assinatura: 10/02/2020

Data de Vencimento: 10/02/2021

Barra Velha, 10 de fevereiro de 2020

HENRIQUE MANOEL BORGES FILHO

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

CONTRATO 001/2020 - PMBV

Publicação Nº 2359291

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO EIRELI

Licitação: Proc. Administrativo 002/2020 Tomada de Preços nº 001/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para o serviço de pavimentação asfáltica da Avenida Simas - bairro Itajuba, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Projetos de Drenagem, Geométrico, Sinalização, Memoriais, Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro, anexos, que são partes integrantes deste Processo.

Valor do contrato: R\$ 2.337.118,81 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, cento e dezoito reais e oitenta e um centavos)

Data da assinatura: 14/02/2020

Data do vencimento: 14/07/2020

Barra Velha, 14 de fevereiro de 2020

MÁRCIO VOGELSANGER

Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN-

Prefeito

PORTARIA Nº 589, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358629

PORTARIA Nº 589, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088, de 07 de março de 2016 e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato BRUNO ALFREDO LAUREANO para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, Nível 7.1, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de fevereiro de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 590, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358630

PORTARIA Nº 590, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088, de 07 de março de 2016 e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata MÁRCIA REGINA FREITAS DE GÓES para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, Nível 7.1, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 13 de fevereiro de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 51/2020**

Publicação Nº 2359363

RESOLUÇÃO Nº 051, DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Altera dispositivos da Resolução nº 41, de 13 de dezembro de 2017, que "Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Barra Velha e dá outras providências".

A Presidência da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso I do artigo 291 do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Altera o Art 131 do Projeto de Resolução nº 41/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 131 [...]

§ 1º O Vice-Presidente da Câmara funcionará como corregedor e se responsabilizará pela manutenção do decoro dos vereadores.

§ 2º Na ausência do Vice-Presidente, atuará como corregedor substituto o vereador mais idoso da Casa, não ocupante de cargo na Mesa".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 28 de janeiro de 2020.

Eduardo Peres
Presidente

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 008.2020 - PREF

Publicação Nº 2359093

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2020 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020 – PREF

2ª PUBLICAÇÃO

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO, onde o objeto é a PREGÃO PRESENCIAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA CONFORME CONVÊNIO MAPA - PLATAFORMA + BRASIL Nº 889612/2019 – 2ª PUBLICAÇÃO, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 03/03/2020.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 03/03/2020 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 17 de Fevereiro de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006.2020 - PREF

Publicação Nº 2358579

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 007/2020 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 - PREF

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto o Pregão Presencial para Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola Conforme Convênio MAPA – PLATAFORMA + BRASIL Nº 889612/2019, com data de abertura para o dia 14/02/2020 às 08:30 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência de interessados. Bela Vista do Toldo, 14 de Fevereiro de 2020. FRANCISCO JOSUÉ KARVAT - Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 002.2020 - PREF

Publicação Nº 2359025

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 - PREF

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 - PREF

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 14/02/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA PROVIMENTO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, COM A EFETIVAÇÃO DE INSCRIÇÕES, PREPARAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, ELABORAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL DE CANDIDATOS, BEM COMO PROMOÇÃO DOS ATOS NECESSÁRIOS À REFERIDA SELEÇÃO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

CONTRATADO: SCHEILA APARECIDA WEISS

VALOR TOTAL: R\$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de Fevereiro de 2.020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 003.2020 - PREF

Publicação Nº 2358973

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 - PREF

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 - PREF

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 14/02/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR – PNAC/2020 – ITENS REMANESCENTES.

CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA – EPP

VALOR TOTAL: R\$ 25.209,40 (Vinte e Cinco reais, Duzentos e Nove reais, e Quarenta centavos).

CONTRATADO: LUANA DO ROCIO SCHELBAUER WENDT

VALOR TOTAL: R\$ 30.532,10 (Trinta mil, Quinhentos e Trinta e Dois reais e Dez centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 14 de Fevereiro de 2.020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2020 - FMS

Publicação N° 2358993

MUNICIPIO DE BELMONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2020
Registro de Preços

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de consulta médica na especialidade de pediatra em horário comercial na Unidade Básica de Saúde, para atender as necessidades dos munícipes do município de Belmonte -SC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 16:00 horas do dia 28/02/20, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 16:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Volmir José Giumbelli
Gestor do FMS

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 15/2020**

Publicação Nº 2358878

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2020
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 15/2020
DATA: 12/02/2020 - HORA DE INÍCIO: 14 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a LOCAÇÃO DE ÁREA ESPORTIVA (CAMPO DE FUTEBOL) PARA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL E REGIONAL DE FUTEBOL DE CAMPO. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que o contratado GUILHERME HENRIQUE GRAMKOW, portador do CPF nº 103.620.179-13 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

DECRETO Nº 014/2020 - RESTITUI CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Publicação Nº 2358869

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Decreto nº 014/2020, de 13 de fevereiro de 2020.

RESTITUI CRÉDITO TRIBUTÁRIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e de conformidade com a Lei Complementar nº 25 de 04 de dezembro de 2002, nos artigos 65 a 68 – Código Tributário;

DECRETA:

Art. 1º - O crédito tributário do contribuinte abaixo relacionado fica restituído no total de seu valor, por ter sido efetuado o pagamento espontâneo erroneamente, com amparo no Art. 65 a 68 da LC 25/2002.

CONTRIBUINTE	PARCELA	LANÇAMENTO	VALOR EM R\$
Madesp – Ind. E Com. De Madeiras Ltda.	01	14682/2019	4.000,00

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 13 de fevereiro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 014/2020 foi publicado e registrado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 13 de fevereiro de 2020.

Joice Aparecida Costa
Auxiliar Administrativo I

Biguaçu**PREFEITURA****DECRETO Nº 034/2020**

Publicação Nº 2360025

DECRETO Nº 034/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1201.22.661.0007.2070	Manutenção da Secretaria de Agric., Pesca e Aquicultura	3.282,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/ Aplicação Direta	3.282,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	3.282,00

16. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

1601.20.608.0007.2068	Manutenção da Secretaria de Agric., Pesca e Aquicultura	27.100,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/ Aplicação Direta	27.100,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	27.100,00

23. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2302.08.244.0006.2063	Manutenção do Bolsa Família	250,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.37.000066	Outras Despesas Correntes/ Aplicação Direta	250,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.37.000066	Investimentos/ Aplicação Direta	250,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PE 18/2020 - PMB

Publicação Nº 2359448

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 18/2020-PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS QUE FAZEM USO DE CADEIRA DE RODAS E COM DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 17/02/2020, às 14:00h do dia 06/03/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 06/03/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 13 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 385/2020

Publicação Nº 2359918

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-5PORTARIA nº. 385 de 14 de fevereiro de 2020.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 12001040.1.00448/20-1 nos assentamentos funcionais do servidor JOSE DOS SANTOS DE ANDRADE detentor da matrícula nº 403-1 e do cargo de provimento efetivo Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor JOSE DOS SANTOS DE ANDRADE, detentor da matrícula nº 403-1 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, correspondentes à 05 anos, 01 mês e 17 dias de tempo de contribuição, constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 12001040.1.00448/20-1, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 386/2020

Publicação Nº 2359924

PORTARIA nº 386/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, TATYANA DIAS FRANÇA, ocupante do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 13/01/2020 a 15/05/2020.
CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art. 7º, XVIII, da CF e art. 10, II, "b", do ADCT do STF a partir de 16/05/2020 a 14/06/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 387/2020

Publicação Nº 2359927

PORTARIA nº 387 de 14 de fevereiro de 2020

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na unidade de ensino Centro de Educação Infantil Municipal Recanto Feliz, da Secretaria de Educação, no período de 04/02/2020 a 14/12/2020, em vaga vinculada do servidor Carlos Enrique Ferreira que se encontra a disposição na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 04/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 388/2020

Publicação Nº 2359930

PORTARIA nº 388 de 14 de fevereiro de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) IVONETE LIDARCI DA SILVEIRA FURTADO, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 389/2020

Publicação Nº 2359934

PORTARIA Nº 389/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IARA ERMELI LACERDA RAMOS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1517/2020 em anexo, no período de 05/02/2020 a 04/04/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 390/2020

Publicação Nº 2359937

PORTARIA nº 390 de 14 de fevereiro de 2020

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município

de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) LISLENE SINELANDIA FERNANDES ARDIGO, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7603, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinq-enta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/01/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 391/2020

Publicação Nº 2359944

PORTARIA nº 391 de 14 de fevereiro de 2020

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) LISLENE SINELANDIA FERNANDES ARDIGO, ocupante do cargo efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O (a) servidor (a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanal no período de 20/01/2020 a 20/01/2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 20/01/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 392/2020

Publicação Nº 2359947

PORTARIA nº 392 de 14 de fevereiro de 2020

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) JOSE ANASTACIO DE SOUZA, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), inscrito(a) na matrícula funcional nº 146, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinq-enta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2020

Publicação Nº 2359950

PORTARIA nº 393 de 14 de fevereiro de 2020

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) JOSE ANASTACIO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERARIO BRAÇAL), com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O (a) servidor (a) terá sua jornada de trabalho fixada em 30 horas semanal no período de 06/02/2020 a 28/02/2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 06/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 394/2020

Publicação Nº 2359953

PORTARIA nº 394 de 14 de fevereiro de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao (a) servidor (a) PATRICIA NAHIRNIAK DA SILVA, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8886, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá suas atividades na Atenção Básica Odontológica, desempenhando as seguintes funções:

I – Supervisão nas UBS onde tenha atendimento odontológico;

II – Controle e avaliação da produção e produtividade dos colaboradores;

III – Gerenciamento da Estratégia da saúde da família;

IV – Relatórios técnicos;

V – Implementação dos programas inerentes as políticas públicas de saúde bucal;

VI – Dentre outras funções relacionadas aos serviços de gerenciamento na saúde bucal.

VII – Executa as visitas domiciliares dos pacientes acamados na região do Centro.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/12/2019 a 24/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação seus efeitos são a partir de 01/12/2019.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 395/2020

Publicação Nº 2359956

PORTARIA nº 395 de 14 de fevereiro de 2020

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) GUSTAVO DA SILVA NIENKOETTER, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), inscrito(a) na matrícula funcional nº 16690, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinq-enta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº

47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 396/2020

Publicação Nº 2359958

PORTARIA nº 396 de 14 de fevereiro de 2020

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) GUSTAVO DA SILVA NIENKOETTER, ocupante do cargo efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2011, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O (a) servidor (a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanal no período de 04/02/2020 a 28/02/2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 04/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 397/2020

Publicação Nº 2359961

PORTARIA nº 397 de 14 de fevereiro de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) EDINA CORREIA SOARES, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 6231, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Educação Infantil), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro Educacional Infantil Municipal Algodão Doce, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve a sua atividade;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absenteísmo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação;

X – Desempenhar atividades correlatas ao cargo de Técnico em Educação.

XI – Executa Projeto Hora do Conto.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 03/02/2020 a 24/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 398/2020

Publicação Nº 2359965

.PORTARIA Nº 398/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NARA CAMILA LONGO, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1476/2020 em anexo, no período de 04/02/2020 a 18/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 399/2020

Publicação Nº 2359967

PORTARIA nº 399 de 14 de fevereiro de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a), MARINEUZA MARIA DOS SANTOS de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 337, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve a sua atividade;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação;

X – Atividades correlatadas ao Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 28/01/2020 a 18/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir 28/01/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 400/2020

Publicação Nº 2359970

PORTARIA nº 400 de 14 de fevereiro de 2020

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) PATRICIA DONADEL JOHANN, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, inscrito(a) na matrícula funcional nº 17516, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinq-enta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2020.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PP 20/2020-PMB

Publicação Nº 2359797

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL – 20/2020 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Até às 13:45 horas, do dia 03 de março de 2020;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 03 de março de 2020;

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 14 de fevereiro de 2020.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 002

Publicação Nº 2359416

RETIFICAÇÃO Nº 002

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC torna pública a Retificação nº 002 ao EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 que passa assim a ser definido:

1. DO CRONOGRAMA:

No Anexo I onde se lê:

20/03/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Definitivo do CONCURSO PÚBLICO.
------------	---

Leia-se:

08/04/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
------------	---

09/04/2020 a 10/04/2020	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva (Diretamente na Área do Candidato).
15/04/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Definitivo do CONCURSO PÚBLICO.

Biguaçu/SC, 13 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 001

Publicação Nº 2359415

RETIFICAÇÃO Nº 001

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC torna pública a Retificação nº 001 ao EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2020 – ACS/ACE que passa assim a ser definido:

1. DO CRONOGRAMA:

No Anexo I onde se lê:

20/03/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
------------	--

Leia-se:

08/04/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
09/04/2020 a 10/04/2020	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva (Diretamente na Área do Candidato).
15/04/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

Biguaçu/SC, 13 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 001

Publicação Nº 2359420

RETIFICAÇÃO Nº 001

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC torna pública a Retificação nº 001 ao EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2020 – ACS/ACE que passa assim a ser definido:

1. DO CRONOGRAMA:

No Anexo I onde se lê:

20/03/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
------------	--

Leia-se:

08/04/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
09/04/2020 a 10/04/2020	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva (Diretamente na Área do Candidato).
15/04/2020	Publicação: <ul style="list-style-type: none">• Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos;• Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

Biguaçu/SC, 13 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 083/2020 - OTAVIO**

Publicação Nº 2359613

PORTARIA Nº 083/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 17 de fevereiro de 2020, o Sr. Otavio de Souza, do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II da vereadora Magali Eliane Pereira Prazeres.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 084/2020 - PALOMA

Publicação Nº 2359616

PORTARIA Nº 084/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 17 de fevereiro de 2020, a Sra. Paloma Helena Marcelino, do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II do vereador Salmir da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 003/2020

Publicação Nº 2359913

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

Circunstanciado pelo Termo de Dispensa de Licitação apresentada pela Comissão de Licitações da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, venho HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, o resultado da DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 003/2020 (Contratação de agência de turismo ou viagens para execução de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e pagamento de bilhetes de passagens aéreas), conforme descrição, especificação e quantitativo constantes no termo de referência. De acordo com o resultado do certame, que aponta como vencedor:

METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA/ME – CPF 81.587.693/0001-62
R\$ 2.962,78 (dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Biguaçu/SC, 14 de dezembro de 2020.
Nei Claudio da Cunha
Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.838/2020

Publicação Nº 2359775

LEI Nº 8.838, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO ESCOTEIRO GERMANIA – 111/SC.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro Germania – 111/SC, CNPJ nº 31.340.564/0001-05, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.543/2020

Publicação Nº 2359777

DECRETO Nº 12.543, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.2170 – PAB-Est. Saúde da Família/Cofinanciamento

Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0267.00064

Atividade 31.01.10.302.0059.2184 – CEREST – Centro Ref. Saúde do Trabalhador

Modalidade 3.3.90 (77) Aplicações Diretas RS 40.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.303.0060.2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade 3.3.93 (106) Consórcio Público R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.305.0062.2391 – Vigilância Epidemiológica

Modalidade 3.3.90 (127) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.2170 – PAB – Est. Saúde Família/Cofinanciamento

Modalidade 4.4.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0267.00064

Atividade 31.01.10.302.0059.2184 – CEREST – Cent. Ref. Saúde do Trabalhador

Modalidade 4.4.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065
Atividade 31.01.10.303.0060.2173 – Assistência Farmacêutica Básica
Modalidade 3.3.90 (103) Consorcio Público R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Atividade 31.01.10.305.0062.2391 – Vigilância Epidemiológica
Modalidade 3.1.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.533/2020

Publicação Nº 2359778

DECRETO Nº 12.533, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 4.373.475,45 (quatro milhões, trezentos e setenta e três mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0020.2021 – Manut. Ativ. Conserv. Patrimônio
Modalidade 3.3.90 (1005) Aplicações Diretas R\$ 322.000,00
Fonte de Recursos 0339.00000

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3802 – Diretoria de Trânsito

Atividade 38.02.06.125.0079.2519 – Manut. Ativ. Trânsito
Modalidade 3.3.90 (1022) Aplicações Diretas R\$ 3.700.000,00
Fonte de Recursos 0612.00079
Atividade 38.02.06.125.0079.2521 – Manut. Convenio Trânsito - PMSC
Modalidade 3.3.90 (1023) Aplicações Diretas R\$ 51.475,45
Fonte de Recursos 0610.00079
Atividade 38.02.06.125.0079.2522 – Manut. Convenio Trânsito - SSPSC
Modalidade 3.3.90 (1024) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos 0611.00079

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de janeiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

DECRETO Nº 12.541/2020

Publicação Nº 2359781

DECRETO Nº 12.541, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 1.634.667,83 (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Projetos de Infraestrut. Urbana

Projeto 11.02.15.451.0052.1010 – Exec. Terrapl. Drenagem e Pav. Ruas

Modalidade 4.4.90 (1009) Aplicações Diretas R\$ 285.810,38

Fonte de Recursos 0334.00000

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3801 – Diretoria de Administrativa

Atividade 38.01.04.122.0043.2517 – Manut. Ativ. Diretoria Adm. SMTT

Modalidade 4.4.90 (1015) Aplicações Diretas R\$ 76.370,14

Fonte de Recursos 0689.00079

3802 – Diretoria de Transito

Atividade 38.02.06.125.0079.2519 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.3.90 (1014) Aplicações Diretas R\$ 170.091,45

Fonte de Recursos 0307.00000

3803 – Diretoria de Transporte

Atividade 38.03.26.782.0079.2524 – Manut. Ativ. Transporte

Modalidade 3.3.90 (1025) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0606.00079

Modalidade 3.3.90 (1012) Aplicações Diretas R\$ 32.395,86

Modalidade 4.4.90 (1013) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0380.00079

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

DECRETO Nº 12.545/2020

Publicação Nº 2359784

DECRETO Nº 12.545, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 4.006.000,00 (quatro milhões e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2020 – Manut. das Ativ.de Pessoal

Modalidade 4.4.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Man.Ativ.Educ.Inf.–Pré-Escola

Modalidade 3.3.90 (260) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

14 – SEC. MUNIC. DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA

1404 – Diretoria de Iluminação Pública

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 – Manut. Ativ. de Ilum. Publica

Modalidade 3.3.90 (618) Aplicações Diretas R\$ 3.772.000,00

Fonte de Recursos 0108.00000

21 – CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

2103 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 21.03.04.124.0067.2479 – Manut.Ativ. de Controle Interno

Modalidade 3.3.90 (765) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

35 – SEC.MUNIC.DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3503 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 35.03.13.122.0037.2499 – Man.Ativ.Dir.Adm-Financ.Cultura

Modalidade 4.4.90 (811) Aplicações Diretas R\$ 122.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2020 – Manut. das Ativ.de Pessoal

Modalidade 3.3.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Man.Ativ.Educ.Inf.–Pré-Escola

Modalidade 4.4.90 (264) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

14 – SEC. MUNIC. DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA

1404 – Diretoria de Iluminação Pública

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 – Manut. Ativ. de Ilum. Publica

Modalidade 4.4.90 (621) Aplicações Diretas R\$ 3.772.000,00

Fonte de Recursos 0108.00000

21 – CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

2103 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 21.03.04.124.0067.2479 – Manut.Ativ. de Controle Interno

Modalidade 4.4.90 (766) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

35 – SEC.MUNIC.DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3503 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 35.03.13.122.0037.2499 – Man.Ativ.Dir.Adm-Financ.Cultura

Modalidade 3.3.90 (805) Aplicações Diretas R\$ 122.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.547/2020

Publicação Nº 2359786

DECRETO Nº 12.547, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR GERAL
DO GABINETE DO PREFEITO – GAPREF.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, V e VII, do artigo 59, e na forma da alínea “f” do inciso I do artigo 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Diretor Geral do Gabinete do Prefeito, RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, a competência para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquele Gabinete, no período compreendido entre 14 e 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.790/2020

Publicação Nº 2359787

PORTARIA Nº 23.790, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA
O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE
CONFIANÇA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90,
e com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660/2007,
e da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR, a contar de 28 de janeiro de 2020:

CLAUDIA ISABELLE RAMOS ANTUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Sistemas da Atenção Especializada - FGC 60%;

OSNI BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Projetos Especiais e Captação de Recursos - FGC 30%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de janeiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

republicado por incorreção

PORTARIA Nº 23.838/2020

Publicação Nº 2359788

PORTARIA Nº 23.838, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXONERA SIMONE GADOTTI STRELOW DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AOS CONSELHOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 10 de fevereiro de 2020, SIMONE GADOTTI STRELOW, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pela Portaria nº 23.104, de 04 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.839/2020

Publicação Nº 2359789

PORTARIA Nº 23.839, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPENSA GILSON GENTIL CORREIA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e na Lei Complementar nº 1.234/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 20 de janeiro de 2020:

GILSON GENTIL CORREIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de confiança de Assessor de Processos de Alvará Sanitário - FGC 40%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, designado pela Portaria nº 23.497/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.840/2020

Publicação Nº 2359790

PORTARIA Nº 23.840, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDUARDO ROBERTO DA SILVA FONTES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, resolve:

DESIGNAR, a contar de 13 de fevereiro de 2020:

o servidor público municipal EDUARDO ROBERTO DA SILVA FONTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Processos de Alvará Sanitário - FGC 40%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.841/2020

Publicação Nº 2359791

PORTARIA Nº 23.841, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUANA WACHSMANN BLOCK NUNES DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e em atenção ao Memorando nº 055/2020, de 05/02/2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DISPENSAR, no dia 04 de fevereiro de 2020, a servidora pública municipal LUANA WACHSMANN BLOCK NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Agendamento de Consultas Especializadas - Policlínica - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.842/2020

Publicação Nº 2359793

PORTARIA Nº 23.842, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio dos Memorandos nº 925/2019 e 053/2020, resolve:

DESIGNAR, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotadas na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, para o exercício de função gratificada de confiança, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, naquela Secretaria:

ANDRÉA APARECIDA DE SOUZA KONELL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória - FGC de 70%, a contar de 1º de novembro de 2019;

ELISA FERNANDA BRAGA MOURA SCHREINER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Regulação em Saúde - FGC de 50%, a contar de 04 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.851/2020

Publicação Nº 2359798

PORTARIA Nº 23.851, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA EDUARDA LÚCIA LOREGIAN PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE CONTEÚDOS PARA A INTERNET, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Comunicação Social, através do Memorando nº 025/2020, de 13/02/2020, resolve:

NOMEAR, no dia 17 de fevereiro de 2020, EDUARDA LÚCIA LOREGIAN, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Conteúdos para a Internet, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.856/2020

Publicação Nº 2359804

PORTARIA Nº 23.856, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE EXONERAÇÃO A VALDECI DUTRA, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 13 de fevereiro de 2020:

VALDECI DUTRA, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 23.762/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.857/2020

Publicação Nº 2359806

PORTARIA Nº 23.857, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA CUMULATIVAMENTE O PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, MICHAEL RAUL SCHNEIDER, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR CUMULATIVAMENTE, no dia 14 de fevereiro de 2020:

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Conservação e Manutenção Urbana, símbolo CC-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 027/2019

Publicação Nº 2359809

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 027/2019

INDICIADO: J.N.S.

ADV. CÉLIO HOHN- OAB/SC nº 15004

DESPACHO: Fica o procurador do servidor indiciado intimado para as audiências que se realizarão na data de 27/02/2020, às 09:00h e 09:30h, com a oitiva da testemunha arrolada pela defesa e o interrogatório do servidor indiciado.

Local das audiências: Avenida Presidente Castelo Branco, 1243, Centro, Blumenau (Sala de audiências nº 02 - Prédio do PROCON).

.

.

INTIMAÇÃO COMEX - PEED 004/2019

Publicação Nº 2359815

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

COMISSÃO DE EXONERAÇÃO – COMEX

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - COMEX

PEEP Nº 004/2019

SERVIDORA: D.C.J.

ADVOGADO: NILSON DOS SANTOS - OAB/SC nº 16.612

DESPACHO: Intime-se o Procurador da servidora avaliada, para tomar ciência dos documentos juntados às fls. 112 a 163 dos autos do PEEP nº 004/2019.

INTIMAÇÃO COMEX - PEED 001/2019

Publicação Nº 2359819

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
COMISSÃO DE EXONERAÇÃO – COMEX

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES**INTIMAÇÃO - COMEX**

PEEP Nº 001/2019

SERVIDOR: J.D.

ADVOGADO: NILSON DOS SANTOS - OAB/SC nº 16.612

DESPACHO: Intime-se o Procurador do servidor avaliado para acompanhar as audiências de oitiva de testemunhas, designadas para os dias 20 e 27 de fevereiro de 2020, às 14 horas, na sede das Comissões, sito à Av. Pres. Castelo Branco, nº 1243, sala 2, Centro, Blumenau (SC) - (Prédio do PROCON).

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2019

Publicação Nº 2359821

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A E. ETZOLD & CIA LTDA representada pela empresa ABVALE IMÓVEIS LTDA

OBJETO: Locação de um imóvel, com aproximadamente 357 m², localizado na Rua Clara Persuhn, n. 192, Bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento da Unidade do Centro POP (Centro de referência especializado a população em situação de rua) – FMAS/SEMUDES.

PROCESSO: Processo de Dispensa nº 08-107/2018

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020

PREÇO: Renova-se o valor pago à LOCADORA pela utilização do imóvel que se mantém em R\$ 3.200,00 mensais, totalizando R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) por ano.

DATA DE ASSINATURA: 4 de novembro de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2017

Publicação Nº 2359825

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A MERCÁTOR-10 ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS LTDA

OBJETO: Locação de um imóvel para funcionamento do Centro de Educação Infantil Profº Cilly Jensen.

PROCESSO: Dispensa nº. 08-214/2016

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de fevereiro de 2020 até 31 de janeiro de 2021.

PREÇO: Renova-se também o valor da locação que se mantém em R\$ 4.244,99 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 49.067,76 (quarenta e nove mil, sessenta e sete reais e setenta e seis centavos)

DATA DE ASSINATURA: 7 de novembro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2018

Publicação Nº 2359828

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 064/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. BERTRAM BARTH

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA ROBERT KOCH, Nº. 078, BAIRRO FORTALEZA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (E.S.F.) HASSO MULLER II.

PROCESSO: Dispensa nº. 23/2018.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 03 de março de 2020 até 02 de março de 2021.

PREÇO: Renova-se o valor do contrato que se mantém em R\$ 883,10 (oitocentos e oitenta e três reais e dez centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 10.597,20 (dez mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29 de janeiro de 2020.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 345/2016

Publicação Nº 2359832

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 345/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ALERERO HOLDINGS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel na Rua Desembargador Pedro Silva, nº 125 e 139, Bairro Victor Konder, Blumenau/SC, para atender as atividades do Centro de Referência Especializada de Assistência Social – (CREAS I), pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no pedido de compras anexo ao processo - FMAS.

PROCESSO: Dispensa nº. 202/2016.

PREÇO: REAJUSTA o valor da locação para R\$ 4.136,03 (quatro mil, cento e trinta e seis reais e três centavos) mensais, a contar do dia 01/12/2019, totalizando o valor do contrato em R\$ 49.632,36.

DATA DE ASSINATURA: 31 de janeiro de 2020.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2359837

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRENCIA Nº 01/2020

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para execução de enrocamento de pedra arrumada, com fornecimento de material, remoção e bota fora, pelo período de 01 ano - SAMAE - SEMOB – SEURB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 18 de março de 2020 às 09 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 14/02/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

Publicação Nº 2359841

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

Objeto: Registro de preços para pneus, câmaras de ar e protetores de aro, pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de diversas secretarias. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 03 de março de 2020, até às 09h00min. Início da sessão: dia 03 de março de 2020, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 17/02/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

Publicação Nº 2359845

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS - MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA GERADORES, PELO PERÍODO DE 01 ANO - SEMUS/FMS - SEDECI. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 03 de março de 2020, até às 09h00min. Início da sessão: dia 03 de março de 2020, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: nelice@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 14/02/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA SEMED Nº 003/2020

Publicação Nº 2359849

PORTARIA SEMED Nº 003, de 14 de fevereiro de 2020.

NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO FISCALIZADORA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2019.

PATRICIA LUEDERS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições legais, resolve:

NOMEAR

Sem ônus para o Município, as servidoras pública municipal compor a Comissão Especial de Habilitação previsto no item 8, do Edital de Credenciamento nº 13/2019.

- Angela Maria Simão Hoemke
- Mirelle Cristina Neves
- Simone Janice Bretzke Probst
- Maria Carolina Hank
- Janaina Burgonovo

Blumenau, 14 de fevereiro de 2020.

PATRICIA LUEDERS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 7660/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359853

PORTARIA N.º 7660/2020

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI APARECIDA SOUZA DE CAMPOS COSTA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 3º, inciso I, alínea "b", 99, e 111, anexos II, e V, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSELI APARECIDA SOUZA DE CAMPOS COSTA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.096,74 (Três mil, noventa e seis reais e setenta e quatro centavos), a partir de 03 de fevereiro de 2020, conforme Processo nº 12639/9/2019.

Blumenau, 27 de janeiro de 2020.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7673/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359855

PORTARIA N.º 7673/2020
CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR ATRAVÉS DE BOLSA DE ESTUDOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 8701/08, de 12 de junho de 2008, resolve
CONCEDER BOLSA DE ESTUDOS,

à HELOISE ANDRÉ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, referente ao 9º período, do curso de Direito, realizado na SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina, correspondendo a 24% (vinte e quatro por cento) dos valores da matrícula e das mensalidades pagas, a partir do 1º semestre de 2020, nos termos do Processo nº 13347/1/2020.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2020.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2020.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7674/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359856

PORTARIA Nº 7674/2020
CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LETÍCIA HODECKER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, à

LETÍCIA HODECKER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do quadro permanente dos profissionais da saúde do ISSBLU, categoria 5 do grupo ocupacional técnico, carga horária de 30 horas, faixa de vencimento "I", passando do padrão de vencimento "B", para o padrão de vencimento "C".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2020.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2020.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7675/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359858

PORTARIA N.º 7675/2020
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DELCI TEREZINHA GUERRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

de acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, e 104, anexo I, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DELCI TEREZINHA GUERRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.390,21 (Mil, trezentos e noventa reais e vinte e um centavos), a contar de 10 de fevereiro de 2020, conforme Processo n.º 13323/1/2020.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2020.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7676/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359859

PORTARIA N.º 7676/2020

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SALVADOR MIGUEL DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

SALVADOR MIGUEL DE SOUZA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jardineiro, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.999,00 (Mil, novecentos e noventa e nove reais), a partir de 10 de fevereiro de 2020, conforme Processo n.º 13355/2/2020.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2020.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7677/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359861

PORTARIA N.º 7677/2020

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LEANDRA PELLEGRIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de LEANDRA PELLEGRIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº14001070.1.00748/20-6, totalizando 1085 (mil, oitenta e cinco) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 11 (onze) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 13335/1/2020.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2020.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7678/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2359862

PORTARIA N.º 7678/2020

ANULA AS PORTARIAS N.os 6614/2018 E 6615/2018 QUE CONTAM TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAERCIO CRISTOFOLINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

ANULAR,

as Portarias N.os 6614/2018, e 6615/2018, ambas de 28 de junho de 2018, que contam tempo de contribuição a favor de LAERCIO CRISTOFOLINI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, tendo em vista o pedido de desavervação feito pelo servidor.

Blumenau, 05 de fevereiro de 2020.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 8.839**

Publicação Nº 2359212

LEI Nº 8.839, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DETERMINA A RESERVA DE VAGAS EM CRECHES E ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL PARA FILHOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, e considerando o veto rejeitado e não promulgado pelo Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as creches e escolas da rede pública municipal de Blumenau ficam obrigadas a garantir a prioridade de vagas para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica de natureza física, psicológica e/ou sexual, no âmbito do Município.

Art. 2º As matrículas das crianças de que trata o artigo 1º serão realizadas com a apresentação dos seguintes documentos:

I – cópia do Boletim de Ocorrência expedido pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher;

II – cópia do Exame de Corpo de Delito (opcional, quando houver);

III – documentos de acompanhamento do CREAS e de estudo social promovido pelo órgão.

Art. 3º Será concedida a garantia à transferência de uma unidade escolar para outra, na esfera da rede pública municipal, de acordo com a necessidade de mudança de endereço da mãe, visando resguardar a segurança da mulher e dos filhos.

Art. 4º Deve ser concedida preferência às vagas no período integral à criança cuja mãe comprove emprego fixo nos dois turnos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

MARCELO BARASUOL LANZARIN
Presidente da Câmara Municipal

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 07/2020

Publicação Nº 2358610

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal, de seu Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia 03 de março de 2020 licitação na modalidade pregão presencial, pelo menor preço por item, regida pela Lei nº 10.520/02, pelas Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014 e por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro - Sala de Licitações, destinado à Registro de Preços para Contratação de serviço de internet, conforme segue:

1.DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAR SERVIÇOS DE INTERNET, COM CAPACIDADE DE 20 À 300 Mbps, CONFORME NECESSIDADE, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA E SUAS SECRETARIAS.

1.1 Serviço de internet para em média 16 pontos em endereços diversos, como segue:

Secretaria	Setor	Quantidade De usuários	Link: Upload/Download (Mbps)
Secretaria Administrativa	Adm./Prefeitura	25	300
	Conselho Tutelar	4	20
Secretaria Agricultura	Adm.	3	20
Secretaria Educação	Adm.	5	50
	Eliza Rosa	2	20
	São Gerônimo	indefinido	50
	Biblioteca	indefinido	50
Secretaria de Esportes	Ginásio	1	20
Secretaria de Obras	Adm.	1	20
Secretaria da Saúde	Adm./Posto	20	100
	HMACA	3	50
	Antigo Posto	6	20
Secretaria Social	CRAS	10	50
	Adm./Social	2	20
Secretaria de Turismo	Adm.	1	20
Bombeiros	Adm.	4	20

1.2 Contratação de serviço de internet via fibra óptica: Links consoantes a tabela detalhada, tendo seus valores de referência quanto à velocidade de download e upload tidos como mínimos.

1.3 Para a secretaria de administração situada no prédio da prefeitura, a fim de atingir a velocidade demandada aceita-se a implantação de até dois links. Nos demais pontos de acesso no máximo um link.

1.4 Tal serviço deverá ter suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, com prazo máximo de atendimento de 06 horas a partir da solicitação de suporte.

1.5 Fornecimento de todo o cabeamento de fibra ótica e equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do serviço segundo as velocidades demandadas além da garantia de estabilidade da rede, que conectam o centro de distribuição até os locais de acesso, ficarão à cargo da contratada.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, no Depto. de Compras e Licitações, no horário das 13:00h às 17:00h à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra- SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 02 (dois) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Impugnações ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro(a), obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

3.3 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0197 ou por e-mail: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S):



4.1 De entrega/execução: Imediato, após assinatura do contrato;

4.2 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade até 31/12/2020 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) de(os) contrato(s). O(s) contrato(s) pode (rão) ser firmada(s) entre as partes, por prazo(s), quantidade(s) menor que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1 Será (ão) efetuado(s) a preço fixo, conforme quantidade consumida mensal, pago(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) nota(s) fiscal(is).

5.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos e ou serviços, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na(s) conta(s): do exercício do ano de 2020, dotação orçamentária: PM (33, 7, 170, 94, 121, 133, 267, 255, 193, 22), FMAS (13, 19) e FMS (8, 41, 33): 3.3.90.39.05.00.00.00

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 A qualificação técnica será comprovada através dos seguintes documentos:

a) Licença do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em vigência concedida pela ANATEL;

b) Registro de estação junto a ANATEL do ponto concentrador da rede da Contratada;

c) Registro de estação junto a ANATEL do ponto concentrador secundário da rede da Contratada;

d) 01 (um) atestado de Capacitação Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa na empresa, compatível e pertinente com o serviço cotado, e nível de satisfação quanto a entrega e qualidade; juntamente com atestado deverá ser apresentado documento fiscal que comprove a execução do serviço.

e) Comprovar a presença em seu corpo de colaboradores de perfil de atendimento técnico durante as 24 horas do dia na sede ou centro de operações, em situação regular e com capacitação para tal, por meio de documentação trabalhista.

f) Atender as normas de instalação apresentando certificação de seus colaboradores na NR10 e NR35 do Ministério do Trabalho.

9. DA PARTICIPAÇÃO:

9.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Pregão Presencial Nº 07/2020;

9.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

9.3 Não poderão participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

9.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

10. DO CREDENCIAMENTO:

10.1 Ficam a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

10.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

10.7 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente, tanto para licitante com representante ou não.

10.8 Declarar que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

10.9 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

12.1 Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom jardim da Serra - SC, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 03/03/2020.

12.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

12.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

13. DA SOBRESCRITAÇÃO DO ENVELOPE Nº 01

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial Nº 06/2020

Abertura às 13 horas do dia 03 de março de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

Proposta

14. DA PROPOSTA:

14.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo, e-mail, telefone(s) e carimbado com a Razão Social, junto e obrigatoriamente com a proposta eletrônica formulada a partir do sistema Betha Auto cotação (disponível no site: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br), por meio de pen drive.

14.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e ou Procurador);

14.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

14.6 O(s) produto(s) / serviço(s) deverá(ão) ser realizado(s) por profissional especializado, com valores cotados individualmente, não podendo em nenhum item o valor ultrapassar o preço máximo estabelecido no edital, com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

14.7 Os preços deverão ser cotados, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

14.8 Estar acompanhada:

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

14.8.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial Nº 06/2020

Abertura às 13 horas do dia 03 de março de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

Documentação de Habilitação

16. DA HABILITAÇÃO:**16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

16.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

16.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ão) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

16.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

16.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

16.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

16.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

16.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

16.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

16.2.6 Alvará de funcionamento da sede da proponente do ano corrente;

16.2.7 Contrato Social e alterações se houver.

16.2.8 Cópia do cartão CNPJ constando atividade pertinente ao objeto licitado

16.2.9 Certidão negativa de falência e concordata;

16.2.10 Declaração de fatos impeditivos

16.2.11 Declaração Concordância com as Condições Edital

16.2.12 Termo de Renúncia de Recurso – opcional

Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa serão considerados válido por 30 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.

- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;

- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

- Toda a documentação de regularidade fiscal e contrato social com suas alterações e consolidação, poderá ser substituído pelo CRC atualizado desta instituição pública.

17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1 Será (ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá (ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

17.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o

máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

17.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

17.4 Casos duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

17.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

17.7 Dos lances ofertados não caberão retratação;

17.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

17.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

17.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto lícitado;

17.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

17.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

17.11.2 Para efeito do desempate de valor (es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

17.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto lícitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

17.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

17.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer não atender as exigências edilícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

17.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto lícitado;

17.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

17.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

17.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

17.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

17.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

17.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

17.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

17.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgarem conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.1.1 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço por item.

18.1.2 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

18.1.3 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

18.1.4 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultada à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

19.1 Será (ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

19.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

19.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

19.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

20. DO DIREITO AO RECURSO:

20.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

20.2. Os demais licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

20.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

20.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

20.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

20.6. A Impugnação ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR (ES):

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, seu anexo e do Contrato decorrente;

21.2 Assinar o contrato no prazo de até 05 dias úteis após notificação;

21.3 A proposta vencedora, após a fase de lance(s), deverá ser reconstituída, com a recomposição do(s) valor(s) alterado(s), compatível(is) com o(s) negociado (os) e encaminhado ao Pregoeiro, em até 24 horas a contar da data da notificação, acompanhada de declaração formal, indicando o nome, o número do RG, CPF e o cargo do Titular que o representará para efeito de consignação no Contrato decorrente.

22. DA(S) AUTORIZAÇÃO (ÕES) DE FORNECIMENTO:

22.1. Após a homologação do resultado, será emitida Autorização de Fornecimento e encaminhada ao(s) Licitante(s) vencedor (es);

22.2. Caso o Licitante vencedor recuse-se, injustificadamente, de recebê-la, o Licitante subsequente na ordem de classificação, será notificado para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

23. DO DIREITO DE RESERVA:

23.1 O Município de Bom Jardim da Serra, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

23.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

23.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Anexo, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

24. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

24.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

24.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

24.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

24.4 Os serviços de acesso à internet serão prestados ao decorrer do ano, pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se a contar da assinatura do instrumento próprio.

24.5 O prazo para entrega do objeto previsto na Cláusula Primeira desse Edital pela Contratada, será de forma imediata, em no máximo 30 dias corridos, após a assinatura do contrato.

24.6 Quanto à garantia, os contratos administrativos regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, com observância em todos os casos da Lei 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e suas alterações.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação:

endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

25.2 No interesse do Município de Bom Jardim da Serra, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

26. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 10 de fevereiro de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N° ____/2020.

CONTRATO N° ____/2020

MINUTA CONTRATO PARTICULAR D QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, ESTADO DE SANTA CATARINA E EMPRESA VENCEDORA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de _____, de um lado o Município de Bom Jardim da Serra- SC, ente jurídico de direito público, com sede a Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro, inscrito no CNPJ nº 82.844.754/0001-92, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, rua: _____, _____, cidade de _____, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo seu diretor o Sr. _____ brasileiro, _____, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº _____ E CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, como justo e contratado o que segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. - O presente contrato tem por objeto _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. - Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade - Pregão nº -- /2020 de registro de preços nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. - As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato/registro de preço(s) vigorará a partir da data de sua assinatura até 12 (meses), contados da assinatura do contrato, podendo ser suprimido ou prorrogado se subsistir saldo quantitativo do objeto licitado, ou por interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DAS QUANTIDADES

5.1. - Os preços para os bens contratados são de: xxx por unidade de serviço;

5.2. - Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º, da Lei n. 8.666/93;

b) para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.3. - A contratante poderá adjudicar de forma unitária, item a item dentro do lote.

5.4 - A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.5. - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

6.1.1 Em até 30 (trinta) dias da data da entrega da nota fiscal, conforme efetivo cumprimento da obrigação.

6.2. - Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES".

6.2.1. - Em sendo optante do "SIMPLES" o contratado deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.3. - Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra o efetivo Fornecimento do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, excepcionalmente, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante prévia autorização da Administração, for efetivado parcialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. - As despesas com a execução deste contrato correrão no orçamento da Dotação Orçamentária:

(_____), saldo R\$ _____ (_____),

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a:

a) Disponibilizar informações e endereços na sede da contratada para o efetivo serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) úteis.

b) solicitar previamente à CONTRATADA, através de documento próprio, o fornecimento dos laudos;

c) efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.

d) averiguar a qualidade dos produtos e notificá-los devolução e/ou troca caso haja desconformidade com o objeto e/ou qualidade licitado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

- a) Executar de acordo com o Edital, devendo ser seguidas rigorosamente às especificações contidas nas legislações que regulamentam o objeto desta contratação.
- b) - A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar todas as obrigações antes e durante a execução de quaisquer serviços.
- c) - garantir a qualidade dos serviços entregues conforme os órgãos reguladores e atender todas as normas de segurança.
- d) - garantir a execução dos serviços em até 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão e entrega dos laudos, medições e dosimetrias.
- e)- realizar todos os serviços a partir da averiguação in loco das condições e instalações de todos os órgãos (PM, FMAS e FMS) que envolvem a administração/contratante;
- f) - Entregar todos os relatórios em três vias físicas e uma eletrônica;
- g) - assegurar a fiscalização pelo Sr. xxxx de todas as etapas do serviço e seus registros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. - A recusa no fornecimento dos bens, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando o contratado à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração do município e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração do ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) multa de 5% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do município, visando a sua execução;
- b) Suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo 2 (dois) anos, do direito de licitar/ contratar com a Administração; e
- c) Declaração de Inidoneidade.

10.2. - Expirado o prazo proposto para o fornecimento do maquinário, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor remanescente do contrato.

10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser renunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da autoridade competente do ÓRGÃO/ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente contrato:

- a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;
- b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e
- d) Fiscalizar a execução do ajuste.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 OS VALORES REGISTRADOS SERÃO FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.2 CONSIDERA-SE INCLUSO NO PREÇO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE DESCONTO TODAS AS DESPESAS E CUSTOS, TAIS COMO: TRIBUTOS (IMPOSTOS, TAXAS, EMOLUMENTOS, CONTRIBUIÇÕES FISCAIS E PARAFISCAIS), TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, MÃO-DE-OBRA E QUALQUER DESPESA, ACESSÓRIA E/OU COMPLEMENTAR E OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTE EDITAL, MAS QUE INCIDAM NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA NA EXECUÇÃO DA MESMA. .

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - As partes contratantes elegem o foro de São Joaquim, SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Bom Jardim da Serra, ____ de _____ de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira Contratado (A). Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES PREGÃO Nº _____ /2020

Nome da Empresa: _____

Declara, sob as penas da lei, que: Conhecemos e aceitamos as condições do presente Edital de Licitação; Não empregam menores, nas

formas previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira; até a presente data inexistem fatos impeditivos originados da Administração Pública em qualquer das suas esferas, por descumprimento de contratos anteriores; Não está (ão) incluso(s) entre os impedidos de licitar com o poder público de Bom Jardim da Serra, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 em especial ao disposto no art. 9º. Desta forma requerem sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências afins, posteriores à data de entrega dos envelopes.

Local: _____ data: ____/____/____.

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado

ANEXO III

Carta de Credenciamento

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020

O abaixo assinado, carteira de identidade RG n.º e CPF n.º ..
....., na qualidade de responsável legal pela empresa vem, pela presente,
informar que o Sr , carteira de identidade RG n.º , é pessoa designada
por nós para acompanhar a sessão de abertura da documentação e proposta de preços, bem como assinar as atas e demais documentos
a que se referir a licitação em epígrafe. Outorgamos ainda à pessoa mencionada, amplos poderes para acordar, transigir, receber em devo-
lução documentos pertencentes à empresa, enfim, agir em nome e por conta da própria empresa que representar. Estamos cientes de que
responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por nossos representantes.

Local, UF, ____ de ____ de 2020.

ASSINATURA

Obs. A presente deverá ser assinada pelo próprio Sócio-gerente ou Diretores da Empresa.

(carimbo do CNPJ)

Anexo IV

TERMO DE RENUNCIA

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Pregão Nº ____/2020

Nome da Empresa: _____

Declara, sob as penas da lei, que nas formas da Lei Federal 8666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações, que julgou os documentos de Habilitações preliminares do Processo Licitatório supra, RENUNCIANDO assim, expressamente o direito de interpor recurso administrativo para tal. Mais, que por este documento autoriza a abertura de envelopes de propostas de preços dos Licitantes Habilitados, bem como para tal, dispensa os prazos de Lei.

Local, UF, ____ de ____ de ____

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)

....., inscrito no CNPJ nº , no inter-
médio de seu representante legal o (a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , e do CPF nº , DE-
CLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro
de 1999 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz () .

Cidade - UF, de ____ de ____

(representante legal)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

À Comissão de Licitação Referente:

Pregão ____/2020

O signatário da presente, em nome da proponente _____, DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações.

Cidade em ____ de ____ de ____.

ASSINATURA AUTORIZADA

ANEXO VII

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

Referente: Pregão ____/2020

O signatário da presente, senhor(a) _____, representante legalmente constituído da proponente, DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condições estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, ____ de ____ de ____.

ASSINATURA AUTORIZADA

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL

Processo Ref.:

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau. DECLARA ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Bom Jardim da Serra, ____ de ____ de 2020.

ASSINATURA AUTORIZADA

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 047/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359432

PORTARIA Nº 047/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidora pública Municipal Srª. Neiva Dall Agnol Hahn, inscrita na matrícula sob nº 516-9, portadora do CPF sob nº 973.653.279-87, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, a partir do mês de fevereiro de 2020, conforme art. 67 e Anexo I da lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores), por Titulação de "Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 14 de fevereiro de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 09 2020 E TC 02 2020

Publicação N° 2358769

Extrato Contrato 09/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde- CIS/AMURES

Objeto: Manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio e de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público, conforme autoriza o inciso I, da Cláusula 36, do referido Contrato de Consórcio Público, o art. 8º da Lei n.º 11.107/05 e a Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral.

Valor Total: R\$ 77.340,00 (setenta e sete mil trezentos e quarenta reais)

Extrato Termo de Colaboração 02/2020 Dispensa Chamamento Público 03/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro – APAE.

Objeto: Atendimento especializado aos alunos nas ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Valor Total: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 0012020

Publicação Nº 2359414

EDITAL 001/2020 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar Audiência Pública para apresentação das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2019, para análise e avaliação.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Botuverá.
Rua João Morelli, 66. Centro.

Data: 18/02/2020.
Horário: 18:00 horas.

Botuverá, 14 de fevereiro de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 020 2020 DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO CONTRATO

Publicação Nº 2358862

PORTARIA Nº 020/2020

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73 VII, X, XV da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- O PEDIDO DE DEMISSÃO FORMULADO PELO EMPREGADO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ADELAIDE SESTARI BAMBINETTI, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR, a partir de 10/02/2020.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do pedido de demissão do empregado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá(SC), 10 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 021 2020 NOMEIA CARGO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 2358693

PORTARIA Nº 021/2020

“Nomeia Servidor Para o Cargo de Agente Social para o Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, VII, X, XV da Lei Orgânica Municipal;

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr(a). TAMARA VANELI, brasileiro (a), para o cargo de AGENTE SOCIAL, a partir de 13/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 13 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº010/2020

Publicação Nº 2359607

DECRETO Nº. 010/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,
DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.161,89 (Dez mil cento e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2028 – Manutenção do Ensino Infantil

(153) – 3.1.90.00.00.00.00.00 3106 – Aplicações Diretas R\$ 17.276,88

TOTALR\$ 17.276,88

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 3018 – Transferência do FUNDEB superávit.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 14 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2019

Publicação Nº 2359272

EXTRATO 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2019

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Carlos Koerich Engenharia ME

CNPJ 23.722.533/0001-82

Rua Tiradentes, 20 Bairro Centro

Cidade Braço do Trombudo – SC

Objeto: Reforma e Ampliação do espaço utilizado pela antiga Escola Isolada Aguas Sulfurosas, no município de Braço do Trombudo SC, conforme edital e anexos

Valor: R\$ 36.994,69 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e nove centavos)

Vigência: até 31.12.2020.

Data da assinatura: 14.02.2020

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 07/2020

Publicação Nº 2358912

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 07/2020 – Edital de Pregão Presencial nº 06/2020

Objeto: Aquisição de Retroescavadeira. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 08h30min do dia 02/03/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001-2020

Publicação Nº 2349744

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
001/2020

A Prefeitura Municipal de Brusque torna Público que fará realizar Audiência Pública para Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2019 nos termos do parágrafo 4º, Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF.

Local: Câmara Municipal de Brusque

Data: 26/02/2020.

Hora: 16:00 horas.

Brusque, 04 de fevereiro de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8521- 2019

Publicação Nº 2359893

DECRETO n. 8.521, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre aprovação de Projeto do LOTEAMENTO RESIDENCIAL RECANTO DO SOL, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 38 da Lei Complementar nº 138/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO RESIDENCIAL RECANTO DO SOL, de propriedade de Porto Seguro Administradora de Bens Ltda., a ser executado na Rua Edgar von Buettner, bairro Bateas, neste município de Brusque/SC, contendo área total de 38.083,09 m2, registrado no Ofício de Registro de Imóveis, na matrícula nº 84.420, livro 02.

Art. 2º O referido loteamento é constituído de 53 lotes, sendo 19.272,36 m² área total de lotes; 2.440,72 m² área pública de Equipamentos Comunitários; 10.153,60 m2 área verde; e 6.216,41 m2 área de arruamento.

Art. 3º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

I – abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

II – demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

III – implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV – plantio de grama nos espaços destinados a passeio público e execução das calçadas em bloco de concreto ou concreto moldado in loco nos passeios confrontantes as áreas públicas;

V – pavimentação das pistas de rolamento das vias;

VI – rede de energia elétrica e iluminação pública, conforme projeto aprovado pela CELESC;

VII – rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

VIII – rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

IX – rede de esgotamento sanitário, conforme projeto aprovado de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

X – recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;

XI – visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'Água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais.

Art. 4º Como garantia das obras mencionadas no art. 3º, o Município caucionará os lotes nºs 17, 20, 23, 24, 27, 28, 31 e 32 da Quadra C; lotes 48, 51, 52 e 53 da Quadra F.

Art. 5º As obras mencionadas no art. 3º deste Decreto serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 6º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 3º deste Decreto.

Art. 7º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas caucionadas, dada em garantia.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de dezembro de 2019.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito de Brusque em exercício

ROGÉRIO DOS SANTOS

Diretor-Presidente do IBPLAN

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 02-2020 FCB

Publicação Nº 2359897

**EDITAL Nº 02/2020****AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

AUTORIZO e justifico a abertura do presente EDITAL que disciplina o processo de SELEÇÃO PÚBLICA PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICO CULTURAIS, nos termos do art. 38 da Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, na modalidade de Credenciamento. O presente EDITAL de Nº 001/2019/CMC, é destinado a apresentação de propostas no âmbito exclusivamente cultural, com a finalidade de promover ações de cultura de abrangência local. Podem ser proponentes pessoas físicas maiores de 18 anos, com propostas nas seguintes linhas: **Artes Cênicas, Artes Visuais, Artes populares, Literatura e Música**, para atender a demanda da Fundação Cultural de Brusque, e que objetivem:

- I - Promover a circulação de bens culturais no Município de Brusque;
- II - Oportunizar maior acesso da população aos bens culturais;

Brusque(SC), em 14 de fevereiro de 2020.

Igor Alves Balbinot
Diretor e Designado Responsável pela Fundação Cultural de Brusque

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE

Edital n.º 02/2020/FCB

Estabelece procedimento e torna público o Edital de Credenciamento para APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICO CULTURAIS, para atender a demanda da Fundação Cultural de Brusque ano 2020.

O Designado Responsável pela Fundação Cultural de Brusque, no uso de suas atribuições;

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Cultural de Brusque, inscrita no CNPJ sob o número 04.894.677/0001-71, situada na Praça das Bandeiras, 77, Centro, Município de Brusque, torna público Edital de Credenciamento, com vistas a SELEÇÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS de Pessoas Físicas e Jurídicas, para atender a demanda da Fundação Cultural de Brusque, e em conformidade com as condições e exigências neste Edital e seus anexos, que será regido precipuamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais normas aplicáveis à espécie e por este instrumento convocatório, conforme as especificações constantes do presente Edital e seus Anexos.

RESOLVE:

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



Estabelecer procedimentos e tornar público o Edital de Credenciamento com vistas a seleção de Pessoas Físicas e Jurídicas a serem contemplados através da Fundação Cultural de Brusque para atender a demanda nas áreas culturais de **Artes Cênicas, Artes Visuais, Artes populares, Literatura e Música durante o ano de 2020.**

1 – DO OBJETO

1.1 O presente Edital visa a SELEÇÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS de Pessoas Físicas e Jurídicas, para atender a demanda da Fundação Cultural de Brusque no ano de 2020.

1.1.2 - Artes Cênicas

1.1.3 - Artes Visuais

1.1.4 - Artes populares

1.1.5 - Literatura

1.6.6 - Música

ÁREAS	SEGMENTOS
Artes cênicas	Teatro, performance, dança, circo, ópera.
Artes visuais	Arte gráfica, arte pública e intervenção urbana.
Artes populares	Arte popular, folclore, artesanato.
Literatura	Contação de histórias, literatura ficção, poesia, biografia, antologia, compilação, literatura popular, quadrinhos.
Música	Popular, de concerto, urbana, eletrônica, novas mídias.

1.2 – Da Finalidade

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



O presente Edital de Concurso visa fomentar a cena artística local e regional, além de ofertar atividades culturais diversas e de qualidade para população brusquense.

2 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - Cada projeto aprovado receberá o valor abaixo discriminado, de acordo com as necessidades e demandas da Fundação Cultural de Brusque.

2.1 - Cada proposta aprovada receberá o valor abaixo discriminado por área, de acordo com as necessidades e demandas da Fundação Cultural de Brusque.

2.2 - As despesas do presente Edital correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO: 65.001 / 2221 / 33903699 / 010000 / R\$ 302.433,43 e 65.001 / 2221 / 33903999 / 010000 / R\$ 302.433,43** Fundação Cultural de Brusque, Manutenção Administrativa referente ao orçamento da Fundação Cultural de Brusque e de acordo com os artigos 2º e 3º da Lei Ordinária 2.580/2002.

2.3 - Serão selecionados APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS nas seguintes áreas:

Artes Cênicas:

Dança:

a) 01 (um) espetáculo de grupo de **dança (4 integrantes ou mais)**, com 01 (uma) apresentação de cada proponente.

Duração: no mínimo 45 minutos. (com sonorização e iluminação caso necessário por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Teatro:

a) 02 (dois) espetáculos de grupos **teatrais (solo ou dupla)**, com 01 (uma) apresentação de cada proponente. Apresentação para espaço alternativo.

Duração: no mínimo 45 minutos. Festival de Inverno 2020.

Valor unitário da apresentação: Categoria 02 - R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



b) 02 (dois) espetáculos de grupos **teatrais (4 integrantes ou mais)**, com 01 (uma) apresentação de cada proponente. Apresentação para espaço alternativo.

Duração: no mínimo 45 minutos. **Festival de Inverno 2020.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Música (solo, dupla, trio e quarteto):

a) 06 (seis) propostas musicais, com até 02 (duas) apresentações de cada proponente.

SOLO.

Com no mínimo 02 horas de duração cada apresentação. (Com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

b) 04 (quatro) propostas musicais, com até 02 (duas) apresentações de cada proponente. Com no mínimo 02 horas de duração cada apresentação. (Com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente). **DUPLA.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 02 - R\$ 800,00 (oitocentos reais).

c) 02 (duas) propostas musicais, com 01 (uma) apresentação de cada proponente.

Com no mínimo 02 horas de duração cada apresentação. (Com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente). **TRIO, QUARTETO OU GRUPO COM MAIS DE 4 PESSOAS.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200 (Hum mil e duzentos reais).

d) 04 (quatro) propostas musicais, com 01 (uma) apresentação de cada proponente para o **PROJETO ENSAIO ABERTO EDIÇÃO 2020.**

Com no mínimo 45 minutos de duração cada apresentação. **SOLO, DUPLA, TRIO, QUARTETO OU GRUPO COM MAIS DE 4 PESSOAS.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Artes populares:

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



a) 01 (hum) **espetáculo de Artes populares (com 4 integrantes ou mais).**

Duração: no mínimo 45 minutos (Caso necessário com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200 (Hum mil e duzentos reais).

Artes Visuais:

a) 04 (quatro) **propostas de obra de artes visuais/arte urbana** com até uma (01) obra de cada proponente (medidas: 2 metros de altura por 3 metros de largura). Tintas e demais materiais por conta do proponente. Valor unitário de cada obra: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Literatura:

a) 08 (oito) **propostas de contações de histórias ou apresentações literárias**, com até 04 (duas) apresentações de cada proponente.

Duração: no mínimo 45min. (Caso necessário com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

2.4 - Os (as) contratados (as) serão os (as) únicos (as) responsáveis por quaisquer encargos de ordem trabalhista, transporte de integrantes e equipamentos.

3 – DO PRAZO DAS INSCRIÇÕES

3.1 – O prazo para a realização das inscrições será de **17 de fevereiro de 2020 até 17 de março de 2020**, no horário de atendimento da Fundação Cultural de Brusque das 08h as 12h e das 14h até 18h, localizada na Rua Germano Schaefer, 110, Centro, Brusque SC, ou enviado por correios para o mesmo endereço até o dia 17 de março de 2020.

3.2 – Os documentos mencionados no item 04 deverão ser entregues, impressos e assinados em envelope identificado, na recepção ou no setor administrativo da Fundação Cultural

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



de Brusque, na sua totalidade, ou o envelope com os documentos em sua totalidade deverá enviado por correios para o endereço citado no item 3.1 até o dia 14 de março de 2020.

3.2.1 – O protocolo deverá ser apresentado pelo proponente em 02 (duas) vias, fora da encadernação, devidamente preenchido.

3.2.2 – Obrigatório constar por fora do envelope identificado, a etiqueta abaixo, sendo que só será emitido o protocolo se no envelope constar todos os documentos solicitados.

EDITAL N° 02/2020/FCB – EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS A SEREM CONTEMPLADOS COM A COMPRA DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

3.3 – Serão desconsideradas as inscrições entregues fora do prazo previsto no Edital.

4 – DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS:

4.1 – GERAL:

PESSOA FÍSICA

- a) ANEXO 01 - Formulário de inscrição do projeto: deve conter a descrição da apresentação, objetivo e a programação.
- b) Certidão Negativa de débitos Municipal, Estadual, Federal.
- c) Cópia de RG e CPF.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



- d) Número do PIS.
- h) Cópia de 2 (dois) comprovantes de residência.
- i) ANEXO 04 - Termo de Cessão de Direitos de Uso de Imagem e Direitos Patrimoniais.
- j) ANEXO 05 - Declaração de Autoria Própria.

PESSOA JURÍDICA

- a) ANEXO I - Formulário de inscrição do projeto: deve conter a descrição da apresentação, objetivo, público alvo quantificado, justificativa para realização, programação.
- b) Cópia do cartão de CNPJ;
- c) Certidão Negativa de débitos Municipal (município de origem), Estadual, Federal de FGTS e Trabalhista.
- d) Cópia do estatuto, contrato social ou certificado MEI.
- e) Cópia de RG, CPF e comprovante de residência do responsável pela empresa.
- f) ANEXO 03 - Declaração de Residência últimos três meses.
- g) ANEXO 04 - Termo de Cessão de Direitos de Uso de Imagem e Direitos Patrimoniais.
- h) ANEXO 05 - Declaração de Autoria Própria.

4.2 – DA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA POR ÁREA:

É indispensável à apresentação do projeto, sob pena de indeferimento imediato, os seguintes itens:

a) Artes Cênicas

- I – Ficha de inscrição preenchida;
- II – Sinopse da apresentação.
- III – ficha técnica da apresentação.
- IV – Fotos da apresentação.
- V – Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link de plataforma digital.

b) Literatura

- I – Ficha de inscrição preenchida;

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



II – Sinopse da apresentação.

III – Ficha técnica da apresentação.

IV – No caso de contação de histórias (Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link de plataforma digital.

c) Música

I – Ficha de inscrição preenchida;

II – Repertório a ser apresentado;

III – Ficha técnica da apresentação;

IV – Fotos da apresentação musical;

V – Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link em plataforma digital.

d) Culturas Populares

I – Ficha de inscrição preenchida;

II – Sinopse do espetáculo;

III – Ficha técnica da apresentação.

IV – Fotos da apresentação.

V - Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link em plataforma digital.

e) Artes Visuais

I – Ficha de inscrição preenchida;

II – Ficha técnica completa da proposta;

III – Prévia impressa da obra a ser executada.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Os artistas ou grupos selecionados se apresentarão/executarão os serviços em locais alternativos e horários a serem definidos pela Fundação Cultural de Brusque, as datas e eventos serão informados pela Fundação Cultural de Brusque ao final do processo de escolha dos participantes.

5.2 – O material de cena, o transporte dos participantes, equipamentos, demais materias e a divulgação dos eventos será de responsabilidade dos grupos, podendo a Fundação Cultural utilizar a mídia institucional para a divulgação dos eventos.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



5.3 – O recebimento dos valores conforme cada atividade artística, fica condicionado à apresentação de nota fiscal correspondente, na Fundação Cultural de Brusque, posteriormente as apresentações. O prazo de pagamento após a apresentação da nota fiscal correspondente é de 30 dias. Podendo ocorrer penalidades no valor a ser pago ou cancelamento do mesmo caso não sejam cumpridas as exigências desse edital.

5.4 – As APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS selecionados deverão se apresentar conforme descrito na categoria em que estiver inscrito **com datas horários e locais determinados pela Fundação Cultural de Brusque.**

5.5 – **Poderão participar deste edital: Pessoa Física ou Jurídica maior de 18 anos.**

5.6 - Estão impedidos de participar deste edital, direta ou indiretamente:

- a) Dirigentes e servidores integrantes do quadro da Administração Pública Municipal;
- b) Demais profissionais que possuam vínculo com a Administração Pública Municipal;
- c) Membros da Comissão Organizadora e Julgadora, bem como demais colaboradores;
- d) Pessoas físicas e/ou jurídicas declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou suspenso de licitar e com impedimento de contratar com o órgão ou entidade que aplicou a penalidade, ou com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal;
- e) Sócios e/ou parentes em até 3º grau das pessoas citadas nos itens a, b, c.

6 – EXIGÊNCIAS DO EDITAL

6.1 – A não apresentação de quaisquer dos documentos elencados no item 4 ou em desacordo com o estabelecido neste Edital implicará no indeferimento da inscrição.

6.2 – O encaminhamento da inscrição para concorrer ao Edital implica prévia e integral concordância com as normas deste.

6.3 – Cada proponente poderá inscrever 01 (um) projeto em cada categoria. As iniciativas inscritas simultaneamente em mais de uma categoria do presente Edital serão automaticamente desclassificadas.

6.4 – Será desclassificada a proposta em que qualquer dos proponentes apresentarem pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público, vinculado direta ou indiretamente a Prefeitura Municipal de Brusque.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



6.5 - O proponente é responsável pelo pagamento de direitos autorais quando for o caso.

7 – DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

7.1 – A avaliação das propostas será realizada por comissão composta por: 1 arte educador da área de música da Fundação Cultural de Brusque, 01 arte educador de teatro da Fundação Cultural de Brusque, 1 arte educador da área de artes visuais da Fundação Cultural de Brusque, 01 representante do conselho municipal de cultura e 01 coordenador do processo de seleção de propostas devendo este ser servidor efetivo da Fundação Cultural de Brusque.

7.2 – Serão adotados os seguintes critérios de pontuação para efeito de julgamento:

7.3.1 – **Qualidade** das APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS (0 a 10 pontos) – Será analisada a capacidade técnica e artística do proponente.

7.3.2 – **Currículo do proponente** (0 a 10 pontos) – Será analisado o currículo do proponente relativo as APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS escolhidos pelo mesmo.

7.3.3 – **Viabilidade técnica** das APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS (0 a 10 pontos) – Será analisado na proposta de realização a **Viabilidade técnica** da proposta apresentada.

7.3.4 – Havendo empate entre as propostas, será promovido o desempate, com prioridade para a iniciativa que obtiver maior pontuação sucessivamente nos critérios 7.3.1 e 7.3.2 nesta ordem, estabelecidos nestes subitens.

8 – DA DIVULGAÇÃO

8.1 – A Fundação Cultural de Brusque publicará no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da Prefeitura Municipal de Brusque e Site da Fundação Cultural de Brusque, a relação de projetos contemplados até o dia **23 de março de 2020**.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



8.2 - Da decisão sobre os projetos CONTEMPLADOS, conforme parecer da **Comissão de Análise**, caberá recurso em até 5 dias úteis após a publicação do resultado, sendo utilizado modelo conforme **Anexo 04** do presente Edital.

8.3 - A Fundação Cultural de Brusque publicará no Diário Oficial dos Municípios de SC e no site oficial da Prefeitura Municipal de Brusque e Site da Fundação Cultural de Brusque, O RESULTADO FINAL DE PROJETOS CONTEMPLADOS até o dia **01 de Abril de 2020**.

8.4 – Após a divulgação do resultado da seleção, os selecionados deverão encaminhar para a Fundação Cultural, no prazo de dois dias corridos, pessoalmente ou por e-mail, os documentos necessários à contratação. A relação destes documentos bem como o endereço eletrônico para envio poderá ser obtida juntamente com o resultado final ou no setor administrativo da Fundação Cultural após a publicação do resultado.

8.5 – Após a seleção dos artistas ou grupos, não poderá haver modificação da empresa/entidade/proponente ou participantes.

8.6 – A não apresentação da documentação exigida pela Fundação Cultural de Brusque dentro do prazo estipulado, implicará no cancelamento do pagamento das premiações.

9 – DA OBRIGAÇÃO DAS PROPOSTAS CONTEMPLADOS

9.1 – Encaminhar relatório de apresentações com fotos para a Fundação Cultural de Brusque, de acordo com as datas determinadas pela mesma, comprovando a realização das APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS. O não cumprimento deste item inviabilizará a participação do proponente em outros editais da Fundação Cultural de Brusque.

9.2 – Inserir as marcas da Prefeitura de Brusque e da Fundação Cultural de Brusque, em suas publicações e/ou espaços comunicativos, bem como em todos os atos de promoção e divulgação de acordo com os padrões de identidade visual, fornecidos pela Fundação Cultural de Brusque.

9.3 – É vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

9.4 – As apresentações realizadas sem a prévia determinação/autorização expressa da Fundação Cultural, via ofício, não recebrão o repasse correspondente.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – Os prazos previstos neste edital somente se iniciam e vencem em dia de normal expediente da Fundação Cultural de Brusque.

10.2 – Todos os documentos encaminhados à Fundação Cultural de Brusque, referentes a este Edital, passarão a fazer parte dos acervos do Setor de Patrimônio Histórico, para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção sócio-cultural e sócio-educativa brasileira, razão pela qual não serão devolvidas aos proponentes.

10.3 – O proponente deverá manter atualizados os seus dados cadastrais enquanto estiver participando do processo seletivo.

10.4 – A Fundação Cultural de Brusque se reserva ao direito de realizar comunicações, solicitar documentos ou informações aos proponentes, por meio eletrônico, exceto as informações ou convocações que exijam publicações na imprensa oficial.

10.5 – O presente Edital ficará à disposição dos interessados no portal da Fundação Cultural de Brusque em fcbusque.sc.gov.br.

10.6 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas no presente Edital, nas fases habilitação e execução de seu objeto, serão resolvidos pela Fundação Cultural de Brusque, ressalvada a competência da Comissão de Análise de Projetos Culturais do Conselho Municipal de Cultura para dirimir procedimento, formas e critério de julgamento na ausência da disposição editalícia.

10.7 – Não serão aceitas modificações ou substituições de dados e de anexos ao projeto depois de finalizada a inscrição.

Brusque (SC), 14 de fevereiro de 2020.

.....
Igor Alves Balbinot
Diretor - Designado responsável pela Fundação Cultural de Brusque

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



ANEXO 01 DO EDITAL 02/2020 FCB

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo	
---------------	--

2. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
TELEFONES: (47)	CELULAR: (47)	EMAIL:
RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:
BANCO (Nº e Nome)	Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA BANCÁRIA:

3. CURRÍCULO

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113

[illegible]

(Componentes, Cenografia, Textos, Repertório, Coreografias, Músicas, Figurinos e Concepção Cênica, etc;)

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113

[illegible]

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

**ANEXO 02 - Formulário Para Pedido de Reconsideração**

Dados do Proponente	
Nome:	CPF/CNPJ:
Nome do Projeto Artístico-Cultural:	
Fase de Recurso:	
() - Avaliação e Classificação	
Fundamentação da Reconsideração	

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



Brusque/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura: _____

Anexo 03: Declaração de Residência

Declaração de Residência

Eu, _____
 Residente _____
 Cidade _____ UF _____ CEP _____
 CPF _____ RG _____ Órgão Expedidor/UF _____

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



Declaro, a pedido do interessado para fins de comprovar residência junto ao **EDITAL 02/2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO Á CULTURA DE BRUSQUE**, que _____

CPF _____ RG _____ Órgão Expedidor/UF _____

Reside em imóvel de minha propriedade, no seguinte endereço:

Rua/Av. _____ Bairro _____

Cidade _____ UF _____ CEP _____

Na condição de:

- () Membro da família
() Imóvel cedido/Comodato
() Aluguel sem contrato de locação

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

(Firma reconhecida em cartório)

Brusque/SC, ____ de _____ de 2020.

Anexo 04: Termo de Cessão de Direitos de Uso de Imagem e Direitos Patrimoniais

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG sob o nº _____, autorizo o uso da minha imagem para fins de divulgação e publicidade do projeto artístico-cultural

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



_____, bem assim a cessão de todo e qualquer direito autoral patrimonial resultante de eventuais produtos decorrentes da contratação, nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/1993.

Brusque/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura

ANEXO 05 - Declaração de Autoria Própria

Eu, _____, inscrito no CPF / CNPJ nº _____ e RG nº _____, declaro para os devidos

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



fins, em especial o de participação no presente edital, que o roteiro ora inscrito é original e de minha própria autoria, assumindo ainda total responsabilidade pela declaração firmada.

Brusque/SC, ____ de _____ de 2020.

REGULAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 002/2020 FCB

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



1 – DO OBJETO

1.1 O presente Edital visa a SELEÇÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS de Pessoas Físicas e Jurídicas, para atender a demanda da Fundação Cultural de Brusque no ano de 2020.

1.1.2 - Artes Cênicas

1.1.3 - Artes Visuais

1.1.4 - Artes populares

1.1.5 - Literatura

1.6.6 - Música

ÁREAS	SEGMENTOS
Artes cênicas	Teatro, performance, dança, circo, ópera.
Artes visuais	Arte gráfica, arte pública e intervenção urbana.
Artes populares	Arte popular, folclore, artesanato.
Literatura	Contação de histórias, literatura ficção, poesia, biografia, antologia, compilação, literatura popular, quadrinhos.
Música	Popular, de concerto, urbana, eletrônica, novas mídias.

1.2 – Da Finalidade

O presente Edital de Concurso visa fomentar a cena artística local e regional, além de ofertar atividades culturais diversas e de qualidade para população brusquense.

2 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



2.1 - Cada projeto aprovado receberá o valor abaixo discriminado, de acordo com as necessidades e demandas da Fundação Cultural de Brusque.

2.2 - As despesas do presente Edital correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO: 65.001 / 2221 / 33903699 / 010000 / R\$ 302.433,43 e 65.001 / 2221 / 33903999 / 010000 / R\$ 302.433,43** Fundação Cultural de Brusque, Manutenção Administrativa referente ao orçamento da Fundação Cultural de Brusque e de acordo com os artigos 2º e 3º da Lei Ordinária 2.580/2002.

2.3 - Serão selecionados APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS nas seguintes áreas:

Artes Cênicas:

Dança:

a) 01 (um) espetáculo de grupo de **dança (4 integrantes ou mais)**, com 01 (uma) apresentação de cada proponente.

Duração: no mínimo 45 minutos. (com sonorização e iluminação caso necessário por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Teatro:

a) 02 (dois) espetáculos de grupos **teatrais (solo ou dupla)**, com 01 (uma) apresentação de cada proponente. Apresentação para espaço alternativo.

Duração: no mínimo 45 minutos. Festival de Inverno 2020.

Valor unitário da apresentação: Categoria 02 - R\$ 800,00 (oitocentos reais).

b) 02 (dois) espetáculos de grupos **teatrais (4 integrantes ou mais)**, com 01 (uma) apresentação de cada proponente. Apresentação para espaço alternativo.

Duração: no mínimo 45 minutos. **Festival de Inverno 2020.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Música (solo, dupla, trio e quarteto):

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



a) 06 (oito) propostas musicais, com até 02 (duas) apresentações de cada proponente.

SOLO.

Com no mínimo 02 horas de duração cada apresentação. (Com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

b) 04 (quatro) propostas musicais, com até 02 (duas) apresentações de cada proponente. Com no mínimo 02 horas de duração cada apresentação. (Com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente). **DUPLA.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 02 - R\$ 800,00 (oitocentos reais).

c) 02 (duas) propostas musicais, com 01 (uma) apresentação de cada proponente.

Com no mínimo 02 horas de duração cada apresentação. (Com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente). **TRIO, QUARTETO OU GRUPO COM MAIS DE 4 PESSOAS.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200 (Hum mil e duzentos reais).

d) 04 (quatro) propostas musicais, com 01 (uma) apresentação de cada proponente para o **PROJETO ENSAIO ABERTO EDIÇÃO 2020.**

Com no mínimo 45 minutos de duração cada apresentação. **SOLO, DUPLA, TRIO, QUARTETO OU GRUPO COM MAIS DE 4 PESSOAS.**

Valor unitário da apresentação: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Artes populares:

a) 01 (hum) **espetáculo de Artes populares (com 4 integrantes ou mais).**

Duração: no mínimo 45 minutos (Caso necessário com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 03 - R\$ 1.200 (Hum mil e duzentos reais).

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113

**Artes Visuais:**

a) 04 (quatro) **propostas de obra de artes visuais/arte urbana** com até uma (01) obra de cada proponente (medidas: 2 metros de altura por 3 metros de largura). Tintas e demais materiais por conta do proponente. Valor unitário de cada obra: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Literatura:

a) 08 (oito) **propostas de contações de histórias ou apresentações literárias**, com até 04 (duas) apresentações de cada proponente.

Duração: no mínimo 45min. (Caso necessário com sonorização para pequenos eventos por conta do proponente).

Valor unitário da apresentação: Categoria 01 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

2.3 - Os (as) contratados (as) serão os (as) únicos (as) responsáveis por quaisquer encargos de ordem trabalhista, transporte de integrantes e equipamentos.

3 – DO PRAZO DAS INSCRIÇÕES

3.1 – O prazo para a realização das inscrições será de **17 de fevereiro de 2020 até 17 de março de 2020**, no horário de atendimento da Fundação Cultural de Brusque das 08h as 12h e das 14h até 18h, localizada na Rua Germano Schaefer, 110, Centro, Brusque SC, ou enviado por correios para o mesmo endereço até o dia 17 de março de 2020.

3.2 – Os documentos mencionados no item 04 deverão ser entregues, impressos e assinados em envelope identificado, na recepção ou no setor administrativo da Fundação Cultural de Brusque, na sua totalidade, ou o envelope com os documentos em sua totalidade deverá enviado por correios para o endereço citado no item 3.1 até o dia 14 de março de 2020.

3.2.1 – O protocolo deverá ser apresentado pelo proponente em 02 (duas) vias, fora da encadernação, devidamente preenchido.

3.2.2 – Obrigatório constar por fora do envelope identificado, a etiqueta abaixo, sendo que só será emitido o protocolo se no envelope constar todos os documentos solicitados.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



EDITAL N° 02/2020/FCB - CONCURSO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS A SEREM CONTEMPLADOS COM A COMPRA DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

3.3 – Serão desconsideradas as inscrições entregues fora do prazo previsto no Edital.

4 – DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS:

4.1 – GERAL:

PESSOA FÍSICA

- e) ANEXO 01 - Formulário de inscrição do projeto: deve conter a descrição da apresentação, objetivo e a programação.
- f) Certidão Negativa de débitos Municipal, Estadual, Federal.
- g) Cópia de RG e CPF.
- h) Número do PIS.
- h) Cópia de 2 (dois) comprovantes de residência.
- i) ANEXO 04 - Termo de Cessão de Direitos de Uso de Imagem e Direitos Patrimoniais.
- j) ANEXO 05 - Declaração de Autoria Própria.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



PESSOA JURÍDICA

- a) ANEXO I - Formulário de inscrição do projeto: deve conter a descrição da apresentação, objetivo, público alvo quantificado, justificativa para realização, programação.
- b) Cópia do cartão de CNPJ;
- c) Certidão Negativa de débitos Municipal (município de origem), Estadual, Federal de FGTS e Trabalhista.
- d) Cópia do estatuto, contrato social ou certificado MEI.
- e) Cópia de RG, CPF e comprovante de residência do responsável pela empresa.
- f) ANEXO 03 - Declaração de Residência últimos três meses.
- g) ANEXO 04 - Termo de Cessão de Direitos de Uso de Imagem e Direitos Patrimoniais.
- h) ANEXO 05 - Declaração de Autoria Própria.

4.2 – DA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA POR ÁREA:

É indispensável à apresentação do projeto, sob pena de indeferimento imediato, os seguintes itens:

f) Artes Cênicas

- I – Ficha de inscrição preenchida;
- II – Sinopse da apresentação.
- III – ficha técnica da apresentação.
- IV – Fotos da apresentação.
- V – Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link de plataforma digital.

g) Literatura

- I – Ficha de inscrição preenchida;
- II – Sinopse da apresentação.
- III – Ficha técnica da apresentação.
- IV – No caso de contação de histórias (Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link de plataforma digital.

h) Música

- I – Ficha de inscrição preenchida;
- II – Repertório a ser apresentado;

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



- III – Ficha técnica da apresentação;
- IV – Fotos da apresentação musical;
- V – Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link em plataforma digital.

i) **Culturas Populares**

- I – Ficha de inscrição preenchida;
- II – Sinopse do espetáculo;
- III – Ficha técnica da apresentação.
- IV – Fotos da apresentação.
- V - Gravação da apresentação ou ensaios em DVD ou link em plataforma digital.

j) **Artes Visuais**

- I – Ficha de inscrição preenchida;
- II – Ficha técnica completa da proposta;
- III – Prévia impressa da obra a ser executada.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Os artistas ou grupos selecionados se apresentarão/executarão os serviços em locais alternativos e horários a serem definidos pela Fundação Cultural de Brusque, as datas e eventos serão informados pela Fundação Cultural de Brusque ao final do processo de escolha dos participantes.

5.2 – O material de cena, o transporte dos participantes, equipamentos, demais materiais e a divulgação dos eventos será de responsabilidade dos grupos, podendo a Fundação Cultural utilizar a mídia institucional para a divulgação dos eventos.

5.3 – O recebimento dos valores conforme cada atividade artística, fica condicionado à apresentação de nota fiscal correspondente, na Fundação Cultural de Brusque, posteriormente as apresentações. O prazo de pagamento após a apresentação da nota fiscal correspondente é de 30 dias. Podendo ocorrer penalidades no valor a ser pago ou cancelamento do mesmo caso não sejam cumpridas as exigências desse edital.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



5.4 – As APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS selecionados deverão se apresentar conforme descrito na categoria em que estiver inscrito **com datas horários e locais determinados pela Fundação Cultural de Brusque.**

5.5 – **Poderão participar deste edital: Pessoa Física ou Jurídica maior de 18 anos.**

5.6 - **Estão impedidos de participar deste edital, direta ou indiretamente:**

- a) Dirigentes e servidores integrantes do quadro da Administração Pública Municipal;
- b) Demais profissionais que possuam vínculo com a Administração Pública Municipal;
- c) Membros da Comissão Organizadora e Julgadora, bem como demais colaboradores;
- d) Pessoas físicas e/ou jurídicas declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou suspenso de licitar e com impedimento de contratar com o órgão ou entidade que aplicou a penalidade, ou com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal;
- e) Sócios e/ou parentes em até 3º grau das pessoas citadas nos itens a, b, c.

6 – EXIGÊNCIAS DO EDITAL

6.1 – A não apresentação de quaisquer dos documentos elencados no item 4 ou em desacordo com o estabelecido neste Edital implicará no indeferimento da inscrição.

6.2 – O encaminhamento da inscrição para concorrer ao Edital implica prévia e integral concordância com as normas deste.

6.3 – Cada proponente poderá inscrever 01 (um) projeto em cada categoria. As iniciativas inscritas simultaneamente em mais de uma categoria do presente Edital serão automaticamente desclassificadas.

6.4 – Será desclassificada a proposta em que qualquer dos proponentes apresentarem pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público, vinculado direta ou indiretamente a Prefeitura Municipal de Brusque.

6.5 - O proponente é responsável pelo pagamento de direitos autorais quando for o caso.

7 – DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

7.1 – A avaliação das propostas será realizada por comissão composta por: 1 arte educador da área de música da Fundação Cultural de Brusque, 01 arte educador de teatro da Fundação

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



Cultural de Brusque, 1 arte educador da área de artes visuais da Fundação Cultural de Brusque, 01 representante do conselho municipal de cultura e 01 coordenador do processo de seleção de propostas devendo este ser servidor efetivo da Fundação Cultural de Brusque.

7.2 – Serão adotados os seguintes critérios de pontuação para efeito de julgamento:

7.3.1 – Qualidade das APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS (0 a 10 pontos) – Será analisada a capacidade técnica e artística do proponente.

7.3.2 – Currículo do proponente (0 a 10 pontos) – Será analisado o currículo do proponente relativo as APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS escolhidos pelo mesmo.

7.3.3 – Viabilidade técnica das APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS (0 a 10 pontos) – Será analisado na proposta de realização a **Viabilidade técnica** da proposta apresentada.

7.3.4 – Havendo empate entre as propostas, será promovido o desempate, com prioridade para a iniciativa que obtiver maior pontuação sucessivamente nos critérios 7.3.1 e 7.3.2 nesta ordem, estabelecidos nestes subitens.

8 – DA DIVULGAÇÃO

8.1 – A Fundação Cultural de Brusque publicará no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da Prefeitura Municipal de Brusque e Site da Fundação Cultural de Brusque, a relação de projetos contemplados até o dia **23 de março de 2020**.

8.2 - Da decisão sobre os projetos CONTEMPLADOS, conforme parecer da **Comissão de Análise**, caberá recurso em até 5 dias úteis após a publicação do resultado, sendo utilizado modelo conforme **Anexo 04** do presente Edital.

8.3 - A Fundação Cultural de Brusque publicará no Diário Oficial dos Municípios de SC e no site oficial da Prefeitura Municipal de Brusque e Site da Fundação Cultural de Brusque, O RESULTADO FINAL DE PROJETOS CONTEMPLADOS até o dia **01 de Abril de 2020**.

8.4 – Após a divulgação do resultado da seleção, os selecionados deverão encaminhar para a Fundação Cultural, no prazo de dois dias corridos, pessoalmente ou por e-mail, os documentos necessários à contratação. A relação destes documentos bem como o endereço eletrônico para envio poderá ser obtida juntamente com o resultado final ou no setor administrativo

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350- 170 - Tel: (47) 3396-8113



da Fundação Cultural após a publicação do resultado.

8.5 – Após a seleção dos artistas ou grupos, não poderá haver modificação da empresa/entidade/proponente ou participantes.

8.6 – A não apresentação da documentação exigida pela Fundação Cultural de Brusque dentro do prazo estipulado, implicará no cancelamento do pagamento das premiações.

9 – DA OBRIGAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS

9.1 – Encaminhar relatório de apresentações com fotos para a Fundação Cultural de Brusque, de acordo com as datas determinadas pela mesma, comprovando a realização das APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E PROGRAMAS ARTÍSTICOS CULTURAIS. O não cumprimento deste item inviabilizará a participação do proponente em outros editais da Fundação Cultural de Brusque.

9.2 – Inserir as marcas da Prefeitura de Brusque e da Fundação Cultural de Brusque, em suas publicações e/ou espaços comunicativos, bem como em todos os atos de promoção e divulgação de acordo com os padrões de identidade visual, fornecidos pela Fundação Cultural de Brusque.

9.3 – É vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

9.4 – As apresentações realizadas sem a prévia determinação/autorização expressa da Fundação Cultural, via ofício, não recebrão o repasse correspondente.

10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – Os prazos previstos neste edital somente se iniciam e vencem em dia de normal expediente da Fundação Cultural de Brusque.

10.2 – Todos os documentos encaminhados à Fundação Cultural de Brusque, referentes a este Edital, passarão a fazer parte dos acervos do Setor de Patrimônio Histórico, para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção sócio-cultural e sócio-educativa brasileira, razão pela qual não serão devolvidas aos proponentes.

10.3 – O proponente deverá manter atualizados os seus dados cadastrais enquanto estiver participando do processo seletivo.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113



10.4 – A Fundação Cultural de Brusque se reserva ao direito de realizar comunicações, solicitar documentos ou informações aos proponentes, por meio eletrônico, exceto as informações ou convocações que exijam publicações na imprensa oficial.

10.5 – O presente Edital ficará à disposição dos interessados no portal da Fundação Cultural de Brusque em fcbusque.sc.gov.br.

10.6 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas no presente Edital, nas fases habilitação e execução de seu objeto, serão resolvidos pela Fundação Cultural de Brusque, ressalvada a competência da Comissão de Análise de Projetos Culturais do Conselho Municipal de Cultura para dirimir procedimento, formas e critério de julgamento na ausência da disposição editalícia.

10.7 – Não serão aceitas modificações ou substituições de dados e de anexos ao projeto depois de finalizada a inscrição.

Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - Brusque - SC - 88350-170 - Tel: (47) 3396-8113

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 029-2019

Publicação Nº 2359891

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 029-2019

Espécie: 1º termo de realinhamento à Ata nº 029/2019, entre o Município de Brusque e a empresa LUMINARE COMERCIO DE LUSTRES EIRELLI, em 13/02/2020. Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 106/2019. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Bruno Cardeal Schaadt

EXTRATO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-2020 -SAMAE

Publicação Nº 2359885

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2020

ESPÉCIE: Reajuste de preço. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 090/2019; VIGÊNCIA: 31/12/2020. FISCAL CONTRATO: Mirraí Muller. DATA DA ASSINATURA: 14/02/2020; VALOR: R\$ 3,51 por litro de óleo diesel tipo S10. CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 14 de fevereiro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005-2020

Publicação Nº 2359889

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005-2020

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 005-2020 em 13/02/2020 - OBJETO Aquisição de mudas - ORIGEM: Pregão nº 134/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001-2020

Publicação Nº 2359925

PREGÃO nº 001/2020
Processo Licitatório nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/03/2020, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 17/02/2020

FABIANA DEMÉTRIO
Secretaria de Assistência Social e Habitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018-2020

Publicação Nº 2359928

PREGÃO nº 013/2020
Processo Licitatório nº 018/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE MASSA CAUQ – ASFALTO FRIO.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/03/2020, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 17/02/2020

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019-2020

Publicação Nº 2359931

TOMADA DE PREÇO nº 005/2020
Processo Licitatório nº 019/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PARQUE LINEAR PARA INTEGRAÇÃO DO PAVILHÃO DA FENARRECO COM O PARQUE DAS ESCULTURAS, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 04/03/2020, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 17/02/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020-2020

Publicação Nº 2359935

PREGÃO nº 014/2020
Processo Licitatório nº 020/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONserto DE PNEUS, PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/03/2020, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 17/02/2020

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021-2020

Publicação Nº 2359939

TOMADA DE PREÇO nº 006/2020
Processo Licitatório nº 021/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CHAMINÉ DE ESTRUTURA METÁLICA E CAIXA DE LIGAÇÃO, NO DEPOSITO LOCALIZADO NA RUA MAXIMILIANO FURBRINGER, 222, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/03/2020, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 17/02/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177-2020

Publicação Nº 2359942

TOMADA DE PREÇO nº 011/2020
Processo Licitatório nº 177/2020
REPÚBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CAIXA D AGUA E SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA CEI PAQUETA, LOCALIZADA NA RUA ELSA POPPER, S/N, BAIRRO PAQUETA, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/03/2020, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 17/02/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

PORTARIA Nº 318-2020

Publicação Nº 2359945

PORTARIA Nº 318/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação de Vacância do Cargo Público, por posse em outro cargo não acumulável da Servidora MICHELE CRISTIANE ESQURSKI DALLAGNOLI.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Professor, na forma do Art. 41, inciso V, da Lei Complementar nº 147/2009, em virtude de posse em outro cargo inacumulável da servidora MICHELE CRISTIANE ESQURSKI DALLAGNOLI, matrícula nº 796239-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação/C.E.I. ADELINA ZEN, a contar de 03/02/2020.

Parágrafo Único – A Vacância que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos art. 41, inciso V, c/c com o art. 280 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/02/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

PORTARIA Nº 333-2020

Publicação Nº 2359948

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**Portaria nº 333/2020**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias de gozo
365343	2	CLARICI CONCEICAO WANKA	Secretaria de Saúde	12/02/2020	21/02/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 12/02/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 334-2020

Publicação Nº 2359952

Portaria nº 334/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora SHIRLEI CARLENE VISCONTI DEMARCHE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 06/01/2020 a 04/02/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 15/05/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 06/01/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020

Publicação Nº 2359603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 19/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 10/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MEDICINA DO TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PCMSO, AFIM DE DIMINUIR OS RISCOS ASSOCIADOS ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DESEMPENHADAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/03/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/03/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 14 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

Publicação Nº 2359985

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 20/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 11/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS À SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/03/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/03/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 14 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.583

Publicação Nº 2359201

DECRETO Nº 8.583, de 14 de fevereiro de 2020.

Suplementa e anula dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) na seguinte dotação do orçamento geral do Município:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.1.11 – BLOCO DE INVESTIMENTOS

4.4.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas (188) R\$ 185.000,00



Art. 2º. Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 10.301.8.2.24 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.3.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas (200) R\$ 185.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 14 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.585

Publicação Nº 2359923

DECRETO Nº 8.585, em 14 de fevereiro de 2020

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 28.025,00 (vinte e oito mil e vinte e cinco reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
 2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
 15.451.17.2.51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
 3.3.93.00.00 – 0.1.08 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades com Consorcio Público a que o Ente Participe (64) R\$ 26.077,00
 4.4.71.00.00 - 0.1.08 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (65)
 R\$ 1.948,00
 TOTAL R\$ 28.025,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
 2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
 15.451.17.2.51 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
 3.1.71.00.00 - 0.1.08 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (60)
R\$ 12.542,00
 3.3.71.00.00 - 0.1.08 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (61)
R\$ 14.325,00
 3.3.72.00.00 - 0.1.08 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (60)
R\$ 1.158,00
 TOTAL R\$ 28.025,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 14 de fevereiro de 2020

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA

INFORMATIVO ADITIVO Nº 04/2020

Publicação Nº 2359823

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 04/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2019, 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, IVANIR JOSÉ COLLA.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 14 de fevereiro de 2020.

INFORMATIVO ATA Nº 03/2020

Publicação Nº 2359817

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 03/2020

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020, Nº 21/2020, Nº 22/2020, Nº 23/2020, Nº 24/2020, Nº 25/2020, Nº 26/2020, Nº 27/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): DELCIR BOESING - ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART, RA PAVIMENTAÇÕES LTDA, RONDIL COMERCIO DE FERRAGENS LTDA EPP, REFRILAR REFRIGERACAO LTDA, LEONARDO A VERZA, MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA – ME, L A CN INFORMÁTICA LTDA - ME, SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.

As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 14 de fevereiro de 2020.

INFORMATIVO CONTRATO Nº 04/2020

Publicação Nº 2359811

INFORMATIVO DE ENVIO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS Nº 04/2020

Informamos o envio por e-mail do CONTRATO Nº 010/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): PLANET DANCE SONORIZAÇÃO LTDA.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do CONTRATO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do Contrato, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 14 de fevereiro de 2020.

RESULTADO FINAL CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2019 CASTRAÇÃO ANIMAL

Publicação N° 2359997

Após a Comissão de Habilitação ter disponibilizado no dia 30 de Janeiro de 2020 o Resultado Parcial da Seleção referente ao Edital de Chamamento Público 004/2019 Castração Animal. Não houve registro de recurso da proponente, tendo como resultado final a FRUSTRAÇÃO do Edital de Chamamento Público 004/2019 para Castração Animal.

Silvana Schmidt

Gestora de Parcerias/ Marco Regulatório

Caibi**PREFEITURA****25/2020**

Publicação Nº 2359238

DECRETO Nº. 025/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2018, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.218,60 (oito mil duzentos e dezoito reais e sessenta centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 05 SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

123610011.2.021 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1129) – Fonte: 3036 Superávit Salário Educação R\$ 3.616,18

ÓRGÃO 05 SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

123650011.2.026 –MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1131) – Fonte: 3036 Superávit Salário Educação R\$ 2.465,58

ÓRGÃO 05 SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

123650011.2.069 –MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1133) – Fonte: 3036 Superávit Salário Educação R\$ 2.136,84

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte de recursos 3036 Superávit Recursos do Salário Educação no valor de R\$ 8.218,60.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 14 de janeiro de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO Nº 005/2020

Publicação Nº 2359642

ATO CONVOCATÓRIO**PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO**

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeado pelo Decreto nº 237/2019 de 31 de dezembro de 2019 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 02/03/2020 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 015/2020, do tipo Menor Preço- Por Item na modalidade Pregão Presencial Nº 005/2020 referente a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CAIBI-SC, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi-SC, 14 de Fevereiro de 2020.

DANDARA JEANE GALLON
Pregoeira

Estado de Santa Catarina
Administração Municipal de Caibi
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente
Processo Licitatório Nº 015/2020
Modalidade Pregão Presencial Nº 005/2020
Emissão: 14/02/2020

A Administração Municipal de Caibi – SC, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo Menor preço- por item referente à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CAIBI-SC, de acordo com as disposições da Lei 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, bem como pelas disposições fixadas no Edital e Anexos. O credenciamento, os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues até às 08:30 horas do dia 02/03/2020 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi a abertura dos mesmos e a sessão de pregão será no mesmo horário e local. Maiores informações, bem como cópia do edital, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações da Administração Municipal de Caibi, sita a Rua dos Imigrantes, 499, ou pelo fone/fax nº 0**49-3648-0211, em horário de expediente das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta.

Caibi (SC), 14/02/2020

ELÓI JOSÉ LIBANO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 005/2020

Publicação Nº 2359640

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 015/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 005/2020, para Aquisição de equipamentos agrícolas para manutenção das atividades do Departamento Municipal de Agricultura de Caibi – SC, do tipo menor preço –Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 02 de Março de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi –SC 14 de Fevereiro de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 - FMC

Publicação Nº 2359150

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 002/2020 - FMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2020 –SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE ENERGIA, PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES CULTURAIS REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 14/02/2020
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 - PMC

Publicação Nº 2359151

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 004/2020 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 023 e 024/2020 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRITAS, BASE, RACHÃO E BICA CORRIDA, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E VIAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS, COLOCAÇÃO EM PÁTIOS E CEMITÉRIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS E PRAÇAS PÚBLICAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 14/02/2020
1ª Publicação.

PORTARIA 212/2020

Publicação Nº 2359586

PORTARIA Nº 212 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

“Designa Comissão Permanente de licitação, para a modalidade Convite, também para Dispensas de Licitações (Chamamento/Chamadas Públicas entre outras), e Inexigibilidade de Licitação da Prefeitura municipal de Camboriú e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Designa os servidores LUIZ ARMANDO DECEZARO, MARGARETE COPPI MACEDO, WILIAN BEZERRA NUNES DE SOUZA, SAMUEL CARLOS MATEUS, para comporem, sob a presidência do primeiro, secretariado pelo segundo, Comissão Permanente de Licitações, para a modalidade Convite, também para Dispensas de Licitação (Chamamento/Chamadas Públicas, entre outras), e Inexigibilidade de Licitação da Prefeitura municipal de Camboriú.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor em 17 de Fevereiro de 2020, revogando a Portaria de nº 1127/2019.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA, DIA DEZ DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1.800/2019

Publicação Nº 2359688

PORTARIA N.º 1.800/2019

Altera a Portaria nº 1.510, de 29 de julho de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº 79, inciso V da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a solicitação de afastamento de membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 010/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Portaria N.º 1.510/2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, NILCEIA DOS SANTOS DUTRA DE OLIVEIRA, Professora, inscrita sob a Matrícula n.º 3191 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14.657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Para a apresentação do Relatório da Comissão de processo Administrativo Disciplinar 010/2019, fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

Em, 02 de dezembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

PREGÃO PRESENCIAL 002/2020 - FUNDESP

Publicação Nº 2359606

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2020 – FUNDESP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM QUE ATUARÁ DURANTE OS SEGUINTE EVENTOS PROMOVIDOS PELA FME EM 2020: CAMPEONATO DE FUTEBOL AMADOR, CAMPEONATO DE FUTEBOL SÊNIOR, TAÇA CIDADE CAMBORIÚ DE FUTSAL, COPA FUTEBOL 7, CAMPEONATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMBORIÚ, JECAMZINHO E FESTIVAIS DESPORTIVOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 03 (Três) de Março de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de fevereiro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO DE 10 A 14/02/2020

Publicação Nº 2359149

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO

PMC

Contrato Nº 005/2020

Processo: Pregão Presencial Nº. 001/2020

Contratado: V&T MIDIA ON LINE LTDA (DIARINHO)

Data: 30/01/2020

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO JORNALÍSTICO COM CIRCULAÇÃO DIÁRIA EM CAMBORIÚ OU CIDADES CIRCUNVIZINHAS, COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) EDIÇÕES SEMANAIS (SEQUENCIADAS), COM PELO MENOS 5.000 (CINCO MIL) TIRAGENS/DIA, PARA VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS NAS PÁGINAS DESTINADAS A ATOS LEGAIS, AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES, SEGUNDO AS CONVENIÊNCIAS DAS

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE LEIS, DECRETOS, AVISOS DE LICITAÇÕES E DEMAIS ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

FMC

Contrato Nº 008/2020

Processo: Inexigência Licitatória Nº. 008/2020

Contratado: HÉLIO SOUZA DO AMARAL

Data: 13/02/2020

Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA INCENTIVO MUNICIPAL PARA FOMENTO CULTURAL E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS POR MEIO DE APOIO FINANCEIRO AOS PROJETOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, SELECIONADOS POR MEIO DO EDITAL 04/2019, CONFORME DA LEI MUNICIPAL Nº 3.121 DE 22/01/2019 DE INCENTIVO A CULTURA DE CAMBORIÚ. PROJETO: MULEKE/MODALIDADE CULTURAL: MUSICA.

FME

Contrato Nº 005/2020

Processo: Dispensa De Licitação Nº. 001/2020

Contratado: REUEL ABREU BERNARDINO

Data: 13/02/2020

Prazo: 6 meses

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA APROXIMADA DE 680,40M2 PARA ABRIGAR PROVISORIAMENTE AS INSTALAÇÕES DO C.E.I SAUT, O IMÓVEL ATENDE O NÍVEL DE ESTRUTURA FÍSICA E LOCALIZAÇÃO (POSSUINDO A QUANTIDADE ADEQUADA DE CÔMODOS PARA COMPORTAR AS SALAS DE AULA, ADMINISTRATIVO DA UNIDADE E A LOCALIZAÇÃO É PRÓXIMA A ANTIGA UNIDADE), SENDO O ÚNICO IMÓVEL MAIS PRÓXIMO E COM ESTRUTURA ENCONTRADO PARA ABRIGAR O C.E.I.

ADITIVO

FME

Terceiro Termo Aditivo

Contrato: 008/2019

Processo: Tomada de Preços Nº. 001/2019

Contratado: L F EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EIRELI - ME

Data: 11/02/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA UNIDADE DE ENSINO E.B.M ANITA BERNARDES GANANCINI, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem o valor contratual da obra em R\$ 50.758,53 (cinquenta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos), sendo necessário para realizar melhorias nos sanitários, complementar o quantitativo de corrimão para instalar na escada, bem como, a previsão de grades para todo o pavimento térreo com o intuito de prover mais segurança a unidade de ensino, conforme justificativa apresentada Secretaria de Educação.

FMS

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 008/2019

Processo: Inexigência Licitatória Nº005/2019 - Chamamento Público Nº002/2019

Contratado: LABORATORIO GIMENES LTDA

Data: 13/02/2020

Objeto do contrato: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando do dia 08 de março de 2020 até 08 de março de 2021, visando à prestação de serviço de exames laboratoriais na área de análises clínicas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 009/2019

Processo: Inexigência Licitatória Nº005/2019 - Chamamento Público Nº002/2019

Contratado: CENTRAL DE EXAMES LABORATORIO CLINICO LTDA- EPP

Data: 13/02/2020

Objeto do contrato: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando do dia 08 de março de 2020 até 08 de março de 2021, visando à prestação de serviço de exames laboratoriais na área de análises clínicas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo Termo Aditivo

Contrato: 010/2019

Processo: Inexigência Licitatória N°005/2019 - Chamamento Público N°002/2019

Contratado: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CMB LTDA- ME

Data: 13/02/2020

Objeto do contrato: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando do dia 08 de março de 2020 até 08 de março de 2021, visando à prestação de serviço de exames laboratoriais na área de análises clínicas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 010/2020

Publicação N° 2359297

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

FMAS

Termo de Colaboração n° 010/2020

Instituição: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 03/02/2020

Prazo de vigência: 06 (seis) meses.

Valor do repasse: R\$ 120.000,00 (cento e vinte e mil reais)

Objeto: O presente termo de colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros a Entidade Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, para custeio do Projeto de Atendimento à Pessoa Idosa, que se destina ao acolhimento institucional de até 06 (seis) idosos, encaminhadas pelo Poder Judiciário e/ou Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

CAMBORIÚ PREV**PORTARIA N 08/2020 - REVERSÃO PENSÃO POR MORTE - LUCIANO DIAS JUNIOR**

Publicação N° 2360017

ATO DE REVERSÃO DE PENSÃO POR MORTE
PORTARIA N.º 08/2020

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta do processo nº 07/2020,

RESOLVE:

Reverter a cota de Pensão por Morte do beneficiário Luciano Dias Junior, na forma a seguir discriminada, alterando, assim, a Portaria nº 21/2018.

Dados do Instituidor: Nome da ex-servidora: Silvana Rocha Dias, matrícula nº 1583-0, ocupava o cargo de Professora, inscrita no CPF sob nº 764.491.309-20 e na data do óbito ocorrido em 24/09/2001, encontrava-se na ativa.

Parcelas (s) da pensão, vigente a partir de 01/02/2020:

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	NATUREZA DA PENSÃO	COTA PARTE	VALOR DA PENSÃO
LUCIANO DIAS	CÔNJUGE	VITALÍCIA	100%	R\$ 1.068,35
TOTAL:				R\$ 1.068,35

Concedo a partir de 01/02/2020 a Reversão da Pensão Por Morte, neste ato discriminada, com fundamento no art. 22, § 2º, da Lei Ordinária Municipal nº 1.441/2001, bem como do art. 77, § 1º da Lei nº 8.213/91 c/c art. 40, § 12 da Constituição Federal de 1988.

Camboriú (SC), 13 de fevereiro de 2020.

Publicado no Mural Público Municipal
na data supra

Luana Rodrigues Luciano
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Luana Rodrigues Luciano
Prefeito Municipal Presidente

PORTARIA N 09/2020 - REVERSÃO PENSÃO POR MORTE - RENATO FELIPE COSTA DA SILVA

Publicação N° 2360019

ATO DE REVERSÃO DE PENSÃO POR MORTE
PORTARIA N.º 09/2020

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta do processo nº 08/2020,

RESOLVE:

Reverter a cota de Pensão por Morte do beneficiário Renato Felipe Costa da Silva, na forma a seguir discriminada, alterando, assim, a Portaria nº 20/2018

Dados do Instituidor: Nome do ex-servidor: Elias da Silva, matrícula nº 13.345, ocupava o cargo de vigia, inscrito no CPF sob nº 953.277.389-49 e na data do óbito, em 24/12/2010, encontrava-se na ativa.

Parcelas (s) da pensão, vigente a partir de 01/02/2020:

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	NATUREZA DA PENSÃO	COTA PARTE	VALOR DA PENSÃO
ROSA MARIA COSTA DA SILVA	CÔNJUGE	VITALÍCIA	50%	R\$ 522,50
TIAGO COSTA SILVA	FILHO	TEMPORÁRIA	50%	R\$ 522,50
TOTAL:				R\$ 1.045,00

Concedo a partir de 01/02/2020 a Reversão da Pensão Por Morte, neste ato discriminada, com fundamento no art. 22, § 2º, da Lei Ordinária Municipal nº 1.441/2001, bem como do art. 77, § 1º da Lei nº 8.213/91 c/c art. 40, § 12 da Constituição Federal de 1988.

Camboriú (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Publicado no Mural Público Municipal
na data supra

Luana Rodrigues Luciano
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Luana Rodrigues Luciano
Prefeito Municipal Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA

APOSTILA Nº 01/2020

Publicação Nº 2358863

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

A P O S T I L A Nº 1/2020
(Ref. Contrato nº 14/2020 e 15/2020)
Pregão Presencial 108/2019

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência da baixa de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 e S500, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando a vigorar a partir desta data conforme segue:

- o óleo diesel S10 de R\$ 3,373 para R\$ 3,296 o litro,
- o óleo diesel S500 de R\$ 3,328 para R\$ 3,258 o litro.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

APOSTILA Nº 01/2020 FMS

Publicação Nº 2358865

A P O S T I L A Nº 1/2020
(Ref. Contrato nº 12/2020 – Processo Licitatório 20/2019)
Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência da baixa nos preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 e S500, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando a vigorar a partir desta data conforme segue:

- o óleo diesel S10 de R\$ 3,373 para R\$ 3,296 o litro,
- o óleo diesel S500 de R\$ 3,328 para R\$ 3,258 o litro.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 15/2020

Publicação Nº 2359508

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020****MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

A licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de equipamentos de informática para as unidades de ensino do município, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:

EXCLUSIVO PARA ME OU EPP					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	UN	Projektor Multimídia – Cor Preto/Branco. Características mínimas: Luminosidade 3600 lumens. Lente foco manual. Zoom Digital índice de projeção. Throw Ratio: 1,45 – 1,96. Distância de Projeção: 0,88 – 10,44 metros (100” a 3m de distância). Tamanho da Imagem: 23” – 300. Foco: Manual. Zoom: 1 – 1,35 (digital). Conexões: Entrada HDMI x 1; Computador; VGA RGB (D-sub 15 – pinos) x 1; Vídeo Composto RCA (amarelo) x1; USB Tipo A x 1 (Memória USB, Wi-fi); USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, controle); Áudio: RCA x 2 (vermelho/branco); Controle: RS-232 x 1. Saída: VGA (Mini D-sub 15 pin) x1 – Monitor Out; Áudio (Stereo Mini Jack) x 1, Bivolt, com controle remote - Maleta para transporte – Apresentador Multimídia. (Modelo de referência: Epson Powerlite S41+)	2.537,00	25.370,00

AMPLA CONCORRÊNCIA					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
02	45	UN	COMPUTADOR DESKTOP. Características mínimas: Processador com 4 núcleos e mínimo 4 Threads, clock mínimo, 3,2GHz, cachê 6mb (modelo de referência: Intel i5 8400). Memória RAM 8GB DDR4, barramento 2.400MHz. Disco Rígido, SATA III, capacidade de armazenamento de 1TB, velocidade de rotação 7.200 rpm. Motherboard: velocidade de barramento de 2.400mhz; VGA, DVI, 04 interface padrão SATA 6Gb/s com: 01 interface de áudio 2-CH/HD, interface padrão USB 3.0; interface USB 2.0, 01 interface padrão PS/2 para teclado e mouse, channel DDR4 2400MHz; Rede Fast Ethernet 10/100/1000, conector RJ 45.PCIEx. Gabinete. Sistema operacional: Windows 10. Deverá ser apresentada a chave do sistema operacional na nota fiscal.	2.944,00	132.480,00

COTA RESERVADA PARA ME OU EPP					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO

03	15	UN	COMPUTADOR DESKTOP. Características mínimas: Processador com 4 núcleos e mínimo 4 Threads, clock mínimo, 3,2GHz, cachê 6mb (<i>modelo de referência: Intel i5 8400</i>). Memória RAM 8GB DDR4, barramento 2.400MHz. Disco Rígido, SATA III, capacidade de armazenamento de 1TB, velocidade de rotação 7.200 rpm. Motherboard: velocidade de barramento de 2.400mhz; VGA, DVI, 04 interface padrão SATA 6Gb/s com: 01 interface de áudio 2-CH/HD, interface padrão USB 3.0; interface USB 2.0, 01 interface padrão PS/2 para teclado e mouse, channel DDR4 2400MHz; Rede Fast Ethernet 10/100/1000, conector RJ 45.PCIEx. Gabinete. Sistema operacional: Windows 10. Deverá ser apresentada a chave do sistema operacional na nota fiscal.	2.944,00	44.160,00
----	----	----	--	----------	-----------

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 202.010,00

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **17/02/2020** até as **13h45min** do dia **02/03/2020**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **14h** do dia **02/03/2020** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, classificadas como “Equipamento e Material Permanente” - (4.4.90.52.00.00.00.00)”.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO Nº 086/2020

Publicação Nº 2359863

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017
CONVOCAÇÃO Nº 086/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. GERSON ENGLER, inscrito no CPF/MF sob nº 788.528.629-00 aprovado em 1º lugar na classificação dos candidatos Portadores de Necessidades Especiais do Concurso Público nº 01/2017, para o Cargo Público e Função de AGENTE ADMINISTRATIVO III para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 19 de fevereiro de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 14 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 12.652 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359800

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.652 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE NOS TERMOS DO ART. 3º EC-47/05, E ART. 61 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERA LÚCIA BARCOS OLIVER.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Aposentar, Por Tempo de Contribuição, a Servidora Pública Municipal VERA LÚCIA BARCOS OLIVER, portadora do CPF/MF nº 516.864.819-34 e do RG nº 3.839.672-2 expedido pela SSP/SC, detentora da matrícula funcional nº 000243, registro no sistema sob nº 311510, Pis/Pasep nº 1.240.342.372-8, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, na Função de Odontólogo I, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 02/2020 nos termos do art. 3º, da EC-47/05, combinado com o art. 61 da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 006/02 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral com paridade da remuneração a Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 6.937,98 (seis mil, novecentos e trinta e sete reais, noventa e oito centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/02/2020

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.653 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359808

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.653 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu § 1º, incisos I ao IV do artigo 29; Decreta:

Art. 1º Nomear GABRIEL KOTH, matrícula funcional nº 001002, registro no sistema sob nº 956031, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 1.007,47 (um mil, sete reais e quarenta e sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de GABRIEL KOTH, aprovada em 30º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2016, homologado pelo Decreto nº 9.861 de 01 de julho de 2016, prorrogado pelo Decreto nº 11.350 de 29 de junho de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCIALINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 072 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359638

PORTARIA Nº 072 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

ATUALIZA OS VALORES DE PROVENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS COM PARIDADE PAGOS PELO IPRECAL.

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.841 de 11 de fevereiro de 2020; Resolve:

Art. 1º Atualizar os valores de vencimentos, proventos dos Servidores Públicos Municipais ativos do IPRECAL, inativos e pensionistas com paridade, pagos pelo IPRECAL, ficam atualizados em 5,5 % (cinco virgula ponto cinco por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2020, os quais fazem parte integrante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Fica fixado o valor de R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais) ao vale alimentação para os Servidores Públicos Municipais ativos do IPRECAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2020.

IPRECAL Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/02/2020.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 072 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Nº MATRÍCULA	NOME	VALOR PROVENTO/BENEFÍCIO
1	OTILIA MARIA BORGES	1.974,12
2	EDITHE MARICLER VIRMOND	3.785,77
9	THEREZINHA ZENY CORDEIRO	2.354,09
10	SIRLEY TEREZINHA BUENO FRANCO	1495,55
11	SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ	5.517,34
12	MARIA DA GRAÇA DRANKA	1.369,43
13	RAQUEL BENTA PEREIRA	2.471,45
14	RENATE TSCHOEKE	4.901,80
15	MARIA AUGUSTA RIBEIRO DO AMARAL	1.173,77
16	IZOE TEREZINHA DE LIMA	1.598,88
17	JULIA MARIA MONEY	3.380,64
21	DAURA SILVA DUVOISIN	3.603,69
22	DAVI FARI	1.796,63
25	SONIA MARIA DE AMORIM CUNHA	2.506,46
26	RAUL JOHANSON	3.575,60
28	INES MENDES DOS SANTOS	2.521,89
30	MERI ENGLER NEGHERBON	3.349,27
33	ANTONIO CARLOS LONGO	2.781,02
34	MARLI LUCIA MILCHASKY CARVALHO	1.412,13
35	MARIA IVONE MUNHOZ	3.756,94
37	MARLENE OSOVSKY	2.772,41
43	NAIR ALEXANDRE	3.746,17
44	AMILCAR JOSE REINHARDT	2.295,72
47	MAURENE TEREZA CUBAS	5.087,91
50	OSMAR ALBONI MARIANO	1.263,69
51	MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH	3.822,87
52	ROSE MARI CUBAS	2.910,84
53	JOSE SENILDO GODOY	1.401,96
57	ANAZILDA CORDEIRO	1.736,08
58	IVONE LENHERT	2.528,17
59	MARIA ELIANE FRIEDRICH	4.442,72
60	NOELI TEREZINHA DE FARIAS	3.535,16
61	MARIA DE LOURDES PISKE	2.807,73
63	VALDENIR LADER	1.393,03
65	ARICE WAGNER BERNARDES	2.281,25
69	ERNA LUIZA PACHECO IENSEN	3.846,35
70	MARIA DE LOURDES PISKE	2.649,89
75	ESTER MARIA FORLIN FRITSCH	4.425,62
76	MARIA ORINDA FERNANDES	1.694,03
78	JEFFERSON JEAN DUVOISIN	7.080,15
79	ANATALIA SILVIA CORDEIRO	1.645,92
80	MARIA OSNILDA MARTINS	2.703,14
81	MERCEDES DO ROCIO GODOIS DOS SANTOS KOBUS	1.472,65
82	VERONICA GORNIACK SCHROEDER	2.207,67
85	JOÃO DE PAULA MUNHOZ	2.913,44
87	JOAO SAMUEL CUBAS	3.144,09
90	BARBARA BRUSKI	1.995,11
95	JOSE FERNANDES DA MAIA	2.474,69
96	AUGUSTINHO JOSE DE JESUS MACHADO CUBAS	2.710,70
98	CECILIA MARLENE SCHWARZ	3.300,08
99	MARILENA PISKE	2.775,66
100	LUIZ CARLOS COTHOVISKY	2.480,04
101	VERONICA WOJCIECHOSKI	4.118,37
107	SILVIA PASDA UHLIG	4.333,94
109	ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS	2.237,66
110	GLADIS CONCEIÇÃO BENKENDORF	1.667,23
112	ELISABET SCHINDLER	4.172,40
114	OSMARIO VERISSIMO MICHALSY	2.159,64
115	NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ	5.204,92
116	JOSÉ LUIS SILVA	4.145,12
117	RENY FATIMA FERREIRA REISER	1.687,49

118	SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS	5.036,19
119	SOLANGE REGINA DOS PASSOS	3.986,67
120	ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS	2.682,63
123	LUIZ SILDONIR CARDOSO	2.185,42
130	MARCIA REGINA FELICIANO DAMAZIO FRANCO	4.124,11
134	TEREZINHA WIELIVICK	1.831,66
135	MARLENE DE FATIMA PESSOA MACHADO FOITTE	3.356,98
136	SUELI DO ROCIO WOLNNER DA CRUZ	3.429,28
139	RHOYTER ANDREY SCHAFACHECK	2.702,17
140	CELIA REGINA DRANKA QUEIROZ COELHO	4.679,83
141	JANETE DRANKA	4.171,33
145	EVANILDE TOMAZ CARVALHO	1.831,08
146	ANGELA MARIA MANZAK SCHWARZ	2.882,24
148	MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA	4.515,87
149	MARISE DO CARMO MACHADO HUBNER	1.191,41
150	MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA	1.781,03
151	SILVANIRA TELMA	4.410,04
152	LILIAN TEREZINHA BARTSCH	3.135,05
165	EDELA FUEKNER	1.663,68
167	OLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ	4.252,95
170	ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZCK	4.039,14
173	JOSE ODENIR ALVES FRANCO	2.248,04
175	IVONETE HRUSKA SCHWARZ	1.782,52
176	JOSE BAGNHUK	3.186,38

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

PORTARIA Nº 17.833 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358049

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.833 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 6º do art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 08 (zero oito) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde, CAROLINA DA COSTA TELMA, registro no sistema sob nº 955161, referente aos períodos aquisitivos 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 04 (zero quatro) dias e 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 04 (zero quatro) dias.

Art. 2º A Secretária gozará férias no período de 14 de fevereiro de 2020 á 21 fevereiro de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 14 de fevereiro de 2020, sob nº 00200.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.834 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358050

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.834 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990; Resolve:

Art. 1º Designar a Diretora de Saúde DEISI ESTELA AMORIM, registro no sistema sob nº 955169, para substituir a Secretária Municipal de Saúde, CAROLINA DA COSTA TELMA, registro no sistema sob nº 955161, pelo período de 14 de fevereiro de 2020 a 21 de fevereiro de 2020, por motivo da Secretária Municipal de Saúde Titular estar em gozo de férias.

Art. 2º São atribuições do Cargo Público de Provimento ora em substituição as descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do Cargo Público de Diretora de Saúde.

Art. 3º A Diretora de Saúde, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao Cargo Público de Secretária Municipal de Saúde ora em substituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.835 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359137

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.835 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal RONALDO GOES TORRES, matrícula funcional nº 000930, registro no sistema sob nº 955764, ocupante do Cargo Público de Motorista, na Função de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 17 de fevereiro de 2020 à 02 de março de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 14 de fevereiro de 2020 sob nº 00238.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 14 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2358563

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 FMAS
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de cestas básicas (devidamente montadas) para doação a famílias em vulnerabilidade social, devidamente cadastradas no Serviço Social do Município de Campo Alegre e para o programa Família Acolhedora conforme Lei nº 4776 de 26/02/2019 em seu art. 15 - 01 cesta básica por criança acolhida para o ano de 2020, conforme descrição e valores de referência.

IT	QT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	570	Cesta	Cesta Básica contendo: 01 pct de farinha de trigo especial 5 kg, 01 pct açúcar refinado 5 kg, 01 pct de arroz parboilizado 5 kg, 01 pct macarrão massa sêmola 1 kg, 01 frasco óleo de soja 900 ml, 01 pct biscoito doce sortido 800g, 01 pct leite em pó integral 400 g, 01 pct café com selo de pureza abic 500 g, 01 pct de farinha de milho 1 kg, 01 pct sal refinado 1 kg, 01 pct de flocos de milho pré cozidos 500 g, 01 pote de margarina vegetal com sal 500 g, 01 pote de doce de frutas cremoso 400 g, 01 lata extrato de tomate 350 g, 01 pct feijão preto 1 kg, 01 unidade sabão em pedra.	101,31	57.746,70
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 57.746,70

Critério julgamento: **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **17/02/2020** até as **09h45min** do dia **04/03/2020**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia **04/03/2020** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília/DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	8	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	102	Benefícios Eventuais: Fundo Municipal Assistência Social
Projeto	2.032	Fornecimento de Benefícios Sociais
Elemento de Despesa	3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	8	Assistência Social

Subfunção	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	87	Programa Família Infante Acolhedoras
Projeto	2.508	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras
Elemento de Despesa	3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 2020.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

TERMO DE POSSE Nº 066/2020

Publicação Nº 2359865

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017
CONVOCAÇÃO Nº 086/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. GERSON ENGLER, inscrito no CPF/MF sob nº 788.528.629-00 aprovado em 1º lugar na classificação dos candidatos Portadores de Necessidades Especiais do Concurso Público nº 01/2017, para o Cargo Público e Função de AGENTE ADMINISTRATIVO III para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 19 de fevereiro de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 14 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 11/2020

Publicação Nº 2359506

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2020

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA FLASH SERVIÇOS EIRELI, OBJETIVANDO AUMENTO QUANTITATIVO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa FLASH SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.097.051/0001-30, com sede na Rua Martinho Lutero, 2320-E, Jardim América, Município de Chapecó/SC, CEP 89.803-300, neste ato representada pela Sra. MARIA APARECIDA FAGUNDES, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1270139/SSP/SC e inscrita no CPF/MF nº 539.376.869-91, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 11/2020, oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1481/2019 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019, com fundamento no Artigo 65§1º da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

O objeto do presente Aditivo é o aumento de 05 (cinco) Funcionários para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com pagamento de insalubridade, 40 Horas Semanais, sendo 04 (quatro) para a Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento e 01 (um) para a Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, tendo em vista a demanda de serviços prestados à população diariamente pelas Secretarias, torna-se necessário aumentar a equipe de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Considerando as solicitações da Secretaria Mun. da Cidade e Desenvolvimento e Secretaria Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural;

Considerando o Parecer da Assessoria Jurídica pela legalidade do Ato;

Fica acrescido R\$ 8.943,40 (oito mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) ao valor total do Contrato nº 11/2020, referente ao aumento quantitativo no percentual de 22,8%, totalizando-se o novo valor GLOBAL em R\$ 461.480,10 (quatrocentos e sessenta e um mil quatrocentos e oitenta reais e dez centavos) ao que deve ser pago, pelo município, à contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, 14 de fevereiro de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	FLASH SERVIÇOS EIRELI CNPJ nº 27.097.051/0001-30 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Leonice de Fatima Comin CPF nº 991.321.509-97	Francielly Rafaela Schmitz da Rocha CPF nº 059.694.749-67
--	--

Visto da assessoria jurídica

MAIARA BOMBIERI
Assessora Jurídica
OAB/SC 54.823

DECRETO 1797/2019

Publicação Nº 2358916

DECRETO Nº. 1.797, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.398,00 (três mil reais), conforme abaixo especificado:

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social

05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social

082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (8883)R\$ 9.398,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar, no montante de R\$ 9.398,00 (nove mil trezentos e noventa e oito reais), de que trata o artigo 1ºa utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social

05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social

082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4215)R\$ 9.398,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 20 de Novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1798/2019

Publicação Nº 2358927

DECRETO Nº. 1.798, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 trinta mil reais), conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2560)R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 01.36 Salário Educação

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar, no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de que trata o artigo 1ºa utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2840)R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 01.36 Salário Educação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 21 de Novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1799/2019

Publicação Nº 2358939

DECRETO Nº. 1.799, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional especial no valor de R\$ 79.623,32 (setenta e nove mil seiscientos e vinte e três reais e trinta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.3.71.00.00.00.00 Aplicações Diretas (9060)R\$ 79.623,32

Fonte de Recursos 01.67 Farmácia Básica

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito especial, no montante de R\$ 79.623,32 (setenta e nove mil seiscientos e vinte e três reais e trinta e dois centavos), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (8959)R\$ 79.623,32

Fonte de Recursos 01.67 Farmácia Básica

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 21 de Novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1800/2019

Publicação Nº 2358947

DECRETO Nº. 1.800, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice

02.01 Gabinete do Prefeito e Vice
041220401.2.003000 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0277)R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar, no montante de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice
02.01 Gabinete do Prefeito e Vice
041220401.2.003000 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0201)R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 21 de novembro de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1801/2019

Publicação Nº 2358970

DECRETO Nº. 1.801, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
04.01 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2441)R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 01.01 Recursos de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar, no montante de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
04.01 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2363)R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 01.01 Recursos de Impostos e Transferências

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 21 de novembro de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1802/2019

Publicação Nº 2359054

DECRETO Nº. 1.802, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕ SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 1.792 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO a necessidade de proceder alterações nas disposições do Decreto n. 1792;

DECRETA

Art. 1º. O Art. 3º. do Decreto n. 1.792, de 12 de novembro de 2019, fica acrescido do § 4º. com a seguinte redação:

"Art. 3º. ...

§ 4º. O Setor de Licitação iniciara o período de Recesso a partir do dia 24 de Dezembro de 2019.

Art. 2º. Fica revogado o Art. 4º. do Decreto n. 1.792, de 12 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 06 de Dezembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1803/2019

Publicação Nº 2359062

DECRETO Nº. 1.803, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), conforme abaixo especificado:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividade da Saúde

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7424)R\$ 2.900,00

Fonte de Recursos 01.02 Recursos de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar, no montante de R\$ 2.900,00 (quatro mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividade da Saúde

3.1.71.00.00.00.00 Transf. A Consórcio Públicos (7423)R\$ 600,00

3.3.71.00.00.00.00 Transf. A Consórcio Públicos (7424)R\$ 412,00

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7569)R\$ 1.351,00

Fonte de Recursos 01.02 Recursos de Impostos e Transferências

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7452)R\$ 537,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 06 de DEZEMBRO de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

DECRETO 1804/2019

Publicação Nº 2359065

DECRETO Nº. 1.804, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), conforme abaixo especificado:

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social
05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social
082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (8883)R\$ 8.800,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito especial, no montante de R\$ 8.800,00(oito mil e oitocentos reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social
05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social
082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4215)R\$ 8.800,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 06 de dezembro de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

LEI 2124/2019

Publicação Nº 2358527

LEI Nº 2.124/2019, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

12.00 Fundo Municipal de Saúde
12.01 Fundo Municipal de Saúde
103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7569)R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 01.02 Receita de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

01.00 Câmara de Vereadores
 01.01 Câmara de Vereadores
 010310101.2.002000 Subsídio dos Vereadores
 3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0157) R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
 em 26 de Novembro de 2019.
 Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito Municipal
 Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
 Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

LEI 2125/2019

Publicação Nº 2358534

LEI Nº 2.125/2019, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
 Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 74.994,00 (setenta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais) no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde
 3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7424)R\$ 45.000,00
 Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.2.036000 Manutenção do Bloco do Sistema Básico Variável
 3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7829)R\$ 29.994,00
 Fonte de Recursos 01.38 Transferências do Sistema único de Saúde

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 74.994,00 (setenta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.2.035000 Manutenção do Bloco de Atenção Básica
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7712)R\$ 11.986,00
 Fonte de Recursos 01.38 Transferências do Sistema único de Saúde

12.00 Fundo Municipal de Saúde
 12.01 Fundo Municipal de Saúde
 103011001.2.038000 Manutenção Bloco de Vigilância em Saúde
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (8113)R\$ 8.008,00
 4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (8230)R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 01.38 Transferências do Sistema único de Saúde

09.00 Encargos Gerais do Município
 09.01 Encargos Gerais do Município
 288460000.2.042000 Amortização da Dívida e Encargos
 4.6.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6456)R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice

02.03 Diretoria de Defesa civil e Cidadania

061810601.2.005000 Manutenção Convênio com a Secretaria Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0575)R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
em 26 de Novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

LEI 2126/2019

Publicação Nº 2358539

LEI Nº 2.126/2019, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2363)R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440801.2.027000 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6600) R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
em 02 de Dezembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

LEI 2127/2019

Publicação Nº 2358553

LEI Nº 2.127/2019, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

154521503.2.023000 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5651)R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

01.00 Câmara de Vereadores

01.01 Câmara de Vereadores

010310101.2.002000 Subsidio dos Vereadores

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0157) R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília, para Campo Erê - SC, em 03 de Dezembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

LEI 2128/2019

Publicação Nº 2358562

LEI Nº 2.128/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Campo Erê SC, para exercício de 2020, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 31.750.000,00 (trinta e um milhões setecentos e cinquenta mil reais).

I - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 28.290.990,00 (Vinte e cinco milhões seiscentos e quarenta e sete mil trezentos e cinquenta reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 21.716.379,50 (dezenove milhões novecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), e Despesa Financeira de R\$ 6.574.610,50 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

§1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	32.096.990,00
1.1- Receita Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	4.175.580,00
1.2- Receitas de Contribuições	550.000,00
1.3- Receita Patrimonial	174.700,00

1.4- Receita Agropecuária	51.400,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	76.167,00
17-Transferências Correntes	26.839.384,00
(-)- Dedução de Receitas Correntes	3.849.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	229.759,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	43.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	43.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	28.290.990,00

§2º. A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	19.832.494,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	13.308.696,50
3.2- Juros e Encargos da Dívida	500,00
3.3- Outras Despesas Correntes	6.523.298,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.861.625,00
4.4- Investimentos	757.230,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	1.103.395,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.260,00
9.9- Reserva de Contingência	22.260,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	6.574.610,50
- Fundo Municipal da Saúde	4.979.247,50
- Fundo Municipal de Assistência Social	328.400,00
- Fundo Municipal da criança e adolescente	55.830,00
- Câmara Municipal de Vereadores	1.211.133,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	28.290.990,00

II - DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 3º. O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2020 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	3.045.404,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	29.300,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	3.014.604,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	3.606,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	3.606,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	4.979.247,50
- Transferências financeiras da Prefeitura	4.979.247,50
TOTAL	8.028.257,50

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	7.947.915,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.688.975,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.258.940,50
4 - DESPESAS DE CAPITAL	80.342,00

4.4- Investimentos	80.342,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	8.028.257,50

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	407.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	397.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	407.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	328.400,00
TOTAL	735.400,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	721.888,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	720.888,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.512,00
4.4- Investimentos	13.512,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	735.400,00

III – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	3.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.950,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.050,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	55.830,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	55.830,00
TOTAL	58.830,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
------------------------	-----------

3- DESPESAS CORRENTES	50.085,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	50.085,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	8.745,00
4.4- Investimentos	8.745,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	58.830,00

IV – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.211.133,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.211.133,00
TOTAL	1.211.133,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	1.088.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	898.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	190.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	123.133,00
4.4- Investimentos	123.133,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.211.133,00

Art. 4º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO ERÊ

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	22.260,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	22.260,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30 % da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2020, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º. As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º. Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º. Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Erê - SC, em 10 de Dezembro de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

LEI 2129/2019

Publicação Nº 2358564

LEI Nº 2.129/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIA PUBLICA DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada a estrada geral que Liga a Linha Caldato à SC 305, próximo a Perdigão, de "ESTRADA GERAL BÉLGIO ORLANDO SUFREDINI".

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
em 10 de Dezembro de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

LEI 2130/2019

Publicação Nº 2358565

LEI Nº 2.130/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar no valor de até R\$ 334.900,00 (trezentos e trinta e quatro mil e novecentos reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

12361121.2.011000 Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2363)R\$153.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de impostos e de transferências

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Aplicações Diretas

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7424)R\$ 168.100,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Aplicações Diretas

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7424)R\$ 13.800,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 334.900,00(trezentos e trinta e quatro mil e novecentos reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania

061810601.2.005000 Manutenção Convênio com a Secretaria Segurança Publica

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Direta (0575) R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania

061820601.2.006000 Manutenção do Fundo de Defesa Civil

3.1.90.00.00.00.00. Aplicações Direta (0995) R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Direta (1021) R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

061810402.2.043000 Manutenção das Ações do Proerd

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (1693)R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (2441)R\$ 1.800,00

4.4.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (2798)R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123611201.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (2882)R\$ 20.140,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Departamento de Educação

123651201.2.016000 Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (3497)R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e de Transferências

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social

05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social

082440801.1.066000 Obras de Infraestrutura Social

4.4.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (4126)R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

05.00 Secretaria Municipal de Assistência Social

05.01 Secretaria Municipal de Assistência Social

082440801.2.018000 Manutenção das Atividades Sociais

3.1.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (4189)R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (4215) R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

06.00 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

185411801.2.021000 Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (4453)R\$ 3.883,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

06.00 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

206082001.1.068000 Obras de Infraestrutura Rural

4.4.90.00.00.00.00. Aplicações Diretas (4635) R\$ 9.700,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
106051003.1.074000 Ampliação do Sistema de Agua Potável
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (5343)R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
154521503.1.07000 Obras de Infraestrutura Urbana
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (5588)R\$ 2.952,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
175121701.1.071000 Saneamento em Geral
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (5889)R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
2266122201.1.072000 Promoção da Industria e Comercio
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (5952)R\$ 2.000,00
4.5.90.00.00.00 Aplicações Diretas (6015)R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
267821503.1.073000 Aquisição de Máquinas e Veículos
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (6016)R\$ 27.250,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
267821501.2.022000 Manutenção das Ativ. Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (8869)R\$ 495,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
164821601.1.075000 Apoio ao Sistema de Habitacional
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas (6245)R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

09.00 Encargos Gerais do Município
09.00 Encargos Gerais do Município
2884600000.2.026000 Amortização de Precatório
4.6.90.00.00.00 Aplicações Diretas (6309)R\$ 32.880,00
Recursos Ordinários 01.00 Recursos Ordinários

09.00 Encargos Gerais do Município
09.00 Encargos Gerais do Município
288460000.2.042000 Amortização da Dívida e Encargos
3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas (6337)R\$ 8.000,00
4.6.90.00.00.00 Aplicações Diretas (6456)R\$ 30.000,00
Recursos Ordinários 01.00 Recursos Ordinários

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social
082410801.2.027000 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6600)R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

12.00 Fundo Municipal de Saúde
12.01 Fundo Municipal de Saúde
103011001.2.035000 Manutenção do Bloco de Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7712)R\$ 11.000,00
Fonte de Recursos 01.38 Transferência Sistema único de saúde

12.00 Fundo Municipal de Saúde
12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.037000 Manutenção Bloco Mac. Amb. E Hospitalar e Lim de Financ.
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (7996)R\$ 2.800,00
Fonte de Recursos 01.38 Transferência Sistema único de saúde

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis para Campo Erê - SC, em 19 de Dezembro de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matr. nº 10662-3

PREGÃO PRESENCIAL 03/2020

Publicação Nº 2359734

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 03 de Março de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 80/2020 na modalidade de Pregão Presencial Nº 03/2020, tipo Menor preço - Unitário por Item para a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GRAMA TIPO ESMERALDA EM LEIVAS E GRAMA SEMPRE VERDE EM LEIVAS, PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE E DESENVOLVIMENTO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 14 de fevereiro de 2020. Clezio Comonelo – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PP 08/2020

Publicação Nº 2359980

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09 de março de 2020 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA DE SECAGEM FÍSICA POR EVAPORAÇÃO DE SOLVENTE PARA MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 14 de fevereiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 8.529/20 DE 11/02/2020 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2359344

DECRETO Nº. 8.529/20 de 11/02/2020

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº. 0167.004.0002415/2019, protocolo de nº. 7843;

Considerando o teor do Laudo de Vistoria 03, datado de 27 de Janeiro de 2020, que esclarece que o terreno urbano possui rede pública de distribuição de água, rede de esgoto, rede de energia elétrica, iluminação pública, escoamento de águas pluviais e rua de acesso pavimentada;

Considerando a Lei Federal nº. 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, e demais disposições da Lei Complementar nº. 03 de 07 de Junho de 2018 – Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área de 2.579,50m² (dois mil quinhentos e setenta e nove metros cinquenta centímetros quadrados), com benfeitorias, na Rua Padre Armando de Costa, Bairro Ernesto Zortéa, no Município de Campos Novos, de propriedade de EUCLIDES ANTONIO TORRI, inscrito no CPF sob nº. 345.590.609-59 e NEUZA MARIA TORRI, inscrita no CPF sob o nº. 008.214.139-88, imóvel matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº. 35.390.

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

LOTE 01: 1.584,10m² de propriedade de EUCLIDES ANTONIO TORRI e NEUZA MARIA TORRI

Imóvel localizado na Rua Padre Armando de Costa, Bairro Ernesto Zortéa, neste Município de Campos Novos;

I - Ao NORTE: Confronta-se com Riacho sem denominação numa extensão de 35,69 metros;

II - Ao SUL: Confronta-se com o Lote 02 numa extensão de 27,30 metros;

III - Ao LESTE: Confronta-se com Euclides Antonio Torri (matrícula nº. 8.573) numa extensão de 51,72 metros;

IV- Ao OESTE: Confronta-se com a Rua Padre Armando de Costa (Rua não pavimentada) numa extensão de 69,76 metros.

LOTE 02: 995,40m² de propriedade de EUCLIDES ANTONIO TORRI e NEUZA MARIA TORRI

Imóvel localizado na Rua Padre Armando de Costa, Bairro Ernesto Zortéa, neste Município de Campos Novos;

I - Ao NORTE: Confronta-se com o Lote 01 numa extensão de 27,30 metros;
II- Ao SUL: Confronta-se com Eurico Moreira e outros matrícula nº. 12.873 numa extensão de 29,47 metros;
III - Ao LESTE: Confronta-se com Euclides Antonio Torri (matrícula nº. 8.573) numa extensão de 33,43 metros;
IV- Ao OESTE: Confronta-se com a Rua Padre Armando de Costa (Rua não Pavimentada) numa extensão de 36,92 metros.

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 5º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, a teor do art. 18, caput, da Lei nº. 6.766/79.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 11 de Fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.518/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359308

DECRETO Nº 8518/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 376/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de SUPERVISOR ESCOLAR, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência do pedido de exoneração do cargo da titular, MARILUCIA BORTOLI DALPIVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.519/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359313

DECRETO Nº 8519/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 375/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professor regente, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência do pedido de exoneração do cargo da titular, PAMELA MORAIS RODRIGUES DE FREITAS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.520/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359316

DECRETO Nº 8520/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 373/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professor regente, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência do pedido de exoneração do cargo da titular, FRANCIELI MARIA VERGANI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.521/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359317

DECRETO Nº 8521/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 374/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professor regente, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência do pedido de exoneração do cargo da titular, MARISTELA DE ALMEIDA PERIN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.522/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359324

DECRETO Nº 8522/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 377/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR REGENTE, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentaria da titular, ALEXANDRINA GOIS SPADER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.523/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359470

DECRETO Nº 8523/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 378/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFEESOR REGENTE, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentaria da titular, DERCY PEREIRA ANTUNES DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.524/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359331

DECRETO Nº 8524/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 379/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR REGENTE, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentaria da titular, MARIA ELIANE SIMON LAZZARI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.525/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359337

DECRETO Nº 8525/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 380/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR REGENTE, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentaria da titular, MARIANGELA SADRI DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.526/2020 DE 06/02/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 2359342

DECRETO Nº 8526/2020 DE 06/02/2020
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 381/2020 de 03/02/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR REGENTE, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentaria da titular, MARILEY LOPES THIBES.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
06 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.531/20 DE 14/02/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2359345

DECRETO Nº 8.531/20 DE 14/02/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 03–SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002– Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 163 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000–Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 04–SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10- DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 Construções, Ampliações e Reformas nas Creches

Elementos de despesa: 179 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0001.000000–Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 09–SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27- DEPARTAMENTO DE ESPORTE – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 Manutenção de Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 151 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000–Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º será subtraído do Superávit financeiro do exercício anterior recursos próprios no valor de R\$ 220.000,00.

ÓRGÃO: 09–SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27- DEPARTAMENTO DE ESPORTE – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 Manutenção de Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 150 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 –Transferências a Instituições Privadas sem Fin.R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.532/20 DE 14/02/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.611/2020

Publicação Nº 2359988

DECRETO Nº 8.532/20 DE 14/02/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.611/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.611/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.533/20 DE 14/02/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.612/2020

Publicação Nº 2359992

DECRETO Nº 8.533/20 DE 14/02/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.612/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 75.998,07 (Setenta e cinco mil novecentos e noventa e oito reais e sete centavos) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.612/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.534/20 DE 14/02/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.613/2020

Publicação Nº 2359994

DECRETO Nº 8.534/20 DE 14/02/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.613/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.613/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

EDITAL N. 08, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 CHAMADA PÚBLICA DE MÉDICO COMUNITÁRIO - ESF ESTABELECE NORMAS PARA A CHAMADA PÚBLICA DE MÉDICO COMUNITÁRIO - ESF, DESTINADA A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS NO ANO DE 2020 NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Publicação Nº 2359760

EDITAL N. 08, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

CHAMADA PÚBLICA DE MÉDICO COMUNITÁRIO - ESF

ESTABELECE NORMAS PARA A CHAMADA PÚBLICA DE MÉDICO COMUNITÁRIO - ESF, DESTINADA A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS NO ANO DE 2020 NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e:

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas de Médico Comunitário para suprir necessidade junto ao Programa Estratégia Saúde da Família – ESF do Município de Campos Novos.

CONSIDERANDO que foi efetuada a chamada de todos os candidatos aprovados para a vaga de Médico Comunitário no Processo Seletivo originado pelo Edital n. 001/2018, havendo o esgotamento da lista de candidatos aprovados, bem como não havendo tempo hábil para o lançamento de um novo certame.

RESOLVE:

Realizar CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vagas temporárias para as funções de Médico Comunitário junto ao Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, para o exercício de 2020.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1. A presente Chamada Pública destina-se à seleção de profissionais para preenchimento de 4 (quatro) vagas imediatas e formação de cadastro de reserva para as funções de MÉDICO COMUNITÁRIO junto ao Programa Estratégia Saúde da Família – ESF do Município de Campos Novos, em caráter temporário, para o período de até 31 de dezembro de 2020.

1.2. Fica estabelecido o Cronograma da presente chamada pública da seguinte forma:

CRONOGRAMA DAS ETAPAS	
14/02/2020	Publicação do Edital de Chamada Pública
17/02/2020 a 19/02/2020 (13h15min às 18h00min)	Período de Inscrições (presencial)
20/02/2020	Divulgação da Lista de inscritos e classificação inicial
21/02/2020	Prazo para apresentação de recurso
26/02/2020	Divulgação da Classificação Final Definitiva
26/02/2020 a 28/02/2020 (13h15min às 18h45min)	Entrega da documentação para fins de contratação
02/03/2020	Início do contrato

1.3. Os candidatos interessados em participar da Chamada Pública deverão comparecer pessoalmente no Setor de Protocolos do Município de Campos Novos, localizado no Paço Municipal, situado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, n.323, centro, neste Município, entre os dias 17/02/2020 a 19/02/2020, observado o cronograma acima, no horário de expediente externo da repartição das 13h15min às 18h45min, munidos da documentação pertinente.

1.4. A documentação referente à inscrição deverá ser protocolada e entregue no Departamento de Recursos Humanos.

1.5. A ausência de protocolo formal, conforme item acima, a eventual incorreção ou ilegibilidade dos documentos apresentados ou das informações constantes da ficha de inscrição constante no Anexo Único deste Edital acarretará a desclassificação do candidato.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO E DAS VAGAS.

CARGO	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	VAGAS	SALÁRIO BASE
MÉDICO COMUNITÁRIO (ESF)	Graduação em medicina e registro no CRM	40 HORAS (SEMANAL)	04 + CR	R\$ 20.682,15*

* Além do vencimento inicial o servidor receberá vale-alimentação, na forma da lei municipal.

2.1. As atribuições do cargo de Médico Comunitário Clínico Geral são aquelas descritas no Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 07/2007 e alterações posteriores, que institui o Plano de Cargos de provimento temporário para execução de programas especiais.

2.2. A contratação decorrente desta Chamada Pública será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como contribuinte obrigatório para este Regime Geral, na forma da Lei Complementar Municipal n. 07/2007.

3. DOS DOCUMENTOS PARA CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO.

3.1. Os candidatos interessados deverão comparecer nas datas e horários designados no item 1.2, munidos com a ficha de inscrição constante do Anexo Único deste Edital devidamente preenchida e apresentar cópia simples da seguinte documentação obrigatória:

- a) Cópia do Documento de Identidade (RG) do candidato, ou outro equivalente;
- b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- c) Diploma de Graduação na área e Registro no órgão de classe competente.

3.2. Além dos documentos citados acima, o candidato interessado deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, para fins de aferição da pontuação e classificação na Chamada Pública:

- a) Títulos de especialização na área; (se houver)
- b) Comprovante de tempo de serviço na área de atuação e/ou cópia da carteira de trabalho; (se houver)

4. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO.

4.1. Os candidatos regularmente inscritos e que apresentarem toda a documentação exigida serão classificados por ordem decrescente, da maior para a menor pontuação, considerando os seguintes critérios e pontuações:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Títulos de especialização na área da saúde (mestrado ou doutorado) (não cumulativo)	10
Pós-Graduação na área da saúde (não cumulativo)	5
Tempo de serviço na função (pública ou privada) – a cada 1 ano completo (podendo somar períodos) limitado a 3 pontos	1

4.2. Em caso de empate na nota final, havendo dois ou mais candidatos com a mesma habilitação, terão preferência os que tiverem idade mais elevada e, persistindo a igualdade, precederá o que obtiver maior tempo de serviço em função pública.

5. DATA DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO.

5.1. A classificação dos candidatos aprovados será divulgada na data de 20/02/2020 no site oficial do Município de Campos Novos, conforme cronograma disponível no item 1.2.

5.2. Os candidatos poderão apresentar recurso da classificação final até as 18h00min do dia 21/02/2020, devendo ser dirigida ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

5.3. Na hipótese de haver interposição de recurso quanto à classificação dos candidatos, o resultado final definitivo da classificação será divulgado na data de 26/02/2020, na forma do item 5.1.

6. DA ASSUNÇÃO DAS VAGAS.

6.1. Os candidatos classificados deverão comparecer pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos do Município de Campos Novos entre as datas de 26/02/2020 a 28/02/2020, independente de intimação, dada a celeridade que a natureza da contratação exige, para apresentação pelo candidato dos documentos necessários para o exercício do cargo.

6.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a publicação dos atos e manter atualizado perante o órgão, seus dados para contato.

6.3. O candidato que deixar de comparecer na data e horário estabelecidos no cronograma, perderá o direito à vaga, e será automaticamente reposicionado para o final da lista.

6.3.1. O comparecimento pessoal dos candidatos é indispensável, entendendo-se que o não comparecimento será tido como desistência da expectativa do direito à vaga, podendo o Município de Campos Novos/SC convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

6.4. O candidato que declinar expressamente da vaga oferecida será excluído do cadastro em curso.

6.5. Os candidatos classificados serão submetidos a exames médicos admissionais, de caráter eliminatório, sendo excluídos aqueles que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram, se assim atestado pelo médico.

7. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO.

7.1. Na data apazada para apresentação dos documentos necessários para a contratação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos ao Departamento de Recursos Humanos:

- 1. 01 foto 3x4 atual;
- 2. 01 cópia da carteira de identidade;

3. 01 cópia do CPF;
4. 01 cópia do título de eleitor;
5. 01 cópia do comprovante de votação, ou justificativa, do último pleito eleitoral; 6. 01 cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7. 01 cópia da certidão de nascimentos dos filhos;
8. 01 cópia do cartão da criança ou carteira de vacinação para filhos menores de 7 anos; 9. 01 cópia do comprovante de frequência escolar para filhos com idade a partir de 7 anos;
10. 01 cópia do certificado de reservista;
11. 01 cópia do comprovante residencial;
12. 01 cópia do documento de inscrição no PIS/PASEP;
13. 01 cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
14. 01 cópia da carteira de habilitação;
15. 01 declaração de bens ou última declaração de imposto de renda – retirar modelo no RH da prefeitura;
16. 01 cópia do comprovante de grau de instrução;
17. 01 cópia do registro no órgão de classe;
18. Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público - retirar modelo no RH da prefeitura;
19. Ficha funcional devidamente preenchida - retirar modelo no RH da prefeitura;
20. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – mediante autorização da Prefeitura;
21. Conta Corrente na Caixa Econômica – mediante autorização da Prefeitura;
22. Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) – disponível no site do Município ou mediante protocolo no Agiliza;
23. Declaração de Encargos de Família para fins de Imposto de Renda - retirar modelo no RH da prefeitura.
24. Declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aquelas previstas em Lei.
25. Agendamento de exame admissional a ser realizado por órgão credenciado pelo Município de Campos Novos.

7.2. Os documentos originais deverão ser apresentados no departamento de Pessoal para autenticação das cópias.

7.3. Qualquer dúvida a respeito da documentação deverá ser esclarecida no Departamento de Pessoal.

7.4. A contratação do candidato somente ocorrerá após a entrega e conferência de todos os documentos listados acima no Departamento de Pessoal.

8. DA VALIDADE DA CHAMADA PÚBLICA.

8.1. Esta chamada Pública terá validade até 31/12/2020, limitada ao chamamento, uma única vez e seguindo a ordem decrescente classificatória dos aprovados, de todos os candidatos classificados.

8.2. Os contratos administrativos de regime especial firmados em decorrência deste chamamento terão validade temporária e limitada à necessidade da contratação, a critério da administração.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

9.1. O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições desta chamada e do cadastro fixadas neste Edital e demais normas que o regulamentam.

9.2. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Para dirimir eventuais questões oriundas desta Chamada Pública, que não possam ser resolvidas administrativamente, fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos-SC, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campos Novos-SC, 14 de fevereiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito de Campos Novos

ANEXO ÚNICO – FICHA DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome Completo: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Telefone: _____ Celular: _____
E-mail: _____
CRM: _____
Cargo Pleiteado: _____

Assinatura do Candidato

Para preenchimento exclusivo do Departamento de RH:
Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

- ☐ RG;
☐ CPF;
☐ Comprovante ou declaração de tempo serviço na área e/ou cópia da carteira de trabalho;
☐ Comprovação de inscrição no Conselho de Classe;
☐ Certificação de Graduação na área;
☐ Títulos de especialização na área (não obrigatório, exclusivo para pontuação):
☐ especialização;
☐ mestrado;
☐ doutorado.

LEI Nº 4.611 DE 14/02/2020 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO INCISO V DO ARTIGO 100 DA LEI ORGÂNICA

Publicação Nº 2360000

LEI Nº 4.611 de 14/02/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município de Campos Novos:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10- DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011- Manutenção do Dep de Educação do Ensino Infantil – Pré Escolar

Elementos de despesa: - 162 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000- Transferências a entidades sem fins lucrativos R\$ 8.000.000,00

Parágrafo único - Recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional especial correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018- Man. Do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elementos de despesa: 39 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000- Aplicações Diretas R\$ 8.000.000,00.

Art 2nd. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de fevereiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.612 DE 14/02/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO INCISO V DO ARTIGO 100 DA LEI ORGÂNICA

Publicação Nº 2360002

LEI Nº 4.612 DE 14/02/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do município:

Órgão: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Proj. /Ativ. 2.064- Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde
-3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000–Transf. a Consórcios Públicos R\$ 46,594,41
-3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000–Transf. a Consórcios Públicos R\$ 28.529,67
-4.4.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000– Transf. a Consórcios Públicos R\$ 873,99

Art 2º. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

Proj. /Ativ. 2.064- Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde

38-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000– Aplicações Diretas R\$ 75.998,07 Art 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.613 DE 14/02/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO INCISO V DO ARTIGO 100 DA LEI ORGÂNICA

Publicação Nº 2360003

LEI Nº 4.613 DE 14/02/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do município:

Órgão: 33 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

Unidade: 01 FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

Proj. /Ativ. 2.043 Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000– Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

Art 2º. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 12 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Proj. /Ativ. 2.013 Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

62-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000– Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

Art 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

ATA DE RG DE PREÇOS 07/2020 - GASES INDUSTRIAIS

Publicação Nº 2360012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 13/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2020

No dia 14 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 742.596.799-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2020, Processo Licitatório nº. 13/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SOLDA E MANUTENÇÃO DOS SOLDADORES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11733	ELETRIFICAR COMERCIO DE FERRAGENS, FERRAMENTAS E P	3, 5, 6, 9, 10
7202	FERREIRA GASES INDUSTRIAIS COMERCIO E TRANSPORTE L	1, 2, 4, 7, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ELETRIFICAR COMERCIO DE FERRAGENS, FERRAMENTAS E P	14.650.232/0001-08		
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS COMERCIO E TRANSPORTE L	02.904.116/0001-80	BRUNO CRISITIANO FERREIRA	057.613.719-79

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS E EQUIPAMENTOS PARA SOLDA E MANUTENÇÃO DOS SOLDADORES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7202 - FERREIRA GASES INDUSTRIAIS COMERCIO E TRANSPORTE L						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACETILENO INDUSTRIAL - RECARGA 9 KG.	UN	AIRMIX	10,000	715,0000	7.150,00
2	ARAME MIG 1.2 MM ROLO 15KG	UN	NOBRE	25,000	171,0000	4.275,00
4	DIÓXIDO DE CARBONO - RECARGA 25 KG.	UN	IGI	10,000	340,0000	3.400,00
7	MISTURA MIG 10M3	UN	IGI	10,000	425,0000	4.250,00
8	OXIGÊNIO INDUSTRIAL - RECARGA 10 M³	UN	IGI	10,000	320,0000	3.200,00

Fornecedor: 11733 - ELETRIFICAR COMERCIO DE FERRAGENS, FERRAMENTAS E P						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BICO DE CORTE PARA ACETILENO TAM. 08.	UN	APOLLO	15,000	25,4000	381,00
5	MACARICO DE CORTE	UNI	SM	5,000	221,0000	1.105,00
6	MANGUEIRA PARA OXIGENIO E ACETILENO	M	SUNFLEX	10,000	5,8000	58,00
9	REGULADOR DE PRESSÃO CILINDRO ACETILENO	UN	V8	8,000	117,0000	936,00
10	REGULADOR DE PRESSÃO CILINDRO OXIGÊNIO	UN	V8	8,000	118,0000	944,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 14 de Fevereiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ELETRIFICAR COMERCIO DE FERRAGENS, FERRAMENTAS E I CNPJ: 14.650.232/0001-08 _____

FERREIRA GASES INDUSTRIAIS COMERCIO E TRANSPORTE L CNPJ: 02.904.116/0001-80 _____

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO 06_2020**

Publicação Nº 2358911

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

MOÇÃO Nº 6/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, a pedido dos Vereadores Maurilio Castro Campagnoni - Cássio e Adavilson Telles, vem por meio de seus representantes legais, manifestar integral e irrestrita Parabenização ao Senhor ...

"JAIME BEJAMIN VACCARI"

É com enorme satisfação que viemos através desta, parabenizar o Senhor "JAIME BEJAMIN VACCARI" pelos 36 anos de serviços prestados como servidor público do INSS, sendo quase 33 anos de atuação na agência de Campos Novos.

Economista de formação, ingressou no serviço público em 1983 (Jaraguá do Sul), passando por várias estruturas, desde o ex-IAPAS, até o atual INSS. Teve seu primeiro emprego com cart assinada aos 15 anos de idade; na década de 70 trabalhou na Copercampos e depois no departamento de compras da prefeitura de Joinville. No INSS atuou em várias frentes, em várias agências e em diversos estados. Como consultor de atendimento e instrutor técnico participou de ações voltadas à capacitação dos servidores e fluxo de atendimento nos estados de SC e RS.

Com imensos desafios para atender a demanda pelos serviços previdenciários aos segurados do campo e da cidade, dentro do mais curto prazo de espera e com alto grau de resolutividade, também batalhou pela melhoria das instalações físicas do prédio local, uma conquista da sociedade.

Foi membro do Conselho Mun. de Assistência Social, integrou a diretoria do Centro de Convivência do Idoso Padre Quintílio Costini (década de 80/90), por vários anos participou do Lions Clube Centenário e também presta serviços voluntários à paróquia São João Batista.

Em 26/12/2019, após longa trajetória de atuação no Órgão previdenciário, obteve aposentadoria voluntária com quase 46 anos de atividade laboral, computando tempo no INSS e empregos anteriores.

Parabenizamos pela dedicação ao longo dessa trajetória e desejamos muito sucesso nesta nova etapa que se inicia em sua vida.

Sala das Sessões, em 11/02/2020.

Maurilio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

Adavilson Telles
2º Secretário

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#3#6#2020#1#0#0#1

SAMAE - CAMPOS NOVOS**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PP022020**

Publicação Nº 2358937

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
LICITAÇÃO Nº 02/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

DATA DE ABERTURA: 12/02/2020

HORÁRIO: 09:00h

MOTIVO: Devido ao não comparecimento de empresas interessadas a licitação foi declarada deserta.

Campos Novos/SC, 14 de fevereiro de 2020

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EDITAL REURB - NUCLEO 01

Publicação Nº 2359733



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CANELINHA GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO GERAL nº PMC/REURB/007-008 2019 - PARTE 01-02

O **MUNICÍPIO DE CANELINHA**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, neste ato representado pelo Prefeito de Canelinha/SC, por meio deste edital, NOTIFICA a todos os moradores, posseiros internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de **NÚCLEO URBANO ÍNDIA**, é objeto de procedimento administrativo nº **PMC/REURB/007-008 2019 – PARTE 01-02** de Regularização Fundiária, na modalidade Reurb-S e Reurb-E, utilizando o instrumento da Legitimação Fundiária, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para a emissão de matrícula individualizada aos possuidores do respectivo lote.

DESCRIÇÃO SUCINTA DA ÁREA: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas **N 6.981.895,5518m** e **E 718.085,1258m**; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 96°51'15" e 31,91m até o vértice 2, de coordenadas **N 6.981.891,7432m** e **E 718.116,8107m**; 186°15'48" e 48,00m até o vértice 3, de coordenadas **N 6.981.844,0332m** e **E 718.111,5744m**; 132°01'02" e 210,82m até o vértice 4, de coordenadas **N 6.981.702,9196m** e **E 718.268,2030m**; 94°38'58" e 23,03m até o vértice 5, de coordenadas **N 6.981.701,0528m** e **E 718.291,1581m**; 67°42'11" e 10,28m até o vértice 6, de coordenadas **N 6.981.704,9533m** e **E 718.300,6702m**; 94°30'59" e 21,24m até o vértice 7, de coordenadas **N 6.981.703,2804m** e **E 718.321,8490m**; 5°24'21" e 39,99m até o vértice 8, de coordenadas **N 6.981.743,0886m** e **E 718.325,6161m**; 84°10'55" e 9,36m até o vértice 9, de coordenadas **N 6.981.744,0373m** e **E 718.334,9263m**; 357°52'17" e 3,40m até o vértice 10, de coordenadas **N 6.981.747,4381m** e **E 718.334,7999m**; 92°28'14" e 10,41m até o vértice 11, de coordenadas **N 6.981.746,9892m** e **E 718.345,2048m**; 89°28'38" e 24,91m até o vértice 12, de coordenadas **N 6.981.747,2164m** e **E 718.370,1127m**; 178°35'56" e 29,07m até o vértice 13, de coordenadas **N 6.981.718,1601m** e **E 718.370,8234m**; 106°14'07" e 74,30m até o vértice 14, de coordenadas **N 6.981.697,3867m** e **E 718.442,1613m**; 92°24'43" e 265,43m até o vértice 15, de coordenadas **N 6.981.686,2168m** e **E 718.707,3602m**; 96°32'45" e 28,76m até o vértice 16, de coordenadas **N 6.981.682,9377m** e **E 718.735,9376m**; 103°55'41" e 227,11m até o vértice 17, de coordenadas **N 6.981.628,2707m** e **E 718.956,3749m**; 99°16'42" e 41,92m até o vértice 18, de coordenadas **N 6.981.621,5122m** e **E 718.997,7444m**; 188°40'53" e 16,22m até o vértice 19, de coordenadas **N 6.981.605,4812m** e **E 718.995,2966m**; 165°18'31" e 22,30m até o vértice 20, de coordenadas **N 6.981.583,9068m** e **E 719.000,9531m**; 101°16'30" e 42,23m até o vértice 21, de coordenadas **N 6.981.575,6510m** e **E 719.042,3636m**; 189°09'10" e 17,98m até o vértice 22, de coordenadas **N 6.981.557,8968m** e **E 719.039,5030m**; 160°57'10" e 164,92m até o vértice 23, de coordenadas **N 6.981.402,0015m** e **E 719.093,3255m**; 100°43'14" e 19,49m até o vértice 24, de coordenadas **N 6.981.398,3757m** e **E 719.112,4771m**; 188°45'33" e 125,17m até o vértice 25, de coordenadas **N 6.981.274,6669m** e **E 719.093,4162m**; 105°19'58" e 79,29m até o vértice 26, de coordenadas **N 6.981.253,6999m** e **E 719.169,8864m**; 80°02'33" e 42,37m até o vértice 27, de coordenadas **N 6.981.261,0259m** e **E 719.211,6150m**; 176°12'47" e 26,75m até o vértice 28, de coordenadas **N 6.981.234,3374m** e **E 719.213,3815m**; 42°42'16" e 514,80m até o vértice 29, de coordenadas **N 6.981.612,6460m** e **E 719.562,5298m**; 9°22'14" e 24,37m até o vértice 30, de coordenadas **N 6.981.636,6931m** e **E 719.566,4980m**; 103°38'44" e 76,45m até o vértice 31, de coordenadas **N 6.981.618,6578m** e **E 719.640,7878m**; 191°44'19" e 62,65m até o vértice 32, de coordenadas **N 6.981.557,3227m** e **E 719.628,0428m**; 228°23'04" e 566,38m até o vértice 33, de coordenadas **N 6.981.181,1714m** e **E 719.204,6047m**; 281°26'03" e 19,89m até o vértice 34, de coordenadas **N 6.981.185,1139m** e **E 719.185,1121m**; 331°30'10" e 24,12m até o vértice 35, de coordenadas **N 6.981.206,3138m** e **E 719.173,6028m**; 285°41'54" e 799,18m até o vértice 36, de coordenadas **N 6.981.422,5516m** e **E 718.404,2331m**; 275°41'37" e 16,13m até o vértice 37, de coordenadas **N 6.981.424,1522m** e **E 718.388,1789m**; 291°17'23" e 149,19m até o vértice 38, de coordenadas **N 6.981.478,3218m** e **E 718.249,1678m**; 277°02'40" e 47,11m até o vértice 39, de coordenadas **N 6.981.484,0989m** e **E 718.202,4156m**; 270°49'13" e 310,90m até o vértice 40, de coordenadas **N 6.981.488,5496m** e **E 717.891,5460m**; 184°18'07" e 39,95m até o vértice 41, de coordenadas **N 6.981.448,7157m** e **E 717.888,5495m**; 267°04'42" e 4,18m até o vértice 42, de coordenadas **N 6.981.448,5026m** e **E 717.884,3729m**; 353°07'37" e 7,35m até o vértice 43, de coordenadas **N 6.981.455,7985m** e **E 717.883,4935m**; 240°24'04" e 21,24m até o vértice 44, de coordenadas **N 6.981.445,3084m** e **E 717.865,0268m**; 243°31'57" e 24,18m até o vértice 45, de coordenadas **N 6.981.434,5330m** e **E**

Av. Cantório Florentino da Silva, n.1683, Centro, Canelinha - Santa Catarina - CEP 88.230-000



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CANELINHA GABINETE DO PREFEITO

717.843,3839m; 327°30'43" e 14,41m até o vértice 46, de coordenadas N 6.981.446,6911m e E 717.835,6419m; 254°15'57" e 142,94m até o vértice 47, de coordenadas N 6.981.407,9297m e E 717.698,0575m; 187°58'57" e 195,92m até o vértice 48, de coordenadas N 6.981.213,9070m e E 717.670,8497m; 299°58'08" e 46,80m até o vértice 49, de coordenadas N 6.981.237,2832m e E 717.630,3101m; 295°04'30" e 127,01m até o vértice 50, de coordenadas N 6.981.291,1116m e E 717.515,2689m; 274°07'56" e 20,21m até o vértice 51, de coordenadas N 6.981.292,5682m e E 717.495,1086m; 294°27'59" e 26,44m até o vértice 52, de coordenadas N 6.981.303,5175m e E 717.471,0450m; 355°20'31" e 75,82m até o vértice 53, de coordenadas N 6.981.379,0830m e E 717.464,8882m; 2°27'46" e 37,14m até o vértice 54, de coordenadas N 6.981.416,1904m e E 717.466,4842m; 88°33'01" e 13,24m até o vértice 55, de coordenadas N 6.981.416,5254m e E 717.479,7195m; 79°48'58" e 7,80m até o vértice 56, de coordenadas N 6.981.417,9049m e E 717.487,3992m; 86°39'47" e 43,65m até o vértice 57, de coordenadas N 6.981.420,4459m e E 717.530,9800m; 55°12'49" e 380,57m até o vértice 58, de coordenadas N 6.981.637,5694m e E 717.843,5380m; 10°19'04" e 60,84m até o vértice 59, de coordenadas N 6.981.697,4256m e E 717.854,4348m; 96°56'21" e 26,48m até o vértice 60, de coordenadas N 6.981.694,2264m e E 717.880,7210m; 143°06'48" e 14,86m até o vértice 61, de coordenadas N 6.981.682,3391m e E 717.889,6419m; 97°30'19" e 25,46m até o vértice 62, de coordenadas N 6.981.679,0131m e E 717.914,8875m; 44°07'10" e 235,96m até o vértice 63, de coordenadas N 6.981.848,4040m e E 718.079,1505m; 7°13'22" e 47,52m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

QUADRO DE ÁREAS DO NÚCLEO URBANO

Núcleo Urbano Índia	
Núcleo 01	Área: 493.507,74m ² Porcentagem: 100%
Área dos ocupantes	Área: 51.183,20m ² Porcentagem: 10,37%

DOS EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS PRESENTES NA REFERIDA ÁREA:

- Atendimento da comunidade por Escola Municipal;
- Arruamentos com características mistas compostas por via pavimentada;
- Energia Elétrica fornecida pela CELESC;
- Água potável fornecida pela SEMAIS;
- Esgotamento sanitário individual;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Telefonia fixa fornecida pela concessionária Oi/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel fornecido pelas operadoras: **Claro, Vivo, Tim e Oi**;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público coletivo entre outros;

CONFINANTES: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que poderão ser protocoladas no prédio da Prefeitura do Município de Canelinha, localizado na Rua Cantório Florentino da Silva, nº 1.683, Bairro Centro, Canelinha/ SC, CEP: 88230-000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis. **CONCLUSÃO:** Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e

Av. Cantório Florentino da Silva, n.1683, Centro, Canelinha - Santa Catarina - CEP 88.230-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
GABINETE DO PREFEITO**

confrontantes externos ao núcleo urbano conforme art. 20, § 1º da Lei Federal 13.465/2017, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e 6º do mesmo Diploma Legal.

Canelinha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

MOACIR MONTIBELER
Prefeito do Município

Av. Cantório Florentino da Silva, n.1683, Centro, Canelinha - Santa Catarina - CEP 88.230-000

EDITAL REURB - NUCLEO 02

Publicação Nº 2359735

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO GERAL nº PMC/REURB/007-008 2019 - PARTE 01-02

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, neste ato representado pelo Prefeito de Canelinha/SC, por meio deste edital, NOTIFICA a todos os moradores, posseiros internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de NÚCLEO URBANO ÍNDIA, é objeto de procedimento administrativo nº PMC/REURB/007-008 2019 – PARTE 01-02 de Regularização Fundiária, na modalidade Reurb-S e Reurb-E, utilizando o instrumento da Legitimação Fundiária, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para a emissão de matrícula individualizada aos possuidores do respectivo lote.

DESCRIÇÃO SUCINTA DA ÁREA: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 6.984.617,5442m e E 718.031,9821m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimutes e distâncias: 144°21'48" e 55,22 m até o vértice 2, de coordenadas N 6.984.572,6671m e E 718.064,1545m; 187°01'22" e 326,25 m até o vértice 3, de coordenadas N 6.984.248,8627m e E 718.024,2664m; 151°02'54" e 217,29 m até o vértice 4, de coordenadas N 6.984.058,7310m e E 718.129,4486m; 172°38'18" e 42,21 m até o vértice 5, de coordenadas N 6.984.016,8648m e E 718.134,8575m; 192°19'35" e 1.437,62 m até o vértice 6, de coordenadas N 6.982.612,3902m e E 717.827,9570m; 191°52'35" e 36,31 m até o vértice 7, de coordenadas N 6.982.576,8567m e E 717.820,4841m; 194°06'37" e 44,68 m até o vértice 8, de coordenadas N 6.982.533,5235m e E 717.809,5913m; 180°19'25" e 85,68 m até o vértice 9, de coordenadas N 6.982.447,8437m e E 717.809,1074m; 78°47'28" e 18,35 m até o vértice 10, de coordenadas N 6.982.451,4106m e E 717.827,1074m; 181°48'58" e 19,53 m até o vértice 11, de coordenadas N 6.982.431,8928m e E 717.826,4885m; 256°50'54" e 18,29 m até o vértice 12, de coordenadas N 6.982.427,7322m e E 717.808,6818m; 250°28'50" e 15,35 m até o vértice 13, de coordenadas N 6.982.422,6031m e E 717.794,2132m; 248°20'52" e 19,20 m até o vértice 14, de coordenadas N 6.982.415,5203m e E 717.776,3716m; 246°09'46" e 19,28 m até o vértice 15, de coordenadas N 6.982.407,7287m e E 717.758,7368m; 260°21'11" e 37,45 m até o vértice 16, de coordenadas N 6.982.401,4531m e E 717.721,8170m; 270°48'35" e 19,39 m até o vértice 17, de coordenadas N 6.982.401,7270m e E 717.702,4300m; 278°21'24" e 21,17 m até o vértice 18, de coordenadas N 6.982.404,8033m e E 717.681,4876m; 283°30'15" e 16,24 m até o vértice 19, de coordenadas N 6.982.408,5966m e E 717.665,6927m; 10°23'35" e 21,90 m até o vértice 20, de coordenadas N 6.982.430,1377m e E 717.669,6435m; 3°12'45" e 203,12 m até o vértice 21, de coordenadas N 6.982.632,9435m e E 717.681,0261m; 282°39'41" e 16,53 m até o vértice 22, de coordenadas N 6.982.636,5677m e E 717.664,8934m; 10°39'05" e 18,85 m até o vértice 23, de coordenadas N 6.982.655,0880m e E 717.668,3766m; 24°27'58" e 2,54 m até o vértice 24, de coordenadas N 6.982.657,4027m e E 717.669,4298m; 42°42'42" e 2,61 m até o vértice 25, de coordenadas N 6.982.659,3202m e E 717.671,1999m; 6°33'06" e 864,72 m até o vértice 26, de coordenadas N 6.983.518,3914m e E 717.769,8656m; 15°02'52" e 14,17 m até o vértice 27, de coordenadas N 6.983.532,0802m e E 717.773,5457m; 44°40'52" e 35,36 m até o vértice 28, de coordenadas N 6.983.557,2225m e E 717.798,4096m; 5°16'43" e 542,03 m até o vértice 29, de coordenadas N 6.984.096,9582m e E 717.848,2769m; 6°46'35" e 39,94 m até o vértice 30, de coordenadas N 6.984.136,6237m e E 717.852,9901m; 275°59'53" e 19,61 m até o vértice 31, de coordenadas N 6.984.138,6726m e E 717.833,4897m; 7°28'13" e 121,60 m até o vértice 32, de coordenadas N 6.984.259,2395m e E 717.849,2989m; 95°35'38" e 61,06 m até o vértice 33, de coordenadas N 6.984.253,2872m e E 717.910,0708m; 90°13'10" e 75,63 m até o vértice 34, de coordenadas N 6.984.252,9976m e E 717.985,6999m; 7°14'08" e 367,47 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

QUADRO DE ÁREAS DO NÚCLEO URBANO

Núcleo Urbano Índia	
Núcleo 02	Área: 419.814,46m² Porcentagem: 100%
Área dos ocupantes	Área: 471.736,29m² Porcentagem: 9,94%

DOS EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS PRESENTES NA REFERIDA ÁREA:

- Arruamentos com características mistas compostas por via pavimentada;
- Energia Elétrica fornecida pela CELESC;
- Água potável fornecida pela SEMAIS;
- Esgotamento sanitário individual;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Telefonia fixa fornecida pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel fornecido pelas operadoras: Claro, Vivo, Tim e Oi;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público coletivo entre outros;

CONFINANTES: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017. IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que poderão ser protocoladas no prédio da Prefeitura do Município de Canelinha, localizado na Rua Cantório Florentino da Silva, nº 1.683, Bairro Centro, Canelinha/ SC, CEP: 88230-000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

CONCLUSÃO: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao núcleo urbano conforme art. 20, § 1o da Lei Federal 13.465/2017, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e 6º do mesmo Diploma Legal.

Canelinha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

MOACIR MONTIBELER
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2020

Publicação Nº 2359753



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

DECRETO Nº. 032/2020**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de **R\$ 2.203.140,47 (dois milhões, duzentos e três mil, cento e quarenta reais e quarenta e sete centavos)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 07: FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Unidade orçamentária 15002: FUNPOM DE CANOINHAS

Função 06: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Ação 2.31 – Ações do FUNPOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....56.439,92

Recursos 30080 – Rec. Ord./Txs PM FUNPOM - Superávit

II)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....436.941,15

Recursos 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

III)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....1.163.058,85

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

IV)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 1.15 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....6.900,55

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

V)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 1.88 – Reurbanização do Loteamento Vila Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....39.800,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

VI)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....480.000,00

Recursos 30200 – Rec. Imp./Transf. Imp. – Saúde - Superávit

VII)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.27 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....20.000,00

Recursos 30200 – Rec. Imp./Transf. Imp. – Saúde - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de **R\$ 2.203.140,47 (dois milhões, duzentos e três mil, cento e quarenta reais e quarenta e sete centavos)** por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme tabela a seguir:

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10000/30000	Recursos Ordinários / Superávit	1.709.759,40
10080	Rec. Ord. Txs Sinistros PM FUNPOM	47.540,04
30080	Rec. Ord./Txs PM FUNPOM - Superávit	8.899,88
15000	Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo	436.941,15
TOTAL		2.203.140,47

Fonte: SMAFO/2020

Art. 3º- Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de **R\$ 605.000,00 (seiscentos e cinco mil reais)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.38 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....5.000,00

Recursos 30070 – Rec. Ordinários – Rádio Patrulha - Superávit

II)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....600.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Para suporte do que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **anular** no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de **R\$ 605.000,00 (seiscentos e cinco mil reais)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

Ação 2.38 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....5.000,00
Recursos 30070 – Rec. Ordinários – Rádio Patrulha – Superávit

II)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....500.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. De Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.....100.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 5º- Fica aberto **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de **R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade Orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Ação 1.15 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas19.600,00
Recursos 26400 – Transf. Conv. Estado – Outros (Investimento)

Art. 6º - Para suporte do que trata o artigo 5º deste decreto, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de **R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais)**, observando a arrecadação prevista e a arrecadação executada no exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

**Prefeitura de Canoinhas**Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos**Tabela 2 - Demonstrativo do excesso de arrecadação**

<i>Recurso</i>	A <i>Valor previsto no exercício + Valores abertos</i>	B <i>Arrecadação no exercício</i>	C <i>Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)</i>	D <i>Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)</i>
26400*	960.400,00	980.000,00	19.600,00	19.600,00
TOTAL				19.600,00

Fonte: SMAFO/2020

*Excesso de arrecadação exclusivo para a Ação de Pavimentação e recuperação de ruas e estradas, conforme contrato de convênio nº 2019TR001334 (conta contábil 81573).

Art. 7º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 14 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/02/2020.

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 001/SME/2020 (RETIFICADO)

Publicação Nº 2359204

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Nº 001/SME/2020

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissional que irá atuar junto à Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.528/2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Compreende-se como Processo Seletivo Simplificado: a inscrição, a classificação, e a contratação para o exercício temporário das atribuições do cargo.
- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado por intermédio de Comissão designada por Portaria Específica.
- 1.3. Durante toda a realização deste Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no Art. 37, "caput" da Constituição Federal.

2. DA VAGA, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

- 2.1. A vaga a ser preenchida através deste Processo Seletivo Simplificado compreende:

Requisitos:

Professor Bilíngue: Professor ouvinte comprovado domínio na Língua Brasileira de Sinais, que atua em sala de aula, na educação dos estudantes surdos.

Habilitado:

Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial com habilitação em Deficiência Auditiva; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia -Educação Especial com curso de Pós Graduação em Libras; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de Pós Graduação em Libras; ou Curso Normal Superior com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial; ou Curso Normal Superior com Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial.

Não Habilitado:

Curso de Licenciatura em Pedagogia; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Licenciatura em Letras-Libras; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase da Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Licenciatura em Educação Especial; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento

Instrutor de LIBRAS: Professor surdo ou ouvinte com fluência em LIBRAS, comprovada por meio de exame de proficiência, preferencialmente com formação de nível superior em área da educação que atue com o ensino de LIBRAS.

Habilitado:

Licenciatura em Letras Libras ou em LetrasLibras/Língua Portuguesa ou Licenciatura em Letras e Proficiência no Ensino de Língua Brasileira de Sinais (Prolibras); ou Licenciatura em



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

Pedagogia e Proficiência no Ensino de Língua Brasileira de Sinais (Prolibras); ou
Licenciatura em Educação Especial e Proficiência no Ensino de Língua Brasileira de Sinais (Prolibras)

Não Habilitado:

Curso de Licenciatura em Pedagogia; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Licenciatura em Letras-Libras; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase da Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Licenciatura em Educação Especial; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento

Nº de Vagas	Função	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipo de Prova
01	Professor Bilingue	R\$ 1.443,00 (salário base)	20h	Títulos; Análise Curricular.
01	Instrutor de LIBRAS	R\$ 721,00 (salário base)	10h	Títulos; Análise Curricular

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas no período de **17 a 19 de fevereiro de 2020**, das **08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00** na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Três de Maio nº 142 – Centro, Canoinhas/SC ou por meio eletrônico através do e-mail seletivoeducacao@pmc.sc.gov.br.

3.2. As inscrições serão requeridas através do preenchimento do formulário disponibilizado por meio eletrônico através do e-mail informado no item 3.1, ou através do preenchimento da Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae constante do Anexo I deste Edital, que deverá ser preenchida de forma clara, com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados solicitados.

3.3. O preenchimento da Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae de forma incompleta, ilegível ou incorreta, implicará a eliminação do candidato do Processo Seletivo.

3.4. **Juntamente com a Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae, no ato da inscrição o candidato deverá apresentar:** documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação e registro exigidos para o cargo, acompanhados das respectivas cópias, bem como deverá apresentar cópia da documentação para comprovação dos títulos, experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.

3.4.1. **No caso de inscrição via internet**, o candidato deverá entregar pessoalmente ou enviar via Agência dos Correios, através de correspondência com Aviso de Recebimento (AR), cópias autenticadas dos seguintes documentos: documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação e registro exigidos para o cargo, documentação para comprovação dos títulos,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621- 7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.

3.4.2. Os documentos relacionados do Item 3.4.1 devem ser entregues ou endereçados à Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas – Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/SME/2020 – Rua Três de Maio,142 – Centro – CEP 89460-058, os quais **deverão ser recebidos impreterivelmente até às 17:00 do dia 19/02/2020**, período que encerram-se as inscrições.

3.5. O requerimento de inscrição e apresentação dos documentos poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos, mediante a apresentação do respectivo mandato procuratório, com firma do outorgante devidamente reconhecida por Tabelião, acompanhado de cópia de documento oficial de identidade do procurador, autenticada em Cartório.

3.6. As inscrições serão gratuitas.

3.7. No ato da inscrição será entregue ao candidato, comprovante de requerimento de inscrição.

3.8. O candidato somente será considerado inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

3.9. As informações prestadas na Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Organizadora excluí-lo deste Processo Seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

3.10. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições e/ou entrega de documentos.

3.11. Havendo inscrições indeferidas é facultada ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias (48hs) úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

4. DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. Ter idade mínima de 18 anos;

4.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

4.3. No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação, além dos já apresentados para a inscrição:

4.3.1. Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

4.3.2. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

4.3.3. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

4.3.4. Cédula de Identidade (RG);

4.3.5. CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

4.3.6. Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

4.3.7. Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

4.3.8. Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

4.3.9. Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

4.3.10. Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

- 4.3.11. Número de inscrição no PIS/PASEP;
- 4.3.12. Fotografia 3X4 recente;
- 4.3.13. Comprovante de residência atual;
- 4.3.14. Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.
- 4.4. O prazo de vigência da contratação será de acordo com a necessidade do município, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 5.528/2015.

5. DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO CURRICULAR E DOS TÍTULOS

5.1. A avaliação consistirá na Análise Curricular e de Títulos, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

5.2. No processo de análise e avaliação curricular e dos títulos serão observadas, para fins de classificação, a formação escolar ou acadêmica, a experiência profissional na área para a qual concorre, a participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, com as respectivas cargas horárias e conteúdos na área de habilitação ao cargo pretendido, com certificados expedidos por Instituição devidamente autorizada, sendo que a pontuação do candidato será estabelecida conforme os critérios da tabela abaixo:

Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial com habilitação em Deficiência Auditiva; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia -Educação Especial com curso de Pós Graduação em Libras; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com curso de Pós Graduação em Libras; ou Curso Normal Superior com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial; ou Curso Normal Superior com Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial.

Não Habilitado: Curso de Licenciatura em Pedagogia; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase do Curso de Licenciatura em Letras-Libras; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase da Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Licenciatura em Educação Especial; ou Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento.

TÍTULOS	
Título	Pontuação por Certificado
Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em área específica da exigida como requisito para o cargo.	0,25
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	0,50
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Mestrado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	0,75
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Doutorado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	1,00
Pontuação máxima por títulos	2,00
PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621- 7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

SIMPÓSIOS	
Certificados	Pontuação por Certificado
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária de no mínimo 08 (oito) até o máximo de 20 (vinte) horas.	0,10
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 20 (vinte) até o máximo de 40 (quarenta) horas.	0,20
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 40 (quarenta) até o máximo de 80 (oitenta) horas.	0,30
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 80 (oitenta) até o máximo de 120 (cento e vinte) horas.	0,40
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 120 (cento e vinte) horas.	0,50
Pontuação máxima por participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios	3,00
EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	
Exercício profissional na área para a qual concorre.	01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses completos, não sendo considerada a fração de períodos menores.
Pontuação máxima para experiência profissional comprovada na área de atuação	5,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	10 (dez) pontos

5.3. Só serão considerados e pontuados os certificados, declarações e/ou certidões devidamente discriminados na Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae, devendo o candidato entregar cópia dos documentos que comprovem a realização dos mesmos no prazo estipulado.

5.4. Para comprovação dos títulos, o candidato deverá apresentar, no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório, ou ainda, em caso de inscrição presencial, cópias simples acompanhadas do original para verificação.

5.5. As informações prestadas e/ou não comprovadas de forma devida não serão computadas para fins de pontuação.

5.6. Não serão considerados na pontuação documentos ilegíveis ou incompletos.

5.7. Os Certificados de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio que não constarem a carga horária não serão pontuados;

5.8. A comprovação da experiência de trabalho se dará: pela apresentação de cópia da CTPS, página de identificação e contrato de trabalho (com início e fim); pela apresentação de declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão Público onde trabalhou, com



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

informação acerca das atividades desenvolvidas e respectivo período e/ou Portarias de Nomeações e Exonerações.

5.9. Cada certificado será pontuado uma única vez e para um único critério.

5.10. Os comprovantes de escolaridade e formação que constam como requisitos obrigatórios para o cargo, relacionados no item 2.1, não serão computados ou considerados na fase de Análise Curricular e Títulos, por se tratarem de requisito de ingresso.

6. DA CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. O Resultado Classificatório do Processo Seletivo Simplificado será a soma dos pontos obtidos no processo de análise e avaliação curricular e dos títulos, conforme os critérios de pontuação estabelecidos na tabela do item 5.2. (No caso do cargo de Instrutor de LIBRAS o candidato surdo terá prioridade na classificação de acordo Decreto nº 5.626 de 22/12/2005 artigo 7º parágrafo 1º.)

6.2. Os candidatos serão classificados de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontos obtidos, sendo divulgada a classificação preliminar no dia 19/02/2020.

6.3. Ocorrendo empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) O candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada;

b) O candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

6.4. No caso do candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único da Lei nº. 10.741/03 – Estatuto do Idoso, o primeiro critério de desempate será a maior idade, seguido pelo maior tempo de experiência profissional.

6.5. O candidato poderá interpor recurso, mediante documento escrito e protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo, na Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 48 horas, contados a partir do primeiro dia útil da divulgação do resultado preliminar da seleção, no horário das 8hs às 12hs, anexando a documentação comprobatória.

6.5.1. Caberá a Comissão proceder à análise e julgamento do mesmo no prazo de 48 horas.

6.5.2. Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação.

6.6. A classificação dos candidatos será válida enquanto prevalecer a situação de necessidade excepcional e temporária de interesse público, limitado ao prazo de vigência deste certame.

6.7. A convocação do primeiro candidato classificado será realizada pessoalmente ou por telefone, meio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

6.8. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem de classificação.

PROFESSOR BILÍNGUE

7. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

7.1 Compete ao Professor Bilíngue:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621- 7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do(s) professor(es) regente(s), para organizar e/ou propor adequações curriculares e procedimentos metodológicos diferenciados para as atividades pedagógicas planejadas;
- Buscar alternativas e sequências didáticas capazes de produzir aprendizagens que gerem independência dos estudantes surdos. Sempre com vistas ao potencial lingüístico, cognitivo e social.
- Trabalhar com o aluno os conteúdos curriculares das diversas disciplinas, por meio da LIBRAS e da Língua Portuguesa na modalidade escrita.
- Auxiliar o professor regente em todas as disciplinas e nas atividades extraclasse promovidas pela escola.
- Oferecer suporte e acompanhamento na aprendizagem de estudantes com surdez, usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que não tenham fluência na LIBRAS, nas classes regulares e no AEE.
- Participar do Conselho de Classe.

7.2 Compete ao Instrutor de LIBRAS:

- Trabalhar com o ensino de LIBRAS no AEE.
- Ministrando cursos de LIBRAS para a comunidade escolar, com o objetivo de promover a inclusão do estudante surdo no contexto da escola.
- Organizar o planejamento de suas atividades do AEE em conjunto com o professor deste atendimento.
- Avaliar, com a participação do professor do AEE, o nível lingüístico dos estudantes que ingressam no atendimento.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inscrição do candidato importará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como das normas e procedimentos que venham a ser editadas e publicadas durante a preparação e execução do certame.

8.2. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.3. O candidato aprovado deverá manter atualizado o seu endereço e contatos telefônicos.

8.4. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado **não assegura ao** candidato o direito de ingresso automático nos cargos especificado neste Edital.

8.5. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente neste Edital, conforme dispuser a legislação local.

8.6. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9. DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

O prazo de validade do Processo Seletivo será de 2 (dois) anos, a contar da datada homologação do resultado final.

Canoinhas, 13 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO/CURRICULUM VITAE

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do(a) Candidato(a): _____
 Número do CPF: _____ Número do RG: _____
 Cargo pretendido: _____
 Endereço: Rua: _____ Número: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
 Telefones: _____
 E-mail: _____

CURRICULUM VITAE

TÍTULOS

Título/Instituição	

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS

Certificado	Carga Horária	

EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Empresa/Órgão/Instituição	Tempo em Meses	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax 3621-7716 -
E-mail: info.educ@pmc.sc.gov.br - CNPJ 83.102.384/0001-80 - CEP 89460-000 - SANTA CATARINA

ASSINATURA DO CANDIDATO

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 03/2020

Publicação Nº 2359403

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 03/2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GEM PROFESSORA XEILA ELISABETE CORNELSEN, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 13h45 min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 233/2020, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, representada pelo Sr. Gabriel Aaron Luiz, empresa CONSTRUTORA RUBI EIRELI, representada pelo Sr. Rubi Wagner, empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, representada pelo Sr. Antonio Claudio Tascheck e empresas AZ CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. As empresas GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, CONSTRUTORA RUBI EIRELI, WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, AZ CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, AZ CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, HABILITADAS no certame e INABILITADA a empresa CONSTRUTORA RUBI EIRELI, por desatender o item 6.2.3.2 do edital. Desta forma a comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas das empresas habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitações desta Prefeitura, às 15h30min do dia 28/02/2020. Caso haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas somente serão abertas após o julgamento dos recursos interpostos. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI CONSTRUTORA RUBI EIRELI

WR CONSTRUTORA E DIST. LTDA



PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMDR 03/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2359554

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMDR 03/2020 (ELETRÔNICO)

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/03/2020, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE BANCOS PARA JARDIM, MESAS, CADEIRAS E GÔNDOLAS, A SEREM UTILIZADAS NO PRÉDIO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL. Recebimento de propostas até às 14h00min, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br do dia 04/03/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 03/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2359559

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 03/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/03/2020, às 14h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE RECARGA, RETESTE, PLACAS, SUPORTES E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DESTINADAS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR. Recebimento de propostas até às 13h00min, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br do dia 05/03/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 26/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2359572

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 26/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/03/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DO VALOR EM M3 PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA, SUMIDOUROS E FILTROS ANAERÓBIOS, DESTINADOS A PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 03/03/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**PORTARIA Nº 04/2020**

Publicação Nº 2359509

PORTARIA Nº 004/2020

DIOGO CARLOS SEIDEL, Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, e

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, “a” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

RETIFICAR

Art.1º. Fica retificado o artigo 1º da portaria nº 039/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme o artigo 3º, incisos I, II e III, parágrafo único da emenda constitucional nº 47/2005. artigo 36, inciso II da EC 103/2019 ao segurado LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, portador da cédula de identidade n.º482.932, inscrito no CPF sob o n.º477.740.299-15 e PIS/PASEP nº1.804.000.261-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de MEDICO VETERINÁRIO, sob a matrícula nº224 do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotado junto à Secretaria Municipal de Agricultura”.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 14 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Diretor Executivo do ICPREV

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 013/2020

Publicação Nº 2358881

DECRETO No 013, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.359, de 23 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0401.20.601.0045.1007	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-264	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	200.000,00
	Total			R\$	200.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	54	R\$	200.000,00
Total	1024	54	R\$	200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de fevereiro de 2020

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 014/2020

Publicação Nº 2358887

DECRETO No 014, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.073,92 (dois mil, setenta e três reais e noventa e dois centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.359, de 23 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.073,92 (dois mil, setenta e três reais e noventa e dois centavos), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2009	MANUT DOS SERV GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-265	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	2.073,92
	Total			R\$	2.073,92

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.073,92 (dois mil, setenta e três reais e noventa e dois centavos), na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2009	MANUT DOS SERV GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-013	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	2.073,92
	Total			R\$	2.073,92

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 10 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 015/2020

Publicação Nº 2358987

DECRETO Nº 015, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Aprova remembramento de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente Rodrigo Savenhago, inscrito no CPF sob nº 026.023.199-10.

I – Lote nº 05 da quadra 311, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Ruites Valmir Andrioni, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 13.774, livro nº 2AAA, folha 145;

II – Lote nº 07 da quadra 311, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Ruites Valmir Andrioni, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 13.776, livro nº 2AAA, folha 147.

Art. 2º Os imóveis citados no caput do art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 13.774. 360,00 m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 13.776. 360,00 m²;

III - Área remembrada – Lote nº 05 Quadra 311 720,00 m².

Art. 3º Toda a área remembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área remembrada.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o remembramento das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal – SC, 13 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC TERMO ADITIVO 002/2020 C33

Publicação N° 2358967

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : TA 002/2020 C33 - Contrato N°: 0033/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: RIQUETI VITALE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIREL

Valor : 1.160,24 (um mil cento e sessenta reais e vinte e quatro centavos)

Vigência : Início: 13/02/2020 Término: 14/02/2020

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 0009/2018 Processo_Licitatório.....: 0193 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a SUPRESSÃO de valor do TA 006/2019 C33, o qual ocorreu um erro material ao elaborar a planilha referente ao item 10.2 - P11 porta de giro 2 folhas (120x180cm) veneziana alumínio gases especiais montada com ferragem, suprimindo o valor de R\$ 1.160,24, conforme parecer Jurídico, técnico e Memorando da Secretaria, anexos ao Processo Licitatório.

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2020

Publicação Nº 2359851

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de placa em metal, utilizadas para inauguração de obras públicas e identificação de unidades administrativas, visando a manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria de Administração e Finanças do município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 04 de março de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de fevereiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Lucimari Spader
Secretária de Administração e Finanças

LEI 2.704/2020

Publicação Nº 2359785

LEI Nº 2.704/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza efetuar repasse a Associação Patronato Anjo da Guarda, abre crédito especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no exercício 2020 e dá outras providências.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito em exercício de Catanduvas, no uso das atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o repasse no valor de R\$ 127.176,76 (cento e vinte e sete mil, cento e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) à entidade Associação Patronato Anjo da Guarda de Catanduvas, inscrita no CNPJ sob o nº 84.590.256/0001-96, em razão de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial do Orçamento do Município no valor de até R\$ 127.176,76 (cento e vinte e sete mil, cento e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.037 – Bloco de Prot. Social Especial de Alta Complexidade

Modalidade: 14 – 4.4.50.00.00.00.00.0.3.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Valor a Suplementar:R\$ 127.176,76

Art. 3º. Para o atendimento da Suplementação que trata o Artigo 2º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes fontes de recursos:

Superávit Financeiro apurado por fonte de recursos

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

Valor R\$ 127.176,76

Art. 4º. Pela abertura do crédito especial previsto nos artigos da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar os anexos da Lei 2.695/2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, nos limites da modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 5º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO CONSTANTE FUGA
Prefeito em exercício

RESOLUÇÃO 2020

Publicação Nº 2359879

Aprova Prestação de Contas dos Recursos Estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social pra o Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social especial de Média Complexidade e Proteção Social Básica.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei municipal n 2.360 de 09 de maio de 2012, que institui o CMAS;

Considerando a Lei n 8.742-93, LOAS -

Considerando a Lei 12,435 de 06 de julho de 2011;

Considerando o Decreto Estadual n 547 de 17 de dezembro de 2015.

Resolve

Art. 1ª Fica Aprovada a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS não utilizados do ano de 2019 e reprogramados para o ano de 2020.

Art. 2ª esta resolução entra em vigor na data de publicação.

Catanduvas-SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Marilu de Andrade

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0046/2019

Publicação Nº 2359870

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0046/2019

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA DETERMINAÇÃO DO TRAÇADO DO LIMITE TERRITORIAL ENTRE O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC E A EMPRESA POYER ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA. (Processo Licitatório nº 0077/2019 - DL nº 0017/2019)

Município de Catanduvas-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.939.414/0001-45, com sede administrativa na rua Felipe Schmidt, nº 1435, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Paulo Constante Fuga, doravante denominado CONTRATANTE;

Poyer Assessoria Ambiental LTDA, com sede na Rua Carlos Gomes, nº 50, Centro, em Jaborá SC, CEP: 89.609-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 09504015/0001-61, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado em 20 de maio de 2019.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Administração;

CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo do contrato supramencionado.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Prorrogar o prazo do contrato até 18 de março de 2020, com novo prazo iniciando em 17 de fevereiro de 2020;

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato supramencionado.

FUNDAMENTO JURIDICO: O presente aditivo contratual tem amparo no art. 57, da Lei Federal 8.666/1993.

E por estarem justas e contratadas, as partes e testemunhas assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor, para todos os fins de direito.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2020.

GILMAR MICHEL POYER PAULO CONSTANTE FUGA

POYER ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA Prefeito Municipal em exercício

CONTRATADO CONTRATANTE

TESTEMUNHAS: _____

Nome: Nome: Valmir de Rós

CPF: CPF: Assessor Jurídico

OAB/SC nº 26.310

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2019

Publicação Nº 2359802

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2019

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC E A EMPRESA EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA ME – PROCESSO LICITATÓRIO 00122/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0088/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.939.414/0001-45, sito a Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Paulo Constante Fuga.

CONTRATANTE: EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA ME, com sede na Rua Clevelândia, nº 2085-E, Bairro Bom Pastor, no município de Chapecó-SC, CEP: 89.806-033 inscrita no CNPJ-MF sob o nº 27.204.603/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Ederson Terras de Oliveira.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes em 02 de janeiro de 2019.

CONSIDERANDO a solicitação da empresa contratada;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, item 4.6, do contrato original.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Reajustar o valor do contrato em 7,6751% (sete virgula sessenta e sete por cento), referente ao IGP-DI/FGV acumulado no ano de 2019, conforme planilha anexa;

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, d, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas, 12 de fevereiro de 2020.

EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA	Nome:	PAULO CONSTATE FUGA
EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA ME	CPF:	PREFEITURA DE CATANDUVAS
CONTRATADA		CONTRATANTE

Testemunhas:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 001/2020 - TERMO DE AJUSTE

Publicação Nº 2359128

TERMO DE AJUSTE – AUXÍLIO – CONVÊNIO Nº 001/2020

Considerando o Artigo 3º, Inciso III da Lei federal nº 13.019/2014, combinado com a Lei nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.450/2020. O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.414.598/0001-81, com sede administrativa na Rua Cristiano Perosa, 307, Centro deste Município, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e do outro a FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL, inscrita no CNPJ sob o nº 82.804.592/0001-69, com sede na Rua Selvino Burtet, 62, Centro, Município de Caxambu do Sul, CEP 89.880-000, neste representado por seu Presidente Sr. Carlos Zeli Merisio, inscrito no CPF sob o nº 753.756.489-20, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o TERMO DE AJUSTE - AUXÍLIO, conforme às normas contidas no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/1.993, às regras da Lei Complementar nº 101/2.000 e sujeitando-se a Lei Federal nº 4.320/64 e, subsidiariamente na Lei Federal nº 13.019/2.014 e pela Lei Municipal nº 1.450/2020 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O Presente Termo de Ajuste, decorrente da autorização da Lei Municipal n. 1.450/2020, tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para custear investimentos com reforma e aquisição de insumos e equipamentos hospitalares na sede da Fundação Hospitalar, com o objetivo de adequar a estrutura às exigências da Vigilância Sanitária Estadual e manter a Fundação em pleno funcionamento do atendimento complementar ao SUS à população do Município, conforme detalhado no Plano de Trabalho, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

1.2 - Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado, proposto pela conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – O MUNICÍPIO de Caxambu do Sul/SC repassará à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Caxambu do Sul/SC a quantia de R\$ 260.850,00 (duzentos e sessenta mil e oitocentos e cinquenta reais) conforme plano de trabalho em anexo;

2.2 - As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento, conforme segue:

Orgão: 05 – Fundo Municipal da Saúde;

Unidade: 01 – Departamento de Saúde

Ação: 2028 - Manutenção dos programas de saúde pública do bloco de média e alta complexidade.

Funcional – 0010.0302.0011;

Referência – 187;

Modalidade: 33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 – Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado proposto pela Conveniente, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

3.2 - Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente junto ao Banco do Brasil 5302-3, conta nº 8.590-1 de titularidade da Fundação.

3.3 - Os recursos serão liberados em duas parcelas, a primeira até 15/02/2020, no valor de R\$160.850,00 (cento e sessenta mil e oitocentos e cinquenta reais) e a segunda até 15/03/2020, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme investimentos constantes no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Ajuste.

3.4 - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

3.5 - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Ajuste e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da Conveniente e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1- O prazo de vigência deste Termo de Ajuste será do ato de sua assinatura até dia 20/11/2020, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da Conveniente devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

III – a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Ajuste, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 - Este Termo de Ajuste poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término.

5.2 - Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela Conveniente e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

1. São obrigações dos partícipes:

I - DA CONVENIENTE/BENEFICIÁRIO

a) os recursos recebidos em decorrência do presente termo de ajuste deverão ser depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária. Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Ajuste de titularidade da Entidade mantida junto Banco do Brasil, Agência 5302-3 e conta corrente 8590-1. Depositar o valor da contrapartida na conta bancária especificada. Os recursos financeiros enquanto não utilizados deverão ser aplicados.

b) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Ajuste, observado o disposto na Lei Municipal n. 1.450/2020 e Lei Federal nº 4.320/64;

c) com relação aos pagamentos efetuados com os recursos provenientes deste Termo, observar o disposto na Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012;

d) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Ajuste;

e) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

f) submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

h) facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Ajuste, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

i) permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Ajuste, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

j) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Ajuste, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

m) manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Ajuste e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização e, caso interrompida a execução do objeto, por mais de 30 dias o Município poderá executá-lo diretamente;

l) permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Ajuste;

m) ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

n) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) o beneficiário fica proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

p) o beneficiário fica obrigado a manter atualizado o seu cadastro junto ao Município, durante todo o prazo de validade deste termo de ajuste.

q) o beneficiário deverá identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) transferir os recursos à Conveniente, no valor equivalente de R\$ 260.850,00 (duzentos e sessenta mil e oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

b) acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Ajuste, comunicando à Conveniente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Ajuste, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

d) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Ajuste;

e) analisar a prestação de conta relativas a este Termo de Ajuste, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta a Instrução Normativa TCE/SC n. 14/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES**DA CONVENIENTE**

7.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente termo.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

7.2 - Acompanhar a execução do termo zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

7.3 - O Concedente acompanhará a execução física do objeto, mediante verificações in loco da execução conforme Plano de Trabalho

apresentado pela Convenente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

8.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Ajuste, a Convenente deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

8.2 - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada.

8.3 - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

8.4 - Os débitos a serem restituídos pela Convenente serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 - O presente Termo de Ajuste poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

9.2 - O Termo de Ajuste será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

10.1 - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a Convenente não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a Convenente não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 - A Convenente prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal.

11.2 - A prestação de contas observará as regras previstas nas Instruções Normativas Nº TC-14/2012, além das cláusulas constantes deste Termo de Ajuste e do Plano de Trabalho.

11.3 - A prestação de contas apresentada pela Convenente deverá conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

11.4 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto, através de notas fiscais que demonstram a efetiva aplicação, bem como orçamentos que demonstrem a aplicação dos recursos em conformidade com preço de mercado dos produtos e serviços adquiridos.

11.5 – A Convenente deverá apresentar a prestação de contas, perante a administração Municipal, em até 30 dias após o término da vigência do Termo de Ajuste.

11.6- A prestação de contas dos recursos concedidos será analisada pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

11.7 - O Parecer de que trata o item anterior concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I – a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;

III – o cumprimento do plano de trabalho;

IV – a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V – execução total ou parcial do objeto;

VI - aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII – eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VIII - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

11.8 - O parecer de que trata o item 11.6 versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

11.9 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar o termo de ajuste ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

11.10 - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - Será de responsabilidade do MUNICÍPIO, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no

caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Instrução Normativa TC n. 14/2012.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Ajuste, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da Conveniente.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Ajuste.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, os partícipes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Caxambu do Sul/SC, 13 de fevereiro de 2020

FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL Carlos Zeli Merisio	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
--	--

Testemunhas:

01. _____ Nome: Juliane Pegoraro Gheller CPF: 038.386.139-02	02. _____ Nome: Saiane Burtet do Amaral CPF: 058.639.899-63
--	---

PORTARIA Nº 013/2019

Publicação Nº 2358934

PORTARIA Nº 013/2020

"Revoga portaria 120/2019 e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 121 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria 120/2019 e Instaurar Sindicância Investigativa Administrativa para apurar denúncia de irregularidade cometida por servidor municipal e noticiada pelo Sistema de OUIVODORIA, em conformidade com a documentação anexa a esta portaria.

Parágrafo único: devido a necessidade à investigação em proteção ao investigado e às provas o procedimento deve ser conduzido sob sigilo.

Art. 2º - Designa-se o servidor municipal Janio Sadi Kulba Junior para conduzir a presente sindicância que deverá ser concluída no prazo de 60 dias.

Art. 3º - Aplica-se, subsidiariamente, para cumprimento do devido processo legal, a Lei nº 8.112/1990, o Decreto nº 5.480/2005 e a Instrução Normativa nº 14/2018 do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 3 FMS**

Publicação Nº 2358805

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 03/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.608.771/0001-70, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930 - centro, neste ato representado pelo Prefeito ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado CLINICA MEDICA MATER, inscrita no CNPJ nº 08.725.789/0001-50, com sede em RUA FREI ROGERIO 535 – CENTRO - CAMPO NOVOS/ SC doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e convencionado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO

Tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ASSISTÊNCIA BÁSICA À SAÚDE a serem realizados pelo CONTRATADO.

Parágrafo Único - Integra e Completa o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA-REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta, em regime de empreitada, por preço unitário, sem vínculo empregatício, na cidade do Credenciado, em instalações próprias da empresa, mediante a requisição expedida pelo Contratante, ficando assegurado ao paciente tratamento idêntico ao dispensado aos particulares. Não poderão os pacientes sofrer qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços.

Parágrafo Único - A execução do presente será acompanhada e fiscalizada por um representante do Fundo Municipal de Saúde, especialmente designado, em atenção ao art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor unitário por procedimento (consulta/retorno), CONFORME:

PEDIATRIA E DERMATOLOGIA - O valor unitário por procedimento (consulta e retorno) será de R\$ 150.00 (Cento e cinquenta reais);

ORTOPEDIA - O valor unitário por procedimento (consulta/retorno) será de R\$ 200.00 (duzentos reais);

GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA - O valor unitário por procedimento (consulta/retorno) será de R\$ 165.00 (Cento e sessenta e cinco reais)

CIRURGIAS: Conforme tabela.

Parágrafo Único -O pagamento está condicionado à apresentação da Certidão de Regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no § 2º do Artigo 71 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, até quinze dias úteis após a apresentação de nota fiscal e relação nominal de atendimentos discriminando o número de consultas realizadas pelo profissional.

Parágrafo Primeiro - As consultas cobradas deverão abranger àquelas realizadas entre os dias 20 de cada mês, sendo o recibo/nota apresentado até o dia 25 do mês respectivo.

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas por conta de recursos das dotações orçamentárias de 2020:

5 - 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

O presente Contrato de credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração até 31/12/2020.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O valor contratado para a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato, não poderá sofrer reajuste em prazo inferior a 01 (um) ano, decorrido referido prazo o valor da consulta poderá ser reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços estabelecida na CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2020.

b) Efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços, mediante apresentação pelo

credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

c) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

d) Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;

e) Fornecer requisições de consultas e exames;

Constituem obrigações do CONTRATADO:

a) Atender todos os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

b) Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

d) Apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo;

e) Até o prazo de 60 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

f) Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;

g) Observar as normalizações estabelecidas nas Normalizações, parte integrante deste.

CLÁUSULAS OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços contratados, será aplicado ao CONTRATADO multa moratória de valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total em atraso limitado a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, sendo garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes e a qualquer tempo, desde que, para tanto, seja notificada a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do pretendido termo final do Pacto.

Parágrafo Único - Fica convencionado, igualmente, que nenhum direito indenizatório será gerado às partes, em decorrência da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Para as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Anita Garibaldi - SC, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno acordo assinam o presente com as testemunhas abaixo, em duas vias, de igual teor e forma.

Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CONTRATO 1 E 2 FMS

Publicação N° 2358802

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
325	1/2020	13/02/2020	31/12/2020	1/2020	Não	60.000,00		SERVIÇOS DE LABORATORIO	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC/
Objeto: Edital de Credenciamento dos laboratórios interessados na realização de exames de análises clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela SUS, durante o exercício de 2020.									
326	2/2020	13/02/2020	31/12/2020	1/2020	Não	60.000,00		SERVIÇOS DE LABORATORIO	LABORATORIO CLINICO PATOLOGICO MARTINS LT
Objeto: Edital de Credenciamento dos laboratórios interessados na realização de exames de análises clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela SUS, durante o exercício de 2020.									

Total: 2

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017

Publicação Nº 2358868

5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017

QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC E A ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA.

I – CONTRATANTES: O Município de Chapadão do Lageado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.120/0001-27, de ora em diante simplesmente denominado CONCEDENTE e a Associação Abrigo Mão Amiga, doravante denominada ENTIDADE, Organização da Sociedade Civil, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.377.460/0001-08, com sede na Rodovia SC 302, km 05 – Cx. Postal nº 73 – Bairro Cerro Negro – Ituporanga/SC.

II – REPRESENTANTES: Representa a CONCEDENTE, a Prefeita Municipal Sra. MARLI GORETTI KAMMERS, divorciada, brasileira, inscrita no RG sob o nº 1.034.300 e no CPF sob nº 437.795.309-53, residente e domiciliada na Rua Bertolino Pedro Schneider – Centro do Município de Chapadão do Lageado e a ENTIDADE, representado pelo seu Presidente ARI FRONZA, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o nº 724.952 e no CPF sob o nº 379.320.719-68, residente e domiciliado na Rua Expedicionário Aleandro Stedile 728, Itoupava – Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do inciso I, DA CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE, do Termo de Colaboração nº 001/2017, passando o valor máximo mensal por cada vaga para RS 2.716,48 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos), a partir do mês de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, site www.diariomunicipal.sc.gov.br e no Mural Público do Município de Chapadão do Lageado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original e Termo Aditivo celebrado.

Por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em juízo e fora dele.

Chapadão do Lageado-SC, 14 de fevereiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS ari fronza
PREFEITA MUNICIPAL PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Testemunhas:

Nome: Neusa Francisco Luckmann Nome:
CPF:001.275.019-08 CPF:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020

Publicação Nº 2358555

estado de santa catarina
município de chapadão do lageado

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020

ORLANDO PAUL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009 e,

CONSIDERANDO que não houve inscritos no Processo Seletivo, Edital nº 001/2019.

CONSIDERANDO que a realização de novo processo seletivo, demanda tempo para elaboração de todos os procedimentos administrativos pertinentes, bem como, custos ao erário;

CONSIDERANDO que não há processo seletivo ou concurso público vigente para o cargo;

CONSIDERANDO que a administração tem como princípio basilar a continuidade do serviço público, e uma eventual paralisação, fatalmente acarretará em violação aos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme art.2º, VIII, da Lei Complementar nº 040/2009;

Torna público os procedimentos para a chamada pública destinada ao provimento de vaga temporária para a função constante do item 1.2 deste edital.

1. DA DATA, DA VAGA E DO VALOR

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 20 de fevereiro de 2020 (quinta-feira), às 9:00h, no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

1.2 Das vagas e do valor:

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

(01) Fonoaudiólogo

Carga Horária: até 20 horas, definida por conveniência e oportunidade de acordo com o interesse público.

Remuneração: R\$ 1.964,41 + R\$ 100,00 (vale alimentação), correspondente a 20 (vinte) horas. Jornada inferior será feito o cálculo proporcional.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG, CPF;
- b) Diploma do curso superior de Fonoaudiologia e registro no respectivo Conselho;
- c) Documentos necessários para o desempate, se for o caso.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos habilitados, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior Habilitação na área de atuação, devidamente comprovada;
- b) Maior tempo de serviço na área de atuação, mediante apresentação do respectivo comprovante;
- c) Maior Idade.

3.2 A análise da classificação será realizada pelo Setor de Recursos Humanos conjuntamente com a Assessoria Jurídica do Município. Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria de Administração e Planejamento (Setor de Recursos Humanos).

Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020

Publicação Nº 2359122

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de fevereiro de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto é formação de registro de preços para a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futsal, Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 17 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

HOMOLOGAÇÃO FINAL DA RELAÇÃO DE CONTEMPLADOS

Publicação Nº 2359173

HOMOLOGAÇÃO FINAL DA RELAÇÃO DE CONTEMPLADOS
EDITAL Nº 001/2020/SMECE

CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS DO PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA
– 1º Semestre/2020

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, do Município de Chapadão do Lageado/SC, por meio da Comissão Executiva do Programa Bolsa Universitária, instituído pela Lei Complementar nº 088 de 18.12.2017 e designados através da Portaria nº 133/2018, FAZ SABER que em razão da conclusão dos trabalhos relativos a análise dos pedidos, após o cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências, RESOLVE H O M O L O G A R, a relação de contemplados com a concessão de bolsa de estudos para o 1º Semestre/2020, de acordo com a lista abaixo, após recurso, que será devidamente publicada nos sites: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.chapadaodolageado.sc.gov.br, para todos os efeitos legais.

ALUNOS BOLSISTA EM CONTINUIDADE	% A SER REEMBOLSADO	ALUNOS APROVADOS 1º SEMESTRE/2020	% A SER REEMBOLSADO
ANA LUCIA HERDT FREITAS	90%	Alan Vitor Roling	85%
DIEGO FERNANDO CHIQUIO	80%	Carin Borges dos S. Rodrigues	100%
FRANCIELE DE BARROS	100%	Jean Carlos Pereira	95%
GILBERTO DOS SANTOS MAZZOLINI	100%	João Marcos Batista	85%
HELENICE BITTENCOURT	80%	Larissa Raymundo	100%
IGOR RAMOS	90%	Luana Mª Rengel Henckel	80%
JAINE FERNANDA ROLING	85%	Rosicléia de S. Borges dos Santos	80%
JANAINA SEHNEM SCHEIDT	85%		
JONAS GABRIEL BATISTA AIRES	95%		
KARINY PASSIG	85%		
LEANDRO MOMM	100%		
LEILA GRACIELA WERNER	85%		
LEONARDO ALBERTO HOFFMANN	75%		
MARCIANE LOPES	95%		
PAULO HENRIQUE MOMM	95%		
RAYANE STÉFANI DA SILVA	100%		
ROSANE DE MELLO ROLING	85%		
ROSILDO JOSÉ PEREIRA	90%		
SABRINA CABRAL	100%		
TAINARA MOMM	90%		
WELLITON RAMOS	90%		
WILIANS ALVES	80%		

Chapadão do Lageado, 17 de fevereiro de 2020.

Nerci Ramos Adriana Machado Correia Adriana Martins
Presidente Membro Membro

Leticia Eyng Sirlei Chiquio Medeiros
Membro Membro

LUANA FRANZ DE OLIVEIRA
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal

P O R T A R I A Nº 084/2020

Publicação Nº 2359076

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 084/2020

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Concede função gratificada ao Servidor ADILSON HEINZ, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, sem prejuízo das atribuições do cargo original.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 20% (vinte por cento), FG-1, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.02.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

P O R T A R I A Nº 085/2020

Publicação Nº 2359098

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 085/2020

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Concede função gratificada de Chefe de Serviço, ao Servidor MAICSON MONTIBELLER, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, para responder pela na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 20% (vinte por cento), FG-1, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Fica Revogado os efeitos da Portaria nº 321/2018 de 26 de outubro de 2018.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.02.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

P O R T A R I A Nº 086/2020

Publicação Nº 2359120

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 086/2020

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Concede função gratificada de Chefe de Serviço ao Servidor JAQUES ERNANI BEZERRA, ocupante do cargo efetivo de Veterinário, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, para responder Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 20% (vinte por cento), FG-1, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.02.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 087/2020

Publicação Nº 2359148

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 087/2020

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos de saúde são essenciais e não podem sofrer descontinuidade, sob pena de causar prejuízos irreparáveis à população;

CONSIDERANDO que a administração tem como princípio basilar a continuidade do serviço público, e uma eventual paralisação, fatalmente acarretará em violação aos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a desistência da vaga ofertada ao candidato aprovado no Processo Seletivo 001/2019;

CONSIDERANDO que não há outros inscritos no Processo Seletivo 001/2019 e que não há Concurso Público vigente para o cargo;

CONSIDERANDO o resultado da Chamada Publica nº 01/2020, realizada para contratação temporária de excepcional interesse público, em caráter emergencial;

CONSIDERANDO o interesse público no atendimento à população na área da Saúde;

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o inciso I, do art. 2º da Lei Complementar Nº 040 de 15/05/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário BRUNA HAMILTON BARDT, para exercer as funções do Cargo de Fisioterapeuta ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 17.02.2020 a 18.12.2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 083/2020

Publicação Nº 2359016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 083/2020

- Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, para a seleção e, posterior, contratação de pessoal em caráter temporário;

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 040 de 15.05.2009 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99, e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 001/2019;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em Caráter Temporário ERASMO CARLOS DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Operário - 40 horas, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 17.02.2020 a 19.05.2020.

Art. 2º Conforme art. 11, da Lei Complementar 040 de 15.05.2009, o contrato extinguir-se-á, sem direito a indenização, por iniciativa da Administração, devidamente motivado.

Art. 3º A remuneração se dará de acordo com a cláusula 2.1.6, contida no edital de Processo Seletivo nº 001/2019.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N° 088/2020

Publicação N° 2359165

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 088/2020

CONSIDERANDO, o deferimento do Pedido de Auxílio Doença do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, concedido através do benefício nº 618.093.519-3, a partir de 28.01.2020, da Servidora LENIR PAUL KERSCHBAUM;

CONSIDERANDO que a prorrogação do direito será mantida até o dia 04.08.2020;

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor da servidora LENIR PAUL KERSCHBAUM, Licença para tratamento de saúde, até 04.08.2020, conforme decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a ser remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em Exercício

RGF_3ºQUADRIMESTRE_2019_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Publicação Nº 2358535

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.340.150,93	65,63
Pessoal Ativo	7.340.150,93	65,63
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.900.355,54	65,63
Obrigações Patronais	1.439.795,39	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.181,59	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.181,59	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.325.969,34	65,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.777.432,84	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	200.000,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	14.577.432,84	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	7.326.034,97	50,26
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.871.813,73	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.478.223,04	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.084.632,36	48,60

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.918.434,80	65,63
Pessoal Ativo	7.918.434,80	65,63
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.378.840,80	65,63
Obrigações Patronais	1.539.594,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.181,59	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.181,59	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.904.253,21	65,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.777.432,84	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	200.000,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	14.577.432,84	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	7.904.318,84	54,22
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.746.459,70	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.309.136,72	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.871.813,73	54,00

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.798.675,59	2.904.716,29	2.648.877,73	2.456.671,46
Disponibilidade de Caixa	2.798.675,59	2.904.716,29	2.648.877,73	2.456.671,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.897.184,78	3.839.156,57	3.711.153,06	2.691.099,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	98.509,19	934.440,28	1.062.275,33	234.428,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.798.675,59	-2.904.716,29	-2.648.877,73	-2.456.671,46
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.906.822,92	14.006.382,72	14.213.825,11	14.777.432,84
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-20,12%	-20,74%	-18,64%	-16,62%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	16.688.187,50	16.807.659,26	17.056.590,13	17.732.919,41
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.019.368,75	15.126.893,34	15.350.931,12	15.959.627,47
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	15.089,51	155.170,17	217.578,67	70.536,92
RP NÃO-PROCESSADOS	434.722,79	668.421,92	314.418,22	465.041,32
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretario da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	13.906.822,92	14.006.382,72	14.213.825,11	14.777.432,84
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.059.501,04	3.081.404,20	3.127.041,52	3.251.035,22
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.753.550,94	2.773.263,78	2.814.337,37	2.925.931,70

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:**FONTE:**

Chapadao do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
 Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.777.432,84	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.364.389,25	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.127.950,33	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.034.420,30	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Chapadao do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
 Prefeita Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
 Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.495.933,95	37.879,17	159.209,61	58.920,93	70.536,92	0,00	1.170.387,32	180.888,15	0,00	989.489,17
Recursos Ordinários	1.495.468,02	37.879,17	159.209,61	58.920,93	70.536,92	0,00	1.169.921,39	180.888,15	0,00	989.023,24
Outros Recursos não Vinculados	465,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465,93	0,00	0,00	465,93
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.195.165,55	22.436,62	15.902,64	41.286,72	0,00	0,00	1.115.539,57	183.935,52	0,00	931.604,05
Transferências do FUNDEB	16.284,58	0,00	0,00	230,00	0,00	0,00	16.054,58	0,00	0,00	16.054,58
Outros Recursos Vinculados à Educação	170.411,94	21.546,95	9.204,96	3.031,92	0,00	0,00	136.628,11	117.553,50	0,00	19.074,61
Outros Recursos Vinculados à Saúde	178.621,80	150,80	5.989,48	15.767,44	0,00	0,00	156.734,08	6.769,10	0,00	149.964,98
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aterroamento de Bens/Ativos	34.547,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.547,38	0,00	0,00	34.547,38
Outros Recursos Vinculados	795.299,85	738,87	728,20	22.257,36	0,00	0,00	771.575,42	59.612,92	0,00	711.962,50
TOTAL (III) = (I + II)	2.691.099,50	60.315,79	174.112,25	100.207,65	70.536,92	0,00	2.285.926,89	364.833,67	0,00	1.921.093,22

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelcio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	14.777.432,84	
Receita Corrente líquida Ajustada	14.577.432,84	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.904.318,84	54,22
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.746.459,70	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.309.136,72	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	7.871.813,73	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.456.671,46	-16,62
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.732.919,41	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.251.035,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.364.389,25	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.034.420,30	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	364.833,67	1.921.093,22

FONTE:

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

RREO_6ºBIMESTRE_2019_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Publicação Nº 2358538

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.298.818,30	11.298.818,30	3.540.662,76	31,34	14.924.287,50	132,09
RECEITAS CORRENTES	11.291.575,30	11.291.575,30	3.540.662,76	31,36	14.865.507,50	131,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	284.300,00	284.300,00	301.788,34	106,15	637.955,03	224,40
IMPOSTOS	244.300,00	244.300,00	295.646,99	121,02	532.857,24	218,03
TAXAS	40.000,00	40.000,00	6.141,35	15,35	105.297,79	263,24
CONTRIBUIÇÕES	45.000,00	45.000,00	11.237,52	24,97	79.304,33	176,23
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.000,00	45.000,00	11.237,52	24,97	79.304,33	176,23
RECEITA PATRIMONIAL	115.020,00	115.020,00	11.136,40	9,68	106.343,64	92,46
VALORES MOBILIÁRIOS	115.020,00	115.020,00	11.136,40	9,68	106.343,64	92,46
RECEITA DE SERVIÇOS	1,00	1,00	5.480,00	548.000,00	8.640,00	864.000,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1,00	1,00	5.480,00	548.000,00	8.640,00	864.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.614.252,30	10.614.252,30	3.195.649,28	30,11	13.970.328,17	131,62
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.414.365,30	6.414.365,30	2.226.355,40	34,71	8.166.914,87	127,32
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	2.899.887,00	2.899.887,00	684.002,38	23,59	4.192.763,64	144,58
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.300.000,00	1.300.000,00	285.291,50	21,95	1.610.649,66	123,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	233.002,00	233.002,00	15.371,22	6,60	62.938,33	27,01
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	1,00	1,00	679,94	67.994,00	5.352,36	535.236,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	108.001,00	108.001,00	14.691,28	13,60	57.583,97	53,32
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.243,00	7.243,00	0,00	0,00	58.780,00	811,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6,00	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.237,00	4.237,00	0,00	0,00	58.780,00	1.387,30
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.123,00	4.123,00	0,00	0,00	58.780,00	1.425,66
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	114,00	114,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.298.818,30	11.298.818,30	3.540.662,76	31,34	14.924.287,50	132,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	11.298.818,30	16.128.886,08	3.420.618,31	15.352.057,57	776.828,51	3.302.354,10	14.987.223,90	1.141.662,48	14.813.111,65	364.833,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	111.175,85	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	11.298.818,30	16.128.886,08	3.420.618,31	15.352.057,57	—	3.302.354,10	14.987.223,90	—	14.924.287,50	364.833,67
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 18.114,82
Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelso Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/Total b)			% (d/Total d)		
PREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)									
Legislativa	11.298.818,30	16.128.886,08	3.420.618,31	15,352,057,57	100,00	3.302.354,10	14,987,223,90	1.141,662,18	364,833,67
Ação Legislativa	730.000,00	730.000,00	133.238,10	725,733,11	4,73	135,749,20	725,733,11	4,84	4,266,89
Administração	2.160.965,30	3.695,379,51	1.114,756,61	3,600,393,78	23,45	1.110,612,77	3,567,717,68	23,81	127,661,83
Administração Geral	1.460,861,30	2,875,275,51	1,073,327,84	2,806,071,01	18,28	1,064,256,14	2,782,988,81	18,57	92,286,70
Administração Financeira	700,104,00	820,104,00	41,428,77	794,322,77	5,17	46,356,63	784,728,87	5,24	35,375,13
Defesa Nacional	3,003,00	3,003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,003,00
Defesa Civil	3,003,00	3,003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,003,00
Segurança Pública	37,500,00	58,500,00	23,239,08	57,105,40	0,37	22,432,22	55,365,40	0,37	3,134,60
Policimento	37,500,00	58,500,00	23,239,08	57,105,40	0,37	22,432,22	55,365,40	0,37	3,134,60
Assistência Social	536,752,25	682,752,25	103,359,03	619,758,88	4,04	102,998,59	613,818,46	4,10	68,933,79
Assistência ao Idoso	7,750,00	7,750,00	170,60	1,613,58	0,01	1,017,00	1,613,58	0,01	6,136,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	62,500,00	70,500,00	8,665,48	48,577,93	0,32	21,922,07	47,445,01	0,32	23,054,99
Assistência Comunitária	486,502,25	604,502,25	94,522,95	569,567,37	3,71	92,401,45	564,799,87	3,77	39,742,38
Aldeia	1,619,924,00	3,561,975,05	687,508,59	3,456,177,90	22,51	716,234,00	3,436,017,53	22,36	125,957,52
Atenção Básica	1,526,322,00	3,462,928,98	667,713,72	3,371,759,28	21,96	693,582,93	3,351,817,71	22,36	111,111,27
Vigilância Sanitária	26,600,00	32,044,07	2,450,48	30,595,98	0,20	2,450,48	30,595,98	0,20	1,448,09
Vigilância Epidemiológica	16,000,00	16,000,00	2,357,55	6,432,93	0,04	2,357,55	6,432,93	0,04	9,567,07
Extensão Rural	51,002,00	51,002,00	14,986,84	47,389,71	0,31	17,843,04	47,170,91	0,31	3,831,09
Trabalho	15,001,00	15,001,00	7,304,90	14,304,90	0,09	7,304,90	14,304,90	0,10	696,10
Fomento ao Trabalho	15,001,00	15,001,00	7,304,90	14,304,90	0,09	7,304,90	14,304,90	0,10	696,10
Educação	3,624,978,00	3,964,088,30	832,131,91	3,624,664,20	23,61	741,355,38	3,492,390,27	23,30	471,698,03
Ensino Fundamental	2,332,885,00	2,509,777,83	535,899,05	2,273,718,43	14,81	439,800,58	2,144,903,24	14,31	364,874,59
Educação Infantil	1,268,093,00	1,430,310,47	291,322,86	1,329,485,77	8,66	296,644,80	1,326,027,03	8,85	104,283,44
Educação Especial	24,000,00	24,000,00	4,910,00	21,460,00	0,14	4,910,00	21,460,00	0,14	2,540,00
Cultura	83,021,00	98,021,00	47,708,99	97,669,77	0,64	47,197,57	91,519,09	0,61	6,501,91
Diffusão Cultural	83,021,00	98,021,00	47,708,99	97,669,77	0,64	47,197,57	91,519,09	0,61	6,501,91
Urbanismo	521,006,00	943,361,02	131,056,76	901,078,27	5,87	73,179,71	772,382,91	5,15	170,978,11
Infra-Estrutura Urbana	521,006,00	943,361,02	131,056,76	901,078,27	5,87	73,179,71	772,382,91	5,15	170,978,11
Habituação	10,000,00	10,000,00	0,00	1,241,08	0,01	0,00	1,241,08	0,01	8,758,92
Habituação Rural	10,000,00	10,000,00	0,00	1,241,08	0,01	0,00	1,241,08	0,01	8,758,92
Saneamento	12,500,00	12,500,00	1,610,00	12,002,79	0,08	1,928,00	12,002,79	0,08	497,21
Saneamento Básico Urbano	12,500,00	12,500,00	1,610,00	12,002,79	0,08	1,928,00	12,002,79	0,08	497,21
Gestão Ambiental	122,006,00	135,006,00	15,062,55	122,098,64	0,80	15,478,35	119,827,84	0,80	15,178,16
Preservação e Conservação Ambiental	122,006,00	135,006,00	15,062,55	122,098,64	0,80	15,478,35	119,827,84	0,80	15,178,16
Agricultura	494,201,75	829,551,02	121,052,23	766,548,29	4,99	131,198,58	753,658,80	5,03	75,892,22
Extensão Rural	494,197,75	829,547,02	121,052,23	766,548,29	4,99	131,198,58	753,658,80	5,03	75,892,22
Transporte Rodoviário	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
Comércio e Serviços	148,006,00	209,793,93	101,413,39	182,963,69	1,19	101,413,39	182,963,69	1,22	26,830,24
Turismo	148,006,00	209,793,93	101,413,39	182,963,69	1,19	101,413,39	182,963,69	1,22	26,830,24
Transporte	995,952,00	1,025,952,00	74,970,27	1,021,078,72	6,65	68,334,47	999,681,85	6,67	21,396,87
Transporte Rodoviário	995,952,00	1,025,952,00	74,970,27	1,021,078,72	6,65	68,334,47	999,681,85	6,67	21,396,87

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (d-e)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	11.298.818,30	16.128.886,08	3.420.618,31	15.352.057,57	100,00	776.828,51	3.302.354,10	14.987.223,90	100,00	1.141.662,18	364.833,67
Desporto e Lazer	124.002,00	154.002,00	26.205,90	149.238,15	0,97	4.763,85	26.936,97	148.598,50	0,99	5.403,50	639,65
Desporto Comunitário	124.002,00	154.002,00	26.205,90	149.238,15	0,97	4.763,85	26.936,97	148.598,50	0,99	5.403,50	639,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.298.818,30	16.128.886,08	3.420.618,31	15.352.057,57	100,00	776.828,51	3.302.354,10	14.987.223,90	100,00	1.141.662,18	364.833,67

FONTE:

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelcio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lagedo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
RECEITAS CORRENTES (I)		1.351.405,31	1.427.677,82	1.331.626,26	1.315.727,27	1.421.559,45	1.216.429,53	1.655.615,31	1.248.117,05	1.183.413,44	1.182.817,03	1.333.811,50	2.647.484,24	17.215.251,21	131.433.775,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		23.519,39	12.128,98	20.332,15	70.745,80	31.315,01	11.413,96	61.889,28	22.280,97	19.381,52	16.877,55	18.536,78	280.085,35	588.516,74	262.800,00
IPTU		797,84	299,20	4.536,12	36.290,28	11.411,43	1.013,20	605,74	1.608,82	859,37	0,00	0,00	915,65	58.337,65	41.800,00
I.S.S.		17.483,11	4.933,85	6.211,88	7.247,92	8.042,21	5.390,68	11.789,20	23.038,95	15.681,92	6.440,37	8.476,80	51.301,78	185.048,67	71.800,00
I.T.B.I.		1.724,36	1.647,94	2.774,18	5.427,66	1.378,05	0,00	4.791,39	15.824,80	1.835,99	0,00	0,00	10.854,70	48.259,10	31.100,00
I.R.R.F.		0,00	484,22	484,21	0,00	1.911,14	2.667,93	3.781,22	19.483,78	0,00	10.141,26	9.536,50	214.561,56	262.011,62	100.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.504,08	4.783,77	6.332,76	21.779,91	8.571,18	2.342,15	1.313,42	2.962,93	1.004,24	295,92	523,48	2.451,66	56.689,50	18.500,00
Contribuições		6.619,57	8.426,47	8.708,82	9.368,90	6.993,35	5.914,80	5.369,91	5.909,12	6.085,10	5.673,77	5.579,30	5.688,22	79.304,33	45.000,00
Recita Patrimonial		4.617,27	4.751,22	14.075,98	9.501,20	11.468,02	9.853,10	11.128,49	10.141,35	8.843,19	10.461,27	7.290,37	3.794,81	105.949,27	113.020,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		4.617,27	4.751,22	14.075,98	9.501,20	11.468,02	9.853,10	11.128,49	10.141,35	8.843,19	10.461,27	7.290,37	3.794,81	105.949,27	113.020,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços		2.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes		1.312.388,92	1.400.110,46	1.188.470,31	1.219.517,81	1.360.530,27	1.183.741,08	1.606.530,88	1.166.871,13	1.144.939,51	1.145.292,48	1.294.219,13	2.345.320,56	16.369.904,54	12.489.952,30
Cota-Parte do FPM		712.854,55	783.028,06	590.675,57	352.554,84	737.584,92	578.206,50	790.695,22	577.153,58	515.751,82	472.975,26	646.699,24	1.094.325,20	7.846.507,76	6.650.000,00
Cota-Parte do ICMS		392.474,12	381.181,60	353.852,53	586.889,90	358.151,66	353.212,62	357.485,49	359.984,38	374.884,67	377.907,60	385.987,77	414.988,76	4.695.921,12	3.100.000,00
Cota-Parte do IPVA		14.403,19	22.814,87	25.689,83	28.654,98	27.164,21	19.090,13	19.857,18	14.154,91	22.000,80	15.313,16	8.044,37	5.022,15	222.299,78	150.000,00
Cota-Parte do ITR		0,00	59,53	15,00	13,02	99,04	12,97	103,09	80,18	2.252,90	1.511,53	72,25	89,92	4.309,43	1.300,00
Outras Transferências Correntes		53.075,31	71.300,05	89.390,40	120.074,85	99.742,78	107.403,78	314.080,97	86.368,52	97.367,03	147.409,77	118.514,30	680.584,23	1.985.306,79	1.276.452,30
Transferências da LC 61/1989		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEC		139.581,75	141.726,35	128.845,98	131.330,42	137.759,64	125.815,08	126.308,93	129.134,56	134.852,29	130.175,16	135.991,20	149.300,30	1.610.649,66	1.300.000,00
Outras Receitas Correntes		1.620,16	2.260,68	36,00	7.140,56	11.260,80	5.506,59	8.308,06	3.256,17	4.164,12	3.971,86	2.705,92	12.655,30	62.536,33	233.002,00
DEDUÇÕES (II)		224.842,92	238.365,81	194.983,73	194.551,71	225.509,88	191.058,64	171.565,93	191.139,08	183.631,90	174.474,16	208.922,20	238.792,41	2.437.818,37	1.900.700,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC		224.842,92	238.365,81	194.983,73	194.551,71	225.509,88	191.058,64	171.565,93	191.139,08	183.631,90	174.474,16	208.922,20	238.792,41	2.437.818,37	1.900.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.126.562,39	1.189.312,01	1.036.642,53	1.120.722,56	1.196.059,57	1.025.370,89	1.484.049,38	1.056.977,97	999.781,54	1.008.342,87	1.124.889,30	2.408.701,83	14.777.432,84	11.243.075,30
FONTE:															
Chapadão do Lagedo, 13/02/2020															

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelso Machado
Combidor - CRO/SC 026.03.0-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda



Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Out 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.798.675,59	2.420.027,95	2.456.671,46
Disponibilidade de Caixa	2.798.675,59	2.420.027,95	2.456.671,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.897.184,78	3.230.035,35	2.691.099,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	98.509,19	810.007,40	234.428,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Dez 2019 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	50.000,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.291.575,30	14.865.507,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	284.300,00	637.955,03
I.P.T.U.	41.600,00	58.337,65
I.S.S.	71.600,00	166.048,67
I.T.B.I.	31.100,00	46.259,10
I.R.R.F.	100.000,00	262.011,82
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.000,00	105.297,79
Contribuições	45.000,00	79.304,33
Receita Patrimonial	115.020,00	106.343,64
Aplicações Financeiras(II)	115.020,00	106.343,64
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	10.614.252,30	13.970.328,17
Cota-Parte do FPM	5.410.000,00	6.408.080,74
Cota-Parte do ICMS	2.480.000,00	3.757.537,92
Cota-Parte do IPVA	120.000,00	178.568,77
Cota-Parte do ITR	1.200,00	3.447,64
Transferências da LC 87/1996	9.600,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.300.000,00	1.610.649,66
Outras Transferências Correntes	1.293.452,30	2.012.043,44
Demais Receitas Correntes	233.003,00	71.576,33
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	233.003,00	71.576,33
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	11.176.555,30	14.759.163,86
RECEITAS DE CAPITAL (V)	7.243,00	58.780,00
Operação de Crédito(VI)	6,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	3.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)			
Outras Alienações de Bens	3.000,00				0,00
Transferências de Capital	4.237,00				58.780,00
Convênios	2.117,00				58.780,00
Outras Transferências de Capital	2.120,00				0,00
Outras Receitas de Capital	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	7.237,00				58.780,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	11.183.792,30				14.817.943,86

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	15.384.418,78	14.786.168,78	14.693.380,58	14.519.268,33	38.003,90	27.103,66	26.937,16
Pessoal e Encargos Sociais	8.044.320,03	7.918.500,43	7.918.434,80	7.831.914,94	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.340.098,75	6.867.668,35	6.774.945,78	6.687.353,39	38.003,90	27.103,66	26.937,16
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.340.098,75	6.867.668,35	6.774.945,78	6.687.353,39	38.003,90	27.103,66	26.937,16
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	15.384.418,78	14.786.168,78	14.693.380,58	14.519.268,33	38.003,90	27.103,66	26.937,16
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	744.465,30	563.888,79	293.843,32	293.843,32	356,00	307.411,48	307.411,48
Investimentos	744.465,30	563.888,79	293.843,32	293.843,32	356,00	307.411,48	307.411,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XIX - XX)	744.465,30	563.888,79	293.843,32	293.843,32	356,00	307.411,48	307.411,48

Continua 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	16.128.884,08	15.352.057,57	14.987.223,90	14.813.111,65	38.359,90	334.515,14	334.348,64	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
		-367.876,33						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-115.024,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre 2019						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		106.343,64						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-261.532,69						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		50.000,00						
ABAIXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO						
		Em 31 Dez 2018(a)		Até o Bimestre 2019(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00		0,00				
DEDUÇÕES (XXIX)		2.798.675,59		2.456.671,46				
Disponibilidade de Caixa		2.798.675,59		2.456.671,46				
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.897.184,78		2.691.099,50				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		98.509,19		234.428,04				
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.798.675,59		-2.456.671,46				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-342.004,13						

Continua 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-135.918,85
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		-206.085,28
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		-312.428,92
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.338.176,50
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		2.338.176,50
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Chapadão do Lageado, 14/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	RAFAEL HERDT Secretário da Fazenda
---	--	---------------------------------------

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS E LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Saldo e = (e+h) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	59.584,44	38.924,75	60.149,29	-	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	-
EXECUTIVO	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
Fundo de Assistência Social	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
Fundo Municipal de Saúde	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	59.584,44	38.924,75	60.149,29	0,00	38.359,90	63.834,78	370.888,01	334.515,14	334.348,64	0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoelão Machado
Contador - CRC/SC 028.1030-0RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	244.300,00	244.300,00	532.657,24	218,03
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	41.600,00	41.600,00	58.337,65	140,23
1.1.1- IPTU	40.000,00	40.000,00	54.535,14	136,34
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.600,00	1.600,00	3.802,51	237,66
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	31.100,00	31.100,00	46.259,10	148,74
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	46.259,10	154,20
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.600,00	71.600,00	166.048,67	231,91
1.3.1- ISS	70.000,00	70.000,00	162.971,78	232,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.600,00	1.600,00	3.076,89	192,31
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	262.011,82	262,01
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.503.500,00	9.503.500,00	12.189.103,66	128,26
2.1- Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	7.207.136,68	116,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	7.207.136,68	116,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	4.696.921,12	151,51
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	57.526,65	143,82
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	4.309,43	287,30
2.6- Cota-Parte IPVA	150.000,00	150.000,00	223.209,78	148,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.747.800,00	9.747.800,00	12.721.760,90	130,51
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	225.000,00	225.000,00	264.454,49	117,54
5.1- Transferências do Salário-Educação	150.000,00	150.000,00	154.659,55	103,11
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	25.000,00	25.000,00	38.242,00	152,97
5.4- Transferências Diretas - PNATE	45.000,00	45.000,00	67.674,48	150,39
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	5.000,00	5.000,00	3.878,46	77,57
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1,00	1,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1,00	1,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	282.963,30	282.963,30	212.923,27	75,25
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	507.966,30	507.966,30	477.377,76	93,98
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.900.700,00	1.900.700,00	2.437.818,37	128,26
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.240.000,00	1.240.000,00	1.441.427,02	116,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	939.383,20	151,51
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	8.000,00	8.000,00	11.505,35	143,82
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	861,79	287,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	30.000,00	30.000,00	44.641,01	148,80
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.309.000,00	1.309.000,00	1.613.192,40	123,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00	1.300.000,00	1.610.649,66	123,90
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	2.542,74	28,25
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-600.700,00	-600.700,00	-827.168,71	137,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	785.400,00	1.160.400,00	1.150.113,78	99,11	1.150.113,78	99,11	0,00
13.1- Com Educação Infantil	285.400,00	445.400,00	445.400,00	100,00	445.400,00	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	500.000,00	715.000,00	704.713,78	98,56	704.713,78	98,56	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	523.600,00	493.600,00	446.794,04	90,52	446.794,04	90,52	0,00
14.1- Com Educação Infantil	187.500,00	187.500,00	185.700,03	99,04	185.700,03	99,04	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	336.100,00	306.100,00	261.094,01	85,30	261.094,01	85,30	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.309.000,00	1.654.000,00	1.596.907,82	96,55	1.596.907,82	96,55	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							
VALOR							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.596.907,82
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							71,29
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							27,70
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,01
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							
VALOR							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.031.348,00	1.191.348,00	1.105.770,60	92,82	1.103.266,39	92,61	2.504,21
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.938.027,00	1.973.027,00	1.752.279,07	88,81	1.740.062,85	88,19	12.216,22
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	836.100,00	1.021.100,00	965.807,79	94,59	965.807,79	94,59	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.101.927,00	951.927,00	786.471,28	82,62	774.255,06	81,34	12.216,22
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.969.375,00	3.164.375,00	2.858.049,67	90,32	2.843.329,24	89,85	14.720,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							
VALOR							
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-827.168,71
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-827.168,71
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							3.685.218,38
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							28,97

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	155.000,00	260.843,22	259.917,90	99,65	143.561,71	55,04	116.356,19
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	396.601,00	434.868,08	416.124,81	95,69	414.927,50	95,41	1.197,31
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	551.603,00	695.713,30	676.042,71	97,17	558.489,21	80,28	117.553,50
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.520.978,00	3.860.088,30	3.534.092,38	91,55	3.401.818,45	88,13	132.273,93

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		9.619,88	129.218,53
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.610.649,66	154.659,55
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.606.527,70	148.690,04
47.1 Orçamento do Exercício		1.596.907,82	143.561,71
47.2 Restos a Pagar		9.619,88	5.128,33
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.542,74	3.878,46
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		16.284,58	139.066,50
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1.(+) Retenções		0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		16.284,58	139.066,50

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	----------------------------	----------------------------	--------------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	6,00	0,00	6,00
---	-------------	-------------	-------------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	744.466,30	565.888,79	178.577,51
Investimentos	744.465,30	565.888,79	178.576,51
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	1,00	0,00	1,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	744.466,30	565.888,79	178.577,51
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	744.460,30	565.888,79	178.571,51

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadao do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretario da Fazenda

RRRO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis	3.100,00				694,30	2.405,70	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	3.000,00				0,00	3.000,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00				0,00	0,00	
	100,00				694,30	-594,30	
DESPESAS							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS APAGAR (g)	SALDO (h)=(de)-(f)-(g)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	5.710,22	2.340,63	2.340,63	2.340,63	0,00	0,00	3.369,59
Investimentos	5.710,22	2.340,63	2.340,63	2.340,63	0,00	0,00	3.369,59
	5.710,22	2.340,63	2.340,63	2.340,63	0,00	0,00	3.369,59
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (IIIf + IIIfg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIfj)	
Valor(III)	36.564,30					- 1.646,33	34.917,97
FONTE:							

Chapadao do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretario da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	244.500,00	244.500,00	535.116,40	218,86			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	40.000,00	40.000,00	54.535,14	136,34			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	46.259,10	154,20			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	70.000,00	70.000,00	162.971,78	232,82			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	262.011,82	262,01			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.700,00	2.700,00	2.659,58	98,50			
Dívida Ativa dos Impostos	1.500,00	1.500,00	4.263,69	284,25			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	300,00	300,00	2.415,29	805,10			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.103.263,30	10.103.263,30	12.831.474,74	127,00			
Cota-Parte FPM	6.650.000,00	6.650.000,00	7.849.507,76	118,04			
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	4.309,43	287,30			
Cota-Parte IPVA	150.000,00	150.000,00	223.209,78	148,81			
Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	4.696.921,12	151,51			
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	57.526,65	143,82			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	161.763,30	161.763,30	0,00	0,00			
Desoneração ICMS (LC 87/86)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00			
Outras	149.763,30	149.763,30	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.347.763,30	10.347.763,30	13.366.591,14	129,17			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	366.402,00	366.402,00	757.891,81	206,85			
Provenientes da União	366.402,00	366.402,00	757.891,81	206,85			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	2,00	2,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.731.253,00	1.731.253,00	1.967.317,04	113,64			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.097.657,00	2.097.657,00	2.725.208,85	129,92			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	1.495.294,00	3.417.069,41	3.353.360,25	98,14	3.335.789,88	97,62	17.570,37
Pessoal e Encargos Sociais	558.763,00	1.509.062,35	1.493.320,96	98,96	1.493.320,96	98,96	0,00
Outras Despesas Correntes	936.531,00	1.908.007,06	1.860.039,29	97,49	1.842.468,92	96,57	17.570,37

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	116.229,00	136.504,64	3.353.360,25	98,14	3.335.789,88	97,62	17.570,37
Investimentos	116.229,00	136.504,64	94.417,65	69,17	91.827,65	67,27	2.590,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.611.523,00	3.553.574,05	3.447.777,90	97,02	3.427.617,53	96,46	20.160,37
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	384.454,00	778.033,51	753.953,83	21,87	747.184,73	21,80	6.769,10
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	384.415,00	777.994,51	753.953,83	21,87	747.184,73	21,80	6.769,10
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	39,00	39,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	3.651,24	3.319,98	0,10	3.319,98	0,10	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	384.454,00	781.684,75	757.273,81	21,96	750.504,71	21,90	6.769,10
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.227.069,00	2.771.889,30	2.690.504,09	78,04	2.677.112,82	78,10	13.391,27
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS $(VII\%) = (VII / VIIb \times 100) - \text{LIMITE CONSTITUCIONAL } 15\%$ 4							20,13
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL $[VIIh] - (15 \times VIIb/100)$							685.515,42

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m) (m)	% (m/Total m) *100
Atenção Básica	1.517.921,00	3.454.527,98	3.363.359,28	97,55	3.343.417,71	97,54
Vigilância Sanitária	26.600,00	32.044,07	30.595,98	0,89	30.595,98	0,89
Vigilância Epidemiológica	16.000,00	16.000,00	6.432,93	0,19	6.432,93	0,19
Outras Subfunções	51.002,00	51.002,00	47.389,71	1,37	47.170,91	1,38
TOTAL	1.611.523,00	3.553.574,05	3.447.777,90	100,00	3.427.617,53	100,00
						20.160,37

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

O valor apresentado na intercessão com a Câmara Municipal é limitado a 10% (dez por cento) de cada parcela do orçamento anual, devendo ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	RAFAEL HERDT Secretário da Fazenda
---	--	---------------------------------------

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Chapadão do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretário da Fazenda

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		11.298.818,30		
Previsão Atualizada		11.298.818,30		
Receitas Realizadas		14.924.287,50		
Déficit Orçamentário		62.936,40		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.833.543,74		
DESPESAS				
Dotação Inicial		11.298.818,30		
Créditos Adicionais		4.830.067,78		
Dotação Atualizada		16.128.886,08		
Despesas Empenhadas		15.352.057,57		
Despesas Liquidadas		14.987.223,90		
Despesas pagas		14.813.111,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		364.833,67		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.352.057,57		
Liquidadas		14.987.223,90		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		364.833,67		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		14.777.432,84		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		50.000,00	-261.532,69	-523,07
Resultado Primário		-115.024,00	-367.876,33	319,83
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	434.722,79	0,00	334.348,64	100.374,15
EXECUTIVO	434.722,79	0,00	334.348,64	100.374,15
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	98.509,19	0,00	38.359,90	60.149,29
EXECUTIVO	98.509,19	0,00	38.359,90	60.149,29
TOTAL:	533.231,98	0,00	372.708,54	160.523,44
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.685.218,38	25%	28,97
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.150.113,78	60%	71,29

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	6,00
Despesa de Capital Líquida			565.888,79	178.577,51
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	3.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.340,63	3.369,59
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.690.504,09	15,00		20,13
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadao do Lageado, 13/02/2020

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

RAFAEL HERDT
Secretario da Fazenda

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2020

Publicação Nº 2359184

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2020

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: NUTRICIONISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
07º	347817	CINTIA DOS SANTOS MOSER
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
10º	321800	RENATA CORADINI MOURA
11º	324277	KALIANE DUTRA LEITE
12º	338311	GLAUBER COSTA DE OLIVEIRA

II.

Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 12 de fevereiro de 2020.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2020

Publicação Nº 2359185

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2020

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019		
CARGO: MOTORISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
14º	3295	EDSON FLAVIO LANER
CARGO: CUIDADOR SOCIAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
12º	4226	MARICENE FATIMA DAL PRA LANZARIN
13º	3394	CRISTINA GIORDAN SCHELL
14º	7125	ELIANE ANDREOLA GOMES
CARGO: ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTARIO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
07º	6143	RAFAEL JACOSKI SCHUTZ
08º	4261	MARITANIA SECCO
09º	4406	ROSIANY MARTINS DE FREITAS
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
36º	9842	PRISCILA BERNARDI
CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME

21º	2109	ANA PAULA SCHONHALS
CARGO: MEDICO ESF – 40 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
48º	2731	DESIREE FRAES VASQUES DOS SANTOS SABIONI
49º	7876	SAMIRA DA SILVA PINTO
CARGO: MEDICO CLINICO GERAL – 40 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
29º	5277	KERELLYN FOLLADOR
30º	11513	HANDER GOMES FERREIRA
CARGO: MEDICO PEDIATRA – 20 HORAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
04º	4470	KALIANDRA DE ALMEIDA

II.

Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 12 de fevereiro de 2020.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 63048.003077/2019-23

Publicação Nº 2359186

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 63048.003077/2019-23

CONVENIENTE – Capitania dos Portos de Santa Catarina

CONVENIADO – Prefeitura Municipal de Chapecó

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto a disponibilização de embarcações e viaturas da Marinha do Brasil, e sua respectiva tripulação, durante as Ações de Fiscalização do Tráfego Aquaviário (AFTA), realizadas pela Capitania dos Portos de Santa Catarina no Município de Chapecó, para que fiscais do município realizem, em conjunto, ações de fiscalização, preservação e recuperação de recursos ambientais nos limites de sua competência legal. Em contrapartida, o município fornecerá o combustível necessário ao abastecimento das embarcações e viaturas em locais previamente determinados pela Prefeitura.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente acordo terá prazo de vigência a contar da publicação do Extrato no Diário Oficial da União, quando efetivamente produz seus efeitos jurídicos e se extinguirá em 15 de março de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Florianópolis, 10 de janeiro de 2020 – Alexandre Lopes Vianna de Souza, Capitão de Mar e Guerra – Capitão dos Portos; Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó.

PORTARIA PROCON CHAPECÓ Nº 02/2020

Publicação Nº 2359223

PORTARIA PROCON CHAPECÓ Nº 02/2020

Disciplina os procedimentos para a formalização de "Recomendação" para os fornecedores e para a celebração e acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado nos processos administrativos no âmbito do Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor, de acordo com a lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto 2.181 de 20 de março de 1997.

O Coordenador Executivo do PROCON do município de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.078/90, Decreto 2.181/97, pela Lei Complementar 54/98, bem como pelo Decreto nº 6.904/99, e:

CONSIDERANDO que compete ao PROCON adotar as medidas necessárias para processar e sancionar os fornecedores de produtos ou serviços que comprovadamente infrinjam as normas do Código de Defesa do consumidor, Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto 2.181 de 20 de março de 1997;

CONSIDERANDO o art. 5º, IV e § 6º, da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), bem como o art. 6º, do Decreto 2.181/97, segundo os quais os entes públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO que a política nacional das relações de consumo tem por finalidade o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, e tem como princípio básico o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (art. 4º, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a efetiva prevenção e reparação de eventuais danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos (art. 6º, inciso VI do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor de produtos e serviços deve buscar o aprimoramento na prestação do serviço e a harmonia na relação de consumo através da preservação dos direitos básicos do consumidor, RESOLVE:

TÍTULO I DA RECOMENDAÇÃO

Art. 1º Instituir no âmbito da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Chapecó (PROCON de Chapecó) o instituto da "Recomendação", que consiste no aconselhamento dos fornecedores para que adequem suas condutas às normas legais vigentes, mediante juízo de oportunidade e conveniência da autoridade competente, quando tomar conhecimento de supostas infrações administrativas.

§ 1º A Recomendação não possuirá caráter coercitivo e não implicará em antecipação de juízo de mérito por parte da autoridade que a expediu.

§ 2º O cumprimento espontâneo da recomendação por parte do fornecedor destinatário não implicará no arquivamento da averiguação preliminar ou do processo administrativo sancionatório, quando estes já houverem sido instaurados.

Art. 2º Estabelecer as seguintes formalidades para a "Recomendação":

I - Será emitida em forma de ofício com a designação: "Recomendação";

II - Deverá ser expedida para o endereço postal do fornecedor destinatário;

III - Poderá ser expedida antes, durante ou independentemente da instauração de processo de averiguação preliminar, podendo excepcionalmente ser expedida no curso do processo sancionatório, até a imposição da sanção administrativa, quando ainda se apresentar eficiente.

TÍTULO II DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Estabelecer critérios e procedimentos para a celebração e o acompanhamento, no âmbito administrativo, de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado com as empresas, aqui denominadas "Compromissárias", demandadas em processo administrativo sancionatório por força de descumprimento ao Código de Defesa do Consumidor, pelo PROCON de Chapecó, aqui denominado compromitente.

§ 1º O PROCON de Chapecó dará prosseguimento às negociações de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) apenas caso este instrumento se revele adequado e próprio à realização eficaz e eficiente do interesse público no caso concreto, ponderando-se, entre outros, os seguintes fatores:

I - o tempo decorrido desde a conduta objeto da apuração;

II - a eventual reincidência da infração pelo fornecedor;

III - o alcance do dano e a quantidade das condutas objeto de apuração; e

IV - razoabilidade da proposta em relação à natureza e à gravidade das condutas praticadas.

§ 2º A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) será possível nos casos em que não tenha sido proferida decisão transitada em julgado na esfera administrativa.

§ 3º Nos casos em que o trânsito em julgado administrativo ainda não tenha se operado, mas a pena pecuniária já tenha sido aplicada, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) somente será celebrado mediante motivação demonstrando a impossibilidade de realização da análise de oportunidade e conveniência da celebração em momento anterior.

§ 4º Em caso de aplicação do parágrafo anterior, a motivação não desobriga o compromissário do recolhimento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa a ser recolhido em conta corrente específica, de acordo com o art. 27, VII, da Lei Complementar nº 54/98.

§ 5º A qualquer tempo, o PROCON de Chapecó poderá, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar o acordo firmado, sempre para aumentar a proteção dos consumidores, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata do ato, dando-se seguimento ao procedimento administrativo eventualmente arquivado.

Art. 4º O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o PROCON de Chapecó, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.

§ 1º Não sendo o titular dos direitos concretizados no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), não poderá o PROCON fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, cingindo-se a negociação à interpretação do direito para o caso concreto, à especificação das obrigações adequadas e necessárias, em especial o modo, tempo e lugar de cumprimento, bem como à mitigação, à compensação e à indenização dos danos que não possam ser recuperados.

§ 2º A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o PROCON de Chapecó não afastará, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa, civil ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

Art. 5º No exercício de suas atribuições, poderá o PROCON tomar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a adoção de medidas provisórias ou definitivas, parciais ou totais.

Parágrafo único. Na hipótese de adoção de medida provisória ou parcial, o procedimento administrativo deverá continuar em relação aos demais aspectos da questão, ressalvada situação excepcional que enseje arquivamento fundamentado.

CAPÍTULO II DA PROPOSTA PARA CELEBRAÇÃO DE TAC

Art. 6º O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) será proposto, preferencialmente, antes do despacho final proferido pelo Coordenador Executivo, de ofício pelo PROCON de Chapecó ou mediante requerimento do particular processado por suposta infração das normas de defesa ao consumidor.

§ 1º Quando o compromissário for pessoa física, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato, público ou particular, sendo que neste último caso com reconhecimento de firma.

§ 2º Quando o compromissário for pessoa jurídica, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá ser firmado por quem tiver por lei, regulamento, disposição estatutária ou contratual, poderes de representação extrajudicial daquela, ou por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante.

§ 3º Quando iniciado pela parte, o requerimento de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá ser apresentado em petição específica, apartado do processo principal, dirigido ao Coordenador Executivo do PROCON de Chapecó.

§ 4º Esse requerimento importará em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória, interrompendo o prazo de prescrição da pretensão punitiva.

§ 5º Caso a proposta do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) seja processada de ofício, a suspensão da prescrição ocorrerá a partir da aceitação da celebração pela compromissária.

Art. 7º Conterá o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre outras, cláusulas que estipulem condições sobre:

I - obrigação do fornecedor de adequar sua conduta às exigências legais, no prazo ajustado;

II - pena pecuniária pelo descumprimento do ajustado, levando-se em conta os critérios indicados pelo artigo 57, da Lei 8.078/90, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso;

III - ressarcimento aos consumidores quando essa medida for compatível com o objeto do ajustamento.

§ 1º A celebração do compromisso de ajustamento suspenderá o curso do processo administrativo, se instaurado, que somente será arquivado após atendidas todas as condições estabelecidas no respectivo termo.

§ 2º Caberá à Compromissária a demonstração do integral cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sob pena de execução da multa prevista no instrumento e do prosseguimento do processo administrativo.

§ 3º Nas hipóteses do inciso II, é admissível a destinação dos referidos recursos a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza ou, ao financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo, com a defesa dos direitos básicos do consumidor e com a modernização administrativa dos órgãos públicos de defesa do consumidor, em obediência ao disposto no art. 30 do Decreto 2.181/97.

CAPÍTULO III

DA ADMISSIBILIDADE DO REQUERIMENTO DE TAC

Art. 8º Não será admitido o requerimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC):

I - quando a Compromissária houver descumprido Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) há menos de 2 (dois) anos, contados da data de certificação do respectivo descumprimento;

II - quando a proposta apresentada possuir o mesmo objeto e abrangência de outro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ainda vigente;

III - quando a proposta apresentada tiver por objeto processos em relação aos quais o Coordenador Executivo do PROCON de Chapecó já tenha se manifestado contrariamente à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

IV - quando a proposta apresentada tiver por objeto conduta prevista em norma específica, com penalidade pré-fixada pela legislação em vigor;

V - quando o instrumento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não se revelar adequado e próprio à realização eficaz e eficiente do interesse público, nos termos do art. 5º, §1º, desta portaria;

VI - quando, em avaliação de conveniência e oportunidade, não se vislumbrar interesse público na celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

VII - quando o fato apurado na fase fiscalizatória disser respeito ao descumprimento de outro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

VIII - quando a compromissária tiver firmado mais de 2 (dois) Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) no período de 5 (cinco) anos;

IX - os direitos envolvidos na ação fiscalizatória sejam considerados indisponíveis.

Art. 9º Caberá ao Coordenador Executivo do PROCON de Chapecó exercer o juízo de admissibilidade do requerimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do seu protocolo, nos termos desta Portaria.

§ 1º Mediante decisão fundamentada, o coordenador rejeitará o requerimento de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que se enquadrar em uma das hipóteses descritas no dispositivo anterior, determinando o seu arquivamento.

§ 2º Presentes as condições e os requisitos indicados nesta Portaria, o Coordenador se manifestará, mediante decisão motivada, pela admissão do requerimento apresentado.

Art. 10. Admitido o requerimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a tramitação dos processos administrativos a que ele se refere será suspensa, ressalvando-se:

I - a prática de atos cuja suspensão possa redundar em dano grave e irreparável ou de difícil reparação à instrução dos processos contemplados no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); e,

II - a guarda, pela Compromissária, de documentos e informações relativas às condutas que constituam objeto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e dos processos a que ele se refere.

Parágrafo único. A suspensão a que refere o caput não poderá ultrapassar o período de 6 (seis) meses, contados da data do despacho que admitiu o requerimento.

Art. 11. O Coordenador Executivo do PROCON de Chapecó decidirá pela celebração ou não do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) podendo, todavia, motivar sua decisão com base em razões de oportunidade e conveniência.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Compromissária poderá desistir do requerimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) até a decisão de admissibilidade do requerimento.

Art. 13. Havendo vícios de ilegalidade, a Administração poderá anular o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a qualquer tempo, no exercício da autotutela administrativa, respeitado o devido processo administrativo.

Art. 14. As diligências de fiscalização para verificar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta serão providenciadas nos próprios autos em que celebrado o compromisso de ajustamento de conduta, quando realizadas antes do respectivo arquivamento, ou em procedimento administrativo de acompanhamento especificamente instaurado para tal fim.

Art. 15. Descumprido o compromisso de ajustamento de conduta, integral ou parcialmente, poderá o PROCON promover a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência.

Art. 16. A presente portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Chapecó/SC, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO LUIZ BALANCELLI
Coordenador Executivo - PROCON

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: PORTARIA N.º 7.837, DE 28 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 2359192

Processo Administrativo Disciplinar: Portaria n.º 7.837, de 28 de janeiro de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 7.837, de 28 de janeiro de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o contido no Parecer nº. 0024/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar a aplicação da penalidade de SUSPENÇÃO por 03 (três) dias, à empregada pública municipal EVA CALUDETE ALVES, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional 38673, por infração ao disposto nos incisos II, III e IX do artigo 3º da Lei Complementar nº. 617/2018.

Nada mais.

Chapecó, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: PORTARIA N.º 8.145, DE 29 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 2359205

Processo Administrativo Disciplinar: Portaria n.º 8.145, de 29 de abril de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 8.145, de 29 de abril de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o contido no Parecer nº. 0015/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar a aplicação da penalidade de SUSPENÇÃO por 15 (quinze) dias, ao servidor público municipal PEDRO PAULO ROSA, ocupante do cargo de Vigia, matrícula funcional 33803, por infração ao disposto no art. 3º, IX e XI; art. 4º V e art. 21, VII da Lei Complementar nº. 617/2018.

Nada mais.

Chapecó, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito

RECURSO ADMINISTRATIVO: PORTARIA N.º 7.614, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

Publicação Nº 2359188

Recurso Administrativo: Portaria n.º 7.614, de 30 de agosto de 2018.

JULGAMENTO

Estando os autos do Recurso Administrativo à decisão do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 7.614, de 30 de agosto de

2018, para julgamento final.

Dessa forma, analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Parecer nº. 0101/2020 da Procuradoria Geral do Município e o Parecer ao Pedido de Reconsideração emitido pela Comissão Sindicante, para INDEFERIR o Recurso Administrativo apresentado.

Nada mais.

Chapecó-SC, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 7.697, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação N° 2359189

Sindicância: Portaria n.º 7.697, de 18 de outubro de 2018.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 7.697, de 18 de outubro de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0019/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar a abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, em face do ex-servidor público municipal IVALDO PIZZINATTO.

Nada mais.

Chapecó-SC, 27 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.139, DE 29 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 2359202

Sindicância: Portaria n.º 8.139, de 29 de abril de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.139, de 29 de abril de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o Parecer nº 0063/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA ao servidor público municipal JOSÉ ALDOIR VEIGA, ocupante do cargo de Vigia, matrícula funcional nº 48581, por infração ao art. 3º, III, da Lei Complementar nº 617/2018.

Nada mais.

Chapecó, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.140, DE 29 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 2359203

Sindicância: Portaria n.º 8.140, de 29 de abril de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.140, de 29 de abril de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0102/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.345, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2359207

Sindicância: Portaria n.º 8.345, de 12 de agosto de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.345, de 12 de agosto de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0059/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 27 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.348, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2359208

Sindicância: Portaria n.º 8.348, de 12 de agosto de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.348, de 12 de agosto de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0023/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 27 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.398, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2359211

Sindicância: Portaria n.º 8.398, de 29 de agosto de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.398, de 29 de agosto de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0064/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 27 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.399, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2359214

Sindicância: Portaria n.º 8.399, de 29 de agosto de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.399, de 29 de agosto de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0061/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 27 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.405, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2359216

Sindicância: Portaria n.º 8.405, de 02 de setembro de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.405, de 02 de setembro de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0023/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar:

- I - Abertura de Processo de Sindicância nos termos do Relatório Final apresentado pela Comissão e,
- II - o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 11 de fevereiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.484, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2359221

Sindicância: Portaria n.º 8.484, de 07 de outubro de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.484, de 07 de outubro de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0062/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 27 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.579, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação N° 2359222

Sindicância: Portaria n.º 8.579, de 06 de dezembro de 2019.

JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.579, de 06 de dezembro de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 0099/2020 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 168/2020

Publicação Nº 2360454

DECRETO SAF/Nº. 168/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

TIAGO KASPCHAK, portador do CPF nº 092.688.939-75, Lubrificador, nomeado pelo Decreto SAF/N. 272/19, de 04 de abril de 2019, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA - 3º QUADRIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2359255

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020(QUINTA-FEIRA), AS 10:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, NA QUAL SERÁ APRESENTADO E AVALIADO A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2019.

COCAL DO SUL, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020 – PMC

Publicação Nº 2359404

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020 - PMC
Contratação de Serviços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de serviços de horas máquinas com equipamentos para execução, manutenção e recomposição de vias pavimentadas do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 28/02/2020.

Abertura: dia 28/02/2020 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 14 de fevereiro de 2020.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 – PMC

Publicação Nº 2359240

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 PMC

Objeto: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, rua Leonel Mosele, nº 62, Centro – Concórdia – CEP: 89700-176, através do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Senhor Wagner Isidoro Simioni, comunica que estão abertas, a partir de 17 de fevereiro a 02 de março de 2020, as inscrições para Credenciamento de interessados em participar da FEIRA DA RUA COBERTA 2ª Edição – 2020, cuja edição será realizada no Município de Concórdia no dia 07 de março de 2020, na Rua Coberta, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC - das 09h00 às 18h00.

Credenciamento: a partir de 17/02/2020 até 03/03/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamentos Públicos". Quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Diretoria de Compras e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no horário das: 8h:00min às 11h:30min e das 13h:30min às 17h:00min, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (0**49) 3441- 2187 Diretoria de Compras ou e-mail camila@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 14 de fevereiro de 2020.

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de
Desenvolvimento Econômico e Turismo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 30/2020 TOMADA DE PREÇOS 02/2020

Publicação Nº 2359177

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através de seu Prefeito Municipal em exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, exclusiva ME/EPP, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 30/2020.
Tomada de Preço n. 02/2020.
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE BRINQUEDOS E DE ACADEMIA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 03/03/2020.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 03/03/2020.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.
Cordilheira Alta - SC, 13 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N. 90/2020

Publicação Nº 2358491

DECRETO Nº 90/2020

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO 184/2019 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O caput do artigo 1º do Decreto 184/2019 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criada a ouvidoria do município de Cordilheira Alta, com finalidade de estabelecer um elo de ligação entre o cidadão e a Administração Municipal, atuando como canal receptor das demandas.

Art. 2º O artigo 11 do Decreto 184/2019 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. As situações imprevistas, de caráter excepcional, serão avaliadas e decididas pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, ou pelo Presidente da Câmara de Vereadores, conforme o caso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 13 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 91/2020

Publicação Nº 2358777

DECRETO Nº 91/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.295/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Município.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 72

Fonte de Recursos: 3166 – Vinculados – R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior será anulado da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 67

Fonte de Recursos: 3166 – Vinculados – R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 13 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO PROC. 23/2020

Publicação Nº 2359234

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
RETIFICAÇÃO

Processo Administrativo n.23/2020.

Tomada de Preço n. 01/2020.

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E ASSESSORIA NA ÁREA CONTÁBIL PARA O ANO DE 2020, conforme projeto e especificações constantes no anexo “A” deste edital

Fica retificado a data de abertura do processo 23/2020, conforme a seguir:

Onde se lê:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 21/02/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 21/02/2020.

Leia-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 04/03/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 04/03/2020.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 14 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 50/2020

Publicação Nº 2359445

PORTARIA Nº 50/2020

“DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE PORTARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º da Portaria n. 40/2020, de 07 de fevereiro de 2020, conforme termos abaixo:

Onde se lê: Ficam concedidos ao servidor municipal Sr. Felipe da Silva, matrícula n. 1333401 ocupante do cargo de Odontólogo, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08/03/2018 a 07/03/2019, que serão gozadas a partir do dia 31/03/2020.

Leia-se: Ficam concedidos ao Servidor Municipal Sr. FELIPE DA SILVA, matrícula n. 1348901, ocupante do cargo de Odontólogo, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08/03/2019 a 07/03/2020, que serão gozadas a partir do dia 31/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 14 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA N. 51/2020

Publicação Nº 2359446

PORTARIA Nº 51/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal EVERSON VIVIAN, matrícula nº477501, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 11 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA N. 52/2020

Publicação Nº 2359449

PORTARIA Nº 52/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos a servidora municipal Sra. SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN matrícula n. 120304, ocupante do cargo de Assessor de Administração e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/03/2018 a 05/03/2019, que serão gozadas a partir do dia 27/02/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 14 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
Ciente em: ____/____/2020

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2359075

PORTARIA Nº 33/2020
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arduino Nardino, Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta SC, no uso das atribuições, que lhe confere a lei orgânica municipal e o Estatuto Lei complementar nº 18/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde a servidora Sra. Cleidiane de Mattos Trucolo de Rodrigues, matrícula funcional nº 635201, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Registra-se, publique-se e comunique-se.

Cordilheira Alta SC, 14 de fevereiro de 2020

Arduino Nardino
Presidente da Câmara Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS Nº 02/2020

Publicação Nº 2358996

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 02/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA MEDICINA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E CIRURGIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, COM EQUIPE PRÓPRIA, ESTRUTURA DE UTI E EXAMES DE IMAGEM.

Tipo: Menor preço por lote.

A prefeitura de Coronel Freitas/SC comunica que houve alteração no referido edital de licitação, dessa forma a entrega dos envelopes passa a ser até as 14h00min do dia 02/03/2020. Na sequência, abertura dos envelopes às 14h00min do dia 02/03/2020.

O Edital retificado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400 ou site oficial da prefeitura municipal.

Coronel Freitas (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 88/2019

Publicação Nº 2359418

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CÓDIGO DA PUBLICAÇÃO: 2271214

DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/12/2019

8º TERMO ADITIVO Nº 88/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 90/2017

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Constatou-se erro de grafia:

Onde lê-se: "R\$ 126.755,76", Retifica-se para: "R\$ 138.283,44".

Coronel Freitas: 14/02/2020

TERMO ADITIVO Nº 01/2020

Publicação Nº 2359426

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº01/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 01/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

Contratado: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: Item 1 da ata registro de preços nº 56/2019– da quantidade prevista no anexo "D" para o item "1" – REVISTA NAS MEDIDAS 21X29,7CM, FECHADA, COM ATÉ 80 PÁGINAS, CAPA EM PAPEL COUCHE BRILHO 170 G COM 4X4 CORES, MIOLO EM COUCHE BRILHO 115G COM 4X4 CORES, CORTE RETO COM GRAMPO ACAVALO.

O item 1.1, da Ata de Registro de Preço, faz referência aos quantitativos previstos no anexo "D", que para o item "1", prevê as seguintes quantidades:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO
1	3.500,00	REVISTA NAS MEDIDAS 21X29,7CM, FECHADA, COM ATÉ 80 PÁGINAS, CAPA EM PAPEL COUCHE BRILHO 170 G COM 4X4 CORES, MIOLO EM COUCHE BRILHO 115G COM 4X4 CORES, CORTE RETO COM GRAMPO ACAVALO.

Fica aditivada a quantidade de 835 revistas, ou seja, R\$ 9.602,50 (Nove mil seiscentos e dois reais e cinquenta centavos) do item "1" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 56/2019.

Vigência: 31/12/2020.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECIMO OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 2359012

DECIMO OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA EM PROCESSO SELETIVO N. 001/2018, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 201, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até dia 21/02/2020, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOANA JENIFFER KREVE	6º

A candidata supra relacionada deverá apresentar-se até o dia 21 de Fevereiro de 2020, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
13. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
14. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
15. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
16. Conta Bancária;
17. Declaração de bens e fontes de rendas;
18. Declaração de dependentes junto ao INSS;
19. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.
20. Comprovante de Endereço

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão da candidata aprovada e convocada.

Caso a candidata, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 14 de Fevereiro de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº042/2020

Publicação Nº 2358625

DECRETO Nº. 042, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2020 e Lei Orçamentária Anual nº. 747 de 27/11/2019;

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes Programações de despesas:

05.01 – SECRET. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.2601	2.012	Manutenção das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	01.1000	70	20.000,00
Total				20.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotação orçamentária nas seguintes programações de despesas:

05.01 – SECRET. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.2601	2.012	Manutenção das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	01.1000	65	20.000,00
Total				20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 11 de Fevereiro de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº043/2020

Publicação Nº 2359006

DECRETO Nº. 043, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMPLIA PERMANENTEMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,
Considerando pedido formulado e protocolado pelo secretário de educação;
Considerando a necessidade para atender a demanda de aulas;
Considerando concurso prestado pela servidora com carga horária de 40 horas semanais,
Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;
DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada a carga horária de 20 (Vinte) para 40 (Quarenta) horas semanais, da servidora pública Sra. Marcia Manera Brena, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Professor, admitida pelo Concurso público nº 001/2014, a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos as 10 de Fevereiro de 2020

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de Fevereiro de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº044/2020

Publicação Nº 2359007

DECRETO Nº.044, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 17 de Fevereiro de 2020

NOME CARGO

Luiza Cristina da Silva Sendeski	Assessor de secretaria (Educação)
----------------------------------	-----------------------------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 14 de Fevereiro de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 0107 A 112/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - 02/2020 PMCP**

Publicação Nº 2359114

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contratos nº 0107/2020 PMCP
0108/2020 FMS
0109/2020 FMAS
0110/2020 FHMCP
0111/2020 FMEC
0112/2020 FIA

Partes: Município de Correia Pinto/SC e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO MEMORIAL DESCRITIVO/ PROJETO TÉCNICO, ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E MINUTA CONTRATUAL, TODA PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

Vigência: 14/02/2020 até 31/12/2020.

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0113/2020 FMS - CONTRATAÇÃO DIRETA

Publicação Nº 2359069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
CONTRATO DIRETO
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato Administrativo nº 0113/2020 PMCP

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e INTELLIBR SISTEMAS LTDA - EPP, CNPJ nº 08.982.125/0001-76

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado.

Valor: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)

Vigência: Da assinatura do contrato à 31/12/2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020 PMCP

Publicação Nº 2358856

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 07/2020 PMCP

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA a locação do imóvel sob a matrícula n. 2.285, do Ofício de Registro de Imóveis de Correia Pinto, destinado à exploração de cascalho.

Contratado: Ivan Rogério da Costa, CPF 423.892.839-34.

O valor total do contrato é de R\$ R\$ 20.842,56 (vinte mil, oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Instrumento: n. 0104/2020 – PMCP

Vigência: 11/02/2020 à 31/12/2020.

Correia Pinto, 14 de fevereiro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 208/2020

Publicação Nº 2359866

LEI COMPLEMENTAR Nº 208/2020
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica concedida revisão geral salarial aos servidores públicos da administração direta e fundacional do Município de Correia Pinto, de 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento) referente ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado de janeiro a dezembro de 2019.

Parágrafo Único – A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo não se estende aos servidores que percebem o piso do magistério e o piso de agentes comunitários de saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Parágrafo Único – Os valores a título de revisão geral anual referente ao mês de janeiro/2020 serão pagos juntamente com os vencimentos do mês de fevereiro/2020.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, mas seus efeitos retroagem à 1º de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 14 de fevereiro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

LEI COMPLEMENTAR Nº 209/2020

Publicação Nº 2359872

LEI COMPLEMENTAR Nº 209/2020
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

"FIXA O PISO SALARIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 0019/2007".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica fixado o Piso Salarial dos Servidores Municipais vinculados à Lei Complementar nº 0019/2007 (Magistério), no valor de R\$ 2.886,24 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) a partir de janeiro de 2020, equivalente a 12,84% (doze vírgula oitenta e quatro por cento) de reajuste.

Art. 2º - Fica revogada a Lei Complementar 0198, de 14 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de fevereiro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

LEI COMPLEMENTAR Nº 210/2020

Publicação Nº 2359874

LEI COMPLEMENTAR Nº 210/2020
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

"FIXA O PISO SALARIAL MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, VINCULADOS À LEI COMPLEMENTAR Nº. 1282/2005, DE 14 DE JANEIRO DE 2005".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica fixado o Piso Salarial dos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à Lei Complementar nº 1282/2005, no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), nos termos da Lei Federal nº 13.708/2018.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da fixação de que trata o caput deste artigo, correrão a conta de dotação orçamentária específica. Projeto Atividade 2.038 Programa Agentes Comunitários de Saúde 19 3.1.90.00.00.00.00 1301 Aplicações Diretas.

Art. 2º - Fica revogada a Lei Complementar 150/2015, de 06 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, mas, seus efeitos retroagem à 1º de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 14 de fevereiro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 08/2020

Publicação Nº 2359123

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020 – PMCP

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021. Menor Preço por Item. Abertura dos envelopes: 02/03/2020 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00minh às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 14 de fevereiro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

RESOLUÇÃO 041-CMDCA

Publicação Nº 2359200

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO****RESOLUÇÃO 41 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020**

*Divulga o resultado **FINAL** do processo de seleção de projetos através do Edital 06/2019 do Fia que tem o objetivo SELECIONAR PROJETOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência à serem patrocinados pelo FIA.*

Considerando as atribuições que lhe são atribuídas pelo Edital 06/2019 o Coordenador do CMDCA faz publicar através da presente resolução o resultado DEFINITIVO da seleção de projetos voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência à serem patrocinados pelo FIA;

Considerando a emissão de parecer emanado pela comissão especial de seleção de projetos designada por resolução específica;

Considerando a aprovação do projeto em reunião ordinária do CMDCA realizada no dia 05.02.2020 devidamente registrada em Ata e publicada na forma do que estabelece a legislação.

*Considerando que após a publicação do resultado através da Ata e da Resolução nº 39 **não houve interposição de recursos.***

RESOLVE TORNAR PÚBLICO o resultado FINAL dos projetos escolhidos na forma do disposto no Edital, e se determina o prosseguimento do processo de parceria na forma do disposto no Edital.

	Proponente	Projeto	Valor
1º	ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO	BOMBEIRO MIRIN NA ESCOLA – FORMANDO CIDADÃOS CONSCIENTES	R\$ 17.802,00
2º	GRUPO ESCOTEIRO MOLINA	ESCOTEIROS EM AÇÃO	R\$ 14.126,60

Correia Pinto, 14 de fevereiro de 2020.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO 011/2020

Publicação Nº 2359579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/19
CONTRATO Nº 011/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADO: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, estabelecida na Rua Bernardo Dombusch, nº 589, Sala 01, bairro Baependi, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO CONTINUADA DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO CORPORATIVA, COMPREENDENDO A CESSÃO DE DIREITO DE USO DOS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS (EXCETO PAPEL), BEM COMO A GESTÃO, CONTROLE E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MULTIFUNCIONAL - COPIADORA / IMPRESSORA / SCANNER - LASER - DISPLAY LCD - TAMANHO DO PAPEL ATÉ 21,6X36,6 (OFÍCIO) - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA ATÉ 42 PÁGINAS OU MAIOR - RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO 1200 X 1200 DPI - IMPRESSÃO DUPLEX - WIRELESS - USB - SCANNER (MESA PLANA COLORIDA - / TAMANHO DO VIDRO 21,6X35,6 - DUPLEX - RESOLUÇÃO MÁXIMA 1200X1200 - FUNÇÃO "DIGITALIZAR PARA") - CAPACIDADE DE SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS, WINDOWS 7, WINDOWS VISTA/XP/MAC OS X - WI-FI DIRECT - CAPACIDADE DE ENTRADA DE PAPEL 500 FOLHAS - REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE 25% A 400% EM INCREMENTO 1%. 37 IMPRESSORAS EM COMODATO.	UNIDADE	1.000.000	R\$ 0,08	R\$ 80.000,00
2	MULTIFUNCIONAL COPIADORA / IMPRESSORA / SCANNER LASER COLOR - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 25PPM - TAMANHO DO PAPEL A3 E A4 - RESOLUÇÃO 1200X1200 - DPI - ARDF DE 50 FOLHAS - DUPLEX NA IMPRESSÃO E NAS CÓPIAS - VIDRO DE EXPOSIÇÃO (ATÉ A3) - DIGITALIZAÇÃO COLOR E MONO - INTERFACE: ETHERNET - USB 2.0 - GRAMATURA DO PAPEL 60 A 256 G/M². 3 IMPRESSORAS EM COMODATO.	UNIDADE	31.700	R\$ 1,053	R\$ 33.380,10
3	MULTIFUNCIONAL - VELOCIDADE MÍNIMA DE 21 PPM EM A4 (COLOR E PRETO E BRANCO) - RESOLUÇÃO MÍNIMA 600X600 PADRAO A 1200X600 DPI - VIDRO DE EXPOSIÇÃO A4 - CAPACIDADE DE ALIMENTAÇÃO 250 FOLHAS NA BANDEJA - GRAMATURA DO PAPEL MANUAL 60 A 160 G/M² E DUPLEX DE 60 A 90 G/M² - USB 2.0, 10/100 BASE-TX, COMPATIBILIDADE DE REDE TCP/IP (IPv4/IPv6). 3 IMPRESSORAS EM COMODATO.	UNIDADE	35.000	R\$ 0,70	R\$ 24.500,00
4	IMPRESSORA LASER - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO MAX 27PPM - DUPLEX - HQ 1200 (2400X600 DPI) - INTERFACE PADRÃO WIRELESS 802.11 B/G - ETHERNET - USB 2.0 - CAPACIDADE DE ALIMENTAÇÃO 250 FOLHAS - TAMANHOS DO PAPEL CARTA/OFFICIO/EXECUTIVO/A4 E ENVELOPRES - TIPOS - DE PAPEL COMUM / RECICLADO /BOND / ETIQUETAS / ENVELOPES - GRAMATURA DO PAPEL 60 A 105 G/M² -	UNIDADE	200.000	R\$ 0,11	R\$ 22.000,00

	COMPATIBILIDADE DE SISTEMA WINDOWS - 7/WINDOWS VISTA/XP/2000/MAC OS X/LINUX/ETC - IMPRESSÃO N EM 1 / MARCA D'AGUA / POSTER / ID / FOLHETO - COMPATIBILIDADE DE REDE TCP/IP (IPV4/IPV6) - WIRELESS WEP 64/128 BIT - WPA2-PS. 10 IMPRESSORAS EM COMODATO.				
				TOTAL	R\$ 159.880,10

Valor: R\$ 159.880,10 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais e dez centavos).

Data da Assinatura: 11/02/2020

Data da Vigência: 14/02/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1860/20

Publicação Nº 2359278

DECRETO Nº 1860/20

NOMEIA A SRA. FLÁVIA THAIS DO NASCIMENTO SOARES, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTROLES DE e-SFINGE.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Chefe Municipal de Convênios e Controles de e-Sfinge é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. Flávia Thais do Nascimento Soares, para ocupar o cargo de Chefe Municipal de Convênios e Controles de e-Sfinge.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

ERRATA AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

Publicação Nº 2359628

ERRATA AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

Errata referente ao aviso de licitação do Pregão Presencial nº 006/2020 publicado no Diário Oficial dos Municípios – SC, no dia 14/02/2020 edição nº 3055.

Onde se lê:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, VISANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TREINO PRÁTICO, SITUAÇÕES DE VIDA E TRABALHO AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC SENDO APROXIMADAMENTE 50 ESTAGIÁRIOS SENDO 35 DE ENSINO SUPERIOR E 15 DE ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO) PELO PERÍODO DE 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Leia-se:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, VISANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TREINO PRÁTICO, SITUAÇÕES DE VIDA E TRABALHO AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC SENDO APROXIMADAMENTE 50 ESTAGIÁRIOS (35 DE ENSINO SUPERIOR E 15 DE ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO) PELO PERÍODO DE 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

JOSIMAR CALDEIRA
PREGOEIRO

PORTARIA Nº 5500/2020

Publicação Nº 2359593

PORTARIA Nº 5500/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 011/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 011/2020, o senhor ANTÔNIO SANTOS NASCIMENTO, matrícula funcional nº 15501, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto deste contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO CONTINUADA DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO CORPORATIVA, COMPREENDENDO A CESSÃO DE DIREITO DE USO DOS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS (EXCETO PAPEL), BEM COMO A GESTÃO, CONTROLE E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preço, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358796

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2020.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO 2020 APROVADO PELA LEI Nº 2.837 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal em exercício de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 2.847 de 26 de dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.125.000,00 (Um milhão, cento e vinte e cinco mil reais), no orçamento do Município de Cunha Porã – SC para 2020, conforme fica demonstrado abaixo:

06-SECRET. MUNIC. DE SAÚDE

Unidade..- 06.01 - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

2.101.000-Manutenção das Ações de Plantão Hospitalar

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte : 102-Rec.de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde 1.045.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.50.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 102-Rec.de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde 80.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para a abertura do crédito adicional especial descrito no Art. 1º são provenientes do remanejamento de recursos conforme descrito:

06-SECRET. MUNIC. DE SAÚDE

Unidade..- 06.01 - FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

2.101.000-Manutenção das Ações de Plantão Hospitalar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte : 102-Rec.de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde 1.125.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 017, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358816

DECRETO Nº 017, de 12 de fevereiro de 2020.

HOMOLOGA LISTA FINAL DOS CONTEMPLADOS COM A ISENÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO NOS TERMOS DA LEI 2.420/2009.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial pela Lei 2.420, de 17 de dezembro de 2009, e Decreto 5.700, de 04 de janeiro de 2010;

CONSIDERANDO o relatório emitido pela Assistente Social Nivea Carine Mocellin Campana;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a lista final dos contemplados com a Isenção Progressiva de crédito tributário que consiste no Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Taxa de Coleta, Transporte e Disposição Final do Lixo Urbano e Taxa de Limpeza das Vias Públicas, contendo o nome e o respectivo desconto, a saber:

Aprovados em 2010 a 2018	Desconto
ABILIO LEDUR	60%
AFONSO EMILIO WINCK	60%
ALDOR JANDREY	60%
ALENIRA BORGES RAMOS	60%
ALMIRANTE DA SILVA	60%
ANÉLIO MARTINS	60%
ARACI CATARINA BALARDIN GALVAN	60%
ARCIDIO WOMMER	60%
ARMANDO ROEDER	60%
CLAUDINO BARTZ	60%
CIRILO GERVASON	60%
DARCI KRUGER	60%
DOMINGO MOCCELIN	60%
EDEMAR OHSE	60%
EDI WUNDRACK GRADE	60%
ELIA MARIA GRINWALDT	60%
ELIMAR JANDREY	60%
ELMA MATTOS	60%
FLAVIANA ANSELMINI	60%
GENEROSA SALETE SCWANTES	60%
HEDI MENDES	60%
HELMUTH WOLF	60%
ILTO LINKE	60%
IRACEMA WISSMANN	60%
IRINEU ALVINO TREBIEN	60%
IVO ANTONIO RIEGER	60%
IVODIA FREITAG	60%
IVONE HANSEN	60%
JULITA SCHMIDT	60%
LAUDELINA BELÉ	60%
LAURO NIENOW	60%
LEOPOLDO REGINALDO FRANCESCHI	60%
LORICA FREITAG	80%
LOTÁRIO ZIMMERMANN	60%
LUCILA HELMI KLAUCK	60%
MARLISE PAULINA SCHENKEL	80%
NAILDA TEREZINHA OGLIARI	80%
NAIR BECKER	60%
NELCI FATIMA EBERHARD	60%
NELI TERESINHA SCHAEFFER ROCHA	60%
NORMA JUNG MICHIELIN	60%
OTTOMAR LEDUR	60%
SEMINDA AREND	60%
SEMILDO HELMUT ENGELMANN	60%
SIDONIA BUGS	60%
VALDIR RENIER KRUGER	80%
VENILDA EBERHARD	60%
VITALINO DE SOUZA LIMA	60%
WALLI GRADE	80%
Aprovados em 2018	Desconto
ARLINDO NICOLAU KRETZLER	60%
DELCE PAGOTTO	40%
ELIAS FORESTI	40%
EUGENIO SAATKAMP	40%
MARLENE PRETZEL	40%
Aprovados em 2019	Desconto

ADELIA JUNG	40%
ALBERI SOARES DA SILVA	40%
ARNALDO SCHMELING	40%
ELVINO STEINER	40%

Aprovados em 2020	Desconto
ADÃO SCHEMELING	30%
ADELARIO KAUFFMANN	50%
ALCIDES PIACENTINI	30%
JOSE LUIZ RAUBER	50%
ORLANDO SCHMITT	50%
SEVERINO TATTO	30%
SIEGFRID JAHNEL	30%
VALDAIR FRANCISCO WALKER	30%
VILIMAR OLMIRO MULLER	30%

Art. 2º. O processo de seleção dos contemplados obedeceu aos dispositivos da Lei nº 2.420/2009, e do Decreto nº 5.700/ 2010.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 12 de fevereiro de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 018, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358823

DECRETO Nº 018, de 12 de fevereiro de 2020.

FIXA VALOR DO METRO QUADRADO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 4º da Lei nº 2.292 alterada pela Lei nº 2.407 de 14.10.2009;

DECRETO:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 7,13 (sete reais e treze centavos) o valor do metro quadrado do passeio objeto de concessão dos auxílios prevista na Lei Municipal nº 2.407 de 14.10.2009, para o exercício de 2020.

Art. 2º. O pagamento será efetuado depois da obra concluída com laudo da Engenharia Municipal em nome do proprietário do imóvel.

Art. 3º. A concessão dos auxílios obedecerá às disposições da Lei Municipal nº 2.292/2007 e da Lei Municipal nº 2.407/2009.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 12 de fevereiro de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 120, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359225

PORTARIANº 120 de 13 de fevereiro de 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIRLEI SOLANGE LAUFER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119, de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo Decreto Nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a nomeação da titular da vaga Eliane Becker para o cargo de Secretária Adjunta.

CONSIDERANDO a ata de Escolha Nº 01/2020, de 31 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, SIRLEI SOLANGE LAUFER para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 121, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359232

PORTARIANº 121 de 13 de fevereiro de 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDINÉIA PIOVESANI PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119, de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo Decreto Nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a nomeação da titular da vaga Silvana Lenz, para o cargo de Diretor de Educação Infantil.

CONSIDERANDO a ata de Escolha Nº 01/2020, de 31 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, EDINÉIA PIOVESANI para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 122, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359274

PORTARIANº 122, de 13 de fevereiro de 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARISANDI GONÇALVES PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119, de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo Decreto Nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a ata de Escolha Nº 01/2020, de 31 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, MARISANDI GONÇALVES para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 123, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359290

PORTARIANº 123, de 13 de fevereiro de 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA APPELT CECCON PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119, de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo Decreto Nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a ata de Escolha Nº 01/2020, de 31 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO nomeação da titular da vaga Silvana de Vargas Lenz para o cargo de diretor de CEI;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, ANA PAULA APPELT CECCON para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 124, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359362

PORTARIANº 124, de 13 de fevereiro de 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VARINI VERA KESSELER SCHÄFER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119, de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo Decreto Nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a nomeação da titular da vaga Cleide Salete Freitag, para o cargo de Diretor de Educação Infantil.

CONSIDERANDO a ata de Escolha Nº 01/2020, de 31 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, VARINI VERA KESSELER SCHÄFER para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 125, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359377

PORTARIANº 125, de 13 de fevereiro de 2020.

PRORROGA O PRAZO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NOMEADA PELA PORTARIA 519/2019.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N. TC 13/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor solicitando a prorrogação do prazo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da Tomada de Contas Especial nomeada pela Portaria Nº 519/2019, com a finalidade de apurar os fatos referentes aos pagamentos de diárias efetuados em desacordo com a Lei 2.751/2017, referente ao período de 13 de setembro de 2017 até a data de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - A prorrogação que trata a presente portaria será pelo prazo de 60 (Sessenta) dias contados da data fim estabelecida na portaria Nº 519, de 09 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 06/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 126, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359390

PORTARIANº 126, de 13 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL SÉRGIO ROBERTO TREBIEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar n. 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO requerimento do interessado datado de 12.02.2020;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias, de 01.03.2020 a 30.03.2020, ao servidor Municipal SÉRGIO ROBERTO TREBIEN, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Matrícula n. 1952-6, referente ao período aquisitivo de 01.06.2018 a 31.05.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 127, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359399

PORTARIANº 127, de 13 de fevereiro de 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINA PAULINHA MULLER SIGNOR PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/2015 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119, de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo Decreto Nº 112, de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a ata de Escolha Nº 01/2020, de 31 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, KARINA PAULINHA MULLER SIGNOR para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Curitibanos

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 3 2020

Publicação Nº 2358639

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

O Poder Legislativo do Município de Curitibanos/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de serviços comuns de publicidade e divulgação de assuntos de interesse público (informativos, notas, comunicados, orientações, publicações legais e publicações institucionais) e atividades do Poder Legislativo municipal, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 03/03/2020, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitibanos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitibanos/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritibanos.sc.gov.br>, link Licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, até o dia 02/03/2020, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitibanos/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritibanos.sc.gov.br.

A partir das 14:00 horas do dia 03/03/2020, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitibanos/SC.

Curitibanos, 13 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Righes Ronaldo Spricigo
Presidente Pregoeiro

BALANÇO ANEXO 1

Publicação Nº 2359512

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		DESPESAS CORRENTES	2.900.141,12
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.385.228,41
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	514.912,71
		DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	162.658,52
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	162.658,52
DEFICIT	3.062.799,64		
TOTAL	3.062.799,64	TOTAL	3.062.799,64
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.062.799,64
		DESPESAS DE CAPITAL	12.382,00
		INVESTIMENTOS	12.382,00
DEFICIT	3.075.181,64		
TOTAL	3.075.181,64	TOTAL	3.075.181,64

Resumo

SUPRIMENTOS	0,00	DESPESAS CORRENTES	3.062.799,64
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	12.382,00
DEFICIT	3.075.181,64		
TOTAL	3.075.181,64	TOTAL	3.075.181,64

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTEJOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 10

Publicação Nº 2359542

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	3.942.000,00	3.942.000,00	0,00	0,00
RECEBIDAS CÂMARA	3.942.000,00	3.942.000,00	0,00	0,00
Totais:	3.942.000,00	3.942.000,00	0,00	0,00

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO PRESIDENTE	JOCIMAR AFONSO COELHO CONTADOR CRC SC 30.705/0-3
------------------------------------	---

BALANÇO ANEXO 11

Publicação Nº 2359544

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01 Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01.031 Ação Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	3.406.000,00	0,00	3.406.000,00	2.645.554,93	760.445,07
01.01.01.031.0001.1.001 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - CAMARA DE VEREADORES	108.000,00	0,00	108.000,00	12.382,00	95.618,00
4.4.90.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas	108.000,00	0,00	108.000,00	12.382,00	95.618,00
4.4.90.52.00.00.00.100000 Equipamentos e Material Permanente				12.382,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.100000 Aparelhos e Utensílios Domésticos				178,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.100000 Equipamentos de Processamento de Dados				365,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.100000 Mobiliário em Geral				11.839,00	
01.01.01.031.0001.1.037 REFORMA DO PRÉDIO DA CAMARA DE VERADORES	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
4.4.90.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	3.257.600,00	0,00	3.257.600,00	2.629.939,61	627.660,39
3.1.90.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas	2.650.000,00	0,00	2.650.000,00	2.118.260,22	531.739,78
3.1.90.11.00.00.00.00.100000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.118.260,22	
3.3.90.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas	586.000,00	0,00	586.000,00	511.679,39	74.320,61
3.3.90.14.00.00.00.100000 Diárias - Civil				94.623,48	
3.3.90.14.14.00.00.100000 Diárias no País - Civil				94.623,48	
3.3.90.30.00.00.00.100000 Material de Consumo				75.923,45	
3.3.90.30.04.00.00.100000 Gás Engarrafado				510,00	
3.3.90.30.07.00.00.100000 Gêneros de Alimentação				7.541,40	
3.3.90.30.15.00.00.100000 Material para Festividades e Homenagens				38.445,00	
3.3.90.30.16.00.00.100000 Material de Expediente				4.343,90	
3.3.90.30.17.00.00.100000 Material de Processamento de Dados				9.720,00	
3.3.90.30.21.00.00.100000 Material de Copa e Cozinha				301,26	
3.3.90.30.22.00.00.100000 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				6.090,20	
3.3.90.30.23.00.00.100000 Uniformes, Tecidos e Aviaamentos				530,00	
3.3.90.30.24.00.00.100000 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.520,59	
3.3.90.30.25.00.00.100000 Material para Manutenção de Bens Móveis				1.561,90	
3.3.90.30.26.00.00.100000 Material Elétrico e Eletrônico				3.516,20	
3.3.90.30.30.00.00.100000 Material para Comunicações				584,00	
3.3.90.30.99.00.00.100000 Outros Materiais de Consumo				1.259,00	

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01 Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01.031 Ação Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	3.406.000,00	0,00	3.406.000,00	2.645.554,93	760.445,07
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	3.257.600,00	0,00	3.257.600,00	2.629.939,61	627.660,39
3.3.90.33.00.00.00.100000 Passagens e Despesas com Locomocao				16.739,36	
3.3.90.33.01.00.00.00.100000 Passagens Para o Pais				16.739,36	
3.3.90.36.00.00.00.100000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				5.646,00	
3.3.90.36.28.00.00.100000 Serviços de Seleção e Treinamento				5.646,00	
3.3.90.37.00.00.00.100000 Locacao de Mao-de-obra				5.375,00	
3.3.90.37.06.00.00.100000 Manutenção e Conservação de Bens Móveis				5.375,00	
3.3.90.39.00.00.00.100000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				296.137,23	
3.3.90.39.01.00.00.100000 Assinatura de Periódicos e Anuidades				850,00	
3.3.90.39.05.00.00.100000 Serviços Técnicos Profissionais				7.040,00	
3.3.90.39.08.00.00.100000 Manutenção de Software				16.092,36	
3.3.90.39.11.00.00.100000 Locação de Softwares				54.779,16	
3.3.90.39.16.00.00.100000 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				8.436,00	
3.3.90.39.17.00.00.100000 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				17.050,00	
3.3.90.39.20.00.00.100000 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				2.380,00	
3.3.90.39.23.00.00.100000 Festividades e Homenagens				6.940,00	
3.3.90.39.43.00.00.100000 Serviços de Energia Elétrica				13.785,67	
3.3.90.39.44.00.00.100000 Serviços de Água e Esgoto				530,78	
3.3.90.39.47.00.00.100000 Serviços de Comunicação em Geral				14.310,49	
3.3.90.39.48.00.00.100000 Serviços de Seleção e Treinamento				27.160,00	
3.3.90.39.63.00.00.100000 Serviços Gráficos e Editoriais				5.091,00	
3.3.90.39.77.00.00.100000 Vigilância Ostensiva/Monitorada				2.148,00	
3.3.90.39.78.00.00.100000 Limpeza e Conservação				39.523,68	
3.3.90.39.79.00.00.100000 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				34.274,38	
3.3.90.39.81.00.00.100000 Serviços Bancários				3.028,15	
3.3.90.39.83.00.00.100000 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				1.115,16	
3.3.90.39.88.00.00.100000 Serviços de Publicidade e Propaganda				26.208,00	
3.3.90.39.99.00.00.100000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.394,40	
3.3.90.93.00.00.00.100000 Indenizacoes e Restituições				17.234,87	
3.3.90.93.04.00.00.100000 Indenização de Transporte				17.234,87	

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01 Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01.031 Ação Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	3.406.000,00	0,00	3.406.000,00	2.645.554,93	760.445,07
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	3.257.600,00	0,00	3.257.600,00	2.629.939,61	627.660,39
3.3.93.00.00.00.00.00.100000 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	21.600,00	0,00	21.600,00	0,00	21.600,00
01.01.01.031.0001.2.093 MANUT. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES JUVENIL	32.400,00	0,00	32.400,00	3.233,32	29.166,68
3.3.90.00.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas	32.400,00	0,00	32.400,00	3.233,32	29.166,68
3.3.90.30.00.00.00.00.100000 Material de Consumo				3.233,32	
3.3.90.30.07.00.00.00.100000 Gêneros de Alimentação				3.233,32	
01.01.01.031.0006 PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	536.000,00	0,00	536.000,00	429.626,71	106.373,29
01.01.01.031.0006.2.002 RGPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
3.1.90.00.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas	356.400,00	0,00	356.400,00	266.968,19	89.431,81
3.1.90.13.00.00.00.00.100000 Obrigacoes Patronais	356.400,00	0,00	356.400,00	266.968,19	89.431,81
3.1.90.13.02.00.00.00.100000 Contribuições Previdenciárias - INSS				266.968,19	
01.01.01.031.0006.2.016 RPPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	179.600,00	0,00	179.600,00	162.658,52	16.941,48
3.1.91.00.00.00.00.00.100000 Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	179.600,00	0,00	179.600,00	162.658,52	16.941,48
3.1.91.13.00.00.00.00.100000 Obrigacoes Patronais - Op.Intra-Orçamentárias				162.658,52	

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 4

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01 Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
0101.01.031 Ação Legislativa	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
01.01.01.031.0006 PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	536.000,00	0,00	536.000,00	429.626,71	106.373,29
01.01.01.031.0006.2.016 RPPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	179.600,00	0,00	179.600,00	162.658,52	16.941,48
3.1.91.13.03.00.00.100000 Contribuição Patronal Para o Regime Próprio				162.658,52	
Total por Entidade:	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36
Total Geral:	3.942.000,00	0,00	3.942.000,00	3.075.181,64	866.818,36

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 12

Publicação Nº 2359547

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (IV)	3.942.000,00	3.942.000,00	3.075.181,64	-
TOTAL (V) = (III + IV)	3.942.000,00	3.942.000,00	3.075.181,64	-866.818,36

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	3.726.000,00	3.826.000,00	3.062.799,64	3.049.425,94	3.047.011,50	763.200,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.186.000,00	3.186.000,00	2.547.886,93	2.547.886,93	2.547.886,93	638.113,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540.000,00	640.000,00	514.912,71	501.539,01	499.124,57	125.087,29
DESPESAS DE CAPITAL	216.000,00	116.000,00	12.382,00	682,00	682,00	103.618,00
INVESTIMENTOS	216.000,00	116.000,00	12.382,00	682,00	682,00	103.618,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	3.942.000,00	3.942.000,00	3.075.181,64	3.050.107,94	3.047.693,50	866.818,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	3.942.000,00	3.942.000,00	3.075.181,64	3.050.107,94	3.047.693,50	866.818,36
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	3.942.000,00	3.942.000,00	3.075.181,64	3.050.107,94	3.047.693,50	866.818,36

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	4.237,00	4.237,00	4.237,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	4.237,00	4.237,00	4.237,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	4.237,00	4.237,00	4.237,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	3.508,86	3.508,86	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.508,86	3.508,86	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.508,86	3.508,86	0,00	0,00

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE_____
JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 13

Publicação Nº 2359548

ESTADO DE SANTA CATARINA		EXERCÍCIO 2019	
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS		PERÍODO (MÊS): Janeiro A Dezembro	
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13		DATA DE EMISSÃO: 24/01/2020	
Administração Direta		PÁGINA: 1	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
		Exercício Atual	
Recetta Orçamentária (I)		Despesas Orçamentária (VII)	
Ordinária		Ordinária	
Vinculada		Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		Transferências Financeiras Concedidas	
TRANSFÊRENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		Pagamentos Extraorçamentários (X)	
Recbimentos Extraorçamentários (IV)		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		RP PROCESSADOS PAGOS	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	
Saldo do Exercício Anterior (V)		BANCO C/ MOVIMENTO	
BANCO C/ MOVIMENTO		TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)			

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.7050-3

BALANÇO ANEXO 14

Publicação Nº 2359551

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	44.515,85	PASSIVO CIRCULANTE	17.088,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.488,14	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	14.673,96
ESTOQUES	17.027,71	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.414,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.460.558,31	TOTAL DO PASSIVO	17.088,40
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	346.584,93		
IMOBILIZADO	2.113.973,38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	1.547.118,91
		RESULTADOS ACUMULADOS	940.866,85
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	382.488,56
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	598.503,05
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-40.124,76
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.487.985,76
TOTAL	2.505.074,16	TOTAL	2.505.074,16

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	27.488,14	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.414,44
ATIVO CIRCULANTE	27.488,14	PASSIVO CIRCULANTE	2.414,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.488,14	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.414,44
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	25.073,70
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	27.488,14	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	27.488,14

ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	2.477.586,02	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.673,96
ATIVO CIRCULANTE	17.027,71	PASSIVO CIRCULANTE	14.673,96
ESTOQUES	17.027,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.673,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.460.558,31		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	346.584,93	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	14.673,96
IMOBILIZADO	2.113.973,38		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	2.477.586,02		

SALDO PATRIMONIAL	2.462.912,06
-------------------	--------------

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

COMPENSAÇÕES		Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
TOTAL			0,00	TOTAL	83.445,58
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
			DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	
			ORDINÁRIA	-30.777,64	
			VINCULADA	30.777,64	
			0000 - Recursos Ordinários	30.777,64	
			0123 - Recursos Ordinários	0,00	
			TOTAL	0,00	

Notas:
Balanço Patrimonial - Anexo 14 - No Passivo, especificamente em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo há um saldo de provisão de férias / décimo terceiro que irá ser ajustado conforme a concretização das despesas.

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOICIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 15

Publicação Nº 2359552

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.078.398,13
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.942.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.942.000,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	457.881,90
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	457.881,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	678.516,23
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	678.516,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.695.909,57
PESSOAL E ENCARGOS	2.858.256,75
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.410.076,77
ENCARGOS PATRONAIS	448.179,98
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	578.369,43
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	74.155,89
SERVIÇOS	409.384,37
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	94.829,17
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	866.818,36
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	866.818,36
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	375.230,16
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	360.114,14
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	15.116,02
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.234,87
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.234,87
Resultado Patrimonial do Período	382.488,56

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTEJOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 16

Publicação Nº 2359553

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Autorizações				Saldo anterior em Circulação		Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão			Emissão	Resgate	Valor

Totais: 0,00 0,00 0,00 0,00

NADA À DECLARAR

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 17

Publicação Nº 2359556

Betha Sistemas
Exercício 2019
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante
Administração Direta

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	7.745,86	27.488,14	7.745,86	27.488,14
Restos a Pagar Não Processados	4.237,00	25.073,70	4.237,00	25.073,70
Restos a Pagar Processados	3.508,86	2.414,44	3.508,86	2.414,44
DEPÓSITOS	0,00	839.699,20	839.699,20	0,00
CONSIGNAÇÕES BANCO SICOOB	0,00	264.569,03	264.569,03	0,00
DEMAIS RETENCOES	0,00	5.801,61	5.801,61	0,00
ESTORNO DE TARIFA	0,00	15,66	15,66	0,00
I.N.S.S. - EMPRESA	0,00	4.992,20	4.992,20	0,00
I.N.S.S. FOLHA	0,00	144.885,49	144.885,49	0,00
I.R.R.F. DEMAIS	0,00	150,78	150,78	0,00
I.R.R.F. FOLHA	0,00	261.236,68	261.236,68	0,00
IPESMUC	0,00	94.293,33	94.293,33	0,00
ISS RETIDO	0,00	136,08	136,08	0,00
MENSALIDADE SINDICAL	0,00	4.183,55	4.183,55	0,00
OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	18,26	18,26	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	40.689,55	40.689,55	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	8.072,08	8.072,08	0,00
RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE	0,00	3.287,94	3.287,94	0,00
UNIMED - UNIODONTO - IMED - SINDICATO (CONVÊNIOS)	0,00	7.366,96	7.366,96	0,00
TOTAL GERAL	7.745,86	867.187,34	847.445,06	27.488,14

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3



BALANÇO ANEXO 18

Publicação Nº 2359557

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Administração Direta

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
	Exercício Atual
INGRESSOS	4.003.351,50
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	4.003.351,50
DESEMBOLSOS	3.982.927,22
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	2.157.029,34
Legislativa	2.157.029,34
TRANSFERÊNCIAS	162.658,52
Intragovernamentais	162.658,52
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.663.239,36
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.424,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	682,00
Outros Desembolsos de Investimentos	682,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-682,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	19.742,28
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	7.745,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	27.488,14

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 19

Publicação Nº 2359558

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	1.547.118,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598.503,05	0,00	2.145.621,96
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(40.124,76)	0,00	(40.124,76)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382.488,56	0,00	382.488,56
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	1.547.118,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940.866,85	0,00	2.487.985,76

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 20

Publicação Nº 2359560

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2019 de nº 6080 de 26 de Novembro de 2018, estimou a receita em 0,00 e fixou a despesa em 3.942.000,00. Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		3.942.000,00
+ Créditos Suplementares:	150.000,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	150.000,00
- Reduções:		150.000,00
DESPESA AUTORIZADA:		3.942.000,00

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 4 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 150.000,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	150.000,00
Despesa a Menor	0,00
TOTAL:	150.000,00

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 0,00, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 0,00, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	0,00
Arrecadacao a Menor	0,00
Receita Arrecadada	0,00

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 6080 foi de R\$ 3.942.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 3.075.181,64, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	3.826.000,00	3.062.799,64	-763.200,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.186.000,00	2.547.886,93	-638.113,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	640.000,00	514.912,71	-125.087,29
DESPESAS DE CAPITAL	116.000,00	12.382,00	-103.618,00
INVESTIMENTOS	116.000,00	12.382,00	-103.618,00
Total	3.942.000,00	3.075.181,64	-866.818,36

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 2.547.886,93 , que representa 82,8532 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2016	2.601.004,40	84.917,51	2.685.921,91
2017	2.508.148,59	6.047,70	2.514.196,29
2018	2.757.134,51	61.920,23	2.819.054,74
2019	3.062.799,64	12.382,00	3.075.181,64

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	3.942.000,00
Créditos Suplementares:	150.000,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	150.000,00
Total	3.942.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA**

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	3.942.000,00
Créditos Suplementares:	150.000,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	150.000,00
Total	3.942.000,00

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	3.075.181,64
Despesa a Menor	-866.818,36

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA**BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	7.745,86
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	3.942.000,00
Interferências Financeiras	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	17.970,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	839.699,20
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	25.073,70
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.414,44
TOTAL	4.834.903,85
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	3.075.181,64
Transferências Financeiras Concedidas	866.818,36
Interferências Financeiras	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	17.970,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	839.699,20
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	4.237,00
RP PROCESSADOS PAGOS	3.508,86
Saldo em 31/12/2019	27.488,14
TOTAL	4.834.903,85

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2019**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.488,14
ESTOQUES	17.027,71
Total do Ativo Circulante	44.515,85
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	346.584,93
IMOBILIZADO	2.113.973,38
Total do Ativo Não-Circulante	2.460.558,31
TOTAL DO ATIVO	2.505.074,16
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.673,96
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.414,44
Total do Passivo Circulante	17.088,40
TOTAL DO PASSIVO	17.088,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL	2.487.985,76
ATIVO FINANCEIRO	27.488,14
ATIVO PERMANENTE	2.477.586,02
PASSIVO FINANCEIRO	27.488,14
PASSIVO PERMANENTE	14.673,96
SALDO PATRIMONIAL	2.462.912,06

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 27.488,14 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	27.488,14
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	0,00
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	27.488,14

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2019

Saldo do exercício anterior	7.745,86 D
Nova formação da dívida	867.187,34 D
(-) Amortização do exercício	847.445,06 D
Saldo do exercício de 2019	27.488,14 D

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.942.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.942.000,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	457.881,90
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	457.881,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	678.516,23
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	678.516,23
TOTAL	5.078.398,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	2.858.256,75
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.410.076,77
ENCARGOS PATRONAIS	448.179,98
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	578.369,43
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	74.155,89
SERVIÇOS	409.384,37
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	94.829,17
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	866.818,36
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	866.818,36
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	375.230,16
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	360.114,14
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	15.116,02
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.234,87
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.234,87
TOTAL	4.695.909,57

RESULTADO PATRIMONIAL 382.488,56

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
 PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
 CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 2A

Publicação N° 2359519

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS		3.942.000,00	3.942.000,00
	RECEBIDAS CÂMARA	3.942.000,00		

Total: 3.942.000,00

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTEJOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 2B

Publicação Nº 2359525

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.062.799,64
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.547.886,93
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.385.228,41	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.118.260,22		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	266.968,19		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	266.968,19		
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		162.658,52	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	162.658,52		
3.1.91.13.03.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	162.658,52		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			514.912,71
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		514.912,71	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	94.623,48		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	94.623,48		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	79.156,77		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	510,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	10.774,72		
3.3.90.30.15.00.00	Material para Festividades e Homenagens	38.445,00		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	4.343,90		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	9.720,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	301,26		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	6.090,20		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	530,00		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.520,59		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.561,90		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.516,20		
3.3.90.30.30.00.00	Material para Comunicações	584,00		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.259,00		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	16.739,36		
3.3.90.33.01.00.00	Passagens Para o País	16.739,36		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.646,00		
3.3.90.36.28.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	5.646,00		
3.3.90.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	5.375,00		
3.3.90.37.06.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Móveis	5.375,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	296.137,23		
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	850,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	7.040,00		
3.3.90.39.08.00.00	Manutenção de Software	16.092,36		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	54.779,16		
3.3.90.39.16.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	8.436,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	17.050,00		
3.3.90.39.20.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	2.380,00		
3.3.90.39.23.00.00	Festividades e Homenagens	6.940,00		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	13.785,67		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	530,78		
3.3.90.39.47.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	14.310,49		
3.3.90.39.48.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	27.160,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	5.091,00		
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	2.148,00		
3.3.90.39.78.00.00	Limpeza e Conservação	39.523,68		
3.3.90.39.79.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	34.274,38		
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	3.028,15		
3.3.90.39.83.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	1.115,16		
3.3.90.39.88.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	26.208,00		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	15.394,40		
3.3.90.93.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	17.234,87		
3.3.90.93.04.00.00	Indenização de Transporte	17.234,87		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.382,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			12.382,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	12.382,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	178,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	365,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	11.839,00		
Total:				3.075.181,64

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 2C

Publicação Nº 2359531

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 1

Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.062.799,64
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.547.886,93
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.385.228,41	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.118.260,22		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	266.968,19		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	266.968,19		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		162.658,52	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	162.658,52		
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	162.658,52		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			514.912,71
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		514.912,71	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	94.623,48		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	94.623,48		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	79.156,77		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	510,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	10.774,72		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	38.445,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.343,90		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	9.720,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	301,26		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	6.090,20		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	530,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.520,59		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.561,90		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.516,20		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	584,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.259,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	16.739,36		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	16.739,36		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.646,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	5.646,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	5.375,00		
3.3.90.37.06.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Móveis	5.375,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	296.137,23		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	850,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	7.040,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	16.092,36		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	54.779,16		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	8.436,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	17.050,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	2.380,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	6.940,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	13.785,67		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	530,78		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	14.310,49		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	27.160,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	5.091,00		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	2.148,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	39.523,68		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	34.274,38		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	3.028,15		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	1.115,16		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	26.208,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.394,40		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	17.234,87		
3.3.90.93.04.00.00.00	Indenização de Transporte	17.234,87		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.382,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			12.382,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		12.382,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	12.382,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	178,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	365,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	11.839,00		
Total da Unidade:				3.075.181,64
Total do Órgão:				3.075.181,64
Total da Entidade:				3.075.181,64
TOTAL GERAL:				3.075.181,64

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTEJOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

BALANÇO ANEXO 6

Publicação Nº 2359533

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO
Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64
01.031.0001.1.001	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - CAMARA DE VEREADORES		12.382,00	2.633.172,93	2.645.554,93
01.031.0001.1.037	REFORMA DO PRÉDIO DA CAMARA DE VEREADORES				12.382,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL				0,00
01.031.0001.2.093	MANUT. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES JUVENIL				2.629.939,61
01.031.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL			3.233,32	3.233,32
01.031.0006.2.002	RGPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			429.626,71	429.626,71
01.031.0006.2.016	RPPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			266.968,19	266.968,19
				162.658,52	162.658,52
			12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64
			12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64
			12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64

Total:

Total da Entidade:

TOTAL GERAL:

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa		12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64
01.031	Ação Legislativa		12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		12.382,00	2.633.172,93	2.645.554,93
01.031.0001.1.001	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - CAMARA DE VEREADORES		12.382,00		12.382,00
01.031.0001.1.037	REFORMA DO PRÉDIO DA CAMARA DE VEREADORES				0,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL			2.629.939,61	2.629.939,61
01.031.0001.2.093	MANUT. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES JUVENIL			3.233,32	3.233,32
01.031.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL			429.626,71	429.626,71
01.031.0006.2.002	RGPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			266.968,19	266.968,19
01.031.0006.2.016	RPPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			162.658,52	162.658,52
Total:			12.382,00	3.062.799,64	3.075.181,64

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO

PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO

CONTADOR CRC SC 30.705/O-3

BALANÇO ANEXO 8

Publicação Nº 2359538

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
 Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	3.075.181,64		3.075.181,64
01.031	Ação Legislativa	3.075.181,64		3.075.181,64
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.645.554,93		2.645.554,93
01.031.0001.1.001	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - CAMARA DE VEF	12.382,00		12.382,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICI	2.629.939,61		2.629.939,61
01.031.0001.2.093	MANUT. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADOR	3.233,32		3.233,32
01.031.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	429.626,71		429.626,71
01.031.0006.2.002	RGPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	266.968,19		266.968,19
01.031.0006.2.016	RPPS - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	162.658,52		162.658,52
Total:		3.075.181,64		3.075.181,64

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO
 PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO
 CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS		LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1	PODER LEGISLATIVO	3.075.181,64					
Total :		3.075.181,64					

ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1	PODER LEGISLATIVO						3.075.181,64
Total :							3.075.181,64

CURITIBANOS, 24/01/2020

JOÃO REUS DE CAMARGO

PRESIDENTE

JOCIMAR AFONSO COELHO

CONTADOR CRC SC 30.705/0-3

Descanso

PREFEITURA

DECRETO Nº 1034/2020-SF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2359298

DECRETO Nº 1034/2020-SF, de 14 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1728/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	10.15	DPTO.DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural
4.4.90.00.00.00.00.00.0617		Aplicações Diretas (187) 10.900,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior e em conformidade com o Art. 8º, II, "b" da Lei Municipal nº 1717/2019-LOA/2020, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019, da seguinte fonte de recurso:

Descrição	Recurso	Valor
Ordinários	500/617	10.900,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 - Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria

DECRETO Nº 1035/2020-SF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2359300

DECRETO Nº 1035/2020-SF, de 14 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1729/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	10.15	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural
4.4.90.00.00.00.00.00.0776		Aplicações Diretas (188) 100.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.1.8.10.9.1.01.00.00	Convênio MAPA 886979/2019 PR.21000.051226/2019-67	100.000,00
---------------------------	--	------------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria

**DECRETO Nº 1036/2020-SF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
NO VALOR DE R\$ 200.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2359304

DECRETO Nº 1036/2020-SF, de 14 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1730/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Proj./Ativ.	10.301.0037.2.060	Manutenção das Atividades de Atenção Básica a Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0778	Aplicações Diretas (69)	200.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.2.8.10.1.1.01.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde SUS - Convênio 2019TR001696	200.000,00
---------------------------	---	------------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inacio Bonamigo	Cleber Luiz Rech
Prefeito Municipal	Gestor - FMS

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria

DECRETO Nº 1037/2020-SF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 561.750,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2359305

DECRETO Nº 1037/2020-SF, de 14 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 561.750,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1731/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 561.750,00 (quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade:	07.11	DPTO.DE ESPORTES
Proj./Ativ.	27.812.0032.2.026	Manutenção e Reforma do Complexo Esportivo Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.0779		Aplicações Diretas (189) 561.750,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.2.8.10.9.1.02.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados 2020TR0027 PROCESSOADR01 2038/2019	561.750,00
---------------------------	---	------------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 - Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 561.750,00 (quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria**DECRETO Nº 1038/2020-SF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 213.185,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2359307

DECRETO Nº 1038/2020-SF, de 14 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 213.185,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1732/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 213.185,58 (duzentos e treze mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade:	07.11	DPTO.DE ESPORTES
Proj./Ativ.	27.812.0032.2.026	Manut.e Reforma do Complexo Esportivo Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.0612		Aplicações Diretas (190) 100.218,64
Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.242.0017.2.050	Manutenção Ativ. Proteção Social de Média Complexidade
4.4.90.00.00.00.00.00.0738		Aplicações Diretas (191) 3.967,54
Proj./Ativ.	08.244.0016.2.072	Gestão da Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0686		Aplicações Diretas (192) 47.732,44
3.3.90.00.00.00.00.00.0660		Aplicações Diretas (193) 30.486,52

Proj./Ativ.	08.244.0019.2.054	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família	
3.3.90.00.00.00.00.00.0653		Aplicações Diretas (194)	12.864,76
4.4.90.00.00.00.00.00.0653		Aplicações Diretas (195)	8.000,00
Proj./Ativ.	08.244.0019.2.055	Manutenção da Gestão dos Serviços Sócio Assistenciais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0646		Aplicações Diretas (196)	5.967,03
Unidade:	11.19	FUNDO MUNIC.INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	
Proj./Ativ.	08.243.0020.2.069	Manutenção e Funcionamento das Atividades do FIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0702		Aplicações Diretas (197)	2.642,66
rgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
Proj./Ativ.	09.271.0026.2.068	Contribuição ao PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.00.0703		Aplicações Diretas (198)	1.104,59
3.3.90.00.00.00.00.00.0511		Aplicações Diretas (199)	201,40
T O T A L -			213.185,58

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior:

I – O Superávit financeiro do exercício de 2019, em conformidade com art. 8º, II, "b" da Lei nº 1717/2019-LOA/2020 das seguintes fontes de recursos:

Descrição	Recurso	Valor
PSEMC	687/738	3.967,54
FNAS - BL PSB (PBF/PBV)	681/686	47.732,44
FEAS/PSB	640/660	30.486,52
IGDBF	631/653	20.864,76
IGD/SUAS	549/646	5.967,03
FIA	684/702	2.642,66
Alienação de Bens	521/612	100.218,64
T O T A L -		211.879,59

II – A redução das dotações orçamentárias:

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES	
Proj./Ativ.	26.782.0033.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip.e Rodov.Munic.	
3.3.90.00.00.00.00.00.0511		Aplicações Diretas (85)	201,40
3.3.90.00.00.00.00.00.0703		Aplicações Diretas (86)	1.104,59
T O T A L -			1.305,99
T O T A L G E R A L -			213.185,58

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2020, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 213.185,58 (duzentos e treze mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Thais Regina Durigon
Agente de Secretaria

DECRETO Nº2108/2020 HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2020

Publicação Nº 2358519

DECRETO Nº2108/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2020, PARA A SELEÇÃO DE PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E AUXILIAR DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o

que estabelece a Lei Art. 37, inciso IX, c/c artigo 40, § 12, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei 12392/02, Lei nº 04/90, de 02.03.90, Lei 1378/2014 e Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada o resultado final dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2020, de 07 de janeiro de 2020, para seleção de PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E AUXILIAR DE ENSINO, por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em eventuais vagas vinculadas e/ou excedentes, programas conveniados, em substituição de profissionais impedidos de atuarem, e compor reserva técnica, para ocupação de vagas que venham a surgir no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado nº 03/2020, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, abaixo relacionados:

PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E AUXILIAR DE ENSINO.

Cargo:	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA		
Insc/Pr.	NOME DO CANDIDATO	CLASSIF	
002	NOELI TERESINHA KOSWOSKI	1º	
001	CAMILA VIONE BIRCK	2º	
Cargo	AUXILIAR DE ENSINO		
Insc/Pr.	NOME DO CANDIDATO	CLASSIF	
011	BRUNA BRONZATTI	1º	
010	BRUNA AGUSTINI	2º	
008	GRACIELA MARIA ADLER	3º	
005	ROSALINA GOMES GRUNEWALD	4º	
001	ROSELI TERESINHA MORO PIETRO BIASI	5º	
009	SANDRA MARIA SEMIONI BRUGNE-ROTT	6º	
002	IDIANE COLOMBO	7º	
003	JESSICA DE SIQUEIRA	8º	
014	CRISTIAN LUCAS DA SILVA RAFFEL	9º	
013	DARA MIQUELOTO	10º	
015	MARIELY RIMOLDI SATUDT	11º	
012	FABIOLA COMIOTTO	12º	
004	POLIANA RUGERI ALVES	13º	
006	GABRIELI KOSWOSKI ZYRA	14º	
016	MIRELLI COLOMBO SCAIN	15º	
007	VITORIA FERNANDA DE LUCCA	16º	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, de 14 de Fevereiro de 2020

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Marise Previde Giombelli
Secretária de Educação

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

EXTRATO CONTRATO 16/2020

Publicação Nº 2359703

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 16/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE DESCANSO Contratada...: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI- EPP
Valor : 15.323,00 (quinze mil trezentos e vinte e três reais)
Vigência : Início: 14/02/2020
Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA PATRULHA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, COM RECURSOS PROVENIENTES DE REPASSE E CONTRAPARTIDA DO CONVENIO 2019/TR001489, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL.

Descanso, 14 de Fevereiro de 2020

EXTRATO CONTRATO 17/2020

Publicação Nº 2359708

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 17/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE DESCANSO Contratada...: VALDECIR SILVA LTDA
Valor : 55.700,00 (cinquenta e cinco mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA PATRULHA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, COM RECURSOS PROVENIENTES DE REPASSE E CONTRAPARTIDA DO CONVENIO 2019/TR001489, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL..

Descanso, 14 de Fevereiro de 2020

EXTRATO CONTRATO 18/2020

Publicação Nº 2359713

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE DESCANSO
Contratada...: FERRONATO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
Valor : 59.460,00 (cinquenta e nove mil quatrocentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA PATRULHA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, COM RECURSOS PROVENIENTES DE REPASSE E CONTRAPARTIDA DO CONVENIO 2019/TR001489, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL..

Descanso, 14 de Fevereiro de 2020

LEI 1729/2020 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2358741

LEI Nº 1729/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 100.000,00 DE RECURSOS PROVENIENTES DO CONVENIO MAPA Nº 886979/2019, CELEBRADO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	10.15	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural
4.4.90.00.00.00.00.00.0776	Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.1.8.10.9.1.01.00.00	Convênio MAPA 886979/2019 PR.21000.051226/2019-67	100.000,00
---------------------------	--	------------

Art. 3º - O Convenio MAPA nº 886979/2019, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, objetiva a transferência de recursos financeiros, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para aquisição de veículo e equipamento agrícola para a Secretaria de Agricultura do Município de Descanso, ora ratificado.

Art. 4º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 - Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondente no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Thais Regina Durigon - Agente de Secretaria

LEI 1730/2020 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2358746

LEI Nº 1730/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 200.000,00 DE RECURSOS PROVENIENTES DO CONVENIO 2019TR001696, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA CASA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Proj./Ativ.	10.301.0037.2.060	Manutenção das Atividades de Atenção Básica a Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0778	Aplicações Diretas	200.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.2.8.10.1.1.01.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde SUS - Convênio 2019TR001696	200.000,00
---------------------------	---	------------

Art. 3º - O Convênio 2019TR001696, celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, com a inter-veniência da Casa Civil, objetiva a transferência de recursos financeiros, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para aquisição de veículo para transporte de pacientes do Município de Descanso, ora ratificado.

Art. 4º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 - Lei

Municipal nº 1717/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

LEI 1731/2020 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2358750

LEI Nº 1731/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 561.750,00 DE RECURSOS PROVENIENTES DO CONVENIO 2020TR0027, CELEBRADO COM A FESPORTE-FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 561.750,00 (quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade:	07.11	DPTO.DE ESPORTES
Proj./Ativ.	27.812.0032.2.026	Manutenção e Reforma do Complexo Esportivo Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.0779	Aplicações Diretas	561.750,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.2.8.10.9.1.02.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados 2020TR0027 PROCESSOADR01 2038/2019	561.750,00
---------------------------	---	------------

Art. 3º - O Convênio 2020TR0027, celebrado com a FESPORTE – Fundação Catarinense de Esportes, objetiva a transferência de recursos financeiros, no valor de até R\$ 561.750,00 (quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais), para a conclusão da reforma e ampliação do Ginásio Municipal de Esportes de Descanso, ora ratificado.

Art. 4º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados na importância correspondentes, no valor de até R\$ 561.750,00 (quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

LEI 1732/2020 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2358755

LEI Nº 1732/2020, de 14 de fevereiro de 2020

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 213.185,58 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 213.185,58 (duzentos e treze mil, cento e oitenta e cinco reais, cinquenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade:	07.11	DPTO.DE ESPORTES
Proj./Ativ.	27.812.0032.2.026	Manut.e Reforma do Complexo Esportivo Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0612	Aplicações Diretas 521	100.218,64
Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.242.0017.2.050	Manutenção Ativ. Proteção Social de Média Complexidade
4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas 687 (PSEMC)	3.967,54
Proj./Ativ.	08.244.0016.2.072	Gestão da Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0686	Aplicações Diretas 681 (PSB)	47.732,44
3.3.90.00.00.00.00.00.0660	Aplicações Diretas 640 (FEAS/PSB)	30.486,52
Proj./Ativ.	08.244.0019.2.054	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família
3.3.90.00.00.00.00.00.0653	Aplicações Diretas 631 (IGDBF)	12.864,76
4.4.90.00.00.00.00.00.0653	Aplicações Diretas 631 (IGDBF)	8.000,00
Proj./Ativ.	08.244.0019.2.055	Manutenção da Gestão dos Serviços Sócio Assistenciais
4.4.90.00.00.00.00.00.0646	Aplicações Diretas 549 (IGD/SUAS)	5.967,03
Unidade:	11.19	FUNDO MUNIC.INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA
Proj./Ativ.	08.243.0020.2.069	Manutenção e Funcionamento das Atividades do FIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas 684 (FIA)	2.642,66
Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Proj./Ativ.	09.271.0026.2.068	Contribuição ao PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.0703	Aplicações Diretas	1.104,59
3.3.90.00.00.00.00.00.0511	Aplicações Diretas	201,40
T O T A L -		213.185,58

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior:

I – O Superávit financeiro do exercício de 2019, em conformidade com art. 8º, II, “b” da Lei nº 1717/2019-LOA/2020 das seguintes fontes de recursos:

Descrição	Recurso	Valor
PSEMC	687/738	3.967,54
FNAS - BL PSB (PBF/PBV)	681/686	47.732,44
FEAS/PSB	640/660	30.486,52
IGDBF	631/653	20.864,76
IGD/SUAS	549/646	5.967,03
FIA	684/702	2.642,66
Alienação de Bens	521/612	100.218,64
T O T A L -		211.879,59

II – A redução das dotações orçamentárias:

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES
Proj./Ativ.	26.782.0033.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip.e Rodov.Munic.
3.3.90.00.00.00.00.00.0511	Aplicações Diretas (85)	201,40
3.3.90.00.00.00.00.00.0703	Aplicações Diretas (86)	1.104,59
T O T A L -		1.305,99
T O T A L G E R A L -		213.185,58

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 213.185,58 (duzentos e treze mil, cento e oitenta e cinco reais, cinquenta e oito centavos).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

LEI 1733/2020 CONTRIBUIÇÃO ANUAL UVESC

Publicação Nº 2358759

LEI Nº 1733/2020, de 14 de fevereiro de 2020

AUTORIZA O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, A FILIAR A CÂMARA MUNICIPAL E ESTA A CONTRIBUIR ANUALMENTE COM A UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir anualmente em favor da UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, com sede na Capital do Estado Catarinense, portadora do CNPJ nº 76.875.731/0001-42.

§ 1º. O valor de que trata o "caput" do artigo 1º do presente ato, é de R\$ 6.270,00 (Seis mil, duzentos e setenta reais) conforme estatuído no artigo 85, inciso I, a, b e c do Estatuto da Entidade, a serem lançados conforme a edição de boleto de pagamento pela Entidade ou depósito em conta.

§ 2º. Quando os valores referidos da contribuição se modificarem, fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade com o que a UVESC estabelecer.

Art. 2º - A contribuição referida terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seus Estatutos, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º - A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por revogação da Lei Autorizativa que venha determinar sua condição de desfiliação, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta em rubrica específica do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1316/2014, de 21 de março de 2014.

Descanso – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

LEI 1728/2020 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2358712

LEI Nº 1728/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 10.900,00 PARA CUMPRIMENTO DA CONTRAPARTIDA PREVISTA NO CONVENIO 2019TR001489, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Para cumprimento da contrapartida prevista no Convênio 2019TR001489, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	10.15	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural	
4.4.90.00.00.00.00.00.0617		Aplicações Diretas	10.900,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior e em conformidade com o Art. 8º, II, "b" da Lei Municipal nº 1717/2019-LOA/2020, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019, da seguinte fonte de recurso:

Descrição	Recurso	Valor
Ordinários	500/617	10.900,00

Art. 3º - O Convênio 2019TR001489, celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, objetiva a transferência de recursos financeiros, no valor de até R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), para aquisição de equipamentos agrícolas para Patrulha Mecanizada do Município de Descanso, ora ratificado.

Art. 4º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1704/2019 e da LOA 2020 - Lei Municipal nº 1717/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 11 E 12-2020 - PREGÃO PRESENCIAL 25-2020 - PMDC

Publicação Nº 2359641

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 11/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI
Valor : 26.623,00 (vinte e seis mil seiscentos e vinte e três reais)
Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONTRA PISO E GRAMA SINTÉTICA NO COLÉGIO CASTRO ALVES E BIBLIOTECA MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 14 de Fevereiro de 2020
Contrato Nº.: 12/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
Valor : 22.785,08 (vinte e dois mil setecentos e oitenta e cinco reais e oito centavos)
Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONTRA PISO E GRAMA SINTÉTICA NO COLÉGIO CASTRO ALVES E BIBLIOTECA MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 14 de Fevereiro de 2020

CONTRATO 13 E 14-2020 - PREGÃO PRESENCIAL 26-2020 - PMDC

Publicação Nº 2359644

Contrato Nº.: 13/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI
Valor : 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE FECHAMENTO, PISO E PARQUE NO BAIRRO UNIAO, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 14 de Fevereiro de 2020
Contrato Nº.: 14/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
Valor : 19.488,85 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2020

Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE FECHAMENTO, PISO E PARQUE NO BAIRRO UNIAO,
CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO,
PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 14 de Fevereiro de 2020

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 25-2020 - PMDC

Publicação Nº 2359536

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/20
HOMOLOGAÇÃO: 14/02/20
CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE CONTRA PISO E GRAMA SINTETICA NO COLEGIO
CASTRO ALVES E BIBLIOTECA MUNICIPAL, CONFORME
PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS
E ANEXOS DO EDITAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.785,08 (vinte e dois mil setecentos e
oitenta e cinco reais e oito centavos)
DATA: 14/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/20
HOMOLOGAÇÃO: 14/02/20
CONTRATADO: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE CONTRA PISO E GRAMA SINTETICA NO COLEGIO
CASTRO ALVES E BIBLIOTECA MUNICIPAL, CONFORME
PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS
E ANEXOS DO EDITAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.623,00 (vinte e seis mil seiscentos e
vinte e três reais)
DATA: 14/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 26-2020 - PMDC

Publicação Nº 2359591

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/20
HOMOLOGAÇÃO: 14/02/20
CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE FECHAMENTO, PISO E PARQUE NO BAIRRO UNIAO,
CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL
DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.488,85 (dezenove mil quatrocentos e
oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)
DATA: 14/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/20
HOMOLOGAÇÃO: 14/02/20
CONTRATADO: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
OBRA DE FECHAMENTO, PISO E PARQUE NO BAIRRO UNIAO,

CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL
DESCRIPTIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos
reais)
DATA: 14/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

TERMO DE ACORDO, RESCISÃO AMIGÁVEL CONTRATO 074/2018 - DISPENSA 20/2018 - FMS

Publicação N° 2358584

OF. 09-2020 – SMS/DCQ

Assunto: TERMO DE ACORDO

Considerando o término do contrato nº 074/2018, código sequencial 624/2019, Sala comercial, onde está instalado o Laboratório Municipal de análises de exames, na Rua João Verona, nº 466, centro de Dionísio Cerqueira/SC.

Pelo presente instrumento, de um lado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA/SC, CNPJ 11.265.919/0001-23, representado pelo seu gestor, DENIZ EVANDRO DA ROCHA CPF: 052.221.759-10, com endereço na Rua Dom Pedro II, 696, centro, e de outro lado a Senhora, LUSAGELA PEREIRA, CPF: 911.669.009-59, residente e domiciliada na Avenida Sete de Setembro, s/n, centro da cidade de Dionísio Cerqueira/SC.

Clausula 1° - a Secretaria Municipal de Saúde dará cabo ao contrato supracitado, o qual a proprietária está de acordo, sem multa rescisória com o término.

Clausula 2° - de comum acordo, fica acertado que a Secretaria de Saúde se isenta da responsabilidade de verificar ou reparar falhas e/ou avarias existentes no imóvel no momento de devolução do mesmo, conforme Art. 23, III da lei nº 8245/91.

Clausula 3° - a proprietária renuncia o direito dos termos do Art. 23 da lei nº 8.245/91 e seus incisos.

Clausula 4° - a Secretaria de Saúde firma a responsabilidade e fornecerá o revestimento de piso, oitenta e oito metros e oitenta e oito centímetros quadrados de porcelanato (88,88 m²). Sendo que cada m² tem como valor cotado R\$ 68,80 (sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Clausula 5° - O total de custos será de R\$ 6.114,94 (seis mil cento e quatorze reais e noventa e quatro centavos).

Clausula 6° - todos e quaisquer custos com mão de obra fica por conta da proprietária do imóvel.

De acordo,

Deniz Evandro da Rocha Lusangela Pereira
Secretário Municipal de Saúde Proprietária

Testemunha Testemunha

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO N. 02/2020

Publicação Nº 2360342

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2020
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº. 02/2020

Município de Dona Emma, SC, torna público para conhecimento dos interessados que às 09:00 Horas do dia 04/03/2020, estará selecionando a melhor proposta para: Contratação de empresa para a execução de obras de reforma do Complexo Desportivo Municipal Alfred Friedrich Dahm, localizado à Rua Alberto Koglin nº 2714, no Centro do Município de Dona Emma – SC, totalizando a área de 96,32 m², pactuadas através do contrato de repasse nº 874758/2018/MC/CAIXA, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania, representado pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos. Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, fone (47) 3364-2828 ou no e-mail: compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 17 de fevereiro de 2020.

Nerci Barp
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N. 22/2020

Publicação Nº 2359322

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA-SC
CREDENCIAMENTO Nº 03/2019
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019
EXTRATO DO CONTRATO: 22/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE. OBJETO: credenciamento para prestação de serviços médicos especializados nas áreas de serviços hospitalares de consultas e cirurgias. VALOR TOTAL R\$ 29.350,00 (vinte e nove mil trezentos cinquenta reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: 14/02/2020 até 14/02/2021.

Dona Emma, em 14 de fevereiro de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N. 23/2020

Publicação Nº 2359329

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA-SC
CREDENCIAMENTO Nº 03/2019
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019
EXTRATO DO CONTRATO: 23/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ. OBJETO: credenciamento para prestação de serviços médicos especializados nas áreas de serviços hospitalares de consultas e cirurgias. VALOR TOTAL R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: 14/02/2020 até 14/02/2021.

Dona Emma, em 14 de fevereiro de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020

Publicação Nº 2358516

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC

##ATO EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

##TEX Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa AGRINORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ: 07.245.060/0001-13. Objeto: aquisição de equipamento agrícola (ALEIRADOR PAPA TERRA ACOPLÁVEL A TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS) para servir a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município de Dona Emma - SC, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio/MAPA nº 886994/2019 - Plataforma + Brasil nº 001421/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Dona Emma/SC. Valor do item 1: R\$ 4.500,00, Valor total R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

##DAT Dona Emma, SC 11/02/2020.

##ASS Nerci Barp

##CAR Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2020

Publicação Nº 2358517

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO IND. LTDA., CNPJ: 20.414.079/0001-04. Objeto: aquisição de equipamento agrícola (CARRETA METÁLICA BASCULANTE HIDRÁULICA ACOPLÁVEL A TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS) para servir a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município de Dona Emma - SC, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio/MAPA nº 886994/2019 - Plataforma + Brasil nº 001421/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Dona Emma/SC. Valor do item 2: R\$ R\$ 13.151,00 (treze mil e cento cinquenta e um reais).

Dona Emma, SC 11/02/2020.

Nerci Barp

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020

Publicação Nº 2358518

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DONA EMMA e a empresa ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ: 05.063.653/0003-03. Objeto: aquisição de máquina retroescavadeira para servir a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município de Dona Emma - SC, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio/MAPA nº 886994/2019 - Plataforma + Brasil nº 001421/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Dona Emma/SC. Valor do item 3: R\$ 228.900,00 (duzentos vinte e oito mil e novecentos reais).

Dona Emma, SC 11/02/2020.

Nerci Barp

Prefeito Municipal.

EXTRATP DA HOMOLOGAÇÃO XTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 01_2020

Publicação N° 2358512

**MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
RESUMO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 06/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020**

O Prefeito Municipal torna pública a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do Pregão Presencial n° 01/2020, que tem por objeto a aquisição de máquina retroescavadeira e equipamentos agrícolas para servir a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Município de Dona Emma - SC, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio/MAPA n° 886994/2019 - Plataforma + Brasil n° 001421/2019, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Dona Emma/SC, na qual ficam declaradas vencedoras as empresas:

Item 1 - AGRINORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ: 07.245.060/0001-13, com o valor total de R\$ 9.000,00:

01	ALEIRADOR PAPA TERRA ACOPLÁVEL A TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS, CHASSÍ COM LARGURA MÍNIMA DE 1,68 METROS EQUIPADO COM 2 (DOIS) ARADOS AIVECAS COM REGULAGEM DE ABERTURA, UMA HASTE CENTRAL DE SUBSOLADOR PARA QUEBRA DO SOLO E 3 (TRÊS) DISCOS DE CORTE DE PALHADA COM NO MÍNIMO 17 POLEGADAS.	Uni.	02	4.500,00	9.000,00
----	---	------	----	----------	----------

Item 2 - PORTALMAQ COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO IND. LTDA., CNPJ: 20.414.079/0001-04, com o valor de R\$ 13.151,00:

02	CARRETA METÁLICA BASCULANTE HIDRÁULICA ACOPLÁVEL A TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS COM CAPACIDADE DE CARGA PARA 5 (CINCO) TONELADAS, EQUIPADA COM SISTEMA DE FREIO AUTOMATICO, COM RODADO TANDEN E PNEUS NOVOS 7.50 - 16.	Uni.	01	13.151,00	13.151,00
----	--	------	----	-----------	-----------

Item 3 - ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ: 05.063.653/0003-03, com o valor de R\$ 228.900,00:

03	RETROESCAVADEIRA DE PNEUS NOVA, FABRICADA EM 2020, COM TRAÇÃO 4 X 4, EQUIPADA COM MOTOR DIESEL DA MESMA MARCA DO FABRICANTE, TURBOALIMENTADO DE 4 CILINDROS E POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 79 CV, TRANSMISSÃO POWER SHUTTLE DE 4 VELOCIDADES SINCRONIZADAS A FRENTE E A RÉ, TANQUE DE COMBUSTÍVEL NÃO INFERIOR A 130 LITROS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CABINE FECHADA DO TIPO ROPS E FOPS COM AR CONDICIONADO, CARREGADEIRA FRONTAL EQUIPADA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,96 M³, COM DENTES SOLDADOS OU APARAFUSADOS E CAÇAMBA DA LANÇA TRASEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,23 M³, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 7.200 KG, COM CONTRATO DE MANUTENÇÃO INCLUINDO TODAS AS PEÇAS, ÓLEOS E MÃO DE OBRA DAS REVISÕES E DESLOCAMENTO ATÉ 2.000 HORAS, E COM GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS.	Uni.	01	228.900,00	228.900,00
----	---	------	----	------------	------------

VALOR GLOBAL: R\$ 251.051,00 (DUZENTOS CINQUENTA UM MIL CINQUENTA E UM REAIS).

Dona Emma, SC 11/02/2020.

Nerci Barp
Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2360455

Ata da Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em dez de fevereiro de dois mil e vinte (10/02/2020), com início às 19:00hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade dos Parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier, 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, sem inscitos para a tribuna livre, abriu-se o pequeno expediente, onde o senhor Presidente registrou a prévia entrega de cópia da ata da Sessão realizada no dia 03/02/2020 aos Senhores Vereadores, disponibilizadas na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada pelos Vereadores presentes, passando-se para sua assinatura. Dando continuidade, convidou o 1º Secretário a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Requerimento nº 01/2020 de autoria do Parlamentar Tony Tadeu Nones, onde requer que o Poder Executivo "informe os motivos do Edital do Concurso Público nº 01/2020 (itens 23, 32.9.1, 32.11.1 e 32.11.4 e anexo I) não observar as disposições da legislação municipal e trabalhista quanto aos critérios de desempate (art. 20 da LC nº 50/2006), custeio de exames admissionais (art. 168 da CLT e NR 07), exigência documental para investidura no emprego público (artigos 10 e 21, § 5º, da LC nº 50/2006) e requisitos para ocupação dos empregos públicos de Motorista de Passageiros, Motorista de Ambulância, Atendente de Odontologia e Agente Comunitário de Saúde (Anexo III da LC nº 32/2004, art. 5º da LC nº 57/2007 e LC nº 66/2007), afrontando os princípios da legalidade e da ampla acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas"; b) Projeto de Lei Complementar nº 01/2020, de autoria do Poder Executivo – "Dispõe sobre a concessão de uso, remunerada, para fins de exploração comercial, em prédio público, e dá outras providências"; c) Projeto de Lei Ordinária nº 03/2020, de autoria do Poder Executivo – "Altera a Lei Ordinária nº 390, de 02 de dezembro de 1999, e dá outras providências"; O senhor Presidente encaminha o Projeto de Lei Ordinária nº 01/2020 e o Projeto de Lei Ordinária nº 02/2020, registrados no expediente da sessão ordinária anterior, para as Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Comissão Permanente de Economia e Finanças, solicitando aos respectivos Presidentes das Comissões que convoquem os demais membros para apreciação dos projetos. Abrindo-se o grande expediente em Tema Livre, não houve vereadores inscitos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Sem proposições pautadas para a ordem do dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) O Vereador Merquides Martins registra que esperava que o Secretário de Obras municipal se fizesse presente na sessão, pois houve solicitação recebida da comunidade sobre a necessidade de conserto na ponte que dá acesso à residência do senhor Mansueto Galkowski e também na ponte que dá acesso à residência do senhor Conrado Reinert, pois apresentam pranchas apodrecidas e oferecem risco aos usuários; Intervindo, o Vereador Luizinho Pereira da Silva informa que também já solicitou o conserto da ponte de acesso à residência do senhor Mansueto no ano passado ao Secretário de Obras, sendo inaceitável tal demora no reparo, sem qualquer justificativa; Ainda na palavra livre, o senhor Presidente questiona o Líder de Governo para que verifique junto a secretaria de obras por que não foram roçadas algumas DPES da área rural, que estão desde dezembro do ano passado sem manutenção pelo Poder Público, em prejuízo da segurança dos usuários; Continuando, o vereador Presidente esclarece que no ano de 2019 a Câmara pagava o valor mensal de R\$ 1.481,91 pelo aluguel do imóvel que utiliza para seus serviços e que este ano, com o reajuste anual pelo IGP-M/FGV acumulado no período contratual anterior (janeiro à dezembro/2019) que correspondeu a 7,3179% o valor da locação passou a ser de R\$ 1.590,35 mensais, explicando que este novo valor não tem qualquer relação com a mudança da área ocupada, ou seja, que o aumento nominal decorre apenas do reajuste anual previsto nos termos contratuais; Por fim, o senhor Presidente parabeniza o colega de Parlamento Luizinho pela passagem de seu aniversário. Sem mais manifestações, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a Sessão Ordinária que se realizará no dia 17 de fevereiro do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

PAUTA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2360458

PAUTA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 17 DE FEVEREIRO DE 2020 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre
- Sem inscitos;

III - Pequeno Expediente:
- Deliberação da Ata da Sessão anterior;
- Leitura do Expediente;
- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 01/2020 – “Autoriza a abertura de crédito suplementar em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2020 da Administração Direta e dá outras providências”;

- Apresentação do parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Apresentação do parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças;

- Primeira Discussão;

- Primeira votação simbólica;

- Projeto de Lei Ordinária nº 02/2020 – “Autoriza a abertura de crédito suplementar em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2020 da Administração Direta e dá outras providências”;

- Apresentação do parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Apresentação do parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças;

- Primeira Discussão;

- Primeira votação simbólica;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2020.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GECIMARI CORDEIRO

Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

Entre Rios

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2360352

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 001 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DELIA FARIAS RODRIGUES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Delia Farias Rodrigues da Silva, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2020

Publicação Nº 2360353

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 002 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIMIR PAVAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Claudimir Pavan, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2360354

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 003 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA IRENE DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Maria Irene dos Santos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2360355

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 004 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODETE DE ALMEIDA UMBELINO BORGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Odete de Almeida Umbelino Borges, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 17 de fevereiro de 2018 a 16 de fevereiro de 2019 e 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2360356

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 005 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUBIA PAULA DE MOURA DELL OSBEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Rubia Paula de Moura Dell Osbel, pelo prazo de 20 (vinte dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2019 e terminar em 25 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2018 além do abono pecuniário pela necessidade de seu trabalho a Administração Municipal comprou 10 dias de férias.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 10 de março de 2018 a 09 de março de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2360357

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 006 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELSON VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Nelson Vieira, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de janeiro de 2020 e terminar em 30 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2360358

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 007 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALDEMAR PATRICIO ANKLER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Waldemar Patricio Ankler, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de janeiro de 2020 e terminar em 30 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 02 de julho de 2018 a 01 de julho de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2020

Publicação Nº 2360359

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 008 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDSON RIBEIRO LEMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Edson Ribeiro Lemos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de janeiro de 2020 e terminar em 30 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 07 de dezembro de 2018 a 06 de dezembro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009/2020

Publicação Nº 2360360

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 009 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI FERNANDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Roseli Fernandes, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 18 de agosto de 2018 a 17 de agosto de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010/2020

Publicação Nº 2360361

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 010 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VALQUIRIA ROZANA ROSSONI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Valquiria Rozana Rossoni, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 19 de junho de 2018 a 18 de junho de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 011/2020

Publicação Nº 2360362

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 011 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUNICE PIRES DA SILVA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Cleunice Pires da Silva dos Santos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 012/2020

Publicação Nº 2360363

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 012 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SALETE GONÇALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Salete Gonçalves, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de dezembro de 2018 a 30 de novembro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013/2020

Publicação Nº 2360365

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 013 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA REGINA TOSATI SIMON, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Marcia Regina Tosati Simon, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 31 de janeiro de 2019 a 30 de janeiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 014/2020

Publicação Nº 2360366

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 014 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIRLEI APARECIDA DA VEIGA LINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Sirlei Aparecida da Veiga Lins, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2360367

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 015 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIELE BONORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Franciele Bonora, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 13 de abril de 2018 a 12 de abril de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2360368

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 016 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA VOLF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Andreia Volf, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 06 de abril de 2019 a 05 de abril de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2360369

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 017 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LEONILDO GEMINIANO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Leonildo Geminiano dos Santos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2020

Publicação Nº 2360370

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 018 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PETERSON ALBERICI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Peterson Alberici, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 05 de janeiro de 2019 a 04 de janeiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2020

Publicação Nº 2360371

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 019 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JONES BOLDI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Jones Boldi, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2360372

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 020 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Celso dos Santos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 04 de março de 2018 a 03 de março de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2020

Publicação Nº 2360376

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 021 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCINO VALENTIM BIASUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Alcino Valentim Biasus, pelo prazo de 20 (vinte dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2020 e terminar em 25 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019, além do abono pecuniário pela necessidade de seu trabalho a Administração Municipal comprou 10 dias de férias.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 13 de março de 2018 a 12 de março de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2020

Publicação Nº 2360377

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 022 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARINEIA DOS SANTOS ARRUDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Marineia dos Santos Arruda, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 15 de janeiro de 2019 a 14 de janeiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2020

Publicação Nº 2360378

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 023 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REJANE APARECIDA BERTÓGLIO HAMMERICH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Rejane Aparecida Bertóglio Hammerich, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 13 de outubro de 2018 a 12 de outubro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2020

Publicação Nº 2360379

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 024 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDRESA BENIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Andresa Benin, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2020

Publicação Nº 2360380

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 025 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELSON RODRIGUES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Gelson Rodrigues da Silva, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2020

Publicação Nº 2360381

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 026 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ODIMAR DE ASSUMPÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Odimar de Assumpção dos Santos, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 06 de abril de 2018 a 05 de abril de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2020

Publicação Nº 2360382

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 027 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIO MILIORANZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Marcio Milioranza, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 08 de março de 2018 a 07 de março de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028/2020

Publicação Nº 2360383

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 028 de 06 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODETE DAMARAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Odete Damarat, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 029/2020

Publicação N° 2360384

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 029 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSICLEIA BENTO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Rosicleia Bento da Silva, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 10 de março 2019 a 09 de março de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 030/2020

Publicação N° 2360385

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 030 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSO BORGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Gilso Borges, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2020

Publicação Nº 2360386

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 031 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JESSICA APARECIDA RODRIGUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Jessica Aparecida Rodrigues, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2020 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 02 de março de 2019 a 01 de março de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2020

Publicação Nº 2360387

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 032 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DANILO LUIZ RODIGHERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Danilo Luiz Rodigheri, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2018 e terminar em 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 26 de janeiro de 2019 a 25 de janeiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2020

Publicação Nº 2360388

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº033 de 06 de janeiro de 2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CATARINA PEREIRA FERRAZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei

Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora CATARINA PEREIRA FERRAZ, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 06 de janeiro de 2020 e terminar em 04 de fevereiro de 2020. Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2020

Publicação Nº 2360389

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº034 de 06 de janeiro de 2020.
EXONERA O SR. ISAUQUE AMARO ANLKER DO CARGO DE VIGIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 017/06.

CONSIDERANDO, Término de Contrato Temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado Isaque Amaro Ankler Contratado Temporariamente no cargo de Vigia.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 035/2020

Publicação Nº 2360390

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº035 de 06 de janeiro de 2020.
EXONERA O SR. GILVANI RODRIGUES DO CARGO DE VIGIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 017/06.

CONSIDERANDO, Término de Contrato Temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado Gilvani Rodrigues Contratado Temporariamente no cargo de Vigia.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036/2020

Publicação Nº 2360391

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº036 de 06 de janeiro de 2020.
EXONERA O SRODAIR VILANOVA DO CARGO DE MOTORISTA DE ÔNIBUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 017/06.

CONSIDERANDO, Término de Contrato Temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado Odair Vilanova Contratado Temporariamente no cargo de Motorista de Ônibus.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 037/2020

Publicação Nº 2360392

Portaria Nº 037 de 06 de janeiro de 2020.
NOMEIA O SR. ALAIR PLACIDO DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO Nº 008/01, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001, ANEXO V, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/01

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ALAIR PLACIDO DOS SANTOS, para exercer o cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, (Lei Complementar n.º 008/01), de 14 de dezembro de 2001 de livre nomeação e exoneração, percebendo a remuneração constante da tabela de níveis de vencimentos.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2360393

Portaria Nº038 de 07 de janeiro de 2020
NOMEIA A SRA. MARIELI VIEIRA DO AMARAL PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, DA SECRETARIA DA FAZENDA, CONSTANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 008/01, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001, ANEXO III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/01.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. MARIELI VIEIRA DO AMARAL, para exercer o cargo de Diretor de Departamento Financeiro, (Lei Complementar n.º 008/01), anexo III, de 14 de dezembro de 2001 de livre nomeação e exoneração, percebendo a remuneração constante da tabela de níveis de vencimentos.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 07 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039/2020

Publicação Nº 2360394

Portaria nº. 039 de 10 de janeiro de 2019.

“DESIGNA CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC, ELEITOS NO DIA SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, EM PROCESSO DE ESCOLHA CONDUZIDO PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), PARA MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, E CONFEREM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, de acordo com o interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. De acordo com a Lei Federal nº. 8.069/1990, com a Resolução nº. 170/2014 do CONANDA, e da Lei Municipal nº. 752 de 03 de abril de 2019, fica nomeado os Conselheiros Tutelares Titulares do Município de Entre Rios/SC, eleitos no dia seis de outubro de dois mil e dezenove, em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje, sendo:

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal de Entre Rios/SC

PORTARIA Nº 040/2020

Publicação Nº 2360395

Portaria nº040 de 10 de janeiro de 2020

EXONERA O SR. VOLNEI GIACOMETTI, DO CARGO DE AGENTE DE DEFESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº19/2007, com alterações introduzidas pelas leis Complementares 032/2009 e 068/2013.

RESEOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado o Sr. Volnei Giacometti, do cargo comissionado de AGENTE DE DEFESA CIVIL, de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 10 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2020

Publicação Nº 2360397

Portaria Nº 042 de 10 de janeiro de 2020

REVOGA A PORTARIA Nº397/2017 QUE DESIGNAVA O SR. VOLNEI GIACOMETTI, INSCRITO NO CPF Nº:039.786.259-89 DE RESPONDER INSOLADAMENTE PELA CONTA DA COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL, PODENDO ASSINAR CHEQUES, TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS, PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO, E MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente e,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica revogada na íntegra a Portaria nº397/2017 que designava o Sr. Volnei Giacometti, de responder isoladamente pela conta corrente nº6056-9 Agência Bancária 5428-3, da Comissão municipal da Defesa Civil – CNPJ nº: 15.281.427/0001-82.

Artigo 2º. A presente Portaria gera efeitos a partir desta data.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 10 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2020

Publicação Nº 2360398

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 043 de 13 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZA DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Tereza de Oliveira, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 13 de janeiro de 2020 e terminar em 11 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 10 de março de 2018 a 09 de março de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 13 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2020

Publicação Nº 2360399

Portaria nº. 044 de 13 de janeiro de 2020

REALIZA A REMOÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO TITULAR DE CARGO PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar Municipal de nº. 032/2009, de 20 de maio de 2009, e demais legislação de regência, e,

CONSIDERANDO que o servidor Jakson fora nomeado através do Decreto nº. 287/2015, para o cargo de Motorista de Caminhão;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde está com grande demanda de pacientes e está em falta de Motorista;

CONSIDERANDO que no quadro de servidores do Município não há outro profissional disponível para exercer tal cargo;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do Poder Público em remoção seus servidores ao que dispõe a legislação de regência, levando em consideração suas habilitações;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica removido, a partir desta data, o servidor JAKSON BERNARDO LEMOS EMMERICH passará a exercer o cargo de Motorista junto a Secretaria Municipal de Saúde para realizar o transporte de pacientes e demais demandas da Secretaria.

PARÁGRAFO ÚNICO: Essa Portaria possui vigência por tempo indeterminado, podendo ser revogada, a qualquer tempo, por interesse da Administração Pública.

Art. 2º. Fica revogada na íntegra a Portaria nº216/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 13 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal de Entre Rios/SC

PORTARIA Nº 045/2020

Publicação Nº 2360400

Portaria nº045 de 13 de janeiro de 2020

NOMEIA CRISTIANE INÁCIO MACHADO PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INDÍGENAS CONSTANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 015/2006, DE 29 DE JUNHO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares n.º 008/01 e nº015/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Cristiane Inácio Machado, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal de Assuntos Indígenas (Lei Complementar n.º 015/2006, de livre nomeação e exoneração, percebendo a remuneração constante da tabela de níveis de vencimentos.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 13 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2020

Publicação Nº 2360401

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 046 de 13 de janeiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDERSON DA SILVA PRADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Ederson da Silva Prado, pelo prazo de 10 (dez dias) dias, a iniciar em 08 de janeiro de 2018 e terminar em 17 de janeiro de 2019. O restante dos 10 dias no decorrer do ano.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de dezembro de 2019, além do abono pecuniário pela necessidade de seu trabalho a Administração Municipal comprou 10 dias de férias.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 11 de janeiro de 2018 a 10 de janeiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 13 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2020

Publicação Nº 2360402

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 047 de 13 de janeiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVALDINA RIBEIRO BRUNETTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Ivaldina Ribeiro Brunetto, pelo prazo de 15 (quinze dias) dias, a iniciar em 07 de janeiro de 2020 e terminar em 21 de fevereiro de 2020. O restante dos 15 dias no decorrer do ano.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 13 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2020

Publicação Nº 2360403

Portaria nº048 de 21 de janeiro de 2020.
NOMEIA O SR. VAGNER DE ALMEIDA PAULO, PARA O CARGO DE AGENTE DE DEFESA CIVIL LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº19/2007, com alterações introduzidas pelas leis Complementares 032/2009 e 068/2013.

CONSIDERANDO, que há necessidade da nomeação neste cargo para auxiliar na Defesa Civil do município em eventual caso de calamidade pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Vagner de Almeida Paulo, para o cargo comissionado de AGENTE DE DEFESA CIVIL, de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 21 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2360404

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº049 de 21 de janeiro de 2020.

“AUTORIZA OS CONSELHEIROS TUTELARES A CONDUZIR VEÍCULO DO CONSELHO TUTELAR DE ENTRE RIOS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Considerando, que todos os Conselheiros Tutelares tem habilitação exigida para conduzir veículos leves;

Resolve:

Art. 1º Fica autorizado os seguintes Conselheiros Tutelares a conduzirem veículo do Conselho Tutelar:

Glaucia Molon Ribeiro Antunes;
Luiz de Paulo;
Oseias Ariel Paz;
Valdemar Silveira;
Volnei Giacometti.

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios/SC, 21 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº 009, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359455

DECRETO Nº 009, de 14 de fevereiro de 2020.

Altera o Decreto 008, de 13 de fevereiro de 2020, que Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Inclui o Parágrafo Único ao Artigo 1º do Decreto 008, de 13 de fevereiro de 2020 conforme segue:

“Parágrafo único. As Secretarias Municipais de Saúde e Educação farão expediente normal no dia 26 de fevereiro de 2020(quarta-feira).”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 047, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359447

PORTARIA Nº 047, de 13 de fevereiro de 2020.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, GILBERTO OLAVO NAZÁRIO, Matrícula nº 1078, da função de Auxiliar de Serviços Gerais II, admitido em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 131, de 02 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 048, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359450

PORTARIA Nº 048, de 13 de fevereiro de 2020.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir RENATA TRISTÃO POSSAMAI, CPF nº 072.849.729-80 em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 13 de fevereiro de 2020 e encerra-se em 11 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 049, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359451

PORTARIA Nº. 049, de 14 de fevereiro de 2020.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ANGELLI TEIXEIRA COTA, CPF nº 833.564.019-04, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Farmacêutica com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 17 de fevereiro de 2020 encerrando-se em 30 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2017 CRISTINA PICOLLI

Publicação Nº 2359410

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 017/2020

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, a fim de dar início ao processo de contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme classificação obtida no respectivo cargo por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017.

Cargo: Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil

Classificado(a): 12º Cristina Piccoli

Erval Velho, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2017 EDELIR DEITOS

Publicação Nº 2359412

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2020

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, a fim de dar início ao processo de contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme classificação obtida no respectivo cargo por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017.

Cargo: Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil

Classificado(a): 13º Edelir Fátima Deitos

Erval Velho, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2017 RODRIGO RODRIGUES FRITZ

Publicação Nº 2359405

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2020

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, a fim de dar início ao processo de contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme classificação obtida no respectivo cargo por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017.

Cargo: Médico

Classificado(a): 10º Rodrigo Rodrigues Fritz

Erval Velho, SC, 13 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 013/2020

Publicação Nº 2359321

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020
EDITAL DE PREGÃO Nº 013/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 02/03/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Erval Velho/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 014/2020

Publicação Nº 2359330

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020
EDITAL DE PREGÃO Nº 014/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Trator Agrícola conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 02/03/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Erval Velho/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E AGRADECIMENTO Nº001/2020**

Publicação Nº 2358815

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E AGRADECIMENTO Nº 001/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho, manifesta votos de congratulações e agradecimento a Paróquia São Sebastião – representada pelo Pároco Padre Paulo Ramos da Silva – pela passagem dos 70 Anos junto a comunidade de Erval Velho.

Justificativa: Todos sabemos que a Igreja Católica tem um papel fundamental na estruturação da sociedade. O comportamento individual daqueles que realmente seguem os ensinamentos bíblicos refletem no comportamento coletivo. Quanto maior o percentual de membros de uma sociedade que pratica os ensinamentos cristãos, menos são os problemas de desordem apresentados pela sociedade.

Se todos praticassem os ensinamentos bíblicos, muito sofrimento seria evitado, pois nenhuma igreja prega que é correto brigar, roubar, matar, enganar, corromper, desrespeitar, pelo contrário, ensina o caminho do respeito, da compreensão, da ordem e da paz, de ver o outro como gostaria de ser visto. O povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento... Oseias 4:6.

Pessoas que pratica a fé cristã possuem melhores condições de enfrentamento do estresse e de eventos negativos da vida. Lida com as adversidades do dia a dia de forma a evitar problemas maiores. A criança que cresce dentro de um ambiente doméstico, permeado pelos ensinamentos bíblicos, se torna um adulto emocionalmente saudável e seu comportamento refletirá tanto sobre o ponto de vista pessoal, bem como social.

A presente homenagem é fruto do reconhecimento desta Casa Legislativa pelo papel desempenhado pela Igreja Católica em prol dos nossos municípios.

Através desta singela homenagem, expressamos a nossa gratidão e nosso reconhecimento.

Do teor desta, dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2020.

Juliano de Oliveira
Presidente da Câmara

OFÍCIO Nº001/2020-CMV

Publicação Nº 2358811

Erval Velho, SC, 02 de janeiro 2020.

Ofício nº001/2020-CMV

Exmo. Senhor
Walter Kleber Kucher Junior
DD. Prefeito Municipal
Erval Velho-SC

Com nossas cordiais saudações, vimos pelo presente informar que em 09 de Dezembro de 2019, foi eleita a Nova Mesa Diretora desta Casa Legislativa, para o ano de 2020, ficando assim constituída:

Presidente: JULIANO DE OLIVEIRA - MDB
Vice-Presidente: EDUARDO BORDIN - PP
Primeiro Secretário: ACYR DA SILVA - MDB
Segundo Secretário: SAULO DANIEL MARIN - PSDB

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e considerações.

Câmara Municipal de Vereadores, 02 de Janeiro de 2020.

Atenciosamente,

JULIANO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

OFÍCIO Nº004/2020 – CMV

Publicação Nº 2358797

Ofício nº004/2020 – CMV

Exmo Senhor Gerente
BANCO DO BRASIL
Erval Velho – SC

Com nossas cordiais saudações, vimos pelo presente informar que em 09 de Dezembro de 2019, foi eleita a Nova Mesa Diretora desta Casa Legislativa, para o ano de 2020, ficando assim constituída:

Presidente: JULIANO DE OLIVEIRA – MDB – CPF: 007.587.709-01

Vice-Presidente: EDUARDO BORDIN – PP – CPF: 008.454.649-22

Primeiro Secretário: ACYR DA SILVA – MDB – CPF: 645.948.409-06

Segundo Secretário: SAULO DANIEL MARIN – PSDB – CPF: 636.760.289-53

O presidente Senhor Juliano de Oliveira, portador do CPF – 007.587.709-01 assinará em conjunto com a Senhora Taynara Camile Telles Segolini – portadora do CPF – 099.147.749-97 - Secretária Executiva da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho como Tesoureira, ambos tendo Poderes para Emitir Cheques, abrir conta de depósitos, solicitar saldos e extratos da conta corrente, poupança e aplicações, requisitar cheques devolvidos, endossar cheques, sustar, contraordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos, efetuar transferências para a mesma titularidade, efetuar resgate de aplicações financeiras e encerrar contas de depósitos. Ambos os Funcionários pertencem ao Quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e considerações.

Câmara Municipal de Vereadores, 03 de Fevereiro de 2020.

Atenciosamente,

Juliano de Oliveira
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358806

RESOLUÇÃO Nº 001, de 02 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ERVAL VELHO – SC - JULIANO DE OLIVEIRA, no uso das prerrogativas e atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Erval Velho:

CONSIDERANDO que a servidora Sra Taynara Camile Telles Segolini, secretária da Câmara de Vereadores, possui férias vencidas;
CONSIDERANDO que a Câmara de Vereadores de Erval Velho encontra-se em recesso parlamentar até dia 03/02/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias remuneradas a servidora Taynara Camile Telles Segolini, iniciando-se 06/01/2020 por 30 (trinta) dias.

Art. 2º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia para o Poder Executivo.
Erval Velho – SC, 02 de janeiro de 2020.

Juliano de Oliveira
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358807

RESOLUÇÃO Nº 002, de 02 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ERVAL VELHO – SC - JULIANO DE OLIVEIRA, no uso das prerrogativas e atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Erval Velho:

CONSIDERANDO que a servidora Dra Scheila Mara Corso Giordani, assessora jurídica da Câmara de Vereadores, possui férias vencidas;
CONSIDERANDO que a Câmara de Vereadores de Erval Velho encontra-se em recesso parlamentar até dia 03/02/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias remuneradas a servidora Scheila Mara Corso Giordani, iniciando-se 06/01/2020 por 30 (trinta) dias.

Art. 2º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia para o Poder Executivo.

Erval Velho – SC, 02 de janeiro de 2020.

Juliano de Oliveira
Presidente da Câmara

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 25/PMF/2020

Publicação Nº 2358722

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 25/PMF/2020;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, equipamentos, peças e eletrônicos através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de março de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 14 de fevereiro de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/PMF/2020

Publicação Nº 2358825

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 26/PMF/2020.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projetos de engenharia do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de março de 2020 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 14 de fevereiro de 2020.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

NOTA DE REVOGAÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2359106

NOTA DE REVOGAÇÃO 02/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/PMF/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de software para projetos de engenharia com licença perpétua (ou atualização sem custo adicional) conforme termo de referência, para suprir as necessidades do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aberto os trabalhos pela Comissão de Pregão, no dia quatorze do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às nove horas, os mesmos certificaram-se que não ascenderam ao certame nenhum interessado. Diante do exposto fica revogado o Pregão Presencial nº. 15/PMF/2020, considerando a participação deserta.

Forquilha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO 03/2020

Publicação N° 2359109

NOTA DE REVOGAÇÃO 03/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 17/PMF/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de 01 (hum) servidor de imagem para o sistema de videomonitoramento, afim de atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aberto os trabalhos pela Comissão de Pregão, no dia quatorze do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às onze horas, os mesmos certificaram-se que não ascenderam ao certame nenhum interessado. Diante do exposto fica revogado o Pregão Presencial nº. 17/PMF/2020, considerando a participação deserta.

Forquilha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001_2020-PMF

Publicação Nº 2359867

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2020 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0033/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada para o Município de Fraiburgo, através dos Convênios Mapa – Plataforma Brasil Nº 892339/2019; Mapa – Plataforma Brasil Nº 894300/2019 e Mapa – Plataforma Brasil Nº 889982/2019, conforme especificações constantes no ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA do Edital. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 15:30 horas do dia 17.02.2020 até as 12:00 horas do dia 28.02.2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 15:15 horas do dia 28.02.2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 horas do dia 28.02.2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: www.bll.org.br. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

LEI Nº 2475 - 2020

Publicação Nº 2359831

LEI Nº 2475, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º. Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, aprovado pela Lei nº 2467 de 04 de Dezembro de 2019, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.366.0004.2.019 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (76)	R\$	250.000,00
TOTAL	R\$	250.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (59)	R\$	250.000,00
Total	R\$	250.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3057 de 17/02/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

LEI Nº 2476 - 2020

Publicação Nº 2359838

LEI Nº 2476, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo, autorizada a abrir o crédito adicional especial e suplementar no Orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2020, no valor de R\$ 3.916.499,71 (três milhões, novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), criando a modalidade de despesa, na unidade orçamentária a seguir discriminadas:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.572.0012.1.011 – Construção, Ampliação e Reformas de unidades de Saúde		
4.5.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0400 (50)	R\$	1.609.194,00
4.5.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0488 (51)	R\$	2.307.305,71
Total	R\$	3.916.499,71

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão parte à conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.307.305,71 (dois milhões, trezentos e sete mil e trezentos e cinco reais e setenta e um centavos) a ser apurado com a alienação dos imóveis constantes no art. 2º da Lei nº 2474 de 18 de dezembro de 2019. E o restante no valor de R\$ 1.609.194,00 correrão a conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.00 – Gabinete do Poder Executivo		
01.01 – Gabinete do Poder Executivo		
04.122.0001.2.001 – Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (1)	R\$	100.000,00
02.00 – Procuradoria Geral		
02.01 – Procuradoria Geral		
04.122.0001.2.005 – Manutenção da Procuradoria Geral		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (10)	R\$	100.000,00
04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (18)	R\$	200.000,00
06.00 – Secretaria da Fazenda		
06.01 – Secretaria da Fazenda		
04.123.0003.2.011 – Manutenção da secretaria da Fazenda		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (28)	R\$	200.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
20.606.0015.2.041 – Manutenção da secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (85)	R\$	200.000,00

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (111)	R\$	200.000,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
04.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (132)	R\$	100.000,00
08.244.0019.2.057 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0200 (141)	R\$	100.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0007.2.025 – Atenção Básica		
3.3.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0400 (12)	R\$	109.194,00
10.302.0008.2.032 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00 – Aplicação Direta Recursos 0.1.0400 (18)	R\$	300.000,00
Total	R\$	1.609.194,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3057 de 17/02/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 05472020

Publicação Nº 2359794

PORTARIA Nº 0547, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00446/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos do concurso público e não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEITA DA SILVA DE OLIVEIRA SVIDERSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.170.769-67, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 05482020

Publicação Nº 2359796

PORTARIA Nº 0548, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0001 de 10 de janeiro de 2020 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00447/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei 2294/2015, em sua Meta 2: "Universalizar o Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos de idade e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano";

Considerando o número de alunos atendidos no Ensino Fundamental, a contratação de Professor, visa atender a excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JÉSSICA CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.225.259-22, na função de PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 17 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 05492020

Publicação Nº 2359803

PORTARIA Nº 0549, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora PATRICIA MARINI PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 104.202.719-61, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 05502020

Publicação Nº 2359807

PORTARIA Nº 0550, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora TAIS FERNANDA BATISTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 070.372.069-46, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 05512020

Publicação Nº 2359810

PORTARIA Nº 0551, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir a pedido de 40 (quarenta) para 32 (trinta e duas) horas semanais, a carga horária do servidor SILVANO PELISSARO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 737.700.949-72, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 05522020

Publicação Nº 2359813

PORTARIA Nº 0552, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0011 de 20 de agosto de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0025/2020 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;;

Considerando a necessidade dos serviços de conservação e limpeza com utilização de equipamento (roçadeira), nas áreas urbanas do município de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Operacional, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário OSVALDIR CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 548.384.529-34, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de fevereiro de 2020 até 30 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 05532020

Publicação Nº 2359818

PORTARIA Nº 0553, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Revoga portaria 1439/2019.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando decisão contida no Processo Administrativo nº 0456/2020 de 12 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1439 de 05 de julho de 2019, que concedeu Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, à servidora ELIZIANE APARECIDA GIRARDI SOLIGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 039.654.859-89, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2020 - 028 A 038

Publicação Nº 2359681

DECRETO Nº 028/2020

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor Alceu Luiz Casarim, ocupante do cargo em comissão de coordenador, nomeado através do Decreto Municipal nº 151/2019 de 01/07/2019, exonerado de seu cargo junto ao Município de Galvão, com efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 029/2020

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Alceu Luiz Casarim, nomeado para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor Geral, junto a Diretoria de Desenvolvimento Rural e Agricultura, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente, a partir do dia 05 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 030/2020

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as festividades de carnaval do corrente ano, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais e municipalizadas, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2020 (segunda e terça-feira) sendo o dia todo, e, no dia 26 de fevereiro de 2020 (quarta-feira) no período matutino.

Art. 2º. Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação, prestarão seu expediente normal no dia 26 de fevereiro de 2020 (quarta-feira).

Art. 3º. Determina-se que durante a realização do presente Ponto Facultativo, a Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar escala de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais urgências/emergências.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 031/2020

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LOTAÇÃO DE BENS MÓVEIS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a utilização do Veículo Ônibus, Modelo Mercedes Benz, Placa CLH7184, Revavam 416495664, Controle Patrimonial nº 1420, atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, passando sua lotação para o Departamento Municipal de Cultura.

Art. 2º. Fica ainda, alterada a utilização do Veículo Micro-ônibus, Modelo Ducato, Placa MEQ 7756, Revavam 982924577, Controle Patrimonial nº 2762, atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, passando sua lotação para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 032/2020

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, ÁREA ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, Artigo nº 195, e Lei Municipal nº 721/2012, Anexo I;

Considerando o interesse público, tendo em vista que o município não dispõe de efetivo suficiente para atender a demanda na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Arnaldo Francisco dos Santos”, Considerando a manutenção dos critérios já utilizados no Decreto nº 031/2016 de 19/02/2016 e Decreto nº 032/2019 de 06/02/2019 (tempo de efetivo exercício e habilitação). Considerando que a partir da edição do presente Decreto, todos os profissionais professores da área de ensino fundamental – séries iniciais, estarão no mesmo enquadramento funcional. Considerando que no referido reenquadramento estão sendo mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas aos servidores, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o enquadramento de forma definitiva e permanente, do servidor abaixo informado, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, nomeada em decorrência de Concurso Público, atuante na área de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, com efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2020, sendo que as especificações funcionais passam a vigorar conforme segue:

Mat.	Servidor	Nível de Formação	C. H. Semanal	Editais de Concurso	Vencimento
966	Gema Terezinha Maculan	Especialista	40 Horas	001/2007	3.314,82

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 033/2020
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 15, Anexo V, da Lei Municipal nº 721/2012 de 29/02/2012;

Considerando que os servidores abaixo estão desempenhando função de direção, chefia e/ou assessoramento em seus locais de trabalho, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Função Gratificada, para servidores públicos deste município, todos ocupantes de cargos de provimento efetivo, tendo em vista o desempenho de direção, chefia e/ou assessoramento, de acordo com os níveis abaixo:

Funções de Confiança – Magistério

Servidor	Início	Função
Gema Terezinha Maculan	Fevereiro/2020	Função de Confiança – FC 01
Nadir Lucia Toso	Outubro/2019	Função de Confiança – FC 02

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 034/2020
DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, ÁREA DE ENSINO FUNDAMENTAL, ATUANTE NAS SÉRIES FINAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, Artigo nº 195, e Lei Municipal nº 721/2012, Anexo I;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, sendo que estão sendo mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas em razão de seu cargo, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o enquadramento funcional da servidora Silvana do Carmo Grigolo Ferreira, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, reduzindo sua carga horária atual de 20 (vinte) horas para 10 (dez) horas semanais, de forma definitiva, com consequente redução proporcional de sua remuneração, com efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 035/2020
DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, ÁREA DE ENSINO FUNDAMENTAL, ATUANTE NAS SÉRIES FINAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, Artigo nº 195, e Lei Municipal nº 721/2012, Anexo I;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, sendo que estão sendo mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas em razão de seu cargo, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o enquadramento funcional da servidora Sediane Luiza Dalla Cort Rebelatto, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, reduzindo sua carga horária atual de 30 (trinta) horas para 20 (vinte) horas semanais, de forma definitiva, com consequente redução proporcional de sua remuneração, com efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 036/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Sediane Luiza Dalla Cort Rebelatto, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 108 (cento e oito) dias, relativos ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2013 a 09/02/2018, com início a partir do dia 04 de fevereiro de 2020 e término previsto para o dia 21 de maio de 2020, encerrando assim o respectivo período aquisitivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 037/2020
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida exoneração para a servidora Luciana Raquel Didoné, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nomeada através do Decreto Municipal nº 026/2003 de 10/02/2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir do dia 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 038/2020

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, artigo 195, parágrafo 2º;

Considerando o requerimento formulado pela responsável da secretaria municipal de educação, solicitando alteração da Carga Horária de Trabalho, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada por tempo determinado a carga horária de trabalho da servidora Genoeva Lourdes Maculan, ocupante do cargo efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, alterando a carga horária de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, com efeitos a partir do dia 10 de fevereiro de 2020 e término em 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de fevereiro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR003/2020

Publicação Nº 2359487

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020
PROCESSO Nº 023/2020

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a Contratação de empresa para fornecimento e instalação de Luminárias de LED para o município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 1 – “PROPOSTA” e nº 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até as 16h00min do dia 02/03/2020. A sessão se dará a partir das 16h10min do dia 02/03/2020, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 042/2020

Publicação Nº 2359433

DECRETO Nº 042, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

ALTERA O DECRETO N.º 249 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019, QUE “DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 560/1995 e alterações, e demais legislação vigente,

Art. 1º - O Inciso II, alínea a do artigo 1º, do Decreto n.º 249, de 07 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS (SOCIEDADE CIVIL)

a) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GAROPABA – APAE

Titular: Gabriela Zanin – CPF ***,***.220-15 - Vice Presidente

Suplente: Débora Cristina Vieira - CPF ***,***.929-42

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 043/2020

Publicação Nº 2359987

DECRETO N.º 043, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 01, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 01, de 06 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico e Plano de Implantação do Serviço Família Acolhedora", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/ SC
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br
Fone: (48)3254 8158

Resolução nº. 01

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico e Plano de Implantação do Serviço Família Acolhedora .

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de Fevereiro de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político Pedagógico e Plano de Implantação do Serviço Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes em situação de risco social.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2020.

Marivone Inácia de Abreu
Presidente do CMAS Garopaba

LEI Nº 2235, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359990

LEI Nº 2.235, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "ADOTE UMA PRAÇA" NO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Projeto "Adote uma Praça" com o objetivo de promover a urbanização, manutenção e conservação de praças, canteiros centrais, ruas e rodovias, abrigos de ônibus, lixeiras, rotatórias, parques infantis, monumentos, áreas de esporte e lazer no município de Garopaba.

§ 1º Os espaços públicos poderão ser adotados por empresas privadas, instituições ou entidades não governamentais, que cuidarão de sua

manutenção, podendo proceder as reformas e melhorias para melhor uso de seus freq-entadores.

§ 2º Será permitida a veiculação de publicidade na praça ou espaço público por parte da empresa adotante e a divulgação da parceria na imprensa e em informes publicitários envolvendo a área objeto do convênio, conforme critérios a serem estabelecidos pelo órgão público competente.

Art. 2º A adoção de uma praça ou espaço público pode se destinar a:

I – urbanização da praça pública;

II – implantação de áreas de esporte e lazer;

III – conservação e manutenção da área adotada;

IV – realização de atividades culturais, esportivas ou de lazer, desde que obtenha prévia autorização do órgão competente.

Art. 3º As benfeitorias realizadas pelo participante, em qualquer tempo, sejam elas quais foram, não serão indenizadas pelo Município e passarão a integrar, desde logo, o Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de decreto, critérios para a realização de parceria, estipulando requisitos, direitos, obrigações, limites e vantagens na adoção de uma praça, canteiro central, ruas e rodovias, rotatória, abrigos de ônibus, lixeiras, parques infantis, monumentos, área de esporte ou lazer.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Garopaba, 14 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2236, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359991

LEI Nº 2.236, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

CRIA O PROGRAMA BANCO DE EMPREGOS PARA A JUVENTUDE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, NA FORMA QUE INDICA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Banco de Empregos para a Juventude fomentando a inserção e escolarização de jovens no mercado de trabalho, capacitando-os e incorporando-os nas mais diversas áreas laborais, além de estimular o desenvolvimento econômico e fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de políticas a ações de geração de trabalho e renda.

Parágrafo único - O Programa Banco de Empregos contará com estrutura, gestão e finalidades estabelecidas nesta Lei, com prazo de duração indeterminado.

Art. 2º O Programa criado por esta Lei ficará vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Administração, através da Coordenação do SINE.

Art. 3º São finalidades precípuas do Programa de Empregos para a Juventude:

I - A qualificação dos estudantes para o mercado de trabalho e inclusão social;

II - A criação de postos de trabalhos formais para desempregados ou subempregados ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda;

III - possibilitar a preservação dos empregos em momentos de retração da atividade econômica;

IV - Estimular a produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo empregatício; e,

V - Incremento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e de renda no Município.

Art. 4º O Poder Executivo instituirá incentivos fiscais às pessoas físicas e jurídicas que acrescentarem em seu quadro de empregados os iniciantes de atividade no mercado de trabalho, oportunizando a jovens e adultos o acesso ao primeiro emprego, bem como nos seguintes casos:

I - Iniciativas de incentivo fiscal a projetos de geração de empregos e renda;

II - Estimular programas de apoio à gestão e ao desenvolvimento de cooperativas de trabalho, incubadoras tecnológicas e projetos de economia solidária;

III - Desenvolvimento de projeto de qualificação e requalificação profissional de jovens;

IV - Desenvolver parcerias com órgãos oficiais e empreendedores privados para projetos de incubadoras de micro e pequenas empresas;

V - Incentivar as empresas estabelecidas no município, a oferecerem vagas para estágios e propiciarem contratos de primeiro emprego; e,

VI - Implantar, nas áreas públicas de assistência social, o trabalho solidário, inserindo os jovens profissionais nos programas oficiais e conveniados de apoio a creches, associações de moradores, adolescentes e jovens, habitação e de portadores de necessidades especiais.

Art. 5º Os empregadores que aderirem ao Programa instituído por esta Lei deverão reservar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas de trabalho ao primeiro emprego.

I - Caso a aplicação do percentual de que trata este artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente; e,

II - A percentagem de que trata o caput deste artigo deve ser garantida pelo período mínimo de 03 (três) anos, a partir da data do início da concessão do benefício e/ou incentivo concedido.

Art. 6º Os projetos e ações voltadas ao cumprimento desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.

Art. 7º O Poder Executivo definirá os incentivos fiscais a serem concedidos, na forma desta lei, respeitado a dotação orçamentária.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, podendo firmar parcerias com entidades públicas e privadas, objetivando a consecução dos objetivos previstos neste diploma legal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 14 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2237, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359993

LEI Nº 2.237, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

INSTITUI O TÍTULO "EMPRESA AMIGA DO JOVEM E DO ADOLESCENTE" NO MUNICÍPIO DE GAROPABA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o título "Empresa Amiga do Jovem e do Adolescente", no âmbito do Município de Garopaba, destinado a pessoas jurídicas de qualquer área de atuação que contribuam com programas sociais oriundos do poder público ou da iniciativa privada, oferecendo contratação profissional a jovens e adolescentes.

Parágrafo único. Também poderão ser agraciadas com o título as empresas que mantenham parcerias com outras entidades executoras de programas de inclusão, para contratação de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, na modalidade Jovem Aprendiz.

Art. 2º A empresa estará habilitada ao recebimento do título por meio de emissão de relatório que comprove a ocupação de, no mínimo, 2 (duas) vagas para aprendizes, de acordo com a legislação de aprendizagem vigente.

Art. 3º As empresas agraciadas com o título poderão promover a divulgação da homenagem oficial e utilizar essa divulgação em suas peças publicitárias.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Administração, ou outro órgão delegado pelo Poder Público Municipal, implementar o modelo do título ou certificado de Empresa Amiga do Jovem e do Adolescente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 14 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 CMAS

Publicação Nº 2359983

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995
GAROPABA/ SC
Telefone –(48)32548161/32548159
Email:cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 01

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico e Plano de Implantação do Serviço Família Acolhedora .

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 06 de Fevereiro de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político Pedagógico e Plano de Implantação do Serviço Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes em situação de risco social.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2020.

Marivone Inácia de Abreu
Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 05/2020

Publicação Nº 2358953

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

CONTRATO Nº 05/2020

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra TATIANE DE MIRANDA, solteira, RG nº 3603969, CPF: 09341761913, residente e domiciliada na Estrada São João Abaixo, Sn, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 06/2020

Publicação Nº 2359055

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002**CONTRATO Nº 06/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr VALDIR ORTIZ SILVESTRE, solteiro, RG nº 66110613, CPF: 97251305988, residente e domiciliado na Rua Dr. Plínio Tourinho, 2226, Guaratuba/PR, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 16/2020

Publicação Nº 2358983

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 16/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr ROBSON ANTONIO GONÇALVES, solteiro, RG nº 4128520, CPF: 04495196944, residente e domiciliado na Rua Martin Sluminsky, 233, São Bento do Sul/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 17/2020

Publicação Nº 2359049

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 17/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra FRANCIELY APARECIDA PEREIRA DA LUZ, casada, RG nº 4250461, CPF: 04867431958, residente e domiciliada na Rua Antonio Ladislau de Araujo, 47, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1298,63 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 20/2020

Publicação Nº 2358918

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 20/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr LEANDRO SANTOS GUIMARÃES, casado, RG nº 6920224, CPF: 13030266869, residente e domiciliado na Rua Harry Klix, 367, Joinville/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 30 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1947,95 (Hum mil novecentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 21/2020

Publicação Nº 2358940

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 21/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr CLEMERSON LUIS DE BRITTO, solteiro, RG nº 5150757, CPF: 07093320929, residente e domiciliado na Rua Vicente Ferreira, 188, Joinville/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 649,31 (Seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 23/2020

Publicação Nº 2358981

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 23/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra PAMELA CAROLINA SEPP VAUDAN, solteira, RG nº 108974958, CPF: 08018538930, residente e domiciliada na Rua Tibagi, 998, Guaratuba/PR, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1298,63 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 24/2020

Publicação Nº 2358950

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002**CONTRATO Nº 24/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra PALLOMA CAROLINA RODRIGUES SANTOS, casada, RG nº 101481093, CPF: 07235167904, residente e domiciliada na Av Bahia, 581, Guaratuba/PR, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 25/2020

Publicação Nº 2359034

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 25/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra RUTE MARIA DOS SANTOS GONZAGA, casada, RG nº 2771206, CPF: 86505904972, residente e domiciliada na Rua Manoel Ribas, 121, Itapoa/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 28/2020

Publicação Nº 2358985

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 28/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra FERNANDA MENDES MOTA, casada, RG nº 53478835, CPF: 03336707951, residente e domiciliada na SC 417 KM 09, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 32/2020

Publicação Nº 2359042

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 32/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra DENISE APARECIDA CECCATTO, solteira, RG nº 5454266, CPF: 06740907994, residente e domiciliada na Rua Henrique Kuster, 280, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 36/2020

Publicação Nº 2359039

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 36/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI, casada, RG nº 17707196, CPF: 49662708987, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, 35, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 42/2020

Publicação Nº 2359051

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 42/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARIANE LOURENÇO DA SILVA TORRES BORGMANN, casada, RG nº 8043161, CPF: 00396641202, residente e domiciliada na Rua 1 de maio, 222, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 47/2020

Publicação Nº 2358960

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 47/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra ELIANE FERREIRA, separada judicialmente, RG nº 9096841, CPF: 67826784972, residente e domiciliada na Rua Eugenio Avanci, 1174, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 48/2020

Publicação Nº 2359048

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 48/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARIA CRISTINA SOARES, solteira, RG nº 4576148, CPF: 04686029929, residente e domiciliada na Rua Esther Girardi, 450, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 52/2020

Publicação Nº 2359052

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 52/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI, solteira, RG nº 3531953, CPF: 01956041990, residente e domiciliada na Rua Elias Nicolau Saad, 497, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 53/2020

Publicação Nº 2358942

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 53/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra CARLA CRISTINA HARDT, solteira, RG nº 4353696, CPF: 04124093993, residente e domiciliada na Estrada São João Abaixo, sn, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 55/2020

Publicação Nº 2358952

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 55/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE STOCKHAUSEN, casada, RG nº 5389036, CPF: 06144425918, residente e domiciliada na Rua Deodoro de Carvalho, 821, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 56/2020

Publicação Nº 2359050

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 56/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES, casada, RG nº 4549848, CPF: 03355109908, residente e domiciliada na Rua Esther Girardi, 47, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 57/2020

Publicação Nº 2358938

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 57/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARI ESTELLA JARECKI, casada, RG nº 50752402, CPF: 97319945991, residente e domiciliada na Rua Afonso Pereira da Rocha, 141, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 58/2020

Publicação Nº 2358962

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 58/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARIA ROSIANE SANTOS, solteira, RG nº 4285990, CPF: 00600536904, residente e domiciliada na Rua Ari da Silva Oliveira, 711, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 59/2020

Publicação Nº 2359056

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 59/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra ESTELA JUÇARA LUTKE, solteira, RG nº 2847310, CPF: 81198744987, residente e domiciliada na Rua Jose Bonifacio, 30, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 117 (cento e dezessete) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 29 de maio de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 60/2020

Publicação Nº 2359037

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002**CONTRATO Nº 60/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra VANUSA MARQUES, divorciada, RG nº 2224208, CPF: 76333221953, residente e domiciliada na Rua Uirapuru, 168, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 61/2020

Publicação Nº 2359053

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 61/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra REGINA ARTALE BACHIM, casada, RG nº 57705892, CPF: 06185442833, residente e domiciliada na Av Visconde Rio Branco, 1500, Guaratuba/PR, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 62/2020

Publicação Nº 2358949

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 62/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra JOSILENE PEREIRA AQUINO DO NASCIMENTO, solteira, RG nº 7588814, CPF: 32353988806, residente e domiciliada na Rua Honorio Jose Duarte, Sn, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 63/2020

Publicação Nº 2359047

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 63/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra PRISCILLA BETANIA STONOGA, solteira, RG nº 7626555, CPF: 02677781980, residente e domiciliada na Rua Hildo Novaes, 640, Joinville/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 64/2020

Publicação Nº 2359046

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 64/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra JOELMA STONOGA XAVIER, casada, RG nº 2849601, CPF: 81242808949, residente e domiciliada na Av Parana, 1050, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 65/2020

Publicação Nº 2359030

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 65/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra TANIA SIMONE JAGIELSKI ULLMANN, casada, RG nº 22730206, CPF: 89862848987, residente e domiciliada na Rua Uirapuru, 181, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 03 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de janeiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 72/2020

Publicação Nº 2358984

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 72/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra FERNANDA APARECIDA DONINI, solteira, RG nº 7630692, CPF: 03619563985, residente e domiciliada na Av Celso Ramos, 3047, Itapoa/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 316 (trezentos e dezesseis) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 07 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2597,27 (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 06 de fevereiro de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 73/2020

Publicação Nº 2358933

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 73/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra LETICIA NATALLI, solteira, RG nº 6742682, CPF: 09891049906, residente e domiciliada na Rua Uirapuru, 116, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 313 (trezentos e treze) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 10 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 649,31 (Seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 07 de fevereiro de 2020. Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 74/2020

Publicação Nº 2359023

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 74/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra GEICE ROBERTA DA SILVA, solteiro, RG nº 90121510, CPF: 07962583924, residente e domiciliada na Av Mauricio Fruet, 1278, Guaratuba/PR doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 312 (trezentos e doze) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1298,63 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 75/2020

Publicação Nº 2359045

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 75/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra NAYARA TAINA PETERS BEIER, casada, RG nº 5951480, CPF: 08604336923, residente e domiciliada na Rua Elaine Benkendorf, 67, Garuva/SC doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 311 (trezentos e onze) dias, com carga horária de 30 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 12 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1947,94 (Hum mil novecentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 12 de fevereiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 76/2020

Publicação Nº 2359044

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 76/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra NAYARA TAINA PETERS BEIER, casada, RG nº 5951480, CPF: 08604336923, residente e domiciliada na Rua Elaine Benkendorf, 67, Garuva/SC doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 311 (trezentos e onze) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 12 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 649,31 (Seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 12 de fevereiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 77/2020

Publicação Nº 2358979

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 77/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra GABRIELA CRISTOFOLINI, solteira, RG nº 6773842, CPF: 09979268999, residente e domiciliada na Rua Augusta Keske, 88, Garuva/SC doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 87 (oitenta e sete) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 12 de fevereiro de 2020, terminando no dia 08 de maio de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1298,63 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 12 de fevereiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 78/2020

Publicação Nº 2358959

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002**CONTRATO Nº 78/2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra BEATRIZ NATALLI, solteira, RG nº 6742629, CPF: 09891043975, residente e domiciliada na Rua Uirapuru, 116, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 311 (trezentos e onze) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 12 de fevereiro de 2020, terminando no dia 18 de dezembro de 2020, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 649,31 (Seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 12 de fevereiro de 2020.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO Nº 040/2020

Publicação Nº 2359237

DECRETO Nº. 040 de 14 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. JOELCIO LOPES ANTUNES, no cargo comissionado de Assessor Administrativo.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o Sr. JOELCIO LOPES ANTUNES, no cargo comissionado de Assessor Administrativo, subordinado à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 14 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

ERRATA PROCESSO FMAS Nº 010/2019

Publicação Nº 2358885

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ERRATA

Processo Licitatório FMAS nº 010/2019

Modalidade: CREDENCIAMENTO

Objeto: Credenciamento de instituições para prestação de serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de acolhimento institucional/longa permanência - ILPI, para atender a demanda da Secretaria De Desenvolvimento Social conforme Termo de Referência.

Os itens 2.1, 4.1.1 do Edital e o item 1.2 do Contrato, passam a ter a seguinte redação:

No Edital

2.1 - Poderão participar do presente credenciamento as instituições localizadas a até 200 km do perímetro urbano do município de Garuva/SC, tendo em vista que não se pode distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem dos jovens e adultos com deficiência acolhidos, bem como dos Idosos, cuja região seja atendida pelo transporte público, e com ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atendam às exigências deste edital e seus anexos.

4.1.1 – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de ata arquivada da Assembleia da última eleição de seus administradores, aptos a comprovar a compatibilidade de seu objeto social;

No Contrato

1.2 - Constitui Objeto do presente instrumento, o Credenciamento de instituições para prestação de serviços Socioassistenciais De Proteção Social Especial de acolhimento institucional/residência inclusiva, para atender a demanda da Secretaria De Desenvolvimento Social conforme lotes abaixo:

A data de abertura e as demais Cláusulas e itens permanecem inalterados.

GARUVA, 13 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG 003/2020

Publicação Nº 2359147

EXTRATO CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 003/2020

Processo PMG Nº 001/2020 – Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: ZIPT PEÇAS E TRATORES LTDA

CNPJ: 74.129.792/0001-35

OBJETO: Reforma do Sistema Mecânico de Freios do Equipamento tipo Motoniveladora tipo Volvo Link G930, Ano 2010, Modelo D7EGCE3, com aquisição de peças e mão de obra.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 30.900,00 (TRINTA MIL E NOVECENTOS REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 14/02/2020

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 033/2020

Publicação Nº 2359537

PORTARIA Nº 033 de 07 de fevereiro de 2020

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE FATOS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

CONSIDERANDO, memorando nº. 438/2020 da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Sindicância a abertura de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar fatos, citados no processo nº 745/2020.

Art. 2º. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2020

Publicação Nº 2359091

PORTARIA Nº 042 de 14 de fevereiro de 2020

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

CONSIDERANDO, atendimento nº. 058/2020 da ouvidoria.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Sindicância a abertura de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR, para apurar fatos, citados no processo nº 828/2020.

Art. 2º. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Publicação Nº 2359172

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

OBJETO: Aquisição de Conjuntos de Pressurização de Rede (Boosteres) e Motobombas para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Gaspar - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 09h00min do dia 05/03/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 14/02/2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente do SAMAE

EXTRATO ADITIVO 2 CONTRATO SAF-123/2019

Publicação Nº 2359087

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 CONTRATO Nº SAF-123/2019

Tomada de Preços nº.: 12/2019. OBJETO: supressão (R\$ 14.884,85) do contrato para reforma do CDI Vovó Benta. CONTRATADA: JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (13.017.210/0001-34). ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI | Secretária de Educação

SAMAE - GASPAR**PORTARIA Nº 11, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2358611

PORTARIA Nº 11, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA MARCO ANTONIO JACOBSEN JUNIOR PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1021/2019.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 14 de fevereiro de 2020, o servidor MARCO ANTONIO JACOBSEN JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 056.013.169-02, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1021/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar e a empresa Grifon Brasil Assessoria Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de fevereiro de 2020.

Gaspar, 14 de fevereiro de 2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 12, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358844

PORTARIA Nº 12, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA GILBERTO RODRIGO GOEDERT PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1002/2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 14 de fevereiro de 2020, o servidor GILBERTO RODRIGO GOEDERT, inscrito no CPF sob o nº 836.082.229-87, ocupante do cargo de Encanador Motorista, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1002/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar e a empresa Moto 7 Peças e Acessórios Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de fevereiro de 2020.

Gaspar, 14 de fevereiro de 2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente do SAMAE

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

4ª CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA 3 QUADRIMESTRE 2019

Publicação Nº 2359996

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, em cumprimento ao disposto no Artigo 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 13:30 horas do dia 04 de março de 2020, na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, no auditório da Câmara Municipal, com o objetivo de apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, físicas e financeiras, estabelecidas para o 3º QUADRIMESTRE DE 2019 e relatório detalhado da execução orçamentária e financeiras do Fundo Municipal de Saúde do mesmo período.

A sua participação é muito importante.

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 015-2020

Publicação Nº 2359995

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 15/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS NA REDE DE ENERGIA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/01/2020 até às 9h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/01/2020 às 09h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro 2020.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 123/2020 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 05/2017

Publicação Nº 2359176

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 123/2020
Concurso Público Edital nº 05/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 05/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA (os) candidato (s) relacionado (s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
009 057469 NATALIA LORENZETTI DA ROCHA	PSICOLOGO

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1. 5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020

PAULO HENRIQUE SILVEIRA SOUZA
Secretário Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 124/2020 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 11/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2359187

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 124/2020

Concurso Público Edital nº 11/2018 - Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 11/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o (s) candidato (s) relacionado (s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
009 124313 CLAUDIO FRANCISCO DOS SANTOS	PROF LINGUA PORTUGUESA ENS. FUND. – SERIES 6 AO 9 ANO
009 124748 NALYN MORIAH LICHES CEZAR	PROF ARTES ENSINO FUNDAM. - SERIES 6 AO 9 ANOS
013 124400 VANESSA FELICIO GUEDES SOARES	PROF EDUCACAO INFANTIL ED. INFANTIL- 0 AO 6 ANOS
014 125167 ELIZANIA DE SOUZA DA SILVA	PROF EDUCACAO INFANTIL ED. INFANTIL- 0 AO 6 ANOS
015 125368 GISELE CABRAL	PROF EDUCACAO INFANTIL ED. INFANTIL- 0 AO 6 ANOS
016 122813 JANAI ROSANA DA SILVA BITENCOURT	PROF EDUCACAO INFANTIL ED. INFANTIL- 0 AO 6 ANOS
007 126520 ANA PAULA BECKER	PROF ENSINO FUNDAM. - SERIES INICIAIS 1 AO 5 ANOS
008 124714 IRIA ARRIECHE OLIVEIRA	PROF ENSINO FUNDAM. - SERIES INICIAIS 1 AO 5 ANOS
009 122747 CHAYANE RAITZ SCHUTZ	PROF ENSINO FUNDAM. - SERIES INICIAIS 1 AO 5 ANOS
010 126872 PAMELLA COSTA CUNHA	PROF ENSINO FUNDAM. - SERIES INICIAIS 1 AO 5 ANOS
011 124330 DANIELA QUINTINO ALVES	PROF ENSINO FUNDAM. - SERIES INICIAIS 1 AO 5 ANOS
009 124724 SILVANA INES WEBER PITZ	TECNICO EM EDUCACAO (ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAM.)
010 120961 JEAN CARLOS ANTONIO	TECNICO EM EDUCACAO (ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAM.)
011 124787 DANIELA NAZIDE DA COSTA	TECNICO EM EDUCACAO (ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAM.)
012 123582 LEATRICE MEIRA	TECNICO EM EDUCACAO (ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAM.)
013 122865 SANDRA DOS SANTOS BONSENHOR	TECNICO EM EDUCACAO (ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAM.)
014 126664 MAGALY IVONE DOS SANTOS	TECNICO EM EDUCACAO (ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAM.)

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do (s) candidato (s) ora convocado (s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da

comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020

PAULO HENRIQUE SILVEIRA SOUZA
Secretario Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 125/2020 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 10/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 2359190

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 125/2020

Concurso Público Edital nº 10/2018 - saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 10/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
048 123769 LIVIA BATISTA CORREA RIBEIRO	MÉDICO ESF (PSF) 40 HRS

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020

PAULO HENRIQUE SILVEIRA SOUZA
Secretário Municipal Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 025/2020 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO - RITUXIMABE - PARA ATENDIMENTO DE ORDEM JUDICIAL

Publicação Nº 2359504



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2020**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO - RITUXIMABE - PARA ATENDIMENTO DE ORDEM JUDICIAL**

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, estabelecida à Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa nº 847, Parolin, Curitiba/PR inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 81.706.251/0001-98, neste ato representado pelo(a) Sirlei Terezinha Zambrin, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 457.063.879-15, portador(a) do RG n.º 3.104.120-1 SSP/PR, para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO - RITUXIMABE - PARA ATENDIMENTO DE ORDEM JUDICIAL**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 10/2020**, objeto do **Processo 10/2020**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1) MEDICAMENTO RITUXIMABE CONCENTRAÇÃO 100MG – FÓRMULA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM DOIS FRASCOS-AMPOLA DE 10ML CADA (100MG/10ML).	CX	7	1.313,83	9.196,81
02	2) MEDICAMENTO RITUXIMABE CONCENTRAÇÃO 500MG – FÓRMULA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM UM FRASCO-AMPOLA DE 50ML CADA (500MG/50ML).	CX	7	3.284,66	22.992,62

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2020.

**PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES
COMERCIAIS LTDA**
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0131

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 026/2020 - AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2359868



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020

AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) **SAÚDE IMPERIAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**, estabelecida à Rua São Sebastião nº 3317 – Sala B, Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 00.301.460/0001-50, neste ato representado pelo(a) Josiane Beatriz Jacinto Beppler, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 040.911.669-62, portador(a) do RG n.º 4220538, para **AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 84/2019**, objeto do **Processo 84/2019**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Lanceta automática descartável conforme NR32, agulha em aço inox para obtenção de sangue capilar, retrátil, estéril, com agulha siliconizada, ponta trifacetada, com diâmetro de 28g, disparada através de contato (sem botão de acionamento), com dispositivo de segurança, que impeça o reuso e provida de lacre, com profundidade de penetração de 1,6mm. Caixa com 100 unidades. Embalagem contendo dados de identificação do produto, número de lote, tipo de esterilização, data de fabricação/ validade e registro no ms/ANVISA. Apresentar amostra e prospecto.	UND	225.000,00	0,52	117.000,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 – Fone (48) 3262-0141/1811

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2	<p>Seringa de insulina com agulha fixa 8 x 0,3. Tamanho 1ml/100u.i. Fabricada em polímero plástico inerte, ou seja, não reage com a insulina; bisel trifacetado- reduz ao mínimo a dor e o incômodo causados no paciente, eliminando a necessidade de uma anestesia tópica antes da injeção: atóxica; apirogênica, descartável, uso único estéril - esterilizada por óxido de etileno, subdividida de uma em uma unidade insulínica, corpo transparente — permite a perfeita visualização do nível de medicamento, além de facilitar detecção de possíveis impurezas: movimento suave do êmbolo, a lubrificação com silicone de alta qualidade reduz a pressão exigida durante a aplicação da injeção, tornando-a muito mais confortável. Apresentar amostra, registro ms</p>	UND	150.000,00	0,80	120.000,00
4	<p>Lanceta automática descartável conforme NR32, agulha em aço inox para obtenção de sangue capilar, retrátil, estéril, com agulha siliconizada, ponta trifacetada, com diâmetro de 28g, disparada através de contato (sem botão de acionamento), com dispositivo de segurança, que impeça o reuso e provida de lacre, com profundidade de penetração de 1,6mm. Caixa com 100 unidades. Embalagem contendo dados de identificação do produto, número de lote, tipo de esterilização, data de fabricação/ validade e registro no ms/ANVISA. Apresentar amostra e prospecto.</p>	UND	75.000,00	0,52	39.000,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5	<p>Seringa de insulina com agulha fixa 8 x 0,3. Tamanho 1ml/100u.i. Fabricada em polímero plástico inerte, ou seja, não reage com a insulina; bisel trifacetado- reduz ao mínimo a dor e o incômodo causados no paciente, eliminando a necessidade de uma anestesia tópica antes da injeção: atóxica; apirogênica, descartável, uso único estéril - esterilizada por óxido de etileno, subdividida de uma em uma unidade insulínica, corpo transparente — permite a perfeita visualização do nível de medicamento, além de facilitar detecção de possíveis impurezas: movimento suave do êmbolo, a lubrificação com silicone de alta qualidade reduz a pressão exigida durante a aplicação da injeção, tornando-a muito mais confortável. Apresentar amostra, registro ms.</p>	UND	50.000,00	0,80	40.000,00
---	---	-----	-----------	------	-----------

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6	Tiras teste/fita reagente para dosagem de glicemia de sangue capilar e neonato, por metodologia de aspiração capilar, faixa de leitura entre 10 (com possível variação de 10mg/dl a maior ou menor) a 600 mg/dl, para uso em glicosímetro fotométrico ou amperométrico. Resultado de exame em até 10 segundos, volume máximo de amostra de sangue de 2 microlitros. Capacidade de transferência dos dados para software de gerenciamento de dados glicêmicos. Caixa com 50 unidades. Devendo a empresa fornecer em comodato, um monitor/glicosímetro por paciente/ano, independente da aquisição de qualquer quantidade de tira/fita. Apresentar registro do MS e prospecto. A título de informação atualmente há em torno de 200 pacientes que utilizam as fitas/tiras.	CXA	1.500,00	22,90	34.350,00
---	--	-----	----------	-------	-----------

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2020.

**SAÚDE IMPERIAL COMÉRCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES**

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 027/2020 - AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 2359869



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2020**AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) **SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, estabelecida à Avenida Ary Miguel da Silveira nº 391, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.531.725/0001-20, neste ato representado pelo(a) Sabrina Terezinha Nunes, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 047.924.009-45, portador(a) do RG n.º 4821652 SSP/SC, para **AQUISIÇÃO DE ITENS PARA TESTE DE GLICEMIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 84/2019**, objeto do **Processo 84/2019**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	Tiras teste/fita reagente para dosagem de glicemia de sangue capilar e neonato, por metodologia de aspiração capilar, faixa de leitura entre 10 (com possível variação de 10mg/dl a maior ou menor) a 600 mg/dl, para uso em glicosímetro fotométrico ou amperométrico. Resultado de exame em até 10 segundos, volume máximo de amostra de sangue de 2 microlitros. Capacidade de transferência dos dados para software de gerenciamento de dados glicêmicos. Caixa com 50 unidades. Devendo a empresa fornecer em comodato, um monitor/glicosímetro por paciente/ano, independente da aquisição de qualquer quantidade de tira/fita. Apresentar registro do MS e prospecto. A título de informação atualmente há em torno de 200 pacientes que utilizam as fitas/tiras	CXA	4.500	22,50	101.250,00

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2020.

**SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA**

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito MunicipalEndereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0131

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 015-2016 - 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016, OBJETO DO PROCESSO N.º 024/2016, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E O SR. NELICIO GOMES.

Publicação Nº 2359962



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 015/2016

**4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016,
OBJETO DO PROCESSO N.º 024/2016, QUE FAZEM ENTRE SI
O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E O SR.
NELICIO GOMES.**

O **MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, **SR. JULIANO DUARTE CAMPOS** e o **Sr. NELICIO GOMES**, proprietário do Imóvel, residente e domiciliado no Bairro de Areias de Baixo, CEP: 88190-000, Governador Celso Ramos/SC, inscrito sob o CPF nº 462.159.139-87, infra-assinado, doravante denominado LOCADOR RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO VALOR GLOBAL PELO ÍNDICE DO IGP-M, respeitando o estabelecido na Lei 8.245/91 e na Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 015/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de **01/03/2020** bem como aditar em 7.82% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M do mês de Janeiro/2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. É necessária a prorrogação deste contrato tendo em vista estar sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, pois atualmente está sendo utilizado pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, sendo este imóvel crucial neste momento para o desenvolvimento das atividades inerente à Secretaria.

2.2. Os contratos de locação celebrados entre Administração Pública e pessoa física ficam sujeitos ao Direito Privado mais precisamente a Lei 8.245/91 utilizando apenas o Direito Público (Lei 8.666/93) como subsidiário. Assim, a Administração enquanto locatária pactua contratos de locações não-residenciais, conforme especifica o artigo 55 da Lei do Inquilinato (8.245/91):



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

“Art. 55. Considera - se locação não residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, vale salientar que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que a restrição imposta pela Lei de Licitações quanto à renovação dos contratos não é aplicável na locação de imóveis, como assim podemos nos certificar:

Prejulgado

0318

“Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.”

O renomado órgão citado acima ainda traz outro entendimento acerca da prorrogação dos contratos de locação de imóveis:

Prejulgado

1660

“1. O locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal (art. 23, inciso III, da Lei Federal nº 8.245/91).

2. Findo o prazo estipulado no contrato, se o locatário permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado (art. 56, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.245/91)”

2.3. É de interesse público a prorrogação do contrato e ela se dará em conformidade com a cláusula 2ª do mesmo.

2.4. Baseando-se pelo art. 40, XI, da Lei de Licitações, tem-se que o critério de reajuste dos contratos administrativos pode ser um índice específico ou um índice setorial.

Em decisão registrada no Acórdão n. 361/2006, o Tribunal de Contas da União determinou:

*(...) que os reajustes de preços nos contratos que vierem a ser celebrados sejam efetuados **com base na efetiva variação de custos na execução desses contratos, mediante comprovação do***



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

contratado, admitindo-se a adoção de índice setorial de reajuste, consoante prescreve o art. 40, inciso XI, da Lei n. 8.666/93 (...). (grifo nosso)

2.5. Assim, quando o Poder Público busca a manutenção do equilíbrio financeiro de um contrato deve buscar a partir da análise dos efeitos da inflação em um certo setor da economia, no qual se situa o objeto do contrato administrativo a ser reajustado. Portanto, conforme previsão contratual, deve ser aplicado o índice do IGPM.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do contrato será acrescido em 7.82% atualizando o valor global do contrato para R\$ 55.044,00 (cinquenta e cinco mil e quarenta e quatro reais) ficando mensalmente o valor de R\$ 4.587,00 (quatro mil quinhentos e oitenta e sete reais) pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito municipal
Locatário

NELICIO GOMES
CPF nº 462.159.139-87
Locador

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025-2015 - 5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015, OBJETO DO PROCESSO N.º 033/2015, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O SR. FRANCISCO APRIGIO MONTEIRO.

Publicação Nº 2359972

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2015

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015, OBJETO DO PROCESSO N.º 033/2015, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O SR. FRANCISCO APRIGIO MONTEIRO.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e o Sr. FRANCISCO APRIGIO MONTEIRO, proprietário do Imóvel, constituído de 03 (três) salas comerciais contendo uma delas 4m² de frente por 6m² de fundo e outras duas salas com 4,5m² de frente e 8.5m² de fundo, construção em alvenaria. Situado a Rua Maria Luiza dos Santos, Nº 634, Fundos, Bairro Fazenda da Armação, inscrito sob o CPF nº 290.675.709-82 e portador do RG nº 11.01.1990 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominado LOCADOR, RESOLVE, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO VALOR GLOBAL PELO IGP-M, respeitando o estabelecido na Lei 8.245/91 e na Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 025/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 01/03/2020 bem como aditar em 7.82% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M do mês de Janeiro/2020.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. É necessária a prorrogação deste contrato tendo em vista estar sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, pois atualmente está sendo utilizado pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, sendo este imóvel crucial neste momento para o desenvolvimento das atividades inerentes às Secretarias.

2.2. Os contratos de locação celebrados entre Administração Pública e pessoa física ficam sujeitos ao Direito Privado mais precisamente a Lei 8.245/91 utilizando apenas o Direito Público (Lei 8.666/93) como subsidiário. Assim, a Administração enquanto locatária pactua contratos de locações não-residenciais, conforme especifica o artigo 55 da Lei do Inquilinato (8.245/91):

"Art. 55. Considera - se locação não residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, vale salientar que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que a restrição imposta pela Lei de Licitações quanto à renovação dos contratos não é aplicável na locação de imóveis, como assim podemos nos certificar:

Prejulgado

0318

"Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis."

O renomado órgão citado acima ainda traz outro entendimento acerca da prorrogação dos contratos de locação de imóveis:

Prejulgado

1660

"1. O locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal (art. 23, inciso III, da Lei Federal nº 8.245/91).

2. Findo o prazo estipulado no contrato, se o locatário permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado (art. 56, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.245/91)"

2.3. É de interesse público a prorrogação do contrato e ela se dará em conformidade com a cláusula 2ª do mesmo.

2.4. Baseando-se pelo art. 40, XI, da Lei de Licitações, tem-se que o critério de reajuste dos contratos administrativos pode ser um índice específico ou um índice setorial.

Em decisão registrada no Acórdão n. 361/2006, o Tribunal de Contas da União determinou:

(...) que os reajustes de preços nos contratos que vierem a ser celebrados sejam efetuados com base na efetiva variação de custos na execução desses contratos, mediante comprovação do contratado, admitindo-se a adoção de índice setorial de reajuste, consoante prescreve o art. 40, inciso XI, da Lei n. 8.666/93 (...). (grifo nosso)

2.5. Assim, quando o Poder Público busca a manutenção do equilíbrio financeiro de um contrato deve buscar a partir da análise dos efeitos da inflação em um certo setor da economia, no qual se situa o objeto do contrato administrativo a ser reajustado. Portanto, conforme previsão contratual, deve ser aplicado o índice do IGPM.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do contrato será acrescido em 7.82% atualizando o valor global do contrato para R\$ 56.256,00 (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta e seis reais) ficando mensalmente o valor de R\$ 4.688,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais) pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS FRANCISCO APRIGIO MONTEIRO
Prefeito municipal 290.675.709-82
Locatário Locador

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 002 2020 0 EDUCAÇÃO - 1

Publicação N° 2359745

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário de Educação, Esporte e Cultura de Governador Celso Ramos – SC, tornam pública a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Público para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal vinculados a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, objeto do Edital 02/2020 de 31 de janeiro de 2020.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Governador Celso Ramos/SC, 13 de fevereiro de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 002 2020 0 EDUCAÇÃO - CLASSIFICAÇÃO

Publicação N° 2359750

CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 02/2020 CARGO 01 – PROFESSOR – 20H

CANDIDATO		PROVA DE TÍTULOS
01	JONAINÉ BARBOSA	80
02	GÉSSICA ARGENTINA VENÂNCIO	80

CARGO 02 – PROFESSOR – 40H

CANDIDATO		PROVA DE TÍTULOS
01	SANDRA DE FATIMA BARTH CAMARGO	80

CARGO 02 – FONOAUDIÓLOGO

CANDIDATO		PROVA DE TÍTULOS
01	PALOMA ARIANA DOS SANTOS	70
02	MARCELA AUGUSTA DE OLIVEIRA MORAIS	70
03	FLÁVIA NAYARA DA SILVA GOMES	70
04	EDUARDA RAFAELLA CARDOSO	70

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 06/2020 PROCESSO 06/2020**

Publicação Nº 2359779

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP 06/2020
PROCESSO 06/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO HIDRÔMETROS E MACROMEDIDORES PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/03/2020 até às 15h30min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/03/2020 às 16h00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: compraslicitacoes@samaegcr.com.br.

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS
Diretor Geral

RETIFICAÇÃO E NOVO AVISO DE LICITAÇÃO RP 06-2020 PROCESSO 06-2020

Publicação Nº 2359782



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL 06/2020**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO
HIDRÔMETROS E MACROMEDIDORES PARA O SERVIÇO
AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE
GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.**

RETIFICAÇÃO: CAPÍTULO XIII DO PRAZO DE ENTREGA:

ONDE SE LÊ:**“XIII – DO PRAZO E DA ENTREGA**

13.1 - O prazo de entrega dos itens deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis para as empresas localizadas no estado de Santa Catarina e 07(sete) dias úteis para as empresas localizadas fora do Estado após o recebimento da Ordem de Fornecimento.”

LEIA-SE:**“XIII – DO PRAZO E DA ENTREGA**

13.1 - O prazo de entrega dos itens deverá ser de até 10 (dez) dias úteis para as empresas localizadas no estado de Santa Catarina e 15(quinze) dias úteis para as empresas localizadas fora do Estado após o recebimento da Ordem de Fornecimento. Podendo esse prazo ser prorrogado se devidamente comprovado e justificado e a justificativa seja aceita pelo solicitante.”

**NO ANEXO I DO EDITAL ALGUNS ITENS TIVERAM OS VALORES
CORRIGIDOS/ALTERADOS:**

ONDE SE LÊ:

COTA PRINCIPAL - 75%				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QT	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL
7	Macro Medidores Eletromagnético de inserção. Deve conter as seguintes características mínimas: Medidor de vazão eletromagnético tipo inserção:	15	R\$ 124.295,21	R\$ 1.864.428,15

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141/1811 – Governador Celso Ramos/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<p>MTLD</p> <p>Função:</p> <p>totalizador/indicador/transmissor</p> <p>Sistema de medição de fluxo bidirecional: três totalizadores com fluxo frente, fluxo reverso, fluxo total da diferença entre fluxo para frente e o fluxo inverso.</p> <p>Deve possuir display remoto;</p> <p>Cabo de ligação de, no mínimo, 10 metros sensor-display;</p> <p>Invólucro em alumínio fundido, Deve possuir IP67 e IP68;</p> <p>Alimentação de 220vca;</p> <p>Range de medição: 0,1 a 15m/s</p> <p>Pressão de operação até 16BAR</p> <p>Temperatura de operação até 120º C;</p> <p>Material do Eletrodo: AISI 316L</p> <p>Deve possuir válvula em aço galvanizado.</p> <p>A conexão ao processo deve ser: TAP de 2" NPT-M em aço carbono para tubulação de 80mm a 250mm de diâmetro.</p> <p>Garantia mínima de 12(doze) meses.</p>			
			TOTAL ITEM 07	R\$ 1.864.428,15

COTA RESERVADA - 25%				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QT	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL
8	<p>Macro Medidores Eletromagnético de inserção. Deve conter as seguintes características mínimas:</p> <p>Medidor de vazão eletromagnético tipo inserção: MTLD</p> <p>Função:</p> <p>totalizador/indicador/transmissor</p> <p>Sistema de medição de fluxo bidirecional: três totalizadores com fluxo frente, fluxo reverso, fluxo total da diferença entre fluxo para frente e o fluxo inverso.</p> <p>Deve possuir display remoto;</p> <p>Cabo de ligação de, no mínimo, 10 metros sensor-display;</p> <p>Invólucro em alumínio fundido, Deve possuir IP67 e IP68;</p> <p>Alimentação de 220vca;</p> <p>Range de medição: 0,1 a 15m/s</p> <p>Pressão de operação até 16BAR</p> <p>Temperatura de operação até 120º C;</p>	5	R\$ 124.295,21	R\$ 621.476,05

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141/1811 – Governador Celso Ramos/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	Material do Eletrodo: AISI 316L Deve possuir válvula em aço galvanizado. A conexão ao processo deve ser: TAP de 2" NPT-M em aço carbono para tubulação de 80mm a 250mm de diâmetro. Garantia mínima de 12(doze) meses.			
		TOTAL ITEM 08	R\$	621.476,05

LEIA-SE:

COTA PRINCIPAL - 75%				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QT	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL
7	Macro Medidores Eletromagnético de inserção. Deve conter as seguintes características mínimas: Medidor de vazão eletromagnético tipo inserção: MTLD Função: totalizador/indicador/transmissor Sistema de medição de fluxo bidirecional: três totalizadores com fluxo frente, fluxo reverso, fluxo total da diferença entre fluxo para frente e o fluxo inverso. Deve possuir display remoto; Cabo de ligação de, no mínimo, 10 metros sensor-display; Invólucro em alumínio fundido, Deve possuir IP67 e IP68; Alimentação de 220vca; Range de medição: 0,1 a 15m/s Pressão de operação até 16BAR Temperatura de operação até 120º C; Material do Eletrodo: AISI 316L Deve possuir válvula em aço galvanizado. A conexão ao processo deve ser: TAP de 2" NPT-M em aço carbono para tubulação de 80mm a 250mm de diâmetro. Garantia mínima de 12(doze) meses.	15	R\$ 22.595,13	R\$ 338.926,90
		TOTAL ITEM 07	R\$	338.926,90

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141/1811 – Governador Celso Ramos/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COTA RESERVADA - 25%				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QT	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL
8	Macro Medidores Eletromagnético de inserção. Deve conter as seguintes características mínimas: Medidor de vazão eletromagnético tipo inserção: MTLD Função: totalizador/indicador/transmissor Sistema de medição de fluxo bidirecional: três totalizadores com fluxo frente, fluxo reverso, fluxo total da diferença entre fluxo para frente e o fluxo inverso. Deve possuir display remoto; Cabo de ligação de, no mínimo, 10 metros sensor-display; Invólucro em alumínio fundido, Deve possuir IP67 e IP68; Alimentação de 220vca; Range de medição: 0,1 a 15m/s Pressão de operação até 16BAR Temperatura de operação até 120º C; Material do Eletrodo: AISI 316L Deve possuir válvula em aço galvanizado. A conexão ao processo deve ser: TAP de 2" NPT-M em aço carbono para tubulação de 80mm a 250mm de diâmetro. Garantia mínima de 12(doze) meses.	5	R\$ 22.595,13	R\$ 112.975,63
TOTAL ITEM 08			R\$	112.975,63

AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM INALTERADAS.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/03/2020 até às 15h30min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/03/2020 às 16h00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoamos.sc.gov.br através do link Licitações.

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141/1811 – Governador Celso Ramos/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Governador Celso Ramos, 14 de fevereiro de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS
Diretor Geral

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141/1811 – Governador Celso Ramos/SC

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 06-2020 (RESUMO JORNAL) RETROESCAVADEIRA

Publicação Nº 2359721

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 21/2020

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 06/2020-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS, ZERO KM DE FÁBRICA, LIVRE E DESIMPEDIDO DE QUALQUER ÔNUS, PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, ATENDENDO AOS CONVÊNIOS Nº 886972/2019 E 889975/2019 JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Data e Horário de Abertura: 02/03/2020, às 15:30 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/SC, 14 de fevereiro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO PROCESSO 06-2020 - GENEROS ALIMENTICIOS

Publicação Nº 2358989



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020
REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2020

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER OS PROGRAMAS FEDERAIS, DEMAIS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

OFERTA DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA						
Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
10	Amendoim;	KG	500	KANTY	R\$ 9,60	R\$ 4.800,00
12	Arroz parboilizado Tipo I;	KG	1.800	DALON	R\$ 4,00	R\$ 7.200,00
27	Bolacha salgada tipo cream cracker;	KG	760	GERMANY	R\$ 13,05	R\$ 9.918,00
40	Colorífico.	KG	110	DU CHEF	R\$ 15,00	R\$ 1.650,00
46	Doce de leite;	KG	506	NECTAR	R\$ 10,40	R\$ 5.262,40
47	Extrato de tomate simples e concentrado.	KG	500	BONARI	R\$ 9,40	R\$ 4.700,00
49	Farinha de mandioca..	KG	750	DAMASIA	R\$ 4,70	R\$ 3.525,00
52	Farinha de trigo.	KG	1.550	JACI	R\$ 3,35	R\$ 5.192,50
53	Farinha de trigo integral;	KG	420	MARIA INES	R\$ 3,80	R\$ 1.596,00
62	Feijão vermelho.	KG	800	CALDAO	R\$ 9,27	R\$ 7.416,00
65	Laranja lima.	KG	5.500	CEASA	R\$ 2,93	R\$ 16.115,00
67	Leite em pó deslactosado;	KG	51	MOLICO	R\$ 52,50	R\$ 2.677,50
77	Massa alfabeto;	KG	200	GALO	R\$ 7,89	R\$ 1.578,00
78	Massa tipo espagete;	KG	550	PARATI	R\$ 7,35	R\$ 4.042,50
83	Milho para pipoca;	KG	500	KANTY	R\$ 5,70	R\$ 2.850,00
87	Ovo de galinha.	DZ	2.450	LOCKS	R\$ 5,70	R\$ 13.965,00
88	Pão de sanduíche..	KG	1.100	KM 60	R\$ 12,50	R\$ 13.750,00
89	Pão de sanduíche integral.	KG	650	KM 60	R\$ 16,00	R\$ 10.400,00
90	Pão doce..	KG	1.450	KM 60	R\$ 11,90	R\$ 17.255,00
91	Pão francês..	KG	2.000	KM 60	R\$ 11,80	R\$ 23.600,00
92	Pão de hot dog..	KG	800	KM 60	R\$ 13,80	R\$ 11.040,00
101	Sardinha;	KG	110	88	R\$ 24,95	R\$ 2.744,50
106	Vinagre de álcool;	UN	150	HENING	R\$ 2,25	R\$ 337,50
Total						R\$ 171.614,90
ZAMI DISTRIBUIDORA LTDA - ME						
Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
1	Abacate.	KG	1.600	IN NATUR	R\$ 9,20	R\$ 14.720,00
2	Abacaxi pérola;	UN	1.160	IN NATUR	R\$ 5,05	R\$ 5.858,00
3	Abóbora moranga ou paulista;	KG	1.300	IN NATUR	R\$ 1,72	R\$ 2.236,00
7	Alho;	KG	200	IN NATUR	R\$ 19,00	R\$ 3.800,00
13	Arroz Integral;	KG	650	DALON	R\$ 3,90	R\$ 2.535,00
15	Banana branca;	KG	7.500	IN NATUR	R\$ 2,69	R\$ 20.175,00
16	Batata doce..	KG	1.070	IN NATUR	R\$ 2,44	R\$ 2.610,80
17	Batata inglesa..	KG	3.200	IN NATUR	R\$ 2,74	R\$ 8.768,00
21	Beterraba;	KG	1.020	IN NATUR	R\$ 2,88	R\$ 2.937,60
30	Café em pó tradicional;	KG	1.700	CABOCLO	R\$ 16,15	R\$ 27.455,00
35	Cebola de cabeça..	KG	1.700	IN NATUR	R\$ 2,70	R\$ 4.590,00
36	Cenoura..	KG	900	IN NATUR	R\$ 2,98	R\$ 2.682,00
43	Chuchu..	KG	1.000	IN NATUR	R\$ 3,48	R\$ 3.480,00

56	Fermento em pó químico.	KG	180	APTI	R\$ 25,50	R\$ 4.590,00
61	Feijão anão preto.	KG	1.250	CALDÃO	R\$ 4,49	R\$ 5.612,50
66	Laranja pera..	KG	6.000	IN NATURA	R\$ 2,60	R\$ 15.600,00
72	Maçã fuji.	KG	5.500	IN NATURA	R\$ 5,49	R\$ 30.195,00
75	Manga;	KG	900	IN NATURA	R\$ 4,30	R\$ 3.870,00
76	Mamão formosa;	KG	2.200	IN NATURA	R\$ 4,79	R\$ 10.538,00
85	Óleo de soja.	UN	1.700	COAMO	R\$ 3,81	R\$ 6.477,00
104	Tomate..	KG	1.800	IN NATURA	R\$ 3,84	R\$ 6.912,00
Total						R\$ 185.641,90

COMERCIO DE CARNES DELLA GUSTINA

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
32	Carne bovina tipo acém em iscas;	KG	2.200	Della	R\$ 19,35	R\$ 42.570,00
33	Carne bovina tipo acém moido;	KG	3.300	Della	R\$ 19,45	R\$ 64.185,00
34	Carne suína - pernil cortado em cubos.	KG	300	Della	R\$ 14,15	R\$ 4.245,00
60	File de frango - sassame.	KG	1.900	Daniele	R\$ 14,95	R\$ 28.405,00
103	Sobrecoxa e coxa com osso.	KG	2.000	Daniele	R\$ 12,85	R\$ 25.700,00
107	Banha de origem animal;	KG	150	Braçonortens	R\$ 9,68	R\$ 1.452,00
Total						R\$ 166.557,00

TEVIAN COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
18	Bebida láctea sabor morango;	L	4.500	TIROL	R\$ 3,78	R\$ 17.010,00
19	iogurte sem lactose	L	400	TIROL	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00
20	Bebida láctea sabor coco;	L	4.500	TIROL	R\$ 3,58	R\$ 16.110,00
45	Doce de leite zero lactose	KG	115	TIROL	R\$ 18,40	R\$ 2.116,00
68	Leite Integral - Longa vida:	L	19.900	TIROL	R\$ 3,12	R\$ 62.088,00
69	Leite de arroz	L	25	ROSIVITA	R\$ 29,30	R\$ 732,50
74	Manteiga;	KG	356	TIROL	R\$ 22,45	R\$ 7.992,20
84	Nata;	KG	504	TIROL	R\$ 21,65	R\$ 10.911,60
96	Queijo tipo colonial;	KG	1.300	TIROL	R\$ 23,55	R\$ 30.615,00
97	Queijo para lanche fatiado;	KG	1.400	TIROL	R\$ 26,75	R\$ 37.450,00
98	Queijo zero lactose	KG	15	TIROL	R\$ 47,40	R\$ 711,00
99	Requeijão cremoso light.	KG	110	TIROL	R\$ 21,10	R\$ 2.321,00
Total						R\$ 191.057,30

MAYCON WILL EIRELI

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
5	Achocolatado vitaminado.	KG	1.300	Toddy	R\$ 14,70	R\$ 19.110,00
6	Açúcar refinado;	KG	3.230	Caravelas	R\$ 2,73	R\$ 8.817,90
9	Amido de milho;	KG	200	Apti	R\$ 9,85	R\$ 1.970,00
11	Arroz branco;	KG	1.300	Kika	R\$ 3,01	R\$ 3.913,00
14	Farinha de aveia;	KG	150	Apti	R\$ 15,55	R\$ 2.332,50
25	Biscoito salgado integral	KG	250	Orquídea	R\$ 13,00	R\$ 3.250,00
26	Biscoito sabor leite;	KG	1.510	Parati	R\$ 12,00	R\$ 18.120,00
37	Cereal infantil com probióticos - Arroz;	KG	100	Mucilon -	R\$ 21,85	R\$ 2.185,00
				Nestlé		
38	Cereal infantil com probióticos - Multicereais;	KG	100	Mucilon -	R\$ 21,85	R\$ 2.185,00
				Nestlé		
44	Doce de frutas sortido;	KG	250	Néctar	R\$ 9,37	R\$ 2.342,50
50	Farinha de milho..	KG	330	Sinhá	R\$ 3,20	R\$ 1.056,00
55	Fermento biológico em pó seco e instantâneo.	KG	45	Apti	R\$ 45,15	R\$ 2.031,75

57	Fórmula infantil de partida de 0 a 6 meses:	KG	210	Nestogeno 1	R\$ 34,50	R\$ 7.245,00
				Nestlé		
58	Fórmula infantil de seguimento de 6 a 12 meses:	KG	210	Nestogeno 2	R\$ 31,00	R\$ 6.510,00
				Nestlé		
63	Gelatina sabor abacaxi.	KG	180	Neilar	R\$ 19,45	R\$ 3.501,00
64	Gelatina sabor morango.	KG	180	Neilar	R\$ 19,45	R\$ 3.501,00
79	Massa tipo parafuso;	KG	600	Rosane	R\$ 6,90	R\$ 4.140,00
95	Polvilho azedo;	KG	400	Rocha	R\$ 9,10	R\$ 3.640,00
102	Sal iodado;	KG	480	Zizo	R\$ 2,50	R\$ 1.200,00
Total						R\$ 97.050,65
CARLA MACHADO DE SOUZA						
Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
59	Fórmula infantil sem lactose:	KG	60	Aptamil SL	R\$ 57,00	R\$ 3.420,00
Total						R\$ 3.420,00

Gravatal (SC), 13 de fevereiro de 2020.

WANDERLEY NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 77/2020 - RAMON SANTANA BALBINO - FÉRIAS

Publicação Nº 2358493

PORTARIA Nº 77/2020 DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal RAMON SANTANA BALBINO, ocupante do cargo de Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/08/2018 a 01/08/2019, devendo ser gozadas entre 20/01/2020 a 18/02/2020;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 20 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 78/2020 - FERNANDA SILVA MEDEIROS - FÉRIAS

Publicação Nº 2358494

PORTARIA Nº 78/2020 DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal FERNANDA SILVA MEDEIROS, ocupante do cargo de Fisioterapeuta NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 20/11/2018 a 19/11/2019, devendo ser gozadas entre 20/01/2020 a 03/02/2020;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 20 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 79/2020 - CARLA BORGES MENDES - REMANEJAR

Publicação Nº 2358495

PORTARIA Nº 79/2020 DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Remanejar CARLA BORGES MENDES, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer suas funções no departamento de Vigilância Epidemiológica, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 20 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 80/2020 - CLAUDILEINE NIEHUES - CONTRATAÇÃO EM CARATER TEMPORARIO

Publicação Nº 2358496

PORTARIA Nº 80/2020 DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 185 de 12 de maio de 2015;

CONSIDERANDO, que o NASF possui exigência para composição mínima da equipe de profissionais, sob pena de suspensão dos recursos profissionais e financeiros;

CONSIDERANDO, que a servidora Crystiane Cunha Sizino Fernandes, ocupante do cargo temporário de Fisioterapeuta NASF, pediu exoneração do cargo, ocasionando a vacância da vaga de Fisioterapeuta NASF;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Fisioterapeuta NASF, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a realização do processo seletivo nº 01/2020 para formação de cadastro de reserva.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário CLAUDILEINE NIEHUES, para o cargo de Fisioterapeuta NASF, com carga horária de 20 horas semanais, na Unidade de Saúde Central (Antigo Hospital), localizado no bairro Tiradentes, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 20 de janeiro de 2020 a 18 de janeiro de 2021, ou até a realização de concurso público.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 20 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 81/2020 - VANESSA DAL BÓ DE CARVALHO BALDUCI – MÉDICA PSIQUIATRA NASF

Publicação Nº 2358497

PORTARIA Nº 81/2020 DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 185 de 12 de maio de 2015;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Médica Psiquiatra NASF, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, o Processo Seletivo Público Simplificado para contratação emergencial temporária de Médico Psiquiatra NASF, do Edital nº 01/2020, homologado em 16/01/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário VANESSA DAL BÓ DE CARVALHO BALDUCI, Processo Seletivo 01/2020, classificação nº 01, para o cargo temporário de Médica Psiquiatra NASF, com carga horária de 20 horas semanais, na Unidade de Saúde Central (Antigo Hospital), localizado no bairro Tiradentes, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, a partir de 20 de janeiro de 2020 a 18 de janeiro de 2021 ou até a realização de concurso público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 20 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 82/2020 - MARCIA NASARIO AMORIN DA SILVA - FÉRIAS

Publicação Nº 2358498

PORTARIA Nº 82/2020 DE 21 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal MARCIA NASARIO AMORIN DA SILVA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/05/2018 a 30/04/2019, devendo ser gozadas entre 21/01/2020 a 04/02/2020;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 83/2020 - RENATA CECHINEL RODRIGUES NEVES - EXONERAR

Publicação Nº 2358499

PORTARIA Nº 83/2020 DE 21 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido RENATA CECHINEL RODRIGUES NEVES, do cargo de Coordenador de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 84/2020 - HORA EXTRA JANEIRO 2020

Publicação Nº 2358500

PORTARIA Nº 84/2020 DE 21 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: A Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses de dezembro de 2019 e janeiro do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	47,34
Ana Claudia da Silva	32,18
Joelma Fernandes Ferreira	19,15
Jose Nazareno Fidelis	9,28

Maria Aparecida Martins da Silva	30,00
Muriel Marcon Cardoso	50,00
Nilson Ribeiro Fernandes	30,00
Raquel Martins Mendes	34,27
Vivian Iung Mendes	50,00

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Camila Nunes Teixeira	20,00
Cassio Ferreira Bitencourt	10,00
Clayton Cardoso Pereira	60,00
Eduardo Fernandes Mendonça	7,00
Felipe Alves Pimmel	12,00
Fernanda Silva Medeiros	11,00
Gilmar Comeli Rodrigues	35,00
Jose Carlos Alves da Silva	20,00
Juliano Fagundes de Araujo	30,00
Marcio Laurentino Mendonça	40,00
Nadine Hellmann Delfino	10,30
Rafael Fernandes Machado	23,00
Ramon Santana Balbino	30,00
Roberta da Luz Machado Santana	20,00
Roger Costa da Silva	30,00
Rosimar Vicenzi de Assunção Mendes	60,00
Sandra Tartari Mattiola	20,00
Thayse Albuquerque Zandomenego	20,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Celio Batista	55,45

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alaercio Gonçalves de Medeiros	20,00
Daniel May Maciano	40,00
Fabricio de Oliveira Machado	40,00
Francisco de Assis Silveira Maia	15,00
Hamilton dos Santos Firmino	20,00
Paulo Melo da Silva	30,00
Salesio Veronez	20,00
Valnei Boneli dos Santos	30,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Paulo Martins da Rosa	40,00
Silvio Veronez	40,00
Zenilton Nascimento	40,00

GABINETE DO PREFEITO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alex Candido Claudino	28,34

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Arquimedes da Silva	14,00
Claudiana de Souza Correa	29,00
Deise Jung Mattos Cunha	13,00
Genis Jopli Martins Vicente	5,00
Jozilaine Zomer Loch	30,00
Lais Juvencio de Oliveira	13,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gravatal/SC, 21 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 85/2020 - THAYSE ACORDI - CONTRATAÇÃO EM CARATER TEMPORARIO

Publicação Nº 2358501

PORTARIA Nº 85/2020 DE 21 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece a Lei Municipal nº 181 de 10 de março de 2015 em consonância do artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, o pedido de demissão apresentado pelo servidor Jose Fernando Raldi da Silva, ocupante do cargo temporário de Odontólogo ESF, ocasionando a vacância da vaga de Odontólogo ESF;

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção do atendimento à população aos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Odontólogo ESF, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a realização do processo seletivo nº 05/2018 para formação de cadastro de reserva.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário THAYSE ACORDI, Processo Seletivo nº 05/2018, classificação nº 07, para o cargo temporário de Odontóloga ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no ESF Energia das Águas, localizado no bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 21 de janeiro de 2020 à 19 de janeiro de 2021 ou até a realização de Concurso Público.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 86/2020 - REVOGAR A PORTARIA 691/2019

Publicação Nº 2358503

PORTARIA Nº 86/2020 DE 21 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGA a portaria nº 691/2019 de 05 de dezembro de 2019 que designou PAULO MARTINS DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, para responder pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, podendo desempenhar todos os atos necessários ao funcionamento da Secretaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 21 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 87/2020 - FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO - NOMEAR SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Publicação Nº 2358505

PORTARIA N.º 87/2020 DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear FABRICIO DE OLIVEIRA MACHADO, para o Cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 22 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 88/2020 - JEFFERSON IZIDORO CAPISTRANO - EXONERAR

Publicação Nº 2358507

PORTARIA Nº 88/2020 DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar JEFFERSON IZIDORO CAPISTRANO, do cargo de Supervisor de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 22 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 89/2020 - GRAZIELA DE OLIVEIRA LORETO - EXONERAR

Publicação Nº 2358508

PORTARIA Nº 89/2020 DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por término de contrato GRAZIELA DE OLIVEIRA LORETO, da função do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 22 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 90/2020 - GILMAR DOS SANTOS CALLEGARI - FÉRIAS

Publicação Nº 2358509

PORTARIA Nº 90/2020 DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal GILMAR DOS SANTOS CALLEGARI, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/02/2007 a 31/01/2008, devendo ser gozadas entre 23/01/2020 a 21/02/2020;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 23 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 91/2020 - ANA CLAUDIA DA SILVA - FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO

Publicação Nº 2358510

PORTARIA N.º 91/2020 DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento entregue pela Servidora Ana Claudia da Silva, onde solicita a conversão de 1/3 de suas férias em Abono Pecuniário e o Gozo de 15 dias de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- CONVERTER 10 (dez) dias de férias em Abono Pecuniário a Servidora Municipal ANA CLAUDIA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais; e CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, ambos referentes ao período aquisitivo de 25/08/2018 a 24/08/2019, devendo ser gozadas no período de 27/01/2020 a 10/02/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 27 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 92/2020 - REGULAMENTA SERVIÇO EXTRAORDINÁRIOS - HORA EXTRA

Publicação Nº 2358511

PORTARIA Nº 92/2020 DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Regular os serviços extraordinários, horas extras, realizados por servidor da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - O servidor que em virtude do cargo ou ocupação, tiver a necessidade de ter seu expediente estendido com a finalidade de cumprir com as tarefas oriundas do cargo, deverá comunicar previamente ao Secretário Municipal de sua pasta ou a quem este indicar, sobre a necessidade de ser realizado serviço extraordinário.

Parágrafo Único – A não observância ao estabelecido no “caput” deste artigo, enseja o não pagamento dos serviços extraordinários (horas extras) prestados pelo servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 27 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 93/2020 - AILTON BITENCOURT - EXONERAR

Publicação Nº 2358513

PORTARIA Nº 93/2020 DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido AILTON BITENCOURT, do cargo de Agente de Vigilância em Saúde, de provimento efetivo, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 27 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

PORTARIA 94/2020 - AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

Publicação Nº 2358514

PORTARIA N.º 94/2020 DE 30 DE JANEIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORAS PÚBLICAS PARA DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE”.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam autorizadas as servidoras abaixo discriminadas a dirigir, de forma eventual, os veículos:

I – CARLA BORGES MENDES, CNH nº 04980383758;

II – SILVIA FRANCISCO FERNANDES, CNH nº 01935700658;

§ 1º - Os veículos, poderão ser utilizados pelas servidoras em casos de necessidade, quando não houver motoristas disponíveis.

§ 2º - As servidoras, mencionados nos incisos I a V deste artigo, somente poderão dirigir veículos da frota municipal, conforme categoria de habilitação.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 30 de janeiro de 2020.

WANDERLEI NAZARIO MAREGA
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 25.2020 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2358794

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

PROCESSO Nº 25/2020 HOMOLOGAÇÃO: 14/02/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIRO, INSTALADA, INCLUSO PINTURA DO ESTRUTURAL DE FERRO, PARA ABRIGO DE ALUNOS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS DO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO

CONTRATADO: MAURICIO GUILHERME DIEHL ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)

PARECER 01/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Publicação Nº 2358931

PARECER 01/2020

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Guaraciaba/SC – Prestação de Contas 2019

Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Guaraciaba – SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao analisar a Prestação de Contas - 2019, tem a relatar:

O CACS-FUNDEB de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, instituídos pela Lei Municipal nº 1.959/2007 de 10 de maio de 2007 e Lei Municipal nº 2.287/2011 de 25 de fevereiro de 2011, respeitando a composição paritária entre Governo e Sociedade Civil. O mandato vigente dos atuais conselheiros iniciou em 22 de novembro de 2019 e a gestão é de 02 (dois) anos. Os conselheiros nomeados para exercer o mandato da gestão 2019/2021, conforme Portaria nº 543/2019 de 22 de novembro de 2019, está assim constituído:

CACS - CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB	
Pais de Alunos da Educação Básica Pública	
Tipo	Nome
TITULAR	Danieli Pellegrini Lermen
SUPLENTE	Rui Marcos Heinen
TITULAR	Monise Arconti
SUPLENTE	Alaine Pinheiro Machado Blau
Estudantes da Educação Básica Pública	
Tipo	Nome
TITULAR	Carolina Rosa Blau
SUPLENTE	Adalto Jose Buttner
Poder Executivo Municipal	
Tipo	Nome
TITULAR	Eleantra Ceretta Kunz
SUPLENTE	Cinthia Borsatto
Professores da Educação Básica Pública	
Tipo	Nome
TITULAR	Tania Fatima Mattiello
SUPLENTE	Claudete Faust
Diretores das Escolas Básicas Públicas	
Tipo	Nome
TITULAR	Janete Gabe
SUPLENTE	Odete Fatima Vanoni Balensiefer
Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas	
Tipo	Nome
TITULAR	Jocieli Krein VICE-PRESIDENTE
SUPLENTE	Maicelly Luana Ludwig
Estudantes da educação básica pública - Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas	
Tipo	Nome

TITULAR	Agatha Bertolini PRESIDENTE
SUPLENTE	Claiton Cezar Neumann
Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão educacional equivalente	
Tipo	Nome
TITULAR	Maristela Keithi Maldaner
SUPLENTE	Adriana Omizzollo
Conselho Tutelar	
Tipo	Nome
TITULAR	Gilmar Rezendo
SUPLENTE	Adriana Turmina Schmitz
Conselho Municipal de Educação	
Tipo	Nome
TITULAR	Catia Cilene Heinen Abati
SUPLENTE	Luciane Betina Kinsel Seibel

Durante o ano de 2019 foram realizadas duas reuniões, sendo nos meses de fevereiro, novembro, tendo como local a sala de reuniões da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, sempre respeitando a participação da maioria dos conselheiros para discutir e aprovar as deliberações, conforme o Artigo 5º do Regimento Interno do Conselho. Além disso, o Conselho do CACS-FUNDEB seguiu com o Cronograma de Atividades 2019, conforme as competências e atribuições do Conselho regulamentadas no Regimento Interno.

Após análise da prestação de contas 2019 e verificação dos demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e gerenciais mensais e anual, as receitas e despesas do FUNDEB estão representadas nas tabelas 1 e 2, que seguem:

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITA REALIZADA
Transferências de Recursos do FUNDEB	5.266.046,67
Complementação da União ao FUNDEB	0,00
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.863,62
Total das Receitas do FUNDEB	5.275.910,29

Tabela 1 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
Pagamento dos Profissionais do Magistério	3.877.198,92
Outras Despesas	1.494.742,11
Total das Despesas com FUNDEB	5.371.941,03

Tabela 2 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

· Limite 1 - FUNDEB – 60% - Conforme dados da tabela 3, verificou-se que o município aplicou o valor de R\$ 3.715.892,14, equivalendo a 70,43% dos recursos oriundos do FUNDEB em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, c/c artigo 22 da Lei n. 11.494/07

LIMITES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA	VALOR
Transferências do FUNDEB	5.266.046,67
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.863,62
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.275.910,29
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	3.165.546,17
Despesas realizadas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	3.715.892,14
Valor acima do Limite	550.345,97

Tabela 3 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

· Limite 2 - FUNDEB – 40% - Conforme tabela 4, verifica-se que o município dispendeu R\$ 1.494.742,11 com as demais Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, ficando abaixo do limite máximo estabelecido de R\$ 2.110.364,12, CUMPRINDO a legislação pertinente.

LIMITES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA	VALOR
Transferências do FUNDEB	5.266.046,67
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.863,62
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.275.910,29
Máximo de 40% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.110.364,12
Demais Despesas realizadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.494.742,11
Valor abaixo do Limite	615.622,01

Tabela 4 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

Os principais gastos realizados com o Fundeb 40% foram com folha, inss, rescisões dos ACT's, pagamento da apostila do Sistema de Ensino, material de consumo e serviços nas escolas e no transporte escolar:

FUNDEB 40%	VALORES
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	904.178,06
319013 - Obrigações Patronais	188.241,03
339030 - Material de Consumo	110.467,14
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.980,60
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00
319094- Indenizações	534,48
339032- Material de Distribuição Gratuita (Sistema de Ensino: Positivo)	289.340,80
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 1.494.742,11

Tabela 5 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

A tabela 6 demonstra os percentuais aplicados pelo município em relação a Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo exercício, bem como com as Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, representando 70,43% e 28,33%, respectivamente.

TOTAL APLICADO	PERCENTUAL
Mínimo de 60% - Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	70,43%
Máximo de 40% - Demais Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	28,33%

Tabela 6 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

Limite 3 – mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei n. 11.494/07.

Conforme demonstrado na tabela 7, constata-se que o Município aplicou o valor de R\$ 5.210.634,25, equivalendo a 98,77% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, representando uma aplicação à maior no montante de R\$ 198.519,47, correspondendo a 1,23%, acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21 da Lei n. 11.494/2007.

Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.275.910,29
95% dos Recursos do FUNDEB	5.012.114,78
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com Recursos do FUNDEB	5.210.634,25
Valor acima do limite	198.519,47

Tabela 7 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

Limite 4 – utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional – art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/2007.

O município utilizou, no 1º trimestre, mediante abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB (superávit), no valor de R\$ 161.306,78, CUMPRINDO o estabelecido no art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/2007.

Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro	161.306,78
Despesas Custeadas com Superávit Financeiro, do exercício anterior, – 60%	161.306,78
Despesas Custeadas com Superávit Financeiro, do exercício anterior, – 40%	0,00

Tabela 8 – Fonte Sistema Betha Sapo, 2019.

O Saldo financeiro no final do exercício de 2019 de acordo com o extrato bancário do dia 31/12/2019 é de R\$ 65.276,04, saldo esse a ser reprogramado para o exercício de 2020, como superávit financeiro do exercício de 2019.

Esse saldo deverá ser gasto nos três primeiros meses do ano de 2020, e o Conselho sugere a abertura desse saldo em folha de pagamento para remuneração do magistério.

Na distribuição desses recursos, foram consideradas as matrículas nas escolas municipais apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), sendo que foram atendidos 219 alunos de Creche, 245 alunos de Pré-escola, 751 alunos do Ensino Fundamental.

Em relação, as metas pactuadas pelo Plano Municipal de Educação, o município realizou as despesas em atendimento a Meta 15 – Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final deste Plano; e Meta 17 – Garantir o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do Município em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Artigo 212 Constituição Federal desde o primeiro ano de vigência até o final do decênio.

Após análise documental, apreciação e discussão da aplicação dos recursos do FUNDEB no decorrer do ano, o Conselho verificou que o município executou os gastos destes recursos de forma correta, conforme a legislação e resolve APROVAR com regularidade a Prestação de Contas exercício 2019.

Guaraciaba/SC, 14 de fevereiro de 2020.

MONISE ARCONTI

CAROLINA ROSA BLAU

CINTHIA BORSATTO

TANIA FATIMA MATTIELLO

JOCIELI KREIN VICE-PRESIDENTE

AGATHA BERTOLINI PRESIDENTE

MARISTELA KEITHI MALDANER

ADRIANA OMIZZOLLO

CATIA CILENE HEINEN ABATI

PARECER 01/2020-CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE GUARACIABA

Publicação Nº 2358901

PARECER 01/2020

Conselho Municipal do Idoso - Prestação de Contas - 2019

Os membros do Conselho Municipal do Idoso de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao analisar a Prestação de Contas - 2019, tem a relatar:

O Conselho Municipal do Idoso de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, foi instituído pela Lei Municipal nº 2763 de 09 de dezembro de 2014, respeitando a composição paritária entre Governo e Sociedade Civil. O mandato vigente dos atuais conselheiros iniciou em 13 de março de 2019 e a gestão é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução. Os conselheiros nomeados para exercer o mandato da gestão 2019/2021, conforme Portaria nº 209/2019, está assim constituído:

REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO:

Secretaria de Assistência Social, Habitação e Políticas Públicas para Mulheres

Titular: Eliza Maristela Anschau Kinsel Suplente: Jussara Scapin

Secretaria de Saúde e Saneamento:

Titular: Jocélia da Silva Suplente: Daiane Dorigon

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude:

Titular: Roselaine Fortes Suplente: Luciane Bondan Santin

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Claiton Cezar Neumann Suplente: Marisa Pereira

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Adriano Giaretta Suplente: João Paulo Heckler

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: (grupos de Idosos legalmente constituídos há mais de um ano)

Setor das Linhas Ouro Verde, Vinte e Quatro, São Vicente e Welter:

Titular: Adelmo Franz Suplente: Simpício Mathias Reichert

Setor das Linhas sede Flores, São Roque, Tigre e Índio:

Titular: Estéfano Rafaloski Suplente: Jurema Lolatto

Setor das Linhas Guataparema, Guataparé Baixo, Indiozinho, Ferreira e Daltro Filho:

Titular: Santo Romio Suplente: Idalina Maria Lolato

Setor das linhas São Luiz, Aparecida, Olímpio, Liso Baixo e Liso Alto:

Titular: Nelson Pedro Ludwig Suplente: Deomir Spezia

Setor da cidade, Traíra, São Domingos, Caravágio e Bairro Santa Terezinha:

Titular: Nicolau Romeu Kinzel Suplente: Nilo Both

Durante o ano de 2019 foram realizadas 03 reuniões, sendo duas no mês de fevereiro e uma em abril, tendo como local o Centro de Convivência de Idosos, sempre respeitando a participação da maioria dos conselheiros para discutir e aprovar as deliberações.

Em análise a prestação de contas referente às despesas efetuadas com a política de assistência ao idoso, foram investidos no exercício de dois mil e dezenove (2019) o montante de: R\$ 133.079,48 (cento e trinta e três mil setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) destes R\$ 61.037,88 (sessenta e um mil trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) foram gastos em folha de pagamento e R\$ 72.041,60 (setenta e dois mil quarenta e um reais e sessenta centavos) foram aplicados com manutenção do Centro de Convivência de Idosos e veículo e oferta dos serviços de assistência ao idoso no decorrer do ano. Após apreciação e discussão das despesas realizadas no decorrer do ano, o conselho APROVA com regularidade a Prestação de Contas – 2019.

Guaraciaba/SC, 14 de fevereiro de 2020.

RESOLUÇÃO 01/2020-CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Publicação Nº 2358921

RESOLUÇÃO Nº 01/2020

Aprova Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB, PNATE e Salário-Educação.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.959/2007 de 10 de maio de 2007 e Lei Municipal nº 2.287/2011 de 25 de fevereiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB referente ao exercício 2019, apresentado e apreciado na reunião de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE referente ao exercício 2019, apresentado e apreciado na reunião de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do Salário-Educação referente ao exercício 2019, apresentado e apreciado na reunião de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de hoje, devendo ser publicada.

Guaraciaba, 14 de fevereiro de 2020.

AGATHA BERTOLINI

Presidente do CACS - FUNDEB

RESOLUÇÃO 01/2020-CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE GUARACIABA

Publicação Nº 2358891

RESOLUÇÃO Nº 01/2020

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e a Lei Municipal nº 2763/2014, tendo em vista a deliberação por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião ordinária realizada no dia 14 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente as despesas efetuadas com a política de assistência ao idoso no exercício de 2019, conforme aprovado por unanimidade na reunião ordinária do dia 14 de fevereiro de 2020.

Esta referida aprovação entra em vigor na data de sua publicação, conforme Ata nº 01/2020 e parecer, anexo único desta resolução.

Guaraciaba, 14 de fevereiro de 2020.

Eliza Maristela Anschau Kinsel

Presidente do CMI

Guaramirim

PREFEITURA

AValiação AMOSTRAS - LICITAÇÃO 227/2019

Publicação Nº 2359434

Processo Licitatório nº 227/2019 - PMG.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÃO JUDICIAL CONTRA O MUNICÍPIO E PACIENTES ASSISTIDOS PELO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS PARA ATENDER AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MARCOS VALDIR MOROSO

2ª Avaliação das amostras entregues pelas empresas

ITEM	2º CLASSIFICADO	
01	WF INDÚSTRIA E COMÉRCIO	NÃO APRESENTOU - REPROVADO
03	WF INDÚSTRIA E COMÉRCIO	NÃO APRESENTOU - REPROVADO
09	OSMAR DA SILVA E CIA	NÃO APRESENTOU - REPROVADO
10	BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS	NÃO APRESENTOU - REPROVADO

Os laudos de avaliação encontram-se juntados ao processo licitatório, estando a disposição das licitantes junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Guaramirim, 14 de fevereiro de 2020.

Avaliação realizada pela Equipe Técnica Nomeada.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 - FMS

Publicação Nº 2359078

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial nº 07/2020 – FMS

Processo Licitatório: 07/2020 – FMS

Tipo: Menor preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS ENQUADRADOS NO GRAU III E COM DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Entrega dos Envelopes: até 28/02/2020 às 9h

Abertura dos Envelopes: 28/02/2020 às 9h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 14 de fevereiro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 232/2019-PMG - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2359643

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO COM ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA
Edital: Pregão Presencial 232/2019
Processo Licitatório: 232/2019

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 03/03/2020 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 03/03/2020 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 14 de fevereiro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito

CHAMADA PÚBLICA - 248/2019-PMG

Publicação Nº 2359367

ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO N.º 248/2019 - PMG

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Às quatorze horas(s), do décimo quarto dia do mês de fevereiro de 2020, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Guaramirim, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 380/2019, tendo comparecido os seguintes membros Carlos Felipe Fischer (presidente), Fernanda de R. R. Machado e Gabriel Felippi, para o ato de julgamento do conteúdo dos envelopes de habilitação que foram abertos na sessão realizada no dia 07.02.2020.

Aberta a sessão, verificou-se toda a documentação apresentada. Assim, visando privilegiar o princípio da celeridade e considerando que o edital expressamente autoriza a regularização de documentos, ainda que ausentes (item 4.5. do edital) foi realizada uma diligência junto ao site do TJ/SC para suprir a ausência da certidão negativa de falência e concordata emitida naquele sistema com relação a duas das cooperativas participantes (Rio Novo e Cooperfavi).

Após esta diligência, constatou-se que todos os agricultores individuais e todas as cooperativas participantes atenderam aos requisitos editalícios, razão pela qual a Comissão Permanente de Licitações declara todos os participantes habilitados.

Em razão da habilitação, abre-se o prazo de 05 dias de recurso, em analogia ao art. 109 da Lei 8666/93. O referido prazo correrá a partir da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC).

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a sessão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Carlos Felipe Fischer	Fernanda de R. R. Machado	Gabriel Felippi
Presidente	Membro	Membro

COMUNICADO - LICITAÇÃO 48/2019-PMG

Publicação Nº 2359262

AVISO

LICITAÇÃO 48/2019

CONCORRÊNCIA 48/2019

Objeto: ALIENAÇÃO DE TERRENOS PARA INCENTIVOS ECONÔMICOS DE EMPREENDIMENTOS QUE SE ESTABELEÇAM NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, OU NELA APLIQUEM SUAS ATIVIDADES

A Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, através da Comissão Permanente de Licitação, informa que diante do provimento do recurso da empresa INDÚSTRIA DE METAIS FEBRAL LTDA, designa-se o dia 02 de março de 2020, para continuidade do certame, com a abertura dos envelopes de proposta.

Guaramirim/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Carlos Felipe Fischer

Presidente CPL

CONVOCAÇÃO AMOSTRAS - LICITAÇÃO 227/2019

Publicação Nº 2359436

Convocação para Apresentação de Amostras – 3ª Chamada

Processo Licitatório nº 227/2019 - PMG.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÃO JUDICIAL CONTRA O MUNICÍPIO E PACIENTES ASSISTIDOS PELO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS PARA ATENDER AO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL MARCOS VALDIR MOROSO

Tendo em vista que as seguintes amostras dos primeiros colocados foi reprovada pela comissão de avaliação, nos termos do instrumento convocatório, ficam convocados as licitantes abaixo relacionados para apresentarem suas amostras, no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local e horários indicados no edital:

ITEM	LICITANTE 3ª COLOCADA/CONVOCADA
01	BRIOJARAGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA
03	BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP
09	WF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS LTDA
10	WF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS LTDA

Guaramirim, 14 de fevereiro de 2020.

Carlos Felipe Fischer

Pregoeiro

DECISÃO - LICITAÇÃO 232/2019

Publicação Nº 2359639

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º: 232/2019 PMG

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOK E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Trata-se de impugnação formulada pela Weikan Tecnologia em 31/01/2020.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Observa-se que as Impugnantes encaminharam seu Pedido de Impugnação de forma tempestiva, tendo em vista que a sessão pública estava agendada para o dia 04/02/2020.

2. DAS ALEGAÇÕES

Em síntese, a impugnante Weikan Tecnologia alega que a exigência de cadastro no Fórum UEFI na categoria PROMOTERS onera a participação e restringe a competitividade do certame.

Diante disso, requer a alteração do edital suprimindo tal condição.

3. DA ANÁLISE

As alegações da impugnante merecem prosperar.

O edital de licitação não pode conter exigências desnecessárias ou que restrinjam a competitividade sob pena de ofender aos princípios basilares do direito administrativo.

Diante disso, determino a republicação do edital, com correções no edital quanto a estas exigências.

4. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, decido pela PROCEDÊNCIA das impugnações, mantendo inalteradas as condições editalícias.

Guaramirim (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Luis Antonio Chiodini
Prefeito

DECISÃO - PROCESSO 243/2019

Publicação Nº 2359242

Tomada de Preços nº 243/2019 PMG

Decisão em Recurso Administrativo

Trata-se de Recurso interposto pela empresa OCEÂNICA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, em face de decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação na abertura da Tomada de Preços n. 243/2019, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para reforma e ampliação do CEI Zilma Flores da Silva do Município de Guaramirim.

Da ata de julgamento da habilitação verifica-se que as licitantes SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA e GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, foram parcialmente habilitadas por terem apresentado certidões de regularidade fiscal vencidas, podendo sanar ao final caso consideradas vencedoras, uma vez que usufruem dos benefícios concedidos à microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei n. 123/2006.

Já a recorrente, foi inabilitada por deixar de apresentar declaração indicando o seu responsável técnico e declaração de que disponibilizará todos os equipamentos e ferramentas, tal como previsto no item 11.1.2, alíneas "d" e "g" do edital.

A Comissão Permanente de Licitação analisou o recurso e julgou improcedente com base no princípio da vinculação ao edital e manteve a decisão atacada.

Apesar de respeitar a decisão da Comissão, entendo que os documentos que a recorrente deixou de apresentar são meramente declaratórios, não havendo prejuízo na sua apresentação tardia, em vista de ampliar a competitividade, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa. Assim, tendo sido devidamente apresentadas as declarações com a peça recursal, entendo que a manutenção da inabilitação militar em desfavor da ampla competitividade no certame.

Quanto ao equilíbrio no formalismo o TCU já lecionou:

Acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Acórdão 2302/2012-Plenário:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.

Ante o exposto, a fim de não prejudicar a ampla concorrência ou incorrer em excesso de rigor, por não haver prejuízo à administração e/ou aos demais licitantes, decido pelo provimento do recurso interposto pela empresa OCEÂNICA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, tornando-a habilitada.

Guaramirim, 07 de fevereiro de 2020.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito de Guaramirim

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2020 – FMS

Publicação Nº 2359199

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2020 – FMS

Processo Licitatório nº 52/2019 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA E CIRÚRGICA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: ALIRIO MARQUES DAMASCENO JUNIOR ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.094.555/0001-61, estabelecida na Rua Artur Müller, nº 105, Sala 04, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.251-030.

Vigência: Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 14 de fevereiro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2359271

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor KETLIN ULLER . SERVIÇOS referente ao empenho 0000714-001/2020 ,liquidado em 10/02/2020, no valor de R\$ 11.340,00.

Este pagamento refere-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ZELADORIA, SEPULTAMENTO, EXUMAÇÃO E INCINERAÇÃO DE CAIXÕES EXUMADOS PARA DOIS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para manter a continuidade dos serviços prestados.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais,devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 14 de fevereiro de 2020.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2359419

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao Art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor RS INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EIRELE - ME. Referente ao empenhos liquidados no valor total de R\$ 20.147,78.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
873-001/2020	13/02/2020	3.625,42
871-001/2020	13/02/2020	273,79
855-000/2020	05/02/2020	4.919,10
854-000/2020	05/02/2020	10.045,46
853-000/2020	05/02/2020	1.284,01
TOTAL		20.147,78

Este pagamento refere-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA (PASSAGENS DE CABOS, MESAS, PASSAGENS DE CIRCUITOS, CONserto NA ILUMINAÇÃO, TOMADAS E INTERRUPTORES).

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para manter a continuidade dos serviços prestados.

Tendo em vista o acima justificados, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 14 de fevereiro de 2020.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

17/2020

Publicação Nº 2358955

DECRETO Nº 17/2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.985,66(vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Projeto: 0601.15.511.0008.1.015

4.4.90.00-00.00.285 Aplicações Diretas R\$ 25.985,66

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, referente aos recursos de Alineação o valor de R\$ 25.985,66.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PREF 06/2020

Publicação Nº 2359281

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2020 - PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2020

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XIII da Lei nº. 8666/93 comunica a Contratação de prestação de serviço de Assessoria Pedagógica para elaboração de Propostas Pedagógicas, Oficinas e Encontros Continuados para todos os professores da Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul, totalizando 80 horas

FORNECEDOR: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC

VALOR R\$ 17.100,00

EXECUÇÃO: Fevereiro a Dezembro

Guarujá do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder;

Prefeita Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 03/2020

Publicação Nº 2359384

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 03/2020 – Pregão Presencial Nº. 03/2020

Objeto: Contratação de seguro para os veículos Fiat Ducato Adapta Ambulância MGC 2857 e Renault Master Ambulância QID 5468 , utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 03/03/2020

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Volnei Luis Gossler

Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETO MUNICIPAL 018/2020

Publicação Nº 2360396

Decreto Administrativo 018/2020.

Nomeia membros da Comissão Municipal de Concurso Público Edital nº 001/2020 e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 63, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os funcionários públicos municipais : Franciane Baseggio, Rosmeri Ines Mattje Dalla Vecchia, e Volnei Gossler, para sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão Municipal do Edital de Concurso Público nº 001/2020, com as incumbências de auxiliarem na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização dos Editais .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 14 de fevereiro de 2020.

68º ano da Fundação e 58º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio

Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO LAO BRASPET 127_2020

Publicação Nº 2359411

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LAO

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 127/2020 CONDER

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87, sito na Avenida João Pessoa, 1265, na cidade de Guarujá do Sul, comarca de São José do Cedro – SC, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação - LAO, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor Braspet – Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, para a atividade de 23.21.00 - Fabricação de artigos de material plástico, que será exercida no imóvel Rua Geraldo Cassol, 178, Bairro: Loteamento Industrial Silvestre Foiatto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Guatambú

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 93/2020

Publicação Nº 2359575

PORTARIA Nº 93/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor Comissionado da Câmara Municipal de Guatambu, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei complementar 33/2008.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o servidor ROBERTO LUIZ PAULINI, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, a partir de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 14 de fevereiro de 2020.
Norton Solomão Schneider
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - SICONF 3º QUADRIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2359630

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>Tesouro Nacional</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Recauda											
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)											
	LIQUIDADAS			DESPESAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)			TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)					
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	
Despesa com Pessoal (últimos 12 Meses)												
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	55.012,68	54.027,76	59.459,31	61.196,26	61.196,27	61.087,01	64.536,69	64.743,30	64.459,81	63.100,06	63.187,82	765.762,62
Pessoal Ativo	55.012,68	54.027,76	59.459,31	61.196,26	61.196,27	61.087,01	64.536,69	64.743,30	64.459,81	63.100,06	63.187,82	765.762,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	46.279,69	44.897,52	48.876,76	50.875,43	50.875,43	50.485,14	53.528,76	53.504,39	53.387,40	51.32.197	51.319,63	603.708,28
Contribuição Previdenciária	9.262,59	9.130,74	9.885,15	10.020,43	10.020,44	10.601,87	11.236,91	11.238,91	11.362,41	11.686,59	16.200,91	13.052,34
Benefícios Previdenciários												
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas												
Pensões												
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma												
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma												
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária												
Decorrentes do Decisão Judicial de Período Anterior no 1º de Anulação												
Despesas de Exercícios Anteriores do Período Anterior de 1º de Anulação												
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados												
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.012,68	54.027,76	59.459,31	61.196,26	61.196,27	61.087,01	64.536,69	64.743,30	64.459,81	63.100,06	63.187,82	765.762,62

Documento gerado em 14/02/2020 14:21:37

Página 1 de 6



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.569.569,44	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	4.153.262,18	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	27.416.307,26	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	765.762,62	2,79
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.644.978,43	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.562.729,51	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.480.480,59	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div></div><div>siconfi</div></div></div><div><div><div></div><div>TESOURO NACIONAL</div></div></div></div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div></div></div></div>	<div><div>Relatório de Gestão Fiscal</div><div>Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (Poder Legislativo)</div><div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div><div>CNPJ:</div><div>Exercício: 2019</div><div>Período de referência: 3º quadrimestre</div></div>
--	--

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL


Relatório de Gestão Fiscal**Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (Poder Legislativo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2019****Período de referência: 3º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div></div><div>siconfi</div></div></div><div><div><div></div><div>TESOURO NACIONAL</div></div></div></div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div></div></div></div>	<div><div>Relatório de Gestão Fiscal</div><div>Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (Poder Legislativo)</div><div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div><div>CNPJ:</div><div>Exercício: 2019</div><div>Período de referência: 3º quadrimestre</div></div>
--	--

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

[illegible]

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	27.416.307,26
Receita Corrente Líquida Ajustada	31.569.569,44

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	765.762,62	
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	37.415,90	39.376,39

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by NORTON SOLOMAO SCHNEIDER:04636867998
Date: 2020.02.14 14:30:04 BRT
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Guatambú - SC

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - SICONF 3º QUADRIMESTRE DE 2019 - RECIBO

Publicação Nº 2359650

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Ministério da Fazenda - MF

Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Câmara de Vereadores de Guatambú - SC (SC)				
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal				
Periodicidade:	Quadrimestral				
Período:	3º quadrimestre				
Exercício:	2019				
Assinatura(s):	<ul style="list-style-type: none">Nome: NORTON SOLOMAO SCHNEIDER <i>Titular do Poder Legislativo</i> <table><tr><td>CPF:</td><td>046.368.679-98</td></tr><tr><td>Data:</td><td>14/02/2020 14:31:13</td></tr></table>	CPF:	046.368.679-98	Data:	14/02/2020 14:31:13
CPF:	046.368.679-98				
Data:	14/02/2020 14:31:13				

O Código do Recibo da declaração homologada em 14/02/2020, às 14:34:01, é:

03.7J.S6-0

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ANA FLÁVIA MOURA DE SOUSA

Publicação Nº 2359836

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora ANA FLAVIA MOURA DE SOUSA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.978.973-76, aprovada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 14 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

Ciente em /...../
ANA FLAVIA MOURA DE SOUSA

CONVOCAÇÃO LAURA CRISTINA HECHT

Publicação Nº 2359740

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar LAURA CRISTINA HECHT, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.513.289-88, aprovada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo nº 002/2019/SMS/HO, homologado 23 de janeiro de 2020, na função de Médico, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste/SC, 10 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em /...../
LAURA CRISTINA HECHT

CONVOCAÇÃO NICOLE DE MATOS SCHEITEL

Publicação Nº 2359844

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora NICOLE DE MATOS SCHEITEL, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 101.877.929-92, aprovada em 6º (sexto) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF NOSSA SENHORA APARECIDA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´ Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC) em 14 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

Ciente em /...../
NICOLE DE MATOS SCHEITEL

CONVOCAÇÃO RICARDO AUGUSTO DE LIMA

Publicação Nº 2359834

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor RICARDO AUGUSTO DE LIMA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.180.039-80, aprovado em 8º (oitavo) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF VILA RICA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´ Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC) em 14 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

Ciente em /...../
RICARDO AUGUSTO DE LIMA

CONVOCAÇÃO SOLÁVIA CRISTINA DOS SANTOS LINS DA SILVA

Publicação Nº 2359826

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora SOLÁVIA CRISTIANA DOS SANTOS LINS DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.207.676-22, aprovada em 7º (sétimo) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF VILA RICA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´ Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC) em 14 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

Ciente em /...../
SOLÁVIA CRISTIANA DOS SANTOS LINS DA SILVA

EDITAL Nº 011/2020/SMECE

Publicação Nº 2359846

EDITAL Nº 011/2020/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 003/2019/HO, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 4.150/2020 de 27 de janeiro de 2020, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 003/2019/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao Setor Administrativo da Secretaria de Educação, Rua Nereu Ramos, 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para escolha da vaga, no dia 18 de fevereiro de 2020, com horários e cargos previsto na tabela do Item II.

1.2.1. O horário de início da Chamada Pública será seguido rigorosamente. A ordem de chamada dos cargos obedecerá ao estabelecido na tabela do Item II.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias, constando os períodos trabalhados com data de início e fim. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II – DOS CARGOS, HORÁRIO, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Horário: 8h

Nº de Ordem	Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
1º	01	CMEI Tio Zezinho	Professor de Educação Infantil	Vespertino	40h	Sem vínculo (gestão compartilhada), limitada ao término do ano letivo.
2º	01	CME Pequeno Príncipe	Professor de Língua Inglesa	Matutino/Vespertino	10h	Vaga vinculada a servidora Gisele Bulh, limitada ao término do ano letivo.

III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Educação Infantil	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente; c) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, somente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase;
Professor de Língua Inglesa	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente.	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase.

IV – DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. No ato da Chamada Pública para cada cargo pleiteado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do diploma de Pós-Graduação;
- b) Original e fotocópia do diploma de Graduação;
- c) Original e fotocópia dos cursos de capacitação (quando for o caso);
- d) Original e fotocópia de documento de identificação com foto;
- e) Original e fotocópia do atestado de tempo de serviço no magistério de acordo com os artigos 1.2.1 a 1.3.2.

4.1.1. Os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas e entregues no local. A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NÃO FARÁ CÓPIA DE DOCUMENTOS (HABILITAÇÃO, DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E TEMPO DE SERVIÇO), bem como não efetuará a devolução de fotocópia de documentos.

V - DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

5.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

5.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

5.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, podendo ser admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido. Caso nenhum candidato seja aprovado pela Comissão, esta poderá manifestar-se pelo lançamento de um novo Edital de Chamada Pública visando suprir a referida vaga.

5.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

5.6. O professor poderá escolher vaga(s) até o limite de 40 horas semanais desde que haja compatibilidade de horário, respeitada a classificação.

5.7. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato.

VI – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério/ Não-Habilitado
40h	R\$ 2.328,82 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.307,78 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VII – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

7.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 14 de fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PEDIDO DE DESISTÊNCIA CAROLINE APARECIDA MACIEL DOS SANTOS

Publicação Nº 2359437

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL
DE HERVAL D' OESTE.

PEDIDO DE DESISTÊNCIA

Eu, CAROLINE APARECIDA MACIEL DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 091.324.429-55, aprovado e classificado em 6º (sexto) lugar no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF Vila Rica, no Processo Seletivo nº 002/2019/SMS/HO, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a DESISTÊNCIA da vaga, por motivos particulares e em caráter irrevogável.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Herval d' Oeste (SC), 14 de Fevereiro de 2020.

Assinatura

PORTARIA Nº 464/2020

Publicação Nº 2359441

PORTARIA Nº 464/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora KAGELLA PIMENTEL (MATRÍCULA 5236), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição aos servidores Valdecir Pereira da Silva e Marilene de Lurdes Alves, enquanto perdurar a Licença Prêmio destes servidores, a contar de 10 de fevereiro de 2020, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 007/2020/SMECE, de 04 de fevereiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 465/2020

Publicação Nº 2359490

PORTARIA Nº 465/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o senhor RODRIGO CERINO DA SILVA (MATRÍCULA 5237), para exercer a função de PROFESSOR DE MÚSICA – Não Habilitado, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 10 horas semanais, turnos matutino e vespertino, junto à EBM Cruz e Souza, sem vínculo, a contar de 10 de fevereiro de 2020, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificado na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 007/2020/SMECE, de 04 de fevereiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 466/2020

Publicação Nº 2359491

PORTARIA Nº 466/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora DAIANA PELENTIR (MATRÍCULA 5238), para exercer a função de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, a contar de 11 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o atendimento ao aluno que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 008/2020/SMECE, de 06 de fevereiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 467/2020

Publicação Nº 2359493

PORTARIA Nº 467/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND (MATRÍCULA 5239), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, em substituição à servidora Márcia Gonçalves, a contar de 11 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 009/2020/SMECE, de 10 de fevereiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 468/2020

Publicação Nº 2359494

PORTARIA Nº 468/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora EDNA MARIA DE PINHO RODRIGUES (MATRÍCULA 5240), para exercer a função de PROFESSOR DE ARTES (OFICINAS) – Não Habilitado, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 10 horas semanais, turno vespertino, junto à Casa da Cultura, sem vínculo, a contar de 12 de fevereiro de 2020, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 469/2020

Publicação Nº 2359495

PORTARIA Nº 469/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora CLECIANE LUVISON (MATRÍCULA 5244), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, em substituição à servidora Márcia Gonçalves, a contar de 12 de fevereiro de 2020,

enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 009/2020/SMECE, de 10 de fevereiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 12 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 470/2020

Publicação Nº 2359497

PORTARIA Nº 470/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, conforme requerimento, a partir de 14 de fevereiro de 2020, a Servidora FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH (MATRÍCULA 5143), a qual exercia a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – Nível – 3, Referência – A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 471/2020

Publicação Nº 2359498

PORTARIA Nº 471/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, conforme requerimento, a partir de 14 de fevereiro de 2020, a Servidora TAYNA ANDOLFATTO (MATRÍCULA 5164), a qual exercia a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação – Nível – 2, Referência – A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 472/2020

Publicação Nº 2359651

PORTARIA Nº 472/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora ADRIANA ROSA DA COSTA (MATRÍCULA 3547), a contar de 14 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, a qual ocupa o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS)

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 473/2020

Publicação Nº 2360424

PORTARIA Nº 473/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 29 (VINTE E NOVE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 1835/2019, ao Servidor DANIEL MEIRA (MATRÍCULA 4395), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR JURÍDICO, Nível – Das -1, anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2018 e 01 de janeiro de 2019, para serem gozadas a partir de 11 de fevereiro de 2020 a 10 de março de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 474/2020

Publicação Nº 2360426

PORTARIA Nº 474/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 17 de fevereiro de 2020, a servidora KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (MATRÍCULA 1392), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, Nível – 12/2, Referência – G, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO N. 021/2020**

Publicação Nº 2360447

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020
SRP Nº 006/2020

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27 de fevereiro de 2020, licitação modalidade Pregão Presencial, VISANDO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GRUPO DE IDOSOS, PARA O PERÍODO DE DOZE MESES. DATA LIMITE DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: até 27/02/2020, às 09h:45min, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10h:00min. Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou no sítio www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 17 DE FEVEREIRO DE 2020.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3418/2020

Publicação Nº 2359634

DECRETO Nº. 3418, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a transferência do bem Patr. nº1374 – Compressor de Ar Odontológico Schulz, do Órgão 3-Fundo Municipal de Saúde, para o Órgão 2-Chefia do Executivo – Localização Física- Secretaria de Obras – Garagem e Oficina.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretario de Administração e Fazenda

BALANÇO CONSOLIDADO IBIAM 2019

Publicação Nº 2359080

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	17.610.001,93	DESPESAS CORRENTES	13.022.450,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	930.352,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.648.261,80
Receita Patrimonial	128.700,05	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.374.188,72
Receita de Serviços	120.144,03		
Transferências Correntes	16.366.865,71		
Outras Receitas Correntes	63.939,15		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.755.424,86		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	-101.593,17		
Dedução Serviços Administrativos Principal	-445,00		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CC	-2.653.384,60		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-2,09		
		SUPERAVIT	1.832.126,55
TOTAL	14.854.577,07	TOTAL	14.854.577,07
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.832.126,55		
Receitas de Capital	363.056,73	DESPESAS DE CAPITAL	2.777.074,42
Alienação de Bens	165.150,00	INVESTIMENTOS	2.777.074,42
Transferências de Capital	197.906,73		
DEFICIT	581.891,14		
TOTAL	15.799.524,94	TOTAL	15.799.524,94

Resumo

RECEITAS CORRENTES	14.854.577,07	DESPESAS CORRENTES	13.022.450,52
RECEITAS DE CAPITAL	363.056,73	DESPESAS DE CAPITAL	2.777.074,42
DEFICIT	581.891,14		
TOTAL	15.799.524,94	TOTAL	15.799.524,94

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	17.223.185,50	17.973.058,66	2.002.646,06	1.252.772,90
Receitas Correntes	17.193.185,50	17.610.001,93	1.652.589,33	1.235.772,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	897.505,00	930.352,99	160.531,33	127.683,34
Impostos	810.180,00	869.422,84	156.020,79	96.777,95
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
IRRF - Ordinários	189.000,00	259.196,35	70.196,35	0,00
IRRF - Educação	78.750,00	107.998,63	29.248,63	0,00
IRRF - Saúde	47.250,00	64.799,21	17.549,21	0,00
Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	495.180,00	437.428,65	39.026,60	96.777,95
Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	296.730,00	303.801,30	38.905,22	31.833,92
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	243.600,00	223.567,36	11.171,28	31.203,92
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prin	231.000,00	203.803,08	0,00	27.196,92
IPTU Receita - Ordinários	138.600,00	122.282,51	0,00	16.317,49
IPTU Receita - Educação	57.750,00	50.950,47	0,00	6.799,53
IPTU Receita - Saúde	34.650,00	30.570,10	0,00	4.079,90
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mult	4.200,00	193,00	0,00	4.007,00
IPTU Multas/Juros - Ordinários	2.520,00	115,99	0,00	2.404,01
IPTU Multas/Juros - Educação	1.050,00	48,18	0,00	1.001,82
IPTU Multas/Juros - Saúde	630,00	28,83	0,00	601,17
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divi	6.300,00	12.473,84	6.173,84	0,00
IPTU Rec. Dívida Ativa - Ordinários	3.780,00	7.484,69	3.704,69	0,00
IPTU Rec. Dívida Ativa - Educação	1.575,00	3.118,29	1.543,29	0,00
IPTU Rec. Dívida Ativa - Saúde	945,00	1.870,86	925,86	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divi	2.100,00	7.097,44	4.997,44	0,00
IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	1.260,00	4.258,85	2.998,85	0,00
IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	525,00	1.774,17	1.249,17	0,00
IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	315,00	1.064,42	749,42	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de D	53.130,00	80.233,94	27.733,94	630,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	52.500,00	80.233,94	27.733,94	0,00
ITBI Receita - Ordinários	31.500,00	48.140,37	16.640,37	0,00
ITBI Receita - Educação	13.125,00	20.058,48	6.933,48	0,00
ITBI Receita - Saúde	7.875,00	12.035,09	4.160,09	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	210,00	0,00	0,00	210,00
ITBI Multas/Juros - Ordinários	126,00	0,00	0,00	126,00
ITBI Multas/Juros - Educação	52,50	0,00	0,00	52,50
ITBI Multas/Juros - Saúde	31,50	0,00	0,00	31,50
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	210,00	0,00	0,00	210,00
ITBI Rec. Dívida Ativa - Ordinários	126,00	0,00	0,00	126,00
ITBI Rec. Div. Ativa - Educação	52,50	0,00	0,00	52,50
ITBI Rec. Div. Ativa - Saúde	31,50	0,00	0,00	31,50
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	210,00	0,00	0,00	210,00
ITBI Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	126,00	0,00	0,00	126,00
ITBI Multas/Juros Div. Ativa - Educação	52,50	0,00	0,00	52,50
ITBI Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	31,50	0,00	0,00	31,50
Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	198.450,00	133.627,35	121,38	64.944,03
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	198.450,00	133.627,35	121,38	64.944,03
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	189.000,00	130.018,42	0,00	58.981,58
ISS Receita - Ordinários	113.400,00	78.013,00	0,00	35.387,00
ISS Receita - Educação	47.250,00	32.503,70	0,00	14.746,30
ISS Receita - Saúde	28.350,00	19.501,72	0,00	8.848,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	4.200,00	968,31	0,00	3.231,69

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
ISS Multas/Juros - Ordinários	2.520,00	582,02	0,00	1.937,98
ISS Multas/Juros - Educação	1.050,00	241,64	0,00	808,36
ISS Multas/Juros - Saúde	630,00	144,65	0,00	485,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	4.200,00	1.469,24	0,00	2.730,76
ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	2.520,00	881,62	0,00	1.638,38
ISS Rec. Div. Ativa - Educação	1.050,00	367,28	0,00	682,72
ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	630,00	220,34	0,00	409,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - I	1.050,00	1.171,38	121,38	0,00
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	630,00	702,90	72,90	0,00
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	262,50	292,82	30,32	0,00
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	157,50	175,66	18,16	0,00
Taxas	74.200,00	60.930,15	4.510,54	17.780,39
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	48.100,00	47.170,61	4.510,54	5.439,93
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	48.100,00	47.170,61	4.510,54	5.439,93
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	48.100,00	47.170,61	4.510,54	5.439,93
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	42.000,00	38.190,48	0,00	3.809,52
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.100,00	469,59	0,00	1.630,41
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	3.000,00	4.751,42	1.751,42	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Mul	1.000,00	3.759,12	2.759,12	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	26.100,00	13.759,54	0,00	12.340,46
Taxas pela Prestação de Serviços	26.100,00	13.759,54	0,00	12.340,46
Taxas pela Prestação de Serviços	26.100,00	13.759,54	0,00	12.340,46
Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	21.000,00	11.213,67	0,00	9.786,33
Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.100,00	51,39	0,00	2.048,61
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	2.000,00	1.543,51	0,00	456,49
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juro	1.000,00	950,97	0,00	49,03
Contribuição de Melhoria	13.125,00	0,00	0,00	13.125,00
Contribuição de Melhoria	13.125,00	0,00	0,00	13.125,00
Contribuição de Melhoria - Principal	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	525,00	0,00	0,00	525,00
Contribuições	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
COSIP	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Receita Patrimonial	213.600,00	128.700,05	4.404,11	89.304,06
Valores Mobiliários	213.600,00	128.700,05	4.404,11	89.304,06
Juros e Correções Monetárias	213.600,00	128.700,05	4.404,11	89.304,06
Remuneração de Depósitos Bancários	213.600,00	128.700,05	4.404,11	89.304,06
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	213.600,00	128.700,05	4.404,11	89.304,06
Rend. Recursos da Educação	4.200,00	0,00	0,00	4.200,00
Rend. Recurso da Saúde	6.150,00	1.566,87	0,00	4.583,13
Rend. Ordinários	2.700,00	227,02	0,00	2.472,98
Rend. CIDE	525,00	551,34	26,34	0,00
Rend. COSIP	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Conv. Polícia Militar	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Conv. Polícia Civil	525,00	0,73	0,00	524,27
Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	525,00	22,47	0,00	502,53
Rend. Fubdeb 60%	6.300,00	2.306,74	0,00	3.993,26
Rend. Conf. Atenção Básica - Estado	525,00	619,18	94,18	0,00
Rend. Conf. Assist. Farm. Básica - Estado	525,00	94,04	0,00	430,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Rend. PDDE	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. PNAE	525,00	128,24	0,00	396,76
Rend. PNATE	525,00	118,09	0,00	406,91
Rend. Conv. Educação - União	2.100,00	1.239,67	0,00	860,33
Rend. Conv. da Saúde - União	2.100,00	790,53	0,00	1.309,47
Rend. Conv. Outros - União	5.250,00	1.141,37	0,00	4.108,63
Rend. Bloco PSB - SCV	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Rend. Salário Educação	3.150,00	422,83	0,00	2.727,17
Rend. Bloco GSUAS	525,00	44,02	0,00	480,98
Rend. Bloco GBF	525,00	496,33	0,00	28,67
Rend. FEP	1.575,00	1.048,72	0,00	526,28
Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	525,00	742,18	217,18	0,00
Rend. Conv. Educação - Estado	2.100,00	146,43	0,00	1.953,57
Rend. Con. da Saúde - Estado	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Rend. Conv. Outros - Estado	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
Rend. Transf. Educação - Estado	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Rend. Bloco Atenção Basica	5.775,00	9.245,71	3.470,71	0,00
Rend. Bloco MAC	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Bloco Vigilância em Saúde	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Rend. Bloco Assistência Farmacêutica	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Rend. Alienação de Bens - Saúde	0,00	595,70	595,70	0,00
Rend. Alienação de Bens - Outros	5.250,00	649,24	0,00	4.600,76
Rend. Ordinários	147.000,00	106.502,60	0,00	40.497,40
Receita Agropecuária	6.825,00	0,00	0,00	6.825,00
Receita Agropecuária	6.825,00	0,00	0,00	6.825,00
Receita Agropecuária - Principal	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
Receita Agropecuária - Multas e Juros	525,00	0,00	0,00	525,00
Receita Agropecuária - Dívida Ativa	525,00	0,00	0,00	525,00
Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juros	525,00	0,00	0,00	525,00
Receita de Serviços	91.775,00	120.144,03	43.271,37	14.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	43.271,37	12.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	43.271,37	12.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	43.271,37	12.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	84.000,00	71.189,93	0,00	12.810,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	525,00	432,73	0,00	92,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	4.200,00	37.225,71	33.025,71	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - M	1.050,00	11.295,66	10.245,66	0,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências Correntes	15.892.085,50	16.366.865,71	1.402.732,33	927.952,12
Transferências da União e de suas Entidades	9.329.585,50	9.296.148,14	809.163,38	842.600,74
Transferências da União - Específica E/M	9.329.585,50	9.296.148,14	809.163,38	842.600,74
Participação na Receita da União	8.468.250,00	8.061.008,67	140,73	407.382,06
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Men	7.770.000,00	7.414.834,46	0,00	355.165,54
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Me	7.770.000,00	7.414.834,46	0,00	355.165,54
FPM - Ordinários	3.108.000,00	2.965.933,76	0,00	142.066,24
FPM - Educação	2.952.600,00	2.817.637,10	0,00	134.962,90
FPM - Saúde	1.709.400,00	1.631.263,60	0,00	78.136,40
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota e	378.000,00	327.230,35	0,00	50.769,65
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cot	378.000,00	327.230,35	0,00	50.769,65
FPM 1% Dezembro - Ordinários	226.800,00	196.338,21	0,00	30.461,79

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
FPM 1% Dezembro - Educação	94.500,00	81.807,59	0,00	12.692,41
FPM 1% Dezembro - Saúde	56.700,00	49.084,55	0,00	7.615,45
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	315.000,00	315.140,73	140,73	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	315.000,00	315.140,73	140,73	0,00
FPM 1% Julho - Ordinários	189.000,00	189.084,44	84,44	0,00
FPM 1% Julho - Educação	78.750,00	78.785,18	35,18	0,00
FPM 1% Julho - Saúde	47.250,00	47.271,11	21,11	0,00
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.250,00	3.803,13	0,00	1.446,87
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - F	5.250,00	3.803,13	0,00	1.446,87
ITR - Ordinários	3.150,00	2.281,85	0,00	868,15
ITR - Educação	1.312,50	950,81	0,00	361,69
ITR - Saúde	787,50	570,47	0,00	217,03
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Re	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
FEP	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - R	366.635,50	317.215,83	172.774,78	222.194,45
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	283.535,50	241.585,69	162.960,00	204.909,81
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	283.535,50	241.585,69	162.960,00	204.909,81
Transf. Rec. SUS - Atenção Basica	283.535,50	78.625,69	0,00	204.909,81
PSF	0,00	78.430,00	78.430,00	0,00
PSF Odonto	0,00	24.530,00	24.530,00	0,00
PACS	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta C	25.250,00	33.314,78	8.064,78	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta	25.250,00	33.314,78	8.064,78	0,00
Transf. Recursos do SUS - MAC	25.250,00	33.314,78	8.064,78	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	40.000,00	23.816,27	0,00	16.183,73
Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Pr	40.000,00	23.816,27	0,00	16.183,73
Transf. Rec. SUS - Vigilância em Saude	40.000,00	23.816,27	0,00	16.183,73
Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	12.600,00	11.499,09	0,00	1.100,91
Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	12.600,00	11.499,09	0,00	1.100,91
Transf. Rec. SUS - Assistencia Farmaceutica	12.600,00	11.499,09	0,00	1.100,91
Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	5.250,00	7.000,00	1.750,00	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS - Princip	5.250,00	7.000,00	1.750,00	0,00
Transf. Rec. SUS - Gestao do SUS	5.250,00	7.000,00	1.750,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - E	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transf. Rec. SUS - Atenção Basica (Investimento)	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim	174.600,00	154.015,77	0,00	20.584,23
Transferências do Salário-Educação	109.200,00	98.594,09	0,00	10.605,91
Transferências do Salário-Educação - Principal	109.200,00	98.594,09	0,00	10.605,91
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheir	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinhe	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacion	27.300,00	23.970,00	0,00	3.330,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacion	27.300,00	23.970,00	0,00	3.330,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacion	36.000,00	31.451,68	0,00	4.548,32
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacion	36.000,00	31.451,68	0,00	4.548,32
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/9	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
ICMS Desoneração - Ordinários	12.600,00	0,00	0,00	12.600,00
ICMS Desoneração - Educação	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
ICMS Desoneração - Saúde	3.150,00	0,00	0,00	3.150,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individua	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individi	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência So	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
PSB - SCFV	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
PSB - PBF	75.600,00	0,00	0,00	75.600,00
IGD - SUAS	10.500,00	77.175,13	66.675,13	0,00
IGD - PBF	42.000,00	17.160,00	0,00	24.840,00
Outras Transferências da União	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Outras Transferências da União	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Transf. Recursos do Pré-sal	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.575.500,00	6.039.892,61	549.743,99	85.351,38
Transferências dos Estados - Específica E/M	5.575.500,00	6.039.892,61	549.743,99	85.351,38
Participação na Receita dos Estados	5.376.000,00	5.856.166,41	532.711,78	52.545,37
Cota-Parte do ICMS	5.040.000,00	5.572.711,78	532.711,78	0,00
Cota-Parte do ICMS - Principal	5.040.000,00	5.572.711,78	532.711,78	0,00
ICMS - Ordinários	3.024.000,00	3.343.627,03	319.627,03	0,00
ICMS - Educação	1.260.000,00	1.393.177,97	133.177,97	0,00
ICMS - Saúde	756.000,00	835.906,78	79.906,78	0,00
Cota-Parte do IPVA	231.000,00	204.167,56	0,00	26.832,44
Cota-Parte do IPVA - Principal	231.000,00	204.167,56	0,00	26.832,44
IPVA - Ordinários	138.600,00	122.500,52	0,00	16.099,48
IPVA - Educação	57.750,00	51.041,92	0,00	6.708,08
IPVA - Saúde	34.650,00	30.625,12	0,00	4.024,88
Cota-Parte do IPI - Municípios	84.000,00	71.413,70	0,00	12.586,30
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	84.000,00	71.413,70	0,00	12.586,30
IPI - Ordinários	50.400,00	42.848,13	0,00	7.551,87
IPI - Educação	21.000,00	17.853,50	0,00	3.146,50
IPI - Saúde	12.600,00	10.712,07	0,00	1.887,93
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômi	21.000,00	7.873,37	0,00	13.126,63
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	21.000,00	7.873,37	0,00	13.126,63
CIDE	21.000,00	7.873,37	0,00	13.126,63
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde -	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saú	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
SUS - MAC - Estado	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00
Cof. Atenção Básica - Estado	33.600,00	47.815,98	14.215,98	0,00
Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	12.600,00	15.416,23	2.816,23	0,00
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de	147.000,00	120.493,99	0,00	26.506,01
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Program	105.000,00	91.144,00	0,00	13.856,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Prograr	105.000,00	91.144,00	0,00	13.856,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Benefícios Eventuais - Social/Estado	21.000,00	20.545,00	0,00	455,00
Proteção Social Básica - Social/Estado	21.000,00	8.804,99	0,00	12.195,01
Transferências de Outras Instituições Públicas	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvol	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenv	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Deser	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Fundeb 60%	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 6

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Outras Receitas Correntes	80.895,00	63.939,15	41.650,19	58.606,04
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.850,00	2.294,30	0,00	15.555,70
Multas Previstas em Legislação Específica	17.850,00	2.294,30	0,00	15.555,70
Multas Previstas em Legislação Específica	17.850,00	2.294,30	0,00	15.555,70
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.600,00	2.294,30	0,00	10.305,70
Multas de Trans. - Polícia Militar	3.780,00	688,32	0,00	3.091,68
Multas de Trans. - Polícia Civil	3.780,00	688,32	0,00	3.091,68
Multas de Trans. - Prefeitura	5.040,00	917,66	0,00	4.122,34
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.200,00	4.164,94	515,28	30.550,34
Indenizações	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Outras Indenizações	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Restituições	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Outras Restituições	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Outras Restituições	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Outras Restituições - Principal	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Demais Receitas Correntes	28.845,00	57.479,91	41.134,91	12.500,00
Outras Receitas	28.845,00	57.479,91	41.134,91	12.500,00
Outras Receitas - Primárias	28.845,00	57.479,91	41.134,91	12.500,00
Outras Receitas - Primárias - Principal	18.345,00	57.478,09	41.133,09	2.000,00
Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	0,00	1,82	1,82	0,00
Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Receitas de Capital	30.000,00	363.056,73	350.056,73	17.000,00
Alienação de Bens	0,00	165.150,00	165.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	165.150,00	165.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	165.150,00	165.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	165.150,00	165.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	165.150,00	165.150,00	0,00
Transferências de Capital	30.000,00	197.906,73	184.906,73	17.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	186.513,73	176.513,73	5.000,00
Transferências da União	15.000,00	186.513,73	176.513,73	5.000,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	15.000,00	170.513,73	160.513,73	5.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Saúde	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Saúde	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00	170.513,73	160.513,73	0,00
Outras Transferências de Convênios da União - Principal	10.000,00	170.513,73	160.513,73	0,00
Outras Transferências da União	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Outras Transferências da União	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	11.393,00	8.393,00	12.000,00
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	15.000,00	11.393,00	8.393,00	12.000,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	11.393,00	8.393,00	12.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saúde	3.000,00	11.393,00	8.393,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saúde	3.000,00	11.393,00	8.393,00	0,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIO	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-208.581,53	-83.406,67
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-208.581,53	-83.406,67
(R) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	-101.593,17	-101.593,17	0,00
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-101.019,09	-101.019,09	0,00
(R) Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	0,00	-101.019,09	-101.019,09	0,00
(R) Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	0,00	-101.012,14	-101.012,14	0,00
(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	0,00	-101.012,14	-101.012,14	0,00
(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - P	0,00	-100.932,93	-100.932,93	0,00
Dedução IPTU 60%	0,00	-60.560,12	-60.560,12	0,00
Dedução IPTU 25%	0,00	-25.233,07	-25.233,07	0,00
Dedução IPTU 15%	0,00	-15.139,74	-15.139,74	0,00
(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - C	0,00	-79,21	-79,21	0,00
IPTU DIV ATIVA - PRINCIPAL	0,00	-47,56	-47,56	0,00
IPTU DIV ATIVA - EDUCACAO	0,00	-19,79	-19,79	0,00
IPTU DIV ATIVA - SAUDE	0,00	-11,86	-11,86	0,00
(R) Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviç	0,00	-6,95	-6,95	0,00
(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	-6,95	-6,95	0,00
(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	0,00	-6,95	-6,95	0,00
Dedução do ISSQN	0,00	-6,95	-6,95	0,00
Taxas	0,00	-574,08	-574,08	0,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Dedução Taxas Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-3,23	-3,23	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	-394,29	-394,29	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - N	0,00	-47,48	-47,48	0,00
(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-2.630.250,00	-2.653.384,60	-106.541,27	-83.406,67
(R) Transferências da União e de suas Entidades	-1.559.250,00	-1.483.727,12	0,00	-75.522,88
(R) Transferências da União - Específica E/M	-1.559.250,00	-1.483.727,12	0,00	-75.522,88
(R) Participação na Receita da União	-1.555.050,00	-1.483.727,12	0,00	-71.322,88
(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	-1.554.000,00	-1.482.966,57	0,00	-71.033,43
(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	-1.554.000,00	-1.482.966,57	0,00	-71.033,43
Dedução para o Fundeb-FPM	-1.554.000,00	-1.482.966,57	0,00	-71.033,43
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.050,00	-760,55	0,00	-289,45
Dedução do Fundeb ITR	-1.050,00	-760,55	0,00	-289,45
Dedução para o Fundeb-ITR	-1.050,00	-760,55	0,00	-289,45
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/9	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
Dedução do Fundeb - ICMS Desoneração	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
Dedução para o Fundeb-ICMS Desoneração	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidad	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-106.541,27	-7.883,79

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-106.541,27	-7.883,79
(R)Participação na Receita dos Estados	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-106.541,27	-7.883,79
(R)Cota-Parte do ICMS	-1.008.000,00	-1.114.541,27	-106.541,27	0,00
(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.008.000,00	-1.114.541,27	-106.541,27	0,00
Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.008.000,00	-1.114.541,27	-106.541,27	0,00
(R)Cota-Parte do IPVA	-46.200,00	-40.833,51	0,00	-5.366,49
(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-46.200,00	-40.833,51	0,00	-5.366,49
Dedução para o Fundeb-IPVA	-46.200,00	-40.833,51	0,00	-5.366,49
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-16.800,00	-14.282,70	0,00	-2.517,30
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-16.800,00	-14.282,70	0,00	-2.517,30
Dedução para o Fundeb-IPI	-16.800,00	-14.282,70	0,00	-2.517,30
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-2,09	-2,09	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações - Principal	0,00	-0,27	-0,27	0,00
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-1,82	-1,82	0,00
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-1,82	-1,82	0,00
Outras Receitas - Primárias	0,00	-1,82	-1,82	0,00
Outras Receitas - Primárias - Principal	0,00	-1,80	-1,80	0,00
Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	0,00	-0,02	-0,02	0,00
Totais:	14.592.935,50	15.217.633,80	1.794.064,53	1.169.366,23

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIAO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.01 Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
0201.04 Administração	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
0201.04.122 Administração Geral	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
02.01.04.122.0401.2.003 Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	358.000,00	0,00	358.000,00	353.208,51	3.261,70
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				342.699,77	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				10.508,74	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				1.529,79	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizacoes Restitutoras Trabalhistas				1.529,79	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				17.815,20	14.184,80
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	32.000,00	0,00	32.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil				7.391,61	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil				7.391,61	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				8.050,18	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				6.352,20	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				1.697,98	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.373,41	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				495,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				550,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				1.208,79	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				119,62	
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração					
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	1.775.334,20	154.542,80
3.1.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transf. a Consórcios Públicos	19.500,00	0,00	19.500,00	19.500,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.71.70.01.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	927.952,00	0,00	927.952,00	924.994,48	2.957,52
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				924.480,61	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				856.058,34	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				68.422,27	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0100 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				513,87	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0100 Serviços Extraordinários				513,87	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 2

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração	2.050.877,00	0,00	1.896.241,20	154.635,80
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.775.334,20	154.542,80
3.3.40.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Municípios	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
3.3.40.41.00.00.00.00.0.1.0100 Contribuições			60.000,00	
3.3.40.41.01.00.00.00.0.1.0100 Despesa com Manut. de Outras Entid. de Direito Púb				
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos				
3.3.71.70.00.00.00.0.1.0100 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				
3.3.71.70.01.00.00.00.0.1.0100 Participação em Consórcio Público				
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0100 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	756.878,00	0,00	671.573,76	85.304,24
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil			10.101,81	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil			10.101,81	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo			27.358,07	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			5.632,18	
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0100 Gás Engarrafado			1.627,87	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação			2.710,80	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0100 Material de Expediente			6.783,40	
3.3.90.30.17.00.00.0.1.0100 Material de Processamento de Dados			738,00	
3.3.90.30.21.00.00.0.1.0100 Material de Copa e Cozinha			54,00	
3.3.90.30.22.00.00.0.1.0100 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.379,60	
3.3.90.30.25.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Móveis			648,00	
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico			567,80	
3.3.90.30.28.00.00.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança			129,80	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos			180,00	
3.3.90.30.44.00.00.0.1.0100 Material de Sinalização Visual e Afins			195,15	
3.3.90.30.49.00.00.0.1.0100 Bilhetes de Passagens			207,19	
3.3.90.30.50.00.00.0.1.0100 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			240,00	
3.3.90.30.96.00.00.0.1.0100 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			936,03	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo			5.328,25	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0100 Passagens e Despesas com Locomoção			227,46	
3.3.90.33.01.00.00.0.1.0100 Passagens Para o País			227,46	
3.3.90.37.00.00.00.0.1.0100 Locação de Mão-de-obra			97.516,33	
3.3.90.37.07.00.00.0.1.0100 Estagiários			97.516,33	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			507.782,70	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.0100 Serviços Técnicos Profissionais			158.815,39	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	1.775.334,20	154.542,80
3.3.90.39.11.00.00.0.1.0100 Locação de Softwares				149.816,51	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				125,00	
3.3.90.39.17.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				600,00	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				13.299,75	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto				1.848,08	
3.3.90.39.47.00.00.0.1.0100 Serviços de Comunicação em Geral				24.219,04	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0100 Serviços de Seleção e Treinamento				14.300,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Serviços Gráficos e Editoriais				8.948,00	
3.3.90.39.64.00.00.0.1.0100 Telefonia fixa e Móvel				7.976,51	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				1.949,79	
3.3.90.39.75.00.00.0.1.0100 Multas e Infrações de Trânsito				411,94	
3.3.90.39.79.00.00.0.1.0100 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				1.980,00	
3.3.90.39.81.00.00.0.1.0100 Serviços Bancários				10.157,00	
3.3.90.39.83.00.00.0.1.0100 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				19.013,20	
3.3.90.39.90.00.00.0.1.0100 Serviços de Publicidade Legal				3.136,00	
3.3.90.39.96.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				5.885,45	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Tercos - Pessoa Jurídica				85.301,04	
3.3.90.40.00.00.00.0.1.0100 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				22.950,00	
3.3.90.40.99.00.00.0.1.0100 Outros serviços de tecn. da informação e comun.				22.950,00	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				40,00	
3.3.90.47.18.00.00.0.1.0100 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				40,00	
3.3.90.93.00.00.00.0.1.0100 Indenizações e Restituições				5.597,39	
3.3.90.93.01.00.00.0.1.0100 Indenizações				3.992,00	
3.3.90.93.02.00.00.0.1.0100 Restituições				1.605,39	
3.3.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				58.155,53	
3.3.93.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				15.699,00	
3.3.93.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				5.154,28	
3.3.93.30.99.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				5.154,28	
3.3.93.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Tercos - Pessoa Jurídica				53.001,25	
3.3.93.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Tercos - Pessoa Jurídica				15.699,00	
3.3.93.39.99.00.00.0.0.1.0100 Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica				53.001,25	
3.3.93.39.99.00.00.0.3.0300 Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica				15.699,00	
4.4.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos				6.000,00	
	65.200,00	0,00	65.200,00	7.044,47	
	15.699,00	0,00	15.699,00	0,00	
	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 4

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	1.775.334,20	154.542,80
4.4.71.70.00.00.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.71.70.01.00.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	26.600,00	0,00	26.600,00	8.563,43	18.036,57
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	42.000,00	0,00	42.000,00	1.800,00	40.200,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				8.563,43	
4.4.90.52.00.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				1.800,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.992,76	
4.4.90.52.30.00.00.00.0.1.0100 Máquinas e Equipamentos Energéticos				990,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos de Processamento de Dados				4.231,70	
4.4.90.52.36.00.00.00.0.1.0100 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório				593,99	
4.4.90.52.38.00.00.00.0.1.0100 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				358,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.0.1.0100 Mobiliário em Geral				396,98	
4.4.90.52.42.00.00.00.0.3.0300 Mobiliário em Geral				1.800,00	
02.02.04.122.0402.2.005 Contribuições Financeiras a Entidades	121.000,00	0,00	121.000,00	120.907,00	93,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	115.000,00	0,00	115.000,00	114.907,00	93,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0300 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.50.41.00.00.00.00.0.1.0100 Contribuições				114.907,00	
3.3.50.41.00.00.00.00.0.3.0300 Contribuições				6.000,00	
3.3.50.41.02.00.00.00.0.1.0100 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv				114.907,00	
3.3.50.41.99.00.00.00.0.3.0300 Outras Contribuições				6.000,00	
0202.06 Segurança Pública	118.803,84	0,00	118.803,84	39.748,77	79.055,07
0202.06.181 Polidamento	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	83.798,02	0,00	83.798,02	23.001,95	60.796,07
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0110 Aplicacoes Diretas	2.805,00	0,00	2.805,00	688,32	2.116,68
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0111 Aplicacoes Diretas	2.805,00	0,00	2.805,00	0,00	2.805,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0112 Aplicacoes Diretas	5.565,00	0,00	5.565,00	883,18	4.681,82
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	36.000,00	0,00	36.000,00	10.548,83	25.451,17
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0311 Aplicacoes Diretas	631,12	0,00	631,12	575,63	55,49

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.06 Segurança Pública	118.803,84	0,00	118.803,84	39.748,77	79.055,07
0202.06.181 Polidamento	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	83.798,02	0,00	83.798,02	23.001,95	60.796,07
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo				8.383,83	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0311 Material de Consumo				370,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0311 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				140,00	
3.3.90.30.14.00.00.00.0.3.0300 Material Educativo e Esportivo				1.454,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0.3.0300 Material de Expediente				394,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.0.3.0300 Material de Processamento de Dados				396,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.0.3.0300 Material de Copa e Cozinha				204,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.0.3.0300 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				453,43	
3.3.90.30.23.00.00.00.0.3.0300 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.022,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Imóveis				711,40	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Móveis				171,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Veículos				2.579,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.3.0311 Material para Manutenção de Veículos				230,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0112 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				883,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.165,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0311 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				205,63	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.3.0300 Limpeza de Veículos				675,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.3.0311 Limpeza de Veículos				85,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0300 Manutenção e Conservação de Veículos				1.490,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0311 Manutenção e Conservação de Veículos				100,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0112 Serviços Bancários				883,18	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.3.0311 Serviços Bancários				20,63	
3.3.90.93.00.00.00.00.0.1.0110 Indenizações e Restituições				688,32	
3.3.90.93.02.00.00.00.0.1.0110 Restituições				688,32	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00	4.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0110 Aplicações Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0111 Aplicações Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicações Diretas	23.791,90	0,00	23.791,90	10.305,99	13.485,91
4.4.90.52.00.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				10.305,99	
4.4.90.52.10.00.00.00.0.3.0300 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				6.250,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos de Processamento de Dados				4.055,99	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 6

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.06 Segurança Pública	118.803,84	0,00	118.803,84	39.748,77	79.055,07
0202.06.181 Polidamento	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601.2.008 Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	28.005,82	0,00	28.005,82	15.726,82	12.279,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.315,82	684,18
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	3.980,00	0,00	3.980,00	3.655,00	325,00
3.3.90.30.00.00.00.0.0.1.0100 Material de Consumo				8.840,82	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo				1.905,00	
3.3.90.30.23.00.00.0.0.1.0100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.200,00	
3.3.90.30.28.00.00.0.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				5.115,82	
3.3.90.30.39.00.00.0.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				2.525,00	
3.3.90.30.39.00.00.0.0.3.0300 Material para Manutenção de Veículos				1.905,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				475,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.750,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				475,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.3.0300 Manutenção e Conservação de Veículos	4.000,00	0,00	4.000,00	1.750,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.025,82	0,00	10.025,82	2.756,00	7.269,82
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas				2.756,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				2.756,00	
4.4.90.52.42.00.00.0.0.3.0300 Mobiliário em Geral	7.000,00	0,00	7.000,00	1.020,00	5.980,00
0202.06.182 Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	1.020,00	5.980,00
02.02.06.182.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL					
02.02.06.182.0601.2.007 Manut. do Fundo de Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	1.020,00	5.980,00
3.3.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	1.020,00	2.980,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.0.0.1.0100 Material de Consumo				1.020,00	
3.3.90.30.28.00.00.0.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança	1.000,00	0,00	1.000,00	1.020,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	780.700,00	0,00	780.700,00	599.023,90	181.676,10
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente					
0203.18 Gestão Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
0203.18.541 Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801.2.010 Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
3.3.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	64,81	2.935,19

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçados e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	780.700,00	0,00	780.700,00	599.023,90	181.676,10
0203:18 Gestão Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
0203:18.541 Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801.2.010 Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				64,81	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				64,81	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
0203:20 Agricultura	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
0203:20.608 Promoção da Produção Agropecuária	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001 ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001.1.061 Ampliação da Patrulha Agrícola	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultura	745.200,00	0,00	745.200,00	598.959,09	146.240,91
3.1.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transf. a Consórcios Públicos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	370.000,00	0,00	370.000,00	349.346,03	20.653,97
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				339.184,35	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vencimentos e salários				312.796,07	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				26.388,28	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0100 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				3.106,24	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0100 Serviços Extraordinários				3.106,24	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				7.055,44	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				7.055,44	
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos				0,00	
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0100 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				0,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	320.000,00	0,00	320.000,00	230.513,06	89.486,94
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	50.000,00	0,00	50.000,00	16.900,00	33.100,00
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0100 Gás Engarrafado				102.163,91	
3.3.90.30.18.00.00.0.1.0100 Materiais e Medicamentos p/uso Veterinário				80.803,00	
3.3.90.30.28.00.00.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				7.656,00	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				1.000,53	
				409,10	
				10.490,78	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 8

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	780.700,00	0,00	780.700,00	599.023,90	181.676,10
0203.20 Agricultura					
0203.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	745.200,00	0,00	745.200,00	598.959,09	146.240,91
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				1.804,50	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.0100 Material de Distribuição Gratuita				25.600,00	
3.3.90.32.04.00.00.0.1.0100 Sementes				25.600,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				102.749,15	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.900,00	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				149,50	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				8.828,01	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				607,89	
3.3.90.39.75.00.00.0.1.0100 Multas e Infrações de Trânsito				104,13	
3.3.90.39.79.00.00.0.1.0100 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				26.450,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				66.609,62	
3.3.90.39.99.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.900,00	
3.3.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	3.200,00	0,00	3.200,00	2.200,00	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				2.200,00	
4.4.90.52.40.00.00.0.1.0100 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				2.200,00	
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.15 Urbanismo					
0204.15.451 Infra-Estrutura Urbana	414.382,49	0,00	414.382,49	376.958,14	37.424,35
02.04.15.451.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS	74.357,49	0,00	74.357,49	70.683,94	3.673,55
02.04.15.451.1501.1.062 Pavimentação de Ruas e Passeios	74.357,49	0,00	74.357,49	70.683,94	3.673,55
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0100 Obras e Instalações	74.357,49	0,00	74.357,49	70.683,94	3.673,55
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0134 Obras e Instalações	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0300 Obras e Instalações	3.357,49	0,00	3.357,49	3.357,49	0,00
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0100 Obras em Andamento	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.98.00.00.0.1.0134 Obras Contratadas	54.000,00	0,00	54.000,00	51.326,45	2.673,55
				16.000,00	
				3.357,49	
				51.326,45	
				16.000,00	
				51.326,45	
				3.357,49	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 9

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.15 Urbanismo					
0204.15.452 Serviços Urbanos	414.382,49	0,00	414.382,49	376.958,14	37.424,35
02.04.15.452.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS	340.025,00	0,00	340.025,00	306.274,20	33.750,80
02.04.15.452.1501.1.063 Obras de Infraestrutura Urbana	340.025,00	0,00	340.025,00	306.274,20	33.750,80
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	12.500,00	0,00	12.500,00	8.785,00	3.715,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	8.785,00	1.215,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0100 Obras e Instalacoes	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0100 Obras em Andamento				8.785,00	8.785,00
4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
02.04.15.452.1501.2.011 Manut. dos Serviços de Utilidade Pública					
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos	327.525,00	0,00	327.525,00	297.489,20	30.035,80
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0100 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0108 Aplicacoes Diretas	315.000,00	0,00	315.000,00	297.489,20	17.510,80
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	11.025,00	0,00	11.025,00	0,00	11.025,00
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				8.520,00	8.520,00
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.520,00	8.520,00
3.3.90.39.28.00.00.0.1.0100 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				289.969,20	289.969,20
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				160.840,08	160.840,08
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto				124.706,25	124.706,25
3.3.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Opentre Órgãos	500,00	0,00	500,00	3.422,87	500,00
0204.17 Saneamento					
0204.17.512 Saneamento Básico Urbano	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701.1.064 Saneamento Básico Geral					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.04.17.512.1701.2.012 Manutenção do Saneamento Urbano					
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	8.781,54	51.218,46
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00	0,00	60.000,00	8.781,54	51.218,46
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				4.197,54	4.197,54

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 10

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.17 Saneamento	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
0204.17.512 Saneamento Básico Urbano	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701.2.012 Manutenção do Saneamento Urbano	60.000,00	0,00	60.000,00	8.781,54	51.218,46
3.3.90.39.51.00.00.0.1.0100 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas				4.584,00	
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.1.065 Aquisição de Máquinas e Veículos	27.250,00	0,00	27.250,00	0,00	27.250,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0189 Aplicacoes Diretas	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00
02.04.26.782.2601.1.066 Obras de Infraestrutura Rural	5.558.000,00	0,00	5.558.000,00	1.950.870,18	3.607.129,82
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0083 Aplicacoes Diretas	2.459.000,00	0,00	2.459.000,00	0,00	2.459.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	63.969,20	36.030,80
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	2.966.000,00	0,00	2.966.000,00	1.886.900,98	1.079.099,02
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0100 Obras e Instalações				63.969,20	
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0300 Obras e Instalações				1.886.900,98	
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0100 Obras em Andamento				63.969,20	
4.4.90.51.91.00.00.0.3.0300 Obras em Andamento				1.886.900,98	
4.4.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Operante Órgãos	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.683.139,97	1.490.485,98	192.653,99
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	588.000,00	0,00	588.000,00	588.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	37.171,33	2.828,67
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				560.969,19	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				36.134,40	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vencimentos e salários				512.980,63	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0300 Vencimentos e salários				36.134,40	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				47.988,56	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0100 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				21.388,10	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 11

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.919.676,62
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.683.139,97	192.653,99
3.1.90.16.00.00.00.0.3.0300 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.036,93	
3.1.90.16.44.00.00.00.0.1.0100 Serviços Extraordinários			21.388,10	
3.1.90.16.44.00.00.00.0.3.0300 Serviços Extraordinários			1.036,93	
3.1.90.94.00.00.00.00.0.1.0100 Indenizações Restituições Trabalhistas			5.642,71	
3.1.90.94.07.00.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			5.642,71	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	594.500,00	0,00	594.500,00	42.683,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0107 Aplicacoes Diretas	21.525,00	0,00	21.525,00	21.446,29
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	4.860,06	0,00	4.860,06	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0139 Aplicacoes Diretas	101.050,00	0,00	101.050,00	27.616,14
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	55.060,76
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0307 Aplicacoes Diretas	22.297,42	0,00	22.297,42	22.297,42
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0339 Aplicacoes Diretas	32.407,49	0,00	32.407,49	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo			379.603,98	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0139 Material de Consumo			68.414,37	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo			145.386,50	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			32.407,49	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0300 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			125.131,92	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0339 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			68.414,37	
3.3.90.30.04.00.00.00.0.1.0100 Gás Engarrafado			17.944,30	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação			32.407,49	
3.3.90.30.16.00.00.00.0.3.0300 Material de Expediente			866,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.0100 Material de Processamento de Dados			119,60	
3.3.90.30.21.00.00.00.0.1.0100 Material de Copia e Cozinha			132,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Imóveis			514,10	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Imóveis			108,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Móveis			19.910,75	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Móveis			13.849,15	
3.3.90.30.26.00.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico			330,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.0.3.0300 Material de Proteção e Segurança			3.553,30	
3.3.90.30.28.00.00.00.0.1.0100 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			874,50	
3.3.90.30.28.00.00.00.0.3.0300 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			552,98	
3.3.90.30.31.00.00.00.0.1.0100 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			3.743,44	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 12

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.490.485,98	192.653,99
3.3.90.30.31.00.00.00.0.3.0300 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			2.909,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos			125.115,59	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Veículos			27.940,17	
3.3.90.30.42.00.00.00.0.1.0100 Ferramentas			230,24	
3.3.90.30.51.00.00.00.0.1.0100 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			97.876,18	
3.3.90.30.51.00.00.00.0.3.0300 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			81.688,90	
3.3.90.30.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo			1.230,36	
3.3.90.30.99.00.00.00.0.3.0300 Outros Materiais de Consumo			370,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			162.241,02	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			49.552,74	
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.0100 Serviços Técnicos Profissionais			9.500,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.0.3.0300 Locação de Máquinas e Equipamentos			300,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos			928,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			360,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos			29.315,85	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0300 Manutenção e Conservação de Veículos			10.718,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.0.1.0100 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins			1.556,59	
3.3.90.39.43.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica			5.370,19	
3.3.90.39.44.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto			2.329,85	
3.3.90.39.51.00.00.00.0.3.0300 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas			1.300,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.0.1.0100 Telefonia fixa e Móvel			1.523,55	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.1.0100 seguros em Geral			6.206,30	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.3.0300 seguros em Geral			2.568,42	
3.3.90.39.75.00.00.00.0.1.0100 Multas e Infrações de Trânsito			203,04	
3.3.90.39.75.00.00.00.0.3.0300 Multas e Infrações de Trânsito			290,76	
3.3.90.39.78.00.00.00.0.1.0100 Limpeza e Conservação			17.563,55	
3.3.90.39.83.00.00.00.0.3.0300 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos			130,56	
3.3.90.39.90.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Publicidade Legal			687,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			86.697,10	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			34.245,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas			5.940,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0107 Obrigações Tributárias e Contributivas			78,71	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0139 Obrigações Tributárias e Contributivas			5.019,49	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 13

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.683.139,97	1.490.485,98	192.653,99
3.3.90.47.12.00.00.00.0.1.0107 Contribuição Para o PIS/PASEP				78,71	
3.3.90.47.12.00.00.00.0.1.0139 Contribuição Para o PIS/PASEP				5.019,49	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.0100 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc. - PF				5.940,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.0.1.0100 Indenizações e Restituições				4.032,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.0.1.0134 Indenizações e Restituições				3.860,06	
3.3.90.93.02.00.00.00.0.1.0100 Restituições				4.032,00	
3.3.90.93.02.00.00.00.0.1.0134 Restituições				3.860,06	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Operante Órgãos	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	4.224,29	775,71
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	3.250,00	0,00	3.250,00	0,00	3.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	3.250,00	0,00	3.250,00	0,00	3.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	4.554,00	10.446,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				4.224,29	
4.4.90.52.00.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				4.554,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.808,90	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos de Processamento de Dados				1.391,39	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos de Processamento de Dados				3.104,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.0.1.0100 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				900,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.0.3.0300 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				1.450,00	
4.4.90.52.48.00.00.00.0.1.0100 Veículos Diversos				124,00	
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.10 Saúde					
0205.10.306 Alimentação e Nutrição	58.125,70	0,00	58.125,70	39.075,67	19.050,03
02.05.10.306.1002 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	58.125,70	0,00	58.125,70	39.075,67	19.050,03
02.05.10.306.1002.2.014 Programa Suplementar de Alimentação Escolar	58.125,70	0,00	58.125,70	39.075,67	19.050,03
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	57.000,00	0,00	57.000,00	37.949,97	19.050,03
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0337 Aplicacoes Diretas	1.125,70	0,00	1.125,70	1.125,70	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				37.949,97	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0337 Material de Consumo				1.125,70	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				37.949,97	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.3.0337 Gêneros de Alimentação				1.125,70	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201.1.067 Ampliação da Rede Física Fundamental	43.030,85	0,00	43.030,85	41.269,94	1.760,91
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	10.759,78	240,22
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	479,31	520,69
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicacoes Diretas	30.030,85	0,00	30.030,85	30.030,85	0,00
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0101 Obras e Instalacoes				10.759,78	
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0132 Obras e Instalacoes				479,31	
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0332 Obras e Instalacoes				30.030,85	
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0101 Obras em Andamento				10.759,78	
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0132 Obras em Andamento				479,31	
4.4.90.51.91.00.00.0.3.0332 Obras em Andamento				30.030,85	
02.05.12.361.1201.1.068 Aquisição de Veículos - Educação	160.413,74	0,00	160.413,74	158.413,74	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0087 Aplicacoes Diretas	2.649,24	0,00	2.649,24	2.649,24	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0387 Aplicacoes Diretas	119.764,50	0,00	119.764,50	119.764,50	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0087 Equipamentos e Material Permanente				2.649,24	
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos e Material Permanente				36.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0387 Equipamentos e Material Permanente				119.764,50	
4.4.90.52.52.00.00.0.1.0087 Veículos de Tração Mecânica				2.649,24	
4.4.90.52.52.00.00.0.1.0101 Veículos de Tração Mecânica				36.000,00	
4.4.90.52.52.00.00.0.3.0387 Veículos de Tração Mecânica				119.764,50	
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.469.722,54	2.088.134,28	381.588,26
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	821.250,00	0,00	821.250,00	801.515,42	19.734,58
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0118 Aplicacoes Diretas	666.300,00	0,00	666.300,00	664.391,84	1.908,16
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				644.762,88	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0118 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				565.941,48	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0101 Vencimentos e salários				592.389,51	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0118 Vencimentos e salários				565.941,48	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0101 13º salário				52.373,37	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0101 Obrigações Patronais				144.546,51	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 15

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	390.808,66
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.469.722,54	381.588,26
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0118 Obrigações Patronais			95.653,12	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0101 Contribuições Previdenciárias - INSS			144.546,51	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0118 Contribuições Previdenciárias - INSS			95.653,12	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0101 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			3.142,38	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0118 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			2.797,24	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0101 Serviços Extraordinários			3.142,38	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0118 Serviços Extraordinários			2.797,24	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0101 Indenizações Restituições Trabalhistas			9.063,65	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0101 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			9.063,65	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	757.407,50	0,00	757.407,50	301.720,80
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0136 Aplicacoes Diretas	111.300,00	0,00	111.300,00	12.858,35
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	23.575,00	0,00	23.575,00	4.545,57
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	10.530,00	0,00	10.530,00	1.494,58
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	2.625,00	0,00	2.625,00	2.625,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicacoes Diretas	24.384,91	0,00	24.384,91	16.402,21
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0336 Aplicacoes Diretas	2.150,13	0,00	2.150,13	0,00
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0101 Diárias - Civil			2.032,68	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0101 Diárias no País - Civil			2.032,68	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0101 Material de Consumo			118.328,88	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0137 Material de Consumo			9.035,42	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0332 Material de Consumo			7.982,70	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0101 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			35.150,87	
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0101 Gás Engarrafado			2.952,00	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0101 Gêneros de Alimentação			10.058,29	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0137 Gêneros de Alimentação			9.035,42	
3.3.90.30.14.00.00.0.1.0101 Material Educativo e Esportivo			2.076,00	
3.3.90.30.14.00.00.0.3.0332 Material Educativo e Esportivo			7.982,70	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0101 Material de Expediente			19.187,00	
3.3.90.30.20.00.00.0.1.0101 Material de Cama, Mesa e Banho			867,00	
3.3.90.30.21.00.00.0.1.0101 Material de Copa e Cozinha			216,00	
3.3.90.30.22.00.00.0.1.0101 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			13.969,43	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.0101 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			13.563,97	
3.3.90.30.24.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Bens Imóveis			1.307,30	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 16

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.269.036,32	556.762,34
0205:12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.088.134,28	381.588,26
3.3.90.30.25.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Bens Móveis			390,00	
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0101 Material Elétrico e Eletrônico			2.471,50	
3.3.90.30.28.00.00.0.1.0101 Material de Proteção e Segurança			319,40	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Veículos			13.682,88	
3.3.90.30.50.00.00.0.1.0101 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			960,00	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0101 Outros Materiais de Consumo			1.157,24	
3.3.90.31.00.00.00.0.1.0101 Prêmios Culturais, Artísticos, Científicos, Desportivos e Outras Premiações			479,00	
3.3.90.31.99.00.00.0.1.0101 Outras Premiações			479,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			600,00	
3.3.90.36.99.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			600,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			334.246,14	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0136 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			98.441,65	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0137 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			19.029,43	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0336 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.150,13	
3.3.90.39.01.00.00.0.1.0101 Assinatura de Periódicos e Anuidades			1.240,00	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.0101 Serviços Técnicos Profissionais			23.880,00	
3.3.90.39.11.00.00.0.1.0101 Locação de Softwares			1.398,00	
3.3.90.39.12.00.00.0.1.0101 Locação de Máquinas e Equipamentos			690,00	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0101 Limpeza de Veículos			1.833,00	
3.3.90.39.16.00.00.0.1.0101 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			1.850,00	
3.3.90.39.17.00.00.0.1.0101 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos			520,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0101 Manutenção e Conservação de Veículos			3.102,20	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0101 Serviços de Transporte Escolar			213.754,91	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0136 Serviços de Transporte Escolar			98.318,41	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0137 Serviços de Transporte Escolar			19.029,43	
3.3.90.39.26.00.00.0.3.0336 Serviços de Transporte Escolar			2.150,13	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0101 Serviços de Energia Elétrica			19.475,21	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0101 Serviços de Água e Esgoto			5.564,24	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0101 Serviços de Seleção e Treinamento			14.200,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0101 Serviços Gráficos e Editoriais			108,00	
3.3.90.39.64.00.00.0.1.0101 Telefonia fixa e Móvel			1.443,27	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0101 seguros em Geral			22.747,50	
3.3.90.39.81.00.00.0.1.0136 Serviços Bancários			123,24	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 17

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	390.808,66
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.469.722,54	381.588,26
3.3.90.39.83.00.00.00.0.1.0101 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos			11.584.125,74	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.269.036,32	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	46.000,00	0,00	46.000,00	16.099,01
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	2.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0166 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	2.100,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0.1.0101 Obras e Instalações			5.817,79	
4.4.90.51.91.00.00.00.0.1.0101 Obras em Andamento			5.817,79	
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos e Material Permanente			24.083,20	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0101 Aparelhos e Utensílios Domésticos			6.380,94	
4.4.90.52.33.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			779,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos de Processamento de Dados			2.882,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.0.1.0101 Veículos de Tração Mecânica			14.041,26	
02.05.12.361.1201.2.018 Manut. do Transporte Escolar	126.653,42	0,00	126.653,42	5.459,49
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	107.100,00	0,00	107.100,00	4.459,49
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0337 Aplicacoes Diretas	10.225,09	0,00	10.225,09	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0362 Aplicacoes Diretas	1.328,33	0,00	1.328,33	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0137 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			7.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0162 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			102.640,51	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0337 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			10.225,09	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0362 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.328,33	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.1.0137 Serviços de Transporte Escolar			102.495,56	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.1.0162 Serviços de Transporte Escolar			10.225,09	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.3.0337 Serviços de Transporte Escolar			1.328,33	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.3.0362 Serviços de Transporte Escolar			144,95	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0162 Serviços Bancários			69.047,55	
0205.12.364 Ensino Superior	80.000,00	0,00	80.000,00	10.952,45
02.05.12.364.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	80.000,00	0,00	80.000,00	10.952,45
02.05.12.364.1201.2.016 Apoio ao Ensino Superior			69.047,55	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	10.952,45
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			69.047,55	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 18

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	537.712,31
0205.12.364 Ensino Superior	80.000,00	0,00	80.000,00	10.952,45
02.05.12.364.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	80.000,00	0,00	80.000,00	10.952,45
02.05.12.364.1201.2.016 Apoio ao Ensino Superior	80.000,00	0,00	80.000,00	10.952,45
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0100 Serviços de Transporte Escolar				
0205.12.365 Educação Infantil	809.852,41	0,00	809.852,41	122.200,89
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	809.852,41	0,00	809.852,41	122.200,89
02.05.12.365.1201.1.069 Ampliação da Rede Física Infantil	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
02.05.12.365.1201.2.019 Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	239.900,00	0,00	239.900,00	97.368,14
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	135.000,00	0,00	135.000,00	82.873,86
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0118 Aplicacoes Diretas	53.000,00	0,00	53.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0118 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0101 Vencimentos e salários				
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0118 Vencimentos e salários				
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0101 13º salário				
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0101 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0118 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0101 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0118 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0101 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0118 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0101 Serviços Extraordinários				
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0118 Serviços Extraordinários				
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0101 Indenizações Restituições Trabalhistas				
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0101 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0101 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0137 Material de Consumo				

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 19

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	537.712,31
0205.12.365 Educação Infantil	809.852,41	0,00	809.852,41	122.200,89
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	809.852,41	0,00	809.852,41	122.200,89
02.05.12.365.1201.2.019 Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	239.900,00	0,00	239.900,00	97.368,14
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0101 Gêneros de Alimentação			274,98	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0137 Gêneros de Alimentação			5.315,93	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.0101 Uniformes, Tecidos e Avariamentos			12.836,35	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0101 Outros Materiais de Consumo			875,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			13.153,46	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0137 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.950,00	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0101 Serviços de Transporte Escolar			13.153,46	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0137 Serviços de Transporte Escolar			4.950,00	
02.05.12.365.1201.2.045 Manut. da Educação Infantil - Creche	562.952,41	0,00	562.952,41	17.832,75
3.1.90.00.00.00.00.0.0.1.0101 Aplicações Diretas	155.000,00	0,00	155.000,00	1.316,83
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0118 Aplicações Diretas	304.000,00	0,00	304.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.0.3.0019 Aplicações Diretas	32.607,41	0,00	32.607,41	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			120.384,38	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0118 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			246.765,42	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0019 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			32.607,41	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0101 Vencimentos e salários			109.607,79	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0118 Vencimentos e salários			208.377,93	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0019 Vencimentos e salários			32.607,41	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0101 13º salário			32.607,41	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0118 13º salário			10.776,59	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0101 Obrigações Patronais			38.387,49	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0118 Obrigações Patronais			33.298,79	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0101 Contribuições Previdenciárias - INSS			57.234,58	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0118 Contribuições Previdenciárias - INSS			33.298,79	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicações Diretas			57.234,58	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicações Diretas			32.047,86	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicações Diretas			8.970,42	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0101 Material de Consumo	35.000,00	0,00	35.000,00	2.952,14
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0137 Material de Consumo	10.345,00	0,00	10.345,00	1.374,58
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0332 Material de Consumo	10.000,00	0,00	10.000,00	7.550,00
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0101 Gêneros de Alimentação			16.143,44	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0137 Gêneros de Alimentação			8.970,42	
			2.450,00	
			193,77	
			8.970,42	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 20

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação					
0205.12.365 Educação Infantil	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
02.05.12.365.1201.2.045 Manut. da Educação Infantil - Creche	562.952,41	0,00	562.952,41	545.119,66	17.832,75
3.3.90.30.14.00.00.00.0.3.0332 Material Educativo e Esportivo				2.450,00	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.0101 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				14.899,67	
3.3.90.30.24.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.050,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.904,42	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0101 Serviços de Energia Elétrica				10.110,96	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0101 Serviços de Água e Esgoto				3.000,00	
3.3.90.39.83.00.00.0.1.0101 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				93,46	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	16.000,00	0,00	16.000,00	11.360,80	4.639,20
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos e Material Permanente				11.360,80	
4.4.90.52.12.00.00.0.1.0101 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.297,00	
4.4.90.52.34.00.00.0.1.0101 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.424,80	
4.4.90.52.35.00.00.0.1.0101 Equipamentos de Processamento de Dados				2.822,00	
4.4.90.52.42.00.00.0.1.0101 Mobiliário em Geral				5.817,00	
0205.12.367 Educação Especial	78.000,00	0,00	78.000,00	64.249,69	13.750,31
02.05.12.367.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	78.000,00	0,00	78.000,00	64.249,69	13.750,31
02.05.12.367.1201.2.017 Apoio a Educação Especial					
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu				64.249,69	
3.3.50.43.00.00.00.0.1.0100 Subvenções Sociais				30.000,00	
3.3.50.43.99.00.00.0.1.0100 Outras Subvenções Sociais				30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	48.000,00	0,00	48.000,00	34.249,69	13.750,31
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				34.249,69	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0100 Serviços de Transporte Escolar				34.249,69	
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08 Assistência Social					
0206.08.241 Assistência ao Idoso	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
02.06.08.241.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
02.06.08.241.0801.2.022 Manut. do Fundo M. do Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil				307,98	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil				307,98	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 21

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08 Assistência Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08.241 Assistência ao Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
02.06.08.241.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
02.06.08.241.0801.2.022 Manut. do Fundo M. do Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				10.956,28	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				10.956,28	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.959,75	
3.3.90.39.73.00.00.0.1.0100 Transporte de Servidores				123,60	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.836,15	
0206.08.244 Assistência Comunitária	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
02.06.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
02.06.08.244.0801.1.070 Obras de Infraestrutura Social	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.06.08.244.0801.2.020 Manut. da Secret. de Assistência Social	331.000,00	0,00	331.000,00	225.194,19	105.805,81
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	305.000,00	0,00	305.000,00	217.807,61	87.192,39
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				208.849,62	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				192.988,85	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				15.860,77	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizações Restituições Trabalhistas				8.957,99	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				8.957,99	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas				7.386,58	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				4.256,46	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				3.017,46	
3.3.90.30.22.00.00.0.1.0100 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.239,00	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.650,00	
3.3.90.32.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.650,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.480,12	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				140,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				990,12	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				350,00	
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	104.000,00	0,00	104.000,00	102.968,39	1.031,61
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	99.591,67	408,33

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 22

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08 Assistência Social					
0206.08.244 Assistência Comunitária	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	104.000,00	0,00	104.000,00	102.968,39	1.031,61
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.828,50	171,50
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				2.050,74	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				811,67	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				578,47	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0100 Material de Expediente				480,00	
3.3.90.30.21.00.00.0.1.0100 Material de Copa e Cozinha				126,10	
3.3.90.30.24.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Imóveis				36,50	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				18,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				79.769,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				628,50	
3.3.90.36.45.00.00.0.1.0100 Jetons a Conselheiros				79.769,00	
3.3.90.36.45.00.00.0.3.0300 Jetons a Conselheiros				628,50	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.974,93	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				25,00	
3.3.90.39.41.00.00.0.1.0100 Fornecimento de Alimentação				156,00	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0100 Serviços de Seleção e Treinamento				2.300,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				374,31	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				119,62	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				14.797,00	
3.3.90.47.00.00.00.0.3.0300 Obrigações Tributárias e Contributivas				1.200,00	
3.3.90.47.18.00.00.0.1.0100 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				14.797,00	
3.3.90.47.18.00.00.0.3.0300 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				1.200,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.548,22	451,78
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				1.548,22	
4.4.90.52.06.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				1.168,00	
4.4.90.52.12.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Utensílios Domésticos				380,22	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 23

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	333.100,00	0,00	333.100,00	276.105,54	56.994,46
0207.13 Cultura	236.600,00	0,00	236.600,00	192.146,16	44.453,84
0207.13.392 Difusão Cultural	236.600,00	0,00	236.600,00	192.146,16	44.453,84
02.07.13.392.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	236.600,00	0,00	236.600,00	192.146,16	44.453,84
02.07.13.392.1301.2.023 Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	108.600,00	0,00	108.600,00	75.349,72	33.250,28
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	75.600,00	0,00	75.600,00	71.646,51	3.953,49
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	60.165,70			65.168,41	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vendimentos e salários				60.165,70	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				5.002,71	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				6.478,10	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indentização por Demissão de Servidor ou Empregado				6.478,10	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	3.703,21	26.296,79
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				3.703,21	
3.3.90.39.96.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				3.703,21	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
02.07.13.392.1301.2.024 Manut. das Atividades Culturais	128.000,00	0,00	128.000,00	116.796,44	11.203,56
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	75.000,00	0,00	75.000,00	72.175,07	2.824,93
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	44.621,37	5.378,63
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				8.869,57	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				99,07	
3.3.90.30.15.00.00.0.1.0100 Material para Festividades e Homenagens				1.920,00	
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico				6.850,50	
3.3.90.32.00.00.00.0.3.0300 Material de Distribuição Gratuita				4.879,80	
3.3.90.32.99.00.00.0.3.0300 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				4.879,80	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				5.580,00	
3.3.90.36.99.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				5.580,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				57.725,50	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				39.741,57	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.0100 Servicos Técnicos Profissionais				19.807,50	
3.3.90.39.23.00.00.0.1.0100 Festividades e Homenagens				34.218,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Servicos Gráficos e Editoriais				420,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				3.280,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.3.0300 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				39.741,57	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 24

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	333.100,00	0,00	333.100,00	56.994,46
0207.27 Desporto e Lazer	96.500,00	0,00	96.500,00	12.540,62
0207.27.812 Desporto Comunitário	96.500,00	0,00	96.500,00	12.540,62
02.07.27.812.2701 ESPORTE E VIDA	96.500,00	0,00	96.500,00	12.540,62
02.07.27.812.2701.1.071 Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer	12.000,00	0,00	12.000,00	7.660,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	660,00
3.3.90.31.00.00.00.0.1.0100 Premiacoess Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out				
3.3.90.31.04.00.00.0.1.0100 Premiacoess Desportivas				
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Servicoes Graficos e Editoriais				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
02.07.27.812.2701.2.025 Manut. das Atividades Esportivas	84.500,00	0,00	84.500,00	4.880,62
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	1.104,32
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vendimentos e salários				
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo				
3.3.90.30.14.00.00.0.1.0100 Material Educativo e Esportivo				
3.3.90.30.14.00.00.0.3.0300 Material Educativo e Esportivo				
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.31.00.00.00.0.1.0100 Premiacoess Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out				
3.3.90.31.04.00.00.0.1.0100 Premiacoess Desportivas				
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				
3.3.90.39.41.00.00.0.1.0100 Fornecimento de Alimentação				
3.3.90.39.41.00.00.0.3.0300 Fornecimento de Alimentação				
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 25

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.08 Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços	237.000,00	0,00	237.000,00	177.199,97	59.800,03
0208.13 Cultura					
0208.13.695 Turismo	223.000,00	0,00	223.000,00	177.199,97	45.800,03
02.08.13.695.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	223.000,00	0,00	223.000,00	177.199,97	45.800,03
02.08.13.695.1301.2.044 Promoção do Turismo	223.000,00	0,00	223.000,00	177.199,97	45.800,03
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	203.000,00	0,00	203.000,00	177.199,97	25.800,03
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0300 Obras e Instalacoes				177.199,97	
4.4.90.51.91.00.00.0.3.0300 Obras em Andamento				177.199,97	
0208.22 Indústria	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
0208.22.661 Promoção Industrial	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201.1.072 Promoção da Indústria e Comércio	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.09 Fundo Mun. De Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16 Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16.482 Habitação Urbana	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601 SISTEMA HABITACIONAL	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601.1.073 Apoio ao Sistema Habitacional	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 26

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.10 Fundo M. Da Infância E Adolescência	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
0210.08 Assistência Social	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
0210.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
02.10.08.243.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
02.10.08.243.0801.2.026 Manut. das Atividades do FIA	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	1.559,00	9.441,00
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0100 Serviços de Seleção e Treinamento					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.559,00	2.000,00
02.11 Previdência Social	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
0211.09 Previdência Social	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
0211.09.272 Previdência do Regime Estatutário	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
02.11.09.272.0901 PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
02.11.09.272.0901.2.027 Encargos Previdenciários Regime Geral	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	640.000,00	0,00	640.000,00	593.400,67	46.599,33
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Patronais				593.400,67	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.0100 FGTS				8.282,47	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0100 Contribuições Previdenciárias - INSS				585.118,20	1.672,88
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	4.200,00	0,00	4.200,00	2.527,12	1.672,88
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				2.527,12	
3.3.90.47.18.00.00.00.1.0100 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				2.527,12	
02.12 Encargos Gerais do Município	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28 Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28.846 Outros Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800.2.028 Amortização da Dívida e Encargos	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	19.000,00	0,00	19.000,00	16.903,15	2.096,85
3.1.90.03.00.00.00.0.1.0100 Pensões				6.010,99	
3.1.90.03.01.00.00.0.1.0100 Cíveis				5.214,76	
3.1.90.03.03.00.00.0.1.0100 13º Salário - Pensionista Civil				796,23	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				10.892,16	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				10.384,70	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				507,46	
3.2.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	178.500,00	0,00	178.500,00	163.344,17	15.155,83

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 27

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.12 Encargos Gerais do Município	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28 Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28.846 Outros Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800.2.028 Amortização da Dívida e Encargos	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				163.344,17	
3.3.90.47.12.00.00.0.1.0100 Contribuição Para o PIS/PASEP				163.344,17	
4.6.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
02.13 Reserva De Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
0213.99 Reserva de Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
0213.99.999 Reserva de Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
02.13.99.999.9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
02.13.99.999.9999.2.030 Reserva de Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
9.9.99.00.00.00.00.0.1.0100 RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
Total por Entidade:	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 28

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAÚDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.1.074 Ampliação da Rede Física da Saúde	40.000,00	0,00	40.000,00	27.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0133 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0163 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0302 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	27.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0302 Obras e Instalações				27.000,00	27.000,00
4.4.90.51.98.00.00.0.3.0302 Obras Contratadas				27.000,00	27.000,00
03.01.10.301.1001.1.075 Aquisição de Veículos - Saúde	258.098,50	0,00	258.098,50	231.955,00	26.143,50
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	41.000,00	0,00	41.000,00	16.856,50	24.143,50
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0133 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	2.462,06	0,00	2.462,06	2.462,06	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0163 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	192.932,60	0,00	192.932,60	192.932,60	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0388 Aplicacoes Diretas	19.703,84	0,00	19.703,84	19.703,84	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0102 Equipamentos e Material Permanente				16.856,50	16.856,50
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0138 Equipamentos e Material Permanente				2.462,06	2.462,06
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0338 Equipamentos e Material Permanente				192.932,60	192.932,60
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0388 Equipamentos e Material Permanente				19.703,84	19.703,84
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0102 Veículos de Tração Mecânica				16.856,50	16.856,50
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0138 Veículos de Tração Mecânica				2.462,06	2.462,06
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0338 Veículos de Tração Mecânica				192.932,60	192.932,60
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0388 Veículos de Tração Mecânica				19.703,84	19.703,84
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	2.943.028,50	0,00	2.943.028,50	2.738.532,27	204.496,23
3.1.71.00.00.00.00.0.1.0102 Transf. a Consórcios Públicos	13.200,00	0,00	13.200,00	13.200,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00.0.1.0102 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.200,00	13.200,00
3.1.71.70.01.00.00.0.1.0102 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.200,00	13.200,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	1.469.000,00	0,00	1.469.000,00	1.460.992,40	8.007,60
3.1.90.00.00.00.00.0.3.0302 Aplicacoes Diretas	75.000,00	0,00	75.000,00	71.895,96	3.104,04
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0102 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.030.279,04	1.030.279,04
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0302 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				60.958,10	60.958,10
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0102 vencimentos e salários				951.555,74	951.555,74
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0302 vencimentos e salários				60.958,10	60.958,10

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 29

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10 Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saude	2.943.028,50	0,00	2.943.028,50	204.496,23
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0102 13º salário			78.723,30	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0102 Obrigações Patronais			297.372,06	
3.1.90.13.00.00.00.0.3.0302 Obrigações Patronais			10.603,09	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.0102 FGTS			5.123,55	
3.1.90.13.01.00.00.0.3.0302 FGTS			0,30	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0102 Contribuições Previdenciárias - INSS			292.248,51	
3.1.90.13.02.00.00.0.3.0302 Contribuições Previdenciárias - INSS			10.602,79	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0102 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			10.229,82	
3.1.90.16.00.00.00.0.3.0302 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			334,77	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0102 Serviços Extraordinários			10.229,82	
3.1.90.16.44.00.00.0.3.0302 Serviços Extraordinários			334,77	
3.1.90.34.00.00.00.0.1.0102 Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terç			51.435,00	
3.1.90.34.01.00.00.0.1.0102 Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)			51.435,00	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0102 Indenizações Restituições Trabalhistas			71.676,48	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0102 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			69.206,31	
3.1.90.94.11.00.00.0.1.0102 Licença-prêmio Concedida em Pecúnia			2.470,17	
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0102 Transferências a Consórcios Públicos	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.0.1.0102 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			4.500,00	
3.3.71.70.01.00.00.0.1.0102 Participação em Consórcio Público			4.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	954.700,00	0,00	954.700,00	27.165,62
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	137.614,00	0,00	137.614,00	91.987,57
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0102 Diárias - Civil			15.522,21	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0102 Diárias no País - Civil			15.522,21	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0102 Material de Consumo			376.087,43	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0138 Material de Consumo			45.626,43	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0102 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			72.682,80	
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0102 Gás Engarrafado			12.970,00	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0102 Gêneros de Alimentação			3.283,30	
3.3.90.30.09.00.00.0.1.0102 Material Farmacológico			193.131,06	
3.3.90.30.09.00.00.0.1.0138 Material Farmacológico			36.365,65	
3.3.90.30.10.00.00.0.1.0102 Material Odontológico			8.693,98	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0102 Material de Expediente			3.964,33	
3.3.90.30.19.00.00.0.1.0102 Material de Acondicionamento e Embalagem			160,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 30

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde				
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	2.943.028,50	0,00	2.738.532,27	204.496,23
3.3.90.30.21.00.00.00.0.1.0102 Material de Copa e Cozinha			108,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.0.1.0102 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.770,60	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.1.0102 Material para Manutenção de Bens Móveis			4.319,06	
3.3.90.30.35.00.00.00.0.1.0102 Material Laboratorial			160,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.0.1.0102 Material Hospitalar			51.178,27	
3.3.90.30.36.00.00.00.0.1.0138 Material Hospitalar			9.260,78	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.1.0102 Material para Manutenção de Veículos			15.855,56	
3.3.90.30.44.00.00.00.0.1.0102 Material de Sinalização Visual e Afins			140,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.0.1.0102 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			6.523,05	
3.3.90.30.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Materiais de Consumo			1.147,42	
3.3.90.32.00.00.00.00.0.1.0102 Material de Distribuição Gratuita			42.673,36	
3.3.90.32.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			42.673,36	
3.3.90.36.00.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			4.100,00	
3.3.90.36.30.00.00.00.0.1.0102 Serviços Médicos e Odontológicos			200,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			3.900,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			488.371,38	
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.0102 Serviços Técnicos Profissionais			45.618,40	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.1.0102 Limpeza de Veículos			2.460,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0.1.0102 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			3.259,30	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.1.0102 Manutenção e Conservação de Veículos			6.058,09	
3.3.90.39.28.00.00.00.0.1.0102 Coleta de Lixo e Derris Resíduos			21.084,60	
3.3.90.39.43.00.00.00.0.1.0102 Serviços de Energia Elétrica			22.194,87	
3.3.90.39.44.00.00.00.0.1.0102 Serviços de Água e Esgoto			6.571,18	
3.3.90.39.50.00.00.00.0.1.0102 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			147.138,50	
3.3.90.39.63.00.00.00.0.1.0102 Serviços Gráficos e Editoriais			8.933,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.0.1.0102 Telefonia fixa e Móvel			2.632,97	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.1.0102 seguros em Geral			11.029,32	
3.3.90.39.75.00.00.00.0.1.0102 Multas e Infrações de Trânsito			1.429,17	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0102 Serviços Bancários			1.471,83	
3.3.90.39.83.00.00.00.0.1.0102 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos			7.621,72	
3.3.90.39.96.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pago Antec			17.841,12	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			183.027,31	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0102 Obrigações Tributárias e Contributivas			780,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 31

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10 Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	2.943.028,50	0,00	2.943.028,50	204.496,23
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.0102 Contrib. Previdenciária SI Serviços de Terc. - PF			780,00	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	245.814,50	0,00	245.814,50	69.463,39
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			176.351,11	
3.3.93.39.00.00.00.00.0.1.0138 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			30.000,00	
3.3.93.39.50.00.00.00.0.1.0102 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			176.351,11	
3.3.93.39.50.00.00.00.0.1.0138 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	9.000,00	0,00	9.000,00	568,01
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0133 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	2.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0163 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	2.100,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0102 Equipamentos e Material Permanente			8.431,99	
4.4.90.52.06.00.00.00.0.1.0102 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			3.280,00	
4.4.90.52.08.00.00.00.0.1.0102 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			3.006,60	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0102 Aparelhos e Utensílios Domésticos			1.495,39	
4.4.90.52.33.00.00.00.0.1.0102 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			650,00	
03.01.10.301.1001.2.032 Manut. do Bloco de Atenção Básica	70.153,26	0,00	70.153,26	70.153,26
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	42.000,00	0,00	42.000,00	42.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	23.100,00	0,00	23.100,00	23.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	5.053,26	0,00	5.053,26	5.053,26
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	335.572,50	0,00	335.572,50	137.087,71
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	19.985,50	0,00	19.985,50	19.985,50
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	65.000,00	0,00	65.000,00	13.896,93
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	6.564,46
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	7.564,04	0,00	7.564,04	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	5.834,36	0,00	5.834,36	58,69
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	33.708,00	0,00	33.708,00	114,49
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			60.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			45.454,17	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			23.435,54	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			6.326,23	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 32

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde				
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	335.572,50	0,00	198.484,79	137.087,71
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			5.775,67	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			32.326,36	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0138 vencimentos e salários			40.227,91	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0138 vencimentos e salários			20.854,06	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0138 vencimentos e salários			50.916,89	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0338 vencimentos e salários			6.326,23	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0338 vencimentos e salários			32.326,36	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0138 13º salário			5.226,26	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0138 13º salário			2.581,48	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0138 13º salário			9.083,11	
3.1.90.11.43.00.00.0.3.0338 13º salário			5.775,67	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0138 Obrigações Patronais			5.363,05	
3.1.90.13.00.00.00.0.3.0338 Obrigações Patronais			1.237,81	
3.1.90.13.02.00.00.00.0.1.0138 Contribuições Previdenciárias - INSS			5.363,05	
3.1.90.13.02.00.00.0.3.0338 Contribuições Previdenciárias - INSS			1.237,81	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0138 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			285,85	
3.1.90.16.00.00.00.0.3.0338 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.267,15	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0138 Serviços Extraordinários			285,85	
3.1.90.16.44.00.00.0.3.0338 Serviços Extraordinários			1.267,15	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	32.025,00	0,00	32.025,00	32.025,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	3.136,77	0,00	3.136,77	21,46
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	5.676,00	0,00	5.676,00	2.237,00
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0338 Material de Consumo				
3.3.90.30.99.00.00.0.3.0338 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0338 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.47.00.00.00.0.3.0338 Serviços de Comunicação em Geral				
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	49.915,18
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	11.642,83	0,00	11.642,83	1.269,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0138 Equipamentos e Material Permanente			84,82	
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0338 Equipamentos e Material Permanente			10.373,83	
4.4.90.52.08.00.00.0.1.0138 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			84,82	
4.4.90.52.08.00.00.0.3.0338 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			10.373,83	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 33

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeadais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.034 Manut. Bl. MAC. Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.	25.775,00	0,00	25.775,00	25.775,00	0,00
3.3.72.00.00.00.00.00.0.1.0138 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	25.775,00	0,00	25.775,00	25.775,00	0,00
3.3.72.39.00.00.00.00.0.1.0138 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica					
3.3.72.39.50.00.00.00.0.1.0138 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat					
03.01.10.301.1001.2.035 Manut. do Bloco Vigilância em Saúde	126.770,06	0,00	126.770,06	62.805,35	63.964,71
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	12.250,00	0,00	12.250,00	8.499,63	3.750,37
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	45.256,23	0,00	45.256,23	45.256,23	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				8.499,63	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				45.256,23	
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e salários				8.499,63	
3.1.90.11.01.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e salários				41.691,63	
3.1.90.11.43.00.00.00.0.3.0338 13º salário				3.564,60	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	27.263,83	0,00	27.263,83	2.347,69	24.916,14
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	6.701,80	298,20
3.3.90.14.00.00.00.00.0.3.0338 Diárias - Civil				307,98	
3.3.90.14.14.00.00.00.0.3.0338 Diárias no País - Civil				307,98	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0338 Material de Consumo				2.019,71	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0338 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				957,11	
3.3.90.30.11.00.00.00.0.3.0338 Material Químico				322,60	
3.3.90.30.28.00.00.00.0.3.0338 Material de Proteção e Segurança				740,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.0.3.0338 Material de Distribuição Gratuita				6.701,80	
3.3.90.32.99.00.00.00.0.3.0338 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				6.701,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0338 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0338 Manutenção e Conservação de Veículos				20,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica	17.625,10	0,00	17.625,10	10.700,73	6.924,37
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	13.650,00	0,00	13.650,00	6.726,92	6.923,08
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	3.975,10	0,00	3.975,10	3.973,81	1,29
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0138 Material de Consumo				6.726,92	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0338 Material de Consumo				3.973,81	
3.3.90.30.09.00.00.00.0.1.0138 Material Farmacológico				6.726,92	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 34

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica	17.625,10	0,00	17.625,10	10.700,73	6.924,37
3.3.90.30.09.00.00.0.3.0338 Material Farmacológico				3.973,81	
03.01.10.301.1001.2.037 Manut. do Bloco Gestão do SUS	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00
03.01.10.301.1001.2.038 Manut. dos Programas do SUS - Estado					
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0167 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	71.983,36	0,00	71.983,36	56.880,09	15.103,27
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0167 Aplicacoes Diretas	6.300,00	0,00	6.300,00	0,00	6.300,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0167 Aplicacoes Diretas	34.125,00	0,00	34.125,00	32.147,25	1.977,75
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0167 Aplicacoes Diretas	13.125,00	0,00	13.125,00	8.006,00	5.119,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0367 Aplicacoes Diretas	16.825,88	0,00	16.825,88	15.120,64	1.705,24
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0367 Aplicacoes Diretas	1.607,48	0,00	1.607,48	1.606,20	1,28
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0167 Material de Consumo				32.136,80	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0167 Material de Consumo				8.006,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0367 Material de Consumo				15.120,64	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0367 Material de Consumo				1.606,20	
3.3.90.30.09.00.00.0.1.0167 Material Farmacológico				32.136,80	
3.3.90.30.09.00.00.0.1.0167 Material Farmacológico				8.006,00	
3.3.90.30.09.00.00.0.3.0367 Material Farmacológico				15.120,64	
3.3.90.30.09.00.00.0.3.0367 Material Farmacológico				1.606,20	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0167 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10,45	
3.3.90.39.81.00.00.0.1.0167 Serviços Bancários				10,45	
Total por Entidade:	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBAMI

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária					
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					
03.02.08.244.0801.2.039 Manut. do Fundo M. de Assistência Social					
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
3.3.90.30.16.00.00.00.0.1.0100 Material de Expediente	109.700,00	0,00	109.700,00	84.938,14	24.761,86
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.0100 Material de Processamento de Dados	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.30.39.00.00.00.0.1.0100 Material para manutenção de veículos	105.400,00	0,00	105.400,00	84.938,14	20.461,86
3.3.90.32.00.00.00.0.1.0100 Material de Distribuição Gratuita				4.488,52	
3.3.90.32.03.00.00.0.1.0100 Gêneros Alimentícios				2.648,73	
3.3.90.32.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				746,47	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.093,32	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				28.780,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.1.0100 Manutenção e conservação de veículos				18.800,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Serviços Gráficos e Editoriais				9.980,00	
3.3.90.39.64.00.00.0.1.0100 Telefonia fixa e Móvel				51.669,62	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				345,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0100 Serviços Bancários				527,00	
3.3.90.39.83.00.00.0.1.0100 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				4.219,10	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.823,70	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	4.200,00	0,00	4.200,00	16,15	4.200,00
				320,44	
				1.881,07	
				42.537,16	
				0,00	
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS	115.983,44	0,00	115.983,44	24.100,92	91.882,52
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	21.050,00	0,00	21.050,00	0,00	21.050,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	44.650,00	0,00	44.650,00	8.094,51	36.555,49
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0031 Aplicações Diretas	9.433,34	0,00	9.433,34	9.433,34	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0335 Aplicações Diretas	7.850,10	0,00	7.850,10	6.573,07	1.277,03
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0335 Material de Consumo				2.111,62	
3.3.90.30.07.00.00.0.3.0335 Gêneros de Alimentação				2.111,62	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0135 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.094,51	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0031 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.433,34	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0335 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.461,45	
3.3.90.39.11.00.00.0.1.0135 Locação de Softwares				3.391,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 36

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
0302.08 Assistência Social	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
0302.08.244 Assistência Comunitária	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS	115.983,44	0,00	115.983,44	24.100,92	91.882,52
3.3.90.39.11.00.00.00.0.3.0335 Locação de Softwares				4.461,45	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0135 Serviços Bancários				93,51	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0135 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.610,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.3.0031 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.433,34	
03.02.08.244.0801.2.041 Manut. do Bloco GBF - FNAS	61.648,38	0,00	61.648,38	9.285,04	52.363,34
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	31.525,00	0,00	31.525,00	0,00	31.525,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0335 Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.285,04	714,96
3.3.90.14.00.00.00.00.0.3.0335 Diárias - Civil				2.155,86	
3.3.90.14.14.00.00.00.0.3.0335 Diárias no País - Civil				2.155,86	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0335 Material de Consumo				270,00	
3.3.90.30.49.00.00.00.0.3.0335 Bilhetes de Passagens				270,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0335 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.859,18	
3.3.90.39.48.00.00.00.0.3.0335 Serviços de Seleção e Treinamento				300,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.3.0335 Serviços Bancários				10,18	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.3.0335 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.000,00	0,00	11.000,00	6.549,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	9.123,38	0,00	9.123,38	0,00	9.123,38
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0335 Aplicações Diretas				0,00	
03.02.08.244.0801.2.042 Manut. do Bloco GSUAS - FNAS	14.965,20	0,00	14.965,20	5.077,00	9.888,20
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	8.025,00	0,00	8.025,00	1.705,18	6.319,82
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0031 Aplicações Diretas	3.940,20	0,00	3.940,20	3.371,82	568,38
3.3.90.14.00.00.00.00.0.3.0031 Diárias - Civil				2.771,82	
3.3.90.14.14.00.00.00.0.3.0031 Diárias no País - Civil				2.771,82	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0135 Material de Consumo				1.695,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0.1.0135 Material de Expediente				1.695,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0135 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0031 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				600,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.0.3.0031 Serviços de Seleção e Treinamento				600,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0135 Serviços Bancários				10,18	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0135 Aplicações Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 37

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801.2.043 Manut. do Programas Sociais - Estado	78.650,79	0,00	78.650,79	11.575,52	67.075,27
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0165 Aplicações Diretas	16.525,00	0,00	16.525,00	0,00	16.525,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0165 Aplicações Diretas	16.525,00	0,00	16.525,00	0,00	16.525,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0365 Aplicações Diretas	18.990,49	0,00	18.990,49	10.553,23	8.437,26
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0365 Material de Consumo				10.490,80	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.3.0365 Gêneros de Alimentação				10.490,80	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0365 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				62,43	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.3.0365 Serviços Bancários				62,43	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0165 Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0165 Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0365 Aplicações Diretas	16.610,30	0,00	16.610,30	1.022,29	15.588,01
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0365 Equipamentos e Material Permanente				1.022,29	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.3.0365 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.022,29	
Total por Entidade:	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 38

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
01.01 Câmara De Vereadores	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
0101.01 Legislativa	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
0101.01.031 Ação Legislativa	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
01.01.01.031.0101.2.001 Manut. das Ativ. Legislativas	362.500,00	0,00	362.500,00	308.723,78	53.776,22
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	178.652,44	0,00	178.652,44	178.652,44	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				163.652,44	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				163.652,44	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Patronais				15.000,00	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0100 Contribuições Previdenciárias - INSS				15.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas				122.301,34	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil				28.342,18	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil				28.342,18	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				7.715,05	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				7.715,05	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				1.732,85	
3.3.90.36.06.00.00.0.1.0100 Serviços Técnicos Profissionais				340,00	
3.3.90.36.27.00.00.0.1.0100 Serviços de Comunicação em Geral				167,85	
3.3.90.36.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				1.225,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				81.110,51	
3.3.90.39.11.00.00.0.1.0100 Locação de Softwares				21.010,06	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				2.255,01	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto				1.306,31	
3.3.90.39.47.00.00.0.1.0100 Serviços de Comunicação em Geral				37.911,93	
3.3.90.39.88.00.00.0.1.0100 Serviços de Publicidade e Propaganda				500,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				18.127,20	
3.3.90.46.00.00.00.0.1.0100 Auxílio-Alimentação				2.400,00	
3.3.90.46.01.00.00.0.1.0100 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				2.400,00	
3.3.90.92.00.00.00.0.1.0100 Despesas de Exercícios Anteriores				1.000,75	
3.3.90.92.30.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				419,60	
3.3.90.92.39.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				581,15	
3.3.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Opente Órgãos				0,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	650,00	0,00	650,00	0,00	650,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente	20.000,00	0,00	20.000,00	7.770,00	12.230,00
4.4.90.52.35.00.00.0.1.0100 Equipamentos de Processamento de Dados				1.890,00	
4.4.90.52.42.00.00.0.1.0100 Mobiliário em Geral				5.880,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 39

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 PODER LEGISLATIVO	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
01.01 Câmara De Vereadores	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
0101.01 Legislativa	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
0101.01.031 Ação Legislativa	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
01.01.01.031.0101.2.002 Subsídio dos Vereadores	425.000,00	0,00	425.000,00	419.565,57	5.434,43
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	425.000,00	0,00	425.000,00	419.565,57	5.434,43
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			330.414,66		
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vencimentos e salários			89.150,91		
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Patronais			89.150,91		
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0100 Contribuições Previdenciárias - INSS					
Total por Entidade:	787.500,00	0,00	787.500,00	728.289,35	59.210,65
Total Geral:	21.892.956,05	0,00	21.892.956,05	15.799.524,94	6.093.431,11

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	14.562.935,50	14.562.935,50	14.854.577,07	291.641,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	897.505,00	897.505,00	828.759,82	-68.745,18
Impostos	810.180,00	810.180,00	768.403,75	-41.776,25
Taxas	74.200,00	74.200,00	60.356,07	-13.843,93
Contribuição de Melhoria	13.125,00	13.125,00	0,00	-13.125,00
Contribuições	10.500,00	10.500,00	0,00	-10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	10.500,00	0,00	-10.500,00
Receita Patrimonial	213.600,00	213.600,00	128.700,05	-84.899,95
Valores Mobiliários	213.600,00	213.600,00	128.700,05	-84.899,95
Receita Agropecuária	6.825,00	6.825,00	0,00	-6.825,00
Receita de Serviços	91.775,00	91.775,00	119.699,03	27.924,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	89.775,00	119.699,03	29.924,03
Outros Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
Transferências Correntes	13.261.835,50	13.261.835,50	13.713.481,11	451.645,61
Transferências da União e de suas Entidades	7.770.335,50	7.770.335,50	7.812.421,02	42.085,52
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.504.500,00	4.504.500,00	4.870.235,13	365.735,13
Transferências de Outras Instituições Públicas	987.000,00	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96
Outras Receitas Correntes	80.895,00	80.895,00	63.937,06	-16.957,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.850,00	17.850,00	2.294,30	-15.555,70
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.200,00	34.200,00	4.164,67	-30.035,33
Demais Receitas Correntes	28.845,00	28.845,00	57.478,09	28.633,09
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	363.056,73	333.056,73
Alienação de Bens	0,00	0,00	165.150,00	165.150,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	165.150,00	165.150,00
Transferências de Capital	30.000,00	30.000,00	197.906,73	167.906,73
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	186.513,73	171.513,73
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	11.393,00	-3.607,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	14.592.935,50	14.592.935,50	15.217.633,80	624.698,30
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	14.592.935,50	14.592.935,50	15.217.633,80	624.698,30
DEFICIT (IV)	-	7.300.020,55	581.891,14	-
TOTAL (V) = (III + IV)	14.592.935,50	21.892.956,05	15.799.524,94	-6.093.431,11
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	4.632.077,70	4.632.077,70	-
Superávit Financeiro	-	4.632.077,70	4.632.077,70	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	13.966.685,50	15.040.011,24	13.022.450,52	12.823.231,73	12.747.995,79	2.017.560,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.766.885,50	8.062.259,98	7.648.261,80	7.648.261,80	7.648.261,80	413.998,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	6.194.800,00	6.972.751,26	5.374.188,72	5.174.969,93	5.099.733,99	1.598.562,54
DESPESAS DE CAPITAL	615.250,00	6.841.944,81	2.777.074,42	2.282.450,45	2.280.438,33	4.064.870,39
INVESTIMENTOS	607.250,00	6.833.944,81	2.777.074,42	2.282.450,45	2.280.438,33	4.056.870,39
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	14.592.935,50	21.892.956,05	15.799.524,94	15.105.682,18	15.028.434,12	6.093.431,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	14.592.935,50	21.892.956,05	15.799.524,94	15.105.682,18	15.028.434,12	6.093.431,11
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	14.592.935,50	21.892.956,05	15.799.524,94	15.105.682,18	15.028.434,12	6.093.431,11

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	7.102,23	101.191,48	68.620,14	68.620,14	38.246,57	1.427,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	6.444,00	6.380,58	6.380,58	63,42	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.102,23	94.747,48	62.239,56	62.239,56	38.183,15	1.427,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.212,50	421.072,01	187.098,70	181.909,34	216.021,35	25.353,82
INVESTIMENTOS	2.212,50	421.072,01	187.098,70	181.909,34	216.021,35	25.353,82
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.314,73	522.263,49	255.718,84	250.529,48	254.267,92	26.780,82

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	47.717,48	47.717,48	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	37.375,33	37.375,33	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.342,15	10.342,15	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.667,90	65.318,24	66.986,14	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	1.667,90	65.318,24	66.986,14	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.667,90	113.035,72	114.703,62	0,00	0,00

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO 2019
 PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
 DATA DE EMISSÃO 04/02/2020
 PÁGINA: 1

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)		15.217.633,80	Despesas Orçamentária (VII)		15.795.524,94
Ordinária		12.374.315,21	Ordinária		13.674.686,45
Vinculada		2.843.318,59	Vinculada		2.124.888,49
Alienação de Bens - Saúde		24.365,70	Alienação de Bens Móveis - Educação		2.649,24
Alienações de Bens destinados a Outros Programas		141.569,24	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		78,71
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		8.424,71	Convênio de Trânsito - Militar		688,32
Convênio de Trânsito - Civil		688,05	Convênio de Trânsito - Prefeitura		883,18
Convênio de Trânsito - Militar		940,13	Fundo 60%		1.021.381,84
Convênio de Trânsito - Prefeitura		688,32	Fundo Especial do Petróleo e Transf. de Comp. Financeira p/ Exploração de		73.433,86
Fundo 60%		940,13	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã		54.301,20
Fundo Especial do Petróleo e Transf. de Comp. Financeira p/ Exploração de		1.033.131,70	Salário-Educação		98.441,65
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã		115.265,75	Superavit Convênio Educação União		40.463,55
Salário-Educação		55.668,01	Superavit Convênio União Social		12.805,16
Transf. de recursos do PNU-Sal		98.807,97	Superavit Exercício Anterior - Recursos PNAE		11.350,79
Transferências de Convênios - União/Educação		387.711,71	Superavit FEP		32.407,49
Transferências de Convênios - União/Outros		1.239,67	Superavit Finan. Recursos SUS Estado		16.726,84
Transferências de Convênios - União/Saúde		171.655,10	Superavit Financeiro Recursos FNAS União		15.858,11
Transferências de Convênios - Estado/Educação		790,53	Superavit Financeiro Recursos SUS União		315.073,49
Transferências do Sistema Único de Assistência Social		102.883,43	superavit recursos SUAS estado		11.575,52
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado		95.084,43	superavit salário educação		2.150,13
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União		30.992,17	Superavit. Conv. Pol. Civil		575,63
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		510.075,54	Transferências de Convênios - União/Educação		479,31
Transferências Financeiras Recebidas (II)		3.889.166,19	Transferências de Convênios - Estado/Educação		7.217,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		63.945,43	Transferências do Sistema Único de Assistência Social		102.640,51
Interferências Financeiras (III)		3.889.166,19	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União		9.799,69
BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		140.754,88	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		253.713,47
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		2.310.037,99	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		40.153,25
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		693.942,76	Interferências Financeiras Concedidas (IX)		3.889.166,19
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		77.248,06	Pagamentos Extraorçamentários (X)		140.754,88
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		15.279,73	BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		140.754,88
Saldo do Exercício Anterior (V)		4.746.948,47	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		1.903.572,20
BANCO C/ MOVIMENTO		1.523.867,44	RP PROCESSADOS PAGOS		250.528,48
BANCOS C/ VINCULADAS		3.818.127,67	RP PROCESSADOS PAGOS		114.703,62
TOTAL (VI) = (II)+(III)+(IV)+(V)		26.304.531,33	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		15.279,73
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.523.069,37
			Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		4.571.523,12
			BANCO C/ MOVIMENTO		3.306.943,36
			BANCOS C/ VINCULADAS		1.264.579,76
			TOTAL (XII) = (VII)+(VIII)+(X)+(XI)		26.304.531,33

Ibiam, 04/02/2020

Belha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	6.076.677,45	PASSIVO CIRCULANTE	930.862,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.571.523,12	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR #	816.240,80
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.488.744,80	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	74.289,69
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.409,53	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.137,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.037.287,10	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.183,89
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	137.128,80	TOTAL DO PASSIVO	930.862,11
IMOBILIZADO	16.900.138,30		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		RESULTADOS ACUMULADOS	22.183.082,44
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.747.031,29
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.780.525,71
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-344.474,56
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.183.082,44
TOTAL	23.113.944,55	TOTAL	23.113.944,55

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Beltra Sistemas
 Exercício 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página: 2

ATIVO FINANCEIRO		Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO		4.577.922,78	PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	114.621,31
ATIVO CIRCULANTE		4.577.922,78	PASSIVO CIRCULANTE	114.621,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.571.523,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	74.289,69
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		6.399,66	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.137,73
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.183,89
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		4.577.922,78	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	693.842,76
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	21.591,46
			TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	830.055,53
ATIVO PERMANENTE		Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO		18.536.021,77	PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	816.240,80
ATIVO CIRCULANTE		1.486.754,67	PASSIVO CIRCULANTE	816.240,80
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		1.486.744,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	816.240,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		10.009,87		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.037.267,10	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	816.240,80
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		137.128,80		
IMOBILIZADO		16.900.138,30		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		18.536.021,77		
SALDO PATRIMONIAL				21.467.648,22

COMPENSAÇÕES		Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				
TOTAL		0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.530.777,70
			TOTAL	4.530.777,70
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL				
		DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	
ORDINÁRIA			2.513.132,53	
VINCULADA			1.234.734,72	
Alienação Bens Móveis - Saúde			4.074,24	
Alienação de Bens - Saúde			20.321,46	
Alienação de Bens Móveis - Educação			0,00	
Aliações de Bens destinados a Outros Programas			139.350,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			30.643,42	
Convênio de Trânsito - Civil			985,96	
Convênio de Trânsito - Militar			0,00	
Convênio de Trânsito - Prefeitura			1.029,90	
Fundab 60%			11.739,86	
Fundo Especial do Petróleo e Trânsito de Comp. Financeira p/ Exploração de Recursos Natur.			41.861,89	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação			1.366,81	
Salário-Educação			366,32	

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
SUPERÁVIT CONV. SAÚDE-UNIÃO	191,62
Superávit Conv. União	0,00
Superávit Convênio Educação União	0,00
Superávit Convênio União Social	0,00
Superávit Exercício Anterior - Recursos FNAE	0,00
Superávit FEP	0,00
Superávit Finan. Recursos SUS Estado	0,00
Superávit Financeiro Recursos FNAS União	0,00
Superávit Financeiro Recursos SUS União	126,17
superávit recursos SUAS estado	0,00
superávit salário educação	0,00
Superávit. Conv. Pol. Civil	0,00
Transf. de recursos do Pré-Sal	367.711,71
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	27,63
Transferências de Convênios – União/Educação	34.712,57
Transferências de Convênios – União/Outros	0,00
Transferências de Convênios – União/Saúde	8.904,25
Transferências de Convênios - Estado/Educação	42,92
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	96.416,55
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	54.117,44
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	377.955,04
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	22.788,96
TOTAL	3.747.867,25

Ibiã, 05/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.137.029,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.348.814,89
IMPOSTOS	1.294.897,81
TAXAS	53.917,08
CONTRIBUIÇÕES	70.978,09
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	70.978,09
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	78.902,93
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.902,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	134.543,27
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.843,22
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	128.700,05
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	19.929.835,63
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.889.156,19
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	16.040.679,44
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	573.954,28
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	168.802,24
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	405.152,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	20.389.997,80
PESSOAL E ENCARGOS	8.182.780,84
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.725.778,70
ENCARGOS PATRONAIS	425.107,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	31.894,64
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.214,76
PENSÕES	5.214,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.165.617,85
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.694.608,36
SERVIÇOS	3.127.795,10
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	343.214,39
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.805.695,79
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.889.156,19
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.653.384,60
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	210.907,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	52.248,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.000,00
REAValiação, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.000,00
TRIBUTÁRIAS	193.726,49
CONTRIBUIÇÕES	193.726,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31.962,07
PREMIAÇÕES	16.665,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15.296,67
Resultado Patrimonial do Período	1.747.031,29

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Ibiam, 05/02/2020

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	
							Valor

Totais:

0,00

0,00

0,00

0,00

NADA À DECLARAR

Ibiam, 05/02/2020

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2019
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	646.281,84	771.090,82	619.501,02	797.871,64
Restos a Pagar Não Processados	531.578,22	693.842,76	504.797,40	720.623,58
Restos a Pagar Processados	114.703,62	77.248,06	114.703,62	77.248,06
DEPÓSITOS	31.575,82	1.523.667,44	1.523.059,37	32.183,89
Agemed fonte 00	546,77	26.893,83	27.440,60	0,00
Agemed fonte 01	1.718,77	8.566,94	10.285,71	0,00
Agemed fonte 02	0,00	11.567,21	11.567,21	0,00
Agemed fonte 18	0,00	10.187,40	10.187,40	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 00	2.396,66	120.856,17	120.188,74	3.064,09
CONSIG. BRADESCO - FONTE 01	4.910,51	39.904,19	38.611,39	6.203,31
CONSIG. BRADESCO - FONTE 02	565,19	51.774,42	52.339,61	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 18	0,00	32.982,91	32.982,91	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 64	0,00	336,72	336,72	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 00	0,00	20.310,78	20.310,78	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 01	587,65	1.642,00	1.853,22	376,43
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 02	0,00	12.415,76	12.415,76	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 18	0,00	7.097,79	7.097,79	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 00	272,27	2.033,00	2.076,11	229,16
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 01	979,62	10.246,61	9.540,93	1.685,30
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 02	0,00	4.959,12	4.959,12	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 18	0,00	945,83	945,83	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 00	0,00	2.890,25	2.890,25	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 01	0,00	2.250,20	2.250,20	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 02	0,00	2.670,11	2.670,11	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 18	0,00	1.020,47	1.020,47	0,00
Empréstimos Consignados	0,00	25.177,60	25.177,60	0,00
INSS FOLHA	0,00	50.802,43	50.802,43	0,00
INSS FOLHA - FONTE 00	7.015,30	243.315,84	243.993,10	6.338,04
INSS FOLHA - FONTE 01	9.371,81	68.675,46	67.835,91	10.211,36
INSS FOLHA - FONTE 02	2.666,56	107.491,71	108.268,19	1.890,08
INSS FOLHA - FONTE 1138	0,00	5.311,87	5.311,87	0,00
INSS FOLHA - FONTE 18	0,00	74.248,64	74.248,64	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 01	0,00	66,00	66,00	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	504,59	504,59	0,00
INSS PREST. SERV. - FONTE 00	139,91	38.662,28	37.930,97	871,22
INSS Prest. Serviços - FONTE 32	0,00	742,53	742,53	0,00
INSS Prestação de Serviços Fonte 1133	404,80	0,00	404,80	0,00
IRPF RET	0,00	9.397,17	9.397,17	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 00	0,00	141.962,53	141.962,53	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 01	0,00	71.951,34	71.951,34	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 02	0,00	111.164,74	111.164,74	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 1138	0,00	7.462,92	7.462,92	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 18	0,00	91.032,35	91.032,35	0,00
IRRF PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	285,33	285,33	0,00
IRRF PREST. SERV. - FONTE 00	0,00	2.585,73	2.585,73	0,00
ISSQN - FONTE 00	0,00	53.648,35	52.333,45	1.314,90
ISSQN - FONTE 01	0,00	18,00	18,00	0,00
ISSQN - FONTE 02	0,00	1.713,46	1.713,46	0,00
MULTA DE TRANSITO - FONTE 0	0,00	545,09	545,09	0,00
MULTAS DE TRANSITO - FONTE 02	0,00	1.433,80	1.433,80	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	21.956,00	21.956,00	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 00	0,00	20.312,03	20.312,03	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Exercício 2019

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	31.575,82	1.523.667,44	1.523.059,37	32.183,89
Rendimento Aplicação Financeira	0,00	1.647,94	1.647,94	0,00
TOTAL GERAL	677.857,66	2.294.758,26	2.142.560,39	830.055,53

Ibiam, 05/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	22.223.179,30
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1.141.095,96
Receita Tributária	828.759,82
Receita de Serviços	119.699,03
Remuneração das Disponibilidades	128.700,05
Outras Receitas Derivadas e Originárias	63.937,06
TRANSFERÊNCIAS	13.883.994,84
Intergovernamentais	12.853.169,88
da União	7.982.934,75
dos Estados e Distrito Federal	4.870.235,13
Outras transferências correntes recebidas	1.030.824,96
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	7.198.088,50
DESEMBOLSOS	20.120.001,31
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	11.176.499,25
Administração	1.781.005,86
Agricultura	462.077,88
Assistência Social	437.519,20
Cultura	178.641,18
Desporto e Lazer	79.823,07
Educação	2.562.953,81
Encargos Especiais	179.725,42
Gestão Ambiental	64,81
Legislativa	613.186,15
Previdência Social	588.975,91
Saneamento	12.612,78
Saúde	2.775.815,03
Segurança Pública	24.986,78
Transporte	1.246.921,28
Urbanismo	232.190,09
TRANSFERÊNCIAS	210.907,00
Intergovernamentais	60.000,00
a Municípios	60.000,00
Outras Transferências Concedidas	150.907,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	8.732.595,06
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.103.177,99

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
INGRESSOS	165.150,00
Alienação de Bens	165.150,00
DESEMBOLSOS	2.471.146,34
Aquisição de Ativos Não Circulante	247.141,14
Outros Desembolsos de Investimentos	2.224.005,20
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.305.996,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
INGRESSOS	
Transferências de Capital Recebidas	197.906,73
	197.906,73
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	197.906,73

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-4.911,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4.746.948,47
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.571.523,12

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Acções/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.780.525,71	0,00	20.780.525,71
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(344.474,56)	0,00	(344.474,56)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.747.031,29	0,00	1.747.031,29
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.183.082,44	0,00	22.183.082,44

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			372.553,50
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			354.738,30
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	353.208,51		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	342.699,77		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	10.508,74		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.529,79		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	1.529,79		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.815,20
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		17.815,20	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	7.391,61		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	7.391,61		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	8.050,18		
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	6.352,20		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.697,98		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.373,41		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	495,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	550,00		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	1.208,79		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	119,62		

Total da Unidade:

372.553,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.906.564,55
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			944.494,48
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		924.994,48	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	924.480,61		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	856.058,34		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	68.422,27		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	513,87		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	513,87		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			962.070,07
3.3.40.00.00.00.00	Transferencias a Municípios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00	Contribuicoes	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		120.907,00	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	120.907,00		
3.3.50.41.02.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	114.907,00		
3.3.50.41.99.00.00	Outras Contribuições	6.000,00		
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		9.048,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	9.048,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	9.048,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		698.260,54	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	10.101,81		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	10.101,81		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	47.877,72		
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	5.772,18		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.627,87		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	2.710,80		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	1.454,00		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	7.177,40		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	1.133,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	258,00		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.833,03		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	3.222,00		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	711,40		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	819,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	567,80		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	6.265,62		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	7.419,00		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	195,15		
3.3.90.30.49.00.00	Bilhetes de Passagens	207,19		
3.3.90.30.50.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	240,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	936,03		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	5.328,25		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	227,46		
3.3.90.33.01.00.00	Passagens Para o País	227,46		
3.3.90.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	97.516,33		
3.3.90.37.07.00.00	Estagiários	97.516,33		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	513.261,51		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	158.815,39		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	149.816,51		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	885,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	600,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	3.815,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	13.299,75		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.848,08		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.219,04		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	14.300,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.948,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	7.976,51		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.949,79		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	411,94		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	1.980,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	11.060,81		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	19.013,20		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	3.136,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	5.885,45		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	85.301,04		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	22.950,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	22.950,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributárias e Contributivas	40,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	40,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	6.285,71		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	3.992,00		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	2.293,71		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		73.854,53	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.30.99.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68.700,25		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	68.700,25		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			29.425,42
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			29.425,42
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		23.425,42	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	23.425,42		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	6.250,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.992,76		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	8.287,69		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	593,99		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	358,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	4.952,98		
Total da Unidade:				1.935.989,97

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			596.823,90
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			349.346,03
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		349.346,03	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	339.184,35		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	312.796,07		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	26.388,28		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	3.106,24		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	3.106,24		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	7.055,44		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	7.055,44		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			247.477,87
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		247.477,87	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	102.163,91		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	80.803,00		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	7.656,00		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	1.000,53		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	409,10		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	10.490,78		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.804,50		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	25.600,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	25.600,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	119.713,96		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	149,50		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	8.828,01		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	607,89		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	104,13		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	26.450,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	83.574,43		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			2.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.200,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.200,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.200,00		
Total da Unidade:				599.023,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desd obramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.787.978,43
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			625.171,33
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		625.171,33	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	597.103,59		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	549.115,03		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	47.988,56		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	22.425,03		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	22.425,03		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	5.642,71		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	5.642,71		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.162.807,10
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.162.807,10	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	634.332,34		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Autom otivos	243.898,08		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	866,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	119,60		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	132,00		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	514,10		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	108,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	33.759,90		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	330,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.553,30		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.427,48		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	6.652,44		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	153.055,76		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	230,24		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	179.565,08		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	10.120,36		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	509.544,50		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.500,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	300,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	928,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	360,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	40.033,85		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.556,59		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	160.840,08		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	134.273,98		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	5.752,72		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	5.884,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.523,55		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	8.774,72		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	493,80		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	17.563,55		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	130,56		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	687,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	120.942,10		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	11.038,20		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	5.098,20		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	5.940,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	7.892,06		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	7.892,06		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.039.117,41

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			2.039.117,41
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes		2.039.117,41	
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	2.030.339,12		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	2.026.981,63		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.357,49		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	8.778,29		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.808,90		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	4.495,39		
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	2.350,00		
		124,00		
			Total da Unidade:	3.827.095,84

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.028.090,85
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.061.323,98
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.061.323,98	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.674.752,30		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.547.713,55		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	127.038,75		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	366.954,86		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	366.954,86		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.016,09		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	6.016,09		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	13.600,73		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	13.600,73		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			966.766,87
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		30.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		936.766,87	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	2.032,68		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	2.032,68		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	221.288,79		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	35.150,87		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	2.952,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	72.924,48		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.508,70		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	19.187,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	867,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	216,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	13.969,43		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	41.299,99		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.357,30		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	390,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.471,50		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	319,40		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	13.682,88		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	960,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.032,24		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out	479,00		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	479,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	600,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	600,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	712.366,40		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.240,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	23.880,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	1.398,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	690,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.833,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.850,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	520,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	3.102,20		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	575.702,56		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	29.586,17		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	8.564,24		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	14.200,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	108,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.443,27		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	22.747,50		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	268,19		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	8.343,14		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.890,13		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			240.945,47
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			240.945,47
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes		240.945,47	
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	47.087,73		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	47.087,73		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	193.857,74		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	7.677,94		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	779,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.424,80		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	5.704,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	5.817,00		
		172.455,00		

Total da Unidade: 3.269.036,32

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			347.838,37
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			217.807,61
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		217.807,61	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	208.849,62		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	192.988,85		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	15.860,77		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	8.957,99		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	8.957,99		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			130.030,76
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		130.030,76	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	307,98		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	307,98		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	17.263,48		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.829,13		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	11.534,75		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	480,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	126,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.239,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	36,50		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	18,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.650,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	1.650,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	80.397,50		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	80.397,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	14.414,80		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	25,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	140,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	156,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.300,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.364,43		
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	123,60		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.305,77		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	15.997,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	15.997,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.548,22
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.548,22
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.548,22	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.548,22		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.168,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	380,22		
Total da Unidade:				349.386,59



Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			276.105,54
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			105.542,19
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	99.064,09		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	91.516,49		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	7.547,60		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	6.478,10		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	6.478,10		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			170.563,35
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	16.880,07	170.563,35	
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	99,07		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	6.825,50		
3.3.90.30.15.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.920,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	8.035,50		
3.3.90.31.00.00.00	Premiacoos Culturais,Artist,Cientif,Despor. e Out	16.186,40		
3.3.90.31.04.00.00	Premiações Desportivas	16.186,40		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	4.879,80		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	4.879,80		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.580,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	5.580,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	127.037,08		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	19.807,50		
3.3.90.39.23.00.00	Festividades e Homenagens	34.218,00		
3.3.90.39.41.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.360,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	760,00		
3.3.90.39.96.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	3.703,21		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	67.188,37		

Total da Unidade:

276.105,54

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			177.199,97
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			177.199,97
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		177.199,97	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	177.199,97		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	177.199,97		
			Total da Unidade:	177.199,97

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.559,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.559,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.559,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.559,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Servicos de Seleção e Treinamento	1.559,00		
			Total da Unidade:	1.559,00

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			595.927,79
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			593.400,67
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		593.400,67	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	593.400,67		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	8.282,47		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	585.118,20		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.527,12
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.527,12	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	2.527,12		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	2.527,12		
Total da Unidade:				595.927,79

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			180.247,32
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.903,15
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		16.903,15	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	6.010,99		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	5.214,76		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	796,23		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.892,16		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	10.384,70		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	507,46		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			163.344,17
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		163.344,17	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	163.344,17		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP			
Total da Unidade:				180.247,32
Total do Órgão:				11.584.125,74
Total da Entidade:				11.584.125,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 15

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.074.287,59
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.781.316,05
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.200,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.768.116,05	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.318.310,97		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.213.356,55		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	104.954,42		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	314.576,01		
3.1.90.13.01.00.00	FGTS	5.123,85		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	309.452,16		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.117,59		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	12.117,59		
3.1.90.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	51.435,00		
3.1.90.34.01.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	51.435,00		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	71.676,48		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	69.206,31		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	2.470,17		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.292.971,54
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		4.500,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	4.500,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	4.500,00		
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos		25.775,00	
3.3.72.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	25.775,00		
3.3.72.39.50.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	25.775,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.056.345,43	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	15.830,19		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	15.830,19		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	494.742,94		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	73.639,91		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	12.970,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	3.283,30		
3.3.90.30.09.00.00	Material Farmacológico	297.067,08		
3.3.90.30.10.00.00	Material Odontológico	8.693,98		
3.3.90.30.11.00.00	Material Químico	322,60		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	3.964,33		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	160,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	108,00		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.770,60		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	4.319,06		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	740,00		
3.3.90.30.35.00.00	Material Laboratorial	160,00		
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	60.439,05		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	15.855,56		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	140,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	6.523,05		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.586,42		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	49.375,16		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	49.375,16		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.100,00		
3.3.90.36.30.00.00	Serviços Médicos e Odontológicos	200,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.900,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	491.517,14		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	45.618,40		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	2.460,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	3.259,30		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	6.078,09		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	21.084,60		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	22.194,87		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	6.571,18		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	3.115,31		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	147.138,50		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.933,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.632,97		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	11.029,32		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	1.429,17		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.482,28		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	7.621,72		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	17.841,12		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	183.027,31		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	780,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	780,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		206.351,11	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	206.351,11		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	206.351,11		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			277.845,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			277.845,64
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		277.845,64	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	27.000,00		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	27.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	250.845,64		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.280,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	13.465,25		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.495,39		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	650,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	231.955,00		
Total da Unidade:				3.352.133,23
Total do Órgão:				3.352.133,23
Total da Entidade:				3.352.133,23

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 17

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			133.954,33
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			133.954,33
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		133.954,33	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	4.927,68		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.927,68		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	19.055,94		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	12.602,42		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.343,73		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	746,47		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para manutenção de veículos	1.093,32		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	270,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	28.780,00		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	18.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	9.980,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica	81.190,71		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	7.852,45		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	345,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e conservação de veículos	527,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	900,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.219,10		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.823,70		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	16,15		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	496,74		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	1.881,07		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.129,50		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.022,29
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.022,29
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.022,29	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.022,29		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensilios Domesticos	1.022,29		
Total da Unidade:				134.976,62
Total do Órgão:				134.976,62
Total da Entidade:				134.976,62

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 18

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Camara De Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			720.519,35
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			598.218,01
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		598.218,01	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	494.067,10		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	494.067,10		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	104.150,91		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	104.150,91		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			122.301,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		122.301,34	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	28.342,18		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	28.342,18		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.715,05		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	7.715,05		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	1.732,85		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	340,00		
3.3.90.36.27.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	167,85		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.225,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	81.110,51		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	21.010,06		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	2.255,01		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.306,31		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	37.911,93		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	500,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.127,20		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	2.400,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	2.400,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	1.000,75		
3.3.90.92.30.00.00.00	Material de Consumo	419,60		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	581,15		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			7.770,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			7.770,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.770,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	7.770,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.890,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	5.880,00		
Total da Unidade:				728.289,35
Total do Órgão:				728.289,35
Total da Entidade:				728.289,35
TOTAL GERAL:				15.799.524,94

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			13.022.450,52
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			7.648.261,80
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		32.700,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	32.700,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	32.700,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.615.561,80	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	6.010,99		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	5.214,76		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	796,23		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.019.913,30		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	5.610.696,45		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	409.216,85		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.379.082,45		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	13.406,32		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	1.365.676,13		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	44.178,82		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	44.178,82		
3.1.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	51.435,00		
3.1.90.34.01.00.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	51.435,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	114.941,24		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	112.471,07		
3.1.90.94.11.00.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	2.470,17		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.374.188,72
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuições	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		150.907,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	120.907,00		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	114.907,00		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	6.000,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		13.548,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	13.548,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	13.548,00		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos		25.775,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	25.775,00		
3.3.72.39.50.00.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	25.775,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.843.753,08	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	68.934,13		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	68.934,13		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.569.370,42		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	449.445,37		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	26.071,87		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	103.274,42		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	297.067,08		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	8.693,98		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	322,60		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	20.788,20		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.920,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	35.284,46		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	2.393,57		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/uso Veterinário	1.000,53		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	160,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	867,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	816,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienezação	18.812,06		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	44.521,99		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	36.865,10		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	5.858,06		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	14.628,10		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	9.161,60		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	6.652,44		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	160,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	60.439,05		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	203.295,28		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	230,24		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	335,15		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	477,19		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.200,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Material/Consumo e Manutenção de Bens de Uso Comum do Povo	179.565,08		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	7.459,08		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	31.604,82		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	16.665,40		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	16.186,40		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	479,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	110.284,96		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	18.800,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	25.600,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	65.884,96		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	227,46		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens para o País	227,46		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	92.410,35		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	340,00		
3.3.90.36.27.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	167,85		
3.3.90.36.30.00.00.00	Serviços Médicos e Odontológicos	200,00		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	80.397,50		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.305,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	97.516,33		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	97.516,33		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.654.089,02		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.240,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	257.621,29		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	180.077,02		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	990,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	7.120,50		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.850,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	4.739,30		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	63.074,15		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	34.218,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serviços de Confecção, Manutenção e Instalação de Sinalização Visual Afins	1.556,59		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	575.702,56		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	181.924,68		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.516,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	201.609,78		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	24.042,53		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	65.246,28		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	33.259,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	147.138,50		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	5.884,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	22.968,10		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	15.400,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	Seguros em Geral	47.698,59		
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	123,60		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.439,04		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	17.563,55		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	28.430,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	13.308,02		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	36.989,69		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	500,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	3.823,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	27.429,78		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	648.605,47		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	22.950,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	22.950,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.400,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	2.400,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	193.726,49		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	168.442,37		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	25.284,12		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,75		
3.3.90.92.30.00.00.00	Material de Consumo	419,60		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	581,15		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	14.177,77		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	3.992,00		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	10.185,77		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		280.205,64	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.30.99.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.051,36		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	206.351,11		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	68.700,25		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.777.074,42
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			2.777.074,42
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.771.074,42	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	2.281.626,82		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	2.251.269,33		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	30.357,49		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	489.447,60		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	4.448,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	13.465,25		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	6.250,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	14.377,50		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.429,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.424,80		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	20.377,08		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	593,99		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	2.708,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.200,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	16.649,98		
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	124,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	404.410,00		
			Total:	15.799.524,94

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS			17.973.058,66
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes			17.610.001,93
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		930.352,99	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos		869.422,84	
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natu	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalhc	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalh	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.0.0.0.00	IRRF - Ordinarios	259.196,35		
4.1.1.1.3.03.1.1.02.0.0.0.00	IRRF - Educação	107.998,63		
4.1.1.1.3.03.1.1.03.0.0.0.00	IRRF - Saúde	64.799,21		
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	437.428,65		
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí	303.801,30		
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urt	223.567,36		
4.1.1.1.8.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	203.803,08		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.0.0.0.00	IPTU Receita - Ordinarios	122.282,51		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.0.0.0.00	IPTU Receita - Educação	50.950,47		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.0.0.0.00	IPTU Receita - Saude	30.570,10		
4.1.1.1.8.01.1.2.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	193,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.01.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Ordinarios	115,99		
4.1.1.1.8.01.1.2.02.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Educação	48,18		
4.1.1.1.8.01.1.2.03.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Saúde	28,83		
4.1.1.1.8.01.1.3.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	12.473,84		
4.1.1.1.8.01.1.3.01.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Ordinarios	7.484,69		
4.1.1.1.8.01.1.3.02.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Educação	3.118,29		
4.1.1.1.8.01.1.3.03.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Saúde	1.870,86		
4.1.1.1.8.01.1.4.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	7.097,44		
4.1.1.1.8.01.1.4.01.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	4.258,85		
4.1.1.1.8.01.1.4.02.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	1.774,17		
4.1.1.1.8.01.1.4.03.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	1.064,42		
4.1.1.1.8.01.4.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	80.233,94		
4.1.1.1.8.01.4.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens	80.233,94		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.0.0.0.00	ITBI Receita - Ordinários	48.140,37		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.0.0.0.00	ITBI Receita - Educação	20.058,48		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.0.0.0.00	ITBI Receita - Saúde	12.035,09		
4.1.1.1.8.02.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadoria	133.627,35		
4.1.1.1.8.02.3.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	133.627,35		
4.1.1.1.8.02.3.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	130.018,42		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.0.0.0.00	ISS Receita - Ordinários	78.013,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.0.0.0.00	ISS Receita - Educação	32.503,70		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.0.0.0.00	ISS Receita - Saúde	19.501,72		
4.1.1.1.8.02.3.2.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - M	968,31		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Ordinários	582,02		
4.1.1.1.8.02.3.2.02.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Educação	241,64		
4.1.1.1.8.02.3.2.03.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Saúde	144,65		
4.1.1.1.8.02.3.3.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - D	1.469,24		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	881,62		
4.1.1.1.8.02.3.3.02.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Educação	367,28		
4.1.1.1.8.02.3.3.03.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	220,34		
4.1.1.1.8.02.3.4.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - D	1.171,38		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	702,90		
4.1.1.1.8.02.3.4.02.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	292,82		
4.1.1.1.8.02.3.4.03.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	175,66		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas		60.930,15	
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	47.170,61		
4.1.1.2.1.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	47.170,61		
4.1.1.2.1.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	47.170,61		
4.1.1.2.1.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	38.190,48		
4.1.1.2.1.01.1.2.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multi	469,59		
4.1.1.2.1.01.1.3.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divic	4.751,42		
4.1.1.2.1.01.1.4.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divic	3.759,12		
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	13.759,54		
4.1.1.2.2.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	13.759,54		
4.1.1.2.2.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	13.759,54		
4.1.1.2.2.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	11.213,67		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	51,39		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	1.543,51		
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	950,97		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		128.700,05	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		128.700,05	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	128.700,05		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	128.700,05		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	128.700,05		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rend. Recurso da Saúde	1.566,87		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rend. Ordinários	227,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rend. CIDE	551,34		
4.1.3.2.1.00.1.1.11.00.00	Rend. Conv. Polícia Civil	0,73		
4.1.3.2.1.00.1.1.12.00.00	Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	22,47		
4.1.3.2.1.00.1.1.18.00.00	Rend. Fubdeb 60%	2.306,74		
4.1.3.2.1.00.1.1.22.00.00	Rend. Cof. Atenção Básica - Estado	619,18		
4.1.3.2.1.00.1.1.23.00.00	Rend. Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	94,04		
4.1.3.2.1.00.1.1.27.00.00	Rend. PNAE	128,24		
4.1.3.2.1.00.1.1.28.00.00	Rend. PNATE	118,09		
4.1.3.2.1.00.1.1.32.00.00	Rend. Conv. Educação - União	1.239,67		
4.1.3.2.1.00.1.1.33.00.00	Rend. Conv. da Saúde - União	790,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.34.00.00	Rend. Conv. Outros - União	1.141,37		
4.1.3.2.1.00.1.1.36.00.00	Rend. Salário Educação	213,88		
4.1.3.2.1.00.1.1.37.00.00	Rend. Bloco GSUAS	44,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.38.00.00	Rend. Bloco GBF	496,33		
4.1.3.2.1.00.1.1.39.00.00	Rend. FEP	1.048,72		
4.1.3.2.1.00.1.1.40.00.00	Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	742,18		
4.1.3.2.1.00.1.1.62.00.00	Rend. Conv. Educação - Estado	146,43		
4.1.3.2.1.00.1.1.70.00.00	Rend. Bloco Atenção Basica	9.245,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.88.00.00	Rend. Alienação de Bens - Saúde	595,70		
4.1.3.2.1.00.1.1.89.00.00	Rend. Alienação de Bens - Outros	649,24		
4.1.3.2.1.00.1.1.99.00.00	Rend. Ordinários	106.502,60		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		120.144,03	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		120.144,03	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	120.144,03		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	120.144,03		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pr	71.189,93		
4.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Mt	432,73		
4.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	37.225,71		
4.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	11.295,66		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		16.366.865,71	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		9.296.148,14	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	9.296.148,14		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.061.008,67		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.414.834,46		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.414.834,46		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM - Ordinários	2.965.933,76		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM - Educação	2.817.637,10		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM - Saúde	1.631.263,60		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	327.230,35		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	327.230,35		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 1% Dezembro - Ordinários	196.338,21		
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 1% Dezembro - Educação	81.807,59		
4.1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	FPM 1% Dezembro - Saúde	49.084,55		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	315.140,73		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	315.140,73		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 1% Julho - Ordinários	189.084,44		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 1% Julho - Educação	78.785,18		
4.1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	FPM 1% Julho - Saúde	47.271,11		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.803,13		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.803,13		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR - Ordinários	2.281,85		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR - Educação	950,81		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR - Saúde	570,47		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração	114.247,03		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	114.247,03		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	114.247,03		
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	FEP	114.247,03		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saú	317.215,83		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básic	241.585,69		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de S	241.585,69		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Atenção Basica	78.625,69		
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	PSF	78.430,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	PSF Odonto	24.530,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00	PACS	60.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de M	33.314,78		
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de	33.314,78		
4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	Transf. Recursos do SUS - MAC	33.314,78		
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em	23.816,27		
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância er	23.816,27		
4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Vigilancia em Saude	23.816,27		
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência F	11.499,09		
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência	11.499,09		
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Assistencia Farmaceutica	11.499,09		
4.1.7.1.8.03.5.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SU	7.000,00		
4.1.7.1.8.03.5.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do S	7.000,00		
4.1.7.1.8.03.5.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Gestao do SUS	7.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	154.015,77		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	98.594,09		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	98.594,09		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prog	23.970,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	23.970,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prog	31.451,68		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Prc	31.451,68		
4.1.7.1.8.08.0.0.00.00.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares	167.614,00		
4.1.7.1.8.08.1.0.00.00.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamentare	167.614,00		
4.1.7.1.8.08.1.1.00.00.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamen	167.614,00		
4.1.7.1.8.08.1.1.01.00.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamen	167.614,00		
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de /	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.1.1.37.00.00	IGD - SUAS	77.175,13		
4.1.7.1.8.12.1.1.38.00.00	IGD - PBF	17.160,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	387.711,71		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	387.711,71		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	387.711,71		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Transf. Recursos do Pré-sal	387.711,71		
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s	6.039.892,61	6.039.892,61	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	6.039.892,61		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.856.166,41		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.572.711,78		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	5.572.711,78		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	ICMS - Ordinários	3.343.627,03		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	ICMS - Educação	1.393.177,97		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	ICMS - Saúde	835.906,78		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	204.167,56		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	204.167,56		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	IPVA - Ordinários	122.500,52		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	IPVA - Educação	51.041,92		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	IPVA - Saúde	30.625,12		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	71.413,70		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	71.413,70		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	IPI - Ordinários	42.848,13		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	IPI - Educação	17.853,50		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	IPI - Saúde	10.712,07		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domi	7.873,37		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Dor	7.873,37		
4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.00	CIDE	7.873,37		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programa:	63.232,21		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Program	63.232,21		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Progra	63.232,21		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.2.8.03.1.1.22.00.00	Cof. Atenção Básica - Estado	47.815,98		
4.1.7.2.8.03.1.1.23.00.00	Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	15.416,23		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	120.493,99		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	91.144,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	91.144,00		
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	29.349,99		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados -	29.349,99		
4.1.7.2.8.10.9.1.39.00.00	Benefícios Eventuais - Social/Estado	20.545,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.40.00.00	Proteção Social Básica - Social/Estado	8.804,99		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.030.824,96	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especif	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutençã	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenç	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manuter	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Fundeb 60%	1.030.824,96		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		63.939,15	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		2.294,30	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	2.294,30		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	2.294,30		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Princ	2.294,30		
4.1.9.1.0.01.1.1.10.00.00	Multas de Trans. - Polícia Militar	688,32		
4.1.9.1.0.01.1.1.11.00.00	Multas de Trans. - Polícia Civil	688,32		
4.1.9.1.0.01.1.1.12.00.00	Multas de Trans. - Prefeitura	917,66		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		4.164,94	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	2.615,28		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	2.615,28		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	2.615,28		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	2.615,28		
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.549,66		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.549,66		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.549,66		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.549,66		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		57.479,91	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	57.479,91		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	57.479,91		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	57.478,09		
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	1,82		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			363.056,73
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		165.150,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		165.150,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	165.150,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	165.150,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Princ	165.150,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		197.906,73	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		186.513,73	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	186.513,73		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entid	170.513,73		
4.2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	170.513,73		
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - P	170.513,73		
4.2.4.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	16.000,00		
4.2.4.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	16.000,00		
4.2.4.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	16.000,00		
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua		11.393,00	
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas	11.393,00		
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrit	11.393,00		
4.2.4.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinada	11.393,00		
4.2.4.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destina	11.393,00		
9.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EI			-2.755.424,86
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			-2.755.424,86
9.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORI		-101.593,17	
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS		-101.019,09	
9.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-101.019,09		
9.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Mur	-101.012,14		
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-101.012,14		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territori	-100.932,93		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 5

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Dedução IPTU 60%	-60.560,12		
9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Dedução IPTU 25%	-25.233,07		
9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Dedução IPTU 15%	-15.139,74		
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territori	-79,21		
9.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU DIV ATIVA - PRINCIPAL	-47,56		
9.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU DIV ATIVA - EDUCACAO	-19,79		
9.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU DIV ATIVA - SAUDE	-11,86		
9.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercad	-6,95		
9.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-6,95		
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-6,95		
9.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Dedução do ISSQN	-6,95		
9.1.1.2.0.0.0.0.00.00.00	Taxas		-574,08	
9.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-1,37		
9.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-1,37		
9.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-1,37		
9.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	-1,37		
9.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Taxas Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-445,00	
9.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-445,00	
9.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-445,00		
9.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-445,00		
9.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-3,23		
9.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-394,29		
9.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-47,48		
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-2.653.384,60	
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades		-1.483.727,12	
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.483.727,12		
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União	-1.483.727,12		
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municí	-1.482.966,57		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Muni	-1.482.966,57		
9.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-FPM	-1.482.966,57		
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territori	-760,55		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução do Fundeb ITR	-760,55		
9.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ITR	-760,55		
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de		-1.169.657,48	
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.169.657,48		
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.169.657,48		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.114.541,27		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.114.541,27		
9.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.114.541,27		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA	-40.833,51		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-40.833,51		
9.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb_IPVA	-40.833,51		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-14.282,70		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-14.282,70		
9.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-IPI	-14.282,70		
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-2,09	
9.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações		-0,27	
9.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-0,27		
9.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-0,27		
9.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-0,27		
9.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações - Principal	-0,27		
9.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-1,82	
9.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-1,82		
9.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	-1,82		
9.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	-1,80		
9.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	-0,02		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 6

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Total: 15.217.633,80

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			372.553,50	372.553,50
04.122	Administração Geral			372.553,50	372.553,50
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			372.553,50	372.553,50
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			372.553,50	372.553,50

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122	Administração Geral			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.775.334,20	1.775.334,20
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			120.907,00	120.907,00
06	Segurança Pública			39.748,77	39.748,77
06.181	Policimento			38.728,77	38.728,77
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			38.728,77	38.728,77
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			23.001,95	23.001,95
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			15.726,82	15.726,82
06.182	Defesa Civil			1.020,00	1.020,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			1.020,00	1.020,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			1.020,00	1.020,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental			64,81	64,81
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			64,81	64,81
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			64,81	64,81
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental			64,81	64,81
20	Agricultura				
20.608	Promoção da Produção Agropecuária			598.959,09	598.959,09
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL			598.959,09	598.959,09
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola			598.959,09	598.959,09
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			598.959,09	598.959,09

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo		79.468,94	297.489,20	376.958,14
15.451	Infra-Estrutura Urbana		70.683,94		70.683,94
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		70.683,94		70.683,94
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios		70.683,94		70.683,94
15.452	Serviços Urbanos		8.785,00	297.489,20	306.274,20
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		8.785,00	297.489,20	306.274,20
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana			8.785,00	8.785,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			297.489,20	297.489,20
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano			8.781,54	8.781,54
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			8.781,54	8.781,54
26	Transporte				0,00
26.782	Transporte Rodoviário		1.950.870,18	8.781,54	8.781,54
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde			39.075,67	39.075,67
10.306	Alimentação e Nutrição			39.075,67	39.075,67
10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			39.075,67	39.075,67
10.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			39.075,67	39.075,67
12	Educação			3.030.276,97	3.229.960,65
12.361	Ensino Fundamental		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental		41.269,94		41.269,94
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação		158.413,74		158.413,74
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental			2.088.134,28	2.088.134,28
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			121.193,93	121.193,93
12.364	Ensino Superior			69.047,55	69.047,55
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			69.047,55	69.047,55
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			69.047,55	69.047,55
12.365	Educação Infantil			687.651,52	687.651,52
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			687.651,52	687.651,52
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			0,00	0,00
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar			142.531,86	142.531,86
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			545.119,66	545.119,66
12.367	Educação Especial			64.249,69	64.249,69
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			64.249,69	64.249,69
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			64.249,69	64.249,69

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			349.386,59	349.386,59
08.241	Assistência ao Idoso			21.224,01	21.224,01
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			21.224,01	21.224,01
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			21.224,01	21.224,01
08.244	Assistência Comunitária			328.162,58	328.162,58
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			328.162,58	328.162,58
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			225.194,19	225.194,19
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			102.968,39	102.968,39

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			192.146,16	192.146,16
13.392	Difusão Cultural			192.146,16	192.146,16
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			192.146,16	192.146,16
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			75.349,72	75.349,72
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			116.796,44	116.796,44
27	Desporto e Lazer			79.619,38	83.959,38
27.812	Desporto Comunitário		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701	ESPORTE É VIDA		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas		4.340,00	79.619,38	83.959,38

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			177.199,97	177.199,97
13.695	Turismo			177.199,97	177.199,97
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			177.199,97	177.199,97
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			177.199,97	177.199,97
22	Indústria			0,00	0,00
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 09 - Fundo Mun. De Habitação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL				0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional				0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.559,00	1.559,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.559,00	1.559,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.559,00	1.559,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.559,00	1.559,00

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social			595.927,79	595.927,79
09.272	Previdência do Regime Estatutário			595.927,79	595.927,79
09.272.0901	PREVIDÊNCIASOCIAL GERAL			595.927,79	595.927,79
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			595.927,79	595.927,79

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais			180.247,32	180.247,32
28.846	Outros Encargos Especiais			180.247,32	180.247,32
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			180.247,32	180.247,32
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos			180.247,32	180.247,32

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 13 - Reserva De Contingência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
			2.234.362,80	9.349.762,94	11.584.125,74
			2.234.362,80	9.349.762,94	11.584.125,74

Total:
Total da Entidade:

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde		27.000,00		27.000,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde		231.955,00		231.955,00
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica			2.738.532,27	2.738.532,27
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável				0,00
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.			198.484,79	198.484,79
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde			25.775,00	25.775,00
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica			62.805,35	62.805,35
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS			10.700,73	10.700,73
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado			0,00	0,00
				56.880,09	56.880,09
			258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
			258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23

Total:
Total da Entidade:

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			134.976,62	134.976,62
08.244	Assistência Comunitária			134.976,62	134.976,62
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			134.976,62	134.976,62
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			84.938,14	84.938,14
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			24.100,92	24.100,92
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			9.285,04	9.285,04
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			5.077,00	5.077,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			11.575,52	11.575,52
Total:					134.976,62
Total da Entidade:					134.976,62

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO
Unidade Orçamentária: 01 - Camara De Vereadores

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			728.289,35	728.289,35
01.031	Ação Legislativa			728.289,35	728.289,35
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO			728.289,35	728.289,35
01.031.0101.2.001	Manut. das Ativ. Legislativas			308.723,78	308.723,78
01.031.0101.2.002	Subsídio dos Vereadores			419.565,57	419.565,57
Total:					728.289,35
Total da Entidade:					728.289,35
TOTAL GERAL:					15.799.524,94

Ibiara, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			728.289,35	728.289,35
01.031	Ação Legislativa			728.289,35	728.289,35
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO			728.289,35	728.289,35
01.031.0101.2.001	Manut. das Ativ. Legislativas			308.723,78	308.723,78
01.031.0101.2.002	Subsídio dos Vereadores			419.565,57	419.565,57
04	Administração			2.268.794,70	2.268.794,70
04.122	Administração Geral			2.268.794,70	2.268.794,70
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			372.553,50	372.553,50
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			372.553,50	372.553,50
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.775.334,20	1.775.334,20
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			120.907,00	120.907,00
06	Segurança Pública			39.748,77	39.748,77
06.181	Policimento			38.728,77	38.728,77
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			38.728,77	38.728,77
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			23.001,95	23.001,95
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			15.726,82	15.726,82
06.182	Defesa Civil			1.020,00	1.020,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			1.020,00	1.020,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			1.020,00	1.020,00
08	Assistência Social			485.922,21	485.922,21
08.241	Assistência ao Idoso			21.224,01	21.224,01
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			21.224,01	21.224,01
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			21.224,01	21.224,01
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.559,00	1.559,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.559,00	1.559,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.559,00	1.559,00
08.244	Assistência Comunitária			463.139,20	463.139,20
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			463.139,20	463.139,20
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			225.194,19	225.194,19
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			102.968,39	102.968,39
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			84.938,14	84.938,14
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			24.100,92	24.100,92
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			9.285,04	9.285,04
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			5.077,00	5.077,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			11.575,52	11.575,52

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social			595.927,79	595.927,79
09.272	Previdência do Regime Estatutário			595.927,79	595.927,79
09.272.0901	PREVIDÊNCIASOCIAL GERAL			595.927,79	595.927,79
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			595.927,79	595.927,79
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		258.955,00	3.132.253,90	3.391.208,90
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde		27.000,00		27.000,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde		231.955,00		231.955,00
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica				
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável			2.738.532,27	2.738.532,27
10.301.1001.2.033	Manut. das Atividades de Saúde				0,00
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável			157.960,15	157.960,15
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC. Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.			3.731,00	3.731,00
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde			36.793,64	36.793,64
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica			25.775,00	25.775,00
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS			62.805,35	62.805,35
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado			10.700,73	10.700,73
10.306	Alimentação e Nutrição				0,00
10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			56.880,09	56.880,09
10.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			39.075,67	39.075,67
				39.075,67	39.075,67
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental		199.683,68	3.030.276,97	3.229.960,65
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação		41.269,94		41.269,94
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental		158.413,74		158.413,74
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			2.088.134,28	2.088.134,28
12.364	Ensino Superior			121.193,93	121.193,93
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			69.047,55	69.047,55
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			69.047,55	69.047,55
12.365	Educação Infantil			69.047,55	69.047,55
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			687.651,52	687.651,52
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			687.651,52	687.651,52
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar				0,00
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			142.531,86	142.531,86
12.367	Educação Especial			545.119,66	545.119,66
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			64.249,69	64.249,69
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			64.249,69	64.249,69

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			369.346,13	369.346,13
13.392	Difusão Cultural			192.146,16	192.146,16
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			192.146,16	192.146,16
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			75.349,72	75.349,72
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			116.796,44	116.796,44
13.695	Turismo			177.199,97	177.199,97
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			177.199,97	177.199,97
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			177.199,97	177.199,97
15	Urbanismo		79.468,94	297.489,20	376.958,14
15.451	Infra-Estrutura Urbana		70.683,94		70.683,94
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		70.683,94		70.683,94
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios		70.683,94		70.683,94
15.452	Serviços Urbanos		8.785,00	297.489,20	306.274,20
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		8.785,00	297.489,20	306.274,20
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana		8.785,00		8.785,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			297.489,20	297.489,20
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL				0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional				0,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano			8.781,54	8.781,54
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			8.781,54	8.781,54
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			64,81	64,81
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			64,81	64,81
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental			64,81	64,81
20	Agricultura				
20.608	Promoção da Produção Agropecuária			598.959,09	598.959,09
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL			598.959,09	598.959,09
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola			0,00	0,00
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			598.959,09	598.959,09
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
22	Indústria				0,00
22.661	Promoção Industrial				0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL				0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio				0,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural				0,00
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes		1.950.870,18	1.490.485,98	1.950.870,18
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701	ESPORTE É VIDA		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas		4.340,00	79.619,38	4.340,00
28	Encargos Especiais				
28.846	Outros Encargos Especiais				
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS				
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos				
99	Reserva de Contingência				
99.999	Reserva de Contingência				
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				
Total:				13.306.207,14	15.799.524,94

Ibiã, 04/02/2020

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRO/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	728.289,35		728.289,35
01.031	Ação Legislativa	728.289,35		728.289,35
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO	728.289,35		728.289,35
01.031.0101.2.001	Manut. das Ativ. Legislativas	308.723,78		308.723,78
01.031.0101.2.002	Subsídio dos Vereadores	419.565,57		419.565,57
4	Administração	2.268.794,70		2.268.794,70
04.122	Administração Geral	2.268.794,70		2.268.794,70
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	372.553,50		372.553,50
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	372.553,50		372.553,50
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.896.241,20		1.896.241,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas	1.775.334,20		1.775.334,20
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades	120.907,00		120.907,00
6	Segurança Pública	37.601,64	2.147,13	39.748,77
06.181	Policimento	36.581,64	2.147,13	38.728,77
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL	36.581,64	2.147,13	38.728,77
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	20.854,82	2.147,13	23.001,95
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	15.726,82		15.726,82
06.182	Defesa Civil	1.020,00		1.020,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL	1.020,00		1.020,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil	1.020,00		1.020,00
8	Assistência Social	435.883,73	50.038,48	485.922,21
08.241	Assistência ao Idoso	21.224,01		21.224,01
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	21.224,01		21.224,01
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso	21.224,01		21.224,01
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.559,00		1.559,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.559,00		1.559,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA	1.559,00		1.559,00
08.244	Assistência Comunitária	413.100,72	50.038,48	463.139,20
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	413.100,72	50.038,48	463.139,20
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social	225.194,19		225.194,19
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar	102.968,39		102.968,39
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social	84.938,14		84.938,14
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS		24.100,92	24.100,92
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS		9.285,04	9.285,04
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS		5.077,00	5.077,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado		11.575,52	11.575,52
9	Previdência Social	595.927,79		595.927,79
09.272	Previdência do Regime Estatutário	595.927,79		595.927,79
09.272.0901	PREVIDÊNCIASOCIAL GERAL	595.927,79		595.927,79
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral	595.927,79		595.927,79
10	Saúde	2.764.416,15	626.792,75	3.391.208,90
10.301	Atenção Básica	2.726.466,18	625.667,05	3.352.133,23
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE	2.726.466,18	625.667,05	3.352.133,23
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde	27.000,00		27.000,00
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde	36.560,34	195.394,66	231.955,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde	2.662.905,84	75.626,43	2.738.532,27
10.301.1001.2.033	Manut. das Atividades de Saúde		198.484,79	198.484,79
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.		25.775,00	25.775,00
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde		62.805,35	62.805,35
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica		10.700,73	10.700,73
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado		56.880,09	56.880,09
10.306	Alimentação e Nutrição	37.949,97	1.125,70	39.075,67
10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	37.949,97	1.125,70	39.075,67
10.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar	37.949,97	1.125,70	39.075,67
12	Educação	1.897.218,13	1.332.742,52	3.229.960,65
12.361	Ensino Fundamental	1.454.955,72	954.056,17	2.409.011,89
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	1.454.955,72	954.056,17	2.409.011,89
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental	10.759,78	30.510,16	41.269,94
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação	155.764,50	2.649,24	158.413,74
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	1.287.103,11	801.031,17	2.088.134,28
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar	1.328,33	119.865,60	121.193,93

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 2

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.897.218,13	1.332.742,52	3.229.960,65
12.364	Ensino Superior	69.047,55		69.047,55
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	69.047,55		69.047,55
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior	69.047,55		69.047,55
12.365	Educação Infantil	308.965,17	378.686,35	687.651,52
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	308.965,17	378.686,35	687.651,52
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	79.265,93	63.265,93	142.531,86
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche	229.699,24	315.420,42	545.119,66
12.367	Educação Especial	64.249,69		64.249,69
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	64.249,69		64.249,69
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial	64.249,69		64.249,69
13	Cultura	369.346,13		369.346,13
13.392	Difusão Cultural	192.146,16		192.146,16
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	192.146,16		192.146,16
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	75.349,72		75.349,72
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais	116.796,44		116.796,44
13.695	Turismo	177.199,97		177.199,97
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	177.199,97		177.199,97
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo	177.199,97		177.199,97
15	Urbanismo	373.600,65	3.357,49	376.958,14
15.451	Infra-Estrutura Urbana	67.326,45	3.357,49	70.683,94
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS	67.326,45	3.357,49	70.683,94
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios	67.326,45	3.357,49	70.683,94
15.452	Serviços Urbanos	306.274,20		306.274,20
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS	306.274,20		306.274,20
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana	8.785,00		8.785,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	297.489,20		297.489,20
17	Saneamento	8.781,54		8.781,54
17.512	Saneamento Básico Urbano	8.781,54		8.781,54
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	8.781,54		8.781,54
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano	8.781,54		8.781,54
18	Gestão Ambiental	64,81		64,81
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	64,81		64,81
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	64,81		64,81
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	64,81		64,81
20	Agricultura	598.959,09		598.959,09
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	598.959,09		598.959,09
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	598.959,09		598.959,09
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	598.959,09		598.959,09
26	Transporte	3.331.576,04	109.780,12	3.441.356,16
26.782	Transporte Rodoviário	3.331.576,04	109.780,12	3.441.356,16
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS	3.331.576,04	109.780,12	3.441.356,16
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural	1.950.870,18		1.950.870,18
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.380.705,86	109.780,12	1.490.485,98
27	Desporto e Lazer	83.959,38		83.959,38
27.812	Desporto Comunitário	83.959,38		83.959,38
27.812.2701	ESPORTE É VIDA	83.959,38		83.959,38
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer	4.340,00		4.340,00
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas	79.619,38		79.619,38
28	Encargos Especiais	180.247,32		180.247,32
28.846	Outros Encargos Especiais	180.247,32		180.247,32
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	180.247,32		180.247,32
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos	180.247,32		180.247,32

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAMDemonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	180.247,32		180.247,32
28.846	Outros Encargos Especiais	180.247,32		180.247,32
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	180.247,32		180.247,32
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos	180.247,32		180.247,32
Total:		13.674.666,45	2.124.858,49	15.799.524,94

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1 PODER LEGISLATIVO	728.289,35					39.748,77
2 CHEFIA DO EXECUTIVO				2.268.794,70		39.748,77
Total :	728.289,35			2.268.794,70		

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
2 CHEFIA DO EXECUTIVO	350.945,59	595.927,79	39.075,67			3.229.960,65
3 FUNDOS MUNICIPAIS	134.976,62		3.352.133,23			
Total :	485.922,21	595.927,79	3.391.208,90			3.229.960,65

ÓRGÃOS	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
2 CHEFIA DO EXECUTIVO	369.346,13	376.958,14	376.958,14		8.781,54	64,81
Total :	369.346,13	376.958,14	376.958,14		8.781,54	64,81

ÓRGÃOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		598.959,09				
Total :		598.959,09				

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 PODER LEGISLATIVO						728.289,35
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		3.441.356,16	83.959,38	180.247,32		11.584.125,74
3 FUNDOS MUNICIPAIS						3.487.109,85
Total :		3.441.356,16	83.959,38	180.247,32		15.799.524,94

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

A Lei de Meios, para o exercício de 2019 de nº 620/18 de 10 de Dezembro de 2018, estimou a receita em 14.592.935,50 e fixou a despesa em 14.592.935,50.
 Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		14.592.935,50
+ Créditos Suplementares:	8.335.822,99	
+ Créditos Especiais:	0,00	8.335.822,99
- Reduções:		1.035.802,44
DESPESA AUTORIZADA:		21.892.956,05

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 135 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 8.335.822,99, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	1.035.802,44
Despesa a Maior	7.300.020,55
TOTAL:	8.335.822,99

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 15.217.633,80, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 624.698,30, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	14.592.935,50
Arrecadação a Maior	624.698,30
Receita Arrecadada	15.217.633,80

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como o segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	17.223.185,50	17.973.058,66	749.873,16
Receitas Correntes	17.193.185,50	17.610.001,93	416.816,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	897.505,00	930.352,99	32.847,99
Impostos	810.180,00	869.422,84	59.242,84
Taxas	74.200,00	60.930,15	-13.269,85
Contribuição de Melhoria	13.125,00	0,00	-13.125,00
Contribuições	10.500,00	0,00	-10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	10.500,00	0,00	-10.500,00
Receita Patrimonial	213.600,00	128.700,05	-84.899,95
Valores Mobiliários	213.600,00	128.700,05	-84.899,95
Receita Agropecuária	6.825,00	0,00	-6.825,00
Receita de Serviços	91.775,00	120.144,03	28.369,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	30.369,03
Outros Serviços	2.000,00	0,00	-2.000,00
Transferências Correntes	15.892.085,50	16.366.865,71	474.780,21
Transferências da União e de suas Entidades	9.329.585,50	9.296.148,14	-33.437,36
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	5.575.500,00	6.039.892,61	464.392,61
Transferências de Outras Instituições Públicas	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96
Outras Receitas Correntes	80.895,00	63.939,15	-16.955,85
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.850,00	2.294,30	-15.555,70
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.200,00	4.164,94	-30.035,06
Demais Receitas Correntes	28.845,00	57.479,91	28.634,91
Receitas de Capital	30.000,00	363.056,73	333.056,73
Alienação de Bens	0,00	165.150,00	165.150,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	165.150,00	165.150,00
Transferências de Capital	30.000,00	197.906,73	167.906,73
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	186.513,73	171.513,73
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	15.000,00	11.393,00	-3.607,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADO	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-125.174,86
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-125.174,86
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELH-	0,00	-101.593,17	-101.593,17
(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-101.019,09	-101.019,09
Taxas	0,00	-574,08	-574,08

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00
(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTES	-2.630.250,00	-2.653.384,60	-23.134,60
(R) Transferências da União e de suas Entidades	-1.559.250,00	-1.483.727,12	75.522,88
(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federal	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-98.657,48
(R) DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-2,09	-2,09
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27
(R) DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-1,82	-1,82
Totais:	14.592.935,50	15.217.633,80	624.698,30

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 16.366.865,71 correspondem a 107,5520% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2016	1.110.511,98	13.191.815,12	397.178,46	14.699.505,56
2017	1.073.762,44	13.447.881,63	366.282,28	14.887.926,35
2018	1.109.236,08	14.585.986,91	604.931,24	16.300.154,23
2019	-1.512.288,64	16.366.865,71	363.056,73	15.217.633,80

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 620/18 foi de R\$ 14.592.935,50.

A Despesa realizada alcançou R\$ 15.799.524,94, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	15.040.011,24	13.022.450,52	-2.017.560,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.062.259,98	7.648.261,80	-413.998,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	-5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.972.751,26	5.374.188,72	-1.598.562,54
DESPESAS DE CAPITAL	6.841.944,81	2.777.074,42	-4.064.870,39
INVESTIMENTOS	6.833.944,81	2.777.074,42	-4.056.870,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.500,00	0,00	-2.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.500,00	0,00	-5.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	0,00	-11.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	0,00	-11.000,00
Total	21.892.956,05	15.799.524,94	-6.093.431,11

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 7.648.261,80, que representa 48,4082 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2016	10.768.947,59	921.745,13	11.690.692,72
2017	10.461.036,70	323.362,57	10.784.399,27
2018	12.068.655,63	1.251.201,12	13.319.856,75
2019	13.022.450,52	2.777.074,42	15.799.524,94

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	14.592.935,50
Créditos Suplementares:	8.335.822,99
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	1.035.802,44
Total	21.892.956,05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	14.592.935,50
Créditos Suplementares:	8.335.822,99
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	1.035.802,44
Total	21.892.956,05

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	15.799.524,94
Despesa a Menor	-6.093.431,11

RECEITA ARRECADADA

(-) Receita Prevista	14.592.935,50
RECEITA MAIOR	624.698,30

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício. As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	4.746.948,47
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	15.217.633,80
Transferências Financeiras Recebidas	3.889.156,19
Interferências Financeiras	140.754,88
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.279,73
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.523.667,44
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	693.842,76
Inscrição de Restos a Pagar Processados	77.248,06
TOTAL	26.304.531,33
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	15.799.524,94
Transferências Financeiras Concedidas	3.889.156,19
Interferências Financeiras	140.754,88
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.279,73
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.523.059,37
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	250.529,48
RP PROCESSADOS PAGOS	114.703,62
Saldo em 31/12/2019	4.571.523,12
TOTAL	26.304.531,33

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.571.523,12
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.488.744,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.409,53
Total do Ativo Circulante	6.076.677,45
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	137.128,80
IMOBILIZADO	16.900.138,30
Total do Ativo Não-Circulante	17.037.267,10
TOTAL DO ATIVO	23.113.944,55
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	816.240,80
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	74.299,69
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.137,73
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.183,89
Total do Passivo Circulante	930.862,11
TOTAL DO PASSIVO	930.862,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.183.082,44
TOTAL	23.113.944,55
ATIVO FINANCEIRO	4.577.922,78
ATIVO PERMANENTE	18.536.021,77
PASSIVO FINANCEIRO	830.055,53
PASSIVO PERMANENTE	816.240,80
SALDO PATRIMONIAL	21.467.648,22

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
Exercício 2019

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 830.055,53 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	797.871,64
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	32.183,89
DÉBITOS DA TESOUREARIA	0,00
TOTAL	830.055,53

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2019

Saldo do exercício anterior	677.857,66 D
Nova formação da dívida	2.294.758,26 D
(-) Amortização do exercício	2.142.560,39 D
Saldo do exercício de 2019	830.055,53 D

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.348.814,89
IMPOSTOS	1.294.897,81
TAXAS	53.917,08
CONTRIBUIÇÕES	70.978,09
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	70.978,09
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	78.902,93
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.902,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	134.543,27
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.843,22
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	128.700,05
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	19.929.835,63
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.889.156,19
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	16.040.679,44
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	573.954,28
REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	168.802,24
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	405.152,04
TOTAL	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	8.182.780,84
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.725.778,70
ENCARGOS PATRONAIS	425.107,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	31.894,64
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.214,76
PENSÕES	5.214,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.165.617,85
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.694.608,36
SERVIÇOS	3.127.795,10
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	343.214,39
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.805.695,79
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.889.156,19
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.653.384,60
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	210.907,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	52.248,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.000,00
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.000,00
TRIBUTÁRIAS	193.726,49
CONTRIBUIÇÕES	193.726,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31.962,07
PREMIAÇÕES	16.665,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15.296,67
TOTAL	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	1.747.031,29

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiã, 05/02/2020

Ivanir Zanin
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O-4

BALANÇO FUNDO ASSISTÊNCIA IBIAM 2019

Publicação Nº 2359066

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração DiretaBetha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	125.403,62	DESPESAS CORRENTES	133.954,33
Receita Patrimonial	1.718,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	133.954,33
Transferências Correntes	123.685,12		
DEFICIT	8.550,71		
TOTAL	133.954,33	TOTAL	133.954,33
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	8.550,71
		DESPESAS DE CAPITAL	1.022,29
		INVESTIMENTOS	1.022,29
DEFICIT	9.573,00		
TOTAL	134.976,62	TOTAL	134.976,62

Resumo

RECEITAS CORRENTES	125.403,62	DESPESAS CORRENTES	133.954,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.022,29
DEFICIT	9.573,00		
TOTAL	134.976,62	TOTAL	134.976,62

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 04/02/2020

 Maria Ivete Gomes de Oliveira
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

 Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	200.000,00	125.403,62	66.892,31	141.488,69
Receitas Correntes	200.000,00	125.403,62	66.892,31	141.488,69
Receita Patrimonial	6.900,00	1.718,50	217,18	5.398,68
Valores Mobiliários	6.900,00	1.718,50	217,18	5.398,68
Juros e Correções Monetárias	6.900,00	1.718,50	217,18	5.398,68
Remuneração de Depósitos Bancários	6.900,00	1.718,50	217,18	5.398,68
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.900,00	1.718,50	217,18	5.398,68
Rend. Ordinários	2.700,00	227,02	0,00	2.472,98
Rend. Bloco PSB - SCV	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Rend. Bloco PSB - PBF	1.050,00	208,95	0,00	841,05
Rend. Bloco GSUAS	525,00	44,02	0,00	480,98
Rend. Bloco GBF	525,00	496,33	0,00	28,67
Rend. Benefícios Eventuais - Social/Estado	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	525,00	742,18	217,18	0,00
Transferências Correntes	191.100,00	123.685,12	66.675,13	134.090,01
Transferências da União e de suas Entidades	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
Transferências da União - Específica E/M	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Soc	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	149.100,00	94.335,13	66.675,13	121.440,00
PSB - SCFV	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
PSB - PBF	75.600,00	0,00	0,00	75.600,00
IGD - SUAS	10.500,00	77.175,13	66.675,13	0,00
IGD - PBF	42.000,00	17.160,00	0,00	24.840,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Transferências dos Estados - Específica E/M	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Outras Transferências de Convênio dos Estados	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	42.000,00	29.349,99	0,00	12.650,01
Benefícios Eventuais - Social/Estado	21.000,00	20.545,00	0,00	455,00
Proteção Social Básica - Social/Estado	21.000,00	8.804,99	0,00	12.195,01
Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Demais Receitas Correntes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas - Primárias	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas - Primárias - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Totais:	200.000,00	125.403,62	66.892,31	141.488,69

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária					
03.02.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801.2.039 Manut. do Fundo M. de Assistência Social					
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0100 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0100 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0100 Material de Consumo					
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0100 Material de Expediente					
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0100 Material de Processamento de Dados					
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0100 Material para manutenção de veículos					
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0100 Material de Distribuição Gratuita					
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0100 Gêneros Alimentícios					
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0100 Outros Materiais de Distribuição Gratuita					
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0100 Limpeza de Veículos					
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0100 Manutenção e conservação de veículos					
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0100 Serviços Gráficos e Editoriais					
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0100 Telefonia fixa e Móvel					
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0100 seguros em Geral					
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0100 Serviços Bancários					
3.3.90.39.83.00.00.00.01.0100 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos					
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0100 Aplicacoes Diretas	4.200,00	0,00	4.200,00	42.537,16	4.200,00
				0,00	
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS					
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas					
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0031 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0335 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0335 Material de Consumo					
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0335 Gêneros de Alimentação					
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0135 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0031 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0335 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0135 Locação de Softwares					
	115.983,44	0,00	115.983,44	24.100,92	91.882,52
	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
	44.650,00	0,00	44.650,00	8.094,51	36.555,49
	21.050,00	0,00	21.050,00	0,00	21.050,00
	9.433,34	0,00	9.433,34	9.433,34	0,00
	7.850,10	0,00	7.850,10	6.573,07	1.277,03
				2.111,62	
				2.111,62	
				8.094,51	
				9.433,34	
				4.461,45	
				3.391,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
0302.08 Assistência Social	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
0302.08.244 Assistência Comunitária	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801.2.040 Manut. do Bloco PSB - FNAS	115.983,44	0,00	115.983,44	24.100,92	91.882,52
3.3.90.39.11.00.00.00.00.03.0335 Locação de Softwares				4.461,45	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0135 Serviços Bancários				93,51	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0135 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.610,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.03.0031 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.433,34	
03.02.08.244.0801.2.041 Manut. do Bloco GBF - FNAS	61.648,38	0,00	61.648,38	9.285,04	52.363,34
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas	31.525,00	0,00	31.525,00	0,00	31.525,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0335 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.285,04	714,96
3.3.90.14.00.00.00.00.00.03.0335 Diárias - Civil				2.155,86	
3.3.90.14.14.00.00.00.00.03.0335 Diárias no País - Civil				2.155,86	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.03.0335 Material de Consumo				270,00	
3.3.90.30.49.00.00.00.00.03.0335 Bilhetes de Passagens				270,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.03.0335 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.859,18	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.03.0335 Serviços de Seleção e Treinamento				300,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.03.0335 Serviços Bancários				10,18	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.03.0335 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.000,00	0,00	11.000,00	6.549,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas	9.123,38	0,00	9.123,38	0,00	9.123,38
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0335 Aplicacoes Diretas					
03.02.08.244.0801.2.042 Manut. do Bloco GSUAS - FNAS	14.965,20	0,00	14.965,20	5.077,00	9.888,20
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas	8.025,00	0,00	8.025,00	1.705,18	6.319,82
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0031 Aplicacoes Diretas	3.940,20	0,00	3.940,20	3.371,82	568,38
3.3.90.14.00.00.00.00.00.03.0031 Diárias - Civil				2.771,82	
3.3.90.14.14.00.00.00.00.03.0031 Diárias no País - Civil				2.771,82	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0135 Material de Consumo				1.695,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0135 Material de Expediente				1.695,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0135 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.03.0031 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				600,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.03.0031 Serviços de Seleção e Treinamento				600,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0135 Serviços Bancários				10,18	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0135 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.02 Fundo Municipal de Assistência Social	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
0302.08 Assistência Social					
0302.08.244 Assistência Comunitária	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
03.02.08.244.0801.2.043 Manut. do Programas Sociais - Estado	78.650,79	0,00	78.650,79	11.575,52	67.075,27
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0165 Aplicações Diretas	16.525,00	0,00	16.525,00	0,00	16.525,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0165 Aplicações Diretas	16.525,00	0,00	16.525,00	0,00	16.525,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0365 Aplicações Diretas	18.990,49	0,00	18.990,49	10.553,23	8.437,26
3.3.90.30.00.00.00.00.00.03.0365 Material de Consumo				10.490,80	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.03.0365 Gêneros de Alimentação				10.490,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.03.0365 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				62,43	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.03.0365 Serviços Bancários				62,43	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0165 Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0165 Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0365 Aplicações Diretas	16.610,30	0,00	16.610,30	1.022,29	15.588,01
4.4.90.52.00.00.00.00.00.03.0365 Equipamentos e Material Permanente				1.022,29	
4.4.90.52.12.00.00.00.00.03.0365 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.022,29	
Total por Entidade:	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19
Total Geral:	380.947,81	0,00	380.947,81	134.976,62	245.971,19

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira Gestora do Fundo Mun. Ass. Social	Elza Rinakli Coser CRC/SC 020276/O4
--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00	125.403,62	-74.596,38
Receita Patrimonial	6.900,00	6.900,00	1.718,50	-5.181,50
Valores Mobiliários	6.900,00	6.900,00	1.718,50	-5.181,50
Transferências Correntes	191.100,00	191.100,00	123.685,12	-67.414,88
Transferências da União e de suas Entidades	149.100,00	149.100,00	94.335,13	-54.764,87
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	42.000,00	42.000,00	29.349,99	-12.650,01
Outras Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
Demais Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	200.000,00	200.000,00	125.403,62	-74.596,38
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	200.000,00	200.000,00	125.403,62	-74.596,38
DEFICIT (IV)	105.000,00	180.947,81	9.573,00	-
TOTAL (V) = (III + IV)	305.000,00	380.947,81	134.976,62	-245.971,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	75.947,81	40.238,79	-
Superávit Financeiro	-	75.947,81	40.238,79	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	276.800,00	327.014,13	133.954,33	133.954,33	133.954,33	193.059,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.100,00	33.100,00	0,00	0,00	0,00	33.100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.700,00	293.914,13	133.954,33	133.954,33	133.954,33	159.959,80
DESPESAS DE CAPITAL	28.200,00	53.933,68	1.022,29	1.022,29	1.022,29	52.911,39
INVESTIMENTOS	28.200,00	53.933,68	1.022,29	1.022,29	1.022,29	52.911,39
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	305.000,00	380.947,81	134.976,62	134.976,62	134.976,62	245.971,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	305.000,00	380.947,81	134.976,62	134.976,62	134.976,62	245.971,19
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	305.000,00	380.947,81	134.976,62	134.976,62	134.976,62	245.971,19

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS			LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	(b)				
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	589,00	589,00	589,00	589,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	589,00	589,00	589,00	589,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	589,00	589,00	589,00	589,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS			PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	(b)			
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira

Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO 2019
PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
DATA DE EMISSÃO 04/02/2020
PÁGINA: 1

INGRESSOS		Exercício Atual	DESPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)		125.403,62	Despesas Orçamentária (VII)		134.976,62
Ordinária		227,02	Ordinária		84.938,14
Vinculada		125.176,60	Vinculada		50.038,48
Transferências do Sistema Único de Assistência Social		95.084,43	Superavit Convênio União Social		12.805,16
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado		30.092,17	Superavit Financeiro Recursos FNAS União		15.888,11
Transferências Financeiras Recebidas (II)		120.000,00	superavit recursos SUAS estado		11.575,52
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		120.000,00	Transferências do Sistema Único de Assistência Social		9.799,69
Interferências Financeiras (III)		540,75	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		0,00
BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		540,75	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		0,00	Interferências Financeiras Concedidas (IX)		540,75
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		540,75
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	Pagamentos Extraorçamentários (X)		589,00
Saldo do Exercício Anterior (V)		81.443,14	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		589,00
BANCO C/ MOVIMENTO		5.430,64	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		191.281,14
BANCOS C/ VINCULADAS		76.012,50	BANCO C/ MOVIMENTO		40.719,52
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)		327.387,51	BANCOS C/ VINCULADAS		150.561,62
			TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)		327.387,51

Ibiã, 04/02/2020

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	191.281,14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	191.281,14	RESULTADOS ACUMULADOS	407.386,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE	216.105,44	RESULTADO DO EXERCÍCIO	106.261,27
IMOBILIZADO	216.105,44	RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	329.593,93
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-28.468,62
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	407.386,58
TOTAL	407.386,58	TOTAL	407.386,58

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	191.281,14
ATIVO CIRCULANTE	191.281,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	191.281,14
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	191.281,14
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	216.105,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	216.105,44
IMOBILIZADO	216.105,44
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	216.105,44

SALDO PATRIMONIAL	407.386,58
--------------------------	-------------------

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	65.880,00
TOTAL	0,00	TOTAL	65.880,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
ORDINÁRIA	40.719,52
VINCULADA	150.561,62
Superavit Convênio União Social	0,00
Superavit Convênio Recursos FNAS União	0,00
Superavit Financeiro Recursos FNAS União	0,00
superavit recursos SUAS estado	0,00
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	27,63
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	96.416,55

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	54.117,44
TOTAL	191.281,14

Ibiara, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	245.403,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.718,50
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.718,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	149.349,99
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	29.349,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	94.335,13
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	94.335,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	139.142,35
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	138.023,45
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	47.835,94
SERVIÇOS	86.118,39
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.069,12
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.118,90
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.118,90
Resultado Patrimonial do Período	106.261,27

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira

Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações			Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant		Emissão	Resgate	
						Valor

Totais: 0,00 0,00 0,00 0,00

NADA À DECLARAR

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira

Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	589,00	0,00	589,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	589,00	0,00	589,00	0,00
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira

Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Exercício 2019

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	245.944,37
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1.718,50
Remuneração das Disponibilidades	1.718,50
TRANSFERÊNCIAS	123.685,12
Intergovernamentais	123.685,12
da União	94.335,13
dos Estados e Distrito Federal	29.349,99
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	120.540,75
DESEMBOLSOS	134.495,08
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	133.954,33
Assistência Social	133.954,33
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	540,75
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	111.449,29

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	1.611,29
Aquisição de Ativos Não Circulante	589,00
Outros Desembolsos de Investimentos	1.022,29
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.611,29

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	109.838,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	81.443,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	191.281,14

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Acções/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.593,93	0,00	329.593,93
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(28.468,62)	0,00	(28.468,62)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.261,27	0,00	106.261,27
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407.386,58	0,00	407.386,58

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			133.954,33
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			133.954,33
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		133.954,33	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	4.927,68		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.927,68		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	19.055,94		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	12.602,42		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.343,73		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	746,47		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para manutenção de veículos	1.093,32		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	270,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	28.780,00		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	18.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	9.980,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	81.190,71		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	7.852,45		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	345,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e conservação de veículos	527,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	900,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.219,10		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.823,70		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	16,15		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	496,74		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	1.881,07		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.129,50		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.022,29
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.022,29
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.022,29	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.022,29		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensilios Domesticos	1.022,29		
Total da Unidade:				134.976,62
Total do Órgão:				134.976,62
Total da Entidade:				134.976,62
TOTAL GERAL:				134.976,62

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
 Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			125.403,62
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			125.403,62
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		1.718,50	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		1.718,50	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.718,50		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.718,50		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.718,50		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rend. Ordinários	227,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.36.00.00	Rend. Bloco PSB - PBF	208,95		
4.1.3.2.1.00.1.1.37.00.00	Rend. Bloco GSUAS	44,02		
4.1.3.2.1.00.1.1.38.00.00	Rend. Bloco GBF	496,33		
4.1.3.2.1.00.1.1.40.00.00	Rend. Proteção Social Básica - Social/Estado	742,18		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		123.685,12	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		94.335,13	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de /	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de	94.335,13		
4.1.7.1.8.12.1.1.37.00.00	IGD - SUAS	77.175,13		
4.1.7.1.8.12.1.1.38.00.00	IGD - PBF	17.160,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua		29.349,99	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	29.349,99		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	29.349,99		
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	29.349,99		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados -	29.349,99		
4.1.7.2.8.10.9.1.39.00.00	Benefícios Eventuais - Social/Estado	20.545,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.40.00.00	Proteção Social Básica - Social/Estado	8.804,99		

Total: 125.403,62

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			133.954,33
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			133.954,33
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	4.927,68		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.927,68		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	19.055,94		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	12.602,42		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.343,73		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	746,47		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para manutenção de veículos	1.093,32		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	270,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	28.780,00		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	18.800,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	9.980,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	81.190,71		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	7.852,45		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	345,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e conservação de veículos	527,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	900,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.219,10		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.823,70		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	16,15		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	496,74		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	1.881,07		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	63.129,50		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.022,29
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.022,29
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.022,29	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.022,29		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domesticos	1.022,29		
			Total:	134.976,62

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			134.976,62	134.976,62
08.244	Assistência Comunitária			134.976,62	134.976,62
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			134.976,62	134.976,62
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			84.938,14	84.938,14
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			24.100,92	24.100,92
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			9.285,04	9.285,04
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			5.077,00	5.077,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			11.575,52	11.575,52
Total:					134.976,62
Total da Entidade:					134.976,62
TOTAL GERAL:					134.976,62

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira

Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			134.976,62	134.976,62
08.244	Assistência Comunitária			134.976,62	134.976,62
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			134.976,62	134.976,62
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social			84.938,14	84.938,14
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS			24.100,92	24.100,92
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS			9.285,04	9.285,04
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS			5.077,00	5.077,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado			11.575,52	11.575,52
Total:				0,00	134.976,62

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	Assistência Social	84.938,14	50.038,48	134.976,62
08.244	Assistência Comunitária	84.938,14	50.038,48	134.976,62
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	84.938,14	50.038,48	134.976,62
08.244.0801.2.039	Manut. do Fundo M. de Assistência Social	84.938,14		84.938,14
08.244.0801.2.040	Manut. do Bloco PSB - FNAS		24.100,92	24.100,92
08.244.0801.2.041	Manut. do Bloco GBF - FNAS		9.285,04	9.285,04
08.244.0801.2.042	Manut. do Bloco GSUAS - FNAS		5.077,00	5.077,00
08.244.0801.2.043	Manut. do Programas Sociais - Estado		11.575,52	11.575,52
Total:		84.938,14	50.038,48	134.976,62

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
3 FUNDOS MUNICIPAIS		134.976,62				
Total :		134.976,62				

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
3 FUNDOS MUNICIPAIS						134.976,62
Total :						134.976,62

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2019 de nº 620/18 de 10 de Dezembro de 2018, estimou a receita em 200.000,00 e fixou a despesa em 305.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		305.000,00
+ Créditos Suplementares:	75.947,81	
+ Créditos Especiais:	0,00	75.947,81
- Reduções:		0,00
DESPESA AUTORIZADA:		380.947,81

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 7 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 75.947,81, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	0,00
Despesa a Maior	75.947,81
TOTAL:	75.947,81

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 125.403,62, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 74.596,38, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	200.000,00
Arrecadação a Menor	-74.596,38
Receita Arrecadada	125.403,62

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	200.000,00	125.403,62	-74.596,38
Receitas Correntes	200.000,00	125.403,62	-74.596,38
Receita Patrimonial	6.900,00	1.718,50	-5.181,50
Valores Mobiliários	6.900,00	1.718,50	-5.181,50
Transferências Correntes	191.100,00	123.685,12	-67.414,88
Transferências da União e de suas Entidades	149.100,00	94.335,13	-54.764,87
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	42.000,00	29.349,99	-12.650,01
Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,00	-2.000,00
Demais Receitas Correntes	2.000,00	0,00	-2.000,00
Totais:	200.000,00	125.403,62	-74.596,38

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 123.685,12 correspondem a 98,6296% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2016	7.648,83	59.253,71	0,00	66.902,54
2017	4.157,94	126.264,28	0,00	130.422,22
2018	2.658,87	104.304,95	0,00	106.963,82
2019	1.718,50	123.685,12	0,00	125.403,62

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 620/18 foi de R\$ 305.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 134.976,62, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	327.014,13	133.954,33	-193.059,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.100,00	0,00	-33.100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	293.914,13	133.954,33	-159.959,80
DESPESAS DE CAPITAL	53.933,68	1.022,29	-52.911,39
INVESTIMENTOS	53.933,68	1.022,29	-52.911,39

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

ANÁLISE DA DESPESA

Betha Sistemas
Exercício 2019

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 620/18 foi de R\$ 305.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 134.976,62, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS DE CAPITAL	53.933,68	1.022,29	-52.911,39
INVESTIMENTOS	53.933,68	1.022,29	-52.911,39
Total	380.947,81	134.976,62	-245.971,19

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 133.954,33, que representa 99,2426 % do total.
O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS	Correntes	Capital	Total
2016	123.144,62	25.101,45	148.246,07
2017	101.089,42	17.132,77	118.222,19
2018	179.752,33	36.780,57	216.532,90
2019	133.954,33	1.022,29	134.976,62

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	305.000,00
Créditos Suplementares:	75.947,81
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	0,00
Total	380.947,81

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	134.976,62
Despesa a Menor	-245.971,19

RECEITA ARRECADADA

(-) Receita Prevista	125.403,62
RECEITA MENOR	200.000,00
	-74.596,38

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA****BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	81.443,14
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	125.403,62
Transferências Financeiras Recebidas	120.000,00
Interferências Financeiras	540,75
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00
TOTAL	327.387,51
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	134.976,62
Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Interferências Financeiras	540,75
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	589,00
 Saldo em 31/12/2019	 191.281,14
TOTAL	327.387,51

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	191.281,14
Total do Ativo Circulante	191.281,14
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
IMOBILIZADO	216.105,44
Total do Ativo Não-Circulante	216.105,44
TOTAL DO ATIVO	407.386,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	407.386,58
TOTAL	407.386,58
ATIVO FINANCEIRO	191.281,14
ATIVO PERMANENTE	216.105,44
PASSIVO FINANCEIRO	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL	407.386,58

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IBIAM

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.
Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo para o exercício seguinte	0,00

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 0,00 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	0,00
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	0,00
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	0,00

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2019

Saldo do exercício anterior	589,00 D
Nova formação da dívida	0,00 D
(-) Amortização do exercício	589,00 D
Saldo do exercício de 2019	0,00 D

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.718,50
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.718,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	149.349,99
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	29.349,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	94.335,13
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	94.335,13
TOTAL	245.403,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	138.023,45
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	47.835,94
SERVIÇOS	86.118,39
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.069,12
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.118,90
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.118,90
TOTAL	139.142,35
RESULTADO PATRIMONIAL	106.261,27

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete Gomes de Oliveira
Gestora do Fundo Mun. Ass. Social

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

BALANÇO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAM 2019

Publicação Nº 2359081

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2019 de nº 620/18 de 10 de Dezembro de 2018, estimou a receita em 492.935,50 e fixou a despesa em 3.235.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		3.235.000,00
+ Créditos Suplementares:	1.223.756,28	
+ Créditos Especiais:	0,00	1.223.756,28
- Reduções:		564.500,00
DESPESA AUTORIZADA:		3.894.256,28

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 43 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 1.223.756,28, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	564.500,00
Despesa a Maior	659.256,28
TOTAL:	1.223.756,28

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 600.774,07, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 107.838,57, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	492.935,50
Arrecadação a Maior	107.838,57
Receita Arrecadada	600.774,07

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	492.935,50	600.774,07	107.838,57
Receitas Correntes	488.935,50	560.974,07	72.038,57
Receita Patrimonial	19.800,00	12.912,03	-6.887,97
Valores Mobiliários	19.800,00	12.912,03	-6.887,97
Transferências Correntes	469.135,50	548.062,04	78.926,54
Transferências da União e de suas Entidades	416.635,50	484.829,83	68.194,33
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	52.500,00	63.232,21	10.732,21
Receitas de Capital	4.000,00	39.800,00	35.800,00
Alienação de Bens	0,00	23.800,00	23.800,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	23.800,00	23.800,00
Transferências de Capital	4.000,00	16.000,00	12.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.000,00	16.000,00	14.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	2.000,00	0,00	-2.000,00
Totais:	492.935,50	600.774,07	107.838,57

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 548.062,04 correspondem a 91,2260% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2016	41.867,70	445.526,30	100.000,00	587.394,00
2017	26.775,61	366.150,17	0,00	392.925,78
2018	14.831,27	442.324,62	408.600,00	865.755,89
2019	12.912,03	548.062,04	39.800,00	600.774,07

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Exercício 2019

Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 548.062,04 correspondem a 91,2260% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2016	41.867,70	445.526,30	100.000,00	587.394,00
2017	26.775,61	366.150,17	0,00	392.925,78
2018	14.831,27	442.324,62	408.600,00	865.755,89
2019	12.912,03	548.062,04	39.800,00	600.774,07

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 620/18 foi de R\$ 3.235.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 3.352.133,23, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	3.511.314,95	3.074.287,59	-437.027,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.878.798,13	1.781.316,05	-97.482,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.632.516,82	1.292.971,54	-339.545,28
DESPESAS DE CAPITAL	382.941,33	277.845,64	-105.095,69
INVESTIMENTOS	382.941,33	277.845,64	-105.095,69
Total	3.894.256,28	3.352.133,23	-542.123,05

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 1.781.316,05 , que representa 53,1398 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2016	2.449.139,52	61.522,00	2.510.661,52
2017	2.426.555,52	106.289,86	2.532.845,38
2018	2.659.545,88	377.736,15	3.037.282,03
2019	3.074.287,59	277.845,64	3.352.133,23

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	3.235.000,00
Créditos Suplementares:	1.223.756,28
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	564.500,00
Total	3.894.256,28

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	3.352.133,23
Despesa a Menor	-542.123,05

RECEITA ARRECADADA

(-) Receita Prevista	492.935,50
RECEITA A MAIOR	107.838,57

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM****Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta****GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA
BALANÇO FINANCEIRO**Betha Sistemas
Exercício 2019

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	568.858,38
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	600.774,07
Transferências Financeiras Recebidas	2.922.445,54
Interferências Financeiras	16.627,27
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.502,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	319.091,76
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	65.553,97
Inscrição de Restos a Pagar Processados	6.970,47
TOTAL	4.501.824,15
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	3.352.133,23
Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Interferências Financeiras	16.627,27
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.502,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	320.838,23
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	16.057,81
RP PROCESSADOS PAGOS	15.777,80
Saldo em 31/12/2019	778.887,12
TOTAL	4.501.824,15

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2019**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	778.887,12
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	63,42
Total do Ativo Circulante	778.950,54
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
IMOBILIZADO	1.690.379,17
Total do Ativo Não-Circulante	1.690.379,17
TOTAL DO ATIVO	2.469.329,71
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	161.295,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.970,47
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.890,08
Total do Passivo Circulante	170.155,65
TOTAL DO PASSIVO	170.155,65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.299.174,06
TOTAL	2.469.329,71
ATIVO FINANCEIRO	778.950,54
ATIVO PERMANENTE	1.690.379,17
PASSIVO FINANCEIRO	95.742,98
PASSIVO PERMANENTE	161.295,10
SALDO PATRIMONIAL	2.212.291,63

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 95.742,98 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	93.852,90
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	1.890,08
DÉBITOS DA TESOUREARIA	0,00
TOTAL	95.742,98

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2019

Saldo do exercício anterior	246.340,78 D
Nova formação da dívida	391.616,20 D
(-) Amortização do exercício	542.214,00 D
Saldo do exercício de 2019	95.742,98 D

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	12.912,03
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.912,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.227.263,44
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.922.445,54
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	304.817,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	331.148,47
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	87.904,33
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	243.244,14
TOTAL	3.571.323,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	1.869.553,38
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.517.119,57
ENCARGOS PATRONAIS	320.539,17
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	31.894,64
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.442.106,03
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	550.235,55
SERVIÇOS	773.261,92
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	118.608,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	17.700,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	17.700,00
TRIBUTÁRIAS	780,00
CONTRIBUIÇÕES	780,00
TOTAL	3.330.139,41

RESULTADO PATRIMONIAL 241.184,53

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete G. de Oliveira
 Gestor Fundo M. de Saúde

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes			
Receita Patrimonial	560.974,07	DESPESAS CORRENTES	3.074.287,59
Transferências Correntes	12.912,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.781.316,05
	548.062,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.292.971,54
DEFICIT	2.513.313,52		
TOTAL	3.074.287,59	TOTAL	3.074.287,59
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.513.313,52
Receitas de Capital			
Alienação de Bens	39.800,00	DESPESAS DE CAPITAL	277.845,64
Transferências de Capital	23.800,00	INVESTIMENTOS	277.845,64
	16.000,00		
DEFICIT	2.751.359,16		
TOTAL	3.352.133,23	TOTAL	3.352.133,23

Resumo

RECEITAS CORRENTES	560.974,07	DESPESAS CORRENTES	3.074.287,59
RECEITAS DE CAPITAL	39.800,00	DESPESAS DE CAPITAL	277.845,64
DEFICIT	2.751.359,16		
TOTAL	3.352.133,23	TOTAL	3.352.133,23

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	492.935,50	600.774,07	401.381,58	293.543,01
Receitas Correntes	488.935,50	560.974,07	361.581,58	289.543,01
Receita Patrimonial	19.800,00	12.912,03	4.160,59	11.048,56
Valores Mobiliários	19.800,00	12.912,03	4.160,59	11.048,56
Juros e Correções Monetárias	19.800,00	12.912,03	4.160,59	11.048,56
Remuneração de Depósitos Bancários	19.800,00	12.912,03	4.160,59	11.048,56
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	19.800,00	12.912,03	4.160,59	11.048,56
Rend. Recurso da Saúde	6.150,00	1.566,87	0,00	4.583,13
Rend. Cof. Atenção Básica - Estado	525,00	619,18	94,18	0,00
Rend. Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	525,00	94,04	0,00	430,96
Rend. Conv. da Saúde - União	2.100,00	790,53	0,00	1.309,47
Rend. Con. da Saúde - Estado	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Rend. Bloco Atenção Basica	5.775,00	9.245,71	3.470,71	0,00
Rend. Bloco MAC	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Bloco Vigilancia em Saude	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Rend. Bloco Assistencia Farmaceutica	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Rend. Alienação de Bens - Saúde	0,00	595,70	595,70	0,00
Transferências Correntes	469.135,50	548.062,04	357.420,99	278.494,45
Transferências da União e de suas Entidades	416.635,50	484.829,83	340.388,78	272.194,45
Transferências da União - Especifica E/M	416.635,50	484.829,83	340.388,78	272.194,45
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - R	366.635,50	317.215,83	172.774,78	222.194,45
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	283.535,50	241.585,69	162.960,00	204.909,81
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	283.535,50	241.585,69	162.960,00	204.909,81
Transf. Rec. SUS - Atenção Basica	283.535,50	78.625,69	0,00	204.909,81
PSF	0,00	78.430,00	78.430,00	0,00
PSF Odonto	0,00	24.530,00	24.530,00	0,00
PACS	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta C	25.250,00	33.314,78	8.064,78	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta	25.250,00	33.314,78	8.064,78	0,00
Transf. Recursos do SUS - MAC	25.250,00	33.314,78	8.064,78	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	40.000,00	23.816,27	0,00	16.183,73
Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Pr	40.000,00	23.816,27	0,00	16.183,73
Transf. Rec. SUS - Vigilancia em Saude	40.000,00	23.816,27	0,00	16.183,73
Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	12.600,00	11.499,09	0,00	1.100,91
Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêuti	12.600,00	11.499,09	0,00	1.100,91
Transf. Rec. SUS - Assistencia Farmaceutica	12.600,00	11.499,09	0,00	1.100,91
Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	5.250,00	7.000,00	1.750,00	0,00
Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS - Princip	5.250,00	7.000,00	1.750,00	0,00
Transf. Rec. SUS - Gestao do SUS	5.250,00	7.000,00	1.750,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - E	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transf. Rec. SUS - Atenção Basica (Investimento)	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individua	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individu	0,00	167.614,00	167.614,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
Transferências dos Estados - Especifica E/M	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde –	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saú	52.500,00	63.232,21	17.032,21	6.300,00
SUS - MAC - Estado	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Cof. Atenção Básica - Estado	33.600,00	47.815,98	14.215,98	0,00
Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	12.600,00	15.416,23	2.816,23	0,00
Receitas de Capital	4.000,00	39.800,00	39.800,00	4.000,00
Alienação de Bens	0,00	23.800,00	23.800,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	23.800,00	23.800,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	23.800,00	23.800,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	23.800,00	23.800,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	23.800,00	23.800,00	0,00
Transferências de Capital	4.000,00	16.000,00	16.000,00	4.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.000,00	16.000,00	16.000,00	2.000,00
Transferências da União	2.000,00	16.000,00	16.000,00	2.000,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de S	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Transferências da União	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Outras Transferências da União	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e c	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Únic	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Totais:	492.935,50	600.774,07	401.381,58	293.543,01

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 1

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.1.074 Ampliação da Rede Física da Saúde					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	27.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0133 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0163 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0302 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0302 Obras e Instalações	27.000,00	0,00	27.000,00	27.000,00	0,00
4.4.90.51.98.00.00.0.3.0302 Obras Contratadas				27.000,00	27.000,00
03.01.10.301.1001.1.075 Aquisição de Veículos - Saúde					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	258.098,50	0,00	258.098,50	231.955,00	26.143,50
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0133 Aplicacoes Diretas	41.000,00	0,00	41.000,00	16.856,50	24.143,50
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0163 Aplicacoes Diretas	2.462,06	0,00	2.462,06	2.462,06	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0388 Aplicacoes Diretas	192.932,60	0,00	192.932,60	192.932,60	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0102 Equipamentos e Material Permanente	19.703,84	0,00	19.703,84	19.703,84	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0338 Equipamentos e Material Permanente				16.856,50	2.462,06
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0388 Equipamentos e Material Permanente				192.932,60	192.932,60
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0102 Veículos de Tração Mecânica				19.703,84	16.856,50
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0138 Veículos de Tração Mecânica				19.703,84	16.856,50
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0338 Veículos de Tração Mecânica				2.462,06	2.462,06
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0388 Veículos de Tração Mecânica				192.932,60	192.932,60
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde					
3.1.71.00.00.00.00.0.1.0102 Transf. a Consórcios Públicos	2.943.028,50	0,00	2.943.028,50	2.738.532,27	204.496,23
3.1.71.70.00.00.00.0.1.0102 Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00	0,00	13.200,00	13.200,00	0,00
3.1.71.70.01.00.00.0.1.0102 Rateio pela Participação em Consórcio Público				13.200,00	13.200,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	1.469.000,00	0,00	1.469.000,00	1.460.992,40	8.007,60
3.1.90.00.00.00.00.0.3.0302 Aplicacoes Diretas	75.000,00	0,00	75.000,00	71.896,96	3.104,04
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0102 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.030.279,04	60.958,10
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0302 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				951.555,74	60.958,10
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0102 vencimentos e salários					
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0302 vencimentos e salários					

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10 Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saude	2.943.028,50	0,00	2.943.028,50	204.496,23
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0102 13º salário	78.723,30		78.723,30	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0102 Obrigações Patronais	297.372,06		297.372,06	
3.1.90.13.00.00.00.0.3.0302 Obrigações Patronais	10.603,09		10.603,09	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.0102 FGTS	5.123,55		5.123,55	
3.1.90.13.01.00.00.0.3.0302 FGTS	0,30		0,30	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0102 Contribuições Previdenciárias - INSS	292.248,51		292.248,51	
3.1.90.13.02.00.00.0.3.0302 Contribuições Previdenciárias - INSS	10.602,79		10.602,79	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0102 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.229,82		10.229,82	
3.1.90.16.00.00.00.0.3.0302 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	334,77		334,77	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0102 Serviços Extraordinários	10.229,82		10.229,82	
3.1.90.16.44.00.00.0.3.0302 Serviços Extraordinários	334,77		334,77	
3.1.90.34.00.00.00.0.1.0102 Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	51.435,00		51.435,00	
3.1.90.34.01.00.00.0.1.0102 Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	51.435,00		51.435,00	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0102 Indenizações Restituições Trabalhistas	71.676,48		71.676,48	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0102 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	69.206,31		69.206,31	
3.1.90.94.11.00.00.0.1.0102 Licença-prêmio Convidada em Pecúnia	2.470,17		2.470,17	
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0102 Transferências a Consórcios Públicos	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.0.1.0102 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				
3.3.71.70.01.00.00.0.1.0102 Participação em Consórcio Público				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	954.700,00	0,00	954.700,00	27.165,62
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	137.614,00	0,00	137.614,00	91.987,57
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0102 Diárias - Civil				
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0102 Diárias no País - Civil				
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0102 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0138 Material de Consumo				
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0102 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0102 Gás Engarrafado				
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0102 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.09.00.00.0.1.0102 Material Farmacológico				
3.3.90.30.09.00.00.0.1.0138 Material Farmacológico				
3.3.90.30.10.00.00.0.1.0102 Material Odontológico				
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0102 Material de Expediente				
3.3.90.30.19.00.00.0.1.0102 Material de Acondicionamento e Embalagem				

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde				
0301.10.301 Atenção Básica				
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE				
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde				
3.3.90.30.21.00.00.00.0.1.0102 Material de Copa e Cozinha				
3.3.90.30.22.00.00.00.0.1.0102 Material de Limpeza e Produção de Higienização				
3.3.90.30.25.00.00.00.0.1.0102 Material para Manutenção de Bens Móveis				
3.3.90.30.35.00.00.00.0.1.0102 Material Laboratorial				
3.3.90.30.36.00.00.00.0.1.0102 Material Hospitalar				
3.3.90.30.36.00.00.00.0.1.0138 Material Hospitalar				
3.3.90.30.39.00.00.00.0.1.0102 Material para Manutenção de Veículos				
3.3.90.30.44.00.00.00.0.1.0102 Material de Sinalização Visual e Afins				
3.3.90.30.96.00.00.00.0.1.0102 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				
3.3.90.30.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.32.00.00.00.00.0.1.0102 Material de Distribuição Gratuita				
3.3.90.32.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				
3.3.90.36.00.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.36.30.00.00.00.0.1.0102 Serviços Médicos e Odontológicos				
3.3.90.36.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.0102 Serviços Técnicos Profissionais				
3.3.90.39.15.00.00.00.0.1.0102 Limpeza de Veículos				
3.3.90.39.17.00.00.00.0.1.0102 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				
3.3.90.39.19.00.00.00.0.1.0102 Manutenção e Conservação de Veículos				
3.3.90.39.28.00.00.00.0.1.0102 Coleta de Lixo e Derramados Resíduos				
3.3.90.39.43.00.00.00.0.1.0102 Serviços de Energia Elétrica				
3.3.90.39.44.00.00.00.0.1.0102 Serviços de Água e Esgoto				
3.3.90.39.50.00.00.00.0.1.0102 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				
3.3.90.39.63.00.00.00.0.1.0102 Serviços Gráficos e Editoriais				
3.3.90.39.64.00.00.00.0.1.0102 Telefonia fixa e Móvel				
3.3.90.39.69.00.00.00.0.1.0102 seguros em Geral				
3.3.90.39.75.00.00.00.0.1.0102 Multas e Infrações de Trânsito				
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0102 Serviços Bancários				
3.3.90.39.83.00.00.00.0.1.0102 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				
3.3.90.39.96.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pago Antec				
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0102 Obrigações Tributárias e Contributivas				

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.031 Manut. das Atividades de Saúde	2.943.028,50	0,00	2.943.028,50	2.738.532,27	204.496,23
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.0102 Contrib. Previdenciária SI Serviços de Terc. - PF				780,00	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	245.814,50	0,00	245.814,50	176.351,11	69.463,39
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.0.1.0102 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				176.351,11	
3.3.93.39.00.00.00.00.0.1.0138 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				30.000,00	
3.3.93.39.50.00.00.00.0.1.0102 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				176.351,11	
3.3.93.39.50.00.00.00.0.1.0138 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0102 Aplicacoes Diretas	9.000,00	0,00	9.000,00	8.431,99	568,01
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0133 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0163 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0102 Equipamentos e Material Permanente				8.431,99	
4.4.90.52.06.00.00.00.0.1.0102 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				3.280,00	
4.4.90.52.08.00.00.00.0.1.0102 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp				3.006,60	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0102 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.495,39	
4.4.90.52.33.00.00.00.0.1.0102 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				650,00	
03.01.10.301.1001.2.032 Manut. do Bloco de Atenção Básica	70.153,26	0,00	70.153,26	0,00	70.153,26
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	42.000,00	0,00	42.000,00	0,00	42.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	23.100,00	0,00	23.100,00	0,00	23.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	5.053,26	0,00	5.053,26	0,00	5.053,26
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	335.572,50	0,00	335.572,50	198.484,79	137.087,71
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	65.000,00	0,00	65.000,00	51.103,07	13.896,93
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	23.435,54	6.564,46
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	19.985,50	0,00	19.985,50	0,00	19.985,50
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	7.564,04	0,00	7.564,04	7.564,04	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	5.834,36	0,00	5.834,36	5.775,67	58,69
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas	33.708,00	0,00	33.708,00	33.593,51	114,49
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				45.454,17	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				23.435,54	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				60.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				6.326,23	

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
0301.10 Saúde				
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.033 Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável	335.572,50	0,00	335.572,50	137.087,71
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			32.326,36	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			5.775,67	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0138 vencimentos e salários			40.227,91	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0138 vencimentos e salários			20.854,06	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0138 vencimentos e salários			50.916,89	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0338 vencimentos e salários			6.326,23	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0338 vencimentos e salários			32.326,36	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0138 13º salário			5.226,26	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0138 13º salário			2.581,48	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0138 13º salário			9.083,11	
3.1.90.11.43.00.00.0.3.0338 13º salário			5.775,67	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0138 Obrigações Patronais			5.363,05	
3.1.90.13.00.00.00.0.3.0338 Obrigações Patronais			1.237,81	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0138 Contribuições Previdenciárias - INSS			5.363,05	
3.1.90.13.02.00.00.0.3.0338 Contribuições Previdenciárias - INSS			1.237,81	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0138 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			285,85	
3.1.90.16.00.00.00.0.3.0338 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.267,15	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0138 Serviços Extraordinários			285,85	
3.1.90.16.44.00.00.0.3.0338 Serviços Extraordinários			1.267,15	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas			0,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas			0,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas			3.439,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas			3.115,31	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0338 Material de Consumo			3.439,00	
3.3.90.30.99.00.00.0.3.0338 Outros Materiais de Consumo			3.439,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0338 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.115,31	
3.3.90.39.47.00.00.0.3.0338 Serviços de Comunicação em Geral			3.115,31	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas			50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0338 Aplicacoes Diretas			11.642,83	
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0138 Equipamentos e Material Permanente			84,82	
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0338 Equipamentos e Material Permanente			10.373,83	
4.4.90.52.08.00.00.0.1.0138 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			84,82	
4.4.90.52.08.00.00.0.3.0338 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			10.373,83	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 6

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeadais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.034 Manut. BI. MAC. Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.	25.775,00	0,00	25.775,00	25.775,00	0,00
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0138 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	25.775,00	0,00	25.775,00	25.775,00	0,00
3.3.72.39.00.00.00.00.01.0138 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica					
3.3.72.39.50.00.00.00.01.0138 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat					
03.01.10.301.1001.2.035 Manut. do Bloco Vigilância em Saúde	126.770,06	0,00	126.770,06	62.805,35	63.964,71
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0138 Aplicacoes Diretas	12.250,00	0,00	12.250,00	8.499,63	3.750,37
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0338 Aplicacoes Diretas	45.256,23	0,00	45.256,23	45.256,23	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0138 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				8.499,63	
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0338 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				45.256,23	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0138 Vencimentos e salários				8.499,63	
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0338 Vencimentos e salários				41.691,63	
3.1.90.11.43.00.00.00.03.0338 13º salário				3.564,60	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0138 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0338 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	6.701,80	298,20
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0338 Aplicacoes Diretas	27.263,83	0,00	27.263,83	2.347,89	24.916,14
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0338 Diárias - Civil				307,98	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0338 Diárias no País - Civil				307,98	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0338 Material de Consumo				2.019,71	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0338 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				957,11	
3.3.90.30.11.00.00.00.03.0338 Material Químico				322,60	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0338 Material de Proteção e Segurança				740,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0338 Material de Distribuição Gratuita				6.701,80	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0338 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				6.701,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0338 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0338 Manutenção e Conservação de Veículos				20,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0138 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica	17.625,10	0,00	17.625,10	10.700,73	6.924,37
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0138 Aplicacoes Diretas	13.650,00	0,00	13.650,00	6.726,92	6.923,08
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0338 Aplicacoes Diretas	3.975,10	0,00	3.975,10	3.973,81	1,29
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0138 Material de Consumo				6.726,92	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0338 Material de Consumo				3.973,81	
3.3.90.30.09.00.00.00.01.0138 Material Farmacológico				6.726,92	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 7

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS					
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde					
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.036 Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica	17.625,10	0,00	17.625,10	10.700,73	6.924,37
3.3.90.30.09.00.00.00.0.3.0338 Material Farmacológico				3.973,81	
03.01.10.301.1001.2.037 Manut. do Bloco Gestão do SUS	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0138 Aplicacoes Diretas	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00
03.01.10.301.1001.2.038 Manut. dos Programas do SUS - Estado					
3.3.72.00.00.00.00.00.0.1.0167 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	71.983,36	0,00	71.983,36	56.880,09	15.103,27
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0167 Aplicacoes Diretas	6.300,00	0,00	6.300,00	0,00	6.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0167 Aplicacoes Diretas	13.125,00	0,00	13.125,00	8.006,00	5.119,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0167 Aplicacoes Diretas	34.125,00	0,00	34.125,00	32.147,25	1.977,75
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0367 Aplicacoes Diretas	1.607,48	0,00	1.607,48	1.606,20	1,28
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0167 Material de Consumo	16.825,88	0,00	16.825,88	15.120,64	1.705,24
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0167 Material de Consumo				32.136,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0167 Material de Consumo				8.006,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0367 Material de Consumo				15.120,64	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0367 Material de Consumo				1.606,20	
3.3.90.30.09.00.00.00.0.1.0167 Material Farmacológico				32.136,80	
3.3.90.30.09.00.00.00.0.1.0167 Material Farmacológico				8.006,00	
3.3.90.30.09.00.00.00.0.3.0367 Material Farmacológico				15.120,64	
3.3.90.30.09.00.00.00.0.3.0367 Material Farmacológico				1.606,20	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0167 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				10,45	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 8

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 FUNDOS MUNICIPAIS	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01 Fundo Municipal Da Saude	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10 Saúde	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
0301.10.301 Atenção Básica	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001 SAUDE COM QUALIDADE	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
03.01.10.301.1001.2.038 Manut. dos Programas do SUS - Estado	71.983,36	0,00	71.983,36	56.880,09	15.103,27
3.3.90.39.81.00.00.0.1.0167 Serviços Bancários				10,45	
Total por Entidade:	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05
Total Geral:	3.894.256,28	0,00	3.894.256,28	3.352.133,23	542.123,05

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	488.935,50	488.935,50	560.974,07	72.038,57
Receita Patrimonial	19.800,00	19.800,00	12.912,03	-6.887,97
Valores Mobiliários	19.800,00	19.800,00	12.912,03	-6.887,97
Transferências Correntes	469.135,50	469.135,50	548.062,04	78.926,54
Transferências da União e de suas Entidades	416.635,50	416.635,50	484.829,83	68.194,33
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	52.500,00	52.500,00	63.232,21	10.732,21
RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00	4.000,00	39.800,00	35.800,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	23.800,00	23.800,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	23.800,00	23.800,00
Transferências de Capital	4.000,00	4.000,00	16.000,00	12.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.000,00	2.000,00	16.000,00	14.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	492.935,50	492.935,50	600.774,07	107.838,57
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	492.935,50	492.935,50	600.774,07	107.838,57
DEFICIT (IV)	2.742.064,50	3.401.320,78	2.751.359,16	-
TOTAL (V) = (III + IV)	3.235.000,00	3.894.256,28	3.352.133,23	-542.123,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	489.180,22	450.400,13	-
Superávit Financeiro	-	489.180,22	450.400,13	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	3.086.800,00	3.511.314,95	3.074.287,59	3.048.563,87	3.041.593,40	437.027,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.698.135,50	1.878.798,13	1.781.316,05	1.781.316,05	1.781.316,05	97.482,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.388.664,50	1.632.516,82	1.292.971,54	1.267.247,82	1.260.277,35	339.545,28
DESPESAS DE CAPITAL	148.200,00	382.941,33	277.845,64	238.015,39	238.015,39	105.095,69
INVESTIMENTOS	148.200,00	382.941,33	277.845,64	238.015,39	238.015,39	105.095,69
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	3.235.000,00	3.894.256,28	3.352.133,23	3.286.579,26	3.279.608,79	542.123,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 2/2

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	3.235.000,00	3.894.256,28	3.352.133,23	3.286.579,26	3.279.608,79	542.123,05
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	3.235.000,00	3.894.256,28	3.352.133,23	3.286.579,26	3.279.608,79	542.123,05

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	18.761,97	16.057,81	16.057,81	1.540,16	1.164,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	6.026,58	5.963,16	5.963,16	63,42	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	12.735,39	10.094,65	10.094,65	1.476,74	1.164,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	208.164,46	0,00	0,00	188.000,00	20.164,46
INVESTIMENTOS	0,00	208.164,46	0,00	0,00	188.000,00	20.164,46
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	226.926,43	16.057,81	16.057,81	189.540,16	21.328,46

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	182,60	182,60	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	182,60	182,60	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.595,20	15.595,20	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	15.595,20	15.595,20	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	15.777,80	15.777,80	0,00	0,00

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
 Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta

EXERCÍCIO 2019
 PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
 DATA DE EMISSÃO 04/02/2020
 PÁGINA: 1

INGRESSOS		Exercício Atual	DESPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)		600.774,07	Despesas Orçamentária (VII)		3.352.133,23
Ordinária		1.566,87	Ordinária		2726.466,18
Vinculada		599.207,20	Vinculada		625.687,05
Alienação de Bens - Saúde		24.395,70	Supervit Financ. Recursos SUS Estado		16.726,84
Transferências de Convênios - União/Saúde		790,53	Supervit Financ. Recursos SUS União		315.073,49
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União		510.075,54	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União		253.713,47
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		63.945,43	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		40.153,25
Transferências Financeiras Recebidas (II)		2.922.445,54	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.922.445,54	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
Interferências Financeiras (III)		16.627,27	Interferências Financeiras Concedidas (IX)		16.627,27
BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		16.627,27	Interferências Financeiras Concedidas (IX)		16.627,27
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		393.118,89	BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		354.176,53
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		65.553,97	Recebimentos Extraorçamentários (X)		16.057,81
Inscrição de Restos a Pagar Processados		6.970,47	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		15.777,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES ACURTO PRAZO		1.502,69	RP PROCESSADOS PAGOS		1.502,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		319.091,76	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		320.838,23
Saldo do Exercício Anterior (V)		568.859,38	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		778.887,12
BANCO C/ MOVIMENTO		56.164,09	BANCO C/ MOVIMENTO		318.636,25
BANCOS C/ VINCULADAS		512.694,29	BANCOS C/ VINCULADAS		460.250,87
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)		4.501.824,15	TOTAL (XII) = (VIII+IX+X+XI)		4.501.824,15

Ibiã, 04/02/2020

Belita Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	778.950,54	PASSIVO CIRCULANTE	170.155,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	778.887,12	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	161.295,10
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	63,42	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.970,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.690.379,17	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.890,08
IMOBILIZADO	1.690.379,17	TOTAL DO PASSIVO	170.155,65
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		RESULTADOS ACUMULADOS	2.298.174,06
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	241.184,53
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.141.295,54
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-83.306,01
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.298.174,06
TOTAL	2.469.329,71	TOTAL	2.469.329,71
ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	778.950,54	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.860,55
ATIVO CIRCULANTE	778.950,54	PASSIVO CIRCULANTE	8.860,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	778.887,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.970,47
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	63,42	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.890,08
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	778.950,54	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	65.553,97
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	21.328,46
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	95.742,98
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	1.690.379,17	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.295,10
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.690.379,17	PASSIVO CIRCULANTE	161.295,10
IMOBILIZADO	1.690.379,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	161.295,10
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.690.379,17	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	161.295,10
SALDO PATRIMONIAL			2.212.291,63

Belta Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

COMPENSAÇÕES		Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
		TOTAL			
		0,00			
TOTAL					239.997,39
					239.997,39

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivete G. de Oliveira
Gestor Fundo Mude Saúde

Elza Rinaldi Cozer
CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.571.323,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	12.912,03
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.912,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.227.263,44
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.922.445,54
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	304.817,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	331.148,47
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	87.904,33
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	243.244,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.330.139,41
PESSOAL E ENCARGOS	1.869.553,38
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.517.119,57
ENCARGOS PATRONAIS	320.539,17
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	31.894,64
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.442.106,03
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	550.235,55
SERVIÇOS	773.261,92
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	118.608,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	17.700,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	17.700,00
TRIBUTÁRIAS	780,00
CONTRIBUIÇÕES	780,00
Resultado Patrimonial do Período	241.184,53

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
Gestor Fundo M.de Saúde_____
Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	
							Valor

Totais:

0,00

0,00

0,00

0,00

NADA À DECLARAR

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira

Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício 2019
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	242.704,23	72.524,44	221.375,77	93.852,90
Restos a Pagar Não Processados	226.926,43	65.553,97	205.597,97	86.882,43
Restos a Pagar Processados	15.777,80	6.970,47	15.777,80	6.970,47
DEPÓSITOS	3.636,55	319.091,76	320.838,23	1.890,08
Agemad fonte 02	0,00	11.567,21	11.567,21	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 02	565,19	51.774,42	52.339,61	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 64	0,00	336,72	336,72	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 02	0,00	12.415,76	12.415,76	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 02	0,00	4.959,12	4.959,12	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 02	0,00	2.670,11	2.670,11	0,00
INSS FOLHA - FONTE 02	2.666,56	107.491,71	108.268,19	1.890,08
INSS FOLHA - FONTE 1138	0,00	5.311,87	5.311,87	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	504,59	504,59	0,00
INSS Prestação de Serviços Fonte 1133	404,80	0,00	404,80	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 02	0,00	111.164,74	111.164,74	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 1138	0,00	7.462,92	7.462,92	0,00
IRRF PREST. DE SERV. - FONTE 02	0,00	285,33	285,33	0,00
ISSQN - FONTE 02	0,00	1.713,46	1.713,46	0,00
MULTAS DE TRANSITO - FONTE 02	0,00	1.433,80	1.433,80	0,00
TOTAL GERAL	246.340,78	391.616,20	542.214,00	95.742,98

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira Gestor Fundo M.de Saúde	Elza Rinaldi Coser CRC/SC 020276/O4
--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	4.201.220,57
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	12.912,03
Remuneração das Disponibilidades	12.912,03
TRANSFERÊNCIAS	548.062,04
Intergovernamentais	548.062,04
da União	484.829,83
dos Estados e Distrito Federal	63.232,21
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	3.640.246,50
DESEMBOLSOS	3.777.381,24
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	2.737.509,17
Saúde	2.737.509,17
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.039.872,07
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	423.839,33

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
INGRESSOS	23.800,00
Alienação de Bens	23.800,00
DESEMBOLSOS	253.610,59
Aquisição de Ativos Não Circulante	15.595,20
Outros Desembolsos de Investimentos	238.015,39
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-229.810,59

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
INGRESSOS	16.000,00
Transferências de Capital Recebidas	16.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	16.000,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	210.028,74
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	568.858,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	778.887,12

Beira SSIemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.141.295,54	0,00	2.141.295,54
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(83.306,01)	0,00	(83.306,01)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	241.184,53	0,00	241.184,53
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.299.174,06	0,00	2.299.174,06

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.074.287,59
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.781.316,05
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.200,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00		
3.1.71.70.01.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.768.116,05	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.318.310,97		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.213.356,55		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	104.954,42		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	314.576,01		
3.1.90.13.01.00.00	FGTS	5.123,85		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	309.452,16		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.117,59		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	12.117,59		
3.1.90.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	51.435,00		
3.1.90.34.01.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	51.435,00		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	71.676,48		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	69.206,31		
3.1.90.94.11.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	2.470,17		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.292.971,54
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		4.500,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	4.500,00		
3.3.71.70.01.00.00	Participação em Consórcio Público	4.500,00		
3.3.72.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		25.775,00	
3.3.72.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	25.775,00		
3.3.72.39.50.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	25.775,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.056.345,43	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	15.830,19		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	15.830,19		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	494.742,94		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	73.639,91		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	12.970,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	3.283,30		
3.3.90.30.09.00.00	Material Farmacológico	297.067,08		
3.3.90.30.10.00.00	Material Odontológico	8.693,98		
3.3.90.30.11.00.00	Material Químico	322,60		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	3.964,33		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	160,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	108,00		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.770,60		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	4.319,06		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	740,00		
3.3.90.30.35.00.00	Material Laboratorial	160,00		
3.3.90.30.36.00.00	Material Hospitalar	60.439,05		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	15.855,56		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	140,00		
3.3.90.30.96.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	6.523,05		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.586,42		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	49.375,16		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	49.375,16		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.100,00		
3.3.90.36.30.00.00	Serviços Médicos e Odontológicos	200,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.900,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Da Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	491.517,14		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	45.618,40		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	2.460,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	3.259,30		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	6.078,09		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	21.084,60		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	22.194,87		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	6.571,18		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	3.115,31		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	147.138,50		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.933,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.632,97		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	11.029,32		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	1.429,17		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.482,28		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	7.621,72		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	17.841,12		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	183.027,31		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	780,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	780,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		206.351,11	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	206.351,11		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	206.351,11		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			277.845,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			277.845,64
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		277.845,64	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	27.000,00		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	27.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	250.845,64		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.280,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	13.465,25		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.495,39		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	650,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	231.955,00		
Total da Unidade:				3.352.133,23
Total do Órgão:				3.352.133,23
Total da Entidade:				3.352.133,23
TOTAL GERAL:				3.352.133,23

Ibiam, 04/02/2020

 Maria Ivete G. de Oliveira
 Gestor Fundo M. de Saúde

 Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			600.774,07
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes			560.974,07
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial		12.912,03	
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Valores Mobiliários		12.912,03	
4.1.3.2.1.00.0.0.0.0.0.0	Juros e Correções Monetárias	12.912,03		
4.1.3.2.1.00.1.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	12.912,03		
4.1.3.2.1.00.1.1.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.912,03		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rend. Recurso da Saúde	1.566,87		
4.1.3.2.1.00.1.1.22.00.00	Rend. Cof. Atenção Básica - Estado	619,18		
4.1.3.2.1.00.1.1.23.00.00	Rend. Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	94,04		
4.1.3.2.1.00.1.1.33.00.00	Rend. Conv. da Saúde - União	790,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.70.00.00	Rend. Bloco Atenção Basica	9.245,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.88.00.00	Rend. Alienação de Bens - Saúde	595,70		
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes		548.062,04	
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades		484.829,83	
4.1.7.1.8.00.0.0.0.0.0.0	Transferências da União - Especifica E/M	484.829,83		
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saú	317.215,83		
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básic	241.585,69		
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de S	241.585,69		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Atenção Basica	78.625,69		
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	PSF	78.430,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	PSF Odonto	24.530,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00	PACS	60.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de M	33.314,78		
4.1.7.1.8.03.2.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de I	33.314,78		
4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	Transf. Recursos do SUS - MAC	33.314,78		
4.1.7.1.8.03.3.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em	23.816,27		
4.1.7.1.8.03.3.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância er	23.816,27		
4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Vigilancia em Saude	23.816,27		
4.1.7.1.8.03.4.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Fe	11.499,09		
4.1.7.1.8.03.4.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Assistência	11.499,09		
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Assistencia Farmaceutica	11.499,09		
4.1.7.1.8.03.5.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SU	7.000,00		
4.1.7.1.8.03.5.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do S	7.000,00		
4.1.7.1.8.03.5.1.01.00.00	Transf. Rec. SUS - Gestao do SUS	7.000,00		
4.1.7.1.8.08.0.0.0.0.0.0	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares	167.614,00		
4.1.7.1.8.08.1.0.0.0.0.0	Transferências Advindas de Emendas Parlamentare	167.614,00		
4.1.7.1.8.08.1.1.0.0.0.0	Transferências Advindas de Emendas Parlamaenta	167.614,00		
4.1.7.1.8.08.1.1.01.00.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamen	167.614,00		
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su		63.232,21	
4.1.7.2.8.00.0.0.0.0.0.0	Transferências dos Estados - Especifica E/M	63.232,21		
4.1.7.2.8.03.0.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Program	63.232,21		
4.1.7.2.8.03.1.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Program	63.232,21		
4.1.7.2.8.03.1.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Progra	63.232,21		
4.1.7.2.8.03.1.1.22.00.00	Cof. Atenção Básica - Estado	47.815,98		
4.1.7.2.8.03.1.1.23.00.00	Cof. Assist. Farm. Básica - Estado	15.416,23		
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas de Capital			39.800,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens		23.800,00	
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis		23.800,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	23.800,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	23.800,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Princip	23.800,00		
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Capital		16.000,00	
4.2.4.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades		16.000,00	
4.2.4.1.8.00.0.0.0.0.0.0	Transferências da União	16.000,00		
4.2.4.1.8.99.0.0.0.0.0.0	Outras Transferências da União	16.000,00		
4.2.4.1.8.99.1.0.0.0.0.0	Outras Transferências da União	16.000,00		
4.2.4.1.8.99.1.1.0.0.0.0	Outras Transferências da União - Principal	16.000,00		

Total: 600.774,07

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G. de Oliveira
Gestor Fundo M. de SaúdeElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
 Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.074.287,59
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.781.316,05
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.200,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.200,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.768.116,05	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.318.310,97		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.213.356,55		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	104.954,42		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	314.576,01		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	5.123,85		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	309.452,16		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.117,59		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	12.117,59		
3.1.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	51.435,00		
3.1.90.34.01.00.00.00	Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	51.435,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	71.676,48		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	69.206,31		
3.1.90.94.11.00.00.00	Licença-prêmio Convertida em Pecúnia	2.470,17		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.292.971,54
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		4.500,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	4.500,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	4.500,00		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos		25.775,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	25.775,00		
3.3.72.39.50.00.00.00	Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laborat	25.775,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.056.345,43	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	15.830,19		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	15.830,19		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	494.742,94		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	73.639,91		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	12.970,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	3.283,30		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	297.067,08		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	8.693,98		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	322,60		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.964,33		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	160,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	108,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	1.770,60		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	4.319,06		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	740,00		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	160,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	60.439,05		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	15.855,56		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	140,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	6.523,05		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.586,42		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	49.375,16		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	49.375,16		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.100,00		
3.3.90.36.30.00.00.00	Serviços Médicos e Odontológicos	200,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.900,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	491.517,14		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	45.618,40		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	2.460,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	3.259,30		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	6.078,09		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	21.084,60		

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	22.194,87		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	6.571,18		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	3.115,31		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	147.138,50		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.933,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.632,97		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	11.029,32		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	1.429,17		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.482,28		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	7.621,72		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	17.841,12		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	183.027,31		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	780,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	780,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	206.351,11	206.351,11	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	206.351,11		
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			277.845,64
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			277.845,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	27.000,00	277.845,64	
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	27.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	250.845,64		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.280,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	13.465,25		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.495,39		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	650,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	231.955,00		
Total:				3.352.133,23

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Maria Ivete G.de Oliveira	Elza Rinaldi Coser
Gestor Fundo M.de Saúde	CRC/SC 020276/04

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde		258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde		27.000,00		27.000,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde		231.955,00		231.955,00
10.301.1001.2.032	Manut. do Bloco de Atenção Básica			2.738.532,27	2.738.532,27
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável			0,00	0,00
10.301.1001.2.033	Manut. das Atividades de Saúde			194.668,97	194.668,97
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável			3.731,00	3.731,00
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC. Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.			84,82	84,82
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde			25.775,00	25.775,00
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica			62.805,35	62.805,35
10.301.1001.2.037	Manut. do Bloco Gestão do SUS			10.700,73	10.700,73
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado			56.880,09	56.880,09
Total:		0,00	258.955,00	3.093.178,23	3.352.133,23

Ibiarn, 04/02/2020

Maria Ivete G.de Oliveira
Gestor Fundo M.de Saúde

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	2.726.466,18	625.667,05	3.352.133,23
10.301	Atenção Básica	2.726.466,18	625.667,05	3.352.133,23
10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE	2.726.466,18	625.667,05	3.352.133,23
10.301.1001.1.074	Ampliação da Rede Física da Saúde	27.000,00		27.000,00
10.301.1001.1.075	Aquisição de Veículos - Saúde	36.560,34	195.394,66	231.955,00
10.301.1001.2.031	Manut. das Atividades de Saúde	2.662.905,84	75.626,43	2.738.532,27
10.301.1001.2.033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável		198.484,79	198.484,79
10.301.1001.2.034	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.		25.775,00	25.775,00
10.301.1001.2.035	Manut. do Bloco Vigilância em Saúde		62.805,35	62.805,35
10.301.1001.2.036	Manut. do Bloco Assistência Farmacêutica		10.700,73	10.700,73
10.301.1001.2.038	Manut. dos Programas do SUS - Estado		56.880,09	56.880,09
Total:		2.726.466,18	625.667,05	3.352.133,23

Ibiam, 04/02/2020

Maria Ivete G. de Oliveira
Gestor Fundo M. de Saúde

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
3 FUNDOS MUNICIPAIS				3.352.133,23		
Total :				3.352.133,23		
ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
3 FUNDOS MUNICIPAIS						3.352.133,23
Total :						3.352.133,23

Ibiã, 04/02/2020

Maria Ivette G. de Oliveira
Gestor Fundo M. de Saúde

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O4

BALANÇO PREFEITURA IBIAM 2019

Publicação Nº 2359082

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	16.923.624,24	DESPESAS CORRENTES	9.093.689,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	930.352,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.268.727,74
Receita Patrimonial	114.069,52	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.824.961,51
Receita de Serviços	120.144,03		
Transferências Correntes	15.695.118,55		
Outras Receitas Correntes	63.939,15		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.755.424,86		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE I	-101.593,17		
Dedução Serviços Administrativos Principal	-445,00		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA COI	-2.653.384,60		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-2,09		
		SUPERAVIT	5.074.510,13
TOTAL	14.168.199,38	TOTAL	14.168.199,38
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	5.074.510,13		
Receitas de Capital	323.256,73	DESPESAS DE CAPITAL	2.490.436,49
Alienação de Bens	141.350,00	INVESTIMENTOS	2.490.436,49
Transferências de Capital	181.906,73		
		SUPERAVIT	2.907.330,37
TOTAL	14.491.456,11	TOTAL	14.491.456,11

Resumo

RECEITAS CORRENTES	14.168.199,38	DESPESAS CORRENTES	9.093.689,25
RECEITAS DE CAPITAL	323.256,73	DESPESAS DE CAPITAL	2.490.436,49
		SUPERAVIT	2.907.330,37
TOTAL	14.491.456,11	TOTAL	14.491.456,11

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	16.530.250,00	17.246.880,97	1.534.372,17	817.741,20
Receitas Correntes	16.504.250,00	16.923.624,24	1.224.115,44	804.741,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	897.505,00	930.352,99	160.531,33	127.683,34
Impostos	810.180,00	869.422,84	156.020,79	96.777,95
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Princip	315.000,00	431.994,19	116.994,19	0,00
IRRF - Ordinarios	189.000,00	259.196,35	70.196,35	0,00
IRRF - Educação	78.750,00	107.998,63	29.248,63	0,00
IRRF - Saúde	47.250,00	64.799,21	17.549,21	0,00
Impostos Especificos de Estados/DF Municipios	495.180,00	437.428,65	39.026,60	96.777,95
Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municipios	296.730,00	303.801,30	38.905,22	31.833,92
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	243.600,00	223.567,36	11.171,28	31.203,92
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	231.000,00	203.803,08	0,00	27.196,92
IPU Receita - Ordinarios	138.600,00	122.282,51	0,00	16.317,49
IPU Receita - Educação	57.750,00	50.950,47	0,00	6.799,53
IPU Receita - Saude	34.650,00	30.570,10	0,00	4.079,90
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	4.200,00	193,00	0,00	4.007,00
IPU Multas/Juros - Ordinarios	2.520,00	115,99	0,00	2.404,01
IPU Multas/Juros - Educação	1.050,00	48,18	0,00	1.001,82
IPU Multas/Juros - Saúde	630,00	28,83	0,00	601,17
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	6.300,00	12.473,84	6.173,84	0,00
IPU Rec. Divida Ativa - Ordinarios	3.780,00	7.484,69	3.704,69	0,00
IPU Rec. Divida Ativa - Educação	1.575,00	3.118,29	1.543,29	0,00
IPU Rec. Divida Ativa - Saúde	945,00	1.870,86	925,86	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	2.100,00	7.097,44	4.997,44	0,00
IPU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	1.260,00	4.258,85	2.998,85	0,00
IPU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	525,00	1.774,17	1.249,17	0,00
IPU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	315,00	1.064,42	749,42	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	53.130,00	80.233,94	27.733,94	630,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	52.500,00	80.233,94	27.733,94	0,00
ITBI Receita - Ordinários	31.500,00	48.140,37	16.640,37	0,00
ITBI Receita - Educação	13.125,00	20.058,48	6.933,48	0,00
ITBI Receita - Saúde	7.875,00	12.035,09	4.160,09	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	210,00	0,00	0,00	210,00
ITBI Multas/Juros - Ordinários	126,00	0,00	0,00	126,00
ITBI Multas/Juros - Educação	52,50	0,00	0,00	52,50
ITBI Multas/Juros - Saúde	31,50	0,00	0,00	31,50
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	210,00	0,00	0,00	210,00
ITBI Rec. Divida Ativa - Ordinários	126,00	0,00	0,00	126,00
ITBI Rec. Div. Ativa - Educação	52,50	0,00	0,00	52,50
ITBI Rec. Div. Ativa - Saúde	31,50	0,00	0,00	31,50
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	210,00	0,00	0,00	210,00
ITBI Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	126,00	0,00	0,00	126,00
ITBI Multas/Juros Div. Ativa - Educação	52,50	0,00	0,00	52,50
ITBI Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	31,50	0,00	0,00	31,50
Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviço	198.450,00	133.627,35	121,38	64.944,03
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	198.450,00	133.627,35	121,38	64.944,03
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	189.000,00	130.018,42	0,00	58.981,58
ISS Receita - Ordinários	113.400,00	78.013,00	0,00	35.387,00
ISS Receita - Educação	47.250,00	32.503,70	0,00	14.746,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
ISS Receita - Saúde	28.350,00	19.501,72	0,00	8.848,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juro	4.200,00	968,31	0,00	3.231,69
ISS Multas/Juros - Ordinários	2.520,00	582,02	0,00	1.937,98
ISS Multas/Juros - Educação	1.050,00	241,64	0,00	808,36
ISS Multas/Juros - Saúde	630,00	144,65	0,00	485,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	4.200,00	1.469,24	0,00	2.730,76
ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	2.520,00	881,62	0,00	1.638,38
ISS Rec. Div. Ativa - Educação	1.050,00	367,28	0,00	682,72
ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	630,00	220,34	0,00	409,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa -	1.050,00	1.171,38	121,38	0,00
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	630,00	702,90	72,90	0,00
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	262,50	292,82	30,32	0,00
ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	157,50	175,66	18,16	0,00
Taxas	74.200,00	60.930,15	4.510,54	17.780,39
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	48.100,00	47.170,61	4.510,54	5.439,93
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	48.100,00	47.170,61	4.510,54	5.439,93
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	48.100,00	47.170,61	4.510,54	5.439,93
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	42.000,00	38.190,48	0,00	3.809,52
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.100,00	469,59	0,00	1.630,41
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	3.000,00	4.751,42	1.751,42	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - M	1.000,00	3.759,12	2.759,12	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	26.100,00	13.759,54	0,00	12.340,46
Taxas pela Prestação de Serviços	26.100,00	13.759,54	0,00	12.340,46
Taxas pela Prestação de Serviços	26.100,00	13.759,54	0,00	12.340,46
Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	21.000,00	11.213,67	0,00	9.786,33
Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.100,00	51,39	0,00	2.048,61
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	2.000,00	1.543,51	0,00	456,49
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Ju	1.000,00	950,97	0,00	49,03
Contribuição de Melhoria	13.125,00	0,00	0,00	13.125,00
Contribuição de Melhoria	13.125,00	0,00	0,00	13.125,00
Contribuição de Melhoria - Principal	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição de Melhoria - Multas e Juros	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	525,00	0,00	0,00	525,00
Contribuições	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
COSIP	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Receita Patrimonial	186.900,00	114.069,52	26,34	72.856,82
Valores Mobiliários	186.900,00	114.069,52	26,34	72.856,82
Juros e Correções Monetárias	186.900,00	114.069,52	26,34	72.856,82
Remuneração de Depósitos Bancários	186.900,00	114.069,52	26,34	72.856,82
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	186.900,00	114.069,52	26,34	72.856,82
Rend. Recursos da Educação	4.200,00	0,00	0,00	4.200,00
Rend. CIDE	525,00	551,34	26,34	0,00
Rend. COSIP	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Conv. Polícia Militar	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. Conv. Polícia Civil	525,00	0,73	0,00	524,27
Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	525,00	22,47	0,00	502,53
Rend. Fubdeb 60%	6.300,00	2.306,74	0,00	3.993,26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Rend. PDDE	525,00	0,00	0,00	525,00
Rend. PNAE	525,00	128,24	0,00	396,76
Rend. PNATE	525,00	118,09	0,00	406,91
Rend. Conv. Educação - União	2.100,00	1.239,67	0,00	860,33
Rend. Conv. Outros - União	5.250,00	1.141,37	0,00	4.108,63
Rend. Salário Educação	2.100,00	213,88	0,00	1.886,12
Rend. FEP	1.050,00	1.048,72	0,00	1,28
Rend. Conv. Educação - Estado	2.100,00	146,43	0,00	1.953,57
Rend. Conv. Outros - Estado	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
Rend. Transf. Educação - Estado	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Rend. Alienação de Bens - Outros	5.250,00	649,24	0,00	4.600,76
Rend. Ordinários	147.000,00	106.502,60	0,00	40.497,40
Receita Agropecuária	6.825,00	0,00	0,00	6.825,00
Receita Agropecuária	6.825,00	0,00	0,00	6.825,00
Receita Agropecuária - Principal	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
Receita Agropecuária - Multas e Juros	525,00	0,00	0,00	525,00
Receita Agropecuária - Dívida Ativa	525,00	0,00	0,00	525,00
Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juros	525,00	0,00	0,00	525,00
Receita de Serviços	91.775,00	120.144,03	43.271,37	14.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	43.271,37	12.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	43.271,37	12.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	43.271,37	12.902,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	84.000,00	71.189,93	0,00	12.810,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	525,00	432,73	0,00	92,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	4.200,00	37.225,71	33.025,71	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa -	1.050,00	11.295,66	10.245,66	0,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outros Serviços - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências Correntes	15.231.850,00	15.695.118,55	978.636,21	515.367,66
Transferências da União e de suas Entidades	8.763.850,00	8.716.983,18	402.099,47	448.966,29
Transferências da União - Específica E/M	8.763.850,00	8.716.983,18	402.099,47	448.966,29
Participação na Receita da União	8.468.250,00	8.061.008,67	140,73	407.382,06
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Me	7.770.000,00	7.414.834,46	0,00	355.165,54
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	7.770.000,00	7.414.834,46	0,00	355.165,54
FPM - Ordinários	3.108.000,00	2.965.933,76	0,00	142.066,24
FPM - Educação	2.952.600,00	2.817.637,10	0,00	134.962,90
FPM - Saúde	1.709.400,00	1.631.263,60	0,00	78.136,40
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	378.000,00	327.230,35	0,00	50.769,65
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Co	378.000,00	327.230,35	0,00	50.769,65
FPM 1% Dezembro - Ordinários	226.800,00	196.338,21	0,00	30.461,79
FPM 1% Dezembro - Educação	94.500,00	81.807,59	0,00	12.692,41
FPM 1% Dezembro - Saúde	56.700,00	49.084,55	0,00	7.615,45
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	315.000,00	315.140,73	140,73	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Co	315.000,00	315.140,73	140,73	0,00
FPM 1% Julho - Ordinários	189.000,00	189.084,44	84,44	0,00
FPM 1% Julho - Educação	78.750,00	78.785,18	35,18	0,00
FPM 1% Julho - Saúde	47.250,00	47.271,11	21,11	0,00
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	5.250,00	3.803,13	0,00	1.446,87
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	5.250,00	3.803,13	0,00	1.446,87

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
ITR - Ordinários	3.150,00	2.281,85	0,00	868,15
ITR - Educação	1.312,50	950,81	0,00	361,69
ITR - Saúde	787,50	570,47	0,00	217,03
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de R	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
FEP	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvi	174.600,00	154.015,77	0,00	20.584,23
Transferências do Salário-Educação	109.200,00	98.594,09	0,00	10.605,91
Transferências do Salário-Educação - Principal	109.200,00	98.594,09	0,00	10.605,91
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinhe	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Din	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacio	27.300,00	23.970,00	0,00	3.330,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	27.300,00	23.970,00	0,00	3.330,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacio	36.000,00	31.451,68	0,00	4.548,32
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	36.000,00	31.451,68	0,00	4.548,32
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L. C. Nº 87/96	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L. C. Nº 87/	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L. C. Nº 8	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
ICMS Desoneração - Ordinários	12.600,00	0,00	0,00	12.600,00
ICMS Desoneração - Educação	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
ICMS Desoneração - Saúde	3.150,00	0,00	0,00	3.150,00
Outras Transferências da União	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Outras Transferências da União	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Transf. Recursos do Pré-sal	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades:	5.481.000,00	5.947.310,41	532.711,78	66.401,37
Transferências dos Estados - Específica E/M	5.481.000,00	5.947.310,41	532.711,78	66.401,37
Participação na Receita dos Estados	5.376.000,00	5.856.166,41	532.711,78	52.545,37
Cota-Parte do ICMS	5.040.000,00	5.572.711,78	532.711,78	0,00
Cota-Parte do ICMS - Principal	5.040.000,00	5.572.711,78	532.711,78	0,00
ICMS - Ordinários	3.024.000,00	3.343.627,03	319.627,03	0,00
ICMS - Educação	1.260.000,00	1.393.177,97	133.177,97	0,00
ICMS - Saúde	756.000,00	835.906,78	79.906,78	0,00
Cota-Parte do IPVA	231.000,00	204.167,56	0,00	26.832,44
Cota-Parte do IPVA - Principal	231.000,00	204.167,56	0,00	26.832,44
IPVA - Ordinários	138.600,00	122.500,52	0,00	16.099,48
IPVA - Educação	57.750,00	51.041,92	0,00	6.708,08
IPVA - Saúde	34.650,00	30.625,12	0,00	4.024,88
Cota-Parte do IPI - Municípios	84.000,00	71.413,70	0,00	12.586,30
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	84.000,00	71.413,70	0,00	12.586,30
IPI - Ordinários	50.400,00	42.848,13	0,00	7.551,87
IPI - Educação	21.000,00	17.853,50	0,00	3.146,50
IPI - Saúde	12.600,00	10.712,07	0,00	1.887,93
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	21.000,00	7.873,37	0,00	13.126,63
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	21.000,00	7.873,37	0,00	13.126,63
CIDE	21.000,00	7.873,37	0,00	13.126,63
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e c	105.000,00	91.144,00	0,00	13.856,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Progran	105.000,00	91.144,00	0,00	13.856,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Progra	105.000,00	91.144,00	0,00	13.856,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvol	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desen	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desc	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Fundeb 60%	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96	0,00
Outras Receitas Correntes	78.895,00	63.939,15	41.650,19	56.606,04
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.850,00	2.294,30	0,00	15.555,70
Multas Previstas em Legislação Específica	17.850,00	2.294,30	0,00	15.555,70
Multas Previstas em Legislação Específica	17.850,00	2.294,30	0,00	15.555,70
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.600,00	2.294,30	0,00	10.305,70
Multas de Trans. - Polícia Militar	3.780,00	688,32	0,00	3.091,68
Multas de Trans. - Polícia Civil	3.780,00	688,32	0,00	3.091,68
Multas de Trans. - Prefeitura	5.040,00	917,66	0,00	4.122,34
Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.200,00	4.164,94	515,28	30.550,34
Indenizações	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Outras Indenizações	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Outras Indenizações - Principal	2.100,00	2.615,28	515,28	0,00
Restituições	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Outras Restituições	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Outras Restituições	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Outras Restituições - Principal	32.100,00	1.549,66	0,00	30.550,34
Demais Receitas Correntes	26.845,00	57.479,91	41.134,91	10.500,00
Outras Receitas	26.845,00	57.479,91	41.134,91	10.500,00
Outras Receitas - Primárias	26.845,00	57.479,91	41.134,91	10.500,00
Outras Receitas - Primárias - Principal	16.345,00	57.478,09	41.133,09	0,00
Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	0,00	1,82	1,82	0,00
Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Receitas de Capital	26.000,00	323.256,73	310.256,73	13.000,00
Alienação de Bens	0,00	141.350,00	141.350,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	141.350,00	141.350,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	141.350,00	141.350,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	141.350,00	141.350,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	141.350,00	141.350,00	0,00
Transferências de Capital	26.000,00	181.906,73	168.906,73	13.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	13.000,00	170.513,73	160.513,73	3.000,00
Transferências da União	13.000,00	170.513,73	160.513,73	3.000,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	13.000,00	170.513,73	160.513,73	3.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênio da União destinadas a Programa	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00	170.513,73	160.513,73	0,00
Outras Transferências de Convênios da União - Principal	10.000,00	170.513,73	160.513,73	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.000,00	11.393,00	8.393,00	10.000,00
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	13.000,00	11.393,00	8.393,00	10.000,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e	13.000,00	11.393,00	8.393,00	10.000,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	3.000,00	11.393,00	8.393,00	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progi	3.000,00	11.393,00	8.393,00	0,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIO	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-208.581,53	-83.406,67
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-208.581,53	-83.406,67
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	-101.593,17	-101.593,17	0,00
(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-101.019,09	-101.019,09	0,00
(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	0,00	-101.019,09	-101.019,09	0,00
(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	0,00	-101.012,14	-101.012,14	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	0,00	-101.012,14	-101.012,14	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	-100.932,93	-100.932,93	0,00
Dedução IPTU 60%	0,00	-60.560,12	-60.560,12	0,00
Dedução IPTU 25%	0,00	-25.233,07	-25.233,07	0,00
Dedução IPTU 15%	0,00	-15.139,74	-15.139,74	0,00
(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	-79,21	-79,21	0,00
IPTU DIVATIVA- PRINCIPAL	0,00	-47,56	-47,56	0,00
IPTU DIVATIVA- EDUCACAO	0,00	-19,79	-19,79	0,00
IPTU DIVATIVA- SAUDE	0,00	-11,86	-11,86	0,00
(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serv	0,00	-6,95	-6,95	0,00
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	-6,95	-6,95	0,00
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	0,00	-6,95	-6,95	0,00
Dedução do ISSQN	0,00	-6,95	-6,95	0,00
Taxas	0,00	-574,08	-574,08	0,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	0,00	-1,37	-1,37	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Dedução Taxas Prestação de Serviços	0,00	-572,71	-572,71	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00	0,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-3,23	-3,23	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	-394,29	-394,29	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa -	0,00	-47,48	-47,48	0,00
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-2.630.250,00	-2.653.384,60	-106.541,27	-83.406,67
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.559.250,00	-1.483.727,12	0,00	-75.522,88
(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.559.250,00	-1.483.727,12	0,00	-75.522,88
(R)Participação na Receita da União	-1.555.050,00	-1.483.727,12	0,00	-71.322,88
(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	-1.554.000,00	-1.482.966,57	0,00	-71.033,43
(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	-1.554.000,00	-1.482.966,57	0,00	-71.033,43
Dedução para o Fundeb-FPM	-1.554.000,00	-1.482.966,57	0,00	-71.033,43
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.050,00	-760,55	0,00	-289,45
Dedução do Fundeb ITR	-1.050,00	-760,55	0,00	-289,45
Dedução para o Fundeb-ITR	-1.050,00	-760,55	0,00	-289,45
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L. C. Nº 87/96	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L. C. Nº 87/	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
Dedução do Fundeb - ICMS Desoneração	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
Dedução para o Fundeb-ICMS Desoneração	-4.200,00	0,00	0,00	-4.200,00
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entida	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-106.541,27	-7.883,79

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 7

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-106.541,27	-7.883,79
(R)Participação na Receita dos Estados	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-106.541,27	-7.883,79
(R)Cota-Parte do ICMS	-1.008.000,00	-1.114.541,27	-106.541,27	0,00
(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.008.000,00	-1.114.541,27	-106.541,27	0,00
Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.008.000,00	-1.114.541,27	-106.541,27	0,00
(R)Cota-Parte do IPVA	-46.200,00	-40.833,51	0,00	-5.366,49
(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-46.200,00	-40.833,51	0,00	-5.366,49
Dedução para o Fundeb_IPVA	-46.200,00	-40.833,51	0,00	-5.366,49
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-16.800,00	-14.282,70	0,00	-2.517,30
(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-16.800,00	-14.282,70	0,00	-2.517,30
Dedução para o Fundeb-IPI	-16.800,00	-14.282,70	0,00	-2.517,30
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-2,09	-2,09	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27	0,00
Dedução de Outras Indenizações - Principal	0,00	-0,27	-0,27	0,00
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-1,82	-1,82	0,00
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-1,82	-1,82	0,00
Outras Receitas - Primárias	0,00	-1,82	-1,82	0,00
Outras Receitas - Primárias - Principal	0,00	-1,80	-1,80	0,00
Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	0,00	-0,02	-0,02	0,00
Totais:	13.900.000,00	14.491.456,11	1.325.790,64	734.334,53

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIAO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.01 Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
0201.04 Administração	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
0201.04.122 Administração Geral	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
02.01.04.122.0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
02.01.04.122.0401.2.003 Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	390.000,00	0,00	390.000,00	372.553,50	17.446,50
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	358.000,00	0,00	358.000,00	354.738,30	3.261,70
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				353.208,51	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vencimentos e salários				342.699,77	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				10.508,74	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizacoes Restitutoras Trabalhistas				1.529,79	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				1.529,79	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	32.000,00	0,00	32.000,00	17.815,20	14.184,80
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil				7.391,61	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil				7.391,61	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				8.050,18	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				6.352,20	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				1.697,98	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.373,41	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				495,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				550,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				1.208,79	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				119,62	
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração					
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	1.775.334,20	154.542,80
3.1.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transf. a Consórcios Públicos	19.500,00	0,00	19.500,00	19.500,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.71.70.01.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				19.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	927.952,00	0,00	927.952,00	924.994,48	2.957,52
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				924.480,61	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vencimentos e salários				856.058,34	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				68.422,27	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0100 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				513,87	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0100 Serviços Extraordinários				513,87	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	233.690,87
0202.04 Administração				
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	154.542,80
3.3.40.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Municípios	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
3.3.40.41.00.00.00.00.0.1.0100 Contribuições				
3.3.40.41.01.00.00.00.0.1.0100 Despesa com Manut. de Outras Entid. de Direito Púb				
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos				
3.3.71.70.00.00.00.0.1.0100 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				
3.3.71.70.01.00.00.00.0.1.0100 Participação em Consórcio Público				
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0100 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	756.878,00	0,00	756.878,00	85.304,24
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil				
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil				
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				
3.3.90.30.01.00.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0100 Gás Engarrafado				
3.3.90.30.07.00.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.16.00.00.00.0.1.0100 Material de Expediente				
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.0100 Material de Processamento de Dados				
3.3.90.30.21.00.00.00.0.1.0100 Material de Copa e Cozinha				
3.3.90.30.22.00.00.00.0.1.0100 Material de Limpeza e Produção de Higienização				
3.3.90.30.25.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Móveis				
3.3.90.30.26.00.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.30.28.00.00.00.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				
3.3.90.30.39.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				
3.3.90.30.44.00.00.00.0.1.0100 Material de Sinalização Visual e Afins				
3.3.90.30.49.00.00.00.0.1.0100 Bilhetes de Passagens				
3.3.90.30.50.00.00.00.0.1.0100 Bandeiras, Flâmulas e Insignias				
3.3.90.30.96.00.00.00.0.1.0100 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				
3.3.90.30.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.33.00.00.00.00.0.1.0100 Passagens e Despesas com Locomoção				
3.3.90.33.01.00.00.00.0.1.0100 Passagens Para o País				
3.3.90.37.00.00.00.00.0.1.0100 Locação de Mão-de-obra				
3.3.90.37.07.00.00.00.0.1.0100 Estagiários				
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.0100 Serviços Técnicos Profissionais				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	1.775.334,20	154.542,80
3.3.90.39.11.00.00.0.1.0100 Locação de Softwares				149.816,51	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				125,00	
3.3.90.39.17.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				600,00	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				13.299,75	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto				1.848,08	
3.3.90.39.47.00.00.0.1.0100 Serviços de Comunicação em Geral				24.219,04	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0100 Serviços de Seleção e Treinamento				14.300,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Serviços Gráficos e Editoriais				8.948,00	
3.3.90.39.64.00.00.0.1.0100 Telefonia fixa e Móvel				7.976,51	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				1.949,79	
3.3.90.39.75.00.00.0.1.0100 Multas e Infrações de Trânsito				411,94	
3.3.90.39.79.00.00.0.1.0100 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				1.980,00	
3.3.90.39.81.00.00.0.1.0100 Serviços Bancários				10.157,00	
3.3.90.39.83.00.00.0.1.0100 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				19.013,20	
3.3.90.39.90.00.00.0.1.0100 Serviços de Publicidade Legal				3.136,00	
3.3.90.39.96.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				5.885,45	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Tercelios - Pessoa Jurídica				85.301,04	
3.3.90.40.00.00.00.0.1.0100 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				22.950,00	
3.3.90.40.99.00.00.0.1.0100 Outros serviços de tecn. da informação e comun.				22.950,00	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				40,00	
3.3.90.47.18.00.00.0.1.0100 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				40,00	
3.3.90.93.00.00.00.0.1.0100 Indenizações e Restituições				5.597,39	
3.3.90.93.01.00.00.0.1.0100 Indenizações				3.992,00	
3.3.90.93.02.00.00.0.1.0100 Restituições				1.605,39	
3.3.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				58.155,53	
3.3.93.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				15.699,00	
3.3.93.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				5.154,28	
3.3.93.30.99.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				5.154,28	
3.3.93.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Tercelios - Pessoa Jurídica				53.001,25	
3.3.93.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Tercelios - Pessoa Jurídica				15.699,00	
3.3.93.39.99.00.00.0.0.1.0100 Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica				53.001,25	
3.3.93.39.99.00.00.0.3.0300 Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica				15.699,00	
4.4.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos				6.000,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 4

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.04 Administração	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
0202.04.122 Administração Geral	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.877,00	0,00	2.050.877,00	1.896.241,20	154.635,80
02.02.04.122.0402.2.004 Manut. das Atividades Administrativas	1.929.877,00	0,00	1.929.877,00	1.775.334,20	154.542,80
4.4.71.70.00.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.71.70.01.00.00.0.1.0100 Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	26.600,00	0,00	26.600,00	8.563,43	18.036,57
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	42.000,00	0,00	42.000,00	1.800,00	40.200,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				8.563,43	
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				1.800,00	
4.4.90.52.12.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.992,76	
4.4.90.52.30.00.00.0.1.0100 Máquinas e Equipamentos Energéticos				990,00	
4.4.90.52.35.00.00.0.1.0100 Equipamentos de Processamento de Dados				4.231,70	
4.4.90.52.36.00.00.0.1.0100 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório				593,99	
4.4.90.52.38.00.00.0.1.0100 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				358,00	
4.4.90.52.42.00.00.0.1.0100 Mobiliário em Geral				396,98	
4.4.90.52.42.00.00.0.3.0300 Mobiliário em Geral				1.800,00	
02.02.04.122.0402.2.005 Contribuições Financeiras a Entidades	121.000,00	0,00	121.000,00	120.907,00	93,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	115.000,00	0,00	115.000,00	114.907,00	93,00
3.3.50.00.00.00.00.0.3.0300 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.50.41.00.00.00.0.1.0100 Contribuições				114.907,00	
3.3.50.41.00.00.00.0.3.0300 Contribuições				6.000,00	
3.3.50.41.02.00.00.0.1.0100 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv				114.907,00	
3.3.50.41.99.00.00.0.3.0300 Outras Contribuições				6.000,00	
0202.06 Segurança Pública	118.803,84	0,00	118.803,84	39.748,77	79.055,07
0202.06.181 Polidamento	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	83.798,02	0,00	83.798,02	23.001,95	60.796,07
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0110 Aplicacoes Diretas	2.805,00	0,00	2.805,00	688,32	2.116,68
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0111 Aplicacoes Diretas	2.805,00	0,00	2.805,00	0,00	2.805,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0112 Aplicacoes Diretas	5.565,00	0,00	5.565,00	883,18	4.681,82
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	36.000,00	0,00	36.000,00	10.548,83	25.451,17
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0311 Aplicacoes Diretas	631,12	0,00	631,12	575,63	55,49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.06 Segurança Pública	118.803,84	0,00	118.803,84	39.748,77	79.055,07
0202.06.181 Polidamento	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601.2.006 Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	83.798,02	0,00	83.798,02	23.001,95	60.796,07
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo				8.383,83	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0311 Material de Consumo				370,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0311 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				140,00	
3.3.90.30.14.00.00.00.0.3.0300 Material Educativo e Esportivo				1.454,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0.3.0300 Material de Expediente				394,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.0.3.0300 Material de Processamento de Dados				396,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.0.3.0300 Material de Copa e Cozinha				204,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.0.3.0300 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				453,43	
3.3.90.30.23.00.00.00.0.3.0300 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.022,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Imóveis				711,40	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Móveis				171,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Veículos				2.579,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.3.0311 Material para Manutenção de Veículos				230,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0112 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				883,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.165,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0311 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				205,63	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.3.0300 Limpeza de Veículos				675,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.3.0311 Limpeza de Veículos				85,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0300 Manutenção e Conservação de Veículos				1.490,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0311 Manutenção e Conservação de Veículos				100,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0112 Serviços Bancários				883,18	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.3.0311 Serviços Bancários				20,63	
3.3.90.93.00.00.00.00.0.1.0110 Indenizações e Restituições				688,32	
3.3.90.93.02.00.00.00.0.1.0110 Restituições				688,32	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00	4.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0110 Aplicações Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0111 Aplicações Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicações Diretas	23.791,90	0,00	23.791,90	10.305,99	13.485,91
4.4.90.52.00.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				10.305,99	
4.4.90.52.10.00.00.00.0.3.0300 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				6.250,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos de Processamento de Dados				4.055,99	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 6

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.02 Sec. de Administração e Fazenda	2.169.680,84	0,00	2.169.680,84	1.935.989,97	233.690,87
0202.06 Segurança Pública					
0202.06.181 Polidamento	118.803,84	0,00	118.803,84	39.748,77	79.055,07
02.02.06.181.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
	111.803,84	0,00	111.803,84	38.728,77	73.075,07
02.02.06.181.0601.2.008 Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	28.005,82	0,00	28.005,82	15.726,82	12.279,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.315,82	684,18
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	3.980,00	0,00	3.980,00	3.655,00	325,00
3.3.90.30.00.00.00.0.0.1.0100 Material de Consumo				8.840,82	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo				1.905,00	
3.3.90.30.23.00.00.0.0.1.0100 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.200,00	
3.3.90.30.28.00.00.0.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				5.115,82	
3.3.90.30.39.00.00.0.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				2.525,00	
3.3.90.30.39.00.00.0.0.3.0300 Material para Manutenção de Veículos				1.905,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				475,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.750,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				475,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.3.0300 Manutenção e Conservação de Veículos	4.000,00	0,00	4.000,00	1.750,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.025,82	0,00	10.025,82	2.756,00	7.269,82
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas				2.756,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				2.756,00	
4.4.90.52.42.00.00.0.0.3.0300 Mobiliário em Geral	7.000,00	0,00	7.000,00	1.020,00	5.980,00
0202.06.182 Defesa Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	1.020,00	5.980,00
02.02.06.182.0601 SEGURANÇA MUNICIPAL					
02.02.06.182.0601.2.007 Manut. do Fundo de Defesa Civil					
3.3.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	1.020,00	5.980,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	1.020,00	2.980,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.0.0.1.0100 Material de Consumo	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.30.28.00.00.0.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				1.020,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.020,00	1.000,00
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	780.700,00	0,00	780.700,00	599.023,90	181.676,10
0203.18 Gestão Ambiental					
0203.18.541 Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801.2.010 Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
3.3.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	64,81	2.935,19

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	780.700,00	0,00	780.700,00	599.023,90	181.676,10
0203:18 Gestão Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
0203:18.541 Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
02.03.18.541.1801.2.010 Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	3.500,00	0,00	3.500,00	64,81	3.435,19
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				64,81	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				64,81	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
0203:20 Agricultura	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
0203:20.608 Promoção da Produção Agropecuária	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001 ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001.1.061 Ampliação da Patrulha Agrícola	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultr	745.200,00	0,00	745.200,00	598.959,09	146.240,91
3.1.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transf. a Consórcios Públicos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	370.000,00	0,00	370.000,00	349.346,03	20.653,97
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				339.184,35	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vencimentos e salários				312.796,07	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				26.388,28	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0100 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				3.106,24	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0100 Serviços Extraordinários				3.106,24	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				7.055,44	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				7.055,44	
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos				0,00	
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0100 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				0,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	320.000,00	0,00	320.000,00	230.513,06	89.486,94
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	50.000,00	0,00	50.000,00	16.900,00	33.100,00
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0100 Gás Engarrafado				102.163,91	
3.3.90.30.18.00.00.0.1.0100 Materiais e Medicamentos p/uso Veterinário				80.803,00	
3.3.90.30.28.00.00.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				7.656,00	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos				1.000,53	
				409,10	
				10.490,78	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 8

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.03 Sec. De Agricultura E Meio Ambiente	780.700,00	0,00	780.700,00	599.023,90	181.676,10
0203.20 Agricultura					
0203.20.608 Promoção da Produção Agropecuária	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	777.200,00	0,00	777.200,00	598.959,09	178.240,91
02.03.20.608.2001.2.009 Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	745.200,00	0,00	745.200,00	598.959,09	146.240,91
3.3.90.30.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				1.804,50	
3.3.90.32.00.00.00.00.0.1.0100 Material de Distribuição Gratuita				25.600,00	
3.3.90.32.04.00.00.00.0.1.0100 Sementes				25.600,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				102.749,15	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.900,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				149,50	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				8.828,01	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				607,89	
3.3.90.39.75.00.00.00.0.1.0100 Multas e Infrações de Trânsito				104,13	
3.3.90.39.79.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				26.450,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				66.609,62	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.900,00	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	3.200,00	0,00	3.200,00	2.200,00	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				2.200,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.0.1.0100 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				2.200,00	
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.15 Urbanismo					
0204.15.451 Infra-Estrutura Urbana	414.382,49	0,00	414.382,49	376.958,14	37.424,35
02.04.15.451.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS	74.357,49	0,00	74.357,49	70.683,94	3.673,55
02.04.15.451.1501.1.062 Pavimentação de Ruas e Passeios	74.357,49	0,00	74.357,49	70.683,94	3.673,55
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.51.00.00.00.00.0.1.0100 Obras e Instalações	74.357,49	0,00	74.357,49	70.683,94	3.673,55
4.4.90.51.00.00.00.00.0.1.0134 Obras e Instalações	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0.3.0300 Obras e Instalações	3.357,49	0,00	3.357,49	3.357,49	0,00
4.4.90.51.91.00.00.00.0.1.0100 Obras em Andamento	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.91.00.00.00.0.3.0300 Obras em Andamento	54.000,00	0,00	54.000,00	51.326,45	2.673,55
4.4.90.51.98.00.00.00.0.1.0134 Obras Contratadas				16.000,00	
				3.357,49	
				51.326,45	
				16.000,00	
				51.326,45	
				3.357,49	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 9

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.15 Urbanismo					
0204.15.452 Serviços Urbanos	414.382,49	0,00	414.382,49	376.958,14	37.424,35
02.04.15.452.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS	340.025,00	0,00	340.025,00	306.274,20	33.750,80
02.04.15.452.1501.1.063 Obras de Infraestrutura Urbana	340.025,00	0,00	340.025,00	306.274,20	33.750,80
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	12.500,00	0,00	12.500,00	8.785,00	3.715,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	8.785,00	1.215,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0100 Obras e Instalacoes	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0100 Obras em Andamento				8.785,00	8.785,00
4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
02.04.15.452.1501.2.011 Manut. dos Serviços de Utilidade Pública					
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Consórcios Públicos	327.525,00	0,00	327.525,00	297.489,20	30.035,80
3.3.72.00.00.00.00.0.1.0100 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0108 Aplicacoes Diretas	315.000,00	0,00	315.000,00	297.489,20	17.510,80
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	11.025,00	0,00	11.025,00	0,00	11.025,00
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				8.520,00	8.520,00
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.520,00	8.520,00
3.3.90.39.28.00.00.0.1.0100 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				289.969,20	289.969,20
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				160.840,08	160.840,08
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto				124.706,25	124.706,25
3.3.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Opentre Órgãos	500,00	0,00	500,00	3.422,87	500,00
0204.17 Saneamento					
0204.17.512 Saneamento Básico Urbano	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701.1.064 Saneamento Básico Geral					
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.04.17.512.1701.2.012 Manutenção do Saneamento Urbano					
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	8.781,54	51.218,46
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00	0,00	60.000,00	8.781,54	51.218,46
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica				4.197,54	4.197,54

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 10

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.17 Saneamento	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
0204.17.512 Saneamento Básico Urbano	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701 PREVENÇÃO DE DOENÇAS	64.000,00	0,00	64.000,00	8.781,54	55.218,46
02.04.17.512.1701.2.012 Manutenção do Saneamento Urbano	60.000,00	0,00	60.000,00	8.781,54	51.218,46
3.3.90.39.51.00.00.0.1.0100 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas				4.584,00	
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.1.065 Aquisição de Máquinas e Veículos	27.250,00	0,00	27.250,00	0,00	27.250,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0189 Aplicacoes Diretas	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	5.250,00
02.04.26.782.2601.1.066 Obras de Infraestrutura Rural	5.558.000,00	0,00	5.558.000,00	1.950.870,18	3.607.129,82
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0083 Aplicacoes Diretas	2.459.000,00	0,00	2.459.000,00	0,00	2.459.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	63.969,20	36.030,80
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	2.966.000,00	0,00	2.966.000,00	1.886.900,98	1.079.099,02
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0100 Obras e Instalações				63.969,20	
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0300 Obras e Instalações				1.886.900,98	
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0100 Obras em Andamento				63.969,20	
4.4.90.51.91.00.00.0.3.0300 Obras em Andamento				1.886.900,98	
4.4.93.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Oper.entre Órgãos	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.683.139,97	1.490.485,98	192.653,99
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	588.000,00	0,00	588.000,00	588.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	37.171,33	2.828,67
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				560.969,19	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0300 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				36.134,40	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 Vendimentos e salários				512.980,63	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0300 vendimentos e salários				36.134,40	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				47.988,56	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0100 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				21.388,10	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 11

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.683.139,97	1.490.485,98	192.653,99
3.1.90.16.00.00.00.0.3.0300 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.036,93	
3.1.90.16.44.00.00.00.0.1.0100 Serviços Extraordinários				21.388,10	
3.1.90.16.44.00.00.00.0.3.0300 Serviços Extraordinários				1.036,93	
3.1.90.94.00.00.00.00.0.1.0100 Indenizações Restituições Trabalhistas				5.642,71	
3.1.90.94.07.00.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				5.642,71	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	594.500,00	0,00	594.500,00	551.817,00	42.683,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0107 Aplicacoes Diretas	21.525,00	0,00	21.525,00	78,71	21.446,29
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	4.860,06	0,00	4.860,06	3.860,06	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0139 Aplicacoes Diretas	101.050,00	0,00	101.050,00	73.433,86	27.616,14
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	194.939,24	55.060,76
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0307 Aplicacoes Diretas	22.297,42	0,00	22.297,42	0,00	22.297,42
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0339 Aplicacoes Diretas	32.407,49	0,00	32.407,49	32.407,49	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				379.603,98	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0139 Material de Consumo				68.414,37	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo				145.386,50	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				32.407,49	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0300 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				125.131,92	
3.3.90.30.01.00.00.00.0.3.0339 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				68.414,37	
3.3.90.30.04.00.00.00.0.1.0100 Gás Engarrafado				17.944,30	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				32.407,49	
3.3.90.30.16.00.00.00.0.3.0300 Material de Expediente				866,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.0.1.0100 Material de Processamento de Dados				119,60	
3.3.90.30.21.00.00.00.0.1.0100 Material de Copa e Cozinha				132,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Imóveis				514,10	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Imóveis				108,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Móveis				19.910,75	
3.3.90.30.25.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Bens Móveis				13.849,15	
3.3.90.30.26.00.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico				330,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.0.1.0100 Material de Proteção e Segurança				3.553,30	
3.3.90.30.28.00.00.00.0.3.0300 Material de Proteção e Segurança				874,50	
3.3.90.30.31.00.00.00.0.1.0100 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos				552,98	
				3.743,44	

ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 12

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.490.485,98	192.653,99
3.3.90.30.31.00.00.00.0.3.0300 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	2.909,00		2.909,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Veículos	125.115,59		125.115,59	
3.3.90.30.39.00.00.00.0.3.0300 Material para Manutenção de Veículos	27.940,17		27.940,17	
3.3.90.30.42.00.00.00.0.1.0100 Ferramentas	230,24		230,24	
3.3.90.30.51.00.00.00.0.1.0100 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	97.876,18		97.876,18	
3.3.90.30.51.00.00.00.0.3.0300 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	81.688,90		81.688,90	
3.3.90.30.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo	1.230,36		1.230,36	
3.3.90.30.99.00.00.00.0.3.0300 Outros Materiais de Consumo	370,00		370,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	162.241,02		162.241,02	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	49.552,74		49.552,74	
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.0100 Serviços Técnicos Profissionais	9.500,00		9.500,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.0.3.0300 Locação de Máquinas e Equipamentos	300,00		300,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos	928,00		928,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	360,00		360,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos	29.315,85		29.315,85	
3.3.90.39.19.00.00.00.0.3.0300 Manutenção e Conservação de Veículos	10.718,00		10.718,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.0.1.0100 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.556,59		1.556,59	
3.3.90.39.43.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Energia Elétrica	5.370,19		5.370,19	
3.3.90.39.44.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Água e Esgoto	2.329,85		2.329,85	
3.3.90.39.51.00.00.00.0.3.0300 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	1.300,00		1.300,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.0.1.0100 Telefonia fixa e Móvel	1.523,55		1.523,55	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.1.0100 seguros em Geral	6.206,30		6.206,30	
3.3.90.39.69.00.00.00.0.3.0300 seguros em Geral	2.568,42		2.568,42	
3.3.90.39.75.00.00.00.0.1.0100 Multas e Infrações de Trânsito	203,04		203,04	
3.3.90.39.75.00.00.00.0.3.0300 Multas e Infrações de Trânsito	290,76		290,76	
3.3.90.39.78.00.00.00.0.1.0100 Limpeza e Conservação	17.563,55		17.563,55	
3.3.90.39.83.00.00.00.0.3.0300 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	130,56		130,56	
3.3.90.39.90.00.00.00.0.1.0100 Serviços de Publicidade Legal	687,00		687,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	86.697,10		86.697,10	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.245,00		34.245,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas	5.940,00		5.940,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0107 Obrigações Tributárias e Contributivas	78,71		78,71	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.0139 Obrigações Tributárias e Contributivas	5.019,49		5.019,49	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 13

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçados e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.04 Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.	7.746.772,46	0,00	7.746.772,46	3.827.095,84	3.919.676,62
0204.26 Transporte	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
0204.26.782 Transporte Rodoviário	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS	7.268.389,97	0,00	7.268.389,97	3.441.356,16	3.827.033,81
02.04.26.782.2601.2.013 Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.683.139,97	0,00	1.683.139,97	1.490.485,98	192.653,99
3.3.90.47.12.00.00.00.0.1.0107 Contribuição Para o PIS/PASEP				78,71	
3.3.90.47.12.00.00.00.0.1.0139 Contribuição Para o PIS/PASEP				5.019,49	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.0100 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc. - PF				5.940,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.0.1.0100 Indenizações e Restituições				4.032,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.0.1.0134 Indenizações e Restituições				3.860,06	
3.3.90.93.02.00.00.00.0.1.0100 Restituições				4.032,00	
3.3.90.93.02.00.00.00.0.1.0134 Restituições				3.860,06	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicação Direta Decorrente de Operante Órgãos	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	4.224,29	775,71
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	3.250,00	0,00	3.250,00	0,00	3.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	3.250,00	0,00	3.250,00	0,00	3.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	4.554,00	10.446,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				4.224,29	
4.4.90.52.00.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos e Material Permanente				4.554,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.808,90	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos de Processamento de Dados				1.391,39	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.3.0300 Equipamentos de Processamento de Dados				3.104,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.0.1.0100 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				900,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.0.3.0300 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				1.450,00	
4.4.90.52.48.00.00.00.0.1.0100 Veículos Diversos				124,00	
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.10 Saúde					
0205.10.306 Alimentação e Nutrição	58.125,70	0,00	58.125,70	39.075,67	19.050,03
02.05.10.306.1002 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	58.125,70	0,00	58.125,70	39.075,67	19.050,03
02.05.10.306.1002.2.014 Programa Suplementar de Alimentação Escolar	58.125,70	0,00	58.125,70	39.075,67	19.050,03
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	57.000,00	0,00	57.000,00	37.949,97	19.050,03
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0337 Aplicacoes Diretas	1.125,70	0,00	1.125,70	1.125,70	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				37.949,97	
3.3.90.30.00.00.00.00.0.3.0337 Material de Consumo				1.125,70	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				37.949,97	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.3.0337 Gêneros de Alimentação				1.125,70	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 14

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201.1.067 Ampliação da Rede Física Fundamental	43.030,85	0,00	43.030,85	41.269,94	1.760,91
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	10.759,78	240,22
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	479,31	520,69
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicacoes Diretas	30.030,85	0,00	30.030,85	30.030,85	0,00
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0101 Obras e Instalacoes				10.759,78	
4.4.90.51.00.00.00.0.1.0132 Obras e Instalacoes				479,31	
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0332 Obras e Instalacoes				30.030,85	
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0101 Obras em Andamento				10.759,78	
4.4.90.51.91.00.00.0.1.0132 Obras em Andamento				479,31	
4.4.90.51.91.00.00.0.3.0332 Obras em Andamento				30.030,85	
02.05.12.361.1201.1.068 Aquisição de Veículos - Educação	160.413,74	0,00	160.413,74	158.413,74	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0087 Aplicacoes Diretas	2.649,24	0,00	2.649,24	2.649,24	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0387 Aplicacoes Diretas	119.764,50	0,00	119.764,50	119.764,50	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0087 Equipamentos e Material Permanente				2.649,24	
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos e Material Permanente				36.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.3.0387 Equipamentos e Material Permanente				119.764,50	
4.4.90.52.52.00.00.0.1.0087 Veículos de Tração Mecânica				2.649,24	
4.4.90.52.52.00.00.0.1.0101 Veículos de Tração Mecânica				36.000,00	
4.4.90.52.52.00.00.0.3.0387 Veículos de Tração Mecânica				119.764,50	
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.469.722,54	2.088.134,28	381.588,26
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	821.250,00	0,00	821.250,00	801.515,42	19.734,58
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0118 Aplicacoes Diretas	666.300,00	0,00	666.300,00	664.391,84	1.908,16
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				644.762,88	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0118 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				565.941,48	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0101 Vencimentos e salários				592.389,51	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0118 Vencimentos e salários				565.941,48	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0101 13º salário				52.373,37	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0101 Obrigações Patronais				144.546,51	

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.469.722,54	2.088.134,28	381.588,26
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0118 Obrigações Patronais				95.653,12	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0101 Contribuições Previdenciárias - INSS				144.546,51	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0118 Contribuições Previdenciárias - INSS				95.653,12	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0101 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				3.142,38	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0118 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.797,24	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0101 Serviços Extraordinários				3.142,38	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0118 Serviços Extraordinários				2.797,24	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0101 Indenizações Restituições Trabalhistas				9.063,65	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0101 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				9.063,65	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	757.407,50	0,00	757.407,50	455.686,70	301.720,80
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0136 Aplicacoes Diretas	111.300,00	0,00	111.300,00	98.441,65	12.858,35
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	2.625,00	0,00	2.625,00	0,00	2.625,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	10.530,00	0,00	10.530,00	9.035,42	1.494,58
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	23.575,00	0,00	23.575,00	19.029,43	4.545,57
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicacoes Diretas	24.384,91	0,00	24.384,91	7.982,70	16.402,21
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0336 Aplicacoes Diretas	2.150,13	0,00	2.150,13	2.150,13	0,00
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0101 Diárias - Civil				2.032,68	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0101 Diárias no País - Civil				2.032,68	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0101 Material de Consumo				118.328,88	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0137 Material de Consumo				9.035,42	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0332 Material de Consumo				7.982,70	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0101 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				35.150,87	
3.3.90.30.04.00.00.0.1.0101 Gás Engarrafado				2.952,00	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0101 Gêneros de Alimentação				10.058,29	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0137 Gêneros de Alimentação				9.035,42	
3.3.90.30.14.00.00.0.1.0101 Material Educativo e Esportivo				2.076,00	
3.3.90.30.14.00.00.0.3.0332 Material Educativo e Esportivo				7.982,70	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0101 Material de Expediente				19.187,00	
3.3.90.30.20.00.00.0.1.0101 Material de Cama, Mesa e Banho				867,00	
3.3.90.30.21.00.00.0.1.0101 Material de Copa e Cozinha				216,00	
3.3.90.30.22.00.00.0.1.0101 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				13.969,43	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.0101 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				13.563,97	
3.3.90.30.24.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.307,30	

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.269.036,32	556.762,34
0205:12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.088.134,28	381.588,26
3.3.90.30.25.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Bens Móveis			390,00	
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0101 Material Elétrico e Eletrônico			2.471,50	
3.3.90.30.28.00.00.0.1.0101 Material de Proteção e Segurança			319,40	
3.3.90.30.39.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Veículos			13.682,88	
3.3.90.30.50.00.00.0.1.0101 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			960,00	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0101 Outros Materiais de Consumo			1.157,24	
3.3.90.31.00.00.00.0.1.0101 Prêmios Culturais, Artísticos, Científicos, Desportivos e Outras Premiações			479,00	
3.3.90.31.99.00.00.0.1.0101 Outras Premiações			479,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			600,00	
3.3.90.36.99.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			600,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			334.246,14	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0136 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			98.441,65	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0137 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			19.029,43	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0336 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.150,13	
3.3.90.39.01.00.00.0.1.0101 Assinatura de Periódicos e Anúncios			1.240,00	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.0101 Serviços Técnicos Profissionais			23.880,00	
3.3.90.39.11.00.00.0.1.0101 Locação de Softwares			1.398,00	
3.3.90.39.12.00.00.0.1.0101 Locação de Máquinas e Equipamentos			690,00	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0101 Limpeza de Veículos			1.833,00	
3.3.90.39.16.00.00.0.1.0101 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			1.850,00	
3.3.90.39.17.00.00.0.1.0101 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos			520,00	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0101 Manutenção e Conservação de Veículos			3.102,20	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0101 Serviços de Transporte Escolar			213.754,91	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0136 Serviços de Transporte Escolar			98.318,41	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0137 Serviços de Transporte Escolar			19.029,43	
3.3.90.39.26.00.00.0.3.0336 Serviços de Transporte Escolar			2.150,13	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0101 Serviços de Energia Elétrica			19.475,21	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0101 Serviços de Água e Esgoto			5.564,24	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0101 Serviços de Seleção e Treinamento			14.200,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0101 Serviços Gráficos e Editoriais			108,00	
3.3.90.39.64.00.00.0.1.0101 Telefonia fixa e Móvel			1.443,27	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0101 seguros em Geral			22.747,50	
3.3.90.39.81.00.00.0.1.0136 Serviços Bancários			123,24	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 17

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.361 Ensino Fundamental	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2.799.820,55	0,00	2.799.820,55	2.409.011,89	390.808,66
02.05.12.361.1201.2.015 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	2.469.722,54	0,00	2.469.722,54	2.088.134,28	381.588,26
3.3.90.39.83.00.00.00.0.1.0101 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				8.249,68	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.190,13	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	46.000,00	0,00	46.000,00	29.900,99	16.099,01
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0166 Aplicacoes Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0.1.0101 Obras e Instalações				5.817,79	
4.4.90.51.91.00.00.00.0.1.0101 Obras em Andamento				5.817,79	
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos e Material Permanente				24.083,20	
4.4.90.52.12.00.00.00.0.1.0101 Aparelhos e Utensílios Domésticos				6.380,94	
4.4.90.52.33.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				779,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos de Processamento de Dados				2.882,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.0.1.0101 Veículos de Tração Mecânica				14.041,26	
02.05.12.361.1201.2.018 Manut. do Transporte Escolar	126.653,42	0,00	126.653,42	121.193,93	5.459,49
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	7.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	107.100,00	0,00	107.100,00	102.640,51	4.459,49
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0337 Aplicacoes Diretas	10.225,09	0,00	10.225,09	10.225,09	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0362 Aplicacoes Diretas	1.328,33	0,00	1.328,33	1.328,33	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0137 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0162 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				102.640,51	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0337 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.225,09	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.3.0362 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.328,33	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.1.0137 Serviços de Transporte Escolar				7.000,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.1.0162 Serviços de Transporte Escolar				102.495,56	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.3.0337 Serviços de Transporte Escolar				10.225,09	
3.3.90.39.26.00.00.00.0.3.0362 Serviços de Transporte Escolar				1.328,33	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.0162 Serviços Bancários				144,95	
0205.12.364 Ensino Superior	80.000,00	0,00	80.000,00	69.047,55	10.952,45
02.05.12.364.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	80.000,00	0,00	80.000,00	69.047,55	10.952,45
02.05.12.364.1201.2.016 Apoio ao Ensino Superior				69.047,55	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas				69.047,55	
3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				69.047,55	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 18

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.364 Ensino Superior	80.000,00	0,00	80.000,00	69.047,55	10.952,45
02.05.12.364.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	80.000,00	0,00	80.000,00	69.047,55	10.952,45
02.05.12.364.1201.2.016 Apoio ao Ensino Superior	80.000,00	0,00	80.000,00	69.047,55	10.952,45
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0100 Serviços de Transporte Escolar				69.047,55	
0205.12.365 Educação Infantil	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
02.05.12.365.1201.1.069 Ampliação da Rede Física Infantil	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0132 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.05.12.365.1201.2.019 Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	239.900,00	0,00	239.900,00	142.531,86	97.368,14
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	135.000,00	0,00	135.000,00	52.126,14	82.873,86
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0118 Aplicacoes Diretas	53.000,00	0,00	53.000,00	53.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			31.347,34	31.347,34	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0118 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			32.943,39	32.943,39	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0101 Vencimentos e salários			5.846,04	5.846,04	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0118 Vencimentos e salários			32.943,39	32.943,39	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0101 13º salário			25.501,30	25.501,30	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0101 Obrigações Patronais			16.212,66	16.212,66	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0118 Obrigações Patronais			20.009,20	20.009,20	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0101 Contribuições Previdenciárias - INSS			16.212,66	16.212,66	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0118 Contribuições Previdenciárias - INSS			20.009,20	20.009,20	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0101 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			29,06	29,06	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.0118 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			47,41	47,41	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0101 Serviços Extraordinários			29,06	29,06	
3.1.90.16.44.00.00.0.1.0118 Serviços Extraordinários			47,41	47,41	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0101 Indenizações Restituições Trabalhistas			4.537,08	4.537,08	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0101 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			27.139,79	27.139,79	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	4.537,08	2.860,21
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	4.950,00	0,00	4.950,00	4.950,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicacoes Diretas	6.950,00	0,00	6.950,00	5.315,93	1.634,07
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0101 Material de Consumo			13.986,33	13.986,33	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0137 Material de Consumo			5.315,93	5.315,93	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 19

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
0205.12.365 Educação Infantil	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
02.05.12.365.1201.2.019 Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar	239.900,00	0,00	239.900,00	142.531,86	97.368,14
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0101 Gêneros de Alimentação				274,98	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0137 Gêneros de Alimentação				5.315,93	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.0101 Uniformes, Tecidos e Avariamentos				12.836,35	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0101 Outros Materiais de Consumo				875,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				13.153,46	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0137 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.950,00	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0101 Serviços de Transporte Escolar				13.153,46	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0137 Serviços de Transporte Escolar				4.950,00	
02.05.12.365.1201.2.045 Manut. da Educação Infantil - Creche	562.952,41	0,00	562.952,41	545.119,66	17.832,75
3.1.90.00.00.00.00.0.0.1.0101 Aplicações Diretas	155.000,00	0,00	155.000,00	153.683,17	1.316,83
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0118 Aplicações Diretas	304.000,00	0,00	304.000,00	304.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.0.3.0019 Aplicações Diretas	32.607,41	0,00	32.607,41	32.607,41	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				120.384,38	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0118 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				246.765,42	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.0019 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				32.607,41	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0101 vencimentos e salários				109.607,79	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0118 vencimentos e salários				208.377,93	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.0019 vencimentos e salários				32.607,41	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0101 13º salário				10.776,59	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0118 13º salário				38.387,49	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0101 Obrigações Patronais				33.298,79	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0118 Obrigações Patronais				57.234,58	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0101 Contribuições Previdenciárias - INSS				33.298,79	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0118 Contribuições Previdenciárias - INSS				57.234,58	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicações Diretas				32.047,86	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0137 Aplicações Diretas				8.970,42	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0332 Aplicações Diretas				2.450,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0101 Material de Consumo	35.000,00	0,00	35.000,00	16.143,44	2.952,14
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0137 Material de Consumo	10.345,00	0,00	10.345,00	8.970,42	1.374,58
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0332 Material de Consumo	10.000,00	0,00	10.000,00	2.450,00	7.550,00
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0101 Gêneros de Alimentação				193,77	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0137 Gêneros de Alimentação				8.970,42	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 20

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.05 Sec. Mun. De Educação	3.825.798,66	0,00	3.825.798,66	3.269.036,32	556.762,34
0205.12 Educação					
0205.12.365 Educação Infantil	3.767.672,96	0,00	3.767.672,96	3.229.960,65	537.712,31
02.05.12.365.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
	809.852,41	0,00	809.852,41	687.651,52	122.200,89
02.05.12.365.1201.2.045 Manut. da Educação Infantil - Creche	562.952,41	0,00	562.952,41	545.119,66	17.832,75
3.3.90.30.14.00.00.00.0.3.0332 Material Educativo e Esportivo				2.450,00	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.0101 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				14.899,67	
3.3.90.30.24.00.00.0.1.0101 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.050,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.904,42	
3.3.90.39.43.00.00.0.1.0101 Serviços de Energia Elétrica				10.110,96	
3.3.90.39.44.00.00.0.1.0101 Serviços de Água e Esgoto				3.000,00	
3.3.90.39.83.00.00.0.1.0101 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos				93,46	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0101 Aplicacoes Diretas	16.000,00	0,00	16.000,00	11.360,80	4.639,20
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0101 Equipamentos e Material Permanente				11.360,80	
4.4.90.52.12.00.00.0.1.0101 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.297,00	
4.4.90.52.34.00.00.0.1.0101 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.424,80	
4.4.90.52.35.00.00.0.1.0101 Equipamentos de Processamento de Dados				2.822,00	
4.4.90.52.42.00.00.0.1.0101 Mobiliário em Geral				5.817,00	
0205.12.367 Educação Especial	78.000,00	0,00	78.000,00	64.249,69	13.750,31
02.05.12.367.1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	78.000,00	0,00	78.000,00	64.249,69	13.750,31
02.05.12.367.1201.2.017 Apoio a Educação Especial					
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu				64.249,69	
3.3.50.43.00.00.00.0.1.0100 Subvenções Sociais				30.000,00	
3.3.50.43.99.00.00.0.1.0100 Outras Subvenções Sociais				30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	48.000,00	0,00	48.000,00	34.249,69	13.750,31
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				34.249,69	
3.3.90.39.26.00.00.0.1.0100 Serviços de Transporte Escolar				34.249,69	
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08 Assistência Social					
0206.08.241 Assistência ao Idoso	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
02.06.08.241.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
02.06.08.241.0801.2.022 Manut. do Fundo M. do Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0100 Diárias - Civil				307,98	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.0100 Diárias no País - Civil				307,98	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 21

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08 Assistência Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08.241 Assistência ao Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
02.06.08.241.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
02.06.08.241.0801.2.022 Manut. do Fundo M. do Idoso	25.000,00	0,00	25.000,00	21.224,01	3.775,99
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				10.956,28	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				10.956,28	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.959,75	
3.3.90.39.73.00.00.0.1.0100 Transporte de Servidores				123,60	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.836,15	
0206.08.244 Assistência Comunitária	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
02.06.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
02.06.08.244.0801.1.070 Obras de Infraestrutura Social	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.06.08.244.0801.2.020 Manut. da Secret. de Assistência Social	331.000,00	0,00	331.000,00	225.194,19	105.805,81
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	305.000,00	0,00	305.000,00	217.807,61	87.192,39
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				208.849,62	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				192.988,85	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				15.860,77	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizações Restituições Trabalhistas				8.957,99	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				8.957,99	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas				7.386,58	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	26.000,00	0,00	26.000,00	4.256,46	18.613,42
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				3.017,46	
3.3.90.30.22.00.00.0.1.0100 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				1.239,00	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.650,00	
3.3.90.32.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.650,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.480,12	
3.3.90.39.19.00.00.0.1.0100 Manutenção e Conservação de Veículos				140,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				990,12	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				350,00	
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	104.000,00	0,00	104.000,00	102.968,39	1.031,61
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	99.591,67	408,33

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.06 Sec. Mun. De Assist. Social	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
0206.08 Assistência Social					
0206.08.244 Assistência Comunitária	467.000,00	0,00	467.000,00	349.386,59	117.613,41
02.06.08.244.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
	442.000,00	0,00	442.000,00	328.162,58	113.837,42
02.06.08.244.0801.2.021 Manut. do Conselho Tutelar	104.000,00	0,00	104.000,00	102.968,39	1.031,61
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.828,50	171,50
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				2.050,74	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				811,67	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				578,47	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.0100 Material de Expediente				480,00	
3.3.90.30.21.00.00.0.1.0100 Material de Copa e Cozinha				126,10	
3.3.90.30.24.00.00.0.1.0100 Material para Manutenção de Bens Imóveis				36,50	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.0100 Outros Materiais de Consumo				18,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				79.769,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.3.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				628,50	
3.3.90.36.45.00.00.0.1.0100 Jetons a Conselheiros				79.769,00	
3.3.90.36.45.00.00.0.3.0300 Jetons a Conselheiros				628,50	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.974,93	
3.3.90.39.15.00.00.0.1.0100 Limpeza de Veículos				25,00	
3.3.90.39.41.00.00.0.1.0100 Fornecimento de Alimentação				156,00	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0100 Serviços de Seleção e Treinamento				2.300,00	
3.3.90.39.69.00.00.0.1.0100 seguros em Geral				374,31	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				119,62	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				14.797,00	
3.3.90.47.00.00.00.0.3.0300 Obrigações Tributárias e Contributivas				1.200,00	
3.3.90.47.18.00.00.0.1.0100 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				14.797,00	
3.3.90.47.18.00.00.0.3.0300 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				1.200,00	
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.548,22	451,78
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0100 Equipamentos e Material Permanente				1.548,22	
4.4.90.52.06.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				1.168,00	
4.4.90.52.12.00.00.0.1.0100 Aparelhos e Utensílios Domésticos				380,22	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 23

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	333.100,00	0,00	333.100,00	276.105,54	56.994,46
0207.13 Cultura	236.600,00	0,00	236.600,00	192.146,16	44.453,84
0207.13.392 Difusão Cultural	236.600,00	0,00	236.600,00	192.146,16	44.453,84
02.07.13.392.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	236.600,00	0,00	236.600,00	192.146,16	44.453,84
02.07.13.392.1301.2.023 Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	108.600,00	0,00	108.600,00	75.349,72	33.250,28
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	75.600,00	0,00	75.600,00	71.646,51	3.953,49
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	60.165,70			65.168,41	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vendimentos e salários				60.165,70	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				5.002,71	
3.1.90.94.00.00.00.0.1.0100 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				6.478,10	
3.1.90.94.07.00.00.0.1.0100 Indentização por Demissão de Servidor ou Empregado				6.478,10	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	3.703,21	26.296,79
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				3.703,21	
3.3.90.39.96.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				3.703,21	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
02.07.13.392.1301.2.024 Manut. das Atividades Culturais	128.000,00	0,00	128.000,00	116.796,44	11.203,56
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	75.000,00	0,00	75.000,00	72.175,07	2.824,93
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	44.621,37	5.378,63
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo				8.869,57	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.0100 Gêneros de Alimentação				99,07	
3.3.90.30.15.00.00.0.1.0100 Material para Festividades e Homenagens				1.920,00	
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico				6.850,50	
3.3.90.32.00.00.00.0.3.0300 Material de Distribuição Gratuita				4.879,80	
3.3.90.32.99.00.00.0.3.0300 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				4.879,80	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				5.580,00	
3.3.90.36.99.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				5.580,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				57.725,50	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				39.741,57	
3.3.90.39.05.00.00.0.1.0100 Servicos Técnicos Profissionais				19.807,50	
3.3.90.39.23.00.00.0.1.0100 Festividades e Homenagens				34.218,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Servicos Gráficos e Editoriais				420,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				3.280,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.3.0300 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				39.741,57	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 24

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.07 Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte	333.100,00	0,00	333.100,00	276.105,54	56.994,46
0207.27 Desporto e Lazer	96.500,00	0,00	96.500,00	83.959,38	12.540,62
0207.27.812 Desporto Comunitário	96.500,00	0,00	96.500,00	83.959,38	12.540,62
02.07.27.812.2701 ESPORTE E VIDA	96.500,00	0,00	96.500,00	83.959,38	12.540,62
02.07.27.812.2701.1.071 Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer	12.000,00	0,00	12.000,00	4.340,00	7.660,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	4.340,00	660,00
3.3.90.31.00.00.00.0.1.0100 Premiacoess Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out				4.000,00	
3.3.90.31.04.00.00.0.1.0100 Premiacoess Desportivas				4.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				340,00	
3.3.90.39.63.00.00.0.1.0100 Servicoes Graficos e Editoriais				340,00	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.07.27.812.2701.2.025 Manut. das Atividades Esportivas	84.500,00	0,00	84.500,00	79.619,38	4.880,62
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	33.895,68	1.104,32
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				33.895,68	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vendimentos e salários				31.350,79	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				2.544,89	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas				43.401,80	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas				2.321,90	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0100 Material de Consumo	47.000,00	0,00	47.000,00	6.154,50	3.598,20
3.3.90.30.00.00.00.0.3.0300 Material de Consumo	2.500,00	0,00	2.500,00	1.856,00	178,10
3.3.90.30.14.00.00.0.1.0100 Material Educativo e Esportivo				4.969,50	
3.3.90.30.14.00.00.0.3.0300 Material Educativo e Esportivo				1.856,00	
3.3.90.30.26.00.00.0.1.0100 Material Elétrico e Eletrônico				1.185,00	
3.3.90.31.00.00.00.0.1.0100 Premiacoess Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out				12.186,40	
3.3.90.31.04.00.00.0.1.0100 Premiacoess Desportivas				12.186,40	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				25.060,90	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.0300 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				465,90	
3.3.90.39.41.00.00.0.1.0100 Fornecimento de Alimentação				894,10	
3.3.90.39.41.00.00.0.3.0300 Fornecimento de Alimentação				465,90	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.0100 Outros Servicoes de Terceiros - Pessoa Juridica				24.166,80	

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 25

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Espeçados e Extraordinários	Total		
02 CHEFIADO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.08 Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços	237.000,00	0,00	237.000,00	177.199,97	59.800,03
0208.13 Cultura					
0208.13.695 Turismo	223.000,00	0,00	223.000,00	177.199,97	45.800,03
02.08.13.695.1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	223.000,00	0,00	223.000,00	177.199,97	45.800,03
02.08.13.695.1301.2.044 Promoção do Turismo	223.000,00	0,00	223.000,00	177.199,97	45.800,03
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0300 Aplicacoes Diretas	203.000,00	0,00	203.000,00	177.199,97	25.800,03
4.4.90.51.00.00.00.0.3.0300 Obras e Instalacoes				177.199,97	
4.4.90.51.91.00.00.0.3.0300 Obras em Andamento				177.199,97	
0208.22 Indústria	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
0208.22.661 Promoção Industrial	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
02.08.22.661.2201.1.072 Promoção da Indústria e Comércio	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.09 Fundo Mun. De Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16 Habitação	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
0209.16.482 Habitação Urbana	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601 SISTEMA HABITACIONAL	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.09.16.482.1601.1.073 Apoio ao Sistema Habitacional	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0134 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0164 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.5.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 26

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.10 Fundo M. Da Infância E Adolescência	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
0210.08 Assistência Social	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
0210.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
02.10.08.243.0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
02.10.08.243.0801.2.026 Manut. das Atividades do FIA	13.000,00	0,00	13.000,00	1.559,00	11.441,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	11.000,00	0,00	11.000,00	1.559,00	9.441,00
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.559,00	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.0100 Serviços de Seleção e Treinamento				1.559,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00		2.000,00
02.11 Previdência Social	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
0211.09 Previdência Social	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
0211.09.272 Previdência do Regime Estatutário	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
02.11.09.272.0901 PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
02.11.09.272.0901.2.027 Encargos Previdenciários Regime Geral	644.200,00	0,00	644.200,00	595.927,79	48.272,21
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	640.000,00	0,00	640.000,00	593.400,67	46.599,33
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Patronais				593.400,67	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.0100 FGTS				8.282,47	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.0100 Contribuições Previdenciárias - INSS				585.118,20	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	4.200,00	0,00	4.200,00	2.527,12	1.672,88
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				2.527,12	
3.3.90.47.18.00.00.00.1.0100 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				2.527,12	
02.12 Encargos Gerais do Município	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28 Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28.846 Outros Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800.2.028 Amortização da Dívida e Encargos	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	19.000,00	0,00	19.000,00	16.903,15	2.096,85
3.1.90.03.00.00.00.0.1.0100 Pensões				6.010,99	
3.1.90.03.01.00.00.0.1.0100 Cíveis				5.214,76	
3.1.90.03.03.00.00.0.1.0100 13º Salário - Pensionista Civil				796,23	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				10.892,16	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.0100 vencimentos e salários				10.384,70	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.0100 13º salário				507,46	
3.2.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0100 Aplicacoes Diretas	178.500,00	0,00	178.500,00	163.344,17	15.155,83

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 27

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 CHEFIA DO EXECUTIVO	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
02.12 Encargos Gerais do Município	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28 Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
0212.28.846 Outros Encargos Especiais	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
02.12.28.846.2800.2.028 Amortização da Dívida e Encargos	208.000,00	0,00	208.000,00	180.247,32	27.752,68
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0100 Obrigações Tributárias e Contributivas				163.344,17	
3.3.90.47.12.00.00.0.0.1.0100 Contribuição Para o PIS/PASEP				163.344,17	
4.6.90.00.00.00.00.0.0.1.0100 Aplicações Diretas	5.500,00	0,00	5.500,00	0,00	5.500,00
02.13 Reserva De Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
0213.99 Reserva de Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
0213.99.999 Reserva de Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
02.13.99.999.9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
02.13.99.999.9999.2.030 Reserva de Contingência	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
9.9.99.00.00.00.00.0.0.1.0100 RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
Total por Entidade:	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22
Total Geral:	16.830.251,96	0,00	16.830.251,96	11.584.125,74	5.246.126,22

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)		
RECEITAS CORRENTES	13.874.000,00	13.874.000,00	14.168.199,38	294.199,38		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	897.505,00	897.505,00	828.759,82	-68.745,18		
Impostos	810.180,00	810.180,00	768.403,75	-41.776,25		
Taxas	74.200,00	74.200,00	60.356,07	-13.843,93		
Contribuição de Melhoria	13.125,00	13.125,00	0,00	-13.125,00		
Contribuições	10.500,00	10.500,00	0,00	-10.500,00		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.500,00	10.500,00	0,00	-10.500,00		
Receita Patrimonial	186.900,00	186.900,00	114.069,52	-72.830,48		
Valores Mobiliários	186.900,00	186.900,00	114.069,52	-72.830,48		
Receita Agropecuária	6.825,00	6.825,00	0,00	-6.825,00		
Receita de Serviços	91.775,00	91.775,00	119.699,03	27.924,03		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	89.775,00	119.699,03	29.924,03		
Outros Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00		
Transferências Correntes	12.601.600,00	12.601.600,00	13.041.733,95	440.133,95		
Transferências da União e de suas Entidades	7.204.600,00	7.204.600,00	7.233.256,06	28.656,06		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.410.000,00	4.410.000,00	4.777.652,93	367.652,93		
Transferências de Outras Instituições Públicas	987.000,00	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96		
Outras Receitas Correntes	78.895,00	78.895,00	63.937,06	-14.957,94		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.850,00	17.850,00	2.294,30	-15.555,70		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.200,00	34.200,00	4.164,67	-30.035,33		
Demais Receitas Correntes	26.845,00	26.845,00	57.478,09	30.633,09		
RECEITAS DE CAPITAL	26.000,00	26.000,00	323.256,73	297.256,73		
Alienação de Bens	0,00	0,00	141.350,00	141.350,00		
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	141.350,00	141.350,00		
Transferências de Capital	26.000,00	26.000,00	181.906,73	155.906,73		
Transferências da União e de suas Entidades	13.000,00	13.000,00	170.513,73	157.513,73		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.000,00	13.000,00	11.393,00	-1.607,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	13.900.000,00	13.900.000,00	14.491.456,11	591.456,11		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	13.900.000,00	13.900.000,00	14.491.456,11	591.456,11		
DEFICIT (IV)	-	2.930.251,96	-	-		
TOTAL (V) = (III + IV)	13.900.000,00	16.830.251,96	14.491.456,11	-2.338.795,85		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	4.066.949,67	2.709.176,39	-		
Superávit Financeiro	-	4.066.949,67	2.709.176,39	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	9.835.585,50	10.434.182,16	9.093.689,25	8.920.194,18	8.851.928,71	1.340.492,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.435.650,00	5.546.709,41	5.268.727,74	5.268.727,74	5.268.727,74	277.981,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.394.935,50	4.882.472,75	3.824.961,51	3.651.466,44	3.583.200,97	1.057.511,24
DESPESAS DE CAPITAL	418.850,00	6.385.069,80	2.490.436,49	2.035.642,77	2.033.630,65	3.894.633,31
INVESTIMENTOS	410.850,00	6.377.069,80	2.490.436,49	2.035.642,77	2.033.630,65	3.886.633,31
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2/2

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	10.265.435,50	16.830.251,96	11.584.125,74	10.955.836,95	10.885.559,36	5.246.126,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	10.265.435,50	16.830.251,96	11.584.125,74	10.955.836,95	10.885.559,36	5.246.126,22
SUPERÁVIT (IX)	3.634.564,50	-	2.907.330,37	-	-	-2.907.330,37
TOTAL (X) = (VIII + IX)	13.900.000,00	16.830.251,96	14.491.456,11	10.955.836,95	10.885.559,36	2.338.795,85

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	7.102,23	82.429,51	52.562,33	52.562,33	36.706,41	263,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	417,42	417,42	417,42	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.102,23	82.012,09	52.144,91	52.144,91	36.706,41	263,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.212,50	212.318,55	186.509,70	181.320,34	28.021,35	5.189,36
INVESTIMENTOS	2.212,50	212.318,55	186.509,70	181.320,34	28.021,35	5.189,36
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.314,73	294.748,06	239.072,03	233.882,67	64.727,76	5.452,36

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	47.534,88	47.534,88	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	37.375,33	37.375,33	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.159,55	10.159,55	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.667,90	49.723,04	51.390,94	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	1.667,90	49.723,04	51.390,94	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.667,90	97.257,92	98.925,82	0,00	-0,00

Ibiã, 04/02/2020

Ivanir Zanin
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta

EXERCÍCIO 2019
 PERÍODO (MÊS): Janeiro A Dezembro
 DATA DE EMISSÃO 04/02/2020
 PÁGINA: 1

INGRESSOS		Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		14.491.456,11	Despesas Orçamentária (VII)		11.584.125,74
Ordinária		12.372.521,32	Ordinária		10.134.972,78
Vinculada		2.118.934,79	Vinculada		1.448.152,96
Alienações de Bens destinados a Outros Programas		141.969,24	Alienação de Bens Móveis - Educação		2.649,24
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		8.424,71	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		78,71
Convênio de Trânsito - Civil		689,05	Convênio de Trânsito - Militar		688,32
Convênio de Trânsito - Militar		688,32	Convênio de Trânsito - Prefeitura		883,18
Convênio de Trânsito - Prefeitura		940,13	Fundeb 60%		1.021.391,84
Fundeb 60%		1.033.131,70	Fundo Especial do Petróleo e Transf. de Comp. Financeira p/ Exploração de		73.433,86
Fundo Especial do Petróleo e Transf. de Comp. Financeira p/ Exploração de		115.256,75	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã		54.301,20
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaçã		55.668,01	Salário-Educação		98.441,65
Salário-Educação		98.807,97	Superavit Convênio Educação União		40.463,55
Transf. de recursos do Pro-Sal		387.711,71	Superavit Exercício Anterior - Recursos PNME		11.350,79
Transferências de Convênios - União/Educação		1.239,67	Superavit FEP		32.407,49
Transferências de Convênios - União/Outros		171.655,10	superavit salário educação		2.150,13
Transferências de Convênios - Estado/Educação		102.683,43	Superavit Conv. Pol. Civil		575,63
Transferências Financeiras Recebidas (II)		59.210,65	Transferências de Convênios - União/Educação		479,31
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		59.210,65	Transferências de Convênios - União/Outros		7.217,55
Interferências Financeiras (III)		123.586,86	Transferências de Convênios - Estado/Educação		102.640,51
BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		628.288,79	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		3.829.945,54
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		1.807.937,96	Interferências Financeiras Concedidas (X)		123.586,86
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		70.277,59	BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)		123.586,86
Inscrição de Restos a Pagar Processados		13.777,04	Pagamentos Extraorçamentários (X)		14.39.825,53
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.095.594,54	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		233.882,67
Saldo do Exercício Anterior (V)		4.096.646,95	RP PROCESSADOS PAGOS		96.925,82
BANCO C/ MOVIMENTO		3.756.532,94	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		13.777,04
BANCOS C/ VINCULADAS		340.114,01	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.095.240,00
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)		20.578.838,53	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		3.601.354,86
			BANCO C/ MOVIMENTO		2.947.587,59
			BANCOS C/ VINCULADAS		653.767,27
			TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)		20.578.838,53

Ibiam, 04/02/2020

Betla Sienas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	5.108.445,77	PASSIVO CIRCULANTE	760.706,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.601.354,86	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	654.945,70
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.488.744,80	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	67.329,22
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.346,11	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.137,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.890.447,80	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.293,81
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	137.128,80	TOTAL DO PASSIVO	760.706,46
IMOBILIZADO	14.753.319,00		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		RESULTADOS ACUMULADOS	19.236.187,11
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.392.871,64
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.076.015,40
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-232.699,93
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.236.187,11
TOTAL	19.996.893,57	TOTAL	19.996.893,57

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	3.607.691,10	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.760,76
ATIVO CIRCULANTE	3.607.691,10	PASSIVO CIRCULANTE	105.760,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.601.354,86	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	67.329,22
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.336,24	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.137,73
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.293,81
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	3.607.691,10	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	628.288,79
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	263,00
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	734.312,55
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	16.389.202,47	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	654.945,70
ATIVO CIRCULANTE	1.498.754,67	PASSIVO CIRCULANTE	654.945,70
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.488.744,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	654.945,70
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	10.009,87		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.890.447,80	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	654.945,70
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	137.128,80		
IMOBILIZADO	14.753.319,00		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	16.389.202,47		
SALDO PATRIMONIAL			18.607.636,32

COMPENSAÇÕES	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
TOTAL	0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.224.900,31
			TOTAL	4.224.900,31
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		EXERCÍCIO ATUAL		
ORDINÁRIA		2.223.567,19		
VINCULADA		649.811,36		
Alienação de Bens Móveis - Educação		0,00		
Alienarções de Bens destinados a Outros Programas		139.350,00		
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		30.643,42		
Convênio de Trânsito - Civil		985,96		
Convênio de Trânsito - Militar		0,00		
Convênio de Trânsito - Prefeitura		1.029,90		
Fundeb 60%		11.739,86		
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Exploração de Recursos Natur		41.861,89		
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		1.366,81		
Salário-Educação		366,32		
Superavit Conv. União		0,00		

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Superávit Convênio Educação União	0,00
Superávit Exercício Anterior - Recursos PNAE	0,00
Superávit FEP	0,00
superávit salário educação	0,00
Superávit Conv. Pol. Civil	0,00
Transf. de recursos do Pré-Sal	387.711,71
Transferências de Convênios – União/Educação	34.712,57
Transferências de Convênios – União/Outros	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	42,92
TOTAL	2.873.376,55

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.532.801,53
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.348.814,89
IMPOSTOS	1.294.897,81
TAXAS	53.917,08
CONTRIBUIÇÕES	70.978,09
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	70.978,09
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	78.902,93
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.902,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	119.912,74
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.843,22
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	114.069,52
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	15.765.722,20
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.210,65
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	15.706.511,55
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	148.470,68
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	80.897,91
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.572,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16.139.929,89
PESSOAL E ENCARGOS	5.712.609,45
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.712.192,03
ENCARGOS PATRONAIS	417,42
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.214,76
PENSÕES	5.214,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.464.530,88
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.088.402,22
SERVIÇOS	2.156.648,10
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	219.480,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.728.785,14
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.829.945,54
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.653.384,60
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	210.907,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	34.548,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.000,00
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.000,00
TRIBUTÁRIAS	192.946,49
CONTRIBUIÇÕES	192.946,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	30.843,17
PREMIAÇÕES	16.665,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.177,77
Resultado Patrimonial do Período	1.392.871,64

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4

Exercício de 2019
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16
Administração Direta

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	
Totais:				0,00	0,00	0,00	0,00

NADA À DECLARAR

ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício 2019

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Página: 1/1

Administração Direta

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	402.988,61	698.566,38	397.536,25	704.018,74
Restos a Pagar Não Processados	304.062,79	628.288,79	298.610,43	633.741,15
Restos a Pagar Processados	98.925,82	70.277,59	98.925,82	70.277,59
DEPÓSITOS	27.939,27	1.095.594,54	1.093.240,00	30.293,81
Agemed fonte 00	546,77	26.893,83	27.440,60	0,00
Agemed fonte 01	1.718,77	8.566,94	10.285,71	0,00
Agemed fonte 18	0,00	10.187,40	10.187,40	0,00
CONSIG. BRADESCO - FONTE 00	2.396,66	120.856,17	120.188,74	3.064,09
CONSIG. BRADESCO - FONTE 01	4.910,51	39.904,19	38.611,39	6.203,31
CONSIG. BRADESCO - FONTE 18	0,00	32.982,91	32.982,91	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 00	0,00	20.310,78	20.310,78	0,00
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 01	587,65	1.642,00	1.853,22	376,43
CONSIGNAÇÃO BB - FONTE 18	0,00	7.097,79	7.097,79	0,00
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 00	272,27	2.033,00	2.076,11	229,16
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 01	979,62	10.246,61	9.540,93	1.685,30
CONSIGNAÇÃO CEF - FONTE 18	0,00	945,83	945,83	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 00	0,00	2.890,25	2.890,25	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 01	0,00	2.250,20	2.250,20	0,00
Despesas Procedimentos médicos/Exames Fonte 18	0,00	1.020,47	1.020,47	0,00
INSS FOLHA - FONTE 00	7.015,30	243.315,84	243.993,10	6.338,04
INSS FOLHA - FONTE 01	9.371,81	68.675,46	67.835,91	10.211,36
INSS FOLHA - FONTE 18	0,00	74.248,64	74.248,64	0,00
INSS PREST. DE SERV. - FONTE 01	0,00	66,00	66,00	0,00
INSS PREST. SERV. - FONTE 00	139,91	38.662,28	37.930,97	871,22
INSS Prest.Serviços - FONTE 32	0,00	742,53	742,53	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 00	0,00	141.962,53	141.962,53	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 01	0,00	71.951,34	71.951,34	0,00
IRRF FOLHA - FONTE 18	0,00	91.032,35	91.032,35	0,00
IRRF PREST. SERV. - FONTE 00	0,00	2.585,73	2.585,73	0,00
ISSQN - FONTE 00	0,00	53.648,35	52.333,45	1.314,90
ISSQN - FONTE 01	0,00	18,00	18,00	0,00
MULTA DE TRANSITO - FONTE 0	0,00	545,09	545,09	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA - FONTE 00	0,00	20.312,03	20.312,03	0,00
TOTAL GERAL	430.927,88	1.794.160,92	1.490.776,25	734.312,55

Ibiam, 04/02/2020

 Ivanir Zanin
 Prefeito Municipal

 Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Exercício 2019

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	16.986.866,42
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1.126.465,43
Receita Tributária	828.759,82
Receita de Serviços	119.699,03
Remuneração das Disponibilidades	114.069,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	63.937,06
TRANSFERÊNCIAS	13.212.247,68
Intergovernamentais	12.181.422,72
da União	7.403.769,79
dos Estados e Distrito Federal	4.777.652,93
Outras transferências correntes recebidas	1.030.824,96
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.648.153,31
DESEMBOLSOS	15.426.747,05
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.691.849,60
Administração	1.781.005,86
Agricultura	462.077,88
Assistência Social	303.564,87
Cultura	178.641,18
Desporto e Lazer	79.823,07
Educação	2.562.953,81
Encargos Especiais	179.725,42
Gestão Ambiental	64,81
Previdência Social	588.975,91
Saneamento	12.612,78
Saúde	38.305,86
Segurança Pública	24.986,78
Transporte	1.246.921,28
Urbanismo	232.190,09
TRANSFERÊNCIAS	210.907,00
Intergovernamentais	60.000,00
a Municípios	60.000,00
Outras Transferências Concedidas	150.907,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	7.523.990,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.560.119,37

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
INGRESSOS	141.350,00
Alienação de Bens	141.350,00
DESEMBOLSOS	2.208.154,46
Aquisição de Ativos Não Circulante	230.956,94
Outros Desembolsos de Investimentos	1.977.197,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.066.804,46

Betha Sistemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Administração Direta

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
INGRESSOS	181.906,73
Transferências de Capital Recebidas	181.906,73
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	181.906,73

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-324.778,36
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4.096.646,95
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.601.354,86

Beira SSIemas
Exercício 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.076.015,40	0,00	18.076.015,40
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(232.699,93)	0,00	(232.699,93)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.871,64	0,00	1.392.871,64
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.236.187,11	0,00	19.236.187,11

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			372.553,50
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			354.738,30
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	353.208,51		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	342.699,77		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	10.508,74		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.529,79		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	1.529,79		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.815,20
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		17.815,20	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Civil	7.391,61		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	7.391,61		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	8.050,18		
3.3.90.30.01.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	6.352,20		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.697,98		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.373,41		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	495,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	550,00		
3.3.90.39.69.00.00	seguros em Geral	1.208,79		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	119,62		

Total da Unidade:

372.553,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.906.564,55
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			944.494,48
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		924.994,48	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	924.480,61		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	856.058,34		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	68.422,27		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	513,87		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	513,87		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			962.070,07
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuicoes	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		120.907,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	120.907,00		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	114.907,00		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	6.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		9.048,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	9.048,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	9.048,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		698.260,54	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	10.101,81		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	10.101,81		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	47.877,72		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	5.772,18		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.627,87		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.710,80		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	1.454,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	7.177,40		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.133,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	258,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.833,03		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	3.222,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	711,40		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	819,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	567,80		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	6.265,62		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	7.419,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	195,15		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	207,19		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	240,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	936,03		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	5.328,25		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	227,46		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	227,46		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	97.516,33		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	97.516,33		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	513.261,51		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	158.815,39		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	149.816,51		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	885,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	600,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	3.815,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	13.299,75		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.848,08		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.219,04		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	14.300,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.948,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	7.976,51		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.949,79		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	411,94		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	1.980,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	11.060,81		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	19.013,20		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	3.136,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	5.885,45		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	85.301,04		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	22.950,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	22.950,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	40,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	40,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	6.285,71		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	3.992,00		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	2.293,71		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		73.854,53	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.30.99.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68.700,25		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	68.700,25		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			29.425,42
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			29.425,42
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		23.425,42	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	23.425,42		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	6.250,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.992,76		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	8.287,69		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	593,99		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	358,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	4.952,98		
Total da Unidade:				1.935.989,97



Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			596.823,90
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			349.346,03
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		349.346,03	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	339.184,35		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	312.796,07		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	26.388,28		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	3.106,24		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	3.106,24		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	7.055,44		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	7.055,44		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			247.477,87
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		247.477,87	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	102.163,91		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	80.803,00		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	7.656,00		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	1.000,53		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	409,10		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	10.490,78		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.804,50		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	25.600,00		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	25.600,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	119.713,96		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	149,50		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	8.828,01		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	607,89		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	104,13		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	26.450,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	83.574,43		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			2.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.200,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.200,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.200,00		
Total da Unidade:				599.023,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desd obramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.787.978,43
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			625.171,33
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		625.171,33	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	597.103,59		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	549.115,03		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	47.988,56		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	22.425,03		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	22.425,03		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	5.642,71		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	5.642,71		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.162.807,10
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.162.807,10	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	634.332,34		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	243.898,08		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	866,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	119,60		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	132,00		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	514,10		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	108,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	33.759,90		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	330,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.553,30		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.427,48		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	6.652,44		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	153.055,76		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	230,24		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	179.565,08		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	10.120,36		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	509.544,50		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	9.500,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	300,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	928,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	360,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	40.033,85		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.556,59		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	160.840,08		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	134.273,98		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	5.752,72		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	5.884,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.523,55		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	8.774,72		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	493,80		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	17.563,55		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	130,56		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	687,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	120.942,10		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	11.038,20		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	5.098,20		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	5.940,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	7.892,06		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	7.892,06		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.039.117,41

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			2.039.117,41
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes		2.039.117,41	
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	2.030.339,12		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	2.026.981,63		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.357,49		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	8.778,29		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.808,90		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	4.495,39		
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	2.350,00		
		124,00		
			Total da Unidade:	3.827.095,84

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIADO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.028.090,85
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.061.323,98
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.061.323,98	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.674.752,30		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	1.547.713,55		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	127.038,75		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	366.954,86		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	366.954,86		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.016,09		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	6.016,09		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	13.600,73		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	13.600,73		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			966.766,87
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		30.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		936.766,87	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	2.032,68		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	2.032,68		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	221.288,79		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	35.150,87		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	2.952,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	72.924,48		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	12.508,70		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	19.187,00		
3.3.90.30.20.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	867,00		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	216,00		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	13.969,43		
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	41.299,99		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.357,30		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	390,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.471,50		
3.3.90.30.28.00.00	Material de Proteção e Segurança	319,40		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	13.682,88		
3.3.90.30.50.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	960,00		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.032,24		
3.3.90.31.00.00.00	Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out	479,00		
3.3.90.31.99.00.00	Outras Premiações	479,00		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	600,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	600,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	712.366,40		
3.3.90.39.01.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.240,00		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	23.880,00		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	1.398,00		
3.3.90.39.12.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	690,00		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	1.833,00		
3.3.90.39.16.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.850,00		
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	520,00		
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	3.102,20		
3.3.90.39.26.00.00	Serviços de Transporte Escolar	575.702,56		
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	29.586,17		
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	8.564,24		
3.3.90.39.48.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	14.200,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	108,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	1.443,27		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	22.747,50		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	268,19		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	8.343,14		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.890,13		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			240.945,47
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			240.945,47
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes		240.945,47	
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	47.087,73		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	47.087,73		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	193.857,74		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	7.677,94		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	779,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.424,80		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	5.704,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	5.817,00		
		172.455,00		

Total da Unidade: 3.269.036,32

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			347.838,37
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			217.807,61
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		217.807,61	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	208.849,62		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	192.988,85		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	15.860,77		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	8.957,99		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	8.957,99		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			130.030,76
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		130.030,76	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	307,98		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	307,98		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	17.263,48		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	3.829,13		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	11.534,75		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	480,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	126,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.239,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	36,50		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	18,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.650,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	1.650,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	80.397,50		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	80.397,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	14.414,80		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	25,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	140,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	156,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.300,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.364,43		
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	123,60		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.305,77		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	15.997,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	15.997,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.548,22
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.548,22
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.548,22	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.548,22		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.168,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	380,22		
Total da Unidade:				349.386,59

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			276.105,54
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			105.542,19
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		105.542,19	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	99.064,09		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	91.516,49		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	7.547,60		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	6.478,10		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	6.478,10		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			170.563,35
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		170.563,35	
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	16.880,07		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	99,07		
3.3.90.30.14.00.00	Material Educativo e Esportivo	6.825,50		
3.3.90.30.15.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.920,00		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	8.035,50		
3.3.90.31.00.00.00	Premiacoos Culturais,Artist,Cientif,Despor. e Out	16.186,40		
3.3.90.31.04.00.00	Premiações Desportivas	16.186,40		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	4.879,80		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	4.879,80		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	5.580,00		
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.580,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	127.037,08		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	19.807,50		
3.3.90.39.23.00.00	Festividades e Homenagens	34.218,00		
3.3.90.39.41.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.360,00		
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	760,00		
3.3.90.39.96.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	3.703,21		
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	67.188,37		
Total da Unidade:				276.105,54

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			177.199,97
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			177.199,97
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		177.199,97	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	177.199,97		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	177.199,97		
Total da Unidade:				177.199,97

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.559,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.559,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.559,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.559,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Servicos de Seleção e Treinamento	1.559,00		
			Total da Unidade:	1.559,00

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
 Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			595.927,79
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			593.400,67
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		593.400,67	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	593.400,67		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	8.282,47		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	585.118,20		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.527,12
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.527,12	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	2.527,12		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	2.527,12		
Total da Unidade:				595.927,79

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			180.247,32
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.903,15
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			16.903,15
3.1.90.03.00.00.00	Pensoes	6.010,99		
3.1.90.03.01.00.00	Civis	5.214,76		
3.1.90.03.03.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	796,23		
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.892,16		
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	10.384,70		
3.1.90.11.43.00.00	13º salário	507,46		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			163.344,17
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			163.344,17
3.3.90.47.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	163.344,17		
3.3.90.47.12.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	163.344,17		
Total da Unidade:				180.247,32
Total do Órgão:				11.584.125,74
Total da Entidade:				11.584.125,74
TOTAL GERAL:				11.584.125,74

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	RECEITAS			17.246.880,97
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes			16.923.624,24
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		930.352,99	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos		869.422,84	
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natu	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalhc	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalh	431.994,19		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.0.0.0.00	IRRF - Ordinarios	259.196,35		
4.1.1.1.3.03.1.1.02.0.0.0.00	IRRF - Educação	107.998,63		
4.1.1.1.3.03.1.1.03.0.0.0.00	IRRF - Saúde	64.799,21		
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	437.428,65		
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí	303.801,30		
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urt	223.567,36		
4.1.1.1.8.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	203.803,08		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.0.0.0.00	IPTU Receita - Ordinarios	122.282,51		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.0.0.0.00	IPTU Receita - Educação	50.950,47		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.0.0.0.00	IPTU Receita - Saude	30.570,10		
4.1.1.1.8.01.1.2.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	193,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.01.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Ordinarios	115,99		
4.1.1.1.8.01.1.2.02.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Educação	48,18		
4.1.1.1.8.01.1.2.03.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros - Saúde	28,83		
4.1.1.1.8.01.1.3.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	12.473,84		
4.1.1.1.8.01.1.3.01.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Ordinarios	7.484,69		
4.1.1.1.8.01.1.3.02.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Educação	3.118,29		
4.1.1.1.8.01.1.3.03.0.0.0.00	IPTU Rec. Divida Ativa - Saúde	1.870,86		
4.1.1.1.8.01.1.4.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial L	7.097,44		
4.1.1.1.8.01.1.4.01.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	4.258,85		
4.1.1.1.8.01.1.4.02.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Educação	1.774,17		
4.1.1.1.8.01.1.4.03.0.0.0.00	IPTU Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	1.064,42		
4.1.1.1.8.01.4.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	80.233,94		
4.1.1.1.8.01.4.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens	80.233,94		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.0.0.0.00	ITBI Receita - Ordinários	48.140,37		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.0.0.0.00	ITBI Receita - Educação	20.058,48		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.0.0.0.00	ITBI Receita - Saúde	12.035,09		
4.1.1.1.8.02.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadoria	133.627,35		
4.1.1.1.8.02.3.0.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	133.627,35		
4.1.1.1.8.02.3.1.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	130.018,42		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.0.0.0.00	ISS Receita - Ordinários	78.013,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.0.0.0.00	ISS Receita - Educação	32.503,70		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.0.0.0.00	ISS Receita - Saúde	19.501,72		
4.1.1.1.8.02.3.2.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - M	968,31		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Ordinários	582,02		
4.1.1.1.8.02.3.2.02.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Educação	241,64		
4.1.1.1.8.02.3.2.03.0.0.0.00	ISS Multas/Juros - Saúde	144,65		
4.1.1.1.8.02.3.3.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - D	1.469,24		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Ordinários	881,62		
4.1.1.1.8.02.3.3.02.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Educação	367,28		
4.1.1.1.8.02.3.3.03.0.0.0.00	ISS Rec. Div. Ativa - Saúde	220,34		
4.1.1.1.8.02.3.4.0.0.0.0.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - D	1.171,38		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Ordinários	702,90		
4.1.1.1.8.02.3.4.02.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Educação	292,82		
4.1.1.1.8.02.3.4.03.0.0.0.00	ISS Multas/Juros Div. Ativa - Saúde	175,66		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas		60.930,15	
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	47.170,61		
4.1.1.2.1.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	47.170,61		
4.1.1.2.1.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	47.170,61		
4.1.1.2.1.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	38.190,48		
4.1.1.2.1.01.1.2.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multi	469,59		
4.1.1.2.1.01.1.3.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divic	4.751,42		
4.1.1.2.1.01.1.4.0.0.0.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divic	3.759,12		
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	13.759,54		
4.1.1.2.2.01.0.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	13.759,54		
4.1.1.2.2.01.1.0.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	13.759,54		
4.1.1.2.2.01.1.1.0.0.0.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	11.213,67		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	51,39		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	1.543,51		
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	950,97		
4.1.3.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		114.069,52	
4.1.3.2.0.0.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		114.069,52	
4.1.3.2.1.0.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	114.069,52		
4.1.3.2.1.0.0.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	114.069,52		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	114.069,52		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.07.00.00	Rend. CIDE	551,34		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.11.00.00	Rend. Conv. Polícia Civil	0,73		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.12.00.00	Rend. Conv. Tansito - Prefeitura	22,47		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.18.00.00	Rend. Fubdeb 60%	2.306,74		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.27.00.00	Rend. PNAE	128,24		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.28.00.00	Rend. PNATE	118,09		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.32.00.00	Rend. Conv. Educação - União	1.239,67		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.34.00.00	Rend. Conv. Outros - União	1.141,37		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.36.00.00	Rend. Salário Educação	213,88		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.39.00.00	Rend. FEP	1.048,72		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.62.00.00	Rend. Conv. Educação - Estado	146,43		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.89.00.00	Rend. Alienação de Bens - Outros	649,24		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.99.00.00	Rend. Ordinários	106.502,60		
4.1.6.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		120.144,03	
4.1.6.1.0.0.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		120.144,03	
4.1.6.1.0.0.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	120.144,03		
4.1.6.1.0.0.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pr	71.189,93		
4.1.6.1.0.0.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Mt	432,73		
4.1.6.1.0.0.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	37.225,71		
4.1.6.1.0.0.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	11.295,66		
4.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		15.695.118,55	
4.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		8.716.983,18	
4.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	8.716.983,18		
4.1.7.1.8.0.1.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.061.008,67		
4.1.7.1.8.0.1.2.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.414.834,46		
4.1.7.1.8.0.1.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.414.834,46		
4.1.7.1.8.0.1.2.1.01.00.00	FPM - Ordinários	2.965.933,76		
4.1.7.1.8.0.1.2.1.02.00.00	FPM - Educação	2.817.637,10		
4.1.7.1.8.0.1.2.1.03.00.00	FPM - Saúde	1.631.263,60		
4.1.7.1.8.0.1.3.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	327.230,35		
4.1.7.1.8.0.1.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	327.230,35		
4.1.7.1.8.0.1.3.1.01.00.00	FPM 1% Dezembro - Ordinários	196.338,21		
4.1.7.1.8.0.1.3.1.02.00.00	FPM 1% Dezembro - Educação	81.807,59		
4.1.7.1.8.0.1.3.1.03.00.00	FPM 1% Dezembro - Saúde	49.084,55		
4.1.7.1.8.0.1.4.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	315.140,73		
4.1.7.1.8.0.1.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	315.140,73		
4.1.7.1.8.0.1.4.1.01.00.00	FPM 1% Julho - Ordinários	189.084,44		
4.1.7.1.8.0.1.4.1.02.00.00	FPM 1% Julho - Educação	78.785,18		
4.1.7.1.8.0.1.4.1.03.00.00	FPM 1% Julho - Saúde	47.271,11		
4.1.7.1.8.0.1.5.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.803,13		
4.1.7.1.8.0.1.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	3.803,13		
4.1.7.1.8.0.1.5.1.01.00.00	ITR - Ordinários	2.281,85		
4.1.7.1.8.0.1.5.1.02.00.00	ITR - Educação	950,81		
4.1.7.1.8.0.1.5.1.03.00.00	ITR - Saúde	570,47		
4.1.7.1.8.0.2.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração	114.247,03		
4.1.7.1.8.0.2.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	114.247,03		
4.1.7.1.8.0.2.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	114.247,03		
4.1.7.1.8.0.2.6.1.01.00.00	FEP	114.247,03		
4.1.7.1.8.0.5.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	154.015,77		
4.1.7.1.8.0.5.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	98.594,09		
4.1.7.1.8.0.5.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	98.594,09		
4.1.7.1.8.0.5.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Projeção	23.970,00		
4.1.7.1.8.0.5.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Projeção	23.970,00		
4.1.7.1.8.0.5.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Projeção	31.451,68		
4.1.7.1.8.0.5.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Projeção	31.451,68		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	387.711,71		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	387.711,71		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	387.711,71		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Transf. Recursos do Pré-sal	387.711,71		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua		5.947.310,41	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	5.947.310,41		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.856.166,41		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.572.711,78		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	5.572.711,78		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	ICMS - Ordinários	3.343.627,03		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	ICMS - Educação	1.393.177,97		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	ICMS - Saúde	835.906,78		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	204.167,56		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	204.167,56		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	IPVA - Ordinários	122.500,52		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	IPVA - Educação	51.041,92		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	IPVA - Saúde	30.625,12		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	71.413,70		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	71.413,70		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	IPI - Ordinários	42.848,13		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	IPI - Educação	17.853,50		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	IPI - Saúde	10.712,07		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domí	7.873,37		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domí	7.873,37		
4.1.7.2.8.01.4.1.01.00.00	CIDE	7.873,37		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	91.144,00		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	91.144,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinada	91.144,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		1.030.824,96	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específ	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutençã	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenç	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manuter	1.030.824,96		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Fundeb 60%	1.030.824,96		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		63.939,15	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		2.294,30	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	2.294,30		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	2.294,30		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Princ	2.294,30		
4.1.9.1.0.01.1.1.10.00.00	Multas de Trans. - Polícia Militar	688,32		
4.1.9.1.0.01.1.1.11.00.00	Multas de Trans. - Polícia Civil	688,32		
4.1.9.1.0.01.1.1.12.00.00	Multas de Trans. - Prefeitura	917,66		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		4.164,94	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	2.615,28		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	2.615,28		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	2.615,28		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	2.615,28		
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.549,66		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.549,66		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.549,66		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.549,66		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		57.479,91	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	57.479,91		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	57.479,91		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	57.478,09		
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	1,82		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			323.256,73
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		141.350,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		141.350,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	141.350,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	141.350,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Princ	141.350,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		181.906,73	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		170.513,73	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	170.513,73		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entid	170.513,73		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	170.513,73		
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - P	170.513,73		
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas		11.393,00	
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas	11.393,00		
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito	11.393,00		
4.2.4.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas	11.393,00		
4.2.4.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas	11.393,00		
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS E			-2.755.424,86
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			-2.755.424,86
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		-101.593,17	
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS		-101.019,09	
9.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-101.019,09		
9.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Muníc	-101.012,14		
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-101.012,14		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-100.932,93		
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Dedução IPTU 60%	-60.560,12		
9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Dedução IPTU 25%	-25.233,07		
9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Dedução IPTU 15%	-15.139,74		
9.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	-79,21		
9.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU DIV ATIVA - PRINCIPAL	-47,56		
9.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU DIV ATIVA - EDUCACAO	-19,79		
9.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU DIV ATIVA - SAUDE	-11,86		
9.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercad	-6,95		
9.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-6,95		
9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-6,95		
9.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Dedução do ISSQN	-6,95		
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		-574,08	
9.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-1,37		
9.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-1,37		
9.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-1,37		
9.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	-1,37		
9.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Taxas Prestação de Serviços	-572,71		
9.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-445,00	
9.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal		-445,00	
9.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-445,00		
9.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução Serviços Administrativos Principal	-3,23		
9.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-394,29		
9.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Di	-47,48		
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-2.653.384,60	
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades		-1.483.727,12	
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.483.727,12		
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União	-1.483.727,12		
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municí	-1.482.966,57		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municí	-1.482.966,57		
9.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-FPM	-1.482.966,57		
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territori	-760,55		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução do Fundeb- ITR	-760,55		
9.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ITR	-760,55		
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de		-1.169.657,48	
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.169.657,48		
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.169.657,48		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.114.541,27		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.114.541,27		
9.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-ICMS	-1.114.541,27		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA	-40.833,51		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-40.833,51		
9.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-IPVA	-40.833,51		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-14.282,70		
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-14.282,70		
9.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Dedução para o Fundeb-IPI	-14.282,70		
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-2,09	

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações		-0,27	
9.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-0,27		
9.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-0,27		
9.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-0,27		
9.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Dedução de Outras Indenizações - Principal	-0,27		
9.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-1,82	
9.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-1,82		
9.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	-1,82		
9.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	-1,80		
9.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	-0,02		

Total: 14.491.456,11

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.093.689,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.268.727,74
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.500,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.249.227,74	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	6.010,99		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	5.214,76		
3.1.90.03.03.00.00.00	13º Salário - Pensionista Civil	796,23		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.207.535,23		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	3.903.272,80		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	304.262,43		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	960.355,53		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	8.282,47		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	952.073,06		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	32.061,23		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	32.061,23		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	43.264,76		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	43.264,76		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.824.961,51
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		60.000,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuições	60.000,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	60.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		150.907,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	120.907,00		
3.3.50.41.02.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	114.907,00		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	6.000,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	30.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		9.048,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	9.048,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	9.048,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.531.151,98	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	19.834,08		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	19.834,08		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.047.856,49		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	375.805,46		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	13.101,87		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	87.388,70		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	20.788,20		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.920,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	26.976,40		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.647,10		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	1.000,53		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	867,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Cop e Cozinha	708,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	17.041,46		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	44.521,99		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	36.865,10		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.539,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	14.628,10		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	8.421,60		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	6.652,44		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	186.346,40		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	230,24		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	195,15		
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	207,19		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	1.200,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	179.565,08		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	936,03		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	19.303,35		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	16.665,40		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	16.186,40		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	479,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	32.129,80		
3.3.90.32.04.00.00.00	Sementes	25.600,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	6.529,80		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	227,46		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	227,46		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	86.577,50		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	80.397,50		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.180,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	97.516,33		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	97.516,33		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.000.270,66		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.240,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	212.002,89		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	151.214,51		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	990,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	4.315,50		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.850,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.480,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	56.469,06		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	34.218,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.556,59		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	575.702,56		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	160.840,08		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.516,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	177.159,90		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	16.165,04		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	24.219,04		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	32.359,00		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	5.884,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	9.816,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	10.943,33		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	36.653,12		
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	123,60		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	1.009,87		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	17.563,55		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	28.430,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	11.329,00		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	27.486,90		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	3.823,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	9.588,66		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	384.321,46		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun. (TIC)-Pessoa Jur.	22.950,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	22.950,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	192.946,49		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	168.442,37		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	24.504,12		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	14.177,77		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	3.992,00		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	10.185,77		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		73.854,53	
3.3.93.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.30.99.00.00.00	Material de Consumo	5.154,28		
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68.700,25		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	68.700,25		

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.490.436,49
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			2.490.436,49
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.484.436,49	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	2.254.626,82		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	2.251.269,33		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	3.357,49		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	229.809,67		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.168,00		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	6.250,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	11.859,82		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	990,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	779,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.424,80		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	18.487,08		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	593,99		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	2.708,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	2.200,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	10.769,98		
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	124,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	172.455,00		
Total:				11.584.125,74

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete Do Prefeito E Vice-prefeito

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			372.553,50	372.553,50
04.122	Administração Geral			372.553,50	372.553,50
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			372.553,50	372.553,50
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			372.553,50	372.553,50

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 02 - Sec. de Administração e Fazenda

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122	Administração Geral			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.775.334,20	1.775.334,20
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			120.907,00	120.907,00
06	Segurança Pública			39.748,77	39.748,77
06.181	Policimento			38.728,77	38.728,77
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			38.728,77	38.728,77
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			23.001,95	23.001,95
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			15.726,82	15.726,82
06.182	Defesa Civil			1.020,00	1.020,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			1.020,00	1.020,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			1.020,00	1.020,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 03 - Sec. De Agricultura E Meio Ambiente

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental			64,81	64,81
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			64,81	64,81
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			64,81	64,81
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental			64,81	64,81
20	Agricultura				
20.608	Promoção da Produção Agropecuária			598.959,09	598.959,09
20.608.2001	ASSISTÊNCIA PRODUTOR RURAL			598.959,09	598.959,09
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola			598.959,09	598.959,09
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			598.959,09	598.959,09

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 04 - Sec. M. De Infraestrutura, Obras E Transp.

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo		79.468,94	297.489,20	376.958,14
15.451	Infra-Estrutura Urbana		70.683,94		70.683,94
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		70.683,94		70.683,94
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios		70.683,94		70.683,94
15.452	Serviços Urbanos		8.785,00	297.489,20	306.274,20
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		8.785,00	297.489,20	306.274,20
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana				8.785,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública				297.489,20
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano				
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			8.781,54	8.781,54
26	Transporte				0,00
26.782	Transporte Rodoviário				
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS				
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes		1.950.870,18	1.490.485,98	3.441.356,16
					0,00
					1.950.870,18
					1.490.485,98

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 05 - Sec. Mun. De Educação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde			39.075,67	39.075,67
10.306	Alimentação e Nutrição			39.075,67	39.075,67
10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			39.075,67	39.075,67
10.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			39.075,67	39.075,67
12	Educação			3.030.276,97	3.229.960,65
12.361	Ensino Fundamental		199.683,68	3.030.276,97	3.229.960,65
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação		41.269,94	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental		158.413,74	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			2.088.134,28	158.413,74
12.364	Ensino Superior			121.193,93	121.193,93
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			69.047,55	69.047,55
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			69.047,55	69.047,55
12.365	Educação Infantil			687.651,52	687.651,52
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			687.651,52	687.651,52
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			142.531,86	142.531,86
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pre-Escolar			545.119,66	545.119,66
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			64.249,69	64.249,69
12.367	Educação Especial			64.249,69	64.249,69
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			64.249,69	64.249,69
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			64.249,69	64.249,69

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 06 - Sec. Mun. De Assist. Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			349.386,59	349.386,59
08.241	Assistência ao Idoso			21.224,01	21.224,01
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			21.224,01	21.224,01
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			21.224,01	21.224,01
08.244	Assistência Comunitária			328.162,58	328.162,58
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			328.162,58	328.162,58
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			225.194,19	225.194,19
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			102.968,39	102.968,39

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 07 - Sec. Mun. De Desenv. Comunit. Cultura E Esporte

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			192.146,16	192.146,16
13.392	Difusão Cultural			192.146,16	192.146,16
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			192.146,16	192.146,16
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes			75.349,72	75.349,72
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais			116.796,44	116.796,44
27	Desporto e Lazer			79.619,38	79.619,38
27.812	Desporto Comunitário		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701	ESPORTE É VIDA		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer		4.340,00	79.619,38	83.959,38
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas		4.340,00	79.619,38	83.959,38
					4.340,00
					79.619,38

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 08 - Sec. Da Ind. Com. Turismo E Serviços

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			177.199,97	177.199,97
13.695	Turismo			177.199,97	177.199,97
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			177.199,97	177.199,97
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo			177.199,97	177.199,97
22	Indústria			0,00	0,00
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 09 - Fundo Mun. De Habitação

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL				0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional				0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 10 - Fundo M. Da Infância E Adolescência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.559,00	1.559,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.559,00	1.559,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.559,00	1.559,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.559,00	1.559,00

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 11 - Previdência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social			595.927,79	595.927,79
09.272	Previdência do Regime Estatutário			595.927,79	595.927,79
09.272.0901	PREVIDÊNCIASOCIAL GERAL			595.927,79	595.927,79
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			595.927,79	595.927,79

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 12 - Encargos Gerais do Município

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais			180.247,32	180.247,32
28.846	Outros Encargos Especiais			180.247,32	180.247,32
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			180.247,32	180.247,32
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos			180.247,32	180.247,32

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 13 - Reserva De Contingência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
Total:					11.584.125,74
Total da Entidade:					11.584.125,74
TOTAL GERAL:					11.584.125,74

Ibiã, 04/02/2020

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			2.268.794,70	2.268.794,70
04.122	Administração Geral			2.268.794,70	2.268.794,70
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			372.553,50	372.553,50
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito			372.553,50	372.553,50
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.896.241,20	1.896.241,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas			1.775.334,20	1.775.334,20
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades			120.907,00	120.907,00
06	Segurança Pública			39.748,77	39.748,77
06.181	Policimento			38.728,77	38.728,77
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			38.728,77	38.728,77
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública			23.001,95	23.001,95
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros			15.726,82	15.726,82
06.182	Defesa Civil			1.020,00	1.020,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			1.020,00	1.020,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil			1.020,00	1.020,00
08	Assistência Social			350.945,59	350.945,59
08.241	Assistência ao Idoso			21.224,01	21.224,01
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			21.224,01	21.224,01
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso			21.224,01	21.224,01
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.559,00	1.559,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.559,00	1.559,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA			1.559,00	1.559,00
08.244	Assistência Comunitária			328.162,58	328.162,58
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			328.162,58	328.162,58
08.244.0801.1.070	Obras de Infraestrutura Social			0,00	0,00
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social			225.194,19	225.194,19
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar			102.968,39	102.968,39
09	Previdência Social			595.927,79	595.927,79
09.272	Previdência do Regime Estatutário			595.927,79	595.927,79
09.272.0901	PREVIDENCIASOCIAL GERAL			595.927,79	595.927,79
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral			595.927,79	595.927,79
10	Saúde			39.075,67	39.075,67
10.306	Alimentação e Nutrição			39.075,67	39.075,67
10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			39.075,67	39.075,67
10.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar			39.075,67	39.075,67

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental		199.683,68	3.030.276,97	3.229.960,65
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental		199.683,68	2.209.328,21	2.409.011,89
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação		41.269,94		41.269,94
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental		158.413,74		158.413,74
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar			2.088.134,28	2.088.134,28
12.364	Ensino Superior			121.193,93	121.193,93
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			69.047,55	69.047,55
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior			69.047,55	69.047,55
12.365	Educação Infantil			69.047,55	69.047,55
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			687.651,52	687.651,52
12.365.1201.1.069	Ampliação da Rede Física Infantil			687.651,52	687.651,52
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar				0,00
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche			142.531,86	142.531,86
12.367	Educação Especial			545.119,66	545.119,66
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			64.249,69	64.249,69
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial			64.249,69	64.249,69
13	Cultura				
13.392	Diffusão Cultural		369.346,13		369.346,13
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		192.146,16		192.146,16
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes		192.146,16		192.146,16
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais		75.349,72		75.349,72
13.695	Turismo		116.796,44		116.796,44
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL		177.199,97		177.199,97
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo		177.199,97		177.199,97
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana		79.468,94		79.468,94
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		70.683,94		70.683,94
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios		70.683,94		70.683,94
15.452	Serviços Urbanos		8.785,00		8.785,00
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS		8.785,00		8.785,00
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana		8.785,00		8.785,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública			297.489,20	297.489,20
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.1601	SISTEMA HABITACIONAL				0,00
16.482.1601.1.073	Apoio ao Sistema Habitacional				0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento			8.781,54	8.781,54
17.512	Saneamento Básico Urbano			8.781,54	8.781,54
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS			8.781,54	8.781,54
17.512.1701.1.064	Saneamento Básico Geral			0,00	0,00
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano			8.781,54	8.781,54
18	Gestão Ambiental			64,81	64,81
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			64,81	64,81
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			64,81	64,81
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental			64,81	64,81
20	Agricultura			598.959,09	598.959,09
20.608	Promoção da Produção Agropecuária			598.959,09	598.959,09
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL			598.959,09	598.959,09
20.608.2001.1.061	Ampliação da Patrulha Agrícola			0,00	0,00
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor			598.959,09	598.959,09
22	Indústria			0,00	0,00
22.661	Promoção Industrial			0,00	0,00
22.661.2201	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL			0,00	0,00
22.661.2201.1.072	Promoção da Indústria e Comércio			0,00	0,00
26	Transporte			1.950.870,18	1.950.870,18
26.782	Transporte Rodoviário			1.950.870,18	1.950.870,18
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS			1.950.870,18	1.950.870,18
26.782.2601.1.065	Aquisição de Máquinas e Veículos			0,00	0,00
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural			1.950.870,18	1.950.870,18
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes			1.490.485,98	1.490.485,98
27	Desporto e Lazer			79.619,38	79.619,38
27.812	Desporto Comunitário			79.619,38	79.619,38
27.812.2701	ESPORTE É VIDA			79.619,38	79.619,38
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer			4.340,00	4.340,00
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas			79.619,38	79.619,38
28	Encargos Especiais			180.247,32	180.247,32
28.846	Outros Encargos Especiais			180.247,32	180.247,32
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			180.247,32	180.247,32
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos			180.247,32	180.247,32

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.9999.2.030	Reserva de Contingência				0,00
Total:		0,00	2.234.362,80	9.349.762,94	11.584.125,74

Ibiã, 04/02/2020

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

CRC/SC 020276/O-4

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
 Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
4	Administração	2.268.794,70		2.268.794,70
04.122	Administração Geral	2.268.794,70		2.268.794,70
04.122.0401	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	372.553,50		372.553,50
04.122.0401.2.003	Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	372.553,50		372.553,50
04.122.0402	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.896.241,20		1.896.241,20
04.122.0402.2.004	Manut. das Atividades Administrativas	1.775.334,20		1.775.334,20
04.122.0402.2.005	Contribuições Financeiras a Entidades	120.907,00		120.907,00
6	Segurança Pública	37.601,64	2.147,13	39.748,77
06.181	Policimento	36.581,64	2.147,13	38.728,77
06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL	36.581,64	2.147,13	38.728,77
06.181.0601.2.006	Manut. Conv. com a Secret. de Segurança Pública	20.854,82	2.147,13	23.001,95
06.181.0601.2.008	Manut. Conv. com o Corpo de Bombeiros	15.726,82		15.726,82
06.182	Defesa Civil	1.020,00		1.020,00
06.182.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL	1.020,00		1.020,00
06.182.0601.2.007	Manut. do Fundo de Defesa Civil	1.020,00		1.020,00
8	Assistência Social	350.945,59		350.945,59
08.241	Assistência ao Idoso	21.224,01		21.224,01
08.241.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	21.224,01		21.224,01
08.241.0801.2.022	Manut. do Fundo M. do Idoso	21.224,01		21.224,01
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.559,00		1.559,00
08.243.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.559,00		1.559,00
08.243.0801.2.026	Manut. das Atividades do FIA	1.559,00		1.559,00
08.244	Assistência Comunitária	328.162,58		328.162,58
08.244.0801	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	328.162,58		328.162,58
08.244.0801.2.020	Manut. da Secret. de Assistência Social	225.194,19		225.194,19
08.244.0801.2.021	Manut. do Conselho Tutelar	102.968,39		102.968,39
9	Previdência Social	595.927,79		595.927,79
09.272	Previdência do Regime Estatutário	595.927,79		595.927,79
09.272.0901	PREVIDÊNCIAS SOCIAIS GERAIS	595.927,79		595.927,79
09.272.0901.2.027	Encargos Previdenciários Regime Geral	595.927,79		595.927,79
10	Saúde	37.949,97	1.125,70	39.075,67
10.306	Alimentação e Nutrição	37.949,97	1.125,70	39.075,67
10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	37.949,97	1.125,70	39.075,67
10.306.1002.2.014	Programa Suplementar de Alimentação Escolar	37.949,97	1.125,70	39.075,67
12	Educação	1.897.218,13	1.332.742,52	3.229.960,65
12.361	Ensino Fundamental	1.454.955,72	954.056,17	2.409.011,89
12.361.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	1.454.955,72	954.056,17	2.409.011,89
12.361.1201.1.067	Ampliação da Rede Física Fundamental	10.759,78	30.510,16	41.269,94
12.361.1201.1.068	Aquisição de Veículos - Educação	155.764,50	2.649,24	158.413,74
12.361.1201.2.015	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	1.287.103,11	801.031,17	2.088.134,28
12.361.1201.2.018	Manut. do Transporte Escolar	1.328,33	119.865,60	121.193,93
12.364	Ensino Superior	69.047,55		69.047,55
12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	69.047,55		69.047,55
12.364.1201.2.016	Apoio ao Ensino Superior	69.047,55		69.047,55
12.365	Educação Infantil	308.965,17	378.686,35	687.651,52
12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	308.965,17	378.686,35	687.651,52
12.365.1201.2.019	Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar	79.265,93	63.265,93	142.531,86
12.365.1201.2.045	Manut. da Educação Infantil - Creche	229.699,24	315.420,42	545.119,66
12.367	Educação Especial	64.249,69		64.249,69
12.367.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	64.249,69		64.249,69
12.367.1201.2.017	Apoio a Educação Especial	64.249,69		64.249,69
13	Cultura	369.346,13		369.346,13
13.392	Difusão Cultural	192.146,16		192.146,16
13.392.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	192.146,16		192.146,16
13.392.1301.2.023	Manut. das Ativ. de Desenv. Social, Cultura e Esportes	75.349,72		75.349,72
13.392.1301.2.024	Manut. das Atividades Culturais	116.796,44		116.796,44
13.695	Turismo	177.199,97		177.199,97
13.695.1301	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	177.199,97		177.199,97
13.695.1301.2.044	Promoção do Turismo	177.199,97		177.199,97

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	373.600,65	3.357,49	376.958,14
15.451	Infra-Estrutura Urbana	67.326,45	3.357,49	70.683,94
15.451.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS	67.326,45	3.357,49	70.683,94
15.451.1501.1.062	Pavimentação de Ruas e Passeios	67.326,45	3.357,49	70.683,94
15.452	Serviços Urbanos	306.274,20		306.274,20
15.452.1501	URBANIZAÇÃO DE VIAS	306.274,20		306.274,20
15.452.1501.1.063	Obras de Infraestrutura Urbana	8.785,00		8.785,00
15.452.1501.2.011	Manut. dos Serviços de Utilidade Pública	297.489,20		297.489,20
17	Saneamento	8.781,54		8.781,54
17.512	Saneamento Básico Urbano	8.781,54		8.781,54
17.512.1701	PREVENÇÃO DE DOENÇAS	8.781,54		8.781,54
17.512.1701.2.012	Manutenção do Saneamento Urbano	8.781,54		8.781,54
18	Gestão Ambiental	64,81		64,81
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	64,81		64,81
18.541.1801	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	64,81		64,81
18.541.1801.2.010	Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental	64,81		64,81
20	Agricultura	598.959,09		598.959,09
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	598.959,09		598.959,09
20.608.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	598.959,09		598.959,09
20.608.2001.2.009	Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	598.959,09		598.959,09
26	Transporte	3.331.576,04	109.780,12	3.441.356,16
26.782	Transporte Rodoviário	3.331.576,04	109.780,12	3.441.356,16
26.782.2601	ESTRADAS VICINAIS	3.331.576,04	109.780,12	3.441.356,16
26.782.2601.1.066	Obras de Infraestrutura Rural	1.950.870,18		1.950.870,18
26.782.2601.2.013	Manut. das Ativ. de Infraestrutura, Obras e Transportes	1.380.705,86	109.780,12	1.490.485,98
27	Desporto e Lazer	83.959,38		83.959,38
27.812	Desporto Comunitário	83.959,38		83.959,38
27.812.2701	ESPORTE É VIDA	83.959,38		83.959,38
27.812.2701.1.071	Ampliação das Áreas Esportivas e de Lazer	4.340,00		4.340,00
27.812.2701.2.025	Manut. das Atividades Esportivas	79.619,38		79.619,38
28	Encargos Especiais	180.247,32		180.247,32
28.846	Outros Encargos Especiais	180.247,32		180.247,32
28.846.2800	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	180.247,32		180.247,32
28.846.2800.2.028	Amortização da Dívida e Encargos	180.247,32		180.247,32
Total:		10.134.972,78	1.449.152,96	11.584.125,74

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4



Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
2 CHEFIA DO EXECUTIVO				2.268.794,70 2.268.794,70		39.748,77 39.748,77
Total :						
ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		350.945,59 350.945,59	595.927,79 595.927,79	39.075,67 39.075,67		3.229.960,65 3.229.960,65
Total :						
ÓRGÃOS	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
2 CHEFIA DO EXECUTIVO	369.346,13 369.346,13		376.958,14 376.958,14		8.781,54 8.781,54	64,81 64,81
Total :						
ÓRGÃOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
2 CHEFIA DO EXECUTIVO			598.959,09 598.959,09			
Total :						
ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
2 CHEFIA DO EXECUTIVO		3.441.356,16 3.441.356,16	83.959,38 83.959,38	180.247,32 180.247,32		11.584.125,74 11.584.125,74
Total :						

Ibiã, 04/02/2020

Ivanir Zanin
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
CRC/SC 020276/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

 Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2019 de nº 620/18 de 10 de Dezembro de 2018, estimou a receita em 13.900.000,00 e fixou a despesa em 10.265.435,50.
 Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		10.265.435,50
+ Créditos Suplementares:	7.032.466,46	
+ Créditos Especiais:	0,00	7.032.466,46
- Reduções:		467.650,00
DESPESA AUTORIZADA:		16.830.251,96

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 83 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 7.032.466,46, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	467.650,00
Despesa a Maior	6.564.816,46
TOTAL:	7.032.466,46

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 14.491.456,11, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 591.456,11, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	13.900.000,00
Arrecadação a Maior	591.456,11
Receita Arrecadada	14.491.456,11

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	16.530.250,00	17.246.880,97	716.630,97
Receitas Correntes	16.504.250,00	16.923.624,24	419.374,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	897.505,00	930.352,99	32.847,99
Impostos	810.180,00	869.422,84	59.242,84
Taxas	74.200,00	60.930,15	-13.269,85
Contribuição de Melhoria	13.125,00	0,00	-13.125,00
Contribuições	10.500,00	0,00	-10.500,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	10.500,00	0,00	-10.500,00
Receita Patrimonial	186.900,00	114.069,52	-72.830,48
Valores Mobiliários	186.900,00	114.069,52	-72.830,48
Receita Agropecuária	6.825,00	0,00	-6.825,00
Receita de Serviços	91.775,00	120.144,03	28.369,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	89.775,00	120.144,03	30.369,03
Outros Serviços	2.000,00	0,00	-2.000,00
Transferências Correntes	15.231.850,00	15.695.118,55	463.268,55
Transferências da União e de suas Entidades	8.763.850,00	8.716.983,18	-46.866,82
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	5.481.000,00	5.947.310,41	466.310,41
Transferências de Outras Instituições Públicas	987.000,00	1.030.824,96	43.824,96
Outras Receitas Correntes	78.895,00	63.939,15	-14.955,85
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.850,00	2.294,30	-15.555,70
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34.200,00	4.164,94	-30.035,06
Demais Receitas Correntes	26.845,00	57.479,91	30.634,91
Receitas de Capital	26.000,00	323.256,73	297.256,73
Alienação de Bens	0,00	141.350,00	141.350,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	141.350,00	141.350,00
Transferências de Capital	26.000,00	181.906,73	155.906,73
Transferências da União e de suas Entidades	13.000,00	170.513,73	157.513,73
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	13.000,00	11.393,00	-1.607,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-125.174,86
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.630.250,00	-2.755.424,86	-125.174,86
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	-101.593,17	-101.593,17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	-101.019,09	-101.019,09
Taxas	0,00	-574,08	-574,08
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00
Dedução Serviços Administrativos Principal	0,00	-445,00	-445,00
(R) DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-2.630.250,00	-2.653.384,60	-23.134,60
(R) Transferências da União e de suas Entidades	-1.559.250,00	-1.483.727,12	75.522,88
(R) Transferências dos Estados e do Distrito Federa	-1.071.000,00	-1.169.657,48	-98.657,48
(R) DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-2,09	-2,09
Dedução de Outras Indenizações	0,00	-0,27	-0,27
(R) DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	0,00	-1,82	-1,82
Totais:	13.900.000,00	14.491.456,11	591.456,11

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 15.695.118,55 correspondem a 108,3060% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2016	1.060.995,45	12.687.035,11	297.178,46	14.045.209,02
2017	1.042.828,89	12.955.467,18	366.282,28	14.364.578,35
2018	1.091.745,94	14.039.357,34	196.331,24	15.327.434,52
2019	-1.526.919,17	15.695.118,55	323.256,73	14.491.456,11

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 620/18 foi de R\$ 10.265.435,50.

A Despesa realizada alcançou R\$ 11.584.125,74, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	10.434.182,16	9.093.689,25	-1.340.492,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.546.709,41	5.268.727,74	-277.981,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	-5.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.882.472,75	3.824.961,51	-1.057.511,24
DESPESAS DE CAPITAL	6.385.069,80	2.490.436,49	-3.894.633,31
INVESTIMENTOS	6.377.069,80	2.490.436,49	-3.886.633,31
INVERSOES FINANCEIRAS	2.500,00	0,00	-2.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.500,00	0,00	-5.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	0,00	-11.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.000,00	0,00	-11.000,00
Total	16.830.251,96	11.584.125,74	-5.246.126,22

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 5.268.727,74 , que representa 45,4823 % do total. O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2016	7.594.271,79	833.411,68	8.427.683,47
2017	7.275.539,20	196.100,54	7.471.639,74
2018	8.559.102,74	786.388,53	9.345.491,27
2019	9.093.689,25	2.490.436,49	11.584.125,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	10.265.435,50
Créditos Suplementares:	7.032.466,46
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	467.650,00
Total	16.830.251,96

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	11.584.125,74
Despesa a Menor	-5.246.126,22

RECEITA ARRECADADA

(-) Receita Prevista	13.900.000,00
RECEITA MAIOR	591.456,11

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA
BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício. As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	4.096.646,95
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	14.491.456,11
Transferências Financeiras Recebidas	59.210,65
Interferências Financeiras	123.586,86
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	13.777,04
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.095.594,54
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	628.288,79
Inscrição de Restos a Pagar Processados	70.277,59
TOTAL	20.578.838,53
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	11.584.125,74
Transferências Financeiras Concedidas	3.829.945,54
Interferências Financeiras	123.586,86
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	13.777,04
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.093.240,00
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	233.882,67
RP PROCESSADOS PAGOS	98.925,82
Saldo em 31/12/2019	3.601.354,86
TOTAL	20.578.838,53

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas

Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.601.354,86
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.488.744,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.346,11
Total do Ativo Circulante	5.106.445,77
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	137.128,80
IMOBILIZADO	14.753.319,00
Total do Ativo Não-Circulante	14.890.447,80
TOTAL DO ATIVO	19.996.893,57
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	654.945,70
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	67.329,22
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.137,73
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.293,81
Total do Passivo Circulante	760.706,46
TOTAL DO PASSIVO	760.706,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.236.187,11
TOTAL	19.996.893,57
ATIVO FINANCEIRO	3.607.691,10
ATIVO PERMANENTE	16.389.202,47
PASSIVO FINANCEIRO	734.312,55
PASSIVO PERMANENTE	654.945,70
SALDO PATRIMONIAL	18.607.635,32

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

Betha Sistemas
Exercício 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 734.312,55 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	704.018,74
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	30.293,81
DÉBITOS DA TESOUREARIA	0,00
TOTAL	734.312,55

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2019

Saldo do exercício anterior	430.927,88 D
Nova formação da dívida	1.794.160,92 D
(-) Amortização do exercício	1.490.776,25 D
Saldo do exercício de 2019	734.312,55 D

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Betha Sistemas
 Exercício 2019

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.348.814,89
IMPOSTOS	1.294.897,81
TAXAS	53.917,08
CONTRIBUIÇÕES	70.978,09
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	70.978,09
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	78.902,93
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	78.902,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	119.912,74
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.843,22
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	114.069,52
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	15.765.722,20
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.210,65
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	15.706.511,55
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	148.470,68
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	80.897,91
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.572,77
TOTAL	17.532.801,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	5.712.609,45
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.712.192,03
ENCARGOS PATRONAIS	417,42
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.214,76
PENSÕES	5.214,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.464.530,88
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.088.402,22
SERVIÇOS	2.156.648,10
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	219.480,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.728.785,14
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.829.945,54
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.653.384,60
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	210.907,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	34.548,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.000,00
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.000,00
TRIBUTÁRIAS	192.946,49
CONTRIBUIÇÕES	192.946,49
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	30.843,17
PREMIAÇÕES	16.665,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.177,77
TOTAL	16.139.929,89
RESULTADO PATRIMONIAL	1.392.871,64

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Ibiam, 04/02/2020

Ivanir Zanin
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
 CRC/SC 020276/O-4

Ibicaré**PREFEITURA****EDITAL PREGÃO 17 - 2020 ESTRUTURA RODEIO FEST**

Publicação Nº 2359574

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 03 de março de 2020, às 08h30min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, camarins, bilheteria, gerador, estruturas piramidais e parque infantil) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, por ocasião do Rodeio Fest, de 27 a 29 de Março de 2020 no município de Ibicaré, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 14 de fevereiro de 2020

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 18 - 2020 SERVIÇOS DE LIMPEZA, ESTACIONAMENTO E LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS

Publicação Nº 2359783

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 03 de março de 2020, às 15h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação serviços de limpeza, serviço de organização de veículos (estacionamento) e locação de sanitários portáteis, junto ao Centro de Eventos de Ibicaré-SC, as margens da SC 465, por ocasião do Rodeio Fest 2020, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 14 de fevereiro de 2020

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018-2020 - (UNIFORMES) COR URBANA

Publicação Nº 2358525

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 018/2020

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 009/2020, Pregão Presencial nº 007/2020.

OBJETO: Aquisição eventual e futura de uniformes escolares para os alunos da Escola Municipal Madre Leontina.

Valor total: R\$ 136.900,00 (Cento e trinta e seis mil e novecentos reais).

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: COR URBANA INDUSTRIA LTDA

CNPJ nº 06.057.694/0001-80

VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2021.

Ibicaré, SC, em 14 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DA CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020/FMS/PSF

Publicação Nº 2358718

HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DA CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

I - O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado originado pelo Edital nº 001/2020/FMS/PSF designada pela Portaria nº 110/2020 de 06 de fevereiro de 2020, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO a homologação provisória da classificação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinada ao preenchimento temporário da vaga de Médico Clínico Geral/FMS/PSF em decorrência do afastamento legal do titular.

INSC	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
01	JAQUELINE HERMANN PELISSON	1º
02	IRONDI BITTENCOURT MARTINS	2º
03	FRANCIELLE KARINA FABRIN DE CARLI	3º

II - Para que não se alegue desconhecimento, faz baixar o presente Edital que será afixado no Mural Público e no site www.ibicare.sc.gov.br.

Ibicaré, em 14 de fevereiro de 2020.

Marlene Alberguini	Rosane Remus Ciarnoski
Presidente	Membro
Guilherme Afonso Fabiani Campos Sores	Vanessa Bender Foppa
Membro	Membro

HOMOLOGAÇÃO:

Gianfranco Volpato

Prefeito

PORTARIA Nº 114-2020

Publicação Nº 2358813

PORTARIA Nº 114, de 17 de fevereiro de 2020.

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR DE CARGO QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, com base na CLT e com base na Cláusula Sexta do Contrato nº 076/2018/FMS/PSF.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor LUCAS MENEZES MERCADO LOBO, do cargo público de Médico Clínico Geral, na execução do Programa Saúde da Família – PSF.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 17 de fevereiro de 2020.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

RESOLUÇÃO 004/2020/CMDCA

Publicação Nº 2359570

RESOLUÇÃO CEE Nº 004/2020/CMDCA

Dispõe sobre a Alteração do Local e Horário da Aplicação da Prova dos candidatos aptos a participar da prova do processo de escolha suplementar dos membros para suplente do Conselho Tutelar, para a Gestão 2020/2024 no Município de Ibicaré – SC e dá outras providências.

A Comissão Eleitoral responsável pelo Processo de Escolha Suplementar dos membros para Suplente do Conselho Tutelar do Município de Ibicaré/SC, nomeada pela Resolução nº 001/2020/CMDCA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Edital nº 001/2020/CMDCA, publica:

RESOLVE:

Art.1º Publicar, a alteração do local e horário de aplicação da prova do Processo de Escolha Suplementar dos membros para Suplente do Conselho Tutelar do Município de Ibicaré/SC, nos termos do item 6.9 do EDITAL CMDCA 001/2020 de 14 de Janeiro de 2020 de 2019:

Art.3º A PROVA PREAMBULAR de caráter eliminatório, nos termos do item 6.9 do EDITAL CMDCA 001/2020 será realizada no dia 16 de Fevereiro de 2020, das 08h00 às 12h00, na Escola Municipal Irmã Filomena Rebelo, Rua Dr. Ivo D'Aquino, nº220, centro, Treze Tílias – SC, devendo o candidato comparecer com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de documento de identidade e caneta preta.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibicaré - SC, 14 de fevereiro de 2020.

Marlene Alberguini

Presidente CMDCA – Ibicaré - SC

Presidente Comissão Eleitoral

Ilhota**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 005 - 2020 FMS - ASSESSORIA E ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS**

Publicação Nº 2359095

PROCESSO Nº 037/2020

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 005/2020 – FMS

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL GLOBAL
OBJETO	DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ALIMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATUALIZAÇÃO E EMISSÃO DOS RELATÓRIOS MENSAIS, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 03/03/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03/03/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 14 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO 009 DJ 022 - 2020 FME - LOCAÇÃO SALA COMERCIAL - JOSÉ FERNANDO KOEHLER

Publicação Nº 2358778

Extrato de Contrato nº 009/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo Licitatório nº 028/2020

Dispensa Justificada de licitação nº 022/2020

Objeto: Locação de um imóvel situado na rua Modesto Vargas, nº 492, bairro Centro, Ilhota/SC, CEP: 88320-000. Casa de alvenaria medindo aproximadamente 200m², necessário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fornecedor: JOSÉ FERNANDO KOEHLER

Assinatura do Contrato: 23 de janeiro de 2020

Valor Global: R\$ 23.420,88 (vinte e três mil e quatrocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: 23 de janeiro de 2020 à 23 de janeiro de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Imarui**PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO SAMAE Nº 001/2020**

Publicação Nº 2360439

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO SAMAE Nº 001/2020

Pregão Presencial SAMAE Nº 001/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM MOTORISTA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE E ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ. Data do Registro de Preço: 20/01/2020.

Validade da ata: 12 meses após assinatura.

LEONARDO SILVA BORGES

CNPJ: 11.044.760/0001-17:

Item	Especificação	Qtde.	Ref.	Preço UN	Preço Total
01	Locação de caminhão pipa com motorista, para prestação de serviço de transporte e abastecimento de água potável em residências e/ou reservatórios coletivos por eventual estiagem ou desabastecimento de água potável no município de Imaruí, com capacidade mínima de 15.000 litros, com mangueira esguicho e motor bomba.	120 DIAS	DIA (08 HORAS)	2.740,00	328.800,00

Valor Total do Fornecedor: R\$ 328.800,00 (trezentos e vinte e oito mil e oitocentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Imbituba

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO 2018/59 - A/01 - PROCESSO 118/2018

Publicação Nº 2359417

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEMUSA 2018/59 – A/01

Contratada: VANTUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 07.452.760/0001-89

Objeto É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 12 (doze) meses, referente ao Contrato 2018/59, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO (OUTSOURCING) COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM LOCAÇÃO (IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS COM FORNECIEMNT DE SUPRIMENTOS E PAPEL A4), EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E PROVISÃO DE ACESSOS A SOLUÇÕES INTELIGENTES EM IMPRESSÕES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA INSTALAÇÃO NA CIDADE DE IMBITUBA-SC, NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E FUNDOS MUNICIPAIS."

Prazo: será de 12 meses
Fundamento: Processo nº118/2018 Pregão 72/2018

Imbituba, 02 de janeiro de 2020
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

VANTUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
Representante legal
Contratada

ATA 026/2020 - PROCESSO 01/2020

Publicação Nº 2359326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº026/2020
DO PP Nº 01/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O EXPEDIENTE, PARA A DELEGACIA DE POLICIA DE IMBITUBA/SC

EMPRESA: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 17,921,10
VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 05 de fevereiro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DA POLICIA CIVIL

ATA 027/2020 - PROCESSO 01/2020

Publicação Nº 2359328

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº027/2020
DO PP Nº 01/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O EXPEDIENTE, PARA A DELEGACIA DE POLICIA DE IMBITUBA/SC

EMPRESA: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 25,640,30
VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 05 de fevereiro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DA POLICIA CIVIL

ATA 028/2020 - PROCESSO 01/2020

Publicação Nº 2359335

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº028/2020

DO PP Nº 01/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O EXPEDIENTE, PARA A DELEGACIA DE POLICIA DE IMBITUBA/SC

EMPRESA: EONIX COMERCIAL EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 5.252,50

VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 05 de fevereiro de 2020

JULIANO BAESSO

DELEGADO DA POLICIA CIVIL

ATA 029/2020 - PROCESSO 01/2020

Publicação Nº 2359336

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº029/2020

DO PP Nº 01/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O EXPEDIENTE, PARA A DELEGACIA DE POLICIA DE IMBITUBA/SC

EMPRESA: KARINI STUPP BRASIL DEMO ME

VALOR TOTAL: R\$ 3.709,50

VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 05 de fevereiro de 2020

JULIANO BAESSO

DELEGADO DA POLICIA CIVIL

CONTRATO 2020/03 - A/00 - PROCESSO 02/2020

Publicação Nº 2359270

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato 2020/03 – A/00 DEMUTRAN

Contratado: NEIDE DA SILVA MENDES ME

CNPJ: 05.080.009/0001-73

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL DA DELEGACIA DE POLICIA DA COMARCA DE IMBITUBA.

Prazo: 12 meses Valor Total R\$ 16.625,13

Fundamento: Processo nº 02/2020

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020

JULIANO BAESSO

Delegado de Policia da Comarca de Imbituba

Contratante

NEIDE DA SILVA MENDES ME

Representante legal

Contratado

CONTRATO SEDUCE 2019/88 - A/00 PROC. 150/2019

Publicação Nº 2359864

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDUCE 2019/88 – A/00

Contratada: CANDEMIL ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 26.994.211/0001-80

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA RUTH DA CRUZ SECCO, Nº 137, NO CENTRO – IMBITUBA/SC, CONTENCO CASA DE ALVENARIA COM APOXIMADAMENTE 200M2 VISANDO ATENDER AS DEPENDENCIAS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIOS DE SOL.

Prazo: 12 MESES Valor total: R\$ 60.000,00
Fundamento: Processo nº 150/2019 Dispensa 31/2019
Imbituba, 16 de janeiro de 2020.

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

CANDEMIL ODONTOLÓGICOS LTDA
Representante legal
Contratada

DECRETO PMI Nº 017, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360022

DECRETO PMI Nº 017, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Regulamenta e disciplina a atividade de Comércio Ambulante e Eventual, em áreas públicas e particulares, em veículos móveis adaptados para tal finalidade, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 170 da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 15, XX e XXI; 26, §5º; 93, VIII; 94 e 122, Lei Orgânica do Município de Imbituba;
CONSIDERANDO o que preveem os artigos 59; 60; 61; 91; 92 e 188, da Lei nº 846, de 02/01/1986 (Código de Posturas);
CONSIDERANDO a aplicabilidade tangencial da Lei nº 1.549, de 09/08/1996 (utilização de bens públicos para fins comerciais e de prestação de serviços);
CONSIDERANDO as imposições dos artigos 332, VI e VII; 337, I, "e" e "f"; 347, 348; 349, da Lei Complementar nº 3.019, de 28/12/2006 (Código Tributário do Município de Imbituba);
CONSIDERANDO o que se aplica da Lei Complementar nº 4.309, de 20/12/2013 (instalação e funcionamento de feiras e eventos);
CONSIDERANDO as atribuições e competências previstas na Lei Complementar nº 4.800, de 28/03/2017 (Reestruturação Organizacional do Poder Executivo do Município de Imbituba);
CONSIDERANDO a Lei nº 4.988, de 17/01/2019 (Parque de Eventos Jorge Adelino Zanini);
CONSIDERANDO a incidência das normas de uso do passeio público (Lei Complementar nº 4.229, de 10/07/2013);
CONSIDERANDO os regramentos da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 (Livro II - Do Direito da Empresa);
CONSIDERANDO as imposições dos artigos 2º; 24; 50; 84 e 95 da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
CONSIDERANDO a necessidade de definir a menção de "alta demanda" do artigo 23 da Lei nº 1.549/1996,
CONSIDERANDO, por fim, a crescente demanda por aberturas de comércio de ambulantes e a necessidade de estimular a abertura de novos pontos de trabalho e geração de renda sem que isso venha a afetar a livre concorrência, que deve ser fundada em igualdade de oportunidades e respeito as particularidades de cada tipo de comércio.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o exercício de comércio eventual ou de ambulante, conforme determina o artigo 188, §1º da Lei 846/1986 (Código de Posturas), sendo considerado também como tal, àqueles que ofertam produtos e serviços, por meio de equipamentos montados sobre o próprio eixo em veículos a motor, e outros com estruturas rebocadas, entenda-se, carrinhos não-motorizados, tendas e afins, que visam o comércio ambulante geral.

§ 1º A autorização de uso de bem público ou de exploração de ponto de atividade em área pública:

I- poderá ser outorgada por chamamento ou edital específico, por período determinado;

II - por provocação do interessado, desde que não haja processo de chamamento público ou edital em vigor para referido local.

§ 2º Em eventos municipais, como nos definidos pela Lei Municipal 4.309/2013, poderá ser concedida permissão municipal em área pública, na modalidade eventual, inclusive em área central de alta demanda, desde que em locais não englobados por processo de chamamento público ou edital em vigor, com autorização das Secretarias competentes;

§ 3º Poderá o Município, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Órgão Municipal Gestor do Patrimônio Público direcionar espaços públicos como próprios para receber "Food Trucks", as denominadas "Zonas Trucks" ou "Food Park", considerando:

I - a existência de espaço físico adequado para receber os equipamentos e os consumidores;

II - não será permitido, sob qualquer pretexto, o uso do passeio público para estacionamento de veículos.

Art. 2º Os veículos utilizados para o "Food Truck" ou afins deverá estar devidamente licenciado junto ao Departamento Estadual de Trânsito - Detran e atender, além das determinações em leis específicas, aos seguintes requisitos para expedição de licença para a exploração da atividade:

I - constar no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV a classificação do veículo, a qual possibilite a exploração comercial, nos moldes da regulamentação de trânsito;

II - estar devidamente vistoriado e autorizado pela Vigilância Sanitária;

Art. 3º O horário de funcionamento deve respeitar o zoneamento da municipalidade, bem como o disposto no Código de Posturas Municipal (Artigos 193 a 198);

Art. 4º O veículo deve, obrigatoriamente, ser recolhido ao final do expediente de atendimento, ou de sua atividade, exceto se estacionado em espaço próprio conforme disposto no §3º do Artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo Único: Fica expressamente vedada a fixação de trailer ou afins, que descaracterizem a mobilidade de ambulante, sob pena de multa, cassação ao alvará e retirada forçada do veículo a ser executada em atuação conjunta dos órgãos de fiscalização de trânsito, mobilidade urbana e Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Art. 5º Nos locais de circulação e de pretendida parada do veículo e ainda, nos pontos de atividades deverão ser observadas as normas de trânsito, o fluxo seguro de pedestres e automóveis, as regras de uso e ocupação do solo, os afastamentos mínimos necessários dos mobiliários urbanos, os previstos na Lei Complementar nº 4.229/2013, assim como:

§1º - deve ser respeitada a distância mínima de 100 (cem) metros de entradas e saídas de estabelecimentos de comércio varejista de alimentos, restaurantes, bares e similares, mercados privados e municipais que comercializem produtos alimentícios, in natura ou industrializados, pratos e preparações culinárias, iguais ou semelhantes, incluindo as comidas típicas, com exceção das áreas privadas;

§2º - Quando da apresentação do requerimento padronizado em que se busca a viabilidade, o requerente apontará com exatidão o local em que pretende exercer sua atividade, através do sistema de protocolo "1 doc";

Art. 6º Fica definida como "alta demanda na parte central" as atividades ou produtos oferecidos pelo comércio local, em seu horário comercial, definido pela Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade de Imbituba.

§1º Os pontos de atividades ambulantes definidos por este Decreto poderão ser concedidos na parte central, no horário de funcionamento do comércio, desde que previamente autorizados pelo Município, com a oferta de produtos e serviços diversos dos comercializados na parte central;

§ 2º Nas atividades afins e produtos congêneres ofertados na parte central pelo comércio local, poderá ser também ofertado pelo comércio ambulante, desde que respeitada a distância mínima fixada no §1º do Artigo 5º deste Decreto, ou em horário diverso de funcionamento do Comércio, cuja atividade e produto seja igual ou similar;

Art.7º Para a realização das atividades de ambulante ou eventual em vias, áreas e logradouros públicos será concedida a outorga onerosa de permissão de uso mediante análise do Órgão Municipal Gestor do Trânsito, Órgão Municipal do Patrimônio Público e Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Art. 8º Fica proibido, nas áreas públicas, a utilização de postes, muros, árvores, gradis, banquetas ou cadeiras, mesas, canteiros, edificações, parques, deck's ou qualquer outro elemento que objetive ampliar os limites do veículo adaptado para o "food trucks" ou afins, ainda que seja para a exposição dos seus produtos.

Parágrafo único. Será admitido, na face de atendimento, toldo em balanço acoplado ao veículo ou afins definido neste ato, com no máximo 1,20m e altura mínima de 2,10m em relação ao nível do piso, com a utilização de no máximo, três jogos de mesa com duas cadeiras cada, desde que respeitada a livre circulação.

Art. 9º A permissão de que trata o caput do artigo anterior será concedida a título precário, oneroso, pessoal e intransferível, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Art. 10º Este Decreto não se aplica aos alvarás vigentes, vinculando tão somente os pedidos de renovação e novas solicitações.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

LEI COMPLEMENTAR N.º 5.119, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360005

LEI COMPLEMENTAR N.º 5.119, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais do Poder Executivo para o exercício de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais integrantes dos Quadros Permanente e Suplementar do Poder Executivo do Município de Imbituba, para o exercício de 2020, conforme preconiza a Lei Complementar nº 4.742, de 4 de julho de 2016, no seguinte percentual:

I – 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) referente a recomposição remuneratória decorrente dos efeitos inflacionários apurados no período de incidência de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, tomando por referência o Índice Nacional

de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE);

§ 1º A Revisão Geral Anual aplica-se também aos servidores detentores de contratos temporários.

§ 2º Em razão da edição da Lei nº 4.769, de 07 de dezembro de 2016, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, que estabeleceu os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Presidentes de Fundações Municipais, não se aplicam aos subsídios dos agentes políticos mencionados os percentuais estabelecidos Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a complementar, de forma supletiva, o valor do salário-base dos servidores municipais inferiores aos salário-mínimo nacional, em valor correspondente à diferença entre aquele e este.

Art. 3º A incidência do direito à presente Revisão Geral Anual ocorre a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

PORTARIA PMI/SEAD Nº 138/2020

Publicação Nº 2359296

PORTARIA PMI/SEAD Nº 138, de 13 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Edinete Figueiredo	Prof II Ed Especial – 20h	003.637.089-44	11/02/2020	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2020, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2020 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 139/2020

Publicação Nº 2359302

PORTARIA PMI/SEAD Nº 139, de 14 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Jaqueline Freitas	Prof II Língua Inglesa – 20h	754.562.579-04	14/02/2020	Em substituição da Professora Sra. Elisângela Pereira

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2020, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2020 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2020.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 140/2020

Publicação Nº 2359614

PORTARIA PMI/SEAD Nº 140, de 14 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 11.308/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA PASSOS, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 806.487.209-00, admitida em 22 de março de 2001, contrato nº 1217, referente ao q-inq-ênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2011 a 2016	03.02.2020 a 02.04.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 141/2020

Publicação Nº 2359871

PORTARIA PMI/SEAD Nº 141, de 14 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Função Temporária	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Milena Tavares Fernandes	Prof II Anos Iniciais – 40h	932.200.739-72	17/02/2020	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2020, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2020 até o término da colônia de férias.

Art. 3º Os servidores admitidos para a referida função, darão início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2020.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 34/2020

Publicação Nº 2359311

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 34/2020

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 138, de 13 de fevereiro de 2020, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Edinete Figueiredo	Prof II Ed Especial – 20h	003.637.089-44

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entrou em exercício em 11/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de fevereiro de 2019.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 35/2020

Publicação Nº 2359318

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**PPE - PMI/SEAD Nº 35/2020**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 139, de 14 de fevereiro de 2020, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Jaqueline Freitas	Prof II Língua Inglesa – 20h	754.562.579-04

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 14/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 36/2020

Publicação Nº 2359887

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**PPE - PMI/SEAD Nº 36/2020**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada/admitida pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 141, de 14 de fevereiro de 2020, para exercer a função temporária de PROFESSOR(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Milena Tavares Fernandes	Prof II Anos Iniciais – 40h	932.200.739-72

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 17/02/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005/2020**

Publicação Nº 2359904

Ato da Presidência nº 005/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, RESOLVE:

I – informar que não haverá expediente nos dias 24 e 25 de fevereiro (segunda e terça-feira), em virtude do Carnaval; e

II – comunicar que no dia 26 de fevereiro de 2020 (quarta-feira), conforme Ato da Presidência nº 001/2020 que divulga o calendário das Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, da Câmara de Vereadores de Imbituba, será realizada a 4ª Sessão Ordinária do mês de fevereiro, em atenção ao §8º do Art. 53 da Lei Orgânica municipal que determina a realização de, no mínimo, 4(quatro) sessões mensais.

Antônio Clésio Costa

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Imbuia

PREFEITURA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Publicação Nº 2359612

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins, que a empresa FARMÁCIA AUTHÊNTIKA LTDA, portadora do CNPJ 36.090.004/0001-55, estabelecida à Rua Avelino Ludwig, 217 – Centro – Imbuia – SC, encontra-se cadastrada junto ao setor competente desta Prefeitura, e está apta para funcionamento de suas atividades, estando dentro das normas legais e administrativas do município.

Imbuia-SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Neri Fermino

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

EDITAL 03/2019

Publicação Nº 2359073

MUNICÍPIO DE IMBUIA

Setor de compras e Licitações

Processo licitatório nº 03/2020

Pregão presencial nº 01/2020

Exclusivo para microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte

Tipo "Menor Preço (POR GLOBAL), " para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de organização da 6ª Copa FEMIVE do ano de 2020, no Município de Imbuia/SC. Conforme o Edital de Licitação n.º 03/2020. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica, Lei Complementar nº 147/2014, artigo 48, inciso I e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 08:15hs do dia 28/02/2020. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site www.imbuia.sc.gov.br ou e-mail adriana@imbuia.sc.gov.br; Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 14/02/2020. AMILTON MACHADO- Prefeito Municipal.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2020 - FMAS

Publicação Nº 2359215

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - ME.
CT20/001

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal da Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 100, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, nº 355, Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito no que mais couber, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de materiais destinados à cozinha da Assistência Social, conforme o lote 05 do item 01 do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0001/2020, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0001/2020, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros de cozinha será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2020 conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros de cozinha será de R\$ 20.650,00 (vinte mil seiscentos e cinquenta reais), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
48	180	KG	PÃO FRANCES	Le Sorelle	8,13
49	50	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	Le Sorelle	15,45
50	1.300	UN	ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO OU SALSICHA	Le Sorelle	2,84
51	40	KG	GROSTOLI	Le Sorelle	14,23
52	40	KG	BOLO TIPO NEGA MALUCA	Le Sorelle	17,89
53	1.200	UN	TORTA HOLANDESA	Le Sorelle	2,35
54	35	KG	BOLO CASEIRO DE CENOURA	Le Sorelle	17,89
55	35	KG	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	Le Sorelle	17,89
56	800	UN	PÃEZINHOS DOCE TIPO MASSINHA	Le Sorelle	2,84
57	1.300	UN	PASTEL DE CARNE GADO	Le Sorelle	3,66
58	40	KG	CUCA SOVADA RECHEADA	Le Sorelle	17,89
59	70	KG	BOLO RECHEADO	Le Sorelle	22,77

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Complem. Elemento	33.90.30.21 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Próprios
Reduzido	07

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades



que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- a) Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca;
- b) Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- c) Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê(SC), 05 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

JJMCL PANIFICADORA LTDA ME

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon

OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 02/2020 - FMAS

Publicação Nº 2359253

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

CT20/002

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal da Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 100, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS

EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Miguel Novicki, nº 331, Bairro das Nações, na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 35.233.831/0001-98, doravante denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito no que mais couber, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de materiais destinados à cozinha da Assistência Social, conforme os lotes 01, 02, 03 e 04 do item 01 do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0001/2020, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0001/2020, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros de cozinha será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2020 conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros de cozinha será de R\$ 32.030,00 (trinta e dois mil e trinta reais), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
1	40	PCT	AÇÚCAR REFINADO - PCT 05 KG	ALTO ALEGRE	10,47
2	300	LT	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	TIROL	3,66
3	30	UN	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	IGUAÇU	14,75
4	50	UN	CAFÉ MOIDO E TORRADO	CABOCLO	10,23
5	05	KG	CHÁS DIVERSOS SABORES	LEAO	271,27
6	100	CX	FILTROS DE PAPEL PARA PASSAR CAFÉ - 103	BRIGITTA	4,61
7	04	KG	LEITE EM PO	TIROL	44,26
8	400	PCT	COLHERES DE PLÁSTICO	STRAWPLAST	0,09
9	5.000	UN	COPO DESCARTÁVEL 180 ML	COPOSUL	0,28
10	1.000	PCT	GARFO DE PLÁSTICO	STRAWPLAST	0,09
11	1.000	UN	PRATO DE PLÁSTICO PARA SOBREMESA - 150MM DE DI	COPOSUL	0,66
12	1.000	PCT	GUARDANAPO BRANCO	VIPP	2,09
13	30	PCT	PAPEL TOALHA BRANCA - FOLHA DUPLA PICOTADA	STYLUS	4,71
14	50	UN	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 20 LITROS	PURIS	15,70
15	1.500	UN	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 500 ML	RANDON	1,18
16	300	KG	BANANA CATURRA	COLONIAL	2,89
17	250	KG	MAMÃO	COLONIAL	6,09
18	250	KG	MELANCIA	COLONIAL	2,35
19	70	KG	MELÃO	COLONIAL	5,29
20	80	KG	MAÇA	COLONIAL	7,78
21	20	KG	CENOURA	COLONIAL	3,51
22	120	KG	TOMATE	COLONIAL	6,98
23	60	KG	CEBOLA	COLONIAL	5,11
24	05	KG	ALHO FRESCO	COLONIAL	32,46
25	30	KG	PRESUNTO	FRIMESA	31,79
26	30	KG	QUEIJO MUZZARELA FATIADO	TIROL	35,70
27	40	KG	SALSICHA DO TIPO HOT DOG	PERDIGAO	12,22
28	70	KG	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	VALLE	19,07
29	150	KG	CARNE SUÍNA DO TIPO COSTELINHA FRESCA	FRINORA	18,10
30	130	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	LAR	8,07
31	20	KG	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	FRINORA	22,25
32	08	KG	CARNE - BACCON	PAMPLONA	28,86
33	20	KG	SAL IODADO REFINADO	ZIZO	2,27
34	30	UN	LEITE CONDENSADO	TIROL	5,09
35	20	KG	GELATINA DIVERSOS SABORES	APTI	17,31
36	15	UN	CREME DE LEITE TIPO UHT	TIROL	19,29
37	150	LT	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	SABORE	21,27
38	10	UN	MAIONESE PRONTA EMB. DE 500G	SOYA	5,19
39	10	UN	PEPINO EM CONSERVA - EMB. DE 01 KG	INCOTRIL	28,20
40	40	KG	MACARRÃO CASEIRO COM OVOS	PARATI	12,36
41	30	KG	ARROZ PARBOILIZADO	TIO ALEMAO	3,21

42	07	UN	EXTRATO DE TOMATE	PREDILECTA	6,18
43	25	UN	CALDO DE GALINHA	MAGGI	4,25
44	14	UN	ÓLEO DE SOJA (LATA DE 900 ML)	COAMO	4,70
45	05	KG	BANHA	PAMPLONA	15,33
46	10	KG	MANTEIGA	TIROL	42,05
47	50	KG	BOBINAS DE PAPEL PARA FORRAR MESA	SERVELAR	24,53

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Complem. Elemento	33.90.30.21 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Próprios
Reduzido	07

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê(SC), 05 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF :

CPF :

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 03/2020 - FMS

Publicação Nº 2359285

CONTRATO DE SERVIÇOS HOSPITALARES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO.
CT20FMS/003

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO pessoa jurídica, situada na Rua Senador Salgado Filho nº 983, Bairro Buenos Aires na cidade de Mafra-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.131.993/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam o objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei nº 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – Finalidade de promover atendimento especializado de cirurgias, consultas médicas e internamentos, compatível com suas necessidades, bem como provê-lo com alimentação regular e higiene, indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, valores conforme Decreto nº 1872 de 28 de novembro de 2019 em anexo, com previsão de R\$ 29.500,00 (vinte nove mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - Este contrato decorre da Inexigibilidade nº 0001/2020, Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2020, oriundo do edital de Credenciamento nº 01/2019, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS E VALOR

3.1 – O pagamento pela prestação dos serviços do presente contrato do item 01 será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, mensalmente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

3.3 – A forma de pagamento será em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 – Os valores de cada procedimento é de até R\$ 75,00(setenta e cinco reais) para consulta médica com especialista, de até R\$ 600,00(seiscentos reais) para cirurgia e de até R\$ 800,00(oitocentos reais) para cirurgia Percutâneas, conforme Decreto Municipal nº 1871, de 21 de novembro 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de responsabilidade da contratada: 1.1 - prover os cuidados básicos de atendimento cotidiano de alimentação, lavagem de roupas, acomodações em quarto coletivo, com cama, colchão, demais utensílios e materiais necessários ao seu bem estar, colocados à disposição geral dos abrigados, declarando os CONTRATANTES por meio de assinatura neste, o bom estado de conservação dos bens;

1.2 – monitoramento de horário para medicação, conforme receituário médico;

1.3 – higiene pessoal, como banho e troca de fraldas, caso necessite, deslocamento até os serviços de saúde, quando necessário;

1.4 – enviar nota fiscal para recebimento de valor mensal;

1.5 – responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da contratada e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

Será de responsabilidade da contratante:

1.1 – transferir os recursos conforme procedimento efetuado; 1.2 – suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras quando houver descumprimento das exigências contidas no presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total dos equipamentos;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – o presente instrumento poderá ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de vigência do presente contrato será a partir da assinatura até 31.12.2020, renovável até 01 (um) ano.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020 do Fundo da Saúde:

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Projeto/Atividade	Manutenção da Secretaria de Saúde
Complem. Elemento	3390.3999 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	100 – Aplicações Diretas
Código Reduzido	011

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO 11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 28 de janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONVOCAÇÃO CÂMARA

Publicação Nº 2359196

Edital de Convocação

O Presidente da Câmara de Vereadores de IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado a Sr. AFONSO WASMANN NETO, para o cargo de Contador e, que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria da Câmara Municipal, a Rua João Rech nº 633, no Município de Iomerê - SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº 01/2019.

O Convocado deverá apresentar na Sec. da Câmara Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1(uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CNH, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;

- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político);
- i) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- j) Avaliação Cardiológica;
- l) Avaliação Neurológica;
- m) RX Tórax;
- n) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p) VDRL;
- q) ABO RH;
- r) Glicemia
- s) Ex. Quat. Urina
- t) EPF;
- u) Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 13 de fevereiro de 2020.

RUDINEI LAUERMANN

Presidente da Câmara

DISTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2359198

DISTRATO AO TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A SRA. SHEYLA SEITENFUS BERTUSSO – TC20/02.
TD20/01

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. SHEYLA SEITENFUS BERTUSSO, pessoa física, CPF nº 122.200.489-50, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o termo nº TC20/02, conforme segue:

Art. 1 - Resta rescindido o contrato TC20/02, celebrado entre o Município de Iomerê e a Sra. Sheyla Seitenfus Bertusso, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula oitava, do termo.

Art. 2 - O presente distrato surtirá efeitos à data de 12.02.2020, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 12 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SHEYLA SEITENFUS BERTUSSO
ESTUDANTE

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 20/02

Publicação Nº 2359210

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMATICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA – CT17/081, TA18/053 E TA19/040.

TA20/002

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Condá E nº 1154 E 1º Andar, Bairro Presidente Médice CEP 89.801-131 na cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0009-14, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT17/081 o que fazem nos seguintes

termos:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso dos aplicativos Cidadão Web Tributos, não customizável, com o respectivo valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) e o aplicativo Minha Folha, não customizável, com o respectivo valor mensal de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

Parágrafo primeiro: Pela preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização e implantação será pago o valor total de R\$ 674,00 (Seiscentos e setenta e quatro reais).

Parágrafo segundo: O sistema de Cidadão Web Tributos deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1. Possibilitar a integração de solicitações de ITBI do atendimento ao cidadão com o sistema de Tributação e Arrecadação.
2. Possibilitar a integração de ITBI do sistema de Tributação e Arrecadação com o portal de atendimento ao cidadão.
3. Possibilitar a integração dos créditos tributários do sistema Tributação e Arrecadação com o portal de atendimento ao cidadão.
4. Possibilitar a integração da situação das declarações dos contribuintes realizadas pelo sistema de Tributação e Arrecadação com o portal de atendimento ao cidadão.
5. Possibilitar a integração das solicitações de coleta seletiva do portal de atendimento ao cidadão com o sistema de Tributação e Arrecadação.
6. Possibilitar ao usuário administrador realizar consulta de informações gerenciais pertinentes à utilização do sistema portal de atendimento do contribuinte, tais como:
7. Auditoria de primeiro nível para rotinas executadas por determinados usuários;
8. Informação de desbloqueio de pop-up ao emitir documentos ou guias de pagamento;
9. Gerenciamento de processos em execução nas rotinas do sistema.
10. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de solicitações de coleta seletiva com o sistema estruturante.
11. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de solicitações de carnês web com o sistema estruturante.
12. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de processos com o sistema estruturante.
13. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de motivos com o sistema estruturante.
14. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de configurações de parcelas com o sistema estruturante.
15. Permitir interação de dados de Configurações entre sistema de tributação em nuvem x portal de atendimento do contribuinte
16. Permite interação de dados de Atos entre sistema de tributação em nuvem x portal de atendimento do contribuinte
17. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade consultar as solicitações de coleta seletiva realizadas pelo cidadão.
18. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar o gerenciamento de processos em andamento dentro do próprio sistema web.
19. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar cadastro de cabeçalhos para emissão de documentos de certidões, alvarás e guias de pagamento.
20. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de receitas com o sistema estruturante.
21. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade consultar as solicitações de emissão de carnês realizadas pelo cidadão.
22. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração para emissão de certidão negativa de contribuinte não cadastrado junto ao município.
23. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de indexadores com o sistema estruturante.
24. Funcionalidade que permite ao cidadão realizar a emissão de documento de certidão negativa de contribuinte não cadastrado junto ao município.
25. Funcionalidade que permite ao cidadão realizar a emissão de guias de ITBI para transferência de imóveis.
26. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração de fórmulas para cálculo de descontos em guias de pagamento e guias unificadas.
27. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de anexos de pareceres com o sistema estruturante.
28. Permitir ao contribuinte, acessar de forma otimizada, o processo que faz a validação dos índices ao consultar o detalhamento das parcelas nas rotinas de emissão de guias de pagamentos.
29. Permitir ao contribuinte, acessar de forma otimizada, o processo que faz a validação dos índices ao consultar o detalhamento das parcelas nas rotinas de emissão de guias de pagamentos.
30. Permitir ao contribuinte, acessar de forma otimizada, o processo que faz a validação dos índices ao consultar o detalhamento das parcelas nas rotinas de emissão de guias de pagamentos.
31. Permitir que o usuário administrador possa personalizar o modelo de relatório padrão para emissão de alvarás e certidões negativas de débitos, definindo modelo específico para cada entidade.
32. Possibilitar ao usuário administrador da entidade, configurar informações em fórmulas para controle de emissão de documentos, de modo que possibilite ao contribuinte emitir certidões, alvarás e guias de pagamento através da internet.
33. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento, possibilitando a interação dos dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário, para que as guias geradas pela internet possam constar no sistema tributário, mantendo ainda, em ambos os sistemas, o status atualizado do pagamento, conforme pré-requisito.
34. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento, possibilitando a interação dos dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário, para que as guias geradas pela internet possam constar no sistema tributário, mantendo ainda, em

ambos os sistemas, o status atualizado do pagamento, conforme pré-requisito.

35. Possibilitar ao contribuinte, acesso à rotinas de emissão de alvarás, guias de pagamento e emissão de certidões negativas de forma configurável, através da internet.
36. Possibilitar ao contribuinte emitir alvarás através da internet, de forma parametrizável, bem como definir se haverá verificação dos débitos no momento da emissão do documento.
37. Possibilitar ao usuário administrador, configurar fórmulas para correção monetária de cálculo de juros e multa.
38. Possibilitar que quando o contribuinte realizar a emissão de uma certidão ou alvará, o sistema gere um código de controle para afirmar a veracidade das informações contidas nos referidos documentos.
39. Possibilitar ao contribuinte alterar a data de vencimento de guias, possibilitando simular os acréscimos conforme data de vencimento e fórmula previamente parametrizada.
40. Possibilitar ao contribuinte realizar a emissão de certidões negativas de débitos pela internet de forma personalizada, utilizando como base para verificação a situação financeira do contribuinte.
41. Os documentos impressos através da web seguem os mesmos modelos impressos no sistema de administração tributária da entidade, utilizando a mesma formatação, evitando retrabalho ao município.
42. Possibilitar a configurações inerentes ao deferimento do alvará, possibilitando assim a parametrização de regras distintas de acordo com as finalidades do alvará e observâncias de determinados campos do cadastro do econômico, bem como o pagamento da guia emitida.
43. Permitir que o usuário administrador da entidade possa a configuração de uma certidão de econômico já baixado.
44. Possibilitar a parametrização da certidão negativa de débitos quando houver débitos vencidos e apresentar mensagem informando ao contribuinte da situação recomendando a consulta de débitos e emissão de guia de pagamento.
45. Permitir que o administrador do sistema possa realizar consulta através de filtro de busca por CPF/CNPJ e nome na consulta de solicitações de alteração do cadastro de contribuintes.
46. Possibilitar a visualização do selo de segurança de Site Blindado, de modo a garantir que o sistema web seja totalmente seguro para navegação e troca de informações entre entidade pública e cidadão.
47. Disponibilizar limitador da quantidade de informações listadas nas configurações de cadastro de contribuinte, referentes às solicitações de alterações de cadastros do contribuinte pendentes de deferimento pela entidade.
48. Possibilitar que o usuário administrador possa customizar a verificação da existência de lançamentos para um econômico nos scripts de validação para emissão de alvarás. Disponibilizando para tratamento informações que proporcionem validar se existe ou não lançamento para receitas de alvará e qual parcela está pendente de pagamento.
49. Disponibilizar um canal de comunicação com o contribuinte através do próprio portal onde deverão ser postadas dúvidas, sugestões, reclamações e opiniões. O contribuinte deverá informar seu nome completo, CPF/CNPJ, telefone para contato, e-mail e a mensagem.
50. Possibilitar a configurações inerentes ao deferimento do alvará, possibilitando assim a parametrização de regras distintas de acordo com as finalidades do alvará e observâncias de determinados campos do cadastro do econômico, bem como o pagamento da guia emitida.
51. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a autenticação do código de controle para comprovar a veracidade dos alvarás emitidos através da internet.
52. O sistema disponibiliza um menu de acesso rápido, permitindo ao usuário administrador da entidade optar por parametrizar, ou não, serviços nesse menu, tais como: emissão de certidões, emissão de comprovante de quitação da taxa de licença, emissão do carnê de tributos.
53. Os documentos impressos através da web seguem os mesmos modelos impressos no sistema de administração tributária da entidade, utilizando a mesma formatação, evitando retrabalho ao município.
54. Permitir sair do sistema automaticamente após 30 minutos de inatividade do contribuinte após realização de acesso.
55. Possibilitar que o usuário administrador da entidade possa parametrizar a apresentação do brasão da Prefeitura em todos os documentos impressos pelo sistema, tais como certidões, alvarás e guias de pagamento.
56. Permitir que o contribuinte possa realizar a impressão de certidão de informações cadastrais com texto parametrizado pela administração tributária, do Cadastro Imobiliário, Cadastro Mobiliário e Cadastro Rural.
57. Possibilitar a parametrização da certidão negativa de débitos quando houver débitos vencidos e apresentar mensagem informando ao contribuinte da situação recomendando a consulta de débitos e emissão de guia de pagamento.
58. Permitir auditoria das informações, mantendo o registro de todas as alterações realizadas nas rotinas do sistema, com indicação do usuário responsável pela alteração, da data e hora em que a alteração foi realizada e da informação alterada.
59. Permitir ao contribuinte alterar seus dados cadastrais, de forma parametrizável, como endereço de correspondência, CEP, Endereço, Número, Bairro, Município e Telefone. Permitir busca automática dos dados, realizando busca dos dados dos municípios com base na tabela de municípios do IBGE.
60. A ferramenta deve permitir um acesso ao sistema para a entidade (módulo administrador) e outra para o contribuinte (módulo contribuinte).
61. Permitir ao administrador do sistema configurar se a geração do ITBI será automática ou apenas mediante ao deferimento da solicitação de ITBI, mediante análise do responsável.
62. Permitir ao contribuinte gerar solicitação de ITBI para imóveis rurais pela Web, sem necessidade de ter o imóvel rural cadastrado.
63. Permitir de forma configurável que os contadores, imobiliárias e cartórios/tabelionatos acessem as informações dos clientes que representam.
64. Possibilitar ao contribuinte realizar a emissão de certidões negativas de débitos pela internet de forma personalizada, utilizando como base para verificação a situação financeira do contribuinte.
65. O sistema deve dispor de layout responsivo, se adaptando a visualização em qualquer dispositivo em que o sistema estiver sendo acessado.
66. Possibilitar que o usuário administrador possa criar fórmulas utilizando variável que retorne o código das sub-receitas que compõem as parcelas de um parcelamento em fórmulas para cálculos de juros e multa.
67. Possibilitar que o contribuinte possa ter acesso a uma listagem de informações sobre dívidas (suspensas, em processo administrativo e depósito judicial) em nome da pessoa autenticada nas rotinas que disponibilizam informações de dívidas.
68. Permitir que o contribuinte possa realizar confirmação de identidade através de validação de código PIN (enviado ao celular do contribuinte) no momento da emissão de uma certidão via web.
69. O sistema deve possibilitar o armazenamento do IP externo da máquina utilizada para emissão de um documento via web.
70. Script para validação de documentos que possibilitam a customização da situação de certidões

71. Possibilitar que usuário contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento, de modo a agrupar diversas parcelas em aberto em uma mesma guia.
72. Possibilitar que usuário contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento, de modo a agrupar diversas parcelas em aberto em uma mesma guia.
73. Possibilitar ao usuário administrador da entidade, configurar as formas de acessos, sendo somente o código cadastral do contribuinte, imóvel, econômico ou inscrição imobiliária na prefeitura.
74. Possibilitar ao usuário administrador configurar fórmulas que realizem cálculos de redução por antecipação de pagamento, de modo que atenda ao contribuinte que deseja antecipar o pagamento da guia via web.
75. Permitir que o contribuinte possa realizar a emissão de uma certidão de econômico já baixado.
76. Permitir que o contribuinte visualize os dados da solicitação de ITBI de forma prévia, bem como imprima tais informações.
77. Permitir que o contribuinte possa consultar os documentos necessários para realização de solicitações junto a prefeitura.
78. Possibilitar ao usuário administrador da entidade, configurar informações em fórmulas para controle de emissão de documentos, de modo que possibilite ao contribuinte emitir certidões, alvarás e guias de pagamento através da internet.
79. Possibilitar que o usuário administrador possa realizar o cadastro de mensagens personalizadas com a finalidade de orientar o contribuinte.
80. Possibilitar que o contribuinte possa indicar quais imóveis serão beneficiados com o crédito recebido por ser tomador de serviços de notas fiscais, conforme dados provenientes do sistema de nota eletrônica, conforme pré-requisito.
81. Possibilitar ao usuário administrador realizar a criação e edição de logotipos de bancos para apresentação no momento da emissão de uma guia de pagamento através da internet.
82. Possibilitar ao usuário administrador, alterar os modelos padrões de emissão de relatório a fim de apresentar informações cadastrais de imóveis ou econômicos nas guias de pagamento.
83. Possibilitar ao contribuinte alterar a data de vencimento de guias, possibilitando simular os acréscimos conforme data de vencimento e fórmula previamente parametrizada.
84. Possibilitar ao usuário administrador, realizar a configuração de fórmulas para cálculo de acréscimos moratórios. De modo que possibilite ao contribuinte emitir guias de pagamento com valores sempre atualizados.
85. Permitir que o usuário administrador possa configurar a disponibilidade de uma consulta de informações cadastrais, selecionando as formas de acesso e as características que devem estar disponíveis no momento da consulta pelo contribuinte.
86. Permitir que o contribuinte possa efetuar seu cadastro por meio da internet, anexando documentos de comprovação e gerando uma senha de acesso.
87. Possibilitar ao contribuinte, acesso à rotinas de emissão de alvarás, guias de pagamento e emissão de certidões negativas de forma configurável, através da internet.
88. Permitir que o usuário administrador possa configurar a forma de cadastro do contribuinte, definindo a obrigatoriedade de anexos de documentos, a autorização do cadastro mediante ao pagamento da guia ou autorização mediante aprovação da Prefeitura.
89. Possibilitar ao usuário administrador, configurar fórmulas para correção monetária de cálculo de juros e multa.
90. Permitir que o contribuinte possa fazer download dos anexos dos trâmites dos processos protocolados e integrados com o sistema de protocolo da entidade.
91. Permitir que o contribuinte possa consultar andamento dos processos de protocolos abertos e seus trâmites, informando o número do processo e CNPJ ou CPF do requerente.
92. Permitir que o usuário administrador possa configurar o período em que o contribuinte poderá indicar seus imóveis para abatimento do crédito disponível no IPTU e também se o contribuinte poderá indicar imóveis que não é proprietário.
93. Permitir que o administrador possa realizar configuração de solicitações de ITBI de exercícios anteriores, disponibilizando filtros por ano da solicitação, data de solicitação, código do imóvel e código da solicitação.
94. Possibilitar ao contribuinte emitir alvarás através da internet, de forma parametrizável, bem como definir se haverá verificação dos débitos no momento da emissão do documento.
95. Permitir que o usuário administrador possa configurar quais informações do endereço do sacado serão exibidas nas guias de pagamento e no alvará de localização e/ou funcionamento.
96. Disponibilizar ao usuário administrador, a lista de links para acesso a funcionalidades direto do site da Prefeitura Municipal.
97. Possibilitar que o contribuinte solicite coleta seletiva para seus imóveis pela web, de forma que sejam beneficiados com redução da taxa de coleta de lixo.
98. Permitir que o usuário administrador possa cadastrar convênios e emitir boletos bancários com a modalidade de carteira com ou sem registro, permitindo alteração do layout de geração do código de barras.
99. Possibilitar ao usuário administrador, parametrizar as receitas que serão validadas no momento em que um contribuinte realizar a emissão de uma certidão negativa de débitos.
100. Permitir que o usuário administrador possa personalizar o modelo de relatório padrão para emissão de alvarás e certidões negativas de débitos, definindo modelo específico para cada entidade.
101. Permitir que o usuário administrador realize a parametrização de solicitação de coleta seletiva, informando quais características o imóvel deve possuir para que seja indicado na solicitação de coleta seletiva.
102. Permitir que o usuário administrador possa configurar a solicitação de emissão de carnês via web informando quais características o imóvel deve possuir para que seja indicado na solicitação.
103. Permitir que o usuário administrador configure a verificação das declarações de serviços prestados e tomados no sistema de escrituração fiscal para emissão das certidões negativas de contribuinte e de econômico, conforme pré-requisito.
104. Permitir que o usuário administrador possa configurar a exibição da listagem de imóveis englobados no momento da emissão de certidão negativa de contribuinte e de imóvel emitida através do módulo contribuinte.
105. Permitir que o usuário administrador possa parametrizar as solicitações de serviço realizados através da internet, definindo quais receitas estarão disponíveis e a quantidade de dias para exclusão dos lançamentos não pagos.
106. Permitir que o usuário administrador possa configurar quais dados serão demonstrados na consulta de informações cadastrais realizada pelo contribuinte.
107. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a autenticação do código de controle para comprovar a veracidade dos documentos emitidos através da internet.

108. Possibilitar ao contribuinte o acompanhamento da situação financeira de seus imóveis e econômicos junto à entidade, por meio de consulta, apresentando débitos e dívidas com valores atualizados.
109. Permitir ao contribuinte o acompanhamento de sua situação financeiras junto a Prefeitura por meio de consulta e emissão, apresentando débitos e dívidas com valores atualizados.
110. Permitir que o contribuinte possa realizar a solicitação de ITBI para transferência de imóveis urbanos e rurais através da internet, de modo que o mesmo possa acompanhar o andamento do processo.
111. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento de forma unificada, possibilitando a unificação de parcelas e receitas distintas em apenas uma guia e a interação dos dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário, mantendo o status da situação do pagamento atualizado em ambos os sistemas.
112. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento, possibilitando a interação dos dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário, para que as guias geradas pela internet possam constar no sistema tributário, mantendo ainda, em ambos os sistemas, o status atualizado do pagamento, conforme pré-requisito.
113. Possibilitar que quando o contribuinte realizar a emissão de uma certidão ou alvará, o sistema gere um código de controle para afirmar a veracidade das informações contidas nos referidos documentos.
114. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a solicitação de serviços e geração de taxas através da internet.
115. Possibilitar que o contribuinte possa realizar a emissão da certidão de ITBI. Possibilitando, de modo parametrizável, a emissão da referida guia de pagamento em anexo.
116. Possibilitar que os contribuintes, contadores, imobiliárias ou cartórios possam emitir documentos comprovando sua situação financeira e de seus clientes junto a Prefeitura.
117. Possibilitar ao usuário administrador, manipular informações em fórmulas a fim de restringir a emissão de parcelas de acordos e refis com vencimento para anos posteriores. De modo que possibilite parametrizar, restringindo ou não, a emissão de guias de pagamento ao contribuinte.
118. Possibilitar ao usuário administrador, manipular informações em fórmulas de multa e juros do refis para disponibilizar os valores totais da composição do parcelamento, possibilitando ao contribuinte emitir guias de pagamento com valores atualizados.
119. Implementar um mecanismo que identifique o enfileiramento de uma quantidade "X" de registros para determinado serviço e os receber utilizando-se da estrutura de carga inicial de dados.
120. Permitir a interação e o controle dos números de baixa para emissão de guias de pagamento na carteira de cobrança com registro com o sistema de tributação, possibilitando o controle de acordo com a regra da FEBRABAN, do prazo de validade da guia de pagamento que inicia após a data de vencimento.
121. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de guias de pagamento emitidas pelo sistema web com o sistema estruturante.
122. Permitir que o usuário administrador possa realizar consultas de guias de pagamento em aberto na base de dados web, filtrando por contribuinte ou referente.
123. Disponibilizar ao contribuinte a informação da taxa de expediente lançada no sistema tributário, de modo a exibir o valor cobrado no momento da emissão de guias de pagamento através da web, para que não haja divergência de valores entre uma guia emitida através do sistema tributário e uma guia de pagamento emitida de forma autônoma através da internet, conforme pré-requisito.
124. Permitir a emissão de Documentos (Certidões e Alvarás) e Guias de Pagamento sem qualquer tipo de bloqueio gerado pelo navegador de internet.
125. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração para emissão de segunda via de documentos emitidos anteriormente através da web.
126. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de números de baixa com o sistema estruturante.
127. Otimizar serviços de Débitos, Dívidas, Acordos e Refis para receberem registros cujo json contenha apenas o dado que foi atualizado e para não mais receber dados de acréscimos calculados.
128. Possibilitar ao usuário contribuinte anexar mais de um arquivo quando realizar o cadastro de um novo contribuinte ou atualizar seu cadastro através da web.
129. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de configurações de parcelas com o sistema estruturante.
130. Possibilitar ao usuário administrador, parametrizar as receitas que serão validadas no momento em que um contribuinte realizar a emissão de uma certidão negativa de débitos.
131. Disponibilizar ao usuário administrador, de forma parametrizável, uma opção que permita selecionar qual indexador será utilizado para controle da data de vencimento no momento da emissão de guias de pagamento.
132. Apresentar ao contribuinte a informação do código da solicitação de ITBI, gerada através da internet e deferida por meio do sistema tributário, conforme pré-requisito.
133. Possibilitar que o contribuinte possa ter acesso a uma listagem de imóveis com a mesma inscrição imobiliária que o imóvel autenticado e de mesma propriedade do contribuinte proprietário, no momento da solicitação de ITBI pela internet.
134. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração para emissão de documento de certidão de ITBI.
135. Permitir que o contribuinte tenha acesso a uma listagem de todos os imóveis de propriedade da pessoa autenticada no momento da solicitação de ITBI.
136. Disponibilizar ao usuário administrador, de forma parametrizável, uma opção que permita selecionar qual indexador será utilizado para controle da data de vencimento no momento da emissão de guias de pagamento.
137. Possibilitar que o usuário administrador possa parametrizar a validação dos valores dos terrenos e dos valores das construções de acordo com informações provenientes do sistema tributário, tornando as informações da geração de ITBI mais confiáveis para o contribuinte e Prefeitura, conforme pré-requisito.
138. Permitir que o usuário administrador possa parametrizar quais os tipos de responsáveis pelo ITBI estarão disponíveis no momento da geração de ITBI pelo usuário contribuinte, permitindo escolher dentre as opções de vendedor e comprador.
139. Possibilitar ao usuário administrador configurar o controle dos números de baixa para emissão de guias de pagamento na carteira de cobrança com registro, de acordo com as regras da federação brasileira dos bancos, de modo que a remessa não possa ser rejeitada pelo banco devido ao vencimento dos números de baixa.

140. Permitir que o contribuinte possa realizar a emissão da certidão de ITBI, para solicitações de ITBI geradas e autorizadas diretamente através do sistema tributário, conforme pré-requisito.
141. Possibilitar ao usuário administrador, customizar o modelo de relatório padrão para emissão da certidão de ITBI, permitindo customizar conforme padrões utilizados pelo cliente.
142. Permitir ao contribuinte, acessar de forma otimizada, o processo que faz a validação dos índices ao consultar o detalhamento das parcelas nas rotinas de emissão de guias de pagamentos.
143. Disponibilizar ao usuário administrador, de forma parametrizável, uma opção que permita selecionar qual indexador será utilizado para controle da data de vencimento no momento da emissão de guias de pagamento.
144. Possibilitar ao usuário administrador, manipular o modelo de relatório padrão para emissão da certidão de comprovação dos valores venais do imóvel, permitindo customizar conforme padrões utilizados pelo cliente.
145. Permitir que o usuário administrador possa parametrizar a emissão da certidão de comprovação dos valores venais do imóvel, selecionando quais os dados cadastrados no sistema tributário devem ser utilizados como base de informações para emissão da certidão e também quais as formas de autenticação para o usuário contribuinte, conforme pré-requisito.
146. Possibilitar ao contribuinte emitir certidão fiscal venal, a fim de comprovar a situação dos valores venais de seu imóvel junto a Prefeitura.
147. Possibilitar ao contribuinte, acesso ao download da segunda via de documentos que já tenham sido emitidos e armazenados anteriormente através da web.
148. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade consultar as solicitações de coleta seletiva realizadas pelo cidadão.
149. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração de solicitações de carnê via web.
150. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração para emissão de documento de segunda de certidão de isenção.
151. Permitir que o usuário administrador possa ter acesso, por meio de rotina de criação de scripts, ao ambiente que contém manuais de criação e edição de fórmulas de scripts e relatórios, para cálculo de juros, multas, descontos e correções.
152. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de boletins cadastrais com o sistema estruturante.
153. Funcionalidade onde o usuário/contribuinte, possa expor suas idéias, dúvidas ou simplesmente comentar sobre o sistema.
154. Possibilitar a interação de dados de vistorias entre sistema tributário e sistema web.
155. Permitir que o administrador possa configurar a visualizar e emissão da segunda via de documentos que já tenham sido emitidos anteriormente através da internet.
156. Possibilitar a interação de dados de documentos solicitados do sistema web com o sistema tributário.
157. Funcionalidade que permite ao cidadão realizar a emissão de documentos de segunda via de certidão de isenção.
158. Possibilitar a interação de dados das solicitações de taxas emitidas através do sistema tributário com o sistema web.
159. Possibilitar a interação de dados do cadastro de atividades dos econômicos do sistema tributário com o sistema web.
160. Possibilitar a interação de dados das características externas de boletins de imóveis e econômicos cadastrados no sistema tributário com o sistema Web.
161. Possibilitar a interação de dados dos tipos de serviços do sistema tributário com o Cidadão Web.
162. Possibilitar ao usuário administrador configurar a disponibilidade da listagem dos referentes que possuem pendências financeiras junto ao município, de modo que no momento em que o contribuinte realizar a emissão de uma certidão negativa de débitos, a informação possa ser exposta.
163. Possibilitar ao usuário administrador, configurar restrições quanto a impressão de guias de parcelamentos compostos por receitas do simples nacional, de modo que o sistema permita visualizar as parcelas abertas, imprimir as parcelas vencidas e imprimir as parcelas do mês corrente.
164. Funcionalidade que permite ao cidadão realizar a solicitação de alteração de seu cadastro junto a entidade pública, passível de aprovação pela mesma.
165. Possibilitar que usuário contribuinte possa realizar a emissão de guias de pagamento, de modo a agrupar diversas parcelas em aberto em uma mesma guia.
166. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração das consultas dos processos em andamento junto à entidade pública.
167. Possibilitar ao usuário administrador, realizar a configuração para emissão de guias de pagamento utilizando o layout CNAB400 em convênios para o banco Sicredi. Permitindo a emissão de guias de pagamento conforme layout estipulado pelo banco.
168. Possibilitar ao usuário administrador, manipular informações para criação de fórmulas referentes ao enquadramento das atividades dos econômicos para emissão de alvarás.
169. Possibilitar ao usuário administrador editar modelo padrão de certidão negativa de débitos, de modo que quando o contribuinte realizar a emissão do documento e ainda possuir a 2º parcela única a vencer (mesmo tendo a 1º parcela normal vencida), o mesmo possa ser emitido com situação positiva com efeito de negativa.
170. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de tipos de solicitações com o sistema estruturante.
171. Possibilitar ao usuário administrador, customizar informações em fórmulas referentes ao loteamento onde se encontra o imóvel. De modo que possibilite a emissão de certidões negativas de débitos através no módulo contribuinte.
172. Possibilitar que o usuário administrador possa parametrizar a validação do valor venal do imóvel de acordo com informações provenientes do sistema tributário. De modo a tornar as informações da geração de ITBI mais confiáveis para o contribuinte e Prefeitura, conforme pré-requisito.
173. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração da interação de dados de números de documentos com o sistema estruturante.
174. Funcionalidade que permite ao administrador da entidade realizar a configuração dos documentos necessários para abertura de processos junto à entidade pública.
175. Disponibilizar ao usuário administrador, de forma parametrizável, uma opção que permita selecionar qual indexador será utilizado para controle da data de vencimento no momento da emissão de guias de pagamento.
176. Possibilitar ao usuário administrador parametrizar a verificação dos imóveis desativados em nome do contribuinte, de modo que no

- momento em que um contribuinte realizar a emissão de uma certidão negativa de débitos, a informação possa também ser emitida.
177. Possibilitar ao usuário administrador, configurar fórmulas que permitam verificações no momento da emissão de alvarás. Retornando mensagens editáveis e informações como porte, a atividade, CNPJ e a inscrição municipal da empresa.
178. Possibilitar ao usuário administrador, alterar os modelos padrões de emissão de relatório a fim de que o mesmo possa realizar alterações na data de quitação do alvará.
179. Possibilitar ao usuário administrador, parametrizar as receitas que serão validadas no momento em que um contribuinte realizar a emissão de uma certidão negativa de débitos.
180. Possibilitar ao usuário administrador, alterar os modelos padrões de relatórios para emissão de certidões, a fim de que o mesmo possa manipular informações referentes às testadas secundárias dos imóveis.
181. Possibilitar ao usuário administrador, customizar informações em fórmulas de listagem de dados, como logradouro, bairro e cidade do contribuinte e referentes. A fim de obter diferentes validações de informações ao disponibilizar ao contribuinte a emissão de certidões negativas de débitos.
182. Possibilitar ao usuário administrador, customizar o modelo de relatório padrão para emissão de guias de pagamento, de modo que possibilite manipular as informações referentes ao valor total do lançamento por sub-receitas. Permitindo assim, que o contribuinte possa emitir uma guia de pagamento contendo a listagem detalhada dos valores que compõem o débito.
183. Possibilitar que o usuário administrador possa parametrizar a virada de chave para interação de dados entre Cidadão Web e sistema tributário, conforme pré-requisito.
184. Possibilitar ao usuário administrador, configurar fórmulas para manipulação da situação das certidões negativas de débitos, bem como o código de controle gerado. De modo que no momento da emissão e validação das certidões, o sistema retorne a mesma situação apresentada na época da emissão original do documento.
185. Possibilitar ao usuário administrador, configurar fórmulas de cálculo para quando a dívida está executada ou ajuizada, em fórmulas de cálculo para correções, juros e multas de lançamentos, dívidas e acordos.
186. Permitir ao município a realização de consulta dos imóveis vinculados ao seu cadastro nos município consultado via dispositivo móvel.
187. Permitir ao município a consulta dos lançamentos de IPTU realizados em seus imóveis vinculados ao seu cadastro no município consultado, via dispositivo móvel, informando ainda o respectivo status: "quitado", "em aberto" ou "parcelado".
188. Permitir a suspensão de uso do aplicativo via mobile para usuários indesejados pelo usuário administrador.

Parágrafo terceiro: O sistema de Minha Folha deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1. Possibilitar a emissão do comprovante de rendimentos, contendo os valores de imposto de renda retido na fonte, para utilização na declaração do imposto de renda.
2. Possibilitar a apresentação do responsável pelas informações do comprovante de rendimento, juntamente com as informações do comprovante.
3. Permitir ao servidor a consulta e emissão da ficha financeira em um determinado exercício, detalhando as bases de cálculo, podendo o usuário alternar entre suas matrículas de uma mesma entidade.
4. Permitir a consulta da contribuição previdenciária.
5. Permitir a visualização dos dados contratuais e pessoais das matrículas do tipo funcionário e estagiário. Os demais tipos não terão acesso aos dados contratuais, apenas aos dados pessoais, na entidade que está vinculado.
6. Permitir a consulta e impressão dos registros de marcações de ponto, onde as consultas podem ser emitidas nas visões mensal ou diária.
7. Permitir o agrupamento de Folha Normal mais Folha Férias em um único holerite de uma determinada competência.
8. Possibilitar a visualização das parcelas de empréstimo no recibo de pagamento.
9. Permitir a consulta e emissão dos recibos de pagamento das matrículas ativas e demitidas, pertinentes às competências e matrículas integradas pela entidade à plataforma. Os recibos de pagamentos serão visualizados pelos processamentos mensal, férias, 13º salário, mensal+férias e rescisão, classificados entre sub-processamentos, adiantamento, integral e complementar.
10. Possibilitar que o servidor realize requisições, possibilitando que o mesmo acompanhe os trâmites realizados pelo departamento de pessoal.
11. Permitir ao usuário solicitar adiantamento salarial ou adiantamento 13º salário. As solicitações de adiantamento serão validadas pelo responsável informado ou pelo administrador do sistema que ficará incumbido de deferir ou indeferir as solicitações.
12. Permitir ao usuário registrar a solicitação de capacitação profissional, como curso, treinamento, graduação, palestra, workshop, seminário. As solicitações serão validadas pelo responsável informado ou pelo administrador do sistema que ficará incumbido de analisar e deferir ou indeferir as solicitações.
13. Permitir ao usuário a solicitação de benefícios, as solicitações de benefícios serão avaliadas pelo responsável do setor pessoal informado ou pelo administrador do sistema que ficará incumbido de analisar e deferir as solicitações.
14. Permitir ao usuário a solicitação de folga para desconto em folha ou folga para compensação de horas extras.
15. As solicitações de folga serão validadas pelo responsável informado ou pelo administrador do sistema que ficará incumbido de deferir ou indeferir as solicitações.
16. Permitir ao usuário a solicitação licenças prêmio, licença sem vencimento, licença maternidade, licença adoção e licença casamento.
17. As solicitações de licença ficarão aguardando a validação do responsável informado ou pelo administrador do sistema, que ficará incumbido de analisar e deferir ou indeferir as solicitações.
18. Permitir ao usuário o registro de uma solicitação para esclarecimento de dúvida, as solicitações de dúvida serão avaliadas pelo responsável do setor pessoal informado ou pelo administrador do sistema que ficará incumbido de analisar e responder às solicitações.
19. Permitir ao usuário solicitar a manutenção de marcação de ponto, sem que haja a necessidade de locomoção ao setor pessoal. As solicitações serão avaliadas pelo usuário aprovador ou pelo administrador do sistema, que podem aprovar ou reprovar as solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de marcações de ponto.
20. Permitir ao usuário visualizar suas solicitações registradas.
21. Permitir ao usuário verificar o histórico das solicitações registradas na ferramenta, possibilitando revisar as informações registradas em cada solicitação, permitindo acompanhar seu status (Pendente/Aprovado/Reprovado).
22. Possibilita que o responsável autorize ou não uma requisição/solicitação realizada por seu subordinado.
23. Possuir serviço específico para solicitação de férias, de forma que o departamento de recursos humanos possa fazer a análise do pedido,

bem como realizar a programação de férias a partir do requerimento efetuado.

24. Realizar o envio de email ao responsável pelo deferimento da solicitação.

25. Possibilitar o acesso de servidores e estagiários (Ativos/Demitidos), possibilitando a seleção de matrículas e contratos ativos.

26. Permitir a realização do login utilizando o CPF ou a matrícula do servidor.

27. Permitir a geração em lote dos usuários, com possibilidade de padronizar os acessos por NOME.ULTIMO_SOBRENOME, CPF, NOME.ABREVEATURA_ULTIMO_SOBRENOME, permitindo ainda a padronização das senhas.

28. Possibilitar de forma individual a vinculação da matrícula à usuários existentes.

29. Permitir a vinculação em lote das matrículas à usuários existentes.

30. Possibilitar a gestão das permissões dos usuários em grupos ou individualmente.

31. Permitir listar informações relativas aos servidores que têm acesso e também aos que não possuem acesso ao sistema.

32. Permitir que o usuário se vincule a uma entidade através de token de acesso, emitido pelo departamento Pessoal.

33. Permitir a consulta e atualização de informações da entidade, como endereço, telefone, fax, e-mails, horário de funcionamento e site.

34. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu holerite no Município consultado

35. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu Informe de rendimentos para IRPF no Município consultado.

36. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta de suas ocorrências de ponto realizadas no Município consultado.

37. Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta das marcações de ponto realizadas no Município consultado.

38. Permitir a suspensão de uso do aplicativo via mobile para usuários indesejados pelo usuário administrador.

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Complem. Elemento	3390.3999 – Aplicações Diretas
Reduzido	09

Cláusula Terceira – DO REAJUSTE

Os valores do novo aplicativo contratado através deste instrumento serão reajustados depois de decorrido o interregno mínimo de 12 meses, com base no índice IGP-M, apurado no período de referência, a contar da data da assinatura deste.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Iomerê (SC), 30 de janeiro de 2020.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADA
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

TERMO DE COMPROMISSO TC20/05

Publicação Nº 2359206

TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

TC20/05

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, representado por seu Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI doravante denominado simplesmente CONCEDENTE; e, de outro lado a estagiária KÉLLI PERETTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Iomerê, inscrita no CPF sob o nº 108.147.059-36, doravante denominada simplesmente ESTUDANTE, ajustam o presente TERMO DE COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

Cláusula Primeira - O CONCEDENTE aceita a ESTUDANTE como estagiária, concedendo-lhe a remuneração, a título de bolsa auxílio escolar, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente, e mais 75% (setenta e cinco por cento) do valor da mensalidade de graduação, conforme previsão da Lei Municipal nº 0223/03 de 28 de maio de 2003.

Cláusula Segunda - A ESTUDANTE prestará o estágio na Unidade da Saúde, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em horários a serem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, desde que compatível com o horário escolar da Estudante, durante o ano letivo de 2020.

Cláusula Terceira – O estágio terá início dia 11 de fevereiro de 2020, com termino previsto para o dia 31 de dezembro de 2020.

Cláusula Quarta - O estágio visa à complementação do ensino e da aprendizagem da Estudante.

Cláusula Quinta - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Cláusula Sexta - A admissão da ESTUDANTE pela CONCEDENTE como estagiária, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que o Concedente contratara seguro de acidentes pessoais em favor da estagiária, conforme previsto na Lei de Estágios.

Clausula Sétima. O recebimento dos valores previstos na cláusula, segunda fica condicionado à apresentação dos comprovantes de matrícula em instituição de ensino superior, bem como atestado de frequência escolar, além do boleto de pagamento da mensalidade do mês correspondente, e será pago diretamente à Estudante, mediante assinatura de recibo.

Cláusula Oitava - A rescisão do presente compromisso dar-se-á ao término de vigência da cláusula terceira, ou, qualquer tempo, por comum acordo entre as partes.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Iomerê, 10 de fevereiro de 2020.

Concedente Estudante

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

HOMOLOGAÇÃO ARBITRAGEM

Publicação Nº 2359263

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2020 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 13/2020 Processo de Licitação: 12/2020 Data do Processo: 20/01/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2020
b) Licitação Nr.: 9/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 05/02/2020
e) Data da Adjudicação: 05/02/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação ARBITRAGEM ESPORTIVA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE (1148)

1	ARBITRAGEM FUTSAL COM 02 ARBITROS e 01 MESARIO	JG	100,00	0,0000	220,00	22.000,00
2	ARBITRAGEM FUTEBOL CAMPO COM 01 ARBITRO e 02 BANDEIRINHAS	JG	40,00	0,0000	480,00	19.200,00
3	ARBITRAGEM FUTEBOL SUIÇO COM 02 ARBITROS e 01 MESARIO	JG	40,00	0,0000	220,00	8.800,00
4	ARBITRAGEM VOLEIBOL COM 02 ARBITROS e 02 MESARIO	JG	40,00	0,0000	255,00	10.200,00
5	ARBITRAGEM VOLEIBOL AREIA COM 02 ARBITROS	JR	2,00	0,0000	420,00	840,00
Total do Fornecedor:						61.040,00
Total Geral:						61.040,00

Iomerê, 5 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 9/2020 - PR**

Processo Administrativo: 13/2020
Processo de Licitação: 12/2020
Data do Processo: 20/01/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 5 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO CONCERTO ESCAVADEIRA

Publicação Nº 2359268

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2020 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 14/2020 Processo de Licitação: 13/2020 Data do Processo: 21/01/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2020
b) Licitação Nr.: 10/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/02/2020
e) Data da Adjudicação: 06/02/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONCERTO DE MÁQUINA PESADA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NEW HOLLAND.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME (5308)**

1	PEÇAS PARA CONCERTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	UN	1,00	0,0000	12.814,904	12.814,90
2	CONCERTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	SRV	1,00	0,0000	3.980,096	3.980,10
Total do Fornecedor:						16.795,00
Total Geral:						16.795,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (118) Saldo: 983.929,23

Iomerê, 6 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO LANCHE IDOSOS

Publicação Nº 2359257

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2020 - PR Processo Administrativo: 1/2020 Processo de Licitação: 1/2020 Data do Processo: 15/01/2020
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2020
b) Licitação Nr.: 1/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/02/2020
e) Data da Adjudicação: 04/02/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE COZINHA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (5627)**

1	AÇÚCAR REFINADO - PCT 05 KG - Marca: ALTO ALEGRE	PCT	40,00	0,0000	10,4753	419,01
2	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - Marca: TIROL	LT	300,00	0,0000	3,6645	1.099,35
3	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO - Marca: IGUAÇU	UN	30,00	0,0000	14,7534	442,60
4	CAFÉ MOIDO E TORRADO - Marca: CABOCLO	UN	50,00	0,0000	10,2322	511,61
5	CHÁS DIVERSOS SABORES - CAIXAS COM 25 SAQUINHOS - Marca: LEAO	KG	5,00	0,0000	271,2713	1.356,36
6	FILTROS DE PAPEL PARA PASSAR CAFÉ - 103 - Marca: BRIGITTA	CX	100,00	0,0000	4,6164	461,64
7	LEITE EM PO - Marca: TIROL	KG	4,00	0,0000	44,2601	177,04
8	COLHERES DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: STRAWPLAST	PCT	400,00	0,0000	0,0952	38,08
9	COPO DESCARTÁVEL 180 ML - Marca: COPOSUL	UN	5.000,00	0,0000	0,2855	1.427,50
10	GARFO DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: STRAWPLAST	PCT	1.000,00	0,0000	0,0952	95,20

Iomerê, 4 de Fevereiro de 2020.

Luciano Paganini - Prefeito

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE</p> <p>CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 1/2020 Processo de Licitação: 1/2020 Data do Processo: 15/01/2020</p>
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (5627)

11	PRATO DE PLÁSTICO PARA SOBREMESA - 150MM DE DIÂMETRO - Marca: COPOSUL	UN	1.000,00	0,0000	0,6663	666,30
12	GUARDANAPO BRANCO - PACOTES COM 50 UNIDADES - Marca: VIPP	PCT	1.000,00	0,0000	2,094	2.094,00
13	PAPEL TOALHA BRANCA - FOLHA DUPLA PICOTADA - Marca: STYLUS	PCT	30,00	0,0000	4,7116	141,35
14	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 20 LITROS - Marca: PURIS	UN	50,00	0,0000	15,7052	785,26
15	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 500 ML - Marca: RANDON	UN	1.500,00	0,0000	1,1898	1.784,70
Total do Fornecedor:						11.500,00

LOTE: 2

GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (5627)

16	BANANA CATURRA - Marca: COLONIAL	KG	300,00	0,0000	2,8907	867,21
17	MAMÃO - Marca: COLONIAL	KG	250,00	0,0000	6,0927	1.523,18
18	MELANCIA - Marca: COLONIAL	KG	250,00	0,0000	2,357	589,25
19	MELÃO - Marca: COLONIAL	KG	70,00	0,0000	5,2922	370,45
20	MAÇA - Marca: COLONIAL	KG	80,00	0,0000	7,7826	622,61
21	CENOURA - Marca: COLONIAL	KG	20,00	0,0000	3,5133	70,27
22	TOMATE - Marca: COLONIAL	KG	120,00	0,0000	6,9821	837,85
23	CEBOLA - Marca: COLONIAL	KG	60,00	0,0000	5,1143	306,86
24	ALHO FRESCO - Marca: COLONIAL	KG	5,00	0,0000	32,4647	162,32
Total do Fornecedor:						5.350,00

LOTE: 3

GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (5627)

25	PRESUNTO - Marca: FRIMESA	KG	30,00	0,0000	31,796	953,88
26	QUEIJO MUZZARELA FATIADO - Marca: TIROL	KG	30,00	0,0000	35,7096	1.071,29
27	SALSICHA DO TIPO HOT DOG - Marca: PERDIGAO	KG	40,00	0,0000	12,2293	489,17
28	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA - Marca: VALLE	KG	70,00	0,0000	19,0777	1.335,44
29	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA - Marca: FRINORA	KG	150,00	0,0000	18,0994	2.714,91
30	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - Marca: LAR	KG	130,00	0,0000	8,0713	1.049,27
31	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA - Marca: FRINORA	KG	20,00	0,0000	22,2573	445,15
32	CARNE - BACCON - Marca: PAMPLONA	KG	8,00	0,0000	28,8612	230,89
Total do Fornecedor:						8.290,00

LOTE: 4

GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (5627)

33	SAL IODADO REFINADO - Marca: ZIZO	KG	20,00	0,0000	2,2765	45,53
----	-----------------------------------	----	-------	--------	--------	-------

Iomerê, 4 de Fevereiro de 2020.

Luciano Paganini - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
 Rua João Rech
 C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 1/2020 - PR**

Processo Administrativo: 1/2020
 Processo de Licitação: 1/2020
 Data do Processo: 15/01/2020

Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 4****GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (5627)**

34	LEITE CONDENSADO - Marca: TIROL	UN	30,00	0,0000	5,0958	152,87
35	GELATINA DIVERSOS SABORES - Marca: APTI	KG	20,00	0,0000	17,3159	346,32
36	CREME DE LEITE TIPO UHT - Marca: TIROL	UN	15,00	0,0000	19,2949	289,42
37	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES - Marca: SABORE	LT	150,00	0,0000	21,2738	3.191,07
38	MAIONESE PRONTA EMB. DE 500G - Marca: SOYA	UN	10,00	0,0000	5,1948	51,95
39	PEPINO EM CONSERVA - EMB. DE 01 KG - Marca: INCOTRIL	UN	10,00	0,0000	28,2002	282,00
40	MACARRÃO CASEIRO COM OVOS - Marca: PARATI	KG	40,00	0,0000	12,3685	494,74
41	ARROZ PARBOILIZADO - Marca: TIO ALEMAO	KG	30,00	0,0000	3,2158	96,47
42	EXTRATO DE TOMATE - Marca: PREDILECTA	UN	7,00	0,0000	6,1843	43,29
43	CALDO DE GALINHA - CX COM 6 UN - Marca: MAGGI	UN	25,00	0,0000	4,2548	106,37
44	ÓLEO DE SOJA (LATA DE 900 ML) - Marca: COAMO	UN	14,00	0,0000	4,70	65,80
45	BANHA EMB. DE 01 KG - Marca: PAMPLONA	KG	5,00	0,0000	15,3369	76,68
46	MANTEIGA - EMB. DE 200 G - Marca: TIROL	KG	10,00	0,0000	42,0529	420,53
47	BOBINAS DE PAPEL PARA FORRAR MESA - Marca: SERVELAR	KG	50,00	0,0000	24,5391	1.226,96
Total do Fornecedor:						6.890,00

LOTE: 5**JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERV. LTDA-ME (4269)**

48	PÃO FRANCES - Marca: Le Sorelle	KG	180,00	0,0000	8,1331	1.463,95
49	PÃO PARA CACHORRO QUENTE - Marca: Le Sorelle	KG	50,00	0,0000	15,4529	772,65
50	ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO OU SALSICHA - Marca: Le Sorelle	UN	1.300,00	0,0000	2,8466	3.700,58
51	GROSTOLI - Marca: Le Sorelle	KG	40,00	0,0000	14,233	569,32
52	BOLO TIPO NEGA MALUCA - Marca: Le Sorelle	KG	40,00	0,0000	17,8929	715,72
53	TORTA HOLANDESA - Marca: Le Sorelle	UN	1.200,00	0,0000	2,3586	2.830,32
54	BOLO CASEIRO DE CENOURA - Marca: Le Sorelle	KG	35,00	0,0000	17,8929	626,25
55	BOLO CASEIRO DE FUBÁ - Marca: Le Sorelle	KG	35,00	0,0000	17,8929	626,25
56	PÃEZINHOS DOCE TIPO MASSINHA - Marca: Le Sorelle	UN	800,00	0,0000	2,8466	2.277,28
57	PASTEL DE CARNE GADO - TAMANHO FESTA - Marca: Le Sorelle	UN	1.300,00	0,0000	3,6599	4.757,87
58	CUCA SOVADA RECHEADA - Marca: Le Sorelle	KG	40,00	0,0000	17,8929	715,72
59	BOLO RECHEADO - Marca: Le Sorelle	KG	70,00	0,0000	22,7727	1.594,09
Total do Fornecedor:						20.650,00
Total Geral:						52.680,00

Iomerê, 4 de Fevereiro de 2020.

 Luciano Paganini - Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL IOMERECNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 1/2020 - PR**Processo Administrativo: 1/2020
Processo de Licitação: 1/2020
Data do Processo: 15/01/2020

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 (1) Saldo: 40.000,00

Iomerê, 4 de Fevereiro de 2020.

Luciano Paganini - Prefeito

HOMOLOGAÇÃO MATERIAIS DE LIMPEZA

Publicação Nº 2359283

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 16/2020 Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 22/01/2020
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 16/2020
- b) Licitação Nr.: 13/2020-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 10/02/2020
- e) Data da Adjudicação: 10/02/2020 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)**

1	COPO DESCARTÁVEL 50 ML - Marca: coposul	UN	200,00	0,0000	2,0685	413,70
2	COPO DESCARTÁVEL 200 ML - Marca: coposul	UN	300,00	0,0000	3,2505	975,15
3	PAPEL TOALHA INTERFOLHADA 100 % CELULOSE - FARDOS COM 1000 FOLHAS - Marca: bela vista	FAR	150,00	0,0000	11,7187	1.757,81
4	FOLHA DE ALUMÍNIO - ROLO 30x7,5cm - Marca: nosso aluminio	RL	60,00	0,0000	5,7411	344,47
5	GUARDANAPO BRANCO - PACOTES COM 50 UNIDADES - Marca: bela vista	PCT	500,00	0,0000	1,6041	802,05
6	PAPEL TOALHA BRANCA - FOLHA DUPLA PICOTADA - Marca: florax	PCT	700,00	0,0000	3,7655	2.635,85
7	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 08 KG - PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - BOBINAS COM 100 UNIDADES - Marca: nosso freezer	BOB	100,00	0,0000	8,3162	831,62
8	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 05 KG - PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - BOBINAS COM 100 UNIDADES - Marca: nosso freezer	BOB	100,00	0,0000	5,7327	573,27
9	SACO PLÁSTICO DE COZINHA 03 KG - PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - BOBINAS COM 100 UNIDADES - Marca: nosso freezer	BOB	100,00	0,0000	4,5591	455,91

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR Processo Administrativo: 16/2020 Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 22/01/2020
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

10	EMBALAGEM PLÁSTICA COM FECHO HERMÉTICO - 27x29cm - PCT COM 08 UNIDADES - Marca: talge	PCT	100,00	0,0000	22,7957	2.279,57
11	PAPEL TIPO PVC TRANSPARENTE - TIPO FILME 15x28cm - - Marca: nosso filme	BOB	50,00	0,0000	8,274	413,70
12	SACOLA PLÁSTICA 38x48cm - Marca: libreplast	CX	30,00	0,0000	45,5914	1.367,74
13	SACOLA PLÁSTICA 25x35cm - Marca: libreplast	CX	30,00	0,0000	37,1485	1.114,46
14	TOALHA DE ROSTO - Marca: santa sofia	UN	120,00	0,0000	9,9626	1.195,51
15	TOALHA DE LOUÇA - Marca: martimpanos	UN	120,00	0,0000	3,7149	445,79
16	TOALHA GRANDE PARA LIMPEZA - Marca: catarinense	UN	120,00	0,0000	5,7411	688,93
17	TOALHA PEQUENA PARA LIMPEZA - Marca: catarinense	UN	120,00	0,0000	2,8706	344,47
Total do Fornecedor:						16.640,00

LOTE: 2

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

18	BOLSA ALVEJADA - Marca: martimpanos	UN	120,00	0,0000	3,8063	456,76
19	SABÃO EM BARRA - Marca: zawaski	UN	300,00	0,0000	3,3738	1.012,14
20	SABÃO EM PÓ - Marca: girando sol	KG	500,00	0,0000	7,6128	3.806,40
21	SABONETE EM BARRA - UN DE 90 GR - Marca: iara	UN	200,00	0,0000	2,1195	423,90
22	SABONETE INFANTIL - EMBALAGEM DE 80 GR - Marca: 1 2 3	UN	200,00	0,0000	1,9464	389,28
23	SHAMPOO INFANTIL - EMBALAGEM 350ml - Marca: parentex	UN	200,00	0,0000	6,7909	1.358,18
24	ÓLEO INFANTIL - Marca: parentex	UN	50,00	0,0000	12,8033	640,17
25	TALCO INFANTIL - UN DE 100 GR - Marca: anjinho	UN	100,00	0,0000	5,9518	595,18
26	LENÇO UMEDECIDO - BALDE COM 450 UNIDADES - Marca: anjinho	BL	200,00	0,0000	15,4851	3.097,02
27	QUEROSENE - Marca: guanabara	LT	150,00	0,0000	11,0731	1.660,97
Total do Fornecedor:						13.440,00

LOTE: 3

AIRTON SILVA DA MOTTA (5434)

28	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO - Marca: PRÓ	UN	50,00	0,0000	8,334	416,70
29	ESFREGÃO DE AÇO INOX - Marca: INOVE	UN	30,00	0,0000	1,8728	56,18
30	ODORIZANTE SANITÁRIO - PEDRA - Marca: GIOCA	UN	100,00	0,0000	1,1705	117,05
31	ODORIZANTE SANITÁRIO SPRAY - REFIL - Marca: GLAIDY	UN	100,00	0,0000	7,9595	795,95
32	DESINFETANTE TIRA LIMO COM CLORO PARA BANHEIRO - Marca: ZOOM	UN	600,00	0,0000	9,2705	5.562,30
33	DESINFETANTE SANITÁRIO - TIPO PINHO UN DE 500 ml - Marca: GIOCA	UN	500,00	0,0000	2,7999	1.399,95
34	DESODORIZANTE DE AMBIENTE TIPO SPRAY - UN DE 360 ml - Marca: POETT	UN	150,00	0,0000	9,2705	1.390,58
35	ÁLCOOL - Marca: MEGA	LT	700,00	0,0000	7,0231	4.916,17
36	ÁLCOOL GEL 500 G - Marca: MEGA	UN	700,00	0,0000	4,5884	3.211,88
37	ÓLEO DE PERoba - Marca: PERoba	UN	50,00	0,0000	11,237	561,85

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR Processo Administrativo: 16/2020 Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 22/01/2020
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

AIRTON SILVA DA MOTTA (5434)

38	LUSTRA MÓVEIS - Marca: NOBRE	UN	100,00	0,0000	4,2139	421,39
Total do Fornecedor:						18.850,00

LOTE: 4

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA (3223)

39	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO P - Marca: dany	PAR	400,00	0,0000	5,49	2.196,00
40	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO M - Marca: dany	PAR	400,00	0,0000	5,49	2.196,00
41	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO G - Marca: dany	PAR	400,00	0,0000	5,49	2.196,00
42	LUA DE BORRACHA NATURAL P/ PROCEDIMENTO CX COM 100 UNID. - Marca: talge	CX	200,00	0,0000	5,49	1.098,00
43	TOUCA PLISSADA BRANCA - Marca: talge	CX	100,00	0,0000	11,95	1.195,00
44	FÓSFORO DE SEGURANÇA TIPO LONGO - CX COM 240 PALITOS - Marca: gaboardi	CX	70,00	0,0000	2,47	172,90
45	COLA INSTANTÂNEA - Marca: leoarte	UN	50,00	0,0000	4,89	244,50
46	ESCOVA PARA ROUPA - MACIA - Marca: dalcim	UN	20,00	0,0000	3,98	79,60
47	GRAMPO DE ROUPA DE MADEIRA - Marca: gaboardi	UN	700,00	0,0000	1,98	1.386,00
48	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - c/ 04 un - Marca: sponlimp	PCT	400,00	0,0000	3,89	1.556,00
49	ESPONJA TIPO BOM BRIL - Marca: wega	PCT	200,00	0,0000	2,28	456,00
50	SACO PARA ASPIRADOR ELETROLUX A10 - Marca: nobre	UN	30,00	0,0000	2,99	89,70
51	ISQUEIRO - ACENDEADOR - Marca: bic	UN	40,00	0,0000	2,58	103,20
52	TAPETES ANTIDERAPANTE 36x60cm - Marca: md	UN	30,00	0,0000	34,90	1.047,00
Total do Fornecedor:						14.015,90

LOTE: 5

LENOIR POMPEO 02840845903 (5249)

53	PRATO DE PLÁSTICO - REFEIÇÃO 26cm de diâmetro - Marca: COPOSUL	PCT	300,00	0,0000	3,95	1.185,00
54	GARFO DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: MAGITUS	PCT	300,00	0,0000	3,20	960,00
55	COLHERES DE PLÁSTICO - PARA SOBREMESA - Marca: MAGITUS	PCT	300,00	0,0000	3,20	960,00
56	PILHA AAA - Marca: RAYOVAC	UN	60,00	0,0000	1,00	60,00
57	PILHA AA - Marca: RAYOVAC	UN	70,00	0,0000	1,00	70,00
58	BATERIA 9 VOLTS - Marca: RAYOVAC	UN	30,00	0,0000	5,50	165,00
Total do Fornecedor:						3.400,00

LOTE: 6

LENOIR POMPEO 02840845903 (5249)

59	CERA - EMULSÃO DE POLÍMEROS ACRÍLICOS - Marca: GIRANDO SOL	UN	100,00	0,0000	29,8585	2.985,85
60	ULTRA - MULTI PROPÓSITO DESENGRAXANTE - Marca: CLAREZA	UN	100,00	0,0000	29,8585	2.985,85
61	FORTE - DESENGRAXANTE MULTIUSO - Marca: CLAREZA	UN	100,00	0,0000	29,8585	2.985,85

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
 Rua João Rech
 C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 13/2020 - PR

Processo Administrativo: 16/2020
 Processo de Licitação: 16/2020
 Data do Processo: 22/01/2020

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 6
LENOIR POMPEO 02840845903 (5249)

62	DESINFETANTE - GARANTE O CONTROLE DE GERMES - Marca: CLAREZA	UN	100,00	0,0000	15,9245	1.592,45
Total do Fornecedor:						10.550,00

LOTE: 7
AIRTON SILVA DA MOTTA (5434)

63	AÇÚCAR REFINADO - PCT 05 KG - Marca: ALTO ALEGRE	PCT	40,00	0,0000	11,3478	453,91
64	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - Marca: LEITE BOM	LT	200,00	0,0000	2,8559	571,18
65	CAFÉ MOIDO E TORRADO - Marca: CABOCLO	UN	140,00	0,0000	8,0781	1.130,93
66	ERVA MATE - Marca: IPIRA	UN	50,00	0,0000	8,1597	407,99
67	FILTRO PARA BOMBA DE CHIMARRÃO - Marca: PRÓ	PCT	20,00	0,0000	1,3055	26,11
68	CHÁS DIVERSOS SABORES - PACOTES COM 25 SAQUINHOS - Marca: NUTRI OURO	PCT	10,00	0,0000	4,8142	48,14
69	FILTROS DE PAPEL PARA PASSAR CAFÉ - 103 - Marca: BRIGITA	CX	100,00	0,0000	3,2557	325,57
70	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 20 LITROS - Marca: TREZETILIAS	UN	60,00	0,0000	12,2395	734,37
71	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 500 ML - Marca: TREZETILIAS	UN	6.000,00	0,0000	1,5503	9.301,80
Total do Fornecedor:						13.000,00
Total Geral:						89.895,90

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

 LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO MERENDA AGRIC. FAMILIAR

Publicação Nº 2359425

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2020 - OU
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 8/2020 Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 06/01/2020
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2020
b) Licitação Nr.: 1/2020-OU
c) Modalidade: Outras Modalidades
d) Data Homologação: 10/02/2020
e) Data da Adjudicação: 10/02/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PARA MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO T (2662)

1	ABOBORA DO TIPO MORANGA	KG	30,00	0,0000	2,97	89,10
2	ABOBRINHA DO TIPO PAULISTA	KG	30,00	0,0000	3,15	94,50
3	ACELGA FRESCA	UN	30,00	0,0000	5,63	168,90
4	ALFACE	UN	70,00	0,0000	5,75	402,50
5	BANANA CATURRA	KG	300,00	0,0000	4,57	1.371,00
6	BATATA DOCE	KG	30,00	0,0000	4,22	126,60
7	BATATA INGLESA	KG	50,00	0,0000	4,40	220,00
8	BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	KG	50,00	0,0000	23,17	1.158,50
9	BOLACHA CASEIRA DE AÇUCAR MASCAVO	KG	25,00	0,0000	26,93	673,25
10	BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	KG	50,00	0,0000	25,50	1.275,00
11	BOLO CASEIRO DE CENOURA	KG	40,00	0,0000	21,50	860,00
12	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	KG	40,00	0,0000	21,17	846,80
13	BOLO CASEIRO DE LARANJA	KG	40,00	0,0000	22,83	913,20

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
 Rua João Rech
 C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

OUTRAS MODALIDADES
Nr.: 1/2020 - OU

Processo Administrativo: 8/2020
 Processo de Licitação: 8/2020
 Data do Processo: 06/01/2020

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO T (2662)

14	BROCOLIS	UN	40,00	0,0000	5,73	229,20
15	CAQUI	KG	100,00	0,0000	4,93	493,00
16	CHUCHU	KG	50,00	0,0000	3,52	176,00
17	COUVE FLOR	UN	50,00	0,0000	7,65	382,50
18	COUVE FOLHA	UN	20,00	0,0000	12,17	243,40
19	CUCA CASEIRA	KG	40,00	0,0000	13,50	540,00
20	CUCA CASEIRA RECHEADA	KG	40,00	0,0000	16,17	646,80
21	DOCE CASEIRO DE FRUTAS	KG	10,00	0,0000	17,50	175,00
22	ESPINAFRE	MÇ	5,00	0,0000	12,32	61,60
23	GROSTOLI	KG	20,00	0,0000	18,50	370,00
24	LARANJA	KG	300,00	0,0000	4,23	1.269,00
25	MACARRÃO CASEIRO ESPAGUETE GROSSO	KG	50,00	0,0000	14,72	736,00
26	MANDIOCA	KG	30,00	0,0000	6,47	194,10
27	MELANCIA	KG	500,00	0,0000	2,57	1.285,00
28	OVOS	DZ	100,00	0,0000	6,97	697,00
29	PÃO CASEIRO BRANCO FATIADO	KG	60,00	0,0000	17,50	1.050,00
30	PÃO CASEIRO INTEGRAL FATIADO	KG	60,00	0,0000	18,63	1.117,80
31	PÃO CASEIRO DE AIPIM FATIADO	KG	20,00	0,0000	18,97	379,40
32	PÃO CASEIRO DE ABÓBORA FATIADO	KG	20,00	0,0000	18,97	379,40
33	PEPINO	KG	30,00	0,0000	3,73	111,90
34	POKÂN	KG	100,00	0,0000	4,67	467,00
35	REPOLHO	KG	60,00	0,0000	3,47	208,20
36	SUCO DE UVA INTEGRAL	LT	60,00	0,0000	13,63	817,80
37	TOMATE	KG	50,00	0,0000	5,67	283,50
38	TORTEI CASEIRO PASTELZINHO	KG	20,00	0,0000	19,25	385,00
39	AGNOLINE DO TIPO CASEIRO (recheio de frango)	KG	15,00	0,0000	25,75	386,25
40	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA	KG	80,00	0,0000	14,45	1.156,00

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

 LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

OUTRAS MODALIDADES**Nr.: 1/2020 - OU**

Processo Administrativo: 8/2020
Processo de Licitação: 8/2020
Data do Processo: 06/01/2020

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO T (2662)**

41	MAMÃO	KG	100,00	0,0000	5,60	560,00
42	MANGA	KG	20,00	0,0000	6,10	122,00
43	MELÃO	KG	100,00	0,0000	5,50	550,00

Total do Fornecedor: 23.672,20**Total Geral: 23.672,20**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (22) Saldo: 75.102,50

Iomerê, 10 de Fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Ipira

PREFEITURA

ADITIVO 1TAC127/2019

Publicação Nº 2359279

14/02/2020 14/06/2020 14/02/2020 2019 43 2686 1TAC127/2019 127/2019 3 "A execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Guilhermina Ko Freitag, em atenção ao contrato de repasse nº 868315/2018 Ministério das Cidades/Caixa - Operação 1054233-47/2018 - Programa Planejamento Urbano, conforme disposto no Anexo ""E"" deste Edital.

" 0 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA J 1 0 0 0 39 C 0 0 4 TP 4 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 33/2020-PMI

Publicação Nº 2359635

14/02/2020 31/12/2020 14/02/2020 2019 72 2687 33/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de coleta de lixo, transporte até o aterro sanitário ou usina de propriedade da Contratada ou sob as expensas desta, para o devido processamento, industrialização, e destino final do lixo urbano, e a disponibilização de aterro sanitário para o lixo reciclável, observadas as normas legais inerentes ao meio ambiente, em local fora dos limites do Município 165000,00 102965 PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI J 1 63 2020 0 38 C 0 0 13 PR 45 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

LICITAÇÃO PC 020/202 - PREGÃO PRES 002/2020

Publicação Nº 2358831

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09h00min do dia 6 de Março de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO NOVAS E ORIGINAIS, MÃO DE OBRA PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RETRO ESCAVADEIRA JCB 3C PLUS MOTOR MWM INTERNACIONAL, PERTENCENTE À FROTA DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

LUCIO MALLMANN
PREFEITO MUNICIPAL.

Ipuaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 043 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020. DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA.

Publicação Nº 2358543

PORTARIA Nº 043

DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a legislação vigente, especialmente artigo 19 da Lei Complementar Municipal nº 014, de 14 de junho de 2005; e
Considerando requerimento formalizado pela Servidora, datado em 01 de fevereiro de 2020, solicitando a redução temporária de sua carga horária;

Considerando parecer favorável a redução proferido pelo Secretário Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR TEMPORARIAMENTE a carga horária da servidora EZONEIDE ALÍPIO, ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA, de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, recebendo a remuneração correspondente a nova carga horária, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, com efeitos retroativos no dia 03 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu/SC, em 12 de fevereiro de 2020.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 044 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020. DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA DO MUNICÍPIO E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS.

Publicação Nº 2358558

PORTARIA Nº 044

DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA DO MUNICIPIO E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito em exercício do município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ANDIARA AGNOLETTO CASANOVA, portadora do CPF 086.088.189-06, ocupante do cargo em provimento comissionado de Coordenadora de Programa de Esporte, para responder a partir da presente data, pela Tesouraria do Município de Ipuaçu e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CNPJ 95.993.028/0001-83), Fundo Municipal de Saúde – FMS (CNPJ 11.395.801/0001-10), Fundo Municipal da Assistência Social (CNPJ 19.420.514/0001-24) e Fundo da Infância e Adolescência de Ipuaçu – FIA (CNPJ 18.937.332/0001-62), em substituição a servidora RENATA LIDIA BORTONCELLO por período indeterminado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente Portaria do Executivo Municipal nº 062, de 16 de março de 2018, Portaria nº 093, de 29 de maio de 2018 e Portaria nº 094, de 30 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuaçu- SC, em 14 de fevereiro de 2020.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 045 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020. CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE DIREÇÃO.

Publicação Nº 2358835

PORTARIA Nº 045
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE DIREÇÃO.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as disposições do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de junho de 2005; e Lei Complementar Municipal nº 38, de 20 de dezembro de 2012, com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 059, de 15 de dezembro de 2016 e Lei Complementar Municipal nº 073, de 29 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada as Servidoras abaixo relacionadas, em conformidade com legislação supra mencionada:

Nome:	Cargo:	C/h:	Função Gratificada:
ANDRÉIA MARA BAZZI DE OLIVEIRA	Professor II	20hs	Gratificação de direção
JUCIANE FERRI PAVAN	Professor II	10hs	Gratificação de direção
MARIANA PIRES	Professor II	20hs	Gratificação de direção

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, com efeitos retroativos ao dia 03 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 14 de fevereiro de 2020.
NELSON BRISOLA
Prefeito Municipal em exercício.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 039 DE 31 DE JANEIRO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 2358580

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO
PORTARIA Nº 039
DE 31 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
LEONIR PAULO MOTTIN	Almoxarife	01/11/2018 à 31/10/2019	10/02/2020 à 10/03/2020

Art. 2º Esta portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 10 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu- SC, em 31 de janeiro de 2020.
NELSON BRISOLA
Prefeito Municipal em exercício.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 059/2020, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359759

PORTARIA Nº 059/2020, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a Sra. LILIA QUELEN FRANÇA DE LIMA, contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme Classificação do Teste Seletivo 001/2019 para atuar no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A PARTIR DESTA DATA

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 12 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 060/2020, 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359764

PORTARIA Nº 060/2020, 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONTRATAR em Caráter Temporário Emergencial (ACT) de excepcional interesse público, a Sra. PRISCILA DA SILVA OLIVEIRA, para atuar como PROFESSOR SÉRIES INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar no atendimento domiciliar do aluno YURI GABRIEL ZOPELETO, Segundo autos da liminar nº 0900050-70.2016.8.24.0042 e atestado médico CID nº G80.0 e G40, lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir desta data. Em decorrência da desistência da vaga pelos professores classificados no teste seletivo 001/2019. Mediante Lei Municipal nº 1334/2017 de 07 de Março de 2017 e Título VIII, DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO da Lei Complementar Municipal nº 086/2018, de 17 de dezembro de 2018, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 17 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 019.2020

Publicação Nº 2359155

DECRETO Nº 019, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ESTIPULA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO PERÍODO DE FESTAS CARNAVALESCAS.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2020, em decorrência das festividades de Carnaval.

Art.2º. Não se incluem no presente Decreto os serviços de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA prestados pelo Município na área de saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 13 de fevereiro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 13/02/2020.

Marcelo Pegoraro

Secretário Municipal de Administração e Gestão

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 2359156

Município de Irani - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		31.840.585,00		
Previsão Atualizada		31.840.585,00		
Receitas Realizadas		33.535.421,99		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.594.558,18		
DESPESAS				
Dotação Inicial		31.840.585,00		
Créditos Adicionais		4.824.402,40		
Dotação Atualizada		36.664.987,40		
Despesas Empenhadas		33.681.855,45		
Despesas Liquidadas		32.934.440,82		
Despesas pagas		32.164.019,39		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		747.414,63		
Superavit Orçamentário		600.981,17		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		33.681.855,45		
Liquidadas		32.934.440,82		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		747.414,63		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		32.539.598,21		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		210.080,89		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		210.080,89		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-338.184,45	0,00
Resultado Primário		0,00	-547.781,14	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.675.300,57	562.725,20	1.193.278,47	919.296,90
EXECUTIVO	2.675.300,57	562.725,20	1.193.278,47	919.296,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	502.889,74	239,01	502.650,73	0,00
EXECUTIVO	502.889,74	239,01	502.650,73	0,00
TOTAL:	3.178.190,31	562.964,21	1.695.929,20	919.296,90
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		8.079.918,85	25%	32,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.841.788,30	60%	75,35

Continua 1/2

Município de Irani - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.911.029,06	1.016.233,59	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		225.950,00	-195.950,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		59.500,00	15.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Irani, 14/02/2020

JULIANA PAULA POSSAMAI
 Contadora CRC/SC 041227/O-1

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
 Prefeito Municipal

Rafael Tarcísio Cassol
 Controlador - CPF 063.466.059-41

Irati

PREFEITURA

PREGÃO Nº 012/2020-PMI - RECUPERAÇÃO COMPLETA DE CUBO ARO MOTRIZ COM PEÇAS, MÃO-DE-OBRA E SOLDA, DO TRATOR DE ESTEIRAS NEW HOLLAND, CÓD. PAT. Nº 2673, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC

Publicação Nº 2360428

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 027/2020

Processo Licitatório Nº 027/2020

Edital: Pregão Presencial Nº 012/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: RECUPERAÇÃO COMPLETA DE CUBO ARO MOTRIZ COM PEÇAS, MÃO-DE-OBRA E SOLDA, DO TRATOR DE ESTEIRAS NEW HOLLAND, CÓD. PAT. Nº 2673, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04/03/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04/03/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 17 de fevereiro de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2359059

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL 01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Emerson Mujol Leprevost representante da empresa Viantex Industria e Comercio Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foram realizadas a classificação das propostas da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Viantex Industria e Comercio Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Emerson Mujol Leprevost representante da empresa Viantex Industria e Comercio Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Viantex Industria e Comercio Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Viantex Industria e Comércio Ltda

Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	50	Metro	TECIDO TIPO OXFORD, MÍNIMO DE 1,50 M LARGURA – CORES VARIADAS;	Rozac	12,24	612,00
02	50	Metro	TECIDO TIPO MALHA, MÍNIMO DE 1,5 METROS LARGURA – CORES VARIADAS	Viantex	20,16	1.008,00
03	20	Rolo	BARBANTE MESCLADO DIVERSAS CORES, COM NO MÍNIMO 220 METROS	Piratininga	16,00	320,00
04	300	Pacote	PEDRA PARA BIJU, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 G	Ladera	44,16	13.248,00
06	300	Pacote	PEROLAS, DIVERSOS TAMANHOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 G	Ladera	44,64	13.392,00
07	100	Unidade	PANO DE PRATO RISCADO - EM TECIDO DE ALGODÃO - TAMANHO MÍNIMO 70 X 50 CM	Fischer	5,13	513,00
09	50	Unidade	AGULHA PARA CROCHÊ, DIVERSOS NÚMEROS;	Circulo	3,61	180,50
10	100	Unidade	FIO MEADA PARA BORDADO, COM NO MÍNIMO 65 METROS – DIVERSAS CORES	Circulo	2,04	204,00
11	100	Unidade	NOVELO DE LÃ COM NO MÍNIMO 40 GRAMAS – DIVERSAS CORES	Circulo	3,61	361,00
12	100	Unidade	BORDADO INGLÊS, PEÇA COM NO MÍNIMO 13 METROS	Filotex	21,04	2.104,00
Valor total R\$ 31.942,50 (trinta e um mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis 31 de janeiro de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 46/2019 PM

Publicação Nº 2358995

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 46/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 46/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani



Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sra. Ana Maria Onevetch - Advogada do Município. Sr. Rodrigo Padziora representante da empresa Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Sra. Regiane Bahr representante da empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda e Sr. Josmar Kerber representante da empresa Kerber & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Revestical Extração E Comercio de Pedras Ltda. e Kerber & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 46/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sra. Ana Maria Onevetch - Advogada do Município. Sr. Rodrigo Padziora representante da empresa Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Sra. Regiane Bahr representante da empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda e Sr. Josmar Kerber representante da empresa Kerber & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Revestical Extração E Comercio de Pedras Ltda. e Kerber & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Revestical extração e Comercio de Pedras Ltda ME

Itens Exclusivos MEI – ME – EPP (Ref. Art. 48, III, da LC nº 123/2006)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	1.000	Tonelada	Pedra Brita tipo bica corrida	Revestical	40,00	40.000,00
TOTAL R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)						

Irineópolis 21 de janeiro de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 01/2020 - HMBJ

Publicação Nº 2358753

CONTRATO Nº 01/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017, PARA CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA CLÍNICA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o Hospital Municipal Bom Jesus, com sede à Rua Paraná, nº 168, na Cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina - CEP 89440-000, CNPJ nº 83.145.375/0001-77, neste ato representada por sua Presidente, Sra. DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Presidente do referido hospital, residente e domiciliada a Avenida 22 de julho, nº 168, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrita no CPF sob o nº 041.330.799-90, de ora em diante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS GIANNE LTDA, sediada a rua Minas Gerais, nº 290, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.977.734/0001-98, pela sua representante, Sra. Mayara Gianne Brand, inscrita no CPF sob nº de CPF 082.158.329-89 e RG 4.917.648 SESPDC/SC, infra-assinado, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços na área da saúde, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº 01/2017, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 01/2017, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 01/2017, de acordo com o Ofício nº 954/2019, do Senhor Lademir Fernando Arcari - Secretário da Administração, e deferido em 19 de novembro de 2019 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 07 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 08 de fevereiro de 2020.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK Contratante	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS GIANNE LTDA. Contratado
Testemunhas :	
Nome: Josilaine Montoski	Nome: Rodrigo Antonio Jurck
CPF: 081.276.439-04	CPF: 089.370.669-80

DECRETO Nº 3724

Publicação Nº 2358768

DECRETO N.º 3.724, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2018 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para os cargos de Professor de Inglês e Professor de Educação Infantil;

Considerando a necessidade de convocação de servidores para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal da Educação;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor de Inglês e 01 (uma) vaga para o cargo de Professor de Educação Infantil, no concurso público n.º 001/2018 e autorizada a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) aprovados (as) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3725

Publicação Nº 2358770

DECRETO N.º 3.725, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS (AS) APROVADOS (AS) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2019 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para os cargos de Professor de Inglês e Técnico de Enfermagem;

Considerando a necessidade de convocação de servidores (as) para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor de Inglês e 1 (uma) vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem, no concurso público n.º 001/2019 e autorizada a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) aprovados (as) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do respectivo cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2359057

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2020

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Viantex Industria e Comércio Ltda.

Irineópolis, 31 de janeiro de 2020.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 46/2019

Publicação Nº 2358990

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 46/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Revestical extração e Comercio de Pedras Ltda ME.

Irineópolis, 27 de janeiro de 2020.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2358751

PORTARIA N º. 049/2020.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder exoneração à pedido, em data de 03/02/2020, à servidora DRIELY RAFAELA MELLO, do cargo de Professora de Inglês (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada em data de 24/07/2019, através da Portaria nº 321/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/02/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 057/2020

Publicação Nº 2358757

PORTARIA Nº 057/2020.

DISPENSA SERVIDORA EFETIVA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE GESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- DISPENSAR a servidora efetiva KARINA JURASZEK, do exercício da FG de Diretora do GE Dalmo Edson Sfair, do Quadro de Funções de Gestão do Magistério Público Municipal, para a qual foi nomeada em data de 01/01/2019, através da Portaria nº 051/2019 de 07/01/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 058/2020

Publicação Nº 2358762

PORTARIA N.º 058/2019.

"DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII IX do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo III, quadro III – Funções de Gestão – Direção Escolar, da Lei Complementar n.º 056/2012, de 08/02/2012,

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR, a contar de 01/02/2020, a servidora CARLA REGIANE SAMPAIO, ocupante do cargo de Assistente Técnica Pedagógica (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal, para exercer a Função de Gestão de Diretora Escolar do GE Dalmo Edson Sfair, vinculada a Secretaria Municipal da Educação.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 059/2020

Publicação Nº 2358763

PORTARIA N.º 059/2020.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REDUZIR a pedido, em data de 03/02/2020, a carga horária de trabalho do servidor efetivo LUCIO FLÁVIO LIMA, ocupante do cargo de Professor de História, diminuindo-se de 30h/sem para 20 h/sem, em caráter permanente e irrevogável.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 03/02/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 070/2020

Publicação Nº 2358764

PORTARIA N.º 070/2020.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO Nº 001/2019/PMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1.º HOMOLOGAR o resultado final do Teste Seletivo n.º 001/2019/PMI, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com sua respectiva classificação, conforme ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 13 de Fevereiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO – PORTARIA Nº 070/2020.

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL 001/2019

Prefeitura Municipal de Irineópolis

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II
APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS
1º	GILBERTO DE JESUS MUNHOZ DE CAMARGO	9,00
2º	NATALIA BUENO FERREIRA	8,50
3º	PAULA CRISTINA NASCIMENTO	8,50
4º	PAULA ANDRESSA SENN	8,50
5º	KASSIANA DOS SANTOS BARBOSA	8,00
6º	KARINA SENN	8,00
7º	INEZ SENN NEUBAUER	7,50
8º	SOLANGE CIESLAK	7,50
9º	MARILENE DE OLIVEIRA	7,50
10º	SUZANA APARECIDA FERREIRA	7,00
11º	ADEMIR SAMPAIO	6,50
12º	MARIA DO CARMO REZENDE	6,50
13º	RAFAEL CIESLAK	6,50
14º	ILISANDRA MARTINS	6,50
15º	THAIZ MAIARA SAMPAIO	6,50
16º	JOSE ADINEI PAVARIN	6,00
17º	DIONEIA CHAVES	6,00
18º	ANA CLAUDIA VIEIRA	6,00
19º	GEOVANA ALVES PEREIRA	6,00
20º	GRAZIELE AMANDA PECHEBELA	6,00
21º	LUIZA SENN COLAÇO	5,50
22º	NEUZA BUENO FERREIRA KOZOWSKI	5,00
23º	ARLETE BUENO MELESKI	5,00
24º	AROLD FERREIRA	5,00
25º	ANA DA SILVA JUZAK	5,00
26º	ELENICE DOMINGOS	5,00
27º	THAIS APARECIDA DE LIMA	5,00

CONDUTOR DE BALSA
APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	PROVA PRATICA	NOTA
1º	ADILSON IVAZ	7,50	7,00	7,20

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF CENTRO
APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA
1º	CLEITON KRIGINSKI	9,00
2º	DAIANE DOBRYCHTOP	8,50
3º	PRISCILA SANDER	8,00
4º	ALISSON LOTH	8,00
5º	ANA CAROLINA TRUKAN MARTINS	8,00
6º	PATRICIA DE LURDES R. MARINO	7,50
7º	SONIA FROGUEL	7,50
8º	SANDI FRANCIELE FERNANDES	6,50
9º	AOLIBAMA BORGES SIQUEIRA DA LUZ	6,50
10º	THAIS APARECIDA PAVARIN	6,50
11º	JACKSON SENFF MIRANDA	5,00

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF RIO BRANCO
APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA
1º	VALDERI BRAGA	9,00
2º	EDER MAURICIO SENN	8,15
3º	JANAINE ESTRISER	8,50
4º	ROSMARI MARTINS ESTRISER	7,50
5º	ERIKA APARECIDA FRIEDRICH	7,50

6º	VALERIA DE CASTRO	7,00
7º	JOSE MARCELO PORTELLA MARTINS	6,50
8º	ELIZANDRA APARECIDA ROCHA	6,50

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF SERRINHA
APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA
1º	ALANA KARINA BRAZ	7,50
2º	ROZANA APARECIDA DOMINGOS	6,50

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF SÃO PASCOAL
APROVADOS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA
1º	ALLEF CARRARO	8,50
2º	MARCOS FREITAS DA CRUZ	8,00
3º	MILENA PAVARIN	7,50
4º	MONICA LINE KADANAS KONOPKA	7,00

MÉDICO ESF
APROVADO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA
1º	GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT	7,0
2º	DARIAN VINICIUS BANHUKI PROCRIFKA GALVAO	7,0
3º	MATHEUS OTMAR TAVARES THIESEN	7,0
4º	DJONY WESLEY BARP	6,5
5º	IVAN COLERAUS	6,0
6º	GLEICE YURI TASHIRO	6,0

MONITOR DE CRECHE
APROVADOS
HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	SUZANA MANGUE	4,00	0,5	4,50
2º	EDUARDA GEVIESKI	3,75	0,5	4,25
3º	ANDRESSA REICHARDT	3,25	0,5	3,75
4º	CAROLINE FERNANDA DE LIMA ARBIGAUS	3,25	0,16	3,41
5º	MARIA VIRLEI LIMA	2,75	----	2,75

MONITOR DE CRECHE
APROVADOS
NÃO HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	MAIARA SCHMIDT	4,00	0,9	4,90
2º	RAFAELI VIEIRA	3,75	---	3,75
3º	ANA PAULA BRANCO DE OLIVEIRA MAIA	3,75	---	3,75
4º	MICHELA DE BORBA OLIVEIRA	2,50	---	2,50

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
APROVADOS
HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	ELIANE DE FATIMA SANTANA ZIENTARA	3,0	---	3,0

NÃO HABILITADO:

	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	ELENIR BERBEKI	3,25	2,0	5,25
2º	MARA FLAVIA OLBERTZ FREISLEBEN	3,75	---	3,75
3º	MARIAZINHA SENN RAIMUNDO	2,5	1,13	3,63
4º	JUCIMARA APARECIDA FERREIRA	2,5	0,3	2,8

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)
APROVADOS
HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	MICHELLE MARIA FERRAZ GUIMARÃES JUNG	3,0	1,12	4,12
2º	JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	3,0	0,84	3,84
3º	LOICI FABIANE OLTMAN	3,25	0,5	3,75
4º	SUZANA ZIELINSKI BUENO FERREIRA	3,0	0,63	3,63
5º	LIDIANE ROBERTA PARTICA	3,25	---	3,25
6º	FERNANDA DOS SANTOS HOIÇA	2,5	0,66	3,16
7º	ALCENI DE FATIMA BRAZ	2,5	---	2,5

PROFESSOR DE PORTUGÊS

APROVADOS

HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	ANA KARINA BUOGO	3,75	1,0	4,75

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

APROVADOS

HABILITADO:

	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	ANILDO DE AUGUSTINHO GONÇALVES SERENISKI	3,75	1,36	5,21

PROFESSOR DE HISTORIA

APROVADOS

HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	LIGIA DANIELE PARRA	3,0	---	3,0

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

APROVADOS

HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	JHONY MAICON WILKOS	3,5	1,0	4,5
2º	GILDO ELOIS	4,25	---	4,25

PROFESSOR DE CIENCIAS

APROVADOS

HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	POLLYANA PRISCILA SCHUERTZ PAULINO	3,75	---	3,75
2º	EDELTRAUT PASOLD MOREIRA	3,0	---	3,0
3º	DANIELE PAVARIN	2,75	---	2,75

PROFESSOR DE ARTES

APROVADOS

NÃO HABILITADO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROVA	TÍTULOS	TOTAL
1º	NAIARA BARBOSA	2,75	1,59	4,34
2º	TANIA REGINA HOIÇA NO- VACOSKI	3,0	1,0	4,0

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2359472

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 001/2020, em prol da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ITÁ, CNPJ nº. 80.633.993/0001-78, visando locação da praça esportiva para uso das atividades desenvolvidas pela CME, pelo prazo de 11 meses. O valor a ser pago pelo aluguel do espaço é de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), pagos em onze parcelas iguais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9510. Fundamentação legal: Art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 14 de fevereiro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2020 AO CONTRATO 006/2020

Publicação Nº 2359084

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2020

AO CONTRATO 006/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de combustível tipo gasolina comum para manutenção das atividades do veículo automotor Modelo VW VOYAGE, Ano 2009, Modelo 2010, CHASSI 9BWDB05U0AT038289, Cor Preta, Placa MGH 2555, de propriedade do Poder Legislativo Municipal.

Contratada: AUTO POSTO MARTINI LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.953.687/0001-07, com sede na Av. Tancredo Neves, nº01, Bairro Centro, Itá – SC.

Forma de Pagamento: Conforme solicitação TED (Transferência Eletrônica Disponível) e Nota Fiscal.

Período: 13/02/2020 a 31/12/2020.

Quantidade Empenhada por Estimativa para 2020: 500 (quinhentos) litros

Valor unitário: R\$ 4,50 (quatro reais e vinte e cinquenta centavos) por litro.

Valor Global p/ estimativa: R\$ 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinqüentareais).

Data Assinatura: 13.02.2020

Itá, SC, 13 de fevereiro de 2020

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2020 AO CONTRATO 007/2020

Publicação Nº 2359086

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2020

AO CONTRATO 007/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviço de lavagem do veículo automotor da Câmara Municipal de Vereadores, Marca: Voyage/VW, Placa: MGH 2555, Ano 2009, Modelo 2010, para manutenção das atividades do Poder Legislativo durante o ano de 2019.

Contratada: ALAN FEDRIZZI, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 34.059.995/0001-88, com sede na Rodovia SC 154, s/n, Bairro Colina Verde, Itá – SC.

Forma de Pagamento: Conforme solicitação TED (Transferência Eletrônica Disponível) e Nota Fiscal.

Período: 13/02/2020 a 31/12/2020.

Quantidade Empenhada por Estimativa para 2020: 10(dez) lavações.

Valor unitário: R\$ 30,00 (Trinta reais) por lavagem.

Valor Global para estimativa: R\$ 300,00 (Trezentos reais).

Data Assinatura: 13.02.2020

Itá, SC, 13 de Fevereiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2000

Publicação Nº 2359089

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2000

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: A presente dispensa de licitação tem por objetivo a aquisição de três carimbos que atendam às exigências contratuais mantidas com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo assim, serão adquiridos: 01 (um) Carimbo autoentintado redondo (carta), tamanho 4,0 X 4,0 cm; 01 (um) Carimbo autoentintado, retangular (PAC), Tamanho 5,0 X 3,5 cm e 01 (um) Carimbo autoentintado, oval (SEDEX), Tamanho 5,6x 4,0 cm, todos para manutenção das atividades do Poder Legislativo de Itá-SC.

Contratada: BONIMACHI INFORMÁTICA E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.922.947/0001-50, com sede na Rua Marechal Deodoro, 714, Centro, Concórdia SC.

Forma de Pagamento: TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão Nota Fiscal.

Valor Global: R\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco reais).

Itá, SC, 13 de fevereiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SOLICITAÇÃO 009/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2020

Publicação Nº 2359088

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

SOLICITAÇÃO 009/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.579.286/0001-74, com sede na Av. Princesa Isabel, nº 828 – Porto Alegre-RS, Cep: 90.620-000.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação refere-se à aquisição de certificação digital e-CPF 02 anos (CPF PRESIDENTE CLÉO CARLOS MOCELLIN – 035.071.389-80) e certificação digital e-CNPJ A1 (Câmara de Vereadores de Itá-SC CNPJ: 10.561.999/0001-00). Certificação esta necessária para atender as obrigações exigidas ao Poder Legislativo Municipal, de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
01	Certificação digital e-CFP, com validade de 02 anos – (CPF PRESIDENTE CLÉO CARLOS MOCELLIN – 035.071.389-80).	160,00	160,00
01	Certificação digital e-CNPJ A1 (Câmara de Vereadores de Itá-SC CNPJ: 10.561.999/0001-00).	175,00	175,00
TOTAL		R\$ 335,00	

Forma de Pagamento: TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão Nota Fiscal.

Itá, SC, 13 de fevereiro de 2020

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR02/2020

Publicação Nº 2358577

Resultado de Licitação PR nº 02/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Pneus para a frota da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis/SC. Empresa vencedora Do Sul Pneus Joinville Eireli. Valor: R\$ 16.840,00. Vigência: 20/08/2020. Itaiópolis, 14/02/2020. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO 001.2020 - ABERTURA ENVELOPES

Publicação Nº 2359850

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CREDENCIAMENTO Nº 001.2020
ESTADO DE SANTA CATARINA

Objeto: O objeto da presente licitação é o credenciamento de operadora de plano de assistência à saúde (Lei nº 9.656/1998 e Lei Municipal nº3.944/2019), para a prestação de serviços dessa natureza aos servidores públicos ativos e seus dependentes da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme discriminado no anexo I (termo de referência) do Edital.

Considerando a apresentação de envelopes, designa-se o dia 19/02/2020, às 14:00hs para abertura dos mesmos. A abertura se dará na Prefeitura Municipal de Itapema/ Departamento de Compras e licitações, sito à Av. Nereu Ramos, nº 134 – Centro – Itapema/SC.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 14 de fevereiro de 2020.
RONALDO PAULINO
Secretario de Administração

PUBLICAÇÃO 048 - PROCESSO 21.2020 – HOMOLOGAÇÃO (INTELIGÊNCIA)

Publicação Nº 2359847

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através do Prefeito Municipal em Exercício, João Luis Emmel, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 28/2020, Inexigibilidade de Licitação nº 06.004.2020.

DO OBJETO: Aquisição de livros didáticos, do Programa Escola da Inteligência, para as “EMEB Francisco Vitor Alves”, “EMEB Educar” e “EMEB Maria de Lourdes Malmann” visando desenvolver a saúde emocional utilizando a metodologia da teoria multifocal.

CONTRATADA: INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA ME
DO VALOR: R\$ 632.475,00 (seiscentos e trinta e dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais)
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2020

Itapema, 12 de fevereiro de 2020.
João Luis Emmel
Prefeito Municipal em exercício

PUBLICAÇÃO 048 - PROCESSO 28.2020 – HOMOLOGAÇÃO (INTELIGÊNCIA)

Publicação Nº 2359848

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através do Prefeito Municipal em Exercício, João Luis Emmel, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 28/2020, Inexigibilidade de Licitação nº 06.004.2020.

DO OBJETO: Aquisição de livros didáticos, do Programa Escola da Inteligência, para as “EMEB Francisco Vitor Alves”, “EMEB Educar” e “EMEB Maria de Lourdes Malmann” visando desenvolver a saúde emocional utilizando a metodologia da teoria multifocal.

CONTRATADA: INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA ME
DO VALOR: R\$ 632.475,00 (seiscentos e trinta e dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais)
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2020

Itapema, 12 de fevereiro de 2020.
João Luis Emmel
Prefeito Municipal em exercício

FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA

PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS CONCEDIDAS PELA FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 03 A 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359375



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Neoprime Empreendimentos e Incorporações Ltda**, conforme processo FAACI nº **554/2019**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar de Interesse Social e Comercial**, localizada na **Rua 420 esquina com Rua 406 C lotes nº 962, 965, 967, 969, 971 e 973, Loteamento Jardim Beija-flor, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Porto Florêncio & Vequi Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **580/2019**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 319, lotes nº 4 e 5, Loteamento Jardim Nestor Marcelino, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Rosecon J R Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **630/2019**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Avenida Nereu Ramos, nº 3737, Inscrição Imobiliária 01.01.040.0473, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Associação Proconstrução do Edifício Residencial Montreal Park**, conforme processo FAACI nº **452/2016**, a Renovação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **19 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada nas **Ruas 268 e 272-D, Lotes 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 do Loteamento Jardim Sabiá, Lotes 76 e 78 do Loteamento Jardim Glória, e Dois lotes inominados com as respectivas Inscrições Imobiliárias 01.02.070.0007 e 01.02.070.0008, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **CONED Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **062/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 408, nº 100 e 120 (Inscrição Imobiliária nº 01.03.243.0254 e 01.03.243.0284), Bairro Morretes**.

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Phacz Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **311/2018**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua Av Marginal Leste esq. 252, Lotes 12 e 13, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Positiva Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **197/2016**, a Renovação Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade até **02/06/2022** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 406-A Av Marginal OESTE, Bairro Lepoldo Zaring**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **H Santos Empreendimentos Ltda**, conforme processo FAACI nº **231/18**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua Av Nereu Ramos esq. Rua 310 e 312, Lotes 3, 4, 5, 6, 7 e 8, Bairro Meia Praia**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **WS Selent Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **660/16**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **23 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 284, S/N, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **NE Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **756/16**, a Renovação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **35 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 264, Nº 365, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Macom Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **109/17**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **57 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 242 e 244, S/N, Bairro Meia Praia**.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Versatille Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **896/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **48 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 406 E 402 A1, Nº 190, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora Brasileira Ltda**, conforme processo FAACI nº **526/2013**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Multifamiliar com Estrutura de Apoio Náutico I**, localizada na **Rua 129 E, Nº 01, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Rosecon J. R. Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **239/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 211, Nº 55, Bairro Centro**.

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Ita Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **021/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar - Casas Geminadas**, localizada na **Rua 902 F3, Lote 26, Loteamento Jardim Galitzki, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Colpo & Zancanaro Ltda**, conforme processo FAACI nº **202/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Desmembramento**, localizada na **Rua 816, Lote 23, Quadra D, Loteamento Parque Alessandro, Bairro Casa Branca**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Alayse Simette Moritz**, conforme processo FAACI nº **570/2019**, a Retificação da Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **47 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 708, Lote 04, Quadra H, Condomínio Chácara Flora, Bairro Casa Branca**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Schewinski & Cia Ltda**, conforme processo FAACI nº **010/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar - Casas Geminadas**, localizada na **Rua 436, Lote 711, Loteamento Jardim Agulhas Negras, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Lucinei Adriano**, conforme processo FAACI nº **482/2019**, a Retificação da Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 700, nº 795, Bairro Várzea**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Pastelão Chopp Bar LTDA**, conforme processo FAACI nº **460/2011**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurante e Similares**, localizada na **Av. Nereu Ramos, nº 4646, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Solange Marx**, conforme processo FAACI nº **019/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 454 esquina com Rua 460 A, Lote 28, Quadra 10, Loteamento Jardim Carolina, Bairro Leopoldo Zarling**.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 06/2020

Publicação Nº 2359273

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo quarto dia do mês de fevereiro de 2020, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(A) FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, KARINA JUSSARA DOS SANTOS, SUZANA BESEN MARTINS e LAYRA DE OLIVEIRA nomeados pelo (a) Decreto nº 4065/2019, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 06/2020, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE LOGÍSTICO E OPERACIONAL NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA TURISMO E CULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GABINETE DO PREFEITO, E OUTROS, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO, E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE PALCOS, TENDAS, CAMARINS, GRADIL, BARRICADAS, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, GERADORES DE ENERGIA, AGENTES DE SEGURANÇA, BANHEIROS QUÍMICOS, PAVILHÕES EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participante	
Empresa	Representante
DRIAL ORGANIZACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.ME.	ALUISIO DE ALMEIDA VIEIRA
MANI SOM E LUZ LTDA EPP	EDILSON KAMMRADT
BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	CARLOS EDUARDO ONOFRE
SERGIO ROSSI EPP	EVANDRO ROSSI

Analisados os documentos foi constatado que a empresa SERGIO ROSSI EPP apresentou Certidão Simplificada ilegível, no ato a Pregoeira solicitou ao representante o nº do processo constante no documento para autenticação e baixou diligência no site: www.jucesc.sc.gov.br, no qual foi achada conforme. Os documentos das demais empresas foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Propostas de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela prestação de serviços que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, e neste momento foi solicitada a presença do contador do Município, JOÃO GARCIA DE SOUZA e da engenheira civil, SUELLEN PATRICIA DOS SANTOS para análise dos documentos técnicos de habilitação, onde foi constatado que a empresa MANI SOM E LUZ LTDA EPP não alcançou o acervo técnico do item 6.9.1.2.1 Lote 1: área de palco apresentou 590m² e o edital pedia 620m² e de camarim apresentou 32m² e o edital pedia 100m², quanto ao item 6.9.1.2.2 Lote 2: sonorização e iluminação, foi aceita a sugestão da engenheira Suellen para considerar o acervo técnico do lote 2 a potência de 260 KVA, a empresa apresentou contrato com Carlos Kazuo Yamaguchi engenheiro eletricitista com data de 09/10/2002, que contraria o art. 598 do Código Civil que limita a duração do contrato a 4 anos, sendo assim foi considerado INABILITADO. A empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME apresentou Cartão CNPJ vencido, com data de 30/09/2019, conforme item 6.11 do Edital, apresentou CND Municipal vencida, conforme item 6.8.1.4. do Edital, não apresentou Certidão negativa de falência e concordata e EPROC, conforme item 6.4.8 do Edital, apresentou contrato com Josenei Soares engenheiro químico com data de 02/04/2012, contrato com Alexandre Postal Sobrinho engenheiro eletricitista com data de 05/09/2014 e contrato com Carlos Eduardo Onofre engenheiro mecânico, com data de 23/11/2014, os quais contrariam o art. 598 do Código Civil que limita a duração do contrato a 4 anos, não apresentou a Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, conforme item 6.9.1.1. do Edital, apresentou quadro de colaboradores com Gelson Rodrigues Coelho (montador), Valdecir Mandelli (montador), Fernando Aparecido Costa (montador), além dos técnicos, porém não comprovou seu vínculo com a empresa através de registro, conforme item 6.9.9. do Edital, portanto foi considerada INABILITADA. Tendo em vista o item 8.18. do Edital, in verbis "quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar prazo de até oito dias úteis para a apresentação de novos documentos, eliminando-se as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório". Portanto, fica marcada nova sessão para apresentação dos documentos para o dia 18/02/2020 às 11h00. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 14h00.

Itapoá, 14 de fevereiro de 2020.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro
-------------------------------------	-------------------------------------

SUZANA BESEN MARTINS Membro	LAYRA DE OLIVEIRA Membro
Apoio: JOÃO GARCIA DE SOUZA CONTABILISTA	SUELLEN PATRICIA DOS SANTOS ENGENHEIRA CIVIL

Licitantes:

BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME CARLOS EDUARDO ONOFRE	MANI SOM E LUZ LTDA EPP EDILSON KAMMRADT
---	---

DECRETO MUNICIPAL Nº 4317, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359142

DECRETO MUNICIPAL Nº 4317, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº 4065, de 18 de julho de 2019, que nomeia Pregoeiro Oficial do Município e a Equipe permanente de apoio para condução de processos Licitatórios na modalidade pregão.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º do Decreto Municipal nº 4065/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 2º Nas ausências e/ou impedimentos da Pregoeira Oficial assumirá a função as Sras. Karina Jussara dos Santos, Isabela Raicik Dutra Pohl Ricci e Layra de Oliveira. (NR)

...

Art. 2º Fica alterado o inciso V do artigo 4º do Decreto Municipal nº 4065/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 4º ...

...

V – Suellen Patrícia dos Santos; (NR)

...

Art. 3º Fica alterado o inciso XXVII do artigo 4º do Decreto Municipal nº 4065/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 4º ...

...

XXVII – Nicole Faligurski Ferreira da Silva; (NR)

...

Art. 4º Ficam incluídos os incisos XXVIII e XXIX, no artigo 4º do Decreto Municipal nº 4065/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 4º ...

...

XXVIII – Juliana Pereira;

XXIX – Isabela Raicik Dutra Pohl Ricci.

...

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de fevereiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4318, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359094

DECRETO MUNICIPAL Nº 4318, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº 4064, de 18 de julho de 2019, que constitui a Comissão Permanente de Licitação do Município de Itapoá e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 4064/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, compondo-se dos seguintes membros:

I - Fernanda Cristina Rosa Presidente;

II – Isabela Raicik Dutra Pohl Ricci	1ª Vice-presidente;
III - Karina Jussara dos Santos	2ª Vice-presidente;
IV – Joseane Maria Soares Lima	Membro;
V - Elasio Frisanco	Membro;
VI – Oswaldo Ricci Junior	Membro;
VII – Carlos Ramos Junior	Membro;
VIII – Maristela de Souza	Membro;
IX – Suzana Besen Martins	Membro;
X – Ricardo Lastra	Membro;
XI – Rafael Vida Almeida	Membro;
XII – Fernando Vitor Peres	Membro;
XIII – Thiago Licheski dos Santos	Membro;
XIV – Nicolie Cancela da Cruz	Membro;
XV – Roseli Itner	Membro;
XVI – Celso Cunico	Membro;
XVII – Fabiano Valore	Membro;
XVIII – Stefanie Liara de Castilho	Membro;
XIX – Décio Furtado de Souza Junior	Membro;
XX – Rodrigo Ferreira Freitas	Membro;
XXI – Layra de Oliveira	Membro;
XXII – Nicole Faligurski Ferreira da Silva	Membro;
XXIII – Mariza Aparecida Filla	Membro;
XXIV – Juliana Pereira	Membro;
XXV – Suellen Patrícia dos Santos	Membro.

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de fevereiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4320, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359097

DECRETO MUNICIPAL Nº 4320, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43 inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º, inciso III da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) conforme segue:

Anulação:

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

001 Departamento de Turismo

0023.0695.0006.2051 Manutenção do Departamento de Turismo

34490 Aplicações Diretas (249) FR 0100000 R\$ 40.000,00

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

003 Departamento de Cultura

0013.0392.0008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura

34490 Aplicações Diretas (99) FR 0100000 R\$ 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 55.000,00

Suplementação:

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

001 Departamento de Turismo

0023.0695.0006.2051 Manutenção do Departamento de Turismo

33390 Aplicações Diretas (318) FR 0100000 R\$ 40.000,00

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

003 Departamento de Cultura

0013.0392.0008.2067 Manutenção do Departamento de Cultura

33390 Aplicações Diretas (156) FR 0100000 R\$ 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 55.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 14 de fevereiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4321, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359152

DECRETO MUNICIPAL Nº 4319, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43 inciso I da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º, inciso III da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) conforme segue:

Suplementação:**20 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

001 Diretoria de Meio Ambiente

0018.0541.0007.2056 Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente

33393 Aplicações. diretas decorrente op. consórcios FR (628) 0300000... R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de fevereiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

PORTARIA Nº 5750/2020

Publicação Nº 2359169

PORTARIA Nº 5.750/2020

De: 03 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família ao (a) servidor (a) ISABEL GOMES DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I – H, por tempo indeterminado.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 26.01.20.

Itapoá - SC, 03 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 01/2020- GLEBA

Publicação Nº 2359004

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2020

MARLON ROBERTO NEUBER, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 3893/2019, de 25 de janeiro de 2019, HOMOLOGA as ATAS a seguir, contendo as deliberações da Comissão Municipal para Regularização da Gleba: Ata nº 01/2020, de 14 de janeiro de 2020; e, Ata nº 02/2020, de 16 de janeiro de 2020, Ata nº 03/2020, de 21 de janeiro de 2020, e, 04/2020, de 24 de janeiro de 2020.

Itapoá (SC), 27 de janeiro de 2020.

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 02/2020 - GLEBA

Publicação Nº 2359032

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2020

MARLON ROBERTO NEUBER, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 3893/2019, de 25 de janeiro de 2019, HOMOLOGA as ATAS a seguir, contendo as deliberações da Comissão Municipal para Regularização da Gleba: Ata nº 05/2020, de 29 de janeiro de 2020; e, Ata nº 06/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

Itapoá (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 171/2020 - PUBLICA TABELA COM OS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ, DEFINIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 76/2019, COM A ATUALIZAÇÃO DE REAJUSTES, DEFINIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 930/2019.**

Publicação Nº 2358828



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ
Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, Itapema do Norte – Itapoá/SC
CEP 89249-000 - Telefone: (47) 3443-6146 – Celular: (47) 99668-5690
E-mail: contato@camaraitapoa.sc.gov.br - Site: www.camaraitapoa.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 171, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publica tabela com os valores dos vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo de Itapoá, definidos pela Lei Complementar nº76/2019, com a atualização de reajustes, definidos pela Lei Municipal nº 930/2019.

Ezequiel de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos Inciso II, do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá, do art. 39, do Regimento Interno e do art. 34 da Resolução nº 07/2014, e para cumprir o disposto no Parágrafo 6º, Art. 39, da Constituição Federal,

Considerando, que conforme determina o Parágrafo 6º, do Art. 39, da Constituição Federal, compete aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicar, anualmente, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Considerando, o princípio da publicidade como regra na Administração Pública, e a necessidade de transparência das despesas públicas, inclusive dos gastos de pessoal.

Considerando, a atualização por reajustes dos valores dos vencimentos dos servidores públicos municipais de Itapoá, nos termos da Lei Municipal nº 930/2019, inciso I do artigo 1º, no valor de 1% no mês de dezembro de 2019.

Resolve:

Art. 1º - Ficam publicados no Diário Oficial dos Município de Santa Catarina, e com observância do Parágrafo 6º, do Art. 39, da Constituição Federal, os valores atualizados dos vencimentos dos servidores públicos deste Poder Legislativo.

Art. 2º - A tabela com os valores estão definidos no ANEXO I desta Portaria.

Art. 3º - Além da publicação anual, a Câmara Municipal de Itapoá também mantém, na internet e em tempo real, os valores atualizados das remunerações dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos, conforme link <https://camaraitapoa.atende.net/?>

Fls. 1/3



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ

Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, Itapema do Norte – Itapoá/SC
CEP 89249-000 - Telefone: (47) 3443-6146 – Celular: (47) 99668-5690
E-mail: contato@camaraitapoa.sc.gov.br - Site: www.camaraitapoa.sc.gov.br



[pg=transparencia](#), para consulta pública.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 14 de fevereiro de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Fls. 2/3



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ
 Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, Itapema do Norte – Itapoá/SC
 CEP 89249-000 - Telefone: (47) 3443-6146 – Celular: (47) 99668-5690
 E-mail: contato@camaraitapoa.sc.gov.br - Site: www.camaraitapoa.sc.gov.br



ANEXO I

Padrões de vencimento - Câmara Municipal de Itapoá

LCM 76/2019	Atual. LM 930/2019	Dez	Padrão 1	Padrão 2	Padrão 3	Padrão 4	Padrão 5	Padrão 6	Padrão 7	Padrão 8
Classe B	Progressão		R\$ 1.251,70	R\$ 1.651,65	R\$ 1.756,45	R\$ 2.132,27	R\$ 1.394,29	R\$ 5.324,99	R\$ 7.488,90	R\$ 2.571,14
Classe C	4,14%		R\$ 1.303,52	R\$ 1.720,03	R\$ 1.829,17	R\$ 2.220,55				R\$ 2.677,59
Classe D	8,44%		R\$ 1.357,34	R\$ 1.791,05	R\$ 1.904,69	R\$ 2.312,23				R\$ 2.788,14
Classe E	12,93%		R\$ 1.413,54	R\$ 1.865,21	R\$ 1.983,56	R\$ 2.407,97				R\$ 2.903,59
Classe F	17,61%		R\$ 1.472,12	R\$ 1.942,51	R\$ 2.065,76	R\$ 2.507,76				R\$ 3.023,92
Classe G	22,47%		R\$ 1.532,96	R\$ 2.022,78	R\$ 2.151,12	R\$ 2.611,39				R\$ 3.148,88
Classe H	27,54%		R\$ 1.596,42	R\$ 2.106,51	R\$ 2.240,18	R\$ 2.719,50				R\$ 3.279,23
Classe I	32,82%		R\$ 1.662,51	R\$ 2.193,72	R\$ 2.332,92	R\$ 2.832,08				R\$ 3.414,99
Classe J	38,31%		R\$ 1.731,23	R\$ 2.284,40	R\$ 2.429,35	R\$ 2.949,14				R\$ 3.556,14
Classe K	44,04%		R\$ 1.802,95	R\$ 2.379,04	R\$ 2.529,99	R\$ 3.071,32				R\$ 3.703,47
Classe L	50,00%		R\$ 1.877,55	R\$ 2.477,48	R\$ 2.634,68	R\$ 3.198,41				R\$ 3.856,71
Classe M	55,96%		R\$ 1.952,15	R\$ 2.575,91	R\$ 2.739,36	R\$ 3.325,49				R\$ 4.009,95
Classe N	61,92%		R\$ 2.026,75	R\$ 2.674,35	R\$ 2.844,04	R\$ 3.452,57				R\$ 4.163,19
Classe O	67,88%		R\$ 2.101,35	R\$ 2.772,79	R\$ 2.948,73	R\$ 3.579,65				R\$ 4.316,43
Classe P	73,84%		R\$ 2.175,96	R\$ 2.871,23	R\$ 3.053,41	R\$ 3.706,74				R\$ 4.469,67
Subsídio do vereador R\$5.699,23										

EZEQUIEL DE ANDRADE

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Fls. 3/3

Ituporanga

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020/FEX

Publicação Nº 2359060

FEXPONACE FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA
AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão presencial 01/2020

Processo: 02/2020

Objeto: A Fundação Fexponace, por meio do Pregoeiro e sua equipe de apoio tornam público que fica SUSPENSO "sine die", o Pregão Presencial 01/2020, do tipo Menor Percentual, visando a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO, REFERENTE À REALIZAÇÃO DA 26ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 01 A 05 DE ABRIL DE 2020, que seria realizado no dia 17 de fevereiro de 2020, marcando posteriormente nova data para abertura. A suspensão é em virtude do pedido de Impugnação Protocolado no dia 13 de Fevereiro de 2020 pela empresa Pró3 Comunicação Ltda. A nova data de abertura do certame será publicada através dos meios de divulgação utilizados anteriormente em virtude de adequações editalícias. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020– Inã Carini Zapelini Zanella – Pregoeira

DECRETO Nº 19, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359604

DECRETO Nº 19, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

A presente ERRATA é ora levada a efeito, para retificar o DECRETO Nº 17, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

Onde se lê: " Art. 1º. Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de obtenção de licença ambiental, área de terra destinada à retificação e alargamento da Rua José Koerich, Bairro do Salto, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga sob a matrícula 33.278, de propriedade de Águas Negras AS Ind. de Papel, conforme croqui e Boletim de ocorrência nº 001/2020 COMPDEC, que fazem parte do presente Decreto."

Leia-se: " Art. 1º. Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de obtenção de licença ambiental, área de terra destinada à retificação e alargamento da Rua José Koerich, Bairro do Salto, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga sob a matrícula 502, de propriedade de Águas Negras AS Ind. de Papel, conforme croqui e Boletim de ocorrência nº 001/2020 COMPDEC, que fazem parte do presente Decreto."

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359349

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 134, DE 30 DE JANEIRO DE 2020, que Concede progressão por curso de capacitação ao servidor CLAUDINEI EYNG na Secretaria da Assistência Social. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

- Onde se lê "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência L".

- Leia-se: "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência K".

Ituporanga, 12 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359565

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 134, DE 30 DE JANEIRO DE 2020, que Concede progressão por curso de capacitação ao servidor CLAUDINEI EYNG na Secretaria da Assistência Social. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

- Onde se lê "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência L".

- Leia-se: "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência K".

Ituporanga, 12 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359351

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 134, DE 30 DE JANEIRO DE 2020, que Concede progressão por curso de capacitação ao servidor CLAUDINEI EYNG na Secretaria da Assistência Social. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

- Onde se lê "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência L".

- Leia-se: "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência K".

Ituporanga, 12 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ERRATA PORTARIA Nº 347, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359571

ERRATA - PORTARIA Nº 347, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 114, DE 30 DE JANEIRO DE 2020, que Concede progressão por curso de capacitação ao servidor CARLOS AUGUSTO MEURER na Secretaria da Fazenda. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

- Onde se lê "Art. 1º CONCEDER progressão por curso de capacitação a(o) servidor (a) CARLOS AUGUSTO MEURER ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Nível 9 – Referência J, PARA o cargo de ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Nível 9 – Referência L".

- Leia-se: "Art. 1º CONCEDER progressão por curso de capacitação a(o) servidor (a) CARLOS AUGUSTO MEURER ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Nível 9 – Referência J, PARA o cargo de ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Nível 9 – Referência K".

Ituporanga, 12 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda e

Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

ERRATA PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359578

ERRATA - PORTARIA Nº 348, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a PORTARIA Nº 134, DE 30 DE JANEIRO DE 2020, que Concede progressão por curso de capacitação ao servidor CLAUDINEI EYNG na Secretaria da Assistência Social. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco, cabendo a seguinte correção:

- Onde se lê "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência L".

- Leia-se: "Art. 1º CONCEDER progressão por capacitação a(o) servidor (a) CLAUDINEI EYNG ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência J, PARA o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 2 – Referência K".

Ituporanga, 12 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 202, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358980

PORTARIA Nº 202, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de 30 de março de 1990, Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e

Considerando o despacho favorável ao deferimento dos pedidos de permuta de lotação, exarados no Processo nº 485/2020, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a PERMUTA de lotação de exercício de VIVIANI DA SILVA SCHUHMACHER ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, que passará a exercer suas funções no CEI. Olga Schuhmacher durante 40 horas semanais, e ANA CLÁUDIA SENS ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, que passará a exercer suas funções no CEI Dr. Mário César Sens durante 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 07 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 203, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358982

PORTARIA Nº 203, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de 30 de março de 1990, Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e

Considerando o despacho favorável ao deferimento dos pedidos de permuta de lotação, exarados no Processo nº 461/2020, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a PERMUTA de lotação de exercício de BRUNA GABRIELA SENS ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, que passará a exercer suas funções no CEI. Matilde Sens durante 40 horas semanais, e JANETE ROSA SCHMITT ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, que passará a exercer suas funções no CEI Luciane Haveroth durante 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 07 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 334, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358524

PORTARIA Nº 334, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) PAMELA MEDEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de NUTRICIONISTA, na Secretaria de Educação, referente o período aquisitivo de 04/02/2015 a 04/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 11 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 337, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359295

PORTARIA Nº 337, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) ADILSON LUIZ MARQUEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, na Secretaria de Assistência Social, referente o período aquisitivo de 02/02/2015 a 02/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 11 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 339, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359289

PORTARIA Nº 339, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) BRUNA RUDOLFO, ocupante do cargo de provimento efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, na Secretaria de Administração, referente o período aquisitivo de 04/02/2015 a 04/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 11 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 340, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359293

PORTARIA Nº 340, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere os artigos 157 e 159 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o gozo da Licença Prêmio com 1/3 de abono pecuniário a servidora CLÁUDIA STALOGH ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, na Secretaria da Administração, no período de 01/02/2020 a 31/03/2020 referente o período aquisitivo de 01/08/2013 a 01/08/2018, concedida através de Portaria nº 821/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de janeiro de 2020.

Ituporanga, 11 de fevereiro de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 341, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359292

PORTARIA Nº 341, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) SILVIA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Urbanismo, referente o período aquisitivo de 02/02/2015 a 02/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 11 de fevereiro de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 342, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360036

PORTARIA Nº 342, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY para exercer o cargo de SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, na mencionada Secretaria, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 366, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360033

PORTARIA Nº 366, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e inciso VI, do artigo 3º, bem como o artigo 12 e seu parágrafo único, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 1.467, de 13 de dezembro de 2019, que nomeou o servidor LUISMAR AGUIAR SENA, para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo em comissão de SECRETÁRIO DE URBANISMO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 367, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360034

PORTARIA Nº 367, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR a servidora SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE, nomeada pela Portaria nº 1.166, de 17 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 368, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360035

PORTARIA Nº 368, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º EXONERAR o servidor WILMAR VANDRESEN do cargo de SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, nomeado pela Portaria nº 979, de 05 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 369, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360037

PORTARIA Nº 369, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR WILMAR VANDRESEN para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE URBANISMO, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 370, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359620

PORTARIA Nº 370, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 020/2008 (Estatuto dos Servidores do Município), RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER estabilidade funcional ao servidor abaixo relacionado que foi APROVADO no Estágio Probatório por atender os requisitos exigidos para aptidão ao cargo, conforme o Parecer da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho – CAD, nomeada através do Decreto nº 015/2020.

NOME: DEISI STEFFENS PETRY
CARGO: Agente de Nível Superior
MATRICULA: 168572

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de outubro de 2019.

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 371 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359617

PORTARIA Nº 371 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e inciso VI, do artigo 3º, bem como o artigo 12 e seu parágrafo único, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a função de confiança de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL, Grupo Profissional: Função de Confiança – FC – 1 – 40 horas, na Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2020.

Ituporanga, 14 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

CÂMARA MUNICIPAL

3ª REPUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

Publicação Nº 2359646



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 1 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial Nº: 2/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2019

No dia 29 do mês de maio do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.369.633/0001-21, com sede administrativa localizada na Rua Vereador Joaquim Boing, 40, bairro Centro, CEP nº. 88400-000, nesta cidade de Ituporanga/SC, representado pelo(a) VEREADOR PRESIDENTE, o Sr(a). ADRIANO JOSÉ COELHO, inscrito no CPF sob o nº. 005.965.759-63, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2019, Processo Licitatório nº. 6/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7005	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69
7064	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29
7480	BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	19, 20, 23

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 22 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	21.593.746/0001-26	SANDRO MARCIO KALCKMANN	951.480.009-53
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA	20.081.724/0001-14	HELTON BILK	040.857.619-78
BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	11.472.411/0001-04	ANILDO SUTIL DA SILVA	046.037.689-66

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	AÇÚCAR REFINADO DE 1ª QUALIDADE, EM EMBALAGEM DE 5KG	UN		20	11,75	235,00
31	ADOÇANTE LÍQUIDO 100ML -	UN		20	3,98	79,60



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 2 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	STEVIA					
33	ÁGUA MINERAL 500ML C/ GÁS	UN		800	1,20	960,00
34	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS	UN		2.000	1,12	2.240,00
35	AGUA SANITARIA 2 LT	UN		20	3,39	67,80
36	ÁLCOOL ETÍLICO 92,8%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1LITRO ÁLCOOL ETÍLICO 92,8%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO	UN		40	6,92	276,80
37	ÁLCOOL PERFUMADO 46º 1 LITRO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA E COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DO PEDIDO DE ENTREGA	UN		60	5,22	313,20
38	ALVEJANTE SEM CLORO - GALÃO DE 2 LITROS	UN		40	6,93	277,20
39	AMACIANTE DE ROUPAS COM AROMA SUAVE - GALÃO DE 5 LITROS AMACIANTE DE ROUPAS COM AROMA SUAVE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 5 LITROS	UN		10	10,49	104,90
40	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO, EMBALAGEM DE 500 GR CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO, EMBALADO À VÁCUO, PONTO DE TORRA MÉDIA, MOGEM MÉDIA/FINA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UN	OURO	60	9,00	540,00
41	COPO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE 180ML - CAIXA COM 2.500 COPOS (50 TIRAS DE 100 COPOS)	CX		5	81,40	407,00
42	COPO TÉRMICO 180ML - CAIXA COM 1.000 COPOS (40 TIRAS DE 25 COPOS)	CX		5	170,60	853,00
43	DESINFETANTE 2 LITROS	UN		30	4,59	137,70
44	DESINFETANTE 500ML EM EMBALAGEM PLÁSTICA - AROMAS DIVERSOS	UN		50	3,00	150,00
45	DESODORIZANTE DE AMBIENTE SPRAY, 360ML, VÁRIAS FRAGRÂNCIAS DESODORIZANTE PARA AMBIENTES, SPRAY, EMBALAGEM DE 360 ML, COM VÁRIAS FRAGRÂNCIAS	UN		30	8,55	256,50
46	DETERGENTE LÍQUIDO VÁRIOS AROMAS, EMBALAGEM DE 500ML DETERGENTE LÍQUIDO VÁRIOS AROMAS, COM CONDIÇÕES DE FORMAÇÃO DE ESPUMA E REMOÇÃO DE SUJIDADES EM GERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 ML, BIODEGRADÁVEL	UN		50	1,33	66,50
47	ESCOVA SANITÁRIA EM PLÁSTICO, CERDAS DE NYLON E	UN		10	4,63	46,30



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 3 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	SUORTE PLÁSTICO					
48	ESPONJA DE LÃ DE AÇO - EMBALAGEM COM 8 UNIDADES	PCT		10	1,35	13,50
49	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE, PACOTE COM 3 UNIDADES ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE, UMA DELAS FIBROSA PARA LIMPEZA PESADA E OUTRA MACIA PARA SUPERFÍCIE DELICADA - PACOTE COM 3 UNIDADES	UN		20	2,83	56,60
50	FILTRO EM PAPEL PARA CAFÉ Nº 103, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES FILTRO EM PAPEL PARA CAFÉ Nº 103, QUE RETÉM APENAS O PÓ E DÃO PASSAGEM LIVRE PARA 100% DO SABOR E AROMA DO CAFÉ, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES	UN		20	3,25	65,00
51	LAVA ROUPAS EM PÓ, EMBALAGEM DE 1KG LAVA ROUPAS EM PÓ, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	UN		10	4,95	49,50
52	LEITE UHT INTEGRAL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRAPAK DE 1 LITRO, 3% DE GORDURA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SIF/DIPOA	UN		480	2,83	1.358,40
53	LEITE UHT ZERO LACTOSE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 LITRO LEITE UHT ZERO LACTOSE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRAPAK DE 1 LITRO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SIF/DIPOA	UN		60	3,58	214,80
54	LIMPA VIDROS 500ML - REFIL	UN		20	3,78	75,60
55	LIMPADOR DESENGORDURANTE COM BORRIFADOR, EMBALAGEM DE 500ML	UN		20	11,90	238,00
56	LIMPADOR PERFUMADO - GALÃO DE 5 LITROS	UN		20	11,68	233,60
57	LUSTRA MÓVEIS - EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 ML	UN		10	3,90	39,00
58	LUVAS DE LÁTEX, BORRACHA NATURAL, FORRADA, TAM M, PAR LUVA DE LÁTEX, ELABORADAS COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, FORRADA, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, PAR - TAMANHO M	PAR		20	3,28	65,60
59	ÓLEO AROMATIZANTE DE AMBIENTE, EM EMBALAGEM DE 140ML ÓLEO AROMATIZANTE DE AMBIENTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 140 ML	UN		50	9,00	450,00
60	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, 30MX10CM PAPEL HIGIÊNICO BRANCO	UN		60	4,30	258,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 4 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	FOLHA DUPLA, DE BOA QUALIDADE, PICOTADO, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 4 ROLOS DE 30MX10MM					
61	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA - PACOTE COM 2 ROLOS DE 60 FLS CADA	UN		60	3,10	186,00
62	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO, 22,5X21CM, 1000 FOLHAS PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO, DUAS DOBRAS NO COMPRIMENTO, MACIO. DIMENSÕES: 22,5CM DE COMPRIMENTO X 21CM DE LARGURA - PACOTE COM 1.000 FOLHAS	PCT		50	8,85	442,50
63	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA, ARREDONDADA, 25 GRAMAS PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA, EM FORMATO ARREDONDADO, COM SUPORTE PARA COLOCAR NO VASO SANITÁRIO, 25 GRAMAS	UN		100	1,35	135,00
64	RODO DE PLÁSTICO 30CM COM CABO E 1 LÂMINA DE BORRACHA REFORÇADA NA BASE INFERIOR	UN		10	9,70	97,00
65	SACO DE LIXO 100 LITROS, REFORÇADO, EMBALAGEM COM 100 UN SACO DE LIXO 100 LITROS NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 75CM DE LARGURA X 105CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 1CM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT/NBR 9190/9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT		15	23,40	351,00
66	SACO DE LIXO 50 LITROS, REFORÇADO, EMBALAGEM COM 100 UN SACO DE LIXO 50 LITROS NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 63CM DE LARGURA X 80CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 1CM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT/NBR 9190/9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT		10	15,15	151,50
67	SACO DE LIXO DE 15 LITROS, REFORÇADO, EMBALAGEM 100 UNIDADES SACO DE LIXO 15 LITROS NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 39CM DE LARGURA X 58CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 1CM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT/NBR 9190/9191. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT		20	9,93	198,60
68	SAPONÁCEO CREMOSO 300ML	UN		20	3,75	75,00
69	VASSOURA DE PALHA COM	UN		20	16,65	333,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 5 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

Fornecedor: 7005 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	CABO, 1ª LINHA					

Fornecedor: 7064 - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGENDA CAPA DURA, SEM DATA, COM DIVISÃO DE UM DIA POR PÁGINA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 190MM X 235MM	UN	FORONI	5	25,00	125,00
3	CAIXA ARQUIVO EM PAPELÃO, DIMENSÕES 230X320X135MM PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS	UN	SÃO CARLOS	50	2,15	107,50
4	CALCULADORA ELETRONICA 12 DÍGITOS	UN	MASTER	5	16,40	82,00
5	CANETA CD 1.0	UN	JOCAR	5	5,70	28,50
6	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, PONTA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ESFERA EM TUNGSTÊNIO	UN	INJEX	100	0,73	73,00
7	CANETA MARCA TEXTO, EM PLÁSTICO, DIÂMETRO DA PONTA MÍNIMO DE 4MM, PONTA FLUORESCENTE	UN	MASTER	20	1,90	38,00
8	CAPA DE PAPEL P/ CD	UN	MAITRA	50	0,22	11,00
9	CARTUCHO DE TINTA HP60, COLORIDO, ORIGINAL, 6,5ML	UN	HP	15	110,00	1.650,00
10	CARTUCHO DE TINTA HP60B, PRETO, ORIGINAL, 4,5ML	UN	HP	20	104,00	2.080,00
11	CD DE ÚNICA GRAVAÇÃO 80MIN/ 700MB	UN	ELGIN	50	1,98	99,00
12	CLIPS EN AÇO NIQUELADO, TAMANHO Nº 2/0, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	RAFA	5	5,32	26,60
13	COLA-BASTÃO, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, EMBALAGEM DE, NO MÍNIMO, 20GR	UN	JOCAR	30	3,14	94,20
14	ESTILETE TIPO FACA COM LÂMINA LARGA, EM CABO PLÁSTICO	UN	MASTER	5	3,34	16,70
15	EXTRATOR DE GRAMPOS CROMADO	UN	CAVIA	10	3,00	30,00
16	FITA DUPLA FACE 12X12MM	UN	EMBALANDO	10	8,10	81,00
17	FITA DUREX MARROM 38MM X 10 MTS	UN	EMBALANDO	10	4,50	45,00
18	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, 26/6 ACOBREDO, CAIXA COM 5.000 GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, 26/6 ACOBREDO, CAIXA CONTENDO 5.000 GRAMPOS	CX	MASTER	10	4,95	49,50
21	NOTAS AUTO-ADESIVAS REMOVÍVEIS, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES DE 100 FOLHAS CADA, 38MM X 50MM	UN	JOCAR	20	3,10	62,00
22	PAPEL ETIQUETA PARA IMPRESSORA LASERJET E DESKJET, 1 ETIQUETA POR FOLHA, TAMANHO A4, 180GR, CAIXA COM 100 FOLHAS	UN	POLIFIX	5	51,00	255,00
24	PAPEL VERGÊ 180G, A4,	CX	MASTER	10	30,25	302,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 6 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

Fornecedor: 7064 - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	EMBALAGEM COM 100 FOLHAS					
25	PASTA CARTÃO DUPLEX COM GRAMPO PLÁSTICO 350MMX230MM - VERDE	UN	FRAMA	200	1,81	362,00
26	PASTA DE PLÁSTICO, COM ABA E ELÁSTICO, TAMANHO OFÍCIO - VÁRIAS CORES	UN	ACP	50	2,28	114,00
27	PASTA FICHÁRIO A-Z OFÍCIO, LOMBO LARGO, COR PRETA	UN	FRAMA	30	9,89	296,70
28	TONNER HP 83A - COMPATÍVEL, PRIMEIRO USO, NÃO REMANUFATURADO	UN	MASTER	10	32,52	325,20
29	TONNER HP 85A - COMPATÍVEL, PRIMEIRO USO, NÃO REMANUFATURADO	UN	MASTER	20	38,00	760,00

Fornecedor: 7480 - BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 23/13, CAIXA COM 5000 UNIDADES	CX	BRW	5	13,74	68,70
20	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 23/8, COM 5.000 UNIDADES	CX	BRW	5	10,18	50,90
23	PAPEL SULFITE (OFÍCIO), FORMATO A4, COR BRANCA, 500 FOLHAS PAPEL SULFITE (OFÍCIO), FORMATO A4, COR BRANCA, GRAMATURA 75 G/M², MEDINDO 210MM X 297MM, PACOTE COM 500 FOLHAS	UN	PERFECT	100	15,49	1.549,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 7 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei n.º 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n.º 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal n.º 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 8 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 9 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras — órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ ou que não estejam adequados para o uso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 10 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial Nº: 2/2019

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 11 / 12

Processo N.º: 6/2019

Pregão Presencial N.º: 2/2019

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ituporanga, 29 de maio de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO
Representante
Câmara Municipal de Ituporanga

EMPRESA ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
Representante
SANDRO MARCIO KALCKMANN



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA

Página: 12 / 12

Processo N.º: 6/2019**Pregão Presencial N.º: 2/2019**

EMPRESA IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA
Representante
HELTON BILK

EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVICOS LTDA ME
Representante
ANILDO SUTIL DA SILVA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE - ANEXO I

Publicação Nº 2359626

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No 6º Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO (a-c)
				% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-080-PHYKI-319392321 - Emitido por: JARDEL PANDINI REGUEIRA

Pág 1 / 5



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

[illegible]

Identificador: WPR3011101-080-PHYKI-319392321 - Emitido por: JARDEL PANDINI REGUEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (f)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	432.684,10	1.767.315,90	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.150.000,00	2.125.000,00	264.608,75	1.708.139,30	416.860,70	302.803,39	1.708.139,30	416.860,70	1.708.139,30	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.700.000,00	1.700.000,00	249.801,67	1.426.164,55	273.835,45	257.625,34	1.426.164,55	273.835,45	1.426.164,55	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	450.000,00	425.000,00	14.807,08	281.974,75	143.025,25	45.178,05	281.974,75	143.025,25	281.974,75	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	75.000,00	(20,00)	59.176,60	15.823,40	18.229,00	59.176,60	15.823,40	59.176,60	0,00
Investimentos	50.000,00	75.000,00	(20,00)	59.176,60	15.823,40	18.229,00	59.176,60	15.823,40	59.176,60	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	432.684,10	1.767.315,90	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	432.684,10	1.767.315,90	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	-	321.032,39	1.767.315,90	-	1.767.315,90	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FORNE: Sistema Atende: Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Emissão: 31/01/2020, às 15:05:54.

* O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPG301101-080-PHYK-319392321 - Emitido por: JARDEL PANDINI REQUEIRA

Pág 3 / 5

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPE3011101-080-PHYK-319392321 - Emitido por: JARDEL PANDINI REQUEIRA

Pág 4 / 5



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

[illegible][illegible]

ADRIANO JOSÉ COELHO
Presidente da Câmara
CPF: 005.965.759-63

JARDEL PANDINI REGUEIRA
Contador
CPF: 089.470.369-27
CRC-SC 041.282/O-3

ARTHUR KALSCHNE MONTEIRO
Controlador Interno
CPF: 070.987.119-85
MATRICULA N° 203

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE - ANEXO II

Publicação Nº 2359627

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS		(d/total d)		DESPESAS LIQUIDADAS				
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre			% (b/total b)	No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	100,00	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	100,00	432.684,10	0,00
LEGISLATIVA	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	100,00	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	100,00	432.684,10	0,00
Ação Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	100,00	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	100,00	432.684,10	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.200.000,00	2.200.000,00	264.588,75	1.767.315,90	100,00	432.684,10	321.032,39	1.767.315,90	100,00	432.684,10	0,00

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Emissão: 31/01/2020, às 15:53:13.

NOTA:

Identificador: WPR3021101-080-ELAWO-318395133 - Emitido por: JARDEL PANDINI REGUEIRA

Pág 1 / 2



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS						(f)
DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			
(a)	(b)	% (b/III b)	(c) = (a-b)	(d)	% (d/III d)	

ADRIANO JOSÉ COELHO
Presidente da Câmara
CPF: 005.965.759-63

JARDEL PANDINI REGUEIRA
Contador
CPF: 089.470.369-27
CRC-SC 041.282/O-3

ARTHUR KALSCHNE MONTEIRO
Controlador Interno
CPF: 070.987.119-85
MATRICULA N° 203

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE - ANEXO VII

Publicação Nº 2359631



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total l = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	0,00	3.988,38	3.988,38	0,00	0,00	0,00	45.860,75	45.860,75	45.860,75	0,00	0,00	0,00	
Legislativo	0,00	3.988,38	3.988,38	0,00	0,00	0,00	45.860,75	45.860,75	45.860,75	0,00	0,00	0,00	
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	3.988,38	3.988,38	0,00	0,00	0,00	45.860,75	45.860,75	45.860,75	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	3.988,38	3.988,38	0,00	0,00	0,00	45.860,75	45.860,75	45.860,75	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Emissão: 31/01/2020, às 15:52:22.

NOTA:

Identificador: WPR3061101-080-NULZI-319395142 - Emitido por: JARDEL PANDINI REGUEIRA

Pág 1 / 1

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE - SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2359632

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até 6º Bimestre	Em Reais
RECEITAS		
Previsão Inicial		0,00
Previsão Atualizada		0,00
Receitas Realizadas		0,00
Déficit Orçamentário		1.767.315,90
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00
DESPESAS		
Dotação Inicial		2.200.000,00
Créditos Adicionais		0,00
Dotação Atualizada		2.200.000,00
Despesas Empenhadas		1.767.315,90
Despesas Liquidadas		1.767.315,90
Despesas Pagas		1.767.315,90
Superávit Orçamentário		0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até 6º Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.767.315,90
Despesas Liquidadas		1.767.315,90

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até 6º Bimestre	
Receita Corrente Líquida		71.604.799,06

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até 6º Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00
Resultado Previdenciário		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00
Resultado Previdenciário		0,00

RESULTADOS NOMINAIS PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 6º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	(1.817.165,03)	0,00
Resultado Primário	0,00	(1.817.165,03)	0,00

Identificador: WPR3131101-080-ZCZYK-319395153 - Emitido por: JARDEL PANDINI REQUEIRA

Pág 1 / 3



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 6º Bimestre	Pag. Até 6º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.988,38	0,00	3.988,38	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	3.988,38	0,00	3.988,38	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	45.860,75	0,00	45.860,75	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	45.860,75	0,00	45.860,75	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	49.849,13	0,00	49.849,13	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 6º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	59.176,60	15.823,40

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Piano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Piano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3131101-080-ZCZYK-319395153 - Emitido por: JARDEL PANDINI REQUEIRA

Pág 2 / 3



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo a Realizar
Receta de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 6º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Emissão: 31/01/2020, às 15:57:24.

NOTA:

Identificador: WPR3131101-080-ZCZYK-319395153 - Emitido por: JARDEL PANDINI REGUEIRA

Pág 3 / 3

Jaborá

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 16 CLEUCIMARA

Publicação Nº 2359657

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019
CONVOCAÇÃO Nº 016
Jaborá, 10 de fevereiro de 2020.

ILMO (A). SR(A).
CLEUCIMARA PONTE

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 05 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de INSTRUTOR (A) DE ARTES APLICADAS, conforme classificação no Processo Seletivo – Edital nº 001/2019, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal, em 17 de dezembro de 2019.

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretário de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/____
Assinatura: _____
CLEUCIMARA PONTE

CONVOCAÇÃO 29 ANDRESSA

Publicação Nº 2359605

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018
CONVOCAÇÃO Nº 029
Jaborá, 14 de fevereiro de 2020.

ILMO (A). SR. (A)
ANDRESSA NEILA CESCA
JABORÁ- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 05 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de PROFESSOR (A) PEDAGOGIA, conforme classificação no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 002/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal em exercício, em 01 de fevereiro de 2019, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/____
ASS: _____
ANDRESSA NEILA CESCA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE 2019

Publicação Nº 2358526

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS TERCEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019**CONVITE**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2019, a qual será realizada no próximo dia 27 de Fevereiro de 2020, às 14:00 horas, tendo como local o Auditório da Câmara de Vereadores.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Jaborá (SC), 14 de Fevereiro de 2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2020

Publicação Nº 2359567

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 045, de 14 de fevereiro de 2020.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE VALMIR GALLAS PARA O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratado temporariamente, VALMIR GALLAS, brasileiro, casado, residente em Linha França – interior - Município de Jaborá - SC, portador do CPF nº 047.336.099-30, Carteira de Identidade nº 4542956, para ocupar o Cargo de Motorista, subordinado à Secretaria de Infraestrutura, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 14/02/2021, ou preenchimento da vaga para concurso público.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14/02/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/fevereiro/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINACEIRO 01-2020

Publicação Nº 2358772

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	93.538,54
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	93.538,54
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.622,70
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.915,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	186.100,75	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	152.936,48
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.917,46	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.917,46
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	96.618,54	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	63.454,27
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	22.190,48	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	22.190,48
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	60.374,27	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	60.374,27
		SALDOS ATUAIS	37.625,73
		APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	31.019,51
		BANCO C/ MOVIMENTO	6.606,22
TOTAL	284.100,75	TOTAL	284.100,75

JABORA, 06/02/2020

ITAMAR TOIGO
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO
Contador CRC SC-030442/O-0

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 09/2020

Publicação Nº 2360460

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 09/2020 - Pregão Presencial
Menor Preço por Item

Objeto: prestação de serviços de recapagem e vulcanização dos pneus para manutenção dos veículos e máquinas da frota Municipal de Jacinto Machado, conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 28/02/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h00min do dia 28/02/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133.

João Batista Mezzari
Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA Nº 342/2019

Publicação Nº 2359484

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO e PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA nº 342/2019

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.532/2020, formada pelos membros Otoniel da Silva, Fábio Roberto Ribeiro da Silva e Nirton Hanemann, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Concorrência nº 342/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviços de edificações e mobiliários do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação", localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município. Apresentou-se a sessão a seguinte empresa:

Proponentes	Representante	Identificação
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA	Taynara Umlauf	089.616.249-46

Após a identificação dos envelopes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Proposta Comercial. Logo após, passou-se à abertura do Envelope 01 – Habilitação, cuja documentação foi rubricada pelos membros da Comissão Especial e pela Representante presente. A documentação apresentada pela proponente foi a seguinte:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA	67	Numeradas de 01 a 67

Após análise criteriosa da Habilitação a Comissão declara a proponente HABILITADA, visto ter atendido as exigências do Edital. A Comissão registra em Ata que a empresa apresentou a Certidão Conjunta Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União vencida em 13/01/2020, mas considerando o item 6.2.2 do Edital e conforme comprovação de EPP, a empresa terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após ser declarada vencedora para apresentação da nova certidão e regularização da sua documentação. A seguir foi colocada a palavra livre a representante presente que não se manifestou. Consultada a mesma concordou com o julgamento da Habilitação e renunciou ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA	Taynara Umlauf	

Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Proposta Comercial da proponente. Foi a seguinte a proposta apresentada em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA	1.434.947,10

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa da proposta comercial apresentada e após a análise foi CLASSIFICADA por estar de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois somente uma empresa participou deste certame. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor Global de R\$ 1.434.947,10 (um milhão quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e sete reais e dez centavos). Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pela Representante presente. Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Otoniel da Silva	
Fábio Roberto Ribeiro da Silva	
Nirton Hanemann	
Taynara Umlauf	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DA CONCORRÊNCIA Nº 335/2019

Publicação Nº 2359480

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DA CONCORRÊNCIA nº 335/2019

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, com início às treze horas e quinze minutos, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.508/2020, formada pelos membros Otoniel da Silva, Fábio Roberto Ribeiro da Silva e Gilberto Gessner, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura e julgamento da Proposta Comercial da Concorrência nº 335/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação e calçadas, no pátio da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, das seguintes empresas:

Proponentes

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Presenta a sessão a Sra. Silvia Priscila de Souza Voltolini, representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Dando prosseguimento foi aberto o envelope 02 – Proposta Comercial da proponente, a qual foi rubricada pelos membros da comissão Especial e pela Representante presente. Foi a seguinte a proposta apresentada em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL das propostas R\$
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	718.603,11
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	680.226,11

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa das propostas comerciais apresentadas e após a análise, as mesmas foram CLASSIFICADAS, por estarem de acordo com as exigências do edital. Em função de arredondamento de planilha, a Comissão registra em ata que o valor correto para o material, da proposta da empresa Sovrana Engenharia e Construções Ltda é R\$ 442.146,98. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois a empresa vencedora é EPP, conforme comprovação apresentada no rol da documentação. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor Global de R\$ 680.226,11 (seiscentos e oitenta mil duzentos e vinte e seis reais e onze centavos). A seguir foi colocada a palavra livre a representante presente que não se manifestou. Consultada a mesma renunciou ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelo Representante presente, a qual será fornecida cópia desta. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes", ao julgamento da Proposta Comercial. Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Otoniel da Silva	
Fábio Roberto Ribeiro da Silva	
Gilberto Gessner,	
Silvia Priscila de Souza Voltolini	

DECRETO Nº 13.591/2020

Publicação Nº 2360405

D E C R E T O Nº 13.591/2020

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.233/2020, de 14 de fevereiro de 2020,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 751.815,12 (Setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quinze reais e doze centavos), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1315 - Pavimentação Rua 1162 - Leodato José Garcia

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.732 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 108.427,20

09.001.15.452.450.1316 - Pavimentação Rua 707 - Maria Madalena

Lopes Sant' Ana

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.733 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 65.035,95

09.001.15.452.450.1318 - Pavimentação Rua 710 - Arthur Carsten

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.748 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 24.831,63

09.001.15.452.450.1322 - Pavimentação Rua Erminio Nicolini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.734 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.039,94

09.001.15.452.450.1324 - Pavimentação Rua 705 - Albino Zanghelini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.735 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 24.355,87

09.001.15.452.450.1326 - Pavimentação Rua 715 - Adolfo Menel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.736 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 26.061,22

09.001.15.452.450.1327 - Pavimentação Rua 716 - Domingos Murara

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.737 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 19.997,56

09.001.15.452.450.1328 - Pavimentação Rua 730 - Otaviano Tissi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.738 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 258,41
09.001.15.452.450.1335 - Pavimentação Rua Walter Bartel
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.739 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 26.165,64
09.001.15.452.450.1337 - Pavimentação Rua Gilberto de Paula Pimentel
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.740 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.604,78
09.001.15.452.450.1338 - Pavimentação Rua Thais Batista
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.741 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.755,60
09.001.15.452.450.1339 - Pavimentação Rua Gemerson Rodrigo Silva
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.742 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.944,01
09.001.15.452.450.1437 - Pavimentação Rua 940 - Arco Íris
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.743 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 67.707,74
09.001.15.452.450.1441 - Pavimentação Rua 1201 - José Scheuer
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.744 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.721,70
09.001.15.452.450.1448 - Pavimentação Rua 971 - Manoel Vieira
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.745 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 297.385,57
09.001.15.452.450.1449 - Pavimentação Rua 974 - Guilherme Ignácio
Hruschka
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.746 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 18.562,00
09.001.15.452.450.1450 - Pavimentação Rua 1208 - Maria Nanete
Menel
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.747 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.960,30
TOTAL R\$ 751.815,12

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da "Operação de Crédito" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso Operação de Crédito Badesco Cidades, no valor de R\$ 751.815,12 (Setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quinze reais e doze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de fevereiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 210/2019 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

Publicação Nº 2359478

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 210/2019
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TIPO: Menor Preço Por Item

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados no Edital acima, que está promovendo alterações no Edital. O Edital Versão II contendo as alterações estará disponível no site aos interessados no dia 18/02/2020. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que está alterando a data para entrega e abertura do envelopes, como segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 04 de março de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC. **ABERTURA dos ENVELOPES:** 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2020.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 338/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

Publicação Nº 2359482

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 338/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: Menor Preço Global

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações, comunica as empresas participantes da licitação, que conforme recebimento do declínio do prazo de recurso ao julgamento das habilitações pela empresa ENGEFIELD CONSTRUTORA LTDA EPP (anexo), ficam convocadas para abertura das Propostas Comerciais, ficando marcada sessão pública no dia 18/02/2020 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Marcelo Ludvichak

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 13.562/2020

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 341/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

Publicação Nº 2359483

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 341/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações, comunica ao participante da licitação acima, que as 16:00 horas do dia 13/02/2019, encerrou o prazo, SEM apresentação de Recurso Administrativo pela empresa inabilitada SETE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. Desta forma, a Comissão Especial convoca a empresa habilitada do certame (CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME), para abertura da Proposta Comercial, ficando marcada para o dia 18/02/2020 às 08:30 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Otoniel da Silva

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 13.530/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020

Publicação Nº 2359458

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 262/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMHIS, FROAGRO

CONTRATADA: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLENAGEM LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de escavadeira hidráulica, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, nas devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell e Wanderlei Ademar Winter

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

Publicação Nº 2359460

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 262/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMHIS, FROAGRO

CONTRATADA: MARIO VIEIRA & CIA TERRAPLENAGEM LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de motoniveladora, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, nas devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Márcio Ivam Vieira

DANIEL PEACH

Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2020

Publicação Nº 2359459

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 258/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: BR SUL JARAGUA TRANSPORTE LTDA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo, com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, incluindo o motorista, destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Estevão, localizada na Rua Estrada Garibaldi, 1315 no Bairro Garibaldi, neste município.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 943,00 (novecentos e quarenta e três reais) por dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 188.600,00 (cento e oitenta e oito mil e seiscentos reais), equivalente a estimados 200 (duzentos) dias letivos de transporte no ano letivo de 2020.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 03/02/2020 e se estenderá até o mês de dezembro de 2020, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2021.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente deste contrato está previsto no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 14/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Irio Lux

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2020

Publicação Nº 2359461

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR RIO NOVO

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Edgar Heil Woicekowski

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2020

Publicação Nº 2359463

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Poliana Menestrina

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2020

Publicação Nº 2359464

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: MAQUEA & MAQUEA LTDA - EPP

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e

apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Devanir Machea

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2020

Publicação Nº 2359468

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: RFM SCHERER LTDA EPP

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Dilson Scherer

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2020

Publicação Nº 2359469

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: COMERCIAL THOMEK LTDA EPP

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Osmar Kasmirski

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020

Publicação Nº 2359471

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** VHR DISTRIBUIDORA EIRELI ME**DO OBJETO:** O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.**DO PAGAMENTO:** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.**DO PRAZO:** O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO -** Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.**DATA DA ASSINATURA:** 22/01/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Ivana Atanásio Dias e Venesio Hornburg

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020

Publicação Nº 2359473

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** INDUSTRIA DE PANIFICIOS E CONFEITARIA AMORE DI-PANE LTDA**DO OBJETO:** O objeto do presente contrato, consiste no fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.**DO PAGAMENTO:** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.**DO PRAZO:** O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO -** Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2020, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.**DATA DA ASSINATURA:** 22/01/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Ivana Atanásio Dias e Arilson Jose Alves

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020

Publicação Nº 2359474

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 348/2019.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**CONTRATADA:** GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI EPP.**OBJETO:** Contratação de 01 (um) veículo, com capacidade mínima de 35(trinta e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Tifa Laube, até a Escola de Educação Básica João Romário Moreira, localizada na Rua Aurora s/n, CEP 89260-995, no bairro Rio Cerro II, e EMEB Ricieri Marcatto, Rua Richard Viergutz, 117, Rio Cerro I, neste Município.**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) por de dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais), equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias letivos

de transporte no ano letivo de 2020.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 06/02/2020 e se estenderá até o mês de dezembro de 2020, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2021.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente deste contrato está previsto no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Anderson Mafra

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020

Publicação Nº 2359476

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 351/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 30 (trinta) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Tifa Laube fazendo o trajeto até a Escola Estadual João Romário Moreira, localizada na Rua Aurora s/nº, no Bairro Rio Cerro II, neste município.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais) por dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil e quatrocentos reais), equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias letivos de transporte no ano letivo de 2020.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 06/02/2020 e se estenderá até o mês de dezembro de 2020, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2021.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente deste contrato está previsto no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Anderson Mafra

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal da Educação

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 270 AO TERMO DE ADESÃO Nº 40/2019 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC E BETINA HARDT

Publicação Nº 2359428

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 270 AO TERMO DE ADESÃO Nº 40/2019 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e BETINA HARDT

DO PROCESSO – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2019-SECEL – Bolsa Cultural – Cultura em Ação.

DO CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA BENEFICIÁRIA: BETINA HARDT, portadora da cédula de identidade 53.419.824-7/SSP-SP, inscrita no CPF sob nº 751.472.629-20, residente e domiciliada na Rua Ângelo Torinelli, 155, Ap. 105C – Bairro Vila Nova, CEP 892590-200, Jaraguá do Sul-Santa Catarina,

DO OBJETO: O presente TERMO DE ADESÃO tem por objeto assegurar ao Beneficiário(a) o pagamento do Bolsa Cultural – Cultura em Ação (modalidade MUSICA), cuja utilização será para sua manutenção pessoal e cultural.

DA SUPRESSÃO: 2.1 Em concordância com a contratada, ficam suprimidas 18,7 Unidade Padrão Municipal – UPMs do termo original, devido a ajustes na programação dos serviços prestados. 2.2 Em consequência o valor deste termo passa a ser: R\$ 2.502,72, sendo o valor mensal de R\$ 625,68 (seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos) correspondente a 3,3 UPMs/mês.

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

DA DATA DA ASSINATURA: 7 de fevereiro de 2020

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Betina Hardt

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 273 AO TERMO DE ADESÃO Nº 36/2019 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC E ADRIANA MEES LOOSE

Publicação Nº 2359429

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 273 AO TERMO DE ADESÃO Nº 36/2019 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e ADRIANA MEES LOOSE

DO PROCESSO – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2019-SECEL – Bolsa Cultural – Cultura em Ação.

DO CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA BENEFICIÁRIA: ADRIANA MEES LOOSE, portadora da cédula de identidade 2.761.245/SSP-SC, inscrita no CPF sob nº 850.932.549-91, residente e domiciliada na Rua das Flores, 229 – Bairro Tifa Martins, Jaraguá do Sul – Santa Catarina

DO OBJETO: O presente TERMO DE ADESÃO tem por objeto assegurar ao Beneficiário(a) o pagamento do Bolsa Cultural – Cultura em Ação (modalidade MUSICA), cuja utilização será para sua manutenção pessoal e cultural.

DA SUPRESSÃO: 2.1 Em concordância com a contratada, ficam suprimidas 8 Unidades Padrão Municipal – UPMs do termo original, devido a ajustes na programação dos serviços prestados. 2.2 Em consequência o valor deste termo passa a ser: R\$ 9.100,80 sendo o valor mensal de R\$ 2.275,20 (dois mil, duzentos e setenta e cinco centavos e vinte centavos) correspondente a 12 UPMs/mês.

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

DA DATA DA ASSINATURA: 7 de fevereiro de 2020

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Adriana Mees Loose

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL

LEI Nº 8.233/2020

Publicação Nº 2360406

LEI Nº 8.233/2020

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 751.815,12 (Setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quinze reais e doze centavos), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1315 - Pavimentação Rua 1162 - Leodato José

Garcia

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.732 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 108.427,20

09.001.15.452.450.1316 - Pavimentação Rua 707 - Maria Madalena

Lopes Sant' Ana

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.733 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 65.035,95

09.001.15.452.450.1318 - Pavimentação Rua 710 - Arthur Carsten

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.748 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 24.831,63

09.001.15.452.450.1322 - Pavimentação Rua Erminio Nicolini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.734 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.039,94

09.001.15.452.450.1324 - Pavimentação Rua 705 - Albino Zanghelini

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.735 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 24.355,87

09.001.15.452.450.1326 - Pavimentação Rua 715 - Adolfo Menel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.736 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 26.061,22

09.001.15.452.450.1327 - Pavimentação Rua 716 - Domingos Murara

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.737 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 19.997,56

09.001.15.452.450.1328 - Pavimentação Rua 730 - Otaviano Tissi

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.738 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 258,41

09.001.15.452.450.1335 - Pavimentação Rua Walter Bartel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.739 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 26.165,64

09.001.15.452.450.1337 - Pavimentação Rua Gilberto de Paula Pimentel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.740 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.604,78

09.001.15.452.450.1338 - Pavimentação Rua Thais Batista

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.741 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.755,60

09.001.15.452.450.1339 - Pavimentação Rua Gemerson Rodrigo Silva

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.742 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.944,01

09.001.15.452.450.1437 - Pavimentação Rua 940 - Arco Íris

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.743 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 67.707,74

09.001.15.452.450.1441 - Pavimentação Rua 1201 - José Scheuer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.744 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.721,70

09.001.15.452.450.1448 - Pavimentação Rua 971 - Manoel Vieira

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.745 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 297.385,57

09.001.15.452.450.1449 - Pavimentação Rua 974 - Guilherme Ignácio

Hruschka

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.746 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 18.562,00

09.001.15.452.450.1450 - Pavimentação Rua 1208 - Maria Nanete

Menel

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.747 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.960,30

TOTAL R\$ 751.815,12

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da "Operação de Crédito" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso Operação de Crédito Badesco Cidades, no valor de R\$ 751.815,12 (Setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quinze reais e doze centavos).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019

Publicação Nº 2359477

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2019

A Pregoeira, designada pelo Decreto 13.127/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 122/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant. serventes	Descrição do objeto	Valor por servente (R\$)
01	GM INSTALADORA EIRELI	98	Prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, Anexo VII – Minuta de Contrato, Anexo XII – Planilha de composição de custo e Anexo XIII – Locais para prestação dos serviços, que são partes integrantes deste Edital.	3.048,50

Jaraguá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 13.127/2019

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 231/2019

Publicação Nº 2359479

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 231/2019

A Pregoeira, designada pelo Decreto 13.127/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 231/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de 01 (um) DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E FERTILIZANTE, destinado para atender aos produtores agrícolas na distribuição de adubo orgânico e químico, sementes de forragens e calcário, auxiliando na recuperação de pastagens degradadas, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor do item (R\$)
01	ITACA EIRELI - ME	01	Unid.	Distribuidor de calcário, adubo e sementes, acionado por sistema de propulsão que permita o arremesso lateral do insumo, novo, com alcance de arremesso mínimo de 20 metros, com sistema de aplicação do insumo com regulagem de ângulo, que permita a sua distribuição a longa distância em áreas declivosas ou inacessíveis, com pneus novos conforme indicação do fabricante, rebocado e acionado por meio de trator agrícola ou autopropelido, com capacidade de armazenamento de insumo de no mínimo 2.000 kg, montado sobre eixo Tandem, Plano de assistência técnica e manutenção gratuita e sem custo de frete por no mínimo 12 meses.	32.799,00

Jaraguá do Sul, SC, 04 de fevereiro de 2020.
Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 13.127/2019

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 337/2019

Publicação Nº 2359481

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 337/2019

A Pregoeira, designada pelo Decreto 13.127/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 337/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS, destinado aos treinamentos dos atletas das modalidades esportivas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que representam Jaraguá do Sul em jogos oficiais do Sistema Esportivo Nacional e Estadual e demais eventos realizados pela própria Secretaria, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
01	S.SCHNEIDER - EPP	10	Un.	Apito para arbitragem – com duas saídas de som, bocal de silicone. Cor preta.	9,40
02	IGOR CORREIA	03	Par	Antena para voleibol profissional desmontável, com rosca, pintura em esmalte sintético, composição fibra de vidro e liga de níquel, dimensões: 1,80 x 1 cm, desmontado: 1 metro, listrada de vermelho e branco.	110,00
03	IGOR CORREIA	08	Un.	Bola Oficial Basquetebol Masc. Tamanho adulto, confeccionada em microfibra, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 600 – 650gr, diâmetro 75 – 78cm. Aprovada pela FIBA, NBB e Federação Catarinense de Basquetebol.	227,50
04	IGOR CORREIA	08	Un.	Bola Oficial Basquetebol Fem. tamanho adulto, confeccionada em microfibra, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 510 – 565gr, diâmetro 72 – 74cm. Aprovada pela FIBA, NBB e Federação Catarinense de Basquetebol.	211,70
05	PISTA E CAMPO LTDA	20	Un.	Bola de Basquetebol, tamanho mirim, confeccionada em borracha, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 450 – 500gr, diâmetro 72. Aprovada pela FIBA. Ideal para iniciação desportiva.	35,90
06	REGIS COMÉRCIO	120	Un.	Bola Oficial Futebol Campo, confeccionada com PU, matrizada, com 11 gomos, termotec, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 410 – 450gr, diâmetro 68 – 70cm, contendo câmara 6D. Marca aprovada pela FIFA.	105,50
07	MILRAU COMÉRCIO	16	Un.	Bola Oficial Futsal, tamanho infantil, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 300 – 350gr, diâmetro 50 – 55cm. Aprovada pela Federação Catarinense de Futsal.	118,40
08	IGOR CORREIA	22	Un.	Bola Oficial Futsal, tamanho infantil, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 350 – 380gr, diâmetro 55 – 59cm. Aprovada pela Federação Catarinense de Futsal.	120,50
09	ADBx COMÉRCIO	40	Un.	Bola Oficial Futsal com 11 gomos, tamanho adulto, confeccionada com PU, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado, peso 410 – 440gr, diâmetro 61 – 64cm. Aprovada pela Federação Catarinense de Futsal com selo FIFA.	218,50
10	S.SCHNEIDER - EPP	02	Un.	Bola oficial de Handebol 32 gomos, confeccionada em PU, diâmetro 49-51 cm, peso 230 - 270 gr, costurada, matrizada, miolo lubrificado e removível. Aprovada pela Federação Internacional de Handebol (FIH).	90,00
11	S.SCHNEIDER - EPP	14	Un.	Bola oficial de Handebol 32 gomos, confeccionada em PU, diâmetro 54-56 cm, peso 325-400 gr. costurada, matrizada, miolo lubrificado e removível. Aprovada pela Federação Internacional de Handebol (FIH).	90,00
12	MILRAU COMÉRCIO	22	Un.	Bola Oficial Voleibol – 8.0, matrizada, de microfibra, miolo removível e lubrificado, slip system, câmara airbilty, peso 260 – 280gr, diâmetro 65 – 67cm. Aprovada pela Federação Catarinense de Voleibol.	268,70
13	REGIS COMÉRCIO	30	Un.	Bola de Voleibol - confeccionada com PU, matrizada, termotec, miolo removível e lubrificado, peso 410 – 450gr, diâmetro 66 – 68cm. Para iniciação. Aprovada pela FIVB.	134,00

14	REGIS COMÉRCIO	12	Un.	Bola Oficial Vôlei de Praia – matrizada, de microfibr, termotec, 0% absorção de água, miolo removível e lubrificado, slip system, câmara airbilty, peso 260 – 280gr, diâmetro 65 – 67cm. Aprovada pela Federação Catarinense de Voleibol de Praia.	216,00
15	S.SCHNEIDER - EPP	08	Un.	Bola para levantador de Voleibol – Composição poliuretano PU, matrizada, miolo removível e lubrificado, slip system, câmara airbilty, peso 380 – 400gr , com 18 gomos, diâmetro 65 – 67cm.	157,00
16	TIAGO DANIEL IZOLAN	10	Un.	Bambolê, aro de plástico pvc reforçado com 63 cm de diâmetro e sem emendas.	1,70
17	PLUS SPORT *	04	Un.	Carrinho para bolas utilizado em esportes de quadra. Estrutura dobrável e retrátil. Com capacidade aproximadamente de 15 a 20 bolas. Rodas em PU, com rotação em 360°. Composição: Alumínio e Nylon Dimensões Aproximadas (LxAxP): 53 x 87 x 53 cm	328,50
18	SPORT MAIS LTDA ME	90	Un.	Colete fechado nas laterais, fabricado em tecido 100% poliéster dray, debrum cor contrastante nas cavas das mangas e gola. Estampas em transfer digital. -com 01 logomarca (15 x 15 no mínimo) na frente (logomarca SECEL); -com 01 logomarca (15 x 15 no mínimo) nas costas (logomarca Prefeitura); Cor: Verde Tamanho PP – 04 Tamanho P – 23 Tamanho M – 31 Tamanho G – 20 Tamanho GG – 12	15,40
19	SPORT MAIS LTDA ME	70	Un.	Colete fechado nas laterais, fabricado em tecido 100% poliéster dray, debrum cor contrastante nas cavas das mangas e gola. Estampas em transfer digital. -com 01 logomarca (15 x 15 no mínimo) na frente (logomarca SECEL); -com 01 logomarca (15 x 15 no mínimo) nas costas (logomarca Prefeitura); Cor: Vermelho Tamanho PP – 04 Tamanho P – 11 Tamanho M – 17 Tamanho G – 38	15,40
20	REGIS COMÉRCIO	55	Un.	Cones medindo 50cm, na cor laranja e branco, com faixa injetada, material composto de PVC.	8,00
21	S.SCHNEIDER - EPP	65	Un.	Cones para treinamento de agilidade, medindo 24cm, na cor amarela, flexível, material composto de PVC.	2,60
22	S.SCHNEIDER - EPP	60	Un.	Cones chapéu chinês para treinamento de velocidade e agilidade, flexível, composto de PVC.	1,35
23	S.SCHNEIDER - EPP	30	Un.	Corda para pular, em polipropileno, fio 12mm, com 03 m de comprimento, com pegadores anatômicos.	5,80
24	PISTA E CAMPO LTDA	10	Un.	Cronômetro progressivo, precisão centésimos 1/100 de segundos, tempo normal, tempo líquido, tempo split, intermediário, tempos do 1º e 2º lugares tempo lap (contador de voltas) - tempo de volta para cada segmento de um evento, capacidade: 9 horas: 59 minutos: 59 segundos: 99 centésimos de segundo, wr-resistente a água, caixa de resina hs-3v-1br, bateria: cr2016 durabilidade da bateria: aprox. 3 anos (incluindo 20 operações de botão por dia) diâmetro: 6,6 cm espessura: 1,2 cm, peso: 44 gramas.	26,50
25	PISTA E CAMPO LTDA	03	Un.	Escada de agilidade e coordenação, 4,5m, com 10 degraus, hastes produzidas em pvc e suporte de nylon.	38,70
26	PLUS SPORT *	02	Un.	Fita para demarcação de quadra de vôlei de areia, confeccionada com fio de Polietileno trançado, com tratamento ultravioleta, matéria-prima virgem de alta densidade. Medidas oficiais 8 m x 16 m, largura 6 cm. Com 06 specs e corda elástica, para fixar as fitas através dos anéis de metal em suas pontas. Aprovada pela Federação Catarinense de Voleibol.	71,00
27	L&S COMÉRCIAL EIRELI	32	Jogo	Jogo de Bocha Rafa Regional SC Produzidas em resinas de poliester (similar as bolas de sinuca), extremamente resistentes a rachaduras e trincaduras, contendo 08 bolas (04 verde limão e 04 laranjas) com acabamento polido e 01 bolim de aço com acabamento polido. Peso das bolas: 1,400 / 1,500 kg Diâmetro das bolas: 12,5cm ou 12,7cm Peso Bolim: aproximadamente 260g Circunferência Bolim: 4,5cm	509,30

28	S.SCHNEIDER - EPP	02	Jogo	Jogo de Bocha Sulamericana Produzidas em resinas de poliéster (similar as bolas de sinuca), extremamente resistentes a rachaduras e trincaduras, contendo 08 bolas (04 verde limão e 04 laranjas) com acabamento polido e 01 bolim de aço com acabamento polido. Peso das bolas: 1,150 / 1,170 kg Diâmetro das bolas: 11,5cm ou 11,7cm Peso Bolim: aproximadamente 260g Circunferência Bolim: 4,5cm	394,80
29	PISTA E CAMPO LTDA	01	Un.	Nivelador de quadra de areia – Rodo de alumínio para nivelar areia. Confeccionado em alumínio. Produto leve, resistente e de fácil transporte. Comprimento com o cabo estendido: 125cm e o diâmetro do cabo 4cm. Dimensões da pá: (C)83 x (L) 15 x (A) 2cm Peso: 1.100kg	150,00
30	PISTA E CAMPO LTDA	08	Un.	Placar manual de Mesa, dobrável, para ser utilizado em várias modalidades esportivas. Estrutura plástica resistente, caracteres em lâminas de PVC e marcação de até 5 sets e 31 pontos.	104,50
31	PISTA E CAMPO LTDA	04	Par	Protetor para poste de voleibol, confeccionado em tubos de etafon de 1,70m de altura e 10cm de espessura, revestidos por lona trançada de algodão dublada, cor azul fecho total em velcro de 50mm de largura, com encaixe especial para catraca. (par).	234,60
32	S.SCHNEIDER - EPP	04	Par	Rede Oficial para trave de Futebol de Campo (Par). Medidas de 7,50 x 2,50 x 2,00 metros Fio 6mm, de polietileno (Nylon) 100% virgem com tratamento UV contra a ação dos raios ultravioletas e ações climáticas. Malha 10x10cm.	320,00
33	S.SCHNEIDER - EPP	04	Un.	Rede Oficial de Voleibol. Fio 2,5 mm de Polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV. Com 4 Faixas em Lonas de 1.8mm e costura dupla, resistentes ao sol, chuva e ações climáticas. Faixa Superior com 7 cm . Faixa inferior e laterais com 5 cm. Revestimento interno passante. Malhas 10 x 10 cm. Tamanho Oficial 1,00 x 10,00 metros. Rede de Vôlei confeccionada de acordo com a CBV.	110,00
34	PLUS SPORT *	04	Un.	Rede Oficial para Vôlei de Praia Fio de nylon seda 2 mm, com entrelhamento ponteira reforçadas por cordas nos 4 vértices para instalação e lona plástica nos bordos. Alta densidade com tratamento UV, Com 4 Faixas em Lonas de 1.8mm e costura dupla, resistentes ao sol, chuva e ações climáticas. Faixa Superior de lona de PVC, impermeável, tripla costura, com 7 cm e cor branca. Faixa inferior e laterais com 5 cm. Revestimento interno passante. Malhas 10 x 10 cm. Tamanho Oficial 1,00 x 09 metros. Rede de Vôlei de Praia confeccionada de acordo com a CBV.	179,90

35	TIAGO DANIEL IZOLAN	06	Un.	<p>Relógios Xadrez, Relógio digital para ser utilizado como relógio de jogo para vários jogos de tabuleiro para duas pessoas, especialmente Xadrez, Damas e Go.</p> <p>Principais características requeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 36 opções pré-programadas para uma rápida e fácil utilização. - Alerta de som opcional, alerta quando esgotar o tempo de um dos lados. - LCD recurso de correção de contraste. - Indicação de bateria fraca. - Manual de usuário. <p>1. Ping e Rápidas (opções 1 e 2) 2. Tempo + Morte Súbita (opções 3 e 4) 3. 2 x Tempo + Morte Súbita (opções 5 e 6) 4. + Tempo de repetição (opções de 7 e 8) : 5. Bônus ("Fischer") (opções 9-14) 5a. Tempo + bônus ("Fischer") (opções de 9 e 10) 5b. 2 x Tempo + bônus ("Fischer") (opções 11 e 12) 5c. Bônus ("Fischer") único período (Opções 13 e 14) 5d. Bônus do torneio (Opções 15 e 16) 6. Delay (Opções 17-23) Operação 1. Baterias 2. Ativação do relógio 3. Escolher um número de opção 4. Ativando um número de opção 5. Iniciar um jogo 6. Parar temporariamente o cronômetro (pausa) 7. Sinal sonoro 8. Ajuste do tempo de jogo e contador de movimento 9. Ajustes manuais 10. Ignorando as configurações manuais ou alterações de horário 11. Símbolos do display 12. Visualização do tempo 13. Verificar o número da opção configurada 14. Contador de movimentos 15. Verificado o número do movimento 16. Configuração rápida usando repetição automática 17. Mostrar ajuste de contraste 18. Detalhamento de correções de tempo 19. Detalhamento sobre ajuste manual 20. Manutenção e limpeza 21. Especificações técnicas 22. Condições de garantia. O DGT North American Game Timer foi desenvolvido para ser usado como relógio para diversos tipos de jogos de tabuleiro com duas pessoas, em especial Xadrez, Go e Damas. Neste manual ele será chamado de DGT NA. Os principais recursos são: 10 diferentes algoritmos cobrindo todos os modos mais populares Programação manual em todos os grupos de modos Todas as 10 programações manuais são armazenadas em memória. 13 opções pré-programadas para uso rápido e fácil Contador de movimento em todas as opções Correção de tempo e de contador de movimentos durante o jogo Som de alerta configurável (ligado/desligado) que avisa quando o tempo acabou. Ajuste de contraste do LCD Indicador de bateria</p>	492,99
36	ZERMIANI COMÉRCIO	08	Un.	<p>Saco para bolas confeccionado com fio de nylon de 2.0mm de Polipropileno de alta resistência, malha 12cm.</p> <p>Tamanho: L x A – 0,70 x 1.20</p>	16,80
37	PISTA E CAMPO LTDA	04	Un.	<p>Anilha emborrachada</p> <p>Peso: 04 Kg, Diâmetro 31mm, ferro fundido pintado em preto.</p> <p>* Furação tipo standart ou olímpica</p>	29,65
38	GTA ATACADO	08	Un.	<p>Anilha emborrachada</p> <p>Peso: 05 Kg, Diâmetro 31mm, ferro fundido pintado em preto.</p> <p>* Furação tipo standart ou olímpica</p>	34,60
39	PISTA E CAMPO LTDA	06	Un.	<p>Anilha emborrachada</p> <p>Peso: 10 Kg, Diâmetro 31mm, ferro fundido pintado em preto.</p> <p>* Furação tipo standart ou olímpica</p>	59,90
40	PISTA E CAMPO LTDA	06	Un.	<p>Anilha emborrachada</p> <p>Peso: 15 Kg, Diâmetro 31mm, ferro fundido pintado em preto.</p> <p>* Furação tipo standart ou olímpica</p>	79,70
41	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	<p>Anilha emborrachada</p> <p>Peso: 20 Kg, Diâmetro 31mm, ferro fundido pintado em preto.</p> <p>* Furação tipo standart ou olímpica</p>	100,50
42	PISTA E CAMPO LTDA	01	Un.	<p>Bola suíça para pilates 65 cm em pvc de alta qualidade, com suporte de até 200kg, , anti estouro, acompanhada de pino plástico para fechamento e bomba específica para encher</p>	40,00
43	ZERMIANI COMÉRCIO	01	Un.	<p>Bola suíça para pilates 85 cm em pvc de alta qualidade, com suporte de até 200kg, , anti estouro, acompanhada de pino plástico para fechamento e bomba específica para encher.</p>	81,00
44	PLUS SPORT *	06	Un.	<p>Barra curta para musculação – Confeccionada em aço carbono com acabamento em zinco, pegada recartilhada para maior firmeza.</p> <p>Dimensões: 40cm.</p> <p>Diâmetro: 1.1/8 polegadas</p> <p>Peso aproximado: 1,2 kg</p> <p>Acompanhada de 01 par de presilhas.</p>	69,50
45	GTA ATACADO	05	Un.	<p>Barra longa para musculação – Confeccionada em aço carbono com acabamento em zinco, pegada recartilhada para maior firmeza, suporta até 250kg.</p> <p>Dimensões: 1,80m (espaço para as anilhas de 25cm e espaço interno ou “pegada” de 1,30 cm.</p> <p>Diâmetro: 1.1/8 polegadas</p> <p>Peso aproximado: 09 kg</p> <p>Acompanhada de 01 par de presilhas.</p>	182,90
46	PISTA E CAMPO LTDA	16	Un.	<p>Barreiras para treinamento funcional de saltos e agilidade, ajustável, 40cm, de plástico altamente resistente.</p>	18,80

47	S.SCHNEIDER - EPP	10	Un.	Colchonete para ginástica, em corvin, de material resistente, sem costura (processo de colagem) na cor azul, tamanho 90x40x3cm, densidade 50.	19,90
48	PLUS SPORT *	04	Un.	Cinto de tração individual para treinamento de arranque e explosão. Especificações: Tecido Sintético, alma de EVA, forro de tela spacer, argolas e mosquetões em aço niquelado, fita de polipropileno, corda elástica com revestimento de polipropileno. Tamanho do cinto: tamanho único regulável Elástico: 6 metros de comprimento, e diâmetro do elástico 12mm Intensidade média.	116,00
49	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Kettlebell de ferro emborrachado Peso: 4 kg	29,00
50	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Kettlebell de ferro emborrachado Peso: 6 kg	39,00
51	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Kettlebell de ferro emborrachado Peso: 8 kg	53,00
52	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Kettlebell de ferro emborrachado Peso: 20 kg	220,80
53	MILRAU COMÉRCIO	03	Un.	Medicine Ball: bola de uso fisioterápico e para treinamentos específicos, confeccionada com borracha (com quique); Peso: 2 kg Circunferência: 62 a 64 cm Construção: matrizada Material:borracha Miolo: miolo Removível	49,00
54	TIAGO DANIEL IZOLAN	03	Un.	Medicine Ball: bola de uso fisioterápico e para treinamentos específicos, confeccionada com borracha (com quique); Peso: 3 kg Circunferência: 62 a 64 cm Construção: matrizada Material:borracha Miolo: miolo Removível	55,00
55	S.SCHNEIDER - EPP	04	Un.	Power Medicineball (com quique) – confeccionada em borracha VI Peso: 01 kg	53,00
56	S.SCHNEIDER - EPP	08	Un.	Power Medicineball (com quique) – confeccionada em borracha VI Peso: 02 kg	75,00
57	S.SCHNEIDER - EPP	07	Un.	Power Medicineball (com quique) – confeccionada em borracha VI Peso: 03 kg	90,00
58	S.SCHNEIDER - EPP	05	Un.	Power Medicineball (com quique) – confeccionada em borracha VI Peso: 04 kg	109,00
59	S.SCHNEIDER - EPP	02	Un.	Power Medicineball (com quique) – confeccionada em borracha VI Peso: 05 kg	124,00
60	PLUS SPORT *	08	Un.	Halter (bola) emborrachados de 01 kg	5,99
61	PLUS SPORT *	14	Un.	Halter (bola) emborrachados de 02 kg	13,20
62	PLUS SPORT *	14	Un.	Halter (bola) emborrachados de 03 kg	20,50
63	PLUS SPORT *	04	Un.	Halter (bola) emborrachados de 04 kg	26,90
64	PLUS SPORT *	04	Un.	Halter (bola) emborrachados de 05 kg	33,90
65	PLUS SPORT *	02	Un.	Halter (bola) emborrachados de 06 kg	40,90
66	PLUS SPORT *	02	Un.	Halter (bola) emborrachados de 07 kg	46,90
67	PLUS SPORT *	02	Un.	Halter (bola) emborrachados de 08 kg	55,00
68	PLUS SPORT *	02	Un.	Halter (bola) emborrachados de 09 kg	62,00
69	PLUS SPORT *	02	Un.	Halter (bola) emborrachados de 10 kg	68,00
70	PISTA E CAMPO LTDA	13	Un.	Mini Band - faixa elástica em látex de formato circular utilizada para exercícios de fortalecimento e alongamentos Tensão - Fraca	9,80
71	PISTA E CAMPO LTDA	25	Un.	Mini Band - faixa elástica em latex de formato circular utilizada para exercícios de fortalecimento e alongamentos Tensão - Média	10,80
72	PISTA E CAMPO LTDA	25	Un.	Mini Band - faixa elástica em latex de formato circular utilizada para exercícios de fortalecimento e alongamentos Tensão - Forte	12,50
73	PISTA E CAMPO LTDA	01	Un.	Trenó para treino de força e potência, com 4 bases de apoio para deslizamento no solo, que deixam a estrutura elevada a 20cm do solo, com dois suportes para colocar pesos, com dupla função empurrar e puxar. Na parte frontal engate para cinto de tração, na parte posterior barras para empurrar com as mãos; Cor: vermelho; Peso 25kg; Comprimento 102 cm; Largura 60cm; Altura 100cm.	480,00
74	PLUS SPORT *	02	Un.	Cinturão de segurança com talabarte duplo em Y – VIC20529 + VIC23605 CA 35.613	478,82

75	GTA ATACADO	05	Un.	Elástico Extensor bloqueador para Natação, cor roxa, 09m, com cinto.	401,90
76	GTA ATACADO	08	Un.	Elástico Extensor para Natação, com manopla de plástico, cor preta.	129,60
77	GTA ATACADO	06	Un.	Elástico Extensor bloqueador para Natação, cor preta, 03m, com cinto.	231,30
78	GTA ATACADO	8	Un.	Nadadeiras para Natação - de borracha vulcanizada de alta performance utilizando variações de durezas setorizadas que proporcionam o desempenho adequado a cada necessidade. Cavidade que acomoda o pé (foot pocket), com borracha extra macia e elástica para máximo conforto e adaptação ao movimento, região plantar com borracha semirrígida para estruturação e eficiência da nadadeira e aba com borracha macia e de grande resposta, específica para batidas de perna de alta frequência e aumento da força muscular. Tamanho XS	349,50
79	GTA ATACADO	08	Un.	Nadadeiras para Natação - de borracha vulcanizada de alta performance utilizando variações de durezas setorizadas que proporcionam o desempenho adequado a cada necessidade. Cavidade que acomoda o pé (foot pocket), com borracha extra macia e elástica para máximo conforto e adaptação ao movimento, região plantar com borracha semirrígida para estruturação e eficiência da nadadeira e aba com borracha macia e de grande resposta, específica para batidas de perna de alta frequência e aumento da força muscular. Tamanho S	341,60
80	GTA ATACADO	06	Un.	Nadadeiras para Natação - de borracha vulcanizada de alta performance utilizando variações de durezas setorizadas que proporcionam o desempenho adequado a cada necessidade. Cavidade que acomoda o pé (foot pocket), com borracha extra macia e elástica para máximo conforto e adaptação ao movimento, região plantar com borracha semirrígida para estruturação e eficiência da nadadeira e aba com borracha macia e de grande resposta, específica para batidas de perna de alta frequência e aumento da força muscular. Tamanho M	334,90
81	GTA ATACADO	04	Un.	Nadadeiras para Natação - de borracha vulcanizada de alta performance utilizando variações de durezas setorizadas que proporcionam o desempenho adequado a cada necessidade. Cavidade que acomoda o pé (foot pocket), com borracha extra macia e elástica para máximo conforto e adaptação ao movimento, região plantar com borracha semirrígida para estruturação e eficiência da nadadeira e aba com borracha macia e de grande resposta, específica para batidas de perna de alta frequência e aumento da força muscular. Tamanho L	331,90
82	GTA ATACADO	02	Un.	Nadadeiras para Natação - de borracha vulcanizada de alta performance utilizando variações de durezas setorizadas que proporcionam o desempenho adequado a cada necessidade. Cavidade que acomoda o pé (foot pocket), com borracha extra macia e elástica para máximo conforto e adaptação ao movimento, região plantar com borracha semirrígida para estruturação e eficiência da nadadeira e aba com borracha macia e de grande resposta, específica para batidas de perna de alta frequência e aumento da força muscular. Tamanho XL	330,32
83	GTA ATACADO	02	Un.	Protetor acolchoado para barras – para proteção das costas e dos ombros, 40cm de comprimento, espuma de 1,5cm, recoberto de camurça para aumentar o conforto e durabilidade.	65,12
84	S.SCHNEIDER - EPP	16	Un.	Presilha tipo "mola" para musculação – contendo 03 voltas, tamanho 1.1/8 polegadas, cor zincado.	4,20
85	S.SCHNEIDER - EPP	10	Un.	Aparador de Chute (escudo) para Artes Marciais - super reforçado. Tamanho P - Comprimento = 40cm, Largura = 20cm, Altura = 10cm - marca homologada pela CBTKD	102,00
86	S.SCHNEIDER - EPP	15	Un.	Aparador de Chute (escudo) para Artes Marciais - super reforçado. Tamanho M - Comprimento = 50cm, Largura = 25cm, Altura = 13cm - marca homologada pela CBTKD	108,00
87	S.SCHNEIDER - EPP	16	Un.	Capacete azul/vermelho Taekwondo com design WTF – marca homologada pela CBTKD	99,00
88	FELIX EDUARDO	08	Un.	Capacete eletrônico Taekwondo com design WTF – marca homologada pela CBTKD	1.349,50
89	FELIX EDUARDO	16	Un.	Colete eletrônico Taekwondo com design WTF – marca homologada pela CBTKD.	1.349,50
90	FELIX EDUARDO	06	Un.	Joystick - Material eletrônico para funcionamento de quadra de competição de Taekwondo compatíveis com os coletes, capacetes. – marca homologada pela CBTKD	1.449,50
91	FELIX EDUARDO	16	Un.	Meia eletrônica - com 11 sensores com design WTF – marca homologada pela CBTKD	249,50
92	S.SCHNEIDER - EPP	12	Un.	Raquete simples para treino de Taekwondo - super reforçada, cabo plástico, Tamanho 42cm comprimento, 21cm largura, 5cm espessura - marca homologada pela CBTKD	56,00
93	FELIX EDUARDO	02	Un.	Receptor - Material eletrônico para funcionamento de quadra de competição de Taekwondo compatíveis com os coletes, capacetes e Joysticks – marca homologada pela CBTKD	1.649,50
94	FELIX EDUARDO	04	Un.	Transmissor colete - Material eletrônico para funcionamento de quadra de competição de Taekwondo compatíveis com os coletes, capacetes e Joysticks – marca homologada pela CBTKD	1.699,50

95	FELIX EDUARDO	04	Un.	Transmissor capacete - Material eletrônico para funcionamento de quadra de competição de Taekwondo compatíveis com os coletes, capacetes e Joysticks – marca homologada pela CBTKD	1.799,50
96	GTA ATACADO	200	Un.	Bolas Tênis de Mesa , 40+ de material plástico ABS, aprovada pela ITTF.	3,58
97	S.SCHNEIDER - EPP	05	Un.	Borracha lisa preta para tênis de mesa com esponja de espessura máxima, aprovada pela ITTF, podendo ser usada em torneios/campeonatos.	150,00
98	S.SCHNEIDER - EPP	05	Un.	Borracha lisa vermelha para tênis de mesa com esponja de espessura máxima, aprovada pela ITTF, podendo ser usada em torneios/campeonatos.	150,00
99	S.SCHNEIDER - EPP	20	Un.	Lâminas/Madeira para raquete de tênis de mesa Empunhadura clássica com 5 folhas de madeira.	64,00
100	PISTA E CAMPO LTDA	08	Un.	Cabo oficial para martelo de atletismo. Fabricado de aço galvanizado (3 mm de espessura). Conforme especificações da IAAF.	19,80
101	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Dardo oficial para lançamento, 400 gramas, indicado para treinamento. Estrutura de duralumínio (composto especial de alumínio, cobre e magnésio) de alta resistência e cabeça de aço. Pintura a pó (resistente à corrosão, impacto, ação química etc).	139,00
102	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Dardo oficial para lançamento, 500 gramas, Air Flyer, indicado para competições. Classe I IAAF. Estrutura de duralumínio (composto especial de alumínio, cobre e magnésio) de alta resistência e cabeça de aço galvanizado. Pintura a pó (resistente à corrosão, impacto, ação química etc) com efeito transparente. Certificado pela IAAF.	350,00
103	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Disco de atletismo oficial de aço/ABS 0,75 kg. Indicado para competições ou treinamento. Centro e borda de aço galvanizado, resistente à corrosão. Pratos de plástico ABS de alta resistência reforçados com fibra de vidro. 70% de peso nas bordas.	106,00
104	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Disco de atletismo oficial de aço/fibra de vidro 1,0 kg. Indicado para competições ou treinamento. Borda de aço inoxidável, resistente à corrosão. Pratos leves, compostos de material sintético com fibra de vidro. 70% a 83% de peso nas bordas. Certificado pela IAAF.	96,00
105	PLUS SPORT *	03	Un.	Empunhadura para martelo curvada 110 mm. Suporte e anel de aço, apoio de mão de alumínio. Pintura a pó de alta resistência. Comprimento de 110 mm, largura de 110 mm. Certificada pela IAAF.	35,00
106	PISTA E CAMPO LTDA	03	Un.	Luva para martelo mão esquerda. Desenvolvida especialmente para lançamento de martelo. Feita de couro com costuras reforçadas.	35,00
107	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Martelo de atletismo de ferro 3 kg para lançamento. Indicado para treinamento. Cabeça com acabamento rígido de ferro galvanizado e pintado e núcleo de chumbo, peso e diâmetro aproximados, formato esférico, superfície levemente rugosa (sem ranhuras, defeitos, fendas ou saliências). Cabo de aço galvanizado com 3,2 mm de espessura e 96 cm de comprimento. Empunhadura curvada de 110 mm de comprimento e largura com suporte e anel de aço e apoio de mão de alumínio. Peso total (incluindo cabo e empunhadura) pode variar em até 70 gramas.	90,00
108	PISTA E CAMPO LTDA	01	Un.	Martelo de atletismo de ferro 2 kg para lançamento. Indicado para treinamento. Cabeça com acabamento rígido de ferro galvanizado e pintado e núcleo de chumbo, peso e diâmetro aproximados, formato esférico, superfície levemente rugosa (sem ranhuras, defeitos, fendas ou saliências). Cabo de aço galvanizado com 3,2 mm de espessura e 96 cm de comprimento. Empunhadura curvada de 110 mm de comprimento e largura com suporte e anel de aço e apoio de mão de alumínio. Peso total (incluindo cabo e empunhadura) pode variar em até 70 gramas.	80,00
109	PISTA E CAMPO LTDA	01	Un.	Martelo de atletismo de ferro 4 kg certificado IAAF para lançamento. Indicado para treinamento. Cabeça com acabamento rígido de ferro galvanizado e pintado e núcleo de chumbo, peso e diâmetro aproximados, formato esférico, superfície levemente rugosa (sem ranhuras, defeitos, fendas ou saliências). Cabo de aço galvanizado com 3,2 mm de espessura e 96 cm de comprimento. Empunhadura curvada de 110 mm de comprimento e largura com suporte e anel de aço e apoio de mão de alumínio. Peso total (incluindo cabo e empunhadura) pode variar em até 70 gramas.	80,00
110	PLUS SPORT *	02	Un.	Peso de aço, 03 kg para arremesso. Acabamento rígido de aço galvanizado e pintado. Núcleo de chumbo. Peso preciso, formato esférico e equilíbrio perfeitos. Superfície totalmente lisa. Peso: 3,00 kg. Produto oficial, conforme regras da IAAF.	53,00
111	PLUS SPORT *	01	Un.	Peso de ferro, 04 kg para arremesso. Feito de ferro galvanizado e pintado. Núcleo de chumbo. Formato esférico preciso, com diâmetro entre 98 e 102mm. Superfície levemente rugosa(sem ranhuras, defeitos, fendas ou saliências). Peso: pode variar de 0 a 70 gramas. Produto oficial, conforme regras da IAAF.	82,00
112	PLUS SPORT *	02	Un.	Peso de ferro, 05 kg para arremesso. Feito de ferro galvanizado e pintado. Núcleo de chumbo. Formato esférico preciso, com diâmetro entre 109 e 113mm. Superfície levemente rugosa(sem ranhuras, defeitos, fendas ou saliências). Peso: pode variar de 0 a 70 gramas. Produto oficial, conforme regras da IAAF.	89,00
113	PISTA E CAMPO LTDA	05	Par	Sapatilhas para atletismo, desenvolvida para provas de salto em altura. Possui 20 pregos no solado, feito de borracha rígida e resistente. Corpo composto de fibra e couro sintéticos com cabedal reforçado em couro sintético almofadado. Pregos dispostos na parte anterior e posterior do solado.	174,00

114	PISTA E CAMPO LTDA	24	Par	Sapatilha para atletismo, desenvolvida para provas de meio fundo e fundo. Possui 14 pregos no solado, que é feito em borracha flexível e resistente em peça única. Seu corpo é composto de material sintético plástico e fibras de nylon trançadas, com cabedal reforçado em tecido almofadado. Os pregos são dispostos na parte anterior do solado e possui acabamento de sola única até o calcanhar.	99,00
115	PISTA E CAMPO LTDA	05	Par	Sapatilha para atletismo, desenvolvidas para prova de lançamento do dardo. Possui 20 pregos no solado, que é feito em borracha rígida e resistente. Seu corpo é composto de fibra sintética e couro sintético, com cabedal reforçado em couro sintético. Os pregos são dispostos na parte anterior e posterior do solado.	155,00
116	PISTA E CAMPO LTDA	10	Par	Sapatilha para atletismo desenvolvida para provas de lançamento de disco, martelo e arremesso de peso. Possui solado inteiriço e uniforme feito em borracha rígida e resistente. Seu corpo é composto de couro sintético e nylon, com cabedal reforçado em couro sintético.	151,50
117	PISTA E CAMPO LTDA	02	Un.	Sarrafo oficial para salto em altura (barra transversal), em fibra de vidro, com 4,0 metros de comprimento, 30 mm de diâmetro e peso máximo de 2 kg. Com ponteiros plásticos substituíveis medindo 30mm de largura e 15 a 20 cm de comprimento. Certificado pela IAAF. Indicado para treinamentos e competições de níveis nacionais e internacionais.	180,00
118	GTA ATACADO	04	Un.	Capacete de Ciclismo fechado (FullFace), injetado em ABS de alto impacto, com forro removível e lavável, entrada de ar para ventilação, cinta jugular com ajuste. Tamanho P – (54cm)	312,00
119	GTA ATACADO	06	Un.	Capacete de Ciclismo fechado (FullFace), injetado em ABS de alto impacto, com forro removível e lavável, entrada de ar para ventilação, cinta jugular com ajuste. Tamanho M – (56cm)	312,00
120	GTA ATACADO	08	Un.	Capacete ciclismo aberto, construído in-mold, com forro/almofadas removíveis e laváveis, entrada de ar para ventilação, sistema de ajuste traseiro e nas cintas jugulares. Tamanho Médio (entre 54-58cm).	181,30
121	GTA ATACADO	04	Un.	Luvas de ciclismo de dedos longos, em tecido leve, com durabilidade, conforto e respiração. Proteção em espuma nas palmas das mãos. Fechamento em velcro para melhor ajuste. Tamanho P	83,90
122	GTA ATACADO	06	Un.	Luvas de ciclismo de dedos longos, em tecido leve, com durabilidade, conforto e respiração. Proteção em espuma nas palmas das mãos. Fechamento em velcro para melhor ajuste. Tamanho M	86,90
123	ZERMIANI COMÉRCIO	10	Un.	Câmera de bicicleta aro 700x23 f/v 48mm válvula Presta (fina)	33,80
124	ZERMIANI COMÉRCIO	10	Un.	Câmera de bicicleta aro 29x1.75/2.30 f/v 48mm válvula Presta (fina)	34,47
125	ZERMIANI COMÉRCIO	10	Un.	Câmera de bicicleta aro 20x1.75 válvula Americana/Schrader (grossa)	31,03

Jaraguá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2020.
 Rosinei Ap. Gretter Dias
 Pregoeira – Decreto 13.127/2019

RETIFICAÇÃO DO ITEM 28 NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020 CONTRATO Nº 21/2020 E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2359485

RETIFICAÇÃO DO ITEM 28 NA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2020 CONTRATO Nº 21/2020 E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul através do Senhor Prefeito Municipal, da Presidente da Comissão Especial e da Secretária Municipal de Educação, comunica aos interessados que, em função de equívoco de digitação, fica corrigido o valor total do item 28 (melado de cana) de R\$ 13.689,00 para R\$ 13.689,90 e desta forma, o valor total da contratação de R\$ 618.300,00 para R\$ 618.300,90.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2020.
 Elza Maria Siems
 Membro da Comissão Especial de Licitação
 Decreto nº 12.534/2019

Ivana Atanásio Dias
 Secretária Municipal de Educação

Antídio Aleixo Lunelli
 Prefeito Municipal



SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 017/2020

Publicação Nº 2359423

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 017/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE ALUNOS E PROFESSORES EM ESCOLAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ÁGUA (PROEVA).

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 14/02/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 28/02/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2359154

Processo Licitatório nº. 01/2020

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. OBJETO

Contratação de Empresa Concessionária de energia elétrica, para prestar, de forma contínua, serviços de fornecimento de energia elétrica para manutenção das atividades da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul durante o ano de 2020.

2. FUNDAMENTOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

A Lei 8.666/93, artigo 24, XXII:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

3. RAZÃO DE ESCOLHA DO EXECUTANTE

A Câmara tendo necessidade, pelos motivos posteriormente citados, contrata a empresa CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 83.878.892/0001-55, para a execução dos serviços constantes no objeto da despesa.

Em virtude da empresa Celesc Distribuição S/A, ser a única Concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, e sendo instituição criada para este fim, deve ela, portanto, ser a fornecedora do objeto da presente dispensa.

Saliente-se que a mesma possui documentação fiscal hábil para a presente contratação conforme documentação anexa a este processo de dispensa.

4. JUSTIFICATIVA:

A presente contratação se faz necessária dada a intrínseca necessidade de manutenção do fornecimento de energia elétrica à Câmara Municipal de Vereadores, sendo que por imposição legal é dispensável a contratação de concessionário do serviço objeto desta dispensa.

5 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão da seguinte dotação orçamentária:

Ação: 2.001 Manutenção das Atividades Administrativas do Legislativo.

Despesa: 3.3.90 Aplicações Diretas.

6 - PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA

O valor ESTIMADO desta dispensa é de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Considerando a estimativa de anos anteriores e a média de gasto com Energia Elétrica no último ano (2019), calculou-se uma média mensal de gasto com o serviço, prevendo-se inclusive eventuais aumentos tarifários, chegando-se ao valor mencionado acima, que corresponderá a despesa com energia elétrica no ano de 2020.

8 – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Jaraguá do Sul, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja

Jaraguá do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Isair Moser

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO PP 06/2020/PMJ

Publicação Nº 2359486

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2020/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020/PMJ

Objeto: contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte escolar em linha do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 04/03/2020. Processamento do Pregão: às 14h do dia 04/03/2020, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de fevereiro de 2020.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

INTIMAÇÃO

Publicação Nº 2359907

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Formulamos o presente, a fim de INTIMAR o Sr. EDSON BARETTA a comparecer no dia 20/02/2020 – quinta-feira, às 09:30 horas, na Prefeitura Municipal, na Av. XV de Novembro, 378 Centro, Joaçaba, para prestar informações junto ao Processo Administrativo instaurado pelo Poder Público Municipal através da Portaria nº 5.364/2019, para apurar possível dano ao erário, conforme Ofício nº 05/2019 do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e parecer jurídico. Atenciosamente,

Joaçaba, 14 de fevereiro de 2020
Luiz Fernando Vaccari
Presidente da Comissão

ORDEM DE SERVIÇO N 360/2020 - ASSINADA EM 14/02/2020

Publicação Nº 2360004

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 360/2020

Autorizo por meio desta, a empresa ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ/MF nº 07.336.749/0001-53, a execução pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o deslocamento de rede de energia elétrica nas Ruas Antonio Nunes Varela e Orestes Genuíno Grando, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 108/2019/PMJ – Edital TP nº 19/2019/PMJ, homologado em 10/01/2020. O valor total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora na importância de R\$ 91.823,39 (noventa e um mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 188/2020/PMJ, de 10 de janeiro de 2020. O prazo de execução é em até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 04 de fevereiro de 2020.
Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Assinatura e carimbo: _____
VILSON SARTORI
Secretário

Contratada: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
Representantes: PAULO DELFINO PINTO

Assinatura e carimbo: _____
CPF n. 639.561.289-15

RECEBI EM: ____/____/____

PORTARIA Nº 5.829

Publicação Nº 2360014

PORTARIA Nº 5.829 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020

"EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o(a) Servidor(a) VANICE CRISTIANE TURECK, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 62/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.830

Publicação Nº 2360015

PORTARIA Nº 5.830 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o(a) Sr.(a) CAMILA DE CASSIA VALMORBIDA, Professor Nível I (Licenciatura) para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 60/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.840

Publicação Nº 2360013

PORTARIA Nº 5.840 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

"AFASTA PREVENTIVAMENTE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 142 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – AFASTAR PREVENTIVAMENTE das atividades funcionais, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o(a) servidor(a) G. H. C., conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, art. 147 da Lei nº 8.112/1990 e conforme memorando nº 126/2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer nº 04/2020 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 13 de fevereiro de 2020
 DIOCLÉSIO RAGNINI
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
 www.diariomunicipal.sc.gov.br
 Setor de Pessoal

RESULTADO FINAL AMPLIAÇÃO CARGA HORARIA

Publicação Nº 2359534

CLASSIFICAÇÃO FINAL AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EFETIVA Nº 02/2020

Inglês					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Silvana Locatelli Picoli	20h	20h	Centro Educacional Frei Bruno	Centro Educacional Roberto Trompowsky

Joaçaba, 14 de fevereiro de 2020.
 ANA BEATRIZ BRANCHER
 Secretária de Educação

RESULTADO PRELIMINAR CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2359543

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

PROFESSOR DE PORTUGUÊS					
Classificação	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL			
1	Renato de Souza	9,5			
2	Karla Cristina Parissenti Lamperti	3			
3	Eleane Maria da Silva	1			
4	Elixandra Melissa Vieira	0,5			
5	Milena dos Santos	0,5			

PROFESSOR DE GEOGRAFIA					
Classificação	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL			
1	Rosane Maria Sumny	3			
2	Valdice Cardoso dos Santos	1			
3	Gisleide Aparecida Rodrigues Gavazzoni	0,5			

PROFESSOR DE INGLÊS					
Classificação	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL			
1	Karla Cristina Parissenti Lamperti	1			

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL					
Classificação	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL			
1	Mariah Nina Belló Belotto	3,5			
2	Alzira Maestri	3			
3	Fátima Zarth	3			
4	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	3			
5	Sara Cardoso Feyh	3			
6	Andréa de Andrade	3			

7	Lilian Cristine Moreira	3				
8	Vani Maria David Alves	3				
9	Neide Santana	3				
10	Miranda Erica do Nascimento Bardin	3				
11	Neusa de Fátima Gervasio	3				
12	Wédna Félix Paiva	3				
13	Udilei de Souza Chaitel Piovesan	3				
14	Dilcelia Parize Piovesan	3				
15	Andréa Schmidt Cardozo da Silva	3				
16	Luciana Salete Da Cas	3				
17	Tirlane Kuhn Hoffstatter	3				
18	Tatiana Garrido de Souza	3				
19	Alessandra Colusso	3				
20	Suélen Aparecida Ferlin	3				
21	Mariluze Muller de Moraes	3				
22	Gilse Pinto Ribeiro	3				
23	Sonia de Oliveira	3				
24	Karen Aline de Freitas Thomaz Savaris	3				
25	Luciane Cunha	3				
26	Marinalda de Fatima Vieira Sartori	3				
27	Thaiane Cristina Bonatto	3				
28	Letícia de Fátima Gonçalves Tieppo	3				
29	Eliane Aparecida Cardoso	3				
30	Camila Turba Vasconcelos	3				
31	Simone Dalla Nora	3				
32	Maiara Vergani Savaris	3				
33	Neudes Maria de Oliveira	1				
34	Marta Behrend Rocha	1				
35	Ivanira Antunes Rodrigues	1				
36	Jaqueline Schneider	1				
37	Rosangela Maria Dalla Costa	1				
38	Leonilce Basotti	1				
39	Nilce Aparecida Pinto Ribeiro Klagenberg	1				
40	Daniele Angelina Pedrotti	1				
41	Cristina David Ramos	1				
42	Madelaine Lorenzatto	1				
43	Danieli Favaro	1				
44	Janice Gonçalves da Rosa	1				
45	Cleunice Antunes da Silva	1				
46	Simone Aparecida França	1				
47	Sáira Lopes da Cunha Cavalli	1				
48	Angélica Bianchetti da Silva	1				
49	Manuela Di Domenico	1				
50	Taviani Dirlei Teixeira Chies	1				
51	Franciele da Silva Damaceno	1				
52	Daniéle Diehl	1				
53	Kelly Daiane de Oliveira	1				
54	Juliana Letícia Debertolis	1				
55	Lucilene Aparecida Fernandes	1				
56	Danieli Conrado	1				

57	Tânia Lino Thibes	1				
58	Laysa Correa de Melo	1				
59	Linda Inez Brocardo	1				
60	Maiara Kuhn	1				
61	Mariana Brum	1				
62	Valéria Aparecida Maria Nunes Velho	0,5				
63	Lúcia Fátima Kangerski	0,5				
64	Elixandra Melissa Vieira	0,5				
65	Danieli Schlemmer	0,5				
66	Thais Liana Belló Colusso	0,5				
67	Inilce Luciana Prestes de Oliveira	0,5				
68	Daiane Krug	0,5				
69	Marcia Alves da Silva	0,5				
70	Quelin Vaccari	0,5				
71	Jéssica Bruna Menegassi Piacentini	0,5				
72	Solange Schabarum	0,5				
73	Rafaela Cristina Caetano	0,5				
74	Emanuela Gonçalves Pizzatto	0,5				
75	Tainara Cristina Alves Hack	0,5				

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS						
Classificação	NOME	PONTUAÇÃO TOTAL				
1	Maria Eliziane Keller	3,5				
2	Alzira Maestri	3				
3	Pâmela Cristiani Maciel Vieira	1				
4	Jamile Cristina Tosetto	1				

Obs: o desempate para classificação ocorreu conforme edital: maior idade.

Joaçaba, 14 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 065/2020

Publicação Nº 2359457

PORTARIA SIMAE. JHL –Nº 065/2020 DE 14/02/2020.

“ALTERAR COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º SUBSTITUIR membro da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo n. 02, instituído pela Portaria JHL n. 561/2019 de 26.12.2019, conforme segue: Orlando Lino por Washington Luiz Rui Provencsi Papini, ficando assim constituída: André Luiz Sauer, Francieli Wendland Guaragni Fiorin, Graciela Pratto, Washington Luiz Rui Provencsi Papini e Wilian Sartor Sganzerla, para atuarem sob a Presidência do primeiro.

Art. 2º As demais determinações da Portaria JHL n. 561/2019 de 26.12.2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 14 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0004/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2355667

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0007/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2020
PROTOCOLO JHL 0188/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0004/2020 – Licitação 0007/2020, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CASE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 04/03/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 04/03/2020 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 18/02/2020 a 04/03/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2020 REFERENTE AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULOS PARA COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.

Publicação Nº 2358685

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 03/03/2020, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULOS PARA COMPOR A FROTA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 13 de Fevereiro 2020.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO CONTRATO 07/2016 - BRAZIL

Publicação Nº 2358635

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 07/2016 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.415.210/0001-76, com sede Rua Edmundo de Castro Arruda, 1205 Bairro Pró Morar Lages/SC CEP 88.514-300..

, resolvem celebrar este 6º termo aditivo ao Contrato 07/2016, em conformidade com parecer jurídico referencial Nº 05/2018, Processo Licitatório nº 58/2015, correlato a Concorrência Pública nº 04/2015 a homologado em 19/04/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção dos Próprios da SEMASA, em consonância com as prescrições especificadas no termo de referência, memorial descritivo e planilha orçamentária, copiados e disponibilizados em CD-ROM, que passam a fazer parte integrante do Edital Correlato.

Conforme solicitação de REAJUSTE, interposta pela empresa CONTRATADA, ofício nº 017/2019; após apreciação do gestor do contrato, qual ratificou o pedido nos termos do ofício nº 0017/2020/SEMASA; submetido a parecer técnico por servidor do setor de contabilidade, pelo qual, foi calculado os índices a serem reajustado no referido contrato, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 13/2020; e com parecer jurídico referencial nº 05/2018, fica reajustado o contrato da seguinte forma:

- Aplica-se o Índice IGP-DI de 7,5521%, SOMENTE, aos itens: Equipamentos, Ferramentas e Insumos.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 30 de janeiro de 2020.

Jurandi Domingos Agustini.

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

ATUALIZAÇÃO DOS PRAZOS REFERENTES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2019 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA

Publicação Nº 2359860

ATUALIZAÇÃO DAS DATAS REFERENTES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2019 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, com fundamento na Lei Federal do Marco Regulatório da Sociedade Civil nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e em observância as normas relativas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, torna público o edital de atualização das datas e prazos para o procedimento referente ao Edital de Chamamento Público n. 002/2019.

1. O item 1.4 do Edital de Chamamento Público n. 002/2019, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente passa a constar com os seguintes prazos:

Ato/Procedimento	Prazo/Data
Análise pela Comissão do Marco Regulatório	11/02/2020
Análise da documentação pelo gestor da parceria constantes do item 12	18/02/2020
Publicação do resultado preliminar	21/02/2020
Prazo para recurso do resultado preliminar	02/03/2020
Análise dos recursos	05/03/2020
Homologação do resultado final	05/03/2020
Publicação do resultado final	06/03/2020

Laguna, 14 de fevereiro de 2020.

Gladys Alcantara

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Luciana Fernandes Pereira

Secretária Municipal de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

DECRETO N.º 6.187/2020 - DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA.

Publicação Nº 2360008

DECRETO Nº 6.187/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019, DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejada a importância de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), dentro da programação de gastos no Orçamento vigente do Poder Legislativo, para a seguinte classificação:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Manutenção do Poder Legislativo

Elemento da Despesa:

319000000000000100 – Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00

339000000000000100 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 1.200.000,00

Art. 2º. Para atender o remanejamento de que trata o art. 1º desta Resolução, fica reduzida em igual valor as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Manutenção do Poder Legislativo

Elemento da Despesa:

349000000000000100 – Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Total: R\$ 1.200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DISPENSA 01/2020-PML

Publicação Nº 2360024

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93, faz saber que contratará por dispensa de licitação, artigo 24-V, a prestação de serviço de transporte de escolares, com a empresa Lagunatur Transporte e Turismo Ltda, CNPJ 77.895.928/0001-06, no valor de R\$66.720,00.

Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas. Laguna, em 07 de Fevereiro de 2020.

Mauro Vargas Candemil – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 155/2020 - DESIGNA GESTOR DE PARCERIA DE QUE TRATA O EDITAL N.º 002/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA.

Publicação Nº 2359443

PORTARIA N.º155/2020, de 13 de fevereiro de 2020.

Designa Gestor de Parceria de que trata o Edital n.º 002/2019 – Chamamento Público do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, do Município de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ANTÔNIO DA SILVEIRA FILHO, Supervisor de Contratos e Convênios, para desempenhar a função de Gestor de Parceria, de que trata o Edital n.º 002/2019 – Chamamento Público do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos retroativos à data de 24 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 156/2020 - DESIGNA GESTOR DE PARCERIA DE QUE TRATA O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE N.º0125.0006285/2019, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA.

Publicação Nº 2359467

PORTARIA N.º156/2020, de 13 de fevereiro de 2020.

Designa Gestor de Parceria de que trata o Processo Administrativo de n.º0125.0006285/2019, do Município de Laguna.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Candemil, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ANTÔNIO DA SILVEIRA FILHO, Supervisor de Contratos e Convênios, para desempenhar a função de Gestor de Parceria, de que trata o Termo de Fomento n.º 01/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos retroativos à data de 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial do Município.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 141/2020

Publicação Nº 2360009

PORTARIA RH Nº 141/2020

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005810/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 05 de Fevereiro de 2020 a 05 de Março de 2020, a Servidora VANESSA FERNANDES Assistente Social, referente ao período 2013/2018 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2020.
ADERBAL MOREIRA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 147/2020

Publicação Nº 2360010

PORTARIA RH Nº 147/2020

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora TATIANE SOUZA SILVA, Coordenador Programa Habitacional, do dia 06.02.2020 a 06.03.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Fevereiro de 2020.
ADERBAL MOREIRA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 151/2020

Publicação Nº 2360011

PORTARIA RH Nº 151/2020

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor SILVIO CARDOSO, Agente de Proteção Social, do dia 10.02.2020 a 10.03.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2020.
ADERBAL MOREIRA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 160/2020

Publicação Nº 2359275

PORTARIA RH Nº 160/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

Fazer cessar a Portaria RH Nº 098/2020, que designou GABRIELA BELMIRO HERMENEGILDO, Assessora Especial de Planejamento, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Fevereiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2020

Publicação Nº 2359276

PORTARIA RH Nº 161/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

NOMEAR, MORGANA SOUZA RODRIGUES para exercer o Cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Fevereiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 047/2020 DE 13/02/2020 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NILVA BELOTTI PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 2359465

PORTARIA N. 047/2020

DE 13/02/2020

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NILVA BELOTTI PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso IV da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 001/2018 e

CONSIDERANDO o preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e reforço escolar, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino ao aluno e impõe o dever do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, NILVA BELOTTI, para o função de excepcional interesse público de Professor Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 13 de fevereiro de 2020 a 24 de julho de 2020.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art. 3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 13 de fevereiro de 2020.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amalia Valli Bressler

Servidora Designada

PORTARIA Nº 048/2020 DE 14/02/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELI GASPARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2359475

PORTARIA N.048/2020

DE 14/02/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELI GASPARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FRANCIELI GASPARI, pelo prazo de 30 dias de gozo, de 17 de fevereiro de 2020 a 17 de março de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 23 de janeiro de 2019 a 22 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 14 de fevereiro de 2020.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2020

Publicação Nº 2359520

DECRETO Nº 021/2020.
SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica substituída a senhora Camila Flor, membro da Comissão de Regularização Fundiária, representante da Fundação Ambiental Municipal, em Substituição de funcionários por prazo indeterminado pelo senhor Felipe Daros Tomazi, conforme segue:

PRESIDENTE: RICARDO FONTANELLA
MEMBRO: AUGUSTO BIANCHINI
MEMBRO: CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA
MEMBRO: MARISA DE MOURA DORIGON
MEMBRO: FELIPE DAROS TOMAZI
MEMBRO: RAFAEL BONOTI

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 116/2019.

LAURO MÜLLER, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
PEDRO BARP RODRIGUES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

DISPENSA Nº028/PMLM/2020

Publicação Nº 2358559

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº028/PMLM/2020

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para a Locação de terreno para exploração de saibro, conforme Portaria FATMA nº063/2017, para manutenção das estradas municipais.

LOCATARIO: Município de Lauro Muller.

LOCADOR: Arnaldo Warmeling.

VALOR GLOBAL: R\$37.404,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 13/02/2020, por Ana Rúbia Prestados Dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 13/02/2020, por Pedro Barp Rodrigues, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 13 de Fevereiro de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº029/PMLM/2020

Publicação Nº 2358560

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº029/PMLM/2020

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93, mediante processo

administrativo regular de Dispensa de Licitação para a Locação de terreno para exploração de cascalho ensejando a manutenção das estradas municipais.

LOCATARIO: Município de Lauro Muller.

LOCADOR: Arnaldo Piuco

VALOR GLOBAL: R\$49.199,92.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei Nº 8.666/93.

RECONHECIDO: em 13/02/2020, por Ana Rúbia Prestados Dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 13/02/2020, por Pedro Barp Rodrigues, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 13 de Fevereiro de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/FHHL/2020

Publicação Nº 2358529

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/FHHL/2020

Data e horário da sessão de abertura: 02/03/2020 às 13h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de material de higiene e limpeza e para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FHHL/2020

Publicação Nº 2358533

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FHHL/2020

Data e horário da sessão de abertura: 02/03/2020 às 14h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de material de lavanderia para uso hospitalar vislumbrando higienização controle e limpeza hospitalar, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/PMLM/2020 E Nº 010/FMS/2020

Publicação Nº 2358521

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/PMLM/2020 E Nº 010/FMS/2020

Data e horário da sessão de abertura: 02/03/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição parcelada e futura de pneus novos e serviços de recape para frota pertencente ao município de Lauro Muller, Polícia Militar, Polícia Civil e Fundo Municipal de Saúde conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMLM/2020

Publicação Nº 2358523

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 02/03/2020 às 11h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para serviços parcelados de caminhão caçamba, incluindo motorista, combustível e deslocamento para atendimento das demandas ao município de Lauro Muller no ano de 2020, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo. Sendo o presente edital de ampla concorrência com reserva de cota para microempresa e empresa de pequeno porte.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Regis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL06/2020. PROCESSO Nº 09/2020

Publicação Nº 2359388

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL06/2020. PROCESSO Nº 09/2020.

OBJETO: Entrega de recursos pelo Município de Lebon Régis ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 09/2010. Valor total de R\$ 21.912,00 (vinte e um mil, novecentos e doze reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 1.826,00 (Um mil, oitocentos e vinte e seis reais). Entrega de recursos pelo Município de Lebon Régis ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 09/2010. A importância é variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município. A cota anual máxima para serviços prevista do município é de R\$ 558.313,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e treze reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município. . DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 13/02/2020. LICITANTE HOMOLOGADO: CIS AMARP - CNPJ: 11.023.771/0001-10, com o valor total de R\$ 580.225,00.

Lebon Regis, 13 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 62, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359812

PORTARIA Nº 62, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Adicional de Classe Disseriada a Professores, para o ano letivo de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,
Considerando o artigo 59 da Lei Complementar n. 179/2011 de 24 de Outubro de 2011,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, para os Professores que ministram aulas em classes disseriadas do Núcleo de Educação de Linha XV de Novembro, Carla Muller, Eduarda Moscon, Felipe Augusto Bottcher, Luciente Fiorentin Lodi, Nelsira Loss Fiorentin, Monaliza Terezinha Souza Marques Guareski e Dariana de Souza Lima, o adicional de classe disseriada, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da hora normal do referido professor, proporcional as horas trabalhadas semanalmente, para o ano letivo de 2020.

Art. 2º A gratificação de que trata o inciso anterior, não será paga nos horários em que o professor não atuar em classe multisseriada, nem nos períodos de férias, licenças, não terá reflexos sobre as demais verbas e não se incorporará aos vencimentos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

Lindóia do Sul, 03 de Fevereiro de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 63, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359814

PORTARIA Nº 63, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias regulares a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Marcelo de Almeida, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Operacional, vinculado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2019 a 31 de Janeiro de 2020, para gozo no período de 10 de Fevereiro de 2020 a 10 de Março de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 04 de Fevereiro de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 64, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359816

PORTARIA Nº 64, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Interrompe Férias Concedidas a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor,

RESOLVE

Art. 1º. Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 36, de 22 de Janeiro de 2020, ao Servidor Público Municipal Edison Domingos Giron, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Técnico, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 02 (dois) dias, compreendidos entre os dias 11 a 12 de fevereiro de 2020, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 07 de Fevereiro de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 65, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359820

PORTARIA Nº 65, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Licença Saúde de Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder licença saúde, a Servidora Pública Municipal Franciele Hengen Benini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 08 de Fevereiro de 2020, por um período de 10 (dez) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 10 de Fevereiro de 2020.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 66, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359822

PORTARIA Nº 66, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga Licença Saúde a Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003, Considerando o diagnóstico apontado nos atestados médicos e a decisão apresentada pelo médico perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, atestando incapacidade para o trabalho;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar a licença saúde até 10 de março de 2020, a Servidora Pública Municipal Neusa Maria Johann Biesek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 10 de Fevereiro de 2020.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 67, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359824

PORTARIA Nº 67, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Cessa a Licença Saúde de Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

Considerando a decisão apresentada pelo médico perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, informando que não foi reconhecido o direito ao benefício e,

Considerando o retorno da servidora ao serviço;

RESOLVE

Art. 1º. Cessar, os efeitos da Portaria nº 13, de 13 de Janeiro de 2020, que concedeu Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal Edna Cristina Kappke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada no Gabinete do Prefeito e Vice, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 68, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359829

PORTARIA Nº 68, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Interrompe férias concedidas a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE

Art. 1º. Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 39, de 27 de Janeiro de 2020, ao Servidor Público Municipal Luiz Eberton Gabrielli, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, pelo período de 15 (quinze) dias, compreendidos entre os dias 12 a 26 de fevereiro de 2020, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 69, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359833

PORTARIA Nº 69, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Licença Saúde a Servidor Publico Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença saúde a partir de 13 de Fevereiro de 2020 a 19 de Fevereiro de 2020, ao Servidor Público Municipal Ederlei Diego da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 13 de Fevereiro de 2020.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

Lontras

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 1025/2020

Publicação Nº 2359360

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1025/2020

REFERENTE AQUISIÇÃO DE UMA PORTA DE VIDRO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. GLACIAL COMERCIO DE VIDROS LTDA - CNPJ: 16.680.552/0001-28. Valor do repasse: R\$ 1.310,00 (MIL TREZENTOS E DEZ REAIS).

Lontras, 14 DE FEVEREIRO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2508/2020

Publicação Nº 2359019

LEI Nº 2508, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS CAUSADOS EM VEÍCULO DE PROPRIEDADE DE ANDRÉ LUIZ ZAGO.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecido o direito a indenização em favor de André Luiz Zago, inscrito no CPF sob o n. 006.465.079-07, pelo dano decorrente de roçada realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º - Fica autorizado o Município de Lontras a realizar o pagamento de indenização no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), referentes aos danos materiais ocorridos no veículo MIS/UTILITARIO/JIPE, placa QJU0129, Ano fab/modelo 2018/2018, de propriedade de André Luiz Zago, CHASSI 988611126JK205185, decorrente de roçada efetuada pela Secretaria Municipal de Obras e Infra estrutura, conforme requerimento e documentos anexos a presente lei.

Art. 3º - As despesas desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 13 de fevereiro de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 96 de 16 de dezembro de 2019.

LEI Nº 2509/2020

Publicação Nº 2359040

LEI Nº 2509, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS CAUSADOS EM VEÍCULO DE PROPRIEDADE DE RONALDO GANDINI.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecido o direito a indenização em favor de Ronaldo Gandini, inscrito no CPF sob o n. 798.579.659-20, pelo dano causado em seu veículo, decorrente de uma tábua que se soltou da ponte pênsil do Riachuelo.

Art. 2º - Fica autorizado o Município de Lontras a realizar o pagamento de indenização no valor de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais), referentes aos danos materiais ocorridos no veículo VW/NOVO GOL 1.0 CITY, placa OQB2123, Ano fab/modelo 2013/2014, de propriedade de Ronaldo Gandini, CHASSI 9BWAA05U4ET039957, decorrente da tábua que se soltou da ponte pênsil do Riachuelo, conforme requerimento e documentos anexos a presente lei.

Art. 3º - As despesas desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 13 de fevereiro de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras
Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim
Projeto de Lei nº 97 de 16 de dezembro de 2019.

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 20/2020**

Publicação Nº 2358582

DECRETO N.º 20/2020

Regulamenta o Programa de Pavimentação Colaborativa de vias e calçadas para a Rua Asta Hensel.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso IV do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores dos imóveis da Rua Asta Hensel, localizada no bairro Serafim, neste Município, autorizados a participar do Programa de Pavimentação Colaborativa de vias e calçadas, tendo em vista a adesão de 100% dos moradores, nos termos da Lei n.º 1.737/2018, mediante execução das calçadas, no prazo de até 180 dias após a conclusão da obra de pavimentação da via por parte do Município de Luiz Alves.

Art. 2º As calçadas terão a largura mínima de 1,10m e os 20cm limítrofes à pista de rolamento serão considerados como faixa de serviços. A faixa de 90cm restante será considerada como passeio, onde deverá ser instalado, de forma centralizada, o piso podotátil direcional vermelho, com dimensão de 0,20x0,20x0,06m (LxCxE).

§ 1º O revestimento de toda a calçada deverá ser em paver, com as dimensões de 0,20x0,10x0,06m (CxLxE), paginação do tipo "trama", assentado sobre coxim de pó de pedra, e as fugas preenchidas com o mesmo material.

§ 2º As calçadas deverão ser executadas 15cm mais altas em relação à pista de rolamento.

§ 3º Nas testadas em que for possível a pavimentação com largura superior a 1,10m, deverão ser executadas faixas de interferência (conforme definição no § 2º do artigo 109 da Lei Complementar n.º 002/2007) na porção que exceder a largura de 1,10m. Nesse caso, o piso podotátil direcional deverá permanecer centralizado na faixa de 90cm referente ao passeio projetado.

§ 4º A faixa de passeio terá inclinação máxima de 3% no sentido da pista de rolamento.

Art. 3º Os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores de imóveis localizados em frente às faixas de pedestres deverão executar rampas em paver, com largura mínima de 1,50m, rebaixadas ao nível da rua para garantir a acessibilidade (Anexo I) e inseridas dentro da faixa de serviços.

Art. 4º Deverá ser instalado piso podotátil vermelho do tipo alerta nas rampas que dão acesso às faixas de pedestres (Anexo I). As peças do tipo alerta a serem instaladas nesses casos poderão ter largura diferenciada, não menor que 25cm, para sua viabilidade (Anexo I).

Art. 5º Todas as rampas de acesso, tanto para as de pedestres quanto para as de veículos, deverão estar localizadas dentro da faixa de serviços, permitindo que o passeio tenha largura mínima de 1,10m.

Art. 6º Quando houver poste existente na área em que deveria ser instalado o piso podotátil direcional vermelho, o piso deverá ser instalado com um desvio de 45º no sentido da pista de rolamento, seguindo em pelo menos 1,5m neste desvio, com retorno ao local projetado (Anexo II).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 11 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 02/2020 - PROCESSO SELETIVO N.º 02/2018

Publicação Nº 2358774

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 02/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 02/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 13 de fevereiro de 2020.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 02/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Operador de máquina – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

N.º da inscrição	Candidato(a)
0000638	José Souza de Oliveira

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 02/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;

2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;

3. Cópia do PIS/PASEP;

4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

4.1. CPF;

4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);

4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;

4.3. Título de eleitor;

4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);

4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;

4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;

4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;

4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;

4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.10. Comprovante de residência atualizado;

4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;

4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);

4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site:

< <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: < <https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);

5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;

6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);

7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
10.2. 02 (duas) cópia do RG;
10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 02/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 02/2018.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 02/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	

Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmacêutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vigilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 10/2020 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

Publicação Nº 2358773

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 10/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Concurso Público n.º 01/2019 para provimento de cargos efetivos de servidores públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 17:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias úteis para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental, realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.2. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62/2014.

4. DA POSSE

4.1. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

4.2. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 14 de fevereiro de 2020.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 10/2020

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo – Motorista (categoria E)

N.º Inscrição	Candidato
11480	VAGNER LEANDRO PASQUALI

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2020

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
2. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
3. Cópia do cartão do PIS/PASEP, caso não estiver anotado junto ao CTPS;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. Documento de Identidade - RG ou carteira de órgão de classe profissional, no caso de carreira regulamentada;
 - 4.2. Documento oficial com número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, caso não conste no RG ou na carteira de órgão de classe profissional;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.5. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.6. Certidão de Casamento ou, se solteiro, Certidão de Nascimento.
5. Cópia das Certidões de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
6. Cópia do RG dos filhos menores de idade e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
7. Cópia da Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
8. Atestado de frequência escolar de filhos com mais de 06 (seis) anos, em idade escolar, emitida pela Secretaria de Educação ou na escola em que a criança frequente;
9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
10. Comprovante de residência atualizado;
11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
12. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, emitido junto ao endereço eletrônico <<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>;
13. Ficha de Qualificação Cadastral, emitido junto ao endereço eletrônico <<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>>;
14. Certidão de quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>;
15. Certidões negativas de ações cíveis e criminais expedidas pelo TJSC e pela Justiça Federal de Santa Catarina, emitidas nos seguintes

endereços eletrônicos;

15.1. <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> ;15.2. <<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>> ;15.3. < <https://www2.trf4.jus.br/trf4/>> .

16. Declaração assinada por profissional da saúde, junto às Unidades de Saúde, de que o candidato encontra-se com a sua situação vacinal atualizada (conforme Anexo II),

17. Declaração de Bens assinada (conforme Anexo II), podendo ser substituída pela Declaração de Imposto de Renda;

18. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (conforme Anexo II);

19. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (conforme Anexo II);

20. Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (conforme Anexo II);

21. Dados para contato: número de telefone, endereço atualizado e e-mail;

22. Documentação para abertura de conta no banco:

22.1. 02 (duas) cópias do CPF;

22.2. 02 (duas) cópia do RG;

22.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO VACINAL

Declaro que o paciente _____ encontra-se com a sua situação vacinal atualizada até a presente data, tendo seu esquema vacinal completo ou devendo realizar sua próxima dose conforme quadro abaixo:

Febre Amarela (FA)	() esquema vacinal completo () não realizada	Aprazamento: ____/____/____
Tríplice Viral (VTV)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____ Aprazamento: ____/____/____
Hepatite B (Hb)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____
Dupla Adulto (dT)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____
Houve restrição na aplicação de alguma vacina?	() Sim () Não	Se sim, justifique: () Gestante () Amamentando () Vacina contraindicada para a pessoa () Outras restrições
A vacina não realizada poderá ser feita em outro momento?	() Sim () Não	

Luiz Alves, ____/____/____.

Carimbo e Assinatura do Profissional de Saúde

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no Concurso Público nº 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no Concurso Público nº 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, DECLARO RENUNCIAR, em caráter definitivo, a posse para o cargo de _____.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não soufrí penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 - Lei da Ficha Limpa.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 10/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma completo;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;

5. Raio-X de torác com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor);
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).
13. Acuidade visual (para motorista);
14. Eletroencefalograma (para motoristas);
15. Comprovante de vacinação para as seguintes doenças:
 - 15.1. Hepatite B (Hb);
 - 15.2. Dupla Adulto (dT);
 - 15.3. Tríple viral (VTV);
 - 15.4. Febre Amarela (FA).

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE N.º 01/2020 - PROCESSO SELETIVO N.º 02/2018

Publicação Nº 2358761

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE N.º 01/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o item 13.1 do Edital n.º 02/2018, PRORROGA o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2018, observadas as seguintes condições:

1. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL N.º 02/2018

- 1.1. Torna público a prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Edital nº 02/2018, pelo período de 01 (um) ano, garantindo o resultado final do certame para futuras contratações de pessoal por tempo determinado.
- 1.2. Durante a nova vigência do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a necessidade de substituição dos contratados ou de novas contratações, serão convocados os aprovados na seleção, conforme a lista de classificação homologada, e as quantidades de vagas estabelecidas no Edital nº 02/2018.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na aplicação deste Edital de Prorrogação, serão dirimidos pela Secretaria Municipal da Administração.

Luiz Alves, 28 de janeiro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10/2020 – 5º ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2017 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Publicação Nº 2358814

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10/2020 – 5º ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2017 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: CELK SISTEMAS LTDA. – CNPJ: 03.434.978/0001-50.

1. DO PRAZO: Com fundamento na cláusula treze do Contrato n.º 16/2017 e no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, resolvem de comum acordo prorrogar até o dia 06 de julho de 2020.
2. DOS VALORES: O valor do presente aditivo será no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) acrescidos ao valor original do Contrato.

Luiz Alves, 06 de fevereiro de 2020.
Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

PORTARIA 57/2020

Publicação Nº 2358614

PORTARIA N.º 57/2020

Nomeia Coordenadora Pedagógica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Sr.ª MARIA DA GLÓRIA FURLANI, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica, junto à Secretaria

Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 58/2020

Publicação Nº 2358620

PORTARIA N.º 58/2020

Nomeia Coordenadora Pedagógica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Sr.ª ROSELENE KNISS ZATELLI, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 59/2020

Publicação Nº 2358626

PORTARIA N.º 59/2020

Rescinde contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir os contratos firmados com os servidores abaixo elencados, admitidos em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Administração:

I – EDNA KULKAMP DA SILVA, assistente administrativo;

II – PAULO DE OLIVEIRA SILVA, assistente administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 60/2020

Publicação Nº 2358631

PORTARIA N.º 60/2020
Exonera Diretor do Departamento Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. GABRIEL ELIAS DA SILVA, do cargo comissionado de Diretor do Departamento Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 12 de fevereiro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 61/2020

Publicação Nº 2358700

PORTARIA N.º 61/2020
Nomeia Diretora do Departamento Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Sr.ª EDNA KULKAMP DA SILVA, para o cargo em comissão de Diretora do Departamento Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 13 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 12 de fevereiro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 62/2020

Publicação Nº 2358738

PORTARIA N.º 62/2020
Nomeia Diretor do Departamento Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Sr. PAULO DE OLIVEIRA SILVA, para o cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 13 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 12 de fevereiro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 66/2020

Publicação Nº 2358744

PORTARIA N.º 66/2020

Nomeia servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Sr.ª BRUNA GOLINSKI, para o cargo de profissional de educação física, junto à Secretaria Municipal de Esportes e Cultura, em razão de sua aprovação no Concurso Público n.º 01/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 67/2020

Publicação Nº 2358748

PORTARIA N.º 67/2020

Nomeia Diretor do Departamento de Atenção à Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Sr. GABRIEL ELIAS DA SILVA, para o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Atenção à Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 13 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 69/2020

Publicação Nº 2358760

PORTARIA N.º 69/2020

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª AMANDA BARROS FÉLIX, atendente de educação infantil, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 13 de fevereiro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL 002/2020 - NOMEIA COMISSÃO ELEITORAL - CIPA

Publicação Nº 2359338

EDITAL Nº 002/2020 de 14 de fevereiro de 2020.

"DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL - CE PARA PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES- CIPA- PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna, no exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXII e art. 39, § 3º da Constituição Federal, considerando a Lei Municipal nº 1470 de 11 de outubro de 2016 e alterações posteriores, DESIGNA os cipeiros: JULIANA CORBANI, DÉBORA TAIS MENLAK, ELSON WILLIAM DE MATOS e LUIZ CARLOS COSTA, para comporem a Comissão Eleitoral - CE, sendo os dois primeiros indicados na condição de Presidente e Secretária respectivamente e os demais na condição de membros. A eleição acontecerá no dia 12 de março de 2020, a partir das 07h45min nos locais a serem definidos e divulgados em Edital.

Luzerna(SC), 14 de fevereiro de 2020.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1877

Publicação Nº 2359163

DECRETO Nº 1877, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

REGULAMENTA O PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARTICULAR TERCEIRIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA O ANO DE 2020.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 546, de 25 de outubro de 2011.

DECRETA :

Art. 1º O programa de apoio e incentivo previsto pela Lei 546/2011, fica regulamentado por este Decreto, sendo implementado para o ano de 2020, com conjeturas por este decreto.

Parágrafo único – Os trabalhos de incentivos e apoio regulados por este Decreto terão sua vigência até o dia 31/12/2020, ou até que houver recursos.

Art. 2º O incentivo e apoio concedido ao produtor rural macieirense será de 550 horas máquinas, que serão contratadas pela Prefeitura junto às empresas ou pessoas físicas terceirizadas e especializadas neste trabalho, sendo prestados na propriedade do interessado, sendo 50% do valor dos serviços de máquinas pago através de incentivo ao produtor rural pela Prefeitura Municipal e 50% do valor das horas pagas pelo produtor.

Parágrafo primeiro. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator agrícola, 4X4, potência mínima de 60 cv, com ensiladeira equipada acoplada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinados ao atendimento dos produtores rurais do município, previsto pelo parágrafo 3º. Da Lei 546/2011.

Parágrafo segundo. Para a contratação das empresas terceirizadas deverão se observar os processos licitatórios nos moldes legais previstos.

Parágrafo terceiro. O número de horas a ser concedido a cada interessado, de acordo com o disposto no art. 5º. da Lei 546/2011, não poderá exceder a 16 horas/máquina por interessado/beneficiário.

Parágrafo quarto. O período de trabalho das máquinas terceirizadas contratadas será realizado até o dia 31/12/2020, ou até se esgotar o recurso previsto por este Decreto, independentemente de quantos interessados/beneficiados estiverem escritos.

Art. 3º A habilitação dos interessados beneficiários e plano de trabalho para a implementação do serviço, será na forma prevista pelo art. 7º. e seus parágrafos da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro. O prazo de habilitação dos interessados/beneficiários será do período da Licitação até 31/12/2020.

Parágrafo segundo. Não serão aceitos pedidos de habilitação fora do prazo prescrito pelo parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro. No caso de não serem atendidos todos os interessados/beneficiados que se habilitarem, quer seja por falta de recurso, ou qualquer outra situação que obste o trabalho das máquinas, e ainda, ultrapassado o período previsto para a implementação deste programa de incentivo e apoio, serão considerados suspensos os trabalhos, até a edição de novo Decreto, devendo o interessado/beneficiado novamente se habilitar junto à Secretaria competente.

Art. 4º Para cobrir as despesas com programa de incentivo e apoio será utilizado recurso na ordem de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de acordo com a disponibilidade da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme prevê o art. 11 da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro. No caso de vencido o prazo deste Decreto, ou esgotados os recursos previstos, serão encerrados os trabalhos do programa de incentivo e apoio através de horas máquinas.

Parágrafo segundo. Em se encerrando os trabalhos do programa, bem como no caso de vencido o prazo deste Decreto, e havendo saldo remanescente do recurso previsto, deverá o numerário retornar aos cofres públicos.

Art. 5º Para cada serviço realizado na propriedade do interessado/beneficiado, deverá ser emitido pela Secretaria de Agricultura, um relatório constando as horas máquinas trabalhadas, a espécie de serviços prestados, quais as máquinas que foram utilizadas e ao final constar a data e assinatura do Secretário da Agricultura e do interessado/beneficiado, para fins de conferência e prestação de contas do recurso público aplicado.

Art. 6º O pagamento será efetuado ao produtor contribuinte mediante a apresentação de autorização expedida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e nota fiscal de prestação dos serviços.

Art. 7º A concessão das 16 horas aos produtores macieirenses devem observar as condições abaixo:

Parágrafo primeiro. A utilização deverá respeitar os seguintes critérios:

- a) A utilização das 16 horas dos implementos agrícolas supra mencionados somente poderão ser fornecidos por agricultor, ou seja, apenas a utilização das horas por um agricultor, com propriedade, uma única vez ao ano;
- b) Não poderá ser cedido a utilização do serviço ora disponibilizado para esposa, companheira e filhos do agricultor beneficiado, exceto quando o filho possuir família independente, com bloco de nota de produtor rural, na mesma propriedade do pai, ou em outra.
- c) O produtor interessado deverá manter cadastro na Secretaria de Agricultura para receber os benefícios, apoio e incentivo deste Decreto;
- d) Ao Agricultor/produtor não poderá se encontrar em débito com a Municipalidade;
- e) O agricultor/produtor deverá ainda possuir propriedade e/ou posse, no município e possuir nota de produtor rural;
- f) O serviço poderá ser solicitado, nos mesmos moldes e comprovações acima, quando houver arrendamento de área devidamente formalizado e comprovado desde que possua bloco de produtor rural no município.

Art. 8º Os beneficiários interessados deverão comparecer à sede do Paço Público, na Secretaria de Agricultura, munidos da documentação exigida por este Decreto, e preencher a documentação necessária para a inscrição do serviço, para posterior análise e deferimento.

Art. 9º As áreas de lavoura a serem executadas os trabalhos devem oferecer condições de operação com os equipamentos, quanto a topografia, pedregosidade, umidade do solo, etc..., não sendo executado os serviços em áreas que não apresente condições de trabalho, considerando a segurança do operador e a preservação dos equipamentos. Em caso de conflito, o secretário Municipal de Agricultura fará a mediação entre o prestador de serviço e o agricultor favorecido.

Art. 10. Os beneficiários inscritos e aprovados, deverão retornar a Secretaria Municipal de agricultura para confirmar a data exata da execução dos serviços com no mínimo cinco dias de antecedência para programação dos serviços.

Art. 11. A distribuição dos serviços ora regulamentada tem o condão de fazer com que este incentivo apoio chegue a todos os agricultores igualmente, ou seja, para que todos possam ser beneficiados, sem que o serviço disponibilizado fique restrito apenas à uma ou mais propriedades, ou mesmo privilegie apenas uma família de agricultores, em detrimento das demais.

Art. 12. Este decreto deverá ser publicado e afixado em locais públicos, de forma que possa chegar ao conhecimento de todos os interessados/beneficiados para fins da habilitação para o programa de incentivo e apoio.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 14 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4336

Publicação Nº 2359213

PORTARIA Nº 4336/2020

CONCEDER AVANÇO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 80 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Servidor Público Municipal, e Decreto nº 1571, de 09 de maio de 2016, Lei Complementar Municipal nº 87 de 26 de junho de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Considerando a avaliação de desempenho realizada por comissão designada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por merecimento, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, a partir de fevereiro de 2020, de acordo com a avaliação de desempenho, referente ao ano de 2019.

NOME	CARGO	REFERÊNCIA ANTERIOR	REFERÊNCIA NOVA
Alexa R Di Domenico	Prof. Artes	1-B	1-C
Bruna Dalmina	Prof. Matemática	1-C	1-D
Cleciane R Tonello	Prof. Pedagogo	1-C	1-D
Cristina Lazzarotti	Prof. História	1-B	1-C
Evelize Zanella	Prof. Ed. Física	1-B	1-C
Franciele M Colaço	Prof. Inglês	1-C	1-D
Ivan C Carneiro	Prof. Ed. Física	1-C	1-D
Lucila M Gemelli	Prof. Inglês	1-A	1-B
Marlene Ap S Cesca	Prof. Pedagogo	1-H	1-I

Nadir Z Telegen	Prof. Português	1-C	1-D
Neiva B Maffessoni	Prof. Pedagogo	1-E	1-F

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 14 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4337

Publicação Nº 2359244

PORTARIA Nº 4337/2020

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados:

NOME		CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
SERJO DONATO SERIGHELLI		MOTORISTA I	01/04/2018 A 31/03/2019	03/02/2020 A 03/03/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, 14 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - PREGÃO Nº 025/2020

Publicação Nº 2360345

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - PREGÃO Nº 025/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotivos sem motorista nem combustível para atender as demandas das secretarias municipais, através da Secretaria Municipal de Administração, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 05/03/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 05/03/2020. Início da disputa 09h00min do dia 05/03/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.bre www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 14 de fevereiro de 2020.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

Publicação Nº 2360344

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais e produtos de limpeza, destinados as Unidades de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 04/03/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 04/03/2020. Início da disputa 09h00min do dia 04/03/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.bre www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 14 de fevereiro de 2020.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

Publicação Nº 2360346

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar transporte de pacientes a outros municípios via TFD (Tratamento Fora de Domicílio), através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 10/03/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 10/03/2020. Início da disputa 09h00min do dia 10/03/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas

alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 17 de fevereiro de 2020.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

Publicação Nº 2360343

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 06/03/2020. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 06/03/2020. Início da disputa 09h00min do dia 06/03/2020. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 14 de fevereiro de 2020.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO - EDITAL 002/2016 - SMS

Publicação Nº 2358834

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 4049, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca os (as) candidatos (as) a seguir relacionados (as), aprovados (as) no Processo Seletivo nº 002/2016-SMS desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1386, Mafra - SC, no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os (as) CANDIDATOS (as) CONVOCADOS (as) a seguir:

Comparecer até dia 17 /02/2020 (para manifestar interesse pela vaga):

Nome	Cargo
Andriele Walegurski Rodrigues	Técnico em enfermagem (ESF)
Hemerson Henrique Corso da Rosa	Técnico em enfermagem (ESF)
Ana Claudia Luiz Huinka Taborda	Técnico em enfermagem (ESF)

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 002/2016, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação. Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 002/2016 desta Municipalidade.

Mafra, 12 de fevereiro de 2020.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Alexandre Solesinski
Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 015/2020

Publicação Nº 2359839

DECRETO Nº 015, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/PMM/2020, REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº 001/PMM/2020, PARA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII e IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Maracajá, realizou no dia 09 de Fevereiro de 2020, Processo Seletivo de Provas para a seleção de pessoal em Funções Públicas Temporárias no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Maracajá;

CONSIDERANDO ainda, que realizadas as provas foi dado conhecimento do seu resultado, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados no site <https://www.unesc.net> e www.maracaja.sc.gov.br;

CONSIDERANDO que houve divulgação, na forma da Lei, do Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/PMM/2020, após todas as decisões da Empresa contratada para a realização do Processo Seletivo no Município, a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA - FUCRI**, de todos os Recursos e que após estes não houve quaisquer outros recursos pendentes e impetrados por candidatos;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Processo Seletivo de Maracajá concernente ao Edital nº 001/PMM/2020;

CONSIDERANDO que a Comissão Organizadora, Avaliadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo nº 001/PMM/2020, constituída pelo Decreto Municipal nº 105, de 19 de Novembro de 2019, encerrou seus trabalhos com a apresentação de um Parecer e a entrega do Resultado Final do Certame, para aqueles candidatos aprovados nas vagas onde o Edital exigia tão somente a Prova Teórica;

CONSIDERANDO que o Resultado do Processo Seletivo nº 001/PMM/2020, realizado em 09 de Fevereiro de 2020, para as vagas que exigia apenas Prova Teórica, está apto a ser **Homologado** na forma da Lei;

CONSIDERANDO que os candidatos aprovados nos cargos de Professores e Auxiliar de Ensino de Educação Infantil estão convocados para apresentar-se na Prefeitura Municipal de Maracajá no dia 16(domingo) de fevereiro de 2020 às 9h (nove horas) para contratação;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão,

D E C R E T A:

Art. 1º Depois de transcorridos os prazos estabelecidos para o exercício do direito de recurso contra as listagens de classificação final de todos os Cargos referentes ao Processo Seletivo nº 001/PMM/2020, ***Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo***, concernente ao Edital nº 001/PMM/2020, para contratação temporária em cargos públicos no município de Maracajá, publicado nesta data, conforme anexo a este Decreto Municipal, à vista do Parecer apresentado pela Comissão Organizadora, Avaliadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo, para seleção de pessoal para suprir a necessidade temporária de pessoal de excepcional interesse público de cargos vagos na Administração Municipal.

Art. 2º A convocação dos aprovados se dará por Ato Oficial emitido pela Divisão de Recursos Humanos do Município de Maracajá, fixado no mural da prefeitura e comunicado pelo telefone de cadastro do aprovado no ato de inscrição ao processo seletivo.

Parágrafo único. A documentação a ser apresentada pelo aprovado será a especificada no Edital nº 001/PMM/2020.

Art. 3º O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 (ano), podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 4º As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, ou as que vierem existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidas, mediante convocação, nos termos do Edital, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 5º O Parecer da Comissão do Processo Seletivo instituída pelo Decreto Municipal nº 105, de 19 de Novembro de 2019, bem como a relação nominal dos aprovados/classificados, são partes integrantes deste Decreto.

Art. 6º Determina a publicação de todos os candidatos aprovados, para as vagas que exigia apenas Prova Teórica.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 14 de Fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal de Maracajá

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração,
em 14 de Fevereiro de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALLI
Secretária de Administração

PREFEITURA DE MARACAJÁ PROCESSO SELETIVO - 001/PMM/2020 ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC CLASSIFICAÇÃO GERAL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
191	1º	VITOR AUGUSTO SAWA	Agente de combate de endemias	14	17	31	NÃO SE APLICA			21/02/1988	Classificado	Ampla Concorrência
20	2º	LUANA SCARABELOT FRANCISCO	Agente de combate de endemias	9	14	23	NÃO SE APLICA			18/12/1996	Classificado	Ampla Concorrência
132	1º	JULIANA DA SILVA BIF	Assistente Social	10	19	29	NÃO SE APLICA			24/07/1992	Classificado	Ampla Concorrência
116	1º	WESLEY PIRES SILVA	Auxiliar de Agente Administrativo	15	23	38	NÃO SE APLICA			15/06/1994	Classificado	Ampla Concorrência
545	2º	YURI EMERIM TEIXEIRA	Auxiliar de Agente Administrativo	13	22	35	NÃO SE APLICA			04/12/1996	Classificado	Ampla Concorrência
713	3º	CAROLINE GONÇALVES CARDOSO	Auxiliar de Agente Administrativo	11	23	34	4,40	13,80	18,20	08/08/1995	Classificado	Ampla Concorrência
517	4º	JOSUÉ BORGES DE OLIVEIRA	Auxiliar de Agente Administrativo	13	21	34	5,20	12,60	17,80	23/02/1988	Classificado	Ampla Concorrência
741	5º	RUAN BARBOSA FERREIRA	Auxiliar de Agente Administrativo	13	21	34	5,20	12,60	17,80	20/12/1999	Classificado	Ampla Concorrência
604	6º	CLAUDIA ROSANE GUILLET STENSTRASSER	Auxiliar de Agente Administrativo	9	23	32	3,60	13,80	17,40	05/08/1970	Classificado	Ampla Concorrência
159	7º	GRAZIANE PEREIRA FERNANDES	Auxiliar de Agente Administrativo	12	20	32	4,80	12,00	16,80	08/01/1998	Classificado	Ampla Concorrência
631	8º	WAGNER ARNOLD POLICARPO	Auxiliar de Agente Administrativo	12	20	32	4,80	12,00	16,80	25/05/1999	Classificado	Ampla Concorrência

303	9º	MAURICIO POLATTI DA SILVA	Auxiliar de Agente Administrativo	10	21	31	4,00	12,60	16,60	23/10/1973	Classificado	Ampla Concorrência
501	10º	RENAN FELISBERTO DE ASSIS	Auxiliar de Agente Administrativo	10	21	31	4,00	12,60	16,60	04/01/1992	Classificado	Ampla Concorrência
276	11º	RÔMULO DE OLIVEIRA COSTA	Auxiliar de Agente Administrativo	11	20	31	4,40	12,00	16,40	26/09/2001	Classificado	Ampla Concorrência
794	12º	DIONE DE CANDIA	Auxiliar de Agente Administrativo	8	22	30	3,20	13,20	16,40	16/04/1980	Classificado	Ampla Concorrência
596	13º	THALES KAUTZMANN PADILLA	Auxiliar de Agente Administrativo	8	22	30	3,20	13,20	16,40	18/11/1990	Classificado	Ampla Concorrência
200	14º	HELENA DA ROCHA	Auxiliar de Agente Administrativo	8	21	29	3,20	12,60	15,80	01/10/1997	Classificado	Ampla Concorrência
719	15º	GUSTAVO CECHINEL	Auxiliar de Agente Administrativo	9	20	29	3,60	12,00	15,60	26/03/2001	Classificado	Ampla Concorrência
430	16º	PAULO HENRIQUE SERAFIM	Auxiliar de Agente Administrativo	10	19	29	4,00	11,40	15,40	05/12/1994	Classificado	Ampla Concorrência
629	17º	YDUAN FELISBINO	Auxiliar de Agente Administrativo	8	20	28	NÃO SE APLICA			04/05/1999	Classificado	Ampla Concorrência
168	18º	SAMARA MARIA CUSTÓDIO FREZZA	Auxiliar de Agente Administrativo	8	19	27	3,20	11,40	14,60	29/04/1991	Classificado	Ampla Concorrência
442	19º	ANDRESSA MARCELINO DOS SANTOS	Auxiliar de Agente Administrativo	9	18	27	3,60	10,80	14,40	10/06/2000	Classificado	Ampla Concorrência
565	20º	RODRIGO LIMA VIEIRA	Auxiliar de Agente Administrativo	11	16	27	4,40	9,60	14,00	12/05/1997	Classificado	Ampla Concorrência
181	21º	NAIARA TEIXEIRA RABELO	Auxiliar de Agente Administrativo	7	19	26	2,80	11,40	14,20	03/01/1999	Classificado	Ampla Concorrência
493	22º	ALESSANDRA MENEGARO	Auxiliar de Agente Administrativo	8	18	26	3,20	10,80	14,00	10/07/1988	Classificado	Ampla Concorrência
771	23º	JAIRO DE SOUZA LUIZ	Auxiliar de Agente Administrativo	9	17	26	3,60	10,20	13,80	26/12/1968	Classificado	Ampla Concorrência
146	24º	CHARLENE PEREIRA SOARES	Auxiliar de Agente Administrativo	9	17	26	3,60	10,20	13,80	03/12/1983	Classificado	Ampla Concorrência
15	25º	TAMARA CRISTINA LEANDRO DE OLIVEIRA	Auxiliar de Agente Administrativo	6	19	25	2,40	11,40	13,80	05/04/1983	Classificado	Ampla Concorrência
24	26º	LUIZ SILVESTRE	Auxiliar de Agente Administrativo	9	16	25	3,60	9,60	13,20	05/06/1991	Classificado	Ampla Concorrência
711	27º	GIORGIA DA ROCHA	Auxiliar de Agente Administrativo	9	16	25	3,60	9,60	13,20	03/07/1997	Classificado	Ampla Concorrência
678	28º	LUCAS DA SILVA	Auxiliar de Agente Administrativo	5	19	24	2,00	11,40	13,40	03/09/2001	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
734	29º	AMANDA DE FREITAS DOS SANTOS	Auxiliar de Agente Administrativo	7	17	24	2,80	10,20	13,00	08/05/1996	Classificado	Ampla Concorrência
478	30º	ANA VITÓRIA DORDETE SAVI	Auxiliar de Agente Administrativo	9	15	24	3,60	9,00	12,60	16/02/2001	Classificado	Ampla Concorrência
343	31º	ADRIELE DA SILVA ARCEVO	Auxiliar de Agente Administrativo	5	18	23	NÃO SE APLICA			13/01/1999	Classificado	Ampla Concorrência
749	32º	VITÓRIA DOS SANTOS GIASSI	Auxiliar de Agente Administrativo	4	18	22	1,60	10,80	12,40	13/11/1998	Classificado	Ampla Concorrência
35	33º	VANESSA DA ROCHA FIGUEREDO	Auxiliar de Agente Administrativo	6	16	22	2,40	9,60	12,00	27/12/1996	Classificado	Ampla Concorrência
13	34º	LUANA DA SILVA MOTTA	Auxiliar de Agente Administrativo	6	15	21	2,40	9,00	11,40	31/08/1998	Classificado	Ampla Concorrência
30	35º	FRANCIELI GONÇALVES MEDEIROS	Auxiliar de Agente Administrativo	6	15	21	2,40	9,00	11,40	17/02/2000	Classificado	Ampla Concorrência
395	36º	JAINÉ WATERKEMPER	Auxiliar de Agente Administrativo	6	14	20	NÃO SE APLICA			03/05/2001	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
40	1º	MICHELE FERNANDES DA SILVA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 20h	5	21	26	2,00	12,60	14,60	19/05/1987	Classificado	Ampla Concorrência

708	2ª	BÁRBARA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 20h	5	21	26	2,00	12,60	14,60	19/05/1999	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
288	1ª	JUCIMARA SOARES DAHMER	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	15	25	40	NÃO SE APLICA			17/09/1996	Classificado	Ampla Concorrência
182	2ª	RITYELLE MEDEIROS GONÇALVES	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	13	25	38	5,20	15,00	20,20	30/05/1998	Classificado	Ampla Concorrência
680	3ª	NATÁLIA DA SILVA JERÔNIMO	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	15	23	38	6,00	13,80	19,80	14/09/1999	Classificado	Ampla Concorrência
486	4ª	SILVIO SOARES DAHMER	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	13	24	37	NÃO SE APLICA			16/08/1993	Classificado	Ampla Concorrência
263	5ª	DAIANY WERNKE FORTUNATO	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	9	24	33	3,60	14,40	18,00	26/01/1989	Classificado	Ampla Concorrência
464	6ª	MONICA APARECIDA MARTINS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	9	24	33	3,60	14,40	18,00	02/06/2000	Classificado	Ampla Concorrência
648	7ª	JOÃO MANOEL DE ALMEIDA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	10	23	33	4,00	13,80	17,80	18/03/1991	Classificado	Ampla Concorrência
380	8ª	ISTÉFANNY PEREIRA DA CRUZ	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	10	23	33	4,00	13,80	17,80	02/10/2000	Classificado	Ampla Concorrência
332	9ª	THAISY MARIA GOULARTÉ MOTA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	7	25	32	2,80	15,00	17,80	31/08/1999	Classificado	Ampla Concorrência
73	10ª	EMELY CRISTIANE FREITAS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	9	23	32	3,60	13,80	17,40	03/12/1990	Classificado	Ampla Concorrência
601	11ª	GILENE OLIVEIRA BARROS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	8	23	31	NÃO SE APLICA			10/08/1987	Classificado	Ampla Concorrência
742	12ª	ANDRESSA DE OLIVEIRA MELO	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	7	23	30	2,80	13,80	16,60	05/03/1994	Classificado	Ampla Concorrência
186	13ª	VERÔNICA BERTI	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	8	22	30	3,20	13,20	16,40	19/06/2000	Classificado	Ampla Concorrência
556	14ª	KETHILEY GOULARTÉ MOTA BORGES	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	9	21	30	3,60	12,60	16,20	11/04/1996	Classificado	Ampla Concorrência
399	15ª	JULIANA BARBOSA MEDEIROS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	10	20	30	4,00	12,00	16,00	06/08/1981	Classificado	Ampla Concorrência
52	16ª	LUANA MAGAGNIN	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	7	22	29	2,80	13,20	16,00	31/08/1999	Classificado	Ampla Concorrência
657	17ª	GISLAINE PASSAURA DE MATTOS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	10	19	29	4,00	11,40	15,40	09/08/1988	Classificado	Ampla Concorrência
7	18ª	TAYNA PADILHA DA SILVA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	10	19	29	4,00	11,40	15,40	05/04/1995	Classificado	Ampla Concorrência
659	19ª	LARISSA DUMER DE VILA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	23	28	2,00	13,80	15,80	06/01/1989	Classificado	Ampla Concorrência
66	20ª	CÁSSIA FERNANDES DA SILVA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	6	22	28	2,40	13,20	15,60	15/06/1999	Classificado	Ampla Concorrência
679	21ª	JAQUELINE FARIAS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	8	20	28	3,20	12,00	15,20	20/12/1985	Classificado	Ampla Concorrência
133	22ª	GISELE DA SILVA MACHADO	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	8	20	28	3,20	12,00	15,20	10/04/2001	Classificado	Ampla Concorrência
152	23ª	MARIA CLAUDIA FERNANDES	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	9	19	28	3,60	11,40	15,00	07/05/1975	Classificado	Ampla Concorrência
329	24ª	CAROLAINÉ KAMMER	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	22	27	2,00	13,20	15,20	17/04/1999	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
250	25ª	NATÁLIA SCARABELO FARIAS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	22	27	2,00	13,20	15,20	21/12/2000	Classificado	Ampla Concorrência
435	26ª	NAIARA DOS ANJOS DE FREITAS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	21	26	2,00	12,60	14,60	07/02/1994	Classificado	Ampla Concorrência
641	27ª	MARISTELA LOURENÇO DA SILVA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	6	20	26	2,40	12,00	14,40	04/03/1961	Classificado	Ampla Concorrência
321	28ª	GLAUCIA DO SOCORRO DA SILVA NONATO	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	6	20	26	2,40	12,00	14,40	10/12/1976	Classificado	Ampla Concorrência

245	29ª	TÂNIA DE MACEDO INÁCIO DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	6	20	26	2,40	12,00	14,40	30/05/1986	Classificado	Ampla Concorrência
81	30ª	ANA CAROLINE DE JESUS	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	7	18	25	NÃO SE APLICA			02/02/1995	Classificado	Ampla Concorrência
667	31ª	ANDRÉIA DUARTE JACOBS ROCHA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	19	24	NÃO SE APLICA			16/11/1978	Classificado	Ampla Concorrência
551	32ª	FERNANDA DAROLT FERNANDES	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	18	23	2,00	10,80	12,80	26/06/1996	Classificado	Ampla Concorrência
441	33ª	SUZEN DA ROCHA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	6	17	23	2,40	10,20	12,60	28/09/1991	Classificado	Ampla Concorrência
82	34ª	DÉBORA TEIXEIRA MOTA	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	3	19	22	NÃO SE APLICA			07/02/1993	Classificado	Ampla Concorrência
160	35ª	ANDREIA RESENDE	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	3	18	21	1,20	10,80	12,00	04/03/1991	Classificado	Ampla Concorrência
653	36ª	LUANA FRANCISCA GOMES	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	6	15	21	2,40	9,00	11,40	25/05/1992	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEN DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
17	1ª	LETÍCIA GABRIELA CUNHA DE OLIVEIRA ALVES	Auxiliar em saúde bucal	5	16	21	NÃO SE APLICA			14/02/1986	Classificado	Ampla Concorrência
554	2ª	SANDRA REGINA PRESA DA BOIT MEZARI	Auxiliar em saúde bucal	7	13	20	NÃO SE APLICA			25/05/1969	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEN DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
402	1ª	KARIN GABRIELE BENDER	Enfermeiro ESF	9	20	29	3,60	12,00	15,60	19/09/1993	Classificado	Ampla Concorrência
571	2ª	ANA CAROLINA SARETTO DA SILVA	Enfermeiro ESF	9	20	29	3,60	12,00	15,60	25/10/1994	Classificado	Ampla Concorrência
699	3ª	ANGELA CRISTINA PEREIRA SILVEIRA	Enfermeiro ESF	10	19	29	4,00	11,40	15,40	10/02/1971	Classificado	Ampla Concorrência
281	4ª	BRUNA BORGES PAES	Enfermeiro ESF	11	17	28	NÃO SE APLICA			05/01/1997	Classificado	Ampla Concorrência
559	5ª	JESSICA GOBBO SILVA	Enfermeiro ESF	11	15	26	NÃO SE APLICA			08/09/1992	Classificado	Ampla Concorrência
619	6ª	BRUNA POSSAMAI PAGNAN	Enfermeiro ESF	8	17	25	NÃO SE APLICA			14/10/1997	Classificado	Ampla Concorrência
541	7ª	MILENA PEREIRA VIANNA	Enfermeiro ESF	8	15	23	3,20	9,00	12,20	20/05/1996	Classificado	Ampla Concorrência
90	8ª	CAMILA FERNANDES MOTA	Enfermeiro ESF	10	13	23	4,00	7,80	11,80	29/04/1998	Classificado	Ampla Concorrência
401	9ª	SABRINA SILVA DO CANTO	Enfermeiro ESF	9	13	22	NÃO SE APLICA			31/07/1984	Classificado	Ampla Concorrência
483	10ª	ANA CAROLINE ARAUJO BORGES	Enfermeiro ESF	6	15	21	2,40	9,00	11,40	07/07/1994	Classificado	Ampla Concorrência
257	11ª	LUANA VIANA DA SILVA WESTRUP	Enfermeiro ESF	7	14	21	2,80	8,40	11,20	20/02/1991	Classificado	Ampla Concorrência

563	12ª	MALU MANARIN NUNES DE SOUZA	Enfermeiro ESF	8	12	20	NÃO SE APLICA			20/10/1995	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEN DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
712	1ª	PIETRO DA ROCHA MACALOSI	Engenheiro Civil	14	15	29	NÃO SE APLICA			28/06/1996	Classificado	Ampla Concorrência
488	2ª	ERICA MACHADO	Engenheiro Civil	12	15	27	NÃO SE APLICA			10/09/1994	Classificado	Ampla Concorrência
190	3ª	LARA DIULIANE BOSSE	Engenheiro Civil	12	14	26	4,80	8,40	13,20	21/11/1995	Classificado	Ampla Concorrência
705	4ª	MAXWEL REGIS CARVALHO COSTA	Engenheiro Civil	14	12	26	5,60	7,20	12,80	28/03/1981	Classificado	Ampla Concorrência
539	5ª	RAMON DE SOUZA HENRIQUE	Engenheiro Civil	12	13	25	4,80	7,80	12,60	02/08/1986	Classificado	Ampla Concorrência
134	6ª	SILVIO VUOLO NETO	Engenheiro Civil	12	13	25	4,80	7,80	12,60	29/12/1994	Classificado	Ampla Concorrência
94	7ª	PATRICIA CABRAL CECHINEL	Engenheiro Civil	8	16	24	3,20	9,60	12,80	21/03/1990	Classificado	Ampla Concorrência
378	8ª	WELITON KAMMER DANIEL	Engenheiro Civil	11	13	24	4,40	7,80	12,20	18/03/1997	Classificado	Ampla Concorrência
267	9ª	JOSIEL DE LIMA	Engenheiro Civil	12	12	24	4,80	7,20	12,00	12/03/1986	Classificado	Ampla Concorrência
489	10ª	ALEXANDRE FLOMENTIN SERAFIM	Engenheiro Civil	12	12	24	4,80	7,20	12,00	17/09/1993	Classificado	Ampla Concorrência
642	11ª	PANFILO COSTA NETO	Engenheiro Civil	10	13	23	4,00	7,80	11,80	19/02/1953	Classificado	Ampla Concorrência
86	12ª	FERNANDO SALVATICO MARIANO	Engenheiro Civil	10	13	23	4,00	7,80	11,80	30/01/1986	Classificado	Ampla Concorrência
162	13ª	RICHARD PICOLO TRAMONTIN	Engenheiro Civil	11	12	23	4,40	7,20	11,60	14/03/1993	Classificado	Ampla Concorrência
706	14ª	GUILHERME ARAUJO GOMES	Engenheiro Civil	11	12	23	4,40	7,20	11,60	21/03/1995	Classificado	Ampla Concorrência
736	15ª	RUI CESAR PEREIRA FERREIRA	Engenheiro Civil	14	9	23	5,60	5,40	11,00	01/01/1957	Classificado	Ampla Concorrência
126	16ª	GABRIELA BRESSAN MACHADO	Engenheiro Civil	14	9	23	5,60	5,40	11,00	28/10/1988	Classificado	Ampla Concorrência
436	17ª	JOÃO HENRIQUE SOARES BARDINI	Engenheiro Civil	10	11	21	4,00	6,60	10,60	16/03/1996	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
140	18ª	FELIPE GOMES SAVI	Engenheiro Civil	12	9	21	4,80	5,40	10,20	19/06/1988	Classificado	Ampla Concorrência
739	19ª	BRUNO TIRLONE VITO	Engenheiro Civil	13	8	21	5,20	4,80	10,00	22/08/1997	Classificado	Ampla Concorrência
169	20ª	ANTONIO CARLOS DA SILVA LIMA	Engenheiro Civil	10	10	20	4,00	6,00	10,00	14/10/1985	Classificado	Ampla Concorrência
124	21ª	ANA CAROLINA ROCHA DE ZORZI	Engenheiro Civil	10	10	20	4,00	6,00	10,00	07/05/1995	Classificado	Ampla Concorrência
354	22ª	GUILHERME FARIAS IDALÊNCIO	Engenheiro Civil	11	9	20	4,40	5,40	9,80	25/04/1994	Classificado	Ampla Concorrência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
400	1ª	YURI DOS SANTOS TORRES	Farmacêutico	8	15	23	NÃO SE APLICA			28/07/1992	Classificado	Ampla Concorrência
546	1ª	LUIZ OCTAVIO PEREIRA	Fiscal em vigilância sanitária	12	17	29	NÃO SE APLICA			22/02/1999	Classificado	Ampla Concorrência
698	2ª	EMILIANO KAROL CORDEIRO	Fiscal em vigilância sanitária	10	15	25	4,00	9,00	13,00	03/08/1981	Classificado	Ampla Concorrência
625	3ª	KEVIN DOS NAVEGANTES SILVA	Fiscal em vigilância sanitária	11	14	25	4,40	8,40	12,80	27/07/1996	Classificado	Ampla Concorrência
792	4ª	LAIS TOPANOTTI	Fiscal em vigilância sanitária	8	16	24	3,20	9,60	12,80	06/12/1988	Classificado	Ampla Concorrência
767	5ª	WALTER ALEXANDRE CASTELLER DE SOUZA	Fiscal em vigilância sanitária	11	13	24	4,40	7,80	12,20	13/07/1999	Classificado	Ampla Concorrência
440	6ª	ANDRÉ LUIZ ZANDONADI	Fiscal em vigilância sanitária	7	16	23	2,80	9,60	12,40	29/04/1981	Classificado	Ampla Concorrência
603	7ª	JENIFFER VIEIRA NAVARRO	Fiscal em vigilância sanitária	10	13	23	4,00	7,80	11,80	07/03/1999	Classificado	Ampla Concorrência
255	8ª	INDIANARA COLOMBO RONCHI	Fiscal em vigilância sanitária	5	16	21	NÃO SE APLICA			04/07/1986	Classificado	Ampla Concorrência
796	9ª	MÁRCIO LEANDRO DE OLIVEIRA FREITAS	Fiscal em vigilância sanitária	9	11	20	NÃO SE APLICA			23/01/1977	Classificado	Ampla Concorrência
205	1ª	VANESSA PEREIRA CORRÊA	Fisioterapeuta	12	19	31	NÃO SE APLICA			02/07/1996	Classificado	Ampla Concorrência
470	2ª	JAIMILENE MOREIRA FERNANDES	Fisioterapeuta	12	18	30	NÃO SE APLICA			30/03/1990	Classificado	Ampla Concorrência
502	3ª	LUANA UGIONI DO LIVRAMENTO	Fisioterapeuta	10	19	29	4,00	11,40	15,40	03/08/1995	Classificado	Ampla Concorrência
587	4ª	BRUNA MAGNUS SPINDOLA DE LLAMAS	Fisioterapeuta	13	16	29	5,20	9,60	14,80	20/07/1990	Classificado	Ampla Concorrência

112	5ª	LARISSA DE SOUZA	Fisioterapeuta	9	19	28	3,60	11,40	15,00	20/04/1995	Classificado	Ampla Concorrência
115	6ª	VITOR KINOSHITA SOUZA	Fisioterapeuta	10	18	28	4,00	10,80	14,80	24/11/1993	Classificado	Ampla Concorrência
315	7ª	BRUNA SOUZA CIDADE	Fisioterapeuta	10	17	27	4,00	10,20	14,20	03/01/1991	Classificado	Ampla Concorrência
454	8ª	ISABELE CRISTINA CARDOSO SERAFIM	Fisioterapeuta	11	16	27	4,40	9,60	14,00	21/05/1993	Classificado	Ampla Concorrência
261	9ª	ANA CRISTINA VIEIRA SANTOS	Fisioterapeuta	11	16	27	4,40	9,60	14,00	17/10/1994	Classificado	Ampla Concorrência
23	10ª	KATHERIN KALANE KARKLE MARQUES	Fisioterapeuta	12	15	27	4,80	9,00	13,80	20/12/1994	Classificado	Ampla Concorrência
444	11ª	MARIANA RODRIGUES	Fisioterapeuta	9	17	26	NÃO SE APLICA			08/12/1992	Classificado	Ampla Concorrência
703	12ª	YONARA FLORÊNCIO	Fisioterapeuta	8	17	25	3,20	10,20	13,40	22/11/1986	Classificado	Ampla Concorrência
471	13ª	ANA CAROLINA ZAPPE MARCON	Fisioterapeuta	10	15	25	4,00	9,00	13,00	18/01/1997	Classificado	Ampla Concorrência
231	14ª	DÉBORA SILVA MARCELINO	Fisioterapeuta	9	15	24	3,60	9,00	12,60	02/10/1992	Classificado	Ampla Concorrência
507	15ª	EDILAINE ELIAS DUARTE	Fisioterapeuta	9	15	24	3,60	9,00	12,60	03/08/1994	Classificado	Ampla Concorrência
342	16ª	HIGOR KENEDY RODRIGUES DE OLIVEIRA	Fisioterapeuta	9	14	23	3,60	8,40	12,00	18/10/1994	Classificado	Ampla Concorrência
246	17ª	VICTORIA GOMES E SILVA ENGELKE	Fisioterapeuta	10	13	23	4,00	7,80	11,80	09/09/1994	Classificado	Ampla Concorrência
415	18ª	FERNANDA VICENTE HOMEM	Fisioterapeuta	10	13	23	4,00	7,80	11,80	07/04/1996	Classificado	Ampla Concorrência
252	19ª	KAYNÃ LUMMERTZ LEANDRO	Fisioterapeuta	7	15	22	2,80	9,00	11,80	26/02/1995	Classificado	Ampla Concorrência
627	20ª	MONICA DE CASTRO MOREIRA	Fisioterapeuta	10	12	22	4,00	7,20	11,20	23/02/1984	Classificado	Ampla Concorrência
47	21ª	LUANA GABRIEL DE SOUZA	Fisioterapeuta	8	13	21	NÃO SE APLICA			09/08/1995	Classificado	Ampla Concorrência
209	22ª	ELISETE COELHO DA SILVA	Fisioterapeuta	6	14	20	NÃO SE APLICA			21/02/1977	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)			DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
							NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)					
							NOTA PROVA					
370	1ª	SAMIRA CAMARGO BAUS DUTRA	Fonoaudiólogo	11	19	30	NÃO SE APLICA			14/07/1981	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência
695	2ª	LAURA CORRÊA PIZZOLLO	Fonoaudiólogo	10	16	26	NÃO SE APLICA			08/01/1998	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)			DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
							NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)					
							NOTA PROVA					
485	1ª	LEONARDO LEONARDI LEAL	Médico ESF	13	16	29	NÃO SE APLICA			19/08/1990	Classificado	Ampla Concorrência

692	2º	KELVIN SCHMOELLER ALBERTON	Médico ESF	12	16	28	4,80	9,60	14,40	11/01/1996	Classificado	Ampla Concorrência													
681	3º	LUIZA DEMETRIO SAVARIS	Médico ESF	12	16	28	4,80	9,60	14,40	07/05/1996	Classificado	Ampla Concorrência													
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE													
													396	1º	MAKSOEL STANGUERLIN	Odontólogo	12	20	32	NÃO SE APLICA			26/02/1994	Classificado	Ampla Concorrência
													687	2º	ALANA GABRIELE MENOSSO	Odontólogo	11	18	29	NÃO SE APLICA			29/07/1995	Classificado	Ampla Concorrência
													53	3º	DOUGLAS DANIEL SOARES DE LIMA	Odontólogo	11	17	28	4,40	10,20	14,60	08/05/1995	Classificado	Ampla Concorrência
													36	4º	FERNANDA PEREIRA	Odontólogo	12	16	28	4,80	9,60	14,40	06/09/1997	Classificado	Ampla Concorrência
													262	5º	GABRIELA SPECK DA ROSA	Odontólogo	8	19	27	3,20	11,40	14,60	03/11/1997	Classificado	Ampla Concorrência
													346	6º	ROBERTO DE SOUZA MARCELINO	Odontólogo	12	15	27	4,80	9,00	13,80	29/09/1973	Classificado	Ampla Concorrência
													542	7º	CAROLINA MICHELS NUERNBERG	Odontólogo	11	15	26	NÃO SE APLICA			22/02/1996	Classificado	Ampla Concorrência
													670	8º	JOAO ANDRE AZEVEDO DOS SANTOS	Odontólogo	12	12	24	4,80	7,20	12,00	03/08/1971	Classificado	Ampla Concorrência
													349	9º	LARISSA WEBSTER CECINEL ROSSO	Odontólogo	13	11	24	5,20	6,60	11,80	24/10/1987	Classificado	Ampla Concorrência
													211	10º	KAROLINE FRASSON SILVEIRA	Odontólogo	8	15	23	3,20	9,00	12,20	24/07/1994	Classificado	Ampla Concorrência
													704	11º	GIOVANA VITO MONDARDO	Odontólogo	10	13	23	4,00	7,80	11,80	01/02/1993	Classificado	Ampla Concorrência
													236	12º	ANA HELENA DAGOSTIN VERONÉZ	Odontólogo	13	10	23	5,20	6,00	11,20	17/01/1994	Classificado	Ampla Concorrência
													327	13º	FERNANDA TAVARES BUSS	Odontólogo	9	13	22	3,60	7,80	11,40	10/07/1984	Classificado	Ampla Concorrência
													195	14º	JÉSSICA MARCON MARAGNO	Odontólogo	12	10	22	4,80	6,00	10,80	22/01/1997	Classificado	Ampla Concorrência
													319	15º	WILLIAN BURATO BRESSAN	Odontólogo	6	15	21	2,40	9,00	11,40	10/02/1996	Classificado	Ampla Concorrência
													201	16º	BEATRIZ DAL PONT MACHADO	Odontólogo	8	13	21	3,20	7,80	11,00	02/04/1995	Classificado	Ampla Concorrência
													652	17º	KETLYN MARTINS DA SILVA GONÇALVES	Odontólogo	8	13	21	3,20	7,80	11,00	20/12/1995	Classificado	Ampla Concorrência
													65	18º	ANDREIA COLLODEL	Odontólogo	6	14	20	2,40	8,40	10,80	05/08/1982	Classificado	Ampla Concorrência
523	19º	DAVID AVILA PEREIRA	Odontólogo	9	11	20	3,60	6,60	10,20	19/10/1991	Classificado	Ampla Concorrência													
754	20º	ISABELA VIEIRA LOCKS	Odontólogo	11	9	20	4,40	5,40	9,80	28/08/1993	Classificado	Ampla Concorrência													
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE												

800	1ª	LEISLA COSTA PEREIRA	Professor de Artes 30h	10	14	24	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			17/12/1990	Classificado	Ampla Concorrência
707	2ª	MATEUS ROSSO FERRARI	Professor de Artes 30h	7	13	20	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			07/05/1986	Classificado	Ampla Concorrência
		NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
472	1ª	LUCAS ANDRÉ LUIZ	Professor de Artes 40h	11	17	28	-	NÃO SE APLICA			14/02/1995	Classificado	Ampla Concorrência
4	2ª	LIZ REGINA ALEXANDRINO FERNANDES DA SILVA	Professor de Artes 40h	9	17	26	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			26/07/1980	Classificado	Ampla Concorrência
8	3ª	ANA CRISTINA GONÇALVES	Professor de Artes 40h	10	13	23	MESTRE	NÃO SE APLICA			23/08/1969	Classificado	Ampla Concorrência
369	4ª	FERNANDA MACHADO MANENTI	Professor de Artes 40h	11	11	22	-	NÃO SE APLICA			18/04/1991	Classificado	Ampla Concorrência
439	5ª	EDINÉIA SILVINO SKIBA	Professor de Artes 40h	5	16	21	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			30/04/1994	Classificado	Ampla Concorrência
		NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
815	1ª	ELEN GOMES PEREIRA	Professor de Atendimento de Educação Especializada - AEE	11	21	32	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			17/06/1981	Classificado	Ampla Concorrência
645	2ª	JOZIELE JUCEMAR DE ALMEIDA	Professor de Atendimento de Educação Especializada - AEE	2	21	23	ESPECIALISTA	0,80	12,60	13,40	27/11/1992	Classificado	Ampla Concorrência
715	3ª	SÔNIA REGINA DA SILVA VILARINHO PIRES	Professor de Atendimento de Educação Especializada - AEE	6	17	23	-	2,40	10,20	12,60	10/11/1961	Classificado	Ampla Concorrência
668	4ª	LUANA DE QUADROS PEREIRA	Professor de Atendimento de Educação Especializada - AEE	5	17	22	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			17/08/1995	Classificado	Ampla Concorrência
		NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE

69	1º	KÉLEN DA SILVA XAVIER	Professor de Ciências 10h	11	21	32	-	NÃO SE APLICA			09/10/1991	Classificado	Ampla Concorrência
	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
621	1º	ETIANE MEDIANEIRA HUNDERTMARCK SACCOL	Professor de Ciências 20h	13	21	34	DOCTOR	NÃO SE APLICA			10/11/1989	Classificado	Ampla Concorrência
686	2º	ROSALBA BEATRIZ SALVADOR	Professor de Ciências 20h	10	15	25	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			11/01/1968	Classificado	Ampla Concorrência
	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
31	1ª	MÁRCIA LEANDRO GOMES	Professor de Educação Física 20h	10	11	21	-	NÃO SE APLICA			05/10/1987	Classificado	Ampla Concorrência
	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
804	1º	MURILO MANOEL DA SILVA FREITAS	Professor de Educação Física 40h	10	17	27	-	NÃO SE APLICA			12/09/1989	Classificado	Ampla Concorrência
301	2º	CAMILA INACIO PREMOLI	Professor de Educação Física 40h	10	10	20	-	NÃO SE APLICA			18/05/1994	Classificado	Ampla Concorrência
	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE



122	12ª	DAIANE GOMES DE SOUZA	Professor de Educação Infantil 40h	9	16	25	ESPECIALI STA	3,60	9,60	13,20	24/05/1986	Classificado	Ampla Concorrência
360	13ª	JULIANA LEANDRO PEREIRA	Professor de Educação Infantil 40h	7	17	24	ESPECIALI STA	2,80	10,20	13,00	25/11/1985	Classificado	Ampla Concorrência
791	14ª	SAMIRA FREITAS DE SOUZA	Professor de Educação Infantil 40h	7	17	24	ESPECIALI STA	2,80	10,20	13,00	22/02/1987	Classificado	Ampla Concorrência
130	15ª	ANDREIA IZIDORO	Professor de Educação Infantil 40h	8	16	24	-	3,20	9,60	12,80	26/09/1974	Classificado	Ampla Concorrência
584	16ª	CRISTINA DE LIMA CORREA	Professor de Educação Infantil 40h	9	15	24	ESPECIALI STA	3,60	9,00	12,60	10/06/1981	Classificado	Ampla Concorrência
61	17ª	JULIANA DA SILVA SOARES	Professor de Educação Infantil 40h	9	14	23	ESPECIALI STA	NÃO SE APLICA			23/08/1993	Classificado	Ampla Concorrência
677	18ª	MICHELE ALVES DOS SANTOS TEIXEIRA	Professor de Educação Infantil 40h	7	15	22	ESPECIALI STA	2,80	9,00	11,80	03/06/1984	Classificado	Ampla Concorrência
220	19ª	ANA CARLA CRISTIANO	Professor de Educação Infantil 40h	7	15	22	-	2,80	9,00	11,80	20/01/1988	Classificado	Ampla Concorrência
290	20ª	JANAINA ELIAS DA ROSA	Professor de Educação Infantil 40h	6	15	21	-	2,40	9,00	11,40	30/04/1976	Classificado	Ampla Concorrência
462	21ª	GRAZIELA DOS ANJOS VARELA	Professor de Educação Infantil 40h	7	14	21	ESPECIALI STA	2,80	8,40	11,20	22/05/1983	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
111	1ª	JULIANA DAL TOÉ ROSS	Professor de Educação Patrimonial e Ambiental	10	19	29	-	NÃO SE APLICA			26/03/1990	Classificado	Ampla Concorrência
682	2ª	MARIA FERNANDA MONTEIRO ABDALA	Professor de Educação Patrimonial e Ambiental	11	14	25	-	NÃO SE APLICA			08/10/1991	Classificado	Ampla Concorrência
214	3ª	GISELE SOARES ANASTÁCIO.	Professor de Educação Patrimonial e Ambiental	9	15	24	MESTRE	3,60	9,00	12,60	27/08/1981	Classificado	Ampla Concorrência
16	4ª	ELOISA DE FIGUEREDO	Professor de Educação Patrimonial e Ambiental	9	15	24	-	3,60	9,00	12,60	03/06/1998	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
176	1ª	RAMON PIO MIRANDA JACINTO	Professor de Ensino Religioso	12	11	23	-	NÃO SE APLICA			25/11/1987	Classificado	Ampla Concorrência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
683	1º	RAISSA ZILLI DE FAVERI	Professor de Geografia	12	18	30	-	NÃO SE APLICA			23/04/1994	Classificado	Ampla Concorrência
428	1º	FABIANA LONGARETTI COSTA	Professor de Língua Estrangeira Inglês 40h	6	17	23	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			01/04/1981	Classificado	Ampla Concorrência
727	2º	JEANINE MARA BILHAN DE SOUZA	Professor de Língua Estrangeira Inglês 40h	7	15	22	-	NÃO SE APLICA			24/08/1982	Classificado	Ampla Concorrência
167	1º	INGRID FERNANDES DE ARAÚJO	Professor de Língua Portuguesa 10h	11	10	21	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			27/05/1993	Classificado	Ampla Concorrência
67	1º	NATALIA LUMMERTZ	Professor de Matemática 10h	12	14	26	-	NÃO SE APLICA			15/01/1993	Classificado	Ampla Concorrência
373	2º	KELLY CARYN CASAGRANDE	Professor de Matemática 10h	11	13	24	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			18/01/1987	Classificado	Ampla Concorrência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
106	1ª	LILIAN FELISBERTO COELHO CUSTÓDIO	Professor de Matemática 40h	11	17	28	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			10/06/1986	Classificado	Ampla Concorrência
247	2ª	ALEXANDRE MARCINEIRO FIGUERO	Professor de Matemática 40h	9	12	21	-	NÃO SE APLICA			22/01/1994	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
266	1ª	ELIETE LEANDRO STEFENETI	Professor de Séries Iniciais 20h	10	20	30	-	NÃO SE APLICA			19/12/1977	Classificado	Ampla Concorrência
786	2ª	EDITE SCARDUELLI	Professor de Séries Iniciais 20h	10	19	29	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			10/08/1961	Classificado	Ampla Concorrência
520	3ª	ROSANE TERESINHA DA SILVA	Professor de Séries Iniciais 20h	9	18	27	-	NÃO SE APLICA			18/01/1968	Classificado	Ampla Concorrência
10	4ª	MARA RÚBIA LEANDRO DE OLIVEIRA MOTA	Professor de Séries Iniciais 20h	8	18	26	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			25/07/1978	Classificado	Ampla Concorrência
450	5ª	SILVANA APARECIDA DA SILVA	Professor de Séries Iniciais 20h	6	19	25	ESPECIALISTA	2,40	11,40	13,80	03/11/1976	Classificado	Ampla Concorrência
583	6ª	ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO	Professor de Séries Iniciais 20h	8	17	25	ESPECIALISTA	3,20	10,20	13,40	25/05/1977	Classificado	Ampla Concorrência
50	7ª	VIVIANE SANTOS DA SILVA	Professor de Séries Iniciais 20h	11	14	25	ESPECIALISTA	4,40	8,40	12,80	06/06/1980	Classificado	Ampla Concorrência
377	8ª	MARILIA DA SILVA PEREIRA	Professor de Séries Iniciais 20h	6	18	24	ESPECIALISTA	2,40	10,80	13,20	18/01/1976	Classificado	Ampla Concorrência
322	9ª	DARLANI CRISTINA SANT ANA	Professor de Séries Iniciais 20h	7	17	24	ESPECIALISTA	2,80	10,20	13,00	03/05/1987	Classificado	Ampla Concorrência
166	10ª	REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA	Professor de Séries Iniciais 20h	12	12	24	ESPECIALISTA	4,80	7,20	12,00	14/04/1962	Classificado	Ampla Concorrência
790	11ª	ALINE FERREIRA DOS SANTOS	Professor de Séries Iniciais 20h	7	17	24	-	2,80	10,20	13,00	22/06/1984	Classificado	Ampla Concorrência
484	12ª	SANDRA REGINA BARCELOS ROSA	Professor de Séries Iniciais 20h	8	15	23	ESPECIALISTA	3,20	9,00	12,20	15/04/1960	Classificado	Ampla Concorrência
777	13ª	BRUNA MARTINS MARCHESINI	Professor de Séries Iniciais 20h	8	15	23	ESPECIALISTA	3,20	9,00	12,20	02/09/1994	Classificado	Ampla Concorrência
314	14ª	NATALIA WATERKEMPER	Professor de Séries Iniciais 20h	8	14	22	ESPECIALISTA	3,20	8,40	11,60	25/12/1980	Classificado	Ampla Concorrência
729	15ª	ADICIRLÉIA PAGANINI CARDOSO	Professor de Séries Iniciais 20h	8	14	22	ESPECIALISTA	3,20	8,40	11,60	09/08/1985	Classificado	Ampla Concorrência

156	16ª	LUCILENE ORIGE DE SOUZA	Professor de Séries Iniciais 20h	8	14	22	-	3,20	8,40	11,60	07/01/1984	Classificado	Ampla Concorrência
788	17ª	JOYCE MACIEL	Professor de Séries Iniciais 20h	5	16	21	-	2,00	9,60	11,60	04/07/1990	Classificado	Ampla Concorrência
422	18ª	ALESANDRA PEREIRA DA LUZ VITÓRIO	Professor de Séries Iniciais 20h	6	15	21	-	2,40	9,00	11,40	18/07/1983	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	PROVA DE TÍTULOS	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
84	1ª	MÁRCIA SORATO ROCHA	Professor de Séries Iniciais 40h	10	21	31	-	4,00	12,60	16,60	29/05/1997	Classificado	Ampla Concorrência
138	2ª	MAIARA DOS SANTOS DASSOLER	Professor de Séries Iniciais 40h	11	20	31	ESPECIALISTA	4,40	12,00	16,40	05/10/1994	Classificado	Ampla Concorrência
109	3ª	JULIA YOSHIE KINOSHITA SOUZA	Professor de Séries Iniciais 40h	8	20	28	-	3,20	12,00	15,20	07/12/1963	Classificado	Ampla Concorrência
776	4ª	DANIELA SANTOS DE OLIVEIRA	Professor de Séries Iniciais 40h	9	19	28	-	3,60	11,40	15,00	07/10/1982	Classificado	Ampla Concorrência
338	5ª	BÁRBARA DA SILVA ROQUE	Professor de Séries Iniciais 40h	8	17	25	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			26/08/1983	Classificado	Ampla Concorrência
740	6ª	DIOMAR APARECIDA GIUSTI DESTRO	Professor de Séries Iniciais 40h	6	15	21	ESPECIALISTA	NÃO SE APLICA			05/06/1965	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE	
609	1ª	ELOÁ KALLINE TALHAMENTO	Psicólogo 20h	12	20	32	NÃO SE APLICA			13/11/1990	Classificado	Ampla Concorrência	
799	2ª	THAYARA HEITICH PEDRO	Psicólogo 20h	10	20	30	4,00	12,00	16,00	06/06/1989	Classificado	Ampla Concorrência	
759	3ª	JENIFER DE OLIVEIRA COELHO	Psicólogo 20h	10	20	30	4,00	12,00	16,00	21/08/1993	Classificado	Ampla Concorrência	
731	4ª	BRUNO ALEXANDRE FERREIRA DE FREITAS	Psicólogo 20h	11	18	29	NÃO SE APLICA			18/03/1995	Classificado	Ampla Concorrência	
636	5ª	DIEGO BORBA LIMA	Psicólogo 20h	11	17	28	NÃO SE APLICA			31/01/1991	Classificado	Ampla Concorrência	
221	6ª	BRUNA PEREIRA POSSAMAI	Psicólogo 20h	8	12	20	NÃO SE APLICA			25/04/1997	Classificado	Ampla Concorrência	

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
628	1ª	GÉSSICA BATISTA DOS ANJOS	Recepcionista	12	23	35	NÃO SE APLICA			24/11/1984	Classificado	Ampla Concorrência
128	2ª	JOYCE MARCELINO CONSTANTINO MICHELS	Recepcionista	8	25	33	NÃO SE APLICA			28/01/1992	Classificado	Ampla Concorrência
497	3ª	ÉRICA DE SOUZA GOMES	Recepcionista	10	22	32	NÃO SE APLICA			18/06/2001	Classificado	Ampla Concorrência
443	4ª	PAULA MARCELINO DOS SANTOS	Recepcionista	7	22	29	NÃO SE APLICA			06/03/1995	Classificado	Ampla Concorrência
318	5ª	CARLA MIRELA RIGON MARCHIORI	Recepcionista	8	18	26	3,20	10,80	14,00	12/05/1977	Classificado	Ampla Concorrência
475	6ª	ANELIZE DA ROSA TEIXEIRA	Recepcionista	8	18	26	3,20	10,80	14,00	08/12/1984	Classificado	Ampla Concorrência
756	7ª	NATÁLIA SILVEIRA GONÇALVES	Recepcionista	8	18	26	3,20	10,80	14,00	25/08/1999	Classificado	Ampla Concorrência
208	8ª	RUTE LAURENTINO MARTINEZ	Recepcionista	9	17	26	3,60	10,20	13,80	26/02/1991	Classificado	Ampla Concorrência
797	9ª	LARISSA DE BEM MARTINS	Recepcionista	9	17	26	3,60	10,20	13,80	28/08/1998	Classificado	Ampla Concorrência
765	10ª	THYAGO GERALDO LEACINA	Recepcionista	7	17	24	2,80	10,20	13,00	18/06/2000	Classificado	Ampla Concorrência
802	11ª	AMANDA SANTOS CANDIDO	Recepcionista	7	17	24	2,80	10,20	13,00	21/02/2001	Classificado	Ampla Concorrência
87	12ª	CAMILA NAGEL COMICIOLI	Recepcionista	4	17	21	1,60	10,20	11,80	08/08/1998	Classificado	Ampla Concorrência
586	13ª	VANESSA DE SOUZA PEDRO	Recepcionista	5	16	21	2,00	9,60	11,60	22/08/1999	Classificado	Ampla Concorrência
690	14ª	VICTÓRIA ROSSO	Recepcionista	5	16	21	2,00	9,60	11,60	22/07/2001	Classificado	Ampla Concorrência
99	15ª	DANITA HONÓRIO DE SOUZA WERMOHEM	Recepcionista	5	15	20	NÃO SE APLICA			25/04/1986	Classificado	Ampla Concorrência
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
555	1ª	LEILA APARECIDA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA DA ROSA	Técnico de enfermagem ESF	4	23	27	NÃO SE APLICA			24/02/1989	Classificado	Ampla Concorrência
63	2ª	IVANIZIA DA SILVA ROCHA	Técnico de enfermagem ESF	7	17	24	2,80	10,20	13,00	18/03/1964	Classificado	Ampla Concorrência
620	3ª	ALEXSANDER CARDOSO DA COSTA	Técnico de enfermagem ESF	8	16	24	3,20	9,60	12,80	09/08/1976	Classificado	Ampla Concorrência
170	4ª	SANDRA GABRIEL ALVES	Técnico de enfermagem ESF	3	20	23	NÃO SE APLICA			03/07/1980	Classificado	Ampla Concorrência
548	5ª	ALINE PAGNAN MILAK SEHNEM	Técnico de enfermagem ESF	5	17	22	NÃO SE APLICA			01/05/1980	Classificado	Ampla Concorrência
615	6ª	FABIANA ABATTI PEDRO MICHELS	Técnico de enfermagem ESF	6	14	20	NÃO SE APLICA			04/12/1980	Classificado	Ampla Concorrência

PREFEITURA DE MARACAJÁ PROCESSO SELETIVO - 001/2020 ORGANIZAÇÃO: UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC CLASSIFICAÇÃO FINAL - CARGOS SEM PROVA PRÁTICA - CANDIDATOS PcD

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
678	1º	LUCAS DA SILVA	Auxiliar de Agente Administrativo	5	19	24	2,00	11,40	13,40	03/09/2001	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
329	1º	CAROLAINE KAMMER	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil 30h	5	22	27	2,00	13,20	15,20	17/04/1999	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
436	1º	JOÃO HENRIQUE SOARES BARDINI	Engenheiro Civil	10	11	21	4,00	6,60	10,60	16/03/1996	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
370	1º	SAMIRA CAMARGO BAUS DUTRA	Fonoaudiólogo	11	19	30	NÃO SE APLICA			14/07/1981	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGO	ACERTO CONHEC. GERAL	ACERTO CONHEC. ESPECÍFICO	ACERTO TOTAL	NOTA CONHEC. GERAL (PESO 4)	NOTA CONHEC. ESPECÍFICO (PESO 6)	NOTA PROVA	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO	MODALIDADE
606	1º	DANIELA DA ROCHA NOLLA	Professor de Educação Infantil 40h	11	22	33	NÃO SE APLICA			21/09/1998	Classificado	PcD - Pessoa com Deficiência

PARECER DA COMISSÃO ORGANIZADORA, AVALIADORA E FISCALIZADORA**PROCESSO SELETIVO Nº 001/PMM/2020**

A COMISSÃO ORGANIZADORA, AVALIADORA E FISCALIZADORA, acompanhando "pari passu" todas as etapas do **PROCESSO SELETIVO Nº 001/PMM/2020**, no uso das atribuições conferidas pelo **Decreto Municipal Nº 105 de 19 de Novembro de 2019**, com a finalidade específica de Organizar, Avaliar e fiscalizar o Processo Seletivo, para acompanhamento do processo de seleção de pessoal para admissão em funções públicas temporárias no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Maracajá, em atendimento às normas legais e, em especial, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressos no Artigo 37 da Constituição Federal e demais cominações de Direito e considerando que foram observados os trâmites legais que regem a matéria, os quais foram cumpridos integralmente e, após a análise de toda a documentação juntada, apresenta **APROVAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/PMM/2020**, realizado pela Empresa contratada, a **UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE- UNESC** em 14 de Fevereiro de 2020 e em conformidade com a Classificação Final para os candidatos que não necessitam de prova prática do Edital Nº 001/PMM/2020 de Processo Seletivo, posto que o respectivo processo encontra-se em perfeita ordem formal e legal, e de forma que recomenda-se ao Chefe do poder Executivo a sua **HOMOLOGAÇÃO**.

Maracajá - SC., 14 de Fevereiro de 2020

PRESIDENTE DA COMISSÃO

ALCIR DALMOLIM DA SILVA

MEMBROS DA COMISSÃO

MARCELO MARTINELLI

MARLUCI FREITAS B VITALI

ALINE MELLO ROSSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/FMS/2020

Publicação Nº 2358791

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/FMS/2020

OBJETIVO: Contratação de empresa prestadora de serviços veterinários itinerante de castração cirúrgica (unidade móvel cirúrgica) para a realização de procedimentos cirúrgicos e castração em fêmeas e machos das espécies canina e felina, no município de Maracajá/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 03 de março de 2020 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de março de 2020 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 14 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

Publicação Nº 2360001

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

OBJETIVO: Registro de preços para aquisição parceladas de gêneros alimentícios – coffe break- (salgados fritos, cavaco doce, enroladinho de banana, rosca, cucas, mini sonho, broa, bolos), para reuniões, seminários, conferências do Departamento de Assistência e Bem Estar Social, Paço Municipal e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (grupo de idoso) do município de Maracajá/SC, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no presente Edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 03 de março de 2020 às 14h00min.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de março de 2020 às 14h15min..

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 14 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 275/2020

Publicação Nº 2358606

DECRETO Nº 275, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora público municipal EDUARDA PAULA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 276/2020

Publicação Nº 2358616

DECRETO Nº 276, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 121/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 13 de fevereiro a 24 de dezembro de 2020, NEIVA ESTER GRAFFUNDER BARTH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 028.207.629-80, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Proinfância, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 277/2020

Publicação Nº 2358624

DECRETO Nº 277, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 124/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 13 de fevereiro a 11 de dezembro de 2020, VERONICA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 053.691.569-56, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 278/2020

Publicação Nº 2358633

DECRETO Nº 278, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 120/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados e que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 13 de fevereiro a 30 de abril de 2020, CRISTIANE SOLANGE APPELT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 029.512.059-29, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 279/2020

Publicação Nº 2358649

DECRETO Nº 279, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Requerimento da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 13 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora SIMONE KRUMENAUER, brasileira, portadora do RG nº 2059115143, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 280/2020

Publicação Nº 2358660

DECRETO Nº 280, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Requerimento da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 13 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora PAOLA KOHN, brasileira, portadora do RG nº 5.078.556, ocupante do cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Massaranduba

PREFEITURA

CRC 2020 - A.R.G. INDUSTRIAL LTDA

Publicação Nº 2360459



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:	A.R.G. INDUSTRIAL LTDA		
CNPJ:	04.415.095/0001-65		
INSC. EST.:	254.207.596		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 302, 1860, BARRAGEM		
CEP: 89.190-000	MUNICÍPIO: TAIÓ		UF: SC
FONE:	(47) 3562-2020		

RAMO:

ATIVIDADE INDUSTRIAL NA FABRICAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM GERAL, FABRICAÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EM GERAL, COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ELETRO ELETRÔNICOS, INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA, COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL, FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DOBRA, CORTE, TORNO E SOLDA DE MATERIAIS METÁLICOS, CONSTRUÇÃO CIVIL, INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS E SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA ESTRUTURAS METÁLICAS E PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO.

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	187771532/2019	28/10/2019	24/04/2020
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	200140013118075	02/02/2020	02/04/2020
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	25B6.D948.D777.AB4E	09/10/2019	06/04/2020
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2020020404420219236200	04/02/2020	04/03/2020
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	657/2020	29/01/2020	28/04/2020
FALENCIA E CONCORDATA	7193228	06/02/2020	06/04/2020

Certifico que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da **PREFEITURA DE MASSARANDUBA**, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no processo licitatório.

DATA DE EMISSÃO: 14/02/2020**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

Rua 11 de Novembro, 2997 – Centro – 89108-000 – Massaranduba – SC
Fone (47) 3379-5654/ 3379-5655



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

VALIDADE: 31/12/2020

JULIANA POLETO DA SILVA
Gerência de Licitações e Contratos
CPF: 043.554.869-74

PUBLICADO EM:

____/____/____

LOCAL: _____

ASS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua 11 de Novembro, 2997 – Centro – 89108-000 – Massaranduba – SC
Fone (47) 3379-5654/ 3379-5655

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº008/2020 POSTO ROLF REINKE LTDA**

Publicação Nº 2357007

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 008/2020

Processo Licitatório Nº. 002/2020: Pregão Presencial Nº.002/2020

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Fornecimento parcelado de 5.000 litros de gasolina aditivada, para abastecimento do veículo oficial da Câmara de Vereadores de Massaranduba.

Fornecedor: POSTO ROLF REINKE LTDA

Valor: R\$ 21.500,00 (Vinte e um mil e quinhentos reais)

Vigência: 13/02/2020 a 31/12/2020.

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020**

Publicação Nº 2359068

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

A Presidente da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 061/2019, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, artigo 25, II, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso II e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.

Objeto: Contratação de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho – PAT.

Valor total de R\$: 29.510,82 (Vinte e nove mil quinhentos e dez reais e oitenta e dois centavos), que deverão ser pagos em parcelas mensais.

Matos Costa, 14 de fevereiro de 2020.

Camila Carneiro - Presidente da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA RENOVAÇÃO DE CADASTRO E INSCRIÇÃO DE NOVOS FORNECEDORES

Publicação Nº 2359857

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA RENOVAÇÃO DE CADASTRO E INSCRIÇÃO DE NOVOS FORNECEDORES

A Prefeitura Municipal de Matos Costa, SC, torna público que o registro cadastral está permanentemente aberto para o ingresso de novas empresas interessadas em fazer sua inscrição, e convoca as empresas já inscritas no Cadastro de Fornecedores, que estiverem com o Certificado de Registro Cadastral fora do prazo de vigência, a providenciarem sua renovação, considerando o disposto no Artigo 34 da Lei 8.666/93. Ao requerer a inscrição no cadastro ou renovação deste, a qualquer tempo, a empresa interessada deverá fornecer os documentos e elementos necessários à satisfação das exigências legais. Informações no Departamento de Compras, situado na Rua Manoel Lourenço de Araujo, nº 137, na cidade de Matos Costa, SC, no horário de expediente em vigor, de segunda a sexta-feira, telefone (49) 3572-1121, ou ainda pelo e-mail licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, 13 de janeiro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

LEI 2.255/2020

Publicação Nº 2358870

Lei Municipal Nº 2.255/2019 – de 11 de fevereiro de 2020

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROJ/ATIV	2.009	Manut das Ativ. da Secret de Agric. e Abastecimento	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 33	30.000,00

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJ/ATIV	1.055	Pavimentação de Ruas e Passeios	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 77	480.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que

especifica:

ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROJ/ATIV	2.009	Manut das Ativ. da Secret de Agric. e Abastecimento	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 31	30.000,00
ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJ/ATIV	2.011	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1101	Aplicações Diretas 42	106.000,00
ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJ/ATIV	2.015	Manutenção da Sec. de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 101	144.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 102	50.000,00
PROJ/ATIV	2.016	Manutenção da Iluminação e Limpeza Pública	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 84	130.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 87	50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 11 de fevereiro de 2020

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL 002-2020 - MAT. CLUBE DE MÃES

Publicação Nº 2359409

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL PP 002/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimentos dos interessados a RETIFICAÇÃO do TERMO DE REFERENCIA do edital do processo PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020, ITENS 4 e 7, e estabelece nova data de abertura do processo.

Meleiro/SC 14 de fevereiro de 2020.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL 003-2020 - CAÇAMBA BASCULANTE

Publicação Nº 2359489

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL PP 003/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimentos dos interessados a RETIFICAÇÃO do TERMO DE REFERENCIA do edital do processo PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020, e estabelece nova data de abertura do processo.

Meleiro/SC 14 de fevereiro de 2020.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA Nº 001-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2358992

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº. 001/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: CRP COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E MEDICAMENTOS EIRELI
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 3.107,50 (três mil cento e sete reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO ATA Nº 002-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2358997

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº. 002/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 13.735,50 (treze mil setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO ATA Nº 003-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359000

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 003/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: MERCÓ SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 10.878,00 (dez mil oitocentos e setenta e oito reais).
Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO ATA Nº 004-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359001

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 004/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 14.535,00 (quatorze mil quinhentos e trinta e cinco reais).
Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO ATA Nº 005-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359005

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 005/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 18.294,00 (dezoito mil duzentos e noventa e quatro reais).
Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO ATA Nº 006-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359008

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 006/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 3.680,00 (três mil seiscentos e oitenta reais).
Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO ATA Nº 007-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359010

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 007/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 017/2019
Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Detentor da Ata: VACCARIN & ALFF LTDA ME
Objeto: A presente Ata tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.
Valor: R\$ 245,00 (Duzentos e quarenta e cinco reais).
Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021
Data da assinatura: 10 de janeiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 002-2020 - SAMAE

Publicação Nº 2359018

Estado de Santa Catarina
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2020

Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Contratado: JOÃO PAULO DUARTE MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Valor: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 008-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359022

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 008/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A MORADORES CADASTRADOS NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO-SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL - Anexo I do edital – Termo de Referência do edital.

Valor: R\$ 6.219,10 (seis mil duzentos e dezenove reais e dez centavos).

Vigência: Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 009-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359024

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 009/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A MORADORES CADASTRADOS NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO-SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL - Anexo I do edital – Termo de Referência do edital.

Valor: R\$ 9.636,90 (nove mil seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos).

Vigência: Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 010-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359026

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 010/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A MORADORES CADASTRADOS NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO-SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Valor: R\$ 9.734,60 (nove mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

Vigência: Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 011-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359028

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 011/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A MORADORES CADASTRADOS NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO-SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Valor: R\$ 10.208,90 (dez mil duzentos e oito reais e noventa centavos).

Vigência: Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 012-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359031

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 012/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: BRUNA BORGES DE SOUZA MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO A DISTÂNCIA NA ELABORAÇÃO DE

PROPOSTAS E PLANOS DE TRABALHO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL, E APOIO OPERACIONAL E SUPORTE A DISTÂNCIA EM: SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, CONSULTAS A PROGRAMAS PARA CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS DISPONIBILIZADOS, GERENCIAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS.

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Vigência: Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 013-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359033

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 013/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: CIRURGICA ALTO FELIZ COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O ANO DE 2020.

Valor: R\$ 127.536,40 (cento e vinte e sete mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos).

Vigência: Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 014-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359035

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 014/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: L A DALLA PORTA JUNIOR

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O ANO DE 2020.

Valor: R\$ 18.514,17 (dezoito mil quinhentos e quatorze reais e dezessete centavos)

Vigência: Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 015-2022 - SAÚDE

Publicação Nº 2359036

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 015/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O ANO DE 2020.

Valor: R\$ 35.024,23 (trinta e cinco mil vinte e quatro reais e vinte e três centavos).

Vigência: Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 016-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359038

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 016/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: ODONTOSUL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CONSULTÓRIO

ODONTOLÓGICO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O ANO DE 2020.

Valor: R\$ 30.954,82 (trinta mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 017-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359041

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 017/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL PARA MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2020, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 17.655,00 (dezesete mil seiscientos e cinquenta e cinco reais).

Vigência: Início: 07/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 07 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 018-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2359043

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 018/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: RONALDO COSTA DORNEL ME

Objeto: FORNECIMENTO DE ARMAÇÕES PARA ÓCULOS COM PAR DE LENTES (simples, bifocal ou multifocal UV), PARA ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 18.075,00 (dezoito mil e setenta e cinco reais).

Vigência: Início: 07/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 07 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 025-2020

Publicação Nº 2359013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 025/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOÃO PAULO DUARTE MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Valor: R\$ 8.030,00 (oito mil e trinta reais).

Vigência: Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 026-2020

Publicação Nº 2359015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 026/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BRUNA BORGES DE SOUZA MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO A DISTÂNCIA NA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS E PLANOS DE TRABALHO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL, E APOIO OPERACIONAL E SUPORTE A DISTÂNCIA EM: SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, CONSULTAS A PROGRAMAS PARA CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS DISPONIBILIZADOS, GERENCIAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS.

Valor: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Vigência: Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 027-2020

Publicação Nº 2359017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 027/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ELIAS ALEXANDRE

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria localizada na Rua Altair Macarini, 457, Bairro Imigrantes – Meleiro/SC, para abrigar família em situação de risco social, conforme estudo sócio econômico emitido pela assistente social do município.

Valor: R\$ 4.068,00 (quatro mil e sessenta e oito reais).

Vigência: Início: 07/02/2020 Término: 06/07/2020.

Data da assinatura: 07 de fevereiro de 2020.

PORTARIA Nº 098-2020

Publicação Nº 2358595

PORTARIA n.º 098/2020

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora PATRICIA MATHEOS MIGUEL, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, em decorrência de aposentadoria junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 099-2020

Publicação Nº 2358599

PORTARIA n.º 099/2020

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 049/2020 que concede licença saúde ao servidor ALCIDES CARRADORE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

Publicação Nº 2359003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 225/2020
Modalidade: Pregão Nº 009/2020
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA O SERVIÇO DE VARRIÇÃO DE RUAS, CALÇADAS, LOGRADOUROS, PRAÇAS, CANTEIROS ENTRE OUTROS LOCAIS PÚBLICOS, COMPREENDENDO AINDA A COLETA DOS MATERIAIS (LIXO)
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 02 de março de 2020
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 02 de março de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 14/02/20.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 066/2020

Publicação Nº 2358636

Decreto nº 066/2020 de 14/02/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 110/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:
ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 110/2020, Modalidade Pregão nº 005/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA ME	22.800,00
GB VEÍCULOS LTDA - ME	34.395,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 14 de fevereiro de 2020.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 067/2020

Publicação Nº 2358646

Decreto nº 067/2020 de 14/02/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 115/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 115/2020, Modalidade Pregão nº 006/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MODELO, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CB COM.LIVROS E BRINQ. BOFF LTDA.-ME	6.730,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	11.834,60
JOSÉ PAULO BITENCOURT ME	5.266,70
S. SCHNEIDER	7.945,00
GTA ATACADO E VAREJO EIRELI	5.157,50
BUGRE COMERCIAL EIRELI	4.025,40

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 14 de fevereiro de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 068/2020

Publicação Nº 2359233

Decreto nº 068/2020 de 14/02/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 237/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado no Processo Licitatório nº 237/2020, Modalidade Dispensa nº 227/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADA A PREMIAÇÃO DE ATLETAS DOS EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
RENIR PAULO MANFRIN	17.371,81

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 14 de fevereiro de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 227/2020

Publicação Nº 2359235

PROCESSO Nº 237/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 227/2020

Fica dispensada de licitação, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADA A PREMIAÇÃO DE ATLETAS DOS EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, com fulcro no Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e o Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Item	Descrição	Und.	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	2	117	234
2	TROFEU RESINADO - MF - 100 CM	UN	2	575,68	1.151,36
3	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	2	117	234
4	TROFEU RESINADO - MF - 92 CM	UN	1	397,13	397,13
5	TROFEU RESINADO - MF - 87 CM	UN	1	384,48	384,48
6	TROFEU RESINADO - MF - 82 CM	UN	1	373,92	373,92
7	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	2	117	234
8	TROFEU RESINADO - MF - 97 CM	UN	1	459,6	459,6
9	TROFEU POLIMERO - MF - 92 CM	UN	1	430,51	430,51
10	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	2	117	234
11	TROFEU RESINADO MF - 73 CM	UN	1	351,23	351,23
12	TROFEU RESINADO MF - 65 CM	UN	1	320,08	320,08
13	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	2	117	234
14	TROFEU RESINADO MF 80 CM	UN	1	378,82	378,82
15	TROFEU RESINADO MF 70 CM	UN	1	361,11	361,11
16	TROFEU RESINADO MF 60 CM	UN	1	330,19	330,19
17	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	2	117	234
18	TROFÉU RESINADO - MF - 76 CM	UN	1	281,66	281,66
19	TROFÉU RESINADO - MF - 70 CM	UN	1	254,78	254,78
20	TROFEU RESINADO - MF - 64 CM	UN	1	221,67	221,67
21	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	1	117	117
22	TROFEU POLIMERO - MF - 80 CM	UN	1	335,33	335,33
23	TROFEU POLIMERO - MF - 85 CM	UN	1	346,51	346,51
24	TROFEU POLIMERO - MF - 75 CM	UN	1	316,7	316,7
25	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	1	117	117
26	TROFEU RESINADO MF 63 CM	UN	1	279,18	279,18
27	TROFEU RESINADO MF 60 CM	UN	1	273,55	273,55
28	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	1	117	117
29	TROFEU RESINADO- MF - 80 CM	UN	1	286,51	286,51
30	TROFEU RESINADO - MF - 75 CM	UN	1	262,44	262,44
31	TROFEU RESINADO - MF - 70 CM	UN	1	223,75	223,75
32	TROFEU RESINADO -MF -28 CM	UN	1	117	117
33	TROFEU RESINADO MF - 65 CM	UN	1	276,89	276,89
34	TROFEU RESINADO MF - 60 CM	UN	1	261,87	261,87
35	TROFEU RESINADO MF - 55 CM	UN	1	242,57	242,57
36	TROFEU RESINADO - MF - 56 CM	UN	1	174,69	174,69
37	TROFEU RESINADO - MF - 42 CM	UN	1	147,93	147,93
38	TROFEU RESINADO - MF - 33 CM	UN	1	127,26	127,26
39	TROFÉU RESINADO ENVELHECIDO - 14 CM	UN	4	56,14	224,56
40	TROFEU RESINADO MF 57 CM	UN	1	266,33	266,33
41	MEDALHA ACRILICO 50/70/5 MM CM COM FITA	UN	600	7,4	4.440,00
42	MEDALHA METAL PERSONALIZADA COM FITA 4,5 CM	UN	190	4,64	881,6
43	TROFÉU RESINADO- MF - 22 CM	UN	12	36,3	435,6
					TOTAL R\$ 17.371,81

NOME DO CREDOR: RENIR PAULO MANFRIN

CNPJ: 00.249.261/0001-40

ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS, 455, CENTRO, MARAVILHA/SC, CEP 89.874-000

VALOR: R\$ 17.371,81

JUSTIFICATIVA PELA CONTRATAÇÃO PARA O FORNECIMENTO:

Justifica-se a necessidade de aquisição de premiação (medalhas e troféus) que serão usados pelo Departamento Municipal de Esportes na premiação dos atletas nos eventos desportivos municipais, incentivando assim o esporte local e regional.

A aquisição tem como fundamento o Art. 24, II da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 9.412/2018, o preço apresentado ao Município de Modelo/SC é o mais baixo dos orçamentos apresentados.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente aquisição correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Valor	Descrição	Cod. Cat. Econ.	Cat. Econ.
DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE	1082	17.371,81	REALIZAÇÃO DA TAÇA MUNICIPAL INTERMUN	339032990000	OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUIT

Modelo/SC, 14 de fevereiro de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO

RESOLUÇÃO Nº 002/2020 FMS

Publicação Nº 2358605

Resolução nº 002/2020 de 14/02/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 116/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

MARCIA T. JACOBY, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Resolve:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 116/2020, Modalidade Pregão nº 007/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA ME	2.740,00
GB VEÍCULOS LTDA - ME	5.320,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 14 de fevereiro de 2020.

MARCIA T. JACOBY

Gestora FMS

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

AVISO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO Nº 002.2020 PMM

Publicação Nº 2359092

AVISO DE ESCLARECIMENTO DE ITEM DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 002/2020 PMM

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Mondaí/SC, após análise de PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO de item do Edital, ouvido os setores técnicos, comunica o ITEM 4, LOTE 02, do Processo Licitatório nº 008/2020, Pregão Presencial nº 002/2020 PMM, abaixo relacionado: PREGÃO PRESENCIAL 002/2020

ITEM 4 – CADEIRA DE PLÁSTICO (polipropileno), NA COR BRANCA, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM CARGA MÁXIMA DE 140 KG. DIMENSÕES L x P x a (cm): 44 x 52 x 89 CM. PESO MÁXIMO 2,6 KG. (01-01-55277). Lê-se: ITEM 4 – CADEIRA DE PLÁSTICO (polipropileno) sem apoio para os braços, empilhável, NA COR BRANCA, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM CARGA MÍNIMA DE 140 KG. DIMENSÕES L x P x a (cm): 44 x 52 x 89 CM. PESO MÁXIMO 2,6 KG. (com apresentação de catálogo do produto). (01-01-55318). IMPORTANTE – Os demais itens do pregão relacionado permanecem inalterados, cujas propostas, serão abertas na data 18 de fevereiro de 2019, com entrega dos envelopes até as 13:45 e abertura do mesmo as 14:00 horas. Mondaí/SC, 14 de fevereiro de 2020. Fábio Junior Blank - Pregoeiro

EXTRATO CREDENCIAMENTO Nº 003.2020 FMS

Publicação Nº 2359074

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 011/2020

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação nº. 003/2020

Chamamento Público para Credenciamento

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação processo de CREDENCIAMENTO, fundado em inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores), conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2020. OBJETO: Credenciamento de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para prestação de procedimentos de Terapia Ocupacional, destinados ao atendimento de pacientes do Município de Mondaí, com a validade mínima de 10 (dez) meses, com os valores apontados na Tabela do Consórcio CIS-AMEOSC e coletados pelo Município, o qual é credenciado SUS - (Anexo I). CREDENCIAMENTO: a partir de 18 de fevereiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 14 de fevereiro de 2020. GUNTER OTTO DREHER - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL – ALTERAÇÃO DE DATA PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2020

Publicação Nº 2358490



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL – ALTERAÇÃO DE DATA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2020

OBJETO: Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA NA ESCOLA CARLOS PISANI

ALTERA A DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS que passa a ser no dia 27/fevereiro/2020. Mantendo o mesmo horário.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

- a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 Centro. HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
- b) Telefone nº 49/3546.0194
- c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br
- d) e-Mail: compras2@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE VICE-PREFEITO E VEREADORES PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE POSSE**

Publicação Nº 2359840

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Monte Carlo/SC, 14 de fevereiro de 2020

Aos Excelentíssimos Vereadores com mandato na Câmara Municipal de Monte Carlo/SC e Vice-Prefeito do Município de Monte Carlo/SC.

Objeto: Posse do Vice-Prefeito para assumir, querendo, o cargo de Prefeito Municipal, tendo em vista o Decreto Legislativo 01/2020.

Convoco Vossas Excelências, nos termos da lei e demais disposições regimentais, para comparecimento na Sessão Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a qual tratará exclusivamente da solenidade de posse do Excelentíssimo Vice-Prefeito Almir Colombo, querendo.

O Vice-Prefeito deverá manifestar-se se deseja assumir o encargo, comparecendo na sessão designada, nos termos do art. 111 e seguintes da Lei Orgânica Municipal.

No ensejo, registramos protestos de consideração e apreço.

Volnir Stratmann
Presidente

ACUSAMOS O RECEBIMENTO DA PRESENTE CONVOCAÇÃO		
DATA	VEREADOR	ASSINATURA
	ADAIR LUIZ GONÇALVES MDB	
	ADEMIR VALDUGA MDB	
	DIRCEU DE SOUZA PSDB	
	JOEL DE OLIVEIRA PP	
	LUIZINHO CORDEIRO MDB	
	MARIA CRISTINA DICK RIGO PSD	
	ORÁVIO CORDEIRO PC do B	
	VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO PSDB	
	Almir Colombo Vice-Prefeito Municipal	

Monte Castelo

PREFEITURA

I ERRATA PREGÃO 005/2020

Publicação Nº 2359462

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Modalidade Pregão Presencial nº 005/2020

I ERRATA

OBJETO: Aquisição de RETROESCAVADEIRA E CARRETA SEMI REBOQUE (PRANCHA), para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Secretaria de Agricultura, conforme especificações detalhadas e contidas no Termo de Referência Anexo I e demais anexos.

O PREGOEIRO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES PUBLICA I ERRATA AO PREGÃO ACIMA CITADO:

ONDE SE LÊ

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

ITEM 02

01 (uma) Carreta Semi Reboque (prancha); 02 eixos; equipamento novo, ano 2019 ou modelo 2020, comprimento mínimo de 14.240mm com plataforma útil de no mínimo 9.300 mm, pescoço naja; capacidade técnica de carga mínimo de 40.000 kg; largura 3000mm; assoalho com pranchas de madeira de lei mínimo 50mm; rampa com acionamento eletro hidráulico; configuração para cavalo 6x2; longarinas em perfil 'I' confeccionadas em aço estrutural; eixos tubulares redondos sem emendas; rolamentos grandes e iguais, freios ABS; sistema de iluminação 100% LED; caixa de ferramenta; corote para água; 09 rodas 8.25'/22.5'; 09 pneus 295/80R - Modelos Nacionais, montados no equipamento.

A Carreta Semi Reboque(prancha), deverá ser entregue no pátio da prefeitura.

LEIA-SE

ITEM 02

01 (uma) Carreta Semi Reboque (prancha); 02 eixos; equipamento novo, ano 2019 ou modelo 2020, com plataforma útil de no mínimo 9.300 mm, pescoço naja; capacidade técnica de carga mínimo de 40.000 kg; largura 3000mm; assoalho com pranchas de madeira de lei mínimo 50mm; rampa com acionamento eletro hidráulico; configuração para cavalo 6x2; longarinas em perfil 'I' confeccionadas em aço estrutural; eixos tubulares redondos sem emendas; rolamentos grandes e iguais, freios ABS; sistema de iluminação 100% LED; caixa de ferramenta; corote para água; 09 rodas 8.25'/22.5'; 09 pneus 295/80R - Modelos Nacionais, montados no equipamento.

A Carreta Semi Reboque(prancha), deverá ser entregue no pátio da prefeitura.

Monte Castelo, 14 de fevereiro de 2020

Andreza da Silveira

Pregoeira

PORTARIA 81/2020

Publicação Nº 2358853

PORTARIA Nº 081/2020, de 12 de setembro de 2020.

Designa o leiloeiro para prefeitura municipal de monte castelo.

jean carlo medeiros de souza, prefeito do MUNICÍPIO DE monte castelo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 53, da Lei Federal nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO que a alienação (em sentido amplo), de bens pela Administração Pública, necessariamente deve ser precedida de licitação conforme fixado no inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o procedimento de alienação previsto no inciso IV, do art. 6º e as regras contidas no art. 17, todos da Lei Federal nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO que o Município de Monte Castelo fará alienações de bens,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora Andreza da Silveira – matrícula nº 3461 para exercer a função de leiloeiro.

Art. 2º Compete ao leiloeiro, em especial:

- Coordenação do processo licitatório;
- Condução dos trabalhos, da sessão pública do leilão e a etapa de lances;
- Recebimento, exame e decisão das impugnações e consultas à licitação, com apoio do setor requisitante do objeto e do responsável pela elaboração do edital;
- Verificação da conformidade da (s) proposta (s) com os requisitos estabelecidos no ato convocatório;
- verificação e julgamento das condições de habilitação;
- Recebimento, exame e decisão dos recursos encaminhados à autoridade competente quando for mantida a decisão;
- Indicação do vencedor do leilão;
- Encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior com proposta de homologação.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 324/2018, de 01 de agosto de 2018.

Monte Castelo – SC, 12 de fevereiro de 2020.

jean carlo medeiros de souza
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 001_2020 - FMS

Publicação Nº 2359738

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 005/2020

Modalidade Pregão Presencial nº 001/2020

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Médicos em Regime de Plantão Presencial, conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00 horas do dia 18/02/2020 às 15:30 horas do dia 27/02/2020.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16:00 horas do dia 27/02/2020.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo - SC, 14 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PREFEITO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 9

Publicação Nº 2360028

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no Processo Seletivo, referente ao edital 001/2019, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

INSTRUTOR DE ARTESANATO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
08º	IEDA CARDOSO MILAK

Morro da Fumaça, 14 de Fevereiro de 2020

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2020

Publicação Nº 2358642

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2020. AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR. CONFORME CONVENIO 892376/2019. Data: 03/03/2020. Hora: 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2020

Publicação Nº 2358819

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2020. AQUISIÇÃO DE PNEU PARA O VEÍCULO DE PLACA QIH-3732 FORD CARGO CAÇAMBA, conforme anexo. Data: 03/03/2020. Hora: 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 05/2020 FMS

Publicação Nº 2359374

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 05/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de Preço visando a aquisição de óculos de grau composto de armação e lente para atender as pessoas de baixa renda, beneficiados pelo programa de assistência social da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 04/03/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 04/03/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONVOCAÇÃO SELETIVO 01/2015

Publicação Nº 2358727

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 13 de fevereiro de 2020.

Ilmo Sra.
ANTHONY DE OLIVEIRA SILVEIRA (CANDIDATO).
Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 001/2015.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 5 (CINCO) dias contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 001/2015, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,
Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Kamila Brustolin
Gerente de RH

CONVOCAÇÃO SELETIVO 01/2015 - GABRIELE

Publicação Nº 2358724

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 13 de fevereiro de 2020.

Ilmo Sra.
GABRIELE TORRES ALMEIDA (CANDIDATO).

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 001/2015.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 5 (CINCO) dias contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 001/2015, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Kamila Brustolin
Gerente de RH

EDITAL 4ª CHAMADA SELETIVO 33/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2358720

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 011/2019

EDITAL DE CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 033/2019, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a quarta chamada do Edital do Processo Seletivo 033/2019 para o provimento da função de professor de anos iniciais e agente de serviços gerais.

0.1. Serão chamados para o provimento a partir de 19 de fevereiro de 2020 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 033/2019 conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
Agente de Serviços Gerais	58	40 H	INTEGRAL
Professor de Anos Iniciais	14	20 H (13 vagas) e 40H (01) vaga	13 VAGAS VESPERTINO 01 VAGA INTEGRAL

2 . Das Exigências para a Contratação DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- Qualificação Cadastral (<http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>)
- 1 foto 3x4 atualizada
- 1 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- 1 cópias do CPF
- Situação cadastral do CPF, consultar no site:
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>
- 1 cópias do comprovante de residência – em nome do candidato, do pai ou da mãe, do cônjuge anexar cópia da certidão de casamento ou declaração de residência autenticada em cartório ou originais e cópias.
- Cópia da certidão de nascimento ou casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil com cópia do RG e CPF do(a) companheiro(a)
- Cópia do certificado de reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- Cópia do Título de Eleitor
- Questionário Pré Admissional preenchido para laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; A data do exame será agendada no ato da entrega de documentos.
- 1 cópia da carteira profissional frente e verso, constando: número, série, U.F. e data de expedição
- 1 cópia do número de PIS/PASEP
- 1 cópia do conselho de registro profissional (se o cargo exigir)
- DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo cópia e original,
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- Certidão de Nascimento dos dependentes, ou RG.
- CPF dos dependentes, (nascidos antes de janeiro de 2018).
- 1 cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- 1 cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- Certidões de negativas de antecedentes criminais:
 - da Justiça Federal (www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral 1º grau e eleitoral 2º grau
 - da Justiça Estadual (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> ou no Fórum da sua Cidade) - criminal

c) da Justiça Eleitoral (www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.

2.1. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.2. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

OBS: Os itens o, p, q foram anexados os formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

3. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: Cargo: Agente de Serviços gerais

1.	CAROLINE GONCALVES
2.	GABRIELA BALBINO DE SOUZA LIMA
3.	CLAUDECIR BRUINSMA
4.	LAURA EMILIA DOS SANTOS
5.	CLARICE DE FÁTIMA WEBER
6.	GIONE MARIA MISTURA VOLTAN
7.	GABRIEL RITTER DA SILVEIRA
8.	MARLETE MARCONDWS DE RAMOS
9.	JUSSARA FRANCIELI NAGEL
10.	KATLENN FRANCINE DA CONCEIÇÃO
11.	JACQUELINE DE MELLO MOTA
12.	GABRIELI GARCIA DA ROCHA WERNER
13.	TAINA ARANHA SILVA
14.	CLEUSA SOUSA DOS SANTOS VIEIRA
15.	PAULO ROBERTO SILVA DE HOLANDA JUNIOR
16.	FABIANA QUIRINO DE OLIVEIRA TIMIDADE
17.	LUANA KETLYN PEREIRA PASINATTO
18.	EDICLEIA VEIGA DA SILVA
19.	DANUSA LOPES SIMÃO SUTILLI
20.	AMANDA DOS SANTOS SILVA
21.	DEUSIMAR ESPERANDIL NUNES ALONSO
22.	LUCIANE COSTA DE CASTRO LIMA
23.	ALINE DA SILVA CRISTÓVÃO PINTO
24.	ANA MARIA DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE
25.	LOURDES TOMAZ
26.	ADRIANA BIAZUS
27.	SIMONE RODRIGUES NUNES DE ABREU
28.	NILSI SCHWINGEL
29.	MARIA ELIETE DA SILVA OLIVEIRA DE ALMEIDA
30.	ANDRÉA APARECIDA DE MENEZES DE BORBA
31.	MARIANE VOIGT TORAL
32.	NARA GONCALVES DE SOUZA MACHADO
33.	TEREZINHA DE JESUS FERREIRA DA COSTA CONDE
34.	MARCIA REGINA SANTANA DE SOUZA
35.	FABIANA NERI MARIANO
36.	ARIANA ALVES
37.	TACILA APARECIDA PROKOP
38.	IVONE NASCIMENTO
39.	VAGNER CAETANO DE CAMARGO
40.	MARGARETE CORREA DE SOUZA DE OLIVEIRA
41.	EDILENE APARECIDA DOMINGOS VIEIRA
42.	VALDETE LOPES
43.	FRANCIELE DE SOUZA GABRIEL
44.	ELISABETE MARCONDES MACHADO

45.	ETTORE JOSÉ DE CASTRO
46.	MARINETE MAIA RIBEIRO
47.	ANGELINA CAROLINA CARVALHO
48.	ELIANA MINGARDO
49.	ELIZABETE CORREIA NEICIAK
50.	FERNANDA FRANCISCO
51.	ANDREIA PRESTES
52.	VERA LUCIA DOS SANTOS
53.	ROZANGELA RAMOS DAMASCENO
54.	SUELEN DE SOUZA CORDEIRO ANDRADE
55.	GISELI MARIA DOS PASSOS
56.	TATIANE FORTUNATO DOS SANTOS
57.	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA
58.	SAMARA ELISA EMILIO
59.	JERRI ADRIANI DA CUNHA

2.1.1. Cargo: Agente de Serviços gerais

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	KATIANE ISABEL PEREIRA
2.	BIBIANA BERNARDO MARTINS CORDEIRO
3.	ANA PAULA JANUÁRIO BARBOSA DA SILVA
4.	THAUANA MARINA CORDOVA
5.	MARLUCE DAIANI DE MOURA
6.	LEONICE MARIA DE LIMA
7.	EDNEIA ALVES ANTUNES PEREIRA
8.	ANELISE RUTH SCHROEDER POTTMAIER
9.	DANIELE DE LIMA BASTOS
10.	LOURDES ELIZANE CABRAL
11.	GRAZIELE MELO DA SILVA
12.	DÚNIA FERNANDA ANTUNES GONZAGA
13.	SCHIRLEI PRESTES RIBEIRO
14.	WALMIRA PIO DE LIMA
15.	LOURDES RODRIGUES DO AMARAL SERAFIM
16.	SALETE APARECIDA GALDINO BERTOLDI
17.	PAULO ROBERTO SILVA DE HOLANDA
18.	MARCIA CABRAL DA SILVA
19.	ELIANE TERESINHA DIAS
20.	ANA PAULA BALBINO DE SOUZA CONCEIÇÃO
21.	CLAUDIA APARECIDA REIS MAXIMIANO DA CUNHA
22.	ALESANDRA DA SILVA MAÇANEIRO
23.	IRINEIA MARIA DE OLIVEIRA FIGLESKI
24.	THALYTA DE CÁSSIA MARCELINO
25.	LARISSA IASMIN PEREIRA DO NASCIMENTO
26.	FERNANDA GODIN DE OLIVEIRA
27.	FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES MARQUES
28.	ADRIANA VIEIRA LEAL
29.	MARA LÍGIA FELÍCIO
30.	MARISA DE FATIMA VAIS
31.	KEYLA DA SILVA ALMEIDA
32.	MARIA IZABELLE SILVA DOS SANTOS
33.	MARILENE TRAVASSO DE ANDRADE

34.	CLEUSA TELES
35.	CARLA DELFINO
36.	MIDIAN DE SOUZA VIEIRA
37.	EDILENE KESNAM
38.	MAICO DE SOUZA
39.	MARCIA PIRES DOS SANTOS
40.	CASSIANA RODRIGUES PORTO

2.2. Cargo: Professor de Anos Iniciais

1.	ARIADNA COSTA GONCALVES
2.	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA
3.	MARCIA BARBARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS
4.	PRISCLA PEREIRA DA SILVA
5.	ANDREA PETRY
6.	JOANA DE OLIVEIRA
7.	ANTONIO LEANDRO BARROS IBANHES
8.	SIMONE FELICIO REGIS DUTRA
9.	ANDREZA KARLA DE SOUZA SCHLOGL
11.	KATIA CILENE KLOPPPEL MIRANDA
12.	ODILA DE OLIVEIRA
13.	TATIANY REGINA FABENI
14.	REGIANE FERNANDA CALDONHO

2.2.1. Cargo: Professor de Anos Iniciais

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	SUELEN DE ALENCAR LOPES
2.	GISELE CRISTINA RÉGIS DE SOUZA
3.	ANGELA MARTINS DOS SANTOS
4.	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO
5.	GRAZIELE LOURENCO FERREIRA
6.	MARILENE FRISON
7.	PATRICIA HERING DOS SANTOS
8.	MARCIA DA SILVA
9.	MARIA ELENA GUBERTT
10.	TEREZA DOS SANTOS INACIO
11.	JANINE MOHR
12.	VIVIANI JUSTINO
13.	MARISE LINDOMAR COUTO
14.	JESSICA ZANELLA DE SOUZA
15.	RENATA SILVA DE SOUSA
16.	ANGELA RAMOS LIMA
17.	LILIAN CRISTINA CAMILO
18.	GUILHERMINA ALVES BENTO
19.	LEANDRA BALTAZAR ANASTACIO
20.	CLÉZIO GONÇALVES

3. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de Serviços Gerais	18/02/2020	08:20	Sede da Secretaria Municipal de Educação *
Professor de Anos Iniciais	18/02/2020	08:00	Sede da Secretaria Municipal de Educação *

* Sede da Secretaria Municipal de Educação, Avenida: Prefeito José Juvenal Mafra, 430 – Centro – Navegantes -SC - prox. Ao Ginásio de esportes.

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

4. Da retirada do encaminhamento para a unidade escolar:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de Serviços Gerais	18/02/2020	A PARTIR DAS 15:30 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação
Professor de Anos Iniciais	18/02/2020	A PARTIR DAS 15:15 H	Sede da Secretaria Municipal de Educação

5. Das Disposições Finais

5.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, enviados por e-mail para o e-mail cadastrados pelo candidato no ato da inscrição e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação

Navegantes (SC), 13 de fevereiro de 2020.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal

Adriana Macarini

Secretária de Educação

Márcio da Rosa

Secretário da Administração e Logística

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE _____
RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____
END _____
Nº _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EFETIVO () ACT (X) COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Tem filhos ?Quantos?

()

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

10 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

14 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

19 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

20 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE _____ - _____

RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____

END _____

Nº _____

BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____

CARGO _____ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EFETIVO () ACT (X) COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Já esteve grávida ?

() Sim () Não

07 – Quantos filhos?

()

08 – Parto Normal ou Cesária ?

Normal () Cesária () Normal e Cesária ()

09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

11- Tem menstruação regular ?

() Sim () Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

() Sim () Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

14 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?



() Sim () Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

24 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria: Municipal de Educação

Já trabalhou com carteira assinada?

()SIM () NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

() PIS ou () PASEP () NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

()SIM () NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

E-mail do funcionário: _____

Número do telefone do funcionário: _____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

IDENTIFICAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

Nome:

Secretaria:

Cargo:

Declaro, em cumprimento às disposições legais vigentes, que não estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria, em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Assinatura

Navegantes, ____/____/20____.

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA CONFORME RESOLUÇÃO TC – 10/94

1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

NOME:

ORGÃO DE LOTAÇÃO:

CARGO/FUNÇÃO:

DATA DA POSSE: DATA DA EXONERAÇÃO:

2. FONTES DE RENDA

DENOMINAÇÃO:

CGC/CPF:

PREFEITURA DE NAVEGANTES

83.102.855/001-50

3. RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

ESPECIFICAÇÃO	DATA	VALOR R\$	COD:
	AQUISIÇÃO (AQ) ALIENAÇÃO (AL)		1.2 3.4

4. CARGOS. FUNÇÕES OU CARGOS EFETIVOS OCUPADOS NOS ULTIMOS 2 (DOIS) ANOS

ENTIDADE	CARGO	PERÍODO

Atesto para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade.

Navegantes, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO FUNCIONAL:

NOME:		
MATRÍCULA: CARGO:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	PASEP:	RESERVISTA:
D.N.:	LOCAL:	UF:
CNH:	DATA DE EXP:	VALIDADE:
GRAU DE INSTRUÇÃO: () ENSINO FUNDAMENTAL () ENSINO MÉDIO () SUPERIOR () ESPECIALISTA		
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO () CASADO () VIÚVO () UNIÃO ESTAVEL () DIVORCIADO () OUTROS		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
E-MAIL:	TELEFONE:	
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: () CONJUGE () FILHO		DEP. PARA IRRF: () SIM () NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: () CONJUGE () FILHO		DEP. PARA IRRF: () SIM () NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: () CONJUGE () FILHO		DEP. PARA IRRF: () SIM () NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: () CONJUGE () FILHO		DEP. PARA IRRF: () SIM () NÃO
DEPENDENTES:		
Nome:		
RG.:	ORG.EXP.:	DATA DE EXP:
CPF:	D.N.:	LOCAL:
TIPO DA DEPENDENCIA: () CONJUGE () FILHO		DEP. PARA IRRF: () SIM () NÃO

- FAVOR PREENCHER EM LETRA DE FORMA;
- CASO SEJA NOVA DEPENDENCIA FAVOR TRAZER OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA PASTA FUNCIONAL;
- SE O DEPENDENTE CURSAR ENSINO SUPERIOR FAVOR TRAZER O COMPROVANTE DE MATRÍCULA;
- CASO EXISTA MAIS DEPENDENTES QUE OS CAMPOS ACIMA, FAVOR SOLICITAR NOVA GUIA DE PREENCHIMENTO.

Navegantes, ____ de _____ de 20____

Assinatura do Servidor

OFÍCIO SME PROGRESSÕES 2020

Publicação Nº 2358965

Ofício SME Nº 065/2020

À

Todas as Unidades Escolares

Nesta

Senhores (as) Diretores (as),

A Secretaria Municipal de Educação comunica que estarão abertas as inscrições para o processo de Progressão Vertical, para os ocupantes do cargo efetivo de Especialistas e Professores do quadro do Magistério Municipal de Navegantes.

1. Do Processo

1.1. Poderão participar do processo de Progressão Vertical, os ocupantes de cargo efetivo de Especialistas em Assuntos Educacionais e Professores do quadro do Magistério Municipal de Navegantes que atendam as determinações da inscrição indicadas no item 02 (dois) desse ofício.

1.2. O Processo constará de:

a) Acordo com a Lei Complementar nº 72 de 08 de janeiro de 2010



Art. 22 A progressão vertical corresponde à mudança de nível de titulação do Profissional do Magistério - Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais.

Art. 23 Os Profissionais do Magistério poderão progredir na carreira mediante comprovação de conclusão de curso de graduação plena e pós-graduação específica de duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula.

§ 1º A mudança de nível vigorará semestralmente, no mês de fevereiro para o primeiro semestre e no mês de agosto para o segundo semestre, àquele em que o Professor encaminhar o respectivo requerimento acompanhado do comprovante da nova habilitação.

§ 2º A progressão nos níveis da carreira não altera a posição obtida por promoção nas classes.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação expedirá documento próprio informando se o curso de especialização apresentado em nível de pós-graduação é específico da área de atuação do servidor e/ou afim.

Art. 24 A progressão pela conclusão de curso de graduação e pós-graduação específica ocorrerá:

§ 1º - para progressão do nível I - Magistério, para o nível II - Licenciatura Plena, na classe inicial correspondente a nova habilitação.

§ 2º - para a progressão do nível II - Licenciatura Plena, para os níveis III, IV e V, na classe correspondente ao do nível anterior.

Art. 25 Somente terá direito à progressão funcional, o servidor do Magistério que, durante o período aquisitivo:

I Não sofrer penalidades de advertência;

II Não sofrer pena de suspensão disciplinar;

III Não tiver 03 faltas injustificadas ao serviço;

Art. 25-B A Secretaria Municipal de Educação instaurará comissão específica para análise dos processos de Progressão Horizontal (curso de aperfeiçoamento e capacitação) e Progressão Vertical (mudança de nível de titulação), composta por dois professores de níveis igual ou superior a III e de três Especialistas em Assuntos Educacionais, designados para tal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 350/2019)

1.3. Este ofício será publicado no dia 14 de fevereiro de 2020.

2. Das Inscrições

1.1 O período de inscrição será de 17, 18 e 19 de fevereiro de 2020, nas respectivas Unidades Escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Navegantes.

1.2 A ficha de inscrição, constante do anexo I, deverá ser retirada nas Unidades Escolares.

1.4. Efetuada a inscrição, o servidor deverá verificar a exatidão das informações e assinar a ficha de inscrição que será encaminhada e protocolada junto à Secretaria Municipal de Educação até a data de 19 de fevereiro de 2020.

2. Das Disposições Finais

2.1 O presente Ofício será afixado em cada unidade escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação a partir do dia 14 de fevereiro de 2020.

2.2 Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, na unidade escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 26 de fevereiro de 2020.

2.3 A contar do dia seguinte da data de publicação do indeferimento das inscrições, o servidor terá 03 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição, ou seja, no período compreendido de 27, 28 e 02/03 de 2020.

2.4 A solicitação do recurso administrativo e/ou de anulação deverá se dar através de requerimento entregue e protocolado na Secretaria de Educação, até o último dia previsto no item anterior.

3.5 Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação os procedimentos quanto a Progressão dos servidores para este processo.

2.6 O resultado do processo bem como suas classificações, será divulgado a partir do dia 03 de março, a partir das 16h, em cada unidade escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação.

2.7 O processo de que trata o presente Ofício, terá validade restrita ao período de sua realização.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação de comum acordo com o Departamento Administrativo.

Navegantes, 14 de fevereiro de 2020.

Sérgio Soares

Gerente de PAA dos Planos da Educação

Adriana Rodrigues Luz Macarini

Secretária da Educação

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO VERTICAL DOS PROFISSIONAIS NO CARGO EFETIVO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS.

REQUERENTE:				
CPF:	RG:	DATA DE EXPEDIÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIENTOR:	Matrícula:
Endereço:				
Telefone:		E-mail:		
Cargo:			Nível/Referência:	
Carga Horária:			Data da Posse no Cargo:	
Função/Cargo:				
Unidade Escolar de Atuação:				

Navegantes – SC ____/02/2020.

ASSINATURA DO REQUERENTE_____
Ass. do responsável pelo recebimento

Data do recebimento ____/____/____.

PORTARIA 879/2020

Publicação Nº 2358799

PORTARIA N º 879 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária 30 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, JULIANA DA ANDRADE SANTOS SOARES, matrícula 6236701.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 de Fevereiro de 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 880/2020

Publicação Nº 2358790

PORTARIA N º 880 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo PROFESSORA – 40 HORAS SEMANAIS, em virtude de aposentadoria de CLAUDIA DENISE ALVES BARBOSA DE BRITTO, matrícula 23901, junto ao NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2020.04.07600P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 881/2020

Publicação Nº 2358765

PORTARIA N º 881 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA – D ESC 2, SILVANA VIVIANE VIEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 882/2020

Publicação Nº 2358792

PORTARIA N º 882 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo de TECNICO EM SAÚDE BUCAL, com carga horária 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, CONCEIÇÃO APARECIDA DA SILVA, matrícula 6327401.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 883/2020

Publicação Nº 2358785

PORTARIA N º 883 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo PROFESSORA, com carga horária 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, ALINE GARCIA LAZZARIS, matrícula 6190601.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 885/2020

Publicação Nº 2358793

PORTARIA N º 885 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária 30 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, ELIZABETE XAVIER FRANCO, matrícula 6202504.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 887/2020

Publicação Nº 2358798

PORTARIA N º 887 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, JAQUELINE MELLIES DA CONCEIÇÃO, matrícula 1982001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 888/2020

Publicação Nº 2358747

PORTARIA N º 888 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA D ESC 1, EDIANE CLAUDINO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 889/2020

Publicação Nº 2358739

PORTARIA N º 889 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
NOMEIA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, EDIANE CLAUDINO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 890/2020

Publicação Nº 2358745

PORTARIA N º 890 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de AGENTE PUBLICO MUNICIPAL I, BERNADETE NARDELLI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 891/2020

Publicação Nº 2358735

PORTARIA N º 891 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
NOMEIA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE, BERNADETE NARDELLI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 910/2020

Publicação Nº 2358743

PORTARIA N º 910 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.
NOMEIA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL III, GABRIEL HANSEN DE ANDRADE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 955/2020

Publicação Nº 2358779

PORTARIA N º 955 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo PROFESSOR, com carga horária 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, ALEXSANDRO DE NOVAIS, matrícula 484603.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 960/2020

Publicação Nº 2358789

PORTARIA N º 960 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, BRUNA HELOISA FERNANDES, matrícula 6301906.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 961/2020

Publicação Nº 2358731

PORTARIA N º 961 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020
INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL - EDUCAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 75, II

RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR a Comissão Responsável pela Avaliação do Processo de Progressão Vertical – Promoção por Titulação (Alteração de Nível) e Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação dos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

Mari Angela Rocha Ferreira;
Rita de Cassia da Silva;
Sérgio Soares;
Tereza Cristina Socorro dos Santos;
Vilma Bernardes de Souza;
Viviane dos Santos Simão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 962/2020

Publicação Nº 2358795

PORTARIA N º 962 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo MOTORISTA, com carga horária 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, HERCILIO ANDREI DA SILVA, matrícula 245602.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 de Fevereiro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 972/2020

Publicação Nº 2358845

PORTARIA N º 972 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR ROSANGELA CAMILO ARCENO, matrícula 58507, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 12 meses, conforme ofício nº 010 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 12.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2020
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 976/2020 - NOMEIA CACS FUNDEB

Publicação Nº 2358804

PORTARIA N º 976 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2043, de 14 de maio de 2007

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR novos membros para a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, cujos nomes passam a ser os seguintes:

a) Representante dos Professores da Educação Básica Municipal:

TITULAR: Cristiane Maria Amorim.

SUPLENTE: Vivian Cardoso da Silva.

b) Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

TITULAR: Marcos Fabrício Rossetti Bittencourt.

SUPLENTE: Márcia Gervásio.

c) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos de Escolas Públicas Municipais:

TITULAR: Maristela Couto.

SUPLENTE: Mary Ângela Rocha Ferreira.

d) Representante dos Pais dos Alunos:

TITULAR: Paula Vanderleia do Nascimento.

SUPLENTE: Viviane Fernanda Costa Francisco.

TITULAR: Edineia Mônica de Andrade.

SUPLENTE: Evelyn Klimke Nazario.

e) Representante do Conselho Municipal de Educação de Navegantes – COMEN:

TITULAR: Andrea Burgonovo.

SUPLENTE: Ana Catarina Gonçalves.

f) Representante do Conselho Tutelar:

TITULAR: Flávio Roberto de Souza

SUPLENTE: Edson José dos Santos.

g) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

TITULAR: Bento José de Oliveira Santos.

SUPLENTE: Robério Vieira Gomes.

h) Representante da Educação Básica Pública – Indicados pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

TITULAR: Maria Ione Conceição Silva.

SUPLENTE: Marli da Cruz Ramos.

i) Representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria de Educação:

TITULAR: Gilça Onélia de Jesus.

SUPLENTE: Tatiane Nascimento.

j) Representante do Poder Executivo Municipal:

TITULAR: Sérgio Soares.

SUPLENTE: Maria Benedita Corrêa Jácomo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, e revoga na íntegra a Portaria 907/2020 de 11 de fevereiro de 2020, publicada na Edição nº 3053 do Diário Oficial dos Municípios de 12 de fevereiro de 2020 e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 616/2020

Publicação Nº 2358776

PORTARIA N º 616 DE 09 DE JANEIRO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA, CEI, EJA – D ESC 1, SORAIA MARIA BALDANÇA DE RAMOS

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JANEIRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 810 A 814/2020

Publicação Nº 2358715

PORTARIA Nº 810 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020
“ALTERA CARGA HORÁRIO A PEDIDO QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER a alteração da carga horária semanal temporária a servidora PATRICIA LUCINDO KAFKA, Matrícula 1999804, Professora de Educação Infantil, no que se refere a carga horária REDUZ de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas, sendo a carga horária alterada no CMEI Profª Alessandra Zilda da Silva, no período vespertino, permanecendo com 20 (vinte) horas no período matutino no CMEI Profª Maria Carlota Vieira a partir de 05/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira

PREFEITO

PORTARIA Nº 811 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

“ALTERA CARGA HORÁRIO A PEDIDO QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER a alteração da carga horária semanal temporária a servidora VANDERLEIA BONA, Matrícula 1983307, Professora de Educação Infantil, no que se refere a carga horária REDUZ de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas, sendo a carga horária alterada no CMEI Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira, no período vespertino, permanecendo 20 (vinte) horas no período matutino no CMEI Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira a partir de 05/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 812 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

“ALTERA CARGA HORÁRIO A PEDIDO QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER a alteração da carga horária semanal temporária a servidora DAIANE ZUMACH, Matrícula 245005, Professora de Educação Infantil, no que se refere a carga horária REDUZ de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas, sendo a carga horária alterada no CMEI Profª Alciréia da Conceição Couto, no período vespertino, permanecendo 20 (vinte) horas no período matutino no CMEI Profª Alciréia da Conceição Couto a partir de 05/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 813 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

“ALTERA CARGA HORÁRIO A PEDIDO QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER a alteração da carga horária semanal temporária a servidora MIRIAM VIEIRA INACIO, Matrícula 205008, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no que se refere a carga horária REDUZ de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas, sendo a carga horária alterada no CEM Giovana Soares da Cunha, no período vespertino, permanecendo 20 (vinte) horas no período matutino no CEM Giovana Soares da Cunha a partir de 05/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 814 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

“ALTERA CARGA HORÁRIO A PEDIDO QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal ao servidor CHARLES SOARES, Matrícula 57001 Supervisor Escolar, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais na EM Profª Maria Ivone Muller dos Santos.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE FEVEREIRO DE 2020.
Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIAS 845 A 870/2020

Publicação Nº 2358701

PORTARIA Nº 845 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020
“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS, Matrícula 70208 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas Vespertino na CMEI Bruce Cranston Kay e 20 (vinte) horas Matutino na CMEI Profª Clarinda Maria Gaya.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.
Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 846 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora AMANDA FELICIO DOS SANTOS, Matrícula 100622 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas Vespertino na CMEI Profª Maria de Lourdes Couto Cabral e 20 (vinte) horas Matutino na CMEI Prof Robson Francisco Lopes.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.
Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 847 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ANGELA MARIA DOS SANTOS ROSA, Matrícula 63317801 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Profª Maria dos Navegantes Ramos.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 848 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ANGELA RAMOS LIMA, Matrícula 170819 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino na CMEI Bruce Craston Kay e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Bruce Craston Kay.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 849 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA, Matrícula 431319 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Rosana de Fátima Gay7a Barreto e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Maria da Silva Santos.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 850 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS, Matrícula 6333002 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no CMEI Regina Marly da Costa e 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Alessandra Zilda da Siva.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 851 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora CRISTIANE DOS SANTOS ZUCHETTI, Matrícula 6260503 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no CMEI Profª Maria dos Navegantes Ramos e 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Maria dos Navegantes Ramos.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 852 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ELAINE TEODORO DE JESUS, Matrícula 63317701 Professora de Educação

Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no CMEI Profª Adelia de Souza Fernandes e 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Martinha Correa da Silva.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 853 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ELIDIANE TAMAGNO, Matricula 455904 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CMEI Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira e 20 (vinte) horas vespertino na EM Profª Maria Tereza Leal.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 854 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO, Matricula 6239409 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no cem Profª Leonora Schmitz (Extensão) e 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Isabel Flores Pagani.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 855 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora FLAVIA MARQUES DA SILVA, Matrícula 450305 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CMEI Bruce Craton Kay e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Profª Silvete Couto de Miranda.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 856 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora MARLI DOMINGUES DE ARAUJO, Matrícula 1706410 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CMEI Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Profª Isabel Fores Pagani.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 857 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora PAULA PRICILA DA SILVA KORB, Matrícula 6204104 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no CMEI Profª Rosana de Fátima Gaya Barreto e 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Maria das Neves Emilio.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 858 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES, Matrícula 435208 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CMEI Prof Jose dos Passos Lemos e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Profª Kátia Regina Gazaniga de Souza.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 859 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora SARA JANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA, Matrícula 63287401 Professora de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no CEM Profª Clarinda Maria Gaya e 20 (vinte) horas matutino na CMEI Profª Maria dos Navegantes Ramos.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 860 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora TEREZINHA MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA, Matrícula 224412 Professora

de Educação Infantil, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CMEI Bruce Craston Kay e 20 (vinte) horas vespertino na CMEI Profª Lenita de Souza Gaya.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 861 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora ANA LUCIA FREIBERGER, Matrícula 1771609 Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CEM Profª Bernardete Maria Sedrez da Silva e 20 (vinte) horas vespertino na EM Profª Badia de Faria.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 862 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora CRISTINA PAULO MONTEIRO, Matrícula 263912 Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no EM Profª Maria de Lourdes Antunes e 20 (vinte) horas vespertino na CEM Profª Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 863 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO, Matrícula 6262904 Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no EM Profª Eni Erna Gaya e 20 (vinte) horas vespertino na EM Profª Maria Tereza Leal.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 864 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora JOCIMARA PEREIRA MEZZON, Matrícula 6187806 Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino na EM Profª Elsir Bernadete Gaya Muller e 20 (vinte) horas vespertino na EM Profª Maria Hostim da Costa.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 865 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora LUCILE PATRICIA FONSECA, Matrícula 359417 Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no EM Profª Vilna Correa Pretti e 20 (vinte) horas vespertino na EM Profª Vilna Correa Pretti.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 866 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora CARINA KAMMER DOS SANTOS, Matrícula 1673408 Professora do Ensino Fundamental – Anos Finais – Disciplina de Educação Física, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no CEM Profª Maria de Lourdes Antunes e 10 (dez) horas vespertino na EM Profª Vilna Correa Pretti.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 867 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora KARLA ROSANA DA SILVA, Matrícula 165415 Professora do Ensino Fundamental – Anos Finais – Disciplina de Matemática, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas matutino no EM Profª Neusa Maria Rebello Vieira e 20 (vinte) horas vespertino na CE Profª Maria de Lourdes Couto Cabral.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 868 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal ao servidor ROBERTO NICOLodi, Matrícula 323306 Professor do Ensino Fundamental

– Anos Finais – Disciplina de Matemática, que ampliará de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no EM Profª Rosa Maria Xavier de Araújo, 10 (dez) horas matutino na EM Profª Ilka Muller de Mello e 10 (dez) horas matutino na EM Profª Maria Hostim da Costa.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 869 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora IANDRA BORGES, Matrícula 493009 Professora do Ensino Fundamental – Anos Finais – Disciplina de Geografia, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no EM Profª Neusa Maria Rebello Vieira e 10 (dez) horas matutino na EM Profª Badia de Faria.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 870 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

RESOLVE:

I – CONCEDER ampliação da carga horária semanal a servidora VIVIANE BERKENBROCH RAMOS, Matrícula 154702 Professora do Ensino Fundamental – Informática, que ampliará de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas vespertino no EM Profª Eni Erna Gaya e 20 (vinte) horas matutino na EM Prof [Eni Erna Gaya.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIAS 871 A 878 E 963 A 966/2020

Publicação Nº 2358710

PORTARIA Nº 871 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020
"REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora JULIANA HOFFMANN KRIEGER, matrícula 6333401, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do CE Profª Maria de Lourdes Couto Cabral, para a EM Profª Elsir Bernadete Gaya Muller, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 872 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora GEOVANITA SAMANTA HELLGRENN, matrícula 1998111, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do EM Profª Elsir Bernadete Gaya Muller, para o CE Profª Maria de Lourdes Couto Cabral, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 873 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

"REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA"

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora CAROLINE MENDES BORTOLATO, matrícula 6183310, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do EM Profª Leonora Schmitz, para a EM Profª Vilna Correia Pretti, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 874 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora SCARLET LOUISE POTT LEMOS, matrícula 63361501, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do EM Profª Vilna Correia Pretti, para a EM Profª Leonora Schmitz, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 875 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora LEILA LEOCARDIA SOUZA, matrícula 375203, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do EM Profª Bernardete Maria Sedrez da Silva, para a EM Profª Leonora Schmitz, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 876 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora MARIA DE FATIMA DE SOUZA, matrícula 6283105, Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do EM Profª Leonora Schmitz, para a EM Profª Bernardete Maria Sedrez da Silva, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 877 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA, matrícula 364714, Professora da Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do CMEI Profª Lenita de Souza Gaya, para a CMEI Profª Clarinda Maria Gaya, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 878 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora HELOISA DEMÉTRIO, matrícula 452004, Professora da Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do CMEI Profª Clarinda Maria Gaya, para a CMEI Profª Lenita de Souza Gaya, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 963 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora MARIA OTILIA FURTADO, matrícula 188213, Professora da Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do CMEI Prof Robson Francisco Lopes, para a CMEI Profª Solange Pasquali, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 964 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora ROSA BARBOSA, matrícula 61714, Professora da Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do CMEI Profª Solange Pasquali, para a CMEI Prof Robson Francisco Lopes, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 965 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora BETANIA PERAO DOS PASSOS, matrícula 100904, Professora da Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Pré – EM Profª Nazir Rodrigues Rebello, para a CMEI Profª Alciréia Conceição Couto, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIA Nº 966 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

“REMOVER POR PERMUTA O SERVIDOR QUE ESPECÍFICA”

Exmo. Sr. EMILIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 9 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Permutar, a servidora ANDREIA GERALDO, matrícula 185210, Professora da Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Pré – EM Profª Nazir Rodrigues Rebello, para a CMEI Profª Alciréia Conceição Couto, a partir de 03/02/2020.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Adriana Rodrigues da Luz Macarini
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO INTERINA

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Emílio Vieira
PREFEITO

PORTARIAS 884/2020

Publicação Nº 2358783

PORTARIA Nº 884 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo PROFESSORA, com carga horária 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, ALINE GARCIA LAZZARIS, matrícula 6190603.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 de Fevereiro de 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 967 A 970/2020

Publicação Nº 2359287

PORTARIA Nº 967 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SILVANA VIVIANE VIEIRA, matrícula 21808, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de fevereiro de 2020 e termina em 02 de maio de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2012/2017.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 968 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ALBERTINA MAZZI FLORES, matrícula 449301, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 06 de fevereiro de 2020 e termina em 05 de abril de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2012/2017.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 969 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ANA LUCIA SAES AGULHARI, matrícula 222009, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de fevereiro de 2020 e termina em 02 de abril de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2006/2011.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 970 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a CRISTINA MARIA ROSA, matrícula 335709, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 03 de fevereiro de 2020 e termina em 03 de março de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 971, 973 A 975/2020

Publicação Nº 2358842

PORTARIA N º 975 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a RAMÍLIO AMANDIO, matrícula 162702, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 14.02.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14.02.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 974 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a JUSCELINO PEREIRA, matrícula 373402, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 11.02.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.02.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 973 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a CARIN DAIANA SALOMAO, matrícula 387616, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 26.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26.11.2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 971 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a MARCIA JULIANA ASSOLARI, matrícula 221110, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 05.02.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.02.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2020
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESOLUÇÃO DESENAVE 01/2020

Publicação Nº 2359705

RESOLUÇÃO N. 01/2020/DESENAVE

O Conselho de Desenvolvimento de Navegantes – DESENAVE, reunido em 10 de fevereiro de 2020, nos termos da Lei Complementar n. 124/2011 e do Decreto n. 613/2013, em atenção ao requerimento de incentivos econômicos e benefícios fiscais protocolado por SDB Comércio de Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. 09.477.652/0001-96, RESOLVE:

Art. 1º Considera-se aprovado o Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita em relação ao empreendimento da empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda. (CNPJ 09.477.652/0001-96), nos termos da ata da reunião publicada no Diário Oficial dos Municípios, na edição n. 3054, ato n. 2354546, em 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Para a implementação do empreendimento proposto, o investidor compromete-se a:

I – Construir a loja do Fort Atacadista com 9.905,3 m² nos termos da aprovação da Secretaria de Planejamento Urbano;

II – Gerar 150 empregos diretos no primeiro ano de funcionamento;

III – Desenvolver projetos socioambientais já existentes em outras cidades para beneficiar a população de Navegantes (Troco Solidário e limpeza das praias);

IV – Custear o alargamento em 4 metros da Rua Martimiano Teixeira, compreendendo 9 metros de largura de pista asfaltada e 1,5 metro de calçada padronizada em cada lado, até fazer a ligação com a Rua Maria Lopes de Borba, formando um binário, sendo de responsabilidade do investidor todos os custos com engenharia, aquisição de material e execução da obra no que concerne o aterro, compactação, drenagem, calçadas, pavimentação asfáltica e sinalização viária horizontal e vertical;

V – Doar ao Município 5.043 m² de área constante na matrícula n. 4.705, referente ao alargamento e prolongamento da Rua Martimiano Teixeira, com as benfeitorias relativas à implementação da infraestrutura citada no inciso anterior;

VI – Cumprir as condicionantes ambientais estabelecidas pela Fundação do Meio Ambiente – FUMAN, no que concerne a compensação ambiental pelo desmatamento e a averbação na matrícula na matrícula n. 4.705 de trinta por cento de área de preservação ambiental.

Art. 3º O Município de Navegantes participará com a:

I – Concessão de isenção de 100% do IPTU entre 2021 e 2030;

II – Concessão de isenção de 100% da Taxa de Fiscalização, Licenciamento e Localização por dez anos, a contar do início das atividades do estabelecimento;

III – Desapropriação de 663,28 m² do imóvel registrado sob a matrícula n. 21.462 no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, para ampliação da Rua Martimiano Teixeira.

IV – Disponibilização de maquinário da Secretaria Municipal de Obras para a abertura da cancha referente ao alargamento e ao prolongamento da Rua Martimiano Teixeira.

Art. 4º Os benefícios fiscais e os incentivos econômicos ora concedidos ficarão condicionados ao cumprimento de todos os itens elencados no artigo anterior, a serem verificados mediante apresentação de relatório anual de prestação de contas para ser submetido ao Conselho de Desenvolvimento de Navegantes – DESENAVE.

Art. 5º Compete à Secretaria de Planejamento Urbano e à Fundação Municipal do Meio Ambiente a fiscalização sobre o cumprimento das condicionantes urbanísticas e ambientais durante a realização das obras.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Navegantes, 14 de fevereiro de 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

Rodrigo Leonardo Vargas Silveira

Presidente do DESENAVE

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**ATA PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2020 NAVEGANTESPREV**

Publicação Nº 2359277

Aberta a Sessão Pública no dia 14 de fevereiro de 2020, não houveram licitantes presentes ou envelopes recebidos nos prazos estipulados em Edital, motivo pelo qual esta sessão foi declarada deserta. Nada mais havendo, encerrou-se o certame.

Rafael Castro: Pregoeiro

Denise da Silva: Membro

Margareth Berlinck da Costa: Membro

Navegantes/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Nova Erechim

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 003/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 2359264

PROCESSO Nº: 003/2020	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 003/2020
--------------------------	---------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 01/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 11.299.994/0001-05
CONTRATADA: JV FERRO E ESQUADRIAS LTDA
CNPJ: 31.790.238/0001-91

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
VALOR: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA = INÍCIO: 13/02/2020 TÉRMINO: 31/12/2020

Nova Erechim, 13 de fevereiro de 20120.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

DISPENSA/CHAMAMENTO Nº: 03/2020 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

Publicação Nº 2359239

PROCESSO Nº: 05/2020	DISPENSA/CHAMAMENTO Nº: 03/2020
-------------------------	------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 06/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: CLOVIS ANTONIO NICHELLE
CPF: 250.829.309-15

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.
VALOR: R\$ 5.730,00 (Cinco mil setecentos e trinta reais).
VIGÊNCIA = INÍCIO: 14/02/2020 TÉRMINO: 14/02/2021

Nova Erechim, 14 de Fevereiro de 2020.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

DISPENSA/CHAMAMENTO Nº: 03/2020 EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 05/2020 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

Publicação Nº 2359243

PROCESSO Nº: 05/2020	DISPENSA/CHAMAMENTO Nº: 03/2020
-------------------------	------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 05/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL
CNPJ: 12.720.068/0001-24

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.
VALOR: R\$ 84.712,50 (Oitenta e quatro mil setecentos e doze reais com cinquenta centavos).
VIGÊNCIA = INÍCIO: 14/02/2020 TÉRMINO: 14/02/2021

Nova Erechim, 14 de Fevereiro de 2020.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

DISPENSA/CHAMAMENTO Nº: 03/2020 EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 07/2020 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

Publicação Nº 2359246

PROCESSO
Nº: 05/2020

DISPENSA/CHAMAMENTO
Nº: 03/2020

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 07/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: NEUSA MAROSTICA
CPF: 767.815.699-53

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.
VALOR: R\$ 7.055,00 (Sete mil e cinquenta e cinco reais).
VIGÊNCIA = INÍCIO: 14/02/2020 TÉRMINO: 14/02/2021

Nova Erechim, 14 de Fevereiro de 2020.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO JV FERRO E ESQUADRIAS EIRELI, CNPJ Nº. 31.790.238/0001-91, COM O OBJETIVO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 2359266

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação, Eu, RAMIREZ TÁPIA, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, à vista o Termo de Dispensa de Licitação nº 003/2020, no processo administrativo de nº. 003/2020, reconhecendo a hipótese Dispensa de licitação, amparado legalmente no artigo 24, inciso II, e parágrafo único do Art. 26 da Lei n.º 8.666/93, ficando assim dispensado do procedimento licitatório, tendo em vista a adequação das funções e finalidade de Contratação, venho RATIFICAR a presente dispensa.

Ficando assim adjudicado a favor da empresa JV FERRO E ESQUADRIAS EIRELI, CNPJ nº. 31.790.238/0001-91, com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, perfazendo um valor global de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais), tudo em conformidade com a legislação vigente.

Publique-se o presente.

Nova Erechim/SC, 13 de fevereiro de 2020.
RAMIREZ TÁPIA
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 086/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360456

DECRETO Nº. 086/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba, no exercício 2020, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no Projeto Atividade Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das atividades da Saúde Pública, na modalidade de aplicação - 3.3.90 - Aplicação Direta – criando a fonte 03.02 – Superávit – Recursos de Impostos p/ASPS - mínimo de 15%, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.3.02 – Superávit - Recursos de Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%

Detalhamento: 0000 - Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2358864

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020, CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020, de 06 de janeiro de 2020.

A Prefeitura de Nova Trento, através do Pregoeiro e da Comissão Permanente de Licitações, vem a público retificar a Publicação do Edital nº 001/2020 de 06/01/2020, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de educação infantil e fundamental da rede pública municipal do município de Nova Trento/SC. Alterar em parte a publicação efetuada dia 29/01/2020.

No Edital, parte inicial:

ONDE SE LÊ:

Recebimento das Habilitações e Projetos de Venda até o dia 20/03/2020 na PREFEITURA

LEIA-SE:

Recebimento das Habilitações e Projetos de Venda até o dia 27/11/2020 na PREFEITURA

Abertura para julgamento: às 09:00 horas do dia 02/03/2020.

Nova Trento/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Aprígio José Botameli

Pregoeiro - Presidente Comissão de Licitações

PORTARIA Nº 229/2020

Publicação Nº 2358884

PORTARIA Nº 229/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019 de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 010/2020, MORGANA SUELEN FAGUNDES, matrícula nº 8282, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com 40(quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 13 de fevereiro de 2020 a 30 de março de 2020, em substituição a titular Juliana Machado dos Santos, afastada conforme Portaria nº 180/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 058/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MORGANA SUELEN FAGUNDES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Manoel de Souza Filho, nº 46, Bairro Carmelo de Dentro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 089.899.999-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com 40(quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 13 de fevereiro de 2020 a 30 de março de 2020, em substituição a titular Juliana Machado dos Santos, afastada conforme Portaria nº 180/2020.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 058/2020)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi Morgana	Suelen Fagundes
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti	Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo	Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71	CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 233/2020

Publicação Nº 2358677

PORTARIA Nº 233/2020
Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 915/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 02/2019, de 12 de março de 2019, homologado em 13/05/2019, convocada conforme Decreto nº 106/2019, ANGELITA MUNIRA MARCHI, matrícula nº 8092, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 120(cento e vinte) dias, a contar de 15 de fevereiro de 2020 a 13 de junho de 2020, por motivo de excepcional interesse público, até a realização de novo processo seletivo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de fevereiro de 2020.
Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e a Senhora ANGELITA MUNIRA MARCHI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, apto 401, nº 130, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 952.262.069-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.530,00 (hum mil quinhentos e trinta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado pelo período de 120(cento e vinte) dias, a contar de 15 de fevereiro de 2020 a 13 de junho de 2020, por motivo de excepcional interesse público, até a realização de novo processo seletivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 14 de fevereiro de 2020.

Adauton Raulino	Angelita Munira Marchi
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário	Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti	Edna Motta Dalpra
Assistente Administrativo/Asses. Adm.	Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71	CPF: 052.155.349-00

PORTARIA Nº 234/2020

Publicação Nº 2360347

PORTARIA Nº 234/2020
Admissão em caráter temporário

Lindomir Boso, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 095 de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.533, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019 de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocado pelo Decreto nº 014/2020, CRISTÓVÃO VILL, matrícula nº 8286, para exercer o cargo de Operador de Máquina – Aguti, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de fevereiro de 2020.
Lindomir Boso
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 062/2020**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário M. de Agricultura e Meio Ambiente, LINDOMIR BOSÓ, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.976.509-40, RG nº 3953862, residente e domiciliado na Rua Ribeirão Bonito, s/nº, Bairro Ribeirão Bonito, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor CRISTÓVÃO VILL, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Geral Rio Veado, s/nº, Bairro Rio Veado, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 065.899.909-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Operador de Máquina – Aguti, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.990,00 (hum mil novecentos e noventa reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeito aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 062/2020)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de fevereiro de 2020.

Joel Garbari Cristóvão Vill

Secretário M. de Transp., Obras, Ser. Urb. e Planejamento Contratado

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo

CPF: 076.577.989-17

Gustavo Achcar

Técnico Administrativo

CPF: 222.833.498-77

PORTARIA Nº 235/2020

Publicação Nº 2360348

PORTARIA Nº 235/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019 de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 015/2020, MARIA CENI MACIEL NEPOMUCENO, matrícula nº 8287, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin, Município de Nova Trento, a contar de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020, por motivo de vaga excedente, em substituição da Servidora Miria Teresinha Cipriani Speranzini, remanejada para outra unidade escolar.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 063/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA CENI MACIEL NEPOMUCENO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Francisco Ceccato, nº 228, apto 104, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 394.606.810-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta)

horas semanais, na Creche Municipal Santo Antonin, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020, por motivo de vaga excedente, em substituição da Servidora Miria Teresinha Cipriani Speranzini, remanejada para outra unidade escolar.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 063/2020)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Mun. de Educação

Maria Ceni Maciel Nepomuceno
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo
CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 236/2020

Publicação Nº 2360349

PORTARIA Nº 236/2020
Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019, de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 007/2020, KARINA TOMASI, matrícula nº 8288, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40

(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de fevereiro de 2020.
Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 064/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora KARINA TOMASI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Raizer, nº 67, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 047.308.059-17, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.530,00 (hum mil, quinhentos e trinta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 17 de fevereiro de 2020 a 16 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 064/2020)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de fevereiro de 2020.
Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Karina Tomasi
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Edna Motta Dalpra
Assistente Administrativo
CPF: 052.155.349-00

PORTARIA Nº 237/2020

Publicação Nº 2360350

PORTARIA Nº 237/2020
Concessão de Férias

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15(quinze) dias, ao Servidor Público Municipal, ADILSON LUIZ DEMONTI, matrícula nº 208, concursado, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Serviço de Almoxarifado, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 17/02/2020 a 02/03/2020, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2017 a 06/01/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de fevereiro de 2020.
Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 238/2020

Publicação Nº 2360351

PORTARIA Nº 237/2020
Concessão de Férias

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15(quinze) dias, ao Servidor Público Municipal, ADILSON LUIZ DEMONTI, matrícula nº 208, concursado, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Serviço de Almoxarifado, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 17/02/2020 a 02/03/2020, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2017 a 06/01/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de fevereiro de 2020.
Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

Publicação Nº 2356666

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020

Objeto: O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para aquisição parcelada Cestas Básicas para atender famílias carentes do Município de Nova Trento, conforme estudo socioeconômico efetuado pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Credenciamento e entrega dos envelopes: 03/03/2020 até as 08:30 horas. Abertura e fase de lances: 03/03/2020 a partir das 09:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020**

Publicação Nº 2356669

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo Van, ano/modelo mínimo 2019/2020, com capacidade mínima para transportar 21 pessoas, para atender as necessidades da Secretaria de Esportes, com as características técnicas constantes no Anexo I deste Edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 04/03/2020. Abertura das propostas e Fase de Lances: dia 04/03/2020 a partir das 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fones: (48) 3267-3211/3267-3213 – Email: compras@novatreto.sc.gov.br – Site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020**

Publicação Nº 2356673

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

Objeto: Aquisição de 01 (um) trator agrícola de pneus, zero quilometro, ano/modelo mínimo 2020, equipado com motor a diesel, com no mínimo 3 cilindros, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com as características técnicas constantes no Anexo I deste Edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 10:30 horas do dia 04/03/2020. Abertura das propostas e Fase de Lances: dia 04/03/2020 a partir das 11:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fones: (48) 3267-3211/3267-3213 – Email: compras@novatreto.sc.gov.br – Site: www.novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020**

Publicação Nº 2356674

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 023/2020 – Pregão Presencial nº 015/2020 – SRP Nº 009/2020

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura, tais como: Confecção de Desenhos, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Medição, Demarcação, Levantamento Topográfico e Confecção de Plantas e Perfis, com a finalidade de planejamento e produção de material técnico para a realização de construções, Reformas, Ampliações, Adequações nos Imóveis, Pavimentações e Drenagens no Município de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: DIA 05/03/2020 até as 08:30 horas. Abertura: DIA 05/03/2020 as 09:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

Publicação Nº 2356676

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

Objeto: Prestação de serviços de mão de Obra, para execução de pavimentação e sinalização da Rua Vicente Vargas, bairro Vigolo, com 2.535,80 m², incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Forma de Execução: regime de Empreitada por preço Unitário. Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 09/03/2020. Abertura: 09/03/2020 as 09:00 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020

Publicação Nº 2356677

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 025/2020 – Pregão Presencial nº 016/2020 – SRP Nº 010/2020

Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços parcelados de Solda, Fresa, Torno e Maçarico para veículos e equipamentos pertencentes a frota da Prefeitura de Nova Trento, conforme quantidades e especificações contidas no anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 06/03/2020 até as 08:40 horas. Abertura: 06/03/2020 às 09:00 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020

Publicação Nº 2356678

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020

Objeto: Prestação de serviços de mão de Obra, para execução de pavimentação e drenagem da estrada geral do Baixo Salto, estaca 0 a 8+16, incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Forma de Execução: regime de Empreitada por preço Unitário. Entrega dos envelopes: Até as 10:30 horas do dia 09/03/2020. Abertura: 09/03/2020 as 11:00 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2020 - FMAS

Publicação Nº 2359562

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2020 - PR
CNPJ: 15.423.721/0001-81 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 4/2020 Data do Processo: 03/02/2020
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de serviço profissionais de facilitadores de oficina de música para desenvolvimento de trabalho temporário nos grupos do serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, um serviço da proteção social básica ofertado pelo centro de referencia de assistência social.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 14 de Fevereiro de 2020, às 13:31 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 4/2020, Licitação nº 4/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 6592 - JONATA WATERKEMPER**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	FACILITADOR PARA OFICINA DE MÚSICA: - GRADUAÇÃO EM MÚSICA - EXPERIENCIA COMPROVADA DE INSTRUMENTOS DE FLAUTA, VIOLINO, VIOLÃO, GUITARRA, BATERIA E CANTO; - TER ATUADO COMO EDUCADOR E/OU INSTRUTOR COM EXPERIENCIA COMPROVADA. IDADE MÍNIMA: 21 ANOS CARGA HORÁRIA: 10 HORAS SEMANAIS	Mês	11,00	JONATA	0,0000	1.750,00	19.250,00
Total do Participante ----->							19.250,00
Total Geral ----->							19.250,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 14 de Fevereiro de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JONATA WATERKEMPER - - Representante



RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 30/2020 - PMNV

Publicação Nº 2359563

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</p> <p>CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 30/2020 Processo de Licitação: 30/2020 Data do Processo: 03/02/2020</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de computadores para o prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Veneza/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 14 de Fevereiro de 2020, às 14:43 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 30/2020, Licitação nº 30/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 11035 - APICEBR COMERCIAL EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	COMPUTADOR COMPLETO MODELO 1 CONF. EDITAL 30/2020	UND	2,00	POSITIVO	0,0000	7.290,00	14.580,00
2	COMPUTADOR COMPLETO MODELO 2 CONF. EDITAL 30/2020	UND	3,00	POSITIVO	0,0000	5.782,00	17.346,00
Total do Participante ----->							31.926,00
Total Geral ----->							31.926,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 14 de Fevereiro de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CAMILA CORAL - - Representante
WILLIAN CANEVER - - Representante
ELISEU DE SOUZA - - Representante

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2020 - PMNV

Publicação Nº 2359564

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2020 - PR Processo Administrativo: 31/2020 Processo de Licitação: 31/2020 Data do Processo: 04/02/2020
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada em controle integrado de pragas para as unidades do Município de Nova Veneza/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 14 de Fevereiro de 2020, às 15:32 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 31/2020, Licitação nº 31/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 10457 - MD CONTROLE DE PRAGAS**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.	SRV	1,00	MD CONTROLE	0,0000	9.800,00	9.800,00
Total do Participante ----->							9.800,00
Total Geral ----->							9.800,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 14 de Fevereiro de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CLODOALDO DOS SANTOS - - Representante

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.607 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360411

DECRETO Nº 2.607, de 17 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO EDITAL DE TESTE SELETIVO 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e edital nº 01/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Edital do Teste Seletivo nº 001/2018 por mais 01 (um) ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 17 de fevereiro de 2020.

LUIZ DARCI ZAFFARI
Prefeito Municipal EE

Registre-se e AIMAR FRANCISCO PAVELECINI
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001-2020

Publicação Nº 2358801

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001-2020

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 9º Parágrafo 4º c/c com o Artigo 63 da Lei Complementar 101/2000, FAZ SABER a todos que fará AUDIÊNCIA PÚBLICA, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º (terceiro) quadrimestre do exercício financeiro de 2019, no dia 28 de Fevereiro de 2020, as 10:30 horas, tendo como local o Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, Santa Catarina.

Novo Horizonte – SC, em 14 de Fevereiro de 2020

LUIZ DARCI ZAFFARI
Prefeito Municipal EE

Registre-se AIMAR FRANCISCO PAVELECINI
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL PM Nº 009-2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 001-2020 - I

Publicação Nº 2358824

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTONIO LAZARIN E EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA REMOÇÃO, REMENDO PROFUNDO E RECONSTITUIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AVENIDA CASTELO BRANCO, SOTERRIO CACCIATORI E JOÃO POGLIA SITUADAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma global. Que no dia de sua realização 13/02/2020 às 09:00 horas, que houve a participação das empresas

CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA e PAVOESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA. Segue transcrição da ata. "A CPL registra que dando seguimento ao certame as treze horas e dez minutos, (13:10), com o devido recebimentos dos termos de renúncia das empresas Construtora Oliveira e Concisa Pavimentações, foi aberto os envelopes das propostas e a abertura do mesmo contendo a proposta de preços, das empresas Habilitadas, da qual foi procedida a análise da Proposta de Preços, verificando-se que as propostas atendem ao exigido, apresentando todas as características e informações necessárias. Assim esta Comissão decidiu pela

Classificação das propostas apresentadas pelas empresas habilitadas. Durante a avaliação das propostas foi constatado que para o ITEM 01, houve a apresentação dos seguintes preços, Concisa Pavimentações e Terraplenagem apresentou o valor de R\$ 176.991,69 (cento e setenta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e nove centavos.), a empresa Construtora Oliveira Ltda apresentou o valor de R\$ 159.926,42 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos) e a empresa PavOeste Pavimentações apresentou o valor de R\$ 175.085,63 (cento e setenta e cinco mil, oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos), havendo para este item a aplicação do tratamento diferenciado com base na Lei complementar 123/2006 e suas alterações e item 7.17.1 do edital "O presidente da Comissão de Licitações convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, nos termos do Artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência;" , devido a proposta da empresa PavOeste ter ficado abaixo dos 10% estabelecidos na Lei. Como o representante da empresa PavOeste não estava mais presente na sessão pública o presidente e CPL decide pela INTIMAÇÃO do mesmo para que no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas, ou seja, até o final do expediente da Prefeitura Municipal do dia 14.02.2020, o mesmo se manifeste, ou não, sobre a apresentação de nova proposta de preços abaixo do valor da melhor proposta apresentada. Para o ITEM 02, houve a apresentação dos seguintes preços, Concisa Pavimentações e Terraplenagem apresentou o valor de R\$ 225.310,56 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e dez reais e cinquenta e seis centavos). A empresa Construtora Oliveira Ltda apresentou o valor de R\$ 198.799,99 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) e a empresa PavOeste Pavimentações apresentou o valor de R\$ 224.118,56 (duzentos e vinte e quatro mil, cento e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), não havendo para este item o tratamento diferenciado conforme a Lei 123/2006, pois a proposta da empresa PavOeste ficou acima dos 10% estabelecidos na lei. Diante do exposto e conforme datas e horários já estipulado acima, o Presidente e CPL, fica no aguardo da manifestação do representante da Empresa PavOeste. Em não havendo manifestação no prazo estabelecido a empresa fica ciente da perda do direito aos benefícios contemplados na Lei 123/2006. Nada mais havendo lavrei a presente ata que após lida.

Novo Horizonte (SC), em 13 de fevereiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DAS PROPOSTAS DE PREÇO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 02).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTONIO LAZARIN E EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA REMOÇÃO, REMENDO PROFUNDO E RECONSTITUIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AVENIDA CASTELO BRANCO, SOTERRIO CACCIATORI E JOÃO POGLIA SITUADAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma global. Que no dia de sua realização 13/02/2020 às 09:00 horas, que houve a participação das empresas CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA e PAVOESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA. Segue transcrição da ata. "Encerrou-se o prazo para recebimento dos envelopes da documentação e proposta, conforme previsto pelo Edital, tendo sido constatado a entrega de envelopes de habilitação e proposta de três (03) empresas. Registra que os envelopes foram protocolados dentro do prazo estabelecido, e que somente a empresa PavOeste credenciou representante para a sessão as demais empresas não credenciaram representante para participação no certame, protocolando apenas os envelopes. Registra ainda que somente a empresa PavOeste apresentou Cartidão Simplificada da Junta Comercial, da sua condição de Empresa de Pequeno Porte, para fazer jus aos benefícios da Lei 123/2006. Imediatamente a CPL efetuou a abertura do envelope da Documentação, iniciando a análise dos documentos apresentados de modo a certificar o atendimento às exigências do edital, os quais foram rubricados pela CPL e representantes. A documentação das empresas foi verificada de onde foi constatado que as empresas se encontram devidamente HABILITADAS PARA O CERTAME. Como não houve credenciamento de representante por parte das empresas Concisa e Construtora Oliveira, o presidente da CPL, entrou em contato via telefone e via e-mail para solicitar o Termo de Renúncia da Fase de Habilitação para que seja conferido mais celeridade ao certame, podendo então serem abertos os envelopes de proposta de preços. Diante desta solicitação do presidente da CPL decidiu pela suspensão da sessão pública até que sejam recebidos os termos de renúncia. O representante da empresa PavOeste decidiu por aguardar o recebimento dos termos de renúncia para acompanhar a abertura dos envelopes de propostas de preços. Sendo que as nove horas e cinquenta e seis minutos, recebemos por e-mail, do Sr. Aurimar Keller, procurador da empresa Construtora Oliveira, e-mail declinando do prazo recursal da fase de habilitação. Diante da demora no recebimento de e-mail por parte da empresa Concisa Pavimentações, o representante da empresa PavOeste, decidiu por deixar a sessão pública, sendo que está atitude não acarretará a sua empresa nenhum tipo prejuízo. As dez horas e cinquenta minutos recebemos e-mail do representante da empresa Concisa Pavimentações Sr. Danilo Conte, com o termo de renúncia em anexo, devidamente assinado. Diante das alegações acima a CPL decide pelo prosseguimento do certame, passando para a abertura dos envelopes de propostas de preços das 03 empresas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, ressaltando, ainda que os membros da CPL, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame, lavrei a presente ata.

Novo Horizonte (SC), em 13 de fevereiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL PM Nº 009-2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 001-2020 - II

Publicação Nº 2358826

RESULTADO DAS PROPOSTAS DE PREÇO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 03).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTONIO LAZARIN E EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA REMOÇÃO, REMENDO PROFUNDO E RECONSTITUIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS AVENIDA CASTELO BRANCO, SOTERRIO CACCIATORI E JOÃO POGLIA SITUADAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma global. Que no dia de sua realização 13/02/2020 às 09:00 horas, que houve a participação das empresas CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA e PAVOESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA. Segue transcrição da ata. "Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, as nove horas e quinze minutos, esteve

presente, na sala de licitações e contratos e Sr. Bruno Marcio Rodrigues, portador do CPF 008.440.869-32, sócio administrador da empresa PavOeste Pavimentações Ltda, para apresentação de nova proposta de preços, referente ao Processo Licitatório nº 009/2020 - Tomada de Preços nº 001/2020, conforme previa a Ata de Reunião e Julgamento de Propostas nº 007/2020. Sendo que o novo preço apresentado foi de R\$ 159.901,76 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e um reais e setenta e seis centavos), ficando abaixo do melhor preço apresentado que era da empresa Construtora Oliveira com o valor de R\$ 159.926,42 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos). O presidente da CPL e seus membros diante dos fatos expostos acima, declara como vencedor do ITEM 01 a empresa PavOeste Pavimentações Ltda, com o valor global de R\$ 159.901,76 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e um reais e setenta e seis centavos), e vencedora do ITEM 02, a empresa Construtora Oliveira Ltda, com o valor global de R\$ 198.799,99 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Encerrados os trabalhos da CPL, abre-se o prazo legal, conforme a lei 8666/93 de cinco dias úteis para a interposição de recursos por parte das demais empresas, este prazo encerra-se no dia 21.02.2020 em horário de expediente da Prefeitura Municipal. Em não havendo apresentação de recursos dentro do prazo legal, os autos serão encaminhados a autoridade superior para a devida homologação e posterior assinatura de contrato. Nada mais havendo lavrei a presente ata.”

Novo Horizonte (SC), em 14 de fevereiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 05-2020

Publicação Nº 2360408

PORTARIA Nº 05, de 17 de Fevereiro de 2020

ALTERA O EXPEDIENTE DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

SÉRGIO SANAGIOTTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica adotado o turno único de expediente, das 7h às 13hrs, para o funcionamento dos serviços da secretaria da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º - Havendo necessidade extraordinária os servidores do quadro efetivo serão convocados para atendimento às atividades administrativas e legislativas fora do horário estabelecido no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 17 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO SANAGIOTTO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 107/2019-1 PREFEITURA

Publicação Nº 2359830

ADITIVO DE VALOR

Aditivo Nº : 107/2019-1 - Contrato Nº: 107/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : R\$ 7.279,20 (sete mil duzentos e setenta e nove reais e vinte centavos)

Vigência : A validade deste aditivo acompanha o contrato original.

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 24/2019

Recursos : Dotação: 82/2020 – Pavimentação e Revitalização de Vias públicas

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SARJETA EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, CONFORME ANEXOS.

Orleans, 14 de Fevereiro de 2020

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2.929 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358548

LEI N.º 2.929 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

ESTABELECE PISO SALARIAL PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Estabelece o piso salarial para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias - ACE do Município de Orleans, no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais, conforme estabelecido no artigo 9-A, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, alterada pela Lei Federal nº 13.708, de 14/08/2018.

Parágrafo único. Para a efetividade do disposto no caput deste artigo, fica autorizado o Departamento de Gestão de Pessoas a promover todos os atos administrativos necessários à realização do pagamento do referido valor.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n. 2.859 de 8 de março de 2019.

Orleans/SC, em 11 de fevereiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

LEI 2.931 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358545

LEI N. 2.931 DE 11 FEVEREIRO DE 2020.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial e sua Suplementação no Orçamento Anual de 2020, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 08.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 2.024 – Manutenção da Iluminação Pública

3.3.93.00.00.00.00.00 – Tranf. a Consórcios Públicos R\$ 700.000,00

TOTAL R\$ 700.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 11 de fevereiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

LEI COMPLEMENTAR 2.928 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358554

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.928 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

“TRANSFORMA EM ÁREA URBANA O IMÓVEL COM PARTE RURAL QUE ESPECIFICA E DÁ DEMAIS PROVIDÊNCIAS”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica transformado em sua totalidade em área urbana, para todos os efeitos jurídicos e legais, o imóvel com parte rural matriculado sob o nº 16.972 no Cartório de Registro da Comarca de Orleans, incorporado ao perímetro urbano pela Lei Municipal nº 1.436, de 18 de dezembro de 1998.

§ 1º A transformação referida neste artigo tem por fim atender requerimento do proprietário do imóvel, que passa a fazer parte integrante desta Lei independente de transcrição.

§ 2º Em consequência do disposto do caput deste artigo, fica o referido imóvel incluído no Cadastro Imobiliário do Município, para todos os efeitos fiscais, tributários, notariais e registrais.

Art. 2º O Setor de Planejamento e Engenharia do município, para fins de fiscalização e cadastro, caracterizará na planta urbana municipal a transformação do imóvel de que trata esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da respectiva publicação na forma legal e regulamentar.

Art. 3º O Município, através do setor competente, comunicará a inclusão do imóvel no Cadastro Imobiliário Urbano Municipal ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e à Unidade da Receita Federal competente, para conhecimento e finalidades legais, no âmbito das suas respectivas competências.

Parágrafo Único. Para fins deste artigo, o proprietário do imóvel deverá apresentar à Administração Municipal a respectiva certidão negativa de débito do imóvel rural, emitida pela Receita Federal.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Administração, através do Setor de Tributos, providenciar o lançamento das posturas municipais competentes sobre o imóvel transformado em urbano por esta lei, a contar do exercício 2020, com fiel observância à legislação aplicável em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 11 de fevereiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

LEI N. 2.930 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358552

LEI N. 2.930 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO O TRANSPORTE DE MATERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, sem ônus, da empresa Argeminas Mineração e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 09.074.984/0001-20, o transporte de materiais carregados nos veículos da empresa pelo Município, os quais serão transportados pelos Veículos Ford Cargo MEN-7754 e MGM -1691 e entregues em locais solicitados.

Art.2.º O transporte objeto da doação, descrito no Caput 1º desta Lei, será para manutenção das vias públicas do Município de Orleans.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 11 de fevereiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

PORTARIA 10 2020 SAMAE

Publicação Nº 2360437

PORTARIA – 10/2020 Orleans-SC., 17 de Fevereiro de 2020

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans – SC, nomeado pela Portaria nº 017/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições e de acordo com o anexo IX do Plano de Cargos e Salários, aprovado pela Lei nº 1786 de 25/11/2003 e com o resultado do Concurso Público de que trata o Edital nº 01/2017, homologado em 28 de julho de 2017

RESOLVE

1 – Nomear por Concurso e nos Termos da Lei 1786 de 25 de novembro de 2003, a Sra. KAROLINNE PAULA TONIETTO nascida aos 24 de novembro de 1983, filha de Ademir Luiz Tonietto e Zenilde Delavéquia Tonietto para exercer o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Padrão 03.1.A do quadro de pessoal permanente de natureza Administrativa, em regime de 40 (quarenta horas) semanais de trabalho, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020.

2 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

PROCESSO Nº 33/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2359689

PROCESSO Nº 33/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 10/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE GESTÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 03/03/2020 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 04/03/2020, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 14 de Fevereiro de 2020

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2359658

PARECER JURÍDICO Nº 58/2020

Requerente: Secretário de Administração

Objeto: Processo nº 71/2019 – Pregão Presencial p/ compras e serviços nº 30/2019.

Trata-se do Processo nº 71/2019 – Pregão Presencial para compras e serviços nº 30/2019.

O processo supramencionado tem por objeto a aquisição de materiais elétricos para manutenção de iluminação pública do município de Orleans.

Ocorre que o município de Orleans, aderiu ao Consórcio CINCATARINA, o qual tem entre seus serviços auxiliar os municípios nos processos de compras públicas, facilitando a aquisição de mercadorias e bens, com vantagens para a Administração, sobretudo por um preço melhor que os praticados no mercado.

Observando essa situação, o senhor Secretário de Administração, postula pela revogação do supracitado processo licitatório.

É o breve relato.

Entre as prerrogativas da Administração Pública, há a possibilidade de revogar atos que não sejam mais convenientes e oportunos para o atendimento do interesse público.

O administrador público, pode valer-se da revogação de procedimento, por exemplo, quando verificar que determinada despesa tornou-se demasiadamente onerosa para o ente público, sendo que o mesmo objeto pode ser adquirido com melhor vantagem por outro meio legal, assim um administrador probo resguardará o interesse público e o erário de despesas comprovadamente onerosas.

O art. 49 da Lei Federal 8.666/93, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta..."

A título ilustrativo trazemos à colação os termos da Súmula 473/STF:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

No caso em tela, em meados do ano de 2019, o município lançou processo licitatório visando à aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública, sendo que no início do mês de janeiro do ano de 2020, o município aderiu ao consórcio CINCATARINA, o qual propicia melhores valores para o município em relação aos valores da licitação.

Importante ressaltar que a empresa contratada tem direito ao contraditório e à ampla defesa, com fundamento constitucional (CF, art. 5º, LV), consistindo no direito dos licitantes de se oporem ao desfazimento da licitação antes que decisão nesse sentido seja tomada.

No caso dos autos, destaca-se que procedida com a intimação da contratada nos moldes do artigo 49, § 3º da Lei nº 8.666/93, não houve manifestação da mesma, o que implica em concordância tácita.

Diante dos motivos elucidados, o prosseguimento da licitação torna-se inconveniente para Administração, ao passo que os objetos licitados podem ser adquiridos por um valor mais barato, através do consórcio CINCATARINA.

Sobrepondo-se o interesse público sobre o privado, entendemos que o município deve proceder com a revogação do procedimento licitatório, uma vez que o mesmo, passou a ser oneroso para o município, que agora com a adesão ao mencionado consórcio, passou a ter a possibilidade de contratar os itens licitados por um melhor valor.

Diante do exposto, este Setor Jurídico opina pela revogação do procedimento, por motivo de oportunidade e conveniência, em atendimento aos princípios do direito administrativo e constitucionais.

É o parecer.

Orleans/SC, 13 de Fevereiro de 2020.

DECISÃO ADMINISTRATIVA – PARECER JURÍDICO Nº 58/2020

Adoto o parecer jurídico como razões de decidir, homologando-o.

Cientifique-se o requerente e as empresas que forneciam os materiais através do processo licitatório nº 71/2019.

Pelos motivos expostos no parecer jurídico, considerando ainda que o Administrador Público probo atua sempre em defesa dos melhores interesses para o ente administrado, visando a melhor utilização dos escassos recursos públicos, bem como a melhor efetividade de sua aplicação decido pela REVOGAÇÃO do processo licitatório nº 71/2019.

Orleans/SC, 13 de Fevereiro de 2020.

Ouro

PREFEITURA

ATAS RP 21-22

Publicação Nº 2359183

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0011/2020

PREGÃO PRESENCIAL n. 0008/2020

VALIDADE: até 31/12/2020

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de consertos de pneus e serviços de desmontagem e montagem de pneus, para o exercício de 2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 021/2020

CONTRATADA: POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
1	Conserto pneu de automóvel utilitário e passeio, incluindo montagem e desmontagem.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	250	15,00	3.750,00
4	Serviço de desmontagem e montagem de pneu automóvel utilitário e passeio.	POGERE COM. DE PNEUMÁTICOS	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA - EPP	300	12,00	3.600,00
7.350,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 022/2020

CONTRATADA: JERSON SARTORI MEI

Item	Lote/Produto	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
2	Conserto pneu de carreta agrícola, caminhão e ônibus, incluindo montagem e desmontagem.	UN	JERSON SARTORI MEI	550	40,00	22.000,00
3	Conserto pneu de máquinas pesadas (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, carregadeira etc...) incluindo montagem e desmontagem.	UN	JERSON SARTORI MEI	350	110,00	38.500,00
5	Serviço de desmontagem e montagem de pneu carreta agrícola, caminhão e ônibus.	UN	JERSON SARTORI MEI	650	29,00	18.850,00
6	Serviço de desmontagem e montagem de pneu máquinas pesadas (retroescavadeira, motoniveladora, trator agrícola, carregadeira etc...).	UN	JERSON SARTORI MEI	250	88,00	22.000,00
101.350,00						

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2359854

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 01/2020

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE DE CAPINZAL - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.826.370/0001-00, com sede na rua Agenor Trancoso, 378, CX Postal 21, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no referido Termo.

RESUMO: Termo de Fomento com a APAE de CAPINZAL - SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Todavia, nem todos os serviços de interesse público são executados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil. No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal". É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica, a APAE de Capinzal/SC desenvolve suas atividades desde 05.04.1970, sempre voltada à prestação de serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas. Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a

presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de Capinzal, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, considerando ainda, tratar-se da entidade mais próxima do Município de Ouro, facilitando assim o transporte dos alunos até o local da prestação dos serviços. Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentado a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade de Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Ouro, em 13 de fevereiro de 2020.

COMISSÃO TÉCNICA

Hermes Felis Pissolo Presidente	Amarildo Antonio Lago Secretário	Jaison Brandini Membro
------------------------------------	-------------------------------------	---------------------------

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Ouro, em 13 de fevereiro de 2020.

Lenir Aparecida Pereira,
OAB/SC 14221

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

NERI LUIZ MIQUELOTO,
Prefeito Municipal

PORTARIA 2020/094

Publicação Nº 2360417

PORTARIA Nº 094/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Professor para atuar em turma com aluno portador de necessidades especiais, na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra;

Considerando o resultado do processo seletivo 06/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Jane Alves dos Santos, matrícula nº 1162-4, RG nº 3.304.053, CPF 014.522.659-09, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Técnicas Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, para atuar na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/095

Publicação Nº 2360419

PORTARIA Nº 095/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando que o Professor de Educação Física Altair Pereira, encontra-se em licença prêmio e há necessidade de sua substituição;

Considerando da Chamada Pública Edital 02/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Cleyton Luís Gerônimo, matrícula nº 1163-6, RG nº 3.747.390 e CPF Nº 041.757.799-06, para exercer o cargo de Professor Nível DOC-01, Educação Física, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, durante o afastamento do professor titular Altair Pereira.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/096

Publicação Nº 2360420

PORTARIA Nº 096/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Conceder férias a servidora Liliane Angélica de Lima Todeschini, matrícula nº 1040-9, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível ATM-02, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, referente ao período de aquisição de 06 de fevereiro de 2019 a 05 de fevereiro de 2020, com conversão de um terço em abono pecuniário e período de gozo de 13 de fevereiro de 2020 a 03 de março de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/097

Publicação Nº 2360421

PORTARIA Nº 097/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.
Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar na Escola Municipal Professor Guerino Riquetti;

Considerando classificação final do Processo Seletivo 006/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Luana Cristina da Silveira, matrícula nº 1164-8, RG nº 5.747.154 e CPF Nº 070.964.489-26, para exercer o cargo de Professor Nível I, DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar na Escola Municipal Professor Guerino Riquetti, durante ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/098

Publicação Nº 2360422

PORTARIA Nº 098/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.
Converte um terço de Licença Prêmio a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, VI e IX, e art. 77, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Converter um terço de licença prêmio em pecúnia ao servidor Vilson Duarte, matrícula nº 156-1, ocupante do cargo de Agente de Construção Civil, readaptado para a função de vigia, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2006 a 02 de julho de 2019, exclui-se neste período para a contagem de tempo, os afastamento para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 09

Publicação Nº 2358945

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº009/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas para Município de Ouro Verde /SC, conforme proposta de trabalho de nº 22.357. Valor certo e ajustado de R\$: 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 27 de janeiro de 2020.

Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.543, DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360007

DECRETO Nº 2.543, DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

CALENDÁRIO. Fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do Poder Executivo Municipal para o Exercício de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949, Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980, Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, Lei Municipal nº 008, de 18 de fevereiro de 1973, alterada pela Lei Municipal nº 127, de 31 de dezembro de 1974 e pela Lei Municipal nº 4.315, de 24 de novembro de 2015, Lei Complementar nº 096/2010 e 097/2010, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário de feriados e pontos facultativos, no período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, para os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, como segue:

- I – 1º de janeiro, quarta-feira, Ano Novo (feriado nacional);
- II – 24 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III – 25 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV – 26 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até às 13 horas);
- V – 09 de abril, quinta-feira Santa (ponto facultativo);
- VI – 10 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo - Páscoa (feriado nacional);
- VII – 21 de abril, terça-feira, Tiradentes (feriado nacional);
- VIII – 24 de abril, sexta-feira, Aniversário do Município (feriado municipal);
- IX – 1º de maio, sexta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- X – 11 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (feriado municipal);
- XI – 12 de junho, sexta-feira, comemoração Corpus Christi (ponto facultativo);
- XII – 07 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XIII – 12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XIV – 15 de outubro, quinta-feira, Dia do Professor, somente para profissionais do magistério público municipal (licença remunerada);
- XV – 28 de outubro, quarta-feira, Dia do Servidor Público, exceto professores (licença remunerada);
- XVI – 02 de novembro, segunda-feira, Finados (feriado nacional);
- XVII – 15 de novembro, domingo, Proclamação da República (feriado nacional);
- XVIII – 25 de dezembro, sexta-feira, Natal (feriado nacional).

Art. 2º Nas datas fixadas no art. 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 22 de janeiro de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.546, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360006

DECRETO Nº 2.546, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

INTERESSE SOCIAL. Declara de interesse social obra de infraestrutura esportiva e cultural no bairro Barra do Aririú.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 3º, inciso IX, alínea "c", c/c o art. 8º, ambos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarada de interesse social, para fins do disposto no art. 3º, inciso IX, alínea "c", c/c o art. 8º, ambos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a obra da Arena Esportiva da Barra do Aririú, localizada no esquina formada pela Rua José Luiz Martins e a Rua José Valério de Souza, neste Município de Palhoça, destinada à infraestrutura esportiva e cultural.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 07 de fevereiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO ABANDONADO - LEI MUNICIPAL 4630/2018

Publicação Nº 2359973

Notificação nº 3535/2020

Placa do veículo: LYD2297

Data da fiscalização: 13/02/2020

Hora da fiscalização: 19:52:00

Endereço de localização do veículo: Condomínio Residencial Terra Nova, Con 2, ao lado da casa 363

Nome do(a) proprietário(a): ERINEUDO MONTEIRO DE SOUZA

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 058.592.594-17

RUA EDUARDA DE FARIAS, 0

CEP: 88.135-657 - ALTO ARIRIU, Palhoça - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa LYD2297 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 3534/2020

Placa do veículo: HSA2006

Data da fiscalização: 13/02/2020

Hora da fiscalização: 20:24:00

Endereço de localização do veículo: Condomínio Residencial Terra Nova. Cond 1 - R Be, próx casa n 0687

Nome do(a) proprietário(a): WANDIR PEDRO FUCK

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 343.200.249-15

RUA ANTONIO ELIAS, 114

CEP: 88.106-160 - PICADAS DO SUL, São José - SC

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa HSA2006 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

Notificação nº 3674/2020

Placa do veículo: JNW2208

Data da fiscalização: 12/02/2020

Hora da fiscalização: 15:50:00

Endereço de localização do veículo: RUA VICENTE PAMPLONA, PONTE DO IMARUIM

Nome do(a) proprietário(a): RUDINEI DOS SANTOS

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 059.186.889-00

RUA DAS PAPOULAS, 134

CEP: 88.308-070 - SÃO VICENTE, Itajaí - SC

Comunicação de venda para FABIANO MAXIMIANO (Data da venda: 26/11/2018, Data de Inclusão: 26/11/2018) Fica NOTIFICADO(A) o(a) proprietário(a) e/ou comprador do veículo de placa JNW2208 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

PORTARIA Nº. 0051/2020

Publicação Nº 2359647

PORTARIA Nº. 0051/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GIOVANA DA ROSA PEREIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3762874-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0052/2020

Publicação Nº 2359649

PORTARIA Nº. 0052/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSINEI MARIA MARTINS, matrícula nº. 120168-1, titular do cargo de Professor séries/anos iniciais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 20/08/2011 a 20/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/02/2020 a 03/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0053/2020

Publicação Nº 2359653

PORTARIA Nº. 0053/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENEDIR NEIDE VALENTE MARTINS, matrícula nº. 801105-2, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 09/07/2007 a 09/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/01/2020 a 22/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0054/2020

Publicação Nº 2359655

PORTARIA Nº. 0054/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUZANA DE MIRANDA GOMES PIZANI matrícula nº. 401496-2, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 02/01/2020 à 02/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0055/2020

Publicação Nº 2359659

PORTARIA Nº. 0055/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MICHELI DE SOUZA matrícula nº. 401597-2, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 06/01/2020 à 06/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0056/2020

Publicação Nº 2359660

PORTARIA Nº. 0056/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MAURICIO VAZ FRANCO matrícula nº. 401763-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/09/2012 a 03/09/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 20/01/2020 à 20/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0057/2020

Publicação Nº 2359662

PORTARIA Nº. 0057/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIO MAGALHÃES JUNIOR matrícula nº. 400327-1, titular do cargo de Odontologo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 10/02/2020 à 10/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0058/2020

Publicação Nº 2359663

PORTARIA Nº. 0058/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA LUZIA NEIS ASSUNÇÃO, matrícula nº. 400128-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 18/01/2011 a 18/01/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 06/01/2020 à 06/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0059/2020

Publicação Nº 2359665

PORTARIA Nº. 0059/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREA EWERS, matrícula nº. 402131-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 10/06/2013 a 18/12/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 21/01/2020 à 21/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0060/2020

Publicação Nº 2359667

PORTARIA Nº. 0060/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com ônus ressarcidos a origem, a servidora EDUARDA MARIA COELHO CAMPOS, matrícula nº. 402084-1, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 016, de 21 de janeiro de 2019 e Aditivo de Termo do Convênio, pelo período de 02/01/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0061/2020

Publicação Nº 2359675

PORTARIA Nº. 0061/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LINDAMIR DE OLIVEIRA, matrícula nº. 401890-6, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/09/2014 a 19/01/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 21/01/2020 à 21/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0062/2020

Publicação Nº 2359680

PORTARIA Nº. 0062/2020.

ARCENDINO JOSE CERINO, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOÃO PAULO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 208/2015, Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SESP/2019, para ocupar o cargo de Coveiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/01/2020 a 09/01/2021.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ARCENDINO JOSE CERINO
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0063/2020

Publicação Nº 2359683

PORTARIA Nº. 0063/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR MICHELLY LUCIA SOARES DE ABREU, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Profª. Maria Luzia Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019. Vaga Transitória, conforme Processo nº. 27264/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0064/2020

Publicação Nº 2359684

PORTARIA Nº. 0064/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR ARIADNE MONTEIRO RODOVALHO FERRAZ, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Professor Guilherme Wiethorn Filho, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019, face ao impedimento da titular Rafaela Freitas, que se encontra exercendo suas funções junto a SME e Leandra Vidal, que se encontra em readaptação, de acordo com Processo nº. 27359/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0065/2020

Publicação Nº 2359685

PORTARIA Nº. 0065/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR ANA LETICIA DA ROSA CORREA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019, face ao impedimento da titular Natan Pamplona Goulart, que se encontra em Direção de CEI, de acordo com Processo nº. 27215/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0066/2020

Publicação Nº 2359687

PORTARIA Nº. 0066/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor DOUGLAS RUHLAND, Matrícula nº. 121698-1, ocupante da categoria funcional de Professor de Educação Física, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, a contar de 03/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0067/2020

Publicação Nº 2359690

PORTARIA Nº. 0067/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIE DUARTE, matrícula nº. 400994-1, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 06/01/2020 à 06/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0068/2020

Publicação Nº 2359692

PORTARIA Nº. 0068/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLEUDENI MORAIS DOS SANTOS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 100695-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0069/2020

Publicação Nº 2359693

PORTARIA Nº. 0069/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANACLETO ANTENOR DA SILVA JUNIOR, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3762336-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0070/2020

Publicação Nº 2359695

PORTARIA Nº. 0070/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PABLO RODRIGO SCHMITZ SIMI, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763376-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0071/2020

Publicação Nº 2359704

PORTARIA Nº. 0071/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CAIO CESAR MARTINS VIEIRA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3761665-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0072/2020

Publicação Nº 2359707

PORTARIA Nº. 0072/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TATIANI CRISTINA ALVES, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3761127-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0073/2020

Publicação Nº 2359709

PORTARIA Nº. 0073/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº. 225, de 31 de agosto de 2016:

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL – para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Funcionário	De	Para	A partir de
126922-1	ALESSANDRA SEEMANN	DOC 3H	DOC 3I	24/07/2019

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0074/2020

Publicação Nº 2359711

PORTARIA Nº. 0074/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR BEATRIZ RAMOS DA COSTA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019. Vaga Transitória, de acordo com Processo nº. 27934/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0075/2020

Publicação Nº 2359712

PORTARIA Nº. 0075/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR JANETE DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019. Vaga Transitória, de acordo com Processo nº. 27839/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0076/2020

Publicação Nº 2359714

PORTARIA Nº. 0076/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR BRUNA MARCOS COSTA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019, face ao impedimento da titular Nadia Farias, que se encontra em LP, de acordo com Processo nº 27390/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0077/2020

Publicação Nº 2359715

PORTARIA Nº. 0077/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR JAINE FELIPPE PEREIRA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019. Vaga Transitória, de acordo com Processo nº. 27610/2019.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0078/2020

Publicação Nº 2359716

PORTARIA Nº. 0078/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLAUDINEIA FERREIRA CHINI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 14/12/2019, face ao impedimento da titular Ivani Adelaide Silva, que se encontra em exercendo suas funções junto a Escola Profissional, de acordo com Processo nº 064/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0079/2020

Publicação Nº 2359717

PORTARIA Nº. 0079/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELA MARIA DOS SANTOS BECHTOLD, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de janeiro de 2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0080/2020

Publicação Nº 2359718

PORTARIA Nº. 0080/2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ADRIANA GOMES GONÇALVES, Matrícula nº. 800744-1, ocupante da categoria funcional de Professor, removido para Fundação Municipal de Esporte e Cultura do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente Fundação Municipal de Esporte e Cultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0081/2020

Publicação Nº 2359722

PORTARIA Nº. 0081/2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Fundação Municipal de Esportes à servidora MARY LUCIA DE SOUZA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 03/02/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0082/2020

Publicação Nº 2359723

PORTARIA Nº. 0082/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Escola Profissional, da Secretaria de Educação a servidora MAGARETH KOERICH PIERRI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/02/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0083/2020

Publicação Nº 2359724

PORTARIA Nº. 0083/2020.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento a servidora TAMARA DE SOUZA DELFINO GODOY DE ABREU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/02/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0084/2020

Publicação Nº 2359725

PORTARIA Nº. 0084/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES da servidora RENATA MARCANTONIO SCAIM, matrícula nº. 802370-8, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, com efeitos a contar de 03/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0085/2020

Publicação Nº 2359726

PORTARIA Nº. 0085/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANA CAROLINA MARTENDAL, titular do cargo de Psicólogo, Matrícula nº. 3763542-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0086/2020

Publicação Nº 2359727

PORTARIA Nº. 0086/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de 30 (trinta) horas/semanais para 20 (vinte) horas/semanais, em conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, da servidora DEISI SCHMITT, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0087/2020

Publicação Nº 2359728

PORTARIA Nº. 0087/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de 30 (trinta) horas/semanais para 20 (vinte) horas/semanais, em conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, da servidora IRIA TERESINHA PIAI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0088/2020

Publicação Nº 2359729

PORTARIA Nº. 0088/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de 40 (quarenta) horas/semanais para 30 (trinta) horas/semanais, em conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, da servidora VILMA LUCIA HOBOLD, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/02/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0089/2020

Publicação Nº 2359730

PORTARIA Nº. 0089/2020.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Fabio Seula	1477390842

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0090/2020

Publicação Nº 2359731

PORTARIA Nº. 0090/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ANTONIO CARLOS PEREIRA JUNIOR, Matrícula nº. 800443-1, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0091/2020

Publicação Nº 2359739

PORTARIA Nº. 0091/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CELINE APARECIDA PEREIRA MARTINS, Matrícula nº. 127612-2, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Escola Básica Profª. Antonieta Silveira de Souza, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0092/2020

Publicação Nº 2359742

PORTARIA Nº. 0092/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando a edição do Decreto Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017, que dispõe sobre o regulamento dos procedimentos nos processos administrativos do PROCON Municipal;

Considerando que o artigo 31 do Decreto Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017, que determina o cabimento de recurso administrativo, à instância superior, dá aplicação de quaisquer sanção, pela autoridade competente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos, compor Comissão Permanente de Julgamento de Recurso em Processo Administrativo do PROCON, que trata o Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017.

SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
Antonio Nunes Silva	Assistente Administrativo	Secretário
Karla de Souza	Assistente Administrativo	Membro suplente
Rodrigo Alves Quintino	Secretário	Presidente
Sergio Roberto Broering	Motorista	Membro

Art. 2º A Comissão irá analisar os recursos interpostos à autoridade superior, determinado pelo artigo 31 do Decreto Municipal nº 2.221, de 07 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 06 de janeiro de 2020, revogando as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0093/2020

Publicação Nº 2359743

PORTARIA Nº. 0093/2020.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Fundação Municipal de Esportes à servidora ADRIANA GOMES GONÇALVES BREMER, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 03/02/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0094/2020

Publicação Nº 2359744

PORTARIA Nº. 0094/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora BRUNA LUIZA SOUZA RODRIGUES COELHO, Matrícula nº. 3745396-3, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CEI Aquarela, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0095/2020

Publicação Nº 2359746

PORTARIA Nº. 0095/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CARMELITA GREGORIA MARTINS DE SOUZA, Matrícula nº. 210524-18, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura,

removido para CEI Aquarela, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0096/2020

Publicação Nº 2359747

PORTARIA Nº. 0096/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora FLAVIANA PEREIRA, Matrícula nº. 3745426-4, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CEI Aquarela, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0097/2020

Publicação Nº 2359748

PORTARIA Nº. 0097/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora JENIFER SOTERO DE SOUZA CARDOSO, Matrícula nº. 3745903-1, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CEI Aquarela, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0098/2020

Publicação Nº 2359749

PORTARIA Nº. 0098/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MAYARA TRUPPEL DA SILVA, Matrícula nº. 3760747-4, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CEI Ciranda Colorida, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/

SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0099/2020

Publicação Nº 2359751

PORTARIA Nº. 0099/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora TATIANI DO NASCIMENTO, Matrícula nº. 800873-2, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CEI Aquarela, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0100/2020

Publicação Nº 2359752

PORTARIA Nº. 0100/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANABELLE BARROSO DE PAIVA, Matrícula nº. 802338-6, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Escola Básica Professora Adriana Weingartner, da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 009/SME/2019, a contar de 02/03/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 11/2020

Publicação Nº 2359340

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO FINAL DO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado FINAL do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a "contratação de empresa para locação de banheiros químicos, container sanitário, lavatório móvel e banheiro químico PNE, para utilização em eventos realizados pelo Município de Palhoça e eventos realizados com apoio da mesma, através de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos".

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

MULTIBAN LOCACÃO DE BENS MOVEIS EIRELI – CNPJ 08.158.865/0001-92 ficou classificada e habilitada no seu menor preço nos Itens 01, 02, 03 e 04 totalizando a importância de R\$512.000,00 (quinhentos e doze mil reais).

Palhoça - SC, 14 de fevereiro de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTIS
Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO 12/2020

Publicação Nº 2359454

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETROELETRONICOS EIRELI ficou classificada em 1º lugar no item 04, totalizando R\$73.645,00 (setenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco reais);

E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar no item 03, totalizando R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais);

REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 02 e 05, totalizando R\$163.987,00 (cento e sessenta e três mil e novecentos e oitenta e sete reais).

Palhoça, 14 de fevereiro de 2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2359984

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500
Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br**Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020***EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2020****1- PREÂMBULO**

1.1- Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça - CMP, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Global, Empreitada por preço unitário, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10), por demanda, para uso exclusivo dos veículos oficiais da CMP. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.2- Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 15h00min do dia 04 de março de 2020, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3- Integram este edital, independentemente de transcrição:**1.3.1-** ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**1.3.2-** ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;**1.3.3-** ANEXO III – CREDENCIAMENTO;**1.3.4-** ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;**1.3.5-** ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO;**1.3.6-** ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP;**1.3.7-** ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 26;**1.3.8-** ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA;**1.3.9-** ANEXO IX – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;**1.3.10-** ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO.**2- DO OBJETO**

2.1- O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10) por demanda, para uso nos veículos oficiais da Câmara Municipal de Palhoça, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, de forma parcelada, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

3.2- Não serão admitidas a esta licitação, empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Câmara, ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4, as licitantes que

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

5- DA PROPOSTA

5.1- O formulário Padronizado de Proposta, referido do subitem 1.3.9, deverá ser preenchido pela licitante, onde constarão:

a) assinatura do representante legal da empresa;

b) indicação obrigatória do preço do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

c) indicação do número da conta corrente e do nome e número do Banco e da agência bancária, bem como dos números do CNPJ e de inscrição estadual e/ou municipal, os quais serão apostos no campo indicado no formulário padronizado, ou apresentados no Departamento de Finanças da Câmara, em 10 (dez) dias, contados da data de adjudicação, sem prejuízo do curso regular do processo.

5.2- A empresa que desejar reproduzir as informações constantes do Formulário Padronizado de Proposta poderá fazê-lo, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Formulário padrão, podendo ser digitado por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da empresa. Sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, constando a assinatura do representante legal da empresa.

5.3- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital.

5.4- O formulário Padronizado de Proposta constante do Anexo I do Edital será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente, o nome da empresa licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.5- Para fins do disposto no subitem 7.3 deste Edital, a empresa licitante deverá indicar o CNPJ do estabelecimento (matriz/filial) que emitirá a Nota Fiscal, no Formulário Padronizado de Proposta, nas folhas 1 e 2 do Anexo IX, se for o caso.

5.6- A empresa deverá informar em sua proposta o prazo a ser concedido.

6- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

6.1- No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: “DOCUMENTAÇÃO” - “PROPOSTA”.

6.2- Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3- Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em Anexo VIII. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

6.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.6- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.7- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

6.9- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

6.10- Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.5, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o artigo 4º, inciso IX da Lei Federal 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

6.10.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

6.10.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 6.10.1;

6.10.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de 03 (três), na forma dos subitens 6.10.1 e 6.10.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais.

6.10.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

6.11- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de menor preço do item.

6.13- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.

6.14- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

6.15- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitados da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda as condições fixadas neste Edital.

6.16- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital à empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

6.17- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

6.18- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelo assistente e por todas as empresas licitantes presentes.

7- DA HABILITAÇÃO

7.1- Para habilitação no presente PREGÃO, serão exigidos os documentos descritos a seguir. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento original, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, vedada a apresentação via fax ou e-mail.

7.2- O envelope de habilitação das empresas deverá conter:

7.2.1- Declaração da própria empresa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo;

7.2.2- Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do envelope de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo.

7.2.3- Prova de regularidade perante FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por (Art. 29, inciso IV, da Lei 8.666/93);

7.2.4- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

7.2.5- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária;

7.2.6- Certidões Negativas expedidas pelos Ofícios Distribuidores de Falências e Concordatas do local da sede de empresa, expedida há menos de 60 dias (sessenta) dias da data designada no subitem 1.2.

7.2.7- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3- Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta “ONLINE”.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

8- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9- DO CONTRATO

9.1- Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2- O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.3- Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.5- Em caso de atraso na entrega do material, objeto desta licitação, poderá ser aplicado à Contratada, multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- O pagamento da importância relativa a aquisição do material descrito nos itens anteriores, correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, com Elemento de despesa:

3.3.90.30.01.00 – Combustíveis e óleo lubrificantes automotivos.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- O fornecimento do combustível será de acordo com a necessidade da Câmara Municipal, dentro do prazo do contrato a ser firmado entre as partes.

13- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, mediante protocolo no setor de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça;

13.2- Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

13.3- Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, deverá ser designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

13.4- A entrega dos pedidos referidos no subitem 13.1, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará em plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas;

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br*

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

13.5- As consultas e pedidos de esclarecimentos formais, referente ao presente certame deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, ou por meio eletrônico via internet, pelo e-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para o recebimento das propostas;

14- DO VALOR

14.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 27.311,00 (vinte e sete mil trezentos e onze reais).

15- DO PAGAMENTO

15.1- O pagamento devido à contratada será efetuado mensalmente, após a apuração do total consumido, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária.

16 – DO REAJUSTE

16.1- Havendo reajuste ou redução no preço do combustível, autorizado pelo Governo Federal, o pedido fundamentado e devidamente instruído com provas que evidencie a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça situada à rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani – Palhoça/SC – CEP 88132-901, com identificação do número do CONTRATO.

17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1- A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

17.2- O pregoeiro dirimirá as dúvidas oriundas da presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para a abertura dos envelopes.

17.3- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído desde já, qualquer outro.

Palhoça, 14 de fevereiro de 2020.

Joel Filipe Gaspar
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br**Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020***ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL (gasolina comum e óleo diesel S-10), para uso nos veículos oficiais da Câmara Municipal.

DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO E ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	4.500	Litros	Gasolina Comum, dentro dos padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP).	4,462	20.079,00
02	2.000	Litros	Óleo diesel S-10, dentro dos padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP).	3,616	7.232,00

O valor reservado para este contrato é de aproximadamente R\$ 27.311,00 (vinte e sete mil trezentos e onze reais).

Palhoça, 14 de fevereiro de 2020.

Joel Filipe Gaspar
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina*

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020**ANEXO II****DECLARAÇÃO****Fora do envelope**
Ref.: Pregão nº _____.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Palhoça, de de 2020.

Representante legal da empresa
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

ANEXO III**(MODELO)****CREDENCIAMENTO****Fora do envelope**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a)
....., portador(a) da Cédula de Identidade n.º
..... me CPF sob o n.º,
a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça/SC na modalidade
PREGÃO PRESENCIAL Nº _____, supra referenciada, na qualidade de Representante legal
da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
.....,
bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Palhoça/SC, de de 2020.

Representante legal da empresa

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

ANEXO IV**(MODELO)****DECLARAÇÃO****Fora do envelope**

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça/SC, de de 2020.

Representante legal da empresa

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

ANEXO V

(MODELO)
DECLARAÇÃO
Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº....., declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº _____.

Palhoça/SC, de de 2020.

Representante legal da empresa

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE****Fora do envelope**

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº _____ a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE),
CNPJ, sediada na Rua, nº, declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº123, de 14.12.2006.

Local e data**Nome e identificação do declarante**

Obs: A presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina*

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020**ANEXO VII****SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA ENTREGA DO
MATERIAL
(MODELO)****DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF
Nº 306****À Câmara Municipal de Palhoça/SC**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº....., DECLARA a Câmara Municipal de Palhoça/SC, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial:

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato de Secretaria da Receita Federal:

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....
Assinatura do Responsável

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br**Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020***ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA****A****CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA- SC.****RUA JOCI JOSÉ MARTINS, Nº 101 – BAIRRO PASSA VINTE – PAGANI –
PALHOÇA - SC.****A/C – PREGOEIRO.****REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020.**

A empresa....., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº , inscrição estadual nº , com sede (endereço completo), no Município de....., representada pelo seu (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG. nº e do CPF. nº , residente e domiciliado na(endereço completo), na cidade de , atendendo as Câmara Municipal de Palhoça/SC, formalidades constantes do Edital Completo do **Pregão Presencial nº 01/2020**, DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Presencial acima citado, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal. DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante. DECLARA, também, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

Local e data da abertura

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

(Esta declaração deverá ser entregue separadamente dos envelopes “A” - proposta de Preços e “B” - documentos de habilitação)

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina*

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020**ANEXO IX – FOLHA 1****FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA****LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 01/2020****PROPOSTA**

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei n.º 10.520/02, a Lei n.º 8.666/93, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:
 - a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,
 - b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.
4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.
5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, ____ de ____ de 2020.

(assinatura do representante legal da licitante)**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:****ENDEREÇO:****TELEFONE:****CNPJ Nº:****INSC. ESTADUAL Nº:****INSC. MUNICIPAL Nº:****BANCO (nome e nº):****AGÊNCIA (nome e nº):****CONTA CORRENTE:**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina*

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020**ANEXO IX – FOLHA 2****CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – ESTADO DE SANTA CATARINA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 01/2020**

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	4.500	Litros	Gasolina Comum, dentro dos padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP).			
02	2.000	Litros	Óleo diesel S-10, dentro dos padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP).			
VALOR GLOBAL (ITEM 1 + 2)					R\$	

PRAZO DE VALIDADE DE PROPOSTA:

Palhoça, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do Responsável

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina*

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020**ANEXO X****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO nº **/2020**

Combustível

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**, situada na Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente, Senhor Joel Filipe Gaspar, portador do Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº ***, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado ***, com endereço/sede na Rua ***, CPF/CNPJ ***, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) ***, portador (a) do CPF nº ***, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e LC nº 123/2006 resolvem celebrar o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, em decorrência do Pregão Presencial nº 01/2020, homologado em **/**/****, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato objetiva a contratação de empresa para o fornecimento de combustível (gasolina comum e Óleo diesel S-10) para uso em veículos oficiais da Câmara Municipal de Palhoça/SC, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes do edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

O objeto será executado de forma indireta, tendo como limites a vigência e o valor do contrato, que será celebrado sob o regime de empreitada por menor preço global, com pagamentos mensais, conforme art. 10, inciso II, alínea “a”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ *** (***), sendo o valor de R\$ *** (***) referente ao Item 01 (estimativa de gastos dos 4.500 litros do combustível Gasolina Comum), e o valor de R\$ *** (***) referente ao Item 02 (estimativa de gastos dos 2.000 litros de Óleo Diesel S-10), a serem consumidos conforme a necessidade da CMP.

ITE M	QUANT .	UNID .	ESPECIFICAÇÃO FORNECIMENTO	DO	MARC A	VALOR UNITÁRI O R\$	VALOR TOTAL R\$
----------	------------	-----------	-------------------------------	----	-----------	------------------------------	-----------------------

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

Estado de Santa Catarina

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

01	4.500	Litros	Gasolina Comum, dentro dos padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP).			
02	2.000	Litros	Óleo diesel S-10, dentro dos padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP).			
VALOR GLOBAL (ITEM 1 + 2)					RS	

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento da Câmara Municipal de Palhoça pelo elemento:

Elemento de despesa 3.3.90.30.01.00 – Combustíveis e óleos lubrificantes automotivos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

As condições de pagamento ficam assim estabelecidas:

§1º Os pagamentos devidos ao CONTRATADO serão efetuados com os recursos da Câmara Municipal de Palhoça, através de documento de cobrança ao consumidor referente ao período faturado que deve corresponder a 30 (trinta) dias de prestação de serviços. Sendo o pagamento realizado até o décimo dia útil do mês subsequente a prestação do serviço.

§2º O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Câmara Municipal de Palhoça.

§3º O CONTRATANTE só efetuará o pagamento mediante a entrega do documento de cobrança emitido de forma correta.

§4º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§5º O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa ao Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§6º O CONTRATANTE não fica obrigado a adquirir os combustíveis na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente prestado.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA POR INADIMPLENTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132-901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br**Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa do CONTRATADO, os valores correspondentes à fatura serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços ora contratados de acordo com as condições contidas no Anexo I do edital do Pregão Presencial sob nº 01/2020, e em sua proposta, contados da data do início da vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO não pode interromper os serviços sob a alegação de não receber os pagamentos devidos. Pode ele, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA NONA – DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

O pagamento poderá ser susgado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulado neste contrato, e o CONTRATADO esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O reajuste do valor pactuado no presente contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita do CONTRATADO, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

§1º Havendo reajuste ou redução no preço do combustível, autorizado pelo Governo Federal, a contratante pagará o novo valor em vigor, devendo a Contratada comunicar a Contratante, por escrito, juntamente com a comprovação do novo preço.

§2º O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidencie a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça situada à rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani – Palhoça/SC – CEP 88132-901, com identificação do número do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes nomearão por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do contrato, conforme Anexos do edital do Pregão Presencial sob nº 01/2020.

§1º O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os SERVIÇOS e especialmente para:

I – Sustar os serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

- II – Recusar os serviços realizados que não atendam às boas normas técnicas;
- III – Questionar todos os problemas técnicos constatados;
- IV – Ajustar com o representante do CONTRATADO, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, conforme estipulado no Código Civil Brasileiro, as alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos; e,
- V – Solicitar a substituição do representante credenciado pelo CONTRATADO, no prazo máximo de 7 (sete) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, a qualquer tempo e por qualquer pretexto, da maneira como melhor lhe prouver e convier, diretamente ou por intermédio de seu representante especialmente nomeado, completa fiscalização do objeto deste contrato, para que o CONTRATADO se comprometa a permitir o livre acesso dele a todos os locais necessários e a fornecer todas as informações solicitadas. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera o contratado de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

As condições dos direitos e obrigações ficam assim estabelecidas:

§1º O CONTRATANTE possui os seguintes direitos e obrigações:

I – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelo CONTRATADO;

II – Disponibilizar infraestrutura e equipamentos para as reuniões; e,

III – Franquear o acesso, previamente agendado, dos representantes do CONTRATADO às instalações e equipamentos da Câmara Municipal de Palhoça, quando for necessário à execução dos serviços contratados.

§2º O CONTRATADO possui os seguintes direitos e obrigações, além das mencionadas no Anexo I do edital:

I – Dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;

II – Executar, integralmente e com perfeição técnica, o objeto deste contrato;

III – Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízos de outras cominações cabíveis;

IV – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

V – Suportar todos os encargos envolvidos no objeto contratado, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

VI – Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução dos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto;

VII – Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso dos utensílios, materiais e equipamentos disponibilizados pelo CONTRATANTE;

VIII – Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina*

Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500

Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

a) Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega, junto ao Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça situada à Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani – Palhoça/SC – CEP 88132-901, devendo constar no mínimo:

- a.1) Identificação do objeto, número do pregão, e número do CONTRATO;
- a.2) Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;
- a.3) Documentação comprobatória; e,
- a.4) Indicação do novo prazo a ser cumprido.

b) O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Câmara Municipal de Palhoça seu deferimento;

c) Caso a Câmara Municipal de Palhoça conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

d) Caso a Câmara Municipal de Palhoça não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas pertinentes;

e) Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de execução; e,

f) O não cumprimento do dispositivo nos incisos anteriores facultará à Câmara Municipal de Palhoça a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo o CONTRATADO, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis;

IX – É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor da Câmara Municipal de Palhoça, nela compreendida o ajuste mediante o acolhimento recíproco para a prestação de serviço entre os Ministérios Públicos ou entre esses e órgãos da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa do CONTRATADO, o sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

Em caso de inexecução total ou parcial, erro ou mora na execução ou execução imperfeita do objeto deste processo licitatório, a Administração da Câmara Municipal de Palhoça poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora:

a) advertência.

b) multa de:

b.1) 1 % (um por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto, limitado a trinta dias;

b.2) até 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, aplicado gradualmente, no caso de atraso na entrega do objeto por período superior ao previsto na alínea “b.1”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Palhoça, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Câmara Municipal de Palhoça, que será concedida sempre que o

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

*Processo Licitação nº 03/2020
Pregão nº 01/2020*

contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada no item c.

Parágrafo primeiro - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será desconto de pagamentos eventualmente devidos pela Câmara ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de quando uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93:

I – Determinada por ato unilateral e estrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência da Administração; e,

III – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único – A rescisão prevista no inciso I desta cláusula acarretará as consequências previstas nos incisos I a IV, do art. 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

Este contrato vincula-se ao Pregão Presencial nº 01/2020 e à proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO

Aplica-se aos casos omissos o disposto nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e LC 123/06, no silêncio destas, outras normas e princípios de direito administrativo pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será até o dia 31/12/2020 contado a partir da data da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Palhoça, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Rua: Joci José Martins, 101 - CEP 88.132.901- Loteamento Pagani – Fone: (48) 3288-2500**Site: cmp.sc.gov.br - E-mail: licitação@cmp.sc.gov.br*

Processo Licitatório nº 03/2020
Pregão nº 01/2020

As partes elegem o Foro da Comarca de Palhoça/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Palhoça, ** de *** de 2020.

Joel Filipe Gaspar
Câmara Municipal de Palhoça

Contratada

Testemunhas

1. _____
CPF nº _____

2. _____
CPF nº _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 18/2020**

Publicação Nº 2359979

PORTARIA Nº 18 DE 11 de FEVEREIRO 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º - Fica NOMEADO o Servidor a Disposição CLEBER DA SILVA para exercer a Função Gratificada de Motorista Exclusivo da Presidência.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2020.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2020 - AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS

Publicação Nº 2359999

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 19/2020.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de um (01) Trator Agrícola de Pneus.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes: Até às 08:30 hs do dia 02/03/2020.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 02/03/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente, ou seja, das 08:00 as 11h30 e das 13h30 as 17h30, e/ou no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 14 de fevereiro de 2020.

Marines Fatima Sansigolo

Pregoeira

DECRETO 029/2020

Publicação Nº 2358506

Decreto 029/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

Convocam Classificados no Processo Seletivo 006/2018, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Ficam convocados os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 006/2019, na ordem de classificação para cada cargo específico, para comparecerem na Prefeitura Municipal, munidos da documentação exigida em edital, para preenchimento de vagas de 40 e 20 horas semanais.

- PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (ANOS INICIAIS)

21º Jeizibel Falinski

22º Rosana Pauletti

23º Zenaide Terezinha Werlang Vivian

24º Cristiani da Costa Silva

- PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EDUCAÇÃO INFANTIL)

- 22º Nadieska da Silva Lacerda

- 23º Irisan Jose de Moura

- 24º Elaine Antonietti

- PROFESSOR COM FORMAÇÃO DE MAGISTÉRIO

1ª Marisa da Aparecida Dalcero

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, em 14 de fevereiro de 2020.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº. 020 AO 025/2020

Publicação Nº 2359981

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 020/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 07/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: VALDEMAR LOURENÇO 4566452891

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER OFICINA DE PERCUSSÃO,
VALOR TOTAL R\$: 22.050,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 14/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 021/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 09/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: LETICIA SANZOVO 06408165923

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER OFICINA DE PERMACULTURA
VALOR TOTAL R\$: 22.050,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 14/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 022/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 010/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: ANDREI FABIANO VIEIRA 04231426902

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER OFICINA DE CAPOEIRA
VALOR TOTAL R\$: 22.050,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 14/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 023/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 011/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: ARQUIMELIO FIDELIS DOS SANTOS 05915439900

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER OFICINA DE KUNG FU
VALOR TOTAL R\$: 18.900,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 14/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 024/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 013/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: JAQUELINE REGINA GHENO 08816357908

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE: TEATRO
VALOR TOTAL R\$: 8.400,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 14/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 025/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 023/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: BREGOMAR VEÍCULOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEÍCULOS (NOVOS) PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, MARCA CHEVROLET, MODELO SPIN PREMIER.
VALOR TOTAL R\$: 179.000,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 14/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

DECRETO 030/2020

Publicação Nº 2358609



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Decreto 030/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

Convoca Classificado no Concurso Público 006/2019, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocada a abaixo relacionada classificada no Concurso Público 006/2019, na ordem de classificação para cada cargo específico, para comparecer na Prefeitura Municipal, munidos da documentação exigida em edital, para preenchimento de vagas efetivas de 40 horas semanais.

➤ **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (40 HORAS)**

5º Lesie Nicolão Barbacovi

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, em 14 de fevereiro de 2020

Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.



Palmeira

PREFEITURA

PL_02_TP_02_BANHEIRO PÚBLICO

Publicação Nº 2359251

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020

O município de PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. SANDRO ALEX MASSELA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO que tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obra de construção de banheiro público, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra, conforme planilhas Orçamentárias; Cronograma Físico - Financeiro; e Projeto em anexo. A entrega dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA" será feito a partir das 13h40min do dia 04.03.2020. Abertura da sessão será às 14h00min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 10 de janeiro de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Presidente da Comissão.

PL_07_CC_01_PÁTIO

Publicação Nº 2359241

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ CONCORRÊNCIA Nº 01/2020

O município de PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. SANDRO ALEX MASSELA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA que tem por objeto OUTORGA DE PERMISSÃO PARA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA –SC. A entrega dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA" será feito a partir das 13h30min do dia 19.03.2020. Abertura da sessão será às 14h00min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MAIOR OFERTA, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 23 de janeiro de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Presidente da Comissão.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 22/2020

Publicação Nº 2359524

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 22/2020. Modalidade: Tomada de Preço 02/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TER-
RAPLENAGEM, CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO NO ACESSO À LINHA CARAVÁGIO (TRECHO V E VI) E ACESSO AO
PARQUE DE REMATES HAINZ POST, MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 04/03/2020 até as 08:30 horas. Data
da abertura: 04/03/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 14
de Fevereiro de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 23/2020

Publicação Nº 2359528

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 23/2020. Modalidade: Tomada de Preço 03/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVI-
MENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO NA RUA GERTRUD RESENER - TRECHO I, II E III, NO
MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 05/03/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 05/03/2020 às 09:00
horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 14 de Fevereiro de 2020. Dair Jocely
Engel – Prefeito Municipal.

PROCESSO 24/2020

Publicação Nº 2359529

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 24/2020. Modalidade: Tomada de Preço 04/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-
ÇOS (MÃO DE OBRA) DE ASSENTAMENTO EM PEDRAS IRREGULARES, BOCAS DE LOBO, ASSENTAMENTO DE MEIO FIO E COLOCAÇÃO DE
TUBOS DE CONCRETO NA RUA JOÃO XXIII, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 06/03/2020
até as 08:30 horas. Data da abertura: 06/03/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 14 de Fevereiro de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0004/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359595

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
PORTARIA Nº 0004/2020

CONCEDE FÉRIAS BEM COMO A CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121,

A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES, REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22/06/2018 À 21/06/2019.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias à servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora Sandra Maria de Moraes, no período de 17/02/2020 à 07/03/2020, referente período aquisitivo de 22/06/2018 à 21/06/2019, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro da referida competência de gozo, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 14 de fevereiro de 2020.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Ernilo Selinke
Presidente

Altamir Glonek
1º Secretário

Nilson Pereira
2º Secretário

Paraíso

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CT Nº 20/2019

Publicação Nº 2359191

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAISO - SC
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
DE CONTRATO Nº 20/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC CONFORME CONVÊNIO SICONV N. 854060/2017 - CT REPASSE CAIXA/OPERAÇÃO 1045.960-40/2017.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: JWK CONSTRUTORA LTDA.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será do dia 11 de fevereiro de 2020 até o dia 10 de abril de 2020.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 10 de fevereiro de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

Passos Maia**PREFEITURA****PORTARIA Nº 091, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2359755

PORTARIA Nº 091, de 13 de fevereiro de 2020.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, Considerando a necessidade de contratar servidora para desempenhar a função de Professor, haja vista a exoneração da servidora Carla Diana Kunrath;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2018, levado a efeito pelo Edital nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 011, de 1º de fevereiro de 2019;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora VANUZA MACHADO para ocupar o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 13/02/2020 até 18/12/2020.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar Municipal nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 090, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359754

PORTARIA Nº 090, de 12 de fevereiro de 2020.

"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR, a servidor municipal JONAS DOS SANTOS FRANZEN ocupante do cargo temporário de Professor, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 092, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359756

PORTARIA Nº 092, de 13 de fevereiro de 2020.
"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o pedido de férias realizado pelo servidor através de requerimento, em 11 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor PAULO CEZAR BONAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, referentes ao período aquisitivo de 09/03/2019 a 08/03/2020 para serem gozados do dia 17/02/2020 a 17/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de fevereiro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 093, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359757

PORTARIA Nº 093, de 13 de fevereiro de 2020.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar nº 056, de 23 de novembro de 2017,

Considerando a exoneração por motivos particulares da servidora Dianalize Filipini Queiroz Habech, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, conforme disposto na Portaria nº 505, de 31 de dezembro de 2019;

Considerando o cancelamento do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, por meio do Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário Agente de Combate às Endemias para suprir a demanda dos Programas da Secretaria Municipal da Saúde, até a realização de novo Processo Seletivo para o referido cargo;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR Erika Thais dos Santos Comunello, para ocupar o Emprego Público de Agente de Combate às Endemias, Símbolo ACE, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 14 de fevereiro de 2020 a 13 de maio de 2020.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora nomeada fará jus ao vencimento fixado no § 1º, do art. 1º, da Lei Complementar nº 056, de 23 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Passos Maia-SC, 13 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2020**

Publicação Nº 2359195

AVISO DE LICITAÇÃO**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2020****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020****MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020**

A Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia – SC, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e o Decreto Legislativo nº 004, de 03 de janeiro de 2019, realizará no dia 06 de março de 2020 às 14:00 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item.

Objeto: Contratação de empresa para divulgação de notícias e informativos de rádio difusão dos atos da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia/SC.

Valores: O preço mensal dos serviços não poderá ultrapassar o valor limite de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), sendo o valor Global do Contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses a quantia de R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais).

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas através do e-mail camara@passosmaia.sc.gov.br e Fone: (49) 3437-0146.

Passos Maia, SC, 14 de fevereiro de 2020.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 08/2020 - PR Nº 04/2020

Publicação Nº 2358754

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o sistema de o registro de preço pelo período de 12 (doze) meses para aquisição de cestas básicas com o objetivo de atender demandas de benefícios eventuais (subsídio alimentar) da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paulo Lopes. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser apresentados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 05/03/2020.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 05/03/2020, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 14 de fevereiro de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TP 005/2019 FMAS

Publicação Nº 2359982

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

A Secretaria de Administração torna pública a Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 005/2019-FMAS - Tomada de Preços nº 001/2019-FMAS – Tipo: menor preço global, em favor da Empresa: CESC EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. Data da homologação: 12/12/2019.

Penha, 12 de dezembro de 2019.
Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração

CONVOCAÇÃO FARMACÊUTICO 1º

Publicação Nº 2358817

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 18/02/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: FARMACÊUTICO (a)
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
01º. 760072 MARIA ELIZA BERNIERI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo é: diploma de graduação em Farmácia e comprovante de registro no CRF;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Fotocópia do Registro Profissional, emitido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.
- u) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2020.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE VEÍCULOS 4º

Publicação Nº 2359873

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 18/02/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 902047 MARCOS PSCHIEDT

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;
- u) Cópia Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "B".

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE VEÍCULOS 5º

Publicação Nº 2359875

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 18/02/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 941239 RONALDO BORGES MELLO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos

- aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;
- u) Cópia Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "B".

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2020.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, Bairro= _____, telefone= _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
 () Contratado (ACT) Cargo: _____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
 () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES 4º

Publicação Nº 2359876

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 18/02/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 05/2019.

Cargo: MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 71 ROBSON LUIZ GODOY

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Cópia Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "B".

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO TÉCNICO EM RADIOLOGIA 2º

Publicação Nº 2359974

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 18/02/2020, das 12h00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
2º. 86 GEORGE NOLASCO DE SOUZA

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,

devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RENDAS ANUAIS: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 - PMP

Publicação Nº 2359700

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 - PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para levantamento hidrodinâmico na costeira adjacente à enseada de Itapocoroy, como projeto básico de sinalização marítima para o trapiche de Itapocoroy conforme normas dos Bombeiros e da Marinha, conforme solicitação de nº 157/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 02/03/2020 às 14:00h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: André Luis Santos Valadão.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h as 18h.

Penha/SC, 14 de fevereiro de 2020.
Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretario da Administração

PORTARIA Nº 404/2020

Publicação Nº 2359884

PORTARIA N.º 404/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. GEANE ISETE DA SILVA TEIXEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 89/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 405/2020

Publicação Nº 2359892

PORTARIA N.º 405/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LUCIANE PEREIRA ALBINO, para exercer a função de Professora Habilitada de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 90/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 406/2020

Publicação Nº 2359894

PORTARIA N.º 406/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANDREIA TOMAZONI SERPA, para exercer a função de Professora Habilitada de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 91/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 407/2020

Publicação Nº 2359896

PORTARIA N.º 407/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. BRUNA RAFAELA NETTO, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Física, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 92/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 408/2020

Publicação Nº 2359898

PORTARIA N.º 408/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. BRUNA RAFAELA NETTO, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Física, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 93/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 409/2020

Publicação Nº 2359899

PORTARIA N.º 409/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. SIDNEI PALHANO DE JESUZ, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 94/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 410/2020

Publicação Nº 2359900

PORTARIA N.º 410/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. FABIO DANIELEWSKI SOUZA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE ARTES, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 411/2020

Publicação Nº 2359901

PORTARIA N.º 411/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. BIANCA ROCHA LEITE ELIAS DA CRUZ, para exercer a função de Professora Habilitada de Língua Portuguesa, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 95/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 412/2020

Publicação Nº 2359902

PORTARIA N.º 412/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. LUIZ FELIPE BENTO, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 96/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 413/2020

Publicação Nº 2359903

PORTARIA N.º 413/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. LUIZ FELIPE BENTO, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 97/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 414/2020

Publicação Nº 2359905

PORTARIA N.º 414/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. FABIO DANIELEWSKI SOUZA, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 98/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 415/2020

Publicação Nº 2359906

PORTARIA N.º 415/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSANE MENDES DA SILVA, para exercer a função de Professora Habilitada de Ciências, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 99/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 416/2020

Publicação Nº 2359908

PORTARIA N.º 416/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSANE MENDES DA SILVA, para exercer a função de Professora Habilitada de Ciências, no período de 11/02/2020 a 30/06/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 100/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 417/2020

Publicação Nº 2359909

PORTARIA N.º 417/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DAIANE FEGER, para exercer a função de Professora Habilitada de Artes, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 101/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 418/2020

Publicação Nº 2359910

PORTARIA N.º 418/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. BARBARA CARMINE GALVEZ DIAS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 102/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 419/2020

Publicação Nº 2359912

PORTARIA N.º 419/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELISABETE SCHINEIDER, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 103/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 420/2020

Publicação Nº 2359914

PORTARIA N.º 420/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário o Sr. PAULO DE TARCIO DUARTE SIQUEIRA JÚNIOR, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Física, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 104/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 421/2020

Publicação Nº 2359915

PORTARIA N.º 421/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VANESSA MARIA TEODOROVITZ BONA, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Física, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 105/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 422/2020

Publicação Nº 2359916

PORTARIA N.º 422/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARISTELA CAMILO DA SILVA, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 106/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 423/2020

Publicação Nº 2359917

PORTARIA N.º 423/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CLÁUDIA CORRÊA, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 107/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 424/2020

Publicação Nº 2359920

PORTARIA N.º 424/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. PAOLA SABRINA SCHRAMM, para exercer a função de Professora Habilitada de Anos Iniciais, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 108/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 425/2020

Publicação Nº 2359922

PORTARIA N.º 425/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR: da relação da ativa, o Sr. NELSON VENERI, do cargo de Auxiliar Operacional, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por motivo de falecimento, a contar de 01/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 175/2002.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 426/2020

Publicação Nº 2359926

PORTARIA N.º 426/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. EMILLY ELISANGELA BENTO, para exercer a função de Estagiária, no período de 11/02/2020 a 10/02/2021, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 427/2020

Publicação Nº 2359929

PORTARIA N.º 427/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. JULIANE CRISTINA GOMES do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do "Centro de Educação Infantil Terezinha Marlene Corrêa", recebendo uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo vencimento e 5% (cinco por cento) de gratificação por funcionar em horário estendido, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1343/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 428/2020

Publicação Nº 2359932

PORTARIA N.º 428/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ADRIANA MARIA MEDEIROS DA SILVA do cargo em comissão de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR, da Escola Municipal "Júlio Correa de Mello", recebendo uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1416/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 429/2020

Publicação Nº 2359933

PORTARIA N.º 429/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. JULIANE CRISTINA GOMES para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR, da Centro de Educação Infantil "Júlio Correa de Mello", recebendo uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo vencimento e 5% (cinco por cento) de gratificação por funcionar em horário estendido, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 430/2020

Publicação Nº 2359936

PORTARIA N.º 430/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. ADRIANA MARIA MEDEIROS DA SILVA para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do "Centro de Educação Infantil "Júlio Corrêa de Melo", recebendo uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo vencimento e 2,5% (dois e meio por cento) de gratificação por funcionar em horário estendido, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 431/2020

Publicação Nº 2359938

PORTARIA N.º 431/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. LADSON RODRIGO DE SOUZA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE ARTES, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 432/2020

Publicação Nº 2359940

PORTARIA N.º 432/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. THIAGO MARQUES DA SILVA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE ARTES, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 433/2020

Publicação Nº 2359943

PORTARIA N.º 433/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CAMILA DOS SANTOS HIDALGO SELLA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ARTES, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 434/2020

Publicação Nº 2359946

PORTARIA N.º 434/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. JOELMA ALVES BARBOSA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 435/2020

Publicação Nº 2359949

PORTARIA N.º 435/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CRISTIANE APARECIDA ARAÚJO VEZU, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 436/2020

Publicação Nº 2359951

PORTARIA N.º 436/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. ELISANGELA SILVA LINALDI PELEGRINI, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 437/2020

Publicação Nº 2359954

PORTARIA N.º 437/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. EDMARA GUIMARÃES BARBOZA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 438/2020

Publicação Nº 2359955

PORTARIA N.º 438/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1648/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 439/2020

Publicação Nº 2359957

PORTARIA N.º 439/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 440/2020

Publicação Nº 2359959

PORTARIA N.º 440/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. PATRICK PAULO DOS SANTOS para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 441/2020

Publicação Nº 2359960

PORTARIA N.º 441/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. VITORIA GABRIELA PEREIRA do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do Centro de Educação Infantil "Professora Orlandina Bento Mendes", recebendo uma gratificação de 7,5% (sete e meio por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1414/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 442/2020

Publicação Nº 2359963

PORTARIA N.º 442/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELISANGELA SILVA LINALDI PELEGRINI, para exercer a função de Professora Habilitada de Inglês, no período de 12/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 109/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 443/2020

Publicação Nº 2359964

PORTARIA N.º 443/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JULIANA DA SILVA, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Física, no período de 12/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 110/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 444/2020

Publicação Nº 2359966

PORTARIA N.º 444/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JULIANA DA SILVA, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Física, no período de 12/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 111/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 445/2020

Publicação Nº 2359968

PORTARIA N.º 445/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. VITORIA GABRIELA PEREIRA para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do Centro de Educação Infantil "Anjos do Itapocoroi", da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, recebendo uma gratificação de 7,5% (sete e meio por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 446/2020

Publicação Nº 2359969

PORTARIA N.º 446/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. ELIZARA ANACLETO RHENIUS, no período de 12/02/2020 a 17/12/2020, conforme o 1º Termo Aditivo nº 112/2020 ao Contrato nº 722/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 447/2020

Publicação Nº 2359971

PORTARIA N.º 447/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a Sra. JULIANA BUENO PERCIANI, matrícula 6094, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, responsável pela identificação e encaminhamento das Multas de Trânsito dos veículos do Município, recebendo um adicional de função de 03 (três) UFM's (Unidade Fiscal Municipal) mensalmente nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 131/2019, a contar de 05/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 448/2020

Publicação Nº 2359975

PORTARIA N.º 448/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MERCIA REGINA HONÓRIO DOMECIANO do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA BÁSICA, da Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, recebendo uma gratificação de 12,5% (doze e meio por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1375/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 449/2020

Publicação Nº 2359976

PORTARIA N.º 449/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. MERCIA REGINA HONÓRIO DOMECIANO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2016, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 450/2020

Publicação Nº 2359977

PORTARIA N.º 450/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. MERCIA REGINA HONÓRIO DOMECIANO para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA BÁSICA, da "Escola Básica Municipal Rubens João de Souza", recebendo uma gratificação de 12,5% (doze e meio por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 13/02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 451/2020

Publicação Nº 2359978

PORTARIA N.º 451/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. FÁBIO ALVES SENRA, aprovado em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 14/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 13 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2018

Publicação Nº 2359430

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº 08/2018

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurado Processo Administrativo Investigativo nº 08/2018, através da portaria 1532/2018, para apuração de apresentação de atestado médico supostamente inidôneo a Administração Pública, com vistas a obter proveito pessoal pelo servidor Juliano André Vargas Silveira, ocupante do cargo de Médico Plantonista e Médico – ESF.

Foram juntados todos os documentos necessários que foram devidamente autuados e juntados para a elucidação dos fatos.

Não houve diligência nem ouvida da parte ou de testemunhas, estando o processo apto ao encerramento por parte da comissão.

É o relatório.

Na instrução verificou-se tratar-se de investigação de atestado médico que supostamente seria inidôneo.

Segundo comunicação interna fls. 37 da Secretaria de Saúde Enfermeira Regiane Carolina Pereira Basso esta informa:

"Esclareço a esta comissão que o atestado apresentado pelo médico não tem nenhuma irregularidade, pois estava de atestado médico do Hospital Municipal Ruth Cardoso de Balneário Camboriú, entendendo que equivocadamente foi instaurado o processo administrativo. Com relação à solicitação de rescisão contratual a mesma se deu visto que o médico não aceitou cumprir às 40 horas contratuais, bem como se recusava a realizar visitas domiciliares, sendo uma exigência do Ministério da Saúde, por se tratar de Médico contratado para atuar na equipe de Saúde da Família. Ademais, dito profissional médico tinha 2 contratos, sendo um relativo ao Pronto Atendimento 24 horas, e outro contrato para atuar na equipe de Saúde da Família com 40 horas. Assim, em atenção ao interesse público, e ante a negativa do médico em bater ponto eletrônico, e realizar as visitas domiciliares, exigência do Ministério da Saúde, entendeu-se necessário que fosse rescindido os contratos, pelo que entender ser desnecessário qualquer investigação com relação ao médico, ou ao atestado, por ter sido o contrato rescindido por vontade da Administração pelos motivos acima representados."

Com relação ao atestado médico apresentado, cabe destacar que segundo a Resolução CFM nº 1.658/2002, "que regulamenta a emissão de atestados médicos, estes gozam de presunção de veracidade e devem ser acatados, salvo se houver divergência de entendimento por parte do médico da instituição ou do perito."

Art. 6º Somente aos médicos e aos odontólogos, estes no estrito âmbito de sua profissão, é facultada a prerrogativa do fornecimento de atestado de afastamento do trabalho.

§ 3º O atestado médico goza da presunção de veracidade, devendo ser acatado por quem de direito, salvo se houver divergência de entendimento por médico da instituição ou perito.

Ora, não há qualquer divergência com relação ao atestado, pelo que não deve prosperar a investigação.

Não há nulidade na rescisão contratual realizada unilateralmente pela Administração Pública, ante a desnecessidade de prévio procedimento administrativo para a dispensa do Contratado Temporário.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para decidir que não há indícios de qualquer irregularidade com relação ao Atestado apresentado, bem como pela própria rescisão, ante aos argumentos da Secretária de Saúde, devendo o procedimento administrativo ser arquivado.

Deverá ser notificado a Secretaria de Administração para que não nomeie Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo sem provas ou indícios de irregularidades.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 17 de Dezembro de 2018.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva

Secretário de Administração

Portaria nº 1230/2018

Peritiba

PREFEITURA

PORTARIA 87/2020

Publicação Nº 2358648

PORTARIA N.º 87/2020
CONCEDE PROMOÇÃO POR APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO E REVOGA PORTARIA Nº 01/2020

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009 e Art. 20, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 92 de 30 de Julho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder as Servidoras abaixo relacionadas 2% (dois por cento) sobre o vencimento-base, a partir de 1º de Fevereiro de 2020.

ADILSON ANTONIO GALLI - Classe B
ADRIANA TAVARES - Classe B
CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA – Classe E
FABIANGELA DE OLIVEIRA – Classe A
FABRICIA SCHOENELL - Classe B
JURIELA NISSOLA DE SIMAS – Classe A
KELIN SIBILA SIMON PAGGI – Classe B e E
LETICIA FERNANDA LAWRENZ – Classe B
LUANA CAROLINA SCHARDONG – Classe A
LUCIANA NILSON – Classe E
PAULA ROBERTA GERHARDT DEITOS – Classe B e E
ROSELEI DA SILVA PISSAIA – Classe B e E
SANDRA MARIA CAGNINI – Classe B e E

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 01/2020.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 10 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Fevereiro/2020	
--	--

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

PORTARIA 88/2020

Publicação Nº 2358652

PORTARIA Nº 88/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADELAIDE MARISETE GERHARDT, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "I", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 de Fevereiro de 2020 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/Fevereiro/2020.	
---	--

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

PORTARIA 89/2020

Publicação Nº 2358653

PORTARIA Nº 89/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SANDRA NISSOLA FINGER, ocupante das funções do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 12 de Fevereiro de 2020 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 12 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 12/Fevereiro/2020.	
---	--

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

PORTARIA 90/2020

Publicação Nº 2358654

PORTARIA Nº 90/2020
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 18 de Fevereiro de 2020, a Servidora MARIZETE PETTER MALTAURO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, da Classe "F" para a Classe "G" do Grupo 4, Nível 15, referente ao período de 18/02/2017 a 17/02/2020, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 65, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 12 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 12/Fevereiro/2020	
--	--

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

PORTARIA 91/2020

Publicação Nº 2358655

PORTARIA Nº 91/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "E", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 02/03 a 31/03/2020, relativo ao período aquisitivo de 16/02/2019 a 15/02/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 13 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Fevereiro/2020	
--	--

Dandara Luisa Bazzi
Responsável pela publicação

PORTARIA 92/2020

Publicação Nº 2358656

PORTARIA Nº 92/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora MARCIANE DAÍSE WUADEN ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 3, Nível 1, Classe "C", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 04/03 a 02/04/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 13 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Fevereiro/2020	
--	--

Dandara Luisa Bazzi
Responsável pela publicação

PORTARIA 93/2020

Publicação Nº 2358658

PORTARIA Nº 93/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora ROSELI GASTMANN ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO, Nível

CC-4, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 02/03 a 31/03/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 13 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Fevereiro/2020

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

PORTARIA 94/2020

Publicação Nº 2358661

PORTARIA Nº 94/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora REGINA INES BRAND LAZZARIN, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM COMPRAS, Grupo 2, Nível 6, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 13 de Fevereiro de 2020 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 14 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/Fevereiro/2020.

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

PORTARIA 95/2020

Publicação Nº 2359382

PORTARIA Nº 95/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOSÉ ANGELO NUNES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Grupo 3, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, retroativo ao dia 05 de Fevereiro de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 14 de Fevereiro de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/Fevereiro/2020.

Dandara Luisa Bazzei
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

CONTRATO DE RATEIO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2020 CIS AMUREL

Publicação Nº 2359070

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA FMS

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO/ADMINISTRATIVO Nº. 01/2020

CONTRATANTE/MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

CONTRATADA/CONSORCIO: CIS AMUREL - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL.

OBJETO: DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS POR PARTE DO CONSORCIADO, BEM COMO, ESTABELECE A FORMA DE REPASSE DE VALORES CORRESPONDENTES À SUA PARTE DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, PARA REALIZAÇÃO DAS DESPESAS DO CONSORCIO PÚBLICO, INCLUSIVE AS DESPESAS A SEREM REALIZADAS COM OS SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS E DISPONIBILIZADOS AO MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2020 À 31/12/2019

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2014 PMPB - VALOR PL Nº. 57/2017 PMPB DL Nº. 15/2014 PMPB

Publicação Nº 2359090

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2015 – VALOR

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA– CNPJ: 16780795/0001-38

LOCADOR: FELISBERTO DA ROCHA NETO - CPF: 465.632.709-30

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 57/2014 PMPB

DSPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 15/2014 PMPB

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ROD. SC 437, KM 08, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA

VALOR: R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS MENSAIS) A PARTIR DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 008-2020 - PMP - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 2358956

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2020 - PMP

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Aquisição de 01 (um) Retroescavadeira e 01 (um) Rolo Compactador Vibratório, ano/modelo mínimo 2020/2020, Novas, Motor a Diesel, de acordo as especificações MÍNIMAS constantes no Anexo "A" do Edital. Adquiridos através de Recursos do Convênio MAPA – Plataforma + Brasil nº 889271/2019

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 05/03/2020.

Abertura: dia 05/03/2020, às 09:00h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 017/2020

Publicação Nº 2358906

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28/02/2020 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020, visando à aquisição de implementos agrícolas, conforme descrição no edital de licitação, aquisição através do Convênio/MAPA nº 886575/2019- Plataforma + Brasil nº 002633/2019.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 28/02/2020, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.166, DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2358941

DECRETO Nº 5.166, DE 07 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 118.900,00 (Cento e dezoito mil e novecentos reais), na dotação orçamentária a seguir:

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função:20 - Agricultura
Subfunção:608 - Promoção da Produção Agropecuária
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação:1.13 - AQUISIÇÃO VEÍCULO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS
Despesa 74
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:134

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o provável Excesso de Arrecadação pelo convênio assinado MAPA nº 886575, por intermédio do Ministério da Agricultura para aquisição de equipamentos agrícolas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 07 DE JANEIRO DE 2020.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.177, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358928

DECRETO Nº 5.177, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.101 de 05 de novembro de 2019.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:1.13 - AQUISIÇÃO VEÍCULO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS

Despesa 258

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:300

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2019, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 33/2020

Publicação Nº 2360425

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 33/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2019, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
122.838.659-56	KETLYN CRISTINE DUARTE	Atendente de Creche I

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- q.01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 14 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2020

Publicação Nº 2359167

Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2020, 14 de fevereiro de 2020.

Estabelece normas para o Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vaga temporária de caráter emergencial e de excepcional interesse na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Arthur Costa e Silva, 111 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. PEDRO RABUSKE, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto da Lei Complementar nº 115 de 21 de junho de 2004.

Considerando a necessidade temporária emergencial e de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte e;

Considerando que todos os classificados no processo seletivo nº 02/2019 não tem interesse na vaga de professor de Ed. Infantil e Séries Iniciais da sala que desdobrou por quantidade grande de matrículas e substituição de professor em licença prêmio;

Torna público os procedimentos para o Processo Seletivo Simplificado de Professor, para atuar na rede municipal de ensino, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, destinada ao provimento de vaga temporária de professor de Ed. Infantil e Séries Iniciais, para o ano letivo de 2020 na rede municipal de ensino.

1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado de Professor, considerando a necessidade temporária emergencial e de excepcional interesse público realizar-se-á no dia 18 de fevereiro das 08h às 10h, na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, sito a Avenida Arthur Costa e Silva nº 111.

1.2

Professor Ed. Infantil e Séries Iniciais	20 HORAS.
--	-----------

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos: RG E CPF e

I - Para os habilitados:

- a) curso de pós-graduação, na área da educação ou de ensino, a nível de doutorado, mestrado ou especialização, ou pedagogia.
- b) habilitação específica de grau superior, a nível de graduação, em pedagogia.
- c) habilitação específica de 2º grau, magistério.
- d) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal
- e) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de formação e/ou atuação;

II - para os não habilitados serão observados os seguintes critérios:

- a) habilitação de 2º grau, em curso equivalente em ensino;
- b) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- c) cursos de aperfeiçoamento ou atualização em de formação e/ou atuação;

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Professores com Pós-Graduação;
- b) Professores com Graduação;
- c) Professores cursando licenciatura, de forma decrescente, conforme a fase;
- d) Maior tempo de serviço na área de atuação.

3.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Pinheiro Preto e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Pinheiro Preto e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Pinheiro Preto, em 14 de fevereiro de 2020.

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360423

PORTARIA Nº 162, DE 11 de fevereiro DE 2020.

Altera carga horaria de suzana doarte nadal na função TEMPORÁRIO de Professor (artes).

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção Simplificado nº 002/2020, e

Considerando a necessidade temporária emergencial e o excepcional interesse público da rede municipal de ensino;
Considerando que todos os classificados no processo seletivo nº 02/2019 não tem interesse na vaga;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a partir de 12 de fevereiro de 2020, a carga horaria de Suzana doarte nadal, brasileira, inscrita no CPF sob nº 845.372.729-53, Professor (ARTES), Lotada na Educação, Cultura e Esportes, passando a carga horária de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 11 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1263/2020

Publicação Nº 2359608

DECRETO Nº 1.263/2020, de 14 de Fevereiro de 2020.

Nomeia Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública Emergencial nº 001/2020 - SMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública Emergencial nº 001/2020 - SMS, que prevê o preenchimento de vaga para o cargo de Farmacêutico, a comissão deverá proceder à chamada para os cargos descritos neste edital em Caráter Temporário para o período de 90 dias. Segue abaixo designação dos membros:

- a) Gracieli D Avila Gamzava - Presidente da Comissão;
- b) Deonete Gasparini Sandi - Membro;
- c) Laís Emanuela Weber - Membro;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 14 de Fevereiro de 2020

Karoline Petry
Secretária Mun.Administração e Finanças

PORTARIA Nº 110/2020

Publicação Nº 2358840

PORTARIA Nº110/2020

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

KAROLINE PETRY, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Ritter, nº596 cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.429 e CPF sob o nº 070.096.449-50, ocupante do cargo comissionado de Executiva de Gabinete, para exercer interinamente o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS com remuneração do referido cargo, em substituição ao titular Giovani Gelson Meneghel, em seu período de férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 13 de fevereiro de 2020 até 03 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 12 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 12 de fevereiro de 2020.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

CAAC10_2020

Publicação Nº 2359379

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO DE CONTRATO	
GRUPO - AGRICULTURA FAMILIAR	
Contrato Nº.:	10/2020 – GRUPO AGRICULTURA FAMILIAR - INFORMAL
Contratante.:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	COOPERATIVA AGRICOLA FAMILIAR - COOPERARE
Objeto :	MERENDA ESCOLAR – AGRICULTURA FAMILIAR
Valor :	R\$ 170.566,00 (cento e setenta mil quinhentos e sessenta e seis reais).
PROCESSO:	Edital de chamamento n.13/2020
Vigência :	DEZ/2020
Planalto Alegre - SC, 14 de Fevereiro de 2020.	
JUARES BET	
PREFEITO	

CAAC11_2020

Publicação Nº 2359383

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO DE CONTRATO	
GRUPO - AGRICULTURA FAMILIAR	
Contrato Nº.:	11/2020 – GRUPO AGRICULTURA FAMILIAR - INFORMAL
Contratante.:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL
Objeto :	MERENDA ESCOLAR – AGRICULTURA FAMILIAR
Valor :	R\$ 47.967,00 (quarenta e sete mil novecentos e sessenta e sete reais).
PROCESSO:	Edital de chamamento n.13/2020
Vigência :	DEZ/2020
Planalto Alegre - SC, 14 de Fevereiro de 2020.	
JUARES BET	
PREFEITO	

Pomerode

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008 / 2020

Publicação Nº 2359256

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008 / 2020

Processo Administrativo n.º 002 / 2020. Pregão Presencial n.º 002 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: DIBRAPE - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETILICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 06/02/2021. Valor total registrado: R\$327.200,00 (Trezentos e vinte e sete mil e duzentos reais) / Lote 02 Item 01.

Pomerode / SC, 07 de Fevereiro de 2020.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009 / 2020

Publicação Nº 2359258

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2020

Processo Administrativo n.º 002 / 2020. Pregão Presencial n.º 002 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: POSTO AGRICOPEL LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETILICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 06/02/2021. Valor total registrado: R\$284.800,00 (duzentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais) / Lote 03 itens 01 e 02; Lote 04 item 01 e Lote 05 item 01.

Pomerode / SC, 07 de Fevereiro de 2020.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010 / 2020

Publicação Nº 2359265

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010 / 2020

Processo Administrativo n.º 002 / 2020. Pregão Presencial n.º 002 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETILICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 06/02/2021. Valor total registrado: R\$1.263.200,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais) / Lote 01/ Item 01 e 02.

Pomerode / SC, 07 de Fevereiro de 2020.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2019 - CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2359636

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 135 / 2019
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2019
CONVOCAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, através de seu Presidente nomeado pela Portaria n.º 26.004 / 2020, em conformidade com o disposto no item 14.6 do edital de licitação, após o julgamento do Recurso Administrativo apresentado, resultando na INABILITAÇÃO da participante Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA, CONVOCA as Empresas PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, PAVIPAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, ENGEPLAN- TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA, HABILITADAS no CERTAME, para participação da segunda sessão pública com o objetivo de abertura dos Invólucros das Propostas de Preços, a ser realizada no dia 19/02/2020, às 08h00min, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode, com sede administrativa na Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode/SC – CEP 89.107-000, Telefone (47) 3387-7229.

Pomerode / SC, 14 de Fevereiro de 2020.
GUSTAVO CELANT ROEDEL
Presidente da Comissão de Licitações

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2019 - JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2359466

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 135 / 2019
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2019

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Trata o presente de julgamento do Recurso Administrativo apresentado tempestivamente em 31/01/2020, sob Protocolo n.º 785/2020 pela Empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, aduzindo que a participante Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA deixou de cumprir as exigências editalícias, pois na Certidão de Acervo Técnico – CAT de n.º 252017080655 emitida em 04/07/2017 apresentada pela licitante, não consta o percentual executado por cada empresa, uma vez que se trata de obra executada via consórcio. Alega ainda a Empresa Recorrente, a perda da validade da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA apresentada pela Empresa Recorrida, em virtude de alteração nos elementos cadastrais do documento, pois no certame foi apresentado a 38ª alteração do Contrato Social, sendo que nos dados cadastrais do CREA consta apenas a 36ª alteração Social da Empresa, ou seja, cadastro desatualizado e certidão sem validade jurídica. Por fim, requer a INABILITAÇÃO no certame da participante Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA.

2. Em 03/02/2020, sob Protocolo n.º 823/2020 a Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA apresentou tempestivamente suas contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela licitante Empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, aduzindo ter preenchido todas as exigências habilitatórias, para tanto, traz aos autos, o Contrato de Constituição do CONSÓRCIO STEIN PACOPEDRA, onde figura em 70% a responsabilidade societária da Empresa Recorrida. Neste norte, entende a licitante CONSTRUTORA STEIN LTDA que o percentual da responsabilidade societária de 70% aplica-se a todos os itens relacionados no Atestado expedido pela Prefeitura Municipal de Blumenau, conforme CAT n.º 252015053608, razão pela qual, preenche a qualificação técnica solicitada no edital da Concorrência n.º 003/2019 lançado por esta municipalidade. Por fim, no tocante as inconsistências encontradas na Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, afirma a Empresa Recorrida que apresentou o devido documento válido até o dia 31/03/2020 e que as alterações efetuadas na 38ª versão de seu contrato social, tratam-se apenas de mera mudança de endereço – na mesma cidade – sem mudança de CNAE, requerendo ao final, a manutenção de sua HABILITAÇÃO no certame.

3. Inicialmente cabe esclarecer que a Comissão Permanente de Licitações pauta-se no julgamento imparcial das causas que lhe são atribuídas, atentando-se unicamente em cumprir as normas e princípios da licitação pública, sempre em estrito cumprimento as regras do edital sob análise e a legislação em vigor. Desta forma, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, o edital no Item 6, deixa claro quais os documentos necessários para a HABILITAÇÃO das participantes no certame. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

4. Diante das alegações trazidas pela Empresa Recorrente, bem como as argumentações trazidas em sua defesa pela Empresa Recorrida e por tratar-se de questionamentos apontados em documento emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC, a Comissão Permanente de Licitações, através de seu integrante o Engenheiro Ricardo Luiz Werner, realizou consulta ao CREA/SC e obteve a seguinte resposta:

Eng. Ricardo,

A Certidão de Acerto Técnico n. 252017080655 é uma CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO e em seu rodapé apresenta a seguinte observação: "Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1983."

A CAT sempre certifica as informações contidas nas Anotações de Responsabilidade Técnica-ART registradas pelo profissional com base inicialmente no contrato da obra/serviço e, posteriormente à conclusão, com base no Atestado expedido pelo contratante da obra/serviço técnico.

No caso de Consórcio de empresas solidárias, as ARTs são anotadas integralmente pelos profissionais em nome do consórcio executor e não pelas empresas individualmente.

Normalmente, o Atestado traz a informação de participação financeira das empresas consorciadas, sendo que os profissionais responsáveis técnicos pelo empreendimento respondem integralmente pelas atividades técnicas e respectivas quantidades anotadas em suas ARTs.

De acordo com os art. 43 e 44 da Lei 8.666/89, a análise da documentação apresentada em processo licitatório e a verificação de sua compatibilidade com as exigências do edital de licitação cabem exclusivamente à Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

Milton Osvaldo Forte
Gerente Adjunto | Matrícula 243
Departamento de Registro e Processos - Sede
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC

5. Em posse das informações recebidas do Gerente Adjunto do CREA/SC, conforme acima exposto, verifica-se a improcedência das alegações trazidas pela Empresa Recorrente, no sentido unicamente em não constar na Certidão de Acervo Técnico – CAT de n.º 252017080655 o percentual executado por cada empresa consorciada, uma vez que, conforme a resposta recebida, "as ARTs são anotadas integralmente pelos profissionais em nome do consórcio executor e não pelas empresas individualmente".

6. Contudo, a Certidão de Acervo Técnico – CAT de n.º 252017080655 apresentada não possui registro de atestado como solicita o instrumento convocatório (Item 6.1.5, "b"), bem como o documento apresentado não pode ser utilizado como acervo em licitações públicas, conforme a observação constante no rodapé da CAT de n.º 252017080655, qual seja: "Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei n.º 8.666/1983".

7. Desta forma, mesmo não prosperarem as alegações trazidas pela Empresa Recorrente neste quesito, a Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA não preencheu as exigências habilitatórias, ficando declarada INABILITADA no certame. Em suas contrarrazões a Empresa Recorrida menciona a CAT n.º 252015053608, porém no certame foi apresentada CAT n.º 252017080655 que não possui registro de atestado, ou seja, não compatível com as exigências editalícias.

8. Em continuidade as questões levantadas pela Empresa Recorrente, no tocante a perda da validade da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA/SC, é imperioso citar a Resolução n.º 266, de 15/12/1979 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, *ipsis litteris*:

RESOLUÇÃO N.º 266, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre a expedição de certidões às pessoas jurídicas pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 2º - Das certidões de registro expedidas pelos Conselhos Regionais deverão constar:

I - número da certidão e do respectivo processo;

II - razão social, endereço, objetivo e capital social da pessoa jurídica, bem como o número e a data do seu registro no Conselho Regional;

III - nome, título, atribuição, número e data da expedição ou "visto" da Carteira Profissional do ou dos responsáveis técnicos da pessoa jurídica;

IV - validade relativa ao exercício e jurisdição.

c) as certidões emitidas pelos Conselhos Regionais perderão a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nelas contidos e desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro. (grifo nosso)

9. Assim, em conformidade com Resolução n.º 266, de 15/12/1979 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, acima citada, entendemos pela PROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado, uma vez que, entendemos que o cadastro da Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC encontra-se desatualizado, diante de alterações no contrato social. Argumenta a Empresa Recorrida que as alterações tratam-se de mera mudança de endereço – na mesma cidade – sem mudança de CNAE, contudo não é o que se verifica, pois várias atividades foram incluídas no objeto social da empresa, razão pela qual, de acordo com a Resolução acima citada, a Certidão Pessoa Jurídica do CREA de n.º CH44-H530-8B-92-85B4 apresentada perdeu a sua validade, não podendo ser aceita como documento apto para habilitação em licitações públicas.

10. Diante do exposto, conforme as regras editalícias, entendemos pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, em conformidade com os argumentos acima apontados. Desta forma, a Comissão Permanente de Licitações reconsidera sua decisão exarada em sessão no dia 24/01/2020, DECLARANDO a participante Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA INABILITADA no certame.

Pomerode / SC, 14 de Fevereiro de 2020.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

GUSTAVO CELANT ROEDEL
Presidente da Comissão de Licitações

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO
Secretário

RICARDO LUIZ WERNER
Membro

DECISÃO AUTORIDADE SUPERIOR

Por estar de acordo com a decisão da Comissão Permanente de Licitações acima descrita, entendemos pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, resultando na INABILITAÇÃO da participante Empresa CONSTRUTORA STEIN LTDA na Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 003 / 2019 - Processo Administrativo n.º 135 / 2019.

Pomerode / SC, 14 de Fevereiro de 2020.
WILHELM ZILZ
Secretário de Obras - SEOB

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006 / 2019 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2359398

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 115 / 2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006 / 2019
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Trata o presente de julgamento do Recurso Administrativo apresentado tempestivamente em 16/12/2019, sob Protocolo n.º 9902/2019 pela munícipe CLEIDE MARA KAMCHEN, em desfavor da decisão da Comissão Permanente de Licitações exarada em 11/12/2019 que habilitou a licitante ASSOCIAÇÃO SÍTIO DONA LÚCIA no Edital de Chamamento Público – Processo Administrativo n.º 115 / 2019 – Dispensa de Licitação n.º 006 / 2019.

2. Inicialmente cabe esclarecer que a Comissão Permanente de Licitações e a Comissão de Seleção e Monitoramento e Avaliação pauta-se no julgamento imparcial das causas que lhe são atribuídas, atentando-se unicamente em cumprir as normas e princípios da licitação pública, sempre em estrito cumprimento as regras do edital sob análise e a legislação em vigor. Nesse sentido, verificou-se que a licitante ASSOCIAÇÃO SÍTIO DONA LÚCIA cumpriu com todas as exigências editalícias, apresentando todos os documentos habilitatórios e superando a pontuação mínima exigida em edital, resultando assim, sua HABILITAÇÃO no certame.

3. Diante do exposto, conforme as regras editalícias e com supedâneo no Parecer Jurídico n.º 12/2020/PROGEM (Documento anexo), entendemos pela IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado pela munícipe CLEIDE MARA KAMCHEN, em conformidade com os argumentos apontados no documento jurídico anexo, mantendo inalterada a decisão exarada em 11/12/2019, quando da divulgação do Resultado Preliminar que classificou a proposta apresentada e declarou a ASSOCIAÇÃO SÍTIO DONA LÚCIA HABILITADA no CERTAME, por preencher todas as exigências editalícias.

Pomerode / SC, 04 de Fevereiro de 2020.
COMISSÃO PERMANENTE E TÉCNICA DE LICITAÇÕES
JOILSON MISS
Presidente da Comissão de Licitações

CLÁUDIO MARCOS KRUEGER	GEROLD ROLAND WETZSTEIN
Secretário	Membro

COMISSÃO DE SELEÇÃO E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

SÍRIO JANDRE
Presidente da Comissão de Seleção e Monitoramento e Avaliação

LUIZ CARLOS CARNEIRO DOS SANTOS	EDUARDO LUIZ BORTONCELLO
Secretário	Membro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL Nº 05/2020

Publicação Nº 2360412

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Com fulcro no art. 153 e seguintes da Lei Complementar nº 75/2001, NOTIFICAMOS V.Sª da existência do(s) débito(s) abaixo relacionado(s), regulamentado nas Leis Complementares nº 75/2001, nº 100/2003 e nº 116/2005.

Contribuinte : 228613 - ROANKO INSTALACAO DE SOFTWARES LTDA CNPJ: 08.227.873/0001-43; 323411 - CONSTRUTORA GRUSCH LTDA CNPJ: 14.240.237/0001-54; 352900 ANNA LENA RIFFEL CNPJ: 17.997.616/0001-81; 357138 - CONSTRUTORA BODDENBERG LTDA CNPJ: 18.372.082/0001-60; 48984- IVO DA SILVA JUNIOR ME CNPJ: 80.420.789/0001-79.

O presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, não havendo o pagamento nesse período, será ajuizada ação de Execução Fiscal. Para efetuar o pagamento dos débitos, o contribuinte deverá comparecer pessoalmente à Procuradoria Geral do Município. Considerando que o relatório desse Edital foi confeccionado em 14 de FEVEREIRO, no caso de ter ocorrido o pagamento do débito pelo contribuinte nos dias mencionados e conste relacionado acima, favor desconsiderar a presente notificação.

Pomerode, 17 de fevereiro de 2020.

LUCIANO DEBARBA

Procurador-Geral do Município de Pomerode

OAB/SC 16.994

ERRATA O EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2360413

ERRATA

O EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2020 Publicado no DOM nº 3055 de 14/02/2020 passa a ter a seguinte redação:

“EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2020

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura Municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação dos Artistas e Artesões de Pomerode.

CNPJ: 00.363.231/0001-60

Rua 15 de Novembro, 818 – Centro – Pomerode - Santa Catarina

Objeto: O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a mútua cooperação entre os partícipes na implementação de ações que contribuam no âmbito do Projeto “POMMERN MARKT - FEIRINHA DA PRAÇA”, conforme detalhado no Plano de Trabalho (ANEXO ÚNICO), parte integrante e indissociável deste instrumento.

Vigência até 31/12/2020

Data da assinatura: 13/02/2020

ÉRCIO KRIEK – Prefeito Municipal”

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2020

Publicação Nº 2360414

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2020

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Prefeitura Municipal de Pomerode

CNPJ 83.102.251/001-04

Rua XV de Novembro, 525 – Centro - Pomerode

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação dos Clubes de Caça e Tiro do Município de Pomerode

CNPJ: 95.948.428/0001-77

Rua Victor Konder, 81 – Bairro Centro – Pomerode - SC

Objeto: O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a mútua cooperação entre os partícipes na organização e realização de ações que contribuam no âmbito do Projeto “Escolha da Rainha da 38ª Festa Pomerana”, conforme detalhado no Plano de Trabalho (ANEXO ÚNICO), parte integrante e indissociável deste instrumento.

Vigência até 30/03/2020

Data da assinatura: 14/02/2020

ÉRCIO KRIEK – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001 / 2020

Publicação Nº 2359299

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2020

Processo Administrativo n.º 132 / 2019. Dispensa de Licitação n.º 008 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA E ACOMPANHAMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO ESTRUTURAL, GEOTÉCNICA E HIDROLÓGICA DA BARRAGEM DENOMINADA LAGOA DO WEEGE, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC. Valor total contratado: R\$38.025,60 (trinta e oito mil e vinte e cinco reais e sessenta centavos). Prazo de Vigência: até 13/05/2020. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Márcia Cristina Sardá Espíndola, Reitora da FURB, Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Contratada.

Pomerode / SC, 06 de Janeiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 26.031

Publicação Nº 2359174

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.031

RETIFICA PORTARIA Nº 26.012, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 26.012, de 08 de janeiro de 2020, referente a "concessão de licença-prêmio a servidora GISELIA CAROLINA MOREIRA (...)" sendo que onde se lê: " CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR ANDRE LUIS AMORIM", leia-se " CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA GISELIA CAROLINA MOREIRA".

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de janeiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.032

Publicação Nº 2359132

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.032

EXONERA A PEDIDO LUCIANO MAXIMO DA SILVA DO CARGO DE MÉDICO PEDIATRA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido LUCIANO MAXIMO DA SILVA, do cargo de MÉDICO PEDIATRA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 13 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de janeiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.051

Publicação Nº 2359138

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.051**EXONERA A PEDIDO ELIZABETE SCHIRMER DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido ELIZABETE SCHIRMER, da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 20 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.056

Publicação Nº 2359320

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0
PORTARIA Nº 26.056
DESIGNA ANDRÉ LUIS AMORIM PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001 / 2020

O Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Jorge Alfredo Hoge, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 132 / 2019, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 20 de Janeiro de 2020, servidor André Luis Amorim, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 152579, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 001 / 2020, firmado entre o Município de Pomerode e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 20 de Janeiro de 2020.

JORGE ALFREDO HOGE

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

ANDRÉ LUIS AMORIM

Engenheiro Civil

PORTARIA 26.059

Publicação Nº 2359135

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.059**EXONERA A PEDIDO MARA RUBIA VOGEL DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido MARA RUBIA VOGEL, do cargo de

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 21 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 21 de janeiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.062

Publicação Nº 2359134

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.062
EXONERA A PEDIDO MARLI DA SILVA DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido MARLI DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 20 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 24 de janeiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.063

Publicação Nº 2359140

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.063
EXONERA SORAIA LIGIA DE SOUZA, EM FACE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode, JORGE LUIZ BUERGER, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

EXONERAR, em face da concessão do benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, a servidora SORAIA LIGIA DE SOUZA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 20 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 24 de janeiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.064

Publicação Nº 2359131

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.064
EXONERA A PEDIDO DANIELA FORSTER DO CARGO DE FONOAUDIÓLOGA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido DANIELA FORSTER, do cargo de FONO-AUDIÓLOGA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 21 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 24 de janeiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.070

Publicação Nº 2359139

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.070
EXONERA A PEDIDO ANTONIO MARCOS DA SILVA DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido ANTONIO MARCOS DA SILVA, da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais, no CEIM Profª Nora Krueger Dallmann, na EEBM Profº Vidal Ferreira e no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 27 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.075

Publicação Nº 2359112

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.075
EXONERA A PEDIDO PAMELA VIRGINIA BRANDÃO DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido PAMELA VIRGINIA BRANDÃO, da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria de Educação e

Formação Empreendedora, a partir de 28 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 28 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.076

Publicação Nº 2359105

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.076

EXONERA A PEDIDO CLARICE WOLTER DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido CLARICE WOLTER, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 29 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.077

Publicação Nº 2359133

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.077

EXONERA A PEDIDO ANDRESSA KAROLINA BRUSKE DO CARGO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido ANDRESSA KAROLINA BRUSKE, do cargo de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes e na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 29 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.078

Publicação Nº 2359136

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.078

REGISTRA RESTRIÇÃO LABORAL DA SERVIDORA IRONI GONCALVES MAAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

I - REGISTRAR restrição laboral, da servidora IRONI GONCALVES MAAS, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 29 de janeiro de 2020;

II- Determinar seja observada a seguinte restrição: a servidora deve permanecer em restrição de atividades que demandem flexão forçada de joelhos, como agachamento, corrida, manuseio de carga (evitar colocar crianças no colo), por 06 (seis) meses.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.079

Publicação Nº 2359171

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.079

ANULA A PORTARIA Nº 25.590, DE 19 DE AGOSTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

Considerando o parecer jurídico nº245/2019/PROGEM;

RESOLVE:

Artigo 1º ANULAR os efeitos da Portaria nº 25.590, de 19 de agosto de 2019, que reduziu em duas horas diárias, a carga horária semanal da servidora CLAUDIA PRISCILLA KAHL HEGENBERG, ocupante do cargo de Médica Clínica Geral Comunitária, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 16 de agosto de 2019;

Artigo 2º Determinar seja observada a seguinte restrição laboral: deve permanecer na função de médica, com restrição para elevação de membro superior esquerdo.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de janeiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.087

Publicação Nº 2359110

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.087

EXONERA A PEDIDO MICHELE DE LIMA FRAUZINO DA FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido MICHELE DE LIMA FRAUZINO, da função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 31 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 31 de janeiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.089

Publicação Nº 2359099

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.089
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO EZALITE HAMMES DA FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato EZALITE HAMMES, da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 31 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 31 de janeiro de 2020.
LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.090

Publicação Nº 2359115

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.090
EXONERA A PEDIDO GILVANIO ERTAL DO CARGO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido GILVANIO ERTAL, do cargo de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 31 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.091

Publicação Nº 2359113

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.091

EXONERA A PEDIDO ALINE MOURA PEREIRA DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido ALINE MOURA PEREIRA, da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na extensão do CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 31 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de janeiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.095

Publicação Nº 2359130

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.095

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR SIGFRID WURGES.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, ao servidor SIGFRID WURGES, ocupante do cargo de Vigia, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo de 05.12.16 até 04.12.19, a partir de 01 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de fevereiro de 2020.

WILHELM ZILZ

Secretaria de Obras

PORTARIA 26.096

Publicação Nº 2359116

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.096

EXONERA A PEDIDO ROSELI LOOCK DOS SANTOS DO CARGO DE ATENDENTE DE BIBLIOTECA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido ROSELI LOOCK DOS SANTOS, do cargo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.097

Publicação Nº 2359125

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.097

EXONERA ANA CRISTINA KAMCHEN BUETTGEN, EM FACE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode, JORGE LUIZ BUERGER, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

EXONERAR, em face da concessão do benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, a servidora ANA CRISTINA KAMCHEN BUETTGEN, no cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.102

Publicação Nº 2359141

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.102

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EFETIVO E SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DESIGNADOS PELA PORTARIA Nº 24.760, DE 30 DE JANEIRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

SUBSTITUIR, o membro representante da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, DESIGNANDO em substituição ao SR. SÉRGIO RIEMER o SR. JOÃO JOSÉ MARÇAL JUNIOR, ficando a composição da Comissão na ordem descrita abaixo:

Nome	Cargo
Fátima Clenice de Andrade	Representante do Sindicato
Natani Mossner Mengatto	Representante do Sindicato
Luiz Antônio da Silva	Representante do Sindicato
Silvio Berlanda	Representante do Sindicato
Cleide Rauber	Representante do Legislativo
Susely Cristina Santos	Representante da SAMAE
Jaime Eduardo Jensen	Representante do Poder Executivo
Mariana Blank Stortz	Representante do Poder Executivo
João José Marçal Junior	Representante do Poder Executivo
Miriam Rossana B. Staskowian	Representante do Poder Executivo
Francielle Gutknecht	Representante do Poder Executivo
Edson Simão Gotzinger	Representante do Poder Executivo

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 26.103

Publicação Nº 2359127

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.104**EXONERA A PEDIDO DANIELE BAUMANN BRYCH DO CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido DANIELE BAUMANN BRYCH, do cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.104

Publicação Nº 2359126

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.104**EXONERA A PEDIDO ANA MARIA DE ALMEIDA DO CARGO DE AUXILIAR DE CLASSE.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido ANA MARIA DE ALMEIDA, do cargo de AUXILIAR DE CLASSE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.105

Publicação Nº 2359124

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.105**EXONERA DORIS MATHIAS SELHORST, EM FACE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode, JORGE LUIZ BUERGER, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

EXONERAR, em face da concessão do benefício de aposentadoria voluntária especial de professor por tempo de contribuição pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, a servidora DORIS MATHIAS SELHORST, no cargo de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA

PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.106

Publicação Nº 2359119

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.106
EXONERA A PEDIDO JANIELE CRISTOFOLETTI DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - MATEMÁTICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido JANIELE CRISTOFOLETTI, da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - MATEMÁTICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 03 de fevereiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.109

Publicação Nº 2359121

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.109
EXONERA A PEDIDO THIAGO FERNANDO SILVA DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido THIAGO FERNANDO SILVA, da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes e na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2020.
JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.110

Publicação Nº 2359118

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.110
EXONERA A PEDIDO ANGELITA ALZIRA LANZA BORGES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido ANGELITA ALZIRA LANZA BORGES, da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - ARTES, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais, na EEBM Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 04 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.113

Publicação Nº 2359117

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.113

EXONERA A PEDIDO DEBORA KRUSE DO CARGO DE PEDAGOGO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido DEBORA KRUSE, do cargo de PEDAGOGO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 05 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.114

Publicação Nº 2359100

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.114

AFASTA A SERVIDORA JOHANNA HERZOG, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença-Maternidade a servidora JOHANNA HERZOG, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, no período de 05 de fevereiro de 2020 até 03 de junho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de fevereiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.116

Publicação Nº 2359180

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.116

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA PATRICIA ANDREA SULSBACH, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO- DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA DO AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora PATRICIA ANDREA SULSBACH, ocupante do cargo de Enfermeira, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 06 de fevereiro de 2020, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 06 de fevereiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.117

Publicação Nº 2359129

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.117

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR SILVANO ERBS, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de auxílio-doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor SILVANO ERBS, ocupante do cargo de Pedreiro, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, no período de 06 de fevereiro de 2020 até 08 de abril de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 06 de fevereiro de 2020.

WILHELM ZILZ

Secretaria de Obras

PORTARIA 26.118

Publicação Nº 2359096

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.118

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA NATANI MOSSNER MENGATTO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de auxílio-doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora NATANI MOSSNER MENGATTO, ocupante do cargo de Recepcionista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, no período de 06 de fevereiro de 2020 até 11 de março de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 06 de fevereiro de 2020.

LIGIA HOEPFNER

Secretaria de Saúde

PORTARIA 26.128

Publicação Nº 2359101

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.128

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELA PORTARIA 25.744, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 29 do Decreto 2899 de 19 de dezembro de 2014, PRORROGAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2019, instaurado para apurar supostas irregularidades praticadas pelo servidor THOMAS FISCHER FONTES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, prorrogando-se por mais 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 26.172

Publicação Nº 2359555

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000

Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0 PORTARIA Nº 26.172

DESIGNA ANDRÉ LUIS AMORIM PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008 / 2020

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, Jorge Luiz Buerger, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 131 / 2019, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 12 de Fevereiro de 2020, servidor André Luis Amorim, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 152579, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 008 / 2020, firmado entre o Município de Pomerode e a Empresa J.J.R.Construções e Empreiteira de Mão de Obra EIRELI, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 12 de Fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Secretário de Educação e Formação Empreendedora

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

ANDRÉ LUIS AMORIM

Engenheiro Civil

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2359401

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 016 / 2020.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA (TIG, MIG E ELÉTRICA), FRESA, PLAINA, FABRICAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERTO EM ESTRUTURAS METÁLICAS, SERVIÇO DE CORTE, ESMERILHADEIRA, PINTURA AUTOMOTIVA E ELETROSTÁTICA, RETIRADA E INSTALAÇÃO EM JANELAS, PORTAS PLACAS, POSTES, CESTOS LIXEIRAS, PORTÃO, QUADROS JANELAS, QUADROS AR CONDICIONADO, SERVIÇO DE SERRALHERIA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 28/02/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 28/02/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 14 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

LEI -1169-2020 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Publicação Nº 2360373

LEI MUNICIPAL Nº. 1169/2020

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PONTE ALTA DO NORTE-AMOPAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PONTE ALTA DO NORTE-AMOPAN, fundada em 18 de fevereiro de 2019, organização associativa civil, sem fins lucrativos e econômicos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 35.856.440/0001-20, com sede na Estrada Municipal Linha Borella, sn, interior do município de Ponte Alta do Norte-SC, devidamente registrada no OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE CURITIBANOS-SC, SOB O REGISTRO DE FOLHAS: 043, LIVRO: A 007.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PONTE ALTA DO NORTE-AMOPAN, tem como objetivo precípua: unir todos os bairros do município, sem qualquer distinção, representar os associados perante a sociedade civil e o poder público, orientar e coordenar atividades da associação em qualquer movimento comunitário.

Art. 3º - Fica incumbida em publicar em jornal de circulação, de livre escolha, inclusive, meios eletrônicos, relatórios circunstanciados dos serviços que houverem sido prestados a coletividade, do exercício do ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenham sido subvencionadas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Ponte Alta do Norte, 17 de Fevereiro de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos dezessete dias do mês de Fevereiro de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

LEI -1170-2020 - REVISÃO

Publicação Nº 2360374

LEI N.º 1170/2020

“DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL DOS NÍVEIS DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS, CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedida revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais de Ponte Alta do Norte em 4,31 % (Quatro pontos e trinta e um por cento), fixada pelo IPCA, referente às perdas salariais acumuladas, verificadas no período do exercício anterior de 2019.

Parágrafo Único – A revisão geral anual poderá ser estendida aos agentes políticos, conforme determinado na CF/88, inciso X, art. 37.

Art. 2º - A concessão da revisão geral anual de que trata o caput do artigo 1º nesta lei, incidirá sobre todos os níveis de vencimentos, salários e proventos, cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores públicos municipais de Ponte Alta do Norte a partir do mês de Fevereiro do corrente ano e será concedida de forma cumulativa totalizando em 4,31% (Quatro pontos e trinta e um por cento) de incremento.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder à necessária suplementação de crédito.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos dezessete dias do mês de Fevereiro de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

LEI -1171-2020 - AUXILIO FINANCEIRO

Publicação Nº 2360375

LEI N. 1171/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES NO ANO LETIVO DE 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a estudantes que estejam matriculados em curso superior de terceiro grau ou pós-graduação, no ano letivo de 2020.

Art. 2º - São requisitos para concessão do auxílio financeiro para o Curso Superior:

I- Não ser o interessado, detentor de outro curso superior.

II - O estudante deve ter fixado e comprovado residência no Município, há no mínimo dois anos.

III- O estudante deve comprovar que está cursando no mínimo 50% das disciplinas matriculadas por fase, em conformidade com a grade do referido curso superior escolhido.

IV- O estudante deve entregar mensalmente, o atestado de frequência;

V- O estudante deve ter conta corrente em seu nome para o pagamento do referido auxílio financeiro;

VI - Não receber o interessado, outro benefício ou auxílio de idêntica natureza, concedido pelo município de Ponte Alta do Norte.

VII - Não ser curso ministrado em prédio público, cedido para instituição de ensino através de convenio em parceria com o município de Ponte de Alta do Norte- SC

Art. 3º- São requisitos para concessão do auxílio financeiro para Pós-Graduação:

I - Não ser o interessado, detentor de outra Pós- graduação;

II - Sendo o mínimo de 360 horas e ter fixado o término para no máximo dois anos;

III - O estudante deve ter fixado e comprovado residência no Município, há no mínimo dois anos;

IV- O estudante deve comprovar que está cursando no mínimo 50% das disciplinas matriculadas por fase, em conformidade com a grade do referido curso escolhido;

V- O estudante deve entregar mensalmente, o atestado de frequência;

VI - O estudante deve ter conta corrente em seu nome para o pagamento do referido benefício;

VII - Não receber o interessado, outro benefício ou auxílio de idêntica natureza, concedido pelo município de Ponte Alta do Norte.

VII - Não ser curso ministrado em prédio público, cedido para instituição de ensino através de convenio em parceria com o município de Ponte de Alta do Norte- SC

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos receberá os requerimentos acompanhados de documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos mencionados no art. 2º e 3º desta lei, juntamente com o comprovante de matrícula e efetuará o controle mensal da prestação de contas dos beneficiados.

Parágrafo Único: Uma comissão, formada por dois representantes do Poder Executivo e um professor com formação universitária promoverá a análise dos requerimentos, verificando o preenchimento de admissibilidade e requisitos desta lei.

Art. 5º - O auxílio financeiro consistirá:

I - Para estudante matriculado em curso superior, no recebimento do valor mensal de R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais) pagos até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

II - Para estudante matriculado em curso de pós graduação, no recebimento do valor mensal de R\$ 60,00 (Sessenta reais) mensais pagos até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo único: O auxílio financeiro, poderá ser suspenso, se não houver a comprovação da frequência mensal e do aproveitamento escolar do estudante, em tempo hábil ao repasse do valor mensal;

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias competentes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos dezessete dias do mês de Fevereiro de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-017/2020 - VIVIANE CAMPOS

Publicação Nº 2360364

PORTARIA N.º 017/2020

NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º- Fica nomeada a servidora VIVIANE CAMPOS DE CARVALHO, matrícula nº 10636, para exercer o cargo de provimento efetivo de Zeladora, a partir de 17 de Fevereiro de 2020, em conformidade com concurso público 002/2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Fevereiro de 2020.

Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezessete dias do mês de Fevereiro do ano de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020 NUTRI

Publicação Nº 2359303

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 07.814.016/0001-87

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 74.250,00 (Setenta e Quatro Mil Duzentos Cinquenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2020 NUTRI

Publicação Nº 2359261

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 07.814.016/0001-87

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 60.137,50 (Sessenta Mil Cento e Trinta e Sete Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/2020 AP OESTE

Publicação Nº 2359282

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 58.866,50 (Cinquenta e Oito Mil Oitocentos e Sessenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2020 CATARINENSE

Publicação Nº 2359284

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS - ME

CNPJ: 26.556.616/0001-37

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 56.639,50 (Cinquenta e Seis Mil Seiscentos e trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 7/2020 LIMA

Publicação Nº 2359286

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: DISTRIBUIDORA LIMA

CNPJ: 32.241.030/0001-86

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 40.926,80 (Quarenta e Mil Novecentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 8/2020 LEORATTO

Publicação Nº 2359288

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME

CNPJ: 08.884.877/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 20.780,00 (Vinte Mil Setecentos e Oitenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2020 ABSOLUTO

Publicação Nº 2359249

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

CNPJ: 16.738.785/0001-34

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 58.037,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais e Trinta e Sete Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2020 SCS

Publicação Nº 2359306

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: SCS COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 63.176,00 (Sessenta e Três Mil Cento e Setenta e Seis Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2020 AGN

Publicação Nº 2359260

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AGN FRIOS LTDA

CNPJ: 85.322.840/0001-23

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 163.847,50 (Cento e sessenta e Três Mil Oitocentos e Quarenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2020 ABSOLUTO

Publicação Nº 2359280

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

CNPJ: 16.738.785/0001-34

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 51.982,00 (Cinquenta e Um Mil Novecentos e Oitenta e Dois Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 9/2020 JANDIRA

Publicação Nº 2359294

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME

CNPJ: 85.230.852/0001-28

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR R\$ 11.981,00 (Onze Mil Novecentos e Oitenta e Um Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato

terá vigência de 04 de Fevereiro de 2020 até 04 de Fevereiro de 2021. Ponte Serrada, 14 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

LEI ORDINARIA 2365/2019

Publicação Nº 2358690

LEI Nº 2.395/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, CONFORME ESPECÍFICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os Habitantes deste Município e considerando que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a Alienar Bem móvel, conforme segue:

I – 01 (uma) escavadeira hidráulica JCB, ano 2010, 13.430 Toneladas, modelo JS130LC, Chassi JCBJS13DA01535354;

II – 01 (um) veículo Pas/Automóvel, Fiat/Palio, Fire Economi, ano 2012, modelo 2013, Placas MJY-1803, Branca, Chassi 9BD17164LD5823474

§ 1º A alienação de que trata este artigo ocorrerá mediante Leilão, nos termos da Lei nº 8.666/96 e os bens incluídos no Inventário do Patrimônio do Município serão baixados para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Fevereiro de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE 001/2020 - FMEDUCA

Publicação Nº 2358390

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Carta Convite nº 001/2020 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para pintura da Escola Municipal Nair Rebelo dos Santos, bairro Vila Nova, no Município de Porto Belo/SC, conforme Memorial Descritivo, planta baixa e Planilha Orçamentária e com o Anexo I, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 26/02/2020, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 26/02/2020, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Bairro Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de Fevereiro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 002/2020 - FME

Publicação Nº 2359194

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Exclusiva para ME/EPP- aplicação da margem de preferência para empresas locais ou Regionais e municípios limítrofes com o município de Porto Belo, conforme Decreto nº 1982, de 20 de novembro de 2018.

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 002/2020 - FME

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa para fornecimento e instalação de redes de proteção de quadras esportivas, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Esporte, do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 03/03/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 03/03/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de Fevereiro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 004/2020 - FMS

Publicação Nº 2358589

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 004/2020 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de materiais médico-hospitalares e equipamento odontológico, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 02/03/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 02/03/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de Fevereiro de 2020.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2350 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359009

DECRETO Nº 2.350, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 20.263,35 (Vinte mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 27 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Funcional Programática: 0015.0452.0005
Atividade: 2.121 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 20.263,35

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 20.263,35 (Vinte mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos):

Órgão: 27 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Funcional Programática: 0015.0452.0005
Atividade: 2.121 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 20.263,35

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 14 de fevereiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2351 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359011

DECRETO Nº 2.351, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019".
O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 409,88 (Quatrocentos e nove reais e oitenta e oito centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 27 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Funcional Programática: 0015.0452.0005
Atividade: 2.121 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03340009 - SF: Convênio FUNASA nº0589/16 Aquisição de Caminhão Compactador de lixo
Valor: R\$ 409,88

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos recursos Convênio FUNASA nº0589/16 Aquisição de Caminhão Compactador de lixo na importância de R\$ 409,88

(Quatrocentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 14 de fevereiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 926/2020

Publicação Nº 2358528

DECRETO Nº 926, de 13 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição e Idade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE ao Servidor Público Municipal Sr. DIRCEU WITIUK, portador do RG nº 964.519-5/SSP/SC e CPF nº 632.776.039-20, no Cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02 – Classe “01” – Referência “D”, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, com efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2020.

Porto União (SC), 13 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 019/2019

Publicação Nº 2359229

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 247/2019.

Tomada de Preços 019/2019.

Termo de Homologação e Adjudicação.

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Base Ambiental Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

Porto União SC, 28 de janeiro de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.439/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358976

Decreto nº D/4.439/2020, de 13 de fevereiro de 2020.

Homologa a Resolução nº 001/2020, de 13 de fevereiro de 2020, da Comissão Especial Eleitoral – CEE, referente Edital n. 001/2020/CMDCA, do Processo de Escolha Suplementar de Membros Suplentes do Conselho Tutelar.

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:
Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001/2020, de 13 de fevereiro de 2020, em conformidade com a Ata n. 02, emitida pela Comissão Especial Eleitoral – CEE, referente Edital n. 001/2020/CMDCA do Processo de Escolha Suplementar de Membros Suplentes do Conselho Tutelar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 13 de fevereiro de 2020.

Neiva Kleemann Toniello
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto em 13/02/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PARECER Nº. 02/2020

Publicação Nº 2359769

PARECER Nº 02, DE 2020

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre a avaliação final dos PROJETOS apresentados, referente ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 07/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Getúlio se reuniu na tarde do dia 12 de fevereiro de 2020, no auditório do CRAS, conforme registrado em ata, para a análise dos documentos entregues para interposição de recursos pelas entidades interessadas, e posterior votação.

Informamos para os devidos fins sobre a lisura do processo, visto que os representantes das entidades que tem cadeira no CMDCA, se abstiveram do direito de voz e voto durante a votação de seus respectivos projetos.

Após a análise e debate dos novos documentos apresentados, o Conselho decidiu e deliberou:

1. PROJETO FANFAPAE – Nota: 9,2 - APROVADO

a. Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

b. CNPJ: 82.802.075/0001-50

c. Endereço: Rua Henrique Fuerbringer, 753, Centro. Presidente Getúlio. SC.

d. Eixo: C - Prevenção e inclusão social para crianças e adolescentes com deficiências;

e. Público alvo: 18 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 18 anos incompletos, que possuam deficiência e estejam matriculados na APAE de Presidente Getúlio;

f. Objetivo Geral: desenvolver atividades que venham a contribuir com o desempenho e desenvolvimento no processo de formação pedagógica, estimulando nos alunos o convívio social, cultural, lazer, cidadania, senso crítico, auto estima, autonomia e independência. Neste sentido a fanfarra tornar-se-á um poderoso instrumento que auxiliará no desenvolvimento do aluno.

g. Objeto da ação: aulas teóricas e práticas de fanfarra;

h. Período de execução do Projeto: semanalmente, nos períodos matutino e vespertino, nas quintas-feiras, das 09h às 11h. (02 horas semanais);

i. Valor total do Projeto: R\$ 17.438,00,00;

j. Investimentos solicitados: Custeio (camisetas, trajes, sapatos, materiais de fanfarra, peles para instrumentos); Permanente (equipamentos para fanfarra, kit de caixa amplificada e microfone); Recursos Humanos (maestro).

2. PROJETO TRADICIONALISMO – CULTIVANDO PESSOAS. Nota: 9,7 - APROVADO

a. ENTIDADE: Grupo de Artes e Cultura Santuário dos Xucros.

b. CNPJ: 14.672.959/0001-88

c. Endereço: Rua Alvin Kopsel, nº 71. Centro. Presidente Getúlio.SC.

d. Eixo: F – Estímulo as atividades artística, esportivas, culturais e de lazer que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes.

e. Público Alvo: No mínimo 15 crianças e adolescentes do município de Presidente Getúlio.

f. Objetivo Geral: Atender ainda mais crianças e adolescentes, ensinando a arte da dança tradicionalista e da declamação de poesias.

g. Objeto da Ação: Aulas de declamação de poesias e aulas de danças tradicionais do folclore Gaúcho (categoria mirim e juvenil).

h. Período de execução do Projeto: Aulas de declamação poesias – 2 aulas mensais (01 hora de duração cada), no período matutino, mais aula intensiva (12 horas de duração) a cada bimestre; aulas de dança: mirim- 4 aulas de quintas feiras, das 19:00hs às 20:00hs e 01 aula no final de semana de 3 horas de duração; juvenil- 04 aulas de domingo, das 18:00 hs às 20:00hs e 01 aula no final de semana de 05:00hs de duração.

i. Valor Total do Projeto: R\$ 16.050.40.

j. Investimentos solicitados: Custeio (material de escritório e alimentação); recursos humanos (instrutores de declamação e dança).

3. PROJETO Aprender Fazendo - Nota: 8.3 – APROVADO

a. ENTIDADE: Grupo de Escoteiro Guajapirá 75/SC.

b. Endereço: Rua Nereu Ramos, nº 104. Centro, Presidente Getúlio

c. Eixo: E – Ações que promovam a promoção ao ato infracional e incentivem a prática da cidadania.

Eixo: F - Estímulo as atividades artística, esportivas, culturais e de lazer que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes.

Eixo: G- Educação ambiental, sustentabilidade e prevenção educativa aos desastres naturais.

Eixo: J – Convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

E – Educação ambiental, sustentabilidade e prevenção educativa aos desastres naturais;

d. Público Alvo: atendimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, do município de Presidente Getúlio, perfazendo um total de 45 crianças e jovens entre 6.5 anos e 18 anos incompletos.

e. Objetivo Geral: O propósito do movimento escoteiro e o que o G.E.Guajapirá 75/SC faz é contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caros suas potencialidades físicas, intelectuais, sócias, afetivas e espirituais como cidadãos responsáveis. Participantes e utes em nossa comunidade. Também que as crianças e jovens sigam os seguintes valores: diversidade, honestidade, excelência, democracia ,inclusão, inovação, compromisso, sustentabilidade, cooperação, transparência e unidade.

f. Objeto da Ação: acampamentos, atividades de progressão, gincanas, atividades ambientais, desenvolvimento de habilidades escoteiras.

g. Período de execução do Projetos. As atividades serão desenvolvidas semanalmente aos sábados das 8:30 as 10:30 (Ramo Lobinho – 6.5 aos 11 anos) e das 14:00 as 16:30hs (Ramo Escoteiro e Sênior – dos 12 anos aos 18 anos incompletos). Na sede do Grupo Escoteiro do Gajapirá 75/SC, na Praça Otto Muller ou no Galpão nos fundos da UNIDAVI (futura sede do grupo Gapapirá 75/SC) sendo que pode ter atividades como: acampamentos, jornadas ciclo turismo e outras.

h. Valor Total do Projeto: R\$ 25.048,30.

i. Investimentos solicitado: Consumo (material de expediente, uniforme, viagens, material esportivo). Material permanente (equipamentos para acampamento da sede e primeiro socorros).

4. PROJETO FORMAÇÃO DE ESCRITORES - Nota: 7.7 - APROVADO

a. ENTIDADE: Academia de Letras

b. CNPJ: 28.520.657/0001-07.

c. Endereço: Rua Nereu Ramos, nº 318. Centro. Presidente Getúlio. SC.

d. Eixo: F - Estímulo às atividades artísticas, esportivas, culturais e de lazer que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes;

e. Público Alvo: 20 crianças e adolescentes no município de Presidente Getúlio com idades entre 09 e 12 anos, de baixa renda;

f. Objetivo Geral: Promover o acesso à cultura erudita, inserindo os alunos ao mundo letrado, possibilitando-lhes condições de igualdade sócio cultural com vistas a desenvolver um olhar humanitário.

g. Objeto da Ação: Aulas teóricas e práticas, filmes, palestras, oficinas e café com poesia.

h. Período de execução do Projeto: aulas quinzenais, entre março e novembro, aos sábados, ente as 8:00hs e 11:00hs. Aulas com duração de 3hs.

i. Valor Total do Projeto: R\$ 17.480,30.

j. Investimentos solicitados: Consumo (uniformes, livros transporte, alimentação, material escolar e expediente), recursos humanos (coordenadora e encargos).

5. PROJETO GUARDIÃO AMBIENTAL MIRIM - Nota: 9,0 - APROVADO

a. ENTIDADE: Associação Nova Vida.

b. CNPJ: 24.624.316/0001-12.

c. Endereço: Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Presidente Getúlio.SC.

d. Eixo: G – Educação ambiental, sustentabilidade e prevenção educativa aos desastres naturais;

Eixo: H – Ações socioeducativas voltadas à criança e adolescente realizadas em áreas de maior vulnerabilidade do município;

e. Público Alvo: 50 crianças e adolescentes, entre 07 e 17 anos, em situação de risco ou vulnerabilidade social, do município de Presidente Getúlio.SC.

f. Objetivo Geral: Promover o conhecimento e a conscientização altruísta sobre o meio ambiente, natureza e vida social. Contribuir com a consciência dos direitos e responsabilidades de cada indivíduo, bem como fortalecer a compreensão dos valores familiares, da preservação ambiental e da boa conduta na vida em sociedade;

g. Objeto da Ação: Aulas teóricas e práticas, em sala e extraclasse.

h. Período de execução do Projeto: semanalmente, entre março e a primeira quinzena de dezembro, aos sábados, das 08h às 13:00hs;

i. Valor Total do Projeto: R\$ 34.500,00;

j. Investimentos solicitados: Consumo (alimentação, material esportivo e uniformes). Recursos Humanos (palestrante).

6. PROJETO BOMBEIRO ASPIRANTE - Nota: 8.3 - APROVADO

a. ENTIDADE: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio (Bombeiros Voluntários)

b. CNPJ: 05588811/0001-79

c. Endereço: Rua Rodrigo Cidade Bonetti Tobias, nº 55, Bairro; Primavera. Presidente Getúlio.SC.

d. Eixo: B – Prevenção, proteção e atenção às crianças e adolescentes que façam uso de substâncias psicoativas.

Eixo: E – Ações que promovam a prevenção ao ato infracional e incentivem a prática da cidadania.

Eixo: G – Educação ambiental. Sustentabilidade e prevenção educativa aos desastres naturais.

e. Público Alvo: 42 adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 15 e 17 anos, incluindo os mais carentes do município;

f. Objetivo Geral: Colaborar com a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, constituindo-nos assim em mais um espaço social de educação e prevenção para jovens entre 15 e 17 anos de Presidente Getúlio.

g. Objeto da Ação: Aulas teóricas e práticas, campanhas educativas, viagens de estudo, atividades externas, na área de educação civil e atividades bomberis;

h. Período de execução do Projeto: Realizado aos sábados quinzenalmente, entre março e a primeira quinzena de dezembro, podendo ser no período da manhã das 8:00 ao 12:00hs ou das 14:00 as 18:00hs.

i. Valor Total do Projeto: R\$ 34.499,55.

j. Investimentos solicitados: Consumo (alimentação, uniformes, formatura e calçados), permanente (conjunto de carteiras e mesas).

Informamos ainda que haverá um prazo para a realização de Ajustes no Plano de Trabalho, conforme previsto no Edital de Chamamento Público nº 07/2019.

É o nosso parecer.

Presidente Getúlio, 12 de fevereiro de 2020.

Simóní Izepon Stano
Presidente do CMDCA
Membros do CMDCA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2020

Publicação Nº 2358975

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2020

DA INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 12/2020

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA E MANUTENÇÃO DE ARES CONDICIONADOS EM PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS

VALOR TOTAL: R\$23.573,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Presidente Getúlio, 14 de fevereiro de 2020.

Nelson Virtuoso - Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020

Publicação Nº 2358800

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020

AVISO DE RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 28/02/2020 às 14h00min. A sessão de abertura será às 14h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Müller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 14 de fevereiro de 2020.

Nelson Virtuoso – Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2020 FMS

Publicação Nº 2358586

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2020

AVISO DE RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, CONFORME RELAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 28/02/2020 às 08h15min. A sessão de abertura será às 08h30min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Müller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 14 de fevereiro de 2020.

IARA POSSAMAI – Secretária da Saúde

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2020

Publicação Nº 2358650

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 11/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CNPJ: 08.518.546/0001-40

Valor do repasse: R\$ 1.828,00 Um mil e oitocentos e Vinte e Oito reais).

Presidente Nereu, 14 de Fevereiro de 2020.ISAMAR DE MELO. Prefeito.

SUSPENSÃO DO PREGÃO Nº 04/2020 AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2359670

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu torna público que suspende a abertura do certame do PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2020, do tipo menor valor por item, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO até nova publicação. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou pelo site www.presidentenereu.sc.gov.br no link licitações.

Presidente Nereu, 14 de fevereiro de 2020.

BENITO BRAND Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Princesa

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05.2020 - PM PL 18.2020 - PREGÃO 07.2020 - SERVIÇOS BANCÁRIOS

Publicação Nº 2358607

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2020

No dia 13 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 545, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2020, Processo Licitatório nº. 18/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada em serviços bancários de autenticações mecânicas em boletos de pagamentos de tributos e outras receitas de IPTU/ISSQN/TAXAS e demais correspondentes a demanda do Município de Princesa/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens	
10428 COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDAR 7036 SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA. 1, 2, 3, 4			
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLID02.844.024/0001-52 POLIANA KUHN 058.942.929-99
SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA. 81.607.046/0001-75 ALCIDNEI M. CANTON 051.679.799-94

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada em serviços bancários de autenticações mecânicas em boletos de pagamentos de tributos e outras receitas de IPTU/ISSQN/TAXAS e demais correspondentes a demanda do Município de Princesa/SC. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7036 - SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.							
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
1	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras padrão FEBRANBAN, pagável em qualquer correspondente do contratado. O valor mencionado será devido por boleto e/ou carnê com impressão feita pelo Município de Princesa em sistema próprio ou terceirizado, e serão cobrados somente na liquidação dos títulos.	Un	2.500,000	0,5500	1.375,00		

2	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras padrão FEBRABAN, pagável em qualquer banco (do não contratado). O valor mencionado será devido por boleto e ou/carnê com impressão feita pelo Município de Princesa/SC em sistema próprio ou terceirizado; e serão cobrados somente na liquidação dos títulos.	Un	2.500,000	0,9000	2.250,00		
3	Tarifa de autenticação de boleto com código de barras padrão	Un	1.500,000	0,6000	900,00		

FEBRANBAN, pagável na agência bancária do contratado. O valor mencionado será devido por boleto e ou/carnê com impressão feita pelo Município de Princesa em sistema próprio ou terceirizado, o valor será cobrado somente na liquidação dos títulos.

Fornecedor: 7036 - SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

4 Tarifa de autenticação de boleto com código de barras padrão Un 500,000 0,5100 255,00

FEBRANBAN, pagável nos Home Banking, Internet, nos ATM

(Terminais de Autoatendimento) e ou débito automático em conta. O valor mencionado será devido por boleto e ou/carnê com impressão feita pelo Município de Princesa/SC em sistema próprio ou terceirizado, e serão cobrados somente na liquidação dos títulos.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

- as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
- o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLAUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Princesa, 13 de Fevereiro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDACNPJ: 02.844.024/0001-52 _____

SICOOB - SC CREDI SÃO MIGUEL LTDA. CNPJ: 81.607.046/0001-75 _____

DECRETO Nº 467, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359499

DECRETO Nº. 467, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 4.550,00 (Quatro mil, quinhentos e cinquenta reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.03 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

PROJ./ATIV.: 17.605.0005.1.020- Const., Ampliaç. e Conservaç. do Sistema de Água- Área Rural

MODALIDADE:	(203) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	4.550,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 - Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.550,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 4.550,00 (Quatro mil, quinhentos e cinquenta reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 14 de Fevereiro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

EDITAL DE ESCOLHA DE TURMA 09-2020

Publicação Nº 2358922

EDITAL DE ESCOLHA DE TURMA Nº. 09/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE PRINCESA

A convocação de professor ACT para escolha de vaga do cargo do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Princesa, aprovados no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2020 E EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº002/2020.

Poderão participar também da escolha, supletivamente, pelo EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº002/2020.

Os candidatos deverão se apresentar para a escolha de vaga na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Princesa, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 545, Centro, Princesa – SC – de acordo com o cronograma de dia, horário e locais descritos no item 2.1 deste Edital.

Vagas	Vagas para Escolha	Carga Horária	Período de duração da vaga
01	Professora de Ensino Fundamental – Escola Pública Municipal Renascer- 5º ano matutino e vespertino	40 horas	Vaga vinculada a Professora Tathiane Mary Garcias em decorrência da concessão da licença maternidade de 180 dias. Em caso de continuidade do afastamento da professora efetiva o contrato temporário poderá ser prorrogado.

Contratação dar-se-á a partir de 18 de fevereiro até perdurar a vaga.

2. DO CRONOGRAMA PARA ESCOLHA DE VAGA

2.1 – Os candidatos convocados para escolha de vagas, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Princesa, no dia 18 de fevereiro de 2020, as 8h00mim.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DE VAGA

3.1. Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo, no horário especificado acima.

3.2. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vaga, bem como aquele que estiver presente e não aceitar nenhuma das vagas oferecidas ou não se manifestar no momento oportuno, perderá o direito de escolher dentre as vagas existentes, mas continuará na lista de classificação.

3.3 A escolha iniciará por aqueles aprovados no Processo Seletivo Nº 001/2019. Não havendo o preenchimento da vaga, seguirá para a

classificação na forma prevista pelo EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2020 e supletivamente pelo EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº002/2020.

3.4. Para a escolha da vaga oferecida, os candidatos deverão comparecer portando documento de identidade ou representados por procurador, que deverá portar documento de identidade e instrumento de procuração com assinatura reconhecida em cartório com poderes específicos para escolha de vaga.

4. DA ENTREGA DE DOCUMENTOS

4.1. A apresentação dos documentos entregues pelo candidato classificado poderá ser cópia simples, acompanhada dos originais para conferência ou cópia autenticada, para os inscritos no Processo Seletivo nº. 01.2019 são os seguintes:

- a) Cópia legível do Diploma, Escolaridade e/ou habilitação exigida para a função;
- b) Alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- c) Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- d) Documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior, quando o cargo assim exigir;
- e) Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal, tais como: (cópia Cédula de Identidade (RG), CPF, título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral, certificado de reservista- sexo masculino, inscrição no PIS/PASEP juntamente com a cópia da carteira de trabalho e previdência social, certidão de nascimento ou casamento, certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos, comprovante de endereço atualizado, declaração de conta corrente no Banco do Brasil para os professores e monitores, declaração de bens na forma da lei, declaração de ter sofrido ou não, no exercício da função pública penalidades disciplinares);

4.2. A apresentação dos documentos entregues pelo candidato classificado poderá ser cópia simples, acompanhada dos originais para conferência ou cópia autenticada, para os inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº. 001.2020 são os seguintes:

- a) Cédula de Identidade (RG);
- b) Certidão Nascimento/Casamento;
- c) Certidão Nascimento Filhos menores de 14 anos;
- d) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de quitação Eleitoral;
- g) Carteira de Trabalho;
- h) PIS /PASEP;
- i) Declaração do número de conta corrente no Banco do Brasil;
- j) Carteira de reservista (HOMEM);
- k) Comprovante de Habilitação Exigida para o Cargo;
- l) Comprovante de Escolaridade exigida para o Cargo e/ou Diploma;
- m) Alvará de Folha Corrida Judicial, para Efeitos Criminais, fornecido pelo Foro de Residência do Candidato;
- n) Comprovante de Endereço atualizado;

4.3 A apresentação dos documentos entregues pelo candidato poderá ser cópia simples, acompanhada dos originais para conferência ou cópia autenticada, no caso de EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº. 002.2020 são os seguintes:

- a) Cópia Cédula de Identidade (RG);
- b) Cópia do CPF;
- c) Cópia do Título de Eleitor, com comprovante da última votação;
- d) Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos, quando for o caso;
- e) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público, expresso em anos, meses e dias e assinado por autoridade competente;
- f) Cópia do Certificado de Conclusão de curso de graduação, com a referida habilitação;
- g) Comprovante de horas de aperfeiçoamento/atualização/ curso na área de atuação, realizados nos últimos 2 (dois) anos, sendo 2018 e 2019.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O candidato que não cumprir as exigências previstas neste Edital e decorrentes dos Processos Seletivos mencionados, decairá do seu direito de nomeação.

5.2. Esse edital entra em vigor na data de sua publicação.

Princesa, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Angélica Nós
Secretária de Educação e Cultura

NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA - ANDRÉ SABINO PL 97.2019, PR 48.2019

Publicação Nº 2358711

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PRINCESA, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.836/0001-00, com sede na Rua Rio Grande do Sul esq. com a Rua Nossa Senhora de Fátima, n. 454, Centro, Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edilson Miguel Volkweis, portador do CPF sob nº 066.378.379-89, vem por meio desta, NOTIFICAR a empresa:

ANDRE ANTONIO SABINO, inscrita no CNPJ sob nº 27.743.380/0001-00, com sede na Rua Elias Scalco, nº 327 – Sala 01, Francisco Beltrão/

PR, vinculada ao Processo Licitatório n. 97/2019, Pregão Presencial n. 48/2019, que se refere a "Registro de preços para eventual e futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e UNIFORMES para os funcionários, MOCHILAS para as agentes comunitárias de Saúde e BOLSAS para as gestantes que participam dos grupos de gestantes do Município de Princesa/SC", acerca dos seguintes fatos:

Conforme documentos enviados pelo Fundo Municipal de Saúde e pelo Fundo Municipal de Saneamento Básico, a empresa citada não fez a entrega dos itens das Autorizações de Fornecimento 1601/2019 (de 04 de setembro de 2019) e 1682/2019 (de 11 de setembro de 2019). Conforme relatado pelos requerentes, em várias oportunidades a empresa foi contatada, porém sempre postergando o prazo de entrega ou simplesmente não respondendo aos e-mails e ligações.

Conforme o edital do referido processo, especificamente no item 4.1 do Anexo I – Termo de Referência, "o prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, em remessa única ou parcelada, no seguinte endereço: 4.1.1. No Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, ou no local indicado no momento da AF."

Até o presente momento não foi logrado êxito no recebimento das mercadorias que são imprescindíveis para os trabalhos da municipalidade, nem tampouco a empresa demonstrou qualquer interesse de fazer a entrega, apenas usando de desculpas para os atrasos, demonstrando total falta de interesse em cumprir com os preceitos do certame do qual participou e do qual o representante forneceu declaração de concordância com os termos do edital.

Dessa forma, viemos NOTIFICAR para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, (até a data final de 14/02/2020) o fornecedor providencie a entrega dos itens constantes nas AF's 1682/2019 e 1601/2019.

Não havendo o atendimento do solicitado, o Município providenciará a abertura de Processo Administrativo de Responsabilização. E executará as penalidades previstas no Edital, e na Lei de Licitações.

Salienta-se que na data de hoje, dia 14 de fevereiro de 2020, o Departamento de Compras entrou em contato via telefone com o representante da empresa, Sr. André Sabino, já cientificando-o acerca da notificação e dos prazos de entrega.

Além disso, a presente notificação será publicada nos Diário Oficial dos Municípios.

Pelo presente, considera-se a empresa ANDRE ANTONIO SABINO, ADVERTIDA, a providenciar a entrega dos itens.

Princesa/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 030/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359352

DECRETO Nº 030/2020 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PARA O PERÍODO DE COMEMORAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL DO PRESENTE ANO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, em caráter extraordinário, que os servidores públicos municipais da Administração Pública direta e indireta do Município de Quilombo, realizarão o expediente da seguinte forma no período de Carnaval:

I – Dia 24/02/2020 (Segunda-feira) – Horário normal de expediente das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min;

II – Dia 25/02/2020 (Terça-feira) – Não haverá expediente; e,

III – Dia 26/02/2020 (Quarta-feira) – Horário de expediente das 12h00min às 18h00min.

Art. 2º Os professores da rede municipal de ensino, ficam excetuados do cumprimento do horário estabelecido pelo inciso III do artigo 1º.

Art. 3º Os conselheiros tutelares ficam excetuados do cumprimento do horário estabelecido no artigo 1º e cumprirão com o exercício das funções de acordo com o determinado em escala de trabalho.

Art. 4º Fica excetuado do cumprimento deste Decreto, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Art. 5º Os atendimentos na área da saúde relativos aos dias 25 e 26 (no período matutino) de fevereiro, serão realizados excepcionalmente pelo Hospital São Bernardo.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 12 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em __/02/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

DECRETO Nº 037/2020 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359181

DECRETO Nº 037/2020 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2020 no valor de R\$ 54.319,51 (cinquenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06

Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO		0008
Ação	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicações Diretas – 3.3.90	03.37 – Outras Transferências do FNDE	54.319,51
Valor Total R\$:			54.319,51

Art.2º O recurso para a abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2019, pelo cancelamento de restos a pagar 394/2018 e 646/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 14 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado
Em ____/02/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DECRETO Nº 038/2020 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359193

DECRETO Nº 038/2020 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2020 no valor de R\$ 11.006,78 (onze mil, seis reais e setenta e oito centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFI- ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO		0008
Ação	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE		2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicações Diretas – 3.3.90	03.37 – Outras Transferências do FNDE	11.006,78
Valor Total R\$:			11.006,78

Art.2º O recurso para a abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 14 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado

Em ____/02/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DECRETO Nº 039/2020 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359370

DECRETO Nº 039/2020 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SUBCOMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos IX e XXIII do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 002/2019, nomeada pelo Decreto nº 337/2019, de 30 de dezembro de 2019, realizará o acompanhamento durante todo o transcorrer da aplicação das provas que ocorrerá em 16 de fevereiro de 2020 e deverá permanecer no local até o encerramento do certame; e

Considerando que o Concurso Público nº 002/2019 terá a aplicação das provas na Escola de Educação Municipal Branca de Neve e na Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez no Município de Quilombo.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Subcomissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 002/2019, sendo composta pelos seguintes membros:

- Bruna Pinheiro Chaise – Coordenadora;
- Magali Salete Dalmaz – Secretária;
- Tairone Padilha dos Santos – Membro;

Art. 2º À comissão ora instituída caberá o acompanhamento do Concurso Público nº 002/2019 na data de 16 de fevereiro de 2020, quando ocorrerá a realização do certame.

Parágrafo único. A subcomissão ficará subordinada à Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 002/2019, porém, em decorrência das necessidades que surgirem durante a aplicação da prova, a subcomissão terá autonomia para atender às demandas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 14 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/02/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 31/2018.

Publicação Nº 2359677

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 31/2018. O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO – SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ Nº 82.892.357/0001-96, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Senhora CLECI APARECIDA VERONEZI, através do presente, vem RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO Nº 31/2018 firmado com a empresa AGEMED SAÚDE S.A. inscrita sob CNPJ N. 02.933.220/0001-01. Objeto: contratação de serviços de operadora de Plano de Assistência à Saúde, por intermédio de Plano de Assistência Médica ou de Seguro Saúde Coletivo, para a operação de serviços de assistência à saúde, destinados aos servidores ativos, inativos e pensionistas, e seus respectivos dependentes, em regime de contratação coletivo empresarial, em conformidade com a legislação vigente no país. Data da rescisão unilateral: 14 de fevereiro de 2020. Embasamento legal: art. 58 inciso II c/c Art. 79 inciso I c/c Art. 78 incisos II, V, VII da Lei 8666/93 (inadimplemento contratual). Para a aplicação das penalidades no contrato, bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei no 8.666/93, fica a AGEMED SAÚDE S.A. intimada para querendo, exercer seu direito ao contraditório e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação extrajudicial encaminhada via postal contendo todos os fundamentos do ato rescisório. 14 de fevereiro de 2020. Rancho Queimado. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2359347

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 09:00 horas do dia 04 de março de 2020, estará recebendo propostas para realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFIGURAÇÃO, CADASTRAMENTO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DOS LAYOUTS DOS RELATÓRIOS E DOCUMENTOS UTILIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, SIOPS, SIOPE, SFINGE, SADIPEM, SICONFI E DEMAIS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA (COMPRAS, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO, FINANCEIRO, TRIBUTOS, ORÇAMENTÁRIO), de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, anexo ao edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.rq.sc.gov.br. Rancho Queimado/SC, em 14 de fevereiro de 2020 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

CONTRATO 03 2020 FMS GETAL

Publicação Nº 2359598

Contrato Nº : 03/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : GETAL GESTAO AMBIENTAL LTDA.

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE(LIXO HOSPITALAR)

Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 03/02/2020

Valor R\$: 14.280,00 (Quatorze Mil e Duzentos e Oitenta Reais)

ERRATA - LEI Nº 2.293

Publicação Nº 2359732

ERRATA - LEI Nº 2.293

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, informa que a presente ERRATA serve para retificar a publicação da Lei nº 2.293 de 13 de novembro de 2019 que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal - CEF, com a garantia da União e dá outras providências.", publicada no Diário Oficial dos Municípios em 13 de novembro de 2019, em virtude de ter constado erro material em seu texto, uma vez que o § 2º. do Art. 1º da referida lei foi publicado em divergência ao projeto aprovado pelo poder legislativo.

ONDE SE LÊ:

"§ 2º. O pagamento da referida operação de crédito será efetuado no prazo de 10 dias, sendo um ano de carência."

LEIA-SE:

"§ 2º. O pagamento da referida operação de crédito será efetuado no prazo de 10 anos, sendo um ano de carência."

Ante o exposto, com a presente retificação a redação da Lei Municipal nº 2.293/2019, de 13 de novembro de 2019, passa a ter a seguinte redação:

Rio do Campo 14 de fevereiro de 2020

Rodrigo Preis
Prefeito

LEI Nº 2.293, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal - CEF, com a garantia da União e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com a garantia da União, até o valor de R\$ 1.350.000,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), no âmbito do FINISA, destinados à Construção de Centro de Eventos e Aquisição de Veículo, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. A operação em tela se dará com a taxa de juros anual de até 120% do CDI.

§ 2º. O pagamento da referida operação de crédito será efetuado no prazo de 10 anos, sendo um ano de carência.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
aos 13 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi

Resp. pela Sec. de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2513_REMANEJA_PMRO

Publicação Nº 2360448

DECRETO Nº 2513 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Remaneja dotações orçamentárias para o Poder Executivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso III, § 3º inciso I, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações a seguir relacionadas:

I – de 07.702.2027.4490.1000001, referência 259 para 07.702.2026.3390.1000001, referência 253 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 14/02/2020

Rio do Oeste – SC, 14 de fevereiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial do Município

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário da Administração

PROCESSO 017/2020 - SERVIÇOS DE TÊNIS DE MESA

Publicação Nº 2359366

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2020 – EDITAL DE DISPENSA Nº 004/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Contratação de profissional/atleta visando a execução de treinamento na modalidade de Tênis de mesa, devidamente inscrito na Federação Catarinense de Tênis de Mesa – F.C.T.M, para atender crianças e adolescentes conforme projeto emitido pela Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Esportes, o qual será prestado pelo atleta FELIPE FONTANIVE MARAFON, Inscrição no CPF nº 064.739.229-11, neste ato, contratado como FELIPE FONTANIVE MARAFON 06473922911, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 32.656.355/0001-20. Valor de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por hora, sendo que o profissional deverá executar 30 (trinta) horas semanais – 120 (cento e vinte horas / mês, onde o valor mensal a ser pago ao CONTRATADO será de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sendo que o valor estimado para o ano de 2020, será de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).. Fundamento Jurídico: “Art.24. É dispensável a licitação:

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”. Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal da Indústria Comércio Turismo e Esportes para o ano de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodooeste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 14 de fevereiro de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2020 DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Publicação Nº 2358812

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às 8h, na Sala de Reunião da Secretaria da Fazenda, andar térreo do Prédio Central da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 7027, de 26 de março de 2018, publicada em 16 de abril de 2018, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; II – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Jonny Schmidt; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Sandro Renato Sofka; IV – Membro da Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: José Luiz do Nascimento; V – Membro da Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Abrindo os Trabalhos, o Presidente da Comissão solicitou a leitura da Ata anterior, e o membro Jonny Schmidt, realizou a Leitura, sendo que esta foi aprovada em unanimidade sem ressalvas.

Ainda o Presidente da Comissão relatou que trata-se de reunião extraordinária, e que a pauta se refere ao plano de ação da Comissão, bem como nova eleição do Presidente e Secretário-Geral, o qual coordenará os trabalhos burocráticos.

Por unanimidade, o Presidente Ronaldo da Rocha foi reeleito, e ficou designado que o Membro Jonny Schmidt é o novo secretário Geral da Comissão para o exercício de 2020.

Após as novas designações, traçou-se o Plano de Trabalho, ficando assim acordado entre os membros:

Ronaldo da Rocha e Jonny Schmidt vistoriarão os Bairros Canoas, Fundo Canoas, Canta Galo e Progresso.

Sandro Renato Sofka e Sandra Maria do Nascimento vistoriarão os Bairros Barragem, Barra do Trombudo e Budag.

O Membro José Luiz do Nascimento e Sandro Renato Sofka vistoriarão os Bairros Boa Vista, Eugênio Schneider e Laranjeiras.

Após as definições acima, iniciou-se os trabalhos avaliando os processos indeferidos que se referem ao exercício de 2019, dos imóveis localizados no Condomínio Residencial Marcolino Felipe, referente aos protocolos nº 184802/2020, 184806/2020, 184792/2020, 184761/2020, 184768/2020, 184778/2020 e 184885/2020.

A vista disso, ficou ajustado que os membros responsáveis pelos correspondentes protocolos retornarão ao local para dirimiras dúvidas levantadas pelos Contribuintes.

Ainda, ficou acordado que a próxima Reunião ficou agendada para o dia 05 de março de 2020.

Por fim, o Presidente solicitou o empenho a todos os membros para que cumpram o mínimo de vistorias previstas no Regimento Interno

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Jonny Schmidt, secretário que a redigiu e lavrou, e pelos Membros presentes na Reunião.

RONALDO DA ROCHA
Presidente da Comissão
Depto. Controle Interno
Secretaria de Gestão de Governo

Jonny Schmidt Depto. de Arrecadação Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Depto. de Fiscalização Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Sandra Maria do Nascimento Assistente Social Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Sandro Renato Sofka Depto. Cadastro Multifinalitário Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ATA DE REUNIÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019 DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Publicação Nº 2358820

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 8h, no Auditório Renato Cardoso, 1º andar do Prédio Central da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 7027, de 26 de março de 2018, publicada em 16 de abril de 2018, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; II – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Jonny Schmidt; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Sandro Renato Sofka; IV – Membro da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social: Sandra Maria do Nascimento; V – Membro do Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: José Luiz do Nascimento; bem como, a servidora Patrícia Soares Vansuita. Primeiramente o Presidente declarou aberta a audiência, cumprimentou, agradeceu a presença de todos e destacou a ausência do membro da Procuradoria Jurídica, Jaison Fernando de Souza, por não ter comparecido ou justificado sua ausência. Na sequência, a Secretária prosseguiu com a leitura da ata da Reunião anterior – 28/11/2019 – a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros presentes. Na continuidade, o Presidente agradeceu os trabalhos desenvolvidos pela servidora e, comunicou aos demais pares que, a partir de janeiro de 2020, as funções de Secretariado deverão ser absorvidas pelos Membros da Comissão, eis que a servidora Patrícia Soares Vansuita, encerrou suas atividades em janeiro de 2020, na qualificação de Secretária ad hoc. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Secretária informou que, conforme definido nas duas últimas reuniões de novembro, encaminhou-se à Secretaria de Assistência Social e Habitação, o Ofício nº 062/2019, datado de 05 de dezembro de 2019, o qual informa que foram efetuadas vistorias no Condomínio Social localizado na Rua Valdemiro da Silva, no bairro Barra do Trombudo e, alguns processos de isenção restaram indeferidos. Assim, solicitou-se análise e parecer quanto a planilha encaminhada e, em resposta, a Secretaria encaminhou o Ofício nº 111/2019/SEADES, datado de 10 de dezembro de 2019, veja-se: “Em resposta ao ofício nº 062/2019 informamos que foi realizada visita domiciliar no Residencial Marcolino Felipe do programa minha vida faixa 1. Constatamos que não existem outras pessoas com renda morando no imóvel da Senhora Marilene Rosa, é uma família com quatro integrantes, sendo a genitora e 03 filhos. A Sra. Miguelina Ribeiro relatou que seu filho voltou a morar com a esposa. A pessoa que reside com Maristela Telles, é seu filho que precisa de cuidados especiais e uma sobrinha de 10 anos, a família tem renda inferior a 02 salários-mínimos, não existem outras pessoas morando no imóvel. Destacamos que foi realizado contato telefônico com Márcia Leite, a mesma afirma que já quitou os débitos. Quanto aos demais processos, não foi possível realizar contato, pois os requerentes não residem no imóvel.” Diante do parecer exarado pela Assistente Social, colocou-se em votação os processos de isenção, os quais foram votados pelos membros da Comissão, conforme segue:

CAD.	CONTRIBUINTE	ISENÇÃO/ANO	SITUAÇÃO
718793	MARILENE ROSA	3917/ 2019	DEFERIDO
719412	MIGUELINA RIBEIRO	1917/ 2019	DEFERIDO
719234	MARISTELA TELLES	2197/2019	DEFERIDO
720682	MARCIA LEITE	4550/2019	INDEFERIDO
720500	SOLANGE DAS GRAÇAS SAUTNER CARVALHO	1404/ 2019	INDEFERIDO
720305	ADERCIDES AMERICO DA SILVA	5094/ 2019	INDEFERIDO
720445	CELI MARIA HASSE	3843/ 2019	INDEFERIDO
721751	EDNA DE MELO BRIZOLA	3794/ 2019	INDEFERIDO
721476	FRANCISCO DE ASSIS MORAES DE SOUZA	2475/ 2019	INDEFERIDO
721379	GEANE ALVES MIRANDA	1558/ 2019	INDEFERIDO
721395	GISLANE APARECIDA ZANQUETA DE OLIVEIRA	1599/ 2019	INDEFERIDO
718858	IRINEA MARIA CORREIA	1866/ 2019	INDEFERIDO
720992	LENI DE SOUZA	1933/ 2019	INDEFERIDO
718955	MARGARIDA CAETANO	2882/ 2019	INDEFERIDO
721344	MARIA APARECIDA MORAES	2452/ 2019	INDEFERIDO
719471	MOACIR PEREIRA	1539/ 2019	INDEFERIDO
718840	OLIDIA FORTUNATO	1920/ 2019	INDEFERIDO
720321	SANDRA CELIA BECKHAUSER	3796/ 2019	INDEFERIDO
721573	SUZANA SILVEIRA DE PAULA	1992/ 2019	INDEFERIDO
719862	TEREZINHA SALETE LOPES	3698/ 2019	INDEFERIDO
720895	ERONI DE FÁTIMA DOS SANTOS	3082/2019	INDEFERIDO
720828	ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	2680/2019	INDEFERIDO
719560	CÉLIA MORETTI	2089/2019	INDEFERIDO
719552	VERA APARECIDA INHAIA	2614/2019	INDEFERIDO
720607	ANELIZE REGINA SCHNEIDER	3097/2019	INDEFERIDO
721484	ANDREIA MARIA RIGO	3121/2019	INDEFERIDO
718750	JACI MARIA NUNES	2138/2019	INDEFERIDO
719617	ROSANA APARECIDA PIRES	4378/2019	INDEFERIDO
720763	CLEUNICE DE OLIVEIRA	4272/2019	INDEFERIDO
719498	IVANIR LORENÇO	4903/2019	INDEFERIDO

721026	LUCIMARA BALBINOTTI TOMA-CHEUSKI	2696/2019	INDEFERIDO
721620	MARIA DAS GRAÇAS ALEXANDRE	2815/2019	INDEFERIDO
719935	NORMA PEREIRA	1838/2019	INDEFERIDO

Prosseguindo com os trabalhos, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam os votos do Relator, vejamos:

CAD.	REQUERENTE	ISENÇÃO /ANO	RELATOR	VOTO
32598	BERNARDO JOSE NEVES	3227/ 2019	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
46141	CINARA ANDREIA MARQUEZ	3068/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
46151	ERICA STRAY	4091/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
46175	GISILEIDE NEU	2385/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
46193	MARILDA CANI	1210/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
781860	GABRIEL WAGNER	3939/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
11845	MÔNICA MACHADO	2963/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
12407	INES KRAUS	3665/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
35490	IRLENE MARIA ZEFERINO	3079/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO
19233	TERCILIO TESTONI	2291/ 2019	SANDRA MARIA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO

Com a palavra, o Presidente solicita à Secretária que proceda com a oficialização aos contribuintes que restaram com indeferimento. Ainda, o Presidente faz constar que, trata-se da última reunião do exercício de 2019 e, informa aos membros presentes que os trabalhos da Comissão, ficarão suspensos do período de 21 de dezembro de 2019, ao dia 17 de janeiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Patricia Soares Vansuita, secretária ad hoc que a redigiu e lavrou e, pelos Membros presentes na Reunião.

RONALDO DA ROCHA Presidente da Comissão Depto. Controle Interno Secretaria de Gestão de Governo	Patricia Soares Vansuita Agente Administrativo do Controle Interno Secretária ad hoc Secretaria de Gestão de Governo
Sandra Maria do Nascimento Assistente Social Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	José Luiz do Nascimento Depto. de Fiscalização Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Jonny Schmidt Depto. de Arrecadação Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Sandro Renato Sofka Depto. Cadastro Multifinalitário Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 8830, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358930

DECRETO Nº 8830, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO EVENTO OU ATIVIDADE DE QUALQUER NATUREZA NO LEITO DE VIA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, art. 37 da Lei Orgânica Municipal e com o art. 95 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro),

DECRETA:

Art. 1º Nenhum evento ou atividade de qualquer natureza que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

§ 1º A permissão para realização de evento ou atividade de qualquer natureza deverá ser requerida à Divisão de Trânsito do Município, mediante protocolo a ser realizado junto ao Protocolo Geral do Município.

§ 2º Em sendo constatada a realização de obra, evento ou atividade de qualquer sem a devida permissão, a Guarda Municipal abordará o agente responsável, determinando a imediata cessação.

§ 3º Não sendo cumprida a determinação de cessação ou verificada a reincidência no descumprimento, a conduta será punida com multa de R\$ 81,35 (oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) e a apreensão dos equipamento, materiais e congêneres utilizados na realização da obra, evento ou atividade de qualquer natureza, relacionando-os no auto de infração.

§ 4º Permanecendo a reincidência, a multa prevista no § 3º será aplicada em dobro.

§ 5º Os equipamentos, materiais e congêneres apreendidos poderão ser reavidos pelo agente mediante a comprovação do pagamento da multa.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito

13 de fevereiro de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2020

Publicação Nº 2359422

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

007/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Celestino Nardelli - Espólio	Xxx.580.029-xx	49957
Julio Matheus Von Paraski Navarro Lins	Xxx.164.839-xx	157056
Luis Carlos de Souza	Xxx.195.189-xx	182504
Albertino Knichs	Xxx.613.709-xx	183665

Rio do Sul, 14 de Fevereiro de 2020

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 009/2020

Publicação Nº 2359396

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 009/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 295, § 5º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003 (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL.

NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	16/04/19	GADI ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	24.187.483/0001-43
	16/04/19	EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP	14.629.988/0001-67
	25/11/19	RESTAURANTE K PIZZA LTDA	25.239.536/0001-95
	25/11/19	SILVIA DOS SANTOS	11.173.760/0001-17
	07/02/20	SUPERMERCADO PONTO FORTE LTDA ME	21.484.375/0001-44

Rio do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 010/2020

Publicação Nº 2359505

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 010/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
162/2019	12/08/19	ELAINE CRISTINA SILVEIRA 06334325981	20.493.514/0001-33
27/2020	14/02/20	TEMPERO VERDE BAR E RESTAU- RANTE LTDA EPP	14.318.837/0001-98

Rio do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

PORTARIA N. 0178/DGP DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358771

PORTARIA N. 0178/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o preâmbulo da Portaria n. 2034/DGP de 19 de dezembro de 2019, publicada em 13 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, "

Art. 2º. Altera o artigo 2º da Portaria n. 2034/DGP de 19 de dezembro de 2019, publicada em 13 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 023/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador, na qualidade de presidente;
- b) JAELENE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social. "

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA N. 0176/DGP DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358632

PORTARIA N. 0176/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o preâmbulo da Portaria n. 0146/DGP de 10 de fevereiro de 2020, publicada em 13 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, ”

Art. 2º. Altera o artigo 2º da Portaria n. 0146/DGP de 10 de fevereiro de 2020, publicada em 13 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 001/2020, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador, na qualidade de presidente;
- b) JAELENE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social. ”

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0177/DGP DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358713

PORTARIA N. 0177/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera o artigo 2º da Portaria n. 0147/DGP de 10 de fevereiro de 2020, publicada em 13 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 002/2020, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador, na qualidade de presidente;
- b) JAELENE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social. ”

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA Nº. 005 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359699

PORTARIA Nº. 005 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

“RETIFICA A PORTARIA DE Nº 002 DE 28 DE JANEIRO DE 2020, QUE DISPOE SOBRE A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. KLAIRY SIMONE WUTZOW.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - A Portaria de nº 002 de 28 de Janeiro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. KLAIRY SIMONE WUTZOW.”

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 104, da Lei Complementar n. 432 de 04 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a KLAIRY SIMONE WUTZOW, brasileira, separada, servidora pública, portadora da C.I. n. 2.623.915 IGP/SC e inscrita no CPF n. 741.682.319-68, residente e domiciliada na Rua Alfredo Swarowski, nº. 1032, Bela Aliança, Rio do Sul, SC, no cargo de Professor, nível C-3 com a integralidade da última remuneração e paridade partir de 01/02/2020.

Art. 2º Mantidas as demais cominações da Portaria nº 002 de 28 de Janeiro de 2020.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Fevereiro de 2020.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

Presidente do Conselho de Administração do Rio do Sul PREV

VALDENIR BORGES RIBEIRO

Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

Rio Negrinho

PREFEITURA

COMUNICADO ABERTURA DE PROPOSTA TP 126/2019

Publicação Nº 2359227

TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2019

COMUNICADO SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

OBJETO: Execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de drenagem, pavimentação asfáltica, sinalização e serviços complementares das Ruas Pascoalino Buonacorso e Luiz Stoeberl, com área total de 1.706,75 metros lineares, ambas localizadas no Distrito de Volta Grande, em Rio Negrinho/SC, com recursos oriundos do Governo Federal, com interveniência da Caixa Econômica Federal e contrapartida do município de Rio Negrinho, através do Programa Avançar Cidades do Ministério das Cidades, proposta – 32.2.0208/2017.

Após decorrido o prazo de recurso da fase de habilitação da Tomada de Preços nº 126/2019, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO - CPL vem a público, comunicar aos interessados que a sessão pública de abertura da proposta da licitante habilitada no processo licitatório supracitado será realizada às 14:00 horas do dia 17/02/2020, tendo por local a sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque nº 200, Centro de Rio Negrinho/SC.

Atenciosamente,

CINTIA ESTÉR ANACLETO
Presidente da CPL

DECRETO Nº 13872 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360445

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei nº 3303 de 11 de fevereiro de 2020;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 191.200,00 (cento e noventa e um mil e duzentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças	
Unidade	003 - Departamento de Tributação	
Funcional Programática:	08.003.0004.0123.0008.2112	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2112 - Manutenção das Atividades do Departamento de Tributação	
Despesa – 214	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 191.200,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos	
Unidade	002 - Departamento Administrativo	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.2032	
Programa	0003 - Administração Geral	
Projeto/Atividade	2032 - Manutenção das Atividades do Departamento Administrativo	
Despesa – 65	3390000000 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Órgão	08 - Secretaria de Finanças	
Unidade	001 - Departamento de Contabilidade	
Funcional Programática:	08.001.0004.0123.0008.2109	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2109 - Manutenção das Atividades do Departamento de Contabilidade	
Despesa – 202	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Unidade	003 - Departamento De Tributação	
Funcional Programática:	08.003.0004.0123.0008.2112	

Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2112 - Manutenção das Atividades do Departamento de Tributação	
Despesa – 212	3390000000 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Funcional Programática:	08.003.0004.0123.0008.2355	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2355 - Aquisição de Veículo Aquisição de Veículo	
Despesa – 215	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 41.200,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 11 de fevereiro de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3303 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360433

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 191.200,00 (cento e noventa e um mil e duzentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças	
Unidade	003 - Departamento de Tributação	
Funcional Programática:	08.003.0004.0123.0008.2112	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2112 - Manutenção das Atividades do Departamento de Tributação	
Despesa – 214	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 191.200,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos	
Unidade	002 - Departamento Administrativo	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.2032	
Programa	0003 - Administração Geral	
Projeto/Atividade	2032 - Manutenção das Atividades do Departamento Administrativo	
Despesa – 65	3390000000 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Órgão	08 - Secretaria de Finanças	
Unidade	001 - Departamento de Contabilidade	
Funcional Programática:	08.001.0004.0123.0008.2109	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2109 - Manutenção das Atividades do Departamento de Contabilidade	
Despesa – 202	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Unidade	003 - Departamento De Tributação	
Funcional Programática:	08.003.0004.0123.0008.2112	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2112 - Manutenção das Atividades do Departamento de Tributação	
Despesa – 212	3390000000 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Funcional Programática:	08.003.0004.0123.0008.2355	
Programa	0008 - Administração Financeira	
Projeto/Atividade	2355 - Aquisição de Veículo Aquisição de Veículo	
Despesa – 215	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 41.200,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 11 de fevereiro de 2020.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

LEI Nº 3304 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360441

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR O PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE DESAPROPRIAÇÃO COM MARCOS ZIPPERER, ROSELI ZIPPERER DO AMARAL, ORESTES ZIPPERER E SOUZA & AUGUSTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar o parcelamento de R\$ 263.772,60 (duzentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) conforme sentença nos autos de desapropriação 0001005-15.2001.8.24.0055 junto a 2ª Vara da Comarca de Rio Negrinho – SC decorrente de acordo entre as partes.

Parágrafo único - O valor constante do artigo corresponde ao principal devido pela municipalidade, sem juros, correção monetária e multa.

Art. 2º - O parcelamento do valor constante do artigo 1º será efetuado junto aos credores da seguinte forma:

I - MARCOS ZIPPERER o valor de R\$ 97.896,00 (noventa e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais) que será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas de R\$ 4.079,00 (quatro mil e setenta e nove reais) sendo a primeira parcela com vencimento em 20/02/2020 e a última parcela em 20/01/2022.

II - ROSELI ZIPPERER DO AMARAL o valor de R\$ 140.760,00 (cento e quarenta mil, setecentos e sessenta reais) que será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas de R\$ 5.865,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais) sendo a primeira parcela com vencimento em 20/02/2020 e a última parcela em 20/01/2022.

III - ORESTES ZIPPERER o valor de R\$ 18.684,00 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais) que será pago em 18 (dezoito) parcelas de R\$ 1.038,00 (um mil e trinta e oito reais) sendo a primeira parcela com vencimento em 20/02/2020 e a última parcela em 20/07/2021.

IV - SOUZA & AUGUSTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S o valor de R\$6.432,60 (seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos) que será pago no dia 20/04/2020 relativos aos honorários fixados na sentença.

Art. 3º - Para cobertura das parcelas a serem amortizadas serão utilizados recursos da funcional 11.001.0026.0782.0011.1134.255.344900 0000000000000, do orçamento da Prefeitura Municipal do município de Rio Negrinho.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 11 de fevereiro de 2020.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2359236

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho – SC, Sr. JULIO CESAR RONCONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, à vista do parecer conclusivo, constado em Ata, exarado pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, resolve: 01 – Homologar e Adjudicar as inscrições na Chamada Pública nº 001/2020, nestes termos:

a) Data da Homologação e da Adjudicação: 13/02/2020

b) Objeto da Chamada Pública: Credenciamento de empresas visando habilitar periódicos impressos e serviços de radiodifusão, para veiculação de mídias fornecidas pelo Município de Rio Negrinho/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

c) Empresa Credenciada:

- SÃO BENTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, CNPJ nº 04.784.186/0001-78, credenciada para o item 09

Rio Negrinho, 13 de Fevereiro de 2020

JULIO CESAR RONCONI
PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020

Publicação Nº 2359179

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020
TOMADA DE PREÇOS

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que se acha aberto até as 09:00 horas do dia 03 de março de 2020, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA HENRIQUE SCHWARZ, localizada no Centro de Rio Negrinho/SC com extensão total a ser recapeada de 226,29 metros lineares, contemplando os serviços de recapeamento e sinalização, com recursos oriundos do Convênio 2019TR1549 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e contrapartida do Município de Rio Negrinho. As propostas e documentação habilitadora deverão ser protocoladas no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até o dia e horário acima, para abertura a partir do mesmo horário, tendo por local a sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, no mesmo endereço. O Edital e seus anexos (memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos) estão disponíveis no link <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos, Setor de Licitações (endereço acima) ou pelo fone (47) 3646-3648/3646-3636.

Rio Negrinho, 04 de fevereiro de 2020.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2519/2020

Publicação Nº 2360449



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 358 2519/2020**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHI2950	P05K1000HH	6637/2	04/02/2020	230 * IX
AHI2950	P05K1000HI	6645/0	04/02/2020	230 * X
AHU9481	P05K000008	6912/0	30/01/2020	232
AHU9481	P05K000009	6726/1	30/01/2020	230 * XVIII
AHU9481	P05K00000A	6637/1	30/01/2020	230 * IX
ANZ0433	P05K000015	6653/2	01/02/2020	230 * XI
AQU7151	P03250018L	5185/2	11/01/2020	167
AZQ8742	P03260017M	5169/1	13/01/2020	165
EHX2874	P05K000004	5053/1	30/01/2020	162 * VI
EHX2874	P05K000005	5150/1	30/01/2020	164 c/c 162 * VI
KIW0657	P05JX0002I	7579/0	19/01/2020	165 A
LXR6379	P05K1000GX	6726/1	31/01/2020	230 * XVIII
LXW2276	P0325001A5	5185/1	31/01/2020	167
LYD9978	P05K00001B	5185/2	02/02/2020	167
LYD9978	P05K00001C	6637/1	02/02/2020	230 * IX
LYD9978	P05K00001D	5169/1	02/02/2020	165
LYF0I21	P05K1000EX	5010/0	26/01/2020	162 * I
LYS0043	P05JX0002Q	6653/2	30/01/2020	230 * XI
LYX1005	P0325001AG	6912/0	02/02/2020	232
LZJ9671	P03260019I	5045/0	02/02/2020	162 * V
LZJ9671	P03260019J	5142/0	02/02/2020	164 c/c 162 * V
MAT7402	P05K1000D5	6912/0	13/01/2020	232
MAT7402	P05K1000D6	5029/2	13/01/2020	162 * II
MAT7402	P05K1000D7	5070/2	13/01/2020	163 c/c 162 * II
MBA0911	P01F1001FQ	6912/0	01/02/2020	232
MBW7612	P01F2000YK	6912/0	30/01/2020	232

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBW7612	P01F2000YL	6637/2	30/01/2020	230 * IX
MCI5525	P01F2000YH	7358/0	30/01/2020	252 * V
MCI5525	P01F2000YI	6653/2	30/01/2020	230 * XI
MCI5525	P01F2000YJ	7340/0	30/01/2020	252 * IV
MCP5574	P05K00001F	6637/2	02/02/2020	230 * IX
MCP5574	P05K00001G	5010/0	02/02/2020	162 * I
MCP5574	P05K00001H	5118/0	02/02/2020	164 c/c 162 * I
MCP5574	P05K00001J	5843/1	02/02/2020	196
MCU7620	P01F1001FU	6645/0	04/02/2020	230 * X
MDI7262	P05K1000GV	6637/2	31/01/2020	230 * IX
MDU3312	P05K00000M	5185/2	31/01/2020	167
MEQ1288	P05K1000E7	7579/0	25/01/2020	165 A
MEQ1288	P05K1000E8	5010/0	25/01/2020	162 * I
MIF6254	P05K00000G	6645/0	30/01/2020	230 * X
MIF6254	P05K00000H	6637/1	30/01/2020	230 * IX
MJO3250	P032600177	6599/2	06/01/2020	230 * V
OPI8933	P05K1000BD	6599/2	03/01/2020	230 * V
QIT6133	P0325001AM	6726/1	02/02/2020	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2020

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2520/2020

Publicação Nº 2360450



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 358 2520/2020**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTT1057	P05K00001L	5525/0	03/02/2020	181 * XV
MAA0536	P05K00001M	5525/0	03/02/2020	181 * XV
MCP5574	P05K00001I	5991/0	02/02/2020	206 * I
MGO1986	P03260016U	5525/0	02/01/2020	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2020

GLAUCIO LIEBL

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2521/2010

Publicação Nº 2360451



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 358 2521/2020**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKB7375	P03250014G	5010/0	26/10/2019	R\$ 880,40	162 * I
AKB7375	P03250014H	5118/0	26/10/2019	R\$ 880,40	164 c/c 162 * I
AKB7375	P03250014I	6726/1	26/10/2019	R\$ 195,23	230 * XVIII
MCB2836	P03250015M	6726/1	16/11/2019	R\$ 195,23	230 * XVIII
MCB2836	P03250015N	6637/1	16/11/2019	R\$ 195,23	230 * IX
MCB2836	P03250015O	6912/0	16/11/2019	R\$ 88,38	232
MKF6343	P01PB0019M	5185/1	14/10/2019	R\$ 195,23	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2020

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9767/2020

Publicação Nº 2358568

PORTARIA Nº 9767/2020

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, Servidora Pública Municipal Sra. IDIANE FATIMA IAROZESKI, cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 14 de fevereiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

PP Milton Aimi

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Designado pelo Decreto 4143/2019

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 008/2020

Publicação Nº 2359442

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais de acordo com o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h30min do dia 03/03/2020.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 03/03/2020

Santa Cecília, 14 de Fevereiro de 2020.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

Publicação Nº 2359247

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020
REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 10/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia e estudos topográficos para elaboração de projetos, conforme a necessidade do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 03 de março de 2020. Abertura das propostas as 08h45min do dia 03 de março de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 14 de fevereiro de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2020

Publicação Nº 2360452

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2020

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sr. Cristiano Batista Machado, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, no Centro Administrativo, à Avenida Tancredo Neves, nº 337, no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, a fim de assumirem as funções dos cargos para os quais foram classificados no Concurso Público nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
Luan Alves Scariot	Fiscal de Tributos

Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a fim de tratar da admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2018.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 17 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO MUNICIPAL Nº. 39/2020

Publicação Nº 2360430

DECRETO Nº 039/2020

TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando que MIGUEL INACIO KREUZ, foi nomeado para o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, através do Decreto 036/2020 de 10 de fevereiro de 2020 e conforme declaração de desistência datada em 14 de fevereiro de 2020.
DECRETA

Art. 1º É tornado sem efeito o Decreto 036/2020, de 10 de fevereiro de 2020 que nomeou MIGUEL INACIO KREUZ, para o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, carga horária de 40 horas, tendo em vista a declaração de desistência datada de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
14 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 40/2020

Publicação Nº 2360432

DECRETO Nº 040/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 de 27 de Janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica exonerada a pedido do cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: SIDIANE RODRIGUES

CARGO: GERENTE DE PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA

NÍVEL: CC-01

CODIGO: 1031

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 14 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 41/2020

Publicação Nº 2360434

DECRETO Nº041/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica exonerado a pedido do cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: RODRIGO ALEXANDRO PEROSSO

CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL.

NÍVEL: AP-05

CODIGO: 003

LOTAÇÃO: Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 14 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 42/2020

Publicação Nº 2360435

DECRETO Nº042/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: EDINILSON ANDERSON SCHERER

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO.

NÍVEL: CC-05

CODIGO: 1025

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 17 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 43/2020

Publicação Nº 2360436

DECRETO Nº 043/2020

CONTRATA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal 652 de 16 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do teste seletivo aberto pelo Edital 002/2019, de 31 de janeiro de 2020.

Considerando o número de matrículas na educação infantil no Núcleo Escolar Mundo Novo houve a necessidade de desdobramento da turma para o ano letivo de 2020;

DECRETA

Art. 1º. Fica CONTRATADA, em caráter temporário, por excepcional interesse público, a Senhora GLAUCIA DOS SANTOS TONIN, CPF nº 084.814.509-79, RG nº 6.009.383, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 002/2019, para desempenhar a função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, carga horária de 20 horas semanais, código 1059, no período de 17 de fevereiro de 2020 à 21 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único – A servidora admitida nos termos do caput deste artigo perceberá os vencimentos conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e suas alterações, será filiado ao Regime Geral de Previdência Social e regido pelo Regime Jurídico Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
17 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 44/2020

Publicação Nº 2360438

DECRETO Nº 044/2020

CONTRATA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal 652 de 16 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do teste seletivo aberto pelo Edital 002/2019, de 31 de janeiro de 2020.

Considerando a atual necessidade da rede municipal de ensino de um professor para ministrar aulas de reforço no contra turno escolar;

DECRETA

Art. 1º. Fica CONTRATADA, em caráter temporário, por excepcional interesse público, a Senhora SANDRA MARIA ELY DALL'AGNOL, CPF nº 057.671.019-90, RG nº 5.059.600, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 002/2019, para desempenhar a função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, carga horária de 20 horas semanais, código 1060, no período de 17 de fevereiro de 2020 à 21 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único – A servidora admitida nos termos do caput deste artigo perceberá os vencimentos conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e suas alterações, será filiado ao Regime Geral de Previdência Social e regido pelo Regime Jurídico Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
17 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 45/2020

Publicação Nº 2360440

DECRETO Nº 045/2020

CONTRATA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal 652 de 16 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do teste seletivo aberto pelo Edital 002/2019, de 31 de janeiro de 2020.

Considerando a necessidade de substituição da titular do cargo Márcia Jacoby, que atualmente ocupa o cargo em comissão de Secretária de Educação.

DECRETA

Art. 1º. Fica CONTRATADA, em caráter temporário, por excepcional interesse público, a Senhora DARCIA DE ALMEIDA, CPF nº 091.721.859-02, RG nº 6.463.499, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 002/2019, para desempenhar a função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, carga horária de 20 horas semanais, código 1060, no período de 17 de fevereiro de 2020 á 21 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único – A servidora admitida nos termos do caput deste artigo perceberá os vencimentos conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e suas alterações, será filiado ao Regime Geral de Previdência Social e regido pelo Regime Jurídico Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
14 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 47/2020

Publicação Nº 2360443

DECRETO Nº 047/2020

CONTRATA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal 652 de 16 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 10

de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e considerando o resultado do teste seletivo aberto pelo Edital 002/2019, de 31 de janeiro de 2020.

Considerando a necessidade de substituição da titular do cargo Márcia Jacoby, que atualmente ocupa o cargo em comissão de Secretária de Educação.

DECRETA

Art. 1º. Fica CONTRATADA, em caráter temporário, por excepcional interesse público, a Senhora SIDIANE RODRIGUES, CPF nº 081.734.229-07, RG nº 5.679.511, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 002/2019, para desempenhar a função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, carga horária de 20 horas semanais, código 1059, no período de 17 de fevereiro de 2020 à 21 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único – A servidora admitida nos termos do caput deste artigo perceberá os vencimentos conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010 e suas alterações, será filiado ao Regime Geral de Previdência Social e regido pelo Regime Jurídico Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
17 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PL 19-2020 PP 12-2020

Publicação Nº 2360457

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 12/2020

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, E.E., Sr. CRISTIANO BATISTA MACHADO, torna público, para o conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 02 de março de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 17 de fevereiro de 2020

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal, e.e.

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2020

Publicação Nº 2360453

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2020

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sr. Cristiano Batista Machado, no uso de suas atribuições legais, TORNA PUBLICO, que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, no Centro Administrativo, à Avenida Tancredo Neves, nº 337, no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 002/2019:

CONVOCADOS	CARGO
Viviane Klein	Professor de Educação Infantil

Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a fim de tratar da admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 17 de fevereiro de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 05-2020

Publicação Nº 2359217

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
ABERTURA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:
DATA: 04 DE MARÇO DE 2020.
HORÁRIO: 14:00H

NA SEGUINTE ORDEM:

1º FASE - HABILITAÇÃO (Abertura do invólucro nº 1 contendo as documentações) - Envelope 1.

2º FASE - PROPOSTA (Abertura do invólucro nº 2 contendo as propostas) - Envelope 2.

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz - SC, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para EXECUÇÃO INDIRETA pelo regime de empreitada por preço GLOBAL, regida pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações das Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, e por este EDITAL e seus Anexos, partes integrantes, em sessão pública na data e horário acima especificado.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato impeditivo, a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local ou em outro a ser definido por critério exclusivo da administração.

1- DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para a conclusão da revitalização da pista de skate do Município de Santo Amaro da Imperatriz- 2ª Etapa, incluindo fornecimento de material, conforme especificações constantes nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, parte integrante deste edital.

2 - PREÇO MÁXIMO

2.1 – R\$ 103.733,84 (cento e três mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

3 - DESPESA

3.1 - A despesa resultante desta TOMADA DE PREÇO correrá por conta de recursos do Ministério do Esporte e recursos próprios, através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade:

0802.2.027-4.4.90.51.91.00.00 (131) – Convênio com o Ministério do Esporte- CEF
(113) – Recursos Próprios

4 – FAZEM PARTE DESTE EDITAL

Anexo I – Objeto
Anexo II – Memorial Descritivo
Anexo III – Cronograma físico financeiro
Anexo IV – Planilha orçamentária
Anexo V – Projetos
Anexo VI – Composição de BDI
Anexo VII – Minuta Contratual
Anexo VIII – Modelo de placa de obra

5 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 - Os envelopes 01 e 02, deverão ser entregues e protocolados no dia, mês e ano indicados no preâmbulo, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz/SC, devidamente fechados e numerados. O envelope nº 01 com a DOCUMENTAÇÃO e o

envelope nº 02 com a PROPOSTA, deverão ser entregues com as seguintes inscrições no anverso de cada envelope:

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ PRAÇA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 306.
CENTRO - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROPONENTE:

TOMADA DE PREÇOS Nº:

ABERTURA:

HORAS:

ENVELOPE Nº

6 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar desta licitação, todas as empresas interessadas com prévia inscrição no "CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS" da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, com o ramo compatível com o objeto ora licitado. Caso a empresa interessada, não possua Cadastro ou o mesmo encontre-se com o prazo de validade vencido, a mesma poderá protocolar os documentos necessários para inscrição/ renovação em até 01 (um) dia anterior a data de abertura do processo licitatório.

6.2 - Não poderão participar desta licitação as empresas que:

6.2.1 - Tiverem contratos rescindidos, por iniciativa da Prefeitura;

6.2.2 - Tiverem seus cadastros cancelados, por iniciativa da Prefeitura;

6.2.3 - Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com a Prefeitura, enquanto durar o impedimento;

6.2.4 - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Prefeitura, enquanto perdurar o motivo determinante da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

6.2.5 – Que tenham como proprietário, ou que figurem em seu quadro societário, o Prefeito, o Vice-Prefeito, Vereador, os auxiliares diretos do Prefeito, bem como as pessoas a qualquer um deles ligadas por matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções.

6.2.6 – Que possuam em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

7 - HABILITAÇÃO

7.1 - São necessários para a habilitação:

7.1.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.1.1.1 – Registro Comercial, no caso de empresa individual com o objeto social enquadrado no objeto em que a empresa está disputando ou;

7.1.1.2 – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor, com o "Objeto Social", enquadrado no objeto em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado, do seu registro na junta comercial, observado as exigências do Novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de julho de 2005, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

7.1.1.3 – Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

7.1.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.5 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.1.1.6 - Certidão Conjunta Negativa de débitos, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, onde está sediada a empresa;

7.1.1.7 - Certidão Negativa de Débito junto ao Governo do Estado do domicílio ou sede da proponente;

7.1.1.8 - Certidão Negativa de Débitos para com o Município do domicílio ou sede da proponente;

7.1.1.9 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.036/90;

7.1.1.10 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), incluída pela Lei nº 12.440/2011;

7.1.1.11 – A ME ou EPP que participar deste certame deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esse apresente alguma restrição.

7.1.1.12 - Declaração expressa de aceitação das condições do presente Edital, sem restrições de qualquer natureza, e de que, se vencedora, executará as obras de acordo com as normas e especificações constantes deste edital, pelo preço proposto.

7.1.1.13 - Declaração do representante legal da licitante firmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

7.1.1.14 - Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos moldes da IN nº 27/2002, da Secretaria de Inspeção do Trabalho ou Declaração firmada pela proponente nos termos do Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

7.1.1.15 – Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

7.1.1.16 – Declaração expressa do representante legal da licitante, de que seu proprietário ou sócio, nos últimos 6 (seis) meses não ocupou o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, ou auxiliar direto do Prefeito, bem como no mesmo período, não possuiu vínculo de matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, com pessoas que tenha exercido os cargos mencionados. (Art. 75 da Lei Orgânica Municipal)

7.1.2 - Os documentos referidos nos artigos anteriores deverão ser apresentados em 01(uma) via em original ou autenticada. A autenticação poderá ser feita por cartório competente ou acompanhados de seus originais para sua respectiva autenticação pela Comissão de Licitação, antes do horário para entrega e abertura dos envelopes contendo as documentações e propostas.

7.1.3 - A falta de apresentação de quaisquer destes documentos, acarretará a inabilitação, de ofício, da empresa participante.

7.1.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.5 - E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.6 - E a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.7 - Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, devem apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a forma da constituição empresarial.

7.1.7.1 - A Certidão deverá ser entregue fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo ser em original, autenticados em Cartório ou na Prefeitura Municipal munidos do original.

8.1.2 - DOCUMENTAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.2.1 - Comprovação de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa e de seus responsáveis técnicos, sendo que os profissionais indicados serão os responsáveis técnicos para acompanhamento da obra, objeto desta licitação:

Profissional com atribuições compatíveis a execução do objeto desta licitação, na forma da legislação em vigor;

8.1.2.2 - Será(ão) inválida(s) a(s) certidão (es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução nº 266/79, do CONFEA e demais regramentos pertinentes.

8.1.2.3 - Comprovar que possui em seu quadro, profissional de nível superior, devidamente inscrito no CREA. A comprovação deverá ser feita por cópia do registro da carteira de trabalho ou ficha de registro funcional devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT, ou Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, se o profissional for sócio da proponente, através de contrato social atualizado.

8.1.2.4 - Na hipótese de a vencedora da licitação ter seu Registro no Conselho de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do contrato o 'visto' do seu registro na Seccional do Conselho em SC, nos termos do art. 58 da Lei 5.194/66, na forma da Resolução 413/97 do Confea e demais regramentos pertinentes.

8.1.2.5 - A proponente deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT). Será considerado como obrigatório para habilitação da proponente no certame, os serviços conforme descrito abaixo:

ITEM/SERVIÇO	QUANTIDADE EXIGIDA EM ACERVO TÉCNICO
Execução de calçadas	250 M ²

Os serviços poderão estar contidos em um único atestado. Os atestados a serem apresentados deverão constar o carimbo do CREA, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o acervo apresentado.

8.1.2.6 - Declaração fornecida pela empresa participante de que o profissional (indicar dados pessoais) detentor do atestado de responsabilidade técnica citado no sub-item 8.1.2.3 bem como o indicado no subitem 8.1.2.4, será o responsável técnico que acompanhará a execução da obra, caso a empresa venha a ser vencedora, ficando a substituição sujeita à aprovação pela Prefeitura, respeitado o estabelecido no art. 30, inciso IV, parágrafo 10 da Lei de Licitações.

8.1.2.7 - Declaração de que tomou conhecimento de situação e dos recursos de material e mão de obra existente na região, assinada pelo responsável técnico inscrito no CREA e pelo responsável da empresa.

8.1.2.8 - Declaração formal de disponibilidade de equipamentos, ferramentas e pessoal necessários a execução dos serviços objeto da presente licitação.

8.1.2.9 - A Licitante, deverá apresentar, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeira junto a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

9.1.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

9.1.3.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses, contados da data de apresentação da proposta. Em relação as S.A, aplica-se o art. 132 da Lei 6.404/76.

b) Certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de origem, indicando os cartórios distribuidores de falência e concordata e recuperação judicial, da sede da licitante.

c) Certidões Negativas de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante através dos sistemas e-Proc e do SAJ;

d) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo, na data da apresentação da proposta, de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor da obra. As proponentes deverão comprovar a situação do Patrimônio Líquido através da apresentação do Balanço Patrimonial.

e) A proponente deverá apresentar garantia da proposta equivalente a 1% do valor estimado no Anexo IV, a Garantia da Proposta poderá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei de Licitações, quais sejam:

I - Caução em dinheiro; ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme

definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

10 - DA PROPOSTA

10.1 - A proposta deverá ser apresentada em 1 (uma) via, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa e pelo representante legal, ambos em todas as páginas, em envelope fechado, indicando, em sua parte externa, o nome e o endereço do licitante, bem como o número desta Tomada de Preços, e:

10.1.1 - Estar datilografada ou impressa, em papel próprio da empresa licitante, sem rasura, emenda, entrelinha ou ressalva;

10.1.2 - Indicar o número desta Tomada de Preços, bem como o dia da sua realização;

10.2 - Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

10.2.1 - Quadro de quantidades e custos, observando a ordem estabelecida nas planilhas do Anexo IV;

10.2.2 - Os preços unitários em algarismo e o preço global algarismado e por extenso, em moeda brasileira, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cujos preços máximo, tanto unitário, como total, não poderão exceder os estabelecidos na planilha do anexo IV; Obs.: Recomenda-se, nas multiplicações, desprezar a 3ª casa decimal. [usar, no Excel, a função: =TRUNCAR(X*Y;2)].

10.2.3 - Prazo de validade da proposta, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação;

10.2.4 - Prazo para a execução do objeto, o qual não poderá ser superior ao constante no cronograma físico-financeiro, que deverá ser observado quando da execução da obra.

10.2.5 - Apresentar Cronograma físico-financeiro, observando o estabelecido no Anexo III.

10.2.6 - O prazo de garantia da obra/serviço deverá ser, no mínimo, de 05 (cinco) anos, contado da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da obra/serviços.

10.3 - Declaração de que o preço global proposto compreende todas as despesas concernentes à execução da obra projetada, com fornecimento dos materiais e mão de obra, bem como encargos sociais, ferramental, equipamentos e assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e tributos e tudo mais necessário a perfeita e cabal execução da obra.

10.4 - A fiscalização e controle das obras, será exercida pelo setor de engenharia do Município.

10.5 - Os preços dos serviços/materiais serão obtidos pela multiplicação da quantidade pelo preço unitário. Cada item de discriminação dos serviços/materiais deverá ser subdividido em tantos itens quantos forem necessários para a sua perfeita caracterização. A soma dos valores dos subitens fornecerá o preço total por item e a soma dos preços totais por item será o valor do custo, para obtenção do preço por item consignado na CARTA PROPOSTA. No caso de haver erro na multiplicação entre o preço unitário e a quantidade prevalecerá o preço unitário.

10.6 - A coluna de quantidade do orçamento é de responsabilidade da proponente, não podendo o interessado arguir omissões, enganos e erros, para alterar o valor global proposto.

10.7 - A omissão ou exclusão no orçamento de qualquer item especificado nas peças fornecidas pela Prefeitura Municipal, não exime o licitante de incluí-la dentro da proposta.

10.8 - A ART - Anotação de Responsabilidade Técnica é de responsabilidade da empresa vencedora do certame.

10.9 - Após a entrega dos envelopes, não serão admitidas sob pretexto algum, modificações ou substituições da proposta ou de qualquer documento.

10.10 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Para julgamento das Propostas a Comissão levará em consideração o MENOR PREÇO GLOBAL.

11.2 - Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL.

11.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado. (art. 48 da Lei de Licitações).

11.4 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Comissão convocará todos os licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas esboçadas das causas que motivaram a desclassificação, nos termos do item;

11.5 - No caso de absoluta igualdade das propostas, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços:

a) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

b) produzidas no país;

c) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.6 - Persistindo o empate, a Comissão convocará todos os licitantes para, em ato público, assistirem o sorteio que definirá a vencedora.

11.7 - O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

11.8 - Após a divulgação do julgamento, e decorrido o prazo recursal previsto em lei, o Presidente da Comissão submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação desta licitação.

11.9 - A presente licitação poderá ser revogada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, através de parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes direito a indenização.

11.10 - Ocorrendo anulação ou revogação da Tomada de Preços, a Prefeitura providenciará a publicação no mural da sede da Prefeitura, contando-se a partir desta o prazo para solicitação de reconsideração.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Dos atos da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, decorrentes da aplicação deste EDITAL, caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, alteradas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.

12.2 - O prazo para o recurso previsto na letra "b" do item I, do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, correrá a partir da data de publicação do resultado do JULGAMENTO das propostas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

13 - DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

- a) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total cotado, pela recusa injusta a assinar o respectivo contrato;
- b) multa moratória, não compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total, em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;
- c) multa compensatória, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total, em reais, d pela rescisão determinada por ato da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

13.2 - A multa prevista nas letras "b" e "c", será devida a partir da homologação do processo até o seu efetivo pagamento.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado, com base nas medições, mediante apresentação de nota fiscal/fatura correspondente e termo de recebimento de obra/serviços bem como do recolhimento a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). As empresas com sede neste Município, também deverão apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal (CNDM).

14.2 - As medições de que trata o item anterior, serão efetuadas no período de 30 (trinta) dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

14.3 - A nota fiscal/fatura será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor dos serviços, a título de Retenção para Seguridade Social, conforme alteração da lei 8.212/91 do INSS.

14.4 - A importância retida será recolhida pela CONTRATANTE em nome do estabelecimento da empresa cedente, aqui denominada CONTRATADA, em GRPS - Guia de Recolhimento da Previdência Social, até o dia dois do mês subsequente.

14.5 - O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos da emissão da nota fiscal/fatura, mediante crédito bancário na Caixa Econômica Federal.

14.5.1 - A empresa que na ocasião não possuir conta bancária na Caixa Econômica Federal, será deduzida da parcela a receber, as tarifas bancárias decorrentes da transferência para outro banco, se for o caso.

14.6 - A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não serão objetos de medição.

15 - DO REAJUSTE

15.1 - Não haverá reajuste dos preços cotados, por um período de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação das Propostas.

15.2 - O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de proceder ao acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos do parágrafo primeiro, artigo 65 da lei No. 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.

16 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO, cuja minuta está em anexo, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da homologação.

16.2 - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura.

16.3 - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura pelo Período de 12 (doze) meses.

16.4 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

16.5 - A empresa vencedora deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, ART - CREA/SC do profissional responsável pela execução da obra, cujos encargos são de sua responsabilidade.

16.6 - Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado se nele estivessem transcritos.

17 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 - A obra objeto desta licitação, será recebida pelo contratante, consoante o disposto no artigo 73 inciso I, em se tratando de obras serviços, e inciso II, do mencionado artigo, em se tratando de compras ou locação de equipamentos da Lei nº 8.666/93, com suas alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - De todas as decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os recursos previstos na legislação em vigor.

19 - DAS PENALIDADES

19.1 - Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor vincendo;
- c) advertência por escrito;

- d) suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
e) declaração de idoneidade para licitação na Administração publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente,
PARÁGRAFO SEGUNDO – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de executar os serviços no todo ou em parte, bem como anular total ou parcialmente, a presente licitação a qualquer tempo, em defesa de seus interesses, especialmente os que relacionem preços elevados ou desproporcionais, baseados noutras licitações efetuadas pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz ou inseridas em publicações categorizadas.

20.2 - A proponente obriga-se a cotar somente o (s) item (s) que possa(m) atender e entregar o (s) material (s) / serviço (s) nos prazos fixados, sob as penas da lei.

20.3 - Quaisquer informações relativas à presente licitação serão prestadas pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz, diariamente no período das 12:00 horas as 18:00 horas.

Santo Amaro da Imperatriz, 14 de fevereiro de 2020.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

ANEXO I

< OBJETO >

ANEXO II

< MEMORIAL DESCRITIVO >

ANEXO III

< CRONOGRAMA FISICO - FINANCEIRO >

ANEXO IV

< PLANILHA ORÇAMENTARIA >

ANEXO V

< PROJETOS >

ANEXO VI

< Quadro de Composição do BDI >

ANEXO VII

< MINUTA CONTRATUAL >

(Minuta Contratual)

CONTRATO Nº / , PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b), doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 05/2020 - TP, homologado em/..../..., mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Objeto:

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para a conclusão da revitalização da pista de skate do Município de Santo Amaro da Imperatriz- 2ª Etapa, incluindo fornecimento de material, conforme especificações constantes nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, parte integrante deste edital.

3. Do Valor e seu Pagamento:

3.1. As obras descritas no objeto, conforme propostas vencedora, serão executadas ao preço de R\$ (...), cujo pagamento será efetuado com base nas medições, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa realizada, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

3.2. As medições serão realizadas a cada período de trinta dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

3.3. A fatura/nota fiscal será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura (Contratante), sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

3.4. A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia 20 (vinte) do mês subsequente a retenção.

3.5. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante crédito bancário.

3.6. A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto e normas técnicas não serão objeto de medição e pagamento.

4. Do Prazo de Execução das Obras:

4.1. O Contratado se compromete a executar as obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da expedição da ordem de serviço.

4.2. Os prazos serão contados em dias corridos, exceto quando explicitamente disposto de modo diferente, iniciando e vencendo em dia normal de expediente da Contratante.

5. Da Classificação da Despesa:

5.1. A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

0802.2.027-4.4.90.51.91.00.00 (131) – Convênio com o Ministério do Esporte- CEF

0802.2.027-4.4.90.51.91.00.00 (113) – Próprios.

6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas da Contratada: A Contratada se obriga:

6.1. efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais;

6.2. aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado;

6.3. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos;

6.4. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 618, do Código Civil/2002, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;

6.5. observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação pertinente, especialmente quanto as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

6.6. manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.7. responder financeiramente por ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

6.8. afixar no local placa alusiva a obra no modelo/padrão fornecida pela Prefeitura (contratante) no ato da assinatura do contrato.

7. Da Fiscalização:

7.1. A fiscalização das obras, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através do setor de engenharia, o qual ficará responsável pelos termos de medição e recebimento das obras.

8. Da Rescisão:

8.1. As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

9. Das Penalidades:

9.1. Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega ou conclusão das obras;

b) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;

c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão

determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;

d) advertência por escrito;

e) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;

f) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.

- No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

10. Da Vigência:

10.1. Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência por 90(noventa) dias.

11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:

11.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº 05/2020.

12. Do Foro:

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

12.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em/ /2020.

Contratante Contratada

Testemunhas

1 2

Nome : Nome:

ANEXO VIII

< Placa da Obra >

LEI COMPLEMENTAR Nº 228, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358775

LEI COMPLEMENTAR Nº 228, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dá nova redação ao artigo 13º da Lei Complementar Municipal nº 1.100/1995, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 13º da lei Complementar Municipal 1.100/1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Tratando-se de imóvel cuja área não edificada seja superior a 8 (oito) vezes a área edificada, aplicar-se, sobre seu valor venal, a alíquota de 0,6 (seis décimos por cento).

Art. 2 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, em 14 de fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358846



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a criação do serviço de inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM) e os procedimentos de Inspeção Higienicossanitária de todos os produtos de origem animal, comestíveis ou não, comercializados no Município de Santo Amaro da Imperatriz e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Serviço Municipal de Inspeção (SIM) de Produtos de Origem Animal com jurisdição em todo o território municipal de Santo Amaro da Imperatriz, o qual terá a competência de inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal nos estabelecimentos processadores atendendo aos critérios estabelecidos nas Leis Federais nº 1283/50, nº 8171/91, 7889/89 e Decretos Federais nº 5741/2006 e 9013/2017, e na Lei Estadual nº 8534/92 e Decreto Estadual nº 3748/93, que regulam a matéria, em especial o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Capítulo II
DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º Para efeitos desta Lei Complementar define-se:

I - Inspeção: como atividade privativa de profissionais habilitados em Medicina Veterinária, pautada na execução das normas regulamentares e procedimentos técnicos sobre os produtos de origem animais e relacionados aos processos e sistemas de controle industriais ou artesanais, nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito entre outros;

II - Fiscalização: Ação direta, privativa e não delegável dos órgãos do Poder Público do Município, Estado e União, efetuada por servidores públicos efetivos habilitados em Medicina Veterinária, no exercício do poder de polícia administrativa para verificação do cumprimento das determinações da legislação aplicável;

Art. 3º A inspeção sanitária das atividades que processam alimentos de origem animal será realizada pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM, atrelado a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, de forma permanente ou periódica, nos seguintes locais:

I - estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados de origem animal para beneficiamento ou industrialização.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

II - propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da Defesa Sanitária Animal, para identificar as causas de problemas sanitários detectados nas matérias-primas e/ou produtos no estabelecimento industrial.

§ 1º A inspeção deve ser executada, obrigatoriamente, de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais, abrangendo os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de área protegida de manejo sustentável.

§ 2º Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica, cuja frequência de execução da inspeção será estabelecida em normas complementares, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º Será obrigatória à indicação de responsável técnico devidamente habilitado no Conselho Regional de Medicina Veterinária, em todos os estabelecimentos/loais em que haja produção artesanal ou industrializada de alimentos para o consumo humano de origem animal.

Art. 4º A coordenação das atividades de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, deverão ser efetuadas por profissionais médicos veterinários oficiais, legalmente habilitados.

§ 1º Consideram-se médicos veterinários oficiais todos aqueles que ocupam cargo de provimento efetivo no Município, Estado ou União, ou oficialmente reconhecidos, aqueles credenciados pelo município.

§ 2º Quando esgotada a capacidade do Município, apenas a inspeção poderá ser realizada por profissionais credenciados, cuja forma será regulamentada através de ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A fiscalização, diferentemente da inspeção, não poderá ser realizada por profissionais credenciados.

Art. 5º São princípios a serem observados na realização do Serviço de Inspeção Municipal - SIM:

I - Promoção e preservação da saúde humana e do meio ambiente de forma que não implique em obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - O controle das condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas, de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

III - A inspeção e a fiscalização das condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos referidos no inciso anterior;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

IV - A inspeção e a fiscalização e controle de todos os materiais utilizados na manipulação, acondicionamento e embalagem de produtos de origem animal e vegetal;

V - A disciplina dos padrões higiênicos, sanitários e tecnológicos dos produtos de origem animal.

VI - A inspeção e a fiscalização e o controle do uso dos aditivos empregados na industrialização dos produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;

VII - A realização dos exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos, físico-químicos, enzimáticos e dos caracteres organolépticos de matéria-prima e produtos em qualquer fase de sua manipulação e produção, quando necessário, sendo o ônus atribuído à indústria ou ao produtor.

VIII - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, das agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 6º O Município de Santo Amaro da Imperatriz poderá estabelecer termos de parcerias e cooperação técnica com outros municípios, o Estado de Santa Catarina e a União, bem como poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e a execução do Serviço de Inspeção Sanitária.

Parágrafo único. O Município de Santo Amaro da Imperatriz poderá solicitar adesão do Sistema de Inspeção Municipal - SIM, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, possibilitando que os produtos inspecionados sejam comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 7º O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção incluindo os empreendimentos de pequeno porte, desde que observados os princípios básicos de higiene e a garantia da inocuidade dos produtos que atendem as normas específicas vigentes.

Parágrafo único. A caracterização do porte do empreendimento ou estabelecimento deverá ser especificada através de regulamentação por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Os estabelecimentos relacionados no art. 2º desta Lei Complementar deverão obter o registro no Serviço de Inspeção Municipal na forma da regulamentação e demais atos complementares que venham a ser emitidos pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 1º A regulamentação de que trata este dispositivo, conforme a Lei Federal nº 1283/50, abrangerá:

I - a classificação dos estabelecimentos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

II - as condições e exigências para registro e relacionamento, como também para as respectivas transferências de propriedade;

III - a higiene dos estabelecimentos;

IV - as obrigações dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos;

V - a inspeção ante e post mortem dos animais destinados à matança;

VI - a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte;

VII - a fixação dos tipos e padrões e aprovação de fórmulas de produtos de origem animal;

VIII - o registro de rótulos e marcas;

IX - as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas;

X - a inspeção e reinspeção de produtos e subprodutos nos portos marítimos e fluviais e postos de fronteiras;

XI - as análises de laboratórios;

XII - o trânsito de produtos e subprodutos e matérias primas de origem animal;

§ 2º A regulamentação mencionada no parágrafo anterior poderá ser alterada, no todo ou em parte, sempre que necessário para adequação às peculiaridades do Município.

Art. 9º Na ausência ou omissão de regulamento próprio municipal, aplicam-se subsidiária ou supletivamente, no que couber, as normas estaduais e federais vigentes.

Art. 10 O regulamento e atos complementares sobre a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos referidos nesta Lei Complementar serão criados através de decreto municipal específico para esse fim.

Art. 11 Os documentos necessários para obtenção do registro do produto no Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M deverão ser especificados através de Portaria editada pelo órgão competente.

Capítulo III **DAS SANÇÕES**

Art. 12 A infração ao disposto nesta lei sujeita o infrator à penalidades e/ou medidas cautelares, na forma de:

I - Advertência formal, notificando o infrator da irregularidade quando este for primário;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

II - Multa, devendo a mesma ser aplicada em dobro no caso de reincidência. No caso de múltiplas reincidências a multa será aplicada conforme o número de reincidências registradas pela fiscalização;

III - Apreensão e/ou condenação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas ou falsificadas;

IV - Suspensão da atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária;

V - Apreensão dos aditivos e ingredientes não autorizados e/ou adulterados;

VI - Apreensão de rotulagem impressa em desacordo com as condições legais;

VII - Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pelo órgão competente, a inexistência de condições técnicas e higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.

VIII - Após a terceira reincidência será expedido pelos técnicos do S.I.M, Relatório de Certificação de Irregularidade Permanente, que será publicado pelo Município na imprensa local e, ensejará o cancelamento do registro do produto, que estiver em desacordo com as orientações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

§ 1º Para fins desta lei consideram-se Medidas Cautelares os procedimentos intentados para prevenção ou conservação da garantia da saúde pública. Trata-se de ato de prevenção do Poder Público, quando da gravidade do fato e do comprovado risco de lesão à saúde pública. Considera-se também a dispensabilidade de Processo Administrativo prévio para sua execução.

§ 2º Para fins desta lei considera-se reincidência o cometimento de infração à legislação sanitária, duas ou mais vezes dentro do período de um ano, contado da data da fiscalização.

§ 3º As multas previstas neste artigo e classificadas abaixo, atingirão o grau máximo, no caso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e meios a seu alcance para cumprir a lei:

- a) leves - aquelas em que o infrator for beneficiado por circunstância atenuante;
- b) graves - aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- c) gravíssimas - aquelas em que for verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 4º A suspensão de que trata o inciso IV cessará quando sanado o risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de franquia de atividade à ação fiscalizadora.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

§ 5º A interdição de que trata o inciso VII poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 6º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, o registro será automaticamente cancelado.

§ 7º As penalidades previstas nos incisos deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração.

Art. 13 A pena de multa será cobrada em moeda corrente, corrigida anualmente pela UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) obedecidos aos seguintes critérios:

I - de R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00 nas infrações leves;

II - de R\$ 1.200,00 a R\$ 4.000,00 nas infrações graves;

III - de R\$ 4.200,00 a R\$ 8.000,00 nas infrações gravíssimas.

Art. 14 As infrações ao disposto nesta lei serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura do auto de infração.

Art. 15 Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso dirigido ao Gestor do órgão competente, em que será assegurado o direito à ampla defesa e contraditória, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da infração.

§ 1º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o processo será julgado em primeira instância administrativa pela Comissão Recursal Especial do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º A Comissão Recursal de que trata o parágrafo anterior será constituída por Ato do Poder Executivo Municipal.

Capítulo IV
DAS TAXAS

Art. 16 Ficam instituídas taxas relativas à inspeção sanitária e vistoria, cujos valores constarão do Anexo Único que integra a presente Lei.

Art. 17 O fato gerador das taxas de que trata o artigo anterior é o exercício do poder de polícia, bem como a utilização efetiva ou potencial dos serviços de inspeção municipal postos à disposição dos estabelecimentos e produtores abrangidos pelas disposições desta Lei.

Capítulo V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Os recursos financeiros necessários à implementação desta Lei Complementar serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

observando-se a necessidade de criação de Projeto-Atividade e dotação específica para as atividades.

Art. 19 Ficam revogadas as disposições em contrário em especial os dispositivos contrários dispostos na lei Complementar nº 1.100/95.

Art. 20 Esta lei complementar, no que couber, será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Esta lei complementar entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, em 14 de fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ANEXO I
DAS TAXAS DE REGISTRO E ANÁLISE

I - Pelo Registro de Estabelecimentos:

Conforme a Classificação do Estabelecimento	Taxa Única R\$
a) Estabelecimento de Carnes e Derivados a.1) abatedouro – frigorífico a.2) unidade de beneficiamento de carnes e produtos cárneos	400,00 200,00
b) Estabelecimento de Pescados e Derivados b.1) barco-fábrica e abatedouro –frigorífico b.2) unidade de beneficiamento de pescados e estação depuradora de moluscos bivalves	200,00 200,00
c) Estabelecimentos de Leite e Derivados e de Leite das demais espécies. c.1) Posto de refrigeração c.2) granja leiteira e queijeira c.3) fábrica de laticínios e usina de beneficiamento	200,00 200,00 200,00
d) Estabelecimento de Ovos e Derivados d.1) granja avícola d.2) unidade de beneficiamento de ovos e derivados	100,00 100,00
e) Estabelecimento de Produtos de abelha e Derivados e.1) unidade de extração e beneficiamento e.2) entreposto de beneficiamento	100,00 100,00
f) Estabelecimento de Produtos Não Comestíveis f.1) unidade de beneficiamento	200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

II – Pelo Registro de Rótulos e Produtos	R\$ 20,00 por rótulo
III – Pela vistoria de reforma e ampliação da área construída	isento
IV – Alteração do Contrato Social	isento
V – Transferência da Razão Social	isento
VI – Alteração de classificação do estabelecimento	isento
VII – Suspensão temporária do SIM	isento
VIII– Baixa definitiva/cancelamento do SIM	isento
IX – Pela fiscalização no SIM	

Conforme a Classificação do Estabelecimento	Taxa Anual
a) Estabelecimento de Carnes e Derivados	
a.1) abatedouro – frigorífico	400,00
a.2) unidade de beneficiamento de carnes e produtos cárneos	200,00
b) Estabelecimento de Pescados e Derivados	
b.1) barco-fábrica e abatedouro –frigorífico	200,00
b.2) unidade de beneficiamento de pescados e estação depuradora de moluscos bivalves	200,00
c) Estabelecimentos de Leite e Derivados e de Leite das demais espécies e derivados.	200,00
c.1) Posto de refrigeração	200,00
c.2) granja leiteira e queijeira	200,00
c.3) fábrica de laticínios e usina de beneficiamento	
d) Estabelecimento de Ovos e Derivados	
d.1) granja avícola	100,00
d.2) unidade de beneficiamento de ovos e derivados	100,00
e) Estabelecimento de Produtos de abelha e Derivados	
e.1) unidade de extração e beneficiamento	100,00
e.2) entreposto de beneficiamento	100,00
f) Estabelecimento de Produtos Não Comestíveis	
f.1) unidade de beneficiamento	200,00

VI – Pela fiscalização no SISBI	R\$ 500,00
--	------------

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 41/2020

Publicação Nº 2359072

CONTRATO Nº 41/2020**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de São Bernardino – SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **ADELI JOSÉ RIFFEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a Sra. **CLARICE OLIVEIRA BRITO WERNER**, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada na Comunidade de LINHA ALFA IV, S/N, no interior do Município de São Bernardino-SC, inscrita no CPF sob nº 05590180961, doravante denominado **CONTRATADA**, fundamentados nas disposições da [Lei nº 11.947/2009](#) e da [Lei nº 8.666/93](#), e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo Licitatório nº 08/2020, modalidade de dispensa de licitação para compras e serviços, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2020, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com o Processo Administrativo n. 08/202020, Dispensa de Licitação n. 05/2020 e a Chamada Pública n.º 01/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 3.751,00 (três mil setecentos e cinquenta e um reais).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os

encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
Item 01 BATATA DOCE DE 1ª QUALIDADE, UNIDADES GRANDES, ÍNTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, SEM RACHADURAS E PERFURAÇÕES;	kg	80	semanal	2,80	224,00
Item 02 BERGAMOTA, (INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS).	kg	80	semanal	3,90	312,00
Item 7 REPOLHO VERDE, DE 1ª QUALIDADE, LIMPO E NOVO, COM AUSÊNCIA DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS;	kg	100	semanal	4,00	400,00
Item 8 FEIJÃO PRETO EMBALAGEM DE 1 KG, O FEIJÃO DEVE SER DE 1ª QUALIDADE, GRUPO 1, SEM CARUNCHOS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, SUJIDADES E A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, AS ESPECIFICAÇÕES DO	kg	150	semanal	5,30	795,00

PRODUTO E SELO DE PROCEDÊNCIA.					
Item 9					
COUVE-FLOR INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂ	kg	80	semanal	3,00	240,00
Item 10					
BRÓCOLIS INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS.	kg	80	semanal	3,00	240,00
Item 11					
MANDIOCA S/ CASCA BOA QUALIDADE E TAMANHO MÉDIO. TIPO BRANCA, PRIMEIRA QUALIDADE, RAÍZES GRANDES, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE, UNIFORMES, E FRESCA, SEM FERIMENTOS FRESCAS, SEM CASCA, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, EMBALAGEM COM ATÉ 3 KG.	kg	200	semanal	4,90	980,00
Item 16					
BETERRABA DE 1º QUALIDADE, SEM RÉSTIA, NOVA, SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR VERMELHO INTENSO, TAMANHO MÉDIO, SEM RUPTURAS	kg	100	semanal	2,80	280,00
Item 17					
CHUCHU DE TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTEIRO, DE 1º QUALIDADE, LIMPOS LIVRE DE BROTO, COLORAÇÃO PRÓPRIA.	kg	100	semanal	2,80	280,00

Valor Total do Contrato					3.751,00

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (67), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (72), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (75).

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no [§ 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013](#) as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2019, pela **Resolução**CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela **Resolução** CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), pela [Lei nº 8.666/1993](#) e pela [Lei nº 11.947/2009](#), em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 202.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Campo Erê – SC, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Bernardino - SC, 14 de fevereiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

CLARICE OLIVEIRA BRITTO WERNER
Contratada

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 42/2020

Publicação Nº 2359224



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**CONTRATO Nº 42/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de São Bernardino – SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **ADELI JOSÉ RIFFEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE**, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a ROD ESTADUAL SC 157, KM 15, na cidade de Novo Horizonte - SC, inscrita no CNPJ sob nº 07161133000199, neste ato representado pelo Sr. **NELSON MENEGASSO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Novo Horizonte - SC, inscrito no CPF nº 753.968.749-53 **CONTRATADA**, fundamentados nas disposições da [Lei nº 11.947/2009](#) e da [Lei nº 8.666/93](#), e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2020, Processo Licitatório nº 08/2020, modalidade de dispensa de licitação para compras e serviços, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2020, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com o Processo Administrativo n. 08/2020, Dispensa de Licitação n. 08/2020 e a Chamada Pública n.º 01/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 16.151,00 (dezesseis mil cento e cinquenta e um reais).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
Item 03 BOLACHA CASEIRA (MILHO, MAISENA, POLVILHO, GLACEADA E CÔCO). O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM EM POLIETILENO TRANSPARENTE;	KG	200,00	semanal	19,50	3.900,00
Item 04 CUCA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 700G, SEM RECHEIO E COM RECHEIO DE GOIABADA E DOCE DE LEITE, (UMA ENTREGA DEVERA SER SEM RECHEIO E OUTRA ENTREGA COM RECHEIO), COM FAROFA, MACIA, SEM PRESENÇA DE MATÉRIAS ESTRANHAS OU SUJIDADES, NÃO DEVE SER EMBALADA QUENTE NEM APRESENTAR-SE TOSTADA EM EXCESSO. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO;	Und	200,00	semanal	10,00	2.000,00
Item 05 LEITE UHT INTEGRAL EMB. 1 LT, COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES, CAIXAS EM ÓTIMAS CONDIÇÕES, SEM RUPTURAS E AMASSADOS, ENTREGUE CONFORME SOLICITADO.	Lt	2.000,00	semanal	2,80	5.600,00

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

Item 06	KG	30,00		15,20	456,00
MELADO BATIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 800 GRAMAS, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO; CONTENDO RÓTULO, COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE QUE ATENDA AS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			semanal		
Item 12	KG	25		20,00	500,00
ALHO INTACTO COM CABEÇA INTEIRA, DENTES GRANDES E UNIFORMES, FIRMES E COM BRILHO			Semanal		
Item 13	Und	50,00		7,90	395,00
PÃO DE MILHO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES, FEITO NO DIA DA ENTREGA. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE;			semanal		
Item 14	KG	50,00		18,00	900,00
QUEIJO TIPO COLONIAL LIMPO E HIGIENIZADO, ASPECTO SENSORIAL EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIVRE DE			semanal		

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

INSETOS, MICRORGANISMO OU OUTRA IMPUREZA QUE VENHA A COMPROMETER O ARMAZENAMENTO E A SAÚDE HUMANA					
Item 15 MACARRÃO CASEIRO COM OVOS (TIPO PARAFUSO E PENNE) CONTENDO SÊMOLA DE TRIGO. ISENTO DE IMPUREZAS E CORPOS ESTRANHOS;	KG	50,00	semanal	13,00	650,00
Item 18 MEL DE ABELHA PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO;	KG	20,00	semanal	25,00	500,00
Item 19 DOCE DE FRUTAS COM CALDO DE CANA, LARANJA, ABÓBORA, MELANCIA, MAMÃO E MANDIOCA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE 900 GRAMAS NÃO CONTENDO GLUTEN	KG	50	Semanal	12,00	600,0
Item 20 DOCE DE FRUTAS ARTESANAL, COM POLPA DE FRUTAS SABORES, UVA, FIGO, PERA E AÇUCAR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO DE 750 GRAMS NÃO CONTENDO GLUTEN	KG	50	Semanal	13,00	650,00
Valor Total do Contrato					16.151,00

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO**CLÁUSULA QUINTA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
2.019.3390.00 - 1371 - 75/2020 - Manutenção do Pré-Escolar 2.014.3390.00 - 1371 - 32/2020 -
Manutenção do Programa de Merenda Escolar 2.019.3390.00 - 1000 - 72/2020 - Manutenção do Pré-
Escolar 2.014.3390.00 - 1000 - 31/2020 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar
2.015.3390.00 - 1371 - 67/2020 - Manutenção da Creche 2.015.3390.00 - 1000 - 62/2020 -
Manutenção da Creche

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no [§ 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013](#) as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2019, pela **Resolução** CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela **Resolução** CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), pela [Lei nº 8.666/1993](#) e pela [Lei nº 11.947/2009](#), em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de dezembro de 202.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Campo Erê – SC, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.

Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Bernardino - SC, 14 de fevereiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

NELSON MENEGASSO
Contratada

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2020

Publicação Nº 2358786

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - DL Processo Administrativo: 8/2020 Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 14/01/2020
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSE RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2020
b) Licitação Nr.: 5/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 14/02/2020
e) Data da Adjudicação: 14/02/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação A PRESENTE CHAMADA PÚBLICA CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR de acordo com a §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), bem como pelas demais disposições.

		(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
CLARICE OLIVEIRA WERNER (3044)					
1	BATATA DOCE DE 1ª QUALIDADE, UNIDADES GRANDES, INTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, SEM RACHADURAS E PERFURAÇÕES;	KG	80	-	2,80 224,00
2	BERGAMOTA, (INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS).	KG	80	-	3,90 312,00
7	REPOLHO VERDE, DE 1ª QUALIDADE, LIMPO E NOVO, COM AUSÊNCIA DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS;	KG	100	-	4,00 400,00
8	FEIJÃO PRETO EMBALAGEM DE 1 KG, O FEIJÃO DEVE SER DE 1ª QUALIDADE, GRUPO 1, SEM CARUNCHOS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, SUJIDADES E A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E SELO DE PROCEDÊNCIA.	KG	150	-	5,30 795,00
9	COUVE-FLOR, INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂ	KG	80	-	3,00 240,00
10	BRÓCOLIS INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS.	KG	80	-	3,00 240,00
11	MANDIOCA S/ CASCA BOA QUALIDADE E TAMANHO MÉDIO. TIPO BRANCA, PRIMEIRA QUALIDADE, RAÍZES GRANDES, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE, UNIFORMES, E FRESCA, SEM FERIMENTOS FRESCAS, SEM CASCA, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, EMBALAGEM COM ATÉ 3 KG.	KG	200	-	4,90 980,00
16	BETERRABA DE 1ª QUALIDADE, SEM RÉSTIA, NOVA, SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR VERMELHO INTENSO, TAMANHO MÉDIO, SEM RUPTURAS	KG	100	-	2,80 280,00

São Bernardino, 14 de Fevereiro de 2020.

ADELI JOSE RIFFEL
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - DL
	Processo Administrativo: 8/2020 Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 14/01/2020

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CLARICE OLIVEIRA WERNER (3044)

17 CHUCHU DE TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTEIRO, DE 1ª QUALIDADE, LIMPOS LIVRE DE BROTO, COLORAÇÃO PRÓPRIA KG 100 - 2,80 280,00

Total do Fornecedor: 3.751,00

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HO (5042)

3 BOLACHA CASEIRA (MILHO, MAISENA, POLVILHO, GLACEADA E CÔCO), O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRAL, COM SABOR E ODO AGRADÁVEL. EMBALAGEM EM POLIETILENO TRANSPARENTE. KG 200 - 19,50 3.900,00

4 CUCA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 700G, SEM RECHEIO E COM RECHEIO DE GOIABADA E DOCE DE LEITE, (UMA ENTREGA DEVERÁ SER SEM RECHEIO E OUTRA ENTREGA COM RECHEIO), COM FAROFA, MACIA, SEM PRESENÇA DE MATÉRIAS ESTRANHAS OU SUJIDADES, NÃO DEVE SER EMBALADA QUENTE NEM APRESENTAR-SE TOSTADA EM EXCESSO. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, Und 200 - 10,00 2.000,00

5 LEITE UHT INTEGRAL EMB. 1 LT. COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES, CAIXAS EM ÓTIMAS CONDIÇÕES, SEM RUPTURAS E AMASSADOS, ENTREGUE CONFORME SOLICITADO. Lt 2000 - 2,80 5.600,00

6 MELADO BATIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 800 GRAMAS, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, contendo rótulo, com informações nutricionais, data de fabricação e validade que atenda as normas da vigilância sanitária. KG 30 - 15,20 456,00

12 ALHO INTACTO COM CABEÇA INTEIRA, DENTES GRANDES E UNIFORMES, FIRMES E COM BRILHO. KG 25 - 20,00 500,00

13 PÃO DE MILHO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES, FEITO NO DIA DA ENTREGA. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Und 50 - 7,90 395,00

14 QUEIJO TIPO COLONIAL LIMPO E HIGIENIZADO, ASPECTO SENSORIAL EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIVRE DE INSETOS, MICROORGANISMO OU OUTRA IMPUREZA QUE VENHA A COMPROMETER O ARMAZENAMENTO E A SAÚDE HUMANA KG 50 - 18,00 900,00

15 MACARRÃO CASEIRO COM OVOS (TIPO PARAFUSO E PENNE) CONTENDO SÊMOLA DE TRIGO. ISENTOS DE IMPUREZAS E CORPOS ESTRANHOS, KG 50 - 13,00 650,00

18 MEL DE ABELHA PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, KG 20 - 25,00 500,00

19 DOCE DE FRUTAS COM CALDO DE CANA, LARANJA, ABÓBORA, MELÂNCIA, MAMÃO E MANDIOCA ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE 900 GRAMAS NÃO CONTENDO GLUTEN. Und 50 - 12,00 600,00

20 DOCE DE FRUTAS ARTESANAL, COM POLPA DE FRUTAS SABORES, UVA, FIGO E PERA, E AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO DE 750 GRAMAS NÃO CONTENDO GLUTEN. Und 50 - 13,00 650,00

Total do Fornecedor: 16.151,00

Total Geral: 19.902,00

São Bernardino, 14 de Fevereiro de 2020.

ADELI JOSE RIFFEL
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 5/2020 - DL

Processo Administrativo: 8/2020
Processo de Licitação: 8/2020
Data do Processo: 14/01/2020

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (67), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (72), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (75)

São Bernardino, 14 de Fevereiro de 2020.

.....
ADELI JOSE RIFFEL
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - DL Processo Administrativo: 8/2020 Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 14/01/2020
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSE RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2020
b) Licitação Nr.: 5/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 14/02/2020
e) Data da Adjudicação: 14/02/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação A PRESENTE CHAMADA PÚBLICA CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR de acordo com a §1º do art 14 da Lei n.º 11.947/2009 Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), bem como pelas demais disposições.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

CLARICE OLIVEIRA WERNER (3044)

1 BATATA DOCE DE 1ª QUALIDADE, UNIDADES GRANDES, INTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, SEM RACHADURAS E PERFURAÇÕES;	KG	80	-	2,80	224,00
2 BERGAMOTA, (INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS).	KG	80	-	3,90	312,00
7 REPOLHO VERDE, DE 1ª QUALIDADE, LIMPO E NOVO, COM AUSÊNCIA DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS;	KG	100	-	4,00	400,00
8 FEIJÃO PRETO EMBALAGEM DE 1 KG, O FEIJÃO DEVE SER DE 1ª QUALIDADE, GRUPO 1, SEM CARUNCHOS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, SUJIDADES E A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO E SELO DE PROCEDÊNCIA.	KG	150	-	5,30	795,00
9 COUVE-FLOR INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂ	KG	80	-	3,00	240,00
10 BRÓCOLIS INTACTO, SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS.	KG	80	-	3,00	240,00
11 MANDIOCA S/ CASCA BOA QUALIDADE E TAMANHO MÉDIO. TIPO BRANCA, PRIMEIRA QUALIDADE, RAÍZES GRANDES, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE, UNIFORMES, E FRESCA, SEM FERIMENTOS FRESCAS, SEM CASCA, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, EMBALAGEM COM ATÉ 3 KG.	KG	200	-	4,90	980,00
16 BETERRABA DE 1ª QUALIDADE, SEM RÉSTIA, NOVA, SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR VERMELHO INTENSO, TAMANHO MÉDIO, SEM RUPTURAS	KG	100	-	2,80	280,00

São Bernardino, 14 de Fevereiro de 2020.

ADELI JOSE RIFFEL
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - DL
	Processo Administrativo: 8/2020 Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 14/01/2020

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CLARICE OLIVEIRA WERNER (3044)

17 CHUCHU DE TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTEIRO, DE 1ª QUALIDADE, LIMPOS LIVRE DE BROTO, COLORAÇÃO PRÓPRIA KG 100 - 2,80 280,00

Total do Fornecedor: 3.751,00

COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HO (5042)

3 BOLACHA CASEIRA (MILHO, MAISENA, POLVILHO, GLACEADA E CÔCO), O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE INTEGRAL, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM EM POLIETILENO TRANSPARENTE. KG 200 - 19,50 3.900,00

4 CUCA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 700G, SEM RECHEIO E COM RECHEIO DE GOIABADA E DOCE DE LEITE, (UMA ENTREGA DEVERÁ SER SEM RECHEIO E OUTRA ENTREGA COM RECHEIO), COM FAROFA, MACIA, SEM PRESENÇA DE MATÉRIAS ESTRANHAS OU SUJIDADES, NÃO DEVE SER EMBALADA QUENTE NEM APRESENTAR-SE TOSTADA EM EXCESSO. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, Und 200 - 10,00 2.000,00

5 LEITE UHT INTEGRAL EMB. 1 LT. COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES, CAIXAS EM ÓTIMAS CONDIÇÕES, SEM RUPTURAS E AMASSADOS, ENTREGUE CONFORME SOLICITADO. Lt 2000 - 2,80 5.600,00

6 MELADO BATIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 800 GRAMAS, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, contendo rótulo, com informações nutricionais, data de fabricação e validade que atenda as normas da vigilância sanitária. KG 30 - 15,20 456,00

12 ALHO INTACTO COM CABEÇA INTEIRA, DENTES GRANDES E UNIFORMES, FIRMES E COM BRILHO. KG 25 - 20,00 500,00

13 PÃO DE MILHO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G, FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES, FEITO NO DIA DA ENTREGA. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Und 50 - 7,90 395,00

14 QUEIJO TIPO COLONIAL LIMPO E HIGIENIZADO, ASPECTO SENSORIAL EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIVRE DE INSETOS, MICROORGANISMO OU OUTRA IMPUREZA QUE VENHA A COMPROMETER O ARMAZENAMENTO E A SAÚDE HUMANA KG 50 - 18,00 900,00

15 MACARRÃO CASEIRO COM OVOS (TIPO PARAFUSO E PENNE) CONTENDO SÊMOLA DE TRIGO. ISENTOS DE IMPUREZAS E CORPOS ESTRANHOS, KG 50 - 13,00 650,00

18 MEL DE ABELHA PURO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, KG 20 - 25,00 500,00

19 DOCE DE FRUTAS COM CALDO DE CANA, LARANJA, ABÓBORA, MELÂNCIA, MAMÃO E MANDIOCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE 900 GRAMAS NÃO CONTENDO GLUTEN. Und 50 - 12,00 600,00

20 DOCE DE FRUTAS ARTESANAL, COM POLPA DE FRUTAS SABORES, UVA, FIGO E PERA, E AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO DE 750 GRAMAS NÃO CONTENDO GLUTEN. Und 50 - 13,00 650,00

Total do Fornecedor: 16.151,00

Total Geral: 19.902,00

São Bernardino, 14 de Fevereiro de 2020.

ADELI JOSE RIFFEL
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 5/2020 - DL

Processo Administrativo: 8/2020
Processo de Licitação: 8/2020
Data do Processo: 14/01/2020

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (67), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (72), 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (75)

São Bernardino, 14 de Fevereiro de 2020.

.....
ADELI JOSE RIFFEL
Prefeito Municipal

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 10/2020

Publicação Nº 2359741

Decreto CTB Nº 10/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 105.190,25 (cento e cinco mil, cento e noventa reais e vinte e cinco centavos).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 105.190,25 (cento e cinco mil, cento e noventa reais e vinte e cinco centavos), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01.15.452.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.154.17- - Aplicações Diretas R\$ 71.726,76

12.01.15.451.0008.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00.0727 - Aplicações Diretas R\$ 16.437,20

12.01.15.452.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.154.08- Aplicações Diretas R\$ 17.026,29

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de fevereiro de 2020

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº006/2020

Publicação Nº 2358673



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

006/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): KATIA CRYSTINA ROLIM, residente na AVENIDA SANTA CATARINA 1688, AP 403 B1.05 ED VALE DAS AGUAS, CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 5.729.989, CPF nº: 087.813.319-40, doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Cantinho Alegre que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

KATIA CRYSTINA ROLIM
CPF: 087.813.319-40
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº007/2020

Publicação Nº 2358675



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****007/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): JAQUELINE PEDROSO DA SILVA, residente na RUA GETULIO VARGAS 73, BAIRRO CRISTO REI, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 5.957.010, CPF nº: 080.415.819-35, doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor de Educação Infantil, com 40 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado – Extensão, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

JAQUELINE PEDROSO DA SILVA
CPF: 080.415.819-35
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº008/2020

Publicação Nº 2358676



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****008/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): NAIRANA TERRES, residente na AVENIDA SANTA CATARINA, 1688, AP 204, BL01 ED VALE DAS AGUAS, CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 4.589.483, CPF nº: 042.247.039-20, doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor de Arte, com 20 horas semanais, junto ao EM Pe Jorge Annecken – Bela Vista, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam serem dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

NAIRANA TERRES
CPF: 042.247.039-20
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº009/2020

Publicação Nº 2358679



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****009/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): GESEBEL MERLO CORREIA ONGARATTO, residente na LINHA GRAMADOS, INTERIOR, Município de AGUAS DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 6.148.361 CPF nº: 810.856.210-49, doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com 20 horas semanais, junto ao EM Pe Jorge Annecken – Bela Vista, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

GESEBEL MERLO CORREIA ONGARATTO
CPF: 810.856.210-49
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº010/2020

Publicação Nº 2358680



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****010/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): WILMARA AZZOLINI LEVINSKI, residente na RUA URUGUAI, Município de PALMITOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 2.169.666 CPF nº: 621.299.539-72, doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 40 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

WILMARA AZZOLINI LEVINSKI
CPF: 621.299.539-72]
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2020

Publicação Nº 2358681



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****011/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): DEISI PIGOZZO NUNES, residente na LINHA MORAES, INTERIOR, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 4.814.307 CPF nº: 046.309.949-47 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Criança Feliz, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

DEISI PIGOZZO NUNES
CPF: 046.309.949-47
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº012/2020

Publicação Nº 2358682



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****012/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): DIANA SAIONARA HENDGES SCHLEICHER, residente na TR UM FRED WESTPHALEN, 57, CENTRO Município de ALPESTRE, Estado do Rio Grande do Sul, portador(a) do documento de Identidade Nº: 5097044639 CPF nº: 026.827.380-44 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Aquarela, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

DIANA SAIONARA HENDGES SCHLEICHER
CPF: 026.827.380-44
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº013/2020

Publicação Nº 2358684



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****013/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARLISE SCHLOSSER, residente na LINHA SANTA TEREZINHA, INTERIOR, Município de PALMITOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 1123168039 CPF nº: 055.555.229-24 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado - Extensão, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

MARLISE SCHLOSSER
CPF: 055.555.229-24
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº015/2020

Publicação Nº 2358687



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****015/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): CRISTIANE DANIELA BECKER, residente na RUA PARA, 199, BALNEARIO DE PRATAS, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 4.970.441 CPF nº: 057.316.579-39 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Pequeno Príncipe e 20 horas semanais, junto ao CEIM Rabisco, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

CRISTIANE DANIELA BECKER
CPF: 057.316.579-39
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº016/2020

Publicação Nº 2358688



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****016/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): SILMARA KROTH RAUPP, residente na RUA GETULIO VAGAS, 62 BAIRRO CRISTO REI, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 5.543.550 CPF nº: 070.877.339-74 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 40 horas semanais, junto ao CEIM Cantinho Alegre, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

SILMARA KROTH RAUPP
CPF: 070.877.339-74
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº018/2020

Publicação Nº 2358694



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****018/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): VALERIA INES CORAZZA, residente na RUA JOAO C MACHADO, 251 AP 15 CENTRO, Município de IRAI, Estado do Rio Grande Do Sul, portador(a) do documento de Identidade Nº: 5109289677 CPF nº: 030.914.940-12 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Ciências, com 20 horas semanais, junto ao EM Pe Jorge Annecken, EM Nicolau Gouverneur, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

VALERIA INES CORAZZA
CPF: 030.914.940-12
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº019/2020

Publicação Nº 2358695



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****019/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARIELE CRITINA GOTTSCHALK, residente na LINHA MARCELINO, INTERIOR, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 4.970.500 CPF nº: 053.993.579-41 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) Corregente, com 20 horas semanais, junto ao EM Prof. Mario Xavier dos Santos, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

MARIELE CRITINA GOTTSCHALK
CPF: 053.993.579-41
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº020/2020

Publicação Nº 2358696



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****020/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): ANA MARIA DE SOUZA LUCAS, residente na RUA HENRIQUE MOHR, SN, Município de AGUAS DE CHAPECO Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 5.543.244 CPF nº: 095.648.649-50 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Criança Feliz, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

ANA MARIA DE SOUZA LUCAS
CPF: 095.648.649-50
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº021/2020

Publicação Nº 2358698



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****021/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): IZABEL ROSICLER KLIER, residente na LINHA MARCELINO, INTERIOR, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº: 4.466.156 CPF nº: 062.983.619-10 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 40 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encatado - Extensão, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

IZABEL ROSICLER KLIER
CPF: 062.983.619-10
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº022/2020

Publicação Nº 2358699



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****022/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARCIA BEATRIZ RAMME, residente na LINHA SANTA LUCIA, INTERIOR, Município de CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº:5.691.513 CPF nº: 093.351.939-76 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao EM Pe Jorge Annecken, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

MARCIA BEATRIZ RAMME
CPF: 093.351.939-76
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº023/2020

Publicação Nº 2358702



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****023/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): ANDRESSA BARBARA KERN, residente na LINHA SÃO ROQUE, INTERIOR, Município de CUNHATAI, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº5.729.173 CPF nº: 087.610.269-05 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao EM Pe Jorge Annecken, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

ANDRESSA BARBARA KERN
CPF: 087.610.269-05
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº024/2020

Publicação Nº 2358705



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****024/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): SIDONIA MALAGARETE CODOGNO, residente na AVENIDA JOIVILE 430, CENTRO, Município de AGUAS DE CHAPECO, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº12R-3.128.024 CPF nº: 021.097.679-95 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 40 horas semanais, junto ao EM Prof Mario Xavier dos Santos, em substituição a vaga da Professora Janice Stoffel, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

SIDONIA MALAGARETE CODOGNO
CPF: 021.097.679-95
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº025/2020

Publicação Nº 2358706



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****025/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARCIA SCHONBERGER, residente na RUA GUIDO KUNRATH 65, CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº3.657.216 CPF nº: 028.828.959-50 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) Corregente, com 20 horas semanais, junto ao EM Prof Mario Xavier dos Santos, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam serem dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

MARCIA SCHONBERGER
CPF: 028.898.959-50
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº026/2020

Publicação Nº 2358708



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****026/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): PATRICIO GIONGO, residente na RUA BRUSQUE 56, BAIRRO SÃO CRISTIVÃO Município de AGUAS DE CHAPECO, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 4.256.154 CPF nº: 045.745.139-42 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Física, com 40 horas semanais, junto ao EM Pe Nicolau Gouverneur, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

PATRICIO GIONGO
CPF: 045.745.139-42
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº027/2020

Publicação Nº 2358719



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****027/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): VANESSA WICKERT, residente na AV JOIVILLE, 681, CENTRO Município de AGUAS DE CHAPECO, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 5.521.367-7 CPF nº: 072.516.319-46 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) Corregente, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Criança Feliz, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

VANESSA WICKERT
CPF: 072.516.319-46
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº028/2020

Publicação Nº 2358721



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****028/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): LUCIANE HEMSING BOITA, residente na RUA PAUL HARRIS 326, CENTRO Município de SÃO CARLOS/SC, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 3.848.075 CPF nº: 030.272.789-24 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Cantinho Alegre, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

LUCIANE HEMSING BOITA
CPF: 030.272.789-24
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº029/2020

Publicação Nº 2358723



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****029/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): BEATRIZ ROATTI, residente na RUA MANOEL KLAUCK, 25, CRISTO REI Município de SÃO CARLOS/SC, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 1106744863 CPF nº: 025.372.789-84 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de História, com 20 horas semanais, junto ao EM Pe Jorge Annecken / EM Prof Mario Xavier dos Santos, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

BEATRIZ ROATTI
CPF: 025.372.789-84
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº030/2020

Publicação Nº 2358725



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****030/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): CRISTIELE BRUTSCHER, residente na LINHA SÃO PEDRO, INTERIOR Município de SÃO CARLOS/SC, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 4.910.271 CPF nº: 060.958.259-38 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Criança Feliz, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

CRISTIELE BRUTSCHER
CPF: 060.958.259-38
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº031/2020

Publicação Nº 2358726



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****031/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): BRUNA MEZZOMO, residente na LINHA PROGRESSO, INTERIOR Município de PLANALTO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 5.286.130 CPF nº: 066.960.529-84 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, com 40 horas semanais, junto ao CEIM Cantinho Alegre, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

BRUNA MEZZOMO
CPF: 066.960.529-84
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº032/2020

Publicação Nº 2358729



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****032/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): RAQUEL ZAMONER, residente na LINHA MORAES, INTERIOR Município de SÃO CARLOS Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 4.686.041 CPF nº: 034.459.969-89 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto ao EM Prof Mario Xavier dos Santos, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

RAQUEL ZAMONER
CPF:034.459.969-89
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº033/2020

Publicação Nº 2358730



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****033/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARAIKE ULSENHEIMER MASSING, residente na RUA MIGUEL COUTO,65, CENTRO, Município de SAUDADES, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 5.729.390 CPF nº:110.345.769-17 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

MARAIKE ULSENHEIMER MASSING
CPF: 110.345.769-17
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº034/2020

Publicação Nº 2358733



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****034/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): SIRLENE CRISTIANE RODRIGUES, residente na AVENIDA SANTA CATARINA, 1688, CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 5.843.185 CPF nº:073.170.749-42 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado - Extensão, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

SIRLENE CRISTIANE RODRIGUES
CPF: 073.170.749-42
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº035/2020

Publicação Nº 2358736



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****035/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): TAIS REGINA GOELZER, residente na RUA BRASILIA, 99, BALNEARIO DE PRATAS, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 7.272.453 CPF nº:114.356.899-09 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Pequeno Príncipe, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

TAIS REGINA GOELZER
CPF: 114.356.899-09114.356.899-09
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº036/2020

Publicação Nº 2358737



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****036/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): GILMARA PITT, residente na RODOVIA SC 283, BAIRRO OLARIA, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 3.668.582 CPF nº:034.241.319-89 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado - Extensão, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

GILMARA PITT
CPF: 034.241.319-89
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº037/2020

Publicação Nº 2358740



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****037/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARIA CELESTINA SCHAFER, residente na RUA KONRAD ADENAUER, 945 – BAIRRO FRIGORIFICO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 1.014.774 CPF nº:799.977.839-72 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 30 horas semanais, junto ao CEIM Cantinho Alegre, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

MARIA CELESTINA SCHAFER
CPF: 799.977.839-72
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº038/2020

Publicação Nº 2358895



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****038/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): ROANE CAROLINE DE JESUS DUARTE, residente na RUA AMAZONAS, 502 – BALNEÁRIO DE PRATAS, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 5.957.216 CPF nº:086.837.489-01 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 30 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

ROANE CAROLINE DE JESUS DUARTE
CPF: 086.837.489-019
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº039/2020

Publicação Nº 2358896



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****039/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): THAYARA ELY, residente na RUA CASTELO BRANCO, 129 – CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 4.500.081 CPF nº:083.010.149-70 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto ao CEIM Mundo Encantado, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

THAYARA ELY
CPF: 083.010.149-70
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº040/2020

Publicação Nº 2358898



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****040/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): DANIELA HENSEL, residente na SC 283 – BAIRRO OLARIA, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 3102369653 CPF nº:038.216.380-01 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Estagiaria, com 30 horas semanais, junto ao CEIM Pequeno Príncipe, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 10/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 10 de Fevereiro de 2020

DANIELA HENSEL
CPF: 038.216.380-01
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2020

Publicação Nº 2359600

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPOE SOBRE A AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.460/2017.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA

Art. 1º - Será realizada anualmente pesquisa de satisfação para avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - Satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e,

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

Art. 2º - O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade cada ano, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, responsável pela organização, realização e divulgação da pesquisa de satisfação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos/SC, 14 de fevereiro de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal de São Carlos/SC.

Registre-se e Publique-se

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2020

Publicação Nº 2358638

DECRETO Nº 024/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão de Execução e Acompanhamento do Processo Seletivo 005/2020:

VOLNEI MUMBER
ILIANE MARIA KERN
MARIA CÉLIA FRÖHLICH
DENISE KESSLER
MARLENE ALEXIUS DIEL

Art. 2º. – Aos membros integrantes desta comissão não será paga qualquer remuneração em decorrência de sua participação ou atuação, sendo estas consideradas como serviço de caráter relevante para o município.

Art. 3º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal de São Carlos/SC.

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 14/2020

Publicação Nº 2359989

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 14/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2020, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de um veículo utilitário para secretaria de Agricultura, convênio proposta 5545/2019.

Vencimento: 28/02/2020 as 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1019, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359766

DECRETO Nº 1019, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 13751, na data de 10 de fevereiro de 2020, através do qual o servidor, solicitou exoneração do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste município;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Cleomir Carvalho dos Santos, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 653, de 21 de fevereiro de 2019 no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1023, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359768

DECRETO Nº 1023, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012 e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 13754, de 11 de fevereiro de 2020 solicitando exoneração do cargo;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido servidora pública municipal Vandra Cecatto de Oliveira, do cargo Temporário (ACT) de Professor PD/D-IV (Educação Infantil), 20 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 013/2020 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Vandra Cecatto de Oliveira.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1024 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020 (1)

Publicação Nº 2359877

DECRETO Nº 1024, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.
Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012 e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 13752, de 10 de fevereiro de 2020 solicitando exoneração do cargo;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido servidora pública municipal Sara Jane Corso Griss, do cargo Temporário (ACT) de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), 20 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 018/2020 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Sara Jane Corso Griss.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1025 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020 (11)

Publicação Nº 2359878

DECRETO Nº 1025, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.
Dispõe sobre a Dispensa de empregada pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0017, de 21/12/2007, e Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal protocolo nº 13201, na data de 25 de novembro de 2019, através do qual a empregada Valdivina Pires da Silva, solicita dispensa do cargo de Agente Comunitário de Saúde, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a pedido a empregada Valdivina Pires da Silva, ocupante do emprego de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir do desta data;

Art. 2º Fica revogada a Portaria 555, de 01 de outubro de 2018, no que diz respeito a empregada.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 11 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1026 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 (10)

Publicação Nº 2359880

DECRETO Nº 1026, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Admite empregada pública aprovada em Processo Seletivo Público.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/2007, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde Juliana Dutra;
- Considerando o Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2018, de 30 de outubro de 2018;
- Considerando o Edital nº 012, de 27 de dezembro de 2018, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Público edital nº 001/2018;
- Considerando que os Agentes de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde);
- Considerando que o município de São Domingos encontra-se em monitoramento diário, quanto ao mosquito Aedes Aegypti, devido ao grande número de focos encontrados em residências e estabelecimentos comerciais;
- Considerando que as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Agente de Combate às Endemias, são fundamentais para prevenir e controlar as doenças;
- Considerando a necessidade da realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da saúde pública do município;
- Considerando a desistência da quarta classificada no Processo Seletivo Público 001/2018, Elis Paulina de Quadros Elger ;
- Considerando os princípios da legalidade e dos atos públicos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora Juliana Briske dos Anjos, para exercer o emprego público de Agente de Combate à Endemias, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º Este emprego será regido pelo Regime Jurídico Celetista, enquadrado no Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/43 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), previsto no artigo 201 da Constituição Federal e incluído no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

§ 2º A empregada integrará o Quadro Anexo VI - Empregos Públicos – Grupo 1 – Atividades de Nível Fundamental – ANF, Código 91.02, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1028 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020 (8)

Publicação Nº 2359881

DECRETO Nº 1028, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012 e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 13770, de 13 de fevereiro de 2020 solicitando exoneração do cargo;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido servidora pública municipal Ana Carolina Bertuzzi, do cargo Temporário (ACT) de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), 20 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 034/2020 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora, Ana Carolina Bertuzzi.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1029 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020 (7)

Publicação Nº 2359882

DECRETO Nº 1029, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012 e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 13758, de 12 de fevereiro de 2020 solicitando exoneração do cargo;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido servidora pública municipal Andreia Scheffer Mazurek, do cargo Temporário (ACT) de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), 20 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 035/2020 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora, Andreia Scheffer Mazurek.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1030 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020 (6)

Publicação Nº 2359883

DECRETO Nº 1030, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 13762, na data de 12 de fevereiro de 2020, através do qual a servidora, solicitou exoneração do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste município;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal, Silvana Bazzi de Lara Veiga, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 653, de 21 de fevereiro de 2019 no que diz respeito a servidora.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13, de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1031 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 (5)

Publicação Nº 2359886

DECRETO Nº 1031, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; pela Lei 1.132/1998, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012 e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 13773, de 14 de fevereiro de 2020 solicitando exoneração do cargo;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido servidora pública municipal Edinéia dos Santos Walendorff, do cargo Temporário (ACT) de Professor PD/D-IV (Educação Infantil), 20 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 050/2020 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora, Edinéia dos Santos Walendorff.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1032 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 (4)

Publicação Nº 2359890

DECRETO Nº 1032, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Daiane Weizmann Vas Segalin, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.01, Nível CC-04, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir do dia 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1033 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 (3)

Publicação Nº 2359895

DECRETO Nº 1033, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Público edital nº 001/2019;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando a desistência das vaga assumida pela candidata Andreia Scheffer Mazurek;
- Considerando o sexto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Edinéia dos Santos Walendorff, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até o término do ano letivo de 2020, conforme estabelece a lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1034 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359843

DECRETO Nº 1034, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;
- Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Público edital nº 001/2019;
- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
- Considerando a desistência das vaga assumida pela candidata Ana Carolina Bertuzzi;
- Considerando o sexto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Francieli Correa de Mello para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será até o término do ano letivo de 2020, conforme estabelece a lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.288/2020

Publicação Nº 2358839

DECRETO Nº 3.288, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.299, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.299, de 13 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil Reais), ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020 combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01020000 - Rec.de impostos e de transf. imp - Saúde

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 705.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

2114 - Manutenção do Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01020000 - Rec.de impostos e de transf. imp - Saúde R\$ 705.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 705.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS

Prefeito Interino

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

DECRETO Nº 3.289/2020

Publicação Nº 2359164

DECRETO Nº 3.289, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 59, inciso VI, e artigo 84, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Ponto Facultativo, em virtude das festividades de Carnaval, nos dias 24, 25 e 26 de Fevereiro de 2020, nas Repartições Públicas Municipais, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvados os serviços considerados de caráter essencial, tais como: coleta de lixo e plantão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. São também considerados serviços de caráter essencial os Centros de Atendimento ao Turista, localizados no Centro Histórico, Enseada e Rocio Grande, Museu Histórico, Museu de Arte Sacra e o Parque Ecológico Municipal 'Celso Amorim Salazar Pessoa'.

Art. 2º Os órgãos administrativos responsáveis pelos serviços considerados de caráter essencial deverão manter escalas de modo que seja assegurada a prestação ininterrupta dos mesmos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 14 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 003-2020 - APAE

Publicação Nº 2359144

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
FEVEREIRO/2020

TERMO DE FOMENTO nº 003-2020

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

OBJETO: Manutenção de suas atividades sociais e administrativas, visando o atendimento de 108 pessoas com deficiências.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 11 de Fevereiro de 2020.

São Francisco do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.

Claudia Garcia de Oliveira
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 004-2020 - LAR DOS IDOSOS

Publicação Nº 2359143

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
FEVEREIRO/2020

TERMO DE FOMENTO nº 004-2020

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTÃ SÃO PAULO APÓSTOLO – LAR DOS IDOSOS.

OBJETO: Manutenção de suas atividades sociais e administrativas, visando o auxílio nos serviços de acolhimento institucional de idosos.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 11 de Fevereiro de 2020.

São Francisco do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.

Claudia Garcia de Oliveira
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº005-2019 - REDE FEMININA

Publicação Nº 2359145

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
FEVEREIRO/2020

TERMO DE FOMENTO nº 005-2020

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC

CONTRATADO: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO FRANCISCO DO SUL

OBJETO: Manutenção de suas atividades sociais e administrativas, visando o auxílio no diagnóstico, combate e prevenção ao câncer.

VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 11 de Fevereiro de 2020.

São Francisco do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.

Claudia Garcia de Oliveira
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR N. 102/2020

Publicação Nº 2358848

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA, ATRIBUIÇÕES, HABILITAÇÕES E VENCIMENTOS DOS OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENFERMEIRO E ENGENHEIRO CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei consolida o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos ocupantes do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro e Engenheiro Civil.

§1º Os servidores públicos ocupantes dos cargos previstos na presente lei ficam vinculados ao regime estatutário que se dividem em cargos permanentes e cargos em extinção.

§2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – Cargos permanentes: o conjunto de cargos de carreira;

II – Cargos em extinção: o conjunto de cargos de carreira que serão extintos após sua vacância;

III – Cargos de carreira: aqueles que se escalonam em padrões de vencimentos para acesso privativo de seus titulares;

IV – Carreira: o desenvolvimento funcional do servidor público por meio de promoções previstas em lei;

V – Classe de cargos: o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e grau de responsabilidade, mesmo padrão inicial de vencimento e substancialmente idênticos quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;

VI – Grupo ocupacional: o conjunto de cargos de carreira com afinidades entre si quanto ao grau de conhecimento escolar exigido para seu desempenho;

VII – Categorias funcionais: os agrupamentos de cargos de carreiras situados no mesmo intervalo de classes e níveis da tabela do quadro de provimento e com igual vencimento, distribuídas em categorias do número um (01) ao número quatro (04);

VIII – Nível de vencimentos: a escala vertical de nível de vencimentos atribuídos a uma determinada categoria;

IX – Classe de vencimento: o valor do vencimento, identificado por letras de "A" até "N", atribuído ao cargo dentro do nível de vencimentos;

X – Interstício: o lapso de tempo fixado para que o servidor se habilite a promoção de classes e níveis;

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

XI – Quadro permanente de pessoal: o conjunto de classes de cargos de carreira;

XII – Quadro de pessoal em extinção: o conjunto de classes de cargos de carreira em extinção após sua vacância;

Art. 2º Os cargos permanentes contemplados na presente Lei passam a ser o constante no anexo I desta lei, que contém suas respectivas nomenclaturas dos cargos, categoria funcional, grupo ocupacional, carga horária semanal, vagas e vencimento base.

§1º O anexo V estabelece a função, descrição das habilitações e os requisitos para ingresso no cargo de provimento efetivo.

§2º O anexo III, com base nas informações do anexo V, apresenta os requisitos mínimos para ingresso nos cargos de provimento efetivo.

§3º As estruturas salariais do quadro de carreira dos servidores públicos ocupantes dos cargos previstos nesta lei passam a ser o constante na tabela do quadro de provimento efetivo, previsto no Anexo IV desta lei.

Art. 3º A organização dos cargos permanentes previsto na presente Lei integra o seguinte grupo ocupacional:

I – Grupo Ocupacional de Ensino Superior (GOS): cargos que exigem curso superior completo com ou sem especialização, compreendendo os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividade mental, que exigem conhecimentos teóricos e práticos de graduação superior.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS

Art. 4º A política norteadora do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos encontra-se fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, tem como objetivos:

I - Efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II - Proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de acesso na carreira;

III - Estabelecer um clima participativo e de confiança mútua entre a administração municipal e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV - Motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V - Criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

CAPÍTULO III

DOS CARGOS DE CARREIRA

Art. 5º Os cargos de carreira de provimento efetivo serão preenchidos:

I – Pelo enquadramento dos atuais servidores na condição de efetivos ou estáveis, conforme as normas estabelecidas nos Capítulos IV e VI desta lei;

II – Pelas demais formas de provimento previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Francisco do Sul;

Art. 6º As classes e níveis de vencimentos constam do anexo I desta lei.

CAPÍTULO IV

DA CARREIRA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º O ingresso na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento do cargo para o qual o servidor público foi concursado, nomeado e que tomou posse.

Art. 8º A progressão na carreira dar-se-á por meio de promoções verticais e horizontais que considerem interstício de tempo de serviço, avaliação funcional, titulação e participação em cursos de capacitação oferecidos pela Administração Municipal.

Art. 9º Somente serão consideradas para fins da promoção em razão do tempo de serviço, aquele adquirido de forma efetiva pelo servidor após o ingresso na administração pública direta, autarquias e fundações do município de São Francisco do Sul.

Art. 10. Suspendem o interstício de tempo de serviço exigido para fins das promoções a que se refere o art. 8º desta lei:

I - As licenças e afastamentos no âmbito da administração pública direta, autarquias e fundações do município de São Francisco do Sul, previstas no Estatuto dos Servidores, por períodos específicos, conforme segue:

- Licença para o serviço militar obrigatório, por período superior a seis (06) meses no ano;
- Licença para tratar de interesses particulares, por período superior a seis (06) meses no ano, consecutivos ou não;
- Licença para tratamento de saúde, por período superior a um (01) meses no ano, consecutivos ou não;
- Licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro, por período superior a seis (06) meses no ano, consecutivos ou não;

II – Os afastamentos e licenças do servidor público do exercício do cargo de carreira, respeitando o previsto nos parágrafos 3º, 4º e 5º do Art. 18.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO VERTICAL

Art. 11. A promoção vertical é a passagem do servidor público estável, ocupante de cargo permanente ou em extinção, na mesma classe de vencimento, para o nível salarial imediatamente superior, observados:

I – A obtenção de nova titulação acadêmica;

§1º A nomeação de servidor nos cargos de carreira da administração pública direta, autarquias e fundações do município de São Francisco do Sul dar-se-á no nível mínimo de titulação exigida para o exercício do respectivo cargo, independentemente de sua titulação no momento da nomeação.

§2º Se a titulação do servidor no momento da sua nomeação for superior à mínima exigida para o respectivo cargo, a promoção para o nível imediatamente superior.

§3º A qualquer tempo, ou no mês ao que concluir, o servidor deverá protocolar, via formulário próprio, junto a Diretoria de Gestão de Pessoas, com anexo da documentação do curso concluído (histórico, carga horária e certificado de conclusão), que será avaliada pela Comissão de Análise de Progressão Funcional por Merecimento, respeitando o previsto no § 4º deste artigo.

§4º Após o requerimento e a concessão de nova titulação para efeito de promoção vertical, de que trata o § 3º, o servidor poderá requerer outra promoção por nova titulação, respeitando o interstício mínimo de três (03) anos a contar da concessão anterior.

§5º A promoção prevista no § 3º será registrada na ficha funcional do servidor, com respectiva emissão de Portaria.

§6º Somente será considerada para fins da promoção de que trata este artigo a obtenção de um novo título em curso em ensino nível fundamental, ensino de nível médio, médio de nível técnico ou pós-médio, que seja reconhecido pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação ou pelo Ministério da Educação.

§7º Somente será considerada para fins de promoção de que trata este artigo curso de graduação, autorizado conforme legislação educacional vigente à época, com carga horária mínima definida pelo Ministério da Educação.

§8º Somente será considerada para fins de promoção de que trata este artigo curso de pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu, conforme legislação educacional vigente à época, com carga horária mínima definida pelo Ministério da Educação.

§9º Para fins da promoção de que trata este artigo ficam estabelecidos os seguintes parâmetros: dez por cento (10%) para pós-graduação em nível de especialização *latu sensu* I; (10%) para pós-graduação em nível de especialização *latu sensu* II, (15%) para pós-graduação nível de mestrado e (20%) para pós-graduação nível de doutorado.

Art. 12. Somente será considerado para efeito da promoção diplomas de curso de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* cuja afinidade com o cargo de carreira ocupado seja previamente apreciada e aprovada pela Comissão de Análise de Progressão Funcional por Merecimento e homologado no âmbito do Poder Executivo pelo Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

§1º Para fins de apreciação e aprovação prévia da afinidade acerca do curso que pretende realizar, que se refere o caput do presente artigo, o servidor deverá encaminhar requerimento a Diretoria de Gestão de Pessoas, que encaminhará para apreciação da Comissão de Análise de Progressão Funcional por Merecimento, acompanhado da grade curricular e ementário das disciplinas do respectivo curso pretendido.

§2º A Comissão de Análise de Progressão Funcional por Merecimento criará critérios para a avaliação da titulação, que serão apreciadas e convertidas em Decreto pelo Poder Executivo Municipal, com aplicabilidade na administração direta, autarquias e fundações.

§3º Do indeferimento do requerimento, caberá pedido de reconsideração que será apreciado pela comissão conforme prazos e demais diretrizes previstas na Lei do Regime Jurídico Único.

§4º Para efeito de promoção vertical será considerado (02) dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, (01) um curso de para pós-graduação nível de mestrado e (01) curso para pós-graduação nível de doutorado.

Art. 13. O servidor público ocupante de cargos permanentes de enfermeiro e engenheiro civil em seu respectivo grupo ocupacional será considerado, na ordem indicada, os seguintes níveis de escolaridade para efeito de promoção vertical em razão da titulação:

I – Grupo Ocupacional de Ensino Superior (GOS): Graduação, Especialização (Pós-graduação *lato sensu*), Mestrado (Pós-graduação *stricto sensu*) e Doutorado (Pós-graduação *stricto sensu*).

Art. 14. O acréscimo pecuniário decorrente da promoção em razão da titulação será devido a contar da data de protocolização do requerimento, se o servidor preencher os requisitos ensejadores da promoção.

SEÇÃO III DA PROMOÇÃO HORIZONTAL

Art. 15. A Promoção horizontal é a passagem do servidor na condição de estável, integrante das categorias funcionais, de sua classe de vencimento (letras) para outra imediatamente superior, dentro do mesmo nível, observados:

I - Os interstícios de três (03) anos e percentuais de três por cento (03%) previstos no anexo IV respeitando o previsto de que trata o § 2º, do artigo 2º, desta Lei;

II - A obtenção de no mínimo sete (07) pontos na média das avaliações ocorridas no interstício;

III – Ter participação em cursos de capacitação oferecidos pela administração quando formalmente convocado.

Parágrafo único. Não alcançada à pontuação mínima prevista no inciso II, a média será recalculada por ocasião da avaliação subsequente, descartada a avaliação de menor pontuação realizada no interstício, e assim sucessivamente, até o servidor atingir a pontuação mínima necessária para obter a promoção.

Art. 16. O acréscimo pecuniário decorrente da promoção horizontal será pago se o servidor preencher os requisitos previstos nos incisos I, II e III do Art. 15;

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

§1º A aplicação da progressão horizontal funcional no vencimento, prevista no caput, ocorrerá sempre no mês subsequente ao requerimento formal, respeitando o previsto no Art. 20.

Art. 17. O interstício, avaliação funcional positiva e participação em cursos de capacitação previsto no inciso III do Art. 15, garantem ao servidor os requisitos mínimos necessários para concorrer à promoção horizontal.

Parágrafo único. A não participação em cursos de capacitação, quando convocado formalmente pela administração municipal, somente será aceita se a justificativa apresentada pelo servidor público se encontrar contemplada nas ausências justificadas previstas na Lei do Regime Jurídico Único.

SEÇÃO IV DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 18. A avaliação de desempenho para fins da promoção horizontal será realizada anualmente, observados os seguintes fatores:

I - Produtividade e qualidade no trabalho;

II - Idoneidade profissional e disciplina, responsabilidade e eficiência;

III - Zelo por equipamentos e materiais;

IV - Procedimento profissional;

V – Assiduidade E pontualidade;

VI – Capacidade e iniciativa;

VII – Participação em cursos de capacitação oferecidos pela administração pública municipal quando formalmente convocado.

§1º No caso de afastamento do servidor serão adotados os critérios previstos no artigo 10.

§2º Se a Administração Pública não proporcionar a realização da avaliação de desempenho ao servidor público, esta será considerada positiva naquele ano, garantido a progressão na carreira.

§3º Fica assegurado ao servidor licenciado para o exercício de mandato classista, avaliação positiva durante o exercício do mandato, garantindo a progressão na carreira.

§4º Fica assegurado ao servidor licenciado para o exercício de mandato eletivo político, avaliação positiva durante o exercício do mandato, garantindo a progressão na carreira.

§5º O servidor público de carreira no exercício de cargo comissionado na administração direta, autarquias e fundações no município de São Francisco do Sul, será avaliado positivamente durante todo período em que ocupar o cargo, garantindo a progressão na carreira.

§6º O servidor público na condição de disponibilidade ou afastamento com atuação em outro órgão da administração pública estadual ou federal, com remuneração paga pelo município de São Francisco do Sul, será avaliado positivamente durante todo período da disponibilidade, garantindo a progressão na carreira.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

§7º O servidor público na condição de readaptação, nas condições previstas na Lei do Regime Jurídico Único, será avaliado nas funções de readaptação.

§8º O servidor público em aproveitamento ou reaproveitamento, conforme previsto na Lei do Regime Jurídico Único, será avaliado na nova função e atribuição.

§9º Para a avaliação anual será considerado as condições funcionais do servidor público ocorridas no período de 1º de janeiro a 31 dezembro do ano anterior, devendo a avaliação ser realizada no mês de junho de cada ano.

§10. O ciclo avaliativo, para efeito de progressão, deverá ser composto por três avaliações, sendo uma por ano.

§11. Para os servidores admitidos no período previsto no § 9º do presente artigo, a aplicação da avaliação prescinde ter cumprido seis (06) meses efetivos no cargo.

Art. 19. O processo de avaliação do servidor compreenderá as seguintes etapas:

I - Autoavaliação;

II - Avaliação da chefia imediata.

Parágrafo único. Os fatores de que trata o art. 18, o instrumento de avaliação de desempenho e os demais critérios a serem observados no processo de avaliação serão regulados por ato do Prefeito.

Art. 20. Serão adotados os seguintes conceitos finais na avaliação de desempenho:

I - ÓTIMO: pontuação final igual ou superior a nove;

II - BOM: pontuação final entre sete e oito vírgula noventa e nove;

III - REGULAR: pontuação final entre cinco e seis vírgula noventa e nove;

IV - INSATISFATÓRIO: pontuação final inferior a cinco.

§1º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o servidor obtiver o conceito BOM ou ÓTIMO.

CAPÍTULO V

DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO E NÚMERO DE VAGAS

Art. 21. A jornada de trabalho dos cargos que contemplam o presente Plano de Cargos e Vencimentos está prevista no anexo I, que trata também do número de vagas.

CAPÍTULO VI

DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 22. Os servidores públicos previstos na presente lei serão enquadrados automaticamente nos cargos observadas às disposições deste capítulo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Parágrafo único. O enquadramento será efetuado pelo titular da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, respeitando os direitos adquiridos pelos servidores, observadas as disposições previstas neste capítulo, que será formalizado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 23. No processo de enquadramento do servidor serão considerados os seguintes fatores:

I – A igualdade de denominação;

II – A igualdade de atribuição dos cargos;

III – A habilitação legal para o exercício do cargo;

IV – Tempo de serviço como servidor público efetivo no município de São Francisco do Sul.

§1º Os servidores públicos serão enquadrados nos novos níveis salariais, permanecendo na classe de progressão de que trata o anexo IV.

§2º A contagem do tempo de serviço para efeito de enquadramento de que trata o inciso IV ocorrerá com a observância do interstício e percentual entre classes, conforme previsto no inciso I do artigo 15.

§3º No momento do enquadramento por tempo de serviço o servidor que obtiver tempo incompleto inferior, assumirá a classe padrão

seguinte assim que completar o tempo exigido.

§4º Para efeito de contagem de tempo de serviço previsto no inciso V do presente caput, serão subtraídos os períodos de licença sem remuneração.

§5º Para os servidores na condição de ocupantes de cargos de provimentos efetivos até o início da vigência desta Lei, o enquadramento por titulação será aplicado e implementado no momento do enquadramento dispensando os requisitos previsto no Anexo II, independentemente do nível de titulação, respeitando o previsto Art. 11 e 12 da presente Lei.

§6º A exceção do previsto no §5º, com referência ao Anexo II, valerá somente para cursos realizados ou comprovadamente em andamento até a data de início de vigência da presente Lei.

§7º A exceção do previsto no §5º, com referência ao Anexo II, valerá somente para cursos comprovadamente em andamento até a data de início de vigência da presente Lei, que valerá do direito a progressão somente depois de concluso.

§8º Os servidores serão enquadrados na sua respectiva carga horária atual, respeitando a Categoria Funcional.

§9º Para efeito do previsto no § 5º, o servidor que possui mais de 24 anos de serviço como servidor efetivo, que não possui Pós-Graduação, para efeito de enquadramento será considerado que a totalização de 200 (duzentos) horas de curso de aperfeiçoamento na sua área de atuação ou o mesmo tempo de horas em disciplinas cursadas e aprovadas em curso de Pós-Graduação inconcluso, será considerado para efeito de enquadramento como um (01) nível de Pós-Graduação.

Art. 24. As vantagens pecuniárias decorrentes do enquadramento promovido na forma deste capítulo serão devidas e pagas a partir da data do enquadramento.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Art. 25. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas realizará em até sessenta (60) dias, a contar da data de entrada em vigor da presente lei, todos os enquadramentos necessários.

Art. 26. Do enquadramento não poderá resultar redução de remuneração, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 37, inciso XV da Constituição Federal.

§1º Ao servidor que implicar em decréscimo no valor da remuneração, em razão do princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, deve ser assegurada a percepção da diferença referente à remuneração anteriormente recebida, como vantagem pessoal nominalmente identificável.

Art. 27. O servidor poderá requerer junto a Diretoria de Gestão de Pessoas a revisão do seu enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado.

§1º A Diretoria de Gestão de Pessoas emitirá parecer sobre o pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da protocolização do requerimento por parte do servidor.

§2º Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão retroagirão à data do enquadramento.

§3º Ao discordar do parecer previsto no § 1º o servidor poderá recorrer utilizando-se dos recursos administrativos previstos na Lei do Regime Jurídico Único.

CAPÍTULO VII DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 28. Fica instituída como atividade permanente o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

- I - Criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;
- II - Capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;
- III - Estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;
- IV - Integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da administração como um todo.

Art. 29. Serão três os tipos de formação:

- I - De integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, por meio de informações sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo e das administrações, autarquias e fundações;
- II - De capacitação, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente capacitado;

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

III - De atualização, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções, quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas que vinham exercendo até o momento.

Art. 30. O Secretário Municipal de Administração e os Dirigentes das administrações, autarquias e fundações, por meio dos respectivos órgãos de Pessoal, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborarão e coordenarão a execução de programas de formação.

Art. 31. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades em consonância com o programa de formação estabelecido pela administração, por meio de:

I - Reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço;

II - Divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução;

III - Discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo;

IV - Utilização de rodízio e de outros métodos de formação continuada em serviço, adequados a cada caso.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão à conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes do Município, das administrações, autarquias e fundações, suplementadas se necessário.

Art. 33. Após a implementação do enquadramento previsto na presente Lei, o servidor poderá requerer redução ou ampliação da jornada de trabalho, respeitando o número de vagas disponíveis no Anexo I para o respectivo cargo e carga horária.

Art. 34. A escolha do cargo de carreira contemplado na presente Lei seguiu como critério antiguidade na Lei de suas respectivas criações.

Art. 35. Fica mantida a vantagem individual prevista no artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos do município de São Francisco do Sul, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais.

Art. 36. Integram esta Lei os anexos I, II, III, IV e V, que acompanham e ficam aprovados.

Art. 37. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS

Prefeito Interino

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI COMPLEMENTAR N. 102/2020 - ANEXOS

Publicação Nº 2358854

ANEXOS - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANEXO I							
CARGO COM CARGA HORÁRIA SEMANAL, VENCIMENTO DE INÍCIO DE CARREIRA E VAGAS							
CARGOS	TABELA DO QUADRO DE PROVIMENTO	Nº DA CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPOS OCUPACIONAIS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO CLASSE - NÍVEL - I - R\$	NÚMERO DE VAGAS	NÚMERO VAGAS OCUPADAS
Enfermeiro	Permanente	2	GOS	40 h	3.800.00	21	20
Engenheiro Civil	Permanente	4	GOS	40 h	6.500,00	03	03

ANEXO - II			
ÁREAS DE CONHECIMENTO DE CURSOS PARA EFEITO DE PROGRESSÃO VERTICAL			
CARGOS	TABELA DO QUADRO DE PROVIMENTO	GRUPOS OCUPACIONAIS	ÁREAS DE CONHECIMENTO DOS CURSOS

Enfermeiro	Permanente	GOS	Enfermagem, saúde, gestão em saúde pública e gestão pública.
Engenheiro Civil	Permanente	GOS	Engenharia, segurança do trabalho e gestão pública.

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANEXO – IIII			
CARGOS E REQUISITOS			
NOMENCLATURAS DOS CARGOS	TABELA DO QUADRO DE PROVI- MENTO	GRUPOS OCUPACIONAIS	REQUISITOS
Enfermeiro	Permanente	GOS	Ensino superior com bacharelado em engenharia civil e inscrição no órgão de classe da região.
Engenheiro Civil	Permanente	GOS	Ensino superior com bacharelado em engenharia civil e inscrição no órgão de classe da região.

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANEXO – IV

TABELA DO QUADRO DE VENCIMENTOS DO CARGO EFETIVO PERMANENTE

Cargo: Enfermeiro

Grupo Ocupacional: GOS – Grupo Ocupacional de Escolaridade de Nível Superior

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Cargo: Engenheiro Civil

Grupo Ocupacional: GOS – Grupo Ocupacional de Escolaridade de Nível Superior

ESCOLARIDADE

D – Pós-Graduação Doutorado

M – Pós-Graduação Mestrado

E1, E2 – Pós-Graduação Especialização

G - Graduação

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DO CARGO DO QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ENFERMEIRO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e legais. Promover e prestar atendimento à saúde do indivíduo, família e comunidade, identificar e intervir nas condições de risco para a saúde do indivíduo, realizar o atendimento integral à população no domicílio, unidades móveis e estabelecimentos de assistência à saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes com risco de vida;
- Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever e transcrever medicações conforme protocolo estabelecido no município e nos programas do ministério da saúde e as disposições legais da profissão;
- Aplicar vacinas, injeções, medicações, oxigenioterapia, coleta de preventivo, realizar curativos e outros tipos de tratamento para atender indicações médicas ou de enfermagem;
- Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;
- Planejar, coordenar, executar, avaliar e auditar as ações de saúde;
- Organizar e coordenar a criação de grupos de educação em saúde e de patologias específicas;
- Preparar paciente para pequenas intervenções cirúrgicas e atuar durante sua realização, como instrumentador, auxiliando o médico;
- Organizar os serviços de enfermagem em Unidades de Saúde e Programas de Assistência à Saúde, controlando as escalas de serviço diário, para organizar as atividades internas e externas;

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

- Atuar em programas de saúde, educação sanitária e atendimento domiciliar;
- Executar ações de prevenção e controle das doenças transmissíveis, realizando notificação e busca ativa, nos programas de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Participar na operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;
- Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem visando o controle das mesmas;
- Realizar registros das informações em formulários ou sistemas específicos referentes aos programas nas diferentes áreas da saúde pública;
- Supervisionar e coordenar diretamente as atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem, solicitar o cumprimento de carga horária, realização de visitas domiciliares e preenchimento correto de formulários;
- Participação em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde;
- Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização, manuseio e acondicionamento do material a ser utilizado nas diversas unidades de saúde;
- Coordenar e participar de campanhas de prevenção em saúde, tais como: vacinação, câncer de colo uterino e de mama e outras;
- Participar, junto a equipe da unidade, do planejamento e assistência de saúde da população de acordo com as diretrizes gerais;
- Periodicamente verificar as condições de organização e prazo de validade de soros, vacinas, medicamentos e materiais;
- Realizar estudos operacionais e situacionais da área de saúde coletiva, visando ações para melhoria de políticas públicas;
- Supervisionar e coordenar ações para a capacitação dos agentes comunitários de saúde;
- Participar nos programas de treinamento e aprimoramento do pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente se torne mais saudável;
- Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

- Participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais;
- Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Usar EPI;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

REQUISITOS:

Ensino superior bacharelado em enfermagem e inscrição no órgão de classe da região.

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**DENOMINAÇÃO DO CARGO: ENGENHEIRO CIVIL****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Elaborar, planejar, executar, fiscalizar, supervisionar, assumir responsabilidade técnica e dirigir projetos de engenharia civil, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos. Planejar, acompanhar e controlar o cumprimento legal de normas e padrões técnicos.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Definir a estrutura e escolha de materiais com os quais serão construídas as obras;
Alimentar sistemas informatizados integrados;
Realizar projetos utilizando plataforma digital;
Projeto e adequação dos espaços visando a acessibilidade;
Elaborar projetos, especificações e detalhes para construção de edifícios públicos, praças e outros que, embora diversos, interessem a Administração Pública (ex: projetos de habitações populares, centros comunitários, etc);
Efetuar cálculos estruturais e dimensionamento de obras e peças, supervisionando sua execução;
Identificar patologia das edificações;
Elaborar estudos, pesquisas e projetos na área de planejamento urbano, ambiental e plano diretor;
Elaborar projetos de iluminação de espaços públicos;

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Verificar o desenvolvimento e apresentação definitiva dos trabalhos de desenhistas relacionados com a sua atividade;
Assumir a responsabilidade técnica, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e outros órgãos públicos, dos trabalhos da sua área de atuação;
Eventualmente dirigir veículos, quando necessário para a execução de suas funções, desde que tenha habilitação necessária;
Alimentar o sistema do Tribunal de Contas referente as obras da Administração;
Planejar, orientar e controlar a construção de obras públicas e urbanísticas do município;
Planejar, fiscalizar e orientar a conservação de estradas do município;
Elaborar programa de trabalho, plantas, croquis e cronogramas, visando possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento da obra;
Montar processos para solicitar licitação pública, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas de custos e quantitativas;
Trabalhar em processos de vistorias, reavaliação do valor venal, orçamento de obras e serviços, avaliação de imóveis para desapropriação;
Elaborar laudos para processos judiciais e comparecer ao Fórum a fim de participar das perícias;
Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação;

Realizar fiscalização de obras públicas em geral, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros; Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistemas viários, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamentos, e os que exigirem estudo específico de localização;

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, inclusive pontes, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes;

Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes de acordo com Leis municipais;

Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos;

Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e demais serviços correlatos;

Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatos;

Apoiar tecnicamente, na sua área de atuação, os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário;

Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas;

Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas;

Orientar e coordenar tecnicamente os serviços de levantamentos topográficos;

Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo;

Desenvolver pesquisas, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e de transporte coletivo;

Elaborar relatórios e laudos diversos em suas áreas de atuação;

Atuar em projetos de licenciamentos ambientais;

Usar EPI;

Atuar em treinamento e capacitação profissional;

ANEXO - LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Atuar na segurança e prevenção de acidentes de trabalho;

Realizar estudos e orientar quanto a obras envolvendo movimentação de terra, análise de resistência e permeabilidade do solo e subsolo;

Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;

Executar outras atividades compatíveis com a função.

REQUISITOS:

Ensino superior com bacharelado em engenharia civil e inscrição no órgão de classe da região.

São Francisco do Sul – SC, 13 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS

Prefeito Interino

LEI COMPLEMENTAR N. 103/2020

Publicação Nº 2358860

LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 8 DE SETEMBRO DE 1994, JÁ ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 82 DE 01 DE JUNHO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º, da Lei Complementar nº 82, de 01 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica criado o Padrão 9 na Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Francisco do Sul - SC, com 03 (três) níveis de referências, de "A" até "J", cujo valor inicial (P9 - N1 - A) é de R\$ 5.939,08 (cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oito centavos).” (NR)

Art. 2º Fica alterado o § 2º do art. 6º, da Lei Complementar nº 82, de 01 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Os vencimentos do servidor ocupante do cargo de Advogado, nomeado em 05/03/2012, através da Portaria SAMAE nº 15/2012, correspondem à Letra E do Nível 1 do Padrão 9.” (NR)

Art. 3º Fica alterado o art. 7º, da Lei Complementar nº 82, de 01 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica instituída uma gratificação compensatória ao servidor ocupante do cargo de Advogado do SAMAE que atua em cooperação com Procuradoria do Município de São Francisco do Sul – SC, equivalente a FGI constante na Lei Municipal 2109 de 04 de dezembro de 2018 que será revisto quando da concessão de revisão anual.”

Art. 4º Fica acrescido parágrafo único ao art. 7º, da Lei Complementar nº 82, de 01 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único: A gratificação de que trata este artigo será devida enquanto perdurar a cessão do servidor do SAMAE ocupante do cargo de Advogado à Procuradoria do Município de São Francisco do Sul e não se incorporarão ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.”

Art. 5º Fica alterado o artigo 8º da Lei Complementar nº 82, de 01 de junho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

“Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul - SC, salvo as decorrentes da gratificação compensatória, que correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município de São Francisco do Sul – SC.”

Art. 6º O Anexo I, parte integrante da Lei Complementar nº 82, de 01 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO													Adicional
Cargos	Padrões	Níveis	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"	"G"	"H"	"I"	"J"	Curso Superior
Conta-dor	8	1	3.919,18										Sem
		2											previsão
		3											Legal
Advoga-do	9	1	5.939,08										Sem
		2											previsão
		3											Legal

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 13 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº ____.

LEI Nº 2.299/2020

Publicação Nº 2358836

LEI Nº 2.299, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil Reais), ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020 combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 705.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2114 - Manutenção do Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)

33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01020000 - Rec.de impostos e de transf. imp - Saúde R\$ 705.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 705.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.300/2020

Publicação Nº 2359254

LEI Nº 2.300, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

INSTITUI A OUVIDORIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída a Ouvidoria da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco do Sul como meio de interlocução com a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, informações, reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos relacionados as suas atribuições e competências.

Art. 2º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco do Sul:

I - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigidas à Câmara Municipal;

II - organizar os canais de acesso do cidadão à Câmara Municipal, simplificando procedimentos;

III - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas à Ouvidoria;

IV - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quando as manifestações não forem de competência da ouvidoria da Câmara Municipal;

V - responder aos cidadãos e entidades quanto as providências adotadas em face de suas manifestações;

VI - auxiliar a Câmara Municipal na tomada de medidas necessárias a regularidade dos trabalhos, bem como no saneamento de violações, ilegalidade e abusos constatados;

VII - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos de participação social.

Art. 3º A Ouvidoria da Câmara Municipal de Vereadores, diretamente vinculada à Mesa Diretora, será dirigida por um Ouvidor, designado pelo Presidente da Câmara, dentre os servidores efetivos da Casa, com formação em nível superior, atribuindo-se uma gratificação de função de 20% (vinte por cento) sobre a classe ANM, nível 6, referência "A" da tabela de vencimentos dos servidores efetivos da Câmara Municipal de São Francisco do Sul.

Art. 4º O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:

I - requisitar informação às unidades e servidores da Câmara Municipal;

II - solicitar documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal.

§1º As unidades e servidores da Câmara Municipal terão prazo de 15 (quinze) dias úteis para responder as solicitações encaminhadas pela Ouvidoria, prazo este que poderá ser prorrogado, por igual período, em função da complexidade do assunto.

§2º O descumprimento do prazo ou a ausência de resposta deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 5º São atribuições do Ouvidor:

I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;

II - remeter para a Mesa Diretora a proposição de medidas para sanar as violações de direito, as ilegalidades e os abusos de poder constatados na Câmara Municipal;

III - sugerir, quando cabível, a adoção de providencias ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;

IV - arquivar, de forma fundamentada, reclamações recebidas que, por qualquer motivo, não deva ser respondida;

V - manter sigilo sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;

VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviço da Ouvidoria;

VII - solicitar a Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;

VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;

IX - elaborar relatório de gestão anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento ao Presidente da Casa, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos, na página da internet e no mural da Câmara;

X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidade de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

XI - propor a Mesa Diretora a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados as atividades da Ouvidoria;

XII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa as denúncias, reclamações e sugestões recebidas de forma presencial ou através da página na internet.

Parágrafo único. O relatório de gestão de que trata o inciso IX do caput, que será publicado no mês de dezembro de cada ano, deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes;

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Art. 6º A Ouvidoria encaminhará resposta ao cidadão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da manifestação, informando as

providências e encaminhamentos adotados.

Parágrafo único. O prazo mencionado no "caput" poderá ser prorrogado, por igual período, de acordo com a complexidade do assunto, sendo o cidadão devidamente informado sobre a prorrogação antes do encerramento do período.

Art. 7º A Câmara Municipal deverá colocar à disposição do usuário formulários simplificado e de fácil compreensão para apresentação das manifestações dirigidas a Ouvidoria, na página da internet e presencial.

Art. 8º Os procedimentos administrativos relativos à análise da manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.

Parágrafo único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:

I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

II - emissão de comprovante de recebimento de manifestação;

III - análise e obtenção de informações, quando necessário;

IV - decisão administrativa final;

V - ciência ao usuário.

Art. 9º A Ouvidoria receberá e registrará as manifestações anônimas que pela descrição dos fatos forneçam indícios suficientes a verificação de sua verossimilhança.

§1º Caso não haja indícios suficientes à verossimilhança da denúncia anônima, a Ouvidor deverá arquivá-la, fundamentando sua decisão.

§2º O denunciante anônimo não receberá número de protocolo e nem resposta da Ouvidoria.

Art. 10. A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, tais como:

I - acesso por meio da página eletrônica da Câmara Municipal na rede mundial de computadores, contendo formulário específico para o registro de manifestações;

II - serviço de atendimento presencial, na sede do Poder, no horário de atendimento ao público.

Parágrafo único. Para garantir a efetividade de suas atribuições, a Ouvidoria poderá condicionar o seguimento da solicitação a apresentação de documentos.

Art. 11. A Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco do Sul dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação utilizados pela Casa.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 14 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.301/2020

Publicação Nº 2359259

LEI Nº 2.301, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

INSTITUI O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA CRIA E REGULAMENTA A FUNÇÃO DE CONTROLADOR INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído na Câmara Municipal de São Francisco do Sul, o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, que visa nos termos dos artigos 31 e 74 da Constituição Federal, avaliar a ação governamental e a gestão fiscal do gestor público da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, com o objetivo de promover, permanentemente, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, economicidade e eficiência na administração pública dos recursos e bens públicos e de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 2º São atribuições do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de São Francisco do Sul:

I - Avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual e eventuais alterações;

II - Avaliar o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e eventuais alterações;

III - Verificar os limites e condições para realização de inscrição em restos a pagar;

IV - Verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite;

V - Avaliar as providências tomadas conforme disposto no artigo 31 da Lei Complementar 101/2000, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

VI - Acompanhar e avaliar a execução orçamentária;

VII - Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VIII - Verificar o cumprimento do limite dos gastos totais do Poder Legislativo, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais, nos termos da Constituição Federal e da Lei Complementar 101/2000, informando a Presidência sobre a necessidade de providências;

IX - Verificar e supervisionar a escrituração das contas do Poder Legislativo;
X - Acompanhar a gestão patrimonial;

XI - Apontar as falhas dos expedientes examinados e sempre que possível indicar as soluções;

XII - Verificar as implementações das soluções aplicadas,

XIII - Orientar e expedir juntamente com o Presidente, atos normativos que visem a aplicabilidade da lei;

XIV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

XV - Desempenhar outras atividades estabelecidas em lei que decorram de suas atribuições.

Art. 3º O Controlador Interno será responsável pelo desempenho das atribuições elencadas no artigo 2º desta Lei, devendo apresentar relatório mensal das atribuições pertinentes à função, para Presidência, atinentes às suas tarefas e suas sugestões.

Art. 4º Fica criada a função de Controlador Interno da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, a ser ocupado por servidor do quadro efetivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, com formação em formação em nível superior.

I - O servidor nomeado para a função de Controlador Interno receberá uma gratificação de 80% (oitenta por cento) sobre a classe ANM, nível 6, referência "A" da tabela de vencimentos dos servidores efetivos da Câmara Municipal de São Francisco do Sul.

II - O Controlador Interno deve guardar sigilo sobre os dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de alertas, pareceres e relatórios destinados a autoridade competente;

III - A eventual substituição temporária do servidor ocupante a função de Controlador Interno, por motivos de licenças ou afastamentos, será por outro servidor efetivo do quadro funcional da Câmara Municipal que atenda aos requisitos constantes do caput do artigo 5º desta Lei.

Parágrafo único. O servidor será nomeado por Portaria.

Art. 5º Não poderá ser designado para o exercício da função de Controlador Interno o servidor que realize atividade político-partidária.

Art. 6º Ao Controle Interno compete, além de outras atribuições definidas nesta Lei:

I - Orientar os setores do Poder Legislativo para o cumprimento das metas;

II - Emitir recomendações de controle, as quais, uma vez aprovadas pelo Presidente da Câmara, possuirão caráter normativo no âmbito da Administração.

III - Regulamentar as recomendações de controle ratificadas pelo Presidente da Câmara através de Instruções Normativas;

IV - Verificar a prestação de contas dos recursos recebidos pelo Poder Legislativo e opinar sobre sua exatidão;

V - Verificar e emitir parecer sobre as prestações de contas do Legislativo;

VI - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VII - Participar e realizar treinamentos, seminários, encontros e reuniões técnicas com todos os setores do Poder Legislativo;

VIII - Emitir parecer sobre a tomada de contas do Poder Legislativo;

IX - desempenhar outras atribuições necessárias à organização e fiscalização do Sistema de Controle Interno.

Parágrafo único. O Relatório de Gestão Fiscal do Legislativo, previsto no artigo 54 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, contará com a assinatura do Controle Interno.

Art. 7º São obrigações do Controlador Interno, além de outras já citadas:

I - Manter, no desempenho das tarefas a que estiver encarregado, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

II - Emitir relatórios e prestar informações sobre suas atividades, mensalmente ao Presidente da Câmara e sempre que solicitado pelas autoridades competentes;

III - Guardar sigilo sobre dados e informações aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilização;

IV - Orientar e assessorar o Poder Legislativo, visando o bom funcionamento do Controle Interno;

V - Apurar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidades, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais, sem prejuízo dos demais meios de investigação e apuração de tais atos ou fatos, previstos em lei.

§1º Constatada qualquer irregularidade ou ilegalidade pelo Controle Interno, este cientificará a autoridade responsável para tomada de providências, devendo sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimento sobre os fatos levantados;

§2º Não havendo a regularização da irregularidade ou da ilegalidade constatada, ou não sendo suficientes os esclarecimentos apresentados para eliminá-las, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Presidente da Câmara Municipal ou, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária;

Art. 8º Nenhum processo, documento, registro ou informação poderá ser sonegado ao servidor que exerce o Controle Interno do Poder Legislativo, sob pena de responsabilização administrativa, cível e criminal do agente público que causa qualquer embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controle Interno.

Art. 9. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações vigentes no orçamento da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

Art. 10. Fica extinto o cargo de Agente de Controle Interno previsto na Lei nº 303, de 27 de maio de 2004.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

São Francisco do Sul – SC, 14 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.243/2020

Publicação Nº 2359168

PORTARIA nº 16.243, de 11 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, com a Lei Complementar nº 4/2003, Anexo III, e de acordo com o requerido na CI nº 77/2020, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR DIEGO PAULO VILAS BOAS, matrícula nº 80252580, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Direção da EBM Franklin de Oliveira, com o adicional de 50% sobre seus vencimentos, a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.232, de 10 de fevereiro de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 11 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.245/2020

Publicação Nº 2359166

PORTARIA nº 16.245, de 14 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR HILTON RODRIGO SCHETZ, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 936.559.409-04, do cargo de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de fevereiro de 2020.

ÁLVARO JOSÉ SIEBERS
Prefeito Interino

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 002-2020 FMAS

Publicação Nº 2359159

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL- SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 002/2020 – Pregão Presencial – Tipo Menor Preço por Lote

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços especializados em manutenção predial (serviços de elétrica, hidráulica, pequenos reparos de pintura e serviços de alvenaria) para Secretaria Municipal de Assistência Social e equipamentos vinculados.

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 8h30 do dia 04/03/2020.

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 04/03/2020.

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou no site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

São Francisco do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Luiz Arnaldo Martins

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

PP 020-2020

Publicação Nº 2359146

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº 020/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela portaria Nº 16.201 de 21 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 03 de março de 2020, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo a aquisição de materiais para limpeza urbana (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas), em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. As empresas interessadas em participar do certame, deverão juntamente com a proposta escrita, cadastrar proposta no site www.saofranciscodosul.atende.net/servicos, bem como cadastrar a marca no site, preenchendo todos os dados solicitados.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreritavelmente até às 08h30 do dia 03 de março de 2020.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 03 de março de 2020, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903042 – Material de consumo de uso duradouro
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903024 – Material para manutenção bens imóveis
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903016 – Material de expediente
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903022 – Material limpeza e produtos de higienização
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprezada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 020/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 020/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme o Termo de Referência.

10.5. Número da Proposta e senha cadastrada no link <https://saofranciscodosul.atende.net/servicos>.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequív, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.2. SICAF;

14.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.1.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

14.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Nota explicativa: O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, o pregoeiro disporá das informações dos sócios de todas as empresas que participarem do pregão eletrônico, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe ao pregoeiro solicitar a apresentação do contrato social da empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica.

14.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

14.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.5. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.6 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.7. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.8. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.9. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.10. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.11. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.12.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da

decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

23.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

23.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.4.3. Indenizações e multas.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

24.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

24.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

24.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO MURILO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I

Pregão Presencial nº 020/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de Materiais, para limpeza urbana (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas);

2. OBJETIVO/ FINALIDADE

Faz-se necessário a aquisição dos Materiais para limpeza urbana (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas), para atendimento das constantes manutenções e conservações das vias públicas do nosso município, suprimindo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências.

3. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário a aquisição destes materiais para a manutenção e prevenção do patrimônio público municipal, (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas), serviços estes que são de suma importância para manter o município em bom estado de conservação, onde estarão atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências realizar os serviços.

4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários dos itens estimados para a aquisição pretendida deverão obedecer a planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

POR ITEM – MATERIAIS DE PINTURAS

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Pincel médio 2in cabo plástico com cerdas de 50 mm	Unid.	60	R\$ 7,7933	R\$ 467,6000
2	Pincel Pequeno 1in cabo plástico com cerdas de 25 mm	Unid.	60	R\$ 4,9167	R\$ 295,0000
3	Pincel Grande 3in cabo plástico com cerdas de 76 mm	Unid.	60	R\$ 13,9867	R\$ 839,2000
4	Espátula grande reta 120 mm lisa 12 cm aço cabo anatômico de madeira estabilizada	Unid.	50	R\$ 17,1967	R\$ 859,8333
5	Espátula média reto 80 mm liso 8 cm aço com cabo pvc	Unid.	30	R\$ 13,3900	R\$ 401,7000
6	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 5 mm antirrespingo com garfo	Unid.	50	R\$ 11,5467	R\$ 577,3334
7	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 9 mm antirrespingo com garfo	Unid.	50	R\$ 19,1967	R\$ 959,8333
8	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 15 mm antirrespingo com garfo	Unid.	50	R\$ 22,9400	R\$ 1.147,0000
9	Estopa para limpeza de pintura com malha costurada, retalhos de malha de algodão.	Kg	100	R\$ 14,2167	R\$ 1.421,666
10	Fita adesiva crepe com marcador longo na cor branca 50 mm X 50 mm	rolo	30	R\$ 13,05	R\$ 391,5000

POR ITEM - Materiais de Pinturas (Tintas e Removedor)

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
11	Removedor de tinta lata com 3,6litros removedor em gel para esmaltes, texturas, vernizes e stains uso profissional.	Galão	8	R\$129,8567	R\$ 1.038,8533
12	Tinta branca acrílica 18 litros, aplicação exterior / interior, acabamento fosco, composição básica, emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas.	Galão	25	R\$218,0300	R\$ 5.450,7500
13	Tinta azul acrílico de 18 litros, aplicação exterior / interior, acabamento fosco, composição básica emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas.	Galão	25	R\$218,0300	R\$ 5.450,7500
14	Tinta vermelha acrílico de 18 litros, aplicação exterior / interior acabamento fosco composição básica, emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas.	Galão	25	R\$218,0300	R\$ 5.450,7500
15	Tinta zarcão de 3,6 litros para pintura de ferros, fundo anticorrosivo indicado para superfícies ferrosas, externas e internas.	Lata	20	R\$ 99,6233	R\$ 1.992,4667
16	Bandeja recipiente para pintura em polipropileno 4,0 litros para rolo até 23 cm Altura: 80 mm Largura: 300 mm Comprimento: 380mm preta grande	Unid.	30	R\$ 10,23	R\$ 306,9000
17	Brocha para pintura cabo plástico 18 cm	Unid.	50	R\$ 9,9833	R\$ 499,1667

POR ITEM - Materiais para Coleta

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
18	Saco de lixo 50 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto com 60 litros 63x80 micra 0,07.	Unid.	200	R\$ 5,1000	R\$ 1.020,0000
19	Saco de lixo de 100 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto 75x105 micra 0,10.	Unid.	200	R\$ 11,0000	R\$ 2.200,0000
20	Saco de lixo de 150 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto 90x115 micra 0,10.	Unid.	200	R\$ 14,4500	R\$ 2.890,0000
POR ITEM - MATERIAS DE VARIAÇÃO					
Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
21	Rastele de juntar folhas 30in de ferro cabo de madeira com 12 dentes	Unid.	30	R\$ 25,1500	R\$ 754,5000
22	Vassoura comum multiuso material sintético, cabo metal.	Unid.	60	R\$ 19,5733	R\$ 1.174,4000
23	Vassoura Piaçava cabo madeira fixo palha	Unid.	50	R\$ 31,0667	R\$ 1.553,3333
24	Pazinha de juntar lixo para varredor de rua uso externo resistente inox e cabo de madeira	Unid.	50	R\$ 18,8000	R\$ 940,0000

O valor Por Item é o constante nas tabelas acima.

· OBSERVAÇÃO: Os itens deverão conter indicação individualizada da marca e das características do material que esteja sendo cotado, que deverá estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

6. LOCAIS PARA ENTREGA

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 - Bairro Acaraí, São Francisco do Sul, Diretoria dos Balneários e Gerências.

7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa n.107/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

8. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do fornecimento do material será exercida por meio do servidor a ser designado.

A fiscalização se reserva ao direito de recusar os serviços/materiais entregues, caso estes não atendam as especificações estabelecidas.

9. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

10. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

11. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

A empresa contratada deverá entregar os materiais gradativamente, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Dom Fernando & Trejo, nº 635, Acaraí, Diretoria dos Balneários e Gerências, num prazo máximo de 24 horas, após assinatura do contrato.

12. PAGAMENTO

O pagamento dos materiais será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal, a qual deverá ser entregue no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Dom Fernando Y Sanabria no Bairro Acaraí.

13. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A execução será de 06 (seis) meses e a vigência do contrato 07 (sete) meses.

Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade de RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por

Cidade, Estado, em ____ de _____ de

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) oficial
Edital de Pregão Presencial nº 020/2020

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020, cujo objeto é , de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 020/2020

Prezados Senhores,

....., portador do RG, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente,, CNPJ, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos

supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 020/2020

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 020/2020 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de
....., Estado , na Rua/Av (endereço completo), não
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 020/020

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 020/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais para limpeza urbana (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Pincel médio 2in cabo plástico com cerdas de 50 mm	Unid.	60		
2	Pincel Pequeno 1in cabo plástico com cerdas de 25 mm	Unid.	60		
3	Pincel Grande 3in cabo plástico com cerdas de 76 mm	Unid.	60		
4	Espátula grande reta 120 mm lisa 12 cm aço cabo anatômico de madeira estabilizada	Unid.	50		
5	Espátula média reto 80 mm liso 8 cm aço com cabo pvc	Unid.	30		
6	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 5 mm antirrespingo com garfo	Unid.	50		
7	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 9 mm antirrespingo com garfo	Unid.	50		
8	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 15 mm antirrespingo com garfo	Unid.	50		
9	Estopa para limpeza de pintura com malha costurada, retalhos de malha de algodão.	Kg	100		
10	Fita adesiva crepe com marcador longo na cor branca 50 mm X 50 mm	rolo	30		
11	Removedor de tinta lata com 3,6litros removedor em gel para esmaltes, texturas, vernizes e stains uso profissional.	Galão	8		
12	Tinta branca acrílica 18 litros, aplicação exterior / interior, acabamento fosco, composição básica, emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas.	Galão	25		
13	Tinta azul acrílica de 18 litros, aplicação exterior / interior, acabamento fosco, composição básica emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas.	Galão	25		
14	Tinta vermelha acrílica de 18 litros, aplicação exterior / interior acabamento fosco composição básica, emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas.	Galão	25		

15	Tinta zarcão de 3,6 litros para pintura de ferros, fundo anticorrosivo indicado para superfícies ferrosas, externas e internas.	Lata	20		
16	Bandeja recipiente para pintura em polipropileno 4,0 litros para rolo até 23 cm Altura: 80 mm Largura: 300 mm Comprimento: 380mm preta grande	Unid.	30		
17	Brocha para pintura cabo plástico 18 cm	Unid.	50		
18	Saco de lixo 50 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto com 60 litros 63x80 micra 0,07.	Unid.	200		
19	Saco de lixo de 100 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto 75x105 micra 0,10.	Unid.	200		
20	Saco de lixo de 150 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto 90x115 micra 0,10.	Unid.	200		
21	Rastele de juntar folhas 30in de ferro cabo de madeira com 12 dentes	Unid.	30		
22	Vassoura comum multiuso material sintético, cabo metal.	Unid.	60		
23	Vassoura Piaçava cabo madeira fixo palha	Unid.	50		
24	Pazinha de juntar lixo para varredor de rua uso externo resistente inox e cabo de madeira	Unid.	50		

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura pelo período de 07 (sete) meses e a execução de 06 (seis) meses, prorrogável forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903042 – Material de consumo de uso duradouro
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903024 – Material para manutenção bens imóveis
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903016 – Material de expediente
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	33903022 – Material limpeza e produtos de higienização
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos ordinários

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida

no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências

indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PP 021-2020

Publicação Nº 2359175

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 021/2020

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.985 de 26 de julho 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 05 de março de 2020 na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1.1 – DO OBJETO

1.1. Aquisição de 18.000 toneladas de Bica Corrida (material de granulometria uniforme oriundo de um conjunto de pedra britada, pedriscos e pó de pedra), conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), parte integrante deste Edital.

1.1.2. As empresas interessadas em participar do certame, deverão juntamente com a proposta escrita, cadastrar proposta no site www.saofranciscodosul.atende.net/servicos, bem como cadastrar a marca no site, preenchendo todos os dados solicitados.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08:30h do dia 05 de março de 2020.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 05 de março de 2020, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido:	233
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	2 - Gerência do Ervino
Ação:	2068 - Manutenção das Atividades da Gerência do Ervino
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	243
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1390200 - Fundo especial de petróleo- Lei 9.478/97
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	259
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	4 - Gerência dos Balneários
Ação:	2074 - Manutenção das Atividades da Gerência dos Balneários
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	350
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	3 - Gerência do Saí
Ação:	2070 - Manutenção das Atividades da Gerência do Saí
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	382
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1390400 - Outras transf. decor. comp. finan. expl.
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

Código Reduzido:	383
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1070000 - Contrib interv domínio econ. - cide
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	408
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1390300 - Fundo especial de petróleo
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br; licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail: licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Apresentar declaração de não parentesco, conforme Anexo IV do Edital

8.4.4. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.4, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 021/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 021/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.5 Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.6 Número da Proposta e senha cadastrada no link <https://saofranciscodosul.atende.net/servicos>.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

10.9 O licitante deverá mencionar na sua proposta:

a) Declaração de que está sediada há uma distância de até 80km da Secretaria Municipal de Obras

b) - a distância poderá ser verificada por meio de diligência nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações nº 8.666/93 e alterações;

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos materiais e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

13.0.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.0.2 SICAF;

13.0.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

13.0.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.0.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Nota explicativa: O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, o pregoeiro disporá das informações dos sócios de todas as empresas que participarem do pregão eletrônico, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe ao pregoeiro solicitar a apresentação do contrato social da empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica.

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de materiais em características, quantidades mínimas fornecidas de 50% (cinquenta por cento) e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

b. Apresentar documento de autorização de concessão da lavra do (DNPM) e Licença Ambiental de Operações (LAO) para lavra e beneficiamento de minerais em nome da licitante

c. Apresentar declaração de que a empresa fornecedora possua, no local da jazida, balança eletrônica aferida pelo INMETRO com emissão de ticket eletrônico de pesagem no qual conste data, hora, placa, peso e assinatura do motorista do caminhão que está realizando a coleta.

d. Apresentar Alvará de localização e funcionamento da empresa licitante, devidamente autenticado e na validade

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, a Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dos materiais será realizado em duas parcelas em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, condicionados a comprovação de entrega dos materiais, a qual deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco (multiuso);

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.4. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.5. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.5. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.6. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

SERGIO MURILO DE C. OLIVEIRA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de 18.000 toneladas de Bica Corrida [material de granulometria uniforme oriundo de um conjunto de pedra britada, pedriscos e pó de pedra].

2. OBJETIVO/ FINALIDADE

Faz-se necessário a aquisição, para atendimento das constantes manutenções e conservações das vias públicas do nosso município, suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria Balneários e Gerências.

3. JUSTIFICATIVA

A presente licitação justifica-se devido a necessidade de conservações constante das vias públicas municipais, as quais necessitam de manutenções periódica com a colocação destes materiais, eliminando os buracos e incorreções, de maneira a proporcionar maior conforto

e segurança no tráfego de pedestres e veículos, as condições climáticas, bem como o tráfego intenso de veículos são os fatores que mais colaboram para o desgaste das vias públicas do município.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

4.1. LOTE ÚNICO

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço. Uni.	Preço Total
01	Bica Corrida [material de granulometria uniforme oriundo de um conjunto de pedra britada, pedriscos e pó de pedra].	Tonelada	18.000	R\$ 33,1961	R\$ 597.529,80

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 597.529,80

[Quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta centavos]

5. Observação: Este material deverá estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

- A empresa contratada deverá apresentar documentos de autorização de concessão da lavra (DNPM) e licença ambiental de operações (LAO) para lavra de beneficiamento de minerais. A empresa deve estar localizada a uma distância, que atenda em tempo hábil as solicitações para retirada dos materiais pela contratante, pois este material será retirado gradativamente, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Diretoria Balneários.
- O local de retirada do material, objeto deste processo, deverá obrigatoriamente ser de fácil acesso, plano, seco, sem obstáculo ou riscos que possam causar acidentes ou sacrifícios aos caminhões que farão o transporte do material.
- A empresa ganhadora deverá estar localizada num perímetro de distância de até 80 km da sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, situada à Rua Dom Fernando Trejo Y Sanabria, em São Francisco do Sul/SC e a Diretoria dos Balneários, devido à necessidade de deslocamento para retirada dos materiais junto à contratada, a qual está sendo cotada neste Termo de Referência.
- Apresentar declaração de que a empresa fornecedora possua, no local da jazida, balança eletrônica aferida pelo INMETRO com emissão de ticket eletrônico de pesagem no qual conste data, hora, placa, peso e assinatura do motorista do caminhão que está realizando a coleta.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

7. LOCAIS PARA ENTREGA

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Diretoria dos Balneários, serão responsáveis pelas retiradas do material lícitado.

8. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do material será exercida por servidor designado. Ao fiscalizador, se reserva ao direito de recusar o material a ser retirado, caso este não atenda as especificações estabelecidas.

9. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

Os materiais que estão sendo cotados ficarão sob a responsabilidade de retiradas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Diretoria dos Balneários.

10. PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal ao qual deverá ser entregue no Setor Administrativo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Dom Fernando Y Sanabria no Bairro Acarai.

11. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O período de execução será de 06 [seis] meses e sua vigência 08 [oito] meses após assinatura do contrato e emissão da Ordem de Compra.

Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº , e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 021/2020

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020, cujo objeto é a Aquisição de 18.000 toneladas de Bica Corrida [material de granulometria uniforme oriundo de um conjunto de pedra britada, pedriscos e pó de pedra], de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 021/2020

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 021/2020

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 021/2020 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de 2020

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 021/2020

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2020

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 021/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx nº /2018, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Aquisição de 18.000 toneladas de Bica Corrida [material de granulometria uniforme oriundo de um conjunto de pedra britada, pedriscos e pó de pedra], conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

LOTE 01

Item	Especificações	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
Valor total do Lote					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 08 meses e encerramento em prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e a execução em 06 (seis) meses, conforme Termo de Referência

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autorizada competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo, ficando as despesas do próximo ano consignadas ao orçamento de 2020.

Código Reduzido:	233
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	2 - Gerência do Ervino
Ação:	2068 - Manutenção das Atividades da Gerência do Ervino
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	243
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1390200 - Fundo especial de petróleo- Lei 9.478/97
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	259
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	4 - Gerência dos Balneários
Ação:	2074 - Manutenção das Atividades da Gerência dos Balneários
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	350
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	3 - Gerência do Saí
Ação:	2070 - Manutenção das Atividades da Gerência do Saí
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	382
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1390400 - Outras transf. decor. comp. finan. expl.
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	383

Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1070000 - Contrib interv domínio econ. - cide
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis
Código Reduzido:	408
Órgão:	11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	1 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Ação:	2072 - Aquisição de Saibro
Vínculo:	1390300 - Fundo especial de petróleo
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas, no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, condicionados a comprovação da entrega dos materiais.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 58/2020

Publicação Nº 2359364

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 58/2020
Decreto Retificador
Conforme Processo nº 4785/2019

O Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º - Retifica-se o Decreto Funcional nº 274/2019 que ficará com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ

Art. 1º Fica nomeada CLARISSA REINERT CIM para a Função Gratificada de CHEFE DE DIVISÃO DO NASF –SEC. DE SAÚDE, a contar de 1º de outubro de 2019.

DEVERÁ LER

Art. 1º Fica nomeada CLARISSA REINERT CIM para a Função Gratificada de CHEFE DE DIVISÃO DO NASF –SEC. DE SAÚDE, a contar de 27 de fevereiro de 2019.

Art. 4º - Este Decreto Retificador entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 12 de fevereiro de 2020.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3888/2020

Publicação Nº 2359373

DECRETO 3.888/2020

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área que especifica e situa conforme mapa que integra este Decreto (anexo I), a qual será destinada à construção de uma creche, cria Comissão de Avaliação de Bens Imóveis que especifica, nomeia seus membros e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento na Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 2º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, pelo preço apurado através de prévia avaliação e com o fim específico de implantar uma creche, uma área de terra com 2.853,60 m² (dois mil oitocentos e cinquenta e três metros e sessenta centímetros quadrados), sendo a área especificada parte integrante do imóvel registrado no CRI da Comarca de São João Batista sob a matrícula n. 4.221, situado na Rua Leonel Boratti, bairro Tajuba I, neste Município, de acordo com o mapa que integra este Decreto (Anexo I), de propriedade de Gentil Mafessoli – CPF n. 288.310.399-20, e Erotides Inácia Mafessoli – CPF n. 439.236.749-53, residentes na Rua Leonel Boratti, n. 681, Bairro Tajuba I, em São João Batista-SC.

Art. 2º A desapropriação prevista no artigo anterior é declarada de natureza urgente, para os fins e efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º Fica criada Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis, a qual terá como objetivo avaliar o bem objeto do presente decreto, para que seja viabilizada a sua desapropriação.

Art. 4º Integrarão a Comissão descrita no art. 1º, os seguintes servidores:

I – Jairo Pereira, matrícula funcional nº 2187, presidente;

II - André Luiz Fernando Schweitzer, matrícula funcional 5618, membro; e

III – Luiz Felipe Reis Vargas, matrícula funcional 9717, membro.

Parágrafo único. Não será concedida qualquer parcela remuneratória pela participação na comissão prevista no presente artigo.

Art. 5º A Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis deverá, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar relatório circunstanciado em relação

ao valor do bem.

Art. 6º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 05 de fevereiro de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004/SISAM/2020

Publicação Nº 2358619

Extrato do Contrato nº 004/SISAM/2020

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal (SISAM), inscrito no CNPJ n.º 07.585.406/0001-22;

Contratado: C. E. Macedo Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli, inscrito no CNPJ n.º 07.965.552/0001-83;

Processo Licitatório 002/SISAM/2020 – Pregão Presencial nº 002/SISAM/2020;

Objeto: Aquisição de peças hidráulicas para ampliação da rede de distribuição de água no bairro Carmelo, município de São João Batista, SC;

Valor global: R\$ 28.120,00 (vinte e oito mil cento e vinte reais);

Item orçamentário / Projeto: (10) 3.3.90.51.91.00.00.00;

Data da assinatura: 13/02/2020;

Vigência contratual: 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO 005/SISAM/2020

Publicação Nº 2358621

Extrato do Contrato nº 005/SISAM/2020

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal (SISAM), inscrito no CNPJ n.º 07.585.406/0001-22;

Contratado: Fernandes Maná Materiais e Equipamentos Eireli, inscrito no CNPJ n.º 11.274.331/0001-36;

Processo Licitatório 002/SISAM/2020 – Pregão Presencial nº 002/SISAM/2020;

Objeto: Aquisição de peças hidráulicas para ampliação da rede de distribuição de água no bairro Carmelo, município de São João Batista, SC;

Valor global: R\$ 611,84 (seiscentos e onze reais e oitenta e quatro centavos);

Item orçamentário / Projeto: (10) 3.3.90.51.91.00.00.00;

Data da assinatura: 13/02/2020;

Vigência contratual: 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO 006/SISAM/2020

Publicação Nº 2358622

Extrato do Contrato nº 006/SISAM/2020

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal (SISAM), inscrito no CNPJ n.º 07.585.406/0001-22;

Contratado: Startubo Comercial Eireli, inscrito no CNPJ n.º 17.191.995/0001-18;

Processo Licitatório 002/SISAM/2020 – Pregão Presencial nº 002/SISAM/2020;

Objeto: Aquisição de peças hidráulicas para ampliação da rede de distribuição de água no bairro Carmelo, município de São João Batista, SC;

Valor global: R\$ 2.492,00 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais);

Item orçamentário / Projeto: (10) 3.3.90.51.91.00.00.00;

Data da assinatura: 13/02/2020;

Vigência contratual: 31/12/2020.

JUSTIFICATIVA ASSISTENCIA SOCIAL

Publicação Nº 2359762

São João Batista, 14 de fevereiro de 2020.

Para: Secretaria de Finanças

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos pré-julgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, justifica a ordem cronológica para pagamento a saber:

CNPJ: 73.239.154/0001-04

TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
291	R\$ 1.354,61

OBJETO: Solicitamos a Secretaria de Finanças que efetue o pagamento da nota fiscal nº 291, , da Empresa TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA

JUSTIFICATIVA: Justificamos o pedido acima para que a empresa continue prestando serviço ao município.

Desde já agradecemos a sua compreensão.

Att

ROSANE SARTORI ROSA
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2359421

São João Batista, 14 de fevereiro de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 73.239.154/0001-04
TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
288	R\$ 2.849,10

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 2.849,10 DA EMPRESA TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA, REFERENTE A SERVIÇO DE TRANSPORTE.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Educação, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Edésio Pedrinho Tomasi
Secretário Municipal de Educação

JUSTIFICATIVA FUBE

Publicação Nº 2359427

Fundação Batistense de Esportes
Criada pela Lei Complementar Municipal 005, de 15/12/2005.
Rua Marechal Floriano Peixoto, 253, Centro, São João Batista/SC.
CEP: 88240-000 CNPJ 07.825.719/0001-00
48 3265 4227 – contato@fube.sc.gov.br

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 73.239.154/0001-04
Transportes Coletivos Batistense Ltda
Recibo/NF Nº00621 - R\$ 9.943,55

Valor Total: R\$ 9.943,55

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido à falta de pagamento, uma vez que a empresa é responsável pelo transporte dos atletas para os Torneios da FUBE, competição em que a

Fundação Batistense de Esporte participa. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Marcelo Miranda Machado
Diretor Executivo

São João Batista, 14 de fevereiro de 2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/PMSJB/2020

Publicação Nº 2358551

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/12
 Processo Nº.: 6/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2020

No dia 13 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2020, Processo Licitatório nº. 6/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17029	B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDO	3, 5, 7
12020	BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP	1, 2, 4
16886	ROTOFABRIL PRIDUTOS E SERVICOS DE ROTOMOLDAGEM LTD	6
12117	WFL COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUE	32.163.902/0001-35	GISELI JEREMIAS	912.862.639-72
BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP	86.857.174/0001-90	WALDEMIRO KREHNKE	480.910.309-91
ROTOFABRIL PRIDUTOS E SERVICOS DE ROTOMOLDAGEM	01.481.148/0001-58	MARCEL LIMA STACHETTI	398.130.358-03
WFL COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	27.450.005/0001-72	HERIVELTO HERMENEGILDO	501.365.189-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12020 - BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BALANÇO 02 LUGARES COM 1 ASSENTO EM BORRACHA INJETADA COLORIDA MEDINDO 0,45X0,20M, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, E REFORÇO NA PARTE INFERIOR EM ALUMÍNIO, PRESO POR CORRENTES DE 5MM ELO CURTO GALVANIZADAS À FOGO MEDINDO 1,50M E 1 ASSENTO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PARA BEBÊS DE ATÉ 3 ANOS, COM CINTO DE SEGURANÇA, ESTRUTURA EM TUBO DE 2" #14 E SISTEMA DE ENGATES COM BUCHAS DE POLIACETAL.; ESTRUTURA TOTALMENTE GALVANIZADA À FOGO COM PINTURA ELETROSTÁTICA.	UN	KRENKE	2,000	1.627,0000	3.254,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 2/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020**Fornecedor: 12020 - BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BALANÇO 02 LUGARES COM 2 ASSENTO EM BORRACHA INJETADA COLORIDA MEDINDO 0,45X0,20M, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, E REFORÇO NA PARTE INFERIOR EM ALUMÍNIO, PRESO POR CORRENTES DE 5MM ELO CURTO GALVANIZADAS À FOGO MEDINDO 1,50M. ESTRUTURA EM TUBO DE 2" #14 E SISTEMA DE ENGATES COM BUCHAS DE POLIACETAL; ESTRUTURA MEDINDO 2,70 LARGURA, ESTRUTURA TOTALMENTE GALVANIZADA À FOGO COM PINTURA ELETROSTÁTICA.	UN	KRENKE	2,000	1.630,0000	3.260,00
4	CARROSSEL 8 LUGARES, DIÂMETRO: 1,80M, RAIO: 0,90M, ALTURA DO EIXO DE 1,50M; EIXO DE CANO GALVANIZADO 2" COM PAREDE 2,60MM; CANO CENTRAL 3 ", PAREDE 2,00MM; ASSENTO EM MADEIRA DE LEI ITAÚBA, ARREDONDADAS FORMANDO UM CÍRCULO ; ESTRUTURA EM CANO 1" E 2 ROLAMENTOS PARA MOVIMENTO.	UN	KRENKE	2,000	1.878,0000	3.756,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/12

Processo Nº.: 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

Fornecedor: 16886 - ROTOFABRIL PRIDUTOS E SERVICOS DE ROTOMOLDAGEM LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	<p>PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA, CONTENDO:</p> <p>ESTRUTURA PRINCIPAL CONFECCIONADA EM COLUNAS DE MADEIRA PLÁSTICA COM REFORÇO INTERNO TIPO CRUZETA MEDINDO 9X9CM, COM CANTOS ARREDONDADOS E ACABAMENTO EM POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO NA COR ITAÚBA, FERRAGENS GALVANIZADAS À FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), COMPROVANDO QUE O PRODUTO ENTREGUE ATENDE AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT E NBR 16.071. CERTIFICADO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO.</p> <p>05 PLATAFORMAS MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 1,35M</p> <p>02 PLATAFORMAS MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE REDONDA, MEDINDO 1,70M DE DIÂMETRO COM PAREDE DUPLA; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 1,35M</p> <p>01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,95M</p> <p>01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,50M</p> <p>01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, SEM COBERTURA, ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,50M</p> <p>01 ESCADA 7 DEGRAUS, MEDINDO 2,00 X 0,76M, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM E CORRIMÃO EM TUBO 1", DEGRAUS EM MADEIRA MEDINDO 0,12 X 0,70M;</p> <p>01 ESCADA 6 DEGRAUS, MEDINDO 1,80 X 0,76M, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM E CORRIMÃO EM TUBO 1", DEGRAUS EM MADEIRA MEDINDO 0,12 X 0,70M;</p> <p>01 PASSARELA CURVADA PARA BAIXO COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM.</p> <p>01 PASSARELA CURVADA PARA CIMA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM.</p> <p>01 TUBO DE LIGAÇÃO 90°, COM DIÂMETRO DE 0,75M, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES.</p> <p>01 TUBO DE LIGAÇÃO RETO, COM DIÂMETRO DE 0,75M E 2,00M DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES.</p> <p>05 GUARDA CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL, ALTURA APÓS MONTAGEM: 0,80M</p> <p>01 CANO DE ESCALADA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16 E DEGRAUS INTERCALADOS EM TUBO DE 1".</p> <p>01 CONJUNTO JOGO DA VELHA COLORIDO, COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM AS LETRAS X E O NA COR PRETA.</p> <p>01 DESCIDA DE BOMBEIRO, CONFECCIONADA EM TUBO DE 1 ¼" #16, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO.</p>	UN	URSSUS PLA'	2,000	57.750,0000	115.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/12

Processo Nº.: 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

1,60X0,60M COM 6 DEGRAUS.
 01 TOBOGÃ EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO 3,00M DE COMPRIMENTO E 0,75M DE DIÂMETRO, FIXADO A TORRE COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO E SEÇÃO DE SAÍDA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA FIXADA AO SOLO.
 01 ESCORREGADOR CARACOL EM FIBRA DE VIDRO MEDINDO 1,60M DE DIÂMETRO E 1,90M DE ALTURA, COM PLATAFORMA AUXILIAR MEDINDO 0,83X0,83M COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, E 2 GUARDA CORPO EM TUBO DE 1" #16 COM FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8". COM 3 PÉS DE APOIO EM TUBO DE 1 1/2" #18.
 01 ESCORREGADOR RETO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO E 0,50M DE LARGURA, COM PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO.
 01 ESCORREGADOR ONDULADO DUPLO EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,50M DE COMPRIMENTO E 0,90M DE LARGURA.
 01 ESCORREGADOR ONDULADO DUPLO EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO E 0,90M DE LARGURA.
 01 RAMPAS DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,60M.
 01 ESCADA CURVADA, COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" E 7 DEGRAUS EM TUBO DE 1" 01
 PLATAFORMA DE LIGAÇÃO, MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 30X40MM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM TÁBUA DE MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM COR ITAÚBA, E 2 GUARDA CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL. ALTURA APÓS MONTAGEM: 0,80M 01 TREPA TREPA, COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2". DEGRAUS E PEGA MÃO EM TUBO DE 1" MEDINDO 1,50 X 0,50M.
 01 PAREDE DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" MEDINDO 1,50 X 1,50M COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, FORMANDO UMA MALHA.
 02 RAMPAS DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,80M.
 01 PASSARELA DE CORDAS MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO X 1,90M DE LARGURA, CONFECCIONADA EM CORDA DE NYLON 14MM, FORMANDO UMA MALHA, COM JUNÇÕES EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO E CORRIMÃO EM TUBO DE 2" #16.
 01 PASSARELA RETA MEDINDO 1,95M X 0,84M COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM, GUARDA CORPO COM 80CM DE ALTURA SENDO ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" #16 E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8".
 01 CIRCUITO DE 4 DISCOS, COM ESTRUTURA SUPERIOR EM TUBO DE 2" #16, 4 BARRAS NA VERTICAL EM TUBO DE 1" #18, E 4 DISCOS COM 35CM DE DIÂMETRO CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA.
 ÁREA DE OCUPAÇÃO: 21,00 X 8,60M. ALTURA: (CHÃO/PLATAFORMA) 1,35M - 95CM - 50 CM.

Fornecedor: 17029 - B E B PLAYGROUNDS INDUSRIA E COMERCIO DE BRINQUEDO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BALANÇO CADEIRANTE BALANÇO ESPECIAL - CADEIRANTES, MEDINDO 1,80M X 2,00M, COM 4 PÉS EM FERRO 3" #14, ESTRUTURA DE BALANÇO EM TUBO DE 1" #14, COM RAMPAS PARA SUBIDA DA CADEIRA DE RODAS, COM TRAVAS PARA IMPEDIR O MOVIMENTO DA CADEIRA DE RODAS, CONTENDO UMA CADEIRA PARA ACOMPANHANTE, SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO COM BUCHAS DE POLIACETAL 40MM. ESTRUTURA GALVANIZADA COM PINTURA ELETROSTÁTICA.	UN	BEB F015	2,000	5.500,0000	11.000,00
5	GANGORRAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 2" MEDINDO 2,50 X 0,60M. ASSENTOS EM MADEIRA DE LEI E PEGA MÃO EM TUBO DE 1". ESTRUTURA TOTALMENTE GALVANIZADA À FOGO COM PINTURA ELETROSTÁTICA. (VALOR POR UND)	UN	BEB F010	2,000	780,0000	1.560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/12

Processo Nº.: 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

Fornecedor: 17029 - B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	<p>PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA, CONTENDO:</p> <p>ESTRUTURA PRINCIPAL CONFECCIONADA EM COLUNAS DE MADEIRA PLÁSTICA COM REFORÇO INTERNO TIPO CRUZETA MEDINDO 9X9CM, COM CANTOS ARREDONDADOS E ACABAMENTO EM POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO NA COR ITAÚBA, FERRAGENS GALVANIZADAS À FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), COMPROVANDO QUE O PRODUTO ENTREGUE ATENDE AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT E NBR 16.071. CERTIFICADO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO.</p> <p>05 PLATAFORMAS MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 1,35M</p> <p>02 PLATAFORMAS MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE REDONDA, MEDINDO 1,70M DE DIÂMETRO COM PAREDE DUPLA; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 1,35M</p> <p>01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,95M</p> <p>01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, COBERTURA SUPERIOR EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, EM FORMATO DE PIRÂMIDE QUADRADA, MEDINDO 1,22MX1,22M; ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,50M</p> <p>01 PLATAFORMA MEDINDO 1,06 X1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, SEM COBERTURA, ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSOALHO: 0,50M</p> <p>01 ESCADA 7 DEGRAUS, MEDINDO 2,00 X 0,76M, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM E CORRIMÃO EM TUBO 1", DEGRAUS EM MADEIRA MEDINDO 0,12 X 0,70M;</p> <p>01 ESCADA 6 DEGRAUS, MEDINDO 1,80 X 0,76M, COM ESTRUTURA EM TUBO 30X50MM E CORRIMÃO EM TUBO 1", DEGRAUS EM MADEIRA MEDINDO 0,12 X 0,70M;</p> <p>01 PASSARELA CURVADA PARA BAIXO COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM.</p> <p>01 PASSARELA CURVADA PARA CIMA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16, E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", MEDINDO 1,95MX0,88M E 0,80M DE ALTURA, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM.</p> <p>01 TUBO DE LIGAÇÃO 90°, COM DIÂMETRO DE 0,75M, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES.</p> <p>01 TUBO DE LIGAÇÃO RETO, COM DIÂMETRO DE 0,75M E 2,00M DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO. ORIFÍCIOS LATERAIS COM 100MM DE DIÂMETRO SERVINDO COMO VISORES.</p> <p>05 GUARDA CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL. ALTURA APÓS MONTAGEM: 0,80M</p> <p>01 CANO DE ESCALADA COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 ¼" #16 E DEGRAUS INTERCALADOS EM TUBO DE 1".</p> <p>01 CONJUNTO JOGO DA VELHA COLORIDO, COM 9 CILINDROS EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, COM AS LETRAS X E O NA COR PRETA.</p> <p>01 DESCIDA DE BOMBEIRO, CONFECCIONADA EM TUBO DE 1 ¼" #16, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO.</p>	UN	BEBME014	1,000	63.000,0000	63.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 6/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

1,60X0,60M, COM 6 DEGRAUS.
01 TOBOGÁ EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO 3,00M DE COMPRIMENTO E 0,75M DE DIÂMETRO, FIXADO A TORRE COM FLANGES EM POLIETILENO ROTOMOLDADO
PAREDE DUPLA, MEDINDO 1,06X0,98M, COM TODOS OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO ESCONDIDOS POR TAMPAS EM PLÁSTICO INJETADO E SEÇÃO DE SAÍDA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA FIXADA AO SOLO.
01 ESCORREGADOR CARACOL EM FIBRA DE VIDRO MEDINDO 1,60M DE DIÂMETRO E 1,90M DE ALTURA, COM PLATAFORMA AUXILIAR MEDINDO 0,83X0,83M COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 3X4CM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 200X25MM COR ITAÚBA, E 2 GUARDA CORPO EM TUBO DE 1" #16 COM FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8", COM 3 PÉS DE APOIO EM TUBO DE 1 1/2" #18.
01 ESCORREGADOR RETO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MEDINDO 2,70M DE COMPRIMENTO E 0,50M DE LARGURA, COM PORTAL DE SEGURANÇA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO.
01 ESCORREGADOR ONDULADO DUPLO EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,50M DE COMPRIMENTO E 0,90M DE LARGURA.
01 ESCORREGADOR ONDULADO DUPLO EM FIBRA DE VIDRO, MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO E 0,90M DE LARGURA.
01 RAMPAS DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,60M.
01 ESCADA CURVADA, COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" E 7 DEGRAUS EM TUBO DE 1" 01
PLATAFORMA DE LIGAÇÃO, MEDINDO 1,06 X 1,06M, COM ESTRUTURA METÁLICA CANTONEIRA GALVANIZADA À FOGO MEDINDO 30X40MM ESPESSURA 1,5MM, COM ASSOALHO EM TÁBUA DE MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM COR ITAÚBA, E 2 GUARDA CORPO, CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA, MEDINDO 0,75X0,88M, COM ABERTURAS DE 7CM DE LARGURA NO SENTIDO VERTICAL. ALTURA APÓS MONTAGEM: 0,80M 01 TREPA TREPA, COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2", DEGRAUS E PEGA MÃO EM TUBO DE 1" MEDINDO 1,50 X 0,50M.
01 PAREDE DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" MEDINDO 1,50 X 1,50M COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, FORMANDO UMA MALHA.
02 RAMPAS DE CORDAS COM ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" #18, COM CORDAS DE NYLON 14MM E JUNÇÃO EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO, MEDINDO 0,80X1,80M.
01 PASSARELA DE CORDAS MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO X 1,90M DE LARGURA, CONFECCIONADA EM CORDA DE NYLON 14MM, FORMANDO UMA MALHA, COM JUNÇÕES EM PLÁSTICO INJETADO COLORIDO E CORRIMÃO EM TUBO DE 2" #16.
01 PASSARELA RETA MEDINDO 1,95M X 0,84M COM ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA 136X30MM, GUARDA CORPO COM 80CM DE ALTURA SENDO ESTRUTURA EM TUBO DE 1 1/2" #16 E FECHAMENTO LATERAL EM FERRO MECÂNICO 3/8".
01 CIRCUITO DE 4 DISCOS, COM ESTRUTURA SUPERIOR EM TUBO DE 2" #16, 4 BARRAS NA VERTICAL EM TUBO DE 1" #18, E 4 DISCOS COM 35CM DE DIÂMETRO CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE DUPLA.
ÁREA DE OCUPAÇÃO: 21,00 X 8,60M. ALTURA: (CHÃO/PLATAFORMA) 1,35M - 95CM - 50 CM.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/12

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 6/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 8/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 9/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 10/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 11/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 13 de Fevereiro de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS CNPJ: 32.163.902/0001-35 _____

BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP CNPJ: 86.857.174/0001-90 _____

ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVICOS DE ROTOMOLDAGEM LT CNPJ: 01.481.148/0001-58 _____

WFL COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ: 27.450.005/0001-72 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 12/12
Processo Nº.: 6/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

DECRETO Nº 3885/2020

Publicação Nº 2359368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3885/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 10.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.304.0004.2.034 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

4.4.90.00.00.00.00.00.0011 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.304.0004.2.034 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.3.90.00.00.00.00.00.0011 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 5 de Fevereiro de 2020**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 05/02/2020

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3887/2020

Publicação Nº 2359371

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3887/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 25.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.049 - Funcionamento e Manutenção Centro Zoonose

3.3.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.049 - Funcionamento e Manutenção Centro Zoonose

4.4.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 25.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 5 de Fevereiro de 2020**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 05/02/2020

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 30/2020 E DO CONTRATO 22/2020

Publicação Nº 2358709

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020 e CONTRATO 22/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e EB Instalações Elétricas Ltda EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 21/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de deslocamento de rede de distribuição de energia da Rua Sebastião conforme projeto/nota OS nº 400513420 UC 18644339 anexo ao Edital."

VALOR: 18.012,56

PRAZO: 14.02.2020 até 31.03.2020

São João do Oeste – 14 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020

Publicação Nº 2359021

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Haidy Eliza Merkel

ORIGEM: Pregão Presencial nº 22/2020

OBJETO: "registro de preço para eventual e futura aquisição de lanches e outros gêneros alimentícios para eventos oficiais das secretarias municipais do Município de São João do Oeste."

VALOR: 13.820,25

PRAZO: 14.02.2020 até 14.02.2021

São João do Oeste – 14 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 005 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359102

DECRETO Nº. 005 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, na data que especifica, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, a Portaria n.º 679, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo, no ano de 2020, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais de São João do Sul, em virtude das festividades de Carnaval, nas seguintes datas:

I - 24 de fevereiro de 2020 (Segunda – feira) e;

II - 25 de fevereiro de 2020 (Terça – feira).

Art. 2º - Permanecerão atendendo a população, em regime de Plantão, os serviços essenciais de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 14 de fevereiro de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 PARA PROFESSORES

Publicação Nº 2359852

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
CNPJ: 19.620.562/0001-66

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020

CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 390/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação comunicam que encontram se abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo nº 02/2019 e do Concurso nº02/2019 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 17 de fevereiro de 2020 Segunda - Feira às 15h no Departamento de RH, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

01-VAGA EXCEDENTE POR DESDOBRIO DE TURMA PROFESSOR DE PRÉ ESCOLAR (VESPERTINO)

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

01-VAGA EXCEDENTE PROFESSOR DE MATEMÁTICA (MATUTINO)

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Matemática

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Matemática a partir da terceira fase e ou Magistério Completo

01- VAGA EXCEDENTE PROFESSOR DE ARTE (MATUTINO)

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Arte

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Arte a partir da terceira fase e ou Magistério Completo.

01-VAGA EXCEDENTE POR DESDOBRIO DE TURMA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (MATUTINO)

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física com Carteira do CREF

01-VAGA EXCEDENTE POR DESDOBRIO DE TURMA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (VESPERTINO)

CARGA HORÁRIA: 10H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física com Carteira do CREF

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

- * Maior Graduação
- *Graduação na área;
- *Cursando na área;

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Maior Graduação

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

Fundo Municipal de Educação- FME

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 002/2020

Publicação Nº 2360027

1. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO RELATOR

O recorrente interpôs recurso voluntário visando à reforma da decisão de primeira instância que não acolheu impugnação ao indeferimento à inclusão no regime diferenciado de tributação do Simples Nacional.

Em impugnação ao indeferimento de ingresso no regime do Simples Nacional (fls. 02/04), alegou a empresa que: não possuía pendências de natureza cadastral e/ou fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São José que viesse a justificar o indeferimento da sua opção pelo regime diferenciado do Simples Nacional, ante a apresentação de certidão negativa de débitos junto ao Município de São José; ato de transformação da empresa, que demonstra a alteração da sede da empresa para a cidade de Palhoça, e declaração de não cadastramento da empresa no Cadastro Econômico de São José.

Também alegou preencher os requisitos legais para o seu ingresso no regime tributário do Simples Nacional, tendo, inclusive, realizado o respectivo requerimento de opção antes do prazo final exigido pela legislação específica.

Ao final, requereu a revisão das pendências administrativas a fim de ser incluída no regime especial do Simples Nacional.

Juntamente à sua impugnação, foram apresentados os seguintes documentos: cópia de ato de transformação de sociedade empresária limitada – LTDA – em empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI – (fls. 07/11); resultado final da solicitação de opção pelo Simples Nacional (fl. 13); relatório de pendências referente à opção pelo Simples Nacional (fl. 14); cópia de alvará de licença de localização e funcionamento (fl. 15), cópia de certidão negativa de débitos emitida por Palhoça (fl. 16); cópia de certidão inexistência de cadastro e débitos junto à Fazenda Pública de São José (fl. 17); cópia de certidão negativa de débitos emitida por São José (fl. 18).

A autoridade de primeira instância ratificou a manifestação de agente de fiscalização tributária que rejeitou a impugnação apresentada pela empresa interessada, pois restou evidenciado que a requerente teria iniciado suas atividades no território do Município de São José em setembro de 2011, de forma irregular, eis que não teria solicitado sua devida inscrição do Cadastro Econômico de São José. Assim, haveria pendência cadastral e fiscal junto a esta Municipalidade. Ao final, a autoridade fiscal ainda informou que, diante da situação fática evidenciada, procederia pelo lançamento de ofício das taxas de fiscalização, por meio de autos específicos (Processo Administrativo nº 5.055/2019). Inconformada, a empresa interpôs recurso voluntário (fls. 22/23), solicitando a reanálise da impugnação então rejeitada, repisando os argumentos lá trazidos, a fim de que seja sustado qualquer óbice ao ingresso da empresa junto ao Simples Nacional. Houve a juntada de documentos.

Em seguida, a autoridade julgadora de primeira instância veio aos autos ratificando o indeferimento anteriormente manifestado, aduzindo que as pendências identificadas pela Receita Federal do Brasil atinentes ao Município de São José eram de ordem eminentemente cadastral, ante o descumprimento das normas previstas nos artigos 214 e 283 do Código Tributário Municipal.

O recurso voluntário foi recebido pela Presidência deste Conselho de Contribuintes. Em seguida, abriu vista para manifestação do representante da Fazenda Municipal, determinando a sua posterior distribuição.

O representante da Fazenda Municipal manifestou-se pelo recebimento e provimento do recurso, a fim de declarar que, em 31/01/2019, a empresa contribuinte não possuía, junto ao Município de São José, qualquer óbice ao seu registro no Simples Nacional.

Posteriormente, os autos vieram-se conclusos.

O conselheiro relator verificou que os autos do Processo Administrativo nº 5.055/2019 foram equivocadamente juntados dentro dos autos deste recurso voluntário. De ofício, providenciou a reautuação daqueles autos em apenso, eis que o presente recurso não versa sobre o lançamento de taxas e a aplicação de multas decorrentes de infrações administrativo-tributárias.

É a síntese do relato.

2. VOTO VENCEDOR – CONSELHEIRO VALDECI SAGAZ

As folhas fls. 20 da lide processual está a manifestação do Secretário da Fazenda que indefere o requerimento do contribuinte lastreando o seu parecer no Art. 15 inciso XXIV que é categórico,

“Não poderá recolher os tributos pelo simples nacional a pessoa jurídica que não tenha feito inscrição em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual quando exigível, ou cujo cadastro esteja em situação irregular” que é como se enquadra a situação do contribuinte, desde 01/09/2011 e assim permaneceu até 29/11/2018 quando transferiu sua sede para o município de palhoça.

O Art. 401 do CTM preconiza que iniciar atividade sem previa inscrição no Cadastro Municipal de contribuintes é passível de multa de 1,5 URM o requerente não obedeceu a este dispositivo legal como também não observou os Art. 307 incisos I e II, 312 Inciso I, Art. 404 e 283.

O Procurador Geral do Município se manifestou por dar provimento reformando integralmente a decisão de primeira instancia em seu parecer das folhas 48 e 49.

O Relator em seu parecer se manifesta a saber “Reiterando: por tais motivos, acredito que, para o ano fiscal de 2019, a empresa recorrente não possuía pendências fiscal e/ou cadastral junto ao Município de São José que viessem a impedi-la de ingressar no regime tributário do Simples Nacional, devendo a decisão recorrida ser reformada neste ponto.

Ainda, convém ressaltar que o entendimento ora exposto se restringe ao pedido de opção do Simples Nacional em 2019.

Aqui não se está dizendo que a situação cadastral da empresa recorrente junto ao Município de São José esteve regular nos anos de 2018 e antecedentes.

A manifesta ausência de regularidade cadastral naqueles anos motivou o lançamento de taxas de localização e funcionamento e a aplicação de multas decorrentes de infrações previstas no Código Tributário Municipal, todas aferidas nos autos do Processo Administrativo nº 5.055/2019, em apenso, que devem ter sua regular tramitação.

Por fim, um dos pedidos contidos no recurso é o deferimento do ingresso da empresa junto ao Simples Nacional. Com respeito a entendimentos contrários, entendo que o referido pedido não pode ser acolhido na presente via administrativa, pois não compete ao Município de São José tal atribuição, mas sim à Receita Federal do Brasil, órgão federal responsável pela análise dos pedidos de opção por aquele regime diferenciado de tributação.

O contribuinte Traz na folha 14 documento que atesta a presença de débitos perante a SRFB com o código 4834 - Foi publicado no Diário

Oficial de hoje, 8-10, o Ato Declaratório Executivo 33 Codac, de 7-10-2014, que institui o código de receita 4834 – R D Ativa – Multa por Atraso na Entrega de Declaração – Maed, para ser utilizado no preenchimento de Darf – Documento de Arrecadação de Receitas Federais. E ai está o motivo que a excluiu do simples nacional junto a receita federal a isso ainda se soma a pendência cadastral que foi respondida em outubro de 2018 a consulta que a SRFB faz anualmente as prefeituras municipais. Por todo ao exposto e cumprimentando o Sr. Procurador Municipal e ao nobre conselheiro relator por suas sabias ponderações, contudo, voto por conhecer do recurso voluntário para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão da primeira instancia. E acrescenta a título de esclarecimento a regularidade cadastral em períodos anteriores a 2019 é condição para concessão da opção para recolhimento de tributos pelo regime do Simples Nacional.

São José, 20 de janeiro de 2020.

VALDECI SAGAZ
Conselheiro – voto vencedor

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 002/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 2465/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 391ª Sessão, decidiu, por maioria dos conselheiros aptos a votarem por CONHECER O RECURSO E NEGAR-LHE-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto vencedor do conselheiro Valdeci Sagaz.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Junior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Mário Antônio Vieira, os Conselheiros Sra. Lânea Aparecida Madeira, Sr. Valdeci Sagaz e o Sr. Rodrigo Koerich da Silva.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 21 de janeiro de 2020.

JUNIOR SPIES
Presidente

MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
VALDECI SAGAZ Conselheiro	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública

ACÓRDÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2360026

1. RELATÓRIO

Trata-se de um processo administrativo com pedido de transferência de titularidade do imóvel com inscrição no município de São José sob número 01.03.133.0034.1.001 e demais, com final 002, 003 e 004, para o requerente Felliipe Machado, comprovado por Certidão de Inteiro Teor do Registro de Imóveis sob matrícula número 107.256 (fl.04), teve este como pedido inicial, e deferido pela Secretaria da Receita com a devida alteração realizada pelo Setor de Cadastro Imobiliário do município (fl.10).

Trazendo o requerente novo pedido (fl.11) aos autos do processo, requerendo a retirada de juros do IPTU dos anos de 2017 e 2018, alegando culpa ao município por erro no processo de transferência de titularidade. Em parecer da Secretaria da Receita, indefere o pedido (fl.12), baseando-se na publicação do edital nº 03 de 2016 e nº 03 de 2017 onde notifica todos os contribuintes do lançamento do imposto. Contrapor-se o requerente, ingressa novamente (fl.13), agora ao Conselho Municipal de Contribuinte, solicitando revisão do indeferimento de primeira instancia, novamente indagando erro por parte da Prefeitura, causando o não pagamento dos tributos. A Fazenda Municipal, por seu representante legal, emite parecer (fl.15 a 17) no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento.

É o relatório.

2. FUNDAMENTO E VOTO

O cerne da questão gira em torno da maneira com que a legislação municipal disciplina o pagamento do IPTU. A solicitação manifestada pelo recorrente, comprovadamente proprietário e responsável pelo imóvel, tem seus fundamentos e alicerces na lei complementar municipal nº 21/2005.

Art. 227. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do Município, em 31 de dezembro do ano anterior ao do lançamento.

Art. 228. Sujeito passivo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é o contribuinte ou o responsável.

Art. 229. O Contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Sendo assim, havendo propriedade, posse ou domínio útil de um imóvel urbano, sobre ele incide o IPTU, onde este é devido pelo sujeito passivo responsável.

Ademais no Art. 244 do Código Tributário Municipal, determina a identificação do sujeito passivo do lançamento do IPTU, onde no seu item "I" cita o "Edital de Lançamento do Imposto", com informações acerca do imóvel, suficiente para identificação do tributo devido.

Isto posto se infere que é incabível o recorrente arguir culpando a prefeitura, uma vez o recorrente tendo a sua disposição elementos

legalmente prescritos em lei para verificação de tais informações, diante disso este conselheiro não pode ser contrário ao que consta na norma municipal, conforme já acima argumentado e acerca do apresentado pela fazenda municipal, bem como, na decisão de primeira instância administrativa e perante a esses princípios e fundamentos conclui.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto e assim sendo, voto por recepcionar e conhecer o requerimento, mas nego-lhe provimento a fim de que seja mantida a decisão de primeira instância.

São José, 27 de janeiro de 2020.

RODRIGO KOERICH DA SILVA
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 003/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 8500/2016.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 392ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos conselheiros aptos a votarem por CONHECER O RECURSO NEGAR-LHE PROVIMENTO a fim de que seja mantida a decisão de primeira instância.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Rodrigo Koerich da Silva, os Conselheiros Sra. Lânea Aparecida Madeira, Sr. Valdeci Sagaz e o Sr. Mário Antônio Vieira.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 27 de janeiro de 2020.

JUNIOR SPIES
Presidente

RODRIGO KOERICH DA SILVA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

ACÓRDÃO Nº 004/2020

Publicação Nº 2360029

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo, requerendo a revisão do ato administrativo praticado pela municipalidade, para pagamento de IPTU, sem a incidência de juros e multas, referente os períodos de 2017 a 2019, pois a requerente alega que a Prefeitura lançou o referido imposto em nome de outra pessoa (Marjorie de Medeiros) de forma equivocada e que só em 2019, depois de muitas idas e vindas pra saber do processo, foi constatado o erro pela PMSJ e nesta data refeito o processo acrescidos de juros e multas sobre os valores. (fls. 02 e 03). As folhas 04 a 10 é juntado ao processo o Espelho de Cadastro Imobiliário, bem como cópia documento do Sr. Rafael Coelho Andrade e Histórico das Alterações Efetuadas no Cadastro.

Em 15 de outubro de 2019, parecer do Setor de Cadastro Imobiliário, informando que houve um erro no lançamento do imóvel e que fora corrigido no dia 14 de fevereiro de 2019, encaminhando o processo ao departamento jurídico para análise do pedido da Recorrente, (fls. 11). No dia 17 de outubro o Secretário Municipal de Receita, Sr. João Paulo Mosena, emite seu parecer indeferindo o pedido da Recorrente com alegação de que os lançamentos estão corretos e não existem alterações a serem feitas e quanto o pedido de retirada dos juros e multas, segundo o Secretário, não existe fundamentação legal que ampare o pedido da Recorrente, informa também que o pedido foi intempestivo e quanto ao débito em seu nome deveria saber da obrigação atribuído ao proprietário, (fls. 12).

As folhas 13 e 14, novamente vem a Recorrente, agora diante do Conselho Municipal de Contribuinte (CMCSJ), solicitar a reconsideração do ato municipal para que possa pagar o IPTU, cujos períodos 2017, 2018 e 2019, sem os juros e multas, por entender que o erro foi da PMSJ, abrindo o pedido de lançamento de IPTU em nome de outra pessoa, sem nenhuma relação com o imóvel citado, tornando assim impossível de localizar o processo para o devido pagamento do imposto sobre a propriedade, ou seja, IPTU.

Em 03 de dezembro de 2019, o presidente do CMCSJ, Sr. Junior Spies, recebe o processo devidamente autuado e com vistas à decisão de primeira instância, bem como o recurso apresentado pela parte interessada para distribuição ao CMCSJ para decisão em segunda instância, na forma do art. 164 e ss. Do Código Tributário Municipal, conforme comprova o recebimento em 23/12/19, (fls. 15 e 16).

Em 03 de fevereiro de 2020, parecer jurídico CMC nº 002/2020, emitido pelo eminente Procurador Geral do Município, Representante da Fazenda Junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, Sr. Dr. Rodrigo João Machado, posicionando contrario ao pedido da contribuinte e solicitando ao CMCSJ o recebimento do recurso interposto, por ser tempestivo, regular para no mérito negar-lhe provimento e mantendo integralmente sua posição de instância primeira.

2 – PARECER E FUNDAMENTOS:

A Requerente solicita em seu pedido a revisão do cálculo do IPTU dos períodos 2017, 2018 e 2019, para pagamento sem incidência de juros e multas, a proprietária alega que, ao fazer seu pedido de lançamento do referido imposto (IPTU) no ano de 2017, a PMSJ, errou ao trocar o nome da proprietária com outra pessoa (Sr.ª Marjorie de Medeiros), confirma que o imóvel em questão realmente é de sua propriedade, que até 2016 era considerado e tributado pela forma rural, que durante o tempo do pedido até o mês de fevereiro de 2019, esteve varias

vezes na prefeitura verificando e querendo saber do processo em questão e que nunca obteve uma resposta sobre o mesmo, na data de 14/02/19 a Prefeitura constatou o erro e corrigiu o nome passando a valer o nome da real proprietária Sra. Mônica Guesser da Silva e na data de 14/06/19, foram revisados os dados do imóvel, sendo lançados e corrigido os valores de IPTU, cujos períodos 2017, 2018 e 2019, finalmente e diante desta situação a Requerente afirma que não teve culpa de todo esse 'imbróglio' e que por isso requer a isenção dos juros e multas sobre o valor de IPTU dos períodos de 2017 a 2019, respectivamente.

A requerente não anexa no processo, provas que esteve na Prefeitura querendo saber do processo em epígrafe e que também, não junta protocolo do pedido de amembramento e solicitação do lançamento mudando de rural para urbano e consequentemente passando a pagar IPTU.

O Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 21/2005, no referido Capítulo I, Título III, cujo artigo 227 do CTMSJ, que ordena o Tributo:

Art. 227 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do Município, em 31 de dezembro do ano anterior ao do lançamento.

O responsável pelo pagamento do IPTU, considerado sujeito passivo, baseia-se nos artigos 228 e 229:

Art. 228 Sujeito passivo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é o contribuinte ou o responsável.

Art. 229 O Contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

O artigo 34 do Código Tributário Nacional (CTN) define como contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

O relator, ministro Castro Meira, citou a definição de contribuinte prevista no artigo 34 do CTN e o artigo 156 da Constituição Federal, segundo o qual cabe ao município instituir o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana. Nesse contexto, o STJ tem entendido que a posse apta a gerar a obrigação tributária é aquela qualificada pelo animus domini, ou seja, a que efetivamente esteja em vias de ser transformada em propriedade, seja por promessa de compra e venda ou por usucapião, afirmou o ministro.

Diante do acima transcrito, toda pessoa que detém a propriedade, posse ou domínio útil, cujo imóvel localizado no município e seja considerado urbano, sobre o mesmo incide o Imposto Predial, Territorial e Urbano, (IPTU), pois este tributo é considerado propter rem, ou seja, acompanha a propriedade:

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA. EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM FULCRO NO ART. 267, INC. VI, DO ANTIGO CPC. APELO DO MUNICÍPIO EXEQUENTE. ALEGADA DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA PRÉVIA NOTIFICAÇÃO ACERCA DO LANÇAMENTO PARA O AJUIZAMENTO DA DEMANDA EXECUTIVA. ARGUMENTO PROFÍCUO. IMPOSTO DE PERIODICIDADE ANUAL, LANÇADO DE OFÍCIO PELA MUNICIPALIDADE. CIENTIFICAÇÃO PRESUMIDA. AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE PROVA ACERCA DE EVENTUAL PREJUÍZO AO DIREITO DE DEFESA DA CONTRIBUINTE, QUE SEQUER FOI CITADA NOS AUTOS. OBSERVÂNCIA, NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, DOS REQUISITOS FORMAIS ELENCADOS NO ART. 202 DO CTN E NO ART. 2º, § 5º, DA LEI Nº 6.830/80. SENTENÇA CASSADA. IMEDIATO RETORNO DO FEITO EXECUTIVO À ORIGEM, PARA A RETOMADA DO ITER PROCESSUAL. APELO CONHECIDO E PROVIDO. "[...] O fato de o carnê de pagamento do IPTU ter sido, ou não, enviado à contribuinte não macula o crédito tributário exequendo. Eventual nulidade do lançamento somente teria relevância se dela originasse algum prejuízo à defesa do particular, o que sequer foi alegado e tampouco é plausível na hipótese. É que, em se tratando de um imposto cujo lançamento é feito de ofício pelo órgão exator e o montante calculado é apenas corrigido de um ano ao outro (salvo quando há mudança na planta de valores, o que não se verifica nos autos), a ausência de envio do carnê não viola o direito de defesa do sujeito tributado, porque ele está plenamente ciente dos parâmetros utilizados pelo Fisco e de seu dever de pagar o tributo. [...]" (TJSC, Agravo de Instrumento nº 2014.040749-6, de Curitiba, rel. Des. Vanderlei Romer, j. 28/07/2015). (TJSC, Apelação n. 0001960-39.2011.8.24.0041, de Mafra, rel. Des. Luiz Fernando Boller, j. 12-07-2016). Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina

O fato do contribuinte não receber o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), não lhe permite inadimplir tal obrigação ou utilizar-se dessa circunstância como argumento de defesa, diante de cobrança do ente público, visto que ele está plenamente ciente dos parâmetros utilizados pelos órgãos da administração pública encarregados da arrecadação de tributos, assim como de seu dever de pagar o imposto.

Por fim, em virtude do impedimento legal do município, conceder isenção de juros e multas sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, mesmo a Requerente não estando cadastrada por um lapso período, como regular proprietária do imóvel em questão, não deixou de ser a real possuidora e dona da propriedade, cuja, inscrição municipal nº 04.01.108.1042.0.000.

3 – CONCLUSÃO:

DIANTE DO EXPOSTO, VOTO POR CONHECER DO RECURSO, PARA NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO A FIM DE QUE SEJA MANTIDA INTEGRALMENTE A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA E EXIGINDO DA RECORRENTE A COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) E AS RESPECTIVAS MULTAS E JUROS, CUJOS PERÍODO 2017, 2018 E 2019.

São José/SC, 06 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO DA SILVA
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 004/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 14403/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 394ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos conselheiros aptos a votarem por CONHECER O RECURSO NEGAR-LHE PROVIMENTO a fim de que seja mantida integralmente a decisão de primeira instância.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Sérgio da Silva, os Conselheiros Sra. Lânea Aparecida Madeira, Sr. Rodrigo Koerich da Silva e o Sr. Mário Antônio Vieira.

Estiveram presentes à sessão de julgamento e fizeram uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda e a Sra. Camilla Francielle Beiro, procuradora habilitada nos autos.

São José, 06 de fevereiro de 2020.

JUNIOR SPIES
Presidente

SÉRGIO DA SILVA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

PORTARIA Nº. 007/2020/FUNESJ

Publicação Nº 2360030

PORTARIA Nº. 007/2020/FUNESJ

DIVULGA O RESULTADO DEFINITIVO E HOMOLOGA OS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE ANÁLISE DOS PROJETOS ESPORTIVOS APRESENTADOS NOS EDITAIS DE Nº 001 E 002/2020 DESPORTO DE RENDIMENTO E DESPORTO COMUNITÁRIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 075/2017, e, considerando a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e o Decreto nº 8.623/2017, que regulamenta as parcerias entre o Município de São José e as Organizações da Sociedade Civil, torna público o resultado definitivo e a homologação da análise dos projetos esportivos apresentados nos Editais de nº 001 e 002/2020 Desporto de Rendimento e Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC.

Art. 1º - Fica divulgado o resultado final, conforme tabela abaixo:

Edital de nº 002/2020/FUNESJ – Desporto Comunitário				
Proposta	Modalidade	Entidade	Classificação	Pólo
001/2020	Atletismo Comunitário	União Catarinense de Atletismo	1º Lugar	01
002/2020	Basquete Comunitário	Associação Grande Florianópolis Escola de Basquete	1º Lugar	01/05/11/15
		União Catarinense de Atletismo	2º Lugar	
003/2020	Ciclismo Comunitário	Associação Pedal da Grande Florianópolis	1º Lugar	01
004/2020	Futebol Comunitário	Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	1º Lugar	08
		Associação dos Imigrantes de Santa Catarina	Desclassificado	
005/2020	Futebol Comunitário	ONG Nova Morada	1º Lugar	09
006/2020	Futebol Comunitário	Associação Desportiva Fazenda Esporte Clube	1º Lugar	11
007/2017	Futebol Comunitário	Clube Esportivo de Handebol	1º Lugar	03
008/2020	Futsal Comunitário	Associação Jovens Atletas Peregrinos	1º Lugar	16
009/2020	Futsal Comunitário	Associação Desportiva Sanrose	1º Lugar	12/16
010/2020	Futsal Comunitário	Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	1º Lugar	09
011/2020	Futsal Comunitário	Associação Atlético União	1º Lugar	03/ 05
012/2020	Futsal Comunitário	Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças	1º Lugar	15
013/2020	Futsal Comunitário	Centro de Educação e Treinamento Esperança	1º Lugar	16
014/2020	Futsal Comunitário	Associação Desportiva Sanrose	1º Lugar	01
		Associação Jovens Atletas Peregrinos	2º Lugar	01

015/2020	Ginástica Rítmica Comunitário	Associação de Ginástica de São José	1º Lugar	01/ 02/ 03/ 12/ 16
016/2020	Handebol Comunitário	Clube Esportivo de Handebol	1º Lugar	01/ 05/ 06/ 08/ 15
		Associação Desportiva Feminina de Handebol de São José	2º Lugar	
017/2020	Jiu-Jitsu Comunitário	Associação Cultura e Luta	1º Lugar	01/ 03/ 11/ 15/ 16
018/2020	Jiu-Jitsu Comunitário	Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave	1º Lugar	02/12/13/15
		Associação Brasileira de Incentivo ao Esporte e Cultura de Santa Catarina	Desclassificado	
019/2020	Jiu-Jitsu Comunitário	Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave	1º Lugar	04/05/07/16
020/2020	Judô Comunitário	Associação Josefense de Judô Ippon	1º Lugar	01/12
021/2020	Karatê Comunitário	Associação Sombra de Karatê	1º Lugar	04/12/15
		Associação Bolsai de Karatê	Desclassificado	
022/2020	Muay-Thai Comunitário	Associação Cultura e Luta	1º Lugar	01/03/08
		Associação Brasileira de Incentivo ao Esporte e Cultura de Santa Catarina	Desclassificado	
023/2020	Natação Comunitário	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina	1º Lugar	Em aberto
024/2020	Taekwondo Comunitário	Associação Cultural e Desportiva Tigres Catarinense	1º Lugar	01/12/15
025/2020	Triathlon Comunitário	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina	1º Lugar	01
026/2020	Voleibol Comunitário	Associação Desportiva e Cultural Terra Firme	1º Lugar	01/ 03/ 09/ 11/ 12/ 15
027/2020	Vôlei de Praia Comunitário	Associação Atlética Vida e Saúde	1º Lugar	01/05
028/2020	Xadrez Comunitário	Clube de Xadrez de São José	1º Lugar	02/09
029/2020	Zumba Comunitário	Associação Atlética Vida e Saúde	1º Lugar	01/05/12/15
030/2020	Capoeira Comunitário	Associação Sócio Esportivo Na Luta	1º Lugar	01/05/16
		Associação Brasileira de Incentivo ao Esporte e Cultura de Santa Catarina	Desclassificado	
031/2020	Banda Marcial Comunitário	Associação Atlética Vida e Saúde	1º Lugar	05/08/12
032/2020	Boxe Comunitário	Associação Sócio Esportivo Na Luta	1º Lugar	02
		Associação Brasileira de Incentivo ao Esporte e Cultura de Santa Catarina	Desclassificado	
033/2020	Tênis de Mesa Comunitário	Associação dos Mesa Tenista de Florianópolis	1º Lugar	05
034/2020	Atletismo Paraolímpico Comunitário	União Catarinense de Atletismo	1º Lugar	01
035/2020	Natação e Bocha Paraolímpica Comunitário	Associação de Pais e Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade	1º Lugar	01 Em aberto
Edital de nº 002/2020/FUNESJ – Desporto Comunitário				
Proposta	Modalidade	Entidade	Classificação	Pólo
001/2020	Atletismo Rendimento	União Catarinense de Atletismo	1º Lugar	Em aberto

002/2020	Basquete Rendimento	Associação Grande Florianópolis Escola de Basquete	1º Lugar	Em aberto
		União Catarinense de Atletismo	2º Lugar	Em aberto
003/2020	Ciclismo Rendimento	Associação Pedal da Grande Florianópolis	1º Lugar	Em aberto
004/2020	Futsal Rendimento	Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	1º Lugar (Naipes Masculino)	Em aberto
		Associações Jovens e Atletas Peregrinos	2º Lugar (Naipes Masculino)	
		Associação Desportiva Sanrosé	1º Lugar (Naipes Feminino)	
005/2020	Futebol Rendimento	Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	1º Lugar (Naipes Masculino)	Em aberto
		ONG Nova Morada	2º Lugar (Naipes Masculino)	
006/2020	Futebol Rendimento	Associação Desportiva Sanrosé	1º Lugar	Em aberto
007/2020	Ginástica Rítmica Rendimento	Associação de Ginástica de São José	1º Lugar	Em aberto
008/2020	Handebol Rendimento	Clube Esportivo de Handebol	1º Lugar	Em aberto
009/2020	Judô Rendimento	Associação Josefense de Judô	1º Lugar	Em aberto
010/2020	Karatê Rendimento	Associação Sombra de Karatê	1º Lugar	Em aberto
011/2020	Taekwondo Rendimento	Associação Cultural e Desportiva Tigres Catarinense	1º Lugar	Em aberto
012/2020	Natação Rendimento	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina	1º Lugar	Em aberto
013/2020	Triathlon Rendimento	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina	1º Lugar	Em aberto
014/2020	Voleibol Rendimento	Associação Desportiva e Cultural Terra Firme	1º Lugar	Em aberto
015/2020	Vôlei de Praia	Associação Atlética Vida e Saúde	1º Lugar	Em aberto

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

João David Garcia
Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ

CÂMARA MUNICIPAL

PEDIDO DE ORÇAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2020

Publicação Nº 2360021

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de adquirir kits lanche para atender as necessidades do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de São José, estará recebendo orçamentos até o dia 24/02/2020 conforme abaixo:

350 kits lanche composto de:

Item 1) 01 sanduíche contendo:

02 fatias de pão integral ou pão branco ou 01 pão francês com no mínimo 20 gramas

Com as seguintes opções de recheio:

Opção 01: atum natural ralado, em conserva, sólido (40 gramas), alface (02 folhas), tomate (03 fatias)

Opção 02: frango (40 gramas), cenoura (30 gramas), alface (02 folhas), tomate (03 fatias)

Opção 03: 01 fatia de queijo branco (20 gramas), 01 fatia de presunto ou chester (20 gramas), alface (02 folhas), tomate (03 fatias)

Item 2) 01 (uma) fatia de bolo doce (40 gramas), com as seguintes opções de valor:

Opção 01: bolo de laranja

Opção 02: bolo de fubá

Opção 03: bolo cuca de banana
Opção 04: bolo Nega Maluca

Item 3) 01 (uma) fruta nas seguintes escolhas, contendo no mínimo 50 gramas:

Opção 01: Maçã
Opção 02: Banana
Opção 03: Pera
Opção 04: Caqui

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

PORTARIA Nº 042/2020

Publicação Nº 2360016

PORTARIA Nº 042/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;
Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;
Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Filippe Gesser para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Franciele Cristine Lamin ME, Processo nº 220/2019, Pregão Presencial nº 021/2019.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;
- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de fevereiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 043/2020

Publicação Nº 2360018

PORTARIA Nº 043/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;
Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;
Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Filippe Gesser para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA LTDA., Processo nº 220/2019, Pregão Presencial nº 021/2019.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório

de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de fevereiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 044/2020

Publicação Nº 2360020

PORTARIA Nº 044/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias ao servidor Rodney Vieira Bispo Boa Sorte, matrícula nº 1334, a partir de 15 de fevereiro de 2020, considerando o saldo residual das férias interrompidas pela Portaria nº 216/2019.

Câmara Municipal de São José, SC, 14 de fevereiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 045/2020

Publicação Nº 2360023

PORTARIA Nº 045/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Joarez Távora de Mattos, matrícula nº 1421, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 14 de fevereiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.23/2020

Publicação Nº 2359763

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2020
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº23/2020, Edital de Pregão Nº23/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO E SERVIÇOS COM ROMPEDOR DE ROCHA AO MUNICÍPIO. Desta forma, o recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 05/03/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2020 - TP 004/2020

Publicação Nº 2359842

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/03/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2020. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 004/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SUBSTITUIÇÃO E MELHORIA DE DRENAGEM PLUVIAL EXISTENTES DA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ÁREA DE INTERVENÇÃO 2.053,17 M², CONFORME PROJETO ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 14 de Fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - SRP - PR Nº 013/2020

Publicação Nº 2360340

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/03/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CORTINAS, BLECAUTES, SUPORTES E VARÃO PARA UTILIZAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO VINVLADAS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 14 de Fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020 - SRP - PR Nº 014/2020

Publicação Nº 2360341

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/03/2020, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO DESTINADO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 14 de Fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação Nº 2359431



DECRETO Nº 6.609, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.



DECRETO Nº 6.610, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359435

DECRETO Nº 6.610, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.361.4505.2.050 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001	66	Aplicação Direta	R\$ 180.000,00
08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.361.4505.2.050 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019	67	Aplicação Direta	R\$ 180.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.611, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359585

DECRETO Nº 6.611, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 185.100,00 (cento e oitenta e cinco mil e cem reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA		
20.606.4507.1.097 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	165	Aplicação Direta	R\$ 185.100,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.612, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359587

DECRETO Nº 6.612, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
02.062.4513.2.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	05	Aplicação Direta	R\$ 6.600,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM			
02.062.4513.2.004 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	06	Aplicação Direta	R\$ 6.600,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.613, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359611

DECRETO Nº 6.613, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.12.361.4505.2.014 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019	52	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.12.361.4505.2.014 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0019	47	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2359301

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2020

O Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado: o cumprimento das metas fiscais relativas ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2019; e CONVOCA os integrantes do Poder Legislativo do Município e convida o Conselho Municipal de Saúde e população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o Relatório Detalhado de Gestão da Saúde relativo ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2019. A Audiência será realizada no dia 28 de fevereiro, às 8:30h, tendo como local o Auditório da Policlínica Municipal de Saúde, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 271, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC.

São Lourenço do Oeste SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2020, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359230

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2020, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015, Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017 e Decreto nº 6.593, de 03 de fevereiro de 2020.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: André Pires Martins ME, inscrito no CNPJ sob o nº 01.873.654/0001-92.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em virtude da realização do evento "Espetáculo do Humor com Paulinho Mixaria - O Humorista das Famílias", a ser promovido em 26 de abril de 2020.

Valor: R\$ 2.285,14 (dois mil duzentos oitenta e cinco reais e quatorze centavos), correspondente a 18,70 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 6.593, de 03 de fevereiro de 2020.

Pagamento: depósito em conta corrente do Instituto Cultural de São Lourenço até o dia 23 de abril de 2020.

Vigência: de 25 a 27 de abril de 2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e André Pires Martins - pela permissionária.

PORTARIA Nº 299, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358502

PORTARIA Nº 299, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, 08/2019, homologado pelo Decreto nº 6.561, de 23 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO, que a professora Soraia Irrigaray Zapata, nomeada para assumir vaga efetiva,

CONSIDERANDO, que a mesma está em gozo de licença maternidade;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 17 de fevereiro a 16 de maio de 2020, a Senhora SONIA MARA CASAROTTO WINTER, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, na EBM Irmã Cecília.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 300, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358504

PORTARIA Nº 300, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, 08/2019, homologado pelo Decreto nº 6.561, de 23 de dezembro de 2019, CONSIDERANDO, a abertura de turma nova em 12/02/2020;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 17 de fevereiro a 15 de dezembro de 2020, a Senhora TAIS DA SILVA PRADO, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na área de Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, na EBM São Francisco.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 301, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359376

PORTARIA Nº 301, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 21, da Lei Complementar nº 090 de 26 de dezembro de 2007; CONSIDERANDO, o Memorando nº803/2020 do Sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Alterar temporariamente, no período de 17 de fevereiro a 15 de dezembro de 2020, a carga horária da servidora pública ANGELA SANTINA SANDRINI GOBBI ocupante do cargo de Professor de Educação Física, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais matutino/vespertino, para atuar no CEIM Mundo Colorido.

Parágrafo único. O período de alteração previsto no caput é o prazo máximo de duração, podendo o Município, a bem do interesse público, revogá-la a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração da carga horária alterada corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional de carga horária prevista no art. 23 da referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 302, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359719

PORTARIA Nº 302, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o previsto no artigo 115 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar, a partir de 20 de março de 2020 a 18 de março de 2021, a Portaria nº 343 de 25/02/2019, que concede licença sem remuneração a servidora pública municipal, INDIANARA DE BONA, matrícula 3234/02 no cargo de efetivo de Fiscal de Tributos Municipais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 303, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359378

PORTARIA Nº 303, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO, o Protocolo nº348/2020 do sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SOLANGE BAUER DA ROSA CENCI, matrícula nº 346/02, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, no período de 09 a 23 de março de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 304, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359380

PORTARIA Nº 304, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO, o Protocolo nº339/2020 do sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal TATIANE LUSSANI DAL PONT, matrícula nº 3011/02, ocupante do cargo de Gerente de Licitações e Compras, no período de 11 a 25 de fevereiro de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 305, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359392

PORTARIA Nº 305, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO, o Protocolo nº373/2020 do sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal EDISSON ARI PILETTI, matrícula nº 1943/01, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, no período de 11 de março a 09 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 306, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359438

PORTARIA Nº 306, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, de acordo com os artigos 75 a 78 Lei Complementar nº 118/2010, de 23 de junho de 2010 e com o Decreto 4.281 de 26 de setembro de 2011; CONSIDERANDO, o LTCAT emitido por empresa responsável, CONSIDERANDO, o Memorando nº874/2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 03 de fevereiro de 2020 por tempo indeterminado, Adicional de Insalubridade índice 20%, a Servidora Pública Municipal IVANIR TEREZINHA BELAVER JOAQUIM, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, matrícula nº 3000/39, por exercer atividades insalubres junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 307, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359440

PORTARIA Nº 307, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, de acordo com os artigos 75 a 78 Lei Complementar nº 118/2010, de 23 de junho de 2010 e com o Decreto 4.281 de 26 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO, o LTCAT emitido por empresa responsável,
CONSIDERANDO, o Memorando nº874/2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 03 de fevereiro de 2020 por tempo indeterminado, Adicional de Insalubridade índice 20%, a Servidora Pública Municipal MARTA MARIA CARVALHO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, matrícula nº 3030/01, por exercer atividades insalubres junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 308, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359453

PORTARIA Nº 308, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, 01/2020, homologado pelo Decreto nº 6.589, de 30 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 17 de fevereiro a 03 de abril de 2020, a Senhora GRAZIELE SILVEIRA, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti e EBM Irmã Neusa.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 309, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359780

PORTARIA Nº 309, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o previsto no artigo 115 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar, a partir de 12 de março de 2020 a 10 de março de 2021, a Portaria nº 111 de 21/01/2019, que concede licença sem remuneração a servidora pública municipal, DANIANA DE COSTA, matrícula 1884/07 no cargo de efetivo de Professor de Matemática, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 310, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2359772

PORTARIA Nº 310, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Público nº 03, de 10 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora, que irá coordenar a execução do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 03, de 10 de fevereiro de 2020, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2020, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, sob a presidência do primeiro:

I - Solange Bauer da Rosa Cenci, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 346/02;

II - Jakson Smiderle, ocupante do cargo de Professor Substituto, matrícula nº 3598/02;

III - Elizangela Calegari, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1929/01;

IV - Uilson Machado, ocupante do cargo de Gerente de Educação Infantil, matrícula nº 141/01;

V - Rocheler Carla Dalazen dos Santos, ocupante do cargo de Diretora Geral de Educação, matrícula nº 1759/09.

Art. 2º A Comissão Coordenadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º Compete a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 03/2020 aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados no acompanhamento do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360320

PORTARIA Nº 311, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 298, de 13 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria nº 298, de 03 de fevereiro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 17 de fevereiro a 09 de maio de 2020, a Senhora MONIA KARINE BERSCH no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na disciplina de Educação Física, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília.” (NR)

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 298, de 13 de fevereiro de 2020, permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

RESOLUÇÃO Nº 001/2020/CACS-FUNDEB/SLO.

Publicação Nº 2358597

RESOLUÇÃO Nº 001/2020/CACS-FUNDEB/SLO.

Dá parecer favorável e aprova a prestação de contas do PNATE referente ao ano de 2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 6.366, de 28 de agosto de 2019, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 1.660, de 08 de maio de 2007 e reformulada pela Lei nº 1.766 de 15 de outubro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na data de 14 de fevereiro de 2020, após análise de Notas Fiscais, Notas de Empenhos e documentos necessários a aplicação do Programa, referente ao uso dos recursos do PNATE, relativo ao período de 2019, a prestação de contas, verificando-se estar tudo em boa ordem e de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 14 de fevereiro de 2020.

PAMELA BONKEVITCH
Presidente do CACS-FUNDEB

JUCELIANE COLLA
Representante do Conselho Municipal de Educação

POLIANE DE OLIVEIRA BERNARDO
Representante do Poder Executivo Municipal

IVANIA BORTOLI CALEGARI
Representante de Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

RESOLUÇÃO Nº 002/2020/CACS-FUNDEB/SLO.

Publicação Nº 2358615

RESOLUÇÃO Nº 002/2020/CACS-FUNDEB/SLO.

Dá parecer favorável e aprova a prestação de contas do FUNDEB referente ao ano de 2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, nomeada pelo Decreto Municipal nº6.366, de 28 de agosto de 2019, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 1.660, de 08 de maio de 2007 e reformulada pela Lei nº 1.766 de 15 de outubro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na data de 14 de fevereiro de 2020, a prestação de contas referente a aplicação dos recursos do FUNDEB relativo ao período de 2019, verificando-se que os recursos recebidos no exercício, foram aplicados em conformidade com o que estabelece a Lei 11.494/2007, não encontrando nenhuma irregularidade;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 14 de fevereiro de 2020.

PAMELA BONKEVITCH
Presidente do CACS-FUNDEB

JUCELIANE COLLA
Representante do Conselho Municipal de Educação

POLIANE DE OLIVEIRA BERNARDO
Representante do Poder Executivo Municipal

IVANIA BORTOLI CALEGARI
Representante de Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EXTRATO FINAL DO EDITAL 06-2020

Publicação Nº 2359697

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2020
Modalidade: Pregão Presencial

Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foram considerado vencedor para Menor preço por ITEM, para AQUISIÇÃO DE COMBUTIVEIS PARA A FROTA DE VEICULOS E MÁQUINAS DA MUNICIPALIDADE, a empresa POSTO CHARNOSKI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 04.408.359/0001-53, no valor total de R\$ 1.381.000,00, sendo que tal processo foi homologado e adjudicado por mim, baseado na decisão do ministério público devidamente autuado SIG/MP: 08.2019.00339514-1, SAJ/TJ: 0001434-88.2019.8.24.0042, expedido no dia 29/01/2020, recebido em 10/02/2020, sendo que caso a empresa não apresentar a licença no prazo determinado conforme decisão do ministério público, o contrato será rescindido imediatamente. São Miguel da Boa Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 02/2020/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Publicação Nº 2360339

EDITAL Nº 02/2020/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Planejamento, no uso das atribuições do Art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Obras Municipal e suas respectivas alterações;
CONSIDERANDO que o contribuinte abaixo encontra-se em local incerto e não sabido, e ainda, que o mesmo não foi localizado por ocasião da emissão de notificação anterior.

RESOLVE,

Art. 1º NOTIFICAR a contribuinte abaixo relacionada, referente ao Auto de Infração nº 19/2019, por desrespeitar a Notificação Nr.º 379/2019, para realizar a limpeza da Chácara nº 84, sito na Rua Sete de Setembro, Bairro Salete, São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Fica o notificado abaixo relacionado para que no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do primeiro dia útil após a data da publicação, regularizar seu débito junto a municipalidade, no Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sob pena de Inscrição em DIVIDA ATIVA. Fica ciente, também, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará a demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	EMBARGO	Lote Rural/Rua
PAULA REGINA SIEBEL AGOSTINI CPF: 028.611.339-29	19/2019	Chácara nº 84, sito rua Sete de Setembro, bairro Salete

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

CHARLES DALL ORSOLETTA
Secretário de Planejamento

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0347/2020

Publicação Nº 2360262

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0347/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Raquele Cristiane Mendes, encontra-se readaptada junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme 0338/2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. BRUNA LUDWIG STEFFENS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Criança Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0350/2020

Publicação Nº 2360263

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0350/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o resultado final do Edital de Designações da Secretaria Municipal de Educação 002/2020;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva DAIANE TAIS DASOTTO, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao CEI Jardim Encantado, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0351/2020

Publicação Nº 2360264

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0351/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o resultado final do Edital de Designações da Secretaria Municipal de Educação 002/2020;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva DALVANA GALLINA MULINARI, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, passando a atuar junto a EMEIEF Atílio Luiz Calza, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0352/2020

Publicação Nº 2360265

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0352/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a abertura de turma provisória no CEI Jardim Encantado, para atender a demanda diante do grande número de inscrições;

Considerando que a professora Daiane Tais Dalsotto, lotada no CEI Criança Cidadã, participou do edital de designação e foi designada para atuar junto ao CEI Jardim Encantado até o final do ano letivo de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JANETE CLAUDIA SEBEN DE ANDRADE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Criança Cidadã, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0353/2020

Publicação Nº 2360266

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0353/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Dalvana Gallina Mulinari, através do edital de designação, está atuando até o final do ano letivo de 2020, junto a EMEIEF Atílio Luiz Calza;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr. MICHEL LUIZ BAVARESCO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, atuando junto a EMEIEF Padre José de Anchieta, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0354/2020

Publicação Nº 2360267

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0354/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Marisa Rosa Mendonça, encontra-se designada para a direção do CEI Mundo Mágico;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. MARCIELE HUNING DOS SANTOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0355/2020

Publicação Nº 2360268

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0355/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Tatiane Rigoni, encontra-se em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ELISIANE SCHULMANN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Jardim Encantado, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0356/2020

Publicação Nº 2360269

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0356/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Claudia Regina Melz, encontra-se em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CAMILA TREVISOL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Jardim Encantado, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0357/2020

Publicação Nº 2360270

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0357/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o resultado final do Edital de Designações da Secretaria Municipal de Educação 002/2020;

Considerando o afastamento de sala de aula da Servidora Bernardete Oro Triches, por determinação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva JUSSARA BASSO, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao CEI Tio Patinhas, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0358/2020

Publicação Nº 2360271

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0358/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Roseli Arlei Werlang, encontra-se designada para a direção do CEI Criança Cidadã;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CRISTIANE PAULA FROHLICH BELLO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Pequeno Polegar, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0359/2020

Publicação Nº 2360272

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0359/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o afastamento de sala de aula da Servidora Bernardete Oro Triches por determinação judicial;

Considerando que a titular Jussara Basso, encontra-se designada para atuar junto ao CEI Tio Patinhas, na vaga da servidora supracitada;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CAROLINA BREUNIG, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Mundo Novo, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0360/2020

Publicação Nº 2360273

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0360/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Osmeri Fatima Gonzatti Schneider, encontra-se em gozo de licença prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ELISA PAULA MARIGA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Artes, atuando junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0361/2020

Publicação Nº 2360274

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0361/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Osmeri Fatima Gonzatti Schneider, encontra-se em gozo de licença prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. HIDEKO YAMASHITA OBO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Artes, atuando junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0362/2020

Publicação Nº 2360275

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0362/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que no CEI Pequeno Polegar é necessária abertura de turma provisória conforme informado pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor público municipal efetivo ATAULFO DA SILVA MOREIRA, ocupante do cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, 40 horas semanais, passando a atuar 30 horas junto ao CEI Pequeno Polegar e 10 horas semanais junto a EMEIEF Teonísio Wagner, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0363/2020

Publicação Nº 2360276

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0363/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que o professor Osvaldo Augusto Correa de Correa estava lotado na EMEIEF Emma Balke para atuar 20 horas semanais;
Considerando que o servidor foi cedido para atuar junto a FUNDESMO no ano de 2014, e que após a sua cessão, foi removido o Servidor Sergio Luiz Nardi, no ano de 2015, com 20 horas semanais para atuar junto a EMEIEF Emma Balke, por determinação judicial;
Considerando a extinção da FUNDESMO, perdeu o objeto da cessão do servidor, devendo o servidor retornar as suas atividades junto a unidade escolar, o que não é possível diante da nomeação de outro servidor para atuar na unidade escolar no cargo de provimento efetivo de professor de educação física;
Considerando que a procuradoria do município, exarou parecer orientando, que antes de o servidor entrar em disponibilidade, compete ao órgão central de pessoal esgotar todas as demais disposições da LCM 009/2012, no que tange ao exercício do servidor, nos termos do artigo 42, parágrafo único do Estatuto do Servidor.
Considerando a entrada em vigor do Decreto Municipal n. 9242/2020 que cria e disciplina o Programa "Atleta na Escola", bem como, a previsão do artigo 4º do mesmo;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor público municipal efetivo OSVALDO AUGUSTO CORREA DE CORREA, ocupante do cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, 20 horas semanais, para exercer suas funções junto o Programa Atleta na Escola, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0364/2020

Publicação Nº 2360277

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0364/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a portaria 0264/2020 de 03 de fevereiro de 2020:

Onde se lê:

"Considerando que a titular Sandra Bataglin, encontra-se cedida para a Assembleia Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. KARIN TAMIRES DA ROSA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, atuando junto a EMEIEF Teonísio Wagner, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020."

Leia-se:

"Considerando que os titulares: Sandra Bataglin, encontra-se cedida para a Assembleia Legislativa, Ataulfo Moreira da Silva encontra-se designado para atuar 30 horas semanais junto ao CEI Pequeno Polegar;

Considerando o aumento de turmas junto a EMEIEF Teonísio Wagner;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. KARIN TAMIRES DA ROSA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, atuando 20 horas em substituição a Sandra Bataglin, 10 horas em substituição a Ataulfo da Silva Moreira e 10 horas semanais em razão do aumento de turmas junto a EMEIEF Teonísio Wagner na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento dos titulares ou até o final do ano letivo de 2020."

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0365/2020

Publicação Nº 2360278

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0365/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que as titulares: Sandra Bataglin, encontra-se cedida para a Assembleia Legislativa e Sirlei Martins Ferrasso, encontra-se designada para atuar junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. PALOMA MEZZOMO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, atuando junto a EMEIEF Waldemar Antônio Von Dentz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento das titulares ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0366/2020

Publicação Nº 2360279

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0366/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os Incisos VIII e IX, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 026/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do §2º, art. 51 da Lei Complementar Municipal 026/2013, que todo o servidor será efetivado na Secretaria Municipal de Educação e lotado em uma Unidade Escolar, de acordo com sua classificação e opção em concurso público;

Considerando que os candidatos nomeados pelo concurso público n. 008/2019 por meio da portaria SGPT/DDP Nº 9/2020 tomaram posse nos termos do artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que a mesmas se deram pelas assinaturas dos respectivos termos de posse, com carga horária e com a escolha do local de lotação.

Considerando que o ano letivo iniciará em 10 de fevereiro de 2020 e que a partir do dia 03 de fevereiro terá início as formações pedagógicas com sistema de ensino adotado pelo Município;

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR junto as Unidades Escolares com respectiva carga horária, de acordo com sua classificação no concurso público e opção de escolha no cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, os seguintes servidores:

Nome	Carga Horária Semanal	Lotação/Unidade Escolar
31 – Talita Antunes Assumpção, inscrição 1206;	40 h	CEI Jardim Encantado

Art. 2º A Candidata ora lotados entrará em exercício no dia 03 de fevereiro de 2020, salvo disposição em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0367/2020

Publicação Nº 2360280

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0367/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

CONSIDERANDO a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JOYCI LAINARA NOGUEIRA DE MEDEIRO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Pietro Francisco Ozelame da Silva e no período vespertino atendendo a aluna Ariane Sandinara Sangigolo, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 04 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0368/2020

Publicação Nº 2360281

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0368/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

CONSIDERANDO a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SIMONE SCHUCH, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno vespertino o aluno Daniel Candeias Biff, junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 04 de fevereiro de 2020 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0369/2020

Publicação Nº 2360282

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0369/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os Incisos VIII e IX, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 026/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do §2º, art. 51 da Lei Complementar Municipal 026/2013, que todo o servidor será efetivado na Secretaria Municipal de Educação e lotado em uma Unidade Escolar, de acordo com sua classificação e opção em concurso público;

Considerando que os candidatos nomeados pelo concurso público n. 008/2019 por meio da portaria SGPT/DDP Nº 9/2020 tomaram posse nos termos do artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que a mesmas se deram pelas assinaturas dos respectivos termos de posse, com carga horária e com a escolha do local de lotação.

Considerando que o ano letivo iniciará em 10 de fevereiro de 2020 e que a partir do dia 03 de fevereiro terá início as formações pedagógicas com sistema de ensino adotado pelo Município;

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR junto as Unidades Escolares com respectiva carga horária, de acordo com sua classificação no concurso público e opção de escolha no cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os seguintes servidores:

Nome	Carga Horária Semanal	Lotação/Unidade Escolar
26 – Andreia Wantz, inscrição 195;	40 h	EMEIEF Amália Daltoé Agostini

Art. 2º A Candidata ora lotados entrará em exercício no dia 05 de fevereiro de 2020, salvo disposição em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0370/2020

Publicação Nº 2360283

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0370/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias da 1ª licença prêmio a PAULO BIANCHI JUNIOR, efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras, desta Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, concedido o direito conforme Portaria nº 0497/2013 de 14 de março de 2013, referente ao período de 18 de fevereiro de 2008 a 17 de fevereiro de 2013, a serem gozados de 02 de março de 2020 a 31 de março de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0371/2020

Publicação Nº 2360284

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0371/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo de Psicólogo.

Considerando que o concurso público 010/2019 está em andamento.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal FERNANDA PILATTI DE MORAES, contratada pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Psicólogo, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, no período de 14 de fevereiro de 2020 até 13 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0372/2020

Publicação Nº 2360285

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0372/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor THIAGO VINICIOS DENARDI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 038.870.669-44, RG 69303374, SSP/PR, para exercer o cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE, 40 horas semanais, para atuar junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 05 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0373/2020

Publicação Nº 2360286

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0373/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo de Psicólogo.

Considerando que o concurso público 010/2019 está em andamento.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal DANIELA ZEPPE, contratada pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Psicólogo, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde deste Município, no período de 08 de fevereiro de 2020 até 07 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0375/2020

Publicação Nº 2360287

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0375/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

CONSIDERANDO a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CLAUDETE FAUST, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno vespertino o aluno Gustavo Tibes de Farias, junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 05 de fevereiro de 2020 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 05 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0376/2020

Publicação Nº 2360288

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0376/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que não há concurso público vigente para o cargo de professor de língua portuguesa;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr. PABLO MARANGON DOURADO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Língua Portuguesa, atuando junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 05 de fevereiro de 2020 até que seja chamado candidato de concurso público ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0377/2020

Publicação Nº 2360289

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0377/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;
Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

CONSIDERANDO a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. FRANCIELE REGINA DE LEMES JONER, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino a aluna Andrieli Leticia Zamboni e no turno vespertino a aluna Maria Luiza Wenning, junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 05 de fevereiro de 2020 até a permanência das alunas na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0378/2020

Publicação Nº 2360290

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0378/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os Incisos VIII e IX, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 026/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do §2º, art. 51 da Lei Complementar Municipal 026/2013, que todo o servidor será efetivado na Secretaria Municipal de Educação e lotado em uma Unidade Escolar, de acordo com sua classificação e opção em concurso público;

Considerando que os candidatos nomeados pelo concurso público n. 008/2019 por meio da portaria SGPT/DDP Nº 9/2020 tomaram posse nos termos do artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que a mesmas se deram pelas assinaturas dos respectivos termos de posse, com carga horária e com a escolha do local de lotação.

Considerando que o ano letivo iniciará em 10 de fevereiro de 2020 e que a partir do dia 03 de fevereiro terá início as formações pedagógicas com sistema de ensino adotado pelo Município;

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR junto as Unidades Escolares com respectiva carga horária, de acordo com sua classificação no concurso público e opção de escolha no cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os seguintes servidores:

Nome	Carga Horária Semanal	Lotação/Unidade Escolar
27 – Anise Casotti, inscrição 409;	40 h	EMEIEF Padre José de Anchieta

Art. 2º A Candidata ora lotados entrará em exercício no dia 05 de fevereiro de 2020, salvo disposição em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 05 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0379/2020

Publicação Nº 2360291

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0379/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os Incisos VIII e IX, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 026/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do §2º, art. 51 da Lei Complementar Municipal 026/2013, que todo o servidor será efetivado na Secretaria Municipal de Educação e lotado em uma Unidade Escolar, de acordo com sua classificação e opção em concurso público;

Considerando que os candidatos nomeados pelo concurso público n. 008/2019 por meio da portaria SGPT/DDP Nº 9/2020 tomaram posse nos termos do artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que a mesmas se deram pelas assinaturas dos respectivos termos de posse, com carga horária e com a escolha do local de lotação.

Considerando que o ano letivo iniciará em 10 de fevereiro de 2020 e que a partir do dia 03 de fevereiro terá início as formações pedagógicas com sistema de ensino adotado pelo Município;

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR junto as Unidades Escolares com respectiva carga horária, de acordo com sua classificação no concurso público e opção de escolha no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, os seguintes servidores:

Nome	Carga Horária Semanal	Lotação/Unidade Escolar
28 – Bruna Cozer, inscrição 779;	40 h	CEI Criança Cidadã

Art. 2º A Candidata ora lotados entrará em exercício no dia 10 de fevereiro de 2020, salvo disposição em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0380/2020

Publicação Nº 2360292

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0380/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os Incisos VIII e IX, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 026/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do §2º, art. 51 da Lei Complementar Municipal 026/2013, que todo o servidor será efetivado na Secretaria Municipal de Educação e lotado em uma Unidade Escolar, de acordo com sua classificação e opção em concurso público;

Considerando que os candidatos nomeados pelo concurso público n. 008/2019 por meio da portaria SGPT/DDP Nº 9/2020 tomaram posse nos termos do artigo 24, §1º da LCM 009/2012, sendo que a mesmas se deram pelas assinaturas dos respectivos termos de posse, com carga horária e com a escolha do local de lotação.

Considerando que o ano letivo iniciará em 10 de fevereiro de 2020 e que a partir do dia 03 de fevereiro terá início as formações pedagógicas com sistema de ensino adotado pelo Município;

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR junto as Unidades Escolares com respectiva carga horária, de acordo com sua classificação no concurso público e opção de escolha no cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, os seguintes servidores:

Nome	Carga Horária Semanal	Lotação/Unidade Escolar
32 – Franciele Herbert Mantovani 569;	40 h	EMEIEF José Veronese

Art. 2º A Candidata ora lotados entrará em exercício no dia 10 de fevereiro de 2020, salvo disposição em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0381/2020

Publicação Nº 2360293

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0381/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º ALEXSANDER DE LIMA, ocupante do cargo de Professor ACT, 10 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0382/2020

Publicação Nº 2360294

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0382/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º ANDRESSA FERRONATTO, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0383/2020

Publicação Nº 2360295

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0383/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º DEBORA FURLANETTO, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0384/2020

Publicação Nº 2360296

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0384/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º DANIELE CORDOVA SACHETT, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0385/2020

Publicação Nº 2360297

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0385/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que no CEI Mundo Novo é necessária abertura de turma provisória conforme informado pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CARINE TAUBE VIVIAN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto ao CEI Mundo Novo, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0386/2020

Publicação Nº 2360298

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0386/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º GUILHERME BACKES, ocupante do cargo de Médico, ACT, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Saúde, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0387/2020

Publicação Nº 2360299

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0387/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

CONCEDER a 2ª(segunda) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora LUCIMARA TEIXEIRA PINTO LERMEN, com o cargo de Odontólogo, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 05 de fevereiro de 2015 a 04 de fevereiro de 2020, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0388/2020

Publicação Nº 2360300

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0388/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor público municipal efetivo NORLEI PETERS, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao Setor de Merenda Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0389/2020

Publicação Nº 2360301

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0389/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º PALOMA MEZZOMO, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0390/2020

Publicação Nº 2360302

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0390/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º HIDEKO YAMASHITA OBO, ocupante do cargo de Professor ACT, 20 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0391/2020

Publicação Nº 2360303

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0391/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que no momento da escolha, as vagas estavam desvinculadas;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora pública municipal contratada EDIVANDRA MARIA MORAIS, ocupante do cargo de Professor,

de 40 horas semanais para 20 horas semanais, junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0392/2020

Publicação Nº 2360304

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0392/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a portaria 0104/2018, de 25 de janeiro de 2018, da servidora pública municipal efetiva MARISA ROSA MENDONÇA, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, que designou a servidora para o cargo de Diretor de Unidade Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, retornando a exercer sua função de Professora, junto ao CEI Mundo Mágico a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 07 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0393/2020

Publicação Nº 2360305

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0393/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º JULIANO MAURICIO SIEBEL, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Esporte e Cultura, 40 horas semanais, junto a Secretária Adjunta de Esportes, a partir de 16 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0394/2020

Publicação Nº 2360306

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0394/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º ADEMIR DE FAVERI, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do Art. 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2017, homologado em 16 de março de 2018, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0395/2020

Publicação Nº 2360307

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0395/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º ADEMAR GULARTE DA SILVA, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do Art. 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2017, homologado em 16 de março de 2018, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0396/2020

Publicação Nº 2360308

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0396/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a portaria 0042/2018, de 01 de janeiro de 2018, da servidora pública municipal efetiva KATIA CILENE WICKERT, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, que designou a servidora para o cargo de Diretor de Assistência Farmacêutica, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0397/2020

Publicação Nº 2360309

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0397/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o pedido de exoneração de Debora Furlanetto, contratada em caráter temporário para atuar junto ao CEI Ciranda da Alegria;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada JESSICA FERREIRA STOER, ocupante do cargo de Professor, na área de Educação Infantil, 40 horas semanais para passar a atuar junto ao CEI Ciranda da Alegria, em turma provisória, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0398/2020

Publicação Nº 2360310

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0398/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o retorno da servidora Marisa Rosa Mendonça para o cargo de Professor de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada MARCIELE HUNING DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, na área de Educação Infantil, 40 horas semanais, para passar a atuar como professor itinerante, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0399/2020

Publicação Nº 2360311

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0399/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche feito pela Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada CLAUDIA FAVRETTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao CEI Sonho Feliz, devido ao aumento de alunos em sala de aula, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0400/2020

Publicação Nº 2360312

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0400/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche feito pela Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada CARINE KESSLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao CEI Sonho Feliz, devido ao aumento de alunos em sala de aula, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0401/2020

Publicação Nº 2360313

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0401/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DEISE CRISTIANE BLASI DA SILVA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto a EMEIEF Tranquilo José Rigoni, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0402/2020

Publicação Nº 2360314

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0402/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

Considerando a alteração de local de trabalho da servidora Carine Kessler para atuar junto ao CEI Sonho Feliz, conforme portaria 0400/2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. MARIA ISABEL DIAS DAMIAN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando como itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças previstas em lei, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0403/2020

Publicação Nº 2360315

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0403/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. MADELEINE NUNES FORTUNATTO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Sonho Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0404/2020

Publicação Nº 2360316

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0404/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DANIANE JOHANN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Sonho Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0405/2020

Publicação Nº 2360317

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0405/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ADRIELI DE JESUS VIANNA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0406/2020

Publicação Nº 2360318

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0406/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que no CEI Ciranda da Alegria é necessária abertura de turma provisória conforme informado pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ANGELICA DE SIQUEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Ciranda da Alegria, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0407/2020

Publicação Nº 2360319

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0407/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

CONSIDERANDO a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SIMONE GREGOLON, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Arthur Miguel Wesseling da Silva junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira e no turno vespertino o aluno Bruno Previdi Roldo, junto a EMEIEF Amália Daltoé Agostini, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do

Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0408/2020

Publicação Nº 2360321

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0408/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Elizandra Bertuzzi, encontra-se em licença maternidade;

Considerando que foi alterado local de atuação da servidora Andressa Maria Dreyer, para atuar junto ao CEI Sonho Feliz, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ROSELI CLARICE SCARIOT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Criança Cidadã, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0409/2020

Publicação Nº 2360322

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0409/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DAIANA CARINE KASCHAK, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Criança Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0410/2020

Publicação Nº 2360323

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0410/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. VERONICA KLEMENT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Sonho Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0411/2020

Publicação Nº 2360324

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0411/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que na EMEIEF Teonísio Wagner é necessária abertura de turma provisória conforme informado pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. GESSI TERESINHA SANTIN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando junto a EMEIEF Teonísio Wagner, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0412/2020

Publicação Nº 2360325

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0412/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. HISLLEY GALARÇA FEILSTRECKER, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Tio Patinhas, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0413/2020

Publicação Nº 2360326

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0413/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Vania Schmitz, encontra-se em licença maternidade;

Considerando o pedido de exoneração da servidora Andreia Wantz, em razão de aprovação no Concurso Público 008/2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. LORENI ELISABETE LAUFER, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0414/2020

Publicação Nº 2360327

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0414/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que as titulares: Sandra Bataglin, encontra-se cedida para a Assembleia Legislativa e Sirlei Martins Ferrasso, encontra-se designada para atuar junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira;

Considerando o pedido de exoneração de Paloma Mezzomo, contratada em caráter temporário, para atuar junto a EMEIEF Waldemar Antônio Von Dentz;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr. EMERSON MAICO BAIERLE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, atuando junto a EMEIEF Waldemar Antônio Von Dentz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento das titulares ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0415/2020

Publicação Nº 2360328

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0415/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SIMONE GAWSKI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Tio Patinhas, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0416/2020

Publicação Nº 2360329

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0416/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE

PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JAQUELINE TAISA WEBER MAHL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0417/2020

Publicação Nº 2360330

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0417/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. PATRICIA MARIA DREHMER SANGALLI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0418/2020

Publicação Nº 2360331

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0418/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. THAIS AIRES DA SILVA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0419/2020

Publicação Nº 2360332

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0419/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

Considerando a alteração de local da servidora Claudia Favretto, passando a atuar junto ao CEI Sonho Feliz;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. AMANDA LUIZA COSTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para

ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando como itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças previstas, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0420/2020

Publicação Nº 2360333

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0420/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando o pedido de contratação de 14 auxiliares de creche, feito pela Secretaria Municipal de Educação, devido ao aumento de alunos em sala de aula;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SUSANA GARLET CAVALHEIRO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único e Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0421/2020

Publicação Nº 2360334

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0421/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º MARLI TERESINHA BRESSA, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 11 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0422/2020

Publicação Nº 2360335

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0422/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º FABIO ALEX ROST, ocupante do cargo de Educador Social I, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 11 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0423/2020

Publicação Nº 2360336

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0423/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a entrada em vigor da lei complementar n. 25/2013 em 01/01/2014, sendo que nos termos do §1º, do art. 12 ficou assegurada a lotação para os servidores do quadro permanente em seus locais.

Considerando que no momento da entrada em vigor da lei, a servidora estava lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme portaria n. 560/02.

Considerando que após a entrada em vigor da lei, a servidora foi designada a atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme portaria n. 0634/2015.

Considerando o memorando interno 19/2020 oriundo da Secretaria Municipal de Assistência Social, o qual solicita que a servidora Carla Adriane Frey Pottker, passe a atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no CRAS II.

Considerando que o art. 17, § 1º, alínea "a" da lei 7031/2014 estabelece que cada unidade de CRAS deve ser composta por no mínimo dois Assistentes Sociais.

Considerando os termos dos arts. 48, III, e 51, I, da Lei Complementar 009/2012.

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, a servidora pública municipal efetiva CARLA ADRIANE FREY POTTKER, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao CRAS II, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0424/2020

Publicação Nº 2360337

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0424/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a portaria 0232/2020 de 03 de fevereiro de 2020:

Onde se lê:

“Art. 1º CONCEDER o gozo de 90 (noventa) dias, da 1ª licença prêmio a NEUSA TERESINHA HAMMES, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, concedido o direito conforme Portaria nº 0133/2020 de 20 de janeiro de 2020, referente ao período de 04 de fevereiro de 2013 a 03 de fevereiro de 2018, a serem gozados de 04 de março de 2020 a 01 de junho de 2020.”

Leia-se:

“Art. 1º CONCEDER o gozo de 90 (noventa) dias, da 1ª licença prêmio a NEUSA TERESINHA HAMMES, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, concedido o direito conforme Portaria nº 0133/2020 de 20 de janeiro de 2020, referente ao período de 04 de fevereiro de 2013 a 03 de fevereiro de 2018, a serem gozados de 03 de fevereiro de 2020 a 02 de maio de 2020.”

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0425/2020

Publicação Nº 2360338

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0425/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o pedido de exoneração da servidora Elisvania Favero Ruwer do cargo de Chefe de Divisão de Museu;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva BERNARDETE ORO TRICHES, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, atuando na Biblioteca Municipal, para passar a atuar junto ao Museu Histórico Municipal, na Secretaria Adjunta de Cultura, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de fevereiro de 2020;

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 11 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 29/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2359064

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Administração Municipal de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o Anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 06 de março de 2020.

Abertura: Às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006 e o edital consta na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 30/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2359245

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material de higiene e limpeza para atender as necessidades da Administração Municipal de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o Anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 09 de março de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006 e o edital consta na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 31/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2359827

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de materiais para adequação da entrada de energia do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste/SC, em virtude da necessidade de melhoria da rede elétrica para evitar queda de energia durante o horário de expediente.

Contratado: ELETROTÉCNICA SÃO MIGUEL SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

Valor total de R\$ 13.063,97 (treze mil, sessenta e três reais, e noventa e sete centavos).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 14 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 - SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE VIGILÂNCIA E ALARME

Publicação Nº 2359220

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de monitoramento de alarme, vigilância e locação de materiais, destinados para o prédio do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste-SC, nos termos e condições constantes no Edital de Pregão Presencial nº 04/2020 e seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09 horas do dia 02 de março de 2020.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site: www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de fevereiro de 2020.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Saudades

PREFEITURA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 285/2020

Publicação Nº 2358841

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 285/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 277/2020

OBJETO:

O presente processo tem por objeto contratação, para Execução de Pavimentação Asfáltica na Rodovia cento interior Trecho 01 Centro – Ponte (Flamengo) e Trecho 2 Ponte/Linha Santo Afonso, com área de 1.997,37m², tudo de acordo com Projeto, Orçamento Geral, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro e demais planilhas que fazem parte do Projeto. ANO: 2020

Valor R\$ 82.932,30 (Oitenta e dois mil novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos) Fundamento: no Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, atualizada.

Vigência: 30/04/2020.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV. DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR.

Endereço: Av. São Paulo, Nº 1615 Bairro: PIONEIRO Cidade: PINHALZINHO Estado: SC CEP: 89870-000

CNPJ: 11.117.243/0001-20 Inscrição Estadual:

Fone: 49-3366-6600 E-mail: cidir@pinhalzinho.sc.gov.br Saudades - (SC), 05 de fevereiro de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 293/2020

Publicação Nº 2359312

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 293/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 285/2020

OBJETO:

O presente processo tem por objeto contratação, para Execução de Pavimentação Asfáltica sobre calçamento na Rua Clemante Kasper, com área de 2.691,70m², tudo de acordo com Projeto, Orçamento Geral, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro e demais planilhas que fazem parte do Projeto. ANO: 2020

Valor R\$ 144.977,56 (cento e quarenta e quatro reais novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) Fundamento: no Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, atualizada.

Vigência: 05/05/2020.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV. DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR.

Endereço: Av. São Paulo, Nº 1615 Bairro: PIONEIRO Cidade: PINHALZINHO Estado: SC CEP: 89870-000

CNPJ: 11.117.243/0001-20 Inscrição Estadual:

Fone: 49-3366-6600 E-mail: cidir@pinhalzinho.sc.gov.br Saudades - (SC), 05 de fevereiro de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 011/2020

Publicação Nº 2358859

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 285/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 277/2020

OBJETO:

O presente processo tem por objeto contratação, para Execução de Pavimentação Asfáltica na Rodovia cento interior Trecho 01 Centro – Ponte (Flamengo) e Trecho 2 Ponte/Linha Santo Afonso, com área de 1.997,37m², tudo de acordo com Projeto, Orçamento Geral, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro e demais planilhas que fazem parte do Projeto. ANO: 2020

Valor R\$ 82.932,30 (Oitenta e dois mil novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos) Fundamento: no Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, atualizada.

Vigência: 30/04/2020.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV. DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR.

Endereço: Av. São Paulo, Nº 1615 Bairro: PIONEIRO Cidade: PINHALZINHO Estado: SC CEP: 89870-000

CNPJ: 11.117.243/0001-20 Inscrição Estadual:
Fone: 49-3366-6600 E-mail: cidir@pinhalzinho.sc.gov.br Saudades - (SC), 05 de fevereiro de 2020.
DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2020

Publicação Nº 2359315

EXTRATO CONTRATUAL Nº 12/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR. OBJETO: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO USINADO A QUENTE SOBRE CALÇAMENTO NA RUA CLEMENTE KASPER NUMA ÁREA DE 2.691,70M2, TUDO DE ACORDO COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS PLANILHAS EM ANEXO.
VALOR: 144.977,56
PRAZO: 05/05/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 293/2020
MODALIDADE: DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 285/2020.
SAUDADES SC, 05/02/20
DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2020 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

Publicação Nº 2359309

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2020

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Blumenau, nº 320, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 023/2018, tendo como Consumidor Gilmar Roberto Batista, inscrito no CPF sob o nº 037.022.959-25 e Fornecedor Rodrigo F. Silva, inscrito (a) no CPF sob o nº 056.330.129-50. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Rodrigo F. Silva para: tomar ciência do valor estimado a renda bruta mensal no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com fundamentação legal no §2º do art. 47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, para a reclamada, querendo, impugnar o valor arbitrado, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente. Schroeder, 14 de fevereiro de 2020.

Nadiete Albino Marcilio
PROCON – Schroeder/SC

PORTARIA Nº 8.208/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2360415

PORTARIA Nº 8.208/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, a partir desta data, o pedido de demissão da servidora Sra. Cristina Eloisa Guckert de Paulo, no cargo de Professora B – Língua Alemã.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK EBERTON VARGAS TRENTIN
Prefeito Municipal Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.210/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2360416

PORTARIA Nº 8.210/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS Nº 01/2020 E 02/2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão dos Processos Seletivos Simplificados nº 01/2020 e nº 02/2020 da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder, para contratação de pessoal em caráter temporário (ACT), que será integrada pelos seguintes membros: Nádia Cristiane Hefter Tambosi – Diretora de Saúde - CPF nº 022.876.719-94, Suzana Mara Murara Demathe – Auxiliar administrativa - CPF nº 053.920.499-40, Camila Sartori Ganzert – Médica Plantonista - CPF nº 064.326.519-80; Roseane Finta – Técnica de Enfermagem da ESF - CPF nº 004.074.509-04 e Darline Issberner – Auxiliar em Saúde Bucal da ESF - CPF: 081.126.279-08, para sob a Presidência da primeira, coordenação da segunda e sendo secretariada pela terceira, preparar, executar e julgar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário de cargos existentes na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Schroeder.

Art. 2º A Comissão de Processo Seletivo ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão, poderá contratar pessoa ou órgão estranho ao Município de Schroeder, para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 14 de fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2019**

Publicação Nº 2358872

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 225/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 061/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a av. Anita Garibaldi, 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Terraplanar Máquinas e Transportes Ltda, CNPJ n.º 34.095.433/0001-90, estabelecida na rua Sete de Setembro, n.º 250D, bairro Presidente Medici, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Jean Karlo Franceschi, brasileiro, casado, RG n.º 2.994.904 SSP/SC, CPF n.º 003.943.649-70, residente e domiciliado em Chapecó, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº 8.666/93 e nº. 10520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal da Agricultura, fica acrescida a quantidade licitada dos itens abaixo:

tem	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
1	433406515	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA, COM LÂMINA ANGULÁVEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 HP, PESO OPERACIONAL DE 14 TONELADAS, ESCARIFICADOR HIDRÁULICO, TRASEIRO E ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2010.	h	200	50	175,00	8.750,00
TOTAL R\$							8.750,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 8.750,00.

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 13/02/2020

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Jean Karlo Franceschi
Terraplanar Máquinas e Transportes Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1836

Publicação Nº 2359157

DECRETO Nº 1836, de 14 de fevereiro de 2020.

Prorroga o Termo de Credenciamento nº 002/2018-FMS para Consultas Psiquiátricas - Chamamento Público nº 002/2017 – FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "j" da cláusula 12ª do Termo de Credenciamento nº 002/2018-FMS, de 15 de fevereiro de 2018,
DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado para mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 15 de fevereiro de 2020, o Termo de Credenciamento 002/2018-FMS, oriundo do Processo Licitatório nº 004/2018-FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 002//2018-FMS, de 15 de fevereiro de 2018, formalizado através do decreto nº 1395, de 21 de fevereiro de 2018, que credenciou o Consultório Médico TLF Eireli, para consultas psiquiátricas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 14 de fevereiro de 2020

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 14 de fevereiro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO Nº 1837

Publicação Nº 2359162

DECRETO Nº 1837, de 14 de fevereiro de 2020.

Prorroga o Termo de Credenciamento nº 003/2018-FMS para Atendimentos Fisioterapêuticos - Chamamento Público nº 002/2017 – FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "j" da cláusula 12ª do Termo de Credenciamento nº 003/2018-FMS, de 26 de fevereiro de 2018,
DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado para mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 26 de fevereiro de 2020, o Termo de Credenciamento 003/2018-FMS, oriundo do Processo Licitatório nº 006/2018-FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 003//2018-FMS, de 26 de fevereiro de 2018, formalizado através do decreto nº 1398, de 06 de março de 2018, que credenciou a empresa Alternativa Clínica de Fisioterapia – Eireli, para atendimentos fisioterapêuticos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 14 de fevereiro de 2020

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 14 de fevereiro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 045/2020

Publicação Nº 2358972

Processo Licitatório nº 045/2020 - Dispensa de Licitação nº 019/2020.

Objeto: Locação do Centro Comunitário - Comunidade de São Rafael.

Justificativa: Locação da estrutura do centro comunitário da Comunidade de São Rafael para a prática das atividades de educação física, realização das oficinas do programa "Educação, Cultura e Esporte Mais Perto de Você", e demais atividades da Escola Núcleo São Rafael.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, X
Locador: Associação Esporte Clube Grêmio de São Rafael
Prazo: 11 meses
Valor: R\$ 627,00/mês

Seara, SC, 13 de fevereiro de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 - FMS

Publicação Nº 2359919

Fundo Municipal da Saúde de Seara
Processo Licitatório nº 010/2020 – FMS.
Edital de Pregão Presencial nº 002/2020 – FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h00min do dia 03/03/2020, "envelope de credenciamento, da proposta, e documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, vitaminas, sais minerais e leites, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara - SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327.

Seara, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal de Saúde

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 046/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359231

DECRETO Nº 046/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE LEONARDO VITUS JUNGES DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, à pedido, a partir do dia 28 de fevereiro de 2020, o Sr. LEONARDO VITUS JUNGES, portador do CPF nº. 053.215.759-16, do Cargo de Diretor de Departamento de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, lotado junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 14 de fevereiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

Publicação Nº 2359413

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de uma ESCAVADEIRA HIDRÁULICA nova, objetivando a renovação da frota dos equipamentos rodoviários para a manutenção das estradas vicinais para o escoamento de águas pluviais, contenção de erosão, abertura de valas para manutenção das redes de água e esgoto e, preparo do solo para o plantio e demais serviços que se fizerem necessários atendendo a demanda dos serviços prestados aos municípios serraltenses por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Entrega dos Envelopes para: 08:30 horas do dia 28 de Fevereiro de 2020.

Abertura dos Envelopes para: 09:00 horas do dia 28 de Fevereiro de 2020.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 17 de fevereiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

ATA 001 - P.P 012/2020 - S.R.P

Publicação Nº 2358948

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIOS/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020
Ata 001

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio, no Setor de Licitações na sede da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, para abertura, processamento e julgamento do edital de Pregão Presencial p/ registro de preços nº 012/2020, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos do município de Sombrio/SC, em aterro sanitário, devidamente licenciado, em conformidade com edital e seus anexos em especial o disposto no Anexo I - Termo de Referência. Presentes o Pregoeiro, o Sr. Ronaldo Destro Dal Pont, bem como os servidores membros da equipe de apoio que esta subscreve, foi determinada a abertura da sessão. O Pregoeiro fez registrar que algumas empresas retiraram o edital por e-mail e/ou via Portal da Transparência e que nenhuma empresa protocolou seus envelopes para participar da presente licitação. Sendo assim, o Sr. Pregoeiro declarou LICITAÇÃO DESERTA. Nada mais havendo a tratar o Senhor Pregoeiro declarou encerrada a presente sessão. Sombrio/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Destro Dal Pont Pregoeiro	
--------------------------------------	--

Maria Regina de Matos Equipe de apoio	
--	--

Mak Joel Colares
Equipe de apoio

EDITAL Nº. 002/2020 - CONCURSO PUBLICO PARA AGENTE DE TRANSITO

Publicação Nº 2359158

MUNICÍPIO DE SOMBRIOS/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2020
EDITAL Nº 002/2020

O MUNICÍPIO DE SOMBRIOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais torna público a abertura de inscrições para o Concurso Público com intuito de formação de cadastro reserva no quadro de pessoal, conforme fundamentação legal no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal tendo em vista as disposições contidas nas demais legislações pertinentes, de acordo com as seguintes disposições deste Edital e seus anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2. O certame será regido pelo presente Edital sob responsabilidade da empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas PS Concursos).
3. O certame terá a supervisão da "Comissão de Concurso Público" nomeada pelo Decreto 005/2020 de 06 de JANEIRO de 2020.
4. As atribuições dos empregos são as constantes nas seguintes leis: Lei Municipal Complementar nº. 039 de 30 de Junho 2015, Lei Municipal Complementar nº. 059 de 12 de Junho 2018, e suas respectivas alterações posteriores.
5. A seleção será composta de avaliação da qualificação técnica dos candidatos, por meio de realização de provas objetivas de caráter classificatório e eliminatório, sendo que as provas irão relacionar conhecimentos básicos e específicos exigidos para o provimento de cada função e a sua singularidade.
6. O MUNICÍPIO DE SOMBRIOS se reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Certame, disposta no item 13.22 deste edital
7. O Cronograma com as datas de cada fase do Certame, os conteúdos programáticos das provas e as atribuições dos cargos, estarão disponibilizadas, respectivamente, nos Anexos I II e III, partes integrantes do presente Edital.

8. DAS VAGAS, EMPREGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

9. Poderão participar do Certame, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os empregos relacionados a seguir:
10. Os empregos, quantidade de vagas reservadas para ampla concorrência, vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência, vencimentos, pré-requisitos, carga horária semanal de trabalho e valor da inscrições são os estabelecidos na tabela que segue:

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO							
ITEM	EMPREGO	VAGAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)	ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITOS	INSCRIÇÃO (R\$)
		Ampla Concorrência	PPD				
001	AGENTE DE TRÂNSITO	CR	*	40h	R\$ 3.010,10	PORTADOR DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE ENSINO MÉDIO	R\$ 80,00

CR = Cadastro de Reserva

* Não há reserva de vagas para provimento imediato aos candidatos PPD (Pessoas Portadoras de Deficiência) em virtude do quantitativo oferecido ser inferior ao mínimo estipulado em Legislação, sendo mantido o cadastro de reserva.

11. DAS INSCRIÇÕES

12. O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) emprego. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais RECENTE, ou seja, a última inscrição realizada pelo candidato

13. As inscrições poderão ser realizadas a partir de 21/02/2020 até 20/03/2020 até as 12:00h (meio dia)

14. Para participar do Certame nº 002/2020 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital e seus anexos que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no emprego público, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos neste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

15. Serão permitidas apenas inscrições online, através do site da PS Concursos nos prazos estabelecidos no item 3.2 deste edital.

16. Para a realização da inscrição online o candidato deverá acessar o site www.psconcursos.com.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) Encontrar o Edital 002/2020 do Município de Sombrio/SC (no site informado anteriormente)

b) Clicar em "Ver Detalhes do Edital";

c) Clicar no link Área do Candidato;

d) Inserir o CPF, este é imprescindível para efetuar a inscrição;

e) Fazer o cadastro se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login e realizar a inscrição;

f) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados, seguindo as instruções;

g) Caso se enquadre no item 7 "Da Participação de Candidato Portador de Deficiência" o mesmo deverá assinalar o campo adequado no ato da inscrição e seguir os procedimentos descritos no respectivo item, caso se enquadre em um deles;

h) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

i) Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até a data máxima informada no Cronograma do ANEXO I deste Edital.

17. Não haverá nenhum tipo de isenção na taxa de inscrição em face de total ausência legislativa de âmbito municipal.

18. O pagamento correspondente ao valor da taxa de inscrição poderá ser efetuado em qualquer agência bancária, internet banking ou casas lotéricas, até a data de vencimento estipulada no boleto bancário.

19. Não será aceito pagamento do valor da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período das inscrições ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital.

20. Verificando-se mais de uma inscrição do candidato para o mesmo período será considerada apenas a inscrição mais RECENTE, ou seja, a última inscrição realizada pelo candidato, ainda que o mesmo tenha efetuado o pagamento da inscrição cancelada.

21. O não atendimento aos procedimentos estabelecidos nos itens anteriores implicará o cancelamento da inscrição do candidato, verificada a irregularidade a qualquer tempo.

22. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no formulário de inscrição online.

23. Após a efetivação da inscrição, não será realizada devolução da importância paga em hipótese alguma, ainda que efetuada a mais ou em duplicidade, seja qual for o motivo alegado.

24. A empresa organizadora do certame não se responsabiliza por solicitação de inscrição não concluída por motivo de ordem técnica dos computadores, congestionamento das linhas de comunicação, bem como quaisquer outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados ou conclusão da inscrição.

25. Após efetivação da inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de opção de função em hipótese alguma.

26. O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: suporte@psconcursos.com.br.

27. As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do Concurso Público, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como, fornecer dados inverídicos ou falsos.

28. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

29. A confirmação da inscrição ocorrerá após a confirmação do pagamento do boleto referente a taxa de inscrição.

30. O candidato deve verificar e imprimir o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DEFERIDA a partir da data de Homologação das Inscrições, conforme ANEXO I, acessando a sua Área do Candidato.

31. O candidato poderá reimprimir o boleto bancário a qualquer momento acessando a Área do Candidato no portal das inscrições online

32. É de responsabilidade do candidato portar o seu COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DEFERIDA, pois havendo no local de realização da prova qualquer eventualidade o candidato não poderá realizar a prova caso não esteja portando o mesmo, sendo automaticamente desclassificado.

33. Eventuais erros de digitação no nome, número/órgão expedidor, data de nascimento, endereço, sexo, ou qualquer outra informação inconsistente informada no formulário de inscrição on-line, é de responsabilidade do candidato realizar as correções no prazo máximo de 1 (um) dia, após publicação da lista Provisória de Inscrições Deferidas, através da Área do Candidato.

34. Caso haja inconsistência nas publicações relativas aos empregos, ou a inscrição não esteja confirmada, os candidatos deverão entrar em contato pelo e-mail suporte@psconcursos.com.br.

35. REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO EMPREGO

36. O candidato deve atender às seguintes condições, para sua admissão no emprego:

- a) Ter sido aprovado e classificado no certame, na forma estabelecida neste Edital e em suas possíveis retificações e aditamentos;
- b) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro que goze das prerrogativas do art. 12 e do Inciso I do art. 37 da Constituição da República;
- c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;
- d) Estar no gozo de direitos políticos e cíveis;
- e) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- f) Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- g) Comprovar escolaridade exigida para o Emprego Público, conforme solicitado neste Edital;
- h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego.
- i) Não possuir antecedentes criminais
- j) Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.
- k) Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.
- l) Estar com a situação cadastral regular na Receita Federal;
- m) Estar inscrito no órgão fiscalizador do exercício profissional e devidamente quite com suas demais exigências legais, quando for o caso;
- n) Não receber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos na forma do inciso XVI e do parágrafo 10 do Artigo 37 da Constituição Federal do Brasil. No caso de acumular lícitamente cargo público, a carga horária total não poderá ultrapassar 60h (sessenta horas) semanais (Parecer GQ-145, publicado no DOU de 01/04/98);

37. Os requisitos descritos no item 5.1 deste Edital deverão ser atendidos cumulativamente e a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da admissão através de documentação original, juntamente com fotocópia ou cópia autenticada.

38. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no subitem 5.1 deste Edital impedirá a admissão do candidato ao emprego público.

39. DAS LACTANTES OU CONDIÇÕES ESPECIAIS

40. Das lactantes:

- a) A candidata lactante que, necessitar amamentar durante a realização das provas deverá obrigatoriamente requerê-lo no ato da inscrição online através do campo específico para tal;
- b) Nos horários previstos para amamentação, a mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala/local em que serão realizadas as provas, para atendimento ao seu lactente, em sala especial a ser reservada pela Coordenação;
- c) Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata;
- d) Para a amamentação o lactente deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação;
- e) O lactente deverá estar acompanhado obrigatoriamente por um adulto, e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será indicada pela Coordenação;
- f) A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por fiscal volante, sem a presença do responsável pela guarda da criança;
- g) A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas;
- h) A candidata é responsável pelos atos do adulto acompanhante, caso esse venha causar algum transtorno durante a realização das provas, a candidata será automaticamente eliminada do certame.

41. Das outras condições:

- a) O candidato que, necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá requerê-lo no ato da inscrição indicando a condição especial de que necessita através do campo específico para tal;
- b) Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados neste item, não terão a prova e/ou condições especiais atendidas;
- c) A solicitação de atendimento especial será atendida observados os critérios de viabilidade e razoabilidade.

42. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA - PPD

43. Das vagas destinadas a cada cargo e das que vieram a surgir dentro do prazo de validade do certame, será assegurada aos candidatos portadores de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Constituição Federal, artigo 37, inciso VIII, Decreto Federal nº 3.298/99, artigo 4, incisos I a V, com modificações do Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, a reserva de vaga neste Concurso Público na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, para preenchimento do cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a(s) deficiência(s) de que é portador.

Caso a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) resulte em número fracionário, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

44. Somente haverá reserva imediata de vaga para os cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

45. A vaga deste Certame Público será preenchida pelo candidato que constar em primeiro lugar na lista geral, respeitando-se o percentual estabelecido no subitem 7.1, deste Capítulo em caso de surgimento e/ou vacância de novas vagas e posterior a admissão.

46. No ato da inscrição, o candidato que necessite de tratamento diferenciado no dia das provas deverá requerê-lo indicando o tratamento diferenciado de que necessita para a realização das provas, apresentando justificativas acompanhadas de parecer (original ou cópia autenticada), emitido por especialista na área de sua deficiência.

47. O candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo, especificadas no ANEXO III - DAS ATRIBUIÇÕES, são compatíveis com a deficiência declarada.

48. Para efeitos deste Edital as pessoas com deficiência são aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões

mundialmente estabelecidos e legislação admissível, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social, e que se enquadrem nas categorias especificadas no Decreto Federal nº 3.298/99 e na Súmula nº 377, do Superior Tribunal de Justiça.

49. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

50. Os candidatos com deficiência participarão do Certame Público em igualdade de condições com os demais candidatos da lista geral, no que diz respeito ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 41 do Decreto nº 3.298/99.

51. O candidato deverá ainda, encaminhar pela internet, até o último dia de inscrição, os seguintes documentos:

a) Laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos 06 (seis) meses a contar da publicação do edital, que ateste e contenha: 1) que o candidato se enquadra dentro dos parâmetros de deficiência para os efeitos legais. 2) O grau ou nível de deficiência; 3) A expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID. O laudo médico deverá conter o nome completo do candidato, o CRM, o carimbo e a assinatura do profissional que emitiu o laudo. Ainda, o laudo médico deve atender a todos os requisitos indicados no modelo ANEXO V – Modelo de Laudo Médico.

b) ANEXO IV - AUTO DECLARAÇÃO PPD preenchida, assinada e com firma reconhecida.

52. Para o envio da documentação digitalizada, mencionada no item anterior, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico: www.psconcursos.com.br e seguir os seguintes passos:

a) Encontrar o Edital 002/2020 do Município de Sombrio/SC;

b) Clicar em “Ver Detalhes do Edital”;

c) Clicar no link Área do Candidato;

d) Inserir o CPF e realizar o Login;

e) Selecionar a opção “Minhas Inscrições”;

f) Acessar a sua inscrição e Clicar em “Anexar Documentos”;

g) Anexar os arquivos informados no item 7.9, nos formatos aceitos e informados no item 7.11;

53. Somente serão aceitos, para envio de documentos via formulário eletrônico, os arquivos digitalizados, e nos seguintes formatos: PDF, DOC, DOCX, XLS, XLSX, JPG, PNG, JPEG, GIF, ZIP e RAR.

54. O Laudo Médico deverá estar LEGÍVEL, sob pena de invalidação.

55. O candidato que, dentro do período das inscrições, não declarar ser deficiente ou aquele que se declarar, mas não atender aos dispositivos mencionados no item 7.9 deste Capítulo, não será considerado candidato com deficiência, para fins deste Certame Público, não terá prova especial preparada e/ou condição específica para realização da prova atendida, seja qual for o motivo alegado.

56. Quando houver indeferimento do pedido para concorrer como candidato com deficiência, caberá recurso, conforme previsto no item 11 - dos Recursos, deste Edital.

57. O candidato que não interpor recurso no prazo mencionado neste Edital será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

58. Candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme disposto neste item, não poderá interpor recurso em favor de sua condição, seja qual for o motivo alegado, nem alegar em momento futuro

59. Após o período das inscrições, fica proibida qualquer inclusão de candidatos na lista especial de candidatos com deficiência.

60. O candidato com deficiência auditiva que necessitar utilizar aparelho auricular no dia das provas deverá enviar laudo médico (original ou cópia autenticada) específico para esse fim, até o término das inscrições. Caso o candidato não envie o referido laudo, não poderá utilizar o aparelho auricular.

61. No caso de deferimento da solicitação de participação como deficiente, se aprovado no certame, terá seu nome publicado na lista geral de classificação e em lista específica, no caso de indeferimento o candidato irá constar apenas na lista de classificação geral.

62. O atendimento às condições solicitadas ficarão sujeitas à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

63. Os requisitos descritos no item 7.9 deste Edital deverão ser atendidos cumulativamente, sendo passível de indeferimento.

64. O candidato fica ciente de que as declarações falsas constituem crime, previsto em Lei, sendo que verificada qualquer omissão ou declaração falsa, será devidamente encaminhado a autoridade policial competente.

65. Para efeito do prazo estipulado para envio dos documentos solicitados no item 7.9, informa-se que a opção de envio de documentação, via área do candidato, só estará disponível durante os prazos estipulados no ANEXO I deste edital

66. Não serão considerados:

a) Documentos enviados via e-mail e qualquer outro meio que não informado no item 7 deste edital;

b) Documentos postados fora do prazo estipulado no ANEXO I deste edital;

c) ANEXO IV - AUTO DECLARAÇÃO PPD enviada sem assinatura e firma reconhecida do candidato;

d) Laudo Médico enviado sem nome, assinatura e número do CRM do Médico responsável.

e) Documentos não digitalizados ou ilegíveis

67. O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Certame Público e não será devolvido.

68. No período de realização deste certame, os laudos não serão avaliados em sua particularidade; sendo assim, as Pessoas com Deficiência serão submetidas ao ente contratante para verificação do atendimento dos requisitos para admissão na condição de PNE.

69. O candidato com deficiência, caso seja aprovado e convocado dentro das vagas destinadas à ampla concorrência, não serão considerados para efeito de preenchimento de sua classificação nas vagas reservadas aos deficientes.

70. Após todas as etapas do certame, caso não haja candidatos aprovados na lista de deficientes, ou não haja aprovados suficientes para preencher todas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência.

71. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

72. DAS ETAPAS DO CERTAME

O Certame constará de 01 (uma) etapa consistente de:

a) Prova Objetiva, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório e eliminatório;

73. DA PROVA OBJETIVA

A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do emprego pretendido.

As provas objetivas serão organizadas conforme exigências do emprego pretendido e compostas conforme quadro(s) demonstrativo(s) a seguir:

COMPOSIÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS						
CARGO	MATÉRIAS DAS PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PONTOS / QUESTÃO	MÁXIMO DE PONTOS POR MATÉRIA	Nº MÍNIMO DE PONTOS P/ APROVAÇÃO	Nº TOTAL DE PONTOS
Agente de Trânsito	Língua Portuguesa	10	0,25	2,50	6,0	10,0
	Atualidades/Dados Históricos	05	0,25	1,25		
	Informática	05	0,25	1,25		
	Legislação Geral e Conhecimentos Específicos	20	0,25	5,00		

A Prova Escrita será composta apenas com questões objetivas. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

Os candidatos receberão um cartão resposta com 40 (quarenta) questões.

O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada emprego;

As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/emprego e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade correspondente no cartão de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade do cartão de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

Não serão consideradas:

- As questões da prova assinaladas no cartão de respostas que contenham emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- As questões da prova que não forem preenchidas totalmente no cartão de respostas;
- As questões da prova que contenham mais de uma opção de resposta assinalada no cartão de respostas;
- As questões da prova que não estiverem assinaladas no cartão de respostas;
- A prova cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova;
- Cartões de resposta (gabarito) sem assinatura do candidato.

Para fins de correção da prova, somente será considerado o cartão de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

Candidato deverá assinalar as respostas na folha própria (Cartão-Resposta) e assinar, no espaço devido, à caneta esferográfica preferencialmente de tinta PRETA fabricada em material transparente.

74. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

75. As provas objetivas serão realizadas no dia 12/04/2020

76. Os locais e horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 03/04/2020, no portal www.psconcursos.com.br e no site www.sombrio.sc.gov.br.

77. A prova terá duração máxima de 03 horas.

78. Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de Inscrição Deferida (Facultativamente).

79. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento

80. Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de material transparente, de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

81. As provas terão um prazo mínimo de realização de 01 (uma) hora.

82. O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Certame.

83. Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

84. É vedado também o uso de óculos escuros ou de quaisquer acessórios de chapelaria tais como chapéu, boné, gorro ou protetores auriculares ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato.

85. O candidato que necessitar usar os objetos citados no item anterior deverá apresentar justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) e aprovado(s) pela Coordenação.

86. A Equipe Organizadora do Certame não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.

87. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Certame, sendo atribuída nota zero a sua prova já realizada.

88. Será automaticamente ELIMINADO do certame o candidato que, durante a realização da prova:

- a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;
- b) For surpreendido dando ou recebendo auxílio na resolução da prova;
- c) Utilizar-se de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta;
- d) Utilizar-se ou deixar ligados quaisquer equipamentos eletrônicos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações;
- e) Faltar com o devido respeito e cordialidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes ou demais candidatos;
- f) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- g) Ausentar-se da sala, durante a prova, portando o Cartão de Respostas;
- h) Não assinar o cartão de respostas (gabarito);
- i) Não assinar a lista de presença.

j) Descumprir as instruções contidas no Caderno de Questões;

k) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

89. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

90. A apresentação do Comprovante de Inscrição Deferida no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

91. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

92. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

93. Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

94. Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

95. Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para empregos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/emprego pretendido.

96. Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Certame.

97. Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

98. Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

99. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

100. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança, onde deverá obedecer a todas as regras contidas no item 6 deste edital.

101. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

102. Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.

103. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

104. A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 9 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

105. DA CLASSIFICAÇÃO

106. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/emprego e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Certame, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL = NOTA DA PROVA OBJETIVA

107. No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso.

Para os demais Cargos

- a) Obtiver maior pontuação (número de acertos) na prova de Legislação Geral e Conhecimentos Específicos do Cargo;
- b) Obtiver maior pontuação (número de acertos) na prova de Língua Portuguesa;
- c) Obtiver maior pontuação (número de acertos) na prova de Informática;
- d) Obtiver maior pontuação (número de acertos) na prova de Atualidades e Dados Históricos;
- e) Obtiver a maior idade;

108. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate dar-se-á através do sistema de sorteio que, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital, e seu resultado fará parte da classificação final do certame.

109. As provas obedecerão aos critérios especificados por este edital e conteúdos programáticos constantes do ANEXO II do mesmo.

110. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

111. A publicação da lista de classificação preliminar (parcial) será divulgada exclusivamente no portal www.psconcursos.com.br, conforme data estipulada no cronograma do ANEXO I deste Edital.

112. A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.psconcursos.com.br e www.sombrio.sc.gov.br, conforme data estipulada no cronograma do ANEXO I deste Edital.

113. DOS RECURSOS

114. O candidato poderá interpor recursos contra: Edital, Provas Objetivas e Listas Preliminares, e tem até 2 (dois) dias corridos para fazê-lo, a contar do dia da divulgação, acessando dentro da sua Área do Candidato na mesma página em que realizou a sua inscrição.

115. Será aceito somente um único recurso por candidato, para cada evento mencionado no subitem 11.1 deste Edital, devidamente fundamentado.

116. O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

117. Os recursos deverão ser elaborados com argumentação lógica e consistentes e ainda obedecer as seguintes determinações quando se tratar da prova objetiva.

a) Ser acrescido de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos;

b) Serão automaticamente indeferidos recursos que não citarem referência ou apresentar fontes não confiáveis, como Wikipédia, Blogs e similares;

c) Ser apresentado de forma independente para cada questão, ou seja, cada questão recorrida deverá ser apresentado um recurso.

118. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou ainda fora do prazo, ou qualquer outro meio que não citado no subitem 11.1.

119. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes na prova, independente de interposição de recurso.

120. Em caso de alteração de gabarito oficial pela Banca Examinadora da PS Concursos, por motivo de força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

121. Na ocorrência do disposto nos subitens 11.6, 11.7 deste Edital ou recurso contra lista provisória de classificação, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

122. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

123. Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

124. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

125. A decisão final da Banca Examinadora será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

126. DO PROVIMENTO DO CARGO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

0.1 O provimento do emprego obedecerá à ordem de classificação dos candidatos aprovados desde que considerados aptos em inspeção de saúde, de caráter eliminatório.

0.2 O candidato que vier a ser habilitado no Certame Público de que trata este Edital poderá ser contratado se atendidas, à época, todas as exigências do emprego, e obedecido ao limite de vagas existentes.

0.3 Os candidatos aprovados e classificados no certame serão convocados através dos meios de comunicação informados, pelo candidato no formulário de inscrição on-line deste certame;

0.4 Os exames médicos admissionais deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do emprego, sendo este de caráter eliminatório.

0.5 A critério do médico avaliador responsável pelo parecer referido no ITEM 12.4, poderão ser requisitados exames complementares.

0.6 O Município de Sombrio/SC, utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).

0.7 O candidato terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para apresentação após a última forma de convocação;

0.8 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será imediatamente eliminado do certame, não podendo em hipótese requerer nova convocação;

0.9 O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Sombrio/SC, situada na Av. Nereu Ramos, 31, Centro, em Sombrio/SC, a documentação necessária à sua admissão, composta por:

a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;

b) Prova de quitação das obrigações eleitorais e cópia do título de eleitor.

c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;

e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;

f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;

g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.

h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.

i) Não receber proventos de aposentadoria oriundos de cargo público ou função exercida perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, § 10º da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos em comissão.

j) Carteira de Identidade;

k) CPF;

l) PIS/PASEP;

- m) Certidão de Casamento;
- n) Certidão de Nascimento dos filhos e CPF dos dependentes, Xerox da Carteira de Saúde e comprovante de vacinação dos filhos.
- o) (Uma) foto 3x4 recente;
- p) Carteira Profissional Original e Xerox da mesma na foto e no verso;
- q) Tipo Sanguíneo.

127. Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

128. DISPOSIÇÕES GERAIS

129. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus editais complementares, avisos e comunicados a serem publicados, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

130. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação para as provas correspondentes. Nesses casos, a alteração será mencionada em edital complementar, retificação, aviso ou errata.

131. Caso este certame público, por força maior, seja impedido de ser realizado, em hipótese nenhuma será reembolsado o valor das inscrições aos candidatos e a data da realização da prova teórica será reagendada, caso seja possível.

132. Os locais de provas estarão disponíveis no endereço eletrônico www.psconcursos.com.br. É responsabilidade do candidato a verificação prévia dos locais de provas, quanto ao dia, local e horário de sua realização, inclusive a observância de retificações.

133. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Certame em qualquer de suas fases.

134. Será excluído do certame o candidato que:

- a) Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- b) Não pontuar na prova objetiva;
- c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Certame;
- d) Apresentar-se após o horário estabelecido para fechamento dos portões do prédio, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- e) Se enquadrar nos termos do item 9.14 deste Edital
- f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

g) Não alcançar a nota mínima exigida para aprovação, disposta no quadro do item 8.1.2 (COMPOSIÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS)

135. Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

136. A aprovação no Certame não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério do Município de Sombrio/SC, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

137. O Município de Sombrio/SC e a Empresa Organizadora do Certame não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e/ou alimentação dos candidatos, quando da realização das etapas deste certame.

138. O Município de Sombrio/SC e a Empresa Organizadora do Certame, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Certame e no que tange ao conteúdo programático.

139. Toda legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas deste certame público.

140. O candidato que proceder a entrega de qualquer documentação via procurador, assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante.

141. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Certame.

142. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, na área do candidato, no site www.psconcursos.com.br, até a publicação da classificação final do certame, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, após a homologação do resultado do Certame.

143. A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos ou outras constatadas no decorrer do Certame Público, verificadas a qualquer tempo, acarretará a nulidade da inscrição, prova ou admissão do candidato, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, cível ou criminal cabíveis.

144. Os casos omissos serão resolvidos pela empresa Organizadora do Certame e pela Comissão do Concurso Público no que tange a realização deste Certame.

145. O Município de Sombrio/SC reserva-se o direito de anular o Concurso Público, bem como o de adotar providências que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a ele relativos ou dele decorrentes.

146. Os candidatos que deixarem a sala de provas para ir ao banheiro poderão ser revistados por detectores de metais na entrada e na saída. A revista pode, ainda, ser realizada a qualquer momento nas salas e nos corredores dos locais de aplicação das provas, na entrada e na saída do local de realização da prova objetiva.

147. Medidas adicionais de segurança que visem o interesse coletivo poderão ser aplicadas a qualquer momento pela organização do Certame, sem prévia comunicação.

148. Os cadernos de provas (rascunho) serão incinerados após 30 (trinta) dias da aplicação das provas objetivas.

149. Fazem parte integrante deste Edital os anexos:

- a) ANEXO I - CRONOGRAMA;
- b) ANEXO II - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS;
- c) ANEXO III- ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS;
- d) ANEXO IV - AUTO DECLARAÇÃO PPD;

150. O Presente Edital terá validade de 02 (dois) anos, a partir da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério do Município de Sombrio/SC.

151. A publicidade oficial deste certame, após a sua homologação final, dar-se-á através dos meios de comunicação oficiais do Município de Sombrio/SC

152. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

153. Revogam-se as disposições em contrário.

SOMBRIÓ/SC, em 14 de FEVEREIRO de 2020.

RENATO DESTRO DAL PONT

Presidente da Comissão de Concurso Público

Fica homologado o presente EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2020.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA DO CERTAME

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital do Concurso Público	14/02/2020
Prazo para Impugnação do Edital	15 a 16/02/2020
Publicação de Edital Retificado (Se houver)	18/02/2020
Período de Inscrições pela internet	21/02 a 20/03/2020 até as 12:00h (meio dia)
Período de Envio (Entrega), pela internet, do Laudo Médico e Requerimento para os candidatos inscritos como PPD (Pessoas Portadoras de Deficiência)	21/02 a 20/03/2020 até as 23:59min
Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário referente a Inscrição	20/03/2020 até as 23:59min
Divulgação da Lista Preliminar das Inscrições Deferidas (Geral e PPD)	25/03/2020
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	26 a 27/03/2020
Divulgação da Lista Definitiva das Inscrições Deferidas	31/03/2020
Divulgação dos horários e Locais de Prova	Até 03/04/2020
Realização das Provas Objetivas	12/04/2020
Divulgação dos Cadernos de Provas (Versão Digital) e Gabarito Oficial	12/04/2020 após a prova e até as 23:59min
Período de Recurso referente à Prova Objetiva/Gabarito Oficial	13 a 14/04/2020
Divulgação das Listas de Classificação Preliminar (Geral e PPD)	28/04/2020
Período de Recurso referente à Classificação Preliminar	29 a 30/04/2020
Divulgação das Listas de Classificação Definitiva (Geral e PPD)	05/04/2020

Nota 01: Todas as publicações serão divulgadas até as 23h59min, da data estipulada neste Cronograma, no endereço eletrônico www.pconcursos.com.br.

Nota 02: O Cronograma de Execução do Certame poderá ser alterado pela Empresa Organizadora do Certame a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou algo a reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso venha a ocorrer.

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. LINGUA PORTUGUESA

Para todos os cargos

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; 12. Emprego e descrição das classes de palavras; 13. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 14. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 15. Fonética e Fonologia; 16. Fonema e Letra; 17. Ortografia; 18. Recursos sonoros; 19. Vícios de linguagem; 20. Polissemia; 21. Sinônimos e antônimos; 22. Homônimos e parônimos; 23. Morfologia; 24. Estrutura das palavras; 25. Formação das palavras; 26. Neologismos e Estrangeirismos; 27. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 28. Vozes verbais e sua conversação; 29. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos

2. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Para todos os cargos:

Aspectos atuais e fatos históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação oficiais e publicações legítimas;

3. CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Para todos os cargos:

1. Fundamentos da Informática; 2. Conhecimentos sobre sistemas operacionais; 3. Softwares, Hardwares e Tecnologias Mobile; 4. Conceitos de tecnologia de informação: sistemas de informações e conceitos básicos de Segurança da Informação 5. Segurança das informações na Internet; 6. Editores de Texto; 7. Editores de Planilhas eletrônicas; 8. Redes Sociais; 9. Conhecimento técnico sobre o uso ético das redes sociais; 10. Ética na Internet; 11. Mídias computacionais; 12. Tecnologias no uso da profissão nos dias atuais; 13. Comunicação eletrônica; 14. Sistemas web para controle de reuniões, agendas e e-mails. 15. Uso, em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Access, Microsoft Power Point.

4. LEGISLAÇÃO GERAL E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente de Trânsito

1. Legislação Municipal: Estatuto dos servidores públicos do município de Sombrio/SC; 2. Lei Orgânica do Município de Sombrio/SC; 3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; 4. Lei Federal Nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; 4. Sistema Nacional de Trânsito; 5. Registro e licenciamento de veículos; 6. Normas gerais de circulação e conduta; 7. Crimes de trânsito; 8. Infrações e penalidades; 9. Sinalização de trânsito, segurança e velocidade; 10. Condutores de veículos – deveres e proibições; 11. Primeiros socorros em acidentes de trânsito; 12. Meio ambiente e trânsito; 13. Conhecimentos básicos em mecânica de veículos leves e pesados; 14. Noções de Engenharia de Tráfego; 15. Cidadania e ética. 16. Legislação de Trânsito, inclusive as Resoluções do CONTRAN.

NOTA: Para as questões de legislação, em qualquer âmbito, serão consideradas apenas as publicações oficiais publicadas até 14/02/2020, das quais servirão de base para a aplicação dos conteúdos das provas escritas. Quaisquer alterações divulgadas oficialmente após este prazo não serão consideradas como base para compor o corpo das questões objetivas e nem poderão ser utilizadas como embasamento de recursos da prova escrita.

ANEXO III**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

Agente de Trânsito

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Sob coordenação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos (Diretor de Trânsito), realizar tarefas inerentes a área de trânsito

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- 1) Executar serviços de manutenção e segurança no trânsito;
- 2) Executar atividades relativas a orientação e educação no trânsito;
- 3) Executar a fiscalização do trânsito;
- 4) Atuar e aplicar as penalidades legais relativas ao trânsito;
- 5) Executar serviços de apoio administrativo;
- 6) Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO IV**AUTO DECLARAÇÃO PPD**

(Pessoas Portadoras de Deficiência)

Eu, _____, abaixo assinado, de _____ nacionalidade _____, nascido em ____/____/____, no município de _____, estado _____, filho de _____ e de _____, estado civil _____, residente e domiciliado à _____ CEP nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida em ____/____/____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, inscrito para o cargo de _____, com número de inscrição _____, declaro, sob as penas da lei, que sou portador de deficiência e me enquadro na CID _____, e desejo concorrer às vagas reservadas existentes, que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO.

Nestes termos, pede deferimento.

(Sombrio/SC) _____, ____ de _____ de 2020.

ASSINATURA DO CANDIDATO
(RECONHECER FIRMA)

ANEXO V

MODELO LAUDO MÉDICO PARA CANDIDATO QUE DESEJA CONCORRER À RESERVA
ESPECIAL DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O(a) candidato(a) _____, Documento de Identificação (RG) nº _____, CPF nº _____, foi submetido(a), nesta data, a exame clínico, sendo identificada a existência de DEFICIÊNCIA.

a) DEFICIÊNCIA FÍSICA ()

Qual? _____

b) DEFICIÊNCIA AUDITIVA ():

- () Surdez moderada;
- () Surdez acentuada;
- () Surdez severa;
- () Surdez profunda.

c) DEFICIÊNCIA VISUAL ():

- () Cegueira;
- () Visão subnormal;
- () Visão monocular.

d) DEFICIÊNCIA MENTAL ():

Qual? _____

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10) DA PATOLOGIA: _____

Possível Causa: _____

Idade de início da doença: _____ Idade Atual: _____

Informar o grau ou nível da deficiência: _____

Data da emissão deste Laudo: _____.

Nome do médico / Especialidade / CRM / Carimbo

INFORMAÇÕES GERAIS

O candidato deverá, encaminhar pela internet, conforme prazos estipulados do Anexo I e Regras especificadas neste Edital. O laudo médico deverá estar em conformidade com as exigências do subitem 7.9 do Edital:

- a) Ter data de emissão de, no máximo, 06 (seis) meses a contar da publicação deste edital;
- b) Constar o nome e o número do Documento de Identificação do candidato;
- c) Descrever a espécie e o grau ou nível da deficiência, bem como a provável causa dessa deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10);
- d) O laudo deverá ser legível e conter o nome do médico, a assinatura, o número do CRM desse especialista na área de deficiência/doença do candidato e o carimbo; caso contrário, o laudo não terá validade.

PUBLICAÇÃO P.P 016/2020-S.R.P

Publicação Nº 2358515

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de um veículo novo zero km, modelo furgão, teto alto, ano/modelo no mínimo 2019/2020, para a Polícia Militar de Sombrio/SC, obedecendo as demais especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I). Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 03 de março de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h30min do dia 03 de março de 2020.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta feira ou pelo tel. (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO P.P 017/2020-S.R.P

Publicação Nº 2358932

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

Objeto: A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos do município de Sombrio/SC, em aterro sanitário, devidamente licenciado, em conformidade com edital e seus anexos em especial o disposto no Anexo I – Termo de Referência.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 04 de março de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h30min do dia 04 de março de 2020.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Sul Brasil**PREFEITURA****DECRETO Nº 079-2020 DE 12-02-2020- SUPL SUPERÁVIT 2019 PM**

Publicação Nº 2358546

DECRETO Nº 079/2020 DE 12/02/2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 107.517,41 (cento e sete mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

05.003.0008.0243.0009.2.029- Atend. ao disp. no estatuto da Criança e Adolescente

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(285)	03093009	Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas	R\$ 15.000,00

05.004.0008.0241.0009.2.030- Atendimento a Terceira Idade

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(287)	03423042	Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas	R\$ 10.000,00

05.002.0008.0244.0009.2.033- Atendimento aos Programas de Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(290)	03653865	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 6.457,15
3.3.90.00(291)	03653565	Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas	R\$ 2.126,26

06.003.0026.0782.0011.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(294)	03393019	Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas -	R\$ 43.642,19

05.001.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(292)	03383038	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas	R\$ 15.255,76

05.001.0010.0305.0008.2.023- Vigilância Epidemiológica em Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(293)	03383038	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas	R\$ 15.036,05

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor 107.517,41 (cento e sete mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2019.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 12 de fevereiro de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

PREGAO 009/2020

Publicação Nº 2359911

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 019/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2020

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, FABRICAÇÃO NACIONAL, TIPO CAMINHONETE PICK-UP, MÍNIMO 2 PORTAS, CABINE DUPLA, PARA 4 OCUPANTES

Recebimento dos envelopes: 09:00 horas do dia 03 de março de 2020

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 03 de março de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 17 de fevereiro de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2020 – REURB AZALÉIA

Publicação Nº 2359071

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2020 – REURB AZALÉIA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacchini nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico www.tigrinhos.sc.gov.br, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo neste ato representado pelo Chefe do poder Executivo, senhor DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, nascido aos 07-07-1961, filho de Arnildo José de Oliveira e de dona Ivanilde Provin de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da CI RG nº 1.273.745-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 589.844.969-87, domiciliado e residente na Linha Lowis, s/nº, interior, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico gabinetetg@mhnet.com.br; no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA, na forma do artigo 31, §§ 1º e 5º, da Lei Federal nº 13.465/17, o casal Teodolino Frandoloso, nascido aos 18-10-1932, filho de Onorino Frandoloso e de dona Eliza Anzanelo, portador da CI RG nº 5.041.378-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 065.205.109-04, casado pelo regime da comunhão universal de bens, aos 06-04-1963, com dona Celmira Herminda Frandoloso, nascida aos 15-12-1937, filha de Oscar João Stamm e de dona Emilia Thereza Stamm, portadora da CI RG nº 12R-2.164.324-SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 621.191.689-20; Certidão de Casamento Matrícula 108266 01 55 1963 2 00001 168 0000250 73, do Ofício de Registro Civil de Maravilha - SC; bem como todos os seus herdeiros necessários, com domicílio e residência em lugar ignorado, incerto ou inacessível, que tramita perante o Município de Tigrinhos - SC, procedimento de Regularização Fundiária Urbana - REURB, Processo Administrativo nº 013/2020, instaurado aos 23-01-2020, que tem por objetivo regularizar o "núcleo urbano informal consolidado", localizado na esquina da Avenida Felipe Bacchini com a Rua dos Pinhais, no Bairro Lajeado Tigre, Município de Tigrinhos-SC; sobre parte do imóvel denominado: Lote Rural nº (130), da Gleba 01, situada no imóvel denominado "Trindade", localizado no Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Dezoito ares e sessenta e nove centiares" (0,1869 ha), ou "Um mil, oitocentos e sessenta e nove metros quadrados" (1.869,00 m²), matriculado sob nº 7.113, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha - SC. Referido imóvel é objeto de procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana, na modalidade REURB-E, e utilizando o instrumento de Legitimação Fundiária, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito pelo profissional Diego Eckert - Engenheiro Agrimensor - CREA/SC 147.966-5, acompanhado de ART, para emissão de matrículas individualizadas aos ocupantes dos referidos lotes. Não sendo apresentada impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceito o teor deste Edital, e haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana - REURB do mencionado "núcleo urbano informal consolidado", para evitar lesão aos padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos ocupantes, nos termos do artigo 31, § 6º, da Lei Federal nº 13.465/17.

Tigrinhos – SC, 14 de fevereiro de 2020.

Derli Antonio de Oliveira
Chefe do poder Executivo

PORTARIA 094/2020

Publicação Nº 2360446

PORTARIA Nº. 094/2020, DE 17 FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 928/2018 de 28 de Novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder para a Secretaria Municipal de Saúde, Sra. SOLANGE MARGARETE TESKE, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 500,00 cada, totalizando o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 18 a 21 de Fevereiro de 2020, Com objetivo de participar da Reunião da CIB, Hospital São José Oftalmologia, Cosems e Secretaria de Saúde do Estado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de fevereiro de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

TERMO DE CONVOCAÇÃO - KATIUCIA REGINA STERTZ POERNER

Publicação Nº 2360444

TERMO DE CONVOCAÇÃO

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos – SC, em conformidade com o Edital Processo Seletivo nº. 002/2019 e o Decreto Nº. 105/2020, CONVOCAR a Sra. KATIUCIA REGINA STERTZ POERNER, Aprovada em 1º lugar, para assumir no prazo de 07 (sete) dias a Vaga de Monitor de Música e/ou Violão, 10 horas semanal, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentando a documentação/habilitação necessária junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Esta convocação entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Tigrinhos/SC, 17 de Fevereiro de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Recebi em: ____/____/____.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE EXCLUSÃO DOS ITENS 1,2,3,4 (ESPECIFICAÇÃO) DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043.PMT.2020

Publicação Nº 2358556

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE EXCLUSÃO DE ITENS

PROCESSO LICITATÓRIO nº 043/PMT/2020

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 024/PMT/2020

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a EXCLUSÃO dos ITENS: 1,2,3 e 4 (Especificação) do pregão presencial REGISTRO DE PREÇO nº 024/PMT/2020. Os demais itens ficam mantidos, onde será aberto no dia 18 de Fevereiro, às 08h00min..

Motivo: Má elaboração da especificação dos itens;

Tijucas/SC 14 de fevereiro de 2020

EXTRATO TERMO DE CONTRATO 002/FCTT/2020

Publicação Nº 2358692

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/FCTT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/PMT/20 –DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL E TRADIÇÃO DE TIJUCAS.

CONTRATADA: VISUAL SIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de Letreiros (Letra Bloco), em PVC de 100MM, nos Tamanhos 0,88X5,89 para o Prédio do Anfiteatro “Leda Regina de Souza” e Centro de eventos “Joao Bayer Neto”, da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos e Fundação Cultural e Tradição do município de Tijucas/SC.

VALOR: R\$ 1.986,00 (Um mil novecentos e oitenta e seis reais)

Tijucas/SC, 13 de fevereiro de 2020

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 028/PMT/2020

Publicação Nº 2358678

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 028/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/PMT/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS

CONTRATADA: VISUAL SIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE LETREIROS (LETRA BLOCO), EM PVC DE 100MM, NOS TAMANHOS 0,88X5,89 PARA O PRÉDIO DO ANFITEATRO “LEDA REGINA DE SOUZA” E CENTRO DE EVENTOS “JOAO BAYER NETO”, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E FUNDAÇÃO CULTURAL E TRADIÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

VALOR: R\$ 1.438,00 (Um mil quatrocentos e trinta e oito reais)

TIJUCAS/SC, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/PMT/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/PMT/2020

Publicação Nº 2358617

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 060/PMT/2020

Dispensa de Licitação nº 024/PMT/2020

Objeto: Aquisição de Persianas para o Centro de eventos "Joao Bayer Neto", da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC..

Contratado: MICHELLA VARGAS ME

Valor: R\$. 7.332,00 (Sete mil trezentos e trinta e dois reais)

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e Art. 23, inciso II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 076/2020/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 06/2020 FMS

Publicação Nº 2358850

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 06/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Cirúrgica Alto Feliz Comércio Atacadista Eireli ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Timbé do Sul, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ R\$ 92.911,80 (noventa e dois mil, novecentos e onze reais e oitenta centavos) global estimado

Vigência: de 31/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 07/2020 FMS

Publicação Nº 2358852

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 07/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Timbé do Sul, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ 223.833,60 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta centavos) global estimado

Vigência: de 31/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 08/2020 FMS

Publicação Nº 2358855

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 08/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Timbé do Sul, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ 22.832,50 (vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) global estimado

Vigência: de 31/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 09/2020 FMS

Publicação Nº 2358857

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 09/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Cirúrgica Alto Feliz Comércio Atacadista Eireli ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Timbé do Sul, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ 109.023,60 (cento e nove mil, vinte e três reais e sessenta centavos) global estimado

Vigência: de 31/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 10/2020

Publicação Nº 2358858

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 10/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Timbé do Sul, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ 68.888,20 (sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos) global estimado

Vigência: de 31/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 15/2020

Publicação Nº 2358829

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 15/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Marialva Cadorin Crepaldi

Objeto: Prestação de serviços de monitor de artesanato, para desenvolver o projeto "Fazendo arte com as mãos", para os beneficiários (munícipes) do Programa Bolsa Família inseridos no Sistema de Proteção de Atendimento Integral as Famílias – PAIF

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensal

Vigência: de 13/01/2020 a 13/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 16/2020

Publicação Nº 2358830

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 16/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Eduarda Peterle Bernhardt

Objeto: Prestação de serviço de Engenheiro Civil, devidamente inscrito no CREA para atuar junto ao departamento da estrutura organizacional do Município, durante o exercício de 2020.

Valor: R\$ 1.540,00 (um mil, quinhentos e quarenta reais) mensal

Vigência: de 20/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 17/2020

Publicação Nº 2358832

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 17/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: CIASS – Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios

Objeto: Prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Valor: R\$ 10.505,42 (dez mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Vigência: de 20/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO 18/2020

Publicação Nº 2358833

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 18/2020

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura Rodoviária da Amesc – CINFRA

Objeto: Promover e executar ações na área de infraestrutura e desenvolvimento de interesses comuns dos Municípios Consorciados

Valor: R\$ 39.999,96 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

Vigência: de 20/01/2020 a 31/12/2020

Timbó

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 01.2019 FUMREPOM

Publicação Nº 2359515

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2019 – FUMREPOM
INTERESSADAS: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. EPP
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP
POLI CONSTRUÇÕES LTDA. EIRELI
CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. EPP

Às quinze horas, do décimo quarto dia, do mês de fevereiro de dois mil e vinte (14/02/2020), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, para Julgamento da Habilitação das empresas interessadas no processo licitatório Tomada de Preço nº. 01/2019 - FUMREPOM.

Analisada toda a documentação juntada aos autos, aliada ao parecer técnico contábil e do Setor de Engenharia, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decide-se pela habilitação das seguintes empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. EPP, POLI CONSTRUÇÕES LTDA. EIRELI e CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, interessadas na reforma e ampliação da Sede da 2ª Cia de Polícia Militar de Timbó.

Ato contínuo, a Comissão de Licitações decide pela inabilitação da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, por não atender integralmente o subitem 7.1.6 do Edital, conforme parecer técnico do setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Timbó.

Ficam as empresas interessadas intimadas do inteiro teor desta ata para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Os envelopes da proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

DAVI BERRI Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
--------------------------	----------------------------	-------------------------

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 201 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2358571

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 201
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

A Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "CARLOS ROBERTO RAASCH", situado do lado par da Rua Bahia, distando pelo lado esquerdo (ponto OPP) em 30,20 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Marechal Floriano Peixoto, nesta Cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 701,71m² (Setecentos e um metros e setenta e um decímetros quadrados), processo D-21/2019 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente CARLOS ROBERTO RAASCH, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 16.660, datado de 26 de novembro de 2019 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional, Guilherme Augusto Anesi, Engenheiro Florestal, CREA/SC 125898-3, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 29.044, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.08.006.0039 constituído de 01 (um) lote e mais área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 10 de fevereiro de 2020.

BRUNA DE ANDRADE
Secretária de Planejamento, Trânsito,
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.
Município de Timbó.

Vivian Luciane Maas Barbosa
Arquiteta e Urbanista
CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 35.2020 PMT

Publicação Nº 2359645

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2020 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI, CNPJ nº. 11.385.969/0001-44, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 21/02/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de fevereiro de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81.2019 PMT - POSTO FRATELLI

Publicação Nº 2359521

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, POSTO FRATELLI LTDA, CNPJ Nº 02.594.135/0001-58 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 81/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 24/02/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 14 de fevereiro de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO - PP 02-2020 - RESTAURAÇÃO DAS PEÇAS DECORATIVAS DE PASCOA

Publicação Nº 2359549

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA JULGAMENTO ALUSIVO À HABILITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 FCT

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO, CRIAÇÃO, CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PEÇAS ARTÍSTICAS DECORATIVAS EM ESTRUTURA METÁLICA E OUTROS MATERIAIS, A SEREM UTILIZADOS COMO DECORAÇÃO DE PÁSCOA DURANTE O PERÍODO DE 21 DE MARÇO A 13 DE ABRIL DE 2020

RECORRENTE: FABIO MARTINS DE SOUZA EPP

RECORRIDO: PABLO PEREIRA ME

I. RELATÓRIO

A Fundação de Cultura e Turismo de Timbó – FCT lançou em 22/01/2020 o processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, Edital de Pregão Presencial nº 0/2020 FCT tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPE-RAÇÃO, CRIAÇÃO, CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE PEÇAS ARTÍSTICAS DECORATIVAS EM ESTRUTURA METÁLICA E OUTROS MATERIAIS, A SEREM UTILIZADOS COMO DECORAÇÃO DE PÁSCOA DURANTE O PERÍODO DE 21 DE MARÇO A 13 DE ABRIL DE 2020.

Na seção do dia 04/02/2020 compareceram ao certame duas empresas, sendo estas FABIO MARTINS DE SOUZA EPP e PABLO PEREIRA ME, onde após a fase de lances sagrou-se vencedora Fabio Martins de Souza EPP com o valor de proposta de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ficando em segundo lugar Pablo Pereira ME com a proposta de R\$ 90.900,00 (noventa mil reais e novecentos centavos). Superada a etapa, seguindo o rito procedimental passou-se a abertura do envelope de habilitação da vencedora, momento em que, após análise dos documentos, fora aventado pela segunda colocada que os atestados apresentados pela empresa Fabio Martins de Souza EPP não atendiam ao que preconizava o item 7.3.4 alínea "a" do edital, especificamente por não comprovar a execução de, no mínimo, 20 (vinte) peças com dimensão mínima de 60x60cm, motivo pelo qual o pregoeiro decidiu pela inabilitação da empresa Fabio Martins de Souza, declarando vencedora então a empresa Pablo Pereira ME, com proposta negociada no valor de R\$ 83.200,00. Manifestada a intenção de recurso, a empresa Fabio Martins de Souza apontou interesse, motivo pelo qual abriu-se o prazo de 3 dias úteis para sua apresentação e sucessivamente para contrarrazões pela empresa Pablo Pereira ME.

Em 06/02/2020 a empresa Fabio Martins de Souza EPP apresentou recurso contra sua inabilitação, onde, em síntese, solicitou preliminarmente o efeito suspensivo do processo até seu julgamento final com a consequente revisão da decisão para declará-la habilitada, pois além de se tratar de decisão exagerada e desproporcional, ao contrário do que afirmou o concorrente e entendido pelo pregoeiro, cumpriu integralmente a exigência do item 7.3.4 alínea "a" do edital, tanto que apresentou dois atestados e registro fotográfico que, ao todo, comprovam a execução de 23 peças (sendo duas com mais de 3 metros de altura - cavalo e Coelho e outras 21 peças com mais de 60x60, o que atenderia as 2 com dimensões mínimas de 3 metros e as 20 com dimensões mínimas de 60x60cm). Asseverou que: - sua qualificação é de conhecimento do município eis que já prestou serviços ao mesmo em outros eventos como páscoa e natal; - a exigência do item 7.3.4 do edital traz excesso de preciosismo, se apegando de forma extrema ao formalismo, notadamente em licitação cujo foco é o menor preço; - desde que não cause prejuízo ao erário, não poderia ser excluída por questões irrelevantes como omissões ou irregularidades formais na documentação ou na proposta, como o caso em questão onde se está exigindo que o atestado transcreva literalmente a execução da quantidade de peças, quando o conjunto do acervo (fotos e atestados) demonstram claramente a execução das quantidades mínimas exigidas; - a sua proposta é a mais vantajosa para a administração sendo que a do segundo colocado é 1/3 maior que a sua; - o objetivo da licitação pela modalidade pregão é a obtenção da proposta de menor valor; - as formalidades na habilitação não podem ser um fim em si mesmas, adotando como exemplo o que dispõe o art. 25, §4º do decreto federal nº 5.450/05, que, ao tratar do pregão autoriza que a habilitação possa ser realizada pelo órgão promotor diretamente no sítio oficial como meio de provar as qualificações da empresa concorrente; - a decisão afronta inclusive preceito editalício do item 16.3, que autoriza o pregoeiro a relevar omissões puramente formais nas propostas e documentos, bem como sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; - e traz doutrina e jurisprudência sobre o formalismo no processo licitatório.

Em 12/02/2020 a Empresa Pablo Pereira ME apresentou contrarrazões onde, em suma: - defende a decisão tomada pelo pregoeiro asseverando sua correção aos ditames da lei e do edital, notadamente por não ter a empresa recorrente demonstrado em seu acervo a quantidade mínima exigida, o que, ao contrário do que imagina e defende, não é irrelevante e meramente formal, mas sim necessário à demonstração da qualidade mínima para ser contratada; - aduz que ao participar do certame a empresa se sujeita as regras nele constantes, as quais não podem ser simplesmente ignoradas; - reitera que não cabe efeito suspensivo ao recurso proposto e que a própria recorrente reconhece o descumprimento ao edital ao afirmar que não consta dos atestados as quantidades exigidas, se resumindo a alegar que a prova estaria nos registros fotográficos onde constam 23 unidades/peças; - assevera que a licitação deve ser julgada de forma objetiva e que admitir a habilitação da recorrente seria imputar subjetivismo ao edital, o que afronta a lei de licitações; - destaca que o edital em seu item 7.6 é categórico em informar que a ausência ou ilegibilidade de documentos e declarações acarreta a inabilitação da empresa e que não há excesso de formalidade em o pregoeiro exigir o cumprimento do edital, ao revés, trata-se de julgamento objetivo, igualdade de condições a todos os participantes e estrito cumprimento do dever legal; - cita jurisprudências acerca da vinculação ao instrumento licitatório, estabelecendo a importância da manutenção da decisão nos moldes proferidos. Com relação ao valor ofertado, aduz que sua proposta está de acordo com os valores consignados pela administração como referência e que a disparidade está no fato da recorrente ser MEI, onde a carga tributária é menor. Alega ainda a impossibilidade de contratação, por MEI, de mais que um ajudante e que a exigência de qualificação técnica em pregão cujo objetivo é o menor preço não seria o meio mais adequado, conforme orientação da doutrina. Destaca que a sessão pública encontra-se disponível para consulta na internet onde pode ser confirmada a legalidade dos atos praticados. Assevera que além do atestado com problemas, também há nos documentos da recorrente certidão vencida, em especial a exigida no item 5.8.1 do edital, alusiva ao enquadramento da mesma na condição de MEI. Por fim reitera sua condição técnica para realizar o objeto da licitação e solicita o recebimento das contrarrazões sendo mantida a decisão do pregoeiro, indeferindo o recurso proposto pela empresa Fabio Martins De Souza EPP, não conferindo efeito suspensivo ao recurso.

O processo foi encaminhado a esta Presidência para, nos termos do item 14.9 do edital, proferir análise e julgamento.

É o breve relato dos fatos, passamos a análise dos recursos e contrarrazões.

II. PRELIMINARMENTE

Da tempestividade:

Registra-se que não só o recurso como as contrarrazões são tempestivos, eis que protocoladas nos prazos previstos no art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, estando aptos, portanto, para análise e decisão desta Assessoria.

III. DO MÉRITO

Vistos e examinados os autos constata-se que a celeuma gira em torno da aceitação de determinada forma de comprovação das exigências editalícias.

Embora a recorrente não tenha apresentado em um dos atestado exigidos o número de peças a que se refere, apresentou relatório fotográfico (também exigido no edital) contendo a quantidade de peças necessárias para sua habilitação.

Com o devido respeito a ao entendimento do pregoeiro e da recorrida, as exigências editalícias não podem ser interpretada a ponto de por si só descumprirem os princípios afetos à administração pública (com destaque a eficiência) preceitos básico decorrentes da normativa afeta as licitação/Lei nº. 8.666/93 (em especial o art. 3º, onde consta que "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração ... e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade ... do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."), cabendo ao operador, ao bem do interesse público - coletivo e do real objetivo do edital, instrumentalizar as formas de modo a verificar e fazer cumprir o real propósito editalício, o que, no direito administrativo é consagrado pelo princípio do formalismo moderado, cada vez mais aceito, exigido e aplicado não apenas nos processos licitatórios mas inclusive nas decisões judiciais que avaliam o tema.

Neste viés cabe destacar:

- O Acórdão nº 357/2015 do TCU que constitui corrente dominante sobre o tema e assim expressamente dispõe:

"REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." Grifamos.

- Da recentíssima decisão proferida em 21/01/2020 pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó nos autos do Mandado de Segurança nº 5000118-22.2020.8.24.0073/SC, onde, de forma similar, ao avaliar determinada questão do edital, entendeu que além da mesma tratar de condição desproporcional e não atender aos reais propósitos, o licitante deveria ser mantido no certame, sagrando-se vencedor, senão vejamos:

"... o impetrado Sócrates agiu com acerto ao determinar "a revisão da decisão da comissão permanente de licitação para considerar CLASSIFICADA SUA PROPOSTA, e por consequência a REVISÃO DO CÁLCULO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO" (anexo 24 - evento 1).

...
não há obrigatoriedade em apresentar as declarações questionadas nesta demanda

...
Como se vê, as declarações mencionadas no item 8.8 do edital mostram-se desnecessárias, porquanto sua finalidade encontra proteção no contrato, o qual obrigatoriamente deverá ser assinado pela empresa que vier a vencer o certame.

...
o procedimento licitatório rege-se pelo princípio da ampla concorrência, razão pela qual exigir tamanho formalismo não se mostra razoável.

...
Assim, entendo que não há elementos que evidenciam a probabilidade do direito da parte autora.

...
Ante o exposto, inferido a medida de urgência."

Sobre o formalismo, ensina Marçal Justen Filho que:

"Os diplomas legis podem ser mais ou menos formalistas. Isso não autoriza o formalismo do intérprete. Não pode transformar-se em autômato, pretendendo localizar a mais rigorosa compatibilidade entre o mundo dos fatos e o texto escrito de uma lei. A lei não é elaborada para bastar-se a si mesma, tal como se os fins do direito fossem menos relevantes do que as palavras do legislador. Como ensinou Engisch, "não só a lei pode ser mais inteligente do que o seu autor, como também o intérprete pode ser mais inteligente do que a lei". Portanto, aplicar a lei nº 8.666 não consiste numa mera atividade mecânica, derivada da simples inteligência do sentido das palavras. É necessário compreender os valores através do diploma, verificar os fins a ser atingidos e escolher a solução mais compatível com todos os princípios jurídicos consagrados pelo Direito Brasileiro.

...
A administração está constrangida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins....A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou Edital devem ser interpretadas como instrumentais.

...
Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já decidiu 'em direito público, só se declara nulidade de ato ou de processo quando da inobservância de formalidade legal resulta prejuízo.'

...
Nesse panorama, deve-se interpretar a lei e o Edital como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o

preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilitação dos envolvidos dos envolvidos em conduzir do modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa.” Grifamos.

Analisando os documentos do licitante, aliado ao interesse público-coletivo (que deve permear toda decisão envolvendo a administração), se constata que o conjunto probatório acostado pelo recorrente junto ao certame e neste momento impugnado pelo recorrido, atende aos preceitos editalícios. Cabe destacar que o entendimento do pregoeiro, salvo melhor juízo, ao inabilitar o recorrente se ateve única e exclusivamente a literalidade do edital, desconsiderando todos os demais fatores, com destaque a documentação juntada pelo recorrente e proposta mais vantajosa.

Ademais, a habilitação daquele que apresenta documentação com vícios sanáveis, como no caso, inclusive é assegurado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, conforme infere-se, mutatis mutandis, da seguinte ementa:

“LICITAÇÃO - EMPRESA INABILITADA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO SEM A DEVIDA ATUALIZAÇÃO - VÍCIO PASSÍVEL DE SANEAMENTO. Inadmissível considerar inabilitada empresa que preenche as exigências editalícias e cuja documentação contém mera irregularidade, sanável a qualquer tempo. LICITAÇÃO - FALHA FORMAL SUPERADA POR OUTROS ELEMENTOS CONSTANTES NO CERTAME LICITATÓRIO. Preenchidos todos os requisitos necessários para apurar a idoneidade e a capacitação fiscal de um concorrente, não há que se considerar inabilitado aquele que não cumprir determinação de ordem meramente formal e que não acarreta qualquer prejuízo à lei, à Administração e aos demais licitantes. MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PROCESSO FINDO - INEFICÁCIA DO MANDAMUS - EVENTUAL DIREITO À INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - VIAS ORDINÁRIAS. O fato da impetrante juntar, erroneamente, documento desatualizado, resulta de sua negligência. Por isso e, tendo em vista que o processo licitatório está encerrado, com o provável cumprimento do contrato, o mandamus se mostra ineficaz para o fim a que se destina, restando ao impetrante, o direito de pleitear, nas vias ordinárias, eventual indenização por perdas e danos.” (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2002.004508-0, de São Francisco do Sul, rel. Des. Volnei Carlin, Primeira Câmara de Direito Público, j. 29-08-2002).

Com relação aos argumentos da recorrida, que o valor apresentado pela recorrente seria inexecutível e que o documento alusivo da Junta comercial estaria vencido, não podem ser aceitos pois além de se tratarem de fatos novos não arguidos no momento oportuno (o que lhe acarretaria a decadência, conforme preceitua o art. 4º, inciso XX da Lei 10.520/2002 c/c item 8.1.10.3 do edital), não constituem fundamento suficiente a modificar a validade da proposta nem a habilitação da empresa recorrente.

Com relação à validade do documento exigido no item 5.8.1 do edital, destaca-se o que dispõe o texto editalício:

“5.8 - No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), participar da presente licitação com tratamento diferenciado das demais empresas, é obrigatória a apresentação, dos documentos abaixo especificados:

5.8.1 - Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, para comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), se for o caso, na forma do artigo 8º da Instrução Normativa n.º 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.”

Da leitura do edital fica evidente que sua exigência está vinculada única e exclusivamente para aplicar condição especial conferida às ME e EPP pela Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, sua validade não inabilita o concorrente à participar do certame mas sim somente o impede, caso vencedora, de ter-lhe garantido o direito às benesses que a Lei federal da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte possuem, v.g.: empate ficto, prazo para juntada de negativas fiscais.

Como no presente processo não houve aplicação nem solicitação por qualquer dos licitantes de qualquer benesse da Lei Complementar nº 123/2006, não há prejuízo ao recorrente no que tange a eventual vencimento da declaração apresentada.

Sobre o argumento de suposta inexecutibilidade da proposta nos termos do §1º do art. 48 da Lei 8.666/93, cabe a sua, onde consta que “Serão desclassificadas: ... II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecutíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. § 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecutíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou b) valor orçado pela administração.” sem grifo no original.

Infere-se do texto legal que a inexecutibilidade das propostas está atrelada a sua viabilidade de execução, assim compreendidos os critérios e condições especificadas no ato convocatório, sendo que as regras formais de aplicação de percentual contidas no parágrafo 1º se limitam à licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, não podendo adotar por analogia para todo e qualquer outro objeto, como o caso, que terão sua executibilidade verificada através dos critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

Além disso, analisando a proposta do recorrente com os orçamentos que compuseram o valor de referência (fls. 19 a 39 da licitação), infere-se que a mesma guarda total afinidade com os valores mínimos orçados pela administração, inexistindo assim motivo para sua desclassificação.

IV. DECISÃO

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e considerando os fundamentos acima DECIDE-SE pelo CONHECIMENTO DO RECURSO E CONTRARRAÇÕES, eis que tempestivos, e pelo DEFERIMENTO/PROVIMENTO dos pedidos

formulados pela empresa Fabio Martins de Souza EPP/Recorrente, e INDEFERIMENTO dos pedidos formulados pela empresa Pablo Pereira ME, determinando a revisão da decisão proferida pelo pregoeiro na sessão do dia 04/02/2020, de modo a considerar HABILITADA Fabio Martins de Sousa EPP com a melhor proposta de preço, com sua consequente adjudicação, nos termos do edital.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 14 de fevereiro de 2020

JORGE REVELINO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

DECRETO NO 5508, DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359622

DECRETO No 5508, DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Declara inservível para uso do Município, bem móvel registrado no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1429, de 12 de junho de 2019, no âmbito do Processo nº DAP-481,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

PMT – OBRAS		
Nº Tombo	Descrição do Bem	Valor Contábil R\$.
15995	ELEVADOR DE AUTOMÓVEL MODELO AUTOBOX SUPER 2500	2.800,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5499, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359618

DECRETO Nº 5499, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 199.147,89.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 199.147,89 (cento e noventa e nove mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	11.001.0012.0306.0222.2904.	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS NEIS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
811	0.30000	SUPRAVIT PNAE	199.147,89
		TOTAL	199.147,89

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5509, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359623

DECRETO Nº 5509, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 62.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	22.002.0013.0392.0360. 2690.	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	445000.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	
49	0.100000	RECURSOS LIVRE	62.000,00
		TOTAL	62.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.002.0013.0392.0360. 2690.	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	333500.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	
35	0.100000	RECURSOS LIVRE	62.000,00
		TOTAL	62.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5510, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359625

DECRETO Nº 5510, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	24.001.0026.0782.0380.2710.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
814	0.300000	RECURSOS LIVRES - SUPERÁVIT	150.000,00
		TOTAL	150.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5511, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359629

DECRETO Nº 5511, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 12.649,44.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 12.649,44 (doze mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	25.01.017.512.0391.1721.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	25.01.017.512.0391.1721.	TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	
	25.01.017.512.0391.1721.	ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
105	0.60000	RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERÁVIT	12.649,44
		TOTAL	12.649,44
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	12.649,44

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5472, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359539

DECRETO Nº 5472, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Concede auxílio financeiro para entidades deste Município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 3117, de 17 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido auxílio financeiro no montante total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na proporção de R\$ 11.000,00 (onze

mil reais), para o exercício 2020, a cada uma das seguintes entidades:

I – Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, CNPJ nº 09.614.570/0001-46, com sede na Rua Pomeranos, s/nº, Bairro São Roque, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção;

II – Sociedade Recreativa e Desportiva Alegria, CNPJ nº 86.379.112/0001-10, com sede na Rua Edmundo Bell, s/nº, Bairro Dona Clara, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção;

III – Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro, CNPJ nº 83.793.497/0001-70, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 7155, Bairro das Nações, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais), dos quais R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) serão destinados a manutenção e R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) destinados a equipamentos;

IV – Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, CNPJ nº 82.776.246/0001-14, com sede na Estrada Geral Mulde Alta, s/nº, Bairro Mulde Alta, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a equipamentos;

V – Esporte Clube Água Verde, CNPJ nº 72.557.903/0001-89, com sede na Rua Alwin Schumann, nº 330, Bairro Pomeranos, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais), dos quais R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) serão destinados a manutenção e R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) destinados a equipamentos;

VI – Clube Caça e Tiro Frederico Donner, CNPJ nº 86.379.104/0001-74, com sede na Rua Aristiliano Ramos, nº 1.439, Bairro das Capitais, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção;

VII – Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, CNPJ nº 83.146.019/0001-78, com sede na Rua Edmundo Bell, nº 177, Bairro Dona Clara, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção;

VIII – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, CNPJ nº 83.792.960/0001-69, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 4406, Bairro das Nações, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção;

IX – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Duque de Caxias, CNPJ nº 82.775.115/0001-12, com sede na Rua Geral de Mulde Central s/nº, Bairro Mulde Central, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção;

X – Clube Ginástico Guairacás, CNPJ nº 82.775.099/0001-68, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 950, Bairro Centro, Timbó/SC, sendo R\$ 11.000,00 (onze mil reais) destinados a manutenção.

§1º Os valores deverão ser destinados exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades ou equipamentos das entidades mencionadas neste artigo, decorrentes do apoio e parcerias realizadas com a Fundação de Cultura e Turismo serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Os valores serão repassados em parcela única no ano de 2020, após cumpridos os requisitos constantes no Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§3º As entidades terão prazo até 30 de novembro de 2020 para utilização dos valores e realização da respectiva prestação de contas.

§4º O presidente de cada entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§5º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§6º A não utilização dos valores no prazo estabelecido, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento dos numerários ao Poder Executivo.

Art. 2º As despesas previstas no art. 1º correrão à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2020 da Fundação de Cultura e Turismo, com a seguinte classificação:

22.003.0013.0392.0207.2698.34450 – EQUIPAMENTOS

22.003.0013.0392.0207.2698.33350 – MANUTENÇÃO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5473, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359545

DECRETO Nº 5473, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Concede auxílio financeiro para entidades deste Município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 3116, de 17 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido auxílio financeiro no montante total de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), na proporção de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a cada uma das seguintes entidades, para o exercício 2020:

I – Associação de Moradores do Bairro São Roque, CNPJ nº 79.374.054/0001-77, com sede à Rua Pomeranos, nº. 6548, Bairro São Roque, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção;

II – Associação de Moradores do Bairro Dona Clara, CNPJ nº 79.373.882/0001-90, com sede à Rua Dona Clara, s/nº, Bairro Dona Clara, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dos quais R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) destinados a manutenção e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a equipamentos;

III – Associação de Moradores do Bairro das Nações, CNPJ nº 79.358.503/0001-93, com sede na Rua Inglaterra, nº 630, Bairro das Nações, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dos quais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinados a manutenção e R\$ 1.000,00 (mil reais) a equipamentos;

IV – Associação Esportiva e Recreativa do Bairro Padre Martinho Stein, CNPJ nº 28.001.125/0001-55, com sede na Rua Jambeiro, nº 100, Bairro Padre Martinho Stein, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção;

V – Associação de Moradores do Bairro Araponguinhas, CNPJ nº 79.358.552/0001-26, com sede na Rua Tupiniquim, s/nº, Bairro Araponguinhas, Timbó – SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção;

VI – Associação de Moradores do Bairro Pomeranos, CNPJ nº 73.879.595/0001-89, com sede na Rua Alwin Schumann, nº 330, Bairro Pomeranos, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dos quais R\$ 3.000,00 (três mil reais) destinados a manutenção e R\$ 3.000,00 (três mil reais) a equipamentos;

VII – Associação de Moradores do Bairro Travessão dos Tiroleses, CNPJ nº 04.190.402/0001-57, com sede na Rua Travessão dos Tiroleses, s/nº, Bairro Travessão dos Tiroleses, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção;

VIII – Associação de Moradores da Comunidade de Tiroleses, CNPJ nº 74.028.143/0001-48, com sede na Rua Tiroleses, s/nº, Bairro Tiroleses, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção e/ou equipamentos;

IX – Associação de Moradores do Bairro Mulde Alta, CNPJ nº 02.318.258/0001-66, com sede na TBO-440, s/nº, Bairro Mulde Alta, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção;

X – Associação de Moradores do Bairro dos Estados, CNPJ nº 05.399.730/0001-20, com sede na Rua Frei Bruno, nº 33, Bairro dos Estados, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção.

XI – Associação de Moradores do Bairro Mulde, CNPJ nº 20.127.249/0001-70, com sede na Estrada Geral Mulde Central, s/nº, Bairro Mulde, Timbó/SC, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados a manutenção.

§1º Os valores deverão ser destinados exclusivamente às finalidades indicadas pelas entidades mencionadas neste artigo, decorrentes do apoio e parcerias realizadas com a Fundação Cultural de Timbó, e serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Os valores serão repassados em parcela única no ano de 2020, após cumpridos os requisitos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§3º As entidades terão prazo até 30 de novembro de 2020 para utilização dos valores e realização da respectiva prestação de contas.

§4º O presidente da cada entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§5º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§6º A não utilização dos valores no prazo estabelecido, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento dos numerários ao Poder Executivo.

Art. 2º As despesas previstas no art. 1º correrão à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2020 da Fundação de Cultura e Turismo, com a seguinte classificação:

22.003.0013.0392.0207.2698.34450 – EQUIPAMENTOS

22.003.0013.0392.0207.2698.33350 – MANUTENÇÃO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5474, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359615

DECRETO Nº 5474, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Concede auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas às entidades deste Município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 3122, de 17 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido auxílio financeiro para o exercício 2020 às entidades abaixo descritas, nos seguintes valores:

I – À Associação dos Moradores do Bairro das Nações (CNPJ nº 79.358.503/0001-93), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da modalidade de Bocha, futebol de campo e manutenção da entidade, o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais);

II – Ao Clube Ginástico Guairacás (CNPJ nº 82.775.099/0001-68), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes das modalidades esportivas Bolão 16 e Tênis de Campo, e a manutenção da entidade, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III – À Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó (CNPJ nº 83.792.960/0001-69), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes da modalidade de Bolão 23 e manutenção da entidade, o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais);

IV – À Associação Timboense de Tênis de Mesa (CNPJ nº 11.307.516/0001-08), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes da modalidade de Tênis de Mesa e manutenção da entidade, o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);

V – Ao Clube Caça e Tiro Frederico Donner (CNPJ nº 86.379.104/0001-74), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes das modalidades de Bolão 23, Tiro Esportivo Armas Curtas, Longas, Seta e Escolinha de Tiro, incluindo a compra da munição que é utilizada nos treinos e competições, e manutenção da entidade, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

VI – À Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade (CNPJ nº 86.793.679/0001-40), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da equipe da modalidade de Vôlei de Quadra, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

VII – À Associação Esportiva T-REX Futebol Americano (CNPJ nº 08.295.923/0001-20), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da modalidade de Futebol Americano, e manutenção da entidade, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

VIII – À Associação dos Servidores Públicos Municipais de Timbó (CNPJ nº 83.794.545/0001-44), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da modalidade de futsal, futebol de campo e manutenção da entidade, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IX – À Associação de Moradores do Bairro dos Estados (CNPJ nº 05.399.730/0001-20), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da modalidade de Futebol de Campo, futsal, e manutenção da entidade, o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais);

X – À Associação Desportiva e Cultural CETISA (CNPJ nº 12.200.731/0001-60), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da modalidade de Vôlei de Quadra e manutenção da entidade, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

XI – À Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica de Timbó (CNPJ nº 00.221.730/0001-12), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da equipe de Ginástica Rítmica, o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

§ 1º O repasse de que trata a presente lei não impede a Fundação Municipal de Esportes a investir diretamente através de recursos próprios nas modalidades esportivas mencionadas.

§ 2º Estes auxílios em nenhuma hipótese poderão ser aplicados no pagamento de qualquer despesa de recursos humanos, estagiários, consultorias ou outra relacionada à pessoal.

Art. 2º Os valores serão repassados em parcela única no ano de 2020, após cumpridos os requisitos constantes no Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§1º As entidades terão prazo até 30 de novembro de 2020 para utilização dos valores e realização da respectiva prestação de contas;

§2º O presidente de cada entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§3º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§4º A não utilização dos valores no prazo estabelecido, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento dos numerários ao Poder Executivo.

Art. 3º As despesas previstas no art. 1º correrão à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2020 da Fundação Municipal de Esportes, com a seguinte classificação:

19.002.0027.0813.0207.2669.33350 - MANUTENÇÃO

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 33.2020 - PMT

Publicação Nº 2359569

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Solar Empreendimentos Imobiliários Ltda.

OBJETO: Alienação de bens imóveis de propriedade do Município, autorizada pelo legislativo através da Lei Complementar nº 531 de 08/11/2019, nas condições em que se encontram, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: A contratada pagará ao Município o valor de R\$ 85.111,00 (oitenta e cinco mil cento e onze reais) correspondente ao item 12.

DATA DA ASSINATURA: 13/02/2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 34.2020 - PMT

Publicação Nº 2359573

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Sales Empreendimentos Imobiliários Ltda.

OBJETO: Alienação de bens imóveis de propriedade do Município, autorizada pelo legislativo através da Lei Complementar nº 531 de 08/11/2019, nas condições em que se encontram, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: A contratada pagará ao Município o valor de R\$ 72.112,00 (setenta e dois mil cento e dois reais) correspondente ao item 04.

DATA DA ASSINATURA: 13/02/2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO 1821, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359500

PORTARIA No 1821, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(Fundo Municipal de Educação)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ELIANE TAVARES KRUGER (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc.Seleti- vo 04/2019)	4040965	3	30/10/1982	079.901.089-84	44h	20/01/2020 a 31/03/2020
JANETE BOGO VIEIRA (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc.Seleti- vo 04/2019)	145920	9	05/07/1967	690.556.379-04	44h	20/01/2020 a 31/03/2020
JULIA DA SILVA MI- RANDA (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc.Seleti- vo 04/2019)	404135137	0	27/03/1992	006.536.182-20	44h	20/01/2020 a 31/03/2020
RAIMUNDA DOS SAN- TOS CARNEIRO (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc.Seleti- vo 04/2019)	4040950	3	11/07/1990	060.382.583-45	44h	20/01/2020 a 31/03/2020

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-26)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ALINE CRISTINA PANCA WERNER (Ausência de candidatos aprovados em Concur- so Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404134489	2	04/02/1992	064.905.279-01	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
ANDREIA GELSLEICH- TER (Ausência de candidatos aprovados em Concur- so Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404134869	1	13/03/1982	008.126.989-75	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
CHALINE RUBIELLI JANKE COLAÇO (Ausência de candidatos aprovados em Concur- so Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404135130	0	29/01/1990	074.042.179-46	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
DJENIFFER LAÍS TAIS (Ausência de candidatos aprovados em Concur- so Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404134650	2	04/10/1998	101.442.399-65	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
ELIANE SLOMP (Ausência de candidatos aprovados em Concur- so Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	12343	12	16/07/1965	704.368.279-72	40h	20/01/2020 a 31/03/2020

FERNANDA TORRES (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404135131	0	12/03/1996	075.114.929-24	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
JAQUELINE SANDRI (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404135138	0	30/11/2000	095.357.749-05	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
KAMILA MARINS DE CASTILHOS COSTA (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404135133	0	25/03/1998	103.514.599-52	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
NADIA KARLA STARKE SADLOVSKI (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	125687	5	09/09/1975	007.149.459-60	40h	20/01/2020 a 31/03/2020
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	250295	22	02/11/1976	743.347.002-68	40h	20/01/2020 a 31/03/2020

Cargo: Educador Infantil (C18)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
DEISE NARDELLI HEIDERMAN (Em subst.a Marcia da Rocha que está afastada de suas atividades(exercendo a função de Coordenação/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404135139	0	05/12/1990	073.630.759-13	30h	20/01/2020 a 31/03/2020
FERNANDA JANETE KUHLE DE FREITAS (Em subst.a Marilene Lucineia Tomelim que se encontra exercendo atividades no Conselho Tutelar/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	356387	6	01/08/1985	055.228.459-96	30h	20/01/2020 a 31/03/2020
ISOLDE TESSAROLI LEITEMPERGHER (Em subst.a Celoir das Graças Martins Ribeiro que se encontra em readaptação/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	302678	11	03/06/1967	511.692.239-15	30h	20/01/2020 a 31/03/2020

ROSANA VAILATI FUSI-NATO (Em subst. a Dayana P.D. Maukiewicz que está exercendo atividades no NEI Mundo Mágico/Aprovada no Proc.Seletivo 04/2019)	185590	11	11/02/1970	693.522.409-87	30h	20/01/2020 a 31/03/2020
ZENIR ROHLING BECHTOLD (Em subst.a Eva Luana Ponath que está exercendo atividades de Coordenação/Aprovada no Proc.Seletivo 04/2019)	308226	10	27/05/1971	838.089.229-15	30h	20/01/2020 a 31/03/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de janeiro de 2020; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1822, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359507

PORTARIA No 1822, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações, e Decreto nº 5425, de 02 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JANDIRENE CAETANO MASCHIO (Vacância do cargo/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	4040949	4	24/04/1982	007.965.529-75	44h	21/01/2020 a 31/03/2020
LUCIA INES SI-DOOSKI (Vacância do cargo/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	404134492	2	24/04/1960	948.508.369-68	44h	21/01/2020 a 31/03/2020
VALDETE DE SOUZA BARTOLOMEU (Vacância do cargo/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	4025997	5	17/01/1961	228.490.762-87	44h	21/01/2020 a 31/03/2020
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS						

Cargo: Motorista (SG-29)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JANIEL WILLIAM RUPRECHT (Vacância do cargo/Aprovado no Processo Seletivo 08/2019)	404135135	0	13/04/1993	078.862.249-81	44h	21/01/2020 a 31/03/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANO DE SOUZA SOTTO MAYOR (Vacância do cargo/Ausência de cand. aprovados no Conc. Público-Proc.Seletivo/classificado na Chamada Pública 001/2019)	404135140	0	22/02/1994	016.016.402-85	20h	21/01/2020 a 02/03/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1834, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359510

PORTARIA No 1834, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(Fundo Municipal de Educação)

Cargo: Professor C10

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ALESSANDRA PETERS BERTRAM (Exercer atividades de Coordenadora Pedagógica na Escola Mun.Prof. Nestor Margarida/Aprovada no Processo Seletivo 04/2019)	102130	15	02/02/1980	004.796.609-21	40h	27/01/2020 a 31/03/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Cargo: Engenheiro Civil (GP-68)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
TAMIRES SMA-NIOTTO (Em subst.ao Moacyr Cristofolini Junior, que se encontra em cargo em comissão/Aprovada no Processo Seletivo 08/2019)	404135142	0	25/08/1996	086.978.819-19	30h	27/01/2020 a 25/04/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de janeiro de 2020; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1838, DE 29 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2359513

PORTARIA No 1838, DE 29 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(Fundo Municipal de Educação)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANA ALICE RODRIGUES DO CARMO (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134652	2	25/11/1973	059.855.173-57	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
ANA MARTA SCHMOLLER (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	4029240	2	25/03/1988	018.628.781-02	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
ANALORE KOUDA DA LUZ (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134709	2	30/06/1968	924.608.959-68	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	4040842	9	18/03/1970	029.392.139-33	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
CRISTINA SCHUMANN (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	4041114	3	24/08/1970	632.874.209-68	44h	29/01/2020 a 31/03/2020

DOLORES DE BRITO (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134913	1	29/05/2000	108.872.689-51	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
DULCE DA SILVA ZANGHELINI (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	4040796	4	21/09/1964	523.133.019-15	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
ELSIDO SCHUETZE (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134797	1	18/12/1955	400.208.199-00	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
ÉRICK OSCAR DA COSTA (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404135081	1	06/03/2000	105.294.479-59	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
JANE MARIA DOS SANTOS VENTURA (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134906	1	27/10/1971	160.245.448-55	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
LUANA PAULA BOSING (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134712	2	25/08/1998	105.410.099-31	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
MICHELLE APARECIDA ALVES DO ROSARIO (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	404134804	1	30/01/1989	078.893.519-41	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
PRISCILA CAROLINE HODECKER (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	4037235	4	22/09/1997	109.543.819-04	44h	29/01/2020 a 31/03/2020
TEREZINHA APARECIDA DE ALMEIDA (Vacância do cargo/ Aprovada no Proc. Seletivo 04/2019)	4013140	5	12/02/1972	024.742.219-30	44h	29/01/2020 a 31/03/2020

Cargo: Professor C10

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCIANO JOSE EMILIO DA SILVA (Exerce atividades de Coordenador Pedagógico na Escola Mun.Maurício Gerner/Aprovado no Processo Seletivo 04/2019)	243345	12	02/03/1988	053.903.179-80	45h	29/01/2020 a 31/03/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de janeiro de 2020; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1849, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359517

PORTARIA No 1849, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispensa e designa profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Vanessa Luana Jost Ludovico	Enfermeira	01/02/2020

Art.2º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Sueli Thrun	Auxiliar de Enfermagem-40h/s	03/02/2020

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1854, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359522

PORTARIA No 1854, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Designa Servidora Pública Municipal para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 02 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, a servidora abaixo relacionada, a contar de 02 de janeiro do corrente:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Viviana Mariá Draeger	FG-4	20	Enfermeira Coordenadora do CAPS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1855, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2359526

PORTARIA Nº 1855, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ANGELA REGINA GUNSCH	404135047	0	03/04/2020
CLAIR LEITE	404134690	2	03/04/2020
JULIANA VOLTOLINI	404134733	1	03/04/2020
KARINE DA SILVA PEREIRA	404135089	0	03/04/2020
LUANA FLAVIA SOUZA	404135075	0	03/04/2020
MICHELA CRISTOFOLINI	4034066	1	03/04/2020
SANDRA REGINA GOEDE	404134785	0	03/04/2020
VANESSA MEDEIROS	404135061	0	03/04/2020
VANUSA WOLTER DE FREITAS	293458	9	03/04/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2019 PMT

Publicação Nº 2359577

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo/expediente (papel A4 branco, reciclado e colorido e papel cartão) para atender as necessidades de consumo das unidades administrativas (diretas e indiretas) pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESAS FORNECEDORAS: ELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI KRBP PAPEIS EIRELI ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 120.256,34 (cento e vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2020

Timbó, 16 de maio de 2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERMO DE ACORDO - LOCAÇÃO - DISPESA DE LICITAÇÃO Nº 08 2019

Publicação Nº 2359566

TERMO DE ACORDO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó/SC, através da FUNDAÇÃO DE CULTURAL E TURISMO DE TIMBÓ, entidade de direito público municipal, CNPJ nº. 03.918.310/0001-88, com sede na Av. Sete de Setembro, nº. 414, Centro, Timbó/SC, representada por seu Presidente o Sr. JORGE REVELINO FERREIRA, abaixo denominado LOCATÁRIO, e JURANDIR ARTHUR BONIN, brasileiro, mecânico, RG nº. 1.841.711-6 e CPF nº. 666.006.009-00, casado, residente e domiciliado na Rua Araponguinhas, nº. 3630, bairro dos Estados, Timbó/SC, abaixo denominado LOCADOR, com fundamento nas disposições legais aplicáveis à espécie e considerando que:

- O Município de Timbó (através da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó) lançou a Dispensa de Licitação nº. 08/2019 cujo objeto versa

acerca da locação de imóvel (destinado ao armazenamento e criação de peças artísticas e demais itens de decoração com temática natalina e de páscoa), do período de 01/04/2019 a 31/12/2019, o que culminou na formalização do Contrato Administrativo nº. 66/2019 entre o LOCADOR e o LOCATÓRIO.

- Apesar do prazo do referido contrato ter encerrado em 31/12/2019 e não ter sido lançado ato específico de prorrogação, o objeto/locação do imóvel foi plenamente mantido até a presente data.

- Diante da necessidade do LOCATÓRIO promover o armazenamento de inúmeros outros itens e tendo em vista que o local atualmente locado não mais dispõe da estrutura física e espaço para atender tal demanda, a definição de data para a rescisão contratual, entrega do imóvel e demais questões lhe afetas são as medidas que se impõem.

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Acordo, nestas condições:

I. O prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº. 66/2019 fica prorrogado até 30/04/2020, ocasião em que está definida a entrega do imóvel e também atestado pelo LOCADOR o pleno cumprimento, pelo LOCATÁRIO, de todas as obrigações/condições/responsabilidades lhe impostas no referido instrumento contratual, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for.

II. Fica mantido o valor mensal (R\$ 5.336,96) definido na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº. 66/2019, até o final do novo prazo acima estabelecido.

III. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº. 66/2019 e demais atos e procedimentos a ele vinculados.

IV. Por estarem totalmente cientes e acertadas as partes assinam este Termo em 03 vias de igual teor, juntamente com testemunhas abaixo. Timbó, 10 de fevereiro de 2020.

LOCADOR JURANDIR ARTHUR BONIN	LOCATÁRIO JORGE REVELINO FERREIRA
----------------------------------	--------------------------------------

TESTEMUNHA Nome: CPF:	TESTEMUNHA Nome: CPF:
-----------------------------	-----------------------------

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2018

Publicação Nº 2359014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2018

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.563.356/0001-50.

Contratada: FUNERÁRIA ORGANIZAÇÕES ALFA CAMPOS LTDA – CNPJ: 03.683.634/0001-84.

OBJETO: Prestação de Serviços Funerários para atender a população carente do Município.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 02/2018 deste Município.

Três Barras – SC, 13 de fevereiro de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURÍDICO

Treze de Maio

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2020

Publicação Nº 2359104

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO 001/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2020

O Município de Treze de Maio - SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna publico o edital para Formalização de Parceria, através de Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de serviços na área de atividades esportivas em regime de mútua cooperação com a administração pública, conforme estabelecido pela Lei nº 13.019/2014 que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado. O edital de chamamento, com seus respectivos anexos, do qual é parte integrante o presente aviso, estará a disposição dos interessados, durante o período de 14/02/2020 a 19/03/2020 no horário das 07:00 às 13:00 hrs, na Secretaria Municipal de Administração sito à Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Treze de Maio.

Treze de Maio, 14 de fevereiro de 2020.

Clesio Bardini de Biasi – Prefeito Municipal.

CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2020

Publicação Nº 2359107

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO 002/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2020

O Município de Treze de Maio - SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna publico o edital para Formalização de Parceria, através de Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) na execução de serviços de parceria, para o desenvolvimento de ações sociais voltadas à integração social, mediante o fomento de clubes de mães no Município. Em regime de mútua cooperação com a administração pública, conforme estabelecido pela Lei nº 13.019/2014 que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado. O edital de chamamento, com seus respectivos anexos, do qual é parte integrante o presente aviso, estará a disposição dos interessados, durante o período de 14/02/2020 a 20/03/2020 no horário das 07:00 às 13:00 hrs, na Secretaria Municipal de Administração sito à Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Treze de Maio.

Treze de Maio, 14 de fevereiro de 2020.

Clesio Bardini de Biasi – Prefeito Municipal.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EDITAL Nº 001/2020

Publicação Nº 2359108

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

EDITAL Nº 001/2020

A Prefeitura Municipal de Treze de Maio, representada pelo Prefeito Municipal Clesio Bardini De Biasi, em conformidade com o estabelecido no artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e a Lei Municipal nº 0566/2005 de 09 de junho de 2005, torna público que realizará no dia 27/02/2020 (quinta-feira) às 10:00hs, a Audiência Pública para demonstração e avaliação das metas fiscais referentes ao 3º (terceiro) quadrimestre do exercício de 2019, tendo como local a Câmara de Vereadores localizada na Praça Jorge Lacerda, centro, Treze de Maio.

Treze de Maio, SC, 13 de fevereiro de 2020.

Clésio Bardini De Biasi
Prefeito Municipal

Treze Tílias

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358644

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA – 20 HS
MARI PIAIA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta

médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA – 20 HS
ALESSANDRA CENDRON TONELLO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;

- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358659

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø T.M.N.S ENFERMAGEM – 40 HS
DEBBIE JESSICA GUESSER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;

- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358670

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO
MÔNICA OLIVEIRA DE DEUS DUREGGER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;

- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358674

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LUARA CARDOZO CAMARGO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358766

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40HS
SILVANO SERGIO SULDOVSKI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.512/2019

Publicação Nº 2358780

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.512/2019 de 04 de outubro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS
VILSON JOSÉ VENTURIN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.506/2019

Publicação Nº 2358788

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.506/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE MÚSICA – 30HS
GILVANE PAULO LEISER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
11 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2018/ DECRETO Nº 2.429/2018

Publicação Nº 2358889

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2020

EDITAL Nº 01/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.429/2018 de 15 de outubro de 2018, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40HS
EDORETE ANTONIA RIBEIRO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2018 de 20 de junho de 2018, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 001/2018 de 20 de junho de 2018;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2018 de 20 de junho de 2018, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
13 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 20/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/
DECRETO Nº 2507/2019**

Publicação Nº 2358903

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 20/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII

e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO
TAINA JUNKES MACHADO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/
DECRETO Nº 2507/2019**

Publicação Nº 2358907

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

RENATA TURMINA PALHOZA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358910

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

LUZIA ADELIR ANGELI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358915

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

VANESSA CRISTINA BRUNETTO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358917

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

GISELE KUHLE

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358919

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

GLAUCIA SANTOS GONÇALVES KORNER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 26/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358924

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 26/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO
ANDRÉIA PELENTIR

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358925

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

ELIANE APARECIDA DE ANDRADE

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
05 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358929

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

FERNANDA SELZLEIN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358935

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

KARINA ALBERTI DA FONSECA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358943

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS – 20HS
EUNICE CÁTIA BOTTEGA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

ARIANA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358946

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO
SIMONE MACHADO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358951

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

SABRINA KRUG

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358954

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

THACYANA DAROS KUHN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

NAJLA TAINA PELOZATO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358958

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

SIMONE REGINA BOTTEGA RODRIGUES

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358961

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

NAIANE DE RÓS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 38/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358964

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 38/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 30HS

PATRICIA CARDOSO DE OLIVEIRA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
12 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358966

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40H

MÁRCIA APARECIDA VIDAL DE SOUZA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
12 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 40/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358968

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 40/2020

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40H

MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI VENTURIN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
12 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 41/2020 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2020/ DECRETO Nº 2538/2020

Publicação Nº 2358971

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 41/2020

EDITAL Nº 01/2020 DE 28 DE JANEIRO DE 2020

CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, oriundo do Edital nº 01/2020 de 28 de janeiro de 2020 (Prazo Prorrogado – Edital nº 01/2020 de 04 de fevereiro de 2020) e respectivo Decreto de Homologação nº 2.538/2020 de 10 de fevereiro de 2020 para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA – 40HS

FERNANDA CORSO

Art. 2º - O candidato que não se apresentar, até o dia 14 de fevereiro de 2019 para tomar posse munido da documentação abaixo relacionada, será tido como desistente, podendo a Secretaria convocar imediatamente o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;

Art. 4º - A posse, o exercício e o estágio probatório dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

12 de fevereiro de 2019.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 42/2020 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 01/2020/ DECRETO Nº 2538/2020

Publicação Nº 2358974

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 42/2020

EDITAL Nº 01/2020 DE 28 DE JANEIRO DE 2020

CONVOCA APROVADO EM TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, oriundo do Edital nº 01/2020 de 28 de janeiro de 2020 (Prazo Prorrogado – Edital nº 01/2020 de 04 de fevereiro de 2020) e respectivo Decreto de Homologação nº 2.538/2020 de 10 de fevereiro de 2020 para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA – 40HS
FERNANDO DE MELLO HEBERLE

Art. 2º - O candidato que não se apresentar, até o dia 14 de fevereiro de 2019 para tomar posse munido da documentação abaixo relacionada, será tido como desistente, podendo a Secretaria convocar imediatamente o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Art. 3º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;

Art. 4º - A posse, o exercício e o estágio probatório dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
12 de fevereiro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 43/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358977

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 43/2020
EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019
CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
MARISA SCHNEIDER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e

observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
13 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 44/2020 - TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2507/2019

Publicação Nº 2358978

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 44/2020
EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019
CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.507/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
FERNANDA DE OLIVEIRA CAMARA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.1 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) Conforme o Item 9.2 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".
- b) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão. Conforme o Item 9.2.1 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada, no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Tipo sanguíneo;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
13 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2358998

PORTARIA Nº 016/20 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Alcir De Rós	01/07/2018 a 30/06/2019	03/02/2020 a 17/02/2020	15
Adriana Moroni	05/02/2018 a 04/02/2019	03/02/2020 a 22/02/2020	20
Brigite Moser Falchetti	30/05/2018 a 29/05/2019	03/02/2020 a 17/02/2020	15
Dirlei Beatriz Borga Eberts	27/01/2019 a 26/01/2020	03/02/2020 a 22/02/2020	20
Eduardo Camargo Flâmia	04/08/2018 a 03/08/2019	03/02/2020 a 22/02/2020	20

Norberto João Puelacher	11/02/2018 a 10/02/2019	03/02/2020 a 03/03/2020	30
Peter Hans Huber	01/10/2018 a 30/09/2019	10/02/2020 a 19/02/2020	10
Sueli Silva	27/04/2018 a 26/04/2019	03/02/2020 a 03/03/2020	30
Setembrina Dutra Michel	12/02/2018 a 11/02/2019	03/02/2020 a 12/02/2020	10
Setembrina Dutra Michel	12/02/2018 a 11/02/2019	13/02/2020 a 22/02/2020	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 03 de fevereiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe De Gabinete Do Prefeito
Designado pela Portaria Nº 193/2019

PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2359002

PORTARIA Nº 017/20 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Thalires Camila Rodrigues	06/02/2019 à 05/02/2020	10/02/2020 à 29/02/2020	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe De Gabinete Do Prefeito
Designado pela Portaria Nº 193/2019

RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 08/2020 DL Nº 08/2020

Publicação Nº 2358963

Processo licitatório nº 08/2020 – DL nº 02/2020

Levamos ao conhecimento dos interessados a retificação do valor da Dispensa de Licitação nº 02/2020;

Onde se lê:

O valor total ajustado para é R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais), sendo que os recursos provenientes das inscrições, retornam para o Município.

Leia-se

O valor total ajustado para é R\$ 59.300,00 (cinquenta e nove mil e trezentos reais), sendo que os recursos provenientes das inscrições, retornam para o Município.

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 157/20 - A

Publicação Nº 2359805

PORTARIA 157/20-A DE 10 DE FEVEREIRO DE 20120.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. CHARLES STÜEPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, Matrícula 2324, a concessão de 01 (um) mês de licença Prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13/02/2014 a 13/02/2019, para o mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 159/20

Publicação Nº 2359161

PORTARIA 159/20 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável, o servidor público municipal Sr. CHARLES STÜEPP, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor de Educação Física, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2010, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 55/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/2020 DATA EMISSÃO: 14/02/2020

Publicação Nº 2360427

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 55/2020

Pregão Presencial nº: 33/2020

Data Emissão: 14/02/2020

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para entrega imediata, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h do dia 28 de fevereiro de 2020, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 9h do dia 28 de fevereiro de 2020.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 57/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 34/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2360431

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 57/2020

Pregão Presencial nº: 34/2020

REGISTRO DE PREÇO

Data Emissão: 14/02/2020

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS– S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório, REGISTRO DE PREÇO através da Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço POR LOTE sob regime de entrega parcelada, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no dia 28 de fevereiro de 2020 as 15h30min no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO para a eventual e futura CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE MANICURE E PEDICURE, PENTEADOS E MAQUIAGEM PARA AS SOBERANAS NA DIVULGAÇÃO INTERNA E EXTERNA DOS EVENTOS DESTA MUNICIPALIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 15h30min do dia 28 de FEVEREIRO de 2020, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo

telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 04/2020

Publicação Nº 2358920

DECRETO Nº 004/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.390/19 (Lei Orçamentária Anual), de 03.12.2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim classificado:

15.01 – SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

13.392.0039.2.015 – Manutenção e Divulgação da Cultura

3.3.90.00.00.00.00.0080 (113) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 (recursos próprio) por excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 05/2020

Publicação Nº 2358923

DECRETO Nº 005/20, de 05 de Fevereiro de 2020.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 24 de Fevereiro de 2020 (segunda-feira) de carnaval.

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de Fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 012/2020

Publicação Nº 2358871

PORTARIA Nº 012/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Servidor NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91, matrícula nº 0510, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os subsídios estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 013/2020

Publicação Nº 2358873

PORTARIA Nº 013/20, de 03 de Fevereiro de 2020.
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Sem Remuneração à servidora TAÍS OLIVIA GONZAGA, matrícula nº 1505, CPF nº. 033.738.559-93, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, no período de 03 de Fevereiro de 2020 a 01 de Fevereiro de 2021, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 014/2020

Publicação Nº 2358874

PORTARIA Nº 014/20, de 03 de Fevereiro de 2020.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 03.02.2020 a 03.03.2020, com gratificação

especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1052 Neusa Manfioletti 04.02.2019 a 03.02.2020

3776 Heloisa Catarina Arceno 01.02.2019 a 31.01.2020

3774 Sayonara Casteller de Melo 01.02.2019 a 31.01.2020

3481 Andresa Pavei 21.10.2015 a 20.10.2016

3981 Michele Laurindo Biz 23.10.2018 a 22.10.2019

0073 Ladislau Bordignon Fagundes 01.06.2006 a 31.05.2007

3226 Anderson Felisberto 03.11.2015 a 02.11.2016

0318 Albertina Brina Tramontin Luiz 01.05.2018 a 30.04.2019

0155 Saudi Caetano 08.02.2013 a 07.02.2014

3964 Susana Moro de Candido Felisberto 11.10.2018 a 10.10.2019

3970 Joselir Luiz dos Santos 11.10.2018 a 10.10.2019

0108 Agenor Antonio Simon 05.08.2018 a 04.08.2019

1869 Idaiane Castanha Valnier 07.05.2018 a 06.05.2019

1058 Maria Ivete Favarin Pescador 21.02.2018 a 20.02.2019

1164 Sidnei Lopes 16.06.2015 a 15.06.2016

0599 Ivanor Miranda 02.06.2015 a 01.06.2016

1900 Antonio Perera 09.05.2013 a 08.05.2014

1086 Luiz Carlos de Santa Helena 01.04.2017 a 31.03.2018

Art. 2º - Conceder férias de 15 (quinze) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 03.02.2020 a 17.02.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

4429 Daniele Zanatta Bardini 09.01.2019 a 08.01.2020

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 015/2020

Publicação Nº 2358877

PORTARIA Nº 015/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora ELIANE CESARIO DA ROSA, CPF nº. 987.636.449-91, matrícula nº. 0679, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Técnico de Enfermagem, no período de 03.02.2020 a 18.03.2020, referente ao período aquisitivo de 28.02.2000 a 27.02.2005.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio à servidora JIANE TISCOSKI RAMOS, CPF nº. 580.569.479-49, matrícula nº. 0369, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Assistente Social, no período de 03.02.2020 a 02.04.2020, referente ao período aquisitivo de 31.05.1999 a 30.05.2004.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 016/2020

Publicação Nº 2358879

PORTARIA Nº 016/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

CESSA FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Cessar Função Gratificada FG 30, concedida à servidora Eliane Cesário da Rosa, matrícula nº 0679.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 017/2020

Publicação Nº 2358880

PORTARIA Nº 017/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

FAZ EXONERAÇÃO A PEDIDO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora JANETE SIMÃO SILVEIRA CUSTÓDIO, CPF nº 828.394.259-04, matrícula nº. 1215, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de Aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 018/2020

Publicação Nº 2358882

PORTARIA Nº 018/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

DETERMINA A SUSPENSÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 118 e 126 da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

RESOLVE

Art. 1º. Determinar a suspensão da servidora EDIANA PIZZOLO, portadora do CPF nº 824,682,819-34, matrícula nº 1208, no período de

15 (quinze) dias a contar da presente data, nos termos do art. 118 e 126 da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 019/2020

Publicação Nº 2358886

PORTARIA Nº 019/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

REGULAMENTA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE TURVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 9.394/96 e determinação do Conselho Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente em todas as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Turvo – SC:

- Das 07:15 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:15 horas, de segunda-feira à sexta feira.

Parágrafo Primeiro – Permanecem inalterados os parâmetros propriamente estabelecidos às unidades de atendimento cuja especialidade demanda jornada diferenciada, como creches e pré-escolares em geral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 020/2020

Publicação Nº 2358888

PORTARIA Nº 020/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA E DIRETOR DE CRECHE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no cargo de Professor, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 03 de Fevereiro de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF
0869 Kátia Carminatti Parolo 023.727.599-65
0971 Sonia Beatriz Gava Martignago 907.439.549-04

Art. 2º - Conceder gratificação de 40% aos Servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Diretor de Escola e Diretor Creche, com início em 03 de Fevereiro de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF

0869 Kátia Carminatti Parolo 023.727.599-65
0971 Sonia Beatriz Gava Martignago 907.439.549-04
0721 Luciane Fontana Vitto 015.045.149-04
0740 Tânia Maria Kruger Nazário dos Santos 711.987.769-00
0719 Maria Aparecida Brina 579.453.149-53
0204 Carmen Marina S. Bardini 757.965.899-20
0724 Susana Barbosa de Oliveira Bardini 961.352.989-68

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 021/2020

Publicação Nº 2358890

PORTARIA Nº 021/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR DE CRECHE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no cargo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, de 30 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 03 de Fevereiro de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF
1458 Fátima Miguel 661.986.079-68

Art. 2º - Conceder gratificação de 40% ao Servidor relacionado no Artigo 1º, para exercer a função de Diretor de Creche.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 022/2020

Publicação Nº 2358893

PORTARIA Nº 022/20, de 03 de Fevereiro de 2020.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 30% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETARIA DE ESCOLA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no cargo de Professor, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 03 de Fevereiro de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF
0756 Claudete Favero 828.377.089-68

Art. 2º - Conceder gratificação de 30% aos Servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Secretaria de Escola, com início em 03 de Fevereiro de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDORA CPF

0756 Claudete Favero 828.377.089-68

0087 Valdete Bordignon 638.321.609-06

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 023/2020

Publicação Nº 2358894

PORTARIA Nº 023/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO REDUZIDA TEMPORARIAMENTE, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com o a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Altera a carga horária de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MARISETE OSORIO MONTEIRO CPF nº 025.003.179-51, matrícula nº 1145, exercendo o Cargo de Caráter Efetivo de Psicólogo, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 024/2020

Publicação Nº 2358897

PORTARIA Nº 024/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 07.02.2020 a 07.03.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0075 Marlene Macalossi 01.08.2014 a 31.07.2015

Art. 2º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 05.02.2020 a 05.03.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1979 Regina Aparecida de Aguiar Melo 01.09.2016 a 31.08.2017

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 025/2020

Publicação Nº 2358899

PORTARIA Nº 025/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando, que esta sendo elaborado um novo Processo Seletivo Simplificado,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 01 de Abril de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3641 Eugenio Manenti 579.757.019-04

3642 Volnei Anastácio 579.760.749-20

4366 Luiz dos Santos Pereira 341.610.589-34

4401 Alcimar Mendes 378.852.789-72

Art. 2º - Prorrogar até 01 de Abril de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Operador de Equipamentos I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3643 Lucas Pereira Favaro 033.623.509-76

3699 Jeferson Cordeiro Fregulia 048.481.189-48

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 026/2020

Publicação Nº 2358902

PORTARIA Nº 026/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando, que esta sendo elaborado um novo Processo Seletivo Simplificado,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 01 de Abril de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

4365 Josemar Gonçalves Dordete 845.623.589-04
2760 Antonio Bá 028.243.729-07
4347 Marly Miguel 617.913.429-49
3629 Moacir Toretti Correa 017.583.449-03
3630 Donato Policarpe 494.948.569-53
4349 Solange Aparecida Barbosa Correa 025.662.369-41
4354 Rosivane Corrente 893.842.969-53
3682 Zenaide Indalencio 067.248.289-45
3674 Dario Carbone dos Santos 560.223.109-97
4350 Genilson de Melo 059.239.109-42
4352 Marcos Juliano da Silva Costa 863.068.809-25
4353 Luciana Carla de Jesus Anastácio 011.707.415-25
4419 Angelo Bom Manenti 076.402.099-43
4420 Eduardo Cordova Lopes 068.176.689-13
4367 Antonio Eugenio da Silva Gonçalves 921.666.448-72
4368 Lourival Pereira de Andrade 429.413.349-04
4369 Neusa Camilo Pinheiro 690.722.649-91
4370 João Carlos da Costa 032.357.249-90
4362 Lorete Maria Pinheiro Felisberto 063.996.589-00
4363 Silvio Rubens Salvaro 032.702.349-02
4729 Claudeci Gonçalves 039.941.319-79
4592 Edilson Damiani Fernandes 074.443.109-39
4590 Eloi Rodrigues 005.235.419-96
4638 Karina Fernandes 112.571.719-09
4730 Liliane Pinheiro Peron 110.597.019-10

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 027/2020

Publicação Nº 2358904

PORTARIA Nº 027/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II E OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

Considerando, que os Servidores encontra-se em Auxílio Doença junto ao INSS,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Agosto de 2020 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3628 Lindomar Pinheiro 769.750.459-68

Art. 2º - Prorrogar até 15 de Fevereiro de 2020 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

4344 Osmarino Onorio 894.607.319-53

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 028/2020

Publicação Nº 2358905

PORTARIA Nº 028/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando, que esta sendo elaborado um novo Processo Seletivo Simplificado,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 01 de Abril de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Motorista II (Transporte Escolar), do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

4209 Valmir Severino 305.731.819-34

4210 Angelo Santos Evangelista 376.946.349-87

4211 Antomar Alexandre Dal Ponte 378.291.149-00

4212 Antonio Bortot 613.356.309-53

4213 Philippe Flores Fernandes 024.278.670-71

4214 Pedro Ari da Cruz 585.205.030-04

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 029/2020

Publicação Nº 2358908

PORTARIA Nº 029/20, de 04 de Fevereiro de 2020.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E VIGIA, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando, que esta sendo elaborado um novo Processo Seletivo Simplificado,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 01 de Abril de 2020 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3631 Ivair dos Santos 725.944.209-30

Art. 2º - Prorrogar até 01 de Abril de 2020 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através de Processo Seletivo nº 001/2018 - PMT, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 027/19 de 31.01.2019, exercendo a função pública de Vigia, do

Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA NOME CPF

3895 Tarciso Figueredo 613.357.629-49

4345 Sedenir Nunes 441.994.229-00

3907 Ana Silvia Triches Parol 020.483.179-28

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 030/2020

Publicação Nº 2358909

PORTARIA Nº 030/20, de 05 de Fevereiro de 2020.

EXONERA A PEDIDO, MEDICO - ESF, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Médico - ESF, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Aline Fernandes Caldas 069.695.419-24 4736

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 031/2020

Publicação Nº 2358913

PORTARIA Nº 031/20, de 05 de Fevereiro de 2020.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. JULIANO MANENTI, CPF nº 044.563.689-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor em Tecnologia da Informática, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 032/2020

Publicação Nº 2358914

PORTARIA Nº 032/20, de 05 de Fevereiro de 2020.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 06 de Fevereiro de 2020 e término em 18 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

1195 Gisele Bendo Nazário 043.902.999-64

1207 Graziela Gabriel Pezente 021.652.859-33

1059 Lucinea da Silva 991.146.909-34

0789 Sandra Regina Pescador 742.213.889-00

1205 Maribel Maragno 445.421.609-63

Art. 2º - Alterar a carga horária dos Servidores abaixo relacionados, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 10 de Fevereiro de 2020 e término em 15 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

1219 Alessandra Trichês 894.601.549-72

1216 Elizabete Ferreira Londero 770.368.839-87

1137 Maria Luzia Floriano Spilere 022.353.139-14

1220 Deliane Morgeuroth 007.166.559-50

Art. 3º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 01 de Março de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

1058 Maria Ivete Favarin Pescador 966.501.259-20

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 4372/2020

Publicação Nº 2359323

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.372, De 14 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal N.º 1.092, DE 06 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de União do Oeste/SC, os seguintes membros:

I - DO GOVERNO MUNICIPAL

a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:

ELIZANGELA ZANOTTO - Titular
FERNANDA SIMONATO - Suplente

b) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL:

KACIANA FIORESE - Titular
BARBARA DE OLIVEIRA - Suplente

c) REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

VANDERLEIA TONIAL SIGNOR - Titular
SIRLEI ZARDO TRENTIN - Suplente

d) REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO:

EDNA CASSARO - Titular
CRISTIANA ASSIS CORREIA DAS SANTO - Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) REPRESENTANTES DE USUÁRIOS:

MOACIR RAUBER - Titular
HELIA ANA CAVALLI REBONATTO - Suplente

CHEILA VANA BOLSSONI - Titular
ADRIANA SERAFINI GARCIA - Suplente

NELCIRA DANIEL COMUNIKI - Titular
ANA CUMINIKI DANIEL - Suplente

b) REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DO SUAS:

DIANEI DINÁ SERINA - Titular
ANDRIELI PEGURINI - Suplente

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o poder Público Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de fevereiro de 2020.

CELSON MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 4373/2020

Publicação Nº 2359325

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.373, De 14 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre nomeação de membros para compor o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

CELSON MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal N.º 1.152, De 25 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO do Município de União do Oeste/SC, os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Neli Machado

Suplente: Valdete Guaragni Polli

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:

Titular: Evandra Casonatto Dal Berto

Suplente: Sirlei Zardo Trentin

III – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Kaciana Fiorese

Suplente: Diane Diná Serina

IV – Representantes da Sociedade Civil – Grupo de Idosos:

Titulares: Selito Soletti; Claudi Antonio Delariva e Nelci Daniel Cuminiki

Suplentes: Iraci Daniel; Valmir Pegurini e Hélia Ana Cavalli Rebonatto

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal do Idoso nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o poder Público Municipal.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal do Idoso nomeados por este Decreto, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 14 de fevereiro de 2020.

CELSON MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020/FMS

Publicação Nº 2359492

ESTADO DE SANTA CATARINA
fundo municipal de saúde
Comissão Permanente de Licitação - CPLJ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020/FMS

Processo Administrativo nº. 07/2020
Processo Licitatório nº. 07/2020
Dispensa de Licitação nº. 01/2020
Conforme Art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 21.06.93
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE
CNPJ Nº 83.463.620/0001-94
Objeto: Contratação de unidade prestadora de serviços de assistência a saúde, para atendimento/acompanhamento de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor e sessões de fonoaudiologia, tabela unificada de procedimentos SUS do Ministério da Saúde.
Valor do contrato: R\$ 99.128,70
Vigência: 31/12/2020.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020/PMU

Publicação Nº 2359488

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020/PMU

Objeto O presente procedimento licitatório tem por finalidade o registro de preço para aquisição parcelada de concreto usinado FCK 30MPa, conforme especificações mínimas constantes deste edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 28/02/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h00 do dia 28/02/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020/PMU

Publicação Nº 2359496

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020/PMU

Objeto: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços elétricos, para os veículos leves e pesados da Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, conforme especificações no edital. Recebimento dos envelopes: até 11h30 dia 28/02/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 13h00 do dia 28/02/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2019

Publicação Nº 2359178

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 59/2019 Pregão Presencial 39/2019 - Ata de Registro de Preços nº 106/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de km rodados de caminhão, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2901 de 13/08/2019, Pág. 1235, 1236, 1237, 1238 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 12/08/2020
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2019,92/2019,93/2019,94/2019

Publicação Nº 2358988

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 21/2019 Pregão Presencial 18/2019 - Ata de Registro de Preços nº 91/2019, 92/2019, 93/2019, 94/2019, visando registrar preço para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria, nos veículos alocados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Agricultura, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica para uso do município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2815 de 03/05/2019, Pág. 1424, 1425, 1426, 1427, 1428 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/05/2020
4ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 97/2019

Publicação Nº 2359029

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 34/2019 Pregão Presencial 27/2019 - Ata de Registro de Preços nº 97/2019, visando registrar preço para aquisição manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - SINAPI, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2818 de 07/05/2019, Pág. 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 06/05/2020
4ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 98/2019

Publicação Nº 2359170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 33/2019 Pregão Presencial 26/2019 - Ata de Registro de Preços nº 98/2019, visando registrar preço para serviço de sinalização horizontal de trânsito, com o fornecimento de materiais e mão de obra, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2827 de 17/05/2019, Pág. 1281, 1282, 1283, 1284 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 16/05/2020
4ª Publicação

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2017

Publicação Nº 2358623

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 165/2017
CONTRATO: 165/2017
PROCESSO LICITATÓRIO: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL: 26/2017
DATA DE ASSINATURA: 14/02/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ/CPF: 90.180.605/0001-02
OBJETO: SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICIPIO DE URUSSANGA/SC
VALOR GLOBAL: R\$ 14.557,88
VIGENCIA PRORROGADO ATÉ 21/02/2021

PORTARIA GP/Nº 10/2020

Publicação Nº 2359691

PORTARIA GP/Nº 10, DE 3 DE JANEIRO DE 2020.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora VANESSA CAVANHOLI MANARIN, ocupante da vaga de Técnica de Enfermagem – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de a servidora VANESSA CAVANHOLI MANARIN, ocupante da vaga de Técnica de Enfermagem – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 3 de janeiro de 2020.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 6 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 11/2020

Publicação Nº 2359652

PORTARIA GP/Nº 11, DE 6 DE JANEIRO DE 2020.

Contrata profissionais para atuarem na Diretoria de Esportes e Lazer, vinculados a Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016 e Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contrata os servidores ocupantes na vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT abaixo mencionados, com carga horária de 40 horas/semanais, todos em vagas excedentes, vinculados a Secretaria de Educação, para atuarem junto a Diretoria de Esportes e Lazer:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ACT	PERÍODO
Manoel dos Santos	06/01/2020 a 30/12/2020
Valmir Rezende	06/01/2020 a 30/12/2020
Domingos José Cattaneo	06/01/2020 a 30/12/2020
Ademir Teotônio	06/01/2020 a 11/12/2020

Maurício dos Santos	13/01/2020 a 11/12/2020
Ana de Fátima Bernardino Cidade	04/02/2020 a 11/12/2020
Cleusa dos Santos João	04/02/2020 a 11/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 6 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 12/2020

Publicação Nº 2359648

PORTARIA GP/Nº 12, DE 6 DE JANEIRO DE 2020.

Contrata profissionais para atuarem no Plantão Escolar, vinculados a Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763, de 12 dezembro de 2000, 2.680, de 12 de setembro de 2014 e TAC nº 06.2014.00010859-8,

RESOLVE:

Art. 1º Contrata os servidores ocupantes na vaga de Professor – ACT abaixo mencionados, todos em vagas excedentes e devidamente aprovados em Processo Seletivo, na Educação Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), vinculados a Secretaria de Educação, para atuarem no Plantão Escolar no CMEI Agenir Nichele, no período de 6 de janeiro de 2020 à 11 de dezembro de 2020, permanecendo após o término do plantão durante o ano letivo 2020:

PROFESSOR – ACT	CARGA HORÁRIA	CLASSIFICAÇÃO
Carla Cristina Santos da Silva	30 horas/semanais	14º
Carolina dos Santos	30 horas/semanais	2º
Cristiane Mottini Freccia	40 horas/semanais	29º
Daiane Marangoni Baesso	30 horas/semanais	25º
Luci de Costa	30 horas/semanais	82º
Priscila Marques Borba	30 horas/semanais	76º
Rejane Felisberto	30 horas/semanais	89º
Tanize da Cruz da Costa	20 horas/semanais	78º
Tueli Fonseca da Silva	30 horas/semanais	39º
Valcileia Brognoli Martins Cataneo	40 horas/semanais	2º - PCD
Viviane da Soler	20 horas/semanais	104º

Art. 2º Contrata os servidores ocupantes na vaga de Professor – ACT abaixo mencionados, todos em vagas excedentes e devidamente aprovados em Processo Seletivo, na Educação Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), vinculados a Secretaria de Educação, para atuarem no Plantão Escolar no CMEI Agenir Nichele, no período de 6 de janeiro de 2020 à 4 de fevereiro de 2020:

PROFESSOR – ACT	CARGA HORÁRIA	CLASSIFICAÇÃO
Lurdete Raldi	30 horas/semanais	127º
Susana Francisco Magagnin	20 horas/semanais	113º
Zeliani Carara D'agostin	20 horas/semanais	128º
Geovana Maria de Bitencourt	30 horas/semanais	140º

Art. 3º Contrata a servidora ANA CAROLINA CUCKE para a vaga de Monitor Escolar – ACT, em vaga excedente, devidamente aprovada em Processo Seletivo na 38º colocação, na área da Educação Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), vinculados a Secretaria de Educação, para atuar no Plantão Escolar no CMEI Agenir Nichele, no período de 6 de janeiro de 2020 à 11 de dezembro de 2020, permanecendo após o término do plantão durante o ano letivo 2020.

Art. 4º Contrata os servidores ocupantes na vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT abaixo mencionados, com carga horária de 40 horas/semanais, todos em vagas excedentes e devidamente aprovados em Processo Seletivo, na Educação Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 40%), vinculados a Secretaria de Educação, para atuarem no Plantão Escolar no CMEI Agenir Nichele, no período de 6 de

janeiro de 2020 à 11 de dezembro de 2020, permanecendo após o término do plantão durante o ano letivo 2020:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ACT	FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Denise Goudinho	Merenda	46º
Elisangela Fidencio	Limpeza	15º
Elisiane Padilha de Assunção	Limpeza	19º
Janifer Luciana Candido Pedro	Merenda	3º
Leandra Cristina Verones	Merenda	23º
Maira Ribeiro de Andrade	Limpeza	28º

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 6 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 13/2020

Publicação Nº 2359682

PORTARIA GP/Nº 13, DE 8 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora efetiva EVA IRINEU, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora efetiva EVA IRINEU, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Assistência Social, a partir de 8 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 8 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

IZOLETE DUARTE VIEIRA GASTALDON
Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 14/2020

Publicação Nº 2359679

PORTARIA GP/Nº 14, DE 9 DE JANEIRO DE 2020.

Contrata a servidora ISADORA ZANIBONI para atuar na vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis nºs 2.776/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora ISADORA ZANIBONI para atuar na vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT, na Secretaria de Saúde, com carga horária 40hs, no período de 9 de janeiro de 2020 à 29 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 9 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 15/2020

Publicação Nº 2359676

PORTARIA GP/Nº 15, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por dispensa sem justa causa/término de contrato, a servidora TEREZINHA ANTONIO MACHADO DOS SANTOS, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por dispensa sem justa causa/término de contrato, a servidora TEREZINHA ANTONIO MACHADO DOS SANTOS, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 16/2020

Publicação Nº 2359701

PORTARIA GP/Nº 16, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por rescisão contratual, a servidora JÉSSICA PEREIRA, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Comunicação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por rescisão contratual, a servidora JÉSSICA PEREIRA, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Comunicação, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em

conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 17/2020

Publicação Nº 2359656

PORTARIA GP/Nº 17, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.

Contrata a servidora AMANDA GOULART para atuar na vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis nºs 1763/2000 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contrata a servidora AMANDA GOULART para atuar na vaga de Professor – ACT, em vaga excedente, devidamente aprovada em Processo Seletivo na 107ª colocação, na área da Educação Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), vinculados a Secretaria de Educação, para atuar no Plantão Escolar no CMEI Agenir Nichele, no período de 15 de janeiro de 2020 à 11 de dezembro de 2020, permanecendo após o término do plantão durante o ano letivo 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos quinze dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 18/2020

Publicação Nº 2359661

PORTARIA GP/Nº 18, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.

Contrata a servidora ALINE DE SOUSA BEVENUTO para atuar na vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora ALINE DE SOUSA BEVENUTO para atuar na vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Saúde, com carga horária 40hs, a partir de 15 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos quinze dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 19/2020

Publicação Nº 2359702

PORTARIA GP/Nº 19, DE 16 DE JANEIRO DE 2020.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público Municipal regido pelo edital nº 01/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.777, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Municipal, devidamente homologado através do Decreto GP/Nº 206, de 29 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento para Efetivação, datado de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear JOICE BENEDET BRESSAN, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal, para exercer o Cargo Público Efetivo de NUTRICIONISTA, com lotação na Administração Pública Municipal, designado para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 16 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos dezesseis dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 20/2020

Publicação Nº 2359664

PORTARIA GP/Nº 20, DE 16 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora DANIELA DE OLIVEIRA, ocupante da vaga de Técnica em Enfermagem/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora DANIELA DE OLIVEIRA, ocupante da vaga de Técnica em Enfermagem/ESF, na Secretaria de Saúde, a partir de 16 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 21/2020

Publicação Nº 2359666

PORTARIA GP/Nº 21, DE 17 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora LIDIANE CASTAGNETTI, ocupante da vaga de Agente Comunitário

de Saúde/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora LIDIANE CASTAGNETTI, ocupante da vaga de Agente Comunitário de Saúde/ESF, na Secretaria de Saúde, a partir de 17 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 17 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA

Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 22/2020

Publicação Nº 2359668

PORTARIA GP/Nº 22, DE 17 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora DAIANE MARANGONI BAESSO, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 12, de 6 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora DAIANE MARANGONI BAESSO, ocupante da vaga de Professor – ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 17 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 17 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 24/2020

Publicação Nº 2359669

PORTARIA GP/Nº 24, DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora JANIFER LUCIANA CANDIDO PEDRO, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 12, de 6 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por término de contrato antecipado pelo contratado a servidora JANIFER LUCIANA CANDIDO PEDRO, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 23 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 23 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 25/2020

Publicação Nº 2359671

PORTARIA GP/Nº 25, DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora ANDRESA DE OLIVEIRA RITTA, ocupante da vaga de Técnica em Enfermagem/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora ANDRESA DE OLIVEIRA RITTA, ocupante da vaga de Técnica em Enfermagem/ESF, na Secretaria de Saúde, a partir de 27 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 27 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 26/2020

Publicação Nº 2359672

PORTARIA GP/Nº 26, DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

Admite candidatos aprovados no concurso público municipal regido pelo edital nº 02/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Municipal (Emprego Público), devidamente homologado através do Decreto GP/Nº 206, de 29 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO decisão exaurida no Mandado de Segurança nº 5000461-37.2019.8.24.0078/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CRISTIANE MARCELINO GHIZI, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal, para exercer o Cargo de Emprego Público de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 27 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 27 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 27/2020

Publicação Nº 2359674

PORTARIA GP/Nº 27, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por dispensa sem justa causa/término de contrato, a servidora LILIAN NEVES MARQUES, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por dispensa sem justa causa/término de contrato, a servidora LILIAN NEVES MARQUES, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 28 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 28 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 28/2020

Publicação Nº 2359673

PORTARIA GP/Nº 28, DE 30 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função, por término de contrato, a servidora LUCILENE DE CÁSSIA RODRIGUES VIEIRA, ocupante da vaga de Técnica em Enfermagem/ESF – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por término de contrato, a servidora LUCILENE DE CÁSSIA RODRIGUES VIEIRA, ocupante da vaga de Técnica em Enfermagem/ESF – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 30 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 29/2020

Publicação Nº 2359686

PORTARIA GP/Nº 29, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função por rescisão contratual, o servidor THIAGO MUTINI, ocupante da vaga de Diretor de Esportes e Lazer I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 395, de 26 de novembro de 2019. RESOLVE:

Art. 1º Exonerar função por rescisão contratual, o servidor THIAGO MUTINI, ocupante da vaga de Diretor de Esportes e Lazer I, na Secretaria de Educação, a partir de 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 31 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 30/2020

Publicação Nº 2359710

PORTARIA GP/Nº 30, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora TANIA MARIA MAZZUCCO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004 e com base nas informações contidas no Processo Administrativo nº 110/2020

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora TANIA MARIA MAZZUCCO, referente ao período aquisitivo de 01/04/2006 à 31/03/2011, sendo ele:

a) 3 de fevereiro de 2020 à 1º de maio de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 31 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 410/2019

Publicação Nº 2359694

PORTARIA GP/Nº 410, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Exonera da Secretaria de Educação, as servidoras que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 236, de 10 de julho de 2019 e

Portaria GP/Nº 34, de 7 de fevereiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de contrato, a servidora DAIANE VIEIRA CARARA, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, da Secretaria de Educação, a partir de 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Exonerar por término de contrato antecipado pelo órgão, a servidora EDNEIA MACHADO DOS SANTOS TREVISOL, ocupante da vaga de Professor – ACT, da Secretaria de Educação, a partir de 19 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 19 de novembro de 2019.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga 23 de dezembro de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 7/2020

Publicação Nº 2359706

PORTARIA GP/Nº 7, DE 3 DE JANEIRO DE 2020.

Atribui função gratificada à servidora MARIANA BONETTI, ocupante da vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir função gratificada FG-2 à servidora MARIANA BONETTI, ocupante da vaga de Agente Administrativo, por chefiar o Departamento RH, no percentual de 50%, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 1º de janeiro de 2020.

Art. 3º Fica revogado a Portaria GP/Nº 330, de 5 de setembro de 2019.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 3 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 8/2020

Publicação Nº 2359698

PORTARIA GP/Nº 8, DE 3 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera da função por dispensa sem justa causa/término de contrato, o servidor ADEGAR COSTA DA SILVA, ocupante da vaga de Diretor de Serviços Urbanos II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 165, de 16 de maio de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por dispensa sem justa causa/término de contrato, o servidor ADEGAR COSTA DA SILVA, ocupante da vaga de Diretor de Serviços Urbanos II, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 2 de janeiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 3 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 9/2020

Publicação Nº 2359654

PORTARIA GP/Nº 9, DE 3 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora ANGELA REGINA SERAFIN, ocupante da vaga de Enfermeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora ANGELA REGINA SERAFIN, ocupante da vaga de Enfermeiro, na Secretaria de Saúde, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 2 de janeiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 3 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de janeiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2020

Publicação Nº 2359516

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: P&B CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de reforma do Centro de Educação Infantil Alencar, a serem executadas na Rua 1º de Maio, centro da cidade de Vargeão, estado de Santa Catarina, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, com execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

VALOR: R\$ 99.900,47 (noventa e nove mil, novecentos reais e quarenta e sete centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório nº 03/2020, modalidade Tomada de Preços nº 01/2020 e Contrato nº 035/2020.

Vargeão, SC, 14 de fevereiro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA - Nº003/2020

Publicação Nº 2360032

PORTARIA Nº 003/2020

Dispõe sobre a instalação de sindicância investigativa para apurar supostas irregularidades junto a contadoria do Poder Legislativo de Vargem/SC.

O Exmo. Sr. Roberto Felipe Mendes Spolti, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Vargem/SC, e demais membros da mesa diretora da casa legislativa para o ano de 2020, nos usos de suas atribuições legais, em especial o artigo 18, IV e artigo 20, III, d, do Regimento interno além do embasamento da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE,

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades junto a Contadoria do Poder Legislativo, em especial a falta de recolhimento de INSS e demais encargos relativos aos funcionários e vereadores.

Art. 2º. Designar os membros na pessoa do Vereadores Tiago Álvaro Corrêa de Almeida para atuar como Presidente e a funcionária Eva Dilmara Gazzola da Silva para atuar como membro;

Art. 3º. Deliberar que tal sindicância, por sua natureza investigativa, será célere, assegurando a publicidade, o amplo direito de defesa e os demais fundamentos e princípios legais.

Art. 4º. A Comissão ora nomeada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos a administração da Câmara Municipal de Vargem, podendo se assim necessitar prorrogar por igual período.

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimento e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

Vargem – SC, 13 de Fevereiro de 2020.

Roberto Felipe Mendes Spolti

Vereador - Presidente

CPF: 027.827.889-22

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 017/2020

Publicação Nº 2359835

DECRETO Nº 017/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

“DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita:

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado “Ponto Facultativo” no serviço público municipal de Vargem Bonita, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2020, segunda e terça-feira de carnaval, exceto os serviços essenciais de saúde executados em regime de plantão.

Art. 2º - O retorno aos trabalhos normais no serviço público se dará no dia 26 de fevereiro de 2020, em horário de funcionamento das 13h30min às 17h30min.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 14 de fevereiro de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 17/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.236/2020

Publicação Nº 2358583

DECRETO Nº 17.236/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 361.900,00 (trezentos e sessenta e um mil e novecentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Turismo e Cultura	
01 – Gestão de Turismo e Cultura	
2.053 – Turismo e Cultura	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	168.800,00
10 – Secretaria de Turismo e Cultura	
01 – Gestão de Turismo e Cultura	
2.054 – Festividades Culturais do Município	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	193.100,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	361.900,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos próprios do exercício de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.237/2020

Publicação Nº 2358581

DECRETO Nº 17.237/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 9.687,25 (Nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
01 – Gestão de Ensino Fundamental		
2.026 – Merenda Escolar – PNAE		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0043 – Aplicações Diretas	9.687,25	
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES		9.687,25

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2019 dos recursos vinculados à educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 17.238/2020

Publicação Nº 2358578

DECRETO Nº 17.238/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de 2019.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 4.630,23 (quatro mil, seiscentos e trinta reais e vinte e três centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.71.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	1.860,00
04 – Secretaria Municipal da Fazenda	
01 – Ativ. Contábeis, Financeiras, tributárias e Fiscais	
2.023 – Gestão Tributária e Fiscal	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	2.770,23
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	4.630,23

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos próprios do exercício de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.239/2020

Publicação Nº 2358575

DECRETO Nº 17.239/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera, a pedido, servidor público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município

e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3765/2020,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARCELO PERIN, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, nomeado pela Portaria nº 1932/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 9 de fevereiro de 2020.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.240/2020

Publicação Nº 2359361

DECRETO Nº 17.240/20, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia Diretor de Urgência e Emergência

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LETICIA MARIA PEDON MORAES CARELLI, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Urgência e Emergência, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2020.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.241/2020

Publicação Nº 2359359

DECRETO Nº 17.241/20, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Assessor de Atividades Artísticas e Culturais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 10 de fevereiro de 2020, MICHELE CORRÊA TIRITAN, do cargo comissionado de Assessor de Atividades Artísticas e Culturais, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2020.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.242/2020

Publicação Nº 2359357

DECRETO Nº 17.242/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Torna sem efeito o Decreto nº 17.021/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4011/2020,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 17.021/19 que nomeou DANILLO DOS SANTOS FRANCISCO, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.243/2020

Publicação Nº 2359356

DECRETO Nº 17.243/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GIULIANE BOGONI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.43

DECRETO Nº 17.244/2020

Publicação Nº 2359355

DECRETO Nº 17.244/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, com base nos art. 51, §4º e 5º e 57, II da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 478/2020,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar ELIZABETE MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida pelo Decreto nº 14.492/17.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0167/2020

Publicação Nº 2358573

PORTARIA nº 0167/2020

Designa Servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar RICARDO DE MELLO MORO, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 3 de fevereiro de 2020.

Videira, 12 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0168/2020

Publicação Nº 2359350

PORTARIA nº 0168/2020

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 911/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 28, da Lei nº 3.734/19,

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras, RENATA CHRISTINA MELILLO, FRANCIELI DAYANA BINDER e PAULO RENATO DE MORAIS, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 911/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0169/2020

Publicação Nº 2359354

PORTARIA nº 0169/2020

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 910/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 28, da Lei nº 3.734/19,

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras, RENATA CHRISTINA MELILLO, LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO e LENISE REGINA Z. CAMILOTTI, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 910/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0170/2020

Publicação Nº 2358570

PORTARIA nº 0170/2020

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3315/2020,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 13 de fevereiro de 2020 até 3 de março de 2020, o gozo de férias do servidor EDDER BASSO DOS REIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 14 de janeiro de 2019 até 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0171/2020

Publicação Nº 2358567

PORTARIA nº 0171/2020
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2210/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora CARISE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA SILVA, Técnica em Enfermagem, a partir de 1º de abril de 2020 até 1º de julho de 2020, referente ao quinquênio de 8 de setembro de 2013 até 3 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2020.

Videira, 13 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0172/2020

Publicação Nº 2359353

PORTARIA nº 0172/2020
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Memorando nº 17/20DEPMF,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI, Professora, a partir do dia 10 de fevereiro de 2020 até 7 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2020.

Videira, 14 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PR 01/2020 - CMV

Publicação Nº 2359346

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 – CMV

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2020 - CMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAR E INSTALAR MÓVEIS PLANEJADOS E ADAPTAR MÓVEIS EXISTENTES, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA. : a partir das 16:30 horas do dia 09 de março de 2020, na Câmara de Vereadores de Videira, na Avenida Manoel Roque, nº 99, térreo, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:30 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.camaravideira.sc.gov.br ou na Câmara Municipal de Vereadores, na Avenida Manoel Roque, nº 99, Videira/SC, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através do e-mail: assessoria@camaravideira.sc.gov.br. Videira/SC, 14 de fevereiro de 2020.

CARLOS DEMENEK - Presidente

PORTARIA 09 FÉRIAS PAMELA

Publicação Nº 2359333

PORTARIA Nº 09/2020
Concede Férias à servidora Pamella Beltrame

CARLOS DEMENEK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pamella Beltrame, Portaria de Nomeação nº 002/2017, Cargo em Comissão de Diretora Administrativa, referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019, a partir do dia 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 14 de fevereiro de 2020.

CARLOS DEMENEK
Presidente

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO 05/2020

Publicação Nº 2358530

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, no dia 28/02/2020, às 14:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº1520, Centro, para REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE PRESERVATIVO DE MADEIRA PARA USO NA USINA DE TRATAMENTO DE MADEIRA DESTA MUNICIPALIDADE. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 06/2020

Publicação Nº 2358531

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 31/03/2020, às 08:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, PARA AQUISIÇÃO DE 1 TRATOR, 1 RETROESCAVADEIRA E 4 DISTRIBUIDORES DE ADUBO PARA MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC, CONFORME CONVENIOS MAPA Nº 890454/2019, MAPA Nº 889619/2019 E MAPA Nº 892346/2019. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 07/2020 - ARBITRAGEM

Publicação Nº 2359058

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 28 de fevereiro de 2020, às 08:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO CAT. ADULTO MASCULINO, CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUÍÇO CAT. ADULTO MASCULINO, FEMININO E VETERANO MASCULINO, CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL CAT. ADULTO MASCULINO, FEMININO E VETERANO MASCULINO, TORNEIO FAMILIAR DE FUTSAL CAT. ADULTO MASCULINO, CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL CAT. DE BASE MASCULINO E FEMININO, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE WITMARSUM DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 08/2020 - DETONAÇÃO E BRITAGEM

Publicação Nº 2360429

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia

02/03/2020, às 14:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº1520, Centro, PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DETONAÇÃO E BRITAGEM DE JAZIDA DE PEDRA DESTINADA A RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE TRECHOS DA MALHA VIÁRIA VICINAL COM MATERIAL DE JAZIDA TIPO BRITA CORRIDA. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 17 de fevereiro de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2020

Publicação Nº 2358585

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0040/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0017/2020, do tipo menor preço por item, tendo como objeto Serviços de Transporte de Atletas e Grupos Artísticos e Culturais do Município, por Km rodado, com Veículos Ônibus, Micro-ônibus e Van, em diversas modalidades esportivas e culturais que participam de competições e eventos oficiais em nível Microrregional, Regional e Estadual, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 05 de março de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 14 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004/2020

Publicação Nº 2359153

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004/2020 tendo como objeto a Locação de concentradores de oxigênio e cargas/recargas de oxigênio medicinal domiciliar destinado aos pacientes da Secretária Municipal de Saúde, do Serviço Móvel de Urgência (SAMU), Ambulância Municipal, Unidade de Pronto Atendimento e Unidades Básicas de Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08h30min do dia 03 de março de 2020, e o início da disputa às 09h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.bll.org.br. Informações complementares email: licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 14 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 042/2020

Publicação Nº 2360409

DECRETO Nº 042/2020

ANTECIPA DATA DE FERIADO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o contato com a ACIX, o CDL e a Paróquia Nosso Senhor Bom Jesus onde houve concordância com a antecipação para o dia 03 de agosto do feriado do padroeiro;

Considerando o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº AM 4036/2018, de 10 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º O feriado municipal de 06 de agosto, alusivo ao Dia do Padroeiro do Município – Senhor Bom Jesus, no ano de 2020, fica antecipado para o dia 03 de agosto de 2020 (segunda-feira).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 11 de fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 043/2020

Publicação Nº 2360410

DECRETO Nº 043/2020

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento

no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/2019, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e
Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de motorista no Concurso Público Municipal nº 006/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 290/2019, de 05/06/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor LUIZ ANTONIO MOREIRA, brasileiro, convivente, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 024.001.169/46, portador da Cédula de Identidade nº 3.867.280, expedida pela SSP/SC, para o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 13 de fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2020

Publicação Nº 2358628

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 094/2020

CEDER SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO CARTÓRIO ELEITORAL - 43º ZONA ELEITORAL - XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 6999/1982 e na resolução do TSE n. 23.484/2016 e Portaria P.297/2010;

CONSIDERANDO a previsão legal do Arts. 8º e 9º da Lei Municipal 3885/2016, quanto a autorização para praticar tais atos de cedência.

RESOLVE

CEDER a Sra. KARLA HACK DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê SC, portadora da CI nº 4.692.700 e CPF nº 053.008.539-92, nomeada conforme Decreto nº AJG 179/16, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para desempenhar atividades profissionais no cartório eleitoral, 43º zona eleitoral de Xanxerê.

DETERMINAR que esta cedência vigore pelo período de 17.02.2020 a 31.12.2020, com ônus para o Município.

O deferimento atende ao Ofício ZE043/cmr n. 268/2019, de 17.12.2019 e Protocolado sob nº 0006191/2019 datado em 19.12.2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 14 de Fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2020

Publicação Nº 2358867

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 095/2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/16.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 02.03.2020 a 31.03.2020 ao Servidor Público Municipal o Sr. NATANAEL SILVA COSTA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 5.920.061 e CPF nº 825.169.609-72, nomeado conforme Decreto nº AM 090/2017, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
20.03.2019 a 19.03.2020 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 14 de Fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL Nº 01, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS**

Publicação Nº 2359369



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020

**EDITAL Nº 01, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS**

Abre inscrições e estabelece normas para realização de Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a Lei nº 1.775/1991 e alterações, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; a Lei nº 3.376/2011 e alterações, que institui o Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral de Pessoal do Poder Legislativo, além das demais legislações aplicáveis, autorizado por meio do Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº 01/2020 e Contrato Administrativo nº 01/2020, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Concurso Público de Provas para formação de cadastro de reserva e provimento de cargos públicos em caráter efetivo do quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a execução técnico-administrativa da SIGMA Assessoria e Consultoria, com site: <http://sigma.concursos.srv.br> e e-mail: contato@sigmaconsultoriasc.com.br.

1.2. O presente certame terá a supervisão, em todas as suas fases, da Comissão Especial do Concurso Público, designada pela Portaria nº 03/2020.

1.3. O Concurso Público se destina ao provimento das vagas legais existentes de cargos públicos em caráter efetivo do quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, na forma do Anexo I, parte integrante deste instrumento.

1.4. É de total responsabilidade do candidato conhecer o conteúdo deste Edital, bem como consultar o site da SIGMA Assessoria e Consultoria no endereço <http://sigma.concursos.srv.br> e da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, no endereço www.camaraxanxere.sc.gov.br para acompanhar a publicação de todos os atos e eventuais alterações pertinentes ao Concurso Público originado pelo presente Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas por meio eletrônico (internet) a partir das **12 horas do dia 17 de fevereiro de 2020 até às 12 horas do dia 17 de março de 2020**, por meio do preenchimento do requerimento disponível na página do certame em **<http://sigma.concursos.srv.br>**, na opção correspondente ao Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC e o cumprimento dos procedimentos constantes nesse Edital.

2.2. A inscrição no presente certame implica no conhecimento e na aceitação tácita, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo condições mínimas para inscrição e ingresso no serviço público:

2.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ter nacionalidade portuguesa e, neste caso, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal.

2.2.2. Possuir formação/habilitação para o cargo pretendido, consoante disposto nos Anexos I e V deste Edital.

2.2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, sendo do sexo masculino, estar quite, também, com as obrigações do serviço militar.

2.2.4. Ser titular de CPF (Cadastro de Pessoa Física) regularizado.

2.2.5. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado no ato da contratação, ante assinatura de regular termo de declaração.

2.2.6. Encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

2.2.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências deste Edital, das atribuições do cargo que postula e das instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente certame.

2.2.8. Manter comprovante de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição.

2.2.9. Ter, no mínimo, dezoito (18) anos completos na data da investidura.

2.2.10. Preencher com exatidão e de forma completa todos os campos do requerimento de inscrição disponível no sítio eletrônico do certame.

2.2.11. O candidato deverá preencher todos os campos do requerimento não deixando nenhum em branco ou incompleto, sob pena de indeferimento de plano da inscrição.

2.2.12. O candidato deverá indicar um endereço eletrônico (e-mail) válido, o qual deverá permanecer ativo a fim de receber eventuais comunicações da SIGMA, o que não o isenta



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



de acompanhar as publicações oficiais pelo site, sendo que um mesmo endereço eletrônico não poderá ser utilizado por mais de um candidato.

2.2.13. O candidato que não tiver acesso à rede mundial de computadores poderá buscar auxílio junto ao **“Centro de Apoio ao Candidato”** disponível na Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê, sito à Rua Rui Barbosa, 238 - centro, nesta cidade, no horário normal de expediente, onde será disponibilizado computador com acesso à internet para realização das inscrições.

2.2.14. A SIGMA não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sendo obrigação do candidato acompanhar a publicação das inscrições deferidas e homologadas nos endereços listados no item 1.4.

2.3. Não serão admitidas inscrições, sob qualquer condição ou pretexto, após os prazos e horários fixados no item 2.1.

2.4. Não serão admitidas e não serão validadas inscrições recebidas pela via postal, correio eletrônico, fac-símile ou qualquer outra modalidade em desacordo com o estabelecido no item 2.1.

2.5. Será indeferida a inscrição do candidato que indicar cargo, cuja vaga não esteja prevista, ou que deixar de indicá-lo ou que indicar mais de um cargo na inscrição.

2.6. O candidato poderá inscrever-se uma única vez, sendo que uma vez efetuada a inscrição não serão aceitos pedidos de alterações, como mudança de cargo e outras. Por isso, recomenda-se a leitura completa do Edital antes de formalizar a inscrição.

2.7. Ao inscrever-se o candidato está declarando formalmente que preenche os requisitos exigidos para o cargo pretendido constantes no Edital, sendo que os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação profissional, habilitação e demais requisitos exigidos para investidura nos cargos de que tratam os Anexos I e V, e demais legislações específicas, deverão ser apresentados e comprovados por ocasião da convocação para posse.

2.8. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão considerados nulos de pleno direito todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato ensejador seja constatado posteriormente, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.9. A adulteração de qualquer elemento constante dos documentos pessoais ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento informado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do certame, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.10. A veracidade das informações contidas no requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



2.11. A taxa de inscrição corresponderá aos seguintes valores por candidato:

HABILITAÇÃO	VALOR (R\$)
Ensino superior	R\$ 150,00
Ensino fundamental	R\$ 80,00

2.12. O boleto para pagamento da taxa de inscrição está disponível para impressão no site: <http://sigma.concursos.srv.br>, na opção correspondente ao Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC.

2.12.1. O pagamento da inscrição deverá ser realizado, exclusivamente, com o boleto bancário impresso no site da SIGMA, até a data constante no documento, em qualquer agência, correspondente bancário ou terminal de auto atendimento, observados seus horários de funcionamento, ou via internet, até o horário de encerramento do expediente bancário da data de vencimento do documento, ou seja, **17/03/2020**.

2.12.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e congêneres na localidade em que se encontra o candidato, o pagamento deverá ser feito antecipadamente.

2.12.3. O pagamento extemporâneo não será reembolsado ao candidato.

2.12.4. Serão homologadas somente as inscrições, cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto de pagamento gerado pelo sistema de inscrições da SIGMA contendo o respectivo código de barras e logomarca da **CAIXA**, sendo a representação numérica do código de barras (linha digitável) iniciando com o nº **104**.

2.12.5. Antes de efetuar o pagamento, a fim de evitar pagamento de boleto fraudado, verifique os primeiros números constantes no código de barras e o banco, sendo de inteira responsabilidade do candidato averiguar as informações do boleto bancário.

2.12.6. O candidato que pagar boleto que contenha elementos (banco e código de barras) em desacordo com o estabelecido no subitem 2.12.4, não terá sua inscrição efetivada e também não lhe será devido qualquer ressarcimento da importância paga.

2.13. Não será admitido pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento, banco postal, cheque, ordem de pagamento, depósito bancário ou transferências entre contas, procedimentos que não constituem prova de quitação da taxa de inscrição.

2.14. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados em discordância com o previsto nesse Capítulo, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

2.15. Não será processada a inscrição com pagamento efetuado por valor menor do que o previsto neste Edital, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



2.16. Será processada a inscrição com pagamento efetuado por valor maior do que o estabelecido neste Edital; no entanto, não será devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga em maior ou em duplicidade.

2.17. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou processos seletivos ou para outro cargo.

2.18. A Câmara Municipal de Vereadores e a SIGMA Assessoria e Consultoria, em nenhuma hipótese, processarão qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia **17/03/2020**, sendo que as solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data serão indeferidas.

2.19. O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela SIGMA, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição, através de arquivo de retorno do banco, nos valores estabelecidos neste Edital.

2.20. O boleto bancário e o comprovante de inscrição poderão ser reimpressos somente durante o período (data e horário) das inscrições, ficando indisponíveis a posteriori.

2.21. Todo procedimento é realizado por via eletrônica; o candidato NÃO deve remeter à Câmara ou a SIGMA cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.22. O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o pagamento do valor relativo à taxa de inscrição correspondente ao cargo pretendido e não será efetuada, em qualquer hipótese, inclusive quanto às inscrições indeferidas, a restituição de valores referente ao pagamento da taxa de inscrição.

2.23. Serão considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago a taxa de inscrição, não tenham preenchido o respectivo requerimento de inscrição nos termos disciplinados nesse Edital.

2.24. Caso a inscrição não conste no relatório das inscrições deferidas a ser divulgado conforme cronograma do Anexo II, o candidato deverá interpor recurso consoante disposições do Capítulo IX, nos prazos recursais estabelecidos neste Edital, anexando cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) comprovante de inscrição impresso no site da SIGMA;
- b) comprovante de pagamento da taxa de inscrição; e
- c) boleto bancário impresso no site da SIGMA.

2.25. Os comprovantes de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição deverão ser apresentados para acesso aos locais de realização das provas.

2.25.1. A critério da Comissão Executiva da SIGMA, os documentos de que trata o item 2.25 poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato ou do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



2.26. As inscrições que preencherem todos os requisitos estabelecidos neste Edital serão homologadas no prazo previsto no Anexo II e estarão disponíveis no Mural de Publicações da Câmara Municipal de Vereadores e na página do certame no sítio eletrônico (<http://sigma.concursos.srv.br>).

2.27. Será publicado relatório contendo, apenas, as inscrições deferidas.

2.28. A inscrição somente será homologada se cumpridos todos os procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

CAPÍTULO III – DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. Os candidatos doadores de sangue fidelizado e de medula, que preencherem os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/1997, alterada pela Lei nº 17.457/2018, e da Lei Municipal nº 3.692/2014 e os candidatos hipossuficientes de recursos financeiros poderão requerer isenção de pagamento da taxa de inscrição, nas formas disciplinadas nesse Capítulo.

3.2. O candidato hipossuficiente de recursos financeiros que comprovar renda da sua entidade familiar inferior a dois salários mínimos, a época das inscrições, mediante comprovante de renda ou de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135/2007 e preencher os requisitos do Decreto Federal nº 6.593/2008, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.3. A isenção deverá ser solicitada através de Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Hipossuficientes, conforme modelo do Anexo VII, devendo ser enviado em envelope lacrado, impreterivelmente, até **09/03/2020**, via postal, obrigatoriamente por SEDEX, cuja data de postagem deverá ser anterior ou igual a **09/03/2020**, para a Comissão Especial do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, Rua Rui Barbosa, 238 - Centro, CEP 89820-000 – Xanxerê/SC, ou diretamente no setor de protocolo da Câmara de Vereadores, em horário de expediente.

3.4. O requerimento deverá estar acompanhado obrigatoriamente:

- a) do comprovante de inscrição (impresso no site da SIGMA);
- b) do Número de Identificação Social (NIS) do candidato atribuído pelo CadÚnico ou;
- c) de Declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e de Comprovação de Renda Familiar devidamente preenchida, incluindo a renda do candidato;
- d) de documento(s) (original ou cópia autenticada) que comprove(m) a renda familiar de todos os membros da família indicados na Declaração de Comprovação de Renda Familiar, incluindo a renda do candidato, sendo que tal comprovação deverá ser realizada por meio de remessa à Comissão Especial do Concurso Público dos seguintes documentos, nos casos de:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



- i) empregados de empresas privadas: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais) e da primeira página subsequente em branco;
- ii) servidores públicos: cópia do último contracheque;
- iii) autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia autenticada em cartório de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA) e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- iv) desempregados: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- v) servidores públicos exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, além de cópia do último contracheque;
- vi) pensionistas: cópia do comprovante de crédito atual do benefício fornecida pela instituição pagadora, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- vii) estagiários: cópias do Contrato de Estágio e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;
- e) cópia do Documento de Identidade (RG) do candidato;
- f) cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;
- g) cópias das últimas três contas de energia elétrica com o mesmo endereço do candidato, conforme indicado no formulário de inscrição, as quais não deverão ultrapassar o consumo mensal de 100 Kwh.

3.5. A Declaração de Comprovação de Renda Familiar deve ser preenchida com os dados de todos os membros da família, os quais também deverão ter suas respectivas rendas comprovadas pelos documentos listados no tem 3.4 desse Capítulo.

3.6. A Comissão Especial do Concurso Público verificará a veracidade das informações prestadas pelo candidato no órgão gestor do CadÚnico e terá decisão terminativa sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de isenção.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



3.7. Os doadores de sangue fidelizado e de medula também poderão solicitar isenção através de Requerimento Específico de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue Fidelizado e de Medula, conforme modelo do Anexo VIII, devendo ser enviado em envelope lacrado, impreterivelmente, até **09/03/2020**, via postal, obrigatoriamente por SEDEX, cuja data de postagem deverá ser anterior ou igual a **09/03/2020**, para a Comissão Especial do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, sito à Rua Rui Barbosa, 238 - Centro, CEP 89820-000 – Xanxerê/SC, ou diretamente no setor de protocolo da Câmara de Vereadores, em horário de expediente.

3.8. Não será aceita solicitação de isenção via fax ou correio eletrônico.

3.9. O requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente:

- do comprovante de inscrição (impresso no site da SIGMA);
- de comprovante (original ou cópia autenticada) expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue voluntário de repetição, relacionando o número e a data das doações, não podendo ser inferior a duas (02) doações de sangue no período de um ano imediatamente anterior ao Edital de abertura do certame;
- de comprovação de inscrição no cadastro do Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME), através de cópia simples e legível do comprovante de inscrição no REDOME;
- cópia do Documento de Identidade (RG) do candidato; e
- cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.10. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue e medula promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, Estado ou Município.

3.11. Não será concedida isenção ao candidato que:

- Omitir informações;
- Fraudar e/ou falsificar documentação;
- Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou
- Requerer pedido de isenção fora dos prazos previstos nesse Capítulo.

3.12. Não serão aceitos, após a entrega do requerimento, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

3.13. O simples preenchimento do requerimento de isenção não garante ao candidato o benefício postulado, o qual estará sujeito à análise e deferimento.

3.14. É de total responsabilidade do candidato acompanhar a apreciação do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento, nos prazos desse Edital.

3.15. A Comissão Especial do Concurso Público analisará os requerimentos de isenção e publicará o relatório de julgamento no mural da Câmara de Vereadores e nos endereços eletrônicos listados no item 1.4 até o dia **13/03/2020**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



3.16. O candidato com requerimento de isenção indeferido poderá participar do Concurso Público desde que efetue o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento constante no boleto bancário **(17/03/2020)**.

3.17. O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga terá sua isenção cancelada.

3.18. As informações prestadas no requerimento de isenção, bem como toda a documentação apresentada, são de inteira responsabilidade do candidato.

3.19. Se comprovadamente falsas as declarações para obtenção da isenção, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas em lei.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1. Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente certame, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, VIII, da Constituição Federal.

4.2. As pessoas com deficiência devem indicar sua condição especial no campo específico do requerimento de inscrição.

4.3. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, quando aplicável, estas serão preenchidas pelos demais candidatos classificados.

4.4. Os candidatos que necessitem de condições especiais para a realização das provas deverão indicar, no campo específico do requerimento de inscrição, previsto no Anexo VI, as condições especiais que necessitam para realizar as provas, sendo que a decisão desses requerimentos caberá à Comissão Executora do certame que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

4.5. Serão consideradas necessidades especiais somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas na Lei Federal nº 7.853/1989 e nos Decretos Federais nº 3.298/1999 e suas alterações e nº 5.296/2004 e suas alterações.

4.5.1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

4.6. O candidato com deficiência, após formalizar a inscrição e consignar sua condição especial, deverá encaminhar à SIGMA Assessoria e Consultoria (Rua Alvice Caldart, 16, centro, CEP 89665-000, Capinzal/SC), obrigatoriamente, via SEDEX, o requerimento constante do Anexo VI, devidamente preenchido, anexando cópia simples do CPF e do documento de identidade e o laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impedirá o candidato ao exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital.

4.6.1. O candidato que necessitar realizar a prova de conhecimentos em braile ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição, conforme item 4.4.

4.6.2. O candidato que necessitar realizar a prova com fonte de impressão ampliada deverá requerer no ato da inscrição, consoante item 4.4.

4.6.3. Para usufruir das condições especiais elencadas nos subitens 4.6.1 e 4.6.2 o candidato deverá requerer na forma do Anexo VI e apresentar laudo médico que comprove a condição especial.

4.6.4. A remessa dos documentos referidos no item 3.6 e seus subitens à organizadora é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.6.5. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção no requerimento de inscrição.

4.7. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente do candidato que, no ato da inscrição, não declarar e/ou requerer e comprovar a condição especial.

4.8. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.9. O candidato inscrito para vaga reservada a candidato com deficiência, quando aplicável, que deixar de atender prazos e exigências editalícias, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer como candidato não portador de deficiência.

4.10. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para investidura e exercício das atribuições dos cargos.

4.11. Os candidatos portadores de deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições dos cargos.

4.12. Os candidatos portadores de deficiências participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, critérios de aprovação, nota mínima exigida, data, horário e local de aplicação das provas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



4.13. A publicação do resultado final deste certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

4.14. Não há vaga reservada para provimento para candidatos com deficiência em razão do quantitativo de vagas oferecidas neste certame.

4.15. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas, poderá fazê-lo em sala especialmente reservada, desde que o requeira no ato da inscrição, observando os seguintes procedimentos:

4.16. Requerer atendimento especial durante o ato de inscrição em requerimento específico constante no Anexo VI.

4.17. A criança deverá estar acompanhada, em ambiente reservado para essa finalidade, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

4.18. Em intervalos regulares, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas para amamentar, devidamente acompanhada por fiscal, o qual assegurará a manutenção das condições de sigilo e isonomia com os demais candidatos na realização da prova e a reposição do tempo despendido na amamentação, limitado ao máximo de trinta minutos.

4.19. Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

4.20. A relação das candidatas que obtiverem o deferimento de pedido de condição especial de realização da prova como lactante será previamente divulgada, em lista separada, para conhecimento de todos os candidatos do certame.

4.21. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (gravidez, períodos menstruais, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas, ou nelas prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou aplicação de nova prova.

CAPÍTULO V – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos empossados em decorrência de aprovação neste Concurso Público submeter-se-ão ao regime jurídico estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Xanxerê, instituído pela Lei Municipal nº 1.775/1991 e alterações e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como contribuinte obrigatório para este Regime Geral, na forma da lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



CAPÍTULO VI – DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público reger-se-á de prova escrita objetiva de conhecimentos para todos os cargos deste certame.

6.2. O candidato que necessitar alguma condição especial para realização das provas objetivas de conhecimentos deverá requerer no ato da inscrição, consoante disposições do Capítulo III, bem como comprovar tal condição, para fins de análise quanto à concessão do pleito.

6.3. As provas serão aplicadas nas datas prováveis de **28 e/ou 29 de março de 2020**, em data(s), local(is) e horário(s) a ser estabelecido na publicação do Edital de homologação das inscrições.

6.3.1. Os portões de acesso aos locais das provas escritas serão fechados dez (10) minutos antes do horário de início das provas, sendo vedado o ingresso de candidatos após esse horário.

6.4. De acordo com o número de inscrições, a Comissão Executora da SIGMA poderá dividir a aplicação das provas em mais de um local, turno e/ou data, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações pertinentes na página do certame na internet (<http://sigma.concursos.srv.br>).

6.5. As provas escritas de conhecimentos serão realizadas em etapa única de até três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-respostas e o tempo necessário às instruções transmitidas pelos fiscais de sala.

6.6. Para entrar nos locais de prova e assinar a lista de presença, os candidatos deverão apresentar documento original de identificação válido com foto (vide item 6.7) e portar os comprovantes de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição.

6.6.1. A critério da Comissão Executora, os comprovantes de inscrição e de pagamento previstos no item 6.6 poderão ser dispensados, desde que constatada a efetiva homologação da inscrição do candidato ou do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

6.7. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos...); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.8. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, Carteira Nacional de Habilitação (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. O candidato que não apresentar o documento de identificação original válido na forma definida no item 6.7 estará impedido de assinar a lista de presença e, automaticamente, de adentrar a sala e de realizar a prova, estando, sumariamente, eliminado do certame.

6.11. Não será aceito nenhum outro documento em substituição aos exigidos no item 6.7 deste Edital.

6.12. Para início das provas, após as instruções dos fiscais, serão convidados três (03) candidatos para comprovarem a inviolabilidade do lacre e abertura do invólucro que contém os cadernos de provas, os quais assinarão, juntamente com os fiscais de sala e os membros da Comissão Especial do Concurso Público, a Ata de Abertura do processo de aplicação das provas do certame.

6.13. O caderno de questões de provas ficará em poder definitivo do candidato.

6.13.1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões para o cartão-respostas, que será o único documento válido para correção das provas, em sistema eletrônico por meio de leitura óptica, cujo preenchimento será de sua inteira responsabilidade, devendo proceder estritamente em conformidade com as instruções contidas neste Edital e na capa do caderno de questões de provas.

6.13.2. O candidato que preencher o cartão-respostas em desacordo com as instruções contidas neste Edital e na capa do caderno de provas estará sumariamente desclassificado do certame.

6.14. O candidato será devidamente identificado no cartão-respostas com nome e números de inscrição, CPF e RG, onde deverá apor a assinatura e conferir a sua identificação e do cargo para o qual se inscreveu, devendo entregá-lo, obrigatoriamente, aos fiscais, devidamente assinado e preenchido com suas respostas, ao sair da sala de provas, sob pena de desclassificação sumária do certame.

6.15. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a desobediência implicará na eliminação do certame e na remoção do candidato do local.

6.15.1. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, câmeras fotográficas, relógios digitais, *tablets*, *notebooks* e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento eletroeletrônico. Ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos aqui citados, sob pena de eliminação do candidato do certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



6.15.2. O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá apresentar laudo médico, bem como informar previamente ao fiscal de sala, sob pena de não poder utilizar a prótese durante a realização das provas.

6.15.3. Os objetos pessoais como bolsas e similares, os aparelhos de telefones celulares, relógios digitais e outros equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e depositados na parte frontal da sala ou sob a classe do candidato, antes do início das provas, ficando à vista do candidato e sob sua inteira responsabilidade, sendo retirados apenas na saída, sob pena de eliminação do candidato do certame. A SIGMA não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.

6.15.4. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis, borracha, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.

6.15.5. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, a Comissão Executora poderá, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas, devendo ser registradas em ata as providências adotadas.

6.16. Se por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova previsto neste Edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.

6.16.1. Ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local e atender às orientações da coordenação e dos fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

6.17. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se da sala para dirigir-se aos sanitários se acompanhado por um fiscal, sob pena de eliminação do certame.

6.17.1. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de provas após decorrido, no mínimo, uma hora de seu início.

6.18. Ao retirar-se da sala, o candidato deverá entregar ao fiscal o cartão-respostas devidamente preenchido e assinado. Caso não o faça, estará sumariamente eliminado do certame, mesmo que preenchido, mas sem a correspondente assinatura.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar o cartão-respostas e retirar-se definitivamente do local de forma simultânea, após cumpridos os procedimentos previstos nos itens 6.20 e 6.21.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



6.20. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independentemente do cargo postulado, inclusive os cartões dos candidatos ausentes.

6.21. Encerradas as provas, na presença dos três últimos candidatos remanescentes em cada sala e dos fiscais, será lavrada a Ata de Encerramento e o Relatório de Ocorrências mediante a conferência de todos os cartões-respostas, cujas irregularidades e inconsistências quanto ao preenchimento de que trata o item 7.8 serão objeto de registro no referido instrumento, ante a assinatura destes e dos respectivos fiscais.

6.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital ou em seus termos aditivos.

6.23. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas escritas com antecedência mínima de trinta (30) minutos.

CAPÍTULO VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova escrita objetiva de conhecimentos, de caráter classificatório e eliminatório, constituir-se-á de questões de conhecimentos específicos da área de atuação, língua portuguesa, matemática, legislação e conhecimentos gerais, conforme as especificações em cada caso, na forma das grades dos itens 7.3 e 7.5 e dos conteúdos programáticos constantes nos Anexos III e IV do Edital.

7.2. A prova escrita para o cargo de nível de ensino fundamental será objetiva teórica e conterá trinta (30) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.

7.3. A composição da prova de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina para o cargo de que trata o item 7.2 constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos específicos	05	1,00	5,00
Legislação e conhecimentos gerais	10	0,20	2,00
Língua portuguesa	10	0,20	2,00
Matemática	05	0,20	1,00
Total	30		10,00

7.4. A prova escrita para os cargos de nível de ensino superior será objetiva teórica e conterá quarenta (40) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



7.5. A composição da prova de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina para os cargos de que trata o item 7.4 constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos específicos	10	0,50	5,00
Língua portuguesa	10	0,20	2,00
Legislação e conhecimentos gerais	10	0,20	2,00
Matemática	10	0,10	1,00
Total	40		10,00

7.6. À prova escrita objetiva de conhecimentos será atribuída nota de 0,00 (zero vírgula zero) pontos a 10,00 (dez vírgula zero) pontos para todos os cargos.

7.7. As notas serão expressas com duas casas decimais, sem arredondamento, tomando-se por base a pontuação estabelecida pelas grades dos itens 7.3 e 7.5.

7.8. Para preenchimento da grade de respostas no cartão-respostas resultante da resolução da prova escrita de conhecimentos o candidato deverá utilizar, obrigatoriamente, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, cujo cartão não será substituído em caso de erro ou marcação incorreta.

7.9. A adequada marcação e o preenchimento do cartão-respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá observar as instruções constantes nesse Edital, na capa do caderno de questões e, em especial, ao disposto no item 7.10.

7.10. Será atribuída nota zero às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- Emendas, borrões e/ou rasuras na área da grade de respostas destinada à leitura óptica pelo sistema eletrônico de correção;
- Mais de uma alternativa de resposta assinalada por questão;
- Questão(ões) não assinalada(s), isto é, alternativas de respostas em branco;
- Cartão-respostas preenchido fora das especificações estabelecidas neste Edital, isto é, preenchido a lápis ou caneta esferográfica de tinta, cuja cor seja diversa do especificado no item 7.8, ou ainda, com marcação em desacordo da indicada nas instruções do caderno de questões;
- Cartão-respostas entregue sem a devida assinatura do candidato, condição em que este estará preliminarmente desclassificado do certame.

7.11. O gabarito preliminar da prova objetiva será publicado a partir das 20 horas da data de realização da referida prova no site: <http://sigma.concursos.srv.br>.

7.12. Havendo impugnação de questão e/ou ao gabarito preliminar da prova objetiva de conhecimentos o candidato poderá interpor recurso, na forma do Capítulo IX.

7.13. O relatório contendo os pareceres com as respostas às impugnações de questões será publicado juntamente com a classificação final do Concurso Público.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



7.14. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos do cargo.

CAPÍTULO VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Serão considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco vírgula zero) pontos.

8.2. A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, de conformidade com as grades dos itens 7.3 e 7.5.

8.3. A classificação final dos candidatos será realizada depois de esgotadas todas as fases de recursos, cujo relatório obedecerá a ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

8.4. Na hipótese de igualdade de pontos, ocorrendo empate na classificação final, o desempate será obtido através da aplicação dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) 1ª preferência: candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição neste certame, em conformidade com o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
- b) 2ª preferência: candidatos que estiverem no efetivo exercício da função de jurado, nos termos do art. 440, do Código de Processo Penal;
- c) 3ª preferência: candidatos que tenham trabalhado junto às eleições como auxiliares da justiça de forma não remunerada, tais como, mesários, secretários, dentre outras funções de auxiliar da justiça eleitoral, excluindo-se de tal benefício aqueles que trabalharam diretamente para partidos ou coligações, nos termos do art. 2º, da Lei Complementar Municipal nº 3.692/2014.
- d) Maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- e) Maior nota na prova de legislação e conhecimentos gerais;
- f) Maior nota na prova de língua portuguesa;
- g) Maior nota na prova de matemática;
- h) Maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento; e
- i) Sorteio público a ser divulgado por edital.

8.4.1. O candidato que desejar utilizar as preferências pela condição de jurado e de auxiliar da justiça eleitoral como critério de desempate deverá encaminhar a SIGMA Assessoria e Consultoria, via SEDEX, postado, impreterivelmente, até a data de encerramento das inscrições, os seguintes documentos:

- a) Requerimento, na forma do Anexo IX, preenchido e assinado, de forma clara e legível.
- b) Cópia autenticada ou original da certidão, declaração, atestado ou outro documento expedido pela Justiça Estadual ou Federal ou Eleitoral relativos ao exercício das funções de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal, a partir da vigência da Lei Federal nº 11.689/2008 e de auxiliar da justiça eleitoral, a partir da vigência da Lei Complementar Municipal nº 3.692/2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



8.5. Os critérios de desempate serão aplicados sucessivamente na ordem acima, prevalecendo o critério da alínea “a” sobre o da alínea “b” e o deste sobre aquele da alínea “c”, sucessivamente.

8.6. Para efeito da aplicação das normas deste Edital, será considerada a idade do candidato aquela correspondente ao último dia das inscrições.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS

9.1. Nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo II caberá recurso em desfavor dos seguintes atos do presente Concurso Público:

- a) Não homologação ou incorreção dos dados da inscrição;
- b) Conteúdo das questões e gabarito preliminar da prova escrita;
- c) Resultado da prova escrita de conhecimentos;
- d) Classificação preliminar.

9.2. Os recursos somente serão admitidos se:

- a) interpostos pela internet, na opção correspondente ao Concurso Público da Câmara de Vereadores de Xanxerê/SC, na Área do Candidato, por meio do sistema eletrônico de interposição de recurso, seguindo as orientações da página;
- b) interpostos até às dezoito (18) horas do segundo dia útil subsequente ao da publicação, no endereço eletrônico do certame, do ato do qual o candidato deseja recorrer, conforme cronograma do Anexo II;
- c) individuais e devidamente fundamentados;
- d) devidamente fundamentados com argumentação lógica, referencial teórico e consistentes, inclusive os pedidos de simples revisão de nota;
- e) tempestivos; os intempestivos ou fora das especificações estabelecidas neste Capítulo serão preliminarmente indeferidos e os inconsistentes não providos.

9.3. Não serão recebidos recursos interpostos na forma de arquivo anexo ou por qualquer outro meio ou de forma diversa ao estabelecido no item 9.2.

9.4. Caso não possua acesso à internet, o candidato deverá buscar auxílio junto ao *Centro de Apoio ao Candidato*, no endereço descrito no subitem 2.2.3.

9.5. No caso de anulação de questão(ões) por decisão da Comissão Executora, estas serão consideradas respostas corretas para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, quando forem computados os pontos respectivos, exceto para aqueles que já tiverem recebido a pontuação correspondente.

9.6. Se houver alteração de gabarito, a correção dos cartões-respostas será de acordo com esta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



9.7. Não serão acolhidas solicitações de revisão de nota de outros candidatos, isto é, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo, assim como aqueles, cujo teor desrespeite a banca, serão preliminarmente indeferidos.

9.9. Após a análise dos recursos interpostos ou por constatação e correção de erro material *ex officio*, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda, desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções, a nota mínima exigida para aprovação.

9.10. Os pareceres exarados pela banca examinadora são soberanos e irrecorríveis na esfera administrativa e ficarão disponíveis para consulta dos candidatos no site da SIGMA, na página do certame, a partir da publicação do relatório de homologação do resultado final. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

9.11. A SIGMA não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

CAPÍTULO X – DO PROVIMENTO DOS CARGOS

10.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. As nomeações serão feitas consoante a legislação municipal, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato manter seu endereço atualizado junto ao setor de recursos humanos da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC.

10.3. Os candidatos nomeados no serviço público municipal terão prazo máximo de trinta (30) dias, contados da data de publicação do ato convocatório, para tomar posse podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período, e cinco (05) dias para entrar em exercício, contados da data da posse.

10.4. Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer a posse e/ou o exercício nos prazos legais, quando o candidato perderá automaticamente o direito à vaga, facultando a convocação do próximo candidato por ordem de classificação.

10.5. Os convocados que não queiram assumir deverão manifestar formalmente a desistência da vaga ou a postergação, optando pela última colocação na classificação final do respectivo cargo e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação, a novo chamamento uma única vez.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



10.6. São requisitos para ingresso no serviço público a serem apresentados ou comprovados quando da convocação para posse:

- a) Estar devidamente aprovado no certame e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do § 1º do art. 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;
- c) Ter, na data da posse, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares, esta para candidatos do sexo masculino;
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo ante apresentação de atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido por médico ou junta médica oficial ou ainda, por esta designada mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício das atribuições do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência;
- f) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme disposições dos Anexos I e V na data da posse;
- g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e suas emendas, mediante apresentação de declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública;
- h) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da convocação, ante assinatura de regular termo de declaração;
- i) Os candidatos portadores de necessidades especiais deverão observar as disposições constantes do Capítulo III deste Edital;
- j) Declaração de bens e rendas, conforme Lei Federal nº 8.429/1992;
- k) Documentos pessoais estabelecidos no termo convocatório.

10.7. O candidato, por ocasião da posse, deverá comprovar todos os requisitos elencados neste Capítulo. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição neste Concurso Público.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



CAPÍTULO XI – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1. Fica delegada competência à SIGMA Assessoria e Consultoria, responsável pelo planejamento, organização e realização do Concurso Público, para:

- a) Divulgar o certame;
- b) Deferir e indeferir inscrições;
- c) Elaborar, aplicar, corrigir, julgar e avaliar as provas previstas no Edital;
- d) Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- f) Providenciar a impressão dos cadernos de provas, bem como designar bancas para aplicação das mesmas;
- g) Prestar informações sobre o certame no período de sua realização.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da fase/etapa correspondente, ante cronograma do Anexo II.

12.2. Será eliminado do Concurso Público por ato da SIGMA o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) For flagrado utilizando-se de qualquer meio de consulta ou tentando burlar a prova ou, ainda, que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) Ausentar-se da sala de provas durante a sua realização sem autorização ou sem estar acompanhado por um fiscal;
- e) Ausentar-se definitivamente da sala de provas sem entregar o cartão-respostas ao fiscal ou entregá-lo sem apor sua assinatura no campo indicado, mesmo que preenchido.

12.3. O presente Concurso Público terá validade por dois anos, a contar da data de publicação da homologação dos resultados, prorrogável por igual período a juízo da autoridade competente, de acordo com o art. 37, III, da Constituição Federal.

12.4. A aprovação não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer na vigência do certame, conforme a necessidade do serviço público e de acordo com o número de vagas estabelecido no Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade para a Câmara Municipal de Vereadores.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



12.5. As vagas criadas na vigência do certame serão providas de acordo com a classificação em cada cargo, facultada à contratação além das vagas previstas no Edital.

12.6. Os horários estabelecidos nesse Edital têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

12.7. O prazo para impugnação deste Edital é de três (03) dias contados da sua publicação.

12.8. Os casos não previstos neste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão Especial do Concurso Público e pela SIGMA Assessoria e Consultoria.

12.9. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Xanxerê/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.10. O presente Edital será publicado no Mural de Publicações da Câmara Municipal de Vereadores e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), bem como em caráter meramente informativo na internet, nos endereços eletrônicos www.camaraxanxere.sc.gov.br e <http://sigma.concursos.srv.br>.

Xanxerê/SC, em 14 de fevereiro de 2020.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL
Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO I

**DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, PADRÃO INICIAL DE
VENCIMENTO, HABILITAÇÃO, TIPOS DE PROVAS
E VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

Item	CARGOS	VAGAS OU CR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	TIPOS DE PROVAS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
01	CONTADOR	01	10h	3.803,68	Ensino superior em Ciências Contábeis e registro no CRC	Escrita objetiva	150,00
02	CONTROLADOR INTERNO	01	20h	3.803,68	Ensino superior em Ciências Contábeis ou Direito e registro no respectivo conselho ou órgão fiscalizador da profissão	Escrita objetiva	150,00
03	COPEIRA	01	40h	2.450,20	Ensino fundamental	Escrita objetiva	80,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO II

DO CRONOGRAMA*

ITEM	FASES / ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO	DATAS / PRAZOS
1	Publicação do Edital	14/02/2020
2	Período das inscrições (pela internet)	17/02/2020 a 17/03/2020
3	Prazo para requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição	09/03/2020
4	Publicação do relatório de julgamento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	13/03/2020
5	Publicação do relatório geral de deferimento das inscrições	23/03/2020
6	Prazo para recursos relativos às inscrições indeferidas (prazo limite para recebimento – 18 horas)	24 a 25/03/2020
7	Publicação do relatório geral de homologação das inscrições	27/03/2020
8	Datas prováveis das provas	28 e/ou 29/03/2020
9	Publicação do gabarito preliminar	29/03/2020
10	Prazo para recursos relativos ao gabarito preliminar (prazo limite para recebimento – 18 horas)	30 a 31/03/2020
11	Publicação do gabarito oficial definitivo	08/04/2020
12	Publicação do relatório da classificação preliminar	08/04/2020
13	Prazo para recursos relativos à classificação preliminar (prazo limite para recebimento – 18 horas)	09 a 10/04/2020
14	Publicação da homologação do resultado final	15/04/2020

* O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações por decisão da Comissão Executiva, conforme o número de inscrições, recursos interpostos, intercorrências diversas ou intempéries, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações pertinentes no endereço eletrônico <http://sigma.concursos.srv.br>.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO III
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO COMUM AOS CARGOS

1. Para o cargo de nível fundamental:

1.1. Língua Portuguesa: Alfabeto. Fonética: Classificação dos fonemas. Encontros vocálicos. Sílabas e divisão silábica. Ortografia. Acentuação Gráfica. Morfologia: Classes gramaticais: Substantivo: Classificação dos substantivos: próprio e comum. Coletivos. Flexão. Gênero (masculino e feminino). Número (singular e plural) e Grau (diminutivo e aumentativo). Adjetivo: Adjetivos pátrios. Flexão. Número, Grau e Gênero. Sinônimos e Antônimos. Homônimos, Parônimos e Topônimos. Tipos de Frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa. Concordância Verbal e Nominal. Formas comuns de tratamento.

1.2. Matemática: Tabuada dos números. Números naturais: operações e problemas. Unidades e sistemas de medidas de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Adição, subtração, multiplicação, divisão. Conjuntos. Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Juros Simples e Compostos. Descontos Simples e Compostos. Regras de Três Simples e Composta. Algarismos romanos. Resolução de problemas. Cálculo de áreas. Raciocínio lógico.

1.3. Legislação: Lei Orgânica Municipal. Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

1.4. Conhecimentos gerais: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais e atualidades a nível estadual, nacional, internacional e do Município de Xanxerê/SC. Assuntos de interesse geral e atualidades.

2. Para os cargos de nível superior:

2.1. Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo da crase. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção). Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências). Pontuação. Sinônimos e Antônimos. Homônimos e Topônimos. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal e verbal) e de colocação (pronominal). Linguagem figurada. Conotação e denotação. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas.

2.2. Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Razão e Proporção. Teoria dos Conjuntos. Regra de Três Simples e Composta. Potenciação e radiciação. Exponenciação. Porcentagem. Juros Simples e Composto. Descontos Simples e Composto. Operações com frações. Expressões algébricas e aritméticas. Equações, Inequações, Sistemas e Problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º Grau. Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas. Relações e funções. Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas. Progressões (aritméticas e geométricas). Probabilidade. Análise



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



Combinatória. Matrizes e Determinantes. Sistema de Equações Lineares. Binômios de Newton. Polinômios. Produtos notáveis. Relação entre grandezas. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Geometria analítica. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Relação entre ponto, reta e circunferência. Polígonos. Sólidos geométricos. Cálculo de áreas e volumes. Trigonometria. Funções trigonométricas. Resolução de triângulos. Poliedros. Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Raciocínio Lógico. Matemática financeira.

2.3. Legislação: Lei Orgânica Municipal. Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

2.4. Conhecimentos gerais: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais e atualidades a nível estadual, nacional, internacional e do Município de Xanxerê/SC. Assuntos de interesse geral e atualidades.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO IV
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO POR CARGO

1. CONTROLADOR INTERNO: Legislação: Constituição Federal. Leis Complementares Federais nºs 95/1998, 101/2000 (LRF), 116/2003 e 123/2006. Leis Federais nºs 4.320/64, 8.429/92, 8.666/93 e suas alterações, 8.987/95, 9.784/99, 10.257/01 e 10.520/2002 e Decreto regulamentador nº 5.450/05. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: Conceito. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Efeito Vinculante. Súmula Vinculante. Reclamação Constitucional. Remédios Constitucionais. **DIREITO FINANCEIRO:** Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as inovações na Contabilidade Aplicada ao Setor Público: conceito, campo de atuação. Bens públicos, entidades públicas, conceito e classificação. Orçamento: conceito, elaboração e regime orçamentário. Créditos adicionais: conceito e classificação. Receitas e despesas orçamentárias: estágios e classificação. Sistema de contas: conceito e classificação; demonstrativos contábeis: balanço orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstrativo das variações patrimoniais. Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: despesas e receitas segundo as categorias econômicas. Classificação funcional programática: código e estrutura. Programa de trabalho de governo (demonstrativo de funções). Instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA. Lei orçamentária, orçamento-programa, programas e sub programas por projetos e atividades. Comparativo da receita orçada com a arrecadada. Comparativo da despesa autorizada com a realizada. Demonstrativo da dívida flutuante (restos a pagar). Controladoria no setor público: conceito, classificação, forma de atuação, objetivos. O controle no setor público. Controle interno e controle externo: o exercício do controle na gestão pública: regulamentação legal. Demonstração do Resultado do Exercício, Despesas e Outros Resultados Operacionais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Consolidação das Demonstrações Contábeis, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Análise dos Balanços, Análise da Liquidez e do Endividamento, Análise da Rotatividade, Análise da Rentabilidade, Alavancagem Financeira, Grupos de Contas do Balanço Patrimonial, Depreciação e Exaustão. Ética profissional. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Conceito e fontes do Direito Administrativo – regime jurídico administrativo. A Administração Pública: Conceito. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira: princípios, espécies, formas e características. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direta e Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. Entidades paraestatais. Organizações Sociais. Contratos de Gestão. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Ato administrativo: conceitos e requisitos, atributos, classificação, motivação, invalidação. Licitação: conceito, finalidade, princípios, modalidades, objeto, obrigatoriedade, procedimentos, anulação e revogação; sanções penais; normas gerais de licitação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridade e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Serviços públicos: conceitos, classificação, regulamentação, controle, permissão, concessão e responsabilidade. Responsabilidade Civil do Controle da Administração Pública: Conceito. Tipo e formas de controle. Controle Interno e Externo. Controle Prévio, Concomitante e Posterior. Controle Parlamentar. Controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado. Controle Jurisdicional. Meios de Controle Jurisdicional. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Código Tributário Nacional (CTN). Conceito. Princípios. Normas gerais tributárias. Legislação Tributária: Vigência, interpretação, integração e aplicação. Conceito de tributo e espécies incluídas na competência tributária municipal. Incidência. Não Incidência. Imunidade. Isenção. Obrigação tributária: Principal e acessória. Hipótese de Incidência. Fato gerador. Sujeitos ativos e passivos. Contribuinte e Responsável. Responsabilidade Solidária e supletiva. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito tributário: natureza, conceito, constituição, suspensão, extinção e exclusão. Lançamento: conceito, espécies, requisitos, efeitos, impugnação e revisão. Administração Tributária. Fiscalização: termos e procedimentos. Sigilo Fiscal. Fiscalização das empresas optantes pelo Simples Nacional. Dívida ativa:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



Requisitos e efeitos da Inscrição. Certidão negativa. Prescrição e decadência. Renúncia de receitas. Infração, Fraude e Crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90). LC 116/2003: o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Incidência. Não incidência. Fato gerador. Serviços tributáveis. Lista de serviços. Estabelecimento prestador. Sujeito passivo. Contribuinte. Responsável. Base de cálculo. Alíquota. Preço do serviço. O ITBI – Imposto sobre a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis: Fato gerador. Base de cálculo. Sujeito passivo. O IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: Fato gerador. Base de Cálculo. Sujeito Passivo. Informática básica: sistema operacional Windows; conhecimentos sobre o pacote Microsoft Office 2007 e 2010; Internet, correio eletrônico, antivírus. Atualidades relativas ao cargo.

2. CONTADOR: Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF). Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. Teoria da Contabilidade. Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, campo de atuação. Patrimônio: formação, composição. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Equação Fundamental do Patrimônio. Variações Patrimoniais: receita e despesa. Escrituração: Mecanismo de Débito e Crédito. As Contas: Função e funcionamento. Plano de Contas, Sistema de Escrituração. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (Etapas do levantamento, regularização de contas,). Depreciação, Amortização e Exaustão. Provisões e Reservas. Demonstração do Resultado do Exercício. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) relacionadas a Orçamento e Contabilidade Pública. Contabilidade Pública: Conceitos. Escrituração: Funcionamento das contas nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial. Registro de operações típicas: Receita efetiva e por mutações patrimoniais. Despesa efetiva e por mutações patrimoniais. Restos a pagar processados e não processados. Encerramento do exercício: Operações de encerramento no sistema orçamentário, financeiro e patrimonial. Orçamento Público: proposta orçamentária; a receita e a despesa pública; dotações orçamentárias. PPA, LDO, LOA. Execução orçamentária: receita, despesa, adiantamentos, créditos adicionais; receita e despesa extra orçamentária. Sistema de Controle Interno. Normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

3. COPEIRA: Técnicas de lavagem e secagem de roupas. Técnicas de desinfecção de ambientes. Limpeza de vidros, pisos, escadas, banheiros e copa. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Noções de Varrição de superfícies diversas. Cuidados e práticas no preparo de refeições, café, lanches e congêneres. Conhecimento e uso dos utensílios de trabalho braçal, mobiliários e utensílios. Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios. Jardinagem. Noções de segurança e prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Noções de Primeiros Socorros.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO V
DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CARGOS

1. CONTROLADOR INTERNO:

Habilitação em Curso Superior de Ciências Contábeis ou Direito. a) O acompanhamento e o controle, cabendo-lhe analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos Vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso), controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial (is); b) O uso de telefone fixo e móvel (celular); c) A execução da despesa pública em todas as suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); d) A observância dos limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara; e) A assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; f) Alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; g) Executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; h) Comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa nº TC-i) 02/2006; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente; fazer a remessa ao Tribunal de Contas do Estado dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 (LRF); fazer a geração do e-Sfinge, mediante a alimentação de dados via informatizada, no Sistema e-Sfinge, conforme programa disponibilizado pelo Tribunal de Contas; j) Atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei (Federal) nº 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) nº 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução nº TC-06/2001), a Resolução nº TC-16/94 e alterações posteriores, a Lei (Federal) nº 8.666/1993 e a legislação local, entre outras atribuições; k) Desempenhar outras atividades afins determinadas pelo Presidente da Câmara e/ou pela direção administrativa, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

2. CONTADOR:

Bacharel em Ciências Contábeis com registro no Conselho Regional de Contabilidade em pleno exercício da profissão. Elaborar a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores, proceder as Notas de Empenhos, Ordens de Pagamentos, Notas de despesa Extra Orçamentárias, efetuar os registros contábeis, segundo normas pertinentes em vigor, efetuar, emitir balancetes mensais e os balanços anuais já exigíveis por Lei. Superintender a Comissão Permanente de Licitação. Efetuar o controle patrimonial, folhas de pagamentos, preencher as guias de recolhimentos tributários e para-fiscais, prestar as informações ao Controle Interno da Prefeitura Municipal, e ao controle externo do Tribunal de Contas do Estado.

3. COPEIRA:

Alfabetizado (a) tendo cursado no mínimo a 4 série do ensino fundamental. Elaborar alimentos, café, chá, chimarrão, sucos e outros alimentos que lhes forem solicitados, providenciar o suprimento desses gêneros alimentício através de requisições, servir estes aos visitantes, autoridades, funcionários e demais, servidores, tratando-os com urbanidade e respeito, manter a ordem e a limpeza, na copa, cozinha, nos gabinetes e dependências da Câmara. Colaborar na limpeza Geral nas dependências.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO VI
REQUERIMENTO / DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL
CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ/SC
Edital de Concurso Público nº 01/2020

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, do CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Concurso Público originado pelo Edital nº 01/2020 da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, inscrição sob o número _____ para o cargo de _____ requer:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico Realizar a Prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para Realização da Prova de Conhecimentos:

a) Prova com tamanho da fonte ampliada: () 14 / () 16 / () 20

b) () Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Nº de Identidade do acompanhante: _____

c) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi.

Termos em que pede Deferimento.

Xanxerê/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO VII
REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
PARA CANDIDATOS HIPOSSUFICIENTES

À Comissão Especial do Concurso Público
Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC
Edital de Concurso Público nº 01/2020

Requer a isenção de pagamento da taxa de inscrição, nos termos do Edital de Concurso Público nº 01/2020 da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC:

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome do candidato:			
Cargo pretendido:			
Nº de Inscrição:		CPF:	
Número de Identificação Social (NIS):			

DECLARAÇÃO

Para fins de solicitação de concessão da isenção de pagamento da taxa de inscrição de que trata o Edital de Concurso Público nº 01/2020, da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC, DECLARO:

I - Que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007;

II - Que estou inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, com o nº _____;

III - Que apresento condição de hipossuficiência financeira e que atendo ao estabelecido no Edital de Concurso Público nº 01/2020;

IV - Declaro que residem no mesmo endereço que eu as pessoas a seguir relacionadas:

NOME	Nº DO RG	Grau de parentesco	Renda mensal

V - Que estou ciente de que a veracidade das informações e documentação apresentada é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão Especial do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Xanxerê/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO VIII

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE FIDELIZADOS E DE MEDULA

À Comissão Especial do Concurso Público
Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC
Edital de Concurso Público nº 01/2020

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ e do CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Concurso Público de Provas originado pelo Edital nº 01/2020 da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC sob o nº _____, REQUER isenção de pagamento da taxa de inscrição ao cargo de _____, na condição de doador de _____, pois DECLARO, sob as penas da lei, que preencho todos os requisitos de concessão de que tratam o Edital supracitado, a Lei Estadual nº 10.567/1997, alterada pela Lei Estadual nº 17.457/2018 e a Lei Complementar Municipal nº 3.692/2014.

Xanxerê/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS Nº 01/2020



ANEXO IX
REQUERIMENTO PARA DESEMPATE NA CONDIÇÃO DE JURADO
E AUXILIAR DA JUSTIÇA ELEITORAL

À SIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA
Edital de Concurso Público nº 01/2020
Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê/SC

Candidato:			
Inscrição nº:		Cargo:	
RG nº:		Órgão Expedidor com UF:	
CPF nº		Data Expedição:	
Data de Nascimento:		Sexo: () Masculino () Feminino	
Endereço:		Nº	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: ()		Telefone Celular: ()	
E-mail:			
Filiação	Mãe:		
	Pai:		
<p>REQUEIRO, em caso de aprovação e na ocorrência de empate na classificação final, preferência no critério de desempate pela condição de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal ou de auxiliar da justiça eleitoral, nos termos do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 3.692/2014. DECLARO, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. DECLARO, ainda, estar ciente de que, constatada falsidade a qualquer época, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da legislação vigente, o que também acarretará minha eliminação sumária deste certame. Seguem, anexos, os documentos que comprovam essa condição de: () Jurado () Auxiliar da Justiça Eleitoral</p> <p>DECLARO ter pleno conhecimento de que somente serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos expedidos pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440, do Código de Processo Penal, a partir da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.689/2008 ou de auxiliar da justiça eleitoral a partir da entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 3.692/2014.</p>			

Termos em que pede deferimento.

Data: ____/____/____

Assinatura Candidato

Xavantina

PREFEITURA

PP 002/2020 FMSXV

Publicação Nº 2359400

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 FMSXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a cessão de licenciamento de uso de software integrado para gestão pública na área da Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" e "E" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 02/03/2020.

Abertura: dia 02/03/2020, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

LEANDRO BALBINOT

Responsável do Fundo Municipal de Saúde

PP 007/2020 PMXV

Publicação Nº 2359561

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a possível aquisição de Sementes de Pastagem para a distribuição aos Produtores Rurais do Município de Xavantina-SC, conforme Lei Municipal 1.680/2019, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 02/03/2020.

Abertura: dia 02/03/2020, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim**PREFEITURA****EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2020**

Publicação Nº 2359888

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 0006/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lanches e refeições do tipo marmita, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Xaxim.

EMPRESAS REGISTRADAS	ITENS REGISTRADOS
ARIEL JUNIOR ANDOLFATTO EIRELI	2
SIRLEI TEREZA TAGLIAN EIRELI	1

Valor Total da Ata: R\$ 121.050,00 (cento e vinte e um mil e cinquenta reais).

Vigência do Registro de Preço: 14/02/2020 a 14/02/2021.

Licitação: Processo de Licitação nº 007/2020 - Pregão Presencial para Registro de Preços 002/2020.

Xaxim/SC, 14 de janeiro de 2020. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0014/2020

Publicação Nº 2358849

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO Nº 0014/2020

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados que RETIFICA o número do contrato administrativo e valor constante no extrato do contrato administrativo nº 0014/2020. Onde se lê: Extrato o Contrato Administrativo nº 0013/2020 e Valor do Contrato: R\$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais); Leia-se: Extrato o Contrato Administrativo nº 0014/2020 e Valor do Contrato: R\$ 17.250,00 (dezessete mil e duzentos e cinquenta reais).

Xaxim/SC, 14 de fevereiro de 2020. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL Nº 001/2019 TERMO ADITIVO Nº 1**

Publicação Nº 2359456

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAXIM

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE XAXIM

Edital Nº 001/2019

Termo Aditivo Nº 1

1. O Senhor Inácio Luiz Bracht, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Xaxim, no uso de suas atribuições, torna pública a retificação no cronograma do Concurso Público- Edital Nº 001/2019 -das seguintes datas:

- Publicação do despacho dos requerimentos de inscrições para as vagas reservadas- PCD;
- Publicação do despacho dos requerimentos de condições especiais para a prestação da prova;
- Publicação do deferimento das inscrições;
- Prazo recursal

CRONOGRAMA RETIFICADO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS	
	INÍCIO	FIM
Publicação do Edital		20/12/19
Início das inscrições		13/01/20
Período de inscrições	13/01/20	14/02/20
Requerimentos de isenção da taxa de inscrição	13/01/20	27/01/20



EVENTOS	DATAS PREVISTAS	
	INÍCIO	FIM
Despacho dos Requerimentos de isenção da taxa de inscrição		30/01/20
Prazo recursal: indeferimento dos pedidos de isenção	31/01/20	03/02/20
Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de isenção	07/02/20	
Entrega de documentação: vagas reservadas PCD	13/01/20	14/02/20
Requerimento de condições especiais para prestação da prova	13/01/20	14/02/20
Despacho: Requerimentos de inscrições para as vagas reservadas PCD	17/02/20	
Despacho: Requerimentos: condições especiais para a prestação da prova	17/02/20	
Deferimento das inscrições	17/02/20	
Prazo recursal: indeferimento das inscrições e dos pedidos de condição especial	18/02/20	19/02/20
Despacho dos recursos: indeferimento das inscrições e pedidos de condição especial	27/02/20	
Publicação dos locais de prova	27/02/20	
Prova escrita	01/03/20	
Publicação do Caderno de Provas	01/03/20	
Publicação do Gabarito Preliminar	01/03/20	
Prazo recursal: gabarito preliminar	02/03/20	02/03/20
Publicação das respostas aos recursos	16/03/20	
Resultado da Prova Escrita	16/03/20	
Resultado final	16/03/20	
Prazo recursal: Resultado da Prova Escrita e do Resultado Final	17/03/20	18/03/20
Despacho dos Recursos: Resultado da Prova Escrita e Resultado Final	23/03/20	
Publicação do Resultado Final (após recursos)	23/03/20	

2. Em face da alteração do cronograma, fica retificado o item 4.19 que passa a ter a seguinte redação:

3.19 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço <http://camaraxaxim.fepese.org.br/>, onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a função para a qual está concorrendo, na data provável de 17 de fevereiro de 2020. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

3. Permanecem inalteradas as demais datas e disposições do Edital.

Xaxim, 12 de fevereiro de 2020.

AB 12 2 20

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 015/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

Publicação Nº 2359502

DECRETO Nº 015/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0038.000000 (34) – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Recursos Vinculados – 0.1.0038.000000 R\$ 44.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 44.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0038.000000 (14) – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Recursos Vinculados – 0.1.0038.000000 - R\$ 44.000,00
TOTAL ANULADO: R\$ 44.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 14 de fevereiro de 2020.

ALCIDES MANTOVANI BIRAJARA CESAR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Registrado e publicado o presente Decreto em 14 de fevereiro de 2020.

DECRETO Nº 016/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

Publicação Nº 2359511

DECRETO Nº 016/2020 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0002.000000 (13) – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Recursos Ordinários – 0.1.0002.000000 R\$ 6.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 6.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0002.000000 (35) – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Recursos Ordinários – 0.1.0002.000000 R\$ 6.500,00

TOTAL ANULADO: R\$ 6.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 14 de fevereiro de 2020.

ALCIDES MANTOVANI BIRAJARA CESAR DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Registrado e publicado o presente Decreto em 14 de fevereiro de 2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2020 - AQUISIÇÃO DE UMA CARRETA AGRÍCOLA PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA-SC

Publicação Nº 2358808

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0024/2020

Pregão Presencial Nº 0013/2020

OBJETO: Aquisição de uma carreta agrícola para uso da Secretaria de Agricultura do Município de Zortéa-SC, cujas especificações encontram-se detalhadas no Anexo VII do Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09:05 min do dia 03/03/2020.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 8h00min às 12h00min Das 13h30 min às 17h30 min.

Telefone: (049) 3557-2019.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Zortéa-SC, 17 de Fevereiro de 2020.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

Associações

AMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2359452

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO

Aquisição de software com licença vitalícia para o uso do departamento de engenharia da AMMOC, SketchUp programa destinado a elaboração de Maquete Eletrônica ou desenho em 3D das obras. (02) duas licenças vitalícias.

CONTRATADO

TOTALCAD COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA.

VALOR UNITÁRIO CONTRATADO

R\$ 4.247,00 (quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais)

Serão adquiridas 02 (duas) licenças, totalizando o valor de R\$ 8.494,00 (oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CAPUT Artigo 25, da Lei Federal n. º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Joaçaba, 13 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Presidente da AMMOC

Consórcios

ARIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/20 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/20

Publicação Nº 2359339

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 04/20
Dispensa de Licitação nº 04/20

Respalado no artigo 24, inciso II c/c o parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, objeto do Processo Administrativo nº 04/2020, AUTORIZO a contratação direta, através de dispensa de licitação, visando a revisão do automóvel Palio Weekend, placa QHP2330 - km 45.000, junto a empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda CNPJ (01.104.642/0001-01), no valor de R\$ 430,50 (quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos), para atender as necessidades da agência.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020.

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Administrativo/Finanças

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

Publicação Nº 2359637

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 05/2020
Dispensa de Licitação nº 05/2020

Respalado no artigo 24, inciso II c/c o parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, objeto do Processo Administrativo nº 05/2020, AUTORIZO a contratação direta, através de dispensa de licitação, visando aquisição de 04 refis para purificador de água e serviço de sanitização, junto a empresa JDG máquinas e equipamentos Ltda., no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para atender as necessidades da agência.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020.

Luiz Aurélio de Oliveira
Diretor Administrativo/Finanças

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 082 - MUNICÍPIO DE SALTINHO

Publicação Nº 2359319

EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Saltinho
CONTRATANTE: Município de Saltinho
CNPJ: 01.612.844/0001-56
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 39/2019
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 4.851,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 083 - MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Publicação Nº 2359334

EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Planalto Alegre

CONTRATANTE: Município de Planalto Alegre

CNPJ: 95.990.255/0001-55

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 4.851,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 084 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicação Nº 2359341

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Arvoredo

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arvoredo

CNPJ: 95.995.247/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 002/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos..

VALOR: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 085 - CÂMARA MUNICIPAL DE HERVAL DO OESTE

Publicação Nº 2359343

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Herval do Oeste

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Herval do Oeste

CNPJ: 04.446.350/0001-37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 02/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos..

VALOR: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 05, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2358612

PORTARIA N.º 05, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a organização e as normas de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (CIGA Diário DOM/SC).

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Seção I

Do Objeto

Art. 1º O Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (CIGA Diário DOM/SC) é um serviço prestado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), consórcio público de direito público e com sede em Florianópolis/SC, aos municípios contratantes, às entidades da administração direta e indireta dos municípios consorciados e às associações de municípios.

Art. 2º O CIGA Diário DOM/SC consiste exclusivamente de publicação eletrônica em formato de arquivo digital de ampla disponibilidade, assinado digitalmente com certificado pertencente a árvore ICP-Brasil pelo e-CNPJ do CIGA.

Art. 3º É responsabilidade do município ou da entidade que instituir o CIGA Diário como seu local oficial de publicação regulamentar sua utilização.

Seção II

Da Organização do CIGA Diário DOM/SC e Edições

Art. 4º O CIGA Diário DOM/SC é composto de edições únicas diárias, disponibilizadas eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br.

§ 1º Em caso de falha técnica na editoração a edição disponibilizada poderá ser retificada com a devida indicação.

§ 2º O conteúdo dos atos, dos documentos e de demais matérias, publicado no CIGA Diário DOM/SC, é de inteira responsabilidade da entidade publicadora, incluindo a conferência e confirmação da publicação dos atos programados.

§ 3º As edições são publicadas ordinariamente, uma vez ao dia, de segunda-feira a sexta-feira, exceto quando:

I – feriado nacional; e

II – ponto facultativo no CIGA, previamente estabelecido em Portaria específica.

§ 4º Quando houver real necessidade de publicação em datas não ordinárias, o usuário poderá solicitar publicação em edição extra.

§ 5º Consórcios intermunicipais e associações de municípios poderão cadastrar atos para as edições extras dos finais de semana, desde que respeitando as exceções do § 3º.

Art. 5º As edições são publicadas ordinariamente às 15h.

§ 1º As edições que extrapolarem o tamanho médio dos últimos 12 meses, ou com complexidade de processamento interno, poderão ser publicadas até o fim do dia.

§ 2º As edições extras não seguem um horário específico, sendo publicadas, no mesmo dia, assim que finalizado o processo de editoração.

Art. 6º Cada edição do CIGA Diário DOM/SC possui seu conteúdo dividido como segue:

I – página(s) inicial(ais) contendo a identificação do CIGA Diário DOM/SC, o sumário, os créditos e as informações gerais;

II – publicidade institucional, posicionada no início da edição ou de forma a preencher espaços não utilizados e não interferir na legibilidade dos demais atos; e

III – atos publicados, agrupados por entidade e ordenados alfabeticamente pelo nome do município, seguidos dos atos publicados por associações de municípios e dos atos publicados por consórcios intermunicipais.

Art. 7º Cada ato consiste em:

I – um código identificador único, sendo numérico e sequencial, gerado automaticamente pelo sistema no momento de seu cadastro;

II – de um título; e

III – o extrato do conteúdo de seu documento, o anexo.

Parágrafo único. Cada documento deve possuir conteúdo inerente a apenas um único ato para publicação.

Seção III

Das Normas de Publicação

Do Cadastro para Publicação

Art. 8º O cadastro de atos no CIGA Diário DOM/SC é feito por meio de sistema eletrônico por usuários previamente credenciados através de Termo de Adesão ao CIGA Diário DOM/SC, disponibilizado pelo CIGA em formato físico ou eletrônico.

§ 1º Será admitido cadastro de atos por meio de sistema de terceiros que implementarem a integração conforme documentação da API de integração do CIGA Diário DOM/SC.

§ 2º A responsabilidade pelo cadastro é pessoal e intransferível.

§ 3º O ato pode ser modificado ou excluído pelo respectivo usuário cadastrador enquanto dentro do prazo para cadastro de atos no dia requerido de publicação.

§ 4º Sob nenhuma hipótese o documento anexado ao ato cadastrado será alterado em seu conteúdo, tampouco substituído, após o início do processo de editoração.

Art. 9º Cada entidade tem como limite máximo 300 atos para uma mesma edição.

Parágrafo único. Consórcios intermunicipais e associações de municípios têm como limite, aos fins de semana, 2000 atos por dia.

Art. 10. O cadastro dos atos deve ser feito até as 8h da data pretendida de publicação.

Parágrafo único. Para a última edição do ano regras diferentes poderão ser aplicadas com o devido informativo prévio.

Art. 11. O documento submetido à publicação deve:

I – estar em um dos seguintes formatos: DOCX, DOC, ODT, RTF ou TXT;

II – ter no máximo 20MB de tamanho; e

III – conter no máximo 250 páginas.

§ 1º Arquivos no formato PDF são aceitos, excepcionalmente, nos casos em que o conteúdo:

I – for tabular e gerado a partir de fonte que não disponha de outro formato mais adequado de exportação, como é comum nas Prestações de Contas, Balancetes Financeiros e Editais de Notificação; e

II – conter elementos ignorados conforme o art. 12, mas que sejam essenciais para o correto e completo entendimento do ato, como no caso de equações em formato de imagens e as próprias figuras entre os textos do ato.

§ 2º No ato composto por múltiplos documentos, como os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é permitido o envio no formato ZIP desde que:

I – não contenha pastas e subpastas; e

II – todos os documentos estejam no formato PDF.

§ 3º No caso excepcional dos arquivos ZIP seus documentos serão inseridos na edição na ordem que for conveniente para a editoração.

§ 4º É permitido extrapolar a regra do inciso III deste caput em apenas um ato por dia.

§ 5º Para atos com anexos que extrapolem a regra do inciso III deste caput tem-se como alternativa a publicação de um extrato referenciando o arquivo cadastrado como Acervo Público, para o qual não se aplica a limitação supracitada.

Art. 12. Serão desconsiderados os elementos não textuais e periféricos dos documentos submetidos à publicação, em especial:

I – formatação de páginas, cabeçalhos, rodapés, notas de rodapé e marginais e marcas d'água;

II – leiaute em múltiplas colunas, tabulações, linhas horizontais ou verticais e disposições textuais flutuantes utilizando o recurso de "caixas de texto";

III – estilos e formatação de caractere, como o negrito, a coloração, o itálico, o sublinhado e o tachado;

IV – figuras, objetos embarcados ou vinculados;

V – formatação das tabelas, como largura de bordas e alinhamentos das células; e

VI – identidade visual presente em documentos não editáveis não pertencentes ao órgão ou entidade responsável pela publicação.

Parágrafo único. Quando da exceção do § 1º do art. 11, todo o conteúdo e as formatações permanecerão intactos, conforme documento original.

Art. 13. É permitido ao CIGA efetuar alterações estruturais nos documentos publicados, tal como hifenização, caixa alta, alinhamentos, espaçamentos, quebras e demais alterações conforme necessidade no processo de editoração.

Art. 14. Não é permitido ao CIGA retificar ato de outra entidade, exceto quando decorrente de falha técnica cometida no processo de editoração.

Do Cancelamento

Art. 15. A solicitação de cancelamento do ato que estiver em processo de editoração será feita por meio do sistema, por seu cadastrador responsável, após as 8h e antes das 10h do respectivo dia de publicação.

§ 1º Edições nos fins de semana não possuem a opção de solicitação de cancelamento, sendo possível apenas a modificação ou exclusão dos atos até o encerramento do prazo de cadastramento para a respectiva edição extra, nos termos do caput do art. 10.

§ 2º Para a última edição do ano regras diferentes poderão ser aplicadas com o devido informativo prévio.

Art. 16. Estarão sujeitos ao cancelamento atos com documentos:

I – corrompidos;

II – incompletos;

III – em branco;

IV – PostScript;

V – cujo conteúdo não seja compatível com o mecanismo de publicidade legal ao qual o CIGA Diário DOM/SC se destina;

VI – com apenas texto digitalizado como imagem (por exemplo: manuscritos, assinatura, documentos escaneados, entre outros);

VII – com caixas suspensas ou fórmulas;

VIII – em orientação paisagem, a menos que seja clara a real necessidade para melhor visualização do ato, como em tabelas de múltiplas colunas;

IX – que tiverem proteção por senha ou qualquer outro meio que restrinja o acesso ao seu conteúdo; e

X – que contiverem conteúdo inerente a mais de um ato.

Parágrafo único. Documentos que tiverem excesso de páginas em branco sem necessidade, ou qualquer outro fator que possa comprometer

o processo de editoração, também poderão ser cancelados mediante análise da equipe de editoração.

Art. 17. Os atos cadastrados que desobedecerem quaisquer dos artigos desta portaria estarão sujeitos a cancelamento.

§ 1º O ato cancelado terá seu status alterado no sistema, assumindo o status de cancelado.

§ 2º É responsabilidade do usuário cadastrador a verificação da publicação ou cancelamento de seus atos, procedendo com o recadastro destes cancelados, para publicação futura, após corrigir os devidos vícios.

Seção IV

Das Demais Funcionalidades

Art. 18. Para solicitar uma edição extra o usuário deverá:

I – cadastrar o ato como se fosse publicá-lo na primeira edição ordinária subsequente à data desejada de publicação, o que pode ser feito até as 10h do dia solicitado para publicação.

II – enviar um e-mail para dom@ciga.sc.gov.br, com o título e o código do ato cadastrado solicitando que seja publicado em edição extra; e

III – entrar em contato com o suporte do CIGA para confirmação do recebimento da solicitação.

Parágrafo único. Consórcios intermunicipais e associações de municípios procederão normalmente com o cadastro de atos para edições em fins de semana.

Art. 19. Aos municípios que solicitarem e aderirem ao processo de automatização de publicação de notificações de trânsito terão estas, tempestivamente, publicadas no CIGA Diário DOM/SC de forma automática.

§ 1º As notificações de trânsito são comumente publicadas em edição extra nos fins de semana.

§ 2º Ficam impedidos de realizar essas publicações manualmente os municípios que aderirem a esse processo.

Art. 20. Na excepcionalidade de serem identificados atos equivocadamente publicados pela equipe de editoração do próprio CIGA, seja por erro técnico ou qualquer outro motivo, terão o status alterado de “Publicado” para “Publicado Equivocadamente”, com o mero intuito de diferenciação e destaque.

§ 1º Os atos com o status “Publicado Equivocadamente” terão, em resultados na tela de pesquisa, destaque visual e um informativo ao lado explicando a diferença.

§ 2º Todos os lugares do sistema que mostram atos com status “Publicado” listarão também os de status “Publicado Equivocadamente”, exceto na tela de visualização das leis dos municípios.

Art. 21. O cadastro de um Acervo Público não será publicado em edições oficiais.

§ 1º O ato cadastrado no Acervo Público poderá ser encontrado pela mesma ferramenta de busca do CIGA Diário.

§ 2º O cadastro de leis no Acervo Público não terá qualquer custo adicional aos municípios consorciados.

Art. 22. A ferramenta “Extrato do Ato” possui apenas o extrato textual do respectivo ato.

§ 1º O Extrato do Ato não mantém a formatação do ato original.

§ 2º O Extrato possui link e QR Code para o ato oficial, para a devida conferência.

§ 3º O Extrato não substitui a publicação oficial e assinada digitalmente.

Art. 23. As ferramentas “Criar Alerta” e “Feed RSS” não isentam a responsabilidade do usuário de acompanhar as publicações no diário oficial.

Art. 24. O CIGA Diário DOM/SC pode, a qualquer momento, disponibilizar, total ou parcialmente, seus atos publicados a outros serviços e portais com o intuito de dar mais transparência e publicidade.

Seção V

Das Disposições Finais

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, devendo ser publicada no órgão oficial como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA.

Art. 26. Ficam revogadas a Portaria 01/2014 e as disposições em contrário.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

CONTRATO Nº 2020/005 - CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

Publicação Nº 2358926

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/005

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: INSTITUTO DE PESQUISAS, POS GRADUACAO E ENSINO DE CASCAVEL - IPPEC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, conforme proposta anexa e tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	Serviço	CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI	25.000,00	25.000,00

VIGÊNCIA: até 31 de Maio de 2020.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>administrativos

Timbó, 14 de Fevereiro de 2020.

FERNANDO TOMASELLI

Diretor Executivo

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/015 - LICITAÇÃO Nº 028/2019 - AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA PARA TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO GERADO NA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Publicação Nº 2306199

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Avanex Industria e Comercio LTDA

OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA PARA TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO GERADO NA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, em conformidade com a Licitação 028/2019 e anexos, na forma que segue:

Item	Quantidade Estimada	Unidade	Descrição	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
01	300.000	KG	CAL HIDRATADA	0,84	252.000,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações

Timbó, 18 de Novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente

CINCATARINA**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 1311/2020-E**

Publicação Nº 2359314

Processo Administrativo Eletrônico:	1311/2020-e
Interessado:	PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 41
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA, que versa sobre o cancelamento do item 41, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de cancelamento a empresa, (recebido em 11/02/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e diante da informação que ANVISA suspendeu a importação da matéria-prima temporariamente ocasionando falta crônica no mercado, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido. Quanto as autorizações de fornecimento, confirmada a não capacidade de fornecimento com Sra. Renata, nesta mesma data, via telefone.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das

obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 41;
2. Pela rescisão da AF 3177/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 8,80 (oito reais e oitenta centavos), relativo a 3,5% (três e meio por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 7 (sete) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 3177/2020, que é de R\$ 251,70(duzentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).
 - II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 8,80(oito reais e oitenta centavos), relativo a 3,5% (três e meio por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
3. Pela rescisão da AF 3525/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 105,71 (cento e cinco reais e setenta e um centavos), relativo a 3% (três por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 6 (seis) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 3525/2020, que é de R\$ 3.523,80(três mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos).
 - II. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo eletrônico ao Município de Caçador. Para a emissão do boleto referente a multa pecuniária descrita no inciso anterior.
4. Pela rescisão da AF 4273/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 12,58 (doze reais e cinquenta e oito centavos), relativo a 1% (um por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 2 (dois) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 4273/2020, que é de R\$ 1.258,50(hum mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).
 - II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 12,58 (doze reais e cinquenta e oito centavos), relativo a 1% (um por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
5. Pela rescisão da AF 4371/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;
 - I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos), relativo a 1% (um por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 2 (dois) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 4371/2020, que é de R\$ 25,17(vinte e cinco reais e dezessete centavos).
 - II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 0,25(vinte e cinco centavos), relativo a 1% (um por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.
6. Pela rescisão das AFs 4605/2020, 4922/2020,5557/2020 e 6264/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 41, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
7. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 12 de fevereiro de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	1311/2020-e
Interessado:	PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 41
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 41, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de Preços do item 41, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento dos Itens.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 41;

2. Pela rescisão da AF 3177/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 8,80 (oito reais e oitenta centavos), relativo a 3,5% (três e meio por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 7 (sete) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 3177/2020, que é de R\$ 251,70(duzentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 8,80(oito reais e oitenta centavos), relativo a 3,5% (três e meio por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

3. Pela rescisão da AF 3525/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 105,71 (cento e cinco reais e setenta e um centavos), relativo a 3% (três por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 6 (seis) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 3525/2020, que é de R\$ 3.523,80(três mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos).

II. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo eletrônico ao Município de Caçador. Para a emissão do boleto referente a multa pecuniária descrita no inciso anterior.

4. Pela rescisão da AF 4273/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 12,58 (doze reais e cinquenta e oito centavos), relativo a 1% (um por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 2 (dois) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 4273/2020, que é de R\$ 1.258,50(hum mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 12,58 (doze reais e cinquenta e oito centavos), relativo a 1% (um por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

5. Pela rescisão da AF 4371/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 41;

I. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos), relativo a 1% (um por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento transcorrido o prazo de entrega de 2 (dois) dias sem a efetivação total da entrega do item nº 41, calculada sobre o valor inadimplido da Autorização de Fornecimento nº 4371/2020, que é de R\$ 25,17(vinte e cinco reais e dezessete centavos).

II. Pela conversão da multa, tendo em vista o valor mínimo estabelecido em R\$ 20,00 (vinte reais), deste modo o valor de R\$ 0,25(vinte e cinco centavos), relativo a 1% (um por cento) do valor total, converte em ADVERTÊNCIA, pelo descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço.

6. Pela rescisão das AFs 4605/2020, 4922/2020, 5557/2020 e 6264/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 41, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.

7. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 14 de fevereiro de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 1320/2020-E

Publicação Nº 2359395

Processo Administrativo Eletrônico:	1320/2020-e
Interessado:	S&R DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 655
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DE ITEM - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA, que versa sobre o cancelamento do item 655, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Através da solicitação de desistência(cancelamento) a empresa, (recebido em 11/02/2020) arguiu que devido a não possuir o item em seu estoque e diante da falta crônica no mercado em seus fornecedores, fica impossibilitada de fornecimento, assim justifica seu pedido.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que trata - se de caso fortuito ou de força maior, que por ventura irá comprometer o cumprimento do item da ata de registro de preço.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0011, de 01 de março de 2017, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro). Existem Autorizações de Fornecimento em aberto, sendo que conforme certificado nos autos a empresa interessada não tem capacidade de atender, descumprindo sua obrigação contratual.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]
IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve retardamento da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que cause danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da S&R DISTRIBUIDORA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 655;
2. Pela rescisão da AF 6158/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 655, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.
É o Parecer.

Florianópolis (SC), 12 de fevereiro de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	1320/2020-e
Interessado:	S&R DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento do item 655
Referência	PAL nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item 655, referente ao processo administrativo acima, requerido pela empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA.

A Diretoria Jurídica manifestou-se pelo cancelamento do Registro de Preços do item 655, convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento dos Itens.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da S&R DISTRIBUIDORA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2019, PE nº 0013/2019, Registro de Preço, referente ao item 655;
2. Pela rescisão da AF 6158/2020 no que tange ao saldo quantitativo do item nº 655, com aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA, devido a autorização de fornecimento não vencida, mas presente a obrigação contratual.
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 14 de fevereiro de 2020.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

CIS/AMAUC

TERMO ADITIVO Nº62 - TC13

Publicação Nº 2359580

TERMO ADITIVO 62

AO TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 13

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar – Centro, CEP 89.700-905, Município de Concórdia – SC, CNPJ 07.654.807/0001-97 neste ato representado pela sua Presidente Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI – Prefeita de Peritiba e a empresa BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO, situada à Rua Marechal Deodoro, 915, Centro, Município de Concórdia – SC, inscrita com CNPJ nº 83.506.030/0002-82, CNES 2303892 através de seus Procuradores, Sr. CLAUDEMIR ANDRIGHI, Diretor Geral e do Sr. ANDRÉ BRÜCKMANN, Diretor Financeiro, conforme instrumento de procuração lavrado no 14º Tabelião de Notas – Comarca - São Paulo, no Livro 5175- Pág. 335 a 338, ADITAM o TC 13/2014, com base na Tabela de Serviços e Valores, republicada e atualizada outubro de 2019, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Art. 1º A credenciada inclui na especialidade de OFTALMOLOGIA a prestação de serviço de Consulta Médica em Atenção Especializada em Oftalmologia – 03.01.01.007-2, Biometria Ultrassônica (monocular) 02.11.06.001-1, Capsulotomia a Yag Laser 04.05.05.002-0, Ceratometria (monocular) 02.11.06.005-4, Facetomia com lente Intra-Ocular (lente incluída no valor (monocular) 04.05.05.009-7, Mapeamento de retina (monocular) 02.11.06.012-7, Microscopia Especular de Córnea (monocular) 02.11.06.014-3, Paquimetria Ultrassônica (monocular) 02.05.02.002-0, Retinografia Fluorescente (binocular) 02.11.06.018-6, Retinografia Colorida (binocular) 02.11. 06.017-8, Retirada de Corpo Estranho da Córnea (monocular) 04.05.05.025-9, Sonda de Vias Lacrimais (binocular) 04.05.04.016-8, Topografia de Coerência Óptica – OCT 4.15.01.14-4, Topografia Computadorizada de Córnea – Cerastocopia (binocular), Fotocoagulação a Laser (monocular), conforme Solicitação de Credenciamento de 30 de janeiro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Art. 3º As partes ratificam as demais cláusulas do Termo de Credenciamento 13/2014, naquilo que não colidir com o presente instrumento.

E, para constar, lavrou-se o presente Termo Aditivo que, lido e conforme, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Concórdia - SC, 05 de fevereiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Presidente

CLAUDEMIR ANDRIGHI	ANDRÉ BRÜCKMANN
Diretor Geral	Diretor Financeiro
BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL- HOSPITAL SÃO FRANCISCO	

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2 - _____
CIS AMAUC/Termo Aditivo 62 TC013/2014 Benef Camiliana Sul HS Fco Consulta e Procedimentos de Oftalmologia – Mateus K Pellizzaro

CIS/AMFRI**ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 07.02.2020 - CIS-AMFRI**

Publicação Nº 2358703

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte às dez e trinta horas, reuniram-se na sede CIS-AMFRI, com quórum exigido para realização da Assembleia Geral a maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, conforme Artigo 15, parágrafo 1º do Estatuto Social, os seguintes Prefeitos Municipais: Fabrício José Satiro de Oliveira - Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Brasileiro, Casado, Empresário, Inscrito no CPF nº 974.418.059-53, Carteira de Identidade nº 3.235.003 – SSP-SC, residente à Rua 3110, 234, apartamento 702 – Ed. Ville de France, Centro - Balneário Camboriú - SC; Leonel José Martins - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Brasileiro, Divorciado, Empresário, Inscrito no CPF nº 093.550.309-91, Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP-SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, 14, Bloco A - apartamento 142, Ed. Ana Paula, Centro – Balneário Piçarras – SC; Volnei José Morastoni – Prefeito Municipal de Itajaí, Brasileiro, Casado, Médico, Inscrito no CPF nº 171.851.739-49, Carteira de Identidade nº 5.796.600 – SSP-SC, residente à Rua Dom Joaquim Domingues Oliveira, 69, apartamento 901, Ed. Rosa Guilhermina, Centro – Itajaí – SC; Nilza Nilda Simas, Prefeita Municipal de Itapema, Brasileira, Divorciada, Enfermeira, Inscrita no CPF nº 745.120.219-49, Carteira de Identidade nº 1.805.291– SSP-SC, residente à Av. Nereu Ramos, 3355, apartamento 402, Bloco Summer, Ed. Tropical Summer, Bairro Meia Praia – Itapema – SC representado pelo Senhor João Luis Emmel, Prefeito Municipal de Itapema em Exercício; Emílio Vieira – Prefeito Municipal de Navegantes, Brasileiro, Solteiro, Funcionário Público, Inscrito no CPF nº 716.701.659-49, Carteira de Identidade nº 2.680.636 – SSP-SC, residente à Rua Orlando Ferreira, 1217, Bairro Machados – Navegantes – SC, representado (via Ofício AGP-KC n. 011/2020 de 06 de fevereiro de 2020) pelo Senhor Márcio da Rosa, Secretário Municipal de Governo e pelo Senhor Rodrigo Meirinho Morimoto, Secretário Municipal de Governo de Navegantes; Emerson Luciano Stein – Prefeito Municipal de Porto Belo, Brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis, inscrito no CPF nº 946.748.509-59, Carteira de Identidade nº 3.322.508 – SSP-SC, residente à Rua Antonio Zeferino Stein, 74, Bairro Perequê – Porto Belo – SC e Célio José Bernardino – Diretor Administrativo do CIS-AMFRI, Brasileiro, Casado, Contador, Inscrito no CPF nº 342.674.929-72, Carteira de Identidade nº 663.590-3 – residente à Avenida Atlântica, 222 – Apto 1202, Centro – Balneário Camboriú – SC, identificados na lista de presença que, fica fazendo parte integrante da presente ata para deliberarem sobre os assuntos conforme Edital de Convocação nº 001/2020 da Assembleia Geral Ordinária. O Presidente do CIS-AMFRI – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste convocar os Srs. Prefeitos Municipais para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 07 de fevereiro de 2020 (sexta-feira), às 10h30, tendo como local a sede do CIS-AMFRI, sito à Rua Luiz Lopes Gonzaga n.º 1655, Sala 01 – São Vicente – Itajaí – SC, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 10h30 – Abertura: Presidente do CIS-AMFRI – Fabrício José Satiro de Oliveira. - Apresentação e Apreciação do Relatório das Atividades do Exercício de 2019. 10h35 - Apresentação e Apreciação da Prestação de Contas do Exercício de 2019. 10h45 - Eleição dos Membros da Diretoria: Presidente; Primeiro Vice-Presidente; Segundo Vice-Presidente; Primeiro Secretário; Segundo Secretário. 10h50 - Eleição dos Membros do Conselho Fiscais Titulares e Suplentes. 10h55 - Posse da Diretoria e do Conselho Fiscais Titulares e Suplentes. 11h – Encerramento. Itajaí (SC), 07 de fevereiro de 2020. Dando início à ordem do dia, o Presidente do CIS-AMFRI, Senhor Fabrício José Satiro de Oliveira iniciou a assembleia agradecendo a presença de todos os Prefeitos e demais participantes, e em seguida passou para o primeiro assunto da pauta: 1º Apresentação e Apreciação do Relatório das Atividades do Exercício de 2019. A palavra foi passada à Gerente de Saúde do CIS-AMFRI, Sra. Jacqueline Mirtes Alves Zatera entregou aos presentes o Relatório de Atividades de 2019 do Consórcio Intermunicipal de Saúde. Destacou a participação dos secretários e técnicos nas reuniões de saúde e a importância da participação nos eventos, mostrando a representatividade da região. Expôs os gráficos quantitativos relativos a: valores por procedimentos, valores utilizados pelos municípios consorciados e os exames mais utilizados em 2019. Não havendo mais questionamentos o Senhor Presidente colocou em votação o Relatório de Atividades do Exercício de 2019 do Cis-Amfri, sendo aprovado por unanimidade. 2º- Apresentação e Apreciação da Prestação de Contas do Exercício de 2019. Em seguida o assessor contábil do CIS-AMFRI, Senhor Jean Carlos Coelho apresenta as receitas, despesas e o saldo financeiro do exercício de 2019, sendo os seguintes dados: Receitas totais: R\$ 2.081.849,07 (dois milhões, oitenta um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sete centavos), Despesas pagas: R\$ 2.361.864,65 (dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) e Saldo Financeiro em 31 de dezembro de 2019: R\$ 312.980,26 (trezentos e doze mil, novecentos e oitenta reais e vinte e seis centavos). Após a apresentação da prestação de contas o Senhor Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. 3º Eleição dos Membros da Diretoria. Com a palavra o Senhor Presidente permitiu a manifestação das candidaturas para compor a diretoria do CIS-AMFRI e ressaltou o acordo que os prefeitos fazem em relação à eleição da diretoria, sendo que o atual vice-presidente assume a presidência no ano seguinte. Portanto, os candidatos assumiram o compromisso em manter o acordo e por consenso, foi apresentada chapa única com os seguintes nomes: Para Presidente o Senhor Leonel José Martins -Prefeito Municipal de Balneário Piçarras; Primeiro Vice-Presidente Volnei Morastoni - Prefeito Municipal de Itajaí; Segundo Vice-Presidente o Senhor Paulo Henrique Dalago Müller Prefeito Municipal de Bombinhas; Primeiro Secretário o Senhor Emerson Luciano Stein Prefeito Municipal de Porto Belo; Segundo Secretário Nilza Nilda Simas - Prefeita Municipal Itapema; para o Conselho Fiscal Efetivos: Marcos Pedro Veber Prefeito Municipal de Luiz Alves; Élcio Rogério Kuhn Prefeito Municipal de Camboriú; Fabrício José Satiro de Oliveira Prefeito Municipal de Balneário Camboriú; e para Suplentes do Conselho Fiscal: Aquiles José Schneider da Costa Prefeito Municipal de Penha; Emilio Vieira Prefeito Municipal de Navegantes; Erico de Oliveira Prefeito Municipal de Ilhota. Após estas indicações, o Senhor Presidente colocou em votação, considerando a inscrição de chapa única, e a mesma eleita por aclamação, ficando assim eleita a nova Diretoria do CIS-AMFRI, 07/02/2020. PRESIDENTE – LEONEL JOSÉ MARTINS - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Brasileiro, Divorciado, Empresário, Inscrito no CPF nº 093.550.309-91, Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP-SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, 14, Bloco A - apartamento 142, Ed. Ana Paula, Centro – Balneário Piçarras – SC; PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE - VOLNEI JOSÉ MORASTONI – Prefeito Municipal de Itajaí, Brasileiro, Casado, Médico, Inscrito no CPF nº 171.851.739-49, Carteira de Identidade nº 5.796.600 – SSP-SC, residente à Rua Dom Joaquim Domingues Oliveira, 69, apartamento 901, Ed. Rosa Guilhermina, Centro – Itajaí – SC; SEGUNDO VICE-PRESIDENTE – PAULO HENRIQUE DALAGO MÜLLER – Prefeito Municipal de Bombinhas, Brasileiro, Casado, Empresário, Inscrito no CPF nº 030.824.299-80, Carteira de Identidade nº 3.568.325 – SSP-SC, residente à Rua Tatu, 310, Bairro José Amândio – Bombinhas – SC; PRIMEIRO SECRETÁRIO – EMERSON LUCIANO STEIN – Prefeito Municipal de Porto Belo, Brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis, Inscrito no CPF nº 946.748.509-59, Carteira de Identidade nº 3.322.508 – SSP-SC, residente à Rua Antonio Zeferino Stein, 74, Bairro Perequê – Porto Belo – SC; SEGUNDO SECRETÁRIO – NILZA NILDA SIMAS, Prefeita Municipal de Itapema, Brasileira, Divorciada,

Enfermeira, Inscrita no CPF nº 745.120.219-49, Carteira de Identidade nº 1.805.291- SSP-SC, residente à Av. Nereu Ramos, 3355, apartamento 402, Bloco Summer, Ed. Tropical Summer, Bairro Meia Praia – Itapema – SC. 4º Eleição dos Membros do Conselho Fiscal Titulares e Suplentes: O Senhor Presidente colocou em discussão os nomes apresentados para o conselho na chapa única, e não havendo manifestações, declarou os membros como integrantes do conselho fiscal titulares e suplentes, sendo: CONSELHO FISCAL TITULARES: ÉLCIO ROGÉRIO KUHNEN – Prefeito Municipal de Camboriú, Brasileiro, Casado, Médico, Inscrito no CPF nº 720.439.549-20, Carteira de Identidade nº 1.895.507 – SSP-SC, residente à Rua Cerejeira, 1019, Bairro Tabuleiro – Camboriú – SC; MARCOS PEDRO VEBER – Prefeito Municipal de Luiz Alves, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Inscrito no CPF nº 048.834.879-03, Carteira de Identidade nº 4.700.333 – SSP-SC, residente à Rua 03 de Janeiro, 97 – Bairro Vila do Salto – Luiz Alves – SC; FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Brasileiro, Casado, Empresário, Inscrito no CPF nº 974.418.059-53, Carteira de Identidade nº 3235003 – SSP-SC, residente à Rua 3110, 234, apartamento 702 – Ed. Ville de France, Centro - Balneário Camboriú – SC; CONSELHO FISCAL SUPLENTE: AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA – Prefeito Municipal de Penha, Brasileiro, Casado, Empresário, Inscrito no CPF nº 006.862.859-56, Carteira de Identidade nº 4.484.022 – SSP-SC, residente à Avenida Joaquim Antonio Tavares, 1536, apartamento 705, Centro – Penha – SC; EMÍLIO VIEIRA – Prefeito Municipal de Navegantes, Brasileiro, Solteiro, Funcionário Público, Inscrito no CPF nº 716.701.659-49, Carteira de Identidade nº 2.680.636 – SSP-SC, residente à Rua Orlando Ferreira, 1217, Bairro Machados – Navegantes – SC; ÉRICO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de Ilhota, Brasileiro, Casado, Empresário, Inscrito no CPF nº 291.364.239-04, Carteira de Identidade nº 338420 – SSP-SC, residente à Rua Pedro Castellain, 223, Centro – Ilhota – SC. Posse da Diretoria e Membros do Conselho Fiscal Titulares e Suplentes. Dando sequência, o Diretor Administrativo do CIS-AMFRI, Senhor Célio José Bernardino, falou aos presentes sobre as assinaturas dos cheques e outros documentos do CIS-AMFRI, sendo que ficou aprovado por unanimidade que todos os cheques e demais documentos serão assinados em conjunto ou isoladamente pelo Presidente do CIS-AMFRI, Senhor Leonel José Martins ou pelo Diretor Administrativo do CIS-AMFRI, Senhor Célio José Bernardino. Sendo assim, com fundamento no art. 21, incisos III e IV, do Estatuto Consolidado do CIS-AMFRI (15/02/2013) e na qualidade de Presidente do CIS-AMFRI – LEONEL JOSÉ MARTINS - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Brasileiro, Divorciado, Empresário, Inscrito no CPF nº 093.550.309-91, Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP-SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, 14, Bloco A - apartamento 142, Ed. Ana Paula, Centro – Balneário Piçarras – SC OUTORGA ao Sr. CÉLIO JOSÉ BERNARDINO, Brasileiro, Casado, Contador, Inscrito no CPF nº 342.674.929-72, Carteira de Identidade nº 663.590-3 – residente à Avenida Atlântica, 222 – Apto 1202, Centro – Balneário Camboriú – SC, amplos, gerais e ilimitados poderes para tratar e resolver sobre qualquer assunto, negócio e interesse do CIS-AMFRI representando-o ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo vender, comprar, ceder, transferir, permutar, hipotecar, compromissar, dividir, lotear, ou por qualquer forma alienar ou onerar bens móveis e imóveis, semoventes, direitos, ações, créditos, títulos, veículos e outros, bem como alugar ou arrendar quaisquer bens móveis e imóveis; pagar e receber preços, sinais, princípio de pagamentos ou totais, dar, aceitar e assinar recibos e quitações; outorgar, aceitar e assinar escrituras públicas e contratos particulares ou públicos de qualquer natureza, inclusive com pacto adjeto de hipoteca; rescindir, alterar, prorrogar, retificar, ratificar, estipular cláusulas e condições; transmitir e receber posse, domínio, direitos e ações, responder e obrigar pela evicção legal; descrever e caracterizar imóveis, dando medidas e confrontações; representar perante Bancos em geral, inclusive Banco do Brasil S/A, Caixas Econômicas Federal e Estadual e Banco Central do Brasil assim como todos os as instituições financeiras do território nacional subordinadas ou não a este último, inclusive Cooperativas de Crédito; da mesma forma, realizar movimentações bancárias nas plataformas digitais (online) junto. às instituições bancárias acima citadas, incluindo pagamentos, depósitos, transferências, podendo também abrir, movimentar, transferir e encerrar contas bancárias, emitir, endossar, sacar e assinar cheques, fazer depósitos e retiradas mediante recibos, solicitar saldos e extratos de contas, requisitar talões de cheques e cartões, apresentar documentos, juntar papéis, prestar declarações, quitar, assinar e endossar contratos de quaisquer espécie, com todas as formalidades legais de estilo, fazer ou renovar cadastros, receber, dar recibo e quitação, assumir compromissos, fazer empréstimos, emitir, endossar, descontar e avalizar notas promissórias, duplicatas de quaisquer natureza, assinar contratos de abertura de crédito; movimentar contas de cadernetas de poupança, depositando e retirando quantias, inclusive de juros e correção monetária; receber toda e qualquer quantia devida; podendo ainda contratar e demitir funcionários e/ou empregados, assinar as respectivas carteiras de trabalho e contratos, fixar ordenados, efetuar pagamentos, fazer acordos, receber, dar recibo e quitação; representar perante qualquer órgão arrecador ou fiscalizador do imposto de renda, fazer e assinar sua declaração, declarar bens, dívidas e créditos, assim como pagamentos feitos e recebidos, juntar e retirar documentos, prestar declarações, requerer, recorrer, fazer declarações complementares, se necessário; fazer e assinar contratos de locação, estipular cláusulas e condições, aceitar e recusar fiadores, rescindir contratos ou transferi-los, promover despejos e fazer acordos, receber aluguéis e indenizações, dando recibos e quitações; contratar obras necessárias à conservação e segurança de imóveis pertencentes ao patrimônio do Consórcio Público; pagar impostos e taxas e reclamar dos indevidos; representar perante as repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, tais como: Cartórios de Protestos, Títulos e Documentos, Notas, Registro de. Imóveis, Tabelionatos em geral, Detran, Ciretran, Companhias de Gás, Água, Luz, Telefone, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Secretaria da Receita Federal do Brasil, Ministérios Federais, Secretarias Federais, Estaduais e Municipais, Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, Agências Reguladoras, Correios, Polícias Federal, Rodoviária Federal, Rodoviária Estadual, Civil e Militar, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, inclusive judicialmente, bem como outras repartições públicas de quaisquer Esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, podendo para tanto promover registro de imóvel (is), assinar livros, papéis, guias, requerimentos, contratos e formulários, juntar, requerer, receber e retirar documentos certidões, citações e intimações, prestar declarações, efetuar pagamentos de taxas, impostos e emolumentos, autorizar cancelamentos, averbações e matrículas, discordar e concordar com termos, cláusulas, cálculos, condições e formas de pagamentos, propor, contestar, interpor recursos; tendo poderes específicos para assumir as funções do Presidente do Consórcio Público junto à Receita Federal do Brasil, sendo autorizado pela Presidência e sua Diretoria para ser o responsável legal pelos atos junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) deste Consórcio Público; conferem-se ainda poderes para constituir advogados, com os poderes da cláusula “ad judicium” para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, para propor contra quem de direito as ações competentes, e defender os interesses do CIS-AMFRI nas contrárias, seguindo uma e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, praticando, requerendo, alegando e assinando o que se faça necessário; enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive, os delimitados no art. 20 do Estatuto Consolidado do CIS-AMFRI (15/02/2013), que dará tudo por bom, firme e valioso, como se presente fosse, sendo facultado o seu substatuecimento no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia Geral Ordinária, cuja Ata, após redigida, será assinada pelo Presidente Senhor Leonel José Martins e por quem a secretariou, Senhor Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do CIS-AMFRI.

Itajaí (SC), 07 de fevereiro de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Presidente do CIS-AMFRI

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI
OAB/SC:39502

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 01-2020

Publicação Nº 2358657

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 01/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS - AMFRI E CINTIVALI CLÍNICA DE MEDICINA NUCLEAR.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, nos termos de seu Estatuto, Regimento Interno e demais disposições legais vigentes, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI, DESCREDENCIA,

CINTIVALI CLÍNICA DE MEDICINA NUCLEAR, inscrita no CNPJ sob nº. 79.371.639/0001-33, com sede na Rua Ver. João Angelino Lopes Jr., nº 68, Bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, neste ato, representada por seu sócio, Senhor Lauro Sergio Machado Ervilha, brasileiro, divorciado, médico, inscrito no CPF sob nº 297.943.317-91 e no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob o nº 4.973, residente e domiciliada na Rua Martim Afonso, nº 2915, apto 21, Campina do Siqueira, na cidade de Curitiba/PR, CEP 80.730-030, neste ato denominado simplesmente de DESCREDENCIADO, tem justo e firmado entre si este Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o Descredenciamento ao Termo de Credenciamento nº 015/2013, celebrado em 21.08.2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DECRETENCIAMENTO

Em decorrência do novo Edital de Chamamento para Credenciamento nº 01/2018, publicado em 26.12.2018 e Edital de Retificação, publicado em 13.02.2019, as partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus, pelo presente e imediato Termo de Descredenciamento de que trata a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento as partes elegem o foro da Comarca de Itajaí/SC.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itajaí/SC, em 16 de janeiro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO		CINTIVALI CLÍNICA DE MEDICINA NUCLEAR Lauro Sergio Machado Ervilha DESCREDENCIADO
--	--	---

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 02-2020

Publicação Nº 2358662

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 02/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS - AMFRI E CLINIVATI – CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no

CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, nos termos de seu Estatuto, Regimento Interno e demais disposições legais vigentes, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI, DESCREDENCIA,

CLINIVATI – CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 80.935.885/0001-50, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 244, Bairro Centro, na cidade de Tijucas/SC, neste ato, representada por seu sócio, Senhor Antonio Olimpio Pacheco, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob nº 077.899.049-49 e no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob o nº 2934, residente e domiciliado no Loteamento Jardim Porto Belo, nº 562, Centro, na cidade de Tijucas/SC, CEP 88.200-000, neste ato denominado simplesmente de DESCREDENCIADO, tem justo e firmado entre si este Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o Descredenciamento ao Termo de Credenciamento nº 005/2016, celebrado em 24.02.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DECREDECENCIAMENTO

Em decorrência do novo Edital de Chamamento para Credenciamento nº 01/2018, publicado em 26.12.2018 e Edital de Retificação, publicado em 13.02.2019, as partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus, pelo presente e imediato Termo de Descredenciamento de que trata a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento as partes elegem o foro da Comarca de Itajaí/SC.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itajaí/SC, em 16 de janeiro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO	CLINIVATI – CLÍNICA DO VALE DE TIJUCAS LTDA Antonio Olimpio Pacheco DESCREDENCIADO
---	--

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 03-2020

Publicação Nº 2358663

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 03/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS - AMFRI E EDIMED CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, nos termos de seu Estatuto, Regimento Interno e demais disposições legais vigentes, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI, DESCREDENCIA,

EDIMED CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ sob nº. 23.059.040/0001-04, com sede na Rua 2300, nº 527, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-428, neste ato, representada por sua sócia, Senhora Elizangela Pieta Ronconi, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 008.035.489-07 e no RG sob o nº 4.310.145, residente e domiciliada na Rua 2300, nº 260, apto 203, Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-428, neste ato denominado simplesmente de DESCREDENCIADO, tem justo e firmado entre si este Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o Descredenciamento ao Termo de Credenciamento nº 008/2016, celebrado em 25.04.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DECREDECENCIAMENTO

Em decorrência do novo Edital de Chamamento para Credenciamento nº 01/2018, publicado em 26.12.2018 e Edital de Retificação, publicado em 13.02.2019, as partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus, pelo presente e imediato Termo de Descredenciamento de que trata a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento as partes elegem o foro da Comarca de Itajaí/SC.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itajaí/SC, em 16 de janeiro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO		EDIMED – CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA Elizangela Pieta Ronconi DESCREDENCIADO
---	--	---

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 04-2020

Publicação Nº 2358665

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 04/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS - AMFRI E JANETE REGINA HALLU ESMALA ME.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, nos termos de seu Estatuto, Regimento Interno e demais disposições legais vigentes, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI, DESCREDENCIA,

JANETE REGINA HALLU ESMALA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 14.475.113/0001-58, com sede na Rua Samuel Heusi, nº 463, sala 1107 G50, Bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, CEP 88.301-320, neste ato, representada por sua sócia, Senhora Janete Regina Hallu Esmala, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF sob nº 447.524.829-91 e no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob o nº 3412, residente e domiciliada na Rua Samuel Eusi Junior, nº 50, apto 24, Cabeçadas, na cidade de Itajaí/SC, CEP 88.306-490, neste ato denominado simplesmente de DESCREDENCIADO, tem justo e firmado entre si este Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o Descredenciamento ao Termo de Credenciamento nº 006/2013, celebrado em 02.08.2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DECRETENCIAMENTO

Em decorrência do novo Edital de Chamamento para Credenciamento nº 01/2018, publicado em 26.12.2018 e Edital de Retificação, publicado em 13.02.2019, as partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus, pelo presente e imediato Termo de Descredenciamento de que trata a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento as partes elegem o foro da Comarca de Itajaí/SC.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itajaí/SC, em 16 de janeiro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO	JANETE REGINA HALLU ESMALA ME Janete Regina Hallu Esmala DESCRENCIADO
---	---

Testemunhas:

AAriane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 05-2020

Publicação Nº 2358666

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 05/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS - AMFRI E CENTRO MÉDICO SANTA TEREZINHA LTDA EPP.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, nos termos de seu Estatuto, Regimento Interno e demais disposições legais vigentes, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI, DESCREDENCIA,

CENTRO MÉDICO SANTA TEREZINHA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 16.954.564/0001-01, com sede na Rua 2080, nº 10, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-452, neste ato, representada por seu sócio, Senhor Jeová Jacomo do Couto, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob nº 278.258.921-00 e no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob o nº 14484, residente e domiciliado na Rua Jacaranda, nº 248, Taquaras, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.333-075, neste ato denominado simplesmente de DESCREDENCIADO, tem justo e firmado entre si este Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o Descredenciamento ao Termo de Credenciamento nº 008/2017, celebrado em 21.11.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DECRETENCIAMENTO

Em decorrência do novo Edital de Chamamento para Credenciamento nº 01/2018, publicado em 26.12.2018 e Edital de Retificação, publicado em 13.02.2019, as partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus, pelo presente e imediato Termo de Descredenciamento de que trata a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento as partes elegem o foro da Comarca de Itajaí/SC.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itajaí/SC, em 16 de janeiro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO	CENTRO MÉDICO SANTA TEREZINHA LTDA EPP Jeova Jacomo do Couto DESCREDENCIADO
---	---

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 06-2020

Publicação Nº 2358667

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 06/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS - AMFRI E CARDIODINÂMICA SERVIÇOS MÉDICOS S/S.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, nos termos de seu Estatuto, Regimento Interno e demais disposições legais vigentes, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI, DESCRENCIA,

CARDIODINÂMICA SERVIÇOS MÉDICOS S/S, inscrita no CNPJ sob nº. 12.373.807/0001-59, com sede na Rua João Bauer, nº 498, Bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, CEP 88.301-500, neste ato, representada por seu sócio, Senhor Sergio Ricardo dos Santos, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob nº 714.564.229-87 e no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob o nº 6651, residente e domiciliado na Rua Servidão Antonio Belmiro Furtado, nº 235, Cabeçudas, na cidade de Itajaí/SC, neste ato denominado simplesmente de DESCRENCIADO, tem justo e firmado entre si este Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o Descredenciamento ao Termo de Credenciamento nº 007/2014, celebrado em 10.09.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DECRENCIAMENTO

Em decorrência do novo Edital de Chamamento para Credenciamento nº 01/2018, publicado em 26.12.2018 e Edital de Retificação, publicado em 13.02.2019, as partes concordam amigavelmente, sem qualquer ônus, pelo presente e imediato Termo de Descredenciamento de que trata a Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento as partes elegem o foro da Comarca de Itajaí/SC.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Itajaí/SC, em 16 de janeiro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO	CARDIODINÂMICA SERVIÇOS MÉDICOS S/S Sergio Ricardo dos Santos DESCRENCIADO
--	--

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

CIS/AMUREL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 02-2020**

Publicação Nº 2359501

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2020, às 09h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)
II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis Anuais, referentes ao ano de 2019 e Aprovação do Relatório Anual de Atividades do exercício anterior;
III. Credenciamentos - renovação
IV. Assuntos Diversos.

Tubarão, 10 de fevereiro de 2020.

LINDOMAR BALLMANN
Presidente do CISAMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 15/2020 ECO CLÍNICA

Publicação Nº 2358986

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 15/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ECO CLÍNICA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia, Densitometria Óssea e Biópsias.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009, 002/2009 e Edital de Chamada Pública nº 01/2018).

Data da Assinatura: 02/01/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 16/2020 ECO CLÍNICA BRAÇO DO NORTE

Publicação Nº 2358991

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 16/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLINICA RADIOLÓGICA DR. ENEAS PAULO ALET DA ROCHA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Densitometria Óssea, Ultrassonografia, Tomografia e Biópsias.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009, 002/2009 e Edital de Chamada Pública nº 01/2018).

Data da Assinatura: 02/01/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 52/2020 PASSOS SERVIÇOS MÉDICOS

Publicação Nº 2358994

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 52/2020.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: PASSOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de cardiologia e exames cardiológicos.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 02/01/2020.

Assinantes: Lindomar Ballmann pelo Contratante e, Regis Passos da Silva pelo Contratado.

CIS/AMVI

RESOLUÇÃO Nº 367-20 ALTERA A COMISSÃO Nº 02 DO PAR

Publicação Nº 2359226

RESOLUÇÃO Nº 367, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera a resolução nº 364/2020, para dispensar a pedido membro da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilidade – PAR número 02

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pela Resolução nº 182/2017 e, considerando a solicitação de saída do membro Larissa Poletto;

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar a pedido o membro LARISSA POLETTI da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilidade – PAR nº 02, permanecendo a Comissão com os seguintes membros:

I. Tereza Cristina Pamplona Mosimann - inscrita no CPF sob nº 895.325.209-10, servidora pública municipal de Brusque/SC.

II. Marciane Peters Ferrari - inscrita no CPF sob nº 025.702.759-99, servidora pública municipal de Apiuna/SC.

Parágrafo único. A comissão será presidida por Tereza Cristina Pamplona Mosimann.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 14 de fevereiro de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

RESOLUÇÃO Nº 368-20 - CONTRATA LUCILENE_AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2359439

RESOLUÇÃO Nº 368/2020 - CISAMVI

Contrata LUCILENE MANERICH I para o cargo de Auxiliar Administrativo do CISAMVI.

ERCIO KRIEK, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no art. 40, IV do Contrato do CISAMVI.

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a Sra. LUCILENE MANERICH I, CPF nº 041.376.709-43 e RG nº 4.681.028, SESP/SC, para o cargo de Auxiliar Administrativo deste Consórcio Público, a contar do dia 17 de fevereiro de 2020, por ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.

Art. 2º. O contrato ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

Art. 3º. A contratada está submetida à dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à referência 02, conforme Anexo I, da Resolução nº 281.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 14 de janeiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Presidente do CISAMVI

CISNORDESTE

ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020, A QUE SE REFERE O EDITAL Nº 001/2020 – CISNORDESTE/SC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019.

Publicação Nº 2359720

ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020, A QUE SE REFERE O EDITAL Nº 001/2020 – CISNORDESTE/SC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 10h35min, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, a pregoeira a Sra. Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler e sua equipe de apoio, de acordo com a Resolução 32/2019 do CISNORDESTE/SC, para verificação do Balanço Patrimonial apresentado pela licitante JTI PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, no qual havia sido aberto prazo para apresentação até o dia 20/02/2020, remetido por e-mail a pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br em 11/02/2020 às 11hrs:49min., se tratando do Balanço patrimonial e resultado do exercício em 31/12/2018, assinado digitalmente por Guilherme Pfau e Halysson Willermann Kremer CRC-SC 03171903, sendo o mesmo analisado pela Contadora do CISNORDESTE/SC, Cristiane Alexandre CRC-SC 02465806, que emitiu parecer favorável a habilitação da licitante, assim, declara a Pregoeira, habilitada a licitante JTI PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA. Determina a Pregoeira, para se cumprir o item 12 do Edital, que a realização da diligência a fim de se comprovar que a solução ofertada pela licitante atende plenamente aos requisitos exigidos no Termo de Referência e Edital, seja realizada no dia 20/02/2020, às 09:00 horas na Sala de Reuniões, no piso térreo da Amunesc, localizado na Rua Max Colin, 1.843, América, Joinville/SC. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão às 10h:57min, e lavrada esta ata que será assinada pelos presentes.

Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler
Pregoeira
Equipe de Apoio

Guilherme Krieger Patrícia Daura de Souza
Membro da equipe de apoio e Membro da equipe de apoio
Assessor Jurídico e

Vanderson Valci Soares
Membro Equipe de Apoio

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019

Publicação Nº 2359027

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – AMUNESC. (CNPJ: 84.712.686/0001-33)
OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
VALOR GLOBAL TOTAL DO CONTRATO: R\$ 37.645,92 (TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 01/01/2020 A 31/12/2020
DATA DO CONTRATO: 01 DE JANEIRO DE 2019

CODEPLAN

EXTRATO DE CONTRATO 01-2020

Publicação Nº 2359424

Contrato nº 01/2020
Contratante: Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte
Contratada: Sinalizavia Sinalização Viária Ltda ME
Valor Total: R\$ 139.050,00
Vigência: 10/02/2020 a 10/02/2021
Dotações: 2019 –PROJETO RECUPERAR 8 – 3.3.9.00.00.00.00.101
Licitação: Pregão Presencial nº 04/2019
Objeto Resumido: Contratação de empresa especializada para manutenção das rodovias estaduais de Santa Catarina
Mafra/SC, 10 de fevereiro de 2020.
Adelmo Alberti
Presidente

CVC

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE PRODUTOS DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001-2020

Publicação Nº 2359020

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE PRODUTOS DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001-2020

As 09:00 (nove) horas do dia 30 (trinta) de janeiro de 2020, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a Av. Santa Catarina, 346, sala 2 – Centro, Coronel Freitas – SC, os membros da Comissão de Avaliação de Pré-qualificação de Produtos, nomeados através da Resolução 003/2020, assim constituída: Presidente: Flavia Rolim De Moura, Secretária: Ivone Maria Martelli, membro da comissão Marínes Costa Martelli e o assessor jurídico Marcos Fernando Zanella, para avaliarem as propostas referente ao Edital de Chamamento para Pré-qualificação 001-2020. Não houve até a presente data propostas apresentadas para pré-qualificar marcas/modelo conforme os itens mencionados no edital, sendo assim a comissão decide prorrogar a validade das marcas pré-aprovadas compiladas na ata da segunda reunião referente ao processo 001/2018 datada de três de maio de 2018, por mais um ano, conforme a resolução 01/2015. Não havendo mais nada a relatar, a Presidente da Comissão Sra. Flavia Rolim de Moura declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

MARCAS/MODELOS APROVADAS

CODIGO	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	CODIGO
301	ADITIVOS PARA O LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO (SOLÚVEIS EM ÁGUA) SEM PROTEÇÃO ANTI-CONGELANTE - EMBALAGEM 1 LITRO	RADIEX	BIO COOLANTE CONCENTRADO AZUL
		TECBRIL	TECBRIL TEC COOL FLEX
		SHELL	RADIEX 1922
		PETRONAS	COOLANTE 11
302	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 500ML	VARGAS	VARGAS
		IPIRANGA	IPIRANGA
		BOSCH	BOSCH
303	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 200ML	VARGAS	VARGAS
		BOSCH	BOSCH
304	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 18K	SHELL	SHELL GADUS S2 V220 2
305	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO 220 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 20KG	IPIRANGA	LITHOLINE EP 2
		PETRONAS	TUTELA MR LX 2
306	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO 220 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 170KG	IPIRANGA	LITHOLINE EP 2
		PETRONAS	TUTELA MR LX 2
307	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 180KG	SHELL	SHELL GADUS S2 V220 2
308	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	SHELL	SHELL GADUS S2 V220 AC2
		TG	TG CHASSI 2
309	GRAXA A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO PARA LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. UTILIZADA EM OPERAÇÕES SEVERAS E PRESENÇA DE POEIRA. RESISTENTE A ÁGUA. EMBALAGEM DE 20KG.	IPIRANGA	CHASSIS 2

310	GRAXA A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO PARA LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. UTILIZADA EM OPERAÇÕES SEVERAS E PRESENÇA DE POEIRA. RESISTENTE A ÁGUA. EMBALAGEM DE 170KG.	IPIRANGA	CHASSIS 2
		TG	TG CHASSI 2
311	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 180 KG	SHELL	GADUS S2 V220 AC2
312	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, ADITIVO MOS2 - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	SHELL	SHELL GADUS S2 V220 AD2
		PETRONAS	TUTELA MRM – 2
313	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO COMPOSTA COM GRAFITE. PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. CLASSIFICAÇÃO NLGI 1. EMBALAGEM DE 20 KG.	PETRONAS	TUTELA CÁLCIO GRAFITE
314	GRAXA À BASE DE SABÃO DE CÁLCIO COMPOSTA COM GRAFITE. PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. CLASSIFICAÇÃO NLGI 1. EMBALAGEM DE 170 KG.	IPIRANGA	ISAGRAFITE RF
		PETRONAS	TUTELA CÁLCIO GRAFITE
315	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, ADITIVO MOS2- VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 180 KG	SHELL	GADUS S2 V220 AD2
		PETRONAS	TUTELA MRM – 2
316	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 20W50 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	SHELL	SHEL HILEX HX3 12/1
		IPIRANGA	IPI F1 MASTER PROT SL
		PETRONAS	MACH 5 API SL
317	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 15W40 API SN - EMBALAGEM 1 LT.	SHELL	SHEL HILEX HX6 12/1
		PETRONAS	LUBRAX TECNO 15W40 API SN
318	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 25W60 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	SHELL	SHEL HILEX HX3 MILEACE 12/1
319	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO SAE 5W30 API - SN, PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS - EMBALAGENS 1 LT.	SHELL	SHEL HILEX HX8 12/1
		IPIRANGA	IPI F1 MASTER SINTÉTICO SN
		PETRONAS	SELENIA PERFORM 5W30
321	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSE SEMISSINTÉTICO 10W30, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: DE 1 LITRO.	SHELL	SHEL HILEX HX7 12/1
		IPIRANGA	IPI F1 MASTER PERF. SL
322	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSE SEMISSINTÉTICO 15W40, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM DE 1 LITRO	SHELL	SHEL HILEX HX6 12/1
		IPIRANGA	IPI F1 MASTER PERF. SL
		PETRONAS	SELENIA K SAE 15W40 API SM /CF

324	ÓLEO PARA SISTEMA HIDRÁULICOS QUE OPEREM EM CONDIÇÕES SEVERAS DE PRESSÃO E TEMPERATURA, ISO VG 150, ATENDA NORMA DIN 51524. BALDE DE 20 LITROS.	PETRONAS	PETRONAS HIDRAULIC SERIES VG 150
325	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO 15W40, API CI-4/SL, PARA MOTOR DIESEL 4 TEMPOS ELETRÔNICO. BALDE DE 20 LITROS.	SHELL	SHELL RIMULA RT 4X
		PETRONAS	URANIA 3000 SE SAE 15W40 API CI -4
326	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 80W90, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	IPIRANGA	IPIRGEROL GL- 5
		PETROBRAS	LUBRAX GL-5 SAE 80W90
327	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 85W140, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	SHELL	SHEL SPIRAX S2 A
		IPIRANGA	IPIRGEROL GL- 5
		PETROBRAS	LUBRAX GL-5 SAE 85W140
328	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO 75W80, API GL-4. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PETRONAS	TUTELA ZC 75W80 SYNTH
329	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 80W, API GL-4. BALDE DE 20 LITROS.	SHELL	SHEL SPIRAX S2 G80W
		IPIRANGA	IPI ULTRAGEAR MB80
		PETRONAS	TUTELA ZC – 80/Y
330	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 90, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	SHELL	SHEL SPIRAX S2 S2 A90
		IPIRANGA	IPIRGEROL GL-5 90
		PETROBRAS	LUBRAX GL-5 SAE 90
331	ÓLEO LUBRIFICANTES PARA MANCAIS INDUSTRIAIS E SISTEMA DE CIRCULAÇÃO QUE POSSUI ADITIVAÇÃO EP. ATENDAM AS RECOMENDAÇÕES MORGAN CONSTRUCTION COMPANY. NORMA DIN 51517-1 TIPO C E 51517-2 - TIPO CL	SHELL	SHELL MORLINA S2 B 150
332	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 32 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	SHELL	SHELL TELLUS S2 V32
		IPIRANGA	IPITUR AW 32
		PETRONAS	HYDRAULIC HV SERIES – AW 32
333	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 46 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	SHELL	SHELL TELLUS S2 V46
		IPIRANGA	IPITUR AW 46
		PETRONAS	HYDRAULIC HV SERIES – AW 46
334	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 68 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	SHELL	SHELL TELLUS S2 V68
		IPIRANGA	IPITUR AW 68
		PETRONAS	HYDRAULIC HV SERIES – AW 68
335	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 100 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	SHELL	SHELL TELLUS S2 V68
		PETRONAS	HYDRAULIC HV SERIES – AW 100
336	ÓLEO LUBRIFICANTES MULTIVISCOSO PARA MOTORES A DIESEL SAE 15W40 API CI-4 APROVAÇÃO CATERPILLAR: ECF2, ECF 1; MAN: M3275; MB: 228.3; VOLVO: VDS 3; CUMMINS: CES 20078, 77,76,75, 72,71 - BALDE 20 LITROS	SHELL	SHELL RIMULA RT4X
		IPIRANGA	IPI BRUTUS AP CI-4
		PETRONAS	URANIA 3000 SE SAE 15W40 – API CI-4
337	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E EIXO DIFERENCIAL - 100% SINTÉTICO SAE 75W90, API GL-5, ATENDA AS ESPECIFICAÇÃO: VOLVO 97312, SAE J2360, MAN 342 TIPO S1, SCANIA STO 1:0, DAF, IVECO EXTENDED DRAIN	SHELL	SHELL SPIRAX S6 AXME 75W90
		IPIRANGA	IPI ULTRAGEAR PREMIUN 75W90

338	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 10W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	SHELL	SHELL SPIRAX S4 CX10
		IPIRANGA	ULTRAMO TURBO CT 10W
		PETRONAS	TUTELA TRC 10W
339	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 30W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	SHELL	SHELL SPIRAX S4 CX30
		IPIRANGA	ULTRAMO TURBO CT 30
		PETRONAS	TUTELA TRC 30
340	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 50W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	SHELL	SHELL SPIRAX S4 CX50
		IPIRANGA	ULTRAMO TURBO CT 50
		PETRONAS	TUTELA TRC 50
341	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO DE ENGRENAGEM E DIFERENCIAL COM CARGA MODERADA, SAE 80W90. APROVAÇÕES: MERCEDES BENZ 235.6, ZF TE - ML 05A, 07A, 16C, 17B, 19B 21A	SHELL	SHELL SPIRAX S3 AX 80W90
342	ÓLEO LUBRIFICANTE P/TRANSMISSÃO E HIDRÁULICO DE TRATORES UNIVERSAL SAE 10W30, API: GL-4 APROVAÇÃO: CAIXA NEW HOLLAND MAT 3525, M2C 134 A-D, FNHA-2, D.201.00; JOHN DEERE JDM-J20C; MASSEY FERGUSON M1143, M1145; KOMATSU, CATERPILLAR; CLACK; CASE MS 1207,1209 OU 1210 - BALDE 20LTS	SHELL	SHELL S4 TXM
		IPIRANGA	ISAFLUIDO 434 TO
		PETRONAS	ARBOR MTF 10W30
343	ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A, COM ESPECIFICAÇÃO GM DEXRON III E FORD MERCON, PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CAIXAS DE TRANSMISSÃO ALLISON. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	SHELL	SHELL SPIRAX S3 ATF MD3
		PETRONAS	TUTELA GI/MV
344	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS PARA MOTORES A GASOLINA. DEVERÁ ATENDER AS CLASSIFICAÇÕES API TC E JASO FC. DE 1ª QUALIDADE. FRASCO DE 500ML	SHELL	SHELL ADVANCE SX 2T
		PETROBRAS	LUBRAX NAUTICA
345	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS E CAIXAS REDUTORAS, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 140 E CLASSIFICAÇÃO API GL 5 E MIL-L-2105D. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	SHELL	SHELL SPIRAX S2 A 140W
		PETROBRAS	LUBRAX GL-5 SAE 140
346	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL, MONOVISCOSSO, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 40, CLASSIFICAÇÃO API SF OU SUPERIOR. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	SHELL	SHELL SPIRAX S2 GD
347	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO PARA MOTOR DIESEL R6 M, SAE 10W40 API CF, ACEA E7, APROVAÇÃO MB228.5; MACK EO-M PLUS. MTU CATEGORIA 3. BALDE DE 20 LITROS	SHELL	RIMULA R6M
		PETRONAS	URANIA K

348	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO SAE 5W40, API-SN, PARA MOTORES A GASOLINA, ALCOOL E GNV. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PETRONAS	SELENIA PERFORM 5W40
349	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO SAE 5W30 API - SN, PARA MOTORES DIESEL - EMBALAGENS 1 LT.	PETRONAS	SELENIA WR PURE ENERGY 5W30
350	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISSINTÉTICO 10W40, API SN, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 12 LT.	PETRONAS	SYNTIUM 1000- 10W40
351	ADITIVOS PARA O LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO (SOLÚVEIS EM ÁGUA) COM PROTEÇÃO ANTI-CONGELANTE - EMBALAGEM 1 LITRO	PETRONAS	COOLANT 11
353	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISSINTÉTICO 15W40, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PETRONAS	SELENIA K SAE 15W40 – API SM/CF
355	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO 100% SINTÉTICO 75W80, API SM/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	PETRONAS	TUTELA ZC 75W-80 SYNTH
356	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W BALDE 20LTS	PETROBRAS	LUBRAX GRAN HR 10W –
357	ÓLEO LUBRIFICANTE 68 – BALDE 20LTS	PETRONAS	TUTELA AGM 68
358	ÓLEO LUBRIFICANTE ATF BALDE 20LTS	PETRONAS	TUTELA GI/M
359	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140 BALDE 20LTS	PETROBRAS	LUBRAX GL-5 SAE 140
360	FLUIDO DE FREIO DOT 3 - EMBALAGEM 500ML	BOSCH	BOSCH

ATAS Nº 31 E 32 CORONEL FREIATS - PEÇAS

Publicação Nº 2358492

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

Ata De Registro De Preço: Nº 31/2020

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO CVC

Contratante: MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS

Contratado: RENOVA AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ÓLEOS E FILTROS ORIGINAIS DE FABRICA OU PEÇAS HOMOLOGADAS PELA MONTADORAS, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

Lote	Placa	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Estimativa de gasto	Percentual de desconto em peças
14	MLV 3819	Fiat	Passeio	PALIO WEEK TREKKING	2011/12	R\$ 20.000,00	50,00%
14	QJI 4576	Fiat	Passeio	WEEKEND AD-VENTURE	2018	R\$ 20.000,00	50,00%
18	QJM 7311	Renault	Passeio	OROCH EXP 1.6 SCE	2018	R\$ 20.000,00	31,00%
16	MGB 0974	Honda	Motocicleta	NX – 4 FALCON	2008	R\$ 5.000,00	20,00%
16	MCF 2078	Honda	Motocicleta	CBX 200 STRADA	2001	R\$ 5.000,00	20,00%

Data De Emissão: 13/02/2020

Vigência do pregão: 01/10/2019 a 30/09/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

Ata De Registro De Preço: Nº 32/2020

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO CVC

Contratante: MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS

Contratado: MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ÓLEOS E FILTROS ORIGINAIS DE FABRICA OU PEÇAS HOMOLOGADAS PELA MONTADORAS, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

Lote	Placa	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Estimativa de gasto	Percentual de desconto em peças
15	MKG 5942	Ford	Passeio	FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2012	R\$ 20.000,00	42,00%
15	MKV 8430	Ford	Passeio	FIESTA 1.6 FLEX	2013/14	R\$ 20.000,00	42,00%

Data De Emissão: 13/02/2020

Vigência do pregão: 01/10/2019 a 30/09/2020

3 - 4 ADITIVO ATA N 60 S&R

Publicação Nº 2358489



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO

CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000

Fone: (49) 3347-0357

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E S&R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ) COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 004/2019 – CVC MEDICAMENTOS LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 0011/2018 - CVC.

QUARTO TERMO ADITIVO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2 Bairro CENTRO, na cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios:

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAMIREZ TAPIA..

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias - SC CEP: 89.843-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI

Doravante denominado **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, e a empresa: **S&R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)** pessoa jurídica de direito privado, situada na rua REGENTE DIOGO A. FEIJO S/N SAO CRISTOVAO CEP 89.800-001 - Chapecó/SC CEP: 89.800-001, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 060/2019, firmada em 24/07/2019 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2019 - CVC:

Considerando o requerimento de reequilíbrio econômico – financeiro formulado pelo fornecedor registrado com fundamento no item 8.1. e incisos da Ata de Registro de Preços, por força do art. 12, § 2º da resolução 003/2015 - CVC bem como previsão no art. 65, inciso II, alínea d da lei nº 8.666/93, que autorizam a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuada, resolvem as partes aditar a ata de Registro de Preço nº 006/2019 nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DE PREÇO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica alterado o preço do lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
450	49000	COMP	LISINAPRIL 10 MG	TEUTO GENERICO	0,31

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

AVENIDA SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO

CORONEL FREITAS-SC CEP: 89840-000

Fone: (49) 3347-0357

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 060/2019 firmada em 24/07/2019, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 13/02/2020

CARLOS A. TOZZO
PRESIDENTE
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

S&R DISTRIBUIDORA
LTDA (MATRIZ)
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

CONDER**NOTA EXPLICATIVA - PROCESSO LIC. 06.2020 - PP 04.2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS**

Publicação Nº 2358520

NOTA EXPLICATIVA - PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no exercício das atribuições, torna público aos interessados, na forma da legislação vigente, que

CONSIDERANDO as descrições extensa de alguns itens do referido processo, o que pode ocorrer de cortar parte da descrição no anexo I do edital por ser imagem e essa necessitar de print instantâneo,

CONSIDERANDO que o edital dispõe no item 6.3.1 que a proposta deverá ser apresentada em meio digital (6.3.1. Ainda a proposta deverá ser apresentada, em meio digital (PEN DRIVE), dentro do envelope da proposta, a partir do programa Betha Cotação na VERSÃO 2.0 ou versão mais recente. (Para baixar o programa, orientasse fazer o download.betha.com.br acessar: compras-auto cotação. O edital bem como o arquivo para cotação da proposta está disponível no site www.conder.sc.gov.br)

CONSIDERANDO, que o arquivo AUTO COTAÇÃO está disponível no site deste a publicação do edital para acesso aos interessados, contendo a descrição completa dos itens.

Como forma de facilitar ainda mais a visualização dos itens aos interessados, anexamos ao site a *RELAÇÃO DE ITENS*, a qual não diverge da já publicada no anexo I do edital, mas sim amplia a descrição dos itens, QUE JÁ ESTAVA DISPONÍVEL junto ao ARQUIVO AUTO COTAÇÃO no site.

São Miguel do Oeste/SC, 14 de fevereiro de 2020

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

RESOLUÇÃO Nº 003.2020 - CRIAÇÃO BANCO DE HORAS, JORNADA DE TRABALHO E OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 2359228

RESOLUÇÃO Nº 003/2020

Dispõe sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, cria “Banco de Horas” e dá outras providências.

GENÉSIO BRESIANI Prefeito de Belmonte - SC e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - A jornada de trabalho dos servidores do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER é aquela prevista na lei de criação dos respectivos cargos, observada a duração máxima de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser cumprida no regular expediente de funcionamento do consórcio, qual seja, de segunda a sexta feira das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º - O controle de frequência da jornada de trabalho dos servidores do CONDER será realizado por meio de “ponto eletrônico” que deverá registrar, diariamente, a entrada e saída do servidor para a execução das funções que lhe são afetas.

§ 1º - Servidores em cargos de confiança não ficam sujeitos ao controle de jornada pelo ponto eis que seus cargos exigem dedicação integral podendo ser convocados sempre que seja do interesse do consórcio ainda que em horário diverso de expediente.

Art. 3º - Os registros do “ponto eletrônico” serão o instrumento para verificação da frequência do servidor ao trabalho e da jornada de trabalho realizada, sendo apurada do primeiro ao último dia de cada mês.

Art. 4º. Somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitados o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada e o limite mensal de 40 (quarenta) horas.

Parágrafo único – A realização de serviço extraordinário deverá ser previamente requerida e autorizada pela Secretária Executiva do CONDER ou autoridade equivalente, por critério de necessidade/conveniência do consórcio.

Art. 5º - Os serviços extraordinários autorizados e realizados serão preferencialmente convertidos em “banco de horas” e somente em situações excepcionais, devidamente autorizadas pelo Presidente do CONDER, serão convertidas em pecúnia.

Art. 6º - Nos casos em que o empregado estiver exercendo trabalho fora da sede do consórcio e não lhe for possível registrar fim e início de período matutino e vespertino a Secretaria Executiva deverá lançar manualmente esta informação no registro, considerando-se como período de trabalho o horário de regular expediente do consórcio - até as 11:45 horas da manhã e de início às 13:00 horas da tarde - devendo o empregado efetivamente gozar desse intervalo de repouso.

Art. 7º - Fica criado o “Banco de Horas” no qual serão registrados os horários de trabalhos excedentes desempenhados pelos servidores de modo que o cumprimento de jornada de trabalho superior à carga horária de cada cargo seja compensada com a correspondente redução do número de horas trabalhadas em caráter excedente.

Parágrafo único: Não serão descontadas nem computadas como jornada excedente as variações de horário no registro de ponto que não ultrapassarem 05 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Art. 8º - A compensação da jornada de trabalho excedente do servidor se dará mediante a utilização de “Banco de Horas”.

Parágrafo primeiro – Para fins de aplicação dessa resolução, entende-se como horário excedente aquele prestado além do expediente regular do CONDER e da jornada de trabalho dos servidores, desde que tenha sido prestado no interesse do serviço do consórcio.

Parágrafo segundo – O trabalho prestado em horário excedente ao horário normal do servido será computado como “Horas Crédito” na mesma proporção do horário excedido.

Parágrafo terceiro – O responsável pelo controle do “Banco de Horas” deverá apurar o registro de ponto dos servidores mensalmente, calculando o montante de horas excedentes a serem compensadas, sendo as mesmas acumuladas automaticamente ao “Banco de Horas” já existentes.

Parágrafo quarto – Os servidores do CONDER sujeitos ao controle de jornada deverão ter ciência, mensalmente, da existência de horas a serem compensadas, bem como do “Banco de Horas” acumulados dos meses anteriores.

Art. 9ª - A compensação do “Banco de Horas” se dará através da concessão de folgas correspondentes ao total de horas acumuladas ou através da redução da jornada de trabalho diária até a quitação das horas excedentes.

Parágrafo único – A concessão de folgas ou a redução da jornada de trabalho não poderá implicar em prejuízo às atividades prestadas pelo CONDER.

Art. 10 - O horário excedente de trabalho realizado por servidor do CONDER em um ano deverá ser obrigatoriamente compensado até o último dia do mesmo ano, sob pena de perda do direito de compensação e desconsideração do horário excedente realizado zerando-se seu “Banco de Horas”.

Art. 11 – A compensação das “horas crédito” dos servidores, por meio de redução da carga horária diária ou folga do trabalho por mais de 01 (um) dia seguido, será realizada mediante requerimento subscrito pelo servidor interessado, indicando os horários e/ou dias a serem compensados, que será analisado pela Secretaria Executiva do consórcio, para fins de verificação de inexistência de prejuízos ao regular desenvolvimento das atividades do consórcio.

Art. 12 - Será de responsabilidade da Secretária Executiva o controle e organização dos encaminhamentos pertinentes ao registro e cumprimento da jornada de trabalho e do “Banco de Horas.”

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 07 de janeiro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER

CIASS

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 01/2020 TP

Publicação Nº 2358561

Estado de Santa Catarina
Consortio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios - CIASS

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

LICITAÇÃO Nº 01/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de construção de uma edificação residencial destinada ao abrigo institucional CATIVAR - Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios - CIASS.

A Comissão de Licitação do CIASS torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação nº 01/2020 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO de todas as empresas participantes, conforme segue: em 1º lugar, a proposta da empresa LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, com o valor global de R\$ 519.000,00 (quinhentos e dezenove mil reais), em 2º lugar, a proposta da empresa MBS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com o valor global de R\$ 529.392,68 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos), em 3º lugar, a proposta da empresa BRE CONSTRUÇÕES EIRELI com o valor global de R\$ 539.003,69 (quinhentos e trinta e nove mil, três reais e sessenta e nove centavos), e em 4º lugar a proposta da empresa ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com o valor global de R\$ 613.337,14 (seiscentos e treze mil, trezentos e trinta e sete reais e quatorze centavos)

Turvo/SC, 13 de fevereiro de 2020.

Roberto Carlos Patel
Presidente da Comissão de Licitação